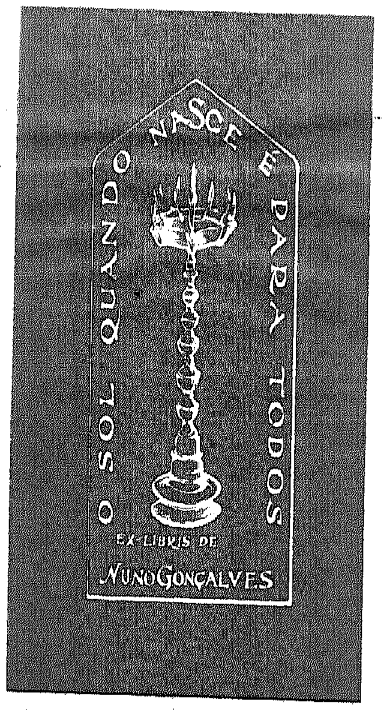
# A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES
# E A QUESTÃO DAS MOLUCAS




CDU 910.4(46):061.3

CENTRO DE ESTUDOS DE CARTOGRAFIA ANTIGA

16

SECÇÃO DE LISBOA

# A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES E A QUESTÃO DAS MOLUCAS

## ACTAS DO II COLÓQUIO LUSO-ESPANHOL DE HISTÓRIA ULTRAMARINA

EDIÇÃO ORGANIZADA
POR
A. TEIXEIRA DA MOTA

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS DO ULTRAMAR
LISBOA—1975

# TÁBUA DAS MATÉRIAS


Pág.

LISTA DAS FIGURAS ... IX

A. TEIXEIRA DA MOTA — *Introdução* ... XI

RAMÓN EZQUERRA ABADÍA — *La idea del antimeridiano* ... 1

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ — *Maluco e Malaca* ... 27

ARMANDO CORTESÃO — *As mais antigas cartografia e descrição das Molucas* 49

ANTÓNIO DA SILVA REGO — *As Molucas em princípios do século XVI* ... 75

FRANCISCO PAULO MENDES DA LUZ — *Dois organismos de administração ultramarina no século XVI: a Casa da Índia e os Armazéns da Guiné, Mina e Índias* ... 91

JOÃO DA GAMA PIMENTEL BARATA — *A armada de Fernão de Magalhães (Estudo de arqueologia naval)* ... 107

ROLANDO A. LAGUARDA TRÍAS — *Las longitudes geográficas de la membranza de Magallanes y del primer viaje de circunnavegación* ... 135

DEMETRIO RAMOS PÉREZ — *Magallanes en Valladolid: la capitulación* ... 179

FRANCISCO MORALES PADRÓN — *Las instrucciones a Magallanes* ... 243

LOURDES DÍAZ-TRECHUELO — *La organización del viaje magallánico: financiación, enganches, acopios y preparativos* ... 265

A. TEIXEIRA DA MOTA — *A contribuição dos irmãos Rui e Francisco Faleiro no campo da náutica em Espanha* ... 315

JOSÉ LUÍS MORALES — *Las derrotas de Magallanes y de Elcano en el primer viaje de circunnavegación* ... 343

MAX JUSTO GUEDES — *A armada de Fernão de Magalhães e o Brasil* ... 361

LEANDRO TORMO SANZ — *El mundo indígena conocido por Magallanes en las islas de San Lázaro* ... 379

JOSÉ IBÁÑEZ CERDÁ — *La muerte de Magallanes* ... 411

ALFONSO F. GONZÁLEZ GONZÁLEZ — *La dispersión de la escuadra magallánica. El problema del regreso a las costas americanas* ... 435

ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE — *Sentimentos de honra e direitos de justiça, na viagem de Fernão de Magalhães* ... 451

MAX JUSTO GUEDES — *Acerca de dois textos quinhentistas sobre a viagem de Fernão de Magalhães* ... 467

FRANCISCO LEITE DE FARIA — *Primeiras relações impressas sobre a viagem de Fernão de Magalhães* ... 471

ROBERTO BARREIRO-MEIRO — *El Pacífico y el estrecho de Magallanes en la cartografía del siglo XVI* ... 519

LUÍS DE ALBUQUERQUE e RUI GRAÇA FEIJÓ — *Os pontos de vista de D. João III na Junta de Badajoz-Elvas* ... 527

LUÍS DE MATOS — *António Maldonado de Hontiveros e a «questão das Molucas»* 547

FRANCISCO DE SOLANO — *Navios y mercaderes en la ruta occidental de las especies (1519-1563)* ... 579

Pág.

CIRIACO PÉREZ-BUSTAMANTE — *La expedición de Ruy López de Villalobos a las islas del Pacífico* ... 611
JUAN PÉREZ DE TUDELA Y BUESO — *La especería de Castilla, nota política en la política indiana (Consideraciones sobre la implicación atlántica en la gesta del Pacífico)* ... 627
ALBERTO IRIA — *As ilhas Molucas no Arquivo Histórico Ultramarino — Documentos para a sua história (1589-1615)* ... 689
ÍNDICE ANALÍTICO ... 717
ERRATA ... 765

# LISTA DAS FIGURAS

Pág.

Francisco Rodrigues. Primeira representação cartográfica das Ilhas das Especiarias, c. 1513 ... 74/75
Diagrama Geral Espanhol. Regra do «Ás-Dois-Três» ... 122
División del mundo con arreglo al Tratado de Tordesillas (según Martín Fernández de Enciso) ... 146/147
División del mundo con arreglo al Tratado de Tordesillas (según Hernando de Magallanes) ... 148/149
Sepulcro de estilo plateresco, donde reposan los restos de Cristóbal de Haro y de su esposa ... 188/189
Estatua orante de Cristóbal de Haro en la Capilla funeraria, donde se encuentran sus restos, de la iglesia de San Lesmes (Burgos) ... 188/189
Mapa de Juan Sebastián del Cano, según el calco del P. Furlong ... 198/199
Texto de la declaración de Magallanes, en la información sobre el soborno a Juan de Aranda ... 198/199
Mapamundi de Homem, ejecutado en Lisboa en 1519, que refleja las ideas geográficas que inspiraron a Magallanes el plan que presentó al rey Don Carlos en Valladolid ... 224/225
Carta isogónica para o ano 1500 (segundo Fritsche e Wendel) ... 338/339
Las derrotas de Magallanes y de Elcano en el primer viaje de circunnavegación ... 360/361
Derrota até o Rio de Janeiro ... 364/365
Carta de marear anónima (c. 1520) atribuída a Girolamo da Verrazano. Herzog August-Bibliothek (Wolfenbüttel) ... 364/365
Planisfério anónimo c. 1523 (detalhes). Biblioteca Real de Turim ... 364/365
Planisfério de Giovanni Vespucci, 1526. The Hispanic Society of America ... 364/365
A costa brasileira entre o cabo de S.to Agostinho e o cabo Frio, segundo cartas do primeiro quartel do século XVI ... 366/367
Mapa-múndi (c. 1528, adições 1540-1542) atribuído a Girolamo da Verrazano, pertencente ao Museu Marítimo de Greenwich ... 372/373
Mapa-múndi (1528-1529) da autoria de Girolamo da Verrazano, pertencente à Biblioteca Vaticana (Borgiano I) ... 372/373
Frontispício da raríssima Carta de João Schöner sobre os recentes descobrimentos de Castela e de Portugal, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Viena, 47-z-28 ... 478/479
Frontispício do primeiro impresso em que se encontram referências à viagem de Fernão de Magalhães, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Viena, 43-S-20 ... 478/479
Frontispício da primeira edição da carta de Maximiliano Transilvano, Colónia, Janeiro de 1523, segundo o exemplar da Biblioteca Huntington, na Califórnia 486/487
Frontispício do opúsculo italiano, impresso em 1536, segundo o exemplar da Biblioteca Huntington, na Califórnia. Neste opúsculo publicaram-se em italiano, pela primeira ou segunda vez, a carta de Maximiliano Transilvano e a relação de António Pigafetta ... 486/487

Pág.

Frontispício da segunda edição da carta de Maximiliano Transilvano, Paris, Julho de 1523, segundo o único exemplar conhecido, guardado na Biblioteca Huntington, na Califórnia ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 486/487
Última página da segunda edição da carta de Maximiliano Transilvano ... ... ... 486/487
Frontispício da terceira edição da carta de Maximiliano Transilvano, Roma, fins de Novembro de 1523, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Viena, 49.J.28 ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 490/491
Frontispício da quarta edição da carta de Maximiliano Transilvano, Roma, Fevereiro de 1524 ou de 1525, segundo o exemplar na Biblioteca Huntington, na Califórnia .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 490/491
Frontispício da edição da Basileia, 1536-1537, do *Nouus Orbis* de Simão Grynaeus, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, HG 2696 A. A esta edição ajuntou-se, como se indica no frontispício, a carta de Maximiliano Transilvano .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 498/499
Frontispício da rara edição de Antuérpia, 1542, da obra de João Boemo Aubano, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, HG 988 P, exemplar que pertenceu ao Convento da Graça. Nesta edição, como se lê no frontispício, publicou-se a carta de Maximiliano Transilvano ... ... ... ... ... ... 498/499
Frontispício da primeira edição da relação de António Pigafetta sobre a viagem de Fernão de Magalhães, edição impressa em Paris entre 1526 e 1534, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Paris, Res. 01.429 ... ... ... 510/511
Princípio da referida primeira edição da relação de António Pigafetta ... ... ... ... 510/511
Islas Filipinas y Molucas en la carta de Nuño García de Toreño fechada en Valladolid en 1522, primera representación del viaje de Magallanes ... ... 522/523
Ternate, Ilhas das Molucas ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 696/697
Ternate, Ilhas das Molucas ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 696/697

# INTRODUÇÃO

De 26 a 29 de Setembro de 1972 realizaram-se as «Segundas Jornadas Americanistas da Universidade de Valhadolide», de que a maior parte das sessões de trabalho teve lugar na vila de Tordesilhas. Para a sua génese muito contribuiu o Prof. Luís Suárez Fernández (reitor da Universidade de Valhadolide antes de ser o director-geral de Universidades e Investigação), bem como o Prof. Ciriaco Pérez-Bustamante (ao tempo director do Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo, de Madrid) e o Prof. Demetrio Ramos Pérez (catedrático de História da América na Universidade de Valhadolide), e aos dois últimos se ficou a dever parte apreciável na tarefa de realização de tais Jornadas.

O tema escolhido foi «O Tratado de Tordesilhas e a sua projecção», tendo sido apresentadas umas trinta comunicações, agrupadas em vários capítulos (antecedentes e negociações, dificuldades de execução e problemas derivados, projecção africana, projecção no Oriente, projecção na América, problemas religiosos derivados do tratado, problemas antropológicos e socioeconómicos, reconsideração do século XVIII, projecção do tratado, e documentação espanhola), e rapidamente publicadas (1). Quiseram os organizadores que nas Jornadas colaborassem historiadores portugueses, tendo comparecido a elas quatro, além de outro que enviou uma comunicação.

A ideia de congregar historiadores dos dois países para se debruçarem em conjunto sobre um tema de interesse comum resultou plenamente, e, assim, três daqueles portugueses que estiveram em Tordesilhas (2) logo pensaram em institucionalizar tal tipo de reuniões, promovendo para já um colóquio a realizar em Portugal. Encontrou este propósito o melhor acolhimento, quer por parte dos colegas espanhóis, quer por parte da Junta de Investigações do Ultramar, que logo se dispôs

---

(1) *El Tratado de Tordesillas y su Proyeccion* (Segundas Jornadas Americanistas de la Universidad de Valladolid, Primer Coloquio Luso-Español de Historia de Ultramar), Seminario de Historia de América, Universidad de Valladolid, tomo I, 1973 (390 pp.) e tomo II, 1974 (342 pp.).

(2) Cujas comunicações foram as seguintes: Armando Cortesão, *D. João II e o Tratado de Tordesilhas;* A. Teixeira da Mota, *Reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia náutica do século XVI;* Luís de Albuquerque, *O Tratado de Tordesilhas e as dificuldades da sua aplicação rigorosa.* Estes 3 trabalhos também foram publicados em periódicos de Portugal («Anais do Club Militar Naval», 1-3, Jan.-Mar. 1973, o primeiro, e «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XXIII, os dois últimos), sendo incluídos na série de «Separatas» do Centro de Estudos de Cartografia Antiga (n.os LXXVII, LXXX e LXXXIII).

a financiar e patrocinar a nova reunião. Assim, em encontro havido em Lisboa em Abril de 1973 com os professores Ciriaco Pérez-Bustamante e Demetrio Ramos Pérez e o Dr. Francisco Paulo Mendes da Luz (embaixador de Portugal em Teerão e ao tempo cônsul-geral de Portugal em Madrid, e a cuja actuação esclarecida e dinâmica muito se ficou a dever), foi assente considerar as Jornadas de Tordesilhas como o I Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, foi escolhido como tema para o II Colóquio «A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas» e foi organizada a lista original dos colaboradores dos dois países (e ainda de um brasileiro e de um uruguaio especialmente qualificados no assunto) a convidar para se ocuparem dele sob vários aspectos.

O II Colóquio teve lugar em Lisboa, no Instituto Superior de Higiene e Medicina Tropical, tendo decorrido de 25 a 29 de Setembro de 1973, estando patente durante ele uma exposição bibliográfica de obras da Junta de Investigações do Ultramar relativas a história e outras ciências humanas ([3]). Na sessão de abertura o Prof. Ciriaco Pérez-Bustamante proferiu uma oração relativa ao interesse de Marcelino Menéndez Pelayo pela cultura portuguesa, e na sessão de encerramento o Prof. Luís Suárez Fernández pôs em relevo o valor de colóquios de tal tipo, sobre temas bem definidos e com limitado número de participantes, quer para o progresso do conhecimento, quer para o estreitamento de relações entre os dois países ibéricos.

Apesar do escasso tempo de que se dispôs entre o anúncio e a realização do Colóquio, conseguiu-se que fossem apresentadas vinte e seis comunicações, repartindo-se por números sensivelmente iguais as de autores espanhóis e as de autores portugueses e incluindo as dos reputados historiadores coronel Rolando Laguarda Trías, do Uruguai, e comandante Max Justo Guedes, do Brasil. Trata-se, em geral, de trabalhos de apreciável nível, abarcando múltiplos aspectos do tema escolhido e contendo, a par de um grande número de elementos informativos novos, uma notável riqueza no campo da interpretação. A sua discussão foi muito útil e permitiu evidenciar numerosas complementaridades, quer entre as fontes portuguesas e as fontes espanholas, quer entre os pontos de vista dos historiadores dos dois países. Isto explica que os textos finais que a seguir se publicam constituam, na maior parte dos casos, versões amplamente revistas, ou mesmo refundidas, das redacções originariamente apresentadas pelos autores.

Apresenta-se seguidamente um apanhado de alguns dos principais aspectos abordados nas várias comunicações.

O estudo de Ramón Ezquerra Abadía abre, apropriadamente, a série com a discussão das hipóteses quanto à altura em que teria aparecido a ideia do antimeridiano, isto é, da linha divisória entre Portugal e Castela no Oriente. Quer

([3]) De que foi impresso o respectivo catálogo, com o título *II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina — Exposição bibliográfica — Catálogo*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1973, 139 pp.



a bula *Inter Caetera*, quer o Tratado de Tordesilhas, só mencionam explicitamente o meridiano de partilha no Atlântico. Ignorância ou premeditação? Têm sido expressas várias opiniões nesta matéria, mas afigura-se que se quis apenas dividir então de facto o Atlântico. É de notar a opinião de Cristóvão Colombo, perfilhada no *Memorial de la Mejorada* e seguida pelo seu filho Fernando Colombo, segundo a qual o cabo de Boa Esperança constituiria o limite oriental das terras a que Portugal teria direito. Na realidade, a bula *Dudum Siquidem* parecia deixar a Castela a posse da Índia Oriental, no caso de os seus navios lá chegarem antes. Mas a viagem de Vasco da Gama e os avanços subsequentes dos Portugueses até Malaca e até às Molucas constituíram factos consumados que vieram alterar o panorama, na medida em que os Castelhanos foram detidos durante duas dezenas de anos pela barreira americana, só avistando o mar do Sul em 1513. Nessa fase a defesa do antimeridiano não interessa a Portugal, antes à Espanha. Não é de estranhar, por isso, que o mais antigo testemunho documental, quanto à linha divisória no Oriente, seja de João Dias de Solis, que estava ao serviço de Castela quando em 1512 proclamava que Malaca se encontraria no hemisfério espanhol. Assim se desenvolveu a ideia de que o Tratado de Tordesilhas dividia a Terra em duas partes iguais, e quando Magalhães ofereceu os seus serviços a Carlos V partiu desse pressuposto, já enraizado quando das sessões da Junta de Badajoz-Elvas (apesar das objecções de Fernando Colombo) e expresso na cartografia coeva.

São três os estudos que se ocupam das Molucas, destino de Magalhães. No primeiro deles, Luís Filipe Thomaz aborda as relações entre Malaca e aquelas ilhas, que na época em que os Portugueses e Castelhanos chegaram ao Oriente eram o único produtor mundial de cravo. Apesar de anteriores contactos com gentes de Java e da China, foi de Malaca que as Molucas receberam os elementos de civilização que as fizeram passar da pré-história à história: o islamismo e a escrita árabe, essencialmente. Malaca nasceu, desenvolveu-se, tornou-se no principal centro comercial da Ásia meridional e conquistou a hegemonia da Insulíndia, tudo no espaço de menos de um século; fundada provavelmente em 1403, Malaca converteu-se oficialmente ao islamismo posteriormente, e desde então fez do Islão um dos esteios do seu imperialismo. A rápida expansão do Islão na Insulíndia nos séculos XV-XVI está intimamente relacionada com a expansão comercial de Malaca — de que é, ao mesmo tempo, consequência e suporte ideológico. As ilhas Molucas receberam a lei de Mafoma no terceiro quartel do século XV e ficaram sendo, desde então até aos nossos dias, o finisterra do Islão. A sua islamização prematura é fruto das suas relações directas com Malaca, por sua vez consequência do comércio do cravo.

Chegados ao Índico, depressa os Portugueses atingiram e conquistaram Malaca, daí irradiando imediatamente para as Molucas, que foram uma das poucas regiões em que os Muçulmanos se não mostraram sistematicamente hostis aos Portugueses. Retirando aos Muçulmanos o domínio dos mares do Oriente, os Portugueses pouco inovaram em relação a eles: substituíram-se-lhes, adoptando as rotas que eles antes seguiam, e continuando a fazer circular por elas os mesmos produtos. As grandes inovações dos Portugueses verificaram-se na organização do tráfego, estabelecendo

um sistema de comércio dirigido e orientado pela Coroa e apoiado em terra pelas praças portuguesas onde funcionários régios proviam os navios de tudo o necessário.

No estudo seguinte, Armando Cortesão trata das mais antigas representações cartográficas e da mais antiga descrição das Molucas. A linha divisória do Tratado de Tordesilhas seria consequência da carta de marear que Pêro da Covilhã enviou do Cairo a D. João II em fins de 1491, e na qual as ilhas das especiarias, identificadas com a *Insulae Satyrorum* de Ptolomeu, se encontrariam em posição tal que o monarca português julgaria que o prolongamento oriental daquela linha as deixaria no hemisfério português. A representação seguinte, a primeira que nos chegou, ainda que extremamente vaga e reflectindo também a informação de Covilhã, é a contida no planisfério Cantino (1502), sob a forma de uma pequena ilha de *caleirciram* (Ceiram). A primeira carta conhecida onde são referidas as ilhas «onde nasce o cravo» é a de anónimo — Jorge Reinel, de 1510. Seguem-se as notáveis cartas da Insulíndia traçadas em 1513 por Francisco Rodrigues, piloto da expedição de António de Abreu; uma delas contém as ilhas das especiarias, entre as quais «as quatro de Maluco donde vem o cravo». Embora Rodrigues tivesse estado em Ceiram, a sul daquelas, não as chegou a visitar, e há indícios seguros de que copiou a sua representação de uma carta indígena, provavelmente javanesa. Até ao planisfério de Lopo Homem de 1554 contam-se mais umas dezasseis cartas portuguesas com a figuração das Molucas, da autoria de Pedro Reinel, Jorge Reinel, Diogo Ribeiro, Gaspar Viegas, António Pereira e anónimos vários, a que há a somar umas oito cartas da escola de Dieppe, feitas sobre protótipos portugueses. A viagem de Magalhães deu origem a novas representações cartográficas, com realce para Gilolo, em obras espanholas ou delas derivadas. Como era de esperar, as cartas portuguesas ou nelas baseadas apresentam as Molucas a oeste do meridiano divisório no Oriente, enquanto as espanholas ou delas derivadas as figuram a leste dele. Espanhóis e Portugueses sabiam que não era então possível determinar com exactidão por onde passava tal meridiano, e por isso na Junta de Badajoz-Elvas os primeiros propunham que ele fosse fixado por meios científicos, enquanto os segundos se agarravam ao direito de posse inicial, por lá haverem chegado primeiro.

Deve-se ao afamado boticário Tomé Pires, na sua *Suma Oriental*, de 1513, uma minuciosa e exacta descrição da Insulíndia, com as ilhas das especiarias, a qual está reunida no mesmo códice que contém o *Livro de Francisco Rodrigues*, publicado em 1944 por Armando Cortesão em valiosa edição crítica com tradução inglesa. Dá-se agora a versão em português moderno do texto relativo às ilhas das especiarias.

No terceiro estudo relativo às Molucas, António da Silva Rego ocupa-se das viagens portuguesas a Malaca com Diogo Lopes de Sequeira e Afonso de Albuquerque, nas quais participou Fernão de Magalhães, e das que se seguiram em direcção das ilhas do cravo até à morte de Magalhães em 1521, portanto imediatamente anteriores ao aparecimento nelas da armada espanhola. A primeira foi a de António de Abreu, que largou de Malaca em Dezembro de 1511, com o amigo de Magalhães, Francisco Serrão, o primeiro português a chegar às Molucas. Em todos os anos que se seguiram repetiram-se as viagens, até que em 1521 D. Manuel enviou a armada de Jorge de Brito e António de Brito com a missão de erguerem uma



fortaleza nas Molucas. Dessas viagens, principalmente, resultaram numerosas informações relativas às ilhas, em parte reunidas no inquérito de 1523 destinado a demonstrar a prioridade dos Portugueses em chegar a elas e em obter a vassalagem dos habitantes. Tais informações dizem respeito sobretudo a aspectos puramente económicos, mas também se fala da recente introdução do islamismo, que então era apenas abraçado pelos dirigentes, do monopólio português e das rotas seguidas desde Malaca. Só mais tarde, com Jordão de Freitas e, sobretudo, António Galvão (que chegou ao arquipélago em 1536), seriam elaboradas informações mais desenvolvidas sobre as ilhas e os seus habitantes.

É bem conhecida a estrutura dos organismos espanhóis que promoviam e organizavam as expedições marítimas para o ultramar, principalmente a Casa da Contratação, em Sevilha. Em contrapartida, sabe-se bastante menos dos congéneres portugueses, que terão possivelmente inspirado aqueles e com os quais esteve relacionado Fernão de Magalhães enquanto ao serviço de Portugal. Tem, por isso, oportunidade o estudo de Francisco Paulo Mendes da Luz, ao debruçar-se sobre as origens e características da Casa da Índia e dos Armazéns da Guiné e Índias, cujas funções têm sido frequentemente confundidas.

A Casa da Índia teve como antecedentes a Casa de Ceuta e a Casa da Guiné. Esta última nasceu em Lagos, para fiscalização e controlo do incipiente comércio com as terras ao sul de Marrocos. Transferida para Lisboa, a importância de trato da Mina levou a que lhe fosse aplicada a designação de Casa da Mina. Depois da viagem de Vasco da Gama surgiu a Casa da Índia, sendo criado em 1501 o cargo de feitor. Dentro da mesma estrutura, funcionava também a Casa dos Escravos, sendo de registar a reforma promulgada em 1509 por D. Manuel. Havia o tesoureiro da Casa da Guiné ou Mina (por onde corria todo o ouro importado e todas as mercadorias necessárias ao comércio da Guiné e Índia) e dois tesoureiros da Casa da Índia (por onde corriam as especiarias importadas). Também nessas casas se faziam os contratos de navios e seus armadores, e ao feitor, tesoureiros e escrivães competia o controlo da carga e descarga das naus e caravelas.

Em relação com as Casas da Mina e da Índia funcionava o Armazém da Guiné e Índias, que já existia à volta de 1480, tendo então um recebedor, cargo que foi desempenhado por Bartolomeu Dias. Em 1501 passou a ser dirigido por um provedor. Ao Armazém da Guiné e Índias competia fabricar, reparar ou adquirir os navios para o comércio real, dotá-los de tripulação e de armamento e superintender no fabrico e verificação de cartas e instrumentos de navegação, para o que lhe estava adstrito o cosmógrafo-mor, e nele depositadas as «cartas-padrões del-Rei».

Se os historiadores geralmente se preocupam com os factores políticos, económicos e sociais, é frequente descurarem o conjunto de meios técnicos que em certas épocas possibilitaram profundas transformações naqueles domínios. João da Gama Pimentel Barata, no seu estudo, insiste pertinentemente em que entre tais meios sobressai o navio, «o mais poderoso e célere meio de difusão da civilização mediterrânica por todo o mundo». Mas, dada a raridade das fontes, é difícil o estudo dos navios dos séculos XV e XVI, escasseando os conhecimentos relativos ao traçado geométrico. Este facto, aliado a serem em número muito pequeno os que se têm debruçado

sobre o assunto, explica que mesmo em obras recentes de arqueologia naval, tipos importantes de navios, como o *galeón* espanhol, o galeão português e a nau da carreira da Índia, dominantes no século XVI e factores fundamentais da evolução da Europa, sejam tratados em escassas linhas.

Os únicos dados técnicos sobre os navios da armada de Magalhães consignados em fontes da época são o tipo e o porte — naus de 75 t, 85 t, 110 t e 120 t, segundo autores espanhóis, ou de 60 t, 80 t e 110 t, segundo um documento português. Seriam, portanto, navios de alto bordo, de aparelho redondo, com três mastros, um dos quais latino. Tomando em consideração as características da construção naval espanhola do século XVI, e atendendo ao valor da tonelada espanhola (medida de capacidade), podem deduzir-se as proporções e medidas das naus de Magalhães, obtendo-se comprimentos da quilha entre 9,20 m e 11,50 m, o que confirma quão exíguos eram os navios dos descobrimentos. É de toda a conveniência que os estudos de arqueologia naval se desenvolvam em Espanha e Portugal, pois há muito a apurar e a construção naval ibérica foi então pioneira e teve características de forte individualização, nomeadamente em relação aos povos do Norte da Europa.

Ainda no domínio técnico, um outro aspecto que condicionou fortemente a empresa de Magalhães é o chamado problema da longitude, quer nos antecedentes da viagem, quer no seu desenrolar. Dele se ocupa o coronel Rolando Laguarda Trías, que começa por evidenciar que os intentos de Colombo e de Vespúcio em determinar longitudes fracassaram. Depois da assinatura do Tratado de Tordesilhas, foram redigidos em Espanha memoriais vários em que se expunham pontos de vista relativos à posição da linha divisória no Extremo Oriente. Assim, em 1512 o cosmógrafo Martín Martínez de Ampiés teria preparado um, em relação com a projectada viagem de Solis, e nele se afirmaria que o antimeridiano passaria pela ilha de Ceilão. Outro memorial é o que Martín Fernández de Enciso publicou em 1519 na *Summa de Geographia* e que também vem no livro *Phisices Compendium*, de 1520, de mestre Pedro Margalho; segundo tal documento, a linha de repartição passaria pela foz do rio Ganges. Finalmente, o próprio Fernão de Magalhães, antes de partir, entregou ao monarca espanhol um memorial de muito interesse, mas que não tem sido suficientemente estudado.

Nele são dadas várias diferenças de longitude entre pontos geográficos importantes, resultando que as Molucas eram colocadas quatro graus dentro do hemisfério espanhol, o que representa um erro de cerca de nove graus. É de salientar a incrível exactidão conseguida na apreciação da diferença de longitude entre o cabo de Boa Esperança e as Molucas.

Magalhães pretendia que fossem determinadas longitudes durante a sua viagem, inclusivamente para verificar os números dados naquele memorial. Isso teria competido ao cosmógrafo Rui Faleiro, mas, como este não seguiu na armada, a tarefa veio a caber a Andrés de San Martín. Uma análise cuidadosa dos elementos documentais que nos chegaram demonstra que este notável cosmógrafo espanhol utilizou o método das conjunções e oposições do Sol, Lua e planetas com resultados que evidenciam as suas grandes qualidades de observador e calculador. As longitudes registadas no roteiro de Francisco Albo revelam apreciável exactidão, nomeadamente quanto a fazerem cair as Molucas no hemisfério português, ao contrário do que regista o diário de António Pigafetta, cujas longitudes apresentam valores sistematicamente inferiores àqueles.



Se, em relação a Portugal, Lisboa reunia a sede política com o nexo marítimo, Castela tinha então em Valhadolide o assento dirigente da Corte, enquanto Sevilha era a porta do ultramar. Por isso, Demetrio Ramos Pérez se ocupa das ligações de Valhadolide com a empresa magalhânica, já que foi nessa cidade que foi firmada em Março de 1518 a capitulação respeitante à viagem, como foi a ela que Juan Sebastián de Elcano acorreu para contar ao imperador o feito portentoso, narrado em relação que Maximiliano Transilvano escreveu na mesma cidade.

Se o Tratado de Tordesilhas dividira, na realidade, o Atlântico e as bulas papais conferiam a posse da Índia a quem primeiro lá chegasse, não interessou aos Espanhóis durante vários anos a fixação de um antimeridiano. Mas, desde que os Portugueses atingiram Malaca em 1509, conquistaram a cidade em 1511 e dela começaram a irradiar para as Molucas, alongando-se cada vez mais a navegação lusitana, lógico era que em Espanha passasse a ter interesse o conceito do antimeridiano, do que são claro testemunho as ideias expressas por Solis em 1512. Nessa altura já desde há vários anos se encontrava instalado em Lisboa o poderoso mercador burgalês Cristóbal de Haro, que, entre o mais, tinha os olhos postos nas especiarias orientais e viria a contribuir para o financiamento da expedição de Magalhães. A ida do navegador português para Castela, ao que não terá sido estranho Cristóbal de Haro, atesta quanto se firmara então o conceito do antimeridiano divisório.

Não só no objectivo comum, mas em múltiplos outros aspectos, há paralelismos evidentes nos empreendimentos de Colombo e de Magalhães: demanda de Castela para realizar o projecto, valor marinheiro, apoios procurados em Espanha, sublevação da tripulação, etc. Como Colombo, Magalhães teve de percorrer a via sacra de procurar o apoio dos áulicos até conseguir os seus intentos, em Sevilha, Medina do Campo, Ponte do Douro, Simancas e finalmente em Valhadolide, onde aportou pela altura em que o novo monarca D. Carlos aí chegava, sendo de supor que para lograr os seus intentos se tenha socorrido de uma carta afim do mapa-múndi de Lopo Homem de 1519, na qual se figura um continente austral ligando a América meridional ao Sueste asiático, e ao longo do qual estaria previsto que navegaria se não encontrasse o almejado estreito.

Também no seu estudo Francisco Morales Padrón evidencia os paralelos entre os empreendimentos de Colombo e de Magalhães, em domínio específico, o das instruções. Com efeito, as instruções dadas a Fernão de Magalhães para a sua viagem revelam, a par de disposições novas, muitas outras comuns às das instruções anteriores dadas a Cristóvão Colombo, Diego Colombo, Pedrarías Dávila, João Dias de Solis e Hernando Cortés. Entre as novidades destaca-se a da implantação de padrões nos lugares descobertos, prática certamente inspirada — talvez por iniciativa do próprio Magalhães — no que se passava com os descobridores portugueses. O exame comparativo entre as instruções dadas a Magalhães e as anteriores testemunha haver uma política constante que se inicia com Colombo e se desenvolve com o decorrer dos anos.

As instruções para Magalhães constituem um documento extenso na sua redacção e articulado, e desenvolvido nas suas disposições, comprovando que a Coroa já então dispunha de suficiente experiência na matéria, de modo a prever variadas circunstâncias e eventualidades. É manifesta a tendência para regulamentar juridicamente toda a actividade da expedição. Pressupõe-se uma conquista jurídica das novas terras por parte da Espanha, e ainda, no domínio das práticas internacionais, recomenda-se a política de boa vizinhança para com Portugal e dão-se normas sobre as relações com os indígenas, ao mesmo tempo que é notória a intenção predominantemente comercial da expedição.

A grande riqueza da documentação existente no Archivo General de Indias, de Sevilha, permitiu a Lourdes Díaz-Trechuelo estudar com bastante pormenor os preparativos da armada de Magalhães, nos vinte e três meses que antecederam a sua partida. A documentação estudada (já publicada na sua maior parte) permite seguir dia a dia a marcha de tais preparativos, apurar montantes das despesas efectuadas, saber quantos tripulantes seguiram, etc.

Assim, verifica-se que o total de homens embarcados foi de 237 e que houve dificuldade em os recrutar, em face da duração prevista e riscos da viagem. Tiveram de se procurar em várias partes de Espanha e houve que recorrer largamente a estrangeiros. Regionalmente, entre espanhóis, registam-se 65 tripulantes oriundos da Andaluzia, 29 da zona dos Bascos, 15 de Castela, 10 da Galiza e poucos mais de outras áreas, perfazendo um total de 136. Além de 6 africanos e asiáticos, contam-se 79 estrangeiros europeus, com predomínio de italianos, franceses e portugueses (o alistamento destes últimos foi muito contrariado). A compra dos navios e o seu aprestamento montaram em 2 704 998 maravedis, os mantimentos em 1 654 944 maravedis e as armas e munições em 521 774 maravedis. As mercadorias para comércio orçaram por 1 679 769 maravedis e foram na quase totalidade fornecidas por Cristóbal do Haro. Foram despendidos mais de três milhões de maravedis com o pagamento do pessoal e o total das despesas excedeu um pouco os dez milhões de maravedis.

Por nossa parte, ocupamo-nos do discutido papel dos irmãos Rui e Francisco Faleiro no campo da náutica em Espanha. Ambos se juntaram a Magalhães em Sevilha no final de 1517, a fim de colaborarem na projectada expedição às Molucas. Durante mais de um ano Fernão de Magalhães e Rui Faleiro agiram em pé de igualdade nas negociações com Carlos I, sendo ambos designados como capitães gerais da armada, mas o último veio a ser afastado. Magalhães associara-o a si porque ele lhe teria prometido a solução do problema das longitudes, mas a identificação do seu «Regimento da altura de leste-oeste» permite concluir que este não tinha valor prático e se baseava na teoria de que as linhas de igual declinação magnética coincidiriam com os meridianos. Esta teoria resultara do alargamento das navegações portuguesas nos mares da Terra Nova, Atlântico Sul e Índico com a constatação da regularidade da variação no espaço de declinação magnética, e já antes a formulara João de Lisboa no *Tratado da agulha de marear*. O regimento de Rui Faleiro foi copiado, com ligeiras alterações, por Pigafetta.



Quanto a Francisco Faleiro, manteve-se durante mais de meio século ao serviço da Casa de la Contratación, como cosmógrafo, publicando em 1535 um importante livro sobre a arte de navegar e destacando-se na divulgação de instrumentos e métodos para determinar a variação da agulha magnética.

O comandante José Luís Morales reconstituiu as rotas de Magalhães e de Elcano, socorrendo-se do valioso diário náutico de Francisco Albo. Na sua opinião, o texto que nos chegou constitui a junção de um diário desde o cabo de Santo Agostinho até às Filipinas, devido efectivamente a Francisco Albo, e de um diário desde as Molucas a Espanha, com outra autoria (não sendo de arredar que se deva a Elcano).

No seu primeiro estudo, o comandante Max Justo Guedes aponta que a armada de Magalhães, depois de uma navegação tecnicamente perfeita ao longo da costa do Brasil, aportou à baía que os Portugueses haviam denominado antes de Rio de Janeiro e que então foi crismada de baía da Santa Luzia, já que aquela designação era desconhecida em Espanha. O nome do Rio de Janeiro vem na carta de Piri Reis de 1513, mas não se encontra na *Suma de Geographia* de Enciso. A partir do cabo Frio, foram sobretudo utilizados os conhecimentos do piloto João Lopes Carvalho, que havia vivido nessa zona alguns anos antes e cujo nome é dado à baía de Rio de Janeiro numa carta náutica de c. 1520 atribuída a Girolamo da Verrazano.

Leandro Tormo Sanz apresenta-nos uma visão do mundo indígena que Magalhães teria conhecido nas suas escalas pelas ilhas de S. Lázaro, e de que os grupos principais eram Negritos, Indonésios e Malaios. Os primeiros resultaram da fusão de duas vagas migratórias e viviam nas serras e florestas. Os Indonésios chegaram em três séries migratórias e os Malaios vieram posteriormente e habitavam a orla marítima e os vales dos rios. Todas as ilhas visitadas por Magalhães eram povoadas pelos Visayas, de origem malaia, e por isso é a estes que sobretudo se referem as notícias recolhidas durante a viagem, embora se tenha então sabido da existência de negros em ilha contígua a Cebu. É hipotético que tenham então ouvido falar de grupos de origem indonésia.

As notícias etnológicas coligidas por Pigafetta mostram que ele não se limitou a registar o que viu, mas também aquilo que ouviu de Magalhães e de outros portugueses em resultado de anteriores contactos com populações do Sueste asiático. É mesmo plausível supor que Magalhães procurou deliberadamente as Filipinas por notícias havidas de portugueses que lá teriam ido das Molucas à procura de arroz.

Os cronistas e outras fontes apresentam certas variantes quanto aos motivos que levaram ao infeliz combate de Mactán e quanto à maneira como teria ocorrido a morte de Magalhães. Sobre esta matéria se debruça José Ibáñez Cerdá, para quem tal acontecimento terá contribuído decisivamente para propiciar a cristianização das Filipinas.

A dispersão ou perda dos navios da armada de Magalhães, já que só a *Vitória* conseguiu regressar a Sevilha, quase três anos volvidos sobre a data da partida, tem por detrás de si uma série de causas profundas, do que se ocupa Alfonso González González. Seriam elas, além do mais, a insuficiência de técnicas de navegação, o choque com gentes desconhecidas, a fome, as doenças, as dissensões entre

protagonistas, série de factores que, afinal, tanto pesaram nos destinos de numerosas outras expedições descobridoras. Assim, a nau *Santiago* naufragou, durante uma tempestade, na costa da Patagónia, região particularmente difícil, como experimentaram tantos outros posteriormente. A fuga da nau *Santo António*, já entrado o estreito, foi motivada por ressentimentos de Estêvão Gomes, que, além disso, também julgaria que haveria que procurar outra passagem em zona menos difícil e mais próxima da Espanha. A nau *Conceição* foi queimada por falta de braços para a manobrar. E a nau *Trindade*, finalmente, não realizará o intentado desejo dos seus tripulantes em atravessar o Pacífico de oriente para ocidente, vindo os sobreviventes a cair nas mãos dos Portugueses. Só quase meio século volvido, em 1565, seria descoberto o segredo da rota de regresso das Filipinas a Acapulco.

Na história da primeira viagem de circum-navegação do globo ressalta o frequente choque entre personagens que participaram ou estão de algum modo ligados ao empreendimento, o que António Alberto Banha de Andrade põe em evidência através da análise de vários casos. Sobressai, logo nos antecedentes da expedição, o conflito entre el-rei D. Manuel e Fernão de Magalhães, continuando a ser motivo de controvérsia as verdadeiras razões da passagem do último ao serviço do rei de Espanha, já que os cronistas divergem na matéria. A nacionalidade portuguesa de Magalhães também terá contribuído para as dissensões durante a viagem, nomeadamente quando na Patagónia.

Em breve nota, o comandante Max Justo Guedes ocupa-se de uma versão ainda não estudada da chamada «Relação do piloto genovês», e aponta que na relação da Biblioteca da Universidade de Leiden se diz que Magalhães teve como mestre de navegação e cosmografia um parente chamado Gonçalo de Oliveira. É de notar que um dos pilotos da expedição de António de Abreu tinha este nome, pelo que o assunto merece ser aprofundado.

Com a meticulosidade que lhe é habitual, Francisco Leite de Faria ocupa-se do estudo e descrição das primeiras relações impressas sobre a viagem de Magalhães. Se nos primeiros anos depois do regresso da nau *Vitória* se publicou algum opúsculo em Portugal ou Espanha sobre o assunto, ele é hoje desconhecido. Os primeiros livros que se imprimiram em Espanha com circunstanciadas referências à viagem são as Décadas de Pedro Mártir de Anghiera (1530), a *Historia de las Indias* de Francisco López de Gómara (1552) e a segunda parte da *General Historia de las Indias* de Gonçalo Fernández de Oviedo y Valdés (1557). Em Portugal, a viagem é tratada no sexto livro da *História do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda (1554), na *Terceira Década* de João de Barros (1563), no *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão (1563) e na quarta parte da *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis (1567). A primeira relação impressa conhecida sobre a viagem de Magalhães é uma carta de Maximiliano Transilvano (de que as primeiras quatro edições são de 1523 e 1524 ou 1525), seguindo-se a relação de António Pigafetta (1526?) e a edição conjunta de ambas (1536); as obras desses dois autores tiveram depois numerosas outras edições.

O comandante Roberto Barreiro-Meiro enumera no seu breve estudo as primeiras cartas contendo representações derivadas da viagem de Magalhães, a começar pelos esboços de Pigafetta e pela obra de Nuño de García de Toreño de Outubro de 1522 e prosseguindo pelo planisfério anónimo de Turim e pelos padrões de Diogo Ribeiro.



Os pontos de vista de D. João III na Junta de Badajoz-Elvas são objecto do estudo de Luís de Albuquerque e Rui Graça Feijó. A abundante documentação que até nós chegou permite compreender a estratégia seguida pelos delegados de D. João III, que sempre actuaram em íntima conexão com o seu monarca. Na base daquela estava a distinção entre os direitos de posse e de propriedade, jogando com o facto de os Portugueses haverem firmado um comércio continuado com as Molucas uma dezena de anos antes, o que podia ser provado com abundantes testemunhos. Ao invés, D. João III punha de lado, como argumento, a situação do antimeridiano, já que era muito difícil defini-la na época e alguns técnicos portugueses julgariam que a linha de demarcação deixava as ilhas do cravo do lado espanhol. Aceitava apenas, como meio de estabelecer a localização do arquipélago, o método de observação de eclipses a efectuar simultaneamente na Península e naquele — processo inviável na época, pelo que tudo reverteria ao argumento de posse.

Entre as muitas pessoas que se debruçaram sobre a controvertida questão das Molucas conta-se o espanhol Antonio Maldonado de Hontiveros, de cuja biografia e obras se ocupa Luís de Matos no seu estudo. Fixado em Portugal em 1523, pensou-se do lado espanhol que ele estaria indigitado para a delegação portuguesa à Junta de Badajoz-Elvas. Refugiado em Vila Viçosa, sob a protecção do duque D. Jaime de Bragança (que acompanhou de muito perto a questão das Molucas, inclusive nos seus aspectos náuticos e cosmográficos), Maldonado dedicou-se aí a trabalhos de astronomia e náutica, escrevendo perdidas obras sobre a contenda relativa às ilhas do cravo, falecendo em 1572.

A complexidade da rota ocidental das especiarias no período até 1563 é objecto do estudo de Francisco de Solano, que abarca na sua síntese o respeitante às oito armadas que saíram dos portos andaluzes ou galegos e as cinco que zarparam da plataforma do Pacífico americano; a descoberta da rota de retorno das Filipinas à Nova Espanha em 1565 veio alterar substancialmente o condicionalismo anterior. A especificidade do trato das especiarias levou ao projecto de instalar na Corunha uma casa de contratação própria, de que foi feitor Cristóbal de Haro, decisão precedida alguns dias antes da autorização concedida a todos os súbditos de Carlos V, castelhanos ou não, de comparticiparem na armação de navios destinados ao trato oriental. Quer a preparação dos navios para tão longas viagens, quer o carregamento dos produtos adequados para esse comércio se resvestiam de apreciável complexidade, e havia que ir buscar materiais e géneros de permuta em vários países, o que propiciou a colaboração de capitalistas estrangeiros (sobretudo alemães) e castelhanos, facto bem documentado pela análise das fontes de financiamento daquelas armadas. Estas mostram que a parte principal coube a banqueiros e mercadores, embora a Coroa também tenha investido apreciáveis capitais, sobretudo no pagamento dos soldos do pessoal. Os frutos foram escassos, mas os grandes capitalistas conseguiram obter, em

contrapartida, do Estado, compensações várias, como se verificou com o próprio Cristóbal de Haro, que de novo voltou a Lisboa com licença para exportar escravos para a América.

O Prof. Ciriaco Pérez-Bustamente ocupa-se pormenorizadamente de uma destas expedições, a que partiu em 1542 sob o comando de Ruy López de Villalobos. São numerosas as fontes para o seu estudo, tanto espanholas com portuguesas, quer no que respeita aos seus antecedentes, quer quanto aos sucessos até à entrega dos castelhanos ao capitão português das Molucas. Na preparação dos navios teve papel destacado D. Pedro de Alvarado, governador da Guatemala, tendo alguns deles sido utilizados na viagem de João Rodrigues Cabrilho à Califórnia.

Em desenvolvido estudo, Juan Pérez de Tudela y Bueso analisa o papel da procura das especiarias na política indiana de Castela até ao Tratado de Saragoça, e a começar na primeira viagem de Colombo e no Tratado de Tordesilhas. A ideia do antimeridiano, relacionada com a demanda do cravo, firma-se com o rei D. Fernando em relação com os projectos e viagens de João Dias de Solis. É também de assinalar o papel do bispo Fonseca, em Sevilha, sobretudo no que respeita às armadas de Magalhães e de Andrés Niño, e ainda a actuação tenaz de Cristóbal de Haro, tão ligado à Casa da Contratação da Especiaria na Corunha, concebida e aí localizada com vista ao sucesso da distribuição da preciosa especiaria no Norte europeu, em concorrência com Lisboa. Mas o monarca português sustentou teimosamente os seus direitos, baseados na posse, e o projecto faliu. Os delegados castelhanos actuaram deficientemente na Junta de Badajoz-Elvas, apesar da clarividência de D. Fernando Colombo em querer agarrar-se à argumentação paterna. Essa reunião teve o interesse de clarificar a disputa do lado castelhano, passando-se a nova fase, em que se procurou compartilhar do comércio da especiaria enquanto não se firmasse um acordo de demarcação no Oriente. Nesse sentido se prepararam novas expedições, a seguir pelo estreito achado por Magalhães ou em demanda de outro no hemisfério norte, e se procurou tirar vantagem da conquista da Nova Espanha como base de novos empreendimentos. Até que as necessidades financeiras e as conveniências políticas levaram o imperador ao Tratado de Saragoça.

Finalmente, no último trabalho, Alberto Iria, depois de fazer um balanço da documentação que tem sido editada em Portugal respeitante às Molucas, publica, em número de vinte e nove, as mais antigas espécies manuscritas relativas às ilhas do cravo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, e que abrangem o período de 1589 a 1615.

Em resumo, afigura-se-nos que, com o II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, se progrediu consideravelmente no conhecimento da primeira viagem de circum-navegação do globo e da questão das Molucas, e que daqui para o futuro, durante largo tempo, será imprescindível a consulta deste volume aos estudiosos dessas matérias.

Verifica-se, sem dúvida, uma complementaridade entre as fontes espanholas e as fontes portuguesas, em muitos casos, e que se traduz na forma de tratar os assuntos por parte dos historiadores de um e outro país. Daí o grande interesse de reuniões deste tipo, e que muito convirá repetir periodicamente no futuro, o que bem expresso ficou no debate que sobre tal se realizou.



Os temas, aliás, não faltam. A começar pela primitiva rivalidade quanto à posse das Canárias, e passando pelo litígio quanto à posse da Guiné e da Mina até aos tratados do século XVIII relativos à delimitação na América do Sul, são numerosos os assuntos susceptíveis de largo debate e esclarecimento. E não apenas os que se referem a conflitos e rivalidades, pois também abundam as convergências e complementaridades, nomeadamente no que se refere ao espaço atlântico, não esquecendo o papel decisivo das ilhas mais próximas do velho mundo, com as suas múltiplas e intrincadas relações.

Ao terminar, evocamos com saudade a figura do Prof. Ciriaco Pérez-Bustamante, falecido em 27 de Maio de 1975. Reitor honorário da Universidade Internacional Menéndez Pelayo e presidente honorário do Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo, instituições que tanto prestigiou, foi, além do historiador notável, pessoa dotada de grande espírito conciliador, e a quem muito devem as Jornadas Americanistas e os Colóquios Luso-Espanhóis de História Ultramarina. Que o exemplo da sua vida, feita de bondade e de sabedoria, possa ser motivo de inspiração para os historiadores que aram os vários campos em que ele se notabilizou.

Já ao completar-se a impressão deste volume, chegou-nos a notícia do falecimento, em começos de Setembro de 1975, de mais outro colaborador do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, o Comandante José Luís Morales, da Armada Espanhola. Director do Museu Naval de Madrid, cargo em que sucedera ao prestigioso Almirante Júlio Guillén, todos aqueles que trabalharam naquele rico museu puderam apreciar a sua afabilidade e requintado trato, sempre virado ao propósito de ajudar os investigadores, espírito esse que certamente inspirará os seus sucessores, bem dentro da tradição da nobre nação espanhola.

Lisboa, Setembro de 1975.

A. TEIXEIRA DA MOTA

# LA IDEA DEL ANTIMERIDIANO

POR

RAMÓN EZQUERRA ABADÍA

Como todos los otros problemas de la época de los Descubrimientos, la cuestión del antimeridiano de la línea de demarcación, o la subsiguiente division del globo en dos hemisferios coloniales, se halla en estrecha relación con los demás, y no es fácil aislarla de ese contexto. Sin embargo, trataré de hacerlo en lo posible y de limitarme a este punto concreto, con el intento de señalar la aparición del concepto de un antimeridiano o prolongación de la línea demarcatoria en el hemisferio opuesto al Atlántico.

Hay que prescindir aquí de los múltiples interrogantes que suscitan la gestión y concesión de las bulas alejandrinas de 1493, su sentido, el origen de la línea de demarcación, las actitudes de Castilla y Portugal y todo el ámbito del Tratado de Tordesillas, problemas demasiado complejos, ya muy bien analizados por ilustres historiadores y que caen fuera del alcance de este trabajo, incluso en la forma más resumida ([1]).

Si nos atenemos al texto, tanto de la bula *Inter caetera II* como del Tratado de Tordesillas, no vemos en ellos nada explícito que implique la existencia de un antimeridiano o la prolongación del meridiano definitivo de partición — ya que la citada bula da en realidad una línea quebrada. Sin retorcer el texto ni el sentido de ambos documentos, creo que solo se refieren al Atlántico, es decir al único océano entonces conocido y admitido. Colón estaba persuadido de haber llegado a las Indias

---

([1]) Basta referirse a algunas de las obras más importantes sobre estos problemas. Sobre las bulas: Manuel GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, *Nuevas consideraciones sobre la historia, sentido y valor de las Bulas Alejandrinas de 1493 referentes a las Indias*. Sevilla, 1944, «Anuario de Estudios Americanos», t. I, y ed. aparte. Del mismo: *Algo más sobre las Bulas Alejandrinas*, «Anales de la Universidad Hispalense», VIII, 1945, y IX, 1946; del mismo, *Todavía más sobre las letras alejandrinas de 1493, referentes a las Indias*, «Anales...», XIV, 1953. P. Pedro LETURIA, S. I., *Las grandes bulas misionales de Alejandro VI, 1493*, «Bibliotheca Hispana Missionum», pp. 209-251. Barcelona, 1930. Alfonso GARCÍA GALLO, *Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en Africa e Indias*. «Anuario de Historia del Derecho Español», t. XXVII-XXVIII, Madrid, 1957-1958, y ed. aparte, M., 1958. P. Francisco MATEOS, *Bulas portuguesas y españolas sobre descubrimientos geográficos*. «Missionalia Hispánica», t. XIX, pp. 5-34 y 129-168, M., 1962. Juan MANZANO, *El Derecho de la Corona de Castilla al descubrimiento y conquista de las Indias de Poniente*. «Revista de Indias», t. III, n.° 9, pp. 397-427. M., 1942, Del mismo, *La incorporación de las Indias a la Corona de Castilla*, M. 1498. Roberto LEVILLIER, *América la Bien Llamada*, 2 t., Buenos Aires, 1948. V. también las memorias presentadas en las Jornadas Americanistas de Tordesillas en 1972, (*El tratado de Tordesillas y su proyección*, t. I, Valladolid, 1973).

Orientales, el objetivo que había perseguido tenazmente al proponer la ruta occidental, basándose en la esfericidad de la Tierra y la unicidad del océano. Las primeras tierras descubiertas —y aún las que en secreto hubieran podido conocer los Portugueses, admitiendo esta hipótesis— podían no ser las Indias, pero ello no afectaba todavía a la supuesta unidad del océano y a la creencia de que éste bañaba las costas orientales de Asia.

Recordemos que el texto de la bula *Inter Caetera II,* cuya fecha oficial es el 4 de Mayo de 1493 ([2]), dice, según la traducción de Giménez Fernández: «una línea del polo ártico, que es el Septentrión, hasta el Polo Antárctico, que es el Mediodía, ora se hayan hallado islas y tierras firmes, ora se hayan de encontrar hacia la India o hacia otra cualquiera parte, la cual línea diste de las islas que vulgarmente llaman Azores y Cabo Verde cien leguas hacia el Occidente y Mediodía...» Y no es necesario reproducir lo que se refiere a la concesión y posesión de lo que se descubra a uno u otro lado de dicha línea, recordando solo la expresión *versus Indiam.*

El Tratado de Tordesillas expresa «se haga y se asigne por el dicho mar Océano una raya o línea derecha de Polo a Polo, del Polo Artico al Polo Antártico, que es de Norte a Sur, la cual raya o línea e señal se haya de dar y dé derecha, como dicho es, a trescientas setenta leguas de las islas de Cabo Verde para la parte de Poniente por grados o por otra manera...» ([3]).

Tanto las bulas como el Tratado de Tordesillas no prevén la prolongación del meridiano al otro hemisferio. Pero cabe preguntar si ambas partes no lo pensaron, aunque no lo expresaran, reservandose tal idea para más adelante. Así, por ejemplo, lo han supuesto Jaime Cortesão y, en este mismo Colóquio, Pérez de Tudela, quien ha señalado que el silencio de ambos monarcas en el tratado no cabe suponerlo debido a ignorancia o «descuido ingenuo», sino a premeditación, pues cabía pensar en que sus respectivos navegantes acabarían por encontrarse en las «Indias». A don Fernando le interesaba limitar a África la expansión portuguesa, como veremos enseguida; con la bula *Dudum siquidem,* que se va a mencionar, tenía abierta la India, y consideraba además que entraba en lo descubierto por Colón. A don Juan no le interesaba una demarcación en zonas desconocidas con riesgo de perder la Especiería. Pero no se puede dar respuesta; los supuestos existentes en 1493 y 1494 no parecen autorizar a primera vista tal hipótesis, pero tampoco rechazarla, dada la indeterminación en que quedaba Oriente.

La cuestión del antimeridiano se halla en íntima dependencia com otro problema, que es el que la plantearía definitivamente: el contenido de la última de las

(2) Para Giménez Fernández su fecha real es de 28 de Junio de 1493, *Nuevas consideraciones...,* p. 33; texto, pp. 165-193. García Gallo también la supone expedida en Junio (*Op. cit.*, p. 564).

(3) Texto en Giménez Fernández, *op. cit.*, pp. 213-231; este párrafo en pp. 222-223, tomado de Martín FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV,* 5 t., M., 1825-1837; t. II, documento LXXV. (La edición más asequible de Navarrete es la reciente publicada en la «Biblioteca de Autores Españoles, 3 t. (75 a 77 de esta colección, M., 1954-1955). García Gallo publica la parte más importante del texto en *op. cit.*, pp. 359-363.



bulas alejandrinas, la *Dudum siquidem* de 26 de Septiembre de 1493, la cual, como es sabido, otorgaba las Indias a los Reyes Católicos, si sus embajadores, capitanes y vasallos «arribasen a las regiones orientales y encontrasen islas y tierras firmes que hubiesen sido o sean de la India», ampliando la concesión de las bulas anteriores «a todas y cada una de las islas y tierras firmes halladas o por hallar, descubiertas o por descubrir que estén o fuesen o apareciesen a los que navegan o marchan hacia occidente y aun al mediodía, bien se hallen tanto en las regiones occidentales como en las orientales y existan en la India...» ([4]).

Al otorgar Alejandro VI las Indias Orientales al primero que llegase a ellas, abriéndolas a los navegantes españoles, anulaba el monopolio de su descubrimiento y posesión concedido a Portugal por bulas anteriores de otros Papas del siglo XV, en especial la *Romanus Pontifex* de Nicolás V (1455), con su famosa expresión *usque ad Indos.* Representaba la *Dudum siquidem* un pleno triunfo para Fernando, *el Católico,* ya que con Colón suponía que éste había arribado a las codiciadas Indias; le daba todo lo existente en torno a ellas, y constituía una decepción para Portugal.

Como ha señalado el P. Mateos ([5]), si el término *a quo* estaba precisado, el término *ad quem* quedaba indeterminado: para Portugal, por la citada expresión *usque ad Indos,* y para Castilla por *Versus Indiam aut versus aliam quamcumque partem.* Manzano indica como esta bula enmendaba la *Inter caetera II,* otorgando a Castilla en concurrencia con Portugal las Indias Orientales, en las que podrían conquistar y poblar y no solo en regiones más o menos próximas a ellas ([6]). Rechaza que esas bulas dividieran el mundo en dos partes, pues si se marcan zonas de influencia en Occidente, no se prevé límite fijo en Oriente, ni se señala meridiano, ya que pertenecerán las tierras orientales al primero que las ocupe. También opina que la posterior línea de Tordesillas suponía que la anchura del Océano entre Canarias y Cipango era de 750 leguas y así la ampliación de aquella hasta 370 equivalía a su mitad. Esto mismo opinan García Gallo y J. Cortesão ([7]).

Recordemos que Portugal reaccionó fuertemente con amenazas y negociaciones, que condujeron al Tratado de Tordesillas, que, como se ha visto, tampoco prevé la prolongación de la primitiva línea, fijada ahora a 370 leguas al oeste de Cabo Verde. Giménez Fernández afirma que el tratado anuló las bulas citadas (la *Inter caetera II* lo había sido por la *Dudum siquidem*), equiparándose ambas partes y autolimitándose sus derechos ([8]). García Gallo no cree en tal anulación. Denucé considera que del tratado salen dos conclusiones importantes: no dice que la línea se prolongue al

(4) Texto de la *Dudum siquidem en* Giménez Fernández, *op. cit.*, pp. 206-211; García Gallo, *op. cit.*, pp. 354-356. Para el primer autor se solicitaría entre el 28 de Agosto y el 5 de Septiembre por el temor de que quedaran para Portugal tierras muy ricas al sur de la zona, entre Azores y la Línea (p. 37).

(5) P. Mateos, *op. cit.*

(6) Manzano, *El Derecho de la Corona de Castilla...*, p. 412.

(7) Jaime CORTESÃO, *Brasil* (en colaboración con Pedro Calmon); vol. XXVI de la *Historia de América* dirigida por Antonio Ballesteros. Barcelona, Ed. Salvat, 1956; pp. 116-118.

(8) Giménez Fernández, *op. cit.*, pp. 116, 135 y sigs.

hemisferio opuesto, porque la Iglesia no admitía aún la noción de los Antípodas (no creo que esto se tuviera presente, pues es notorio que había otros motivos para trazar la línea solo en el Atlántico, como queda dicho); la otra es la ya mencionada de que las tierras descubiertas pertenecerían a quien primeramente tomara posesión de ellas (9). Levillier supone que el tratado anuló la bula *Dudum siquidem* y destruyó el derecho de prioridad, sustituyéndole por jurisdicciones fijas y que en él ya se prevé el antimeridiano, por lo menos implícitamente (10). Siento no compartir esta hipótesis. Creo que el Tratado de Tordesillas no anuló la primacía del que se anticipara en llegar a las Indias Orientales; reservaba dos zonas de influencia, pero seguía abierto Oriente (11). Portugal se encontraba más cercano a la verdadera India en su tarea descubridora y de aproximación a ella. Aunque el Tratado de Tordesillas no fué confirmado por el Papa inmediatamente — pues tampoco creo en la repulsa de su autoridad en él contenida (12) —, a Portugal le interesó su confirmación más adelante, para asegurar sus derechos y la consiguió por la bula de Julio II *Ea quae pro bono pacis* de 24 de Enero de 1506, aunque en forma algo indirecta y disimulada, y cuando ya sus navegantes habían conseguido llegar a la auténtica India (13).

Por tanto, la situación entre 1494 y 1498 radicaba en la existencia de dos zonas a cada lado de la línea de demarcación, que evitaba los choques en el Atlántico, pero que dejaba teóricamente libre el Extremo Oriente. Como dice Manzano, aparecía la situacion portuguesa como inestable, mientras que la castellana por la bula *Dudum siquidem* parecía estar a cubierto de cualquier eventualidad y por tanto, era a los Portugueses a quienes convenía — o lo parecía — el trazado del antimeridiano (14).

Así no aparece todavía en los textos de la época la idea ni la preocupación por el antimeridiano, por lo menos en su forma definitiva. Pero muy pronto iba a cambiar aquel estado de cosas. Por un lado triunfaba Portugal en la carrera hacia las

(9) Jean DENUCÉ, *Magellan. La Question des Moluques et la première circumnavigation du Globe*, Bruxelles, 1911, p. 47.

(10) Levillier, *op. cit.*, pp. 66-82, para la cuestión de las bulas y del Tratado de Tordesillas.

(11) El Tratado de Tordesillas no alude para nada a Oriente y solo se refiere a la línea y a las dos zonas que delimita a cada lado.

(12) García Gallo, *op. cit.*, pp. 147 y sigs. Prueba que la *Dudum* no había sido anulada por el tratado el hecho de que don Manuel obtuviera del Papa la bula *Ineffabilis* de 1.° de Junio de 1497, muy poco antes de la partida de Vasco da Gama, por la cual le concedía la soberanía de los países, ciudades, etc., de infieles que le reconociesen por señor y le pagasen tributo, con lo cual contrarrestaba las ventajas dadas a Castilla en la *Dudum*, pues bastaba tal sumisión en regiones que no se podían poblar con gentes venidas de la Península (García Gallo, *ibid*).

(13) García Gallo da su texto (*op. cit.*, pp. 365-367), tomado de... *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, 1892, pp. 142-143, y de Francisco Javier HERNÁEZ, *Colección de Bulas, Breves y otros documentos relativos a la Iglesia de América y Filipinas*. Bruselas, 1879, pp. 837-838.

(14) Manzano, *El Derecho...*, p. 419.



Indias, al llegar Vasco da Gama en 1498 a la verdadera India, lo que comunicaba el rey don Manuel con honda satisfacción y perceptible orgullo a los Reyes Católicos en Julio de 1499 (15).

Por otra parte, Colón llegaba en ese mismo año 1498 al continente americano meridional, oficialmente — Manzano ha demostrado que ya lo conocía en secreto desde 1494 (16) — y a partir de ese momento una série de viajes — más o menos «menores» — irían desvelando un larguísimo litoral en un espacio muy reducido de tiempo; el viaje de Américo Vespucio — sea el que sea el jefe con quien hubiera ido — acabó de revelar la existencia de la enorme masa continental suramericana en el hemisferio meridional y que, por tanto, ya no podía formar parte de Asia. En muy pocos años las Indias descubiertas por Colón se ofrecían como una grandiosa y prolongada barrera que cerraba el paso a las buscadas Indias Orientales. Todavía, el Almirante, en su cuarto viaje, en 1502, se creía en América Central a diez jornadas del Ganges, pero ya buscaba un estrecho que le permitiera cruzar aquella barrera. La gran extensión del litoral americano obligó a pensar en el hallazgo de un paso, y así iría surgiendo la idea de existir otro mar al lado opuesto, aunque se ignorase su amplitud. La búsqueda del paso, tanto al norte como al sur del ecuador, se prolongaría hasta el viaje de Magallanes y aún después por bastante tiempo, y no es necesario insistir en asunto tan conocido y al que también he aludido por mi parte en otro trabajo.

De ambos factores, ha sido la arribada de Gama a la India el primero que ha hecho surgir la idea del antimeridiano, por lo menos en lo que podemos conocer según la documentación coetánea. Pero hay un precedente: una curiosa interpretación española del Tratado de Tordesillas, muy restrictiva para Portugal, que pretendía que el espacio de éste al oriente de la línea en el Atlántico no excedía del cabo de Buena Esperanza.

El primero en emitir esta teoría fué el conocido cosmógrafo catalán Jaime Ferrer, consultado con interés por los Reyes Católicos. En su informe del verano de 1495 declaraba que las bulas les reconocían el derecho a todas las tierras de Oriente adonde llegaran primero sus naves y que solo había necesidad de trazar la línea en nuestro hemisferio, primera alusión a un hipotético antimeridiano. Pero añade: «todo lo que se fallará dentro desta línea a mano izquierda la vuelta de Guinea será del Rey de Portugal y la otra parte por Occidente *fasta tornar por Oriente la vuelta del Sinu Arábico será de los Reyes nuestros señores*, si sus navíos allá navegaran» (17).

Por otra parte, existe el *Memorial de La Mejorada*, documento que su reciente editor, Rumeu de Armas, atribuye al mismo Colón y al año 1497, suponiendo que la próxima partida de Vasco da Gama dió motivo a una reunión de los Reyes Católicos con Colón en el monasterio de La Mejorada, cerca de Olmedo, que se había verificado

(15) Denucé, *op. cit.*, p. 51. *Alguns documentos... da Torre do Tombo...*, p. 95.

(16) Juan MANZANO, *Colón descubrió América del Sur en 1494*, Caracas, 1972, t. 110 de la «Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia». XXIV-493 pp.

(17) Navarrete, *op. cit.*, II (ed. 1859), pp. 113-117 (doc. n.° 68) (en ed. de la B. A. E., t. I, pp. 357 y sigs.).

en Julio de 1497 y en la que el Almirante procuró tranquilizar a los monarcas sobre su derecho a Asia ([18]). Ya en una carta suya a ellos, respuesta a otra de los mismos de 16 de Agosto de 1494, les dió «la negociación del Arabia Feliz fasta La Meca» y «después viniera a lo de Colocuti» (Calicut) ([19]). Esto último parece que fué en 1497, sobre la cual entregó a los Reyes un memorial en La Mejorada, según recuerda él mismo en su carta a doña Juana de Torres, ama del príncipe don Juan, en 1500. En el *Memorial de La Mejorada* afirmaba Colón que el Papa había concedido a los Reyes Católicos «todas las yslas y tierras firmes, descobiertas o por descobrir al poniente desde la dicha rraya o línea, navegando hasia Yndia, o hasya qualquiera otra parte que sea, fasta adonde tuuiese posesion de tierra otro principe christiano al dicho tiempo». Pero, como, según su interpretación, quedaba el rey de Portugal tan encerrado, por «amor y debdo» con él «les plasya de le dar, y que fuese suyo, las yslas y tierras que fuesen de la parte de lebante, desde una rraya que mandaron marcar al poniente, adelante de la otra rraya sobredicha, dosientas y setenta leguas...». La interpretación colombina es que lo que concedieron los Reyes Católicos a Portugal era lo contenido entre las dos «rayas», la trazada por el Papa y la del Tratado de Tordesillas. Pero en aquella fecha las naos portuguesas no habían pasado del cabo de Buena Esperanza, «fasta el qual lugar se entiende que llega la donaçion y conçesyon del summo pontifiçe fecha a los dichos rrey e rreyna, y fasta alli a ese tiempo tenía tomada posesyon por lo que era ya descubierto; y por esto el dicho rrey de Portugal non auia de pasar mas adelante, hasya el levante...». Y que así lo hizo el rey don Juan, pero don Manuel «ha mandado nauegar a sus naos grandissimo numero de leguas al oriente, atrauesando Arabia, Persia e Yndia, fasta llegar casy adonde auian llegado las naos de los sobredichos rrey e rreyna, nauegando de oriente hasya el poniente... y fueron allende de la dicha rraya que auian marcado, allende de la del summo pontifiçe», lo cual fué contra dicho asiento y en perjuicio de los Reyes Católicos. Insiste el autor del *Memorial* en que los Portugueses no podían navegar allende el cabo de Buena Esperanza sin contravenir el Tratado de Tordesillas y por estar prohibido, por el Papa bajo excomunión, y en que solo se dieron a Portugal 270 leguas además de las cien primeras; y no las concedieron «para que el dicho rrey de Portugal o sus naos entrasen ni navegasen por otra puerta ni entrada yndireta» «y por que no tuuiese él que haser en Asia: Arabia, Persia e India ni en las islas que son al abstro desas tierras, de que ya tenia[n] donaçion e posesyon», siendo el cabo

([18]) António RUMEU DE ARMAS, *Un escrito desconocido de Cristóbal Colón: el Memorial de La Mejorada*, M., 1972, ed. Cultura Hispánica. El hecho de que se mencione siempre al Almirante en tercera persona y ciertas alusiones a los viajes y pretensiones de los portugueses podrían retrasar este documento algunos pocos años, a comienzos del siglo XVI; desde luego es seguro que procede del círculo colombino y refleja las ideas de Colón, puesto que en su carta a doña Juana de Torres en 1500 dice que había dado a los Reyes Católicos un informe —enviado con António de Torres— sobre la repartición del mar y tierra con los portugueses, y en el que concedía a aquellos la negociación de la Arabia Feliz hasta La Meca, y que luego, en La Mejorada, les había afirmado su derecho sobre lo de *Colocuti*. (Nombre errado en otras ediciones de la carta a doña Juana).

([19]) Carta cit. al ama del príncipe don Juan.



de Buena Esperanza «el mojon y diuision de las dichas tierras». Si los Reyes Católicos hubiesen sabido que don Manuel había de entrar en ellas «por formas cautelosas y atajos y contraminas» habrían enviado allá sus naves. Por último, alegaba el autor del *Memorial* que si se entendía poder navegar ilimitadamente en cada dirección se acabaría por dar la vuelta y llegar a la línea por el otro lado; así que la diferencia era solo en el océano para evitarlo y por tanto el confín se hallaba en el mencionado cabo ([20]).

Prescindamos de estos discutibles argumentos, incluso vistos a la luz de la *Dudum siquidem*, o de las causas de la abstención de Juan II, para quedarnos con este primer intento de antimeridiano, que coincide con la opinión de Jaime Ferrer; en realidad, no lo es geográficamente, puesto que el límite de la zona portuguesa se sitúa a no mucha distancia de la definitiva línea de demarcación en el Atlántico; lo que se pretende es delimitar el área portuguesa, teórica y polémicamente, en forma muy estrecha. Se observa el claro cuño colombino al suponer el derecho de los Reyes Católicos a la India por lo ya descubierto por el Almirante, creído muy próximo a ella e incluso formando parte de la misma ([21]). Al mismo tiempo se observa que todavía se supone un meridiano único y en el Atlántico.

Advirtamos de paso que esta teoría restrictiva de la zona portuguesa ha sido admitida en nuestros días por tres historiadores de nota: el P. Mateos, S. J., supone que, en virtud de la bula *Dudum siquidem*, las naves castellanas habrían podido llegar y tomar posesión incluso del Africa Oriental si se hubieran anticipado por occidente a los Portugueses. Pero reconoce que esa concesión a don Fernando era «un tanto hipotética» ([22]). De la misma opinión es García Gallo, quien asevera que en la inmensa zona que «se extendía a occidente de ésta [la línea de demarcación] de la *Inter Caetera* hasta el cabo de Buena Esperanza, los derechos portugueses no estaban plenamente reconocidos», y que era también exclusiva de Castilla. De igual parecer parti-

([20]) Texto en Rumeu, *op. cit.*, pp. 77-86. Fernando Colón reprodujo estas ideas tenazmente años adelante: así en su *Memorial por el Almirante* de 1509, donde dice que «lo que poseen los portugueses del cabo de Boa Esperança en adelante es de Su Alteza [el rey don Fernando]; y por derecho se les defenderá, si ay fuerça o voluntad para quitarselos; y Sus Altezas lo pueden navegar por oriente con derecho». (Rumeu, p. 66): documento publicado por la Duquesa de BERWICK Y DE ALBA, *Autógrafos de Colón y papeles de América*, M., 1892, pp. 80-94, pasaje cit. en la p. 81. Volvió don Fernando sobre las mismas ideas en su *Colón de concordia* de 1511, perdido, pero cuyos conceptos reaparecen en su *Declaración del derecho que la Real Corona de Castilla tiene a la conquista de las provincias de Persia, Arabia e India e de Calicut e Malaca, con todo lo demás que al oriente del cabo de Buena Esperanza el Rey de Portugal, sin título ni derecho alguno, tiene usurpadas»*, de 1524. Asimismo alude brevemente a esta tesis en su *Historia del Almirante*, cap. 43.

([21]) Se advierte el error de seguir suponiendo lo descubierto en América como parte de Asia y de hallarse muy próximo a la India y en general al Extremo Oriente, con plena asimilación de ambos continentes, idea muy de Cristóbal Colón y en la que persistió hasta su cuarto viaje por lo menos.

([22]) P. Mateos, *op. cit.*, p. 155.

cipa Rumeu ([23]). Las ideas del *Memorial de La Mejorada* fueron vueltas a exponer años más tarde por Fernando Colón, en las conferencias de Badajoz, pero asimismo antes ([24]).

Afirma Jaime Cortesão que, al regresar Vasco da Gama, consideraron los Reyes Católicos su empresa como un acto de mala fe y violación de las estipulaciones de Tordesillas e hicieron extender una especie de alegato o protesta jurídica en 1499 o comienzos de 1500. En él acusaban al rey de Portugal de querer alcanzar la Scitia por el noroeste, contorneando Groenlandia, para hallar un paso a la India — alusión al viaje de Gaspar Corte-Real, pero que se efectuó en 1500 — y se estampa: «está prometido e aceptado por el dicho Rey de Portugal que se guardare según en él [el tratado] se contiene, sin cautela, ni arte, ni engaño, ni simulación, lo cual no ha cumplido el Señor Rey Don Manuel, porque ha mandado navegar en India por la parte de Guinea y en la Scitia por la parte de poniente y al setentrión allende del dicho límite o raya...». Y que no podían pasar los navíos portugueses del cabo de Buena Esperanza porque éste «es el mojón y división de las dichas tierras». Este documento es indudablemente el mismo que se viene citando o *Memorial de La Mejorada*, pues coincide en ambos el párrafo transcrito, único que reproduce Cortesão, quien volvió a referirse al primer documento en su historia del Brasil; supone que se escribió ese alegato antes de conocerse el descubrimiento del Brasil por Cabral, lo que cree «deshace una y otra concepción» — la del límite en el cabo de Buena Esperanza y la de la distancia de 370 leguas. En Septiembre de 1499 ya se titulaba don Manuel señor de Arabia, Persia e India, y decía en carta a Roma que Gama había llegado a Calicut; supone Cortesão que los Reyes Católicos conocieron la noticia desde Roma a fines de 1499 o comienzos de 1500 y que por esa información no hubieran podido atribuir un ámbito tan vasto a la empresa de Gama, y que su pensamiento a través del alegato es anterior a la partida de la segunda expedición a la India dirigida por Cabral en Marzo de 1500. Pero ya queda dicho que en Julio de 1499 comunicaba directamente don Manuel a los Reyes Católicos el éxito de la primera expedición y que suponer un ámbito tan vasto podía estar en relación con la idea de que Colón había arribado al Asia oriental ([25]).

En los primeros años del siglo XVI se han efectuado los dos hechos mencionados que van a plantear el problema del antimeridiano: la llegada de los Portugueses a la India y el progresivo conocimiento del litoral americano del Atlántico, que a su vez hacía surgir el concepto de un mar a sus espaldas y la necesidad de hallar un estrecho que permitiera llegar al mismo. Al arribar los Portugueses a la India han

([23]) García Gallo, *op. cit.*, pp. 142-143. Rumeu, *op. cit.*, pp. 11-12.

([24]) Rumeu, *op. cit.*, pp. 67 y sigs. V. más adelante.

([25]) El referido alegato fué dado a conocer por Jaime CORTESÃO en *The Precolumbian Discovery of America* y lo citó luego en *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses. A Geografia e a Economia da Restauração.* Cadernos de «Seara Nova» (Comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940); raro folleto cuya consulta debo a la amabilidad del Sr. Comandante Teixeira da Mota, lo que agradezco. Cortesão volvió a referirse al alegato en el cit. tomo *Brasil* (pp. 102-105).



comprobado que las especias venían de más lejos y la busca de las ricas islas que las producían ha estado jalonada por la llegada a Malaca en 1509, por su conquista en 1511 y las exploraciones por los mares de Insulindia hasta su hallazgo como resultado de la expedición de Antonio de Abreu en 1512.

Al mismo tiempo se iba perfilando la idea de un mar situado más al oeste de las Indias descubiertas por Colón y sus sucesores, como consecuencia del descubrimiento de la grandísima extensión de las costas de aquellos países. Mar que en forma hipotética aparece en los mapas de la época — no todos, pues en algunos las Indias figuran aún como archipiélagos más o menos cercanos a Asia, o el mar de las Indias Occidentales viene a ser el mismo de las Orientales. Un mar francamente situado al otro lado de las Indias aparece en el globo y mapa de Waldseemüller de 1507; en el mapamundi de Glareanus (h. 1510), el globo de Lenox (1511), los mapas de Stobnicza (1512), Piri Re'is (1513), Boulengier (1514), Reisch (1513 y 1515), los globos de Schöner (1515 y 1520) y el Verde (1515), el globo anónimo de Ingolstadt (h. 1518), para referirme solo a la representación cartográfica conservada anterior al viaje de Magallanes, prescindiendo por el momento de otros mapas en relación con este ([26]).

Mar hipotético pero que aparecía necesario, hasta su descubrimiento efectivo por Balboa en Septiembre de 1513, cuya importancia fué captada inmediatamente, comenzando por el mismo descubridor. Pero se ignoraba entonces cual podía ser su extensión y qué distancia existía hasta las deseadas Indias Orientales ([27]). Casi al mismo tiempo — un poco antes —, la llegada de los Portugueses a Malaca y su aproximación a las islas de las Especias espoleó a don Fernando a intentar alcanzarlas antes que Portugal, lo que indica que seguía vigente para él el derecho de primer ocupante otorgado por la bula *Dudum siquidem*. No se descuidó tampoco Portugal en esto, pues obtuvo de León X otra bula, *Praeclarae devotionis* (3 de Noviembre de 1514), que le concedía las tierras de Oriente, ya atribuídas a él anteriormente y todo lo que conquistara y descubriera en otras partes del mundo. Quedaban igualadas las dos naciones, pero la situación española se había deteriorado con la llegada de los Portugueses a la India e incluso su cercanía a la Especiería, y ya solo quedaba la posibilidad de anticiparse en la arribada a las Molucas y al Extremo Oriente, con la esperanza de encontrar otros países ricos y remuneradores desconocidos.

Ya antes el monarca español se había preocupado intensamente por la búsqueda de un estrecho que atravesara la barrera ofrecida por las tierras halladas por

([26]) V. Konrad KRETSCHMER, *Die Entdeckung Amerika's in ihrer Bedeutung für die Geschichte des Weltbildes*, 2 vols., Berlin, 1892. *Portvgaliae Monvmenta Cartographica*, t. I, por Armando CORTESÃO y Avelino TEIXEIRA DA MOTA, t. I, Lisboa, 1960. Carlos SANZ, *Ciento noventa mapas antiguos del Mundo de los siglos I al XVIII, que forman parte del proceso cartográfico universal.* «Boletín de la Real Sociedad Geográfica», tt. CIV-CV, M., 1968-1969, y en ed., aparte (M., 1970). Levillier, *op. cit.*

([27]) Cortesão y Teixeira da Mota en *Portugaliae*... al estudiar el mapa de Cantino (1502), en que América aparece ya distante de Asia, afirman que solo abarca 257 grados, faltando 103, lo que para ellos indica que los portugueses ya sabían que lo descubierto por Colón no eran las verdaderas Indias.

Colón y los restantes navegantes que vinieron tras él, y de ahí las tentativas por encontrarlo en la zona mesoamericana, por ejemplo en América Central, con el viaje de Pinzón y Solís al Yucatán en 1508, de que he hablado en otros trabajos ([28]), y de que no es necesario tratar ahora, como el de Solís en 1515, cortado trágicamente en el río de la Plata. Pero varios viajes a América del Sur revelan que Portugal también había tanteado la ruta occidental.

Con la anticipación de los Portugueses en la India y en Malasia, es cuando surge quizá la idea de delimitar las jurisdicciones de ambos países en Oriente y por tanto la idea del antimeridiano, para evitar una expansión portuguesa indefinida en aquellas regiones. En realidad, una nueva línea en el otro hemisferio no interesó nunca a Portugal, deseoso de impedir obstáculos a sus navegaciones y conquistas, aunque tuvo que avenir-se a tratar sobre ella; sí interesaba a España al perder terreno en Oriente ante el afortunado avance lusitano. Portugal podía extenderse ilimitadamente dada su ventajosa situación, pero Castilla veía a su rival acercarse o apoderarse de los países codiciados e intentaba salvar lo que le fuera posible.

Entonces es cuando aparece —que sepamos— la primera idea de que hay un límite en Oriente para las jurisdicciones de cada Estado peninsular, salvo las opiniones prematuras ya mencionadas de Ferrer y de Colón, con otro sentido. Decimos la primera vez en documentos, salvo por mi parte alguno anterior que se me haya descuidado. Pero probablemente ya estaba difundida por entonces la idea de una división del mundo en dos mitades entre ambos Estados, idea vulgar pero muy arraigada, según expresaba años después Fernando Colón, lamentándose de su difusión y creyéndola totalmente errónea, y que incluso hubiese penetrado en los medios oficiales. El P. Montalbán supone también la temprana extensión de tal criterio y que ya se refleja en la bula *Ea quae pro bono pacis* de Julio II, ya mencionada ([29]).

Díaz de Solís afirmó en 1512 que Malaca se hallaba en el hemisferio español y estando la costa de China a mas de 400 leguas en los límites de este dominio, las islas de la Especiería correspondían con mas razón a Castilla ([30]). Américo Vespucio, a la sazón Piloto Mayor de la Casa de Contratación, opinaba lo mismo, según refe-

(28) R. Ezquerra, *El viaje de Solís y Pinzón al Yucatán.* «Revista de Indias», M., núm. 119-122, 1970, pp. 217-238. «*Las Juntas de Toro y de Burgos,* memoria presentada en las Jornadas Americanistas de Tordesillas, 1972 (En *El Tratado de Tordesillas y su proyección,* t. I, Valladolid, 1973, pp. 149-170).

(29) P. Francisco Javier Montalbán, S. J., *El Patronato español y la Conquista de Filipinas,* «Biblioteca Hispana Missionum», t. IV, Burgos, 1930, pp. 43-44. En dicha bula el papa ordena al arzobispo de Braga y al obispo de Viseo que en su nombre confirmasen el Tratado de Tordesillas si estaba conforme con lo expuesto a S.S., «per quam (compositionem) inter caetera voluerunt, quod Portugalliae et Algarbeorum a certis, Castellae vero et Legionis Regibus pro tempore existentibus a certis aliis locis usque ad certa alia loca tunc expressa per dictum mare navigare». Pero creo que no es necesario suponer que esa frase se refiere a dos hemisferios, puesto que Oriente seguía abierto a ambos Estados en virtud de las bulas anteriores, la *Dudum siquidem* para Castilla.

(30) Según afirmó Solís al embajador portugués Mendes de Vasconcellos, diciéndole que había recibido una carta de Malaca con las demarcaciones y grados, resultando que se hallaba en el lado castellano, y que Albuquerque había hecho una armada para los *Chis,* que



rencia a un mapa suyo mencionado por Alonso de Zuazo desde Santo Domingo en 1518 en carta a Carlos V ([31]).

Fernando *el Católico,* aparte de los intentos de busca de un estrecho en América, tuvo la idea, antes ya del descubrimiento hecho por Balboa, de enviar a Solís por el hemisferio portugués para delimitar los dominios de ambos Estados en las Indias Orientales, lo que supone ya el concepto de la prolongación de la Línea de Demarcación. Idea incomprensible, dada la inteligencia de dicho monarca, y que solo se explica por su afán de apoderarse de la Especiería y la preocupación por los éxitos portugueses en tal empresa. La capitulación con Solís se extendió el 27 de Marzo de 1512; en ella se alegaba que la Demarcación no se había llevado a cabo por las ocupaciones de los Reyes — en realidad por la oposición portuguesa. Llevaría dos naves y se le prometía el cargo de adelantado del mar que descubriera y un hábito de Santiago. Seguiría la ruta del cabo de Buena Esperanza, donde se abastecerían; exploraría las islas que hallase antes; iría luego a Ceilán para averiguar si caía en la jurisdicción castellana, en cuyo caso tomaría posesión de esta isla, pues se le había dicho que la demarcación se debía hacer en medio de ella, y se dirigiría a la isla de *Maluque,* «que cae en los límites de nuestra jurisdicción e tomaréis posesión della por la Corona Real destos Reinos». ([32]) También debía antes tomar posesión de las islas que encon-

están a más de 400 leguas dentro de la jurisdicción castellana; Solís sostuvo aquella opinión, a pesar de los esfuerzos del portugués para que no perjudicara a su país (Carta de Mendes de Vasconcellos al Rey de Portugal, Logroño, 30 de Agosto de 1512, *Colección de Documentos Inéditos de Indias,* t. 39. pp. 225-228 (M., 1883).

(31) «En el Oriente posee Portugal mucho que es de Vuestra Magestad. La misma ciudad de Malaca, que tiene 25 000 vecinos, le toca según parece por este mapa-mundi que hizo imprimir Américo, que anduvo por aquellas partes (!), el que tiene en forma redonda el señor Infante [don Fernando, luego Emperador] en su cámara.» (Carta del licenciado Alonso de Zuazo a Carlos I, Santo Domingo, 22 de Enero de 1518, en *Colección de Documentos Inéditos de Indias,* t. I (M., 1864), p. 296. El mapa impreso de Américo será el planisferio cordiforme editado por Waldseemüller en 1507, más que la *Carta Marina Navigatoria* del mismo publicada en 1516. Por tanto la opinión citada no sería de Vespucio sino de Waldseemüller, y parece más probable, dada la fecha de aquel mapa, que se trate solo de una interpretación de Zuazo.

(32) Según Rolando A. Laguarda Trías, *El Predescubrimiento del Río de la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512* (Lisboa, 1973, Junta de Investigações do Ultramar), p. 62, la idea de que el meridiano de demarcación pasaba por Ceilán procedía de Ptolomeo, quien situaba la isla Taprobana a 120° E. de Canarias (a 119° exactamente por no existir aún el cero en la Antigüedad clásica); como se consideraba que había 60° entre Canarias y la Línea en el Atlántico, el antimeridiano atravesaba aquella isla, aunque en todos eses cálculos hay una buena cantidad de gruesos errores. A. Cortesão, en este mismo Coloquio, ha indicado que Ptolomeo colocaba las *Insulae Satyrorum* a 171° E. del meridiano inicial de Canarias, y que Juan II y sus cosmógrafos, basándose en el mapa enviado por Pero de Covilhã, identificaron con la Especiería; suponiendo que rectificaron esos exagerados 171° reduciéndolos a 116°, que sumados a los 21° correspondientes a las 370 leguas, daban 137° desde la Línea, con lo que las islas de las Especias podían quedar en el hemisferio portugués. Pero subsiste la mencionada incertidumbre de que al firmarse el Tratado de Tordesillas se pensara o se pudiera pensar en el antimeridiano, y la dificultad e imposibilidad de determinar con exactitud la longitud y más aún en una zona desconocida.

trase entre el cabo de Buena Esperanza y Ceilán, que no hubieran sido descubiertas por mandato del rey de Portugal. Después de las Molucas iría a *Samatra* (Sumatra), Pegú, a la tierra de los Chinos y de los *Jungos* ([33]), si pudiera. Se ve que en España se estaba al tanto de los descubrimientos portugueses y de las noticias que traían del Extremo Oriente, pero aún se desconocía su llegada a las islas de las Especias en ese mismo año. Se opuso al proyecto la Casa de Contratación, según la respuesta del rey, en la que le pedía detalles sobre los inconvenientes; entre ellos, se objetó la insuficiencia de dos naves para tan largo viaje.

Solís se trasladó a Logroño donde se encontraba el rey —era el momento de la anexión de Navarra— y allí tuvo que hablar varias veces con el embajador portugués Mendes de Vasconcelos, que procuraba disuadirle. Según carta de éste al rey de Portugal, le dijo Solís que saldría en Abril de 1513 con tres naves para demarcar lo de Castilla y se mostró reacio a volver a Portugal. Opinaba el embajador que su monarca debía remediar lo de la demarcación, pues era en su perjuicio. Enterado el prelado Fonseca por Solís de la actitud del embajador, escribió don Fernando a don Manuel, asegurándole que la armada no tocaría en su demarcación ni en nada de lo que le pertenecía, que lo que quería era evitar disensiones en el futuro a sus sucesores. Lo mismo decía Solís al embajador, alegando la necesidad de salir de dudas en la cuestión de la demarcación en Oriente e impedir más discusiones. Vasconcelos rechazó la propuesta de que fueran también barcos portugueses con aquel objetivo. La oposición del monarca portugués —basada además de su interés en estorbar una delimitación, en su monopolio de la ruta oriental— debió de ser tan fuerte que don Fernando suspendió el proyectado viaje el 30 de Septiembre del mismo año de 1512 ([34]).

Ante ese fracaso don Fernando mostraría gran empeño en el hallazgo de un paso por las Indias de sus dominios. En adelante, la cuestión del antimeridiano se encuentra en estrecha relación con el afán de llegar a las Molucas, y ya no se trata de un problema geográfico sino eminentemente político. Portugal tampoco estuvo ausente del pensamiento de alcanzarlas por el oeste, tras el descubrimiento del Brasil y el conocimiento de la prolongación suroccidental de su costa. A ello quizá respondiera la expedición enviada por Cristóbal de Haro y Nuno Manuel al litoral suramericano en 1511-1512, también supuesto en 1513-1514 y que llegó a un creído canal a 40° S., quizá el golfo de San Matías, pero que varios historiadores y el último, Laguarda Trías, juzgan que es el río de la Plata, pese a la diferencia de latitud;

---

([33]) O sea los *Juncos*, confundiendo unos barcos con un pueblo. Denucé (*op. cit.*, p. 68) trae a colación el testimonio de Giovanni da Empoli, según el cual los juncos eran los barcos de Bengala, Pegú, Siam, Martaban y Tenasserim; también desde luego lo eran los navíos chinos, aunque en la fecha del documento de Solís los Portugueses no habían llegado a China, pero probablemente habrían visto juncos chinos en Malaca.

([34]) Manuel de la PUENTE Y OLEA, *Los trabajos geográficos de la Casa de Contratación*, Sevilla, 1900, pp. 102 y sigs.



expedición pilotada por Juan de Lisboa probablemente ([35]). Que se pensaba en una vía occidental a las Especias lo indica que el «afamado» piloto de la expedición —el mencionado Juan de Lisboa al parecer— asegurara que del cabo que hallaron en el Brasil a Malaca no había más de 600 millas; «piensa también poder ir y volver en poco tiempo de Lisboa a Malaca por este camino, lo que traería gran ventaja al rey de Portugal». Algo después ordenaba don Fernando a la Casa de Contratación para que siguieran presos unos portugueses capturados en Puerto Rico, procedentes de esa expedición, por cuya libertad se interesaba don Manuel, diciendo el monarca español: «este negocio de la partición es de tanta importancia que podría aprovecharse el Rey de Portugal quando se hayan de señalar los términos de dicha partición» (Diciembre de 1515). Intentaba don Fernando evitar que la presencia de Portugueses en Puerto Rico y en el cabo de San Agustín, de donde alegaban que venían los susodichos presos, sirviera de pretexto para una toma de posesión ([36]).

La noticia del descubrimiento del mar del Sur por Balboa no llegó a España antes de Agosto de 1514, pues éste no pudo enviarla a Santo Domingo hasta Mayo de ese año. Pero antes, la nueva de la abundancia áurea de Castilla del Oro había impulsado a don Fernando a preparar una grandiosa expedición a aquellas ricas tierras, cuyo mando cayó como es sabido en el duro Pedrarias Dávila. Al mismo tiempo quizá llegaron a la Corte española las noticias del descubrimiento de las Molucas por Francisco Serrão, a pesar de los esfuerzos portugueses por evitarlo ([37]). Don Fernando reaccionó rápidamente. Por una parte envió a Pedrarias, que ya había zarpado, una cédula fecha el 17 de Agosto de 1514, comunicándole el descubrimiento del Mar del Sur —noticia recibida después de la partida de aquél y que le había causado honda alegría y en la cual le ordenaba que en la parte menos fragosa del istmo se fundaran tres o cuatro asientos y otro en el mejor puerto que hubiese en el golfo de San Miguel y construyese varios buques en el nuevo mar; aunque solo dice, discretamente, «para que por aquella parte en breve tiempo se descubra todo lo que se pudiere descobrir», es de suponer que pensaba en las posibilidades del océano recién descubierto para dirigirse a las Molucas ([38]).

Por otro lado, don Fernando de nuevo llamó a Solís a la Corte para estudiar con Fonseca una expedición a las Molucas por occidente, de donde resultó la capitulación extendida en Mansilla el 24 de Noviembre de 1514. En ella se encomendaba a Solís ir a descubrir a «espaldas de Castilla del Oro» y buscar un paso, que a pesar

---

([35]) Denucé, *op. cit.*, pp. 74 y sigs. Es el viaje relatado por el folleto alemán *Newen Zeytung auss Presillg Landt.* Sobre los problemas que suscita v. Levillier, *op. cit.*, II, pp. 65 y sigs., Laguarda Trías ha dado una erudita interpretación de este viaje en su citada obra *El Predescubrimiento del Río de la Plata.*

([36]) Puente y Olea, *op. cit.*, p. 122. Laguarda Trías, *op. cit.*, considera a estos portugueses miembros de la expedición de 1511-1512.

([37]) Denucé, *op. cit.*, p. 77.

([38]) Angel de ALTOLAGUIRRE, *Vasco Núñez de Balboa*, M., 1914, pp. 53-54.

de no indicarse por donde, se colige que sería al sur de lo descubierto por Vespucio y por tanto más al mediodía del río de la Plata. Llegado a espaldas de la tierra donde estaba Pedrarias, por medio de éste enviaría un mensajero al rey con la noticia de lo descubierto y un mapa de lo mismo; también se comunicaría esto a Pedrarias para que estuviera prevenido y fundara un asiento en la costa del mar del Sur. Seguiría luego Solís por este océano, siguiendo la costa americana y si encontraba paso «como de isla o si hubiese abertura» remitiría otro mensajero a Cuba, escribiendo al monarca lo que pensaba efectuar a continuación, pero debía seguir descubriendo a dichas «espaldas» por espacio de 1700 leguas o mas, contadas desde la Línea de Demarcación —la del Atlántico, unos cien grados— «adelante de lo que no se ha descubierto hasta ahora». Parece que esa distancia era la que calculaba a la jurisdicción portuguesa. Se recomendaba a Solís que no tocase en territorios del Rey de Portugal, porque era voluntad de don Fernando que se cumpliesen los acuerdos con él. Es de advertir que no se mencionan explícitamente las islas de las Especias. Pero buscando el secreto, los gastos aparentemente correrían a cargo de Solís, no muy astuto disimulo dada la envergadura del viaje (39). Partió Solís el 8 de Octubre de 1515 y su expedición quedó cortada al perecer lamentablemente en el Río de la Plata.

Recapitulando hechos conocidos, en 1509 había llegado Diego Lopes de Sequeira a Malaca, el gran emporio de las especias y del tráfico del Extremo Oriente, y allí se recogieron noticias mas precisas sobre las islas de las Especias; en esa expedición iban Magallanes y su amigo Francisco Serrão. En 1511 Albuquerque sitiaba y tomaba Malaca, empresa en la que también participaba Magallanes, y enviaba en busca de las islas de las Especias a Antonio de Abreu, con quien marchó Serrão; partieron en Diciembre de 1511, recorriendo las islas de la Sonda hasta Ceram y Banda en las Molucas meridionales, desde donde regresaron; a la vuelta naufragó Serrão y acabó por establecerse en Ternate, ya en pleno foco de la producción y exportación de las especias; en 1513 otra expedición repatriaba a varios compañeros de Serrão, pero éste se quedó allí. Por lo dudoso de que desembarcara dicha expedición, alegó España más tarde que nadie había hallado las islas de las Especias salvo Serrão, lo cual no daba derechos a Portugal, y que los primeros en llegar efectivamente y tomar posesión habían sido Magallanes y Elcano (40).

Prescindo de los hechos siguientes para fijar solo la atención en el origen del viaje de Magallanes en relación con su concepto de los lugares por donde pasaba la Línea de Demarcación en Oriente (41). Parece, aparte de motivos personales, que

(39) Puente y Olea, *op. cit.*, pp. 151 y sigs.

(40) Antonio da Silva Rego ha mencionado en este mismo Coloquio (*As Molucas em principios do século XVI*) una serie de viajes mercantiles a las Molucas en ese período anteriores a la llegada de Magallanes, según testimonios de cierto *Processo das Molucas* incoado en 1524 y publicado en *Cartas de Afonso de Albuquerque*, IV.

(41) Sobre Magallanes y su expedición me limitaré mencionar algunas de las obras fundamentales sobre él: Fernández de Navarrete, *op. cit.*, t. IV (II en la ed. de la B. A. E., t. 76); Denucé, *op. cit.*; Visconde de LAGÔA, *Fernão de Magalhãis. (A sua vida e a sua viagem)*. Com



Serrão llegó a comunicar a Magallanes, cuando éste se encontraba aún en Malaca, noticias sobre la situación de las Molucas y su opinión de que se hallaban en el hemisferio español, idea que le reforzaría luego el cosmógrafo Ruy Faleiro, el gran colaborador científico de Magallanes.

Nos encontramos con que en el proyecto de Magallanes el antimeridiano de Demarcación está ya plenamente admitido y precisamente la situación de las Molucas con relación a él es el fundamento científico de su oferta al monarca español, aparte de que una ruta occidental solo beneficiaría a España y debería seguirse por su hemisferio, con lo cual no podía interesar a Portugal, aunque como queda dicho tampoco había prescindido del todo de esta ruta. La capitulación firmada en Valladolid el 22 de Marzo de 1518 indica que se hace «para descubrir en lo que hasta agora no se ha hallado», «dentro de nuestros límites e demarcación, en los dominios que nos pertenecen e son nuestros en el mar Océano, dentro de los límites de nuestra demarcación, islas y tierras firmes e ricas especierías», excluyendo lo contenido «en la demarcación e límites del Serenísimo Rey de Portugal, mi muy caro y muy amado tio e hermano, ni en perjuício suyo, salvo dentro de los límites de nuestra demarcación». Las instrucciones no hablan expresamente tampoco del descubrimiento de las islas del Maluco, pero en las mismas se insiste en que «no consientan que se toque ni se descubra tierra ni otra ninguna cosa dentro de los límites del serenísimo Rey de Portugal... ni en su perjuício, porque mi voluntad en que lo capitulado e asentado entre la Corona Real de Castilla y la de Portugal se guarde y cumpla muy enteramente, así como está capitulado». Otro de los artículos de las instrucciones ordena hacer asiento con los escribanos poniendo los grados de latitud «y asimismo en cuantos está [la tierra descubierta] de longitud de la demarcación entre estos reinos e los de Portugal» (42).

Señala Manzano que al ordenar Carlos V a Magallanes que no toque en lo perteneciente a Portugal, ya aparece carente de valor la bula *Dudum siquidem* y se adopta un respeto a unos límites no previstos en ningún documento oficial (43). Podemos añadir que ya don Fernando ha parecido aceptar ese límite en sus instrucciones a Solís, tanto las de 1512 como las de 1514. Ya no servía la mencionada bula y España debía acogerse a la ya difundida idea del antimeridiano oriental, idea extendida en un tiempo no muy largo, según lo expuesto hasta ahora.

um estudo náutico do roteiro, pelo Almirante J. Freitas Ribeiro, 2 vols., Lisboa, 1938; P. Pablo PASTELLS y P. Constantino BAYLE, S. J., *El descubrimiento del estrecho de Magallanes*, 2 vols., M., 1920. Amando MELÓN, *Los primeros tiempos de la colonización. Cuba y las Antillas. Magallanes y la primera vuelta al Mundo* (t. VI de la «Historia de América y de los pueblos americanos», dirigida por Antonio Ballesteros y Beretta), Barna., 1952. Y los restantes trabajos presentados en este Coloquio.

(42) La capitulación en Fernández de Navarrete, *op. cit.*, t. IV (M., 1837), doc. III, pp. 116-121; en la ed. de la B. A. E., II (76 de la colección), pp. 474-477. El memorial de Magallanes y Faleiro al monarca español (Marzo de 1518, *op. cit.*, doc. II) tampoco menciona las Molucas y solo dice que se proponen «descubrir y abrir camino para poner debajo del señorio de V. A. muchas islas y tierras de mucho provecho.» Las instrucciones, en doc. XIV, 8 de Mayo de 1519 (En B. A. E., t. 76, pp. 482-496). V. también en este Coloquio los trabajos de D. Ramos y Morales Padrón, entre otros.

(43) MANZANO, *El derecho de la Corona de Castilla...*, p. 423.

No es propio de este trabajo el análisis de las bases matemáticas por las que Magallanes y Faleiro colocaban la Especiería dentro del ámbito castellano. Dependían de dos problemas: de la isla del archipiélago de Cabo Verde desde la cual se contara la Línea y por consigiente por donde cortase el continente americano y del valor del grado que en Portugal se computaba en 17 ½ leguas ([44]). Frente a ciertas exageraciones españolas, que incluso en las posteriores conferencias de Badajoz hacían pasar el antimeridiano por el Ganges ([45]), Magallanes y Faleiro presentaron cálculos más moderados, pero que dejaban la Especiería al este de la Línea y por tanto en el hemisferio correspondiente a España. El informe de Magallanes sobre las distancias a que se encontraba la Línea en Oriente, afirmaba que la más occidental de las Molucas estaba a 2° 30′ de longitud este y la más oriental a 4°, lo que era erróneo ([46]). Por tanto aceptaban, a diferencia de todos los españoles, que Malaca se encontraba en el hemisferio portugués, pero no las Molucas; la Línea según ellos pasaba a 17° 30′ al este de Malaca, con lo cual las islas de Especias se hallaban a 20° de este puerto (hay cerca de 26°). En el mapa que llevó y que cayó más tarde en poder de los portugueses estaba repartido el mundo en dos hemisferios y en los 180° del rey de Castilla figuraban las Molucas «n'estes cento e oitenta del rey de Castella põs Maluco» ([47]). Por varios motivos y la necesidad de limitarse a un tema concreto, la aparición del concepto del antimeridiano, se prescinde aquí del complejo problema suscitado por las distancias y graduaciones en torno a la expedición magallánica ([48]).

([44]) V. en Denucé (*op. cit.*, pp. 148 e sigs.) las diversas opiniones coetáneas sobre el valor del grado y la distancia entre Lisboa y las Molucas. Igualmente v. Lagôa, *op. cit.*, I, pp. 74 y sigs.

([45]) Así el bachiller Martín FERNÁNDEZ DE ENCISO, en un memorial a Carlos V incluído en su *Suma de Geographia* (Sevilla, 1519; ed. facsimilar, M., 1948, por José Ibáñez Cerdá, p. 25), dice: «Y pasado de Melaca docientas leguas se acaba el límite de lo del Rey de Portugal: y al fin deste límite está la boca del Ganges y en la boca del Ganges comienza lo de V. A., lo cual comienza en el Ganges. Así que es de V. A. Zirtona y Ciampagu y la Aurea y Jocar y el Gatigaran...». Por tanto le atribuye todo el Extremo Oriente. Laguarda Trías, en su ponencia en este mismo Coloquio, señala que esas ideas de Enciso fueron seguidas por el profesor portugués en Salamanca Pedro Margalho en su *Phisices Compendium* (Salamanca, 1520) y por el piloto asimismo portugués André Pires en su *Livro da Marinharia*, publicado y estudiado por Luís Mendonça de Albuquerque (Lisboa, 1963, con introducción de Armando Cortesão, Junta de Investigações do Ultramar).

([46]) Memorial que dejó Magallanes al rey cuando partió, en el que declaraba la altura y situación de la Especiería y de los principales accidentes costeros que entraban en la demarcación castellana, Septiembre de 1519. (Navarrete, *op. cit.*, doc. XIX, pp. 188-189 en la 1.ª ed.; II, pp. 519-520 en la B. A. E.).

([47]) Según carta de Antonio de Brito al rey de Portugal, 11 de Febrero de 1523, desde las Molucas (Denucé, *op. cit.*, p. 162, pub. antes en *Alguns documentos da Torre do Tombo* y en la *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. II).

([48]) Por ejemplo, Navarrete y recientemente Levillier (*op. cit.*, II, pp. 256-257) analizan lo que hay de erróneo en los cálculos de Magallanes. Igualmente Lagôa, I, pp. 76 y sigs. Y Laguarda Trías en este mismo Coloquio (*Las longitudes geográficas de la Lembranza de Magallanes y del primer viaje de circunnavegación*), con sus análisis de las coordenadas magallánicas. V. también la ponencia de José Luis Morales en este Coloquio (*Las derrotas de Magallanes y Elcano en el primer viaje de circunnavegación*). Sin entrar en este complicado punto, solo se indica aquí que Magallanes sitúa 75° entre la primitiva Línea y el cabo de Buena Esperanza (Navarrete, por error, consignó 65°); del Cabo a Malaca, 1600 leguas o 91 grados; de allí a la linea oriental, 17° 30′, lo cual nos da no 180° sino 183 ½. Hay aquí una serie de errores al lado de aproximaciones muy acertadas. Las Molucas quedaban, para Magallanes, entre 2° 30′ y 4° E. de la Línea oriental, y por tanto en el hemisferio castellano. Según el relato de Maximiliano Transilvano, Magallanes afirmaba sin duda alguna que el golfo del mar donde están los pueblos de los *Sinas* y las Molucas caían en la partición occidental perteneciente a Castilla, y añade dicho autor que no se osaba afirmar en ello hasta que vino el famoso navegante y porque no se había hallado la «razón cierta de las medidas de longitud del mundo». (En Navarrete, *op. cit.*, B. A. E., t. 76, pp. 555 y sigs.). El derrotero de Francisco Albo indica 189° de longitud O. de la Línea para las primeras islas del archipiélago de San Lázaro (Filipinas); Elcano coloca las Molucas a 156° O. de la Línea o 204° E. de la misma (Denucé, v. nota 53 aquí); Albo sitúa a Motil — en las Molucas y en el ecuador — a 190° 30′ y también a 191° 45′ en longitud O., con lo cual las Molucas caían en el hemisferio portugués, con las implicaciones que esto suponía para el objetivo de la expedición.



Pero algo hay que referir sobre la cartografía coetánea ([49]). Si varios de los mapas conservados de comienzos del siglo XVI indican la primitiva Línea de Demarcación — con más o menos exactitud, y ésta con más o menos intención — el antimeridiano no aparece hasta el mapa preparado por Jorge Reinel para la expedición da Magallanes; su autor, aunque portugués, trabajaba para la Casa de Contratación. El mapa de su padre Pedro Reinel, de 1517, que incluye las Molucas, no dibuja la Línea en Oriente, ni tampoco el atribuído a él de hacia 1518, pero coloca éste una bandera portuguesa en Malaca y en las Molucas ([50]). El planisferio de Jorge Reinel, llamado también de Kunstmann IV — desaparecido por la última guerra)—, en el que al parecer fué ayudado por su padre que acudió a Sevilla, sitúa las Molucas en el extremo oeste del mapa, lo que que indica su pertenencia al hemisferio español, pues el extremo oriental queda al este de Malaca, dejando en la zona portuguesa muchas de las *ilhas dos Gaos* (islas de la Sonda); por la graduación del ecuador caen las Molucas en el hemisferio español y ninguno de los catorce barcos dibujados lleva el emblema de la Orden de Cristo. Las Molucas aparecen en un mar, lejos de las costas americanas; también figuran los *Chis* (chinos) en el hemisfério español. Mapa, como dice Cortesão, hecho para la conveniencia de España, pero que refleja las ideas de Magallanes ([51]).

([49]) V. la cit. *Portvgaliae Monvmenta Cartographica*, t. I, y *Mapas españoles de América. Siglos XV-XVII.* M., 1951. Publicados por el duque de Alba y Julio Guillén (Real Academia de la Historia). V. también Sanz, *op. cit.*

([50]) El mapa de 1517 en *Portugaliae...*, pp. 33-34 y estampa (lámina) 10, lo atribuyen Cortesão y Teixeira da Mota a 1517, pero otros le dan fecha posterior. El mapa núm. 11 (pp. 35-36) es anónimo y dichos historiadores lo atribuyen a Pedro Reinel y hacia 1518; se halla en el British Museum. Pero el filipino Carlos Quirino lo hizo examinar por radiografía y se vió que reaparecía la representación de las islas de San Lázaro o sea Filipinas, por lo cual hay que retrasarlo a después de 1522.

([51]) *Portugaliae...*, estampa 12 y pp. 35-36. Anónimo. Se encontraba en Munich y fué destruido en la segunda guerra mundial. Llamado también de Kunstmann IV. Cortesão y Teixeira da Mota lo atribuyen a 1519 aproximadamente, ya que se destinó a la expedición de Magallanes — el original, si éste es copia aunque del mismo Reinel. Levillier (*op. cit*, II,

En los *Portvgaliae Monvmenta Cartographica*, hay una série de mapas que Cortesão y Teixeira da Mota atribuyen a Lopo Homem en colaboración con los Reinel y casi todos a éstos, por las dudas que suscitan, y los consideran de hacia 1519. En el número 18, parecen incluirse las Molucas en la zona portuguesa; el núm. 19 coloca Malaca y Molucas al este, sin banderas, pero las hay portuguesas antes; el núm. 20, en un barullo de islas, pone banderas portuguesas en las Molucas. En todos ellos y hasta el núm. 24 no figura la Línea y favorecen las pretensiones portuguesas.

El cartógrafo asimismo portugués Diego Ribeiro, llamado en España Ribero, trabajó también en Sevilla. Cortesão y Teixeira da Mota le atribuyen el mapa anónimo de 1525, llamado de Mantua o de Castiglione (núm. 37 de los *Monvmenta*); el anónimo de Weimar de 1527 (núm. 38); el firmado del Vaticano de 1529 (núm. 39); el también firmado de Weimar de 1529 (núm. 40); y el hemisferio occidental, de Wolfenbüttel, hacía 1532 (núm. 41). Parece que Ribeiro participó como cartógrafo en la preparación del viaje de Magallanes ([52]). El mapa de Mantua — que Levillier sitúa hacia 1526-27 — no dibuja la Línea, pero sí banderas españolas debajo

---

pp. 67-72) lo atribuye a 1518, pues la carta del agente portugués en Sevilla Sebastián Alvares al rey don Manuel de 18 de Julio de 1519 dice que en el mapa figura el Maluco, y que lo colocó Pedro Reinel, quien vino de Portugal y ayudó a su hijo Jorge; de modo que el mapa se comenzaría en 1518 y se terminaría al año siguiente. Que Jorge Reinel es el autor se sabe por el testimonio de Herrera y otros, por quienes consta que trabajó en la cartografía de la expedición de Magallanes. Otros autores modernos le han dado fechas distintas, pero las dichas son al parecer las mas exactas. Levillier coincide con Cortesão en que colocó las Molucas en la zona española por conveniencias políticas, aunque corriendo la zona portuguesa en América hacia el oeste. Levillier da el cálculo de la alteración: La isla de San Antón en las de Cabo Verde está a 25° O. Gr.; 370 leguas a 17 ½ por grado dan unos 21, que con los 25 resultan 46°. Restando 46° de 180° quedan 134° y esa es la longitud del antimeridiano, quedando las Molucas a unos 4° al oeste de ella y por tanto en el hemisferio portugués. Pero Reinel colocó la línea en el Brasil en 55° O. Gr., con lo que en Oriente caía en 125° o sea al oeste de las Molucas, que así correspondían a España (*op. cit.*, pp. 71-72).

El mapa núm. 13 de los *Portugaliae* se atribuye con dudas a Pedro Reinel y hacia 1522 (pp. 39-41). Se halla en Constantinopla y representa el hemisferio meridional en proyección polar, siendo el centro por tanto el polo sur. Incluye las Molucas al sur del ecuador. Atraviesa el mapa por el centro un meridiano que parece coincidir con la línea de demarcación oriental; pasa en la región que nos interesa por *Lucapina*, que es Lucipara o islas de las Tortugas al sur del extremo occidental de Ceram, y corre a lo largo de Gilolo, al este de las islas *do Cravo*, dejando por tanto las Especiería en zona portuguesa. Aunque menciona una inscripción a Magallanes parece anterior al regreso de Elcano. Pero Cortesão y Teixeira da Mota hallan muchos puntos dudosos en este mapa; no parece desde luego obra de Pedro Reinel para Magallanes, aunque sí creen que sea de los Reinel. Si favorece a Portugal en las Molucas, en el resto, por el contrario, parece hacerlo a España. Suponen que este mapa y el de Turín de 1523 proceden de un prototipo de los Reinel.

([52]) V. *Portugaliae...*, pp. 89 y sigs. Sus autores suponen que quizá todos los mapas que en la *Relación* de los gastos de la Armada de Magallanes figuran hechos por Nuño García Torreño serían de Ribeiro, omitido como más joven y extranjero; sin embargo, éste, en 1523, fué nombrado cosmógrafo y maestro de hacer cartas y otros instrumentos en la Casa de Contratación. Sobre el problema de la paternidad de los mapas para la expedición de Magallanes v. el comentario de Cortesão al mapa n.° 37 de los *Portugaliae*.



de las Molucas, incluyendo a éstas en el dominio castellano. En el planisferio de Weimar de 1527, por la colocación de las banderas, la Línea cae un poco al oeste de las Molucas; en los del Vaticano y Weimar de 1529, ocurre lo mismo, plantando banderas portuguesas debajo de la península de Malaca y de Sumatra ([53]), lo que se repite todavía y más tardíamente en el de Weimar de 1540, obra también de Ribeiro. En cuanto al hemisferio occidental de Wolfenbüttel también las Molucas quedan casi en el límite occidental del mapa y por tanto en el hemisferio castellano. El planisferio de Salviati, que Levillier atribuye hacia 1526-1527, sitúa asimismo las Molucas en la jurisdicción española ([54]). Todos estos mapas conceden en general una extensión considerable a Portugal en el Atlántico y por tanto corren el límite en Oriente hacia el oeste, incorporando así las islas de las Especias a la zona española. Pero tampoco cabe aquí un análisis de esta cartografía con más pormenor, ya que la mayoría, por sus fechas, es posterior al viaje de Magallanes y corresponde a otro tema, el problema de la soberanía de la Especiería.

---

([53]) Para Levillier (*op. cit.*, II, pp. 100-105) el autor del mapa de Castiglione es desconocido. El mapa de 1529 figura también y es estudiado en *Mapas españoles de América*, mapa VI. Consta el nombre de Ribeiro y añade «la qual se divide en dos partes conforme a la capitulación que hizieron los catholicos rreyes de españa y el rrey D. Juan de Portugual en la villa de Tordesillas año de 1494». Hacia 158° 30′ O. consta: «Estas islas e provinçias de maluco e gilolo de colorado estan en esta longitud segun oppinion e pareçer de Juan sebastian del cano capitan de la primera nao que vino de maluco e la primera que Rodeo el mundo segun e por la nauegaçion que hizo el año de 20, 21 y 22 en el qual vino cargada de clavos.» La Línea es el origen de las longitudes.

Esta inscripción figura en los cuatro mapas de Ribeiro: el anónimo de Mantua, los dos de 1527 y el de 1529. La cartela se encuentra entre 140° y 150° O. de la Línea, pero los autores del texto de *Mapas españoles de los siglos XVI y XVII* dicen que se refiere a un duplicado de la costa occidental de Gilolo que aparece encima y que se halla a unos 158° 30′ O. de la Línea. Pero después de esa vaga costa aparece en realidad la isla de Gilolo y las de Tidore y Ternate, éstas a unos 173° O. y el antimeridiano pasa al occidente del Maluco. Parece que se trate de un compromiso entre la longitud mas o menos real o cercana a la realidad, siempre que dejara las Molucas en el hemisferio español, y la supuesta por Elcano, mucho mas inexacta y que alejaba la Especiería del antimeridiano, colocándola indiscutiblemente en la zona castellana. Tampoco corresponde la longitud de 173° al derrotero de Albo, que, como se ha visto, dejaba las Molucas mas allá de los 180° y por tanto en el hemisferio portugués.

Dicen Guillén y sus colaboradores: «Esta carta por su construcción y detalles es el dato mas favorable al punto de vista español.» Aludiendo a la situación de Gilolo mas el Este según Elcano, como el haber pertenecido Ribeiro a la Junta de Badajoz, se trazó para ilustrar «la asendereada cuestión de las Molucas.» (p. 33).

Suponen Cortesão y Teixeira da Mota que los mencionados mapas de Ribeiro representan copias del Padrón Real o mapa modelo oficial, ordenado primeramente a Américo Vespucio y vuelto a encomendar después a Solís y a Juan Vespucio y más tarde a Fernando Colón y a Ribeiro; los primeros parece que no lo llegaron a ejecutar. Magnaghi supuso que el mapa de Turín de 1523 era de Juan Vespucio, lo que rechaza Cortesão, considerándole copia mediocre del planisfério de Jorge Reinel de 1519 y tampoco lo cree obra de Ribeiro, dada su habilidad como cartógrafo. El planisfério de Turín pretende colocar las Molucas en el hemisfério español pero está lleno de errores, como ha puntualizado Levillier (II, pp. 87 y sigs.).

([54]) Asimismo la carta marina de Juan Vespucio de 1526, muy semejante al mapa de Salviati.

Después del regreso de Elcano quedaba candente la cuestión de las Molucas y de sus riquezas. No entra en mi propósito tratar de este complicado y largo problema ni de las inútiles negociaciones entabladas para resolverlo ni de su final solución con la renuncia de Carlos V en el tratado de Zaragoza de 1529. Solo cabe una alusión a que la cuestión era en realidad eminentemente política, aunque Portugal tuviese razón si se admite al respeto a la Línea — que nadie tenía interés en respetar si le convenía —, ya que el antimeridiano atravesaba el Pacífico muy al oriente de China, cortaba el Japón, dejaba toda Indonesia, las Molucas y Filipinas en el hemisferio portugués y cruzaba Nueva Guinea por su extremo occidental, dejando la península llamada *Cabeza de Pájaro* por su curiosa forma a su oeste ([55]). Pero esto se ignoraba entonces. En primer lugar, la imposibilidad de precisar la longitud exactamente permitía grandes desviaciones de la realidad, y la ciencia cosmográfica portuguesa no podía llegar más que a aproximaciones. Mendonça de Albuquerque reconoce que la aplicación del Tratado de Tordesillas ofrecía dificultades técnicas y algo de gran interés: que al regresar Elcano, Juan III per medio de su embajador Luís da Silveira, y en carta de 28 de Septiembre de 1522 reclamó inmediatamente a Carlos V su castigo por infringir el citado tratado, siendo ésta la primera vez que el rey portugués proponía claramente la aceptación de ser extensible a Oriente la Línea divisoria de 1494, con lo cual el Emperador se mostró también de acuerdo. Pero además de insistir en que las Molucas se hallaban en el hemisferio que se le reservó en Tordesillas a Portugal, no dejaba de alegar Juan III el argumento del comercio sostenido allí hacía tantos años. Contestó Carlos V el 2 de Diciembre proponiendo el envío de una expedición para determinar la Línea y que entretanto ninguno de los dos monarcas hiciera partir escuadras hacía la Especiería ([56]).

Dichas dificultades provocaron por parte portuguesa la preocupación y sospecha de que la prolongación de la Línea diese la posesión de las Molucas a España, si se contaban las 370 léguas en el Atlántico desde la isla de San Antón, la más occidental de las de C. Verde, consecuencia lógica del corrimiento de la Línea hacía el oeste, lo que no aparece previsto en Tordesillas, lo cual demuestra una vez más que entonces no se pensó en una prolongación de dicho meridiano por el otro hemisferio. Ya el hecho de entablarse las negociaciones de Badajoz y Elvas revela que Portugal hubo de aceptar la existencia de dos jurisdicciones en Oriente. Según una carta de Carlos V a don Juan de Zúñiga sobre sus negociaciones con el rey de Portugal, los embajadores de éste le habían dicho de su parte «que si Nos [el Emperador] pretendíamos ser nuestra [la Especiería] por caer en los límites de nuestra demarcación, que lo habíamos de pedir y recibir de su mano y no ocuparlo por nuestra autoridad»; y que el Rey de Portugal estaba dispuesto a cederlo, pero el Emperador quería atenerse a las capitulaciones ([57]). De este documento se desprende que aparece por un lado la aceptación portuguesa del concepto del antimeridiano, y por otro parece que Carlos V seguía ateniéndose a la Bula *Dudum siquidem* y al derecho del primer ocupante, basándose en la expedición de Magallanes.

Pero en las conferencias de 1524 en Badajoz y Elvas, los delegados portugueses lógicamente insistían también en la «posesión» de las Molucas, por ser sus navegantes los primeros que habían llegado allí, lo que se esforzaron en desvirtuar los delegados españoles; posesión cuyo reconocimiento consideraban aquellos cuestion previa, y al admitir el antimeridiano buscaban asimismo limitar la penetración española en el Extremo Oriente.

Sabemos que en dichas conferencias se sostuvieron puntos de vista del todo opuestos; los españoles acusaban a los portugueses de falsear los mapas y alterar las distancias, y los cosmógrafos de Carlos V de nuevo trazaban el antimeridiano por Malaca e incluso por el Ganges. Fernando Colón volvió a exponer las viejas tesis de su padre, presentando un parecer por escrito, en el que mostraba el derecho que tenían SS. MM. (don Carlos y doña Juana) no solamente a Molucas, sino también a toda Persia, Arabia e India. Historiadores portugueses sospechan que en el fondo trabajaba para sí, por una interpretación muy extensiva de las capitulaciones de Santa Fe ([58]). Pero en otro memorial en aquella misma ocasión don Hernando puntualizó exactamente el problema: decía que por el tratado de Tordesillas se había entendido que se había repartido el mundo y en dos partes iguales, «impresión tan arraigada que se persuaden que en realidad de verdad es así» los que dirigían la Junta española en aquellas reuniones; idea vulgar pero que insinúa no negaban las altas autoridades españolas, lo que es lógico, dados los antecedentes y lo que se lleva expuesto aquí. Afirma don Hernando que de ello surgen muchos inconvenientes y que los miembros de la Junta quieren echar la Línea lo más al occidente posible. Y él, Fernando Colón, acude a los miembros del Consejo para asegurarles que en la cuestión de las Molucas

([55]) Levillier indica como meridianos exactos de la Línea de Demarcación, en el Atlántico: encontrándose la isla de San Antón a 25° 23′ O. Gr., 370 leguas a 17 ½ por grado colocan la primera Línea de Tordesillas en 46° 37′ O., y el antimeridiano en 133° 23′ E. Gr. (*op. cit.*, I, p. 79 y mapa entre pp. 80 y 81). Laguarda Trías (*op. cit.*, pp. 56 y 171-173) critica las coordenadas de Levillier, asegura la imposibilidad de determinar con exactitud por donde pasaba la Línea por América y con nuevos cálculos la sitúa — entre otras posibilidades — si se admite como punto de partida la isla de San Antón, en 48° 42′ O., en cuyo caso el antimeridiano real pasaba a 131° 18′ E. Gr. y cortaba la mencionada península occidental de Nueva Guinea.

([56]) Estas cartas fueron publicadas en *Alguns documentos... da Torre do T...*, p. 462. MENDONÇA DE ALBUQUERQUE, *O tratado de Tordesillas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa*. Memoria presentada en las Jornadas Americanistas de Tordesillas, 1972; publ. en *El Tratado de Tordesillas...*, cit., t. I, pp. 119-136. V. también el *Processo...* (nota 40).



([57]) Fernández de Navarrete, *op. cit.*, ed. B. A. E., t. 76, p. 597, doc. XXXI; 18 de Diciembre de 1523.

([58]) Navarrete, *op. cit.*, 1.ª ed., t. IV, pp. 333-338. Parecer de Fernando Colón, 13 de Abril de 1524, doc. XXXIV. Dice que el sábado anterior dió un parecer por escrito en que mostraba el derecho de los monarcas españoles no solo a las Molucas, sino a Persia, Arabia e India. El Consejo, aunque fuese buen aviso, opinaba que los pareceres eran solo para hacer la división. En vista de ello dió Fernando Colón otro en la cit. fecha del 13 de Abril, en que exponía sus ideas sobre el valor del grado y el modo de determinar la Línea. El 15 de Abril dieron un dictamen Fray Tomás Durán, Sebastián Caboto y Juan Vespucio en que, tras varias elucubraciones científicas, concluían que el antimeridiano pasaba nada menos que por la boca del Ganges. (*ibid.*, doc. XXXV).

«este punto consiste principalmente en Derecho y no en astrólogos ni cosmógrafos» ([59]). Es decir, se trataba de una cuestión política por encima de todo y los argumentos científicos no eran más que instrumentos en la lucha; aunque al invocar el Derecho, sin precisar, parece referirse a las Bulas, al derecho de primer ocupante y quizá en el fondo, como se ha dicho, a las capitulaciones de Santa Fe.

Sin embargo, Fernando Colón debió de solidarizarse con sus compañeros de Junta, por los motivos que fueran, y así, abandonando la tesis expuesta, firmó el dictamen conjunto con fray Tomás Durán, el doctor Salaya, Pedro Ruiz de Villegas, el maestro Alcaraz y Juna Sebastián Elcano, en que, tras muchos argumentos, concluía que las Molucas estaban a 150° al oeste de la Línea —la primitiva— y que de ésta a su prolongación por el este había 210°; así que su propiedad pertenecía a los monarcas españoles ([60]).

Pero Fernando Colón no quedó satisfecho. Fracasada la Junta de Badajoz, se fué a Burgos y presentó a Carlos V un largo memorial, ya mencionado, la *Declaración del derecho que la Real Corona de Castilla tiene a la conquista de las provincias de Persia, Arabia e India, e de Calicut e Malaca, con todo lo demás que al Oriente del cabo de Buena Esperanza el Rey de Portugal, sin título ni derecho alguno, tiene usurpadas* ([61]). Es un escrito largo y farragoso, en forma de alegato judicial y con muchas repeticiones. Reanuda don Fernando los argumentos del *Memorial de La Mejorada*, con más extensión y reiteración, y tendiendo en el fondo, no solo a defender y ampliar los derechos del Emperador, sino los de su familia, por una interpretación muy exuberante de las Capitulaciones de Santa Fe. Ya había expuesto poco antes su pensamiento al Emperador verbalmente en Vitoria en Marzo del mismo 1524, pero como lo recuerda en este escrito no fué servido don Carlos que se hablase en ello, ante la perspectiva de las reuniones de Badajoz y el deseo de llegar a un acuerdo. Como señala su primer editor, resulta incongruente la posición extrema que aquí adopta don Fernando con su actitud ya aludida en la Junta. En resumen, las ideas fundamentales de la *Declaración* consisten en que las 370 leguas otorgadas en Tordesillas eran la única concesión de los Reyes Católicos a Juan II: que el límite de la zona portuguesa estaba en el cabo de Buena Esperanza, que según don Fernando, caía a los 90° (!) de la Línea, que con otros 90° al O. daban ya medio círculo terrestre; en Tordesillas no se habló en absoluto de la division del Globo en dos mitades ni de que la Línea fuera un círculo que pasara por los polos; así rechaza la

([59]) Memorial fecha 27 de Abril de 1524. *Ibid.*, doc. XXXVI. (Navarrete, IV, pp. 342-343).

([60]) *Ibid.*, doc. XXXVII, pp. 343-355.

([61]) Publicado por Eustáquio FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, *Noticias para la vida de D. Hernando Colón* en la *Colección de documentos inéditos para la Historia de España*, t. XVI (M., 1850), pp. 382-420. Rumeu de Armas (*op. cit.*, pp. 69-73) extracta y comenta este documento. (Vd. Tomás MARÍN, «La Participación de Hernando Colón en las Juntas de Badajoz-Elvas», en *El Tratado de Tordesillas*... cit., t. I, pp. 175-178).



pretensión portuguesa del reparto en dos hemisferios. Al ceder los Reyes Católicos esas 370 leguas de lo que era suyo, no iban a renunciar a Oriente donde «estaban todas las joyas y riquezas y especierías»; si se entendía que daban a Portugal todo lo que se descubriese al oriente de la Línea, no habría límite, «hasta volver y llegar a la misma línea de la marcación por causa de la redondeza de la tierra», lo que no fué su intención, ni se iba a dejar puerta abierta para que pudiera ocupar lo del otro. Insiste en poner el límite en el cabo de Buena Esperanza, pues más allá, cuando el tratado, no había posesión alguna de príncipe cristiano y eso era —viene a significar— lo descubierto por Colón y otorgado por el Papa. Incluso emite un argumento ingenuo: que si no se opuso Castilla a los viajes a la India fué por inadvertencia, por no publicar los portugueses adonde iban o por creer que solo iban a la Mina o al Próximo Oriente.

La cuestión radicaba también en la interpretación de los derechos de descubrimiento y posesión; según Mendonça de Albuquerque, a diferencia de otros historiadores portugueses, unos y otros estaban persuadidos de que las Molucas correspondían al hemisferio español geográficamente, por lo que se procuró por parte de Portugal acercar la Línea en el Atlántico lo más posible a Africa y demostrar prioridad en la llegada a la Especiería ([62]). Solo las fuertes dudas sobre su situación geográfica movieron a Juan III —según el citado autor— tras el fracaso de las conferencias mencionadas a comprar a Carlos V el derecho de posesión de aquellas por una suma muy grande de que tampoco disponía. La Línea antimeridiana se trazó a 17 grados al este de las Molucas, lo que la llevó a 150° 23′ E. Gr., y así recibió Portugal 197 grados en lugar de 180, ya que exactamente —más o menos— se puede indicar el meridiano 133° 23′ E. Gr. o 131° 18′ ([63]).

Una conclusión que se desprende es que la Línea de Demarcación en Oriente podía atravesar países desconocidas y que ofrecieran sorpresas y riquezas; en realidad, pasaba aparte de Siberia, por el Japón, Nueva Guinea y Australia. Pero la tenaz contienda entre los dos países ibéricos se concentró exclusiva y intensamente en las codiciadas islas de las Especias. Un factor económico aparece aquí como determinante de una política y en torno de él giran los hechos políticos y los estudios y argumentos científicos.

([62]) Mendonça de Albuquerque (*op. cit.*) menciona una carta de un delegado portugués en las conferencias de Badajoz al Rey (18 de Mayo de 1524), en la que afirma que si se partía de las islas de la Sal y Boavista en el este de las de Cabo Verde quedaba Malaca para Portugal por 12 o 13 leguas y si se contaba desde San Antón se perdía por 50 leguas, lo cual parece indicar que no se estaba muy seguro de saber por donde pasaba el antimeridiano. Pero en las mismas Jornadas de Tordesillas Cortesão ha presentado otra memoria *(João II e o tratado de Tordesillas)* en la que supone que Juan II y sus cosmógrafos pensaban ya en el antimeridiano y corrigiendo los errores de Ptolomeo, situaban Malaca a 125° de Cabo Verde, con lo cual la Especiería quedaba al oeste de la Línea oriental, con un margen de 47°. (*El tratado de Tordesillas...*, cit., I, pp. 93-101.)

([63]) Levillier, *op. cit.*, II, pp. 150-152. Laguarda Trías, *op. cit.*, pp. 56-57. (V. nota 55, aquí).

Todos estos asuntos caen ya fuera de nuestro tema y solo he aludido a ellos para perfilar el propuesto: intentar percibir como fué apareciendo la idea de la prolongación a los Antípodas de la famosa Línea de Alejandro VI y de Tordesillas y en qué momento, con una poco delimitada precisión, surge en documentos coetáneos. Sus consecuencias han sido sumamente importantes, y las interpretaciones desde entonces hasta ahora ampliamente copiosas y divergentes y quizá se tarde aún en llegar a unas conclusiones objetivas y que sean aceptadas por todos o al menos por la mayoría de los historiadores, independientemente de su nacionalidad o de su ideología.

# MALUCO E MALACA

POR

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ

## SIGLAS UTILIZADAS

ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ARSJ — Arquivo Romano da Companhia de Jesus
BPE — Biblioteca Pública Eborense
BNL — Biblioteca Nacional de Lisboa

Situadas no extremo oriental do arquipélago da Insulíndia, e, portanto, no limite das terras conhecidas antes das grandes viagens de exploração dos tempos modernos, as pequenas ilhas de Maluco (1) entraram mais cedo na História, e nela desempenharam um papel bem mais importante que as ilhas que as rodeiam, embora de muito maiores dimensões e mais variados recursos.

A causa desse facto foi a existência de um produto muito raro e muito apreciado, que para elas chamou a atenção e as fez, já desde a Idade Média, participar no grande comércio internacional: o cravo. O cravo (também conhecido por «cravinho», «cravo-da-índia» e «cravo-de-cabecinha») é a flor de uma árvore da família das mirtáceas, o *Syzigium aromaticum* ou craveiro, espontâneo nessas ilhas. A parte aproveitável como especiaria é a flor, colhida ainda em botão e seca ao sol (o «cravo-de-cabeça» propriamente dito), ou o pedúnculo do fruto (o «bastão»), este de qualidade e valor inferior aos daquela. Nas ilhas de Banda, um pouco mais ao sul, nascia a noz-moscada, cujo arilo, a maça ou macis, é também utilizado como especiaria, de valor superior ao do fruto; produ-las a moscadeira, ou *Myristica fragrans*, árvore da família das miristicáceas. Assim como o craveiro se não encontrava fora das ilhas de Maluco, a moscadeira não se dava senão nas cinco ilhas de Banda; no século XVI ainda não tinha sido possível aclimatá-los a outras regiões, facto que, tal como o de o sândalo *(Santalum album)* se não encontrar senão em Timor, muito espantou os nossos autores quinhentistas, a quem pareceu «grande mistério».

Na época em que portugueses e castelhanos chegaram ao Oriente, Maluco era o único produtor mundial de cravo, insubstituível pela impossibilidade de aclimatar o craveiro a outras regiões — e daí o grande interesse em possuir essas ilhas. Essa

(1) Hoje designam-se por «Molucas» todas as ilhas a oriente de Celebes e Timor até à Nova Guiné; a «província de Maluco», da República Indonésia (Propinsi Maluku), engloba as ilhas de Sula, Halmahera, Buru, Ceram, Amboino, Tanimbar e outras de menor importância, até Wetar, Kissar, Moa e Liran, vizinhas do Timor Português; a capital é Amboino (Ambon), na ilha do mesmo nome. No século XVI, porém, por ilhas de Maluco entendiam-se apenas as cinco pequenas ilhas de Ternate, Tidore, Maquiem, Motir e Bachão, dispostas de norte para sul de um e outro lado do equador, ao longo da costa ocidental de Halmahera (a Geilolo ou Batochina do Moro das nossas crónicas). É nesse sentido restrito que empregamos aqui o termo. Preferimos a forma «ilhas de Maluco» à forma «ilhas Molucas», pois é a que melhor corresponde ao malaio *Maluku* — além de ser a que os nossos clássicos quinhentistas constante e exclusivamente empregam.

impossibilidade — veio a verificar-se depois — não era tão absoluta como nos primeiros tempos pareceu: no decurso do século XVI os próprios Portugueses conseguiram introduzir o craveiro nas ilhas vizinhas de Geilolo (ou Halmahera), Ceirão e Amboino (2), o que lhes permitiu continuar a comerciar em cravo depois que a revolta de Ternate, em 1570, lhes cortou a principal fonte de produção. Mais tarde os Holandeses introduziram a cultura do cravo nas Antilhas, onde se desenvolveu de tal modo que suplantou, destronou e acabou por fazer desaparecer a produção de Maluco.

Além do cravo, as ilhas de Maluco quase nada mais produziam, e viam-se por isso obrigadas a importar da vizinha ilha de Geilolo (e até de regiões mais longínquas, como Sumbava e Java) parte do arroz e dos outros mantimentos que consumiam.

Os primeiros contactos das ilhas de Maluco com o resto do Mundo são ainda muito obscuros; sabe-se que eram frequentadas, no período correspondente à Idade Média europeia, por navegadores dos grandes impérios indianizados de Samatra e Java — Çri Vijaya, séculos VII-XIII, e Majapahit, séculos XIII-XV —, de cuja influência se encontram traços até às ilhas Marianas, já em pleno Pacífico. Java — que, devido ao seu actual superpovoamento, não produz hoje alimentos suficientes para a população que contém e se vê obrigada a importá-los — era nessa época um grande produtor de arroz (foi mesmo, durante os séculos XV e XVI, um dos principais abastecedores de Malaca). É provável que a sua expansão para o Oriente tenha, em parte, resultado do desejo de colocar o seu arroz nas ilhas mais orientais do Arquipélago, em que um clima mais seco, resultante de uma maior proximidade dos desertos da Austrália e a ausência de grandes extensões planas facilmente irrigáveis, oferece piores condições para a orizicultura. Os seus navios começaram a percorrer, assim, todos os mares da Insulíndia, enquanto os seus soberanos se arrogavam um direito de suzerania nominal sobre todas as ilhas até Maluco. Ternate era provavelmente contada já no fim do século XII entre os territórios vassalos do reino javanês de Kediri; no século XIV é mencionado entre as dependências do de Majapahit, no *Nagarakertagama*, crónica javanesa redigida em 1365 (3).

Os Chineses conheciam Maluco desde o século XIV; mas as suas visitas eram menos frequentes e a sua influência menos notória que nas vizinhas ilhas de Bornéu e Lução (4), o que deve ser consequência da sua posição geográfica, por um lado, e, por outro, de na China ser pouco apreciado o cravo, ao contrário da cânfora, que se produzia em Bornéu. Os contactos de Maluco com a China não devem ter sido muito frequentes, além disso, porque a dinastia Ming, então no trono (1368-1644), praticou, sobretudo a partir do início do século XVI, uma política de retracção e isolamento, proibindo a saída de chineses para fora do império e preferindo confiar, primeiro, aos Malaios e, depois, aos Portugueses a quase totalidade do seu comércio externo.

(2) As duas últimas chegaram a produzir 2000 quintais anuais (cerca de 1/8 da produção de Maluco nos melhores anos) — Diogo do Couto, *Ásia*, década V, cap. II, pp. 53-54.

(3) D. G. E. Hall, *A History of South East Asia*, 3.ª ed., Nova Iorque, 1970, cap. 4.°, pp. 71 e 85; G. Coedès, *Les états hindouisés d'Indochine et d'Indonésie*, Paris, 1964, p. 340.

(4) Marie Antoinette Petronella Meilink-Roelofsz, *Asian Trade and European influence in the Indonesion Archipelago between 1500 and about 1630*. S' Gravenhage, 1962, p. 99.



Os Portugueses recolheram em Maluco tradições orais, algo confusas, que davam prioridade aos Chineses sobre os Jaus como primeiros visitantes destas ilhas: «estamdo asym vierão aquy ter naos ou jumquos por Borneo. Fforão os primeiros que nestas ilhas se virão e por aquy ffezzerão sempre seu caminho. Huns dyzem que erão chins, outros querem que focem malaios e jaos. Nom se sabem detriminar pera verdadeiramente vos emformar: hos mays se acostão aos chins, e asy parece ser verdade» (5).

De qualquer modo, não foi de Java nem da China, mas de Malaca, que Maluco recebeu os elementos de civilização que a fizeram passar da pré-história à história: o islamismo e a escrita árabe, essencialmente.

Malaca nasceu, desenvolveu-se, tornou-se no principal centro comercial da Ásia meridional e conquistou a hegemonia da Insulíndia, tudo no espaço de menos de um século. A sua posição geográfica explica, em grande parte, esse fulgurante crescimento.

Durante o período correspondente à Idade Média da Europa, o incremento da navegação entre os portos do Extremo Oriente e os do Índico (da Arábia à actual Birmânia) deu uma grande importância às duas únicas passagens entre um e outro domínio de navegação: os estreitos de Malaca e Sunda — e, consequentemente, a hegemonia do Sueste Asiático a quem os conseguiu dominar. Aí está uma das causas da grandeza dos impérios de Çri Vijaya e Majapahit. Malaca, além da sua posição privilegiada a meio do estreito do mesmo nome, na charneira de três mundos e na confluência de dois oceanos, gozava da vantagem de se situar numa zona de calmarias, em «que faziam fim as monções de hũm cabo e do outro»; era, por isso, um lugar ideal de espera para os navios que, para contornarem a Península Malaia, tinham de mudar de direcção ou de hemisfério, e se viam, consequentemente, na necessidade de aguardar a mudança de monção (6).

Fundada provavelmente em 1403, Malaca converteu-se oficialmente ao islamismo em 1414 — e desde então fez do Islão um dos esteios do seu imperialismo.

Desde o século VIII que há notícia da presença de muçulmanos nos mares do Extremo Oriente — Cantão fora saqueada em 758 por piratas árabes — mas o Islão apenas criara raízes no pequeno reino de Pacém, no extremo norte de Samatra, convertido em 1295.

A rápida expansão do Islão na Insulíndia nos séculos XV-XVI está intimamente relacionada com a expansão comercial de Malaca — de que é, ao mesmo tempo, consequência e suporte ideológico. Malaca suplantou Majapahit não por uma confron-

(5) Hubert Th. Th. M. Jacobs, S. J., *A treatise on the Molucas (c. 1544) probably the preliminary version of António Galvão's lost Historia das Molucas*, edited, annotated and translated into English from the portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville by... Roma, 1971. Cap. XIII.

(6) João de Barros, *Ásia*, década II, liv. VI, cap. I; Tomé Pires, *Suma Oriental* — vide Armando Cortesão, *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malaca and India in 1512-1515, and the Book of Francisco Rodrigues rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and Maps, written and drawn in the East before 1515*, translated from the portuguese MS in the Bibliothêque de la Chambre des Deputés, Paris, and edited by..., Hakluyt Society, Londres, 1944, vol. II, pp. 472 e 484.

tação directa, mas, sobretudo, pela islamização progressiva das cidades do litoral da Java, que as foi gradualmente subtraindo à suzerania do potentado hindu do interior.

As ilhas de Maluco receberam a lei de Mafoma no terceiro quartel do século XV (7) e ficaram sendo, desde esse momento até aos nossos dias, o Finisterra do Islão. Essa islamização temporã é fruto das suas relações directas com Malaca — por sua vez consequência do comércio do cravo. As ilhas circunvizinhas, em que nenhum produto rico havia que atraísse os juncos de Malaca, nunca foram islamizadas (como é o caso de Buro, Ceirão, Amboino, Flores, Timor, etc.), ou foram-no muito mais tardiamente (Macaçar, em Celebes, converteu-se em 1603). Apenas as ilhas de Banda, a que o comércio da noz e da maça atraiu também, desde cedo, mercadores muçulmanos, se deixaram islamizar poucos anos depois de Maluco, e eram já de Mouros quando os Portugueses as atingiram. Maluco precedeu mesmo na conversão a maior parte de Java: o interior da ilha apenas se abriu para o Islão depois da desagregação definitiva de Majapahit (entre 1516 e 1520); o reino de Sunda, que ocupava o terço ocidental da ilha, converteu-se oficialmente em 1524, enquanto o seu extremo oriental só foi islamizado após a queda do reino hindu de Balambuão (Blambangan), em 1760, e Bali permaneceu hindu até aos nossos dias.

Quando os Portugueses chegaram a Maluco, embora o Islão fosse já a religião oficial, três quartos da população eram ainda gentios (8). A recordação do tempo anterior à islamização permanecia ainda viva na tradição oral e foi recolhida pelos Portugueses: «não soião a ter ley nem seita; adoravão as planetas sol e lua e as estrelas, idolos que ffazião à omra de seus pais e avós; hos quaes erão de pao, pedra, em hultos d'omens, quães, guatos ou doutras alimarias a que se mais imclynavão. Nenhum conhecimento do primeiro Criador nem da revolação dos ceus tinhão; observância, religião, sacerdotes nom avião senão alguns que dizem que fforão ao outro mundo» (9).

Com o Islão recebeu Maluco, de Malaca, outros elementos de civilização. Recebeu, por exemplo, o uso da escrita — no alfabeto árabe, que, com a islamização, substituíra na Malásia os silabários de origem indiana, que, todavia, subsistem em Java e Bali. «Nom sabiam ler nem escrever — diz a *História das Molucas* referindo-se aos antigos tempos — comta, pezo nem medida avia.» (10)

Recebeu também o uso da língua malaia, que a expansão de Malaca tornara no século XV a língua franca do comércio em toda a Insulíndia; o malaio tornou-se no pequeno arquipélago a língua veicular que, sem destruir a diversidade de línguas e dialectos existentes, permitia a comunicação entre populações de diferente idioma.

(7) Tomé Pires, escrevendo entre 1512 e 1515, diz que a lei de Mafoma entrara em Maluco havia uns cinquenta anos, o que vem a ser por 1462-65; a *História das Molucas*, já citada (cap. XIV), escrita entre 1540 e 1545, diz: «dizem que os ffezerão mouros averá oitenta até noventa annos», o que vem a dar entre 1450 e 1465.

(8) Tomé Pires, *Suma Oriental*, ed. por Armando Cortesão, vol. II, pp. 443-447. O progresso da islamização deve ter sido rápido nos anos imediatos, pois Pigafetta já só alude a pequenos núcleos de gentios refugiados nas montanhas. Pode ver-se a tradução completa da *Relação* de Pigafetta em visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães*, 2 vols., Lisboa, 1938.

(9) *Historia das Molucas*, cap. XII.

(10) *Ibidem*.



«Estas gemtes tem muytas e diverças limguoagens — diz a *História das Molucas* — que as ilhas he uma Babilonya delas, porque não tam somemtes em cada huma há sua, mas luguares de limguoas diferemtes: huns ffalão do papo a modo hebraiquo, outros da pomta da lingua, quer parecer latim, alemães, imgrezes, ffrancezes. São tamtas he tão desvairadas que quasy se não entendem os vizinhos huns a outros. Prezam-se aguora do malayo e os mais ho ffalão e servem-se dela por toda a terra como latim na Eyropa.» (11) O malaio deve-se ter divulgado muito rapidamente: com efeito, a maior parte dos nomes de plantas, animais, instituições sociais, etc., das Molucas que os Portugueses anotaram é usurpada ao malaio. É interessante notar que Pigafetta, que na sua relação da viagem de Magalhães dá pequenos glossários das línguas das populações com quem contactaram mais demoradamente, inclui um glossário de cerca de 450 vocábulos da língua de Maluco — e é também do malaio, e não de qualquer dos dialectos locais, que se trata.

É também à influência do Islão que se deve a introdução da monarquia em Maluco e a criação dos sultanatos, de que os principais eram os de Ternate e Tidore. Anteriormente deviam viver em regime de pequenas chefaturas, tal como vigorava ainda em Banda no século XVI (12) e noutras ilhas da região até aos nossos dias. A *História das Molucas* regista a memória desse estado de coisas: «quada lugar tinha seu senhorio, comarqua e demarquação. Vivião em comunydade, cada hum à sua vomtade. Guovernavão se por vozes dos mais velhos» (13).

Finalmente, o contacto com Malaca fez passar as populações de Maluco de um regime de economia de recolecção e de mera subsistência para uma economia comercializada, baseada na exportação do cravo. «Curavão pouco de semear e prantar — diz a *História das Molucas*, referindo o antigo estado de coisas — vivião como na primeira idade. Trazião do mato he mar pola manham com que se mantinhão o dia todo (...) Mantinhão se de rapina, que do cravo não se aproveitavão nem havia quem ho compracem; quamdo estavão mal despostos punhã no pela testa e rostros» (14). Esta afirmação não deve, é claro, ser tomada de um modo absoluto, pois sabemos que já desde o século IV o cravo era objecto de comércio (14*), embora sem a amplitude que no período de Malaca viria a ter.

Estas transformações religiosas, sociais, políticas e culturais foram facilitadas pelas pequenas dimensões das ilhas, que permitiam fáceis comunicações por via marítima, e, consequentemente, um fácil contacto com as populações. A influência malaia é, por isso, muito mais sensível em Maluco do que, por exemplo, em Timor, apesar de, atraídos pelo comércio do sândalo, os mercadores de Malaca terem também frequentado as suas costas, embora com menos frequência que as das ilhas de Maluco; mas as dimensões, o carácter maciço e o relevo imbricado da ilha, dificultando as

(11) *Historia das Molucas*, cap. XII.

(12) Tomé Pires, *Suma Oriental*, II, pp. 439 e segs.

(13) *Historia das Molucas*, cap. XII.

(14) *Ibidem*.

(14*) Vide. O. W. Wolters, *Early Indonesian Commerce — a study of the origins of Srivijaya*, Nova Iorque, 1967.

comunicações, não permitiram uma tão rápida divulgação desses elementos e as suas populações permaneceram até aos nossos dias, na maioria, pagãs, sem conhecerem a escrita e numa típica economia de subsistência. Nas ilhas de Banda, pelo contrário, de condições semelhantes às de Maluco, a evolução foi sensivelmente idêntica à dessas ilhas.

* * *

Ao contrário do que se passava em Banda, onde se desenvolveu uma certa indústria de construção naval e de navegação de cabotagem, em Maluco não se praticava senão uma navegação costeira no interior do pequeno arquipélago; a população, portanto, produzia — ou, melhor, recolhia — o cravo, mas não o exportava: eram os mercadores de Malaca e de Java quem vinha comprá-lo a Maluco. Segundo o testemunho de Tomé Pires ([15]), a maior parte desse comércio estava no início do século XVI nas mãos de Nina Suria Deva, mercador quelim ([16]) de Malaca, que anualmente armava para Maluco e Banda oito juncos. O cravo e a noz que lhe traziam eram, como veremos, na sua maioria, reexportados para Cambaia. O resto do cravo de Maluco e da noz de Banda eram adquiridos por Pate Cuçuf, mercador de Agracim (Geresik), em Java oriental, que anualmente armava para as ilhas das especiarias três ou quatro juncos. Como veremos, os portos de Java oriental, especialmente Agracim e Panaruca, continuaram durante todo o século XVI a ter certa importância nas relações comerciais com Maluco e Banda. Finalmente, uma pequena parte do cravo era adquirida pelos Bandaneses, que nas suas ilhas o vendiam depois, com a noz que produziam, aos mercadores jaus e malaios que as demandavam.

Normalmente não se faziam viagens directas, mas viagens de cabotagem, com escala em vários portos, em que se ia comprando e vendendo — o que dava muito maior lucro.

De Malaca levavam, sobretudo, tecidos de algodão, importados das três grandes regiões algodoeiras da Índia: Cambaia, Coromandel e Bengala. Em Java vendiam os tecidos de melhor qualidade em troca de *caxas* ou *sapecas*, pequenas moedas chinesas de cobre, de valor muito diminuto ([17]), que por isso corriam aos centos, furadas e enfiadas em baraços, a modo de colares. Escalavam depois Bima (no extremo oriental

([15]) *Suma Oriental*, II, p. 447.

([16]) Chamavam-se *quelins* (do malaio *keling*, por sua vez de *Kalinga*, nome de um antigo reino da costa oriental da Península Indostânica) aos mercadores hindus do Coromandel; estabelecidos na cidade havia provavelmente mais de mil, sobretudo no bairro por isso chamado Campom Quelim (Kampong Keling, «aldeia dos quelins»), ao longo da praia de Upé (hoje Bairro da Tranqueira); eram os principais mercadores de Malaca. Nos textos quinhentistas portugueses provenientes de Malaca, o Coromandel é por vezes designado pela expressão Bonua Quelim, do malaio *Benua Keling*, «país dos quelins».

([17]) Em Malaca valiam cada 100 um *calaim*, ou seja, o equivalente a 10,8 réis; na Índia eram conhecidos por *bazarucos*.



da ilha de Sumbawa), onde, a troco das *caxas*, adquiriam arroz e panos de algodão de qualidade inferior, com os quais obtinham depois em Banda e Maluco a noz, as maças e o cravo.

De Malaca o cravo dividia-se: pequenas quantidades eram exportadas para a China, Sião, Pegu, Bengala e Coromandel; a maior parte, porém, tomava o caminho do Ocidente e era exportada para os portos de Malabar e, sobretudo, para os do grande reino muçulmano de Guzerate ou Cambaia. O comércio das maças, noz e cravo de Malaca para Cochim estava nas mãos de Mamale Marcar e Chirina Marcar, mercadores de Cochim ([18]). Quanto aos portos de Guzerate, as suas relações com Malaca eram muito intensas: foram mouros desse reino quem introduziu em Malaca a lei de Mafoma; nos séculos XV e princípios do XVI eram numerosos os guzerates estabelecidos tanto em Malaca como nos portos de Samatra, Java e Sião. O comércio entre Malaca e o Ocidente era, praticamente, monopólio seu. Segundo Tomé Pires ([19]), iam anualmente do Guzerate a Malaca quatro naus, com 15 a 30 000 cruzados de mercadorias cada uma, e mais uma da cidade de Cambaia, com 70 a 80 000 cruzados. Levavam, sobretudo, tecidos que trocavam por cravo, noz e mais drogas da Insulíndia. Era por Cambaia que essas drogas passavam à bacia do Mediterrâneo e à Europa, pelas duas vias do mar Roxo e do golfo Pérsico. «Principalmente Cambaia lança dous braços — resume Tomé Pires — com o direito aferra Adem e com o outro Malaca, como navegações mais principais» ([20]). Em 1510 as últimas naus de Cambaia que vieram a Malaca antes da conquista da cidade por Albuquerque levaram 3000 bares ([21]) de carga, dos quais 2000 de cravo, noz e maças.

* * *

Os Portugueses chegaram à Índia nos últimos anos do século XV; aí tiveram conhecimento da existência de Malaca, do seu poderio e da sua importância como chave do comércio do Extremo Oriente. Essas notícias divulgaram-se na Europa, e em 1506 já o embaixador veneziano Vicenzo Quirino enviava de Castela à Sereníssima República informações detalhadas acerca de Malaca, incluindo a indicação da sua latitude, e apontava-a já também como grande centro de comércio do cravo e das demais especiarias.

Os Castelhanos começavam a mostrar-se interessados na sua posse, insinuando que caía dentro da sua demarcação. Foi esse um dos motivos que levou D. Manuel

([18]) Castanheda, *Historia do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, liv. III, cap. II.

([19]) *Suma Oriental*, II, pp. 496 e segs.

([20]) *Suma Oriental*, II, p. 367.

([21]) O bar de Malaca equivalia a 3 quintais, 2 arrobas e 10 arráteis do peso novo de Lisboa, ou seja, 210,222 kg. — Vide o «Livro dos Pesos da India, assy medidas e mohedas» de António Nunes, publicado por Rodrigo José de Lima Felner, *Subsidios para a Historia da India Portugueza*, publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de..., Lisboa, 1848.

a recomendar a D. Francisco de Almeida o seu urgente descobrimento e ocupação — «pois a posse nestas cousas daa muito dereito» (22). Ainda em 1512, tomada já Malaca por Afonso de Albuquerque, havia rumores de que el-rei de Castela se preparava para a reivindicar (23), o que se não chegou a verificar.

A conquista de Malaca, em Agosto de 1511, abriu aos Portugueses as portas dos mares da Insulíndia e do Extremo Oriente; apoderando-se dela, os Portugueses não obtiveram apenas o senhorio de uma rica cidade, mas o domínio de um complexo de rotas comerciais que em Malaca se cruzavam e de que Malaca era a chave.

Conquistada a cidade, Afonso de Albuquerque deixou-se aí ficar até Janeiro do ano seguinte. Durante esses cinco meses dedicou-se sobretudo a três aspectos: primeiro, construir uma fortaleza e organizar a administração da praça; segundo, tentar estabelecer relações amistosas com os estados vizinhos, sobretudo com os reinos gentios de que poderia obter apoio na luta com os Muçulmanos — para o que estabeleceu contactos diplomáticos com o Sião, Pegu, Majapahit, Menancabo (Samatra ocidental) e mais tarde a China; terceiro, iniciar relações comerciais com os vários portos do Extremo Oriente, em especial com os das regiões produtoras de especiarias — para o que enviou juncos a Pegu, Pacém, Java, Maluco e Banda, e, mais tarde, à China. Estes juncos foram, na sua maioria, armados a meias com Nina Chatu, mercador quelim de Malaca que dera grande apoio aos Portugueses, e a quem, por isso, foi atribuída a dignidade de *bendara*, ou primeiro-ministro de Malaca — parceria que serviu aos Portugueses de «estágio de adaptação» às rotas do Extremo Oriente e aos meandros do seu comércio, e, em parte, explica a sua rápida aprendizagem.

Foi nessas circunstâncias que partiu de Malaca a primeira expedição portuguesa para Maluco, sob o comando de António de Abreu; compunha-se de três navios: a nau *Santa Catarina*, sob o comando de António de Abreu, a *Sabaia*, sob o de Francisco Serrão, e uma caravela latina, sob o de Simão Afonso Bisagudo. A expedição partiu em Novembro de 1511, levando 120 portugueses e 20 escravos para a bomba; foi precedida de um junco de *Nacoda* Ismael, mouro de Malaca, que foi anunciar àquelas terras a tomada da cidade pelos Portugueses (24). A armada fez escala em Agracim e atingiu Amboino e Banda, mas não se atreveu a ir a Maluco, por um dos navios (o de Francisco Serrão) ter naufragado e os outros não estarem em boas

(22) Carta d'el-rei D. Manuel a D. Francisco de Almeida, em princípios de 1506, ANTT, *maço I de Leis*, doc. 22, publicado por Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente — Insulíndia*, vol. I, Lisboa, 1954, doc. n.º 1, pp. 3 e segs.; *Regimento que levou D. Francisco de Almeida quando foi por Capitam Mor para a India no anno de 1505 a 5 de Março*, ANTT, *maço de Leis*, n.º 13; Carta de D. Manuel — D. Francisco de Almeida (=1506-1507=), ANTT, *Cartas dos Vice Reis*, n.º 168.

(23) Carta de João Mendes de Vasconcelos a el-rei, Logronho, 1512, ANTT, gaveta 15, maço 10, doc. 36, publicado em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, 1892, pp. 262-63.

(24) João de Barros, *Ásia*, década III, liv. V, cap. VI. Cf. Castanheda, *op. cit.*, liv. III, cap. LXXV, e Gaspar Correa, *Lendas da India*, t. II, Coimbra, 1923, Lenda de Afonso de Albuquerque, 2.º governador, cap. XXX. Esse junco foi armado a meias entre Nina Chatu e Rui de Araújo, feitor de Malaca.



condições; regressou por isso a Malaca, trazendo um primeiro carregamento de noz, maça e cravo. Francisco Serrão, que em Banda comprara um junco novo, voltou a naufragar; tendo conseguido atingir Amboino com os seus companheiros, foi aí mandado buscar pelos reis de Ternate e Tidore, que ambos buscavam a amizade dos Portugueses. Tendo os mensageiros de Ternate chegado primeiro, foi com esses que Serrão partiu — e assim chegou a Maluco. Daí mandou notícias e um carregamento de cravo a Malaca pelo junco de *Nacoda* Ismael, que encontrara em Ternate. Em 1513 partiu segunda armada para Maluco, sob o comando de António de Miranda de Azevedo — e desde então as relações entre Malaca e Maluco foram ininterruptas.

Maluco foi das poucas regiões em que os Muçulmanos se não mostraram sistematicamente hostis aos Portugueses; esse facto resulta, possivelmente, de dois factores: primeiro, do isolamento de Maluco em relação aos outros estados muçulmanos e sobretudo aos grandes potentados do Próximo Oriente, isolamento que a colocava longe da influência daqueles e mais à mercê dos Portugueses; segundo, de estes oferecerem melhores condições para o comércio do cravo que os mouros de Malaca e Java — que, segundo Tomé Pires, fixavam a seu talante o preço da mercadoria, sem oferecerem aos produtores qualquer garantia.

Os reis de Ternate e Tidore mostraram interesse em que os Portugueses construíssem fortalezas nos seus reinos; acabaram até por propor que, para não favorecer um mais que o outro, a fortaleza ficasse na ilha de Maquiem, que era uma espécie de condomínio de ambos. As diversas armadas que se sucederam entabularam, contudo, sempre relações mais íntimas com Ternate, talvez por ser a ilha onde estava Francisco Serrão. Desse facto e de várias intrigas que se seguiram, veio a suceder que, chegando a Maluco os castelhanos da armada de Fernão de Magalhães, el-rei de Ternate se recusou a recebê-los, enquanto o de Tidore os acolheu e lhes vendeu cravo. Os castelhanos que posteriormente apareceram em Maluco continuaram a receber igualmente o apoio do sultão de Tidore, e nessa ilha fizeram a sua base de operações. Este facto levou os Portugueses a decidirem-se finalmente por Ternate — onde António de Brito iniciou a construção da fortaleza em 24 de Junho de 1522, razão por que se ficou chamando «fortaleza de S. João» (25). Atrás dos comerciantes vieram os missionários, que conseguiram criar nas ilhas de Maluco um pequeno núcleo de católicos e mesmo baptizar um dos reis; em 1548 as ilhas foram visitadas por S. Francisco Xavier. Resolvido pelo Tratado de Saragoça, em 1529, o diferendo com Castela sobre a propriedade do arquipélago, a presença portuguesa não deparou, de uma maneira geral, com mais graves obstáculos que as pequenas questões da política local.

Os Portugueses conservaram-se em Ternate até 1570, ano em que, sendo capitão da fortaleza Diogo Lopes de Mesquita, alguns portugueses mataram sediciosamente o sultão Cachil Aeiro — do que resultou uma revolta geral da ilha, a que aderiram os reis de Tidore, Bachão e Geilolo, e que teve como resultado a expulsão dos Portugueses. Esta revolta constituiu para a presença portuguesa o princípio do fim — que, como vamos ver, não sobreveio imediatamente, mas através de complicadas vicissitudes.

(25) Barros, *ibidem*, cap. VII; cf. Castanheda, *op. cit.*, liv. VI, caps. XI e XII.

Desde o segundo quartel do século que os Portugueses tinham no reino de Achém, no extremo norte de Samatra, um poderoso concorrente e um implacável inimigo. Achém era no início do século XVI um pequeno estado sem importância; mas, desenvolvendo a cultura da pimenta na costa ocidental de Samatra (a mais resguardada dos Portugueses), conseguiu rapidamente uma prosperidade económica que a tornou uma das grandes potências da Insulíndia. Em 1523 conquistou os reinos de Pacém, Pedir e Aru, aliados dos Portugueses, cujos reis se refugiaram em Malaca; passou assim a dominar todo o Norte de Samatra, ameaçando mesmo Malaca, a que várias vezes, na segunda metade do século XVI, veio pôr cerco. Mandando pimenta a Alexandria e Veneza pela via do mar Roxo, Achém obteve o apoio do Grão-Turco e da Sereníssima República, que lhe forneceram artilharia, munições e assistência técnico-militar ([26]). Em Java, o Achém tinha o apoio de alguns estados muçulmanos, em especial do reino de Japará. Japará era a porta de saída para o mar do sultanato de Matarão, que desde o segundo quartel do século XVI substituíra o reino hindu de Majapahit. Enquanto o vizinho reino de Demá, pela necessidade de colocar em Malaca os seus excedentes de arroz, fez sempre uma política pró-portuguesa, Japará mostrou-se sistematicamente hostil: logo em 1512, o seu senhor, Pate Onuz, atacou Malaca, em auxílio de Pate Quetir, que se tinha sublevado com os jaus estabelecidos na cidade; e ao longo do século XVI continuou a seguir uma política idêntica à do Achém.

Impossibilitados de se abastecer de cravo em Ternate, devido à presença dos Portugueses, os juncos de Japará que abasteciam o Achém começaram a ir buscá-lo a Amboino, onde a gente de Maluco lho levava à socapa. Esse facto levou os Portugueses a ocuparem também Amboino. Em 1564 o capitão de Maluco, Jordão de Freitas, mandou seu sobrinho Vasco de Freitas tomar posse da ilha e construir uma pequena fortaleza de madeira em Ative, lugar que os nossos missionários haviam já convertido ao cristianismo. Em 1568, por mando do vice-rei D. Garcia de Noronha, uma armada, comandada por Gonçalo Pereira Marramaque, ocupou a ilha e construiu uma fortaleza no lugar de Hito; essa fortaleza foi pouco depois abandonada e substituída por uma outra em Aló, também terra de cristãos, na mesma ilha ([27]).

Expulsos de Ternate pela insurreição de 1570, os portugueses de Maluco acolheram-se a Amboino. Sucedeu, porém, que, livre deles, o sultão de Ternate se virou contra os antigos aliados, procurando reduzi-los à vassalagem — do que resultou o sultão de Tidore buscar de novo a aliança dos Portugueses e autorizá-los a construir na sua ilha uma fortaleza — o que se fez em 1578.

A união das duas coroas peninsulares em 1580 permitiu que os Portugueses obtivessem, para a luta com o sultão de Ternate, o apoio dos Castelhanos, outrora

([26]) Diogo do Couto, *Ásia*, década VII, liv. X, cap. XIII. Cf. a Carta de Gaspar e João Ribeiro à Rainha D. Catarina, Veneza, 27 de Agosto de 1564, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-107-9.

([27]) *Idem*, década VIII, cap. XVI. Cf. *Livro das Cidades e Fortalezas da Índia*, publicado por Francisco Mendes da Luz in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXI (1953), cap. XIV, pp. 89 e segs.



seus rivais em Maluco ([28]). Com o apoio enviado das Filipinas desenvolveram-se, de 1582 a 1603, diversas campanhas, todas infrutíferas — pois Ternate passara, entretanto, a dispor do apoio de um novo e terrível concorrente à posse das ilhas da especiaria: os Holandeses, chegados à Insulíndia nos últimos anos do século XVI. Por diversas vezes entraram ainda em cena os Ingleses.

Em 1603, com o auxílio dos Castelhanos, os Portugueses ocuparam Ternate; mas em 1605 foram desalojados pelos Holandeses, não só de Ternate, como de Tidore, Amboino e Banda ([29]). Os Castelhanos conseguiram reocupar Ternate em 1606, mas no ano seguinte a fortaleza voltou a cair nas mãos dos Holandeses. Recuperada pelos Castelhanos, ficou desde então na dependência de Manila, continuando, no entanto, os Portugueses a mandar-lhe, de Goa e de Malaca, armadas e navios a carregar cravo ([30]).

A situação permaneceu confusa durante mais de trinta anos, com lutas constantes entre os Luso-Castelhanos e os Holandeses e conflitos entre os reis locais, de que resultaram grandes destruições nos craveiros e grande quebra na produção do cravo.

Por outro lado, os Holandeses procuraram deslocar a cultura do cravo para as ilhas em que o seu domínio era mais firme — Ceirão e Amboino —, mandando destruir os craveiros de Maluco, para evitar a superprodução.

À medida que o poder holandês se consolidava, o dos Luso-Castelhanos ia-se esvaindo aos poucos: em 1621 havia ainda em Ternate três fortalezas d'el-rei de Espanha e Portugal, ao lado de quatro dos Holandeses; havia igualmente algumas posições em Geilolo — e tudo o resto, em Maluco, como em Amboino, Ceirão e Banda, estava pelos Holandeses ([31]).

Em 1638 restava um forte em Ternate, mantido apenas por uma razão de prestígio, pois a produção de cravo estava, praticamente, extinta ([32]).

([28]) A colaboração castelhana nas campanhas contra Ternate voltou, porém, a abrir a questão da propriedade das ilhas, aparentemente encerrada pelo Tratado de Saragoça. Vide Francisco Mendes da Luz, *O Conselho da Índia*, Lisboa, 1952, pp. 156 a 171.

([29]) Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, t. III, parte II, cap. VII. Cf. Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia Portuguesa* (1585-1669), vol. I, Lisboa, 1930, cap. X. Esta obra reveste o especial interesse de se basear sobretudo em fontes holandesas.

([30]) António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, composta por... publicada pela Academia Real das Sciências de Lisboa sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa, 1876, passim. Cf. Botelho de Sousa, *op. cit.*, vol. II, Lisboa, 1948, e vol. III, Lisboa, 1953.

([31]) Relação das fortalezas, presídios e feitorias que os Holandeses têm nas partes da Índia, feita por André Coelho, B. N. L. *Fundo Geral*, cod. 638. Agradeço à Sr.ª Dr.ª D. Maria Manuela Blanco a indicação deste documento.

([32]) Informação sobre os estabelecimentos dos Holandeses no Oriente, feita por Amaro Ruiz, em 30 de Novembro de 1638, *Livro das Monções*, n.º 45, fls. 269-276. Sumariado por Botelho de Sousa, *op. cit.*, vol. IV. Lisboa, 1956, pp. 473 e segs.

* * *

Sucedendo aos Muçulmanos no domínio dos mares do Oriente, os Portugueses pouco inovaram em relação a eles: substituíram-se-lhes, adoptando as rotas que eles antes seguiam e continuando a fazer circular por elas os mesmos produtos. As grandes inovações dos Portugueses não se deram nesse domínio, mas no da organização do tráfego: estabelecendo no Índico um sistema de comércio dirigido e orientado — quando não monopolizado — pela Coroa e apoiado em terra pelas praças portuguesas onde funcionários pagos da Real Fazenda proviam os navios de tudo o necessário.

Até 1533, em Malaca, e até 1539, em Maluco, o comércio do cravo foi monopólio da Coroa. Em Maluco só o feitor de S. A. estava autorizado a adquiri-lo, ao preço fixado por acordo com os reis locais — que sofreu pequenas oscilações entre dois cruzados e meio e três cruzados o bar (33).

Este monopólio era, no entanto, mais teórico que real, pois na prática eram frequentemente concedidas autorizações aos capitães e feitores de Maluco, aos de Malaca, e por vezes a outras pessoas, para adquirirem e negociarem determinadas porções de cravo: Afonso de Albuquerque, por exemplo, autorizou Rui de Araújo, feitor de Malaca, a mandar anualmente a Cochim 50 quintais dele, mercê que el-rei confirmou (34); a Martim Afonso de Melo foi concedido outro tanto por alvará de 26 de Março de 1521 (35). Além disso, el-rei autorizou os moradores de Malaca a mandarem navios a carregar cravo em Maluco, mediante simples autorização do capitão da fortaleza (36). Há frequentes notícias de aparecerem em Maluco juncos de mercadores a carregar: Nina Suria Deva, o mercador quelim que no tempo dos sultões tinha na mão o comércio de Maluco com Malaca, continuou a mandar lá os seus juncos; sabemos que em 1517 mandou um a Banda e em 1523 outro a Ternate (37).

As licenças para os mercadores de Malaca irem carregar cravo a Maluco eram dadas, por vezes, por não haver na feitoria de S. A. fazenda para o comprar — o que era devido à má organização do tráfico, aliado ao isolamento e à grande distância a que ficava Maluco. Assim sucedeu, por exemplo, em 1523 (38). Outras vezes, por

---

(33) O cruzado de Malaca que corria em Maluco equivalia ao pardau de ouro da Índia, ou seja, a 360 réis; o bar de Maluco tinha 4 quintais, 2 arrobas e 19 arráteis, isto é, 273,105 kg.

(34) Carta d'el-rei a Rui de Araújo (Almeirim, 2 de Março de 1514), ANTT, *Corpo Cronológico*, II-42-260, pub. por R. A. Bulhão Pato, *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, vol. VII, p. 116.

(35). ANTT, *Corpo Cronológico*, II, 84-54.

(36) Cf. o depoimento de Diogo Brandão no processo das Molucas (Tomar, 5 de Agosto de 1523), ANTT, *Gaveta* 13-6-1, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, vol. I, n.º 22, pp. 175 e segs.

(37) Carta de Francisco de Faria a el-rei, Malaca, 14 de Agosto de 1517, ANTT, *Corpo Cronológico*, I, 22-62.

(38) Carta de Rui Gago a el-rei, Maluco, 15 de Fevereiro de 1523, ANTT, *Gaveta* 18-6-6, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, vol. I, n.º 21, p. 169.



não haver navio de S. A. que o pudesse levar — em 1525, por exemplo, o galeão de Martim Afonso de Melo só pôde carregar 40 bares de cravo e 10 de noz, de modo que se mandaram 100 bares nos juncos dos mercadores de Malaca (39).

Outras vezes, porém, o comércio de partes fazia nítida concorrência ao da Coroa. Em 1524, Tristão de Ataíde encontrou, ao chegar a Maluco, 3 juncos de 1000 bares e 2 de 400 a comprar cravo a 40 cruzados o bar — ou seja, a cerca de 13 vezes o preço por que o pagava o feitor, do que resultou este não conseguir adquirir mais de 400 quintais. Chegou mesmo a acontecer que o navio de S. A. não trouxesse nenhum cravo: em 1527, Lisuarte Carneiro trouxe no seu junco 800 bares, mas a nau de S. A. veio despejada (40).

A oposição entre o comércio de particulares e o da Coroa chegou mesmo a assumir aspectos violentos. Em 1537 tinham-se produzido 2000 bares de cravo, mas o feitor d'el-rei não conseguira comprar mais de 100, pois os mercadores chegavam a dar 20 000 réis por cada bar, ou seja 18 vezes e meia o preço a que se pagava na feitoria. O capitão António Galvão, invocando um regimento feito por Afonso Mexia, que proibia os particulares de comprar cravo enquanto não estivesse carregada a nau d'el-rei, tentou impedi-los de o fazerem; então os portugueses amotinaram-se e embarcaram-se com o seu cravo nas naus dos mercadores, deixando a fortaleza quase sem guarnição, sem que o capitão da praça o pudesse por qualquer modo impedir (41).

Há também notícias do aparecimento de juncos de mercadores mouros a carregar cravo nas ilhas de Maquiém, Moutir e Bachão, mais arredadas de Ternate (42), o que obrigou, algumas vezes, a organizar expedições militares contra eles.

Em 1539, o vice-rei D. Garcia de Noronha, a conselho de várias pessoas experientes, revogou a legislação até então vigente e libertou o comércio do cravo (43); essa medida foi tomada atendendo a que ninguém queria ir para Maluco e a fortaleza estava sempre desguarnecida. Passou então a vigorar o seguinte regime: toda a gente podia ir carregar cravo a Maluco; de todo o cravo que comprassem eram obrigados a vender a S. A. um terço, ao preço de Maluco, ou seja, a 3 pardaus o bar; do cravo que viajasse nos navios d'el-rei pagariam de *chóquel* (44) ou frete, de Maluco até Malaca, 3 bares por cada dez (30 %). Se de Malaca para a Índia o cravo via-

---

(39) Carta de António de Brito a el-rei, Ternate, 11 de Fevereiro de 1523, ANTT, *Gaveta* 18-6-9, pub. *ibidem*, n.º 20, pp. 132 e segs.

(40) Carta de Leonel de Lima a el-rei, Malaca, 8 de Novembro de 1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-58-3, pub. *ibidem*, n.º 29, pp. 218 e segs.

(41) Castanheda, *op. cit.*, liv. VIII, caps. CLXI a CLXIII; cf. *História das Molucas*, caps. 59 e 60.

(42) Castanheda, *op. cit.*, liv. VIII, cap. CLXI.

(43) Idem, *ibidem*, liv. IX, cap. V; Couto, *Ásia*, décala VI, liv. VIII, cap. XIX. As disposições que impediam o livre comércio das especiarias em Malaca tinham sido já revogadas por um regimento de 23 de Setembro de 1533, ANTT, *Cartas dos Vice-Reis*, n.º 21.

(44) Do malaio *chukai* «taxa, alcavala». Ocorre também a forma *choque;* a forma com *l* final, mais corrente, foi, provavelmente, refeita a partir do plural *chóqueis*, por analogia com o tipo em *-el/-eis*, v. g. *móvel/móveis*.

jasse em navios de S. A., era sujeito ao pagamento de novo frete, pois o *chóquel* correspondia apenas ao percurso de Maluco a Malaca. Verificando-se, porém, que os mercadores pagavam os terços de S. A. com o pior cravo que tinham, em tempo de D. Afonso de Noronha (1551-54) foi ordenado que os entregassem em cravo-de--cabeça limpo, mas que lhes fosse pago a 5 pardaus o bar. Parece, contudo, que a liberdade de negociar em cravo não era extensiva aos *casados* de Maluco, que a requereram a el-rei em carta que lhe escreveram a 20 de Fevereiro de 1546 (45).

Em 1552 a viagem de Maluco foi adjudicada a Diogo de Sousa, que a arrematou por 450 bares — que se obrigou a dar a S. A. pelos seus terços e chóqueis. Chegou a pensar-se em arrendar a particulares as ilhas de Maluco e Banda e o trato das suas drogas; contra esse projecto deram seu parecer diversas pessoas, temendo que a ganância dos mercadores levantasse a população contra os Portugueses; os casados de Maluco também o desaprovaram (46) e o projecto não foi avante.

A rota seguida pelos navios que de Malaca se dirigiam a Maluco era normalmente a rota tradicional por Java, Sumbava, Banda e Amboino, que os Mouros já seguiam no século XV. Cerca de 1525 «descobriu-se» uma outra rota, a chamada «viagem por fora de Bornéu» ou «pelo caminho de Bornéu» (47), isto é, contornando Bornéu pelo norte, normalmente com escala em Brunei. Esta viagem demorava apenas quarenta dias, enquanto a rota tradicional chegava a demorar onze meses (48). A rota por Bornéu passou a ser utilizada sempre que se tornava necessário comunicar rapidamente com Maluco, para lhe enviar reforços militares ou qualquer recado urgente; para o comércio normal do cravo continuou a utilizar-se a rota de Java, que permitia lucros muito maiores (embora em Bornéu houvesse muito ouro e muita cânfora, em que se podia também comerciar). São frequentes as notícias de se continuar a fazer escala em Agracim e Panaruca e a vender aí roupas finas de Cambaia a troco de *caxas*. Há também notícia de outras variantes dentro do mesmo sistema de viagem de cabotagem, comprando aqui e vendendo acolá: em 1522, António de Brito, que trouxera de Portugal cobre e azougue, vendeu o cobre em Diu (por certo em troca de roupas de Cambaia) e o azougue em Pacém e Malaca, também por roupas, fazendo em seguida a viagem normal por Agracim.

Agracim e Panaruca continuaram a ter, assim, um papel importante no comércio do cravo. Em 1513, uma armada comandada por Francisco Lopes Alvim, levando como feitor Tomé Pires, trouxe de lá para Malaca 1200 quintais dele (49).

(45) ANTT, *Corpo Cronológico*, I-5-76, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, n.º 62, pp. 475 e segs.

(46) Vide, por exemplo, o parecer de Pêro de Faria (Goa, 19 de Novembro 1545), ANTT, *Corpo Cronológico*, I-77-18; e o doc. citado na nota 45.

(47) «Lembrança d'algumas cousas que sam passadas em Malaqua e assy nas outras partes da India», pub. por Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1868.

(48) Carta de Tristão de Ataíde a el-rei (Maluco, 20 de Fevereiro de 1524), ANTT, *Gaveta* 18-8-20, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, n.º 37, p. 284.

(49) Carta de Rui de Brito a el-rei e a Afonso de Albuquerque, Malaca, 6 de Janeiro de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-14-49 e I-14-52; pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, n.os 8 e 9, pp. 41 e segs.



Por vezes invernava-se num desses portos; assim fez, por exemplo, Leonel de Lima em 1526, que lá mandou construir um junco novo e lá se encontrou com outros navios portugueses que iam e vinham das ilhas da especiaria (50).

Em 1532 hove uma tentativa de tomar posse, em nome d'el-rei, dos portos de Agracim e Panaruca e das ilhas de Banda, por contrato com os respectivos senhores, fixando ao mesmo tempo preços para o resgate da noz, das maças e do cravo (51).

Durante a primeira metade do século XVI, as viagens para Maluco e Banda eram normalmente organizadas em Malaca; na segunda metade, a partir da data que não podemos precisar, organizou-se uma carreira regular a partir da Índia, cujos capitães eram nomeados por carta régia passada pela Chancelaria. A viagem era rendosa — por 1580 rendia ao capitão uma média de 9 a 10 mil cruzados e ao escrivão 3 mil (52) e por isso era atribuída em prémio de serviços; as nomeações eram feitas em regra para duas viagens consecutivas, para, no caso de uma não dar lucro ou de suceder qualquer precalço, o beneficiado se poder compensar na segunda. As viagens de Maluco, atendendo a que levavam o provimento para a fortaleza, continuaram sempre a fazer-se em navios de S. A. (tal como as de Moçambique e as de Ceilão), mesmo quando foi determinado que os indivíduos a quem el-rei fizera mercê de alguma viagem a fizessem em navio armado à sua custa (53); as de Banda, pelo contrário, passaram a fazer-se em navios particulares, dando-se aos que estavam já nomeados do antecedente para as fazer um subsídio de 3000 cruzados para armarem o navio (54). Apesar de as viagens se iniciarem na Índia, parte da carga e o provimento para a fortaleza eram recebidos em Malaca; as mercadorias de particulares pagavam à ida direitos na alfândega de Malaca, mesmo não sendo aí descarregados.

O grande rendimento que estas viagens davam provinha da grande diferença de preço do cravo entre Maluco e a Índia. Em Maluco o cravo era normalmente comprado pelos Portugueses a 3 cruzados o bar, havendo, contudo, notícia de se darem algumas vezes 20 ou mesmo 40 cruzados por um bar, como vimos; os Castelhanos, no tempo da viagem de Magalhães, pagavam-no mais caro: 5 a 6 cruzados o quintal, ou seja, 20 a 24 o bar. Em Malaca o preço oscilava: em épocas de abundância comprava-se a 14-16 cruzados o bar de Malaca, mas frequentemente subia a 30 cruzados o quintal, ou seja, cerca de 105 o bar. Na Índia era um pouco mais caro: cerca de 40 cruzados o quintal; mas em épocas de carência subia mais ainda, tendo atingido, por exemplo, em 1514, em Chaul, 70 a 80 cruzados, isto é, cerca

(50) Carta de Leonel de Lima a el-rei, Malaca, 8 de Novembro de 1526, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-58-3, pub. *ibidem*, I, n.º 29, pp. 218 e segs. Cf. Barros, *Ásia*, década III, liv. V, cap. VII.

(51) «Instrumento de aquisição, filhamento e posse de terra de Agracim em nome d'el--rei de Portugal, por Lopo Alvim», 27 de Janeiro de 1532, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-48-47. A iniciativa deve ter partido da Coroa, pois Lopo Alvim intitula-se possuidor de uma procuração do capitão de Malaca, por sua vez autorizado a tomar posse dos ditos portos por uma procuração d'el-rei D. João III, passada em Lisboa a 4 de Março de 1530.

(52) *Livro das Cidades e Fortalezas*, cap. XIV.

(53) *Ibidem*, cap. XVI.

(54) *Ibidem*, cap. XVII.

de 100 vezes o custo na origem; em épocas de abundância, pelo contrário, descia a 18-20 pardaus o quintal, às vezes mesmo a 8. Em Lisboa, em épocas de carência, chegou a atingir os 60 000 réis o quintal, ou seja, cerca de 240 vezes o custo na origem (55).

O cravo era adquirido em Maluco a troco de panos de algodão, e às vezes a troco de arroz, de *caxas* ou de porcelanas da China. Embora o preço fosse geralmente estabelecido em dinheiro, o pagamento era normalmente feito em panos; o próprio «provimento» para a fortaleza, que de Malaca se enviava anualmente para pagamento de soldos e outras despesas, era em panos: «para o que cumpre ao serviço de Sua Alteza — diz o *Tombo da Índia* — he neçesaryo levar cada ano oyto mil pardaos, empreguados em roupas de benguala e cambaia e alguns bazarucos que abasta pera todas as despezas da ffortaleza» (56).

O capitão António de Brito tentou alterar este sistema cunhando moeda em Maluco; com cobre comprado aos castelhanos de Tidore cunhou *caxas,* umas do valor de duas, outras de cinco das dos Mouros, com as quinas no anverso e a esfera de D. Manuel no reverso; mas a população não as queria tomar, mesmo com os pregões que, a requerimento do capitão, a rainha mandou fazer. Chegou a pedir cobre e moedeiros para a Índia, a fim de prosseguir a tentativa, mas acabou por abandoná-la (57).

Há listas de preços do cravo em panos de diversas qualidades (58): um bar de cravo valia 3 sinabafos, ou 3 beirames, ou 9 bertangis ou 18 mentazes, ou 1 capa de Chaul, ou 3 panchavelizes, ou 2 enrolados, etc., etc., etc.; há-as também em porcelanas: 1 bar de cravo por 25 porcelanas grandes vermelhas ou 30 pequenas vermelhas ou 20 brancas.

Os panos citados nas listas de preços e na outra documentação provêm de três regiões da Índia: de Cambaia (é o caso do bertangis, dos mantazes, das cotonias e das capas de Chaul), de Coromandel (é o caso dos enrolados e dos panchavelizes) e de Bengala (é o caso dos sinabafos e dos beirames). Outros são de origem desconhecida, como os «çades» e as «turias».

(55) As informações sobre preços encontram-se dispersas na documentação já citada, e ainda nos seguintes documentos: Instrumento feito a requerimento de André Pires em como lhe foram tomados para el-rei 73 bares de cravo — Malaca, 5 de Setembro de 1530, ANTT, *Cartas dos Vice-Reis,* n.º 19; Inquirição sobre o preço a que estava em Malaca o cravo em 1530, feita em Cochim a 30 de Janeiro de 1532, ANTT, *Cartas Missivas,* I-249; Carta de Francisco Palha a el-rei, Goa, 26 de Dezembro de 1553, ANTT, *Gaveta* 18-2-22, pub. por Basílio de Sá, *Documentação...*, vol. II, n.º 18, pp. 102 a 128. Vid. ainda Gentil da Silva, *Lettres de Lisbonne,* vol. I, doc. 185, p. 220.

(56) Pub. por Lima Felner em *Subsídio para a História da Índia Portuguesa,* Lisboa, 1868.

(57) Carta de António de Brito a el-rei, de 11 de Fevereiro de 1523, já citada; carta de Rui Gago a el-rei, escrita de Maluco a 15 de Fevereiro de 1523, ANTT, *Gaveta* 18-6-6, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, I, n.º 21, pp. 159 e segs.

(58) Na carta de António de Brito, citada acima; no instrumento de posse de Agracim, também citado, etc.



Estes tecidos eram importados pela via de Malaca. Cambaia mantinha, como vimos, grandes relações com Malaca no tempo dos sultões; após a conquista da praça, deixa de haver referências à presença de mercadores guzerates em Malaca; mas os tecidos de Cambaia continuaram a ser adquiridos pelos Portugueses nas suas feitorias de Diu, Chaul, Baçaim, Damão, etc., e a afluir a Malaca nas naus da carreira, através de Goa ou de Cochim. Com o Coromandel as relações eram também intensas: segundo Tomé Pires, vinham anualmente de Coromandel a Malaca três ou quatro naus, com 12 a 15 mil cruzados de fazenda, e uma ou duas de 80 a 90 mil cruzados (59). Depois da conquista de Malaca foi criada uma carreira anual, que em 1580, embora tivesse decaído já um pouco da importância de outrora, dava ainda um lucro líquido de 6000 cruzados por viagem (60). De Bengala vinham, no tempo dos Mouros, um ou dois juncos por ano, com 80 000 a 90 000 cruzados de fazenda cada um (61). Depois da conquista de Malaca as relações comerciais mantiveram-se florescentes, decaindo apenas a partir de 1574, quando o reino de Bengala caiu em poder do Grão-Mogol (62). Havia carreiras regulares de Malaca para três portos desse reino: para Satigão ou Porto Pequeno de Bengala, que chegaram a render 6 ou 7 mil cruzados líquidos e rendiam em 1580 ainda uns 3 mil; para Chatigão ou Porto Grande de Bengala, que em 1580 rendiam até 2 mil; e para Pipli, que chegaram a dar 8 a 10 mil cruzados, mas que em 1580 já se não faziam (63). Parece, contudo, que os panos mais apreciados em Maluco eram os de Cambaia, de cores; a roupa branca de Bengala vendia-se mais dificilmente (64).

A produção total de cravo em Maluco devia oscilar, nos anos de «novidade» (que ocorriam de dois em dois ou de três em três anos), entre os 2000 e os 6000 bares; por 1514-1515, Tomé Pires avalia-a em 6000 bares (65); em 1529 avaliava-se entre 5000 e 6000 bares (66); entre 1535 e 1540 estimava-se num máximo de 3 ou 4 mil bares (67); os cálculos posteriores são um pouco mais modestos: Rui Gago, em 1523, indica um máximo de 2800 bares (68); sabemos, no entanto, que no ano seguinte se

(59) *Suma Oriental,* II, p. 498.

(60) *Livro das Cidades e Fortalezas,* cap. XVII.

(61) Tomé Pires, *Suma Oriental,* II, p. 379.

(62) Cf. Jaime Cortesão, *O Império Português do Oriente* (Obras Completas — vol. XV), Lisboa, s/ data, p. 201.

(63) *Livro das Cidades e Fortalezas,* cap. XVII.

(64) *História das Molucas,* cap. LX.

(65) *Suma Oriental,* II, p. 443.

(66) «Enformaçam das ilhas de Maluco e Banda», BPE, cód. CXVI, 2-11, doc. 2, pub. por B. de Sá, *Documentação...*, vol. IV, Lisboa, 1956, doc. 6, p. 13.

(67) «Informação a el-rei sobre o comércio da pimento e do cravo», ANTT, *Cartas dos Vice-Reis,* n.º 95, pub. *ibidem,* vol. I, p. 332.

(68) Carta a el-rei, escrita de Maluco a 15 de Fevereiro de 1523, ANTT, *Gaveta* 18, n.º 6, doc. 6, pub. *ibidem,* vol. I, doc. 21, p. 159.

produziram 5000 ([69]); em 1548, Francisco Palha computava-a em 2000 bares ([70]); o mesmo número se indicava em 1568 ([71]). É possível que os primeiros cálculos sejam algo exagerados. Segundo Francisco Palha, pelo meado do século, a parte que cabia a el-rei, de seus terços e chóqueis, andava pelos 4300 quintais. Nos anos de «rabisco», em que não havia «novidade», a produção não ultrapassava os 100 bares ([72]).

Praticamente a totalidade do cravo adquirido em Maluco pelos Portugueses vinha para Malaca. Daí, uma parte era exportada para a China, Léquias e Japão; não era uma grande porção, pois a especiaria que a China mais consumia era a pimenta. Em 1545, Pêro de Faria calcula que a China consumia anualmente 20 bares de cravo ([73]). Pequenas porções iam também para Pegu, Bengala e Coromandel. Em 1553, Francisco Palha calculava que para a China, Malaca, Java e outras partes orientais iam 900 quintais, dos 4300 que, em média, a nau de S. A. trazia de Maluco.

O resto seguia para a Índia, que, segundo Francisco Palha, consumia anualmente 2200 quintais. Para Cambaia iam no tempo dos Mouros grandes quantidades (2000 bares de cravo, noz e maças, em 1510), que depois, por Adem e Ormuz, tomavam o caminho do Ocidente. Esse comércio decaiu rapidamente com a conquista de Malaca pelos Portugueses — o que fez subir o preço do cravo em Chaul, em 1514, a 70 ou 80 cruzados o quintal ([74]).

Para Ormuz tentou el-rei proibir o comércio de todas as especiarias, com receio de que por aí viessem a atingir Veneza ou Alexandria. D. João de Castro, havido conselho com várias pessoas experientes, decidiu não cumprir essa proibição, pelos seguintes motivos: primeiro, porque fazia diminuir o rendimento da feitoria de Malaca e arruinava a de Maluco; segundo, porque ficariam sem saída as drogas que sobejavam da carga do Reino; terceiro, porque diminuía os rendimentos das alfândegas de Goa, Diu e Ormuz. Decidiu-se apenas evitar que fossem quantidades que excedessem a capacidade de consumo de Ormuz e regiões limítrofes ([75]).

As quantidades exportadas para o Reino pela carreira da Índia eram relativamente modestas: em 1518, 125 quintais, 4 arráteis e 8 onças ([76]); em 1519, 139 quintais, 3 arrobas e 30 arráteis ([77]); em 1525, 334 quintais, 2 arrobas e 8 arráteis ([78]); em 1527, 147 quintais e 14 arráteis numa nau, e talvez mais nalguma outra ([79]); em 1547, 1069 quintais e 20 arráteis ([80]). Em 1553, Francisco Palha calcula que para o Reino vinha uma média de 1300 quintais ([81]); em 1568 estimava-se numa média de 700 a 1000 quintais por ano ([82]). Estes quantitativos (mesmo a partir de 1547, em que se tornam mais vultosos) não correspondem a mais de 12,5 % da produção média de Maluco nos anos de safra, nem de 32 % do que era adquirido pelos feitores de S. A. A maior parte do cravo era, portanto, comercializada e consumida no Oriente. O grande centro distribuidor era, como vimos, Malaca.

O cravo tinha, no comércio da Índia com o Reino, uma importância diminuta: em 1518 embarcaram 12 809 bares de pimenta ([83]), mas apenas 125 quintais de cravo ([84]); em 1519, 20 895 quintais de pimenta, mas apenas 139 de cravo ([85]); em 1525, 17 802 quintais de pimenta, mas apenas 334 de cravo ([86]); em 1547, 39 912 quintais de pimenta, mas só 1069 de cravo ([87]). A quantidade de pimenta exportada foi, portanto, em 1518, 296 vezes superior à de cravo; em 1519, 150; em 1525, 53; em 1547, ainda 34 vezes superior. Em Malaca, pelo contrário, a quantidade de cravo transaccionada é muito mais volumosa, e aproxima-se da da pimenta: entre 26 de Março de 1512 e 25 de Fevereiro de 1514, por exemplo, passaram pela feitoria de Malaca 2976 quintais de pimenta, 3 arrobas e 2 arráteis, para 304 bares, 131 cates e meio de cravo ([88]); a quantidade de pimenta foi, portanto, apenas 2,9 vezes superior à de cravo. Chegamos assim à conclusão de que o cravo, que no comércio da Índia com o Reino era um produto secundário, era, no de Malaca, uma dos principais produtos transaccionados.

Podemos, esquematicamente, dizer que em Malaca se cruzavam três grandes linhas de comércio: a das drogas da Insulíndia, que convergiam para Malaca, de onde parte se espalhava pelos portos da China, Sião, Pegu, Bengala, etc., e parte tomava o caminho do Ocidente — linha em que o comércio do cravo se inclui; a dos

---

([69]) Carta de António de Brito a el-rei, de 28 de Fevereiro de 1525, ANTT, *Gaveta* 18-2-23, pub. *ibidem*, vol. I, n.º 24, p. 192.

([70]) Carta a el-rei, de Goa, a 20 de Novembro de 1548, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-81-86, pub. *ibidem*, I, n.º 76, p. 571.

([71]) *Informação das coisas da Índia*, ARSJ, *Códice Goa* 38, fls. 352 a 375, pub. por J. Wicki, «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569», in *Studia*, vol. 8 (1961), pp. 133 e segs.

([72]) Vide nota 67.

([73]) Parecer sobre o comércio da pimenta e do cravo, já citado. Vide nota 46.

([74]) Carta de Cristóvão de Brito a el-rei, Chaul, 29 de Novembro de 1514, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-16-127, pub. em *Cartas de Afonso de Albuquerque...*, vol. III, p. 99.

([75]) Acta do Conselho de 10 de Novembro de 1545, ANTT, *Corpo Cronológico*, II-240-53.

([76]) Registo da carga das naus que vieram da Índia para o Reino em 1518, ANTT, *Fundo Antigo*, n.º 705 (pasta 142, n.º 5).

([77]) Idem, de 1519, ANTT, *Cartas Missivas*, maço III, doc. 337.

([78]) Carta de Manuel Botelho a el-rei, 21 de Janeiro de 1525, ANTT, *Cartas dos Vice-Reis*, n.º 16.

([79]) Carta de Afonso Mexia a el-rei, 16 de Dezembro de 1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-38-50.

([80]) Registo de carga das naus do Reino em 1547, ANTT, Colecção de S. Lourenço, vol. IV, fl. 329.

([81]) Carta a el-rei, de 26 de Dezembro de 1553, citada na nota 55.

([82]) Vide nota 71.

([83]) Provavelmente bares de Cochim, de 2 quintais, 3 arrobas, 10,25 arráteis cada um (166,272 kg), subdividido em 20 faraçolas (equivalente a 28,8 kg cada um).

([84]) Vide nota 76.

([85]) Vide nota 77.

([86]) Vide nota 78.

([87]) Vide nota 80.

([88]) Carta de quitação do feitor Pêro Pessoa, ANTT, *Chancelaria de D. João III*, *Doações*, liv. XVIII, fl. 100-v.; pub. por A. Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, p. 446.

tecidos de algodão, que, oriundos das três regiões algodoeiras da Índia (Cambaia, Coromandel e Bengala), convergiam para Malaca, de onde se difundiam pelos portos da Insulíndia e do Extremo Oriente — linha em que se insere o comércio dos panos que em Maluco se davam pelo cravo; finalmente, a dos produtos da China (sedas e porcelanas, fundamentalmente), que, após ganharem Malaca, se difundiam pelos portos do Oriente ou tomavam o caminho do Ocidente — linha em que se inclui o comércio de porcelanas, que Maluco, embora em menor escala, também consumia. Maluco estava, assim, triplamente ligado a Malaca, de que, quer como produtor, quer como consumidor, constituía uma autêntica dependência económica. Malaca, por sua vez, tinha em Maluco o fornecedor exclusivo de um dos principais produtos em que comerciava. O comércio entre Malaca e Maluco fazia parte de um sistema mais vasto de comércio pan-asiático, que os Portugueses, ao chegarem ao Oriente, acharam já constituído, e que procuraram chamar a si e monopolizar, sem, contudo, o alterarem grandemente.

Os Castelhanos, pelo contrário, colocaram-se marginalmente a esse comércio — que na sua quase totalidade se desenvolvia fora da área que pelo Tratado de Tordesilhas lhes coubera. Como muito bem observou o anónimo autor da «Informação das Coisas da Índia», que citámos ([89]), Maluco não podia ter para eles o interesse que tinha para os Portugueses, e isto por dois motivos: primeiro, porque, não consumindo a Europa senão 1/8 do total do cravo produzido em Maluco, não tinham mercados onde o colocar; segundo, porque, não dominando o comércio de Cambaia, Bengala e Coromandel, não podiam obter os panos necessários para o resgate do cravo. Poder-lhes-ia, por isso, interessar a posse de um entreposto em Maluco, em que pudessem obter algum cravo; não lhes interessaria de igual modo o domínio total de Maluco — que, como vimos, só tinha interesse se associado ao de Malaca, a menos que todo o sistema comercial da Insulíndia fosse alterado.

Será ousado concluir que a venda de Maluco aos Portugueses foi, tanto para os Castelhanos como para aqueles, um bom negócio?

([89]) Vide nota 71.

# AS MAIS ANTIGAS CARTOGRAFIA E DESCRIÇÃO DAS MOLUCAS

POR

ARMANDO CORTESÃO

Existe uma relação tão íntima entre o Tratado de Tordesilhas e a questão das Molucas que é impossível discutir e compreender esta sem previamente considerar aquele. Já em 1935 (1) me ocupei com certo desenvolvimento de alguns aspectos da «Questão das Molucas» e em vários escritos posteriores me tenho também referido com maior ou menor desenvolvimento ao Tratado de Tordesilhas, sobretudo num trabalho que acabo de publicar e a que chamei *O Mistério de Vasco da Gama.*

## IMPORTÂNCIA DA CARTA DE PÊRO DA COVILHÃ

O que naturalmente mais me interessa no binómio Tratado de Tordesilhas--Questão das Molucas é o seu aspecto cartográfico. Quanto a mim, o aspecto primordial da questão consiste em averiguar quais os motivos que levaram D. João II e seus cosmógrafos a tão previdente e acertadamente escolherem o meridiano de 370 léguas para oeste das ilhas de Cabo Verde. Não tenho dúvida de que tal escolha, aparentemente arbitrária e difícil de explicar, foi consequência directa da «carta de marear» por Pêro da Covilhã enviada do Cairo a D. João II, a cujas mãos deve ter chegado em fins de 1491. Essa carta, a que já o ano passado me referi em Tordesilhas, sem dúvida baseada na cartografia ptolomaica e em parte também no mapa-múndi de Fra Mauro, permitiu ao monarca português e seus colaboradores fixarem a linha de demarcação a ocidente na suposição de que o seu prolongamento oriental deixaria as Molucas dentro do hemisfério português.

Como então apontei, quando Covilhã averiguou na Índia de onde vinham as especiarias, e onde naturalmente o teriam informado de que elas vinham dumas ilhas equatoriais distantes, para leste, ele tê-las-ia identificado com as *Insulae Satyrorum*, que Ptolomeu, providencial e acertadamente, colocou perto do equador, no meridiano oriental de 171°, a partir do meridiano primário, que passa pelas Canárias. Ora, se aplicarmos a esta distância a mesma proporção que existe entre os 62° da longitude pelo Alexandrino dada ao Mediterrâneo, a qual, de facto, é de 42° (representada muito próxima da verdade nas antigas cartas-portulanos que D. João II e seus cosmógrafos sem dúvida bem conheciam), aqueles 171° ficavam reduzidos a aproximada-

(1) *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI* (vol. I, pp. 70-85, 324, 326, e vol. II, pp. 137-9, 407-8, *passim*).

mente 116°, que acrescentados dos 21° correspondentes às 370 léguas do Tratado de Tordesilhas, ou seja 137°, ainda deixava para os 180° do hemisfério oriental uma margem de segurança de uns 43° para qualquer erro resultante da então inevitavelmente vaga e imprecisa informação.

Existe, porém, uma indicação muito interessante da relativa correcção contida na informação enviada por Covilhã sobre as ilhas distantes donde as mais ricas especiarias vinham para a Índia. Na carta-relatório de 1 de Abril de 1512 escrita a el-rei D. Manuel, dizia Afonso de Albuquerque que lhe enviava «um pedaço de padrão [*i. e.* carta de marear] que se tirou duma grande carta de um piloto de Java», a qual tinha, entre outras terras, «as ilhas do cravo... parece-me Senhor que foi a melhor coisa que eu nunca vi... tinha os nomes em língua de Java, mas eu trazia jao que sabia ler e escrever; mando este pedaço a Vossa Alteza, que Francisco Rodrigues emprantou sobre a outra, donde Vossa Alteza poderá ver verdadeiramente... o caminho que hãode fazer para as ilhas do cravo, e as minas de ouro onde são, e a ilha de Java e de Banda, de noz moscada e maças» ([2]). Na bolsa no fim do vol. I do meu trabalho *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues,* em 1944 publicado pela Hakluyt Society, e em *Portugaliae Monumenta Cartographica,* vol. I, p. 83, fig. 8, encontra-se um mapa em que reuni os contornos das cartas orientais (*c.* 1513) de Francisco Rodrigues, donde se verifica a aproximação notável com que as Ilhas das Especiarias estão colocadas. É de supor que a carta oriental por Covilhã vista na Índia tivesse aquelas ilhas semelhantemente colocadas bastante próximo da realidade. As *Insulae Satyrorum* da cartografia ptolomaica eram as únicas que podiam ser identificadas com as Ilhas das Especiarias, que, de facto, estão situadas aproximadamente entre 3° N. e 4° S.

## TENTATIVAS DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO ARQUIPÉLAGO ORIENTAL ANTES DE FRANCISCO RODRIGUES

A carta devolvida por Covilhã, com indicação das Ilhas das Especiarias, devia, sem dúvida, ser considerada extremamente secreta, donde é de admitir que antes do seu completo desaparecimento a informação nela contida só vagamente pudesse ter chegado ao Armazém da Guiné e Índia, centro oficial da nossa cartografia. Isto é, ficar-se-ia apenas com a noção de que as preciosas e misteriosas ilhas ficavam muito para leste, certamente no Índico, pois ainda não se conheciam outros mares orientais.

*Anónimo-Português, 1502* — A mais antiga carta nossa conhecida em que o Extremo Oriente já é representado praticamente liberto de influência ptolomaica, por conseguinte mais próximo da realidade, embora ainda muito fantasiosamente, é o planisfério português anónimo de 1502, chamado «Cantino». Aí se vêem em pleno

([2]) *Alguns Documentos da Torre do Tombo,* 261.



Índico e junto ao trópico de Capricórnio, muito a leste de Madagáscar e mesmo das Mascarenhas, duas ilhas de tamanho considerável: uma maior, com a legenda *ilha gauaa* (Java) *em esta ilha a muto benjoym e seda e porcelana,* e outra, um pouco para leste e mais pequena, com a legenda *caleirciram aquj he muyto clauo.* Em nenhuma das outras numerosas e mais ou menos extensas legendas em ilhas ou portos se refere particularmente o cravo, com excepção, aliás indirectamente, de Malaca, cuja legenda diz: *malaqua em esta cidade ha todas as mercadorias que vem a qualĩqut .s. crauo e Ruybarbo e marfim e pedras preçiosas de muitas valia e plas e almjzquer e porçolanas finas e outra mutas mercadorias todas a mor parte vem de fora contra a trre de chins,* e de Calecute, com a legenda: *aquj he calequt hua muito nobre çidade descoberta por el muy escarecido Rey dom manuel Rey de portugall aquj ay muy^to^ menxuy de sua natureca* (?) *e pimenta e outras muytas mercadorias que vem de muitas ptes .s. canela gengibre crauo ençensso sandalo e todas sortes de espeçiaria e pedras de grande valor e plas e aljofar.* Estas informações poderiam ter sido trazidas com o regresso de Vasco da Gama em 1499, mas certamente pouco mais teriam feito que confirmar a informação anos antes enviada por Covilhã.

Já em 1960 ([3]) notei a possibilidade de aquela ilha *caleirciram,* que o planisfério de 1502 mostra no meio do Índico, corresponder a Ceiram, Ceram ou Serang, uma das maiores e mais meridionais das Ilhas das Especiarias, de facto dando o nome a um pequeno grupo de ilhas, como em 1944 apontara ([4]). Não tenho agora dúvida de que o facto de a ilha mais ocidental e maior se chamar *gauaa,* ou Java, justifica a identificação da outra ilha mais pequena, mas ainda bastante grande, com Ceram. Parece-me, pois, possível dizer que, se a primeira vaga informação sobre a situação geográfica das Ilhas das Especiarias teria sido enviada por Pêro da Covilhã, a primeira tentativa do seu registo cartográfico, ainda que extremamente vago, se encontra no planisfério português-anónimo de 1502, ao que hoje se sabe.

*Anónimo-Jorge Reinel, 1510* — A carta oriental seguinte em que as Ilhas das Especiarias aparecem referidas é a de anónimo-Jorge Reinal, com legendas deveras elucidativas que tornam possível datá-la precisamente de 1510 (*Port. Mon. Cart.,* I, 29-31, est. 9). Junto a um vasto arquipélago indefinido, de pequenas ilhas, em pleno Índico, a sul do subcontinente indiano e através do equador, que poderá corresponder a algumas das numerosas ilhas entre Madagáscar e a Índia e em que certamente haverá também influência de vagas informações sobre o Arquipélago Indonésio, uma sugestiva legenda diz: *ho grande arcipelago que faz gram temor nom se saber ate honde vão ter estas ilhas.* Depois, mais para leste, uma ilha muito grande com a legenda: *a muyto homrrada e muyto Rica ilha de camatoro,* em que Samatra é pela primeira vez chamada pelo seu próprio nome. Ainda mais para leste e também

([3]) *Port. Mon. Cart.,* I, 13. Um exame mais atento das legendas destas duas ilhas mostrou-me que o nome da maior e mais ocidental, que eu de princípio li *ganaor,* é de facto *gauaa* ou *Jauaa.*

([4]) *Suma Oriental,* I, 209-10.

um pouco a sul do equador, uma grande península, vagamente desenhada, com a interessante e significativa legenda: *a muyto populosa e nobre e Rica cidade de malaca aquall aynda a nos nam he sabyda nem descuberta.* Finalmente, junto a uma de duas ilhas bastante grandes que, com outras mais pequenas, formam um grupo na parte sudeste da periferia da carta, aliás através do trópico de Capricórnio, lê-se: *nesta ilha nace todo o crauo.* Não pode haver dúvida de que este pequeno arquipélago se destinava a representar as Ilhas das Especiarias, e esta é a segunda carta existente que se propõe registá-las. Estas legendas e a mais ou menos fantasiosa situação das ilhas respectivas mostram bem a perplexidade dos cartógrafos em face das vagas e por vezes incríveis informações recebidas e que de algum modo tinham de registar nas cartas.

## PRIMEIRO CONTACTO COM AS MOLUCAS

Só com as cartas seguintes, de Francisco Rodrigues, *c.* 1513, as Ilhas das Especiarias começaram a ser representadas com base em informações positivas e em parte verificadas *in loco* pelo próprio cartógrafo. Já em 1505 D. Manuel recomendara a D. Francisco de Almeida que mandasse descobrir Malaca (5), de cuja importância comercial haveria notícia, certamente desde as informações enviadas por Pêro da Covilhã, e a que vários cronistas se referem. Mas só em 11 de Setembro de 1509 Diogo Lopes de Sequeira lá chegou pela primeira vez. No regimento que em 12 de Fevereiro de 1508 lhe foi dado, recomendava-se que fosse «demandar a Mallaca, omde com ajuda de Nosso Senhor queremos que vades ... e arrumando muito no certo todas as jlhas que açhardes e quamto ha d huũas as outra ... e assy farees espreveer as allturas de todas as terras e em todas as jlhas per que fordes e em que esteverdes, e asy nas jlhas do Cravo, Camatar, e outras jlhas, poerees dos padroees que levarees, e assy mesmo em Mallaca naqueles lugares que vos pareçerem majs convynyemtes» (6). Referindo-me largamente a estes acontecimentos, já em 1939 escrevi: «A viagem de Diogo Lopes de Sequeira constitui o primeiro grande passo que, depois da Índia, os Portugueses deram no descobrimento e na conquista do Extremo Oriente» (7).

Em 1 de Julho de 1511 Afonso de Albuquerque chegou a Malaca, que em Agosto seguinte já estava por ele tomada. Na atrás referida longa carta-relatório de 1 de Abril de 1512, Afonso de Albuquerque dizia ao seu rei: «Malaca he muyto gramde coussa, e esta em lugar que, ajnda que hy nam ouvera Malaca, pelo trato daquelas partes vos compria fazerdes ahy hũa fortaleza». E, na verdade, logo após a tomada da cidade começou a construção da fortaleza, que já ficou concluída quando ele, em Dezembro desse mesmo ano de 1511, regressou à Índia. Porém, antes de partir, como

(5) *Alguns documentos,* 140.

(6) *Alguns documentos,* 192-3.

(7) *O Descobrimento da Australásia e a Questão das Molucas,* in *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* II, 140.



«era a moução de Malaca pera as ilhas do crauo que agora sam as que chamam de Maluco: & assi pera a ilha de Banda onde he noz & a maça, despachou o gouernador hũa armada pera ir descobrir estas ilhas» (8). A armada de três navios, que partiu em fins de 1511, era comandada por António de Abreu, com Francisco Serrão como segundo-comandante, e um dos pilotos era Francisco Rodrigues, «homem mancebo que sempre andou na India por piloto, & sabe muy bem fazer hum padrão (*carta de marear*) se comprisse, & este era o fim, por que o lá mandaua e com elle dous pilotos da terra» (9). João de Barros diz que o governador-geral Afonso de Albuquerque recomendou, no regimento dado a António de Abreu, que «assentássem padrões e as térras na carta e outras muytas cousas e resguardos que conuinham pera tam novo descobrimento» (10). E, na verdade, assim foi feito. Era constante a preocupação de que as terras descobertas fossem registadas nas cartas.

Os relatos dos cronistas e vários documentos, incluindo as próprias cartas de Rodrigues, permitem-nos traçar o itinerário seguido pela pequena frota de António de Abreu: partiu de Malaca em fins de Novembro ou princípios de Dezembro de 1511, navegou ao longo da costa nordeste de Samatra e norte de Java, desembarcaram pela primeira vez em Grisse, no nordeste dessa ilha, continuaram para leste, tendo a nau de Francisco Serrão naufragado nas alturas de Bali, mais adiante rumaram a norte, passaram por Buro, Amboina e Ceram, onde ancoraram no porto de Guli-Guli, dirigindo-se depois a Banda. Aí compraram um junco para Francisco Serrão, tendo carregado os três navios de cravo, noz e maça. Depois de ter posto um padrão em Banda, como já pusera em Agacim, pelo menos, António de Abreu, «porlhe o tempo servir para Malaca, houve por mais serviço del Rei tornar-se com nova do que tinha descoberto, e mais vindo tão carregado, que ir a diante a Maluco para onde lhe não servia; e principalmente por os navios estarem já tão desbaratados daquela comprida viagem que não se atreveu andar com eles tanto tempo no mar. Finalmente, partiu daquelas ilhas de Banda, muito contente de quão bem fora recebido da gente da terra: porque não chegasse com este contentamento a Malaca, com um temporal que lhe sobreveio apartou-se dele Francisco Serrão», segundo diz Barros (11). O junco de Serrão foi naufragar nas ilhotas e baixos de Lusopino, sem que

(8) Castanheda, *História da Índia,* III, lxxv.

(9) *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque,* III, xxxvii.

(10) *Decada II,* VI, vii. De facto, Barros diz mais adiante: «António de Abreu fez viagem caminho de Java, ... e daí foi ter à ilha de Amboíno, que é ja do senhorio de Maluco, que será dela obra de sessenta léguas; e assim aqui, como nos dois portos que tomou, em todos pôs seus padrões ordinários, pela maneira que os nossos capitães tiveram no primeiro descobrimento que faziam» (*Decada III,* V, vi).

(11) *Decada III,* V, vi. Ocupei-me larga e repetidamente de Francisco Rodrigues e do muito discutido itinerário de António de Abreu, em 1935 *(loc. cit.);* em «O descobrimento da Australásia e a 'Questão das Molucas'», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* II, 141-50; em «O itinerário de António de Abreu», in *Seara Nova,* n.º 796; em *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues,* I, pp. lxxviii-xcvi, com mapa do itinerário de António de Abreu, plate VI; e, finalmente, em *Port. Mon. Cart.,* I, 79-84, ests. 34-6.

os outros navios dele soubessem. António de Abreu chegou a Malaca em fins de Dezembro de 1512. Dos cento e vinte portugueses que partiram, regressaram apenas oitenta, tendo lá ficado dez e morrido trinta. Quando Francisco Serrão e os seus nove companheiros naufragaram em Lusopino, foram atacados por piratas malaios, mas, avisados pelos pilotos indígenas que levavam, conseguiram tomar a embarcação dos atacantes, nela se dirigindo a Ruçotelo, na ilha de Amboina. Aí tiveram a boa sorte de poderem auxiliar os habitantes vitoriosamente contra os duma ilha vizinha, tendo-se a fama dos Portugueses em breve espalhado pelas outras ilhas. Então o rei de Ternate, a quem já tinham chegado notícias do feito de Malaca e da expedição de António de Abreu, «mandou armar dez navios em que iriam até mil homens», segundo diz Barros, para buscar Serrão. Daí em diante este viveu em Ternate, tendo conquistado as boas graças do rei da terra e conseguido prestígio extraordinário, até que, segundo parece em princípio de 1521, morreu envenenado, juntamente com o rei de Ternate, por uma filha do rei de Bacham. Logo que chegou a Ternate, Serrão enviou um dos seus homens, Pêro Fernandes, com notícias a Malaca (12).

## PARÊNTESE SOBRE FERNÃO DE MAGALHÃES

Fernão de Magalhães, que em 1509 fora com Diogo Lopes de Sequeira a Malaca e em 1511 também participou na tomada da cidade, parece que ainda lá se demorou, não só assistindo ao regresso de António de Abreu, mas também recebendo informes pormenorizados das Molucas, enviados por Francisco Serrão. Quando em Malaca, Magalhães por duas vezes salvou a vida a Serrão, o que certamente fortaleceu a amizade entre os dois. Isto justifica a suposição de que uma das primeiras cartas por Serrão enviadas de Ternate fosse dirigida a Magalhães e explica ter-lhe ele escrito outras depois. Diz Barros que Serrão, «além de escrever a El-Rey escreveu a seus amigos, e principalmente a Fernão de Magalhães que já na Índia e em Malaca tinha particular amizade, de pousarem ambos; e por dar maior admiração àquela viagem engrandeceu o modo e trabalho dela, fazendo a distância daquelas ilhas dobrado caminho do que havia de Malaca a elas, dando a entender que tinha descoberto outro novo mundo maior e mais remoto e rico do que descobrira o Almirante D. Vasco da Gama» (13). E nos dois capítulos seguintes o cronista deixa entender que Serrão colaborou conscientemente na afirmação feita por Magalhães de que as Molucas «caíam na demarcação de Castela». Embora não haja dúvida de que as informações de Serrão de muito teriam servido a Magalhães, elas foram prestadas de boa-fé, quando nem sequer se pensava nas pretensões castelhanas, e, na verdade, o primeiro português que de facto chegou às Molucas nunca pensou em atraiçoar a pátria, antes pelo contrário.

(12) Muitas destas informações constam de depoimentos no chamado «Processo das Molucas», de 1524, em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, IV, 73-173.

(13) *Decada III*, V, VI.



Os Espanhóis, que desde Colombo desejavam alcançar as riquezas do Oriente, souberam logo da descoberta de Malaca e das Molucas pelos Portugueses. Antes mesmo de Magalhães, já outros portugueses trânsfugas, agravados ou despeitados, tinham ido oferecer-se para levar os Castelhanos às Molucas, dizendo que elas e mesmo Malaca estavam fora do hemisfério português (14).

Baldados foram os esforços portugueses para dissuadir Magalhães e fazê-lo regressar a Portugal, dizendo mesmo vários cronistas e biógrafos que se pensou em mandar matá-lo (15). Apesar do seu casamento com D. Leonor, irmã de Carlos V, e das cartas que a este escreveu, o rei português não conseguiu evitar que Magalhães partisse para a sua célebre viagem. A uma dessas cartas, de 12 de Fevereiro de 1519, respondeu o imperador em 28 do mesmo mês, dizendo, entre outras coisas: «He sabido que vos teneys alguna sospecha, que del armada que mandamos hazer para yr a las Indias, de que van por capitanes Hernando de Magallanes y Ruy Falero, podria venjr algun prejuízio alo que a vos pertenece de aquellas partes ... Mas, porque dello no os quede pensamjento, accordè de vos escrevjr, pera que sepays que nuestra voluntad ha sido y es de muy cumplidamente guardar todo lo que sobre la demarcaçion fu asentado y capitulado...; y que la dicha armada no yra ni tocara en parte que en cosa perjudique a vuestro derecho...; y el primer capitulo y mandamjento nuestro, que llevan los dichos capitanes, es que guarden la demarcacion, y que no toquem en njnguna manera, y sô graves penas, en las partes y terras e mares que por la demarcacion a vos estam señaladas, y os pertenecen, y asi lo guardaran y compliran, y desto no tengays ninguna duda» (16). Na verdade, as instruções e regimento dados a Magalhães recomendavam-lhe que nada tomasse no hemisfério português, mas que fosse direito às Molucas buscar as especiarias. Indispensável, porém, era saber onde terminava o hemisfério português e começava o espanhol — problema então praticamente insolúvel, como, aliás, convinha aos Espanhóis. Alguém poderia então ter dito: «De belas palavras e boas intenções está o Inferno cheio». A ânsia dos Espanhóis por chegarem às preciosas especiarias está bem manifesta na carta que em 19 de Abril de 1519 Carlos V enviou a Magalhães e Faleiro: «Porquanto yo tengo por çierto, segund la mucha informaçion, que he havido de personas, que por esperiençia lo an visto, que en las islas de Maluco ay la especiaria, que prinçipalmente ys a buscar com esa dicha armada, & my voluntad es que derechamente sigais el viage a las dichas islas... para que, antes e primero que a otra parte alguna, vais a las dichas islas de Maluco, sin que ello aya ninguna falta, porque asy cumple a nuestro serviçio» (17).

(14) Carta de João Mendes de Vasconcelos a D. Manuel, de 30 de Agosto de 1512, sobre João Dias de Solis. *Alguns documentos*, 262-3.

(15) *E. g.* Damião de Góis: «D. Fernando de Vasconcelos de Menezes, Bispo de Lamego e capelão-mor de El-Rei, que depois foi Arcebispo de Lisboa, disse que o seu parecer era que o mandasse El-Rei chamar (a Magalhães), e lhe fizesse mercê, ou o mandasse matar». *Crónica de D. Manuel*, IV, XXXVII. Vasco da Gama teria censurado D. Manuel por não ter oportunamente mandado cortar a cabeça a Magalhães, «que assim já não aproveitariam a Espanha o seu saber e serviços». Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos*, I, 61.

(16) *Alguns documentos*, 422-3.

(17) *Alguns documentos*, 430.

Depois de os Portugueses terem aprisionado a *Trinidad* nas Molucas e a *Vitoria* em 6 de Setembro de 1522 ter conseguido chegar a San Lucar de Barrameda, carregada de especiarias, a «Questão das Molucas» ia entrar na sua fase aguda — questão que durante um século não deixou de preocupar Espanhóis e Portugueses e só se desvaneceu quando em 1580 as coroas de Portugal e de Espanha se reuniram sobre a cabeça de Filipe II.

## AS CARTAS DE FRANCISCO RODRIGUES

Das vinte e seis cartas contidas no *Livro* de Francisco Rodrigues, que hoje se encontra na Bibliothèque de la Chambre des Députés, em Paris, seis representam o Arquipélago Oriental, desde Samatra às Molucas, ou seja terras nunca dantes cartografadas, donde o seu interesse excepcional, sobretudo pela representação das Ilhas das Especiarias. Na carta em que se vêem estas ilhas (*Suma oriental,* plate XXVII, e *Port. Mon. Cartographica,* est. 35-X) lê-se a seguinte toponímia, de sul para norte: a leste de *Ilha de sollor* e *Cabo de Frolles* (Solor e Flores) [18], *A Ilha de timor honde Nace o ssamdollo*; *Batutara* (Batu Tara ou Komba), nome dado a um grupo de sete ou oito pequenas ilhas; *Ilhas de bamda homde Naçem ass maças,* designação aplicada a um grupo de nove ou doze pequenas ilhas e ilhotas correctamente situadas a sul da grande ilha de Ceram, que tem escrito na parte oeste *ambom* (Amboina), a meio *gullegulle,* e a leste *çeiram tem houro,* junto dum grupo indeterminado de ilhas; *Buro* (Buru), tendo escrito, entre esta ilha e *ambom, J dos papagaios* (referência aos célebres papagaios ou nores daquela região); aproximadamente no centro da carta, junto a um grupo de ilhas, quatro das quais estão de facto pintadas de azul, *Ass quatro Ilhas Azuis ssam as de malluquo domde vem ho crauo*; a noroeste, junto a uma longa ilha, lê-se *Jlhas Vdama e tem ssamdollo* (*Vdama* poderia ser corrupção de Manado, lugar importante na extremidade da península norte das Celebes); finalmente, a norte de Ceram, uma grande ilha cuja situação sugere a parte ocidental da Nova Guiné, com a inscrição *Jlha de papoia e a Jente della sam cafres* [19].

Francisco Rodrigues deve ter desenhado muitas outras cartas além das que se contêm no *Livro* e, como mostrei em 1960 (*P. M. C.,* I, 84), estas cartas do Arquipélago Oriental teriam sido traçadas em 1513, depois do regresso com António de Abreu a Malaca em Dezembro de 1512. Muitas das ilhas que desenhou foram visitadas ou, pelo menos, avistadas por Rodrigues, mas o certo é que não parece ele tenha passado para norte de Ceram, e, por conseguinte, nunca sequer visitou as Molucas propriamente ditas. De modo que essas ilhas foram sem dúvida copiadas

(18) Dada a não existência de cartas portuguesas modernas e disparidade de grafia e mesmo denominação destas ilhas e lugares nas crónicas e cartas antigas, sigo a grafia dos nomes actuais conforme as cartas do Almirantado Britânico.

(19) A palavra malaia *papuá* corresponde a «cabelo encarapinhado», *i. e.* os *cafres* referidos por Francisco Rodrigues.



de alguma carta javanesa ou semelhante àquela mencionada por Afonso de Albuquerque na já referida epístola de 1 de Abril de 1512, o que se pode ainda depreender de as cinco ilhas Molucas e outras onde Rodrigues não chegou estarem representadas em perfil — prática desusada entre os cartógrafos portugueses. Isso nota-se bem, por exemplo, na representação em perfil da ilha de Ternate, cujo pico vulcânico mede 1867 metros [20].

Francisco Rodrigues foi, na verdade, o primeiro cartógrafo europeu que representou as Ilhas das Especiarias como resultado de observação pessoal, ainda que propriamente as ilhas Molucas fossem copiadas duma carta indígena, mas não esteve nelas. O primeiro europeu que lá chegou, em 1512, lá viveu e lá veio a morrer, foi Francisco Serrão.

## DEPOIS DE FRANCISCO RODRIGUES

*Anónimo-Pedro Reinel, c. 1517* — Esta preciosa carta (*P. M. C.,* I, 33-4, est. 10) conservava-se na Armeebibliothek, Munique, mas desapareceu ao findar a última Grande Guerra. Como eu escrevi em 1960 (*loc. cit.*): «Exceptuando as cartas-esboços de Francisco Rodrigues, desenhadas *c.* 1513, é esta a primeira das cartas ainda existentes em que a Insulíndia, e especialmente as Molucas, são apresentadas com certo conhecimento de facto, numa altura em que só os Portugueses tinham esse conhecimento e por isso podiam fazer tais cartas». Embora a carta não apresente o equador graduado, as *Ilhas de maluquo donde a o cravo* (ilhas Molucas onde há o cravo), conforme diz a respectiva legenda, estão dentro do hemisfério português. Isso se pode verificar medindo na carta, pelos graus da escala de latitudes, a distância do ponto em que o equador passa na costa oriental africana às Molucas; obtêm-se 83°, que é (surpreendente e) exactamente a distância medida numa carta moderna. Pedro Reinel só em 1519 foi a Sevilha buscar seu filho Jorge, que então lá se encontrava a trabalhar.

*Anónimo-Jorge Reinel, c. 1519* — Este precioso e belo planisfério (*P. M. C.,* I, 37-8, est. 12), que também se guardava na Armeebibliothek, em Munique, e igualmente desapareceu ao findar a última Grande Guerra, não só tem um meridiano graduado correspondente à linha de demarcação, como também o equador é graduado. Por aí se vê que as *ilhas de maluqua domde vem hode vem* (sic) *ho cravo* têm a sua ilha mais ocidental ainda uns quatro graus dentro do hemisfério espanhol. Jorge Reinel já então estava em Sevilha trabalhando como cartógrafo para a expedição de Magalhães [21].

(20) Ainda em 1646 Pedro Barreto de Resende, no seu *Livro do Estado da Índia* (British Museum), num dos desenhos, intitulado *Ilhas de Maluco,* representa sete ilhas em perfil, uma delas mostrando realisticamente fumegando o alto pico vulcânico de Ternate. Reproduzi esta figura em 1939, *Hist. Exp. Port.,* II, face à p. 146.

(21) Pode ver-se o que em 1935 escrevi sobre o assunto. *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI,* I, pp. 251 *seqq.*

*Lopo Homem-Reinéis, 1519* — Neste precioso e belo atlas que se conserva na Bibliothèque Nationale de Paris (*P. M. C.*, I, 55-6, ests. 16-24), uma das cartas (est. 20) representa o Arquipélago Oriental delimitado a leste pelo *Magnus Sinus* ptolomaico, com uma cartela em que se lê: *Chinarum insule. In hiis insulis magna uis auri et argenti effoditur ac p̃ttritici et aliarum frugũ copiam. piper. cinamomum. Gariophili. Sandali. Muscate nuces omniunque aromatum genus habunde nascitur ac singulis ferme reges imperant.* Na carta seguinte (est. 21) lê-se, igualmente numa cartela: *hic est magnus golfus chinarum maris in quo sunt insule magne in quibus omnius diuitiarum mercantiarumque genera tractantur.* Também aqui se vêem numerosas ilhas, incluindo um denso arquipélago com a legenda *Mocalor Insvle.* Tanto aqui como no grupo das Molucas na carta anterior está plantada uma bandeira portuguesa, que, de resto, se encontra tanto por toda esta carta como pela anterior.

Isto não é de surpreender. Como já anteriormente mostrei, embora o atlas tivesse sido em 1519 coordenado por Lopo Homem, que só teria feito o mapa-múndi ao começo da obra, as cartas devem ter sido elaboradas por Pedro Reinel com a ajuda do filho, quando estes cartógrafos ainda se encontravam em Portugal e a questão das Molucas não se tinha acendido. Como também então mostrei, o atlas destinar-se-ia a presente real, provavelmente de D. Manuel para Francisco I da França, cujos gostos artísticos são bem conhecidos. Assim se explica a riqueza da iluminura, que deve ter sido feita *ad hoc* por um artista distinto, as legendas em latim e a profusão de bandeiras portuguesas nestas duas cartas, cujo propósito seria impressionar o monarca francês. É evidente que os cartógrafos em parte se inspiraram em cartas semelhantes às de Francisco Rodrigues, se não nestas próprias.

*Anónimo-Pedro Reinel, c. 1522* — Esta carta do Índico (*P. M. C.*, I, 35-6, est. 11), que se encontra no British Museum, é muito semelhante à de *c.* 1517 em Munique, mas, embora baseada no mesmo protótipo, apresenta algum progresso, como em 1960 apontei, tal a inscrição (tão apagada que mesmo com luz ultravioleta só dificilmente se pode ler) *Islas de s. Lazaro* junto às Filipinas, então assim chamadas, o que parece mostrar ter a carta sido concluída pouco depois do regresso de Sebastián del Cano em 1522 — a não ser que aquela inscrição fosse acrescentada quando a carta estivesse feita havia já algum tempo. Particularmente notável é uma bandeira portuguesa conspicuamente plantada nas Molucas. Isso mostra que Pedro Reinel, que nunca deixaria de defender o ponto de vista português, quis mostrar bem a sua convicção de que as Ilhas das Esperiarias de facto pertenciam à sua pátria.

*Anónimo-Pedro Reinel, c. 1522* — Esta curiosa carta do hemisfério sul em projecção polar (*P. M. C.*, I, 39-41, est. 13) encontra-se no Topkapi Sarayi Müzesi, de Istambul. Além do equador graduado e numerado de cinco em cinco graus, apresenta um meridiano apenas graduado que passa pela região da foz do Amazonas e corre 180° no oriente a leste das Ilhas das Especiarias. A toponímia é em geral muito difícil de ler, mas por exemplo *çelebes*, que se lê razoavelmente, fica 6° a oeste



daquele meridiano de partição. Como mostrei em 1960, esta carta deve ter sido concluída pouco antes do regresso da *Vitoria*, em Setembro de 1522, e não há dúvida de que o seu autor desejava mostrar as Molucas bem dentro do hemisfério português.

*Diogo Ribeiro, 1525, c. 1532* — As cinco cartas de Diogo Ribeiro (*P. M. C.*, I, 87-89), ou a ele atribuídas, que até nós chegaram, são: 1) Anónimo-Diogo Ribeiro, planisfério de 1525, em Mântua (*P. M. C.*, I, 95-8, est. 37); 2) Anónimo-Diogo Ribeiro, planisfério de 1527, em Weimar (*P. M. C.*, I, 99-100, est. 38); 3) Diogo Ribeiro, planisfério de 1529, no Vaticano (*P. M. C.*, I, 101-3, est. 39); 4) Diogo Ribeiro, planisfério de 1529, em Weimar (*P. M. C.*, I, 104-6, est. 40); 5) Anónimo-Diogo Ribeiro, carta do hemisfério ocidental, *c.* 1532, em Wolfenbüttel (*P. M. C.*, I, 107-9, est. 41). Todas estas cartas têm as Molucas situadas muitos graus para leste, deslocamento que nalgumas chega a atingir dezenas de graus. Não se sabe quando Diogo Ribeiro entrou para o serviço de Espanha, mas em 18 de Julho de 1519, quando dos preparativos da grande expedição de Magalhães, o feitor de Portugal em Sevilha, Sebastião Álvares, escrevia a D. Manuel dizendo que Diogo Ribeiro fazia todas as cartas, agulhas e quadrantes, porém «não vai na armada nem quer mais que ganhar de comer por seu engenho». Em 1523 foi o primeiro cosmógrafo oficialmente nomeado para a Casa de la Contratación de Sevilha e em 1524 foi um dos peritos adjuntos à delegação espanhola na Junta de Badajoz-Elvas. Bom cosmógrafo e cartógrafo, decerto sabia não ser então possível afirmar com segurança que as Molucas ficavam para um lado ou para o outro da linha de demarcação, e se as colocava a leste dessa linha era apenas porque assim defendia as conveniências do país a cujo serviço se encontrava, mesmo que isso fosse contra os interesses do seu país de origem. Era casado com uma espanhola e morreu em 1533 em Sevilha, sem nunca ter voltado a Portugal. É natural que ele então se considerasse, pelo menos, tão espanhol como português, e o seu procedimento não pode ser julgado ligeiramente.

*Anónimo-português, c. 1535* — Carta Penrose, assim chamada por pertencer ao bibliófilo e coleccionador americano Boies Penrose, de Devon, Pensilvânia (*P. M. C.*, I, 123-4, est. 58). Representa a Península Malaia e Arquipélago Oriental, com as Filipinas e Ilhas das Especiarias. Junto a Cebu, *no arçipelago de sã Lazaro* (Filipinas), representado com certa dose de fantasia, lê-se: *çubo aq^i^ matarã ho magalhães.* As Molucas são representadas por várias ilhas, entre as quais *maluco*, *tidore* e *ternate*, e uma linha costeira, *batochina*, nome primeiramente dado pelos Portugueses a Gilolo ou Halmahera, já referida por Tomé Pires. Estão situadas a SSE das Filipinas e, por conseguinte, dentro do hemisfério português. É possível que um meridiano graduado correndo junto à borda direita da carta, onze graus para leste das Molucas, se proponha representar a linha de partição do Oriente.

*Anónimo-Gaspar Viegas, c. 1537* — Existem em Florença, na Biblioteca Riccardiana e no Archivo di Stato, dois atlas tão semelhantes que parecem cópia um

do outro, não assinados nem datados, que Teixeira da Mota em 1960 estudou, chegando à conclusão de que ambos são de atribuir a Gaspar Viegas e foram executados *c.* 1537 (*P. M. C.*, I, 117-21, ests. 45-57). As duas cartas, de cada atlas, em que vem representada a Insulíndia com as Ilhas das Especiarias, mostram as *Ilhas de maluco* com uma bandeira portuguesa plantada (est. 52).

*António Pereira, c. 1545* — É a parte esquerda duma carta, possivelmente um planisfério, que hoje se encontra na John Carter Brown Library, Providence (*P. M. C.*, I, 151-2, est. 74). Nela se vê *maluquo*, que, embora a carta não tenha qualquer graduação, se verifica estar bem dentro do hemisfério português.

*Anónimo-português, c. 1545* — Em 1953, Teixeira da Mota encontrou na Nationalbibliothek, em Viena, um belo planisfério não assinado nem datado, cuja autoria portuguesa e data aproximada pôde determinar (*P. M. C.*, I, 153-7, est. 79). Aqui a linha de demarcação passa no Oriente dois graus a leste das Molucas. O planisfério é graduado em toda a volta, tanto em latitudes como em longitudes.

*Anónimo-português, c. 1547* — É o conhecido Atlas Vallard, que se guarda na Huntington Library, San Marino, Califórnia (*P. M. C.*, V, 136-9, ests. 621-4). Numa das cartas (est. 621-A) vêem-se as *Jlles des molucques* bem dentro do hemisfério português.

*Anónimo-português, c. 1550* — Outro belo planisfério português, anónimo e não datado, encontra-se na Biblioteca Vallicelliana, em Roma. Teixeira da Mota, que o estudou, embora reconhecendo as dificuldades em datá-lo, chegou à conclusão de que deve ser de *c.* 1550 (*P. M. C.*, I, 157-9, est. 80). Também mostra uma bandeira portuguesa plantada nas ilhas *MALVCO*.

*Lopo Homem, 1554* — Este magnífico planisfério, assinado e datado, que se encontra no Museo di Storia della Scienza, Firenze (*P. M. C.*, I, 67-8, est. 27), representa já fase mais avançada e completa na representação cartográfica da Insulíndia. As Ilhas das Especiarias estão todas distintamente situadas dentro do hemisfério português, demarcado, tanto no Ocidente como no Oriente, por grossas linhas de partição encimadas por escudos de Portugal.

Aqui termina este longo apontamento de cartas portuguesas de entre 1513 e 1554 em que as Ilhas das Especiarias foram de algum modo realisticamente representadas, *i. e.*, com maior ou menor conhecimento de facto.



## «MISSING LINKS»

No seu célebre, breve mas notável estudo «Os elos que faltam na antiga cartografia portuguesa do Arquipélago Oriental» ([22]), o sábio holandês Abendanon estranhava que entre as cartas de Francisco Rodrigues, que não desacertadamente datava de *c.* 1512, e o planisfério de Lopo Homem de 1554, que ele considerava «cartas oficiais», havia uma lacuna durante a qual «não são conhecidas quaisquer cartas oficiais do Arquipélago». Se Abendanon considera «oficial» a cartografia de Francisco Rodrigues, não seria muito seguro classificar de «não oficiais» algumas, se não todas, as cartas atrás referidas. Deve dizer-se que, embora Abendanon apontasse a origem portuguesa de Diogo Ribeiro, notava que «desde 1523 ele era cosmógrafo e cartógrafo principal do rei de Espanha. Os seus célebres planisférios de 1529 reflectem o conhecimento cartográfico do mundo que então havia em Espanha; mas, quanto ao Arquipélago, encontramos o que foi derivado da expedição de Magalhães de 1519-1522».

Não só todos os planisférios de Diogo Ribeiro têm a província de Maluco bem situada dentro do hemisfério espanhol, com uma bandeira portuguesa e outra castelhana conspicuamente plantadas de cada lado duma hipotética linha de demarcação, como ainda os dois de 1529 apresentam considerável progresso na representação de todo o Arquipélago Oriental. Do mesmo modo as cartas espanholas contemporâneas ou nelas baseadas que já registavam informações trazidas por Sebastián del Cano em Setembro de 1522, tal como a carta de Nuño García de Toreno, assinada e datada de 1522, existente na Biblioteca del Re, Torino, que significativamente dá realce à INSVLA DE GELOLO, como a principal das Molucas, tudo ainda situado dentro do Golfo ptolomaico; um grande planisfério também existente na mesma biblioteca de Turim, anónimo e não datado, mas sem dúvida de origem espanhola e de *c.* 1523, também com *gilolo* e numerosas outras ilhas do Arquipélago, de maneira semelhante mas mais completa que na carta de García Toreno. Se nesta o meridiano de partição passava, segundo a informação de del Cano, pelo meio de Sumatra, ou seja um erro de 23°, no planisfério anónimo esse meridiano passava pela foz do Ganges, ou seja um erro superior a 46°; aliás esta foi a opinião defendida na Junta de Badajoz-Elvas por alguns cosmógrafos espanhóis, tais como Alonso de Santa Cruz.

Seria longo e ocuparia mais tempo e espaço do que disponho, descrever a evolução da representação das Molucas na cartografia não ibérica. Mas convém notar que a cartografia estrangeira que se inspirava nas cartas feitas em Portugal representava as Molucas uns poucos graus a oeste do meridiano da demarcação oriental; a que se inspirava em cartas feitas em Espanha geralmente situava as Molucas muitos graus, por vezes algumas dezenas, a leste do referido meridiano. É curioso que o mapa-múndi de Robert Thorpe, feito em Sevilha em 1527, *i. e.*, quando da Junta de Badajoz-Elvas, apresenta as duas linhas de demarcação, conforme pretendiam os Portugueses ou os Espanhóis, com uma diferença de 20° em longitude.

([22]) E. C. Abendanon, «Missing links in the development of the ancient Portuguese cartography of the Netherlands East Indian Archipelago», in *The Geographical Journal*, Dec. 1919, pp. 347-54.

A cartografia de Waldseemüller, em grande parte influenciada pela cartografia portuguesa, como apontei em 1969 ([23]), ainda na *Carta Navigatoria Portugalensium*, de 1516, mostra o Oriente eivado de reminiscências ptolomaicas e ignorante da cartografia de Francisco Rodrigues. Só bastante tarde a cartografia não ibérica começou a libertar-se do *Magnus Sinus* e outras reminiscências ptolomaicas e a representar a Insulíndia mais ou menos de acordo com o progresso da cartografia portuguesa.

Entre os *missing links* de Abendanon colocam-se as cartas francesas chamadas da «Escola de Dieppe», em que aparece representado um vasto continente ao sul de Java. A mais antiga, anónima e não datada, conhecida por «Carta do Delfim» ou «Harleian», é atribuída a *c.* 1536; as outras são as de Nicolas Desliens (1541), Jean Roze (1542), Pierre Desceliers (1546, 1550 e 1553) e Nicolas Desliens (1566). Estas têm sido estudadas por numerosos autores que na maioria opinam que o continente referido representa a Austrália, e concordam unanimemente, segundo creio, em que a sua nomenclatura, geralmente em português genuíno ou um tanto estropiado, prova serem elas derivadas de protótipo lusitano. A última das citadas cartas representa mesmo várias bandeiras portuguesas plantadas no referido continente. Ora nestas cartas de Dieppe as novas terras referidas encontram-se deslocadas uns 16° para oeste, o que mostra o propósito de o cartógrafo autor do seu protótipo ou protótipos situar as novas terras descobertas dentro do hemisfério português. O facto de esse protótipo ter desaparecido não é de surpreender, dada a política de segredo então seguida pelos dirigentes portugueses em tudo o que se referia aos descobrimentos — e tão secreto quanto possível se deve ter mantido o descobrimento dessas vastas terras, para mais ainda ricas em ouro ([24]).

As desconhecidas cartas portuguesas que serviram de protótipo às cartas de Dieppe certamente também se poderiam chamar «cartas oficiais», pelo menos tanto como as de Francisco Rodrigues. Podemos dizer que hoje se conhecem muitas das cartas a que o sábio holandês chamava *missing links* na cadeia de cartografia portuguesa das ilhas orientais, incluindo a própria Austrália.

([23]) *História da Cartografia Portuguesa*, I, 135-8. O Prof. Alberto Magnaghi, depois de, abrasado em patriotismo, amavelmente nos informar de que «Motivo d'orgoglio per noi (Italiani), che si gli Spagnoli riuscirono attraverso il dedalo delle isole a toccar le Molucche, ciò si devette a Battista da Polcevera (italiano), piloto della *Trinidad*» (*La prima rappresentezione delle Filipine e delle Molucche...*, p. 10, Milano, 1927), e «che non solo i più insigni navigatori, ma molti fra i cartografi più rinomati erano italiani» (*Il Planisfero del 1523...*, p. 13, Firenze, 1929), proclama «la cosiddetta *carta marina portugallensium*, creata indubbiamente dal Vespucci»! (*Ibidem*, p. 3).

([24]) Em 1939 ocupei-me deste assunto em *O Descobrimento da Austrália em 1522*, pp. 156-9. Como o próprio Abendanon escreveu em 1919, «This circumstance (toponímia em português ou obviamente traduzida para francês) combined with the consideration that the French were not in the Moluccas in the first half of the sixteenth century, renders it almost absolutely certain that the French maps from Dieppe owe their existence to Portuguese originals», p. 349.



## NOTA FINAL

Do exame, mesmo superficial, de todas ou quase todas as cartas atrás referidas se pode concluir que os cartógrafos portugueses colocavam as Ilhas das Especiarias mais ou menos claramente a oeste da linha de demarcação no Oriente. Faziam-no por mero patriotismo, pois nem eles nem os Espanhóis tinham ou podiam ter a certeza da localização exacta, em longitude, das cobiçadas e discutidas ilhas. Essa dúvida transparece em muitos documentos contemporâneos. Um dos mais notáveis é a célebre exposição «que o duque de Bragança (D. Jaime) mandou a El-Rei D. João III, declarando que não se devia tratar da demarcação das Molucas pelas cartas dos descobrimentos de terras por haver n'ellas muitas falsidades», «porque as cartas do descobrimento da Jndia som mujto mjntirosas ... cartas falsas na longura», etc. ([25]). Não menos notável é a «Enformação que Dom João de Castro Gouernador da India mandou a El Rey Dom Joam sobre as demarcações de sua conquista, & Del Rey de Castella», escrita entre 1545 e 1548: «Senhor — Cuidando muitas uezes nas differenças de V. A. cõ o Emperador sobre a demarcação de Maluco, detreminei de saber de seus pilotos, mareantes, as causas por onde se fundauão, cair dentro dos termos omde se acabam os 180 graos da linha da demarcação». Depois de longa e sábia dissertação cosmográfica e náutica, dizendo que «os pilotos enganados pelo caminho ... por muitas maneiras duuidosos, onde tambem cuidando consistir nisto gloria, oufanos de andarem grande espaço de caminhos fazem situar as terras mais orientaẽs daquillo q̃ as Deos pos», declara «E achey q̃ V. A. tem mais 185 legoas do q̃ algũs portugueses entendem, E os Castelhanos querem».

Tanto os Portugueses como os Espanhóis se esforçavam por defender os seus interesses em questão de tanta importância, mas a verdade é que nem uns nem outros podiam saber a longitude correcta do meridiano de demarcação, como as estéreis discussões de Badajoz-Elvas provaram à saciedade. Embora os Espanhóis propusessem a determinação do meridiano oriental por «pilotos, astrólogos e marinheiros» (como já se havia inutilmente proposto em Tordesilhas), *i. e.*, cientificamente, os Portugueses preferiam que o direito à posse fosse determinado juridicamente, pois era indiscutível que eles foram os primeiros Europeus a chegar às Molucas, logo nesse mesmo ano de 1512 lá se estabelecendo. E demais sabiam quão impossível era então resolver a contenda cientificamente, como o mostraram também o que se passou com o curioso dominicano andaluz Fr. Juan Caro, ainda em 1527 pregador em Cochim, com Luís Jorge de Barbuda e com João Baptista Gesio, cinquenta anos mais tarde, dos quais me ocupei largamente em 1935 ([26]).

Da ineficácia, mesmo frivolidade, das negociações da Junta de Badajoz-Elvas dá bem ideia o seguinte pícaro episódio contado por Gómara: «Acontecio que, passeando se vn dia por la ribera de Guadiana Francisco de Melo, Diego Lopez de sequeira, y otros de aquellos portugueses, les pregunto vn niño q̃ guardaua los trapos,

([25]) Deste assunto me ocupei em *Cartografia e Cartógrafos...*, I, 81-2.

([26]) *Cartografia e Cartógrafos...*, II, 20-5 e 277-83.

q̃ su madre lauaua, si erã ellos que repartian el mũdo con el emperador. Y como le respondieron que si, alço la camisa, mostro las nalguillas, y dixo pues echadla raya por aqui en medio. Cosa fue publica... y vnos se corrian, y otros se marauillauan» ([27]).

## A DESCRIÇÃO DAS ILHAS DAS ESPECIARIAS

*A Suma Oriental de Tomé Pires* — O célebre boticário Tomé Pires, que em 1511 chegou à Índia, e mais tarde seguiu como embaixador português para a China, onde veio a morrer *c.* 1540, foi o primeiro europeu que visitou a Insulíndia e as Ilhas das Especiarias, tendo em 1513 escrito a sua minuciosa e exacta descrição. Este trabalho, em que se ocupa de todo o Oriente e a que chamou *Suma Oriental*, foi reunido num mesmo códice com o *Livro* e cartas de Francisco Rodrigues ([28]). Como esta interessantíssima obra é pouco conhecida e nesta ocasião tem toda a relevância, dou a seguir a versão em português moderno do texto que agora mais nos interessa, cuja leitura paleográfica publiquei há já cerca de trinta anos.

*Ilhas de Timor donde vêm os sândalos brancos* — Entre as ilhas de Bima e de Solor se faz um canal grande por onde vão às ilhas dos Sândalos. Todas as ilhas de Java para diante se chamam Timor, porque na linguagem da terra Timor quer dizer levante, como se dissessem as ilhas de Levante. Por principal se chamam as ilhas de Timor estas duas donde vêm os sândalos. As ilhas de Timor são de reis gentios. Nestas duas há grande soma de sândalos brancos. Valem muito barato porque os matos não têm outra madeira. Dizem os mercadores malaios que Deus criou Timor de sândalos e Banda de maças, e as de Maluco de cravo, e que no mundo não é sabida outra parte em que estas mercadorias haja; somente nestas. E eu perguntei e inquiri diligentemente se estas mercadorias havia em outra parte, e todos dizem que não.

Deste canal até as ilhas de Maluco, navegando com bom tempo, vão em seis, sete dias. São estas ilhas doentias. A gente não é muito verdadeira. A esta ilha vão de Malaca e de Java cada ano, e vêm os sândalos a Malaca; é boa mercadoria em Malaca, porque entre todas as nações de cá se costumam, mormente entre os gentios.

([27]) Francisco Lopez de Gomara, *Historia de las Indias*, Fol. lvij verso. Medina del Campo 1553 (Ed. princeps).

([28]) O precioso códice, que se havia extraviado, foi por mim, em 1937 e após longa busca, encontrado em Paris, na Bibliothèque de la Chambre des Députés. Transcrevi-o e traduzi-o para inglês, tendo a Hakluyt Society publicado essa tradução, em edição crítica largamente anotada, juntamente com a transcrição fiel do original português, sob o título *The Suma Oriental of Tomé Pires / An account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malaca and India in 1512-1515 / and / The Book of Francisco Rodrigues / Rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*, 2 vols. London 1944.



*Mercadorias que valem em Timor* — Levam lá sinabafos ([29]), panchavelizes, sinhavas, balachos, cotabalachos, que são panos brancos. Valem em Timor panos de Cambaia baixos, e por pouca mercadoria carregam os juncos de sândalos. É rica a viagem de Timor. É doentia. Partem de Malaca na monção e tempo que vão a Banda nesse torno. Dizem que entre as terras de Bima e Solor há pedras e que se perdem juncos se não vão pelo canal; e isto será obra de meia légua onde há este perigo, e que é bom abocá-lo de dia.

*Batutara.* — Defronte das ilhas de Solor está a ilha que se chama Batutara. É ilha de gentios, de muitos mantimentos; dali se toma rota abatida para Banda e para Amboina, e porque as outras ilhas que correm pela corda de Solor não fazem a bem de mercadorias, por serem fora de mão, não faço delas fundamento; são todas de gentios ladrões; têm mantimentos muitos, arrozes, sagus. Somente agora falarei de Banda, pois nossa inclinação é tanta aos frutos de suas terras.

*Ilhas de Banda.* — As ilhas de Banda são seis, cinco têm maças e uma é de fogo. A principal chama-se Pulo Bandam; esta tem quatro portos, a saber, Calamon, Olutatam, Bomtar, Comber. Esta ilha em comparação das outras tem maças em mais quantidade. Estas povoações não têm rei, regem-se por cabilas e pelos mais velhos. São os das beiras do mar mouros mercadores; há trinta anos que se começam a fazer mouros nas ilhas de Banda; têm alguns gentios dentro na terra. A gente de todas estas ilhas serão obra de duas mil e quinhentas pessoas, até três mil em todas. As maças são fruta como pêssegos ou albricoques, e quando são maduras abrem e a polpa de cima cai e o de dentro fica vermelho, que são as maças sobre a noz e colhem-nas, e lançam-nas a secar todo o ano. E este fruto em todos meses se colhe; haverá em todas as ilhas obra de quinhentos bares de maças e até seiscentos; e de noz haverá seis, sete mil bares, e isto cada ano, ora mais ora menos; não é sempre de uma sorte, e dizem que já tiveram estas ilhas mil bares de maças. Esta só ilha que se chama Banda é mor que todas as outras juntas. Outra ilha chama-se Neira, esta é porto onde ancoram os Jaus. Chama-se Porto Neira; esta tem maças. E as outras três ilhas, a saber, Pulo Aee, e Pulo Rud, e Pulo Bomcagy, são três ilhas pequenas que têm maças. Não têm portos para nelas ancorarem; estas trazem suas maças à ilha de Banda. Todas estão à vista, perto umas das outras. Na ilha [de Fogo] não falo por não ser de mercadoria, nem outra ilha pequena que se chama Lanacaque, que tem sagu.

A gente destas ilhas é de cabelo negro corredio. É agora rica, mais que dantes porque agora vendem melhor e de melhor preço suas maças. E dantes os Jaus e

([29]) No texto inglês da minha edição de 1944 dou em notas de roda-pé o significado de todos estes termos exóticos e a identificação dos topónimos. O texto português original, aqui modernizado, encontra-se em pp. 438-44 e a tradução inglesa, com as respectivas notas, em pp. 201-23 da referida edição.

Malaios navegavam a estas ilhas cada ano e levavam poucos panos, e davam consigo na Java e ali faziam escala. Vendiam o mais e melhor de sua roupa por caixas e por outras coisas de baixa sorte, e dali partiam para Cimbava e para Bima, e as mercadorias que levavam de Java vendiam nestas duas ilhas, em que já faziam proveito, assim no que vendiam em a Java como no que da Java levavam às ditas ilhas de Bima e Cimbava, e nas ilhas compravam panos da valia de Banda e por eles e por caixas de Java compravam as maças, e tanto que o junco chegava a Banda tomavam a governança da terra e enquanto aí estavam compravam como queriam, e quando os de Banda haviam pano bom à mão era grande novidade a eles, e eles lhe punham o preço aos da terra e eram adorados os capitães do junco do povo.

Agora, depois que estas ilhas de Banda são da navegação e jurisdição de el-rei nosso senhor, não se faz assim, mas são os de Banda senhores das roupas ricas e em muita quantidade e a maiores preços, recebendo sempre mercês e dádivas e boa companhia pelos Portugueses, onde vão comprar por ouro e coisas ricas o que os Mouros compram por palha, e ainda mal contentes de nossas companhias.

*Mercadorias que levamos a Banda.* — Sinabafos de todas sortes e todo outro género de panos brancos delgados de Bengala, todo pano de Bonuaquelim, a saber, panos enrolados de ladrilho grande, meão, pequeno, topetins e panos do Guzarate de toda sorte. De maneira que bem-aventurada se deve de chamar a gente de Banda, e não sem causa os reis de Maluco sabedores das coisas de Banda suspiram por nós, como se dirá quando das nobres ilhas se falar. E os mercadores que dantes lá navegavam compravam por panelas velhas e brincos e contas de Cambaia e por outras semelhantes, donde não há dúvida Banda ter agora mais riqueza. Tem também Banda cravo, que vem de carreto de Maluco a Amboina e de Amboina a Banda, isto em doze quinze dias com monção. Vale o bar de cravo como um bar de maças, e um de maças como sete de noz. E não vos vendem senão maças e noz juntamente; isto é, se queres um bar de maças haveis de comprar sete de noz, porque doutra maneira não poderia a mercadoria sofrer que se perderia a noz se não a vendessem desta maneira. A principal mercadoria para Banda são os panos do Guzarate, a saber, bretangis vermelhos e pretos, caçutos, maindis brancos e pretos, panos de coraçones, patolas, e depois estes panos de Bengala, e depois Bengala da Bonuaquelim, do Guzarate, lamedares, muitos sabones. Lançada a conta custa cada bar de maças três cruzados e três e meio segundo as mercadorias por que comprais e tal há que custa quatro; quanto à roupa, é mais fina quanto mais caro comprais, porque seu intento é roupa baixa para a gente, e porque de grandes partes de ilhas de fora vêm a Banda comprar a roupa, de Bato Ymbo até Papua, de Papua até Maluco e outras muitas ilhas. Compram em Banda pelo peso do bar de Malaca; quem lá vai leva o peso e pesa francamente em Banda. Tem Banda dentes de marfim e ouro que trazem doutras ilhas a vender.

As ilhas de Banda não têm mantimentos quase nada. As ilhas derredor lhe trazem os mantimentos a vender, e os juncos que lá vão levam arroz de Bima e coisas de comer. Sagu é a moeda da terra. Sagu é pão, da feição de ladrilho; é feito de miolo de pau, e muito biscoitado. E trazem muito das ilhas comarcãs às ilhas de Banda, e então corre por moeda — tantos sagus por tal coisa, assim como em Pasem pimenta. Tem grandes ilhas Banda a jornada de dois, três dias, donde se fornecem. São de gentios, e todos são lavradores.



Três ilhas estão perto de Banda. Da ilha Papua vêm os papagaios nores, os mais prezados das ilhas que se chamam de Aru, vêm os pássaros que trazem mortos, que se chamam pássaros de Deus, e dizem que vêm do céu, e que lhe não acham nascimento; e destes os Turcos e Persas fazem penachos — são para tal uso convenientes. Os Bengalas os compram, é boa mercadoria e vêm poucos.

Navegação de dois dias e menos está a ponta grande da ilha de Ceram; é deixar Amboina porque Amboina está pegada quase com as ilhas de Ceram. As ilhas de Ceram começam da ilha de Goram e vêm quase apontar junto com Maluco; e é estreita esta ilha e navega-se assim pela banda de dentro, por Amboina, como por fora, e assim duma parte como da outra é povoada de portos e povoações por dentro. São os portos de Gule Gule, Bemuaor, Ceilam, e outros até Banda e por detrás são Tana Muar, Olu, Varam; e dizem que por detrás é bem segura a navegação. E em breve as ilhas de Amboina são estas: Amboina, Itaqoai, Vulmiçalao. Se falando nestas ilhas de junto com Banda for afastado dos pilotos eu não sou culpado, porque nisto me cometo a quem lá foi; isto tenho sabido por Mouros, por suas cartas que muitas vezes vi, e se suas cartas foram arrumadas fora declaradamente. Seja isto para ler e não para rotear.

É a gente de Banda assim astuciosa, que têm povoação na serra onde se acolhem quando suas povoações das beiras do mar se sentem em alguma afronta, e lá recolhem tudo à serra; é Banda cousa pequena e fraca, e tal que está à governança de qualquer junco que lá vai, ora seja de Jaus ou de Malaios. E depois de Banda não há mais que dizer, determino passar-me a Maluco, onde nosso intento é principal, pelo caminho de Amboina.

*Ilhas de Amboina* — É Amboina uma ilha e junto com ela estão Yta, Cuaii, Vull, Nucalao, e estão todas quase pegadas com a costa de Ceram. Da ilha é gente de cabelo revolto, bestial; não têm mercadoria e têm porto não muito bom; não têm trato. É lugar de gente perigosa. Quem tem diligência de passar a Maluco fica ali, o que é sabido. Se quisessem passariam, mas porque os Mouros não têm âncoras de metal e não são homens do mar, que por qualquer afronta deixam tudo e vão-se a nado, não fazem suas navegações como devem. De Malaca a Banda e a Maluco sempre se punham dois três anos e perdem-se muitos juncos; e não é de espantar, porque os Mouros destas bandas não têm nenhum saber e são escravos os mareantes, e tanto lhes dá em Java como em Maluco, não têm necessidade de pressa, por tanto fazem suas viagens longas. Agora me passo a Maluco, de cuja obediência Amboina é.

*ILHAS DE MALUCO* — Chegados somos ([80]) às ilhas de Maluco, porque nosso intento não será passar daqui por diante, pois para isso não há necessidade, somente das ilhas do Cravo, daqui me tornarei para casa.

As ilhas de Maluco são cinco que dão cravo, a saber, a principal se chama Ternate, e a outra Tidore, e a outra Motir, e a outra Maquiem, e a outra Pacham. E também no porto de Jeilolo, na terra da ilha do Batochina, há muito cravo agreste. As ilhas de Maluco, segundo se afirma, de cinquenta anos a esta parte são o começo dos Mouros. Os reis das ilhas são mouros, não muito incarnados na seita; muitos são mouros sem ser circuncidados, e não são muitos os mouros; os gentios são de quatro partes as três e mais. É a gente destas ilhas baça; são de cabelos corredios. Têm guerra o mais tempo uns com os outros. São quase todos parentes.

Terão estas cinco ilhas cada ano pouco mais ou menos seis mil bares de cravo; às vezes têm mais mil, às vezes menos mil. Seguindo a verdade, a mercadoria que em Malaca se compra por quinhentos réis, por ela se compra em Maluco um bar de cravo. É o bar de peso de Malaca, porque a esse respeito o pesam e os mercadores levam o peso, porque às vezes vale menos e mais, pouca coisa. Tem o cravo cada ano seis novidades. De Malaca antigamente soíam ir a Banda e a Maluco oito juncos, e três quatro de Agacim e outros tantos de Malaca; os de Malaca eram de Curia Deva, chatim mercador, e os de Agacim de Pate Cuçuf, que tinha lá o trato; e com estes metiam outros mercadores, assim jaus como malaios; mas estes dois eram os principais mercadores em o qual trato cada um ganhou grande soma de ouro. Valia em Malaca sempre o cravo, quando era muito, a nove cruzados o bar e a dez, e quando pouco a doze cruzados o bar.

*A ilha de Ternate nossa amiga* — A principal ilha de todas cinco é a ilha de Ternate. É o rei mouro, chama-se sultão Bem Acorala. Dizem que é bom homem. Tem sua ilha cada ano mil e quinhentos bares de cravo e daqui para cima. Poderão encorar no porto desta ilha duas a três naus; esta é boa povoação. Tem este rei alguns mercadores estrangeiros em sua terra. A ilha dizem que será de dois mil homens, e serão mouros até duzentos. Este rei é poderoso entre seus vizinhos. Tem sua terra farta de mantimentos da terra, posto que aos reis de Maluco doutras ilhas lhes vêm muitos mantimentos, como se depois dirá. Chama-se somente o rei de Ternate sultão; os outros chamam-se rajá. Tem este guerra com seu sogro, Raja Almançor, rei da ilha de Tidore. Tem este até cem paraus. Será a ilha em roda seis léguas. Tem esta ilha no meio um pico que dá muito enxofre que arde em muita quantidade.

Tem este rei de Ternate a metade da ilha de Motir por sua, donde lhe vêm muitos mantimentos. Ternate é terra mais doméstica que nenhuma das outras, posto

([80]) Se Francisco Rodrigues foi o primeiro europeu que cartografou as Molucas e Tomé Pires o primeiro que as descreveu, embora lá tivessem chegado perto e baseado o seu trabalho em informações colhidas localmente ou de lá enviadas por Francisco Serrão, o facto é que nenhum deles chegou a estar nas Molucas propriamente ditas.



que outra tem melhor porto e mais trato por causa dele. Este rei dizem que faz justiça, Tem sua gente obediente. Diz que folgaria de ver cacizes cristãos, porque se lhe bem parecesse nossa fé que se alongaria da sua seita e tornar-se-ia cristão.

Este rei de Ternate, por ser homem de bom siso, quando soube que Francisco Serrão estava em Amboina mandou por ele e por outros portugueses que se perderam na viagem de António de Abreu, e recolheu-os a sua terra, e fez-lhes honra, e escreveu o dito rei cartas a Malaca, de como ele e suas terras eram escravos de el-rei nosso senhor, como mais largamente se verá por suas cartas que trouxe António de Miranda, que foi a Banda e mandou a Amboina, onde as cartas vieram ter, as quais trouxe Francisco Serrão; e tornou-se para Ternate por assim ficar concertado.

São os de Ternate cavaleiros entre os Malucos. São homens que bebem de vinhos à sua guisa. Tem boas águas. Ternate é terra sadia e de bons ares. Tem o rei de Ternate das portas suas adentro quatrocentas mulheres, todas filhas dalgo; tem muitas filhas delas. O rei quando vai à guerra sai com coroa de ouro, e os filhos assim as trazem por dignidade. São estas coroas temperadas em valia.

*Mercadorias que há em Ternate* — Tem cravo a terra. De fora, das ilhas de Bengaía, vem muito ferro, em ferro machados, cutelos, espadas, facas. Vem ouro doutras ilhas. Tem algum marfi, pouco; tem panos baixos à sua maneira. Vêm muitos papagaios das ilhas de Mor; e de Ceram vêm os papagaios brancos.

*Mercadorias que valem em Ternate* — Vale em Maluco a roupa baixa de Cambaia, e da fina vale todo o pano de Bonuaquelim, enrolado e de ladrilho grande, meão, pequeno, patolas, todo pano baixo é branco, assim como synhauas, balachos, panchavelizes, cotobalachos, porém a cabeça da mercadoria é roupa de Cambaia, e rabos de bois e vacas brancos que trazem de Bengala.

*Como nasce o cravo* — O cravo tem seis novidades no ano; dizem outros que o há todo o ano, mas que em seis tempos do ano há mais. Depois da flor é verde e depois torna-se vermelho; então o colhem, dele à mão dele varejado, e assim vermelho o deitam a enxugar em esteiras, e torna-se preto. São árvores pequenas. O cravo nasce como murtinhos, nascem muitas cabeças juntas. Está todo este fruto na mão dos gentios, e de suas mãos vem todo às beiras do mar.

Porque esta ilha de Ternate é a mais longe de todas de Amboina, e deverá de ser a ordem logo da mais junta Amboina, que é Pachão, porém por ser Ternate a melhor cousa, se falou primeiro dela e assim por ser rei vassalo de el-rei nosso senhor; e agora me irei chegando a Amboina, contando as ilhas.

*Ilha de Tidore.* — Partindo de Ternate para Amboina, navegando três léguas, se mostra a ilha de Tidore. É uma ilha terra, dez léguas em roda. É o rei desta ilha mouro, inimigo d'el-rei de Ternate e seu sogro. Terá este el-rei em sua terra dois

mil homens, dos quais os duzentos serão mouros, os outros são gentios. Chama-se o rei Raja Almançor. Tem muitas mulheres e filhos. Terá a terra deste mil e quatrocentos bares de cravo cada ano. Na ilha deste não há porto para encorarem naus. É rei poderoso, este tanto como o de Ternate. Sempre tem guerra. Estes dois são os mais honrados de Maluco, e compitam. Terá este em sua terra oitenta paraus. Tem este rei por vassalo a el-rei de Maquiem.

Tem este rei obediente a si metade da ilha de Motir. Tem sua terra muitos mantimentos: de arrozes, carnes, pescados. Dizem que é homem de bom siso. Este rei deseja muito o trato connosco, porque as ilhas de Maluco perdem-se, e o cravo há três anos que se não apanha senão pouco, por causa da navegação que não há, da tomada de Malaca a esta parte.

*Ilha de Motei* — Navegando desta ilha de Tidore andadura de seis léguas, está a ilha de Motir. Esta ilha terá em roda quatro ou cinco léguas. Tem uma serra no meio. A meia ilha obedece a el-rei de Ternate, a outra metade ao de Tidore; tem cada um posto seu capitão em sua terra. Esta ilha é toda de gentios; terá seiscentos homens. Tem esta ilha cada um ano mil e duzentos bares de cravo; terá cada capitão destes quatro cinco lanchas pequenas. Tem esta ilha muitos mantimentos, e cada parte socorre a seu senhor. São os capitães destas ilhas gentios, homens cavaleiros e pessoas honradas, e amigos um do outro.

Assim o rei de Tidore como esta ilha de Motei trazem seu cravo em paraus à ilha de Maquiem a vender, por quanto ali é o porto onde vêm os juncos ancorar.

*Ilha de Maquiem* — Da ilha de Motei a cinco léguas aparece a ilha de Maquiem. Esta ilha de Maquiem tem em roda oito ou nove léguas. Terá três mil homens. Tem cento e trinta paraus. Terá de cravo cada ano mil e quinhentos bares. Chama-se o rei Rajá Ucem, é mouro, e obra de trezentos homens em sua terra. Tem esta ilha de Maquiem muito bom porto; esta é a ilha onde os juncos carregam, e de todas as ilhas aqui trazem o cravo a vender, somente de Ternate que vão também lá por causa do porto em que podem ancorar. Tem muitos mantimentos; é rei quase como os outros, e tem gente mais que Tidore, e paraus.

Este Rajá Ucem, rei desta ilha de Maquiem, é primo coirmão do Rajá Almançor rei de Tidore, e alguma obediência tem este rei ao dito rei de Tidore. Tem este porto alguns estrangeiros; estes desejam muito nossa paz. Dizem que este é bom homem, e esta é a terra de mais trato que as outras, e tanto que os juncos vêm aqui ancorar. É seu porto seguro e bom. Quase toda a gente é gentia. Vêm a esta ilha de muitas ilhas com mercadorias; tem mantimentos em abastança, é água boa; e a gente dizem que é doméstica, a das beiras do mar.

*Ilhas de Pacham* — Desta ilha de Maquiem que disse às ilhas de Pacham haverá catorze léguas. Estas ilhas de Pacham são dez ou doze; a ilha que se chama Pacham tem cravo, as outras não. Chama-se o rei desta ilha Rajá Cuçuf; tem mor



terra e mais gente que nenhum dos reis de Maluco, e mais paraus. Este rei é meio-irmão de el-rei de Ternate; são grandes amigos. É toda a gente quase gentios. Tem bons portos; aqui vem haver vista desta terra os que hão-de carregar em Maluco; e daqui vão a outras ilhas. É Pacham corda de ilhas que vão ter contra Ceram sobre Amboina. Terá esta ilha quinhentos bares de cravo cada ano. Tem muito breu; não tem muitos mantimentos, mas das outras ilhas os trazem em abastança. Tratam em sua terra grandemente. Tem esta ilha papagaios, esteiras, e outras coisas que a ela vêm comprar.

Segundo tomei informação, há muito pouco tempo que o cravo desta terra era silvestre, assim como abrunhos a ameixas ou zambujo a oliveira, e que antigamente este cravo não se gastava dizem que por estarem estas árvores em lugares bravios afastados, e que dez anos a esta parte é feito cravo bom como qualquer do outro, e que se vai acrescentando muito o cravo nesta ilha. Há desta ilha à ilha de Amboina quarenta léguas ao mais. Todo o cravo destas cinco ilhas é duma mesma bondade se o colhem sendo perfeitamente maduro.

Também nesta ilha secam os ramos das árvores com muitas folhas; é mercadoria, porque na nossa parte da Europa se gastam as ditas folhas em lugar de bétele, e porque o bétele seco não tem sustância de odor, em seu lugar metem as folhas. É mercadoria que antigamente levavam a Veneza pela via de Alexandria; e em Portugal bem haverá vinte anos que eu tenho usado as ditas folhas em lugar do dito fólio índio que é bétele.

Feito o recontamento das cinco ilhas de Maluco vindo de Ternate para Amboina, e se assim não for em ordem torne a contar de Amboina para Ternate, começando de Pacham. Não digam que a navegação de Malaca para Maluco seja perigosa, porque é bom caminho, é para as nossas naus conveniente, e navega-se com ventos de monção em um mês a Banda ou a Amboina, e dali a Maluco em um dia e dois. Nossas naus bem aparelhadas não farão detença em Amboina; passar-se-ão a Maluco, quanto mais quem teve maneira de saber e investigar de Portugal vir a Maluco em tão pouco tempo trabalhando cada um em seu tempo, como é sabido. Terá maneira quem quiser ter zelo das coisas se acaberem a serviço de el-rei nosso senhor, não fazer o caminho de Maluco pela via da costa de Java: somente por Singapura e de Singapura a Burney e de Burney às ilhas de Butum, e logo a Maluco. Para quem navegou a Maluco muito limpo caminho achou sempre este, em uma monção e presto. O caminho de Java para Maluco foi havido por provisão desta maneira: a nós vem bem o caminho de Burney para Maluco, e aos mercadores de Malaca o de Java; a nós o de Burney, porque não fazemos escala de terra em terra, vendendo aqui, vendendo cá, ganhando em cada lugar, de maneira que se alonga o tempo; e com pouco cabedal e os navegantes são escravos fazem suas viagens compridas e proveitosas porque de Malaca levam mercadorias da valia da Java, e da Java mercadorias da valia de Bima e Cimbava, e destas ilhas levam panos para Banda e Maluco, e os que levam reservados de Malaca, adoram os de Banda e Maluco neles. E assim fazem suas mercadorias, o que não poderiam fazer pela via de Burney e Butum e Macaçar.

Nós não somos assim proveitosos para aumentar a fazenda de sua baixa maneira, nem menos somos do seu vagar, porque trazemos a gente a soldo somente;

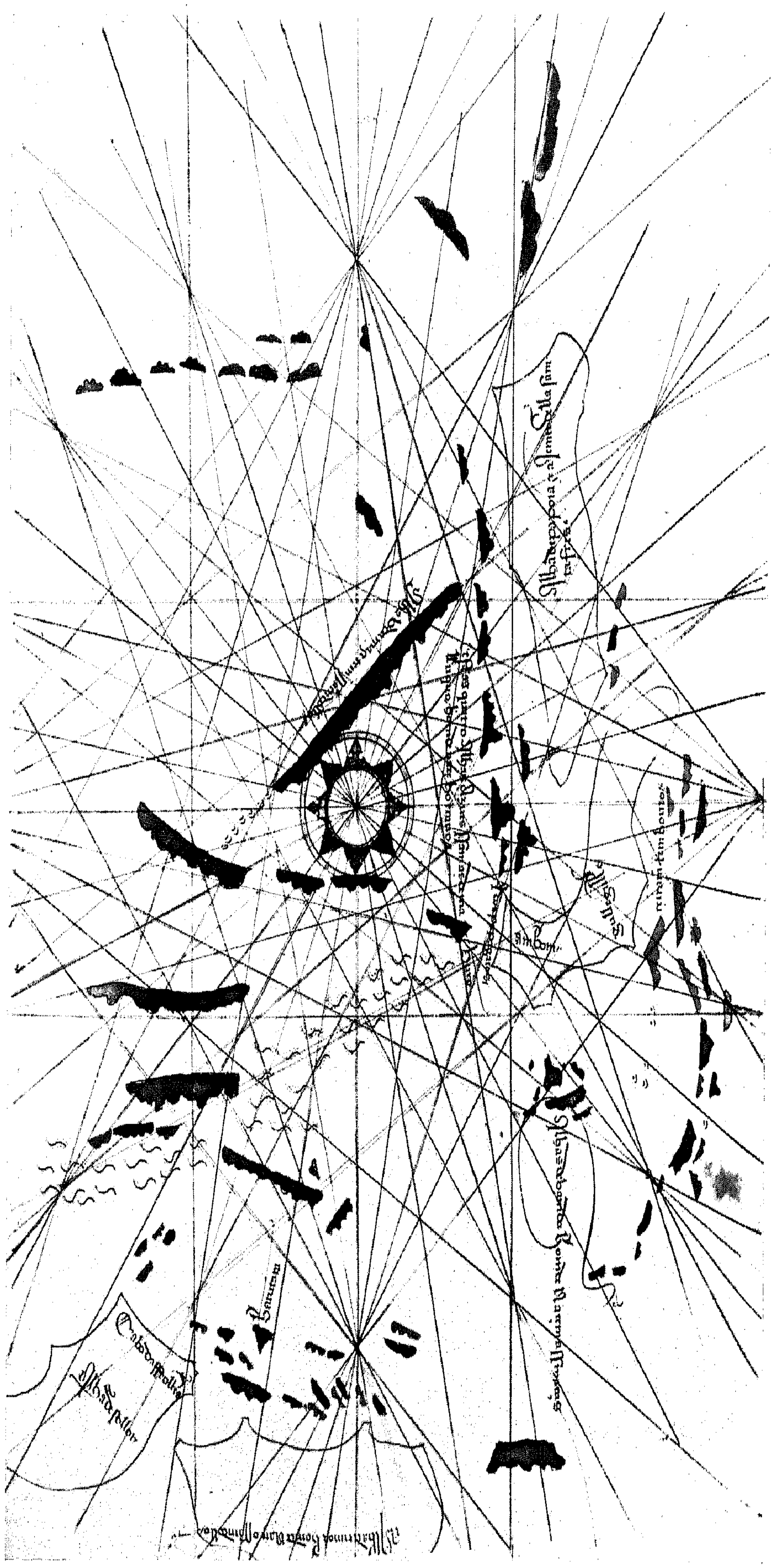
tomamos nosso fornecimento largo e de boa roupa cometemos nosso caminho. Fazemos nossa mercadoria como portugueses não domésticos a ela, e os panos anichelados dos reais mercadores estão empapelados porque sentem a mercadoria; e desta maneira fazemos nosso caminho prestes. Portanto o caminho de Burney nos convém para melhor, porque é já sabido, Deus seja louvado, bom e assás proveitoso.

Depois de Maluco tenho falado de cinco ilhas; agora também quero dizer da ilha de Bato China, por amor do porto de Jelolo, que tem muito cravo e está perto de Ternate nosso amigo.

*Ilha de Bato China* — A ilha de Bato China é uma corda de terra grande. De uma banda vem sobre Amboina e Ceram, e da outra estende-se contra o norte às ilhas de Mor. É grande muito. Toda é de gentios. Tem muitos mantimentos e muita gente e muitos paraus. Deles andam a furtar, deles andam de mercadoria, assim como toda outra nação. Há seis léguas de Ternate a esta ilha. Este é o porto que se chama Jeilolo; dentro desta ilha de Bato China este porto somente. Tem rei mouro; tem o porto destes muitos mantimentos; é inimigo de el-rei de Ternate, e fazem um a outro saltos e tomadias. Tem esta terra de Jeilolo muito cravo bravo, como a ilha de Pacham; dizem que trabalham de o fazerem bom. Tem esta ilha bom porto, e é a gente já mais branca algum tanto que a de Maluco.

Outras ilhas muitas estão a redor de Maluco pela via do norte, que são as ilhas de Mor e Chiaoa, Tolo, Bemgaya, ao ponente de Celebe, Solor, em as quais há muitos mantimentos. Vêm a Maluco tratar; trazem ouro. Também algumas destas ilhas têm gente quase branca. Mas porque nosso intento não é escrever destas ilhas, porque seria necessário escrever de outras cem mil, não faço particular nem geral menção delas aqui, somente que na ilha de Papua, que será oitenta léguas de Banda, dizem que há os homens das orelhas grandes que se cobrem com elas. Nunca vi quem visse outro que as visse. Jaz isto no pouco que é assim.

Recapituladas as coisas de Maluco segundo dizem que já são, daqui por diante não serei ousado passar; somente até aqui foi meu intento. Quem será poderoso escrever o grande número e infinidade de ilhas que há do estreito de Campar até Banda, e do estreito de Singapura até as ilhas de Japão, que são além da China — e desta ilha cortando a Banda e nestes meios, que serão mais de duas ou três mil léguas em roda — quem será poderoso nelas falar? E é certo que muitas delas merecem que delas se fale, porque muitas têm ouro, porque seria nunca acabar e enfastiar. Somente nesta tanta cópia escreverei algumas com que de Malaca comunicam, e também no tempo passado, e geralmente tocarei em outras, de maneira que minha tenção se acabe, e se minha tenção não for de peso, seja perdoado.



Francisco Rodrigues. Primeira representação cartográfica das Ilhas das Especiarias, *c. 1513.*

# AS MOLUCAS EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XVI

POR

ANTÓNIO DA SILVA REGO

## I — ESQUEMA CONJUNTURAL

A conquista de Malaca em 15 de Agosto de 1511, por Afonso de Albuquerque, veio rasgar novas perspectivas à iniciativa portuguesa no Oriente. Além de grande empório comercial, Malaca era óptimo posto de observação, não só para todo o estirado Sudeste Asiático, mas também para o Extremo Oriente. É a partir de Malaca, pois, que principia toda a expansão portuguesa nesta zona do mundo.

No *regimento* que el-rei D. Manuel confiou a D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, em 5 de Março de 1505, ordena-se-lhe que, logo após haver despachado as naus que deviam regressar ao reino com as desejadas especiarias, e, porque «ainda havia tantas coisas a descobrir», devia mandar «descobrir a Ceilão e a Pegu, e a Malaca, e quaisquer outros lugares e cousas daquelas partes...». Não se faz referência especial às Molucas (¹).

Ao passo que os anos vão correndo, os Portugueses tomam cada vez conhecimento mais profundo da importância de Malaca, das naus de Malaca, das especiarias que vinham através de Malaca, das rotas comerciais que se cruzavam em Malaca, etc. Por exemplo, Fernão Lopes de Castanheda, descrevendo a cidade de Ormuz e a sua opulência, diz que de Malaca lhe vinham o cravo, a maça, a noz, o sândalo, a cânfora, as porcelanas, o benjoim e o calaim. Como se vê, as Molucas e grande parte da Indonésia encontram-se aqui, nesta simples enumeração de especiarias e produtos.

Anos depois, em 1508, Diogo Lopes de Sequeira parte de Lisboa com destino a Malaca, atingida, porém, no ano seguinte. Passa por Sumatra e toma conhecimento da existência de vários reinos: Pedir, Pacem, Achem, Campar, Menancabo, Sunda, Andragide e Auru, assentando paz com os dois primeiros. Em Setembro de 1509, chegam finalmente os Portugueses a Malaca. Variam as suas relações com os Malaios, intensificam-se as informações sobre o Sudeste Asiático. Convivem com os mercadores chineses. Certo Duarte Fernandes, cristão-novo, toma-se de intimidades com uma malaia e é por ela informado de perigosa conspiração contra os Portugueses. Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor, escapa à cabala contra ele urdida. Terminam mal os primeiros contactos estabelecidos. A armada portuguesa regressa à Índia e alguns

---

(¹) *Cartas de Affonso de Albuquerque*, I, 327-328. Lisboa, 1898.

portugueses ficam presos em Malaca. Nota-se a presença, no desenrolar destes acontecimentos, de dois portugueses, cujos nomes convém reter: Francisco Serrão e Fernão de Magalhães ([2]).

Após a conquista de Malaca, em 1511, e antes de partir para Goa, Albuquerque ordena o reconhecimento dos novos vizinhos e seus territórios que os Portugueses haviam adquirido. Conhecia-se já a enorme Samatra, mas restava percorrer os longos caminhos dos mares do Sul. Havia entrelaçado e quase infindo rosário de ilhas caprichosamente dispostas em províncias ou grupos: 1) o de Amboina; 2) dos Papuas; 3) de Moro; 4) das Molucas; 5) das Celebes ou Macáçar ([3]). É evidente que o termo «descobrir» empregado pelos autores portugueses tem o sentido de «reconhecer». Havia em Malaca pilotos peritos nesta navegação. Era comum e trivial a viagem Malaca-Banda ou Malaca-Molucas, etc. Os Portugueses, porém, ignoravam-na ainda, embora dela se fossem informando dia a dia.

Depostas as preocupações de guerra, empenhou-se Albuquerque nas de paz e de convivência pacífica. Julgou oportuno enviar especialmente às Molucas, bem conhecidas em Malaca pelo seu cravo, um arauto da presença portuguesa no Sudeste Asiático, encarregado de propagar o que sabia a respeito dos novos donos de Malaca. Escolheu «um homem honrado, natural de Malaca, vassalo de el-rei nosso senhor, que havia nome Nahoda Ismael, o qual junco ia carregado de fazenda de el-rei, o qual mandou com a dita carga e cartas suas a el-rei de Maluco, o qual junco lá foi ter e foi por el-rei de Maluco muito bem recebido e fez seu trato e mercadorias muito

([2]) *História do Descobrimento & Conquista da India pelos Portugueses*, liv. II, 338, 456-471. (3.ª edição, Coimbra, 1924).

([3]) Esta divisão encontra-se basicamente em diversos autores portugueses e mais explicitamente no *Oriente Conquistado a Jesus Christo*, do P.e Francisco de Sousa, I parte, 207 (2.ª ed., Bombaim, 1881). As 5 ilhas eram Ternate, Tidor, Moutel, Maquiem e Bachão. «São ilhas pequenas, e a maior não passa de seis legoas de circuito; e todas representam a figura de um chapéu largo de abas, e levantado de copa. Ternate tem Rei, que por excellencia se intitula Rei de Maluco. Tidor tem outro Rei distinto. Moutel pertence ao Rei de Ternate; Maquiem a um e outro Rei, e Bachão obedece a seu Rei particular... todo o cravo, que vae recendendo por esse mundo, sae destas cinco Ilhas, excepto algum pouco de Amboyno. Tambem nascem craveiros em alguns ilheus, que jazem em roda das cinco Molucas, e no Reino de Geilolo...». Quanto aos habitantes: «São interesseiros, suspeitosos, malignos, mentirosos, ingratos, e sendo pobres, soberbos. Tem muitas mulheres, e facilmente perdoão o adulterio, sendo inexoraveis em castigar o furto, evidente signal de que o interesse entre elles prevalece á honra.»

Note-se, porém, que estas informações são já da segunda parte do século XVII, portanto posteriores mais dum século à época em estudo.

Se se abre, por exemplo, um livro mais moderno, ainda clássico, *The Malay Archipelago*, de Alfred Russel Wallace, de 1869, reeditado várias vezes depois, verifica-se que, logo no Prefácio, ele divide o *Archipelago* em 5 grupos: 1) Ilhas Indo-malaias: península malaia, Singapura, Bornéu, Java e Samatra; 2) Grupo de Timor; 3) Grupo das Celebes; 4) Grupo das Molucas: Bouru, Ceram, Batchian, Gilolo, Mortè, Ternate, Tidore, Makian, Kaióa, Amboyna, Banda, Geram e Matabello; 5) Grupo das Papuas. Quer dizer: a arrumação das múltiplas ilhas da Indonésia pode variar, segundo os critérios.



a sua vontade para proveito de el-rei que Deus haja. E tornou a Malaca e em sua companhia um junco de el-rei de Maluco com recados para o capitão-mor» ([4]).

Está assim, portanto, lançada a ponte entre Malaca portuguesa e as Molucas. Não contente com isto, Albuquerque inicia em Dezembro de 1511 a série de viagens portuguesas em direcção às ilhas do cravo, e da noz, e da maça. São escolhidos António de Abreu, Francisco Serrão e Simão Afonso, capitaneando, respectivamente, a nau *Sabaia*, a nau *Santa Catarina* e a caravela latina. Outros nomes: Diogo Borges, escrivão; João Freire, feitor; Gonçalo de Oliveira, Luís Botim e Francisco Rodrigues, piloto. Vão também dois pilotos nativos ([5]).

António de Abreu partiu, portanto, de Malaca em direcção às Molucas, mas guiado principalmente pelos pilotos nativos. No caminho naufragou a nau de Francisco Serrão, sendo ele e a sua gente recolhidos pelos companheiros. Seguiram viagem para as Molucas, isto é, para Ternate, mas os pilotos enganaram-no e levaram-no a Banda, onde se mercadejou. Ao saber que tinha sido ludibriado, desfez-se António de Abreu dos «roins» pilotos, atirando-os ao mar. Iniciou a seguir a viagem de regresso a Malaca, pois não havia já monção propícia para continuar até Ternate e regressar. No retorno, Francisco Serrão, desgarrado de António de Abreu, naufragou segunda vez, acolhendo-se e seus companheiros a uma ilha. Conseguindo haver às mãos um parau nativo, realizou o resto da viagem em direcção a Ternate, cujo rei o recebeu com as mais expressivas e inesperadas manifestações de regozijo. Despachou o bondoso rei um junco para Malaca, em que seguiu um Pêro Fernandes, companheiro de Francisco Serrão, «com obediência e cartas para el-rei que Deus haja e que estava como seu vassalo» ([6]).

Segundo João de Barros, corria nestas ilhas uma lenda, segundo a qual haveriam de chegar uns homens vestidos de ferro, que as dominariam. O rei de Ternate seria por eles ajudado e dominaria o arquipélago. Quando o rei de Ternate viu Francisco Serrão e seus companheiros de cota de malha, ficou naturalmente contentíssimo. Não havia dúvida: cumpria-se a profecia, e nos seus dias ([7]).

Apesar de todos os revezes, portanto, a viagem de António de Abreu foi coroada de pleno êxito. Mais ainda: Francisco Serrão, ao chegar a Ternate, ao descobrir as Molucas, a Ternate e às Molucas prenderia a sua vida. Não mais regressaria a Malaca, ou à Índia, ou a Portugal. Ligou-se por sólida amizade ao rei de Ternate, tornando-se desta forma o seu melhor conselheiro, o seu melhor general, o

([4]) Testemunho de Jorge Botelho no processo das Molucas. Vid. *Cartas de Affonso de Albuquerque*, IV, 147-173 (Lisboa, 1910) e *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, 25 (Lisboa, 1963). As citações deste processo fazem-se sempre segundo esta última edição. Moderniza-se, porém, a grafia dos documentos. Vid. ainda *Decada II*, de Barros, liv. VI, cap. VII, 104. Segundo ele, Nahodá partira dois ou três dias antes de António de Abreu, devendo visitar os principais portos de Java, Maluco e Banda, a fim de preparar bom acolhimento à próxima navegação portuguesa.

([5]) *Decada II*, de Barros, liv. VI, cap. VII, 104-105.

([6]) *Decada III*, liv. V, cap. VI, 583-593. Vid. depoimento do Diogo Brandão no processo das Molucas, em *As Gavetas...*, III, 36-38.

([7]) *Decada III*, ibid., 593.

seu melhor amigo. Defendendo os interesses de Ternate, adentro da política do arquipélago, não deixou também de zelar os de el-rei de Portugal. Era ele o melhor agente comercial que Malaca podia desejar em tão importante posto-chave. Era ele quem, em navios de Ternate, transportava, até Banda ou Amboino, o precioso cravo, abreviando assim a viagem dos navios que de Malaca vinham. Esta amizade — do Ternatense e do Português — durou até à morte de ambos, pois ambos sucumbiram, segundo parece, à mesmo peçonha, ministrada pela filha do rei de Pacham, que vivia na corte de Ternate. Atenua-lhe a feia acção a circunstância de ter agido sob ordens paternas ([8]).

Aberto o caminho, continuam naturalmente as viagens. Citam-se algumas:

1. Em Março de 1513, o capitão de Malaca, Rui Brito de Patalim, tendo conhecimento de que o navio de Francisco Serrão se havia salvo do naufrágio, enviou João Lopes Alvim, com quatro navios, a fim de recolher a carga. Neste mesmo ano de 1513 partiu ainda de Malaca António Miranda de Azevedo, comandando nova armada

---

([8]) Vid. depoimento de Bartolomeu Gonçalves no citado processo das Molucas, em *As Gavetas*..., III, 31-32. Há aqui duas questões distintas. A primeira, sobre a peçonha; a segunda, sobre a morte propriamente dita de Francisco Serrão. Quanto à primeira: um junco com oito portugueses foi ter à ilha de Pacham, vassala de Ternate. Os seus habitantes massacraram os estrangeiros, apesar de saberem quais as relações que os ligavam ao seu soberano. D. Tristão de Meneses, ao passar por lá, tendo exactamente em atenção a amizade de el-rei de Ternate, não quis castigar os culpados, limitando-se a participar o caso ao mesmo soberano. Este, ao tomar conhecimento do sucedido, resolveu punir o seu vassalo. Ordenou a preparação duma armada e duma expedição, capitaneadas por Francisco Serrão, com o fim de se infligir o necessário castigo aos culpados.

Neste transe, uma filha do dito rei de Pacham, que vivia na corte de Ternate, tendo conhecimento do que se preparava, avisou seu pai. Este respondeu imediatamente, ordenando-lhe «que desse logo peçonha a el-rei de Maluco e a Francisco Serrão, a qual lhes deu logo. E tanto que se sentiu de peçonha el-rei de Maluco e soube que lha dera a dita filha del-rei de Pacham, e se via morrer, e assim via morrer Francisco Serrão, porque ambos morreram, em um dia antes de sua morte, mandou chamar seus filhos e disse que não matassem a filha de el-rei de Pacham, que para que era morta uma mulher, porém que como viesse D. Tristão, que ao príncipe seu filho mais velho que fizesse com D. Tristão que o levantasse por rei a guisa de Portugal, e que desse toda aobediência a el-rei de Portugal...».

Apesar da recomendação paterna, o novo rei «a mandou levar a praça e despir nua e com uma espada a cortou pelo meio e matou...». Além disso, os culpados de Pacham foram ainda devidamente castigados. *As Gavetas*..., III, 31-32.

Segundo o testemunho de Jorge Botelho — *ibid.*, 25-26 — em 1519 D. Tristão de Meneses partiu de Malaca para Maluco, sendo bem recebido pelo rei. Este favoreceu-o muito e pediu-lhe para instar com el-rei de Portugal que fizesse fortaleza na sua ilha. «E querendo-se vir D. Tristão de Meneses, com ele se vinha Francisco Serrão, por mandado del-rei de Maluco, com recados a el-rei que Deus haja, para que mandasse pôr cobro em a terra de Maluco e suas ilhas, porque era sua, e tanto tempo havia que esperava que ele mandasse lá fazer fortaleza e feitoria, que Sua Alteza mandasse prover aquela terra, como cousa sua.

E querendo embarcar, falecera Francisco Serrão, de que el-rei de Maluco e os da terra tiveram grande nojo...». Aqui, como se vê, menciona-se apenas o falecimento de Serrão, sem se indicar o motivo.



a caminho de Banda e das Molucas ([9]). Segundo Barros, António Miranda de Azevedo foi muito bem recebido, tanto pelo rei de Ternate como pelo de Tidore, seu sogro e rival. Por Diogo Brandão, no seu depoimento sobre as Molucas, conhecem-se os nomes dos capitães companheiros de Miranda de Azevedo: Domingos Gonçalves e Francisco de Melo. Regressaram a Malaca «carregados de drogas» ([10]).

2. «E logo o ano seguinte que foi o ano terceiro depois de descoberto Maluco...», diz Diogo Brandão, realizou-se nova viagem de António Miranda de Azevedo, sendo capitão de Malaca Jorge de Albuquerque. Esta viagem foi igualmente proveitosa. Devemos, pois, estar em 1514.

3. «E no quarto ano...», sempre segundo Diogo Brandão, ocupando Jorge de Brito a capitania de Malaca, partiram daqui: um junco, do comando de Álvaro do Cocho, para as Molucas; e dois, em direcção a Banda, capitaneados por Francisco Pereira e Jorge de Lençóis. No regresso perdeu-se este último junco, e o junco de Álvaro do Cocho foi ter a Ternate, onde «carregou muito bem com outro junco de portugueses que iam com ele, em os quais juncos veio recado do dito Francisco Serrão e de el-rei de Maluco...».

4. «E logo no quinto ano...» — portanto em 1516 — o mesmo Jorge de Brito enviou a Banda uma caravela, comandada por Manuel Falcão, e um junco da terra. Viagem normal.

5. «E no sexto ano...» — em 1517 — o novo capitão de Malaca, Nuno Vaz Pereira, despachou para Banda um junco, capitaneado por Simão Vaz, «o qual junco carregou por muito bons preços».

6. «E no sétimo ano...» — 1518 — «D. Aleixo capitão-mór que então estava em Malaca...» enviou para Ternate uma caravela e um junco em que ia por capitão D. Tristão de Meneses, que levava a resposta à carta que el-rei de Ternate havia escrito a el-rei de Portugal, D. Manuel, por intermédio de Pêro Fernandes, acima nomeado. No regresso a Malaca, D. Tristão trouxe consigo um junco do rei de Ternate, em que vinha, como embaixador, um filho do próprio rei. Acompanhavam-no 150 ou 200 homens, que ele colocou ao serviço de el-rei de Portugal. Demorou-se este embaixador em Malaca 5 ou 6 meses, até regressar a Ternate, levando tudo o que seu pai havia pedido ao capitão de Malaca.

7. «E no oitavo ano...» — 1519 —, estando Garcia de Sá como capitão de Malaca, partiu Diogo Brandão com alguns juncos para as Molucas. Ao chegar a Banda, encontrou-se com D. Tristão de Meneses, vindo de Ternate. Como em Banda houvesse muita carga, Diogo Brandão limitou-se a carregar aqui os seus juncos, regressando a Malaca. D. Tristão, pelo contrário, fez-se novamente à vela para Ternate.

8. «E logo no nono ano...» — 1520 —, no tempo de Garcia de Sá, foram para Bande e Ternate certos juncos capitaneados por António de Pina e Gonçalo Correia, regressando normalmente a Malaca.

---

([9]) Decada III, *loc. cit.*, 598.

([10]) Vd. o depoimento de Bartolomeu Gonçalves no processo das Molucas, em *As Gavetas*..., 31-32. Daqui em diante, na enumeração das viagens, adoptam-se a ordem e a cronologia propostas por Diogo Brandão, *ibid.*, 36-39.

9. «E no décimo ano...» — 1521 — el-rei D. Manuel enviou «a D. Jorge de Brito, por capitão de seis naus, com feitores e oficiais e ornamentos de igreja para fazer fortaleza em Maluco e ia com ele seu irmão António de Brito, e por seu irmão morrer no caminho, ele sucedeu a capitania, por regimento de el-rei, e é lá em Maluco a fazer o que el-rei por seu regimento mandava, a regimento de el-rei de Moluco...»

Como se sabe, el-rei D. Manuel faleceu em 13 de Dezembro de 1521. Neste mesmo ano morreu nas Filipinas, na ilha de Cebu, o português Fernão de Magalhães.

## II — AS INFORMAÇÕES

Conquistada Malaca em Agosto de 1511, principiam as informações a concretizar-se. Comece-se com a carta que o próprio Albuquerque escreveu a el-rei e assinou em Cochim em 1 de Abril de 1512. Nesta carta, principiada em Malaca, escreve ele: «Nesta primeira via vos vai uma carta grande, em que vos dou razão de tudo o que fiz desde a partida das naus de Duarte Lemos e Gonçalo de Sequeira até minha tornada de Malaca a Cochim... também vos vai um pedaço de padrão que se tirou de uma grande carta dum piloto de Java, a qual tinha o Cabo da Boa Esperança, Portugal e a terra do Brasil, o Mar Roxo e o mar da Pérsia, as *ilhas do cravo,* a navegação dos Chins e Gores, com suas linhas, e caminhos direitos por onde as naus iam, e o sertão, quais reinos confinavam uns com os outros; parece-me, Senhor, que foi a melhor cousa que eu nunca vi, e Vossa Alteza houvera de folgar muito de a ver; tinha os nomes por letra jaua, e eu trazia jau que sabia ler e escrever; mando esse pedaço a Vossa Alteza que Francisco Rodrigues emplantou sobre a outra, donde Vossa Alteza poderá ver verdadeiramente os Chins donde vêm e os Gores, e as vossas naus o caminho que hão-de fazer para as *ilhas do cravo,* e as minas de oiro onde são e a ilha de Java e de Banda, de noz-moscada e maças, e a terra de el-rei de Sião, e assim o cabo da terra da navegação dos Chins, e assim para onde volve, e como dali adiante não navegam...» (11).

Como era natural, a chegada a Malaca de António de Abreu, enviado por Albuquerque ao descobrimento das Molucas, foi saudada com entusiasmo. Segundo o capitão de Malaca, Rui Brito de Patalim, em carta a el-rei escrita em 6 de Janeiro de 1514, as Molucas, Banda, Java e Timor estavam «atemorizados», sendo necessário enviar para aquelas paragens grandes naus, «pois o caminho é já sabido e podem navegar, e mais as tais naus são seguras, e não temem ninguém, por que não cuidem que todo nosso serviço é navios pequenos» (12).

Nesta mesma ordem de ideias escreve Jorge de Brito a el-rei, de Malaca, em 8 de Janeiro de 1515. Menciona o cravo das Molucas, a maça e a noz de Banda. E acrescenta: «...nas ilhas do cravo, todos os reis daquelas ilhas querem ser vassalos de Vossa Alteza, e todos desejam que se façam fortalezas vossas nas suas terras, e

(11) *Cartas de Affonso de Albuquerque,* I, 64-65. (Lisboa, 1884).

(12) *Cartas...,* III, 96. (Lisboa, 1903).



todos escrevem a Vossa Alteza em Malaio, eu os mandei tresladar aqui do Malaio em Português...». Tinham vindo ainda cartas de Amboino e de Francisco Serrão. El-rei de Ternate enviara um punham *(treçado)* a el-rei de Portugal. Rui Brito de Patalim desejava muito descobrir a «navegação antiga», como antes havia «para poderem ir e vir naquele tempo que vão e vêm da Banda.» El-rei de Ternate tinha pilotos que conheciam este caminho (13).

Extremamente curiosa é a carta que o rei de Ternate enviou a el-rei D. Manuel. Vivia algo descontente «e peço a Vossa Alteza que me dê mezinha para isto...» Segundo ele, havia quatro ilhas para quatro reis, quando bastava um só rei para todas elas. Pede armas, a fim de se poder defender de seus inimigos. Oferece a sua ilha a el-rei de Portugal. E acrescenta: «...os outros reis que nas lhas de Maluco há não querem conhecer Vossa Alteza por senhor, e não deixa por isso de errar, senão a minha só que é Ternate, esta é de Vossa Alteza para filhos e netos e quantos de mim descenderem...». E termina por pedir «um capacete e uma cadeira, para ter cousas de Vossa Aalteza para me honrar...» (14).

Por esta mesma altura encontrava-se em Malaca o boticário Tomé Pires, cuja *Suma Oriental* é hoje devidamente conhecida e admirada, devido à iniciativa do Prof. Doutor Armando Cortesão, que a editou em 1944 na colecção da benemérita Hakluyt Society. Eis uma fugidia síntese das informações fornecidas por Tomé Pires:

São cinco as ilhas do cravo ou das Molucas: Ternate, Tidore, Motir, Makyan e Bachian.

A sua islamização começou, segundo informações locais, cinquenta anos atrás, isto é, cerca de 1465. Os reis das ilhas eram muçulmanos, embora não muito convictos. Isto, além de não serem circuncidados. O povo, na sua maioria, era ainda gentio. Apesar do facto de os reis serem mais ou menos parentes entre si, tal não obstava a que se guerreassem mutuamente uns aos outros.

O cravo era abundantíssimo nestas ilhas, havendo seis colheitas ao ano. Ternate ocupava o principal lugar entre todas. O seu porto era bom, podendo acolher de cada vez 2 ou 3 navios. A população de Ternate calculava-se em 2000 homens, 200 dos quais seriam muçulmanos.

Sendo Ternate a ilha principal, só o seu soberano tinha direito a usar o título de *sultão,* contentando-se os outros com o de *rajá.* Apesar de ser genro do rei de Tidore, andavam quase sempre em guerra. O vulcão de Ternate era bem conhecido e estava em plena actividade.

A gente de Ternate era mais tratável que a das outras ilhas. O sultão afirmava que gostava de lá ter sacerdotes cristãos. Mais ainda: «porque se lhe parecesse bem nossa Fé, que se alongaria da sua seita, e tornar-se-ia cristão.» (fl. 157).

(13) *Cartas...,* III, 134-136. Note-se o empenho em abreviar a viagem Malaca-Molucas. Os pilotos portugueses, como se depreende da nota anterior, conheciam já o caminho normal. Faltava, porém, explorar o mais rápido. Contava-se assim com a experiência dos pilotos ternatenses.

(14) *Cartas...,* III, 182-183. O rei de Ternate, não satisfeito em ter consigo Francisco Serrão, desejava colocar-se directamente sob a protecção do longínquo rei português, a fim de poder dominar sobre o restante grupo das Molucas.

Ternate produzia anualmente uns 1500 bares de cravo [15].

Tomé Pires descreve em primeiro lugar a ilha de Ternate, simplesmente por ser a principal, embora a mais distante de Amboino. Descreve a seguir as outras, portanto pela ordem em que encontram, caminhando sempre em direcção a Amboino.

Vem em primeiro lugar a ilha de Tidore. Rei muçulmano, sogro do sultão de Ternate. População cerca de 2000 homens, 200 dos quais muçulmanos, sendo gentios os restantes. O rei de Tidore considerava o rajá de Makyan como seu vassalo. Tidore não dispunha de porto. Produção de cravo: cerca de 1400 bares por ano.

Considera-se depois a ilha de Motir *(Motei)*. Metade obedecia ao sultão de Ternate e metade ao rajá de Tidore. Não havia muçulmanos. A sua população masculina orçaria pelos 600 homens. Produzia à volta de 1200 bares de cravo ao ano. O cravo de Tidore e desta ilha de Motir era vendido na ilha de Makyan.

Esta ilha de Makyan orgulhava-se de contar os seus 3000 homens, 300 dos quais muçulmanos. O seu rei era igualmente muçulmano. O porto desta ilha era muito bom, sendo por isso escolhido para nele ser vendido o cravo doutras ilhas. Havia, por isso, alguns estrangeiros aqui estabelecidos. O seu rajá desejava muito ter relações comerciais amigáveis com os Portugueses. A população da ilha, na sua grande parte, mantinha-se gentia.

Finalmente, a ilha ou, melhor, as ilhas de Bachian. Segundo Tomé Pires, as ilhas eram 10 ou 12. Só a ilha propriamente chamada *Bachian* produzia o cravo. O seu rei intitulava-se também rajá, como os outros. Tinha mais território e mais gente do que qualquer outro das outras ilhas. Este rajá era meio-irmão do sultão de Ternate, sendo bons amigos. Os habitantes eram gentios, na sua maioria. Havia bons portos. A sua produção de cravo eleva-se a 500 bares anuais.

As informações fornecidas por Tomé Pires são de extrema importância. O seu fim principal era, certamente, o económico. Indica-se desta forma a produção de cravo por cada ilha; descreve-se a planta do cravo com bastante minúcia; apontam-se os produtos de cada ilha, além do cravo, os seus portos, o carácter da sua população, a sua superfície, etc. Chama-se a atenção para a recente islamização das populações, como que a convidar os missionários a entrar na liça e disputar aos muçulmanos a sua primazia. Disserta-se ainda sobre as viagens Malaca-Molucas, indicando-se dois roteiros, um via Java e outro via Bornéu, sendo este o de preferir. Em conclusão, pode afirmar-se que a *Suma Oriental* de Tomé Pires constitui um relatório económico de primeira utilidade. Elaborado em Malaca, podia facilmente corresponder a todos os pedidos de informações imediatas [16].

---

(15) Segundo Mons. Rodolfo Dalgado, o *bahar, baar* ou *bar,* peso indiano, variava entre 141 e 330 quilogramas. *Glossário Luso-Asiático,* I, 8. (Coimbra, 1919).

(16) *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues,* 2 vols., 212-220 (texto inglês), e 443-448 (texto português). A posição oficial de Tomé Pires, como *boticário,* impunha o cuidado de se manter a par do mundo das drogas ou especiarias. Esta obra é importantíssima para se poder avaliar a curiosidade deste funcionário régio. Evidentemente, a *Suma Oriental* não lida só com Malaca e as Molucas, mas com todo o Oriente. O Livro de *Francisco Rodrigues* merece, de igual modo, cuidadoso exame. Era ele o «piloto-mor» da armada que foi a descobrir Banda e as Molucas. Adiante se lhe fará mais pormenorizada referência.



## III — OS INFORMADORES

Os mais importantes devem talvez considerar-se as testemunhas que participaram no inquérito, ou processo, relativo às Molucas, logo após a viagem de circum-navegação do globo realizada pelo malogrado Fernão de Magalhães. Este inquérito tinha em vista estabelecer principalmente os pontos seguintes: prioridade portuguesa no descobrimento das Molucas; reconhecimento, por parte dos soberanos das Molucas, da soberania portuguesa. Este inquérito realizou-se em 1523. As testemunhas são:

1. D. Aleixo de Meneses. Sobrinho de Lopo Soares de Albergaria, capitão-mor do mar, na Índia. Esteve em Malaca.

2. Diogo Lopes de Sequeira. Fora a Malaca em 1508-1509. Governara a Índia de 1518 a 1522, substituindo Lopo Soares de Albergaria.

3. Fernão Peres de Andrade. Tomara parte na conquista de Malaca, sendo, portanto, companheiro de armas de Afonso de Albuquerque. Realizara reconhecimentos no mar da China.

4. Rafael Catanho. Não participara na conquista de Malaca. Fora lá depois e tivera ocasião de se informar localmente dos acontecimentos.

5. Jorge Botelho, igualmente companheiro de Albuquerque na conquista de Malaca. Já se encontrava na Índia quando se incorporou na expedição de Albuquerque.

6. Garcia de Sá. Não assistira à conquista de Malaca. Depois, todavia, fora para lá, a ocupar o lugar de capitão da praça, demorando-se dois ou três anos neste cargo. Durante o seu governo recebera uma embaixada do rei de Ternate, chefiada pelo seu próprio filho, que viera prestar vassalagem a el-rei de Portugal. Garcia de Sá recebera-o condignamente. Demorara-se ele em Malaca seis meses e, ao regressar a Ternate, Garcia de Sá enviara-lhe — a el-rei de Ternate — tudo quanto ele solicitara, incluindo artilharia.

7. Bartolomeu Gonçalves. Pertencia à casa de Garcia de Sá. Apoiava, por conseguinte, o que ele afirmara. Conhecia bem as Molucas, pois estivera lá três anos, tendo convivido com Francisco Serrão. Assistira até à chegada das naus castelhanas, resto da armada do malogrado Fernão de Magalhães.

8. Rui de Brito Patalim. Companheiro de Albuquerque na conquista de Malaca, e por este nomeado primeiro capitão desta praça, e autor duma carta a el-rei, com notícias das Molucas, atrás referida. Viveu, portanto, os primeiros anos de Malaca portuguesa.

9. Diogo Brandão. Consta do seu próprio testemunho que foi enviado às Molucas em 1519, ocupando Garcia de Sá o lugar de capitão de Malaca. Como encontrara muita carga em Banda, aqui carregou os seus juncos, regressando logo a Malaca, depois de se haver encontrado com D. Tristão de Meneses [17].

---

(17) Entre os vários testemunhos colhidos no processo das Molucas, o de Diogo Brandão assume papel de especial relevo, porque oferece uma síntese das relações Malaca-Molucas nos primeiros dez anos, antes de lá se construir a tão desejada fortaleza de el-rei de Portugal. Os dois reis, de Ternate e de Tidore, envidavam o possível por atrair à sua ilha a construção da fortaleza. Tinham ambos a certeza que a localização do estabelecimento português (forta-

A seguir a estes nomes podem adicionar-se outros, certamente em posição de prestarem informações fidedignas. Teremos assim:

10. António de Abreu. Enviado por Afonso de Albuquerque ao descobrimento das Molucas. Apesar de não ter passado de Banda, como se disse, teria certamente colhido informações de primeira valia. Regressando de Malaca a Lisboa, via Índia, faleceu, porém, no mar dos Açores, segundo testemunho de Diogo Lopes de Sequeira, no processo das Molucas.

11. Francisco Serrão. Companheiro de António de Abreu e «verdadeiro» descobridor das Molucas. Aqui viveu os últimos anos da sua vida e aqui morreu. Íntimo amigo de Fernão de Magalhães. Segundo Barros, era amigo de escrever: «O qual além de escrever a ElRey, escreveo a seus amigos, e principalmente a Fernão de Magalhães, que já na India, e em Malaca tinha particular amizade de pousarem ambos; e por dar maior admiração aquela sua viagem, engrandeceo o modo, e trabalho della, fazendo a distancia daquellas Ilhas dobrado caminho do que havia de Malaca a ellas, dando entender que tinha descuberto outro novo mundo maior e mais remoto, e rico, do que descobrira o Almirante D. Vasco da Gama. Das quaes cartas começou este Fernão de Magalhães tomar huns novos conceitos, que lhe causáram a morte, e metteo este Reyno em algum desgosto, como logo veremos» ([18]).

Fernão de Magalhães correspondia-se, naturalmente, com o seu amigo. Após a morte deste em 1521, o capitão de fortaleza de S. João de Ternate, António de Brito, encontrou no seu espólio algumas cartas de Magalhães, «nas quais dizia, que prazendo a Deos, cedo se veria com elle; e que quando não fosse por via de Portugal, seria por via de Castella» ([19]).

(12) Fernão de Magalhães. Como atrás se viu, tomou parte activa na expedição enviada a Malaca, em 1508-1509. Pôde assim travar conhecimento com chineses, malaios, javaneses e quantos mais estrangeiros se encontravam no porto naquela altura. Era piloto perito na sua ciência, amando-a afincadamente. Segundo observa Barros, «sempre andava com Pilotos, Cartas de marear, e altura de Leste e Oeste» ([20]). Era natural, pois, que tivesse facilmente acreditado nas notícias que das Molucas recebia do seu amigo Serrão. Não contente com isso, mostrava-as e «...começou semear nas orelhas desta gente que as Ilhas de Maluco estavam tão Orientaes, quanto a nós que caiam na demarcação de Castella...» ([21]).

leza e feitoria) faria inclinar para a sua ilha não só a protecção régia, mas também a supremacia sobre as outras ilhas. Daqui, certamente, a indecisão em Malaca e, por conseguinte, em Lisboa a respeito de tão importante passo a dar. É curioso observar que, em 8 de Novembro de 1521, as primeiras naus castelhanas foram muito bem acolhidas em Tidore. Oito meses mais tarde, a 24 de Junho de 1522, António de Brito iniciava a construção da fortaleza de Ternate. Vid. *Novos Documentos para a História das Molucas no tempo de S. Francisco Xavier,* em *Brotéria,* XIV. (19). Por G. Schurhammer.

([18]) *Decada III,* liv. V, cap. VI, 599-600.

([19]) *Decada III,* liv. V, cap. VIII, 623 e segs. Barros explica o motivo do aborrecimento de Fernão de Magalhães, então prestando serviço em Azamor.

([20]) *Decada III, ibid.,* 627.

([21]) *Decada III,* id., *ibid.*



13. Francisco Rodrigues. Piloto-mor da armada de António de Abreu. É autor dum interessantíssimo «Livro...», minuciosamente estudado e traduzido pelo Prof. Armando Cortesão. Contém interessantíssimas observações náuticas e astronómicas, um roteiro para a China, etc. Os mapas e desenhos que enriquecem este «Livro...» contêm apontamentos tomados, quer por informação alheia, quer por observação própria. A carta geográfica n.º XXVI é aquela que mais interessa às Molucas, encontrando-se a pp. 208-09 do I vol. já citado. São informações técnicas, prestadas por um técnico de navegação, interessado exclusivamente por tal matéria ([22]).

14. Duarte Barbosa. *O Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa* pode comparar-se à *Suma Oriental,* de Tomé Pires, e, como esta, mereceu ser editado e traduzido na colecção Hakluyt Society, de Londres.

Duarte Barbosa confessa na «Prefação» ter viajado por muitos e vários países, ter visto e ouvido muitas coisas, tendo procurado informar-se junto de mouros, cristãos e gentios, a respeito não só da sua vida económica, mas também social e religiosa. Terminou o seu *Livro...* em 1516. Trata-se, pois, de apontamentos, mais ligeiros uns, mais alongados outros, mais ou menos desenvolvidos. Principiam no cabo da Boa Esperança e estendem-se até à China, «de que não tenho informação, mas perguntei a mouros e gentios, homens de crédito...» (p. 217). Como é natural, a Índia ocupa a principal parte das suas informações ([23]).

Malaca merece-lhe também bastante atenção. As Molucas, pelo contrário, são examinadas mais de relance. Descreve a planta do cravo, menciona a navegação que frequenta seus portos, refere-se ao «rei mouro» que tem uma mulher moura «e trezentas a quatrocentas mancebas gentias...» (p. 214), terminando por chamar a atenção para a existência nestas ilhas de «muitos papagaios vermelhos, de mui fina cor e mui mansos, a que chamam noires...» *(ibid.).* Este *Livro* apresenta um apêndice económico de muito interesse, com a indicação e preços de várias especiarias. Indica, em algumas linhas, o preço do cravo, tanto em Malaca, como em Calicute (p. 230).

Referindo-se certamente ao rei de Ternate, escreve: «Este rei deseja muito servir a el-rei nosso senhor, a quem se manda oferecer como seu escravo» (p. 214).

15. Jorge e António de Brito. Já se fez referência a estes dois irmãos, enviados de Lisboa, com regimento régio, à construção duma fortaleza em Ternate. Era então governador da Índia Diogo Lopes de Sequeira (1518-1522), que a eles se refere no seu já mencionado depoimento. Morrendo o primeiro, sucedeu-lhe seu irmão António, que, desta forma, foi o primeiro capitão português das Molucas, e lá iniciou a construção da fortaleza em 24 de Junho de 1522. Por este dia ser dedicado a São João, ficou este santo popular português a ser o padroeiro da fortaleza.

([22]) O *Livro de Francisco Rodrigues* foi igualmente traduzido e anotado pelo Prof. Armando Cortesão.

([23]) Há várias edições do Livro de Duarte Barbosa. Seguimos a da Agência-Geral das Colónias, Lisboa, 1946.

Outras pessoas, muitas outras pessoas, se poderiam ainda nomear, mas crê-se que estas serão as principais.

Ao reunir-se em Lisboa, em 1523, a comissão encarregada de ouvir, em inquérito, as testemunhas do processo das Molucas, quando havia referências a Jorge ou a António de Brito, terminavam-se sempre por afirmar que este — António de Brito — se encontrava lá, a cumprir, portanto, a missão que lhe houvera sido confiada em Lisboa ([24]).

## IV — CONCLUSÃO

Talvez seja melhor desenvolvê-la ao longo de vários números.

1. As informações sobre as Molucas, nestes primeiros anos, de 1511 a 1521, após a conquista de Malaca, dizem respeito principalmente a aspectos puramente económicos, relacionados com o cravo, a noz e a maça. O cravo, como se anotou, encontrava-se quase e exclusivamente no quinteto de ilhas que constituía o arquipélago de «Maluco».

2. Nota-se ainda o facto de a islamização da Indonésia haver principiado em época relativamente recente. Os Portugueses tinham perdido, por assim dizer, a «corrida de velocidade», deixando que o Crescente chegasse antes da Cruz de Cristo a tão remotas paragens. A verificarem-se as informações colhidas *in loco*, a doutrina de Maomé teria atingido as Molucas numa altura em que o Evangelho, a bordo das naus portuguesas, pouco se teria afastado além da linha do equador.

Estas informações não deixam, contudo, de salientar o carácter algo precário em que, nestes princípios do século XVI, se encontrava ainda o islamismo nas Molucas, onde apenas a *élite* governante havia abraçado o novo credo. A grande maioria da população, por conseguinte, encontrava-se ainda no gentilismo. Não constituiria isto uma convidativa insinuação lançada ao zelo dos missionários portugueses?

3. Observe-se mais a delicada missão confiada por Albuquerque a Nahodá Ismael, após a conquista de Malaca. Impunha-se, em primeiro lugar, apresentar ao vasto Arquipélago Malaio os novos donos de Malaca. Em segundo lugar, frisar que estes novos donos eram portadores duma nova religião, duma nova atitude perante a vida e, principalmente, duma nova doutrina económica, baseada no monopólio.

Ora, como se sabe, o monopólio não podia deixar de ser altamente antipático a todos os comerciantes que frequentavam Malaca. Os Portugueses dariam certamente *cartazes* ou *navicerts*, segundo a moderna terminologia, vulgarizada pela última guerra mundial, aos comerciantes seus amigos. Mas, por outro lado, reservariam para si mesmo o monopólio do cravo e, possivelmente, doutras especiarias.

([24]) Vid. Testemunhos de Diogo Lopes de Sequeira, Fernão Peres de Andrade, Rafael Catanho, Jorge Botelho, Garcia de Sá, Bartolomeu Gonçalves, Rui Brito de Patalim e Diogo Brandão. Public. em *As Gavetas...*, III, 20, 22, 23, 27, 28, 32, 36, 39.



E, por estranho que pareça, este monopólio praticou-se efectivamente, nestes anos iniciais, como se colhe dos testemunhos obtidos em 1523 ([25]).

4. Outra informação de certo interesse se pode colher também: a relativa aos primeiros estrangeiros chegados às Molucas: Javaneses? Chineses?

5. Já atrás se fez alguma referência à navegação entre Malaca e as Molucas. A rota habitual era via Java. Havia outra, porém — a «via antiga» —, que se encaminhava por Bornéu e que era mais curta. Francisco Serrão, em Ternate, encurtava o caminho aos navios portugueses, levando-lhes a Banda ou a Amboino a preciosa carga.

6. Seja como for, a morte de Francisco Serrão marca o fim destes primeiros contactos entre Portugal e as Molucas.

7. As grandes informações relativas às Molucas, sob o aspecto económico, social, religioso, etnográfico, etc., começariam mais tarde, a partir de Jordão de Freitas e, sobretudo da chegada ao arquipélago do novo capitão António Galvão, cuja acção, iniciada em 1536, tão marcada ficou nas famosas «ilhas do cravo» que mereceu o epíteto de «Apóstolo das Molucas».

([25]) O processo continha doze perguntas ou apontamentos: o primeiro identifica a testemunha, indagando se estivera em Malaca na conquista da praça, etc.; o segundo trata do «descobrimento» das Molucas; o terceiro lida com a recepção feita em Banda e Maluco aos Portugueses; o quarto continua ainda com a viagem de António de Abreu; o quinto refere-se a outras viagens entre Malaca e Maluco; o sexto ocupa-se da correspondência entre Ternate e Malaca; o sétimo descreve o monopólio e seus efeitos; o oitavo narra a viagem dos irmãos Jorge e António de Brito; o nono indaga se, ao tempo da partida de Fernão de Magalhães de Castela, eram já intensas as relações Malaca-Molucas; o décimo relembra novamente o efeito do monopólio; o undécimo frisa as relações de vassalagem existentes entre o rei de Ternate e el-rei de Portugal; o último relata o estado de paz, amizade e comércio existente entre as Molucas e os Portugueses. Evidentemente, as respostas variam consoante o conhecimento de cada testemunha.

DOIS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO
ULTRAMARINA NO SÉCULO XVI:

# A CASA DA ÍNDIA E OS ARMAZÉNS DA GUINÉ, MINA E ÍNDIAS

POR

FRANCISCO PAULO MENDES DA LUZ

Reconhecendo que a «história dos métodos de navegação e da cartografia náutica dos Portugueses progrediram muito desde os fins do século passado», o Com.te Teixeira da Mota acentua que «o mesmo se não pode dizer das origens e evolução dos sistemas de ensino e preparação de pilotos, mestres de cartas de marear e fabricantes de instrumentos náuticos, da maneira como lhes eram conferidas as cartas de ofício, etc.» (1).

Também Damião Peres, no prefácio que escreveu ao dar a público o manuscrito que contém os Regimentos do Feitor e demais oficiais da Casa da Índia de 1509, dizia: «Outros ensinamentos ministra o Regimento: o de que não competia nem à Casa da Índia, nem à Casa da Guiné e Mina, apetrechar os navios das carreiras da África e da Índia com cartas de navegação ou outros instrumentos náuticos... «Trata-se, porém, duma revelação que implica uma série de problemas...» (2). Quer dizer que então ainda nem se suspeitava que pudesse existir um organismo especialmente dedicado a todos os assuntos que diziam respeito propriamente à navegação ou à náutica.

Por tudo isso nos preocupou o estudo dos dois organismos Casa da Guiné, Mina e Índias e também fazer a destrinça entre estas instituições de carácter económico e um outro de fundamental importância para o estudo da história da marinha e da náutica em Portugal: os Armazéns da Guiné, Mina e Índia. Solicitados a apresentar uma comunicação ao II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, ocorreu-nos que seria útil apresentar, especialmente ante os investigadores espanhóis, um resumo do que foram esses organismos que Fernão de Magalhães — tema do Colóquio — conhecera e aos quais, pelo menos a um deles — a Casa da Índia — parece ter estado ligado. Verificámos então que pouco se adiantara no conhecimento destas duas instituições e também pudemos recolher as manifestações de interesse por esse nosso resumo, devido talvez a que pouco divulgado tem sido o que nos foi dado descobrir em arquivos e bibliotecas portugueses e espanhóis a tal respeito. A importância de todos estes organismos merece ser posta em destaque, pois é inegável que a

---

(1) *Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal.* — Lisboa, 1969.

(2) *Regimento das Casas das Índias e Mina.* — Coimbra, 1947.

Administração portuguesa, logo que tomaram vulto os interesses ultramarinos, adoptou as medidas necessárias para os orientar e coordenar (3).

Tudo isso nos leva, pois, a reimprimir o que há cerca de vinte anos, e em várias publicações, escrevemos a esse respeito, acrescentando o que de então para cá se adiantou no conhecimento dessas instituições, ou as referências escritas que têm sido feitas à Casa da Guiné, Mina e Índia, bem como aos Armazéns do mesmo nome.

Esperamos que isso sirva de incentivo aos investigadores e que nos ajude a descobrir novas pistas que preencham as enormes lacunas que, por falta de documentação, ainda persistem na história desses organismos.

Servirá de base à presente exposição o que escrevemos no *Conselho da Índia* (Lisboa, 1952) e no prefácio do *Regimento da Casa da Índia,* cujo manuscrito se guarda no Arquivo Geral de Simancas (4).

Antecedentes da comummente designada Casa da Índia encontramo-los já na Casa de Ceuta, de fundação possivelmente não muito posterior à conquista e ocupação daquela cidade africana pelos Portugueses (1415) e também na Casa da Guiné ou «Casa do trauto da Guiné», que teve a sua primeira e rudimentar instalação ainda em Lagos, isto é, no próprio local preferido pelo Infante para sede das suas bem empreendidas tarefas de descobrimento. O mais antigo documento, até hoje conhecido, que lhe faz referência é de 19 de Janeiro de 1434 e é um privilégio de poder andar armado, durante todo o dia, concedido a Gil Vasques, que servia na Casa de Ceuta.

Gonçalo Pacheco, escudeiro do Infante e pai do famoso Duarte Pacheco, era, pelos anos de 1439 (e entre 1453-54) «tesoureiro dos dinheiros e panos e todallas outras cousas que pertencem para as despesas da cidade de Ceuta».

Quanto à Casa da Guiné, sabemos dela em Lagos, fundada ali pouco depois do descobrimento da costa africana que leva o mesmo nome.

Recebedores dos «trautos da Guiné» foram-no Fernão Gomes (1455) ou Diogo Borges (1459).

A característica mais saliente da actividade destas instituições será a fiscalização e o controlo do incipiente comércio com as feitorias de África, bem como ocupar-se de tudo quanto dizia respeito ao comércio com aquelas terras. Essa também há-de ser uma das mais notórias características do funcionamento da Casa da Mina e Índias.

Ali, pois, seria o depósito de toda a sorte de mercadorias europeias destinadas ao resgate com o continente africano e também das que dali se obtinham, destacando-se entre estas os escravos, a malagueta e os gatos-de-algália. Era por intermédio da Casa que se negociariam todos esses produtos e os demais que dali se obtivessem.

(3) Marcello Caetano, *O Conselho Ultramarino.* — Lisboa, Ag.-Geral do Ultramar, 1967.

(4) *Anais da Junta das Missões Geográficas,* vol. VI, t. II. — Lisboa, 1951.



Cedo, porém, se transferiu para Lisboa a sede deste organismo, e isso deve ter sido em data não muito longe daquela em que Diogo de Azambuja foi enviado a construir o castelo de S. Jorge da Mina, quer dizer, ao findar o ano de 1481, segundo já notara Braamcamp Freire, que publica a carta de quitação de D. Manuel dada a um tal João de Avelar, cavaleiro da Casa Real, onde se faz menção do que este recebera «dos oitavos de certas caravelas de Frollentins que se armaram para os rios da Guiné, estando o trauto da Casa da Guiné em Lagos (...) e assi do que recebeo e despendeo nas armações de Nuno Alvarez Correa que se perdeo na foz de Silves, e de Diogo de Azambuja que foi a fazer o Castelo de Sam Jorge da Mina» (5).

Depois, vários são os documentos onde aparece nomeado o recebedor da Casa dos «Trautos da Guiné», sendo-o, por exemplo, Lopo Mendes, segundo lemos na respectiva carta de quitação dos anos de 1486 a 1488, existindo também já nesta data um feitor e ao mesmo tempo tesoureiro, que se chamava Fernão Lourenço (6).

Uma vez transferidos estes armazéns para Lisboa, começaram a receber-se neles também as mercadorias da costa da Mina — ouro principalmente —, e então surgem nos documentos oficiais, a par da designação Casa da Guiné, as seguintes: Casa da Guiné ou simplesmente Casa da Mina. Na carta de quitação dos anos 1486 a 1493 passada a João do Porto, almoxarife dos escravos que vinham de África, menciona-se a João Fernandes de Sá como chanceler da Casa da Mina; e na carta de quitação dos anos 1494 a 1497 passada a Lopo Mendes, que já era recebedor da Casa da Guiné, chama-se-lhe agora recebedor do tesouro da Casa da Mina e trautos da Guiné.

Há outra carta de quitação dada a Fernão Lourenço que abrange os anos de 1497 a 1502, onde o rei lhe dá os seguintes títulos: «do nosso Conselho, tesoureiro e feitor dos nossos trautos da Guiné e Casa da Mina e das Índias» (7).

Foi como consequência da viagem de Vasco da Gama que começaram a afluir a Lisboa em grande quantidade as especiarias da Índia e, logo ao lado da designação de Casa da Guiné e Mina, nos surge a de Casa da Índia, ou ainda, como a mencionam muitos dos documentos coevos: Casa da Guiné e Índia, Casa da Mina e Índias e Casa da Guiné, Mina e Índias. Sem dúvida que com o crescente afluxo do ouro, especiarias, escravos e outras mercadorias, o movimento da Casa cada vez é mais intenso, e, naturalmente, torna-se necessário, para melhor andamento dos negócios nesta, uma especificação de funções. Assim se evitaria a confusão e manteria a ordem que convinha a estabelecimento de tão grande importância, frequentado pelos maiores mercadores e banqueiros de então e que em breve ia alcançar renome e fama mundiais. Essa especificação fez-se atendendo às sucessivas funções e designações que a Casa fora tendo, correspondendo a cada uma um local ou repartição determinada, com o seu pessoal privativo. Por isso temos três secções, três casas, como então se dizia, dentro da mesma Casa, a saber: a dos escravos, que, pelo menos desde 1486, formava

(5) Chanc. de D. Manuel, liv. 31, fl. 94, transcrito no vol. III, p. 318, do *Arquivo Histórico Português.*

(6) Chanc. de D. Manuel, liv. 17, fl. 20, liv. 2.º de Extremadura, fl. 97-v.

(7) In *Archivo Histórico Português,* vol. III, p. 477.

repartição diferente, com o seu almoxarife e respectivos escrivães; a Casa da Guiné, e a da Índia, cada uma destas com o seu tesoureiro e escrivães próprios. Não obstante, todas estas repartições estavam directamente subordinadas ao mesmo feitor, ou provedor — como se lhe chamará mais tarde —, a quem normalmente se chama feitor da Casa da Índia, sendo esta, afinal, a designação que prevalecerá, como é bem de ver, pela maior importância que passa a ter o tráfico com os territórios sob esta última designação incluídos.

Luciano Ribeiro publicou a carta régia pela qual D. Manuel cria o cargo específico de feitor da Casa da Índia ([8]). Data ela exactamente de 13 de Setembro de 1501, isto é, poucos meses depois do regresso da armada de Pedro Álvares Cabral, que, além de outros resultados, teve o de patentear, com os carregamentos que trouxe, o enorme e imediato valor comercial dos contactos com o Oriente. Pelo seu interesse e pelo pouco conhecido que é tal documento, vale a pena transcrevê-lo aqui na íntegra:

«Dom Manuell e etc. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que avendo nós Respeito aos muitos seruiços que fernam louremço do nosso Comselho noso feitor e thesoureiro de guinee tem feitos a el Rey dom afonso meu tio E a el Rey dom joham meu primo cujas almas deus aja E asy a nos per omde muita obriguaçam temos de em alguũa parte hi gualardoar e lhe fazer merçee E asy pellos que ao diamte dele esperamos Reçeber e consideramdo como os nosos trautos de çofalla e das jmdyas que com ajuda de nosso Senhor temos descuberto E aos que esperamos de mandar descobrir he cousa muy neçessarea a nosso Seruiço se ajuntarem com os nosos trautos de guinee e amdar todo jumto e mistiquo em mão de huũ soo feitor e thesoureiro que delles tenha carreguo que deue sser pesoa de muito merecimento bomdade fielldade e deligemçia conheçemdo nós do dito fernam louremço que asy nos tem bem seruido em todallas coussas de que hatee ora foy emcarreguado que o dito ofiçio por todollos ditos Respeitos nelle bem cabe E asy por lhe fazermos graça e merçee Temos por bem e o damos daquy em diamte por nosso thesoureiro e feitor de todolos trautos de guinee e da myna de çofalla e das jmdeas e de todallas outras partes que ja ssam descubertas E se ao diamte per nosso mandado descobrirem asy e polla guisa e com aquelles poderes graças priuilegios liberdades e framquezas com que ele atee ora veruio ho dito ofiçio averaa em cada huũ anno os coremta mill Rs. que ele atee ora seruio ho dito ofiçio dos trautos de guinee Com o quall ofiçio averaa em cada huũ anno os coremta mill Rs. yue lhe temos hordenado do mantimento com ho dito ofiçio de guinne E porem mandamos aos veadores da nossa fazemda e espriuãees da dita feitoria de guinee e da jmdia E aos nosos almuxarifes dos escrauos dos mantimentos e bizcoitos E a quaeesquer outros ofiçiaees que ao diamte forem E asy aos nosos feitores da cidade de Sam Jorge da myna e da myna (*sic*) de cofalla e da jmdia e frandos E a todollos nossos feitores de nossos Regnnos e Sennhorios e fora deles que ora ssam e ao diamte forem que ajam daquy em diamte ho dito fernam

([8]) Registo da Casa da Índia — Introdução. — Índice e notas do Prof. Luciano Ribeiro. 2.° vol. — Ag.-Geral do Ultramar. — Lisboa, 1955.



lourenço por nosso feitor e thesoureiro de todolos ditos trautos e Resgatees asy e pella guisa que em esta carta he comtheuudo por quamto nos lhe fazemos dele merçee na maneira que dito he o quall jurou em a nossa chamçelaria aos ssamtos avamgelhos que bem e verdadeiramente e como deue obre e sirua ho dito ofiçio guardamdo a nos muy compridamente noso seruiço E ao pouo o sseu djreito dada em a nossa Çidade de lixboa aos xiij dias do mes de setembro andre pirez a fez anno do nacimento de noso senhor jhesuu christo de mill e b.º e huũ annos.

E este ofiçio de que asy ora nouamemte ho emcarregamos aalem do que tem Seruira polla maneira conteuda no Regimento que lhe diso daremos» ([9]).

A Casa da Guiné, assim como a da Índia e, embora de menor importância, a dos Escravos, figura distintamente na Reforma de D. Manuel de 1509, onde se incluem regimentos especiais para cada um dos seus funcionários.

Notemos desde já que as funções do tesoureiro da Casa da Índia e as do da Casa da Mina não eram circunscritas pelos negócios próprios das Índias ou da costa africana, segundo aqueles nomes poderiam fazer supor, antes, sim, estavam divididas atendendo à qualidade dos produtos que nos chegavam daquelas regiões ou para lá eram enviados — o que, aliás, seria natural. Assim, o tesoureiro da Guiné unicamente recebia o ouro, viesse ele de S. Jorge da Mina e de «todollos outros resgates y tractos de Guiné» ou «das Minas de Sofala y quaesquer partes». Era ele o encarregado de receber e prestar contas de todas as mercadorias que se destinavam ao resgate da Mina e da Guiné «y assy mesmo todallas mercadorias de qualquer sorte que forem que hajam de hir pera as feytorias y trautos das Índias».

Por sua vez, o tesoureiro da Casa da Índia ou da «especiaria da Casa da Índia» — como também aparece designado muitas vezes — seria o responsável de todas as especiarias, drogas, pedraria e aljôfar vindas da Índia ou da Guiné. E se, por exemplo, quando o tesoureiro da Casa da Índia, ao vender qualquer especiaria, o comprador desta lhe pagasse em «chumbo, cobre y vermelhan, azougue...» ou outras mercadorias que se destinavam à Índia, seria o recebedor da Casa da Guiné ou Mina quem as arrecadaria.

Depois deste prévio esclarecimento sobre as designações da Casa da Índia, passemos a apreciar, resumidamente, o Regimento de D. Manuel. Como é fácil de calcular, a Casa da Índia tinha enorme movimento, desenvolvendo extraordinária actividade comercial — toda a sorte de especiarias e drogas, utensílios de colonização e dinheiro para ali entravam e ali se distribuíam.

No fólio 41 do Livro das Reportações da Casa da Índia achava-se registado um alvará de el-rei D. Manuel do ano de 1516, pelo qual se determinava que o feitor da Casa da Índia e Mina mandaria dar «machados, enxadas e toda a demais ferramenta às pessoas que forem à povoação do Brasil». E do Livro da Mina que no cartório da mesma Casa se guardava constava outro alvará, também de D. Manuel, por onde este rei ordenava ao feitor e oficiais da Casa escolhessem pessoa competente

([9]) Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel, liv. 1.º, fl. 38-v.

para «hir ao Brasil dar princípio a hum engenho de assucar e que se lhe desse sua ajuda de custo», assim como todo o cobre e ferro e demais utensílios necessários à feitura do tal engenho ([10]).

Nela era igualmente que se faziam todos ocs contratos de navios e seus armadores que haviam de ir em busca de mercadorias às novas conquistas ou ainda de negócios de transferências para o resto da Europa, especialmente com os contratadores e feitores da Flandres. Pela letra do capítulo 24 do citado Regimento de D. Manuel se diz que seriam os feitores da Flandres «y quesquer outras partes que pertenção aos dittos trautos de Guiné e Índias» obrigados a dar notas de suas contas na Casa da Índia de quatro em quatro anos e a depositar nela os respectivos livros de receitas e despesas.

Existe ainda na Torre do Tombo um alvará de D. Manuel onde o monarca expressamente dispõe que Silvestre Nunes, feitor na Flandres, obedeça às ordens dadas pelo feitor da Casa da Índia e Mina, Tomé Lopes, no tocante a todas as mercadorias pertencentes à fazenda real.

Na expressiva linguagem da época, diz D. Manuel, ao princípio do Regimento de 1509, que, considerando «quam grandes couzas sam os nossos trautos da Guiné e das Índias, a Deos louvores, y quãto proveito delles se segue a nossos Regnos...», não é possível darem despacho conveniente um «Feytor y trez Escrivains que hy havia», pelo que ordena que haja um «Feittor dambas as dittas Cazas y tres Thezoureiros, convem a saber um Thezoureiro da Especearia, y outro do dinheiro da venda della, e outro da Casa da Guiné e da Minha (*sic*) y cinco escrivãens, convem a saber, tres para a Caza das Índias, e dous para a Caza da Mina y de Guiné».

Além de nos indicar a importância verdadeiramente excepcional que o comércio das drogas e especiarias havia adquirido em Lisboa no espaço de poucos anos depois de descoberto o caminho marítimo da Índia, este Regimento dá-nos a conhecer o pessoal superior antigo e o que agora passava a constituir a Casa da Índia, a qual por este tempo se achava situada nos baixos dos famosos Paços da Ribeira ([11]).

Ali temos, pois, um feitor, que devia ser pessoa de prestígio e competência, para as Casas da Índia e da Guiné, um tesoureiro da especiaria propriamente, outro encarregado do dinheiro resultante da venda dela, e outro, ainda, só para a Casa da Guiné e Mina, como vimos.

Haveria cinco escrivães — três da Casa da Índia, dois para a da Mina — e um almoxarife da Casa dos Escravos. O porteiro da Casa, além de ter o cuidado de vigiar, fechar e abrir todas as portas, teria o livro de ponto, onde registaria os nomes dos funcionários que entrassem mais tarde, descontando-se-lhes no ordenado quarenta réis por hora e vinte e cinco por cada meia hora que faltassem ao serviço, sendo estas somas destinadas à «obra da capella da Caza da Índia» chamada capela de S. Tomé.

([10]) Livro de cópias de provisões respeitantes à Casa da Índia. Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa — Livro 54-B.

([11]) Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte IV, p. 205. Ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra, 1962.



Seguindo o Regimento dado ao feitor, por ele ficamos sabendo as excepcionais funções que lhe competiam e a responsabilidade implícita ao seu desempenho, não nos surpreendendo por isso a frase do grande João de Barros quando se refere a este lugar como «carrego que com seu pezo faz acurvar a vida, pois leva todolos dias della e com a ocupaçam e negoceo de suas armadas e comercios afoga e cativa todo o liberal engenho» ([12]). Ele o sabia por experiência própria, pois se desempenhou do cargo de feitor da Casa da Índia desde 1532 ou 1533 até 1567, depois de ali ter exercido também as funções de tesoureiro.

O feitor devia estar sempre informado, para poder esclarecer o rei, das mercadorias que nas várias feitorias se deviam comerciar. Competia-lhe «sem mais nos fazer saber» — declara o capítulo IV — a provisão «dos trautos de S. Jorge da Mina, e assy qualquer outro trauto e resgate da Guiné». Só das mercadorias a levar à Índia é que o feitor tinha de previamente dar conhecimento ao rei «pera por nossa ordenança se levar as que houvermos por nosso serviço». Além disto, pela letra do capítulo VIII do mesmo Regimento, era o feitor da Casa da Índia quem, com a antecedência necessária, tinha de requerer aos oficiais dos Armazéns da Índia — adiante veremos em que consistia o cargo de provedor-mor dos Armazéns e das naus da Índia — os navios necessários à navegação e comércio de toda a costa da Guiné, Mina e Berbéria, que então atingiam um total de doze por ano.

Ao feitor, tesoureiro e escrivães competia a visita das naus antes e depois da carga, com o fim de impedir que nelas seguisse qualquer mercadoria defesa. O infractor seria imediatamente entregue ao Juízo da Índia e Mina.

Por outro lado, era ainda dever do feitor, assim como demais oficiais da Casa, assistir e vigiar a descarga das naus depois de lhes ter sido previamente dada pelos escrivães e feitores de cada uma delas — logo que passassem a torre de S. Julião — as respectivas notas de carga. O contador-mor dos Contos, mediante indicação da Casa, forneceria imediatamente os contadores e os oficiais necessários à guarda das naus.

A ordem por que se procederia à descarga dos navios seria também dada pelo feitor da Casa, e só quando houvesse alguma dúvida de maior sobre qual devia efectivamente ser o primeiro se recorreria aos vedores da Fazenda.

Chegadas que fossem as naus, logo o feitor e os escrivães fariam saber ao rei a quantidade de pimenta e demais mercadorias nelas trazidas, assim como toda a correspondência vinda do Ultramar era recebida pelo feitor, que, em seguida, a enviaria ao monarca.

Os tesoureiros e escrivães, assim como o feitor, deviam permanecer na Casa todos os dias, excepto aos domingos e dias festivos, pela manhã, das 6 às 10 horas, e à tarde, das 3 às 6; isto no Verão, porque no Inverno estariam das 8 às 11 e das 2 às 5 da tarde. Além deste pessoal superior, e do porteiro, a que já fizemos referência, estavam ainda empregados na Casa cerca de 30 guardas e 80 trabalhadores para a carga e descarga dos navios.

([12]) António Baião, p. XXX do vol. I das *Décadas da Ásia*, de J. de Barros. Lisboa, 1945.

Depois do que fica exposto, supérfluo se torna comentar a importância das atribuições do feitor da Casa da Índia, que ao tempo era Estêvão Vaz, secretário daquela célebre embaixada que, em 1494, D. João II enviou aos Reis Católicos a reclamar da demarcação fixada pela bula alexandrina *Inter Coetera*, e também ensaiador da Casa da Moeda de Lisboa ([13]).

Não nos resta dúvida de que o comércio seria a actividade principal da Casa; nela existia um livro de receita e despesa da especiaria, o qual era enviado à Casa dos Contos; neste livro ficariam igualmente registados todos os contratos que o feitor ou outros oficiais da Casa da Índia celebrassem, quando para tal tivessem comissão régia.

Da leitura do «Regimento do Comprador das Cazas de Guiné y Índia» e do do juiz da balança, se infere iniludivelmente a intensa actividade ali desenvolvida. No primeiro diz o rei: «...porque o negócio da Caza é grande e para o aviamento delle hé bem que todos nossos officiaes nele sirvão e ajudem»; no outro previne-se o facto de no mesmo dia haver pesagens simultaneamente na Casa das Índias e na Casa da Guiné «ou em qualquer das dittas Cazas haver mais de um pezo», não podendo, portanto, o juiz da balança estar presente a todas estas pesagens. Então deveria o feitor escolher entre os guardas e oficiais da Casa os mais competentes para assistirem onde o juiz da balança não pudesse comparecer, pois se considerava que «em ambas estas Cazas hâ muito negócio do pezo, pella grande quantidade das mercadorias que a ellas vem, assy de Frandes como doutras partes principalmente despecearias...».

Mas a Casa da Índia não era só o centro onde afluíam e donde se distribuíam todas essas odoríferas mercadorias orientais ou africanas que haviam de maravilhar a Europa de então; a ela iam também os capitães e outros oficiais para que lhes marcassem o dia da partida das naus em que seguiriam. Ali ficavam registados os nomes dos navios e de todos os que embarcavam, formando estas relações as valiosas ementas da Casa da Índia, de que hoje, infelizmente, apenas nos restam algumas cópias ([14]). Os escrivães da Casa estavam também encarregados de redigir toda a correspondência para o Ultramar, que levaria a assinatura do rei.

Na Casa ficava ainda o traslado, segundo o capítulo XLII do Regimento de D. Manuel, de toda a correspondência da Índia, o que, sem dúvida, formaria hoje um não pequeno manancial de informações sobre essa famosa época.

## ARMAZÉM DA GUINÉ E ÍNDIAS

Em relação directa com a Casa da Índia estavam os Armazéns da Guiné e Índias, tendo, no entanto, atribuições bem distintas, que, não obstante, alguns doutos investigadores têm confundido de tal modo que chegam a afirmar, por exemplo, que com o Terramoto de 1755 devem ter desaparecido do cartório daquela casa, entre

([13]) Torre do Tombo — *C. Cronológico*, parte 2.ª, maço 11, doc. 28.

([14]) Cf. A. Braamcamp Freire, «Ementa da Casa da Índia», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1907 e 1908.



muitos documentos, os padrões e demais cartas de navegação que lá se guardavam, e outros dizem que Ribeira das Naus, Armazéns e Casa da Índia, na linguagem corrente, era tudo Casa da Índia, o que nos pode fazer supor que deste último organismo estariam dependentes, ou pelo menos nele englobados, administrativamente, aqueles dois.

A seguir veremos como o lugar reservado à guarda do padrão das cartas de marear era o Armazém, e não a Casa da Guiné, Mina e Índias, em tudo — atribuições, pessoal e edifício — bem diferente desta última organização, que só com o dirigir e controlar todo o comércio de importação ou exportação para o Ultramar já tinha, como acabámos de ver, ocupação de vulto.

Braamcamp Freire, embora sem nisso insistir, já notara a existência do Armazém, ao estudar as cartas de quitação de D. Manuel, pois nos informa: «Nos anos de 1480 a 1487 foi Diogo Marquez recebedor do Armazém de Guiné e a carta de quitação dada, em 2 de Outubro de 1500, a sua viúva e herdeiros, mostra bem a variedade de objectos que se recebiam naquela casa» ([15]). Não confundamos, pois, aquilo que os nossos antepassados tiveram o cuidado de ir estabelecendo com inteligência e ordem suficientes de molde a adaptarem-se às necessidades que a ingente tarefa dos descobrimentos e conquistas fazia surgir.

Não cabe fazer agora aqui a história dos Armazéns da Guiné, Mina e Índias, ou do cargo de provedor-mor dos Armazéns e Armadas do Reino — assim se designava a pessoa que se encontrava à sua frente. Simplesmente, chamaremos a atenção para alguns documentos que nos permitem, sem sombra de dúvida, concluir que a marinha, no sentido que actualmente damos a este vocábulo, quer dizer, tudo o concernente à navegação — construção de navios, aquisição de aparelhagem para as naus, pilotagem, elaboração de cartas de marear e até o recrutamento das tripulações dos barcos — tudo isto, dizemos, estava a cargo de um organismo distinto da Casa da Índia, instituição esta que recebeu a princípio o nome de Armazém da Guiné e depois da Mina e Índias, ou Armazém de Guiné e Índias, aparecendo-nos, porém, as mais das vezes designado na documentação coeva apenas por Armazém. E terá sido a singeleza desta denominação que a nosso ver tem feito passar desapercebido, aos investigadores, organismo de tão singular importância na história da náutica portuguesa.

A princípio não temos notícia de mais que um recebedor do Armazém da Guiné, como se lhe chama na carta de quitação dos anos de 1480 a 1487, em que Diogo Marques se desempenhou daquele cargo ([16]).

No entanto, é-nos fácil verificar que, logo de início, as funções deste organismo eram essencialmente as mesmas que depois lhe competirão, quando, com o progressivo desenvolvimento que foi tomando a marinha portuguesa, se tornou necessário ampliar o quadro do pessoal e criar-lhe novos cargos. Com efeito, os variadíssimos artigos que sem ordem alguma se mencionam naquela carta podem agrupar-se em

([15]) «Maria Brandoa a do Crisfal», in *Arq. Hist. Portug.*, vol. VI, p. 373.

([16]) Public. in vol. I, p. 401, do *Arquivo Histórico Português*.

três grandes secções: os que dizem respeito à aquisição de toda a espécie de material náutico, desde remos de caravelas, ou enxárcia, até à resina e ao pez, ou à lona para o fabrico das velas; os que se referem ao aprovisionamento dos barcos, compra de biscoitos, carnes, vinhos, azeites, etc., e os que dizem respeito ao armamento das tripulações e dos navios.

Foi o cargo de recebedor do Armazém de Guiné desempenhado por Bartolomeu Dias desde o ano de 1494 até parte de 1497, e na carta de quitação que D. Manuel passou em 1501 a favor de sua viúva e herdeiros lá se menciona a muita artilharia, «pólvora, navios, cordoalha, enxarcea, velas, mastros, vergas e outras muitas cousas necessarias para despesa e meneo da dita casa e armaçam dos ditos navios...» de que ele fora responsável enquanto recebedor dos Armazéns (17).

Estavam, portanto, já delineadas, e dignificadas também, pois a elas ficou ligado o nome de um dos nossos maiores descobridores, as funções principais que hão-de vir a competir ao provedor dos Armazéns, cargo que D. Manuel cria por seu diploma de 27 de Novembro de 1501, existindo já então o cargo de almoxarife e também o de recebedor.

Logo ao princípio deste documento, o Venturoso afirma que, como o negócio da Índia ia em grande aumento, tornava-se indispensável «aver hy hũa pessoa apartada per sy que tever careguo de mandar fazer as ditas naaos e navyos e compras de mandymentos, almazens, e cousas outras que pera ello sam necessarias» (18).

Assim, fica, pois, criado o cargo de provedor dos Armazéns de Guiné e Índias, o qual continuará pelos tempos adiante com a missão essencial de fornecer ao rei e à Casa da Índia todos os navios que lhe fossem requeridos, convenientemente apetrechados e armados, com respectivas tripulações, tudo pronto a navegar.

Para tal cargo foi escolhido um fidalgo da Casa Real, Jorge de Vasconcelos, a quem o rei atribuiu o vencimento anual de 40 000 réis e 1800 a dois homens que continuamente serviriam com ele para ajuda no melhor desempenho da missão que se lhe confiava.

Várias são as cartas que nos restam de Jorge de Vasconcelos dirigidas a D. Manuel, em que ele, como provedor dos Armazéns, vai informando o rei sobre o aprontamento de naus para o tráfego ultramarino, sobre o fornecimento de toda a classe de armamento para os navios e para as fortalezas, ou sobre a compra do material necessário à construção e despacho das armadas (19).

O diploma acima citado, entre outras disposições, contém a seguinte: que o provedor dos Armazéns teria poderes para convocar mareantes, guardas dos navios, carpinteiros, calafates, ferreiros, etc., tantos quantos fossem necessários para o governo ou fabricação e conserto das naus. Outrossim se declara que as autoridades do Reino, desde os vedores da Fazenda até aos juízos locais, deviam conceder ao provedor toda

(17) TT., Chanc. de D. Manuel, liv. 6.°, fol. 11, e Extremadura, fol. 63. Public. in *Archivo Hist. Português*, vol. I, p. 360.

(18) TT. Chanc. de D. Manuel, liv. I, fol. 64-v.

(19) TT., Corpo Cronol., Cf. por exemplo, maço 17, doc. 87, e maço 19, docs. 87, 94, 108, 103, 128 e outros.



a classe de facilidades para melhor cumprimento da missão que lhe competia, a qual se estendia ainda ao corte de madeiras destinadas à fabricação das naus, para cujo transporte ele poderia tomar os barcos e batéis que julgasse necessários.

No Regimento dado à Casa da Índia por D. Manuel, em 1509, e na parte respeitante às obrigações do feitor, se indica — capítulo 8 — que este devia requerer todos os navios de que necessitasse para navegação e comércio das costas de África e de outros sítios «a pessoa que tem carrego do Almazẽ de Guiné y das Índias, pera lhos daar prestes ao tempo que por elle lhes for requerido, segundo que agora se faz por nossa ordenansa...».

Deste provedor dos Armazéns passou depois a depender o Almoxarifado da Ribeira e era também ele quem superintendia no célebre «Armazém das Armas» — que estava anexo ao Paço da Ribeira —, donde se armavam todos os soldados e caravelas que partiam do reino para as costas de África, Índias ou Brasil; esse mesmo que bastante deve ter impressionado os visitantes coevos, tanto nacionais como estrangeiros, que dele nos falam, maravilhados, pela variedade e abundância do recheio com que se poderia equipar em breve espaço de tempo um exército de 70 000 homens (20).

O pessoal privativo do Armazém de Guiné e Índias, além do seu provedor, cujas atribuições, como acabámos de ver, não se limitavam só a este organismo, constituíam-no, segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira, isto é, aí por 1551, «um tesoureiro, quatro escrivães, com mais seis homens e hum mestre que faz vellas com quatro obreiros, oito molheres que fazem vellas latinas, hum patrão mor e outro patrão pequeno, seis trabalhadores comummente, e quando ha que fazer andão nas munições cento e mais, segundo se hão mister» (21).

Depois, pelo alvará de D. Sebastião, de 1 de Março de 1570, ficamos sabendo que era ao provedor dos Armazéns que competia a escolha e provisão dos «pilotos, mestres, marinheiros, e mais officiaes das naos, e bombardeiros», enquanto os capitães dos navios seriam nomeados pelo próprio rei (22). Recomenda-se-lhe especialmente que todos esses pilotos, mestres ou marinheiros deviam ser escolhidos entre os que mais experiência tinham de «andar na carreira da India». Além disso, o provedor e mais oficiais da Ribeira deviam passar revista às naus antes que nelas se carregasse alguma coisa, a fim de se certificar se estavam bem construídas «e tam fortes e tais que lhes pareça que poderam bem e seguramente fazer viagem para a India».

Ainda deste século XVI e do seguinte, vários são os documentos que nos atestam ser da competência do provedor dos Armazéns a escolha da gente de navegação, e também o examinar os pilotos das carreiras. Assim, por exemplo, de 6 de Janeiro de 1623 data uma carta régia em que se nomeia o cosmógrafo Valentim de Sá para a vaga de Manuel de Figueiredo, embora o lugar ainda pertencesse a João Baptista Lavanha, quase sempre ausente no país vizinho, e nela se diz que por «convir aver pessoa

(20) P.e Duarte Sande — Lisboa em 1584, Viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal e Villalba — El Peregrino curioso y grandezas de España.

(21) *Summário em que brevemente...*

(22) *Leys, Provisões, que ElRey Dom Sebastião... fez depois que começou a governar.* — Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1816.

que corra com exames dos pilotos e mais gente da navegação e dos instormentos que hão de uzar nella e a informação que se teve no Conselho de minha Fazenda e do Provedor de meus Almazens e Armadas da suficiencia de Valentim de Saa: Hei por bem de lhe fazer merce da serventia do ditto officio emquanto durar a ausencia de João Baptista Lavanha pelo que mando ao Provedor dos ditos Almazens e Armadas que dê posse da serventia do dito officio ao dito Valentim de Sá» ([23]).

Supomos também que o importante cargo de cosmógrafo-mor do Reino estava adstrito aos Armazéns de Guiné e Índias. Senão, reparemos: na carta pela qual Filipe II empossa definitivamente o célebre João Baptista Lavanha no citado cargo, a qual leva a data de 6 de Julho de 1596, lá diz o monarca que lhe praz «fazer merce do dito ofício assi e da maneira que o elle deve ser como o forão o Doctor Pero Nunes e o dito Tomás d'Orta, o qual oficio servirá conforme ao Regimento que lhe tenho mandado dar...», sendo tudo isto notificado, continua o documento, «ao Provedor de meus Armazéns e as Justiças e mais pessoas a que tocar que ajão ao dito João Baptista por Cosmógrafo-mor» ([24]). Com efeito, Pedro Nunes fora nomeado cosmógrafo-mor em 22 de Novembro de 1547, tendo exercido essas funções até ao fim da sua vida (11 de Agosto de 1578), sucedendo-lhe no cargo o referido Tomás de Orta ([25]).

E, como vamos ver, era também nestes Armazéns que se elaboravam as cartas de marear e demais instrumentos de navegação, o que não quer necessariamente dizer que não houvesse outros cartógrafos que pudessem exercer a sua actividade fora deste organismo oficial. Num alvará de 10 de Outubro de 1596 nomeia-se o cartógrafo Pedro de Lemos, sobrinho de Luís Teixeira, também do mesmo ofício, para que «faça daqui em diante a parte que lhe couber das cartas de marear e outros instrumentos de navegação que se fazem no meu Almazém (da Guiné e Índias) para minhas armadas, da maneira que tudo fazia Bastião Lopez por quem vagou o dito cargo» ([26]).

O importante cargo de provedor dos Armazéns e Armadas foi exercido durante longos anos, pelo menos a partir de 22 de Abril de 1595 ([27]), por Vasco Fernandes César, filho de Luís César, que também durante alguns anos se desempenhara das mesmas funções. Vasco Fernandes aparece frequentemente nomeado na correspondência trocada entre o Governo em Portugal e a Corte, que nele depositava grande confiança.

A ele dedica o cosmógrafo Manuel de Figueiredo o seu tão conhecido livro «Hydrografia. Exame de Pilotos...», publicado pela primeira vez em Lisboa em 1608. E nessa dedicatória ao provedor dos Armazéns o autor diz que lhe pareceu bem dedi-

([23]) Transcrito in vol. I, p. 280, de *Trabalhos Náut.*, do Dr. Sousa Viterbo.

([24]) TT, Chanc. de Filipe I — Doações — liv. 31, fl. 181-v. Transcrito in Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*, vol. I, p. 175..

([25]) Cf. *Os Regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592*, onde o Com.te Teixeira da Mota levanta uma série de interessantes problemas respeitantes à história e ao ensino da náutica em Portugal.

([26]) Transcrito também pelo Dr. F. M. Sousa Viterbo, pp. 184-186 do citado volume.

([27]) TT, Chancl. de Filipe I — Doações — liv. 28, fl. 230-v.



cá-lo a Vasco Fernandes «assim por razão de seu officio; como pela curiosidade natural que tem pera todas as sciencias...». Quer dizer que o provedor dos Armazéns devia necessariamente ser pessoa entendida nas questões de ciência náutica ([28]).

Na advertência que logo ao princípio Manuel de Figueiredo põe neste seu livro se esclarece que era nos Armazéns da Guiné e da Índia, e não na Casa da Índia, que estava guardado o padrão das cartas de marear. De resto, observemos que os regimentos da Casa da Índia que conhecemos não se referem a quaisquer padrões ou cartas de navegar e muito menos no capítulo dedicado ao cartório da mesma — onde se especifica tudo quanto lá se havia de arquivar — há a mínima referência a mapas ou cartas de marear. Transcrevemos parte da aludida referência de Manuel de Figueiredo: «...e pollo conseguinte diremos como a navegação portuguesa hé certa e a fábrica da carta de navegar nam tem que emmendar, no que está determinado pellos Cosmographos mores, e Pilotos deste Reyno, de que está feyto Padrão em os Almazẽs de Sua Magestade».

Com o que fica exposto cremos bem esclarecida a diferença de organização e de atribuições que existia entre a Casa da Índia e os Armazéns do mesmo nome; no entanto, como é fácil de ver, estes dois organismos estavam relacionados pela própria natureza do fim a que se destinavam. Assim, por exemplo, ainda que a gente da navegação fosse nomeada pelo provedor dos Armazéns, isso não dispensava os escolhidos de se alistarem na Casa da Índia, sem dúvida para controlar os pagamentos de soldos, pois, embora efectuados nos Armazéns, era da tesouraria da Casa da Índia que saía esse dinheiro. Regra geral, todas as despesas que se efectuavam nos Armazéns, como compra de materiais, eram pagas pelo tesoureiro da Casa da Índia mediante folha enviada pelo provedor dos Armazéns ([29]).

([28]) É este Vasco Fernandes César que assina, juntamente com João Baptista Lavanha, Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira, o roteiro Derrotas de la navegación de la India... datado de Lisboa a 25 de Março de 1600 que se encontra na B. N. M., cód. 3176. O Com.te Fontoura da Costa regista este roteiro na sua *Marinharia dos Descobrimentos*, p. 460 (72M), ignorando, porém, quem fosse o César.

([29]) Para o estudo das funções e pessoal que compunham os Armazéns na última metade do século XVII é documento precioso e extenso Regimento do Provedor dos Armazéns de Guiné, e Índia e Armadas promulgado em Lisboa a 17 de Março de 1674 e que vem na *Col. de Legislação* de Aragão Morato, t. 9.º, p. 45, e ainda no *Systema ou Colleção dos Regimentos Reais*, por A. Manescal. — Lisboa, 1724, t. II, pp. 1-138.

# A ARMADA DE FERNÃO DE MAGALHÃES

## (Estudo de Arqueologia Naval)

POR

JOÃO DA GAMA PIMENTEL BARATA

Centro de Estudos de Marinha (Lisboa)
Centro de Etnologia
(Secção de Arqueologia Naval) (Porto)
Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

# I — INTRODUÇÃO

De 1517 a 1519, Fernão de Magalhães, de família nobre de Portugal e provavelmente nascido na cidade do Porto (¹), organiza e comanda uma das três mais notáveis viagens marítimas dos tempos modernos — a circum-navegação do globo terrestre —, a qual, sem dúvida, emparelha com a visionária viagem de Colombo e com a viagem de Vasco da Gama, notável feito de organização e de concentração dos meios técnicos da época. Tinha então Fernão de Magalhães cerca de 40 anos de idade. E, quem esteja a par dos relativamente modestos recursos técnicos do tempo, das condições de vida a bordo e do desconhecimento de grande parte dos mares, não deixará de prestar justa homenagem a homens que se abalançam a tal empresa, feita pela primeira vez na história do mundo. Sobressai o nome de Fernão de Magalhães, como o organizador e o chefe tenaz e corajoso, e, a par dele, o de Sebastião del Cano, o que chefiou o grupo dos 18 sobreviventes que aportaram a San Lucar de Barrameda com a única nau que foi a primeira a dar a volta ao mundo. É justa a homenagem a homens que tal feito levaram a cabo e que não hesitaram numa empresa que os Ingleses só cerca de setenta anos mais tarde ousaram, quando já os conhecimentos eram muito extensos e os mares navegados por toda a parte.

Já mais duma vez tivemos ocasião de salientar que os historiadores muito se preocupam com os factores políticos, económicos e sociais e a longa série de lutas que deles decorrem. Mas descuram o conjunto de meios técnicos que permitiram em certas épocas profundas alterações da influência desses factores, ou a introdução doutros novos. Entre esses meios, tem primazia o navio, o mais poderoso e célere meio de difusão da civilização mediterrânica por todo o mundo, facto único na história das civilizações. E, inversamente, o navio permitiu a forte influência doutras civilizações sobre a Europa, além da notável alteração da economia e da política europeias, o que se deveu ao anorme afluxo de mercadorias preciosas e de vultosas quantidades de ouro e prata, que sustentaram longa série de lutas da Casa de Áustria para o domínio da Europa. Não é sem razão que os modernos historiadores chamam «Era de Vasco da Gama» ao período de 1500 a 1950, o qual corresponde ao domínio dos mares e de largas zonas dos continentes asiático e africano pelos povos da Europa (²).

---

(¹) Visc. de Lagoa, I, pp. 83 e segs.

(²) Cipolla, p. 5. J. Cortesão, *Descobr. Port.*, I, p. 531; II, pp. 249 e segs.

Na verdade, poucas são as fontes de que tais historiadores possam socorrer-se, pois que a arqueologia naval vê-se em sérios embaraços quanto aos navios dos séculos XV e XVI, isto é, o período de maior interesse para a história da difusão da civilização mediterrânica. Acresce que são muito escassos os estudos dos antigos navios nas duas nações que dominaram os mares no século XVI — Portugal e Espanha —, além de que os raros estudos feitos são desconhecidos em larga medida fora destas nações (3).

Por outro lado, estes estudos têm tido mais de carácter livresco, de análise de textos, e muito pouco de estudo geométrico do antigo navio. Que saibamos, além dos nossos estudos do traçado geométrico dos navios portugueses do século XVI, apenas há em Portugal dois estudos deste género sobre os navios de Vasco da Gama (4), cujas conclusões são hoje inaceitáveis. Em Espanha, só conhecemos os estudos sobre o traçado dos navios de Colombo (Guillén y Tato, Monleón), dos quais o mais recente (1968) é o do Com.te J. M. Menéndez-Hidalgo.

Mesmo naqueles países em que a arqueologia naval é mais cultivada, o grosso dos estudos respeita ao navio da parte final do século XVI em diante, pois é a partir dessa época que esses países ascenderam ao domínio dos mares em substituição dos Portugueses e Espanhóis, e por isso começam a dispor de documentação.

Por estas razões, não admira que frequentemente os historiadores reduzam a curta notícia a descrição do navio e dos meios de navegação. Aliás, até em recentes obras de arqueologia naval, tipos importantes de navios, como o *galeón* espanhol, o galeão português e a nau da carreira da Índia, dominantes no século XVI e factores fundamentais da evolução da Europa, são tratados em escassas linhas, porque os seus autores desconhecem a documentação portuguesa e espanhola (5).

---

(3) Cesáreo Duro, com as suas *Disquisiciones Náuticas* (1875-1871), e Gervasio de Artiñano, com a monumental obra *Arquitectura Naval Española* (1925), são os clássicos da arqueologia naval espanhola, aos quais há que agregar os citados acima no texto. Do lado português, avultam H. Lopes de Mendonça, fundador da arqueologia naval portuguesa, e Quirino da Fonseca, com o seu exaustivo estudo sobre a caravela portuguesa. Modernamente, o falecido Mestre Martins Barata e o autor desta comunicação têm-se ocupado dos navios portugueses dos séculos XV e XVI. Secundariamente, temos Brás de Oliveira, Baldaque da Silva e E. Estanislau de Barros.

(4) Brás de Oliveira, *Os Nav. de V. da Gama;* Baldaque da Silva, *Notícia sobre a Nao S. Gabriel.*

(5) Ph. Cowburn, *The Warship in History* (1966), p. 92, dedica apenas 28 linhas ao galeão.



## II — OS NAVIOS DA ARMADA DE FERNÃO DE MAGALHÃES

### 1. DADOS TÉCNICOS

Os únicos dados técnicos que conhecemos destes navios são o tipo e o porte: naus de 75 t, 85 t, 110 t e 120 t, segundo os autores espanhóis (6). Um documento português de 1519 é mais explícito: a capitânia tinha 110 t, duas naus arqueavam 80 t e as outras duas eram do porte de 60 t, segundo a estimativa do autor da carta (7).

Vejamos o que se pode extrair de tão magras indicações:

### 2. O TIPO: MORFOLOGIA GERAL E APARELHO

O facto de se tratar de naus indica, desde já, que os navios eram de alto bordo, de aparelho redondo, com três mastros, um dos quais latino, que era o aparelho normal na época para este tipo de navios, diferente apenas em pormenores do que se usava por toda a Europa. No final do século XV, este aparelho já estava normalizado e assim permaneceu na essência até aos nossos dias. Ao tempo de Magalhães, havia dois mastros reais (mastro grande e mastro de traquete), cada um com o seu mastaréu de gávea; o mastro da mezena, sem mastaréu (por vezes havia dois mastros latinos: mezena e contra, ou artimão), e o mastro do gurupés, com a verga da cevadeira por ante a vante da roda de proa. Ao todo, o normal na época era haver no navio redondo seis velas, uma das quais latina (8).

Em regra, as proporções dos mastros e vergas eram estabelecidas em relação à manga (maior largura do casco) e entre eles. Estas proporções variaram muito pouco e até se mantiveram por longos períodos sem variação. Não conhecemos sobre as proporções espanholas dados mais antigos que os de Escalante de Mendoza (1574) (9) e verificamos em Tomé Cano (p. 72) e nas *Ordenanzas* de 1613 e 1618 (10) outras proporções de vergas e mastros, as quais mostram a tendência para alongamento. Martínez-Hidalgo (11), na sua reconstituição da nau *Santa Maria*, de Colombo, usa de proporções idênticas às de Escalante.

---

(6) Artiñano, 109.

(7) ANTT-CC, parte I, maço 13, n.º 20 (1519). Transcrito in Visc. de Lagoa, *Fernão de Magalhães*, II, p. 247.

(8) A nau de 600 t e o galeão de 500 t do *Livro Nautico* (Bibl. Nac. de Lisboa), que são do 3.º quartel do século XVI, pelos particulares da construção, ainda têm dois mastros latinos à popa.

(9) In C. Duro, V, p. 463. O autor usa do pontal máximo para a proporção, a qual calculámos para a manga.

(10) Artiñano, pp. 287 e 300.

(11) *Columbus' Ships*, p. 42 e desenhos.

Assim, podemos estabelecer, com muitas probabilidades de acertar, que as proporções dos mastros e vergas dos navios de Fernão de Magalhães seriam as seguintes:

| | |
|---|---|
| Mastro grande (MGr) | $= 2\,^1/_4$ ou $2\,^1/_2$ da manga (M) |
| Mastro do traquete (MTr) | $= \frac{5M-2}{2}$ (T. Cano) ([12]) |
| Mastro da mezena | = 2 M (T. Cano) ([12]) |
| Gurupés | = MTr |
| Verga grande (V Gr) | = 2 M |
| Verga do traquete (VTr) | $= ^1/_2$ VGr |
| Verga da cevadeira (VC) | $= ^1/_2$ VTr |
| Verga da mezena | = VC, ou pouco mais |
| Mastaréus de gávea | $= ^1/_8$ dos respectivos mastros |
| Vergas de gávea | $= ^1/_8$ das respectivas vergas de papafigos, ou pouco mais |

Pelo que respeita ao casco, as proporções são dadas pela regra do «Ás-Dois-Três» e delas trataremos adiante (4.2.2).

Quanto à morfologia, é a que se vê em representações de navios europeus da época, com a diferença de que os navios dos países nórdicos, por terem maior largura de plão, fundo chato e bocaduras mais estreitas nas obras mortas, têm mais acentuado o aspecto piriforme da popa. As diferenças devidas ao traçado não são aparentes nas representações plásticas dos navios, senão excepcionalmente.

As naus de Fernão de Magalhães, construídas em Espanha, tinham uma coberta, como todos os navios espanhóis de igual porte, com pontal superior ao de idênticos navios portugueses, os quais, por terem pontal menor na primeira coberta, levavam uma ou duas cobertas. À proa, levantava-se o castelo de proa, nestes navios reduzido a um único pavimento aberto, defendido pela respectiva mareagem e prolongado por ante a vante da roda de proa. Também se denominava castelo de proa o espaço entre este pavimento e o sobrado da coberta de baixo, onde assentava a abita, forte madeiro cruzado horizontalmente em duas robustas curvas cavilhadas à coberta e que servia para aguentar as amarras.

À popa, erguia-se o castelo de popa, nestes navios formado pela tolda, que chegava até ao mastro grande e acima dela o chapitéu, pavimento aberto, protegido pela mareagem, e que se prolongava para a ré, para fora da grade de popa, assente numa abóbada ([13]). O chapitéu chegava para vante até pouco mais ou menos a perpendicular do couce de poupa da quilha. Entre este termo e o mastro grande, a tolda

([12]) Escalante não dá as proporções destes mastros, pelo que recorremos às de Tomé Cano (p. 72).

([13]) Há certa confusão nesta nomenclatura de espaços e pavimentos. A tolda tanto era o pavimento descrito, acima da coberta, como o espaço entre esta e esse pavimento. No caso do chapitéu, também o espaço entre o pavimento e a tolda era denominado chapitéu.



era protegida às bandas por uma mareagem. Nos navios espanhóis e portugueses, os pavimentos eram corridos, isto é, não tinham degraus nem ressaltos, ao contrário dos navios nórdicos ([14]).

O castelo de proa tanto seria aberto como fechado, isto é, comunicava com a coberta por larga abertura em arco ou por porta ([15]). O castelo aberto é de tipo mais arcaico, sendo corrente no século XV.

Ignoramos se os navios de Fernão de Magalhães teriam ou não apostaréus de reforço exterior do casco, como se usou por todo o século XV e ainda se vê em gravuras de Bruegel e no modelo dum *galeón* (Museu Naval de Madrid), ambos dos meados do século XVI. Por isso, damos como muito provável a existência destes apostaréus em navios que já eram muito velhos em 1519, segundo a informação de Sebastião Álvares.

A popa era do tipo redondo, visto que a popa lisa ou de painel só apareceu pelo primeiro quartel do século XVI e generalizou-se a partir dos meados.

Dados alguns tipos de armas de fogo da armada (bombardas, falconetes), que exigiam reparos, e o grande número de armas de menor calibre (58 colubrinas), que iam montadas nas mareagens, é provável que houvesse janeladas na tolda, mas não nos inclinamos neste sentido, por se tratar de navios de pequenas dimensões, nos quais as aberturas nas obras mortas enfraqueceriam a estrutura. Mesmo a artilharia pesada pode ser montada na coberta e apontar por cima da mareagem, como se vê em representações da época. As armas de menor calibre iam montadas nas mareagens. Por esta época, só raramente havia portinholas no costado para a artilharia ([16]).

Nada podemos adiantar quanto à divisão interna das naus de Fernão de Magalhães.

Enfim, eis o que podemos conjecturar sobre a morfologia geral destas naus, pois não dispomos de suficiente documentação.

([14]) A conhecida nau inglesa *Sovereign of the Seas* (1635) é apresentada como tendo a novidade das cobertas corridas e de ser o primeiro navio de três pontes, além de se considerar o maior do tempo. Era novidade para os Ingleses, porque cerca de cinquenta anos antes já os Portugueses construíam naus de quatro cobertas e havia mais de um século que Portugueses e Espanhóis construíam cobertas corridas. O comprimento da quilha da nau inglesa era de 35 m; Portugueses e Espanhóis havia, pelo menos, cinquenta anos que construíam navios de 33 m de quilha. O praticamente total desconhecimento no estrangeiro dos navios portugueses e espanhóis do século XVI leva a noções erróneas sobre a evolução da arquitectura naval.

([15]) Em navios portugueses de dimensões semelhantes (final do século XVI), o castelo de proa tanto era aberto como fechado.

([16]) Pelo terceiro quartel do século XV, já havia aberturas na mareagem e no costado para a artilharia (Wittheit zu Bremen — Die Bremer Hanse-Kogge, figs. 32 e 38, pp. 101 e 103). Em Portugal, apareceram as portinholas do costado, pelo menos, em 1508 (Castanheda, V, LXVII). Não encontrámos em Artiñano quaisquer referências ao aparecimento das portinholas do costado, em navios espanhóis.

## 3. O PORTE

Já atrás escrevemos que os autores espanhóis citam os portes de 75 t, 85 t, 90 t e 120 t, e o português Sebastião Álvares, que, como ele escreve, visitou frequentemente os navios, dá à capitânia 110 t, a duas outras naus 80 t e às duas restantes 60 t. Esta disparidade de informações terá provavelmente duas causas: o facto de o português usar duma estimativa e o de que talvez se exprimisse em toneladas da sua nação. Adiante trataremos do assunto mais pormenorizadamente.

Dar uma ideia das dimensões dos antigos navios pelo porte é originar noções erróneas e já vários arqueólogos navais têm apontado o inconveniente de usar deste índice para caracterizar tais navios. Com efeito, a tonelagem depende das dimensões do navio que entram no cálculo (quilha ou esloria) e no método deste, e ainda da unidade de medida, variável de país para país e até dentro do mesmo, como é exemplo a Espanha (V. Apêndice n.º 1).

Por exemplo, em 1618, volta a aplicar-se em Espanha a regra de cálculo da tonelagem ideada por Cristóbal de Barros pelo final do século XVI para os navios traçados segundo as suas proporções. Mas, em 1618, os navios obedecem a proporções diferentes, e daí que a nau, anteriormente de 364,5 t, passasse a ter 550,75 t ([17]).

Acresce que, conforme certas dimensões, assim variava o cálculo da tonelagem com o número de cobertas. Os navios portugueses do final do século XVI e de menos de 11 rumos de quilha (16,940 m) tinham certa tonelagem, ou o dobro, conforme havia uma ou duas cobertas. Em Espanha, a arqueação dos navios de menos de 11 codos de manga (*Ordenanzas* de 1613) é calculada em tonéis machos e por modo diverso da que é atribuída aos navios de mais de 11 codos de manga (6,325 m). As proporções destas duas classes de navios são também diferentes.

Além disto, havia a tonelagem nominal, ou de classe, e a verdadeira. Assim, nas *Ordenanzas* de 1553 ([18]), os navios estão agrupados por classes, com diferença de 50 t, mas admite-se a variação, e, assim, por exemplo, a nau de 300 t tem de 270 a 305 t.

Também, se o navio era fretado pela Coroa, aumentava-se a tonelagem de registo em 20 %, para compensação dos espaços ocupados pela artilharia, homens de armas, munições, etc.

Pelo exposto, verifica-se como a tonelagem não dá ideia das dimensões do antigo navio, nem é possível a comparação entre navios de nações diferentes. Infelizmente, é a tonelagem o dado que com mais frequência aparece nos antigos documentos.

No caso dos navios espanhóis, cuja traça obedecia a uma regra simples, a dos «Ás-Dois-Três» (V. 4.2), a conjunção desta com a tonelagem permite determinar as dimensões dos navios de Fernão de Magalhães (V. 4.2.2).

([17]) Documento transcrito in C. Duro, v, pp. 151 e segs.
([18]) Artiñano, pp. 282 e segs.



Devido à importância da tonelagem espanhola para este fim e à confusão nesta matéria, fizemos uma revisão do assunto, a qual damos no Apêndice n.º 1 ([19]). Salientemos desde já que os únicos dois estudos que conhecemos sobre a tonelagem das naus de Fernão de Magalhães carecem de revisão, pois partem de dados e noções inaceitáveis. Com efeito, D'Albertis ([20]) parte da relação de 10 para 12, entre o tonel e a tonelada, a qual só é verdadeira no caso particular do tonel da Biscaia e da tonelada de Sevilha, segundo informa Escalante de Mendoza (1574) ([21]). O outro estudo é o do Alm.te Morais e Sousa ([22]), o qual parte da noção de que a tonelada era unidade de peso, o que indica que o autor não teve conhecimento dos textos espanhóis da época, nos quais unanimemente se define a tonelada como medida de capacidade e tanto que já as *Ordenanzas* de 1543 davam uma lista de equivalências em peso e volume, em relação à tonelada ([23]).

## 4. AS PROPORÇÕES E MEDIDAS DAS NAUS DE FERNÃO DE MAGALHÃES

### 4.1. FUNDAMENTOS DA HIPÓTESE SOBRE AS PROPORÇÕES E MEDIDAS DAS NAUS

Na determinação das proporções e dimensões das naus de 1519, usamos dum processo de extrapolação, a partir de dados da segunda metade do século XVI, para o que nos fundamos no seguinte:

*a*) A fixidez de tipo, proporções e dimensões dos pequenos navios, que alcança muitas vezes longos períodos de dezenas e centenas de anos ([24]). Desconhecemos exemplos espanhóis desta fixidez, mas certamente que existem, pois trata-se de fenómeno universal. Esta fixidez de tipo e dimensões, que implica a constância do traçado, deve-se, por um lado, à nula ou escassa necessidade de variação desses navios, por servirem economias de tipo restrito (pesca, cabotagem), as quais evoluem muito lentamente ou estacionam, pelo que os meios técnicos que as servem não variam. A rápida expansão destes tipos de economia leva em regra à extinção dos navios que lhes davam apoio, como é o caso do desaparecimento dos navios de pesca à vela, alguns de tipos velhos de centenas de anos e que são substituídos pelos navios a motor.

([19]) Nesta matéria, carece de revisão o cap. IV, secção II, da 1.ª parte do tomo I da obra de Chaunu, *Séville et l'Atlantique*, pois contém lapsos importantes que invalidam algumas das conclusões do autor.
([20]) *Raccolta Colombiana*, parte IV, tomo I, p. 82.
([21]) In C. Duro, v, p. 461.
([22]) *A Ciência Náut. dos Pilotos Port....*, p. 167.
([23]) Uma tonelada equivale a 22,5 quintais (360 kg) de ferro em chapa ou vergalhão; 56 arrobas de garrafas empalhadas (644 kg); 6 quintais de estopa solta (276 kg); 30 quintais de gesso em pedra (138 kg), etc.
([24]) V. exemplos in C. Filgueiras, *Barcos da Costa Norte*...

Quanto aos navios de maior porte, entram em acção os conselhos técnicos dos estaleiros, uns permanentes, como as Juntas das Fábricas da Ribeira de Lisboa, outros *ad hoc*, das quais há notícias do século XVI ([25]). Estas juntas e conselhos foram importantes em Portugal e Espanha porque mantiveram as características fundamentais dos traçados durante longos períodos. Em nossa opinião, é o abandono da harmonia das proporções do traçado que explica os erros de traça do muito gabado navio inglês, o *Sovereign of the Seas* (1635), o qual teve as obras mortas arrasadas por adornar demasiado; e o desastre da nau sueca *Vasa*, afundada na primeira viagem, à saída do porto de Estocolmo, devido a erros de traça, como se apurou ao tempo ([26]).

*b*) O uso exclusivo da regra do «Ás-Dois-Três» e suas variantes pelos construtores e tratadistas espanhóis do final do século XVI e início do seguinte. Cesáreo Duro (*loc. cit.*, p. 12) escreve que pelo final do século XV e pelo seguinte «toda la teoría de los maestros de la época consistía en la regla llamada de Tres, Dos y As...» Adiante (4.2.1) veremos que há três tipos fundamentais de traçado, dos quais o desta regra domina em Espanha.

A regra é aplicada em forma pura por Cristóbal de Barros, no terceiro quartel do século XVI (C. Duro, V, 151) e aparece aplicada com variantes nas *Ordenanzas* de 1613 e 1618, nos tratados de Escalante de Mendoza (1574) (parcialmente) e de Tomé Cano (1611). García de Palacio (1587) usa de proporções que se afastam completamente da regra.

Parece-nos bem fundamentada a hipótese de esta regra ter sido aplicada em Espanha desde muito tempo, provavelmente por séculos, como acontece com os outros traçados gerais. Não vemos, pelo estudo dos traçados italianos, nórdicos e portugueses, que os respectivos diagramas gerais (V. 4.2) tenham sido bruscamente alterados ou substituídos e falam contra isto a rotina dos estaleiros e a ausência de alterações mais ou menos rápidas das condições de navegação e de comércio marítimo durante o século XVI. Estas alterações deram-se durante a década que se seguiu às viagens de Colombo e de Vasco da Gama, e nessa altura apareceram novos tipos de navios, cuja traça, porém, é a mesma dos navios do final do século XVI.

O exemplo de Portugal, que citamos por termos suficiente documentação, é bem claro: desde os meados do século XV, quando apareceu novo tipo de caravela, até, pelo menos, os meados do século XVII, é usado quase

([25]) Num documento português de 1623 (Sena Barcelos, p. 51), menciona-se esta junta das fábricas. *Ibidem*, menção doutras juntas para o estudo do problema das naus de três e quatro cobertas (v. também in Frazão de Vasconcelos, *Subsídios*...). Em Espanha, as *Ordenanças Reais* asseguram a constância das características do traçado, estudadas por eminentes construtores, navegadores, matemáticos e outros que se julgava competentes. V. exemplos in C. Duro, V, pp. 26, 61 e 150, e in Artiñano, pp. 122 e 288 e segs.

([26]) A. Franzén, *The Warship Vasa*, p. 10.



rigidamente o mesmo traçado e só pelo último quartel do século XVI surgem algumas alterações, que, no entanto, estão integradas no diagrama geral. Também em Espanha, tanto quanto apurámos, é pelo final do século XVI que são usadas ou propostas modificações das proporções, mas ainda dentro do traçado geral.

Julgamos assim bem fundamentada a extrapolação das proporções dos navios espanhóis do terceiro quartel do século XVI para o final do primeiro quartel deste século, isto é, de 1570-1580, data em que Cristóbal de Barros já estava activo, para 1500-1519, período em que devem ter sido construídos os navios de Fernão de Magalhães, pois em 1519 já eram muito velhos, segundo a informação de Sebastião Álvares (7).

### 4.2. OS TRAÇADOS GERAIS

Como o traçado é fundamental para determinar as proporções e medidas das naus de Fernão de Magalhães, convém que exponhamos resumidamente a matéria.

Ao contrário do que muitos arqueólogos navais pensam — e não citamos nomes porque os há portugueses, espanhóis, ingleses e franceses —, o traçado dos antigos navios não era nem empírico nem meramente a olho, feito por mestres carpinteiros mais ou menos ilustrados, e até alguns analfabetos. De resto, já os tratadistas dos séculos XVI e XVII ([27]) abundam na opinião de que a traça e construção das naus é feita sem conta nem medida.

Na verdade, os autores antigos e modernos fazem confusão entre o traçado fundamental e as variantes introduzidas por tais mestres carpinteiros, as quais muitas vezes seriam erradas, mas não alteram o facto de que existia um traçado de natureza científica, cujos princípios eles desconheciam.

Nem a construção do navio era tão rotineira como em geral se pensa, pois que pelos meados do século XV os Portugueses souberam criar novo tipo de navio para as novas condições de navegação que encontraram no Atlântico Sul. E, na década seguinte às viagens de Colombo e de Vasco da Gama, Espanhóis e Portugueses criam os três tipos de navios que dominaram todo o século XVI, destinados às novas condições de navegação e de comércio transoceânicos — o *galeón* ([28]), a nau da Carreira da Índia e o galeão.

([27]) O P.e Fernando Oliveira, Escalante de Mendoza (C. Duro, V, 464), Lavanha, Tomé Cano, todos se insurgem contra os simples «fazedores de navios» e exigem que o arquitecto naval seja quem deva traçar os navios. Lavanha apresenta um excelente programa de matérias de estudo do arquitecto naval, hoje perfeitamente aceitável.

([28]) O termo *galeón* não é traduzível por galeão. Trata-se de navio misto, de guerra e de comércio. O galeão português é um tipo de navio com proporções especiais, diferentes das da nau, e destinado exclusivamente para a guerra, só excepcionalmente usado para o comércio. C. Duro (*loc. cit.*, V, 28) escreve que as naus espanholas de comércio e de guerra em nada se distinguiam. Tomé Cano, em 1611, cita pequenas diferenças do navio de guerra, sem relação com a traça fundamental.

Não se concebe que a criação destes tipos de navios, com um traçado que revela profundos conhecimentos de geometria e arquitectura, tenha sido obra de simples práticos. O conceito dos antigos tratadistas sobre os construtores navais é o mesmo que hoje terá o arquitecto sobre o mestre de obras que se meta a construir um hospital ou um palácio. E a opinião dos modernos arqueólogos navais provém do facto de que os regimentos de construção naval que se conhecem são resumidos e muitas vezes confusos, com regras aparentemente inexplicáveis. Por outro lado, o estudo das proporções dos antigos navios tem sido feito aritmeticamente, e não geometricamente, além de que se tem partido de noções falsas sobre essas relações ([29]).

Os regimentos portugueses e as *ordenanzas* espanholas não são mais que folhas de instruções gerais para os carpinteiros, nas quais aparecem as medidas principais e simples regras do traçado, cujos fundamentos o carpinteiro não necessita de conhecer ([30]), tal como hoje o pedreiro faz uso do fio-de-prumo e será muito raro que saiba o princípio que rege esse uso. Nem uma operária montadora de aparelhos electrónicos tem de saber das leis e da teoria da transmissão da corrente eléctrica e das ondas electromagnéticas.

#### 4.2.1. OS TIPOS DE TRAÇADOS GERAIS

O estudo comparado da nau, galeões, caravelas e patachos, cujos desenhos figuram no *Livro de Traças* (1616), escrito e ilustrado por Manuel Fernandes, oficial da Ribeira de Lisboa, confirmou a nossa noção do traçado científico dos antigos navios e permitiu estabelecer o diagrama geral português; idêntico estudo dos dados técnicos sobre navios italianos (século XV), espanhóis e ingleses permitiu-nos a dedução dos diagramas ou traçados gerais dos navios destas nações. Estes traçados remontam a alta antiguidade, eu, pelo menos, os seus princípios ([31]).

Há três tipos de diagramas gerais que servem para o traçado de todos os navios de alto bordo e que estabelecem certas relações geométricas, as quais se traduzem nas proporções do navio. Classificamos estes diagramas pela figura geométrica fundamental: triângulo equilátero, quadrado e pentágono. Estes tipos fundamentais aparecem associados em todos os traçados europeus que conhecemos, desde, pelo menos, o terceiro quartel do século XIII ([31]). Ainda em pleno século XIX, os veleiros têm certas medidas derivadas destes diagramas gerais.

---

([29]) Por exemplo, tem-se feito para os navios portugueses a relação entre a manga e a quilha, quando é entre a manga e a esloria. Daí o aparecimento de relações expressas em números fraccionários incomensuráveis e que nem exprimem relações geométricas, o que tem embaraçado esses autores.

([30]) As relações geométricas do diagrama eram transformadas em expressões aritméticas simples, que são as que figuram nos regimentos. Por exemplo: segundo Tomé Cano, as naus de 12 codos de manga e superiores têm de quilha a mais da manga 2 codos por cada codo de manga. Esta regra é mais acessível aos construtores do que a fórmula $Q = 2(M + 6)$.

([31]) Os contratos de S. Luís de França com os armadores genoveses e venesianos, no terceiro quartel do século XIII, discriminam medidas e permitem verificar que estas obedecem a relações do tipo encontrado nos diagramas estudados.



Em Portugal e na Itália, domina o tipo pentagonal, na Espanha o tipo do quadrado e no Norte da Europa o tipo triangular, o que se relaciona, por um lado, com as correntes de difusão da arquitectura grega na Idade Média e, por outro, com a influência directa de construtores mediterrânicos, como é o caso de Portugal, desde, pelo menos, o século XII.

Todos os diagramas derivam dum módulo relacionado com o homem. Em Portugal são usados dois módulos: a estatura média e a distância entre dois remadores (rumo); em Espnha, o módulo é estatura média (6 pés de Castela=3 codos geométricos) ([32]), na Itália e nos países nórdicos domina o pé, relacionado, porém, com a estatura humana ou com o intervalo entre remadores ([33]).

Não podemos nesta comunicação entrar em pormenores sobre estes traçados e seria descabido aprofundar aqui a descrição do diagrama português, para o qual dispomos de abundantes dados, que confirmam inteiramente as nossas conclusões. Não temos elementos que nos permitam levar tão longe o estudo do traçado espanhol como o do português, com o qual determinámos, desde a manga, altura das cobertas, posição dos mastros, altura e inclinação destes, lançamentos da roda e do cadaste, até à linha de flutuação.

O traçado espanhol resulta da associação do quadrado, figura fundamental com o pentágono, cujas relações se traduzem pela regra do «Ás-Dois-Três», associação que, aliás, também entra nos traçados português e italiano.

Essencialmente, a regra toma certa medida para unidade, toma o dobro desta para segunda medida e depois o triplo desta para terceira medida. Temos as seguintes variantes usadas em Espanha.

| Cristóbal de Barros (1580-90) | Veas (1600) | Tomé Cano (1611) Até 12 codos de manga |
|---|---|---|
| Pontal (P) — 1 | Pontal — 1 | Pontal — 1 |
| Manga (M) — 2 P | Manga — 2 P | Manga — 2 P |
| Esloria (E) — 3 M | Esloria — 6,75 P | Quilha — 3 M |
| Quilha (Q) — 2 M | Quilha — 2 M | Esloria — 4 P |

| | |
|---|---|
| Manga | — 1 |
| Quilha | — 2 P |
| Esloria | — 3 M |

---

([32]) Os codos geométricos preenchem as condições de módulo porque correspondem a $^1/_8$ da estatura média, ao paso que o codo real dá uma fracção menos simples (V. Apêndice n.º 1). O codo naval só foi unificado em 1590 e é muito provável que antes desta data aquele codo geométrico fosse usado, tanto mais que é $^2/_8$ da vara ou 2 pés de Castela. A diferença para o codo real é pequena e não afecta a dedução da regra a partir do diagrama.

([33]) É curioso notar que o rumo (1,54 m), medida de origem nórdica, que cedo desapareceu dos países de origem, foi depois usado unicamente por Portugal e exclusivamente para medir a quilha dos navios de alto bordo. Ainda no presente século se usava nos estaleiros fluviais do rio Douro (C. Filgueiras, *Rumo*...).

Escalante de Mendoza (1574) e García de Palacio (1587) afastam-se da regra, aquele parcialmente e este completamente. Mas, tal como acontece com o P.º Fernando Oliveira, em Portugal, estes tratadistas dão as proporções que em seu entender são as melhores.

As proporções de Tomé Cano para navios de mais de 12 codos de manga servem de exemplo dum método usado em Espanha e Portugal para alterar certas medidas do navio, sem fugir às proporções nem à harmonia do diagrama. Para isso, calculavam-se essas medidas pelas proporções do diagrama, mas a partir das medidas doutro navio. Assim, Tomé Cano calcula a quilha pela regra do dobro da manga, mas parte da quilha de mais 6 codos. Em Portugal, no final do século XVI, a manga é a terça parte da esloria, mas esta é a correspondente ao navio cuja quilha tem mais 1 rumo que a quilha do navio cuja manga se calcula. Pelos meados do século XVI, a manga era a terça parte da esloria correspondente à quilha real do navio. Nas *Ordenanzas* de 1613, as medidas dos navios de menos de 11 codos de manga são calculadas por método semelhante. O pontal calcula-se pela manga de menos ½ codo e é o dobro desta. A quilha segue a proporção de Tomé Cano: $Q=2(M+6)$. Deste modo, e sem sair das proporções do diagrama, obtêm-se navios mais compridos em relação à manga e de linhas mais finas.

O exemplo do galeão português é muito frisante. Pelo terceiro quartel do século XVI, o galeão tinha quilha e manga correspondentes entre si, segundo as regras do diagrama geral, mas o pontal era o do navio de menos 2 rumos de quilha, calculado para esta quilha também segundo as regras. Por 1600, há alteração e os galeões passam a ter manga e quilha correspondentes, mas pontal de navio de mais 2 rumos de quilha, também calculado segundo as regras gerais. Estas alterações estão em relação com as concepções sobre o navio de guerra: a primeira para fazer o navio raso e a segunda para levantar as cobertas, por causa de artilharia não afogar e ao mesmo tempo conservar a mesma tonelagem.

Vejamos, resumidamente, como se desenvolve o diagrama.

Toma-se o módulo (3 codos=6 pés=estatura humana média), o qual é a medida do lado do primeiro quadrado, que se inscreve numa circunferência. Constrói-se o quadrado circunscrito a esta circunferência e inscreve-se na segunda circunferência. Circunscreve-se a esta o terceiro quadrado e assim sucessivamente. Deste modo, representa-se graficamente uma progressão, na qual cada termo é o produto do anterior por $\sqrt{2}$ e em cada 3.º termo é o dobro do penúltimo.

Se se comparar com as proporções adoptadas por Tomé Cano para a nau de 12 codos de manga, que é considerada o padrão (34), verificar-se-á que o 1.º termo é o pontal, o 3.º a manga (2×1.º) e o 7.º a esloria (4×3.º).

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.º termo — 6 codos | — | Pontal | Ás |
| 2.º termo — 6 $\sqrt{2}$ cod. | — | — | |
| 3.º termo — 12 cod. | — | Manga | Dois |
| 4.º termo — 12 $\sqrt{2}$ cod. | — | — | |

(34) Em Portugal, o diagrama geral é também construído para um navio-padrão, que é, nos meados do século XVI, o de 18 rumos de quilha (27,720 m).



| | | | |
|---|---|---|---|
| 5.º termo — 24 cod. | — | — | |
| 6.º termo — 24 $\sqrt{2}$ cod. | — | — | |
| 7.º termo — 48 cod. | — | Esloria | Quatro |

Falta o 3.º termo da regra, o qual não entra na progressão dos quadrados, e é aqui que intervém o sistema pentagonal. Se se toma a manga para lado do pentágono *circunscrito* ($l_1$), o raio da circunferência é (V. Figura):

$$r = \frac{M}{1{,}453} \text{ (1.º pentágono)}$$

O lado do pentágono *inscrito* nesta circunferência é:

$$l_2 = \frac{M}{1{,}453} \times \frac{1}{1{,}176} \text{ (2.º pentágono)}$$

Se se prolongam os lados deste 2.º pentágono, obtém-se o 3.º pentágono, cujo lado é:

$$l_3 = \frac{l_2}{0{,}382} = 2{,}118\ l_1$$

Por fim, se se toma para raio da circunferência este $l_3$, o lado do quadrado inscrito nela é:

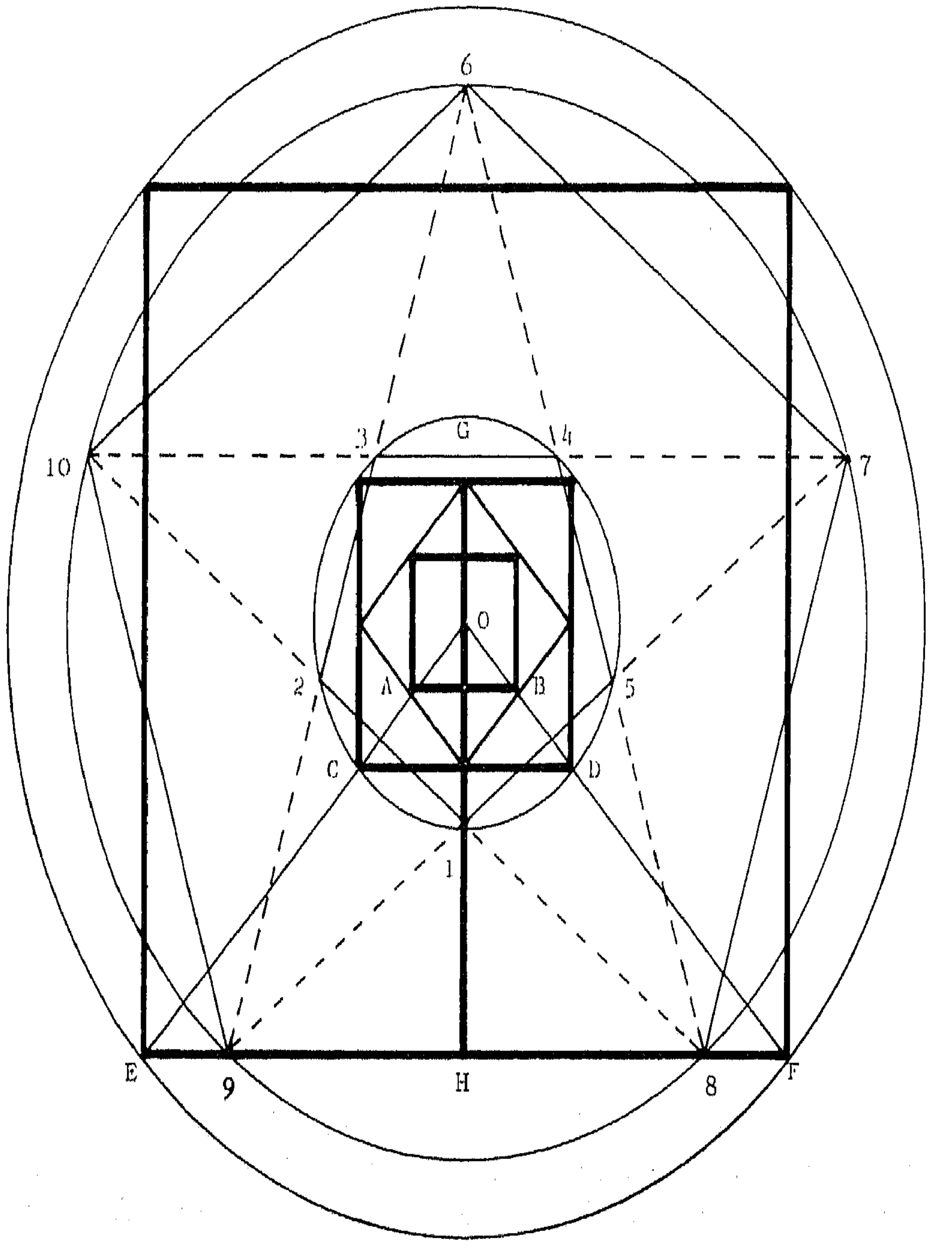
$$L = \frac{2\ l_3}{\sqrt{2}} = 3\ M$$

Note-se ainda que os três termos da regra são também termos da progressão de Fibonnaci, na qual cada termo é a soma dos dois anteriores: 0, 1, 1, 2, 3, 5, ... Esta progressão está relacionada com a secção áurea da recta, muito usada na geometria e arquitectura gregas, e que entra na construção do pentágono, figura muito importante para os Gregos e na qual os renascentistas inscreviam o corpo humano.

As proporções deduzidas deste diagrama para a nau de 12 codos de manga são depois generalizadas a todas as medidas da manga, as quais, como se vê pela lista das *Ordenanzas* de 1613 e de 1618, seguiam a progressão dos números inteiros. O mesmo sucedia em Portugal com respeito à generalização das proporções deduzidas do diagrama geral, mas as quilhas formavam uma progressão aritmética de razão igual a $^1/_2$ rumo, isto é, variavam de meio em meio rumo. A diferença de concepção geométrica do navio entre Portugal e Espanha manifesta-se na medida que é tomada como fundamental para dedução das outras: em Portugal, a quilha; em Espanha, a manga.

**DIAGRAMA GERAL ESPANHOL**

**REGRA DO «AS — DOIS — TRÊS»**




AB = Pontal (P)
CD = Manga (M) = 2 P
EF = Esloria (E) = 3 M

1.º Pentágono (1-2-3-4-5) — Inscrito na circ. de inscrição do quadrado da manga
2.º Pentágono (6-7-8-9-10) — Pulsação do 1.º pentágono
OF = Raio = Lado do 2.º pentágono (8-9)
EF = Esloria = 3 CD = 3 M
CD = Lado do quadrado inscrito na circ, de raio = OC
GH = 2 M = Quilha



### 4.2.2. AS PROPORÇÕES E MEDIDAS DAS NAUS DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Infelizmente, não temos elementos sobre o traçado da caverna dos navios espanhóis do século XVI, pois os únicos que conhecemos são os elementares desenhos de García de Palacio. Nem encontrámos um texto descritivo das operações geométricas, como temos para os navios portugueses. Nem tão-pouco o traçado da roda de proa e do cadaste, de modo que nos limitaremos a deduzir as proporções e dimensões das naus, a partir do diagrama geral e do porte.

Tomamos para os cálculos os portes indicados pelos autores espanhóis, portes que nos parecem resultar de medição *in loco,* dado que diferenças mínimas de 5 e 10 t não correspondem a variação apreciável nas medidas do navio. As tonelagens indicadas pelo português Sebastião Álvares são de estimativa e, na verdade, andam muito próximas das dadas pelos espanhóis.

A regra de arqueação de Cristóbal de Barros [35], que se aplica aos navios traçados segundo a regra do «Ás-Dois-Três» por ele usada, é expressa pela fórmula:

$$T = \frac{19\ MPE}{320} \qquad \begin{array}{l} M = \text{Manga} \\ P = \text{Pontal} \\ E = \text{Esloria} \end{array}$$

A regra do «Ás-Dois-Três» permite o cálculo de MPE em função de M:

$$MPE = \frac{3}{2} M^3$$

Se se substitui este valor na fórmula da tonelagem, temos:

$$M = \sqrt[3]{\frac{640\ T}{57}}$$

Deste modo, podemos calcular uma das medidas fundamentais e pela aplicação da regra do «Ás-Dois-Três» deduzir as restantes.

Porém, há que averiguar que espécie de toneladas seriam as usadas ao tempo de Fernão de Magalhães na arqueação dos navios, pois que a fórmula de Barros dá resultados em toneladas de 8 codos cúbicos reais (1,520 m³), usadas a partir de 1590. No Apêndice n.º 1 damos uma revisão das antigas medidas navais empregadas em Espanha e aí figura a tonelada de 1553, equivalente a 1,000 m³. Parece-nos aceitável esta unidade para o tempo de Magalhães, tanto mais que esta tonelada é definida em *Ordenanzas* reais e, tanto quanto averiguámos, só a partir de 1590 a unidade oficial de arqueação passou a ser a tonelada de 8 codos cúbicos reais.

Levanta-se ainda outro problema, nesta matéria da arqueação. Com efeito, vemos que, nas *Ordenanzas* de 1613, os navios de menos de 11 codos de manga têm

(35) In C. Duro, *loc. cit.*, v, 150.

o porte medido em tonéis machos (1,375 $m^3$), que é o mesmo que toneladas de Sevilha, as quais já estavam em uso antes da tonelada de 1590, pois são mencionadas por Escalante de Mendoza em 1574. Seriam os navios de Magalhães arqueados em toneladas de Sevilha? O problema é resolvido pelo cálculo, a favor da tonelada de 1553, como adiante veremos, mas desde já apontamos o facto de se recorrer ao termo «tonel macho» para se fazer a distinção em relação à tonelada; e, ao tempo, há todas as probabilidades de já existir a tonelada de 1553.

No quadro seguinte damos as medidas que obtivemos pelo cálculo com as fórmulas atrás indicadas.

QUADRO 1

| Porte * | Manga ** | Pontal ** | Esloria ** | Quilha ** |
|---|---|---|---|---|
| 75 | 8,25 | 4,125 | 24,75 | 16,50 |
| 85 | 8,5 | 4,25 | 25,5 | 17 |
| 90 | 8,75 | 4,375 | 26,25 | 17,50 |
| 110 | 9,34 | 4,66 | 27,99 | 18,66 |
| 120 | 9,63 | 4,83 | 28,98 | 19,32 |

* Em toneladas de 1553. 1 t'=1,000 $m^3$
** Em codos reais. 1 c. real = 0,575 m

*Nota* — Ponderámos a questão do uso doutra medida linear. Só o codo de Ribera preenche as condições, porque 3 codos cúbicos de Ribera perfazem uma tonelada de 1553, com diferença de 0,013 $m^3$. Mas o cálculo mostra que as tonelagens obtidas são muito superiores às dadas nos documentos. Os outros codos cúbicos (V. Apêndice n.º 1) entram em fracções na citada tonelada, pelo que os não consideramos, dada a tendência naquela época para se usar de equivalências em números inteiros ou, quando muito, fracções simples, como, por exemplo, é o caso da relação entre o tonel de Biscaia e a tonelada de Sevilha, que é de $^5/_6$.

Normalmente, vemos em todos os documentos da época que a medida da manga é dada em números inteiros, pelo que arredondámos os resultados e calculámos a tonelagem a partir deles (quadro 2).

QUADRO 2

| Docum.º | Porte calculado | Manga | Pontal | Esloria | Quilha |
|---|---|---|---|---|---|
| 75 | 69 | 8 | 4 | 24 | 16 |
| 85 | 97 | 9 | 4,5 | 27 | 18 |
| 90 | 97 | 9 | 4,5 | 27 | 18 |
| 110 | 97 | 9 | 4,5 | 27 | 18 |
| 120 | 133 | 10 | 5 | 30 | 20 |



É aparente, destes dois quadros, que, para as tonelagens estudadas, as mangas variam entre 8 a 10 codos e que o arredondamento dá desvios perfeitamente aceitáveis. É também aparente que variações mínimas da tonelagem não têm influência significativa sobre as dimensões lineares do navio, com o que se reforça a opinião de que a tonelagem das naus de Fernão de Magalhães referida pelos autores espanhóis resulta de medições *in loco* ([36]).

Já mencionámos (4.1) o facto de que os pequenos navios conservam por largos períodos, por vezes de centenas de anos, as mesmas medidas e proporções, porquanto para certos portes menores as dimensões que resultam da aplicação das regras gerais não podem exceder certos limites relacionados com as dimensões do homem. Por exemplo, em Portugal o mínimo vão das cobertas é de 6 palmos de goa (1,54 m), medida ainda compatível com a estatura humana. Além disto, é nos pequenos navios que mais se faz sentir o desequilíbrio do traçado, se se fizer variar uma medida sem a correlacionar com as restantes.

Num navio grande, a variação para mais ou para menos de 20 a 30 t está dentro dos limites compatíveis com as dimensões segundo a regra ([37]), mas num navio de pequeno porte tal variação é muito aparente e obriga a importantes alterações das dimensões lineares.

Pelas razões expostas aqui e outras já mencionadas (4.1), os navios de 150 t para baixo conservam as proporções e dimensões por vezes através de séculos, e, se há variação das medidas, como é o caso nas *Ordenanzas* de 1613, tende ela a conservar a tonelagem.

Estas conclusões levaram-nos a fazer a comparação dos navios das citadas *Ordenanzas*, de 8, 9 e 10 codos de manga com os portes atribuídos aos navios de Fernão de Magalhães ([38]). A tonelada de 1553 é de $^3/_4$ do tonel macho, de modo que obtemos os resultados apontados no seguinte quadro:

QUADRO 3

| Manga | Tonéis machos 1613 | Toneladas 1553 | Naus de Magalhães |
|---|---|---|---|
| 8 | 55 | 73 | 75 |
| 9 | 70 | 93 | 85 - 90 |
| 10 | 94,5 | 126 | 110 - 120 |

(36) Num certificado de arqueação da Ribeira de Lisboa [ANTT-CC-II-215-47 (1538)] consta que se acharam à nau menos 4,5 t que as certificadas na Ribeira do Porto. A medição era feita *in loco*, com uma corda graduada e arcos de tonel, pipa e quartos, método já usado em Itália no século XV. A pequena variação explica-se perfeitamente pelos erros pessoais.

(37) Nas *Ordenanzas* de 1553 (Artiñano, 283), entende-se que é de 120 t a que vai até 160 t; a de 250 t varia de 220 t a 275 t, mais ou menos, etc. Esta variação contava para efeitos de frete pela Coroa e relacionava-se com o espaço ocupado pela artilharia e munições.

(38) Note-se que a tonelagem dos navios de 1613, até 11 codos, é calculada pelas dimensões que o navio teria pela regra, e não pelas dimensões dadas pela variante.

Dada a estreita correlação entre as tonelagens, seríamos tentados, à primeira vista, a aceitar para as naus de Fernão de Magalhães as medidas e proporções das naus de 1613, de menos de 11 codos. Porém, quanto a nós, esta estreita correlação indica apenas que as *Ordenanzas* de 1613 conservam a tonelagem dessas naus em relação à manga, mas alteram o pontal, a esloria e a quilha, de modo que os navios saíam mais compridos em relação aos calculados pela regra pura, que é o caso dos navios de Magalhães. Este alongamento dos navios espanhóis era aconselhado pelos grandes construtores navais do último quartel do século XVI (C. Duro, *loc. cit.*, v, 26),

Em conclusão deste estudo, propomos as seguintes proporções e medidas para as naus da armada de Fernão de Magalhães:

QUADRO 3

| Docum.º | Calculado | Manga | Pontal | Esloria | Quilha |
|---|---|---|---|---|---|
| 75 | 69 | 8<br>4,60 m | 4<br>2,30 m | 24<br>13,80 m | 16<br>9,20 m |
| 85-90 | 98 | 9<br>5,175 m | 4,5<br>2,587 m | 27<br>15,525 m | 18<br>10,35 m |
| 110-120 | 133 | 10<br>5,75 m | 5<br>2,875 m | 30<br>17,25 m | 20<br>11,50 m |

*Observações.* — Sobre a adopção do codo de vara, ou codo real, vide nota do quadro 1 (1 codo real=0,575 m). Acrescentemos que o codo de vara já usado nos estaleiros muito pouco diferiria do padrão adoptado nas *Ordenanzas* de 1590. Quando muito, escassos 10 mm. (V. Apêndice n.º 1).
1 tonelada de 1553=1,000 m³.

Aos nossos olhos, parecerão exíguos tais navios para tão longa e perigosa viagem, mas na época pensava-se que para as viagens de exploração convinha mais os navios de pequeno porte e dimensões menores, capazes de entrarem e saírem de enseadas e portos de águas pouco profundas ([39]). Foram de porte e dimensões semelhantes os navios de Colombo ([40]) e de Vasco da Gama.

Mas mais se exalta a coragem, a pertinácia, o espírito de sacrifício dos homens que em tais navios navegaram as três mais notáveis e importantes viagens dos tempos modernos: Colombo, em 1492, atravessa o Atlântico e descobre as Antilhas, convencido de que se tratava da Índia; Vasco da Gama, de 1497 a 1499, desce o Atlântico, cruza o Índico, aporta à Índia e regressa a Portugal; e Fernão de Magalhães inicia, em 1519, a primeira viagem de circum-navegação do globo terrestre, a qual não teve a dita de terminar. O vasconço Juan Sebastián del Cano assume o comando da expedição, após a morte desastrosa de Magalhães e, com os seus 17 companheiros, entra a 8 de Setembro de 1522 no porto de Sevilha, tripulando a nau *Victoria*, o primeiro navio que completa um feito único na história do mundo: primeira viagem de circum-navegação do globo.

([39]) Opinião muito bem expressa por Duarte Pacheco, no *Esmeraldo de situ orbis* (1505) (cap. 2.º, p. 359).

([40]) Martínez-Hidalgo, na sua reconstituição da nau *Santa María*, de Colombo (1968), dá-lhe praticamente 14 codos de manga, o que parece exagerado, pois, como vimos, manteve-se a correlação entre a tonelagem e a manga. Não nos parece que uma nau de 14 codos de manga e 100 t em 1492 tivesse 310 t de Sevilha, isto é, 3,5 vezes mais, em 1613.



Merece este navio, como os de Vasco da Gama, aquela projecção que a História e muito mais a propaganda têm reservado para navios de importância inferior e infelizmente até popularizados entre nós, Portugueses e Espanhóis, em detrimento dos nossos próprios navios que nos séculos XV e XVI alteraram profundamente a evolução da Europa, que é o mesmo que dizer a evolução da primeira e mais antiga civilização do mundo e aquela de maior potencial criador, de que são os mais fiéis depositários os povos da Europa Meridional, e entre eles os da Península Ibérica.

Lisboa, Junho-Setembro de 1973.

## BIBLIOGRAFIA


(1) ALBERTIS, Enrico A. — In *Raccolta Colombiana*, Roma, 1892-96.
(2) ARTIÑANO, Gervasio de — *La Arquitectura Naval Española*, Barcelona, 1920.
(3) BARCELOS, C. — «Construções de Naus em Lisboa e Goa para a Carreira da Índia no Começo do Século XVII», *Bol. Soc. Geogr. Lisboa*, 1898.
(4) CASTANHEDA, F. Lopes de — *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (1551-1561) (Reed. 1833, Lisboa).
(5) CANO, Tomé — *Arte para Fabricar y Aparejar Naos*, Sevilha, 1611 (Reed. La Laguna, Canárias, 1964).
(6) CHAUNU, Huguette et Pierre — *Séville et l'Atlantique* (1504-1650), Paris, 1955.
(7) CIPOLLA, Carlo A. — *Guns and Sails*, Londres, 1965.
(8) COWBURN, Ph. — *The Warship in History*, Londres, 1966.
(9) DURO, Cesáreo — *Disquisiciones náuticas*, Madrid, 1871-1881.
(10) ENCICLOPÉDIA ESPASA-CALPE, Barcelona.
(11) FERNANDES, Manuel — *Livro de Traças de Carpintaria...*, Manuscrito, Bibl. da Ajuda, Lisboa, 1616.
(12) FILGUEIRAS, C. Lixa — *Barcos da Costa Norte...*, Porto, 1956.
(13) FILGUEIRAS, C. Lixa — *«Rumo», palavra-chave da Arte de Construção Naval*, Guimarães, 1961.
(14) FRANZÉN, A. — *The Warship Vasa*, Estocolmo, 1960.
(15) LAGOA, Visconde de — *Fernão de Magalhães (A sua vida e a sua viagem)*, Lisboa, 1938.
(16) *Livro Náutico* — Manuscrito (1550-1580), Bibl. Nac. de Lisboa.
(17) MENDOZA, Escalante de — *Itinerario de Navigación de los Mares y Tierras Occidentales*, Manuscrito, 1575 ((Publ. in C. Duro, v, pp. 413 e segs).
(18) MENÉNDEZ-HIDALGO, J. — *Columbus' Ships*, Barre, Massachusetts, 1966.
(19) OLIVEIRA, P.e Fernando — *Livro da Fabrica das Naos*. Manuscrito (1570-80), Bibl. Nac. Lisboa.

(20) OLIVEIRA, J. Brás de — *Os Navios de Vasco da Gama,* Lisboa, 1880 (Reed. 1892).
(21) PALACIO, Garcia de — *Instrucción Náutica para Navegar,* México, 1587 (Reed. Madrid, 1944).
(22) PEREIRA, Duarte Pacheco — *Esmeraldo de situ orbis,* 1505-1508, Reed. Damião Peres, Lisboa, 1954.
(23) SILVA, A. A. Baldaque da — *Noticia sobre a Nao «S. Gabriel»,* Lisboa, 1892.
(24) SOUSA, L. de Morais e — *A Ciência Náutica dos Pilotos Portugueses nos Séculos XV e XVI,* Lisboa, 1922.
(25) VASCONCELOS, Frazão de — *Subsídios para a História da Carreira da Índia no Tempo dos Filipes,* Lisboa, 1960.
VEITIA, D. José — *Norte de la Contratación de Indias Occidentales,* Sevilla, 1672.
Wittheit zu Bremen — *Die Hanse-Kogge,* Bremen, 1969.

# APÊNDICE N.º 1

## ESTUDO DAS ANTIGAS MEDIDAS ESPANHOLAS DE CONSTRUÇÃO NAVAL

### 1. AS MEDIDAS NAVAIS ESPANHOLAS DOS SÉCULOS XVI E XVII

O estudo que se segue resulta da comparação das definições e equivalências colhidas em diversas fontes e foi motivado pelas dificuldades na harmonização dos resultados de cálculos de tonelagem com os dados dos documentos, pois que o uso de certas equivalências dos autores modernos conduzia a resultados inaceitáveis.

Por outro lado, é oportuno que se conheçam as relações das antigas medidas entre si, porquanto fazem compreender muito melhor as regras do tempo e tornam muito mais aparente a razão de certos resultados.

No entanto, e como estamos habituados ao sistema métrico decimal, daremos as equivalências dessas medidas neste sistema.

#### 1.1. MEDIDAS LINEARES

#### 1.2.1. O CODO GEOMÉTRICO

Veitia (1672 — *Norte de la Contractación*) (in C. Duro, v, pp. 161 e segs.) menciona um codo antigo, de 6 palmos, cada um de 4 dedos, palmo que já não se usava no tempo dele. O *Dicionário da Real Academia da Lingua Espanhola* dá para o codo geométrico cúbico a equivalência de 0,173 $m^3$, de modo que a aresta deste cubo mede 0,5568 m, ou seja 24 dedos, cada um de 0,0232 m. Este dedo é a polegada de Burgos, que é $^1/_{36}$ da vara de Burgos (ou de Castela) e $^1/_{12}$ do pé de Castela (0,278 m).

Assim, o codo geométrico equivale a 0,5568 m, a $^2/_3$ da vara e a 2 pés de Castela. O palmo geométrico de 4 dedos é $^1/_3$ do pé e $^1/_9$ da vara. Equivale a 0,0928 m. Nos seus cálculos, os Chaunu confundiram dedo de Burgos com dedo de vara ($^1/_{48}$), devido ao facto de o termo «dedo» ser usado como sinónimo de polegada.

1.2.2. O CODO DE PÉ

O mesmo Veitia refere outro codo de pé e meio, e explica que 6 destes pés igualam a estatura dum homem bem proporcionado. Chaunu (*loc. cit.*, I, p. 135) iguala este codo ao codo geométrico «...car en fait, il s'agit sensiblement de la même mesure...» O erro resulta de este autor ter tomado para valor do dedo do codo geométrico o valor do dedo da vara ($^{1}/_{48}$ da vara=0,0174 m) e não ter verificado a disparidade em relação ao volume do codo geométrico.

Seis vezes o pé de Castela (0,278 m) dão 1,668 m, valor com diferença mínima do que se aceita para a estatura média do homem (1,650 m). Assim, o codo de pé equivale a 0,417 m (=½ vara de Burgos). Não achámos nos documentos qualquer referência ao uso desta unidade na medição de navios.

1.2.3. O CODO DE RIBERA E O PÉ DE RIBERA

Chaunu (*loc. cit.*) cita o «codo de Ribera cúbico que faz corresponder ao codo cúbico de aresta igual a 33 dedos da vara, que é o definido por Veitia (1673) e outros para unidade arqueação. Segundo Chaunu e a *Enciclopédia Espasa-Calpe*, o codo de Ribera cúbico equivale a 0,329 m$^3$, de modo que a aresta mede 0,690 m (2,5 pés=30 polegadas).

Ora, o codo de 33 dedos de vara equivale a 0,836 m e o cubo com esta aresta tem de volume 0,5842 m$^3$. Como se vê, houve lapso de Chaunu.

Na *Enciclopédia Espasa* afirma-se que o codo de Ribera é igual a 29 polegadas de Burgos (1) e, assim, equivale a 0,666 m. Mas, no artigo sobre o pé, declara-se que o codo de Ribera é igual a 2 pés e 3 linhas. Há aqui erro de equivalências, pois que as 29 polegadas correspondem a 0,6728 m. Assim, pela primeira definição, o pé de Ribera teria 0,3364 m.

Mas também se define o codo de Ribera como tendo 30 polegadas de Burgos, de modo que o pé de Ribera corresponde a metade de 0,696—0,006=0,345 m. É muito provável que haja gralha na equivalência de 0,666 para o codo de Ribera, pois que é o codo de 2 pés e 3 linhas (2×Q+0,006=0,696 m) que dá o cubo de 0,329 m$^3$.

1.2.4. O CODO REAL

Nas *Ordenanzas* de 20 de Agosto de 1590 fixaram-se as regras de arquear e estabeleceu-se o padrão do codo, para o qual se tomaram 33 dedos dos 48 que a vara de Burgos contém, ou, como vulgarmente se escrevia: $^{2}/_{3}$ da vara e mais $^{1}/_{32}$ desta ($^{66}/_{96}$ da vara). Assim, este codo equivale a 0,575 m e designamo-lo por codo real por ter sido estabelecido em *Ordenanzas* régias.

(1) No texto: 9 dedos, o que é manifesta gralha.



Mas, nas *Ordenanzas* de 1633 define-se outro codo, o qual é de ⅔ de vara e mais $^{1}/_{32}$ destes ⅔, o que equivale a ⅔ de vara e mais $^{1}/_{48}$ desta, isto é, 33 dedos de vara ($^{66}/_{96}$ de vara=0,575 m). Neste caso, também houve lapso de Chaunu, que faz equivaler o codo real a ⅔ da vara (32 dedos=0,5566 m), quando esta é a equivalência do codo geométrico.

Como o codo de $^{66}/_{96}$ da vara já é citado antes de 1633 e é o indicado por Veitia, que tinha especial autoridade na matéria, tomamos este para padrão, com a equivalência de 0,575 m. O mais provável é que haja erro de cópia ou de redacção nas *Ordenanzas* de 1633.

1.2.5. O PALMO

Já atrás definimos o palmo geométrico de 4 dedos ou polegadas (0,0928 m) (1.2.1). Há outro palmo de uso muito antigo na arqueação que é o palmo de vara, equivalente a $^{1}/_{4}$ desta e a 0,210 m. Nas *Ordenanzas* de 1552, define-se o volume da tonelada como o de uma caixa de 9×4×3 palmos (108 palmos$^3$=1,000 m$^3$). A *Enciclopédia Espasa* dá correctamente esta equivalência.

Chaunu considera este palmo como ¾ da vara, o que é manifesta gralha. Segundo este autor, o volume da caixa equivale a ¾ de tonelada e esta a 1,372 m$^3$ (Vd. 2.4). Sendo assim, o volume da caixa é de 1,029 m$^3$ e cada palmo cúbico terá 0,00953 m$^3$. A aresta deste palmo cúbico mede 0,212 m ,isto é, praticamente o valor dado na *Enciclopédia Espasa* para o palmo, que é, assim, ¼ da vara de Burgos.

2. AS MEDIDAS DE VOLUME E DE CAPACIDADE

Já mencionámos um exemplo da confusão originada pelo facto de o mesmo termo designar medidas diversas (dedo e polegada), porque seja a mesma fracção duma medida fundamental, ou porque, por analogia e extensão, acaba por ser tomado por outro termo (tonel e tonelada, tonel e pipa).

O tonel, a pipa, a barrica, o quarto e a quartola, o barril, são vasilhas que se prestam ao transporte de sólidos (grãos, pós) e líquidos (azeite, vinho, água) e muito naturalmente algumas delas vieram a servir de unidades de medição da capacidade do navio para o transporte de mercadorias.

Apontemos desde já que na obra de Chaunu, *Séville et l'Atlantique*, I, pp. 130 e segs., são citadas toneladas que os nossos cálculos e os documentos não confirmam. Assim, a tonelada de 2,612 m$^3$, correspondente, segundo o autor, à tonelada de 8 codos cúbicos de Ribera, não existe, pela simples razão de que o autor igualou, por lapso, este codo (0,329 m$^3$) ao codo real cúbico (0,190 m$^3$), de modo que obteve, para a tonelada de 8 codos cúbicos, 2,632 m$^3$ (e não 2,612 m$^3$), em vez de 1,520 m$^3$. O lapso deve provir da consulta da *Enciclopédia Espasa*, onde, no artigo «Tonelada», se define a tonelada de arqueação com o equivalente a 2 tonéis de 27,5 arrobas de água cada um, *ou a 8 codos cúbicos de Ribera*. Há lapso na informação da *Enciclopédia*

porque as 2 pipas de 27,5 arrobas dão uma tonelada de 1,375 m³ (Vd. 2.4), a qual contém exactamente *8 codos cúbicos geométricos* (0,173 m³).

A tonelada de 1,405 m³, a que alude Chapmany, citado por Chaunu, é, com pouca diferença, a tonelada de Sevilha, ou tonel macho, a qual contém 8 codos cúbicos geométricos e equivale a 1,384 m³.

Pelas *Ordenanzas* de 1553, sabemos que se usava então a tonelada de 108 palmos cúbicos de vara (1,000 m³) e pelas *Ordenanzas* de 1590, reforçadas por outras posteriores, sabemos que se passou a usar a tonelada de 8 codos cúbicos reais. Nas *Ordenanzas* de 1613, vemos que os navios de menos de 11 codos de manga eram arqueados com tonéis machos, equivalentes à tonelada de Sevilha. Em nenhuma das fontes de dados sobre as antigas medidas espanholas de arqueação vimos indicações de que alguma vez tivesse havido uma «tonelada longa», como a que Chaunu julga que se usou a partir de 1590. Os cálculos da tonelagem, feitos com a fórmula derivada do 3.º modo de arqueação das *Ordenanzas* de 1633, mostram, sem sombra de dúvida, que não foi usada uma tonelada de 2,6 m³.

## 2.17. O CODO CÚBICO

A propósito do codo linear, já definimos os diversos codos usados e demos as respectivas equivalências ao sistema métrico decimal. Estes codos dão origem a unidades de volume, algumas das quais são utilizadas nos cálculos de arqueação:

*a*) O codo cúbico geométrico (0,173 m³);
*b*) O codo cúbico de Ribera (0,329 m³);
*c*) O codo cúbico do pé (0,0725 m³);
*d*) O codo cúbico real (0,190 m³).

Oito codos cúbicos geométricos fazem, com pouca diferença, um tonel macho ou tonelada de Sevilha (1,384 m³ e 1,375 m³). Oito codos cúbicos reais fazem uma tonelada real (1,520 m³).

## 2.2. O TONEL MACHO

Veitia (1672) define o tonel macho antigo (1553) como equivalente ao volume de 2 pipas, cada uma de 27,5 arrobas. Por sua vez, Escalante de Mendoza (1575) dá à tonelada de Sevilha a mesma equivalência.

Ora, a *Enciclopédia Espasa* informa que o tonel macho aquivale a 0,680 m³ e a arroba de líquidos a 0,025 m³. Assim, o tonel macho corresponde a 2×27,5××0,025 m³, ou seja, 1,375 m³. Há confusão na informação da *Enciclopédia*, pois o que ela dá é a equivalência da pipa: 2×0,600 m³ igualam 1,360 m³, praticamente o volumes achado para o tonel macho pela definição de Veitia e Escalante.



Portanto, o tonel macho equivale à tonelada de Sevilha, definida por Escalante e a 1,375 m³. Ao contrário do que pensa Chaunu, o tonel macho não é maior que outros tonéis.

Nas *Ordenanzas* de 1613, os navios de menos de 11 codos de manga são arqueados com tonéis machos, ao passo que os de manga superior o são com toneladas. Isto quer dizer que se usa o termo tonel macho, em vez de tonelada (de Sevilha), para evitar confusões com a tonelada.

O estudo da tonelagem dos navios das *Ordenanzas* de 1613 demonstra que, de facto, o tonel macho equivale a 8 codos cúbicos de Ribera e a 1,380 m³. A tonelagem é calculada pela fórmula deduzida do 3.º modo de arquear das *Ordenanzas* de 1633 e verifica-se que os resultados concordam perfeitamente com os dados das *Ordenanzas*. Porém, no caso dos navios de menos de 11 codos de manga, o cálculo é feito a partir das medidas que os navios teriam se as proporções fossem as da regra do «Ás-Dois-Três» pura.

## 2.3. O TONEL DE BISCAIA

Escalante de Mendoza é o único autor que cita o tonel de Biscaia (1574) (in C. Duro, v, p. 461) e declara que 12 toneladas de Sevilha correspondem a 10 tonéis de Biscaia, de modo que este é $^6/_5$ daquela e equivale a 1,650 m³ e a 5 codos cúbicos de Ribera. Segundo Escalante, era medida usada antigamente na Biscaia, mas não conhecemos qualquer exemplo de navio arqueado com este tonel. Já referimos, a propósito da tonelagem das naus de Fernão de Magalhães, que D'Albertis erroneamente generalizou esta proporção do tonel de Biscaia e da tonelada de Sevilha.

## 2.4. A TONELADA

Como já fizemos notar, em nossa opinião, o termo tonelada é aplicado desde início para designar o espaço ocupado pelo tonel e mais o espaço morto entre os tonéis, isto é, o volume do paralelepípedo circunscrito ao tonel de arqueação.

O termo tonel passou a ter, por extensão e analogia, idêntico significado e aparece a par de tonelada, na mesma época. A nau e o galeão descritos no *Livro Náutico*, manuscrito português com partes dos meados do século XVI, são arqueados em tonéis, quando em 1538 já se arqueavam navios em toneladas (Vd. nota 36 do corpo do estudo). Nas *Ordenanzas* de 1613, vemos o tonel macho usado para a arqueação, a par da tonelada, com a finalidade de designar outra tonelada.

Porém, conclui-se de todos os textos que em Espanha, a partir das *Ordenanzas* de 1590, o termo tonelada designa uma medida de volume de 8 codos cúbicos reais, equivalente a 1,520 m³. Nem nenhum documento dá o termo como designativo duma medida ponderal, e em todos os que pudemos consultar só encontrámos três exemplos de medidas de arquear realmente usadas e designadas por tonelada: a tonelada das *Ordenanzas* de 1553, a tonelada de Sevilha (tonel macho) e a tonelada das *Ordenanzas* de 1590, a qual passou a ser a unidade.

Como já esclarecemos (2), o cotejo dos textos e os cálculos não confirmam o uso da suposta «tonelada longa» de 2,612 m$^3$, nem de outra que teria 2,630 m$^3$.

#### 2.4.1. A TONELADA DE 1553

Segundo as *Ordenanzas* deste ano, a tonelada é o volume da caixa de 9×4×3 palmos e, como vimos, este é o palmo de vara (1.2.5), que equivale a 0,210 m. Assim, o volume da caixa é de 108 palmos cúbicos de vara, ou seja, 1,000 m$^3$. Esta tonelada é praticamente $^3/_4$ do tonel macho ou tonelada de Sevilha, e $^2/_3$ da tonelada de codo real (1,520 m$^3$).

#### 2.4.2. A TONELADA DE SEVILHA

Como já escrevemos (2.2), Escalante define em 1575 a tonelada de Sevilha como equivalente a 2 pipas de 27,5 arrobas cada uma e até informa sobre o local onde são feitas com maior perfeição, em Sevilha. A *Enciclopédia Espasa* informa que a arroba de líquidos equivale a 0,025 m$^3$, de modo que a tonelada de Sevilha é de 1,375 m$^3$ e é praticamente o mesmo que o tonel macho (1,384 m$^3$).

É com o tonel macho, e, portanto, com a tonelada de Sevilha, que se medem os navios de menos de 11 codos, segundo as *Ordenanzas* de 1613. Quererá isto dizer que para navios destas dimensões se usaria anteriormente de medida menor que a tonelada de codo real? O problema fica em aberto, porque não conhecemos outros exemplos.

#### 2.4.3. A tonelada real

Denominamos assim a tonelada correspondente ao codo cúbico real, isto é, o codo cúbico correspondente ao codo linear definido nas *Ordenanzas* de 1590 (1.2.4), e que, pelo menos a partir dessa data, é adoptado oficialmente para arquear os navios. Estas *Ordenanzas* tiveram o propósito de unificar as medidas de arqueação e os métodos desta.

Esta tonelada de codo real equivale a 8 codos cúbicos reais e a 1,520 m$^3$.

# LAS LONGITUDES GEOGRÁFICAS DE LA MEMBRANZA DE MAGALLANES Y DEL PRIMER VIAJE DE CIRCUNNAVEGACIÓN

POR

ROLANDO A. LAGUARDA TRÍAS

## LA LONGITUD GEOGRÁFICA

La latitud y longitud geográficas, sistema de coordenadas ideado por los antiguos griegos para definir la posición de un punto cualquiera de la superficie terrestre, fué una solución racionalmente irreprochable a la geografía matemática, aunque durante muchos siglos no alcanzó plena vigencia, pues en esta rama del conocimiento sólo se ha progresado por aproximaciones sucesivas.

Mientras que para determinar la latitud se encontraron prontamente procedimientos de una exactitud aceptable, no ocurrió lo mismo con la longitud geográfica.

El no poder elegir un meridiano inicial que presentara ventajas indiscutibles sobre cualquier otro y el no disponer de un medio seguro y eficaz para el cómputo del tiempo, impidieron que esta coordenada se pudiera determinar por métodos expeditivos antes del siglo XVIII.

Pese a los esfuerzos de Hiparco (siglo II a. C.) para incorporar las coordenadas geográficas a las nociones científicas y a la gigantesca tarea desarrollada por Ptolomeo (siglo II) para aplicar a 8000 lugares de la Ecumene los valores de latitud y longitud, los datos consignados en la *Geografía* tolemaica no provienen, en su inmensa mayoría, de determinaciones astronómicas; sólo 400 latitudes de la *Hyphegesis* fueron obtenidas por observaciones gnomónicas y el resto, lo mismo que la totalidad de las longitudes geográficas, proceden de una simple transformación de los resultados de los cómputos itinerarios, proporcionados por los viajeros, en valores angulares u horarios. El *Almagesto* sólo contiene una observación de longitud geográfica; de acuerdo a ella un eclipse de Luna fué visto en Roma a las 5 horas después de la media noche y en Alejandría a las 6 horas y 20 minutos después de la media noche, o sea, que entre ambas ciudades había una diferencia de 1 hora 20 minutos, o 20° de arco (1); la diferencia real entre ambas ciudades es de 17° 22′; por tanto, el error cometido fué de 2° 38′. Otra observación de longitud tolemaica se encuentra registrada en el libro I, capítulo IV, de la *Geografía;* se refiere al eclipse de Luna que tuvo lugar días antes de la batalla de Arbelas y fué observado en Cartago a la hora dos y cerca de Arbelas a las cinco, o sea, que entre ambos lugares había una diferencia

---

(1) Alonso de Santa Cruz, *Libro de las Longitudines,* Sevilla 1921, p. 105.

de tres horas, o 45°, que es la distancia en longitud que señala Ptolomeo en sus Tablas al asignar a Cartago la longitud de 34° 50′ y al lugar próximo a Arbelas 80°, lo que arroja una diferencia de 45° 10′; sin embargo, el intervalo real es de 34°, lo que supone un error de 44 minutos, o de 11° de arco (2).

En la Edad Media, los Árabes, principalmente, efectuaron numerosas determinaciones astronómicas de coordenadas geográficas correspondientes a lugares del Viejo Mundo; de ellas no queda, en general, otro rastro que los resultados consignados en las tablas manuscritas de posiciones de lugares existentes en las bibliotecas y archivos, principalmente de Europa. Dejando de lado la cuestión del grado de exactitud alcanzado en esas determinaciones, puede afirmarse que, al producirse el descubrimiento de América, el problema de las coordenadas geográficas estaba resuelto desde el punto de vista astronómico, si bien se carecía de procedimientos rápidos que permitieran obtener en cualquier momentos esas medidas.

Las necesidades de la navegación oceánica en el Atlántico Sur lograron incorporar la latitud geográfica con carácter universal a los métodos para situarse en alta mar, a principios del siglo XVI.

Pero la longitud geográfica fué imposible utilizarla en la navegación hasta mediados del siglo XVIII, cuando la invención del cronómetro proporcionó un instrumento de suficiente exactitud para conservar la hora del meridiano inicial sin alteraciones sensibles.

Tal era la situación imperante cuando, a instancias de los Reyes Católicos, Fernando e Isabel, el papa Alejandro VI dividió el mundo en dos hemisferios por una línea meridiana trazada a 100 leguas de cualquiera de las islas de los Azores o del Cabo Verde (bulas de 3 y 4 de mayo de 1493), adjudicando uno de ellos a España y el otro a Portugal. La inconformidad de la corte portuguesa en aceptar un reparto acerca del cual nada se le había comunicado, condujo finalmente a la firma del Tratado de Tordesillas (7 de junio de 1494), que extendió a 370 leguas al oeste de las islas del Cabo Verde la situación del meridiano de demarcación entre ambos reinos.

Pese a lo convenido, la línea de Tordesillas nunca llegó a ser trazada en el terreno, lo cual ha dado lugar a que los historiadores se preguntaran si realmente se estaba en condiciones de hacerlo. Hoy está fuera de dudas que las razones que determinaron el aplazamiento *sine die* del trazado del marco divisorio fueron de índole política, más que técnicas.

Basta observar que en muchas cartas de navegar de origen español (Diego de Ribeiro) y portugués (carta de Cantino) aparece trazada la línea de Tordesillas con arreglo a lo pactado entre ambos reinos peninsulares el 7 de mayo de 1495: «Mandaremos so graves penas que en todas las cartas de marear que en nuestros

(2) Vivien de Saint Martin, *Historia de la Geografía*, Sevilla, 1878, t. I, p. 156. Plinio también registra dos determinaciones de longitud; una de ellas, la noche antes de la batalla de Arbelas (331 a. C.) y la otra se refiere a un eclipse de Sol observado por Vipsanio en la Campania y por Córbulo en Armenia, cuyo resultado arrojó un error de 1 hora (15° de arco) (*Historia Natural*, París, 1526, lib. II, cap. 72, fol. XIX).



reinos e señorios se hizieren de aqui adelante los que ovieren de yr por el dicho mar oceano se ponga la linea de la dicha partición figurándose del dicho polo ártico al dicho polo antártico ques de norte a sur en el compás de las dichas trezientas e setenta leguas de las dichas islas del cabo Verde por Rota directa a la parte del Poniente como dicho es de la forma que acordaron la medida della los dichos astrólogos e pilotos e marineros que asy se juntaren siendo todos conformes» (3).

Pues bien, la posición de la línea divisoria en cada carta en que aparece es fiel reflejo de la situación política imperante en el momento en que fué confeccionada; así, en el mapa llamado de Cantino (1502) aparece trazada a 47° 27′ W Gr. (4); en cambio, en los mapas de Diego Ribeiro (1529) aparece colocada sobre el cabo de Santa María antiguo (hoy Punta del Este), o sea, a 54° 57′ W Gr., porque así convenía a la política de Carlos V y a las capitulaciones firmadas ese año en Zaragoza por las cuales el emperador cedía a Portugal sus derechos sobre las islas Molucas.

La imposibilidad técnica para el cumplimiento del Tratado de Tordesillas es, por tanto, un argumento inconsistente; basta leer la solución ofrecida a los Reyes Católicos en 1495 por el cosmógrafo Jaime Ferrer de Blanes para convencerse de que, si España y Portugal se hubieran propuesto seriamente dar cumplimiento a lo estipulado en 1494, se habría podido llegar a una solución aceptable aunque distara mucho de alcanzar el grado de exactitud que hoy distingue a esas determinaciones (5).

## LAS LONGITUDES DE COLÓN Y VESPUCIO

El primer intento hecho por un navegante para hallar la longitud geográfica de un lugar se debe a Cristóbal Colón; él mismo escribe que en «el año de mil quatrocientos noventa y quatro estando yo en la isla Saona, que es al cabo oriental de la isla Española, ovo eclipsis de la Luna a catorce de setiembre y se falló que había de diferencia de allí al Cabo de San Vicente en Portugal cinco horas y más de media». Son las propias palabras del Almirante en el *Libro de las Profecías* (6). Este resul-

(3) *Colección general de documentos relativos a las islas Filipinas, existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*, Barcelona, 1918, t. I, p. 63.

(4) Desde los tiempos de Harrisse (*Les Corte Real*) se asigna equivocadamente a la línea divisoria de la carta de Cantino la longitud de 42° 30′ W Greenwich. Este resultado erróneo lo repiten Ruiz Guiñazú (*Proas de Españ en el Mar Magallánico*, Buenos Aires, 1945, p. 21), Diego Luis Molinari (*El Nacimiento del Nuevo Mundo*, Buenos Aires, 1945, mapa n.° 4) y otros autores. La longitud de la línea de Tordesillas, sea cual fuere la longitud de la isla del Cabo Verde tomada como punto inicial y el módulo del grado de meridiano adoptado, no puede ser nunca inferior a 44° 2′ W (en caso de utilizar el módulo de 18 leguas al grado y la isla de Boa Vista como inicial) (véase cuadro n.° 1).

(5) Martín Fernández de Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, t. II, Madrid, 1859, documento LXVIII, pp. 111-117.

Cf. Millás Vallicrosa, *Historia de la Ciencia Española*, Barcelona, 1949, p. 470.

(6) *Raccolta di documenti e studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana pel quarto centenario della scoperta dell'America*, Roma, 1894, p. 141.

tado coloca a Saona en una longitud de 5 h. 30 min. = 82° 30′ + 9°, longitud W del cabo S. Vicente, = 91° 30′, o sea, en un meridiano de la costa del Pacífico en Guatemala (7). Como la longitud de la isla Saona es 68° 30′ W, la distancia angular desde el cabo de San Vicente es de 59° 30′, o de 3 h. 58 min. El error cometido por Colón asciende, pues, a 23°, o bien, 1 h. 32 min.

En el cuarto viaje, Colón realizó otra determinación de longitud geográfica, estando en el Puerto de la Santa Gloria (hoy bahía de Santa Ana), en la costa norte de la isla de Jamaica, el 29 de febrero de 1504; según textuales palabras del Almirante en el *Libro de las Profecías:* «Juebes 29 de febrero de 1504, estando yo en las Yndias, en la ysla de Janahica en el puerto que se diz de la Sancta Gloria, que es casi en el medio de la ysla, de la parte septentrional, obo eclipsis de la luna, y porque el comienzo fue primero que el sol se pusiese non pude notar salvo el término de quando la luna acabó de volver a su claridad y esto fue muy certificado dos horas y media pasadas de la noche cinco ampolletas muy ciertas. La diferencia del medio de la ysla de Janahica en las Yndias con la ysla de Calis en España es de siete ora y quinze minutos; de manera que en Calis se puso el sol primero que en Janahica con siete oras y quynze minutos de ora (vide almanach)» (8).

La diferencia de 7 h. 15 min. reducida a valores angulares es de 108° 45′, y, considerando que la longitud de Cádiz es 6° 17′ W, arroja para Santa Gloria un valor longitudinal de 115° 02′ W, que corresponde, en realidad, al meridiano de punta San Eugenio (Baja California).

La verdadera longitud de la bahía de Santa Gloria (Santa Ana) es 77° 12′ y su diferencia con respecto a Cádiz es 70° 55′, o bien 4 h. 44 min. El error cometido por Colón, en este caso, es de 2 h. 31 min., o bien, 37° 45′ de arco (9).

Este error es tan enorme e inexplicable que Morison acude al expediente de suponer que el Almirante adulteraba concienzudamente sus cifras con el propósito de probar que las Indias Occidentales eran parte de Asia Oriental (10).

Pero Morison no aporta ninguna evidencia de que Colón adulterase en estos casos las cifras, por lo cual su hipótesis no debe ser tenida en cuenta.

Por otra parte, en ninguna de las dos determinaciones de longitud Colón dejó la más mínima indicación respecto a las características de los eclipses observados que nos permitan reconstruir la forma en que llegó a los resultados registrados en el *Libro de las Profecías*; sin embargo, los abultados errores colombinos no son tan inexplicables.

Aunque el Almirante, para darse tono de hombre versado en astronomía, remite al lector al *Almanaque* (sin indicar a cual), lo más seguro es que su consulta a este repertorio tabular debió limitarse a la simple comprobación de la realidad del eclipse.

(7) Samuel Eliot Morison, *El Almirante de la Mar Océano*, Buenos Aires, 1945, p. 571.
(8) *Raccolta Colombiana*, parte I, t. II, pp. 141-142.
(9) Morison, *El Almirante de la Mar Océano*, p. 788.
(10) Morison, *ob. cit.*, p. 789.



Es probable que Colón haya obtenido los valores de longitud asignados a Saona y puerto de la Santa Gloria a base de las distancias este-oeste deducidas de su derrota. Una sobreestimación de la distancia —habitual en sus cálculos— y el empleo de un módulo del grado ecuatorial muy reducido para su época —56,66 millas— explican los excesivos valores longitudinales que obtuvo. Concretando: si se considera que en el primer viaje Colón estimó la distancia navegada desde Hierro a San Salvador en 1090 leguas (11), no es desacertado suponer que justipreció en 1030 las leguas recorridas desde el cabo San Vicente a Saona y admitiendo que utilizó el módulo de 12,5 leguas (50 millas) en el paralelo 28° N (considerado como paralelo medio de su derrota entre Cádiz —lat. 36° 27′ N— y Saona —18° 3′ N) se obtiene por simple división el valor de 82°,5 registrado en el *Libro de las Profecías.*

A este sencillo recurso debió limitarse en ambos casos la ciencia del Almirante y, como de costumbre, trató de aparentar una erudición que le era ajena, impresionando con su cita del Almanaque.

En el intervalo entre las dos determinaciones de Colón, realizó Américo Vespucio un viaje a América (1499-1500) bajo bandera española y en él efectuó también una determinación de longitud, en un lugar indeterminado de la costa de Venezuela a base de la medida de la distancia entre Marte y la Luna y referida a la conjunción de dichos planetas, ocurrida en la noche del 23 de agosto de 1499. El hecho se encuentra relatado en la carta de Vespucio, datada en Sevilla el 18 de julio de 1500 y dirigida a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, en Florencia. Una copia de esta carta forma parte de un códice manuscrito, existente en la Biblioteca Riccardiana de Florencia, que perteneció a Pier Vaglienti, muerto en esa ciudad en 1514. El texto de esa carta ha sido reproducido por numerosos historiadores, entre los cuales mencionaremos al profesor Alberto Magnaghi y a Roberto Levillier (12). El examen crítico de esta observación fué realizado por el jesuíta J. W. Stein (13), quien controló los datos de la misma, calculando las posiciones relativas de Marte y la Luna en aquella época, para lo cual utilizó las tablas cronológicas de Paul V. Neugebauer (14).

Vespucio obtuvo como resultado una diferencia de longitud, entre el lugar donde se encontraba (isla de Aruba, según Stein) y Cádiz, de 5 horas y media. Para Stein, esta longitud de 5 horas y media = 82° 30′ sería un valor preestablecido, basado en el eclipse del 14 de septiembre de 1494, observado por Colón. Para llegar

(11) Morison, *ob. cit.*, p. 286.
(12) Alberto Magnaghi, *Amerigo Vespucci. Studio critico con speciale riguardo ad una valutazione delli fonti*, Roma, 1926, pp. 238-239.
Américo Vespucio, *El Nuevo Mundo*, con estudio de Roberto Levillier, Buenos Aires, 1951, pp. 94-125.
(13) *Memorie de lla Società Astronómica Italiana*, vol. XXI, n.° 4, Roma, noviembre 1950, pp. 345-353.
(14) Paul V. Neugebauer, *Tafeln für Sonne, Planeten und Mond nebst Tafeln der Mondphasen für die Zeit 4000 vor Chr. bis 3000 nach Chr., zum Gebrauch für Historiker, Philologen und Astronomen*, Leipzig, 1914 (Tafeln zur astronomischen Chronologie, II). Se completan estas tablas con la obra del mismo autor: *Astronomische Chronologie*, Berlin-Leipzig, 1929, 2 vols.

a este resultado, Vespucio inventó datos y afirmó que éstos procedían de observaciones y cálculos por él efectuados. Según la carta, Vespucio realizó dos observaciones en la noche del 23 de agosto; dice que la primera fué hecha una hora y media después de ponerse el Sol y que entonces la Luna se encontraba a un grado y algunos minutos al este de Marte. El Sol se puso a las 18 h. 16 min. (tiempo local). Por tanto, la primera observación tuvo lugar a las 19 h. 46 min. TL = 24 h. 26 min. (tiempo universal). En efecto, Aruba está a 70° W Gr. = 4 h. 40 min. la cual da:

4 h. 40 min. + 19 h. 46 min. = 24 h. 26 min. TU

Según las comprobaciones de Stein, la distancia Luna-Marte era 3°,18. La Luna salía a las 20 h. 20 min. y Marte a las 20 h. 12 min. Por tanto, a las 19 h. 46 min. los dos planetas estaban todavía bajo el horizonte a una distancia mutua de más de tres grados. Los datos proporcionados por Vespucio en este caso son, pues, falsos.

La segunda observación realizada a las 0 h. del 24 de agosto concuerda bastante bien con los resultados del cálculo y parece ser genuina. Sin embargo, como los datos acerca de la conjunción de la Luna y Marte estaban equivocados en las *Efemérides* de Regiomontano, que registra 24 h. para el meridiano de Nurenberg en vez de las 19 h. 42 min. en que tuvo lugar, el cálculo de Vespucio no podía ser exacto.

A esto se agrega el hecho de que Vespucio no indica el lugar donde se realizó la determinación, por lo cual unos tratadistas han situado el punto en el cabo de la Vela (Luis Hughes) y otros en la entrada del golfo de Maracaibo (Wagner). Stein eligió la isla de Aruba (70° W = 4 h. 40 min. y lat. 12° N), donde verosimilmente no observó Vespucio, pero probó que si se elige otro punto situado más al este (p. ej., el límite entre la Guayana inglesa y el Surinam holandés) el valor que resulta para la distancia Luna-Marte a las 12 de la noche se aleja del proporcionado por Vespucio (5°,50). Ello demuestra, siguiendo las conclusiones del P. Stein, que, si la observación del 23 de agosto se considera auténtica, hay que admitir una longitud de 70° W Gr., por lo menos. Si nos atenemos al valor de la latitud consignada en la *Lettera* para el lugar de la costa de Venezuela donde estuvo Vespucio, vemos que muy verosimilmente corresponde al cabo de Coquibacoa (Punta Gallinas), cuya latitud es 12° 30′ N y está situado al oeste de Aruba; en este caso, sin necesidad de repetir los cálculos de Stein, llegamos, en lo referente a la longitud, a una distancia Marte-Luna aproximadamente igual a 5°,18 para las doce de la noche (0 h.), lo cual confirma, contrariamente a lo aceptado por Pohl y otros investigadores [15], que la segundo observación efectuada por Vespucio fué verdadera y corresponde al cabo de Coquibacoa, en cuyo lugar también se determinó la latitud (15°, en vez de 12° 30′). En cambio, la primera observación fué fingida por razones que se nos escapan, aunque muy bien pudiera provenir del deseo de ajustarse a los datos colombinos, según sugiere el P. Stein, máxime sabiendo Vespucio, por la navegación que él mismo había efectuado, la poca diferencia en longitud geográfica existente entre Saona y Coquibacoa.

(15) Frederick Pohl, *Américo Vespucio, Piloto Mayor,* Buenos Aires, 1947, pp. 98 y sigs.



En resumen, aunque han subsistido los resultados de las determinaciones de longitud geográfica efectuadas por Colón y Vespucio, deben considerarse todas ellas como intentos fallidos.

## LOS MEMORIALES SOBRE LA REPARTICIÓN DEL MUNDO

En la segunda década del siglo XVI, mientras en Portugal nadie opinaba sobre la situación de la línea de Tordesillas, en España se redactaban memoriales destinados a ilustrar y orientar a la corona acerca de este espinoso asunto.

De algunos de estos memoriales sólo poseemos noticias escuetas, pero de otros nos ha llegado el texto íntegro o casi completo. Entre los primeros se encuentra el mencionado en las capitulaciones firmadas por don Fernando con Juan Díaz de Solís, en 1512, para emprender un viaje a las islas de la Especería, que no llegó a realizarse.

El monarca castellano se había propuesto que sus naves llegaran a las islas Malucas, o Molucas, porque las consideraba situadas en el hemisferio español. Resolvió confiar al nuevo piloto mayor, Juan Díaz de Solís, el mando de una expedición destinada a alcanzar ese lejano objetivo y de paso demarcar en Extremo Oriente el antimeridiano de Tordesillas.

Dos cartas del embajador portugués en la corte española, Juan Mendes de Vasconcellos, dirigidas al monarca portugués, desde Lograño, con fechas 30 de agosto y 7 de septiembre de 1512, proporcionan, respecto al proyectado viaje a la Especería, información sobre el número de barcos (tres carabelas), su tonelaje, el derrotero que seguirían (por el cabo de Buena Esperanza hasta Ceylán y Malaca), la fecha de partida (abril de 1513) y los nombres de algunos de sus integrantes [16]. Respecto a este último punto, Mendes de Vasconcellos, en su segunda carta, expresa que Solís no iría como jefe único sino que llevaría un veedor, o jefe adjunto, experto en cosmografía, cuyo nombre, según el embajador, era «Martín Dãopias e diz q'he bõo estrolago e não esta agora aqui, que diz q'he ido a Ingratera, e q'esperão cada dia por ele: homen he q'eu não conheço, nem sey que he» [17].

Estamos en condiciones de informar al lector quien era el hombre que debía acompañar a Solís para efectuar la demarcación. El cosmógrafo español mencionado bajo la adulterada grafía de Martín Dãopias era Martín Martínez de Ampiés, o Dampiés, «fidalgo, natural de la villa de Sos», según él mismo declara en su versión del catalán al castellano del *Libro de Albeytería* de Manuel Díaz [18].

(16) Navarrete, *Colección de los viajes,* Madrid, 1829, t. III, pp. 127-129.

(17) Navarrete, *ob. y t. cit.,* p. 132.

(18) De esta obra se conserva un ejemplar, sin fecha ni lugar de impresión, en la Biblioteca Colombina de Sevilla, que fué adquirido por Hernando Colón en 1524 (Antonio Palau Dulcet, *Manual del Librero Hispano Americano,* Barcelona, 1926, t. V, p. 80).

Ampiés también tradujo del latín al castellano el *Viaje de la Tierra Santa,* escrito por el deán de Maguncia, Bernardo de Breidenbach; la versión castellana fué publicada en Zaragoza en 1498 en la imprenta del alemán Paulo Hurus (19). Ciertos detalles de la producción de Ampiés sugieren que se trataba verosimilmente de un judío converso, como Andrés de Li o de Heli, pues se observan similitudes sorprendentes entre las publicaciones de ambos astrológos, salidas todas ellas de las prensas zaragozanas de Hurus.

En las capitulaciones firmadas por el rey Fernando com Solís el 27 de marzo de 1512 para el viaje a la Especería se estipula:

«Item, que de que hubieredes llegado a la isla de Celan, placiendo a nuestro Señor, podreis ir a la isla de Maluque, que cae en los límites de nuestra demarcación e tomareis la posesion della por la Corona Real destos Reinos, conforme al dicho memorial; y fecho esto, ireis adelante para Samatra y a Pegú y a la tierra de los chinos y ireis a la tierra de los Jungos, si pudieredes, e tomareis la posesion dellas por la Corona Real de Castilla de todo lo que hallardes en nuestra parte...

«Item porque a mi es fecha relacion por personas muy sabias en el arte de navegar que la demarcacion se debe hacer a la linea equinocial en medio de la isla de Celan, e por longitud de nuestro meridiano ciento e veinte grados a la parte oriental debeis mucho mirar en ello, para que en Dios y en vuestra conciencia hagais la demarcación la mas justamente que pudierdes de manera que ninguna de las partes reciba agravio y dejareis las mejores señales que pudierdes para que la dicha demarcación sea de aqui adelante sabida y clara, perpetuamente, entre estos Reinos y la Corona de Portugal» (20).

Lo transcrito evidencía que las capitulacionees fueron redactadas con arreglo a los datos de un memorial cuyo contexto desconocemos pero cuya autoría es verosímil atribuir a Martín Martínez de Ampiés por ser el cosmógrafo que debía llevar a cabo la demarcación sobre el terreno. Por otra parte, los datos del memorial utilizados en los artículos transcritos en las capitulaciones procedían directamente de la *Geografía* de Ptolomeo, según surge de la longitud geográfica asignada a la isla Taprobana, que en la obra del alejandrino es de 119°, en tanto que las capitulaciones adjudican a Ceilán — nombre moderno de la misma Taprobana —la longitud de 120°.

La diferencia de 1° proviene de los ajustes realizados en la *Geografía* tolemaica por los Árabes, que (además de convertir el meridiano inicial 1 de Ptolomeo en meridiano 0) introdujeron correcciones en sus coordenadas (como la de Toledo, cuya longitud tolemaica de 10° se transformó en los 11° de las Tablas Toledanas). Del mismo modo, los 119° tolemaicos de la longitud de Taprobana (Ceilán) se convirtieron en los 120° del memorial.

Como desde el meridiano de las Canarias (longitud de Hierro = 18° W) hasta Ceilán (longitud de Colombo = 79° 51′ E) hay aproximadamente 98° de diferencia de longitud, y no 120°, como le asignaba el cosmógrafo Ampiés, éste incurrió en Oriente en un error de 22° y como entre las Canarias y la línea de Tordesillas del Atlántico (long. 48° W) estableció una diferencia de longitud de (180 — 120 =) 60°, el error en Occidente ascendía a unos (60 + 18) — 48 = 30°.

(19) Navarrete, *Biblioteca Marítima Española,* Madrid, 1851, t. II, pp. 474-476. Cf. Julio F. Guillén, *Lo marinero en el Tirant Lo Blanch,* Madrid, 1969, p. 9.

(20) José Toribio Medina, *Juan Díaz de Solís,* Santiago do Chile, 1897, t. II, pp. 64-66.



Posiblemente para fijar estos límites no disponía Ampiés de coordenadas recientes, pues se vió compelido a utilizar los valores de Ptolomeo. Lo más verosímil es que el autor trató de arbitrar una solución que estimaba justa, dejando a Portugal en posesión de la India pero quitándole el dominio de las Molucas, tal vez porque creía que los Lusitanos aún no habían tomado posesión de estas islas.

La expedición de Solís a las Molucas no llegó a partir; los historiadores, atenidos a la letra de los papeles conservados (fuera del documento no hay historia, aducen), achacan la suspensión del viaje a los oficios interpuestos por el rey Don Manuel de Portugal ante su suegro don Fernando I, el Católico (21). Pero lo que realmente influyó en la determinación adoptada por el monarca español debió ser la noticia, difundida verbalmente por los mismos portadores de la carta del rey portugués — y de la que no quedan más rastros que los que pueda inducir el investigador — de que los Lusitanos habían llegado a las islas Molucas, circunstancia que eliminaba a España de la competición del descubrimiento y derecho de primer poseedor. La suspensión del viaje de Solís a Oriente demuestra que el Rey Católico no deseaba que sus ambiciones chocaran con las de su yerno y a la vez que no confiaba en el resultado de la determinación de longitudes para justificar la posesión de los lugares disputados y prefera atenerse al derecho de primer poseedor. En efecto, no podía ocultársele al sagaz rey Fernando que los límites establecidos en las capitulaciones firmadas con Solís no provenían de observaciones de longitud efectuadas en viajes recientes sino que reproducían las viejas cifras registradas en la *Geografía* tolemaica y que nadie había verificado jamás.

De los memoriales de repartición del mundo cuyo texto, íntegro o poco menos, ha llegado hasta nosotros, el más conocido es el publicado por primera vez en Sevilla, 1519, en la *Suma de Geographia* de Martín Fernández de Enciso (22).

A pesar de formar parte integrante de la obra, se trata de un alegato dirigido al monarca español, conforme lo evidencía el tratamiento de Vuestra Alteza, empleado en él, y frases tan significativas como las siguientes: «desde nuestra Castilla hasta el gatigara» y «las mill e seiscientas e cincuenta leguas que están por descubrir del vniuerso caen en la partición de vuestra alteza, e pues vuestra alteza es mayor deue dar forma como mande descubrir lo que falta de su parte, pues que el rey de Portugal siendo menor ha descubierto tanto».

(21) Eduardo Madero, *Historia del Puerto de Buenos Aires,* 1939, pp. 42-43.

José Toribio Medina, *Juan Díaz de Solís.* Ambos historiadores publicaron las reales cédulas que ordenaban la suspensión del viaje de Solís.

(22) La *Suma de Geographia* de Martín Fernández de Enciso fué impresa en Sevilla, en 1519, por Jacobo Cronberger; se compone de 75 folios sin foliación ni paginación, en escritura gótica; hemos consultado el ejemplar conservado en la Biblioteca Nacional de Madrid, cuya signatura es R/2107; existe una edición facsimilar de J. Ibáñez Cerdá, Madrid, 1948.

Reprodujeron también este memorial, con cortes en el texto y algunas erratas, el maestro portugués Pedro Margalho, catedrático de Salamanca, en su obra *Phisices compendium* ([23]), publicada en la misma Salamanca, en el año 1520, y el piloto portugués Andrés Pires, en su tratado náutico, que se conserva manuscrito en París y denominado modernamente *Livro de Marinharia* ([24]).

Las erratas de los textos de Margalho y Pires — en que no incurre Enciso — revelan que ambos constituyen simples copias. Es verosímil que la versión de Enciso sea el original; milita en favor de esta hipótesis el hecho de que es la transcripción más completa y correcta, si bien presenta una errata, salvada por Margalho y Pires, que sugiere la existencia de un original desconocido del que procederían las tres transcripciones a que nos hemos referido. Mientras no se consolide esta última hipótesis seguiremos considerando a Enciso como autor del memorial.

Según el memorial, la línea de Tordesillas, en Occidente, pasaba entre el río Marañón y la mar Dulce (ésta última era la boca del Amazonas) y, en Oriente, por la boca del Ganges. El esquema A grafica los datos contenidos en el memorial.

No es necesario insistir en que la redacción del memorial es anterior a la partida de Magallanes para su viaje, pues, como ya se ha dicho, el libro de Enciso, en que, por primera vez, aparece impresa la versión, es del año 1519.

Pero la redacción del memorial posiblemente es anterior a 1519, pues en él se menciona el puerto de las Figueras como el punto más occidental alcanzado en América por los Españoles. Es de advertir que el nombre de puerto de las Figueras designa el fondo del golfo de Honduras, o Amatique, llamado golfo Dulce; podemos elegir como coordenadas representativas del lugar las del actual puerto Barrios: latitud 15° 50′ N; longitud 88° 35′ W Gr. ([25]).

---

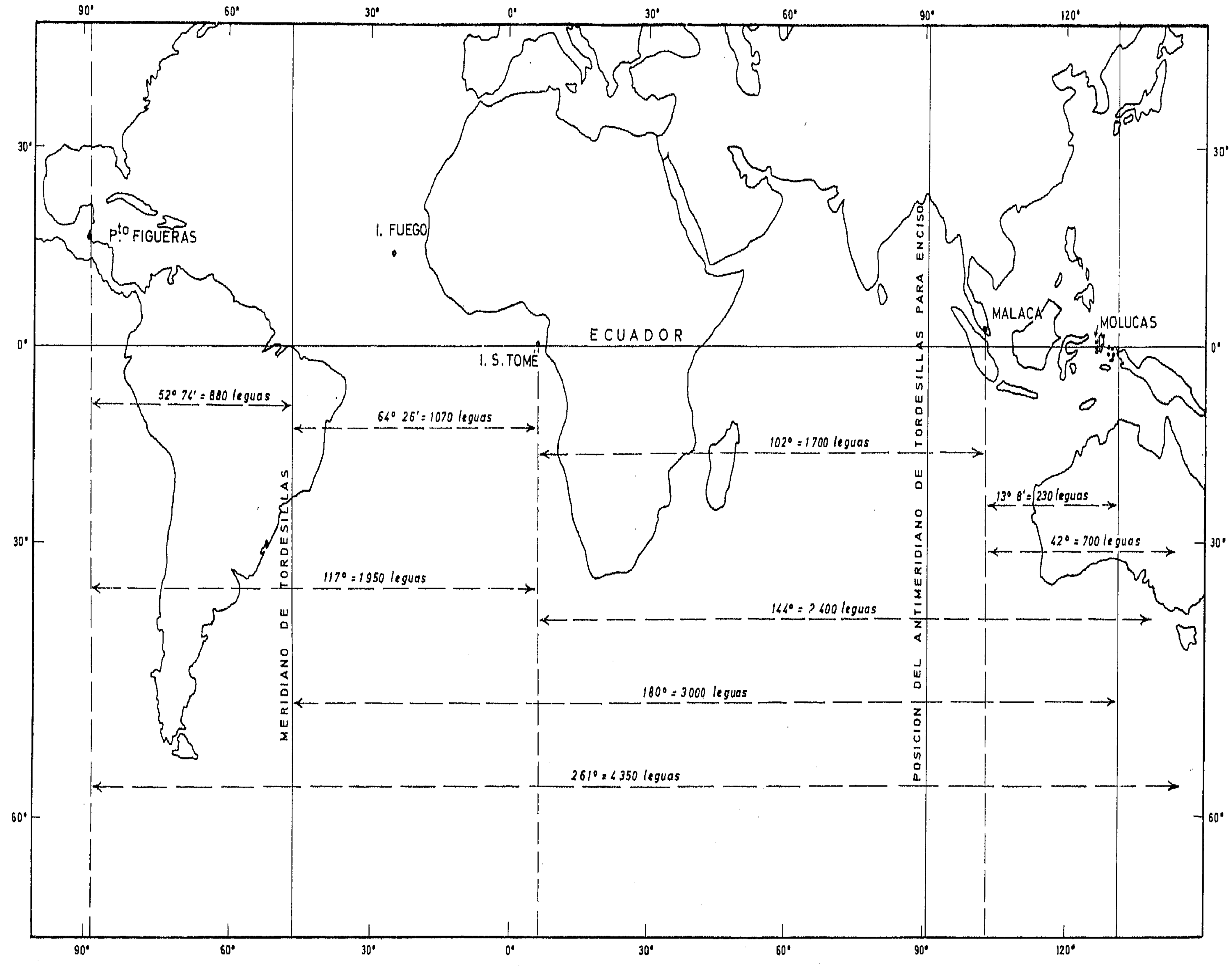
([23]) De la obra de Margallo (Margalho, en portugués) se conservan dos ejemplares: uno en la Biblioteca Colombina de Sevilla y el otro en la Nacional de Lisboa.

Véase: Felipe Picatoste, *Apuntes para una biblioteca científica española del siglo XVI*, Madrid, 1891, p. 179. Armando Cortesão, *Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1935, t. I, p. 78.

([24]) Luís Mendonça de Albuquerque, *O Livro de Marinharia de André Pires*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963. Es estudio exhaustivo, definitivo.

([25]) No podemos detenernos, como quisiéramos, en la localización del puerto de las Higueras, o Figueras; remitimos al lector a Oviedo, que dice: «el cabo de Higueras el qual está en quinze grados y medio desta parte de la equinoccial. Desde el cabo de Higueras abaxo se cuenta el golfo de la Higueras en la pintura del cual pone la carta moderna [de Chaves, 1537] quarenta y cinco leguas poco mas o menos» (*Historia General y Natural de las Indias*, lib. XXI, cap. VII, Madrid, 1852, t. II, p. 139). Más adelante agrega Oviedo: «desde la última parte o más occidental del golpho de Higueras que está en 16° y medio desta parte de la equinoccial, como se dixo en el capítulo de suso, se va la costa al Nordeste quasi cient leguas» (*ob. cit.*, t. II, p. 140).

Alonso de Santa Cruz, en el *Islario*, expresa: «la provincia de Honduras e Higueras que es la tierra firme que tiene al austro esta peneynsula de Yucatán» (*Islario General*, Madrid, 1918, p. 219). Estos testimonios confirman que el cabo, golfo y provincia de las Higueras se encontraba al sur del Yucatán, sobre la costa atlántica y está lejos de corresponder al cabo Catoche, como pretende Amando Melón, en *La Geografía de Martín Fernández de Enciso (Estudios Geográficos)*, Instituto Juan Sebastián Elcano, Madrid, febrero 1950, p. 43).




ESQUEMA A

División del mundo con arreglo al Tratado de Tordesillas (según Martín Fernández de Enciso)

Aunque algunos historiadores del siglo XVI atribuyeron el descubrimiento del golfo de las Higueras a Cristóbal Colón en su cuarto viaje (así nos lo dice Oviedo, *Historia General y Natural de las Indias,* lib. XXI, cap. VIII, t. II, Madrid, 1852, p. 140), el análisis del derrotero colombino (según Diego de Porras, la punta de Caxinas, o cabo Honduras, fué la primera tierra firme que tocaron) ([26]) y lo expresado por Pedro Mártir ([27]) y por Fernando Colón ([28]) excluyen que el Almirante haya llegado a ese lugar. Su descubrimiento fué realizado por la expedición de Solís y Pinzón en 1508 ([29]).

Sólo después de los viajes al golfo de México se llegó a alcanzar en el Nuevo Mundo lugares más occidentales que el golfo o puerto de las Higueras. Esto ocurrió por primera vez en 1517 con el viaje de Francisco Hernández de Córdoba y tras los de Juan de Grijalva (1518), Francisco de Montejo (1519) y Alonso Álvarez Pineda (1519), acerca de los cuales el memorialista no tenía información alguna. Como Enciso se encontraba en muy buenas condiciones para recibir informes acerca de las expediciones emprendidas al Nuevo Mundo, hay que aceptar que la carencia de datos sobre los viajes al golfo de México demuestra que el memorial se escribió antes de la realización de esas expediciones.

Más que averiguar la exactitud del cálculo acerca de la situación de la línea de Tordesillas nos interesa determinar el error cometido en la posición de los lugares.

En el memorial de Enciso se establece que entre la isla africana de Santo Tomé (latitud: 0° 21′ 2″ N) y el puerto de las Figueras la diferencia de longitud es de 117°; si se tiene en cuenta que la longitud de la isla de Santo Tomé es 6° 44′ 35″ E Gr., la diferencia real entre esos puntos es:

$$88^\circ\ 35' + 6^\circ\ 45' = 95^\circ\ 20'$$

El error cometido por el memorialista asciende, pues, a:

$$117^\circ - 95^\circ\ 20' = 21^\circ\ 40'$$

Veamos ahora lo que ocurre en una distancia sensiblemente igual como la existente entre la isla de Santo Tomé y Malaca (longitud: 102° 14′ 26″ E Gr.). La diferencia real de longitud es igual a:

$$102^\circ\ 14'\ 26''\ \mathrm{E} - 6^\circ\ 44'\ 35'' = 95^\circ\ 29'\ 45''$$

Como el memorial de Encino evalúa ese intervalo en 102°, el error cometido por el memorialista es de:

$$102^\circ - 95^\circ\ 29'\ 45'' = 6^\circ\ 30'\ 15''$$

([26]) Navarrete, *Colección,* t. I, p. 436.
([27]) Pedro Mártir, *Décadas del Nuevo Mundo,* Buenos Aires, 1944, p. 228.
([28]) Fernando Colón, *Historia del Almirante,* Buenos Aires, 1944, p. 250.
([29]) Oviedo, *Historia General y Natural de las Indias,* t. II, p. 140.

Comparado con el primer error, éste resulta tres veces menor, lo que evidencía que el cómputo de las distancias hacia Oriente era más preciso que hacia Occidente. Ahora bien, los datos correspondientes al intervalo entre Santo Tomé y puerto de las Figueras proceden indiscutiblemente de navegaciones españolas en tanto que los correspondientes al trecho Santo Tomé-Malaca provienen de viajes portugueses. Estos resultados revelan que los errores iniciales de Colón y Vespucio seguían viciando los cómputos de los pilotos españoles, afectados de errores del mismo orden de magnitud: la veintena de grados.

El memorial de Enciso es un documento que acredita procedencia española por donde se le mire; en él las longitudes se cuentan desde la isla del Fuego, en el archipiélago del Cabo Verde, que por ser una de las centrales del grupo favorecía los intereses españoles tanto en Occidente como en Oriente. Otro detalle que acredita procedencia hispánica es el uso del módulo de 16,66 leguas al grado, que al achicar el mundo — 6000 leguas de circunferencia en vez de las 6300 que le adjudica el módulo de 17,5 leguas al grado — favorecía las pretensiones españolas en Extremo Oriente.

El uso del módulo de 16,66 leguas al grado no sólo se declara al comienzo del escrito (véase apéndice) sino que en todo el documento se hace uso de este valor; por ejemplo, cuando se afirma que de la isla de Santo Tomé al puerto de las Figueras hay 117° de diferencia de longitud, que montan 1950 leguas, esta cifra es el producto de 117 por 16,66; lo mismo ocurre al decir que de Santo Tomé a Malaca hay 102°, que hacen 1700 leguas, o cuando afirma que la parte del mundo no descubierta son 99°, que montan 1650 leguas.

El memorial ostenta una curiosa mezcla de terminología geográfica que en parte es de origen bíblico (Tarsis, Ofir), en parte tolemaica (Gatigara, Aurea [Quersoneso]), en parte de Marco Polo (Zeitona, Ciapagu, Java menor) y en parte moderna (Malaca, Santo Tomé, puerto de las Figueras).

## LA MEMBRANZA DE MAGALLANES

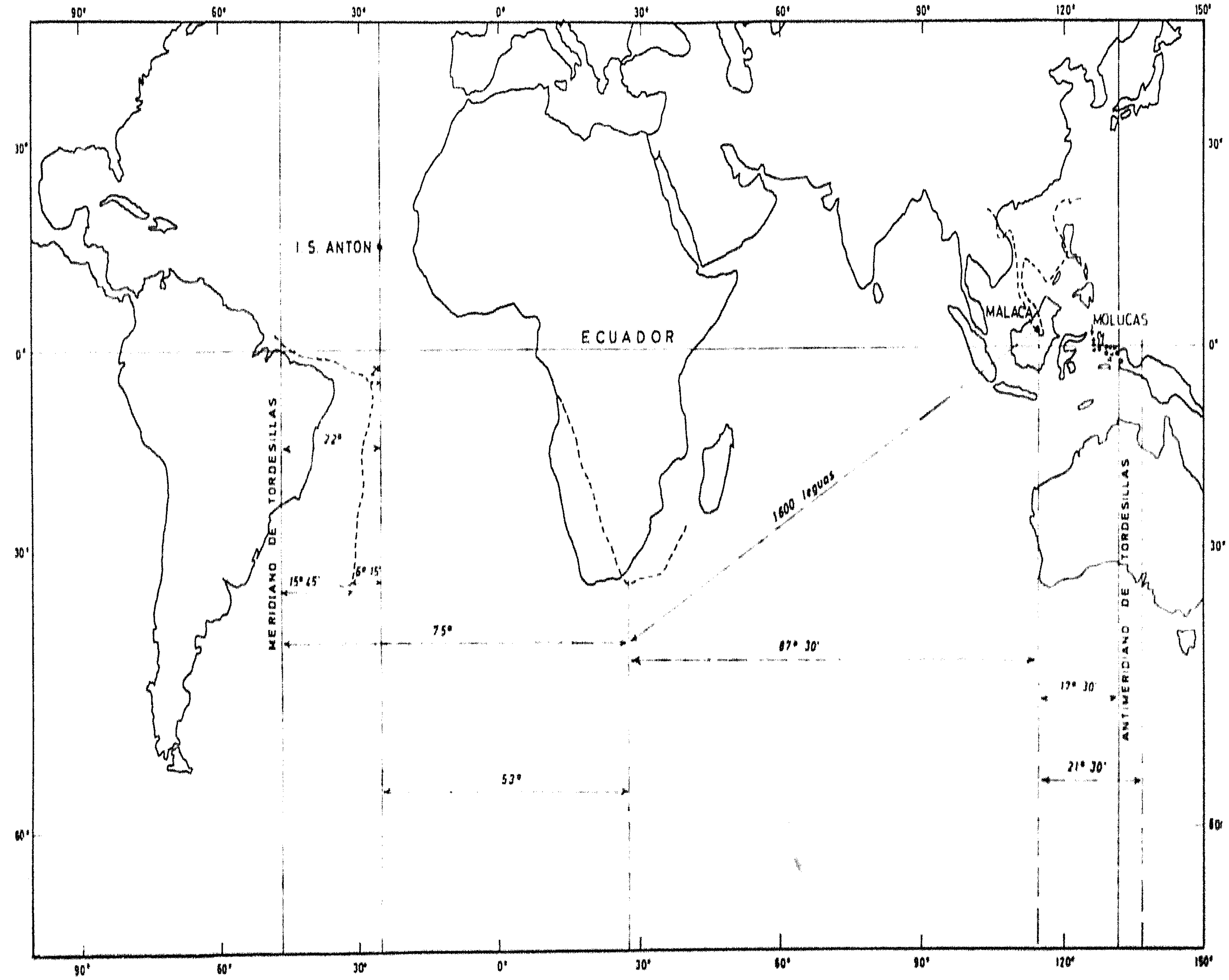
Otro memorial dirigido a los reyes de España, perteneciente a la misma década que el de Enciso y que ha llegado íntegro hasta nosotros, es el redactado por Hernando de Magallanes en 1519, antes de partir para el viaje que habría de costarle la vida e inmortalizar su nombre, y al que designamos con el nombre de membranza que su autor le aplicó.

Aunque la membranza fué utilizada por los Españoles en las cuestiones que suscitó el Tratado de Tordesillas, permaneció inédita hasta 1837, en que la publicó Martín Fernández de Navarrete [80]; la reimprimieron José Toribio Medina [81],

---

[80] Navarrete, *Colección*, t. IV, pp. 188-189.

[81] José Toribio Medina, *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile*, t. I, Santiago do Chile, 1888, p. 112.




ESQUEMA B

División del mundo con arreglo al Tratado de Tordesillas (según Hernando de Magallanes)

la Compañía General de Tabacos de Filipinas ([32]), el P. Pablo Pastells ([33]), el vizconde de Lagoa ([34]) y Roberto Levillier ([35]). El documento original se conserva en el Archivo General de Indias (Sevilla), siendo su signatura moderna: Patronato, legajo 34, documento 13, ramo 2. Su texto se transcribe en el apéndice y con sus datos se ha confeccionado el esquema B.

La membranza ha sido poco estudiada y peor interpretada; así, el historiador argentino Diego Luis Molinari, en su obra *El Nacimiento del Nuevo Mundo* (Buenos Aires, 1941, mapa nº 30), publica un esquema de la «Ubicación de las Molucas, según Magallanes (1518)», confeccionado a base de los datos de la membranza en el que aparece el cabo de Santa María situado 6º ¼ al oeste del meridiano de demarcación, cuando de la recta lectura del documento se desprende que el citado lugar se hallaba, según Magallanes, a 15º 45′ al este de la línea de la partición.

Según la membranza, el equivalente en grados de las 370 leguas del meridiano de Tordesillas eran 22º. Este valor acredita (prescindiendo de escasos minutos de arco) el empleo por parte de Magallanes del módulo de 17,5 leguas al grado y que el cálculo fué efectuado en el paralelo de la isla de San Antón, del archipiélago del Cabo Verde, pues con el módulo de 16,66 leguas al grado se obtienen en el mismo paralelo valores de 23º y 11′ (véase cuadro I).

Confirma este resultado el cálculo del módulo gradual empleado en la membranza con arreglo a las distancias y rumbos en ella consignados. En efecto, según Magallanes, el cabo de Buena Esperanza y Malaca están en dirección lesnordeste y distan 1600 leguas (véase esquema B). Como Magallanes afirma que de la línea de la demarcación occidental al cabo de Buena Esperanza hay 75º grados de longitud y de Malaca a la línea de Tordesillas en Oriente hay 17º 30′, desde el cabo de Buena Esperanza a Malaca habrá:

$$17^\circ\ 30' + 75^\circ = 92^\circ\ 30'$$
$$180^\circ - 92^\circ\ 30' = 87^\circ\ 30'$$

La toleta de marteloio del mapa de Andrea Blanco y el regimiento de las leguas del *Regimento do Estrolabio* de Munich ([36]) permiten calcular el camino recor-

---

([32]) *Colección general de documentos relativos a las islas Filipinas,* Barcelona, 1919, t. II, pp. 330-331.

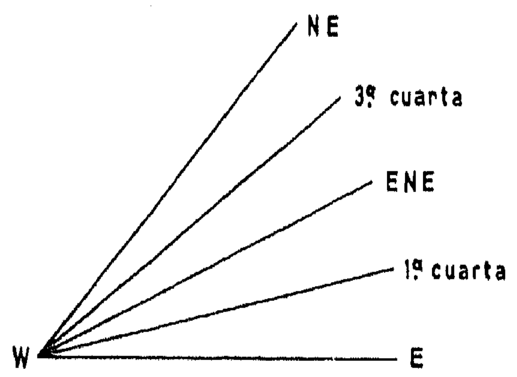
([33]) P. Pablo Pastells S. J., *El Descubrimiento del Estrecho de Magallanes,* t. I, Madrid, 1920, pp. 205-206.

([34]) Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães,* Lisboa, 1938, t. I, p. 75.

([35]) Roberto Levillier, *América la Bien Llamada,* Buenos Aires, 1948, t. II, p. 256.

([36]) António Barbosa, *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa da época dos descobrimentos,* Porto, 1948, pp. 247-249.

rido en los distintos rumbos o cuartas cuando se sabe que un grado de longitud ecuatorial vale 17,5 leguas.




Para la segunda cuarta el recorrido es de $19\frac{1}{6}=19{,}16$ leguas y para 1600 leguas tendremos que en el rumbo EW recorrerá

$$17{,}5 : 19{,}16 : x : 1600$$

de donde $x = 1461$ leguas.

CUADRO I

**Situación de la línea de Tordesillas calculada según diferentes meridianos y distintos módulos del grado**

| Meridiano inicial (Islas del Cabo Verde) | Latitud N | Longitud W Greenwich | Módulo de 18 leg. | | Módulo de 17,5 leg. | | Módulo de 16,66 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 370 leg. en grados | Longitud línea | 370 leg. en grados | Longitud línea | 370 leg. en grados | Longitud línea |
| Isla del Fuego *(Reg. Munich)* | 14° 30′ | 24° 30′ | 21° 12′ | 45° 42′ | 21° 50′ | 46° 20′ | 22° 49′ | 47° 19′ |
| Isla del Fuego *(Reg. Evora)* ... | 15° 0′ | 24° 30′ | 21° 16′ | 45° 46′ | 21° 53′ | 46° 23′ | 22° 59′ | 47° 29′ |
| Isla de Santiago *(Esmeraldo)* ... | 15° 20′ | 23° 48′ | 21° 19′ | 45° 7′ | 21° 55′ | 45° 43′ | 23° 1′ | 46° 49′ |
| Isla Boa Vista ... | 16° 5′ | 22° 39′ | 21° 23′ | 44° 2′ | 21° 59′ | 44° 38′ | 23° 6′ | 45° 45′ |
| Isla San Antón *(Esmeraldo)* ... | 16° 40′ | 25° 21′ | 21° 28′ | 46° 49′ | 22° 4′ | 47° 25′ | 23° 11′ | 48° 32′ |
| Isla San Antón ... | 17° 5′ | 25° 21′ | 21° 30′ | 46° 51′ | 22° 6′ | 47° 27′ | 23° 14′ | 48° 35′ |
| Isla San Antón *(Reg. Munich)* | 18° 0′ | 25° 21′ | 21° 36′ | 46° 57′ | 22° 14′ | 47° 35′ | 23° 21′ | 48° 42′ |



Si dividimos 1461 por 87,5, tendremos como cociente 16,68 leguas, que constituyen el módulo del grado en el paralelo en que se ha efectuado la medida. Como el intervalo entre el cabo de Buena Esperança y Malaca abarca los paralelos comprendidos entre 34° 23′ S, correspondiente a la latitud del primer punto, y 2° 11′ N, correspondiente a la del segundo, es probable que Magallanes haya empleado la media de las latitudes extremas —18° 11′—, en cuyo caso el valor del coseno —0,9501— multiplicado por 17,5 arroja como producto 16,62, poco diferente de 16,68; esta coincidencia en los resultados acredita que Magallanes usó en sus cálculos para la membranza el módulo de 17,5 leguas al grado.

Según la membranza, las islas de Maluco más orientales se encontraban cuatro grados al este del antimeridiano de Tordesillas, o sea, en hemisferio español. Magallanes nunca había estado en las Malucas, o Molucas, por lo cual hay que admitir que los datos acerca de la situación de estas islas procedían de su amigo Francisco Serrão, quien, de acuerdo a lo declarado por Gonzalo Gómez de Espinosa ([37]), aseguraba que, «conforme a la navegación y altura que había tomado», pertenecían al rey de Castilla.

Para Magallanes el hemisferio portugués comenzaba 22° al occidente de la punta occidental de la isla de San Antón (véase esquema B). El cabo de Santa María, «en treynta y cinco graos de latitud y a seis graos y quarto de longitud de la dicha ysla» (de San Antón), estaba en «la misma tierra del brasil de portugal». La línea de la demarcación pasaba, por tanto, a 22° — 6° 15′ = 15° 45′ al oeste del cabo de Santa María y cortaba las costas meridionales de América en un punto que Magallanes ignoraba, pues el susodicho cabo era para él lo más austral que conocía.

Intentar averiguar por donde el meridiano de demarcación cortaba el litoral sudamericano, partiendo de la posición real del cabo de Santa María y por el procedimiento de agregar a la longitud de este lugar los 15° 45′ que nos suministra la membranza, es incurrir en el más torpe de los errores; para proceder así sería necesario tener plena confianza en que las coordenadas geográficas del cabo Santa María corresponden a las del cabo que hoy lleva este nombre en las costas del departamento de Rocha; sin embargo, esta identificación ha sido rechazada por la crítica histórica, a partir de Groussac y Eugenio de Castro, localizándose el accidente de Magallanes en Punta del Este actual. Por otra parte, aun admitiendo como exacta esta última localización, tampoco basta con sumar a la longitud de Punta del Este (54° 57′ 24″) los 15° 45′ para afirmar que el resultado de la operación (70° 42′ 24″ W) proporciona la longitud del meridiano de demarcación de Magallanes; en caso de aceptarse este criterio la línea de la partición pasaría un poco al este de Punta Arenas, quedando casi toda la América Meridional bajo dominio portugués. Para convalidar este resultado sería necesario admitir que la costa atlántica de América del Sur se representaba entonces con la misma orientación que hoy se le da, cosa que no ocurría.

([37]) Véase la probanza de Cristóbal de Haro acerca de lo ocurrido en la India a los tripulantes de la nao *Trinidad*, en José Toribio Medina, *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile*, t. II, p. 124. Según el roteiro de Leyden, Magallanes estuvo en las Molucas pero se trata de uno de los trocatintas del documento.

Corrobora lo dicho el esquema B en que las costas de América de trazado discontinuo han sido trazadas de acuerdo a las coordenadas de la membranza. En suma, para hallar la situación del meridiano de demarcación de Magallanes hay que descartar todo intento de aplicar nociones o conceptos de la cartografía actual.

Pero, si recapacitamos un poco, hemos de convenir en que Magallanes ignoraba, según resulta de la propia membranza, por donde cortaba las costas sudamericanas el meridiano de Tordesillas; por ello no se puede pretender, basándose en el conocimiento actual de la geografía, llevar la divisoria por donde el mismo autor del memorial no tenía la menor idea. Debemos, por tanto, descartar, como antihistórica, la pretensión de hallar la situación de la línea de la demarcación antes de que Magallanes emprendiera viaje, con arreglo a los datos de la membranza y sólo podemos inferir que cortaba las costas orientales de América al sur del río de la Plata.

Mucho mayor interés que las hueras especulaciones a que acabamos de referirnos, presenta la averiguación de la cuantía de los errores correspondientes a las longitudes de los diversos lugares de la membranza; a base de esos datos se ha confeccionado el cuadro II. Cuando las distancias del memorial son mayores que las reales, las diferencias van precedidas en la última columna del cuadro del signo + y, en caso contrario, del signo —. Puede observarse que se encuentran valores menores

CUADRO II

**Diferencia de longitudes entre lugares de la membranza de Magallanes**

| (1) Intervalo | (2) Diferencia de longitud según la membranza | (3) Diferencia real de longitud | (4) Error Diferencia entre (2) y (3) |
|---|---|---|---|
| De isla San Antón a cabo San Agustín ...... | 2° | 9° 34′ 51″ | — 7° 34′ 51″ |
| De cabo San Agustín a cabo S. María antiguo | 4° 15′ | 20° 1′ 33″ | — 15° 43′ 33″ |
| De isla San Antón a cabo S. María antiguo | 6° 15′ | 29° 36′ 24″ | — 23° 21′ 24″ |
| De isla San Antón a cabo Buena Esperanza | 53° | 43° 46′ 57″ | + 9° 13′ 3″ |
| De cabo Buena Esperanza a cabo S. María antiguo ........................................ | 59° 15′ | 73° 23′ 21″ | — 14° 8′ 21″ |
| De isla San Antón a Malaca .................... | 140° 30′ | 127° 36′ 0″ | + 12° 54′ 0″ |
| De isla San Antón a islas Molucas ........... | 162° | 152° 40′ 24″ | + 9° 19′ 36″ |
| De cabo Buena Esperanza a Malaca ........... | 87° 30′ | 83° 49′ 3″ | + 3° 40′ 57″ |
| De Malaca a islas Molucas ...................... | 21° 30′ | 25° 4′ 24″ | — 3° 34′ 24″ |
| De cabo Buena Esperanza a islas Molucas ... | 109° | 108° 53′ 27″ | + 0° 6′ 33″ |



que los reales en América del Sur e islas Molucas, es decir, en las zonas en litigio y únicamente en éstas.

El error de longitud entre la isla de San Antón y el cabo de Santa María antiguo es de — 23° 21′ 24″, pero, en vez de estar aumentado en una veintena de grados, como ocurría con los memoriales españoles, está disminuído en una cantidad angular del mismo orden. Como las distancias de la membranza deben proceder de derroteros portugueses, hay que reconocer que Magallanes tenía razón al sospechar que los Portugueses acortaban las distancias sin que nadie se apercibiese. Veamos ahora lo que ocurre en el hemisferio oriental; desde la isla de San Antón a Malaca el error es de + 12° 54′ 0″ y desde Malaca a las Molucas de — 3° 34′ 24″; nuevamente la distancia aparece disminuída por debajo de las reales en un intervalo de sólo 25°.

En la apreciación de las distancias, generalmente éstas se sobreestiman ([38]) por los pilotos a los efectos de dar resguardo a las naves para seguridad de la navegación; debido a esta circunstancia, la disminución comprobada entre Malaca y las Molucas se compensa con la sobreestima entre el cabo de Buena Esperanza y Malaca (+ 3° 40′ 57″), obteniéndose el curioso resultado de que entre el cabo de Buena Esperanza y las Molucas el error alcanza el mínimo de + 6′ 33″, record jamás igualado en el cálculo de las longitudes geográficas antes del siglo XIX.

Si consideramos ahora las longitudes de cada uno de los puntos contenidos en la membranza y reducimos esos valores al meridiano de Greenwich (situado a [22° + 25° 21′ =] 47° 21′ al este de la línea de Tordesillas, que es el primer meridiano del memorial), obtenemos los resultados registrados en el cuadro III; el cálculo de los errores arroja exactamente las mismas cifras a que se llegó en el cuadro II para las diferencias entre cada lugar y la isla de San Antón, lo cual no puede sorprender porque, siendo las longitudes valores angulares entre cada punto y el meridiano inicial, cuando ellas se refieren al mismo meridiano, que en ambos casos es, directa o indirectamente, el de la isla de San Antón, los resultados han de ser idénticos.

Para tener una idea definida de la exactitud alcanzada por los pilotos portugueses en sus navegaciones al Extremo Oriente, reflejada en la membranza de Magallanes, basta mencionar que, en pleno siglo XVIII, el gran navegante inglés James Cook, al ir desde Tahití hasta Nueva Zelandia, en 1769, incurrió, en ese corto trayecto de 31° de longitud geográfica, eu un error de 3° 16′ con el empleo de la longitud estimada a base de la corredera, según pudo comprobar él mismo con observaciones astronómicas y para lograr una exactitud aceptable en la determinación de ciertas longitudes debió medir más de 10 000 distancias lunares ([39]).

([38]) Morison, *El Almirante de la Mar Océano*, p. 244.

([39]) James Cook, *Relación de su primer viaje alrededor del mundo*, Madrid, 1936, t. II, p. 4. En la obra de Robert de Loture, *La navigation a travers les âges*, Paris, Payot, 1952, p. 180, se atribuye equivocadamente a Cook, en el trayecto Tahiti-Nueva Zelandia, un error de 31°.

Este tardío caso concreto pone más de relieve la increíble exactitud lograda en la segunda década del siglo XVI en el intervalo desde el cabo de Buena Esperanza a las islas Molucas, después de contornear el Africa, sin más recursos que la estima sin corredera y sin disponer —que sepamos— de ningún procedimiento de control; con tan pobres medios lograron unos resultados que sólo pudieron mejorarse en pleno siglo XIX, gracias a los progresos del instrumental técnico.

CUADRO III

**Coordenadas de los lugares mencionados por Magallanes en la membranza**

| (1) Lugares | (2) Latitud actual | (3) Longitud actual Greenwich | (4) Longitud de la membranza desde línea Tordesillas | (5) Longitud de la membranza reducida a Greenwich | (6) Error. Diferencia entre (5) — (3) |
|---|---|---|---|---|---|
| Punta W de isla San Antón ... | 17° S | 25° 21′ W | 22° E | 25° 21′ W | 0 |
| Cabo San Agustín ................ | 8° 20′ 40″ S | 34° 55′ 51″ W | 20° E | 27° 21′ W | — 7° 34′ 51″ |
| Cabo Santa María antiguo ...... | 34° 58′ 29″ S | 54° 27′ 24″ W | 15° 45′ E | 31° 36′ W | — 23° 21′ 24″ |
| Cabo de Buena Esperanza ....... | 34° 22′ 0″ S | 18° 25′ 57″ E | 75° E | 27° 39′ E | + 9° 13′ 3″ |
| Malaca ............................... | 2° 11′ 24″ N | 102° 15′ 0″ E | 162° 30′ E | 115° 9′ E | + 12° 54′ |
| Islas Molucas (Ternate) ......... | 0° 52′ 40″ N | 127° 19′ 24″ E | 184° E | 136° 39′ E | + 9° 19′ 36″ |

## LAS LONGITUDES GEOGRÁFICAS DEL PRIMER VIAJE DE CIRCUNNAVEGACIÓN

La expedición de Hernando de Magallanes es la primera de la que poseemos datos documentados acerca de las disposiciones adoptadas, antes de la partida, para la determinación de longitudes geográficas, durante su transcurso.

Aunque Magallanes estaba plenamente convencido de que las islas Molucas se encontraban situadas en hemisferio español, según expone en la membranza, no podía descuidar la verificación *in situ* de ese importante dato, sin cuyo requisito y confirmación fracasaba el objetivo principal del viaje. De ahí su interés en incorporar a la armada el cosmógrafo portugués Ruy Faleiro, de notoria versación en materia de coordenadas geográficas y autor de un *Regimiento* de la altura de leste-oeste, que Magallanes proyectaba emplear durante el viaje ([39-bis]).

([39-bis]) Según Barros (*Décadas de Asia,* década III, lib. V, cap. 8, p. 627), Magallanes «ajuntou-se com um Ruy Faleiro, portuguez de Nação, astrólogo judiciario, tambem aggravado d'El Rey, porque o não quiz tomar por este officio, como se fora couza de que El Rey tenha muita necessidade». De la expresión «portuguez de Nação», Bensaúde infiere, basándose en casos similares (*L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes,* Berna, 1912, p. 61, nota), que Faleiro era judío.



Tanta era la importancia asignada a las longitudes geográficas que a Faleiro se le concedieron inicialmente las mismas atribuciones y cargo que a Magallanes ([40]). Pero mientras se efectuaban los preparativos, Faleiro empezó a dar claras muestras de perturbación mental ([41]), debiendo ser sustituído en el comando de la armada por Juan de Cartagena y en las funciones de cosmógrafo por Andrés de San Martín ([42]). Se dispuso también que Francisco Faleiro, hermano de Ruy, fuese por capitán de una de las naos en caso de que Ruy entregara el regimiento de la altura de leste-oeste.

El cronista portugués Fernão Lopes de Castanheda nos informa que el citado regimiento se componía de 30 capítulos con tres procedimientos para la determinación de la longitud ([43]); los tres procedimientos consistían en la utilización de las latitudes de la Luna, en la conjunción de la Luna con estrellas u oposición de la Luna con el Sol y en la variación de la aguja magnética ([44]).

El procedimiento de las conjunciones u oposiciones de la Luna con los planetas y estrellas constituía el cuarto capítulo, según sabemos por Lopes de Castanheda ([45]). Este detalle del cuarto capítulo permitió al sagaz investigador portugués Com.te Avelino Teixeira da Mota identificar un documento conservado en el Archivo General de Indias de Sevilla con el *Regimiento* de Faleiro, que se creía perdido ([46]).

También las «Regole sull'arte di navigare», apéndice que Pigafetta agregó al *Diario del primer viaje de circunnavegación,* en lo referente a la determinación de longitudes, proceden indiscutiblemente de Faleiro, pues describe los mismos tres procedimientos del cosmógrafo portugués ([47]).

Aparte de la existencia comprobada del Regimento de Faleiro para determinar longitudes, existe constancia documental de haberse calculado longitudes geográficas durante el viaje de Magallanes. Acerca de algunas de ellas disponemos de los infor-

([40]) Navarrete publicó la concesión por el rey del título de capitanes concedido conjuntamente a Magallanes y a Ruy Faleiro el 22 de Marzo de 1518 (*Colección de los viajes,* t. IV, doc. IV, pp. 121-122).

([41]) El embajador portugués en la corte española, Álvaro da Costa, escribió al rey de Portugal con fecha 28 de septiembre de 1518 y entre otras cosas le decía: «del bachiller —alude a Ruy Faleiro— no se haga caso; duerme poco y anda casi fuera de seso» (Navarrete, *Colección,* t. IV, doc. VI, pp. 123-124).

Por su parte, el factor del rey de Portugal en Sevilla, Sebastián Alvares, escribía a su monarca: «hablé con Rui Faleiro dos veces: nunca me dijo más de que no haria tal contra el Rey su Señor que tanta merced le hacía. Esta era su respuesta a cuanto le decía. Paréceme que tiene vuelto el juicio» (Navarrte, *Colección,* t. IV, doc. XV, p. 154).

([42]) El rey mandó desde Barcelona el 26 de julio de 1519 que Ruy Faleiro no fuera en la armada de Magallanes y en su lugar se nombró Juan de Cartagena como conjunta persona de Magallanes (Navarrete, *Colección,* t. IV, doc. XVI, p. 156).

([43]) Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento & conquista da India pelos portugueses,* Coimbra, 1924, lib. V, cap. VI, t. III, p. 157.

([44]) Avelino Teixeira da Mota, *O Regimento da altura de Leste-Oeste de Rui Faleiro,* Lisboa, 1953, p. 9.

([45]) Lopes de Castanheda, *ob. cit.,* lib. V, cap. VII, p. 159.

([46]) Teixeira da Mota, *ob. cit.*

([47]) «Le regole» de Pigafetta fueron publicadas en la *Raccolta Colombiana,* al final del *Diario.*

mes proporcionados por los cronistas portugueses que revelan los procedimientos utilizados y hasta los valores obtenidos; los resultados también fueron registrados por Francisco Albo en su derrotero y por Pigafetta en su Diario, lo que permite efectuar un estudio crítico pormenorizado de estas operaciones.

Es opinión unánime que Andrés de San Martín tuvo a su cargo el cálculo de las longitudes geográficas. Es terminante el siguiente pasaje de Juan de Barros: «e assi houve outros papéis e livros que Duarte de Resende, feitor de Maluco, recolheu do astrólogo Andrés de San Martín. Porque, como era latino e homem estudioso das cousas do mar e geografia, entendeu logo nelas; e vindo a êste reino, houvemos dêle alguns, principalmente um livro que êle, Andrés de San Martín, escreveu de sua mão, em o qual está o descurso do caminho que fês e de todas suas alturas, observações e conjunções que tomou. E porque acerca desta matéria alguas pessoas teem escrito cousas de que não teveram bõo informação, e outros maleciosamente dizem muitas falsidades, o que aqui dissermos será do mesmo seu livro, por ser parte sem suspeita polo que toca à nossa» (48).

Es creencia general que Andrés de San Martín comenzó en América la determinación de longitudes; sin embargo, el cronista Juan de Barros, que tuvo la oportunidad de tener en sus manos los libros de San Martín, registra una observación de éste, que, por su valor, no puede corresponder a América; el cronista oculta con reticencia el lugar: «Não dizemos em que parte foi, porque tudo guardamos pera seu tempo» (49).

Según palabras textuales de San Martín, reproducidas por Barros: «De maneira, que haveria diferença dêste meridiano ao meridiano de Sevilha, não estando erradas as távoas do dito Almanaque [de Monte Regio] corenta e dous minutos de hora, porém, porque me consta ser muito mais a diferença, infiro haver erro nas Távoas, que certo não sei a que o atribuía. Porque atribuído a vício da impressão, não é de crer ua cousa tam comum e tam divulgada como os Almanaques de Joanes de Monte Régio, da impressão de João Lietersteim abondonar de tantos vícios nela, por razão do crédito de sua impressão. Pois atribuí-lo a que João de Monte Régio errasse a equação dos movimentos, também me parece grave cousa dizer um homem de tanta veneração e autoridade em astronomia, ter errado sua obra. Também me maravilho, e muito mais ver minhas experiências não convirem com o escrito. Infiro e cerro-me em dizer que *Quod audivimus, loquimur; quod vidimus, testamur*; e que, toque a quem tocar, em o Almanaque estão errados os movimentos dos céus: *Sicuti experientia experti fuimus*» (50).

Cuarenta y dos minutos horarios de longitud equivalen a 10° 30′ de arco. La armada de Magallanes hizo escala en Tenerife y la diferencia real de longitud

(48) Barros, *Décadas de Asia*, década III, lib. V, cap. X, Lisboa, ed. 1946, t. III, p. 297.

(49) Barros, *ob. y lug. cit.*

(50) El trozo transcrito contiene varios deslices bibliográficos de San Martín; Regio Monte no publicó ninguna obra titulada *Almanaque*, sino *Efemérides*. El Juan Lieterstein a que alude se llamaba en realidad Pedro de Liechtenstein: era impresor alemán oriundo de Colonia y establecido en Venecia, donde publicó en 1502 el *Almanach Perpetuum* de Zacut; no tenemos noticias de que haya publicado las Efemérides de Regio Monte.



entre el pico de Teide y la ciudad de Sevilla es de 10° 38′ 07″ (42 minutos y 34 segundos) de acuerdo a los datos del *Anuario del Observatorio Astronómico de Madrid para 1958* y la *Connaissance des Temps* para 1907. Esta asombrosa coincidencia entre la distancia angular real y la calculada por San Martín obligan a eliminar a Tenerife como lugar de la observación, sobre todo si se tiene en cuenta que el propio San Martín declara que la diferencia real era mayor que la calculada por él. San Martín no fué el único en lograr tan increíble exactitud para aquellos tiempos; la evaluación de Jerónimo de Chaves (51), que asigna 41 minutos a la longitud entre Tenerife y Sevilla, difere en solo un minuto de la de San Martín y la real; en cambio, si se recurre a Apiano (52), éste registra 4° 42′, que equivalen a 18 minutos, con lo cual los 42 minutos, en vez de ser éstos un valor notoriamente inferior al que se le adjudicaba en su época, según anota Barros, representan una cantidad mayor. No se trata, por lo tanto, de Tenerife.

El lugar podría corresponder, más bien, a las islas de Cabo Verde, que, según el *Reportorio* de Chaves, distan de Sevilla 1 hora y 1 minuto, la de Santiago, y 1 hora y 12 minutos, la da San Antón; en este caso se explicaría que a San Martín le haya parecido muy baja la cifra de 42 minutos. La dificultad de esta identificación estriba en que, según Pedro Mártir (53), los expedicionarios sólo dieron vista a las islas de Cabo Verde pero no se detuvieron en ellas; Pigafetta también afirma que pasaron entre el cabo [Verde] y las islas (54); ahora bien, las determinaciones de longitud se efectuaban entonces invariablemente en tierra y no en el mar. No faltan, sin embargo, cronistas que mencionan una escala en las islas del Cabo Verde; Maximiliano Transilvano sostiene que Magallanes arribó a elas (55); Francisco López de Gómara expresa que fueron a las islas de Cabo Verde (56); Gonzalo Fernández de Oviedo dice categóricamente que hicieron escala en el archipiélago (57).

Pese a las declaraciones que anteceden, ningún historiador moderno acepta que Magallanes se haya detenido en el archipiélago de Cabo Verde.

Podrían, no obstante, conciliarse todas las opiniones si reparamos que con arreglo a lo relatado por Antonio de Herrera, que gozó también del privilegio de consultar los libros de Andrés de San Martín, después de la escala en las Canarias, Magallanes modificó el rumbo de la armada, ordenando a sus naves dirigirse hacia el sur, lo que motivó protestas de parte de Juan de Cartagena por no ser ese el rumbo que se había declarado, y refiere Herrera que tuvieron calmas más de veinte días en la costa de África; es posible que, aprovechando esas calmas, que creaban

(51) *Chronographia o Reportorio de los Tiempos*, Sevilla, 1572, fol. 271-v.

(52) Pedro Apiano, *Libro de la Cosmographia*, Amberes, 1548, fol. 35-r. (Sevilla long. 5° 42′) y fol. 50-r. (Canarias, long. 1° 0′).

(53) Mártir, *Décadas del Nuevo Mundo*, p. 426.

(54) Pigafetta, *Diario*, Madrid, 1927, p. 44.

(55) Navarrete, *Colección*, t. IV, p. 256.

(56) Francisco López de Gómara, *Historia General de las Indias*, Madrid, 1922, t. I, p. 216.

(57) *Historia General y Natural de las Indias*, t. II, p. 9.

en los barcos una situación análoga a la tierra firme y estando a la vista de las islas de Cabo Verde, Andrés de San Martín haya calculado la longitud geográfica de ese archipiélago, cuyo resultado registra Barros, sin declarar a que lugar concreto corresponde ([58]).

La diferencia de longitud con Sevilla, si se considera la isla más oriental de Boa Vista (longitud de punta Carreto: 22° 41′ W), son 16° 41′, lo que significa 6° 11′ = 24 m 44 s más de lo indicado por San Martín, y, si se trata de la isla más occidental del grupo, la de San Antón (longitud de la punta W, Chão de Mangrade: 25° 21′), la diferencia con Sevilla son 19° 31′ 28″ = 1 h 18 m 5,8 s, lo que supone 9° 1′ 28″ = 36 m 5,8 s más de lo calculado por San Martín.

Los datos correspondientes al grupo de las islas de Cabo Verde se ajustan más a los comentarios de San Martín que los de Tenerife; sin embargo, no puede considerarse definitivamente resuelta la cuestión, mientras no se disponga de nuevos elementos de juicio que permitan pronunciarnos con seguridad acerca del lugar a que se refiere Barros.

Al llegar la armada magallánica a las costas de América Meridional, Andrés de San Martín prosiguió la labor de calcular las coordenadas geográficas de los puntos costeros más importantes.

Barros nos ha trasmitido la lista de los lugares donde se hicieron observaciones, que es la siguiente: «No Rio de Janeiro, a dezassete dias do mes de Dezembro de quinhentos e dezanove, tomou êle ũa conjunção de Júpiter com a Lua; e no primeiro de Fevereiro de quinhentos e vinte tomou outra posição la Lũa e Veenus; e a vinte três do dito mes e era, outra do Sol e da Lũa; e em dezassete de Abril do mesmo ano, um eclipse do Sol, e a vinte três de Dezembro, já passado o estreito, ũa oposição do Sol e da Lũa, e todas estas observações calculava sobre o meridiano de Sevilha» ([59]).

El resultado de esas operaciones ha sido omitido sistemáticamente por Barros, que comenta sarcásticamente «de lhe não responderem a seu propósito sobre o negócio a que iam, aqueixa-se de ũas Tavoas de Joanes de Monte Regio, dizendo que não pode ser senão que os números estavam errados, e que lhe pareceia que devia ser por culpa dos impressores» ([60]).

A juzgar por estas palabras, las determinaciones de San Martín constituyeron un rotundo fracaso.

Detengámonos en el análisis de las observaciones realizadas. En general, puede adelantarse que las conjunciones y oposiciones estudiadas no debieron dar resultados positivos porque los valores tabulares no eran expresión exacta de los movimientos planetarios. Puede servir de exemplo a lo que acabamos de decir la determinación

([58]) Hay que excluir, sin embargo, que los comentarios del cronista Juan de Barros, que hemos transcrito anteriormente, hayan sido motivados por el fracaso de la determinación de la longitud de Rio de Janeiro, tal como han entendido erróneamente algunos autores sin atender a lo daclarado por el propio Barros.

([59]) Barros, *Décadas de Asia,* década III, lib. V, cap. X, t. III, p. 297.

([60]) Barros, *ob. y lug. cit.*



efectuada en Rio de Janeiro, de la que el cronista Antonio de Herrera proporciona la siguiente versión, que podemos considerar fidedigna, pues procede directamente de Andrés de San Martín: «Estando en este Rio de Genero a 17 de Diciembre, a las quatro horas i treinta minutos de la mañana, que eran siete horas, i treinta minutos antes de Mediodia, se vio la Luna sobre el Oriçonte Oriental, en altura de 28 grados, i treinta minutos, i Jupiter elevado sobre ella, en altura de 33 grados, i 15 minutos: deduciendo el altura de la Luna de la de Jupiter, se halló de diferencia 4 grados, i 45 minutos, que bolviendo atrás con el movimiento de la Luna, a ponerse en la conjuncion de Jupiter, 9 horas, i 15 minutos: en cuio espacio movió la Luna los dichos 4 grados, i 45 minutos: deduciendolos de las 16 horas, i 30 minutos de la Nota, parece que fue el Viernes 16 de Diciembre, a las 7 horas, i 15 minutos después de Mediodia. Viene por las tablas del Caçuto a la una hora, y 20 minutos despues de Mediodia, en el Meridiano de Salamanca, este dia Sabado; i en el meridiano de Sevilla, a la una hora, i 12 minutos despues de Mediodia. Y por el Almanac de Juan de Monte-Regio hallaron que vino a ser dicho dia Sabado 17 de Diciembre, en el Meridiano de Sevilla a la una hora, i 10 minutos despues de Mediodia; i segun esta conjuncion, que parece que fue en este Meridiano, a los 16 de Diciembre, siete horas i quince minutos despues de Mediodia, pareció haver de diferencia de este Meridiano al de Sevilla, 17 horas, i 55 minutos; de lo qual infirieron haver error en la equacion de los movimientos en las tablas, porque es imposible ser tanta la longitud. Y el Piloto Cosmografo Andres de San Martin dixo, que otra vez notó en Sevilla la conjuncion de la Luna con Jupiter, i halló de error 10 horas, i 33 minutos de más, i aliende una hora,, i 50 minutos de la diferencia del Meridiano de Sevilla al de Ulma» ([61]).

La curiosa mescolanza que muestra lo transcrito entre el cómputo astronómico (cuyos días comienzan a mediodía) y la cuenta civil (cuyos días empiezan a la medianoche) nos obliga a explicar al lector que desde el viernes 16 de diciembre a mediodía hasta las 4 horas y 30 minutos del día civil sábado 17 de diciembre, en que se efectuó la observación, pasaron 16 horas 30 minutos y, deduciendo las 9 horas 15 minutos transcurridas desde la conjunción de Júpiter y la Luna, se obtiene para la hora de la conjunción en Rio de Janeiro 7 horas 15 minutos después de mediodía del 16 de diciembre (día astronómico). En Sevilla la conjunción ocurrió el día astronómico sábado 17 de diciembre a 1 hora y 10 minutos, según las tablas de Monte Regio. Por consiguiente, el tiempo que medió entre las 7 horas 15 minutos del 16 de diciembre y la 1 hora y 10 minutos del 17 de diciembre es igual a:

$$4\,\text{h}\ 45\,\text{m} + 12\,\text{h} + 1\,\text{h}\ 10\,\text{m} = 17\,\text{h}\ 55\,\text{m}$$

Este intervalo de tiempo equivale a 268° 45′ de diferencia de longitud en tanto que la verdadera entre Rio de Janeiro y Sevilla es de sólo 37° 14′. Se comprende que San Martín rechazara indignado aquel resultado.

([61]) Antonio de Herrera, *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Océano,* t. IV, Madrid, 1936, década II, lib. IV, cap. X, p. 104.

Sería muy interesante y provechoso verificar, con arreglo a las tablas astronómicas de Neugebauer, los datos de la conjunción de la Luna y Júpiter el día 17 de diciembre de 1519. Sorprende que ningún investigador haya realizado esta operación que nosotros no podemos abordar por no disponer de la obra de Neugebauer.

De acuerdo a los datos de Barros, la siguiente determinación de San Martín tuvo lugar el 1º de febrero de 1520 y se utilizó una oposición de Luna y Venus; lo único que podemos agregar, infiriéndolo de la fecha, es que la operación se realizó en el río de la Plata, cuando, después de realizada la exploración del estuario, la armada se encontraba de regreso frente a Monte Vidi, o sea, al Cerro de Montevideo. A ésta le siguió la del 23 de febrero, aunque es verosímil que se haya efectuado en realidad el día 24, pues este día se encontraban dentro de la bahía de San Matías, o Sin Fondo; San Martín se valió de la oposición entre el Sol y la Luna. Nada sabemos de los resultados de las determinaciones realizadas en el mes de febrero y sólo la aparición del libro, hoy perdido, de San Martín podría resolver esas incógnitas.

El 31 de marzo de 1520 la armada de Magallanes penetró en el puerto de San Julián y en él permanecieron hasta el 24 de agosto ([62]). Según Lopes de Castanheda, estando en este puerto, Magallanes «mostrou aos pilotos & ao astrologo Andres de sam Martim ho regimento que leuaua de Ruy faleyro acerca de se poder saber a altura de leste a oeste como ja disse. E visto ho regimento por todos, mandoulhes Fernão de magalhães: que dissesse cada hum o que alcançaua a saber, & se podião aproueitar dele em sua navegação. E os pilotos responderão por escripto que não se podia vsar daquele regimento, nem aproueitaua pera se nauegar por ele. E assi ho assinarão: & ho astrologo respondeo ho mesmo a todos os capitolos do regimento

([62]) Herrera (*Historia*, década II, lib. IX, cap. XI, t. V, p. 330) dice: «y navegando por la costa entraron en el río de San Julián, víspera de Pascua de Flores». La Pascua de Flores o Pascua Florida es el Domingo de Ramos y la víspera correspondió en el año 1520 al sábado 31 de Marzo (A. Cappelli, *Cronologia e Calendario perpetuo*, Milano, Hoepli, 1906, p. 148).

Barros dice que «seguindo seu descobrimento, chegarão a dous dias Dabril do anno de quinhentos & vinte, a hum rio a que chamaram de sam juliam que está em cinquoenta graos» (década III, lib. V, cap. IX, Lisboa, 1563, fol. 148).

Ginés de Mafra, tripulante de la armada magallánica, deja bien establecido: «Entrada el armada en este rio de San Julián víspera de Pascua Florida del año de mill y quinientos y veinte» (*Libro que trata del descubrimiento y principio del estrecho que se llama de Magallanes*, Madrid, 1920, p. 187).

Francisco Albo registra en su derrotero que después del 2 de Marzo de 1520 «no tomamos mas el Sol hasta que fuimos en un puerto llamado San Julián y allí entramos el postrer día de marzo y allí estuvimos hasta el día de San Bartolomé, que es a 24 del mes de Agosto y el dicho puerto está en 49 grados y dos tercios» (Navarrete, *Colección*, t. IV, p. 214).

Maximiliano Transilvano también anota en su carta que «llegaron a fines del mes de marzo del año siguiente de mil y quinientos y veinte a un golfo a quien pusieron por nombre el golfo de San Julián» (Navarrete, *Colección*, t. IV, p. 256).

Hay pues coincidencia casi absoluta en la fecha de entrada en San Julián y lo mismo respecto a la de partida de dicho puerto.



que erão trinta saluo ao quarto que dizia que pola conjunção que a lũa tem com as estrelas fixas & com ho sol se pode saber o que hũa terra dista da outra na altura de leste a oeste. E disse a este capitulo que não auia outro caminho pera alcançar a diferença da altura de norte a sul a de leste a oeste se não aquele nem ele o sabia» ([63]).

La consulta a los pilotos se realizó en San Julián, según Castanheda, pues así resulta del siguiente párrafo: «E acrescentou ainda outras muytas conjunções & oposições, & pera mor clareza disso fez sobrisso hum tratado em que alegou muyta astrologia, & disse que aquela regra era muy sabida por todos os astrologos & cosmographos. E per ela estando ele naquele porto no mesmo anno a dezasete Dabril que fora ho eclipse do sol vira & notara pelo eclipse que ali tomou que ho meridiano daquele porto distaua do de Sevilha donde partirão sessenta & hum graos de norte a sul. O que sabido por Fernão de magalhães & pelos pilotos: foy por todos aprovado por bom, & quando virão que a distancia dos graos era tanta quiseranna diminuir & encurtar a derrota que ate li fizerão, porque se temião de sair do lemite de Castela, & poserão ho mesmo porto em algũas cartas que leuauão arrumadas em branco & hums ho poserão em corenta & tres graos, outros em corenta & seys: mas a verdade foy posta nos papeis & liuros em que as escriuião, cuydando que nao avião nunca daparecer como despois parecerão & vierão ter ás mãos dos nossos, pelos quais se mostrou que as ilhas de Banda & de Maluco sam do descobrimento de Portugal & ainda alem da Banda treze graos & meio, & de Maluco dezasseys» ([64]).

Los dos párrafos de Castanheda que se acaban de transcribir exigen un comentario. En primer término, es verosímil admitir que la consulta a los pilotos debió realizarse al principio de la permanencia en San Julián y ella respondía a la necesidad, experimentada por Magallanes, de justificar el fracaso de los métodos, ensayados hasta entonces, del regimiento de Faleiro. Castanheda evidencía en lo transcrito desconocimiento acerca del tema, pues incurre en gruesos lapsus, como el de atribuir, en el primer párrafo, a Andrés de San Martín, que dijera en su informe a Magallanes que no había otro camino que el descripto en el capítulo IV del regimiento de Faleiro para determinar la diferencia de la «altura de norte sur e de este a oeste»; y en el segundo párrafo agrava su error al afirmar que el meridiano de San Julián distaba del de Sevilla 61º «de norte sur».

Castanheda publicó la parte de la obra a que nos estamos refiriendo en 1554 y Juan de Barros, al dar a luz en 1563 la tercera década no pudo sufrir tales disparates y después de declarar que Andrés de San Martín era latino y hombre docto en astronomía, agrega: «E o auctor da obra quando vem a falar no caso (bem sey que o nam fez de malicia mas dalgum descuydo ou de nam ter noticia dos termos) confundeos, dizendo: que o meridiano daquelle porto, distaua do de Sevilha donde partirão, sessenta & hum graos de norte & sul. E elle Andres de Sam Martim diz

([63]) Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento da India*, Coimbra, 1924, l. VI, cap. VII, t. III, p. 159.

([64]) Castanheda, *ob. y lug. cit.*

que o meridiano daquelle porto, distaua do merediano de Seuilha sessenta [sic, por sessenta & hum] graos da linha equinocial: porque graos da equinocial sam graos de longura, & graos de norte sul sam de largura» (65).

Debemos, en el fondo, quedar reconocidos al error de Castanheda porque, gracias a él, disponemos de la confirmación del resultado de la determinación de la longitud del puerto de San Julián por Barros.

Como la longitud real del puerto de San Julián es de 67° 37′ W de Greenwich (*South America Pilot*, ed. 1922), con respecto a Sevilla es de 61° 37′ y por tanto difiere del valor alcanzado por Andrés de San Martín en sólo 37′, lo cual constituye una hazaña técnica inigualada. Maximiliano Transilvano, en su carta, confirma el dato al decir que «hallaron estaban en 56° de longitud más occidentalmente que las Canarias» (66); si se recuerda que Pedro Apiano asigna 5° 42′ a la longitud de Sevilla (tomando como primer meridiano el de las islas Canarias), esto nos conduce al valor de 61° (prescindiendo de los minutos) para longitud de San Julián a partir de Sevilla.

Es hora de que nos refiramos al eclipse de Sol del 17 de abril de 1520, que, según Castanheda y Barros, sirvió para la determinación de la longitud de San Julián. Groussac realizó el estudio crítico de este eclipse en una nota de su trabajo *Toponymie des côtes de la Patagonie* (67); esta nota, contrariamente a todas las suyas, es desdichadísima por su método y conclusiones: a Groussac, hombre de letras, le faltaban quilates para hombre de ciencia.

Se valió del Canon de Oppolzer (68), que registra los principales elementos del eclipse del 17 abril de 1520 y proporciona la prueba de que fué visible en San Julián, pues su curva central corta la costa atlántica al sur de Cala Coig (Blatt nº 130). Para mayor seguridad, Groussac consultó al Observatorio de Paris, cuyos cálculos le hicieron saber que el eclipse comenzó a las 18 horas 24 minutos del día astronómico (6 h 24 m del día civil) y terminó a las 20 h 22 m (8 h 22 m, día civil). También averiguó que a la latitud de San Julián (49° 15′ S) la salida del Sol el 17 de abril se produjo a las 6 h 48 m, o sea, después de haber comenzado el eclipse. La frecuencia y la intensidad de las nieblas que reinan a esas horas en esas regiones

(65) Tercera década, Lisboa, 1563, l. v, cap. x, fol. 154-v. No nos deben sorprender mayormente estos errores porque en pleno siglo xx leemos en la obra de Enrique Ruiz Guiñazú (*Proas de España en el Mar Magallánico*, Buenos Aires, 1945, p. 85) que entre «el cabo Percival, 61° 22′ W) y el cabo Vírgenes (68° 21′ W) hay una diferencia de 7° de paralelo [sic] entre ambos cabos».

(66) Navarrete, *Colección*, t. IV, p. 256.

Enrique Ruiz Guiñazú atribuye a San Martín la cifra «de 56° al oeste de las Canarias, engañándose — dice — en seis grados». No pueden acumularse más dislates en menos espacio: San Martín no adjudicó la cifra de 56°, pues usaba como primer meridiano el de Sevilla; por otra parte, el error de los 56°, con relación a Tenerife, no llega a cinco grados (Véase: *Proas de España*, p. 61).

(67) *Anales de la Biblioteca*, Buenos Aires, 1905, t. VIII, pp. 417-425.

(68) Teodoro von Oppolzer, *Cannon der Finsternisse*, Viena, 1887, pp. 260-261, hoja nº 130.



durante el mes de abril hacen muy dudosa la observación del fenómeno si los tripulantes no estaban prevenidos, y nada hace pensar que lo estaban.

Groussac expresa luego que Barros, que tuvo en sus manos el Diario de San Martín, afirma que éste encontró el valor de «quarente-deux minutes de différence entre l'heure de Séville et celle de San Julian!», pero a continuación afirma que Barros y Castanheda le asignan la longitud de 61° desde Sevilla. El dato de los 42 minutos de tiempo no corresponde a la longitud de San Julián, como pretende Groussac, sin esgrimir ninguna razón en que apoyarse, y, en cuanto al resultado de 61°, sostiene: «nous devons la rapporter sans hésitation possible aux résultats contemporains des historiens cités et nullement aux déterminations de Magellan ou de ses pilotes» (69). Afirmar que el valor de 61° de diferencia de longitud no debe atribuirse a Magallanes sino a los historiadores Barros y Castanheda es admitir implícitamente que hacia 1554-1563, en que éstos escribían, los métodos de determinar las longitudes habían alcanzado una exactitud muy superior a la de la época de Magallanes; sin embargo, es sabido que no se logró ningún progreso apreciable en la determinación de longitudes hasta el siglo XVIII y que, por tanto, los errores eran del mismo orden de magnitud tanto a principios como a fines del siglo XVI. La exactitud no dependía de los procedimientos sino de la habilidad de los operadores.

Tampoco es admisible que Barros y Castanheda (o, mejor dicho, Andrés de San Martín) hayan fingido la observación del eclipse. Groussac, al forjar esta conjetura, se pasó de listo. Es de advertir que el eclipse del 17 de abril de 1520 no aparece registrado en las Efemérides de Monte Regio, ni en el Almanaque de Zacut, ni en el Lunario de Granollachs, ni en ningún «Reportorio» contemporáneo, porque, como el fenómeno no era visible en Europa, nadie lo incluyó en sus predicciones. Por consiguiente, el hecho de que San Martín mencione el eclipse es demostración palmaria de que lo vió, pués de lo contrario no habría tenido jamás conocimiento del fenómeno (70).

Por otra parte, ya nos referimos a los puntos que calzaba Castanheda en cuanto a saber científico. El mismo Barros, pese a sus alardes críticos, también fué víctima de la misma irreflexión de que adoleció Groussac: ninguno de ellos se apercibió de que el eclipse de Sol del 17 de abril de 1520 no pudo ser utilizado por San Martín para la determinación de la longitud de San Julián, pues, al no ser visible en el Viejo Mundo, no se disponía de uno de los elementos indispensables para calcular esta coordenada, consistente en la hora en que el fenómeno tuvo lugar en Sevilla o en otra ciudad europea.

(69) Groussac, *ob cit.*, p. 424. — Por su parte, Ruiz Guiñazú, que andaba bastante flojo en lo referente a coordenadas, afirma que la longitud de San Julián difiere en dos grados de la verdadera (*Proas de España*, p. 61).

(70) En general, la gente que no está muy interiorizada acerca del trabajo científico llega a formarse ideas muy curiosas acerca de los métodos y posibilidades de la labor. En este caso, todo inclina a suponer que Groussac creyó de buena fe que Andrés de San Martín estaba en condiciones de predecir el eclipse del 17 de Abril aunque éste no figurara en ninguno de sus almanaques.

Se presenta, por consiguiente, el dilema de averiguar si San Martín fingió haber utilizado el eclipse para justificar los resultados alcanzados por otros medios, considerados entonces menos seguros, o si Barros y Castanheda interpretaron mal el texto del cosmógrafo. Sea lo que fuere, San Martín calculó la longitud de San Julián con una exactitud impropia para su tiempo. ¿Cómo llegó a este resultado? A nuestro parecer, mediante el método de las distancias lunares. Durante la invernada en San Julián debió realizar innumerables tentativas, valiéndose de conjunciones y oposiciones con estrellas y planetas hasta que finalmente la coincidencia de las cifras le permitió dar ese resultado, que constituye una portentosa demostración de su habilidad técnica.

Quedan aun por considerar las cifras de 43° y 46°, que, según Castanheda, asignaron los expedicionarios de Magallanes a la longitud de San Julián en algunas cartas para disminuir la distancia desde el puerto al Viejo Mundo. Castanheda, cuyos conocimientos cosmográficos eran bastante endebles, debió ver registrado en algunas cartas geográficas el puerto de San Julián con longitudes de 43° y 46° y supuso que estas cantidades estaban contadas desde el meridiano de Sevilla. Así, en la carta del folio 351 del *Islario General* de Alonso de Santa Cruz, aparece registrado San Julián en la longitud de 43° 30', sin mención del meridiano inicial, pero en el folio 15 de la misma obra se declara que el primer meridiano adoptado es el que «pasa por la isla de san antón que es la más occidental de las de cabo verde». Ahora bien, 43° contados desde la isla de San Antón, o 46° desde la isla de Boa Vista del mismo archipiélago, equivalen sensiblemente a 61°, contados deste Sevilla. Castanheda, por tanto, interpretó erróneamente los valores que hemos comentado.

En San Julián se realizó también un ensayo sobre la manera de tomar la longitud que Herrera describe así en su Historia: «i el Cosmografo Andrés de San Martín salió a tierra con los instrumentos, a veinte i uno de Julio, para experimentar la manera de tomar la longitud, por la industria que en Sevilla havia dado el Bachiller Ruy Falero; i tomada la Aguja, i quadrante i las otras cosas que mandaba en su Regimiento, halló que mientras el Sol estaba en la cumbre de su altura, desde que reparó en lo más alto de su círculo de aquel dia, la sombra del hilo le demostró al Sur, quarta al Sueste, tres grados más al Sur, i de alli tomó la buelta de el Sueste; i Domingo a veinte i dos del dicho Mes, hiço la misma experiencia en la Nao, e infirió lo mismo» ([71]). A continuación, Herrera describe la forma en que San Martín halló que la latitud del puerto era igual a 49° 18'. Groussac, al comentar el pasaje, después de denigrar a Herrera diciendo que su ignorancia era milagrosa, se permite el lujo de decir: «Herrera nous décrit par le menu tous les coups d'arbalete et de compas pour en arriver à nous dire que le bon San Martin détermina ainsi *la altura del polo*, qui est, comme on sait, la latitude!». Evidentemente, Groussac no entendió el pasaje que, en la parte transcrita por nosotros, describe las operaciones para hallar la longitud por el método de la variación de la aguja náutica, uno de los tres procedimientos del Regimiento de Ruy Faleiro; consistía éste en determinar la línea

([71]) Antonio de Herrera, *Historia*, década II, lib. IV, p. 235; en la edición de Madrid, 1936, este pasaje se encuentra en el t. V, p. 340.



meridiana del lugar para lo cual se utilizaba una tabla redonda con la circunferencia graduada en 360° y que llevaba en su centro una aguja clavada perpendicularmente a la tabla; con el cuadrante se tomaba la altura del Sol antes de mediodía y se anotaban los grados que arrojaba la sombra de la aguja; después de mediodía se volvía a ejecutar la misma operación esperando a que el Sol estuviera a la misma altura. Trazada entonces la meridiana, se observaba cuantos grados nordesteaba o noroesteaba la brújula. Se basaja este procedimiento en la infundada creencia de que la variación magnética era regular y proporcional a la distancia de este a oeste. Un boticario de Sevilla, Felipe Guillén, intentó en 1524 poner en práctica el procedimiento de la variación magnética y lo ofreció al rey de Portugal; Alonso de Santa Cruz, en su *Libro de las Longitudines* (ed. Sevilla, 1921, p. 25), considera a Guillén como el inventor del método. El ensayo hecho por San Martín del método de Faleiro no dió, naturalmente, ningún resultado positivo y sólo sirvió para mostrar que en 1520 la aguja náutica noroesteaba 8° ¼ en San Julián.

Después del eclipse de Sol del 17 de abril de 1520 no se realizó ninguna otra determinación de longitud hasta el 23 de diciembre del mismo año, a la salida del estrecho recién descubierto, en la costa del Pacífico; en esta ocasión, San Martín se valió de una oposición del Sol y de la Luna, sin que sepamos el resultado, ni el lugar concreto en que se realizó.

Antonio de Herrera refiere que el 11 de octubre de 1520, estando en el río de Santa Cruz, a las 10 horas y 8 minutos de la mañana, cuando el Sol se encontraba a la altura de 42° 30', «pareció demudarse su claridad y alterarse en color fusca e inflamada en un bermejo escuro, sin haber nube intermedia, de nuestro acatamiento y del cuerpo solar; pero no en tal manera que el cuerpo del Sol, en todo ni en parte, se pudiese haber oscurecido, mas de parecer la claridad del Sol, como suele en Castilla, en los meses de julio y agosto cuando hay rastrojos quemados en el campo comarcano; y duró hasta tanto que vino en altura de cuarenta y quatro grados y medio, y a esta hora vuelta la claridad del Sol en su primera luz» ([72]).

Humboldt, al ocuparse, muy de pasada, de este fenómeno, señala que Pigafetta no lo menciona [ni tampoco Barros, ni Castanheda, ni nadie, agregamos nosotros] y apunta que Serrano, según su Diario, creyó observar un eclipse de Sol el 11 de octubre de 1520 y que esta observación no se realizó para emplearse en el cálculo de la longitud. Humboldt se equivocó triplemente. No se conoce ningún Diario de Rodríguez Serrano, que sólo es mencionado por Herrera por su descubrimiento anterior del río Santa Cruz, ni es exacto que se creyera que podía tratarse de un eclipse y que esta observación no se empleó para el cálculo de longitudes, pues el cronista dice textualmente: «estando en este Río [de Santa Cruz] se atendió al eclipse de Sol que había de ser en este meridiano a las 10 horas y 8 minutos de la mañana» ([73]). La predicción de la hora exacta en que debía ocurrir el fenómeno, con arreglo a las citadas palabras de Herrera, supone implícitamente que San Martín

([72]) Herrera, *ob. cit.*, t. V, p. 327.
([73]) Herrera, *ob. cit.*, t. V, p. 340.

— y no Serrano — había visto registrado en Regio Monte el eclipse del 11 de octubre de 1520 que tenía lugar a las 5 horas 26 minutos en Ulma, y calculó, con arreglo a la diferencia de meridianos, que el fenómeno debía ocurrir en la parte de América en que se encontraba, a las 10 horas y 8 minutos. Por tanto, contrariamente a lo que pensaba Humboldt, el fenómeno fué utilizado para el cálculo de longitudes y se consideró como eclipse.

A partir de Fernández Navarrete, este eclipse fué un hecho registrado por todos los historiadores del viaje de Magallanes ([74]).

Las cosas se encontraban en este estado cuando Groussac lanzó el petardo de que el eclipse del 11 de octobre de 1520 no fué visible en América del Sur y que se trataba de una invención de Herrera ([75]). Es, en efecto, cierto lo afirmado por Groussac de que el eclipse no pudo ser observado en el río Santa Cruz, pues los eclipses solares, a diferencia de lo que ocurre con los lunares, no son visibles más que en una zona restringida del hemisferio iluminado. El *Canon* de Oppolzer muestra (Blatt nº 130) que la línea de centralidad del eclipse del 11 de octubre de 1520 corta América del Norte hacia Nueva York para perderse en las regiones árticas. Groussac tuvo además la precaución de consultar al director del Observatorio Astronómico de la Plata, profesor Porro di Somenzi, quien le informó que el río de Santa Cruz se encuentra mucho más austral que la línea de simple contacto. Queda entonces excluído de la manera más terminante que Magallanes haya podido observar el fenómeno desde la embocadura del río de Santa Cruz ([76]).

La pérdida del libro de San Martín impide probar fehacientemente si los datos proporcionados por Herrera proceden del cosmógrafo de la expedición de Magallanes o fueron forjados por él, conforme le enrostró Groussac.

Sin embargo, el sentido común aconseja creer que los datos deben provenir de San Martín, quien, a la vista del eclipse registrado en las Efemérides de Regio Monte, debió calcular por anticipado (teniendo en cuenta la determinación de la longitud del puerto de San Julián) la hora en que se verificaría y aunque incurrió en error, al llegar la hora calculada se sugestionó hasta el punto de engañarse y llegar a sostener que la luz del astro disminuyó de intensidad, sin que nadie en la armada compartiese su ilusión.

Groussac merece todo nuestro reconocimiento por haber revelado la inexistencia de este hecho que tantas víctimas ha causado entre los historiadores, por atenerse, sin previo examen crítico, a los dichos de San Martín trasmitidos por Herrera. Comprendemos y aun justificamos a medias que los historiadores anteriores a la revelación de Groussac hayan sido burlados por el pseudo eclipse del 11 de octubre de 1520: tan fuerte es la ignavia crítica ([77]) que resulta hasta cierto punto comprensible

([74]) Fernández de Navarrete, *Disertación sobre la Historia de la Náutica,* Madrid, 1846, p. 149.

([75]) Groussac, *Toponymie des côtes de la Patagonie,* en *Anales de la Biblioteca,* t. VIII, pp. 417-424.

([76]) Groussac, *ob. y lug. cit.*

([77]) Langlois & Seignobos, *Introducción a los estudios históricos,* Madrid, 1913, p. 72.



que hombres de ciencia como Fernández de Navarrete aceptaran de buena fe el engaño. En cambio, resulta deprimente para el porvenir de los estudios históricos que, con posterioridad a la revelación de Groussac, ciertos historiadores sigan aceptando el dislate ([78]).

Ha pasado inadvertida para todos la longitud geográfica del cabo Vírgenes, a la entrada atlántica del estrecho de Magallanes, registrada el 21 de octubre de 1520 en el derrotero de Francisco Albo, junto con la latitud del cabo.

Las coordenadas reales del cabo Vírgenes son: latitud 52º 20′ S y longitud 68º 21′ W, según el *South America Pilot,* parte I (año 1922).

Según el documento de Albo, la latitud es 52º S y la longitud 52º 30′ W ([79]).

CUADRO IV

**Longitudes geográficas de América calculadas en la expedición de Magallanes**

| (1) Lugares | (2) Autoridades | (3) Longitud actual (W de Greenwich) | (4) Longitud W de Sevilla (6º 0′ W Gr.) | (5) Longitud W de Canarias (16º 38′ 7″ W Gr.) | (6) Longitud W de S. Antón (C. V.) (25º 21′ W G.) |
|---|---|---|---|---|---|
| Puerto de San Julián | Connaissance des Temps (1907) | 67º 37′ | 61º 37′ | 50º 58′ 53″ | 42º 16′ |
| Id. | A. San Martín | — | 61º 0′ | — | — |
| Id. | M. Transilvano | — | — | 56º 0′ | — |
| Id. | A. Santa Cruz | — | — | — | 43º 30′ |
| Cabo Vírgenes | Connaissance des Temps (1907) | 68º 21′ | 62º 21′ | 51º 43′ 27″ | 42º 58′ 34″ |
| Id. | Derrotero Albo | — | — | 52º 30′ | — |
| Id. | A. Santa Cruz | — | — | — | 44º 50′ |

No consta en el documento donde comenzaba el cómputo de la longitud. Más adelante, al mencionar otras longitudes, el piloto Albo las refiere al «primer meridiano» sin expresar cual era, y en otros casos se refiere al meridiano de la demarcación, especialmente al tratarse de las islas Molucas; en estos últimos casos la referencia al meridiano de Tordesillas era obligada, pues interesaba deslindar si las islas se encontraban en hemisferio español o portugués; pero con las longitudes de América

([78]) E. Ruiz Guiñazú, *Proas de España en el Mar Magallánico,* p. 64; habla como si el asunto de aceptar o rechazar la visibilidad del eclipse en el río de Santa Cruz fuera cuestión opinable y llega a decir: «Groussac niega la aserción».

([79]) Navarrete, *Colección,* t. IV, p. 215.

el criterio adoptado no tenía forzosamente que ser el mismo que en Extremo Oriente. Por ello no queda otro remedio que extraer del valor atribuido a la longitud del cabo Vírgenes cual fue el meridiano cero utilizado.

Después de determinada con suma precisión la longitud del puerto de San Julián, es evidente que la longitud del cabo Vírgenes, por el hecho de hallarse este punto a poca distancia del primero, no podía estar afectado de grave error, aunque no se hubiese obtenido por procedimientos astronómicos.

De acuerdo a lo relatado por Castanheda, según se ha mostrado, se usaban, en la armada de Magallanes cartas referidas a meridianos distintos, por lo cual la graduación longitudinal de un mismo lugar era diferente de unas a otras cartas náuticas.

Los datos consignados por el cronista de Barros respecto a longitudes aparecen referidos al meridiano de Sevilla; pero en la carta de Maximiliano Transilvano, secretario de Carlos V, en que relata los sucesos del viaje de Magallanes, el meridiano inicial es el de las Canarias: «Mirando las cartas del marear, con toda diligencia, hallaron que estaban en 52 grados de aquella parte de la línea equinoccial hacia el polo antártico y que estaban en el mismo paraje de longitud que había en el golfo de San Julián, que como de suso se dijo eran 56 grados más occidentalmente que las Canarias» ([80]).

Ahora bien, el valor de 52° 30′ para la longitud del cabo Vírgenes supone un error garrafal en caso de admitirse que el primer meridiano era el de la demarcación.

En cambio, si consideramos, conforme a lo afirmado por Maximiliano Transilvano, que el primer meridiano era el de las Canarias, en virtud de que el pico de Teide tiene una longitud de 16° 38′ 7″ W de Greenwich, la longitud real de cabo Vírgenes es 51° 43′ 27″ W con relación a Tenerife y, en este caso, el error es de sólo 46′ 33″, lo que está en relación no discordante con la longitud de San Julián. Por tanto, lógicamente todo obliga a aceptar que la longitud de 52° 30′ para el cabo Vírgenes, registrada por Albo, tiene por primer meridiano el de Tenerife (Teide).

El 23 de diciembre de 1520, a la salida del estrecho recién descubierto, en las costas del Pacífico, San Martín efectuó la última determinación de longitud en América, sirviéndose de una oposición de Sol y Luna, pero su resultado no lo indica Barros, a quien debemos la noticia ([81]).

Después de la travesía del Pacífico, al llegar a la isla de Suluán (en las Filipinas, que los expedicionarios denominaron islas de San Lázaro), San Martín realizó otra determinación de sus coordenadas, pues Albo registra que la isla está en 9° y dos tercios norte y a 189° de longitud de la línea meridiana; esto ocurrió el 16 de marzo de 1521 y Albo agrega que esta isla dista 106° 30′ de longitud del cabo Fermoso (o Deseado) en el estrecho de Todos los Santos ([82]).

([80]) Carta de Maximiliano Transilvano, en Navarrete, *Colección*, t. IV, p. 265.
([81]) Barros, década III, lib. V, cap. X, t. III, p. 297.
([82]) Navarrete, *Colección*, t. IV, doc. XXII, p. 220.



De acuerdo al cuadro V, el error cometido en esta determinación fué de 2° en más y el resultado acreditó que la isla se encontraba en hemisferio portugués, pues la medida de 189° se había efectuado a partir de la línea de la demarcación hacia el oeste, por lo cual el antimeridiano de Tordesillas resultaba rebasado en 9°.

Exige aclaración el dato de que la isla de Suluán (situada al sur de la isla de Samar) distaba 106° 30′ de longitud del cabo Fermoso, o Deseado, a la salida de estrecho de Magallanes ([83]).

En efecto, la longitud de Suluán, según el cuadro V, es de 126° E de Greenwich, o, lo que es igual, de 234° W de Greenwich; como la longitud del cabo Deseado (actual cabo Pilar) es de 74° 39′ 31″ W de Greenwich, la distancia en longitud entre este cabo y Suluán es de [234° — 74° 40′ =] 159° 20′. Esta cifra difiere en 52° 50′ de la consignada por Albo. La diferencia, comparada con los demás valores de Albo, es demasiado elevada para que pueda aceptarse como verdadera. En consecuencia, lo único que cabe es admitir que el amanuense debió incurrir en un *lapsus calami* y donde dice 106° 30′ debe leerse 160° 30′ y en este caso es el error un poco mayor de un grado, lo cual guarda relación con la exactitud de los demás valores del Diario de Albo.

Por otra parte, la cuantía del error de Suluán con respecto a la línea de demarcación, pese a ser superior a las del puerto de San Julián y cabo Vírgenes, no merece censura, pues, en las determinaciones de esa coordenada correspondientes al siglo XVIII, las divergencias alcanzaron, en muchos casos, mayor magnitud.

En cambio, hace sospechar de la autenticidad de este dato y de todos los correspondientes a los archipiélagos del sudeste de Asia contenidos en el *derrotero* de Albo la circunstancia de que las longitudes de los mismos lugares u otros próximos aparezcan en el *Diario* de Pigafetta notablemente disminuídas. Se impone, por consiguiente, la necesidad de examinar si estos datos pudieron ser modificados en ambos o en uno de esos documentos.

Basta el simple examen del manuscrito que contiene el derrotero de Albo ([84]) para convencerse de que se está en presencia, no del original, sino de um resumen del mismo; el autor del extracto ha omitido todo lo referente al comienzo del viaje (desde Sevilla y Sanlúcar hasta el cabo de San Agustín) y todo lo relativo al final (ya que termina al llegar al cabo de San Vicente); está plagado de interpolaciones (pues todo el contenido de los paréntesis explicativos son agregados posteriores); presenta huellas de arreglos (particularmente visibles en la parte referente al río de la Plata por la trasposición indebida del sujeto en las oraciones); supresión de topónimos (conservados en otros relatos, como el de río San Cristóbal para designar el río de la Plata), mención de lugares antes de que la armada hubiera llegado a ellos, etc.

([83]) Navarrete, *ob. y lug. cit.*
([84]) El derrotero de Albo se custodia en el Archivo General de Indias (Sevilla); su signatura es: Patronato, legajo 34, ramo 5. Fué publicado por Navarrete en *Colección*, t. IV, pp. 209-247.

Sobre todo, choca que las longitudes de Francisco Albo sitúen las islas Molucas en hemisferio portugués y produce no menos sorpresa que en el Diario de Pigafetta todas ellas se encuentran en territorio español. Es evidente que los valores de ambos documentos no pueden ser simultáneamente auténticos. ¿Pero, cuáles son los valores fidedignos?

Las longitudes de Albo presentan (Véase cuadro V) valores superiores a los reales en una gama que oscila entre los +2° y +7° ½; en cambio, las de Pigafetta (véase cuadro VI) ofrecen valores inferiores a los reales en una escala que va desde los —17° a los —29°.

CUADRO V

**Longitudes geográficas de algunas islas al SE de Asia, según Francisco Albo**

| (1) Nombre de las islas | (2) Página del dato en Navarrete, Colección, tomo IV | (3) Longitudes desde la línea de la demarcación según Albo | (4) Longitudes actuales (Greenwich) | (5) Longitudes actuales (Greenwich) por el oeste | (6) Longitudes actuales desde la línea de demarcación (long. 47°) | (7) Errores (3) — (6) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Suluán ............... | 220 | 189° W | 126° E | 234° W | 187° | + 2° |
| Borné (Borneo) ... | 222 | 201° 5′ W | 118° 59′ E | 241° W | 194° | + 7° |
| Quipit ............... | 223 | 191° 30′ W | 126° E | 234° W | 187° | + 5° |
| Motil ............... | 224 | 190° 30′ W | 127° 30′ E | 232° 30′ W | 185° 30′ | + 5° |
| Motil ............... | 225 | 191° 45′ W | 127° 30′ E | 232° 30′ W | 185° 30′ | + 6° |
| Buró (Buru) ....... | 225 | 194° W | 127° E | 233° W | 186° | + 8° |
| Timor ............... | 226 | 197° 45′ W | 125° E | 235° W | 188° | + 10° |

*Nota.* — En lo referente a la línea de Tordesillas se ha adoptado un valor convencional de 47° dada la imposibilidad de llegar a un valor exacto.

Esta coincidencia en los signos y en la cuantía de los valores excluye la posibilidad de que se trate de errores fortuitos o sistemáticos y obliga a considerar si hubo un falseamiento deliberado de los resultados obtenidos en las determinaciones de la coordenada.

Esta suposición no es aplicable al derrotero de Albo, pues, a pesar de no ser el original y contener interpolaciones o agregados, hay que excluir que puedan haber sido alterados los valores verdaderos, pues sería absurdo admitir que a un piloto al servicio de España se le ocurriera modificar las coordenadas geográficas de la Especería para apoyar las pretensiones del estado rival a los territorios en disputa. Si las longitudes de Albo sitúan las islas dentro de la demarcación portuguesa es porque su honradez no le permitió alterar la verdad.



En cambio, las longitudes de Pigafetta son erróneas desde el punto de vista que se les mire; no es posible afirmar que fueran falseadas exprofeso pero sí señalar que favorecían las pretensiones de Carlos V a posesión de las islas Molucas.

Mientras el manuscrito del derrotero de Albo permaneció inédito hasta el siglo XIX, Pigafetta, al regreso del viaje de circunnavegación, se apresuró a difundir

CUADRO VI

**Longitudes geograficas de algunas islas al S. E. de Asia, según Antonio Pigafetta** (85)

| (1) Nombre de las islas | (2) Longitudes desde la línea de demarcación, según Pigafetta | (3) Longitudes actuales (Greenwich) | (4) Longitudes actuales (Greenwich) por el oeste | (5) Longitudes actuales desde la línea de demarcación (long. 47°) | (6) Errores (2) — (5) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. — Ladrones (Marianas) ...... | 146° W | 145° E | 215° W | 168° | — 22° |
| 2. — San Lázaro (Filipinas) ... | 161° W | 120°-126° E | 237° W | 190° | — 29° |
| 3. — Massaua (Limassaua) ..... | 162° W | 125° E | 235° W | 188° | — 26° |
| 4. — Zubu (Cebú) .............. | 164° W * | 123° 50′ E | 236° W | 189° | — 25° |
| 5. — Quipit ...................... | 167° W | 126° E | 234° W | 187° | — 20° |
| 6. — Palaoan (Palauan) ......... | 171° 20′ W | 119° E | 241° W | 194° | — 23° |
| 7. — Borné (Borneo) ........... | 176° 40′ W | 118° 59′ E | 241° W | 194° | — 17° |
| 8. — Bandan (Banda) ........... | 163° 30′ W | 129° 53′ E | 230° W | 183° | — 19° |
| 9. — Timor ....................... | 164° 30′ W | 125° 30′ E | 234° W | 187° | — 22° |
| 10. — Maluco (Molucas) ........ | 161° W | 127° E | 235° W | 186° | — 25° |

* La versión castellana de Amoretti, debida a Ruiz Morcuende, registra por error 154° W.

(85) El lector que desee verificar los datos del cuadro VI debe acudir a las ediciones del *Diario* de Pigafetta que se indican a continuación; después del número correspondiente a los diez topónimos del cuadro VI se indica la paginación.

— Versión castellana de Federico Ruiz Morcuende (*Viaje alrededor del Mundo*, Madrid, Espasa, 1922): topónimo nº 1, p. 78; nº 2, p. 86; nº 3, p. 98; nº 4, p. 124; nº 5, p. 129; nº 6, p. 131; nº 7, p. 141; nº 8, p. 183; nº 9, p. 187; nº 10, p. 179.

— Versión portuguesa del vizconde Lagoa (*Fernão de Magalhães*, Lisboa, Seara Nova 1938, t. II): topónimo nº 1, p. 73; nº 2, p. 78; nº 3, p. 88; nº 4, p. 115; nº 5, p. 119; nº 6, p. 121; nº 7, p. 133; nº 8, p. 188; nº 9, p. 192; nº 10, p. 171.

— Edición italiana del Ms. L 103 sup. de la Biblioteca Ambrosiana de Milán, al cuidado de Camilo Manfroni (*Il primo viaggio intorno al mondo*, Milán, ed. Alpes, 1928): topónimo nº 1, p. 115; nº 2, p. 123; nº 3, p. 137; nº 4, p. 172; nº 5, p. 179; nº 6, p. 181; nº 7, p. 194; nº 8, p. 251; nº 9, p. 256; nº 10, p. 237.

el diario que había compuesto; entregó un ejemplar manuscrito a Carlos V; en seguida, según manifiesta en el último párrafo de su relación, marchó a Portugal a entrevistarse con el rey D. Juan III; desde allí se dirigió a Francia y obsequió a la reina madre, María Luisa de Savoia, con otro ejemplar de su relato; a continuación se dirigió a Italia, donde hizo entrega al papa Clemente VII de otra copia manuscrita de su diario; por último, dedicó la obra al gran maestre de la Orden de Malta, Felipe Villiers de l'Isle-Adam. El *Diario* fué publicado tempranamente, primero en versión francesa de J. Fabre, quien llevó a cabo la traducción para complacer a la reina madre de Francia; a continuación fué vertido del francés al italiano, saliendo a luz en 1536 y luego en 1550 y 1563 en la colección de viajes de Ramusio. La primera edición del manuscrito italiano se publicó en 1800-1801 a cargo de Carlos Amoretti.

Ya en 1756, el presidente del Parlamento de Borgoña, Charles de Brosses (86), lanzó la acusación de que las longitudes geográficas del *Diario* de Pigafetta habían sido adulteradas y atribuyó la falsificación a Magallanes o a San Martín; al referirse a las islas Filipinas, afirma de Brosses: «este archipiélago no está, pues, en los 161° de longitud de esta línea. Ignoro si, al determinar la longitud, Magallanes y su astrólogo San Martín obraron de buena fe, o si lo afirmaron así para encontrar las Molucas más acá de los 180°» (87). Si el presidente de Brosses hubiera conocido el derrotero de Albo, entonces inédito, no habría dudado un momento de que las longitudes del *Diario* de Pigafetta fueron modificadas adrede.

Ni siquiera falta el testimonio de que en la expedición se recurrió al expediente de alterar las longitudes geográficas. El cronista de Barros afirma: «E porque viam por estas operações do astrólogo, e assi por suas singraduras e estimativa ao modo da sua arte, ser mais en nosso favor que no seu, situavam as terras da derrota a seu propósito, e não segundo o que achava êle, Andrés de San Martin. E de estas, e outras cousas serem feitas com malícia, testimonhou à hora de sua morte um deles, per nome Bustamante, o qual, indo em um navio nosso de Malaca pera a India, foi ter as Ilhas de Maldiva, onde faleceu por ir muito infêrmo. E no seu testamento disse que, por descàrgo de sua consciência, declarava que tal cousa e tal, em alguns instromentos que os castelhanos tiraram em Maluco sôbre aquêle negócio, ele testemunhara o contrairo da verdade, porque o fazia em seu favor» (88).

Pese a lo manifestado por el cronista Barros, ni todos en la armada magallánica debieron prestarse a esos manejos, urdidos posiblemente después de la muerte de Magallanes; sabemos que ni Andrés de San Martín, ni Francisco Albo modificaron las coordenadas geográficas y el mismo Magallanes, aunque no exista constancia expresa de ello, tampoco debió prestarse a esas simulaciones.

La determinación de la longitud de la isla de Suluán (efectuada casi ocho meses antes de que la armada llegara a las Molucas) significó para Magallanes el fracaso de los fines de la expedición, pues era un anticipo de que las islas de la

(86) De Brosses, *Histoire des navigations australes*, Paris, 1756, t. I, p. 121.
(87) De Brosses, *ob. cit.*, t. II, p. 72.
(88) Barros, *Décadas de Asia*, ed. 1946, t. III, p. 298.



Especería se encontraban en hemisferio portugués; quizá el descalabro moral que ello significaba fué el motivo que impulsó a Magallanes a buscar la muerte en Mactán, negándose a aceptar la ayuda del reyezuelo de Zubu (Cebú) y exponiéndose temerariamente a los golpes del enemigo para no sufrir la humillación de tener que anunciar al emperador, a su regreso, que las Molucas, contrariamente a lo que había sostenido en su Membranza, se encontraban en territorio lusitano, punto que su honra de hidalgo no le permitía soslayar y, mucho menos, tergiversar como lo hizo el trapisondista de Antonio Pigafetta.

Otro punto que reclama nuestra atención es el referente a la paternidad de las longitudes geográficas de las islas Molucas. En efecto, Andrés de San Martín no pudo efectuar la determinación de esas coordenadas por que la armada no llegó al archipiélago de la Especería hasta el 7 de noviembre de 1521 y el cosmógrafo español había fallecido el 1° de mayo de 1521, asesinado en el traicionero plan urdido entre el esclavo malayo de Magallanes y el rey de Zubu en que perdieron la vida 24 españoles, según puede verse en el *Diario* de Pigaffeta (89).

En consecuencia, las longitudes de las Molucas no se deben a San Martín, pero tampoco disponemos de elementos que permitan esclarecer el origen de esas coordenadas. Sólo es posible inferir, como la solución más verosímil, que a partir de la muerte de San Martín no debieron calcularse astronómicamente nuevas longitudes y que las cifras registradas por Albo debieron ser deducidas de la situación de las islas de la Especería en las cartas de navegar, tomando como base las coordenadas de Suluán, últimas calculadas por San Martín; la obtención de esos valores resultaba facilitada por el hecho de hallarse el archipiélago de las Molucas casi norte-sur con las islas de San Lázaro, o Filipinas.

Cuando nos referimos al derrotero de Albo señalamos que en ninguna parte del documento consta la situación del primer meridiano usado por la armada magallánica. En cambio, Pigafetta deja constancia, en febrero de 1521, que la línea de la demarcación (90) se hallaba a 30° al oeste del primer meridiano y éste se encuentra 3° al levante del cabo Verde, debiendo entenderse que los 3° se cuentan al este de las islas y no del cabo.

En el *Islario General de todas las islas del Mundo,* compuesto por Alonso de Santa Cruz hacia 1541, se hallan rastros del primer meridiano de Pigafetta cuando dice que «Ptolomeo imaginó una línea para demostrar la Occidentalidad que pasa por lo postrero habitado de Occidente que él supo que es en Africa y entre las islas Fortunadas; otros que oy hazen cartas de marear la han tomado desde la mesma línea aunque cerca de 3 grados más occidental de la que Ptolomeo imaginó por aver él metido mucho al Oriente la costa occidental de Africa ... pero a mi me pareció más justo tomar en este libro el tal principio de la parte más sólida y fixa para este efecto que es de aquel verdadero meridiano que pasa por la ysla de Sanct Anton que es la más occidental de las de Cabo Verde» (91).

(89) Pigafetta, *Diario*, pp. 123-125.
(90) *Diario*, p. 77; versión portuguesa de vizconde de Lagoa, t. II, p. 114.
(91) Santa Cruz, *Islario General de todas las islas del Mundo,* Madrid, 1918, p. 44.

También Juan López de Velasco, al hacer pasar la línea de la demarcación a 29 o 30 grados al occidente de las Canarias y otros 3 o 4 grados más al poniente, muestra bien a las claras que esas cifras provienen de Pigafetta ([92]).

De todo lo que acaba de decirse puede extraerse como conclusión que el método de determinar longitudes geográficas por el procedimiento de las conjunciones y oposiciones de Sol, Luna y planetas fué aplicado por Andrés de San Martín con los exitosos resultados que acaban de exponerse; sus determinaciones, a la par que acreditan sus extraordinarias facultades de observador, operador y calculista, revelan que, a partir de la expedición de Magallanes-del Cano, el problema de las longitudes geográficas por métodos astronómicos había quedado resuelto en lo substancial, aunque quedara, durante tres siglos, fuera del alcance de los pilotos y personas no expertas en astronomía.

([92]) Juan López de Velasco, *Geografía y descripción universal de las Indias,* Madrid, 1894, p. 6.

# APENDICE I

## MEMORIAL DE ENCISO

E porque cada un grado esta tassado en diez e seys leguas e media e un sesmo de camino. Sabrás que todo el mundo tiene en derredor trezientos e sesenta grados que montan seys mil leguas. Assi que partiendo uno desde la isla de sancto Tomé que es en la equinocial si fuesse para Oriente e anduuiesse camino sin se apartar de la equinocial quando uuiese andado seys mil leguas de camino seria buelto a la misma isla de santo tomé de donde partiesse. e por esta cuenta verás claro lo que falta para ser descubierta toda la longitud del mundo que es la redondez del agua e de la tierra en que abitamos, porque desde la isla de sancto tomé fasta a Melaca yendo por el derecho de la equinocial sin apartar se della ay ciento e dos grados que montan mil e setecientas leguas . e desde Melaca fasta a Gatigara ay quarenta e dos grados que montan setecientas leguas que son todas: dos mil e quatrocientas. e desde la isla de sancto tomé fasta al puerto de las figueras que es lo postrero de lo que esta descubierto en las indias ocidentales ay ciento e diez e siete grados que montan mil e novecientas e cincuenta leguas. de manera que lo que esta descubierto de la longitud del mundo es desdel puerto de las Figueras fasta al Gatigara que es en el oriente y el de las figueras en ocidente, en lo que ay dozientos e sesenta e un grados que montan quatro mill e trezientas e cincuenta leguas. e restan por descubrir de la longitud de la equinocial nouenta e nueue grados que montan mil e seiscientas e cincuenta leguas. Assi que descubriendo estas estará toda la longitud descubierta. e assi que desde nuestra castilla fasta al gatigara ay dos mil e ochocientas leguas, e desde seuilla fasta al puerto de las figueras mil e quinientas e cinquenta que son todas quatro mill e trezientas e cincuenta. E porque vuestra alteza tiene fecha partición del universo con el rey de portogal y el limite de do comienza la particion está trezientas e setenta leguas al poniente de la isla del fuego, las quales van a dar en la tierra firme de las indias entre el rio maraño que esta al sudoeste de la isla del fuego; e algo inclinado a la quarta del sur y entre la mar dulce: ha de sabera vuestra alteza que desde este límite que está cerca de la mar dulce a do comiença la particion segun la capitulacion fasta a melaca ay dos mil e setecientas e setenta leguas: e passado de melaca dozientas leguas se acaba el límite de lo del rey de portugal, e al fin deste límite está la boca del rio ganjes, y en la boca

del ganjes comiença lo de vuestra alteza: lo qual comiença en el ganjes, assi que es de vuestra alteza zeitona e Ciampagu e la Aurea e Jocat y el gatigara. y en este paraje estan las islas de Jaua mayor e menor: e la de ciampagu e las clauas e las de jocat, las quales segun lo escrito son las mas ricas de que en la cosmografia aya memoria: e a mi parescer segun lo que de jocat se escriue tengo que aquella es Ofir la que en la sacra escritura se dize ofir de donde el rey salomón truxo el oro para el templo que es la isla de jocat que es ochenta leguas mas al oriente de jaua como adelante lo diré quando dixere del catayo porque mas se conforma lo que de jocat se escriue que no lo de jaua. y tarsis tengo que es el puerto de ciampagu que cae en el Aurea de donde le truxeron el argento e plata a salamón porque según las prophecias de geremias tarsis es tierra firme e della truxeron la plata: e ofir isla: e della se truxo el oro. assi que todas las mill e seiscientas e cincuenta leguas que están por descubrir del unierso caen en la particion de vestra alteza, e pues vuestra alteza es mayor deue dar forma como mande descubrir lo que falta de su parte, pues que el rey de portugal siendo menor ha descubierto tanto. Por la latitud que es la linea del diametro están descubiertos a la parte del norte setenta e dos grados fasta al mar elado e a gocia e islanda. e por la parte del sur están treinta e cinco grados fasta al cabo de buena esperança e al cabo de sancta maria: que son todos ciento e siete grados que montan mil e setecientas e ochenta leguas que es la quarta parte e doscientas e ochenta leguas mas, y esto está descubierto de la latitud.

(Martín Fernández de Enciso, *Suma de Geographia)*

# APENDICE II

## LA MEMBRANZA DE MAGALLANES

Memorial que dejó Magallanes al Rey en prueba de que las Molucas pertenecían a España.

«muy poderoso señor

por que podria ser que el Rey de portugal quisiese en algun tiempo dezir que las yslas de maluco estan dentro en su demarcacion y podría mandar cambiar las derrotas de las costas y acortar los golfos de la mar syn que nadie ge lo entendiese ansy como yo lo entiendo y se como se podria hazer quise por servicio de vuestra alteza dexarle declarado las alturas de las tierras y cabos principales y las alturas en que estan ansy de latitud como de longuetud y con esto sera vuestra alteza avisado para que subcediendo lo dicho yo fuese fallescido tenga sabido la verdad.

yten la ysla de santantonio que es vna de las del cabo verde en la costa de guinea donde se hizo la Reparticion destos Reynos con lo de portugal esta la dicha ysla a veynte y dos graos al oriente de la liña de la Reparticion.

yten esta la dicha ysla conviene a saber la punta del ocidente a diez y siete graos de latitud.

yten el cabo de sant agustin que es en la tierra del brasil en la demarcacion de portugal a ocho graos de latitud y a veinte de longuitud de la liña de la Reparticiçion.

yten al cabo de santa maria que es la mysma tierra del brasil de portugal esta en treynta y çinco graos de latitud y a seis graos y quarto de longuitud de la dicha ysla.

yten el cabo de buena esperança con el cabo de santa maria se corre leste oeste y esta el cabo de buena esperança en treynta y çinco grados de latitud y a setenta y çinco grados de longuitud al oriente de la linea.

yten el dicho cabo de buena esperança esta en derrota con malaca lesnordest oessuduest y ay myll y seisçientas leguas de camyno del dicho cabo de buena esperança al puerto de malaca.

yten el dicho puerto de malaca esta al norte del conunçiar un grado y ay della a la otra liña de la demarcaçion que esta a oriente diez y siete grados y medio.

yten las yslas de maluco son çinco conviene a saber las tres que estan mas allegadas e la segunda liña de la demarcaçion que estan todas norte y sur a dos grados y medio de longuitud y la ysla de enmedio esta debaxo del conunçial.

yten las otras dos yslas estan de la manera de las dos primeras que es norte sur y a quatro grados al oriente de la segunda liña conviene a saber dos al norte del equinoçial y dos al sur del equinoçial asentadas por los pylotos portugueses que las descubrieron y esta membrança que a vuestra alteza doy mande muy bien guardar que ya podra venir tiempo que sea neçesaria y escusará diferençias y esto digo con sana conçiençia no tenyendo Respetto a otra cosa syno a decir verdad.»

(Archivo General de Indias — Sevilla; signatura: Patronato legajo 34 — documento 13 — ramo 2. — Hoja plegada de 31 + 22,7 cmes; filigrana figurando un rollo de piedra; letra del signo XVI; estado de consevación: bueno. Al dorso de la última página lleva escrito transversalmente: «+ El memorial que dexo hernando de magallanes quando partio para la especieria» y más abajo se lee: «este memorial dio al presidente el dottor molina en Madrid — 2 de abril 1572»).

# MAGALLANES EN VALLADOLID: LA CAPITULACIÓN

POR

DEMETRIO RAMOS PÉREZ

Catedrático de la Universidad de Valladolid

Cuando en diciembre de 1526 escribía a Carlos V el obispo de Badajoz, desde Valladolid, dándole el título de «monarcha y señor que es del mundo», casi podríamos decir que con ello proyectaba no sólo el fervor popular con que Castilla secundaba las intenciones imperiales [1], sino que también así hacía alarde de una tendencia universalista que quizá flotara en la ciudad, desde los días del Tratado de Tordesillas. No en vano, al reparto jurídico del mundo desconocido que entonces se acordó, sucedió el convencimiento de su abarcabilidad en la operación que — ocho años antes de esa carta — dió comienzo en Valladolid; lo que vino a confirmarse con la consumación de la primera expedición circunterráquea, al haber visto desfilar por sus calles a del Cano y sus hombres, cuando llegaron para rendir cuenta del viaje ante el Emperador, como en Sevilla cerró la *Victoria* su singladura. Que si Portugal reunía en Lisboa la capitalidad política y el nexo marinero, Castilla, en cambio, tenía entonces en Valladolid el asiento dirigente de la Corte, como Sevilla era la puerta de ultramar. Por eso Valladolid y Sevilla eran las gemelas ciudades de la aventura.

Si en 1494 dejaron previsto Españoles y Portugueses el abrazo del mundo en el Tratado de Tordesillas, a la vera de Valladolid, iba a ser otra convergencia luso-española la que convirtiera tal presunción en realidad, cuando, en la misma capital castellana, coincidían veinticuatro años más tarde los hidalgos Hernando de Magallanes y Rui Faleiro con el canciller Sauvage y D. Juan Rodríguez de Fonseca, ante el propio D. Carlos. Entonces se fraguó la capitulación para el gran viaje de descubrimiento — planeado con la alternativa más asombrosa — que se firmaría en Valladolid, en el mes de marzo de 1518. Con ello se abría la magna empresa circunterráquea — del mismo modo que la capitulación de Santa Fe abrió la trasatlántica de Colón —, que además se cerraría sobre el mismo punto de partida al volver a Valladolid el capitán Juan Sebastián del Cano, para dar cuenta de su aventura, mientra que Colón hubo de ir a Barcelona, para informar a los Reyes Católicos de su éxito, y no a Granada.

---

(1) Archivo General de Simancas (en lo sucesivo AGS), Estado, 14, fol. 197. Carta del obispo de Badajoz a D. Carlos, fechada en Valladolid a 12 de diciembre de 1526, reproducida por Manuel Fernández Álvarez en su *Corpus documental de Carlos V*. Salamanca, 1973, t. J (1525-1539), doc. XXV, p. 120. Se trata de una carta en la que el obispo comunica al emperador la noticia de las oraciones, rogativas y procesiones que se hacían en Valladolid para pedir la ayuda divina en la empresa de socorrer a Hungria, victima de la irrupción turca en la Europa central.

Por otro lado, no deja de ser curioso que con la relación que, en forma de epístola, escribió y publicó en Valladolid el secretario real Maximiliano Transilvano sobre el viaje circunterráqueo, venía a repetirse en cierto modo lo que fué para el viaje descubridor la carta de Colón, que editara Posa en Barcelona para difundir las asombrosas novedades de su expedición (2). Tal relato de Transilvano también pertenecía en su origen —como el de Colón— al protagonista de la hazaña, pues el secretario de D. Carlos no hizo otra cosa que aprovechar —y vestir con mentalidad humanista— la narración que escribiera el propio del Cano, capitán de la aventura (3). Hubo, ciertamente, otros relatos como el de Antonio Pigafetta, que también fué cerrado en Valladolid, como puede leerse en el manuscrito que después entregó al gran maestre de Rodas, Felipe Villiers de l'Isle Adam, en el que, en su final, hace constar que «desde Sevilla fuí a Valladolid, donde presenté a la Sacra Majestad de don Carlos V, no oro ni plata, sino algo más grato a sus ojos. Le ofrecí, entre otras cosas, un libro, escrito de mi mano, en que día por día señalé todo lo que nos sucedió durante el viaje» (4). No obstante, fué la carta de Maximiliano Transilvano la que

(2) En efecto, la relación de Maximiliano Transilvano es una extensa carta latina que se dirige al «cardenal Salpurgense, obispo de Cartagena», fechada en Valladolid a 5 de octubre de 1522, según la versión que publicó Martín Fernández de Navarrete en su *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo* XV, ed. BAE, Madrid, 1955, t. II, pp. 557-580, tomada de un manuscrito existente en la Real Academía de la Historia. Tal data creemos que puede corresponder a la fecha de su primera edición en Valladolid, de la que no se conserva —que sepamos— ningún ejemplar. La segunda edición del mismo texto latino fué impresa en Colonia en 1523, con el título *De Moluccis insulis...*, apareciendo igualmente como carta dirigida al arzobispo de Salzburgo, aunque se fecha el 24 de octubre (fué el texto reproducido por Giambattista Ramusio en *Delle Navigationi e viaggi*, Venecia, 1550, reseñado ampliamente, después, por Harrisse en su *Bibliotheca Americana Vetustusima*, pp. 224-232, de la edición de Madrid, 1958). Las ediciones en distintos puntos no se hicieron esperar. Sobre su autor y la categoría cultural de su mentalidad, vd. A. Roersch: *Maximilien Transsylvanus, humaniste et sencrétaire de Charles Quint.* «Bulletin de la Classe des Lettres», de la Academia Royale de Belgique (Bruselas), 5.ª serie, t. XIV (1928), pp. 94 y sigs.; también, del mismo autor: *Nouvelles indications concernant a Maximilien Transsylvanus.* «Revue Belge de Philologie et d'Histoire» (Bruselas), num. 3 (1928). Vid. también el estudio citado más adelante, en la nota [35].

(3) G. Fernández de Oviedo: *Historia General y Natural de las Indias*, parte II, lib. XX, cap. I, t. II, p. 15, de la edición de la Real Academía de Historia, Madrid, 1852, donde dice: «e quasi la misma relación que èo sigo [la escrita por Juan Sebastian del Cano] escribió el bien enseñado secretario de César, llamado Maximiliano Transilvano al cardenal Salçeburgense...»

(4) Suponemos que el *Diario* que Pigafetta ofreció en Valladolid al monarca coincidía exactamente con los que luego entregó a la madre de Francisco I, a Clemente VII y, entre otros, al gran maestre de Rodas. El manuscrito francés fué el primero en editarse, y en 1536 se reimprimió, retraducido al italiano. El del gran maestre se encontró a fines del siglo XVIII en la Biblioteca Ambrosiana de Milán, publicándose en 1800, sirviéndose paralelamente de la traducción de 1536. La más reciente reedición de la primera hecha en Paris ha sido la versión de Paula Spurlin Paige, con introducción de Howard H. Peckham, publicada con el título de



primero se difundió —con las ediciones que en el mismo 1523 se hicieron en Valladolid, Colonia y Roma—, seguidas de otras en Basilea y Venecia, por lo que no vacilamos en comparar su papel con el de la carta colombina, puesto que, igualmente, constituyó una gran noticia.

Mas no son estas coincidencias, que enunciamos —como es obvio— simbólicamente, las que fundamentalmente nos interesan, sino el cuadro de ideas que, de los años de la gestión colombina a las fechas de la que llevó a cabo Magallanes, se plasman en el texto de su capitulación. Tales ideas entrañan, como podrá verse, una verdadera vuelta a los conceptos y pretensiones del descubridor genovés, modelo que parece tentar a Magallanes, aun cuando se alce frente a él la barrera de la experiencia desde entonces corrida. Son pues dos actitudes opuestas las que se enfrentan, aun cuando deba reconocerse que la tal barrera no aparece como muro infranqueable, pues, dada la preeminencia que ejerce ahora el inexperto poder de los consejeros flamencos, el modelo de aspiraciones colombinas se trasluce mucho más de lo que cabría creer, pues incluso es plenamente reconocible en no pocas decisiones. Mas ¿cómo es posible —podríamos preguntarnos— volver a un punto de partida ya tan superado? Esta es la cuestión que debemos plantearnos para iniciar con un rigor lógico nuestro examen de la capitulación magallánica.

## LA IDEA DEL ANTIMERIDIANO, BASE DE LA CAPITULACIÓN MAGALLÁNICA

La vuelta al cuadro de aspiraciones colombinas no es, únicamente, consecuencia de un deseo de los promotores de 1518 de lucrarse al máximo posible, sino resultado también de una vuelta, en cierto modo, a los objetivos que se planteó el descubridor. El Extremo Oriente asiático y, fundamentalmente, las islas de la Especiería —cuyo producto está bien presente en las capitulaciones de Santa Fe (5)—, en cuya búsqueda fracasó Colón, es justamente lo que ahora Magallanes ofrecía alcanzar, respaldado por los conocimientos que personalmente había adquirido. No se trataba ya de referencias o de relatos más o menos fantásticos, sino de lo que exactamente se cono-

*Voyage of Magellan: The Journal of Antonio Pigafetta.* Englewood Cliffs, 1969. Muy importante aportación ha sido la publicación del manuscrito existente en la Beinecke Library de la Universidad de Yale, con el título: *Magellan voyage. A narrative account of the first circumnavigation*, Yale University Press, New Haven and London, 1969. En el vol. I, el Prof. R. A. Skelton estudía las fuentes del viaje y la personalidad de Pigafetta, así como los otros dos manuscritos —el de Paris y el de Milán—, ediciones, etc.

(5) En efecto, en el tercer capítulo se dice que pertenecería a Colón la decena de «todas o qualesquiere mercadurias, siquiere sean perlas, piedras preciosas, oro, plata, *speciería*...». Archivo de la Corona de Aragón, Barcelona, Libro Registro 3.569, fol. 135-v y 136-r.

cía (6). Ahora bien, ya en estas fechas de 1517 (7) no se podía ofrecer un proyecto tal y como le ofreció Colón, pues el «reparto del mundo» estaba hecho. Sin embargo, cabe que nos detengamos a reflexionar en que forma estaba afectado el Oriente asiático por ese «reparto del mundo», llevado a cabo, primero, por las bulas de Alejandro VI y, después, por lo estipulado entre las partes en el Tratado de Tordesillas. Juan Manzano examinó estos puntos con su habitual perspicacia, al tratar de explicar los motivos que aconsejaron a Fernando el Católico a pedir la segunda *Inter Cetera,* de partición, y seguidamente la decisiva *Dudum Siquidem,* o de «ampliación de la donación», que venía a resolver sobre la posible pretensión de exclusividad portuguesa a la posesión de la India. El problema se planteaba ante el hecho de que la bula expedida en 1456 en favor de Portugal permitía a los Lusitanos extenderse *usque ad Indos,* hasta la India, mientras que en la *Inter Cetera* de los Reyes Católicos se decía *versus Indiam,* es decir, *hacia* la India, con lo cual parecía limitarse su efecto hasta las proximidades de la India, pero nada más (8).

Esta dificultad fué la zanjada por la bula *Dudum Siquidem* del 26 de septiembre de 1493, la cual, resuelta ya la partición del océano por la línea de las cien leguas al W de las Azores y Cabo Verde como lo estableció la segunda *Inter Cetera,* completaba el alcance de la misma al señalar que, por la vía del Occidente, podían los Castellanos extenderse no sólo sobre las islas y tierras firmes indeterminadas que encontraran, sino también sobre la propia India, tal como los Portugueses estaban facultados. Así pues, como lo explicó el Dr. Manzano, en «la *Dudum Siquidem* no se prevé límite fijo alguno para el Oriente. Cada uno puede ocupar las tierras de

(6) Archivo General de Indias (en lo sucesivo AGI), Patronato, 34, doc. 7. Memorial sobre las alturas y distancias en la derrota al Maluco que dejó Hernando de Magallanes al tiempo de partir, donde en sus últimas referencias se dice: «las islas de Maluco son cinco, conviene a saber, las tres que están más allegadas [a Malaca]... están todas Norte Sur... y la isla denmedio está debaxo del equinoçial. Iten, las otras dos están de la manera que las dos primeras que es Norte Sur...». En resumen, se viene a insistir que están «dos al Norte del Equinoçial y dos al Sur del equinoçial asentadas por los pilotos portugueses que las descubrieron...» (se transcribe este documento en Navarrete [2], t. II, pp. 519-520). Curiosamente, Pigafetta en su *Diario* consignó tambien que eran cinco las islas que formaban el grupo de las Molucas (Vd. la versión castellana de Federico Ruiz Marcuende del *Primer viaje en torno al globo.* Madrid, Espasa-Calpe, 1934, detalles del 10 de nov. 1521 en pp. 151-152). Manuel Hidalgo Nieto en *La cuestión hispano portuguesa en torno a las islas Molucas,* «Revista de Indias» (Madrid), nº 9 (1942), pp. 429-462, examina otros testimonios donde también figuran ser cinco las islas.

(7) El 20 de octubre de 1517 llegó Magallanes a Sevilla, con lo que parecía repetirse el caso de la llegada de Colón a La Rábida, con un plan para alcanzar las tierras ricas del extremo asiático que, por lo que entendía, correspondían a la corona de Castilla, lo que le inclinaba a ponerse a su servicio. Tal exactamente como se vió movido Colón en 1485. Vid. Demetrio Ramos: *Por qué tuvo Colón que ofrecer su proyecto a España.* «Cuadernos Colombinos» (Valladolid), nº 3 (1973).

(8) Vd. Juan Manzano: *La incorporación de las Indias a la Corona de Castilla,* Madrid, ediciones Cultura Hispánica, 1948, pp. 23-26.



la India no poseídas por el rival» (9), con tal de se que navegue por la ruta a cada uno reservada, no siendo válida la mera prioridad descubridora, sino se completaba con la «corporal posesión de las islas y tierras». Así, pues, lo único que se partía era el océano, que se creía separaba las tierras euro-africanas de las asiáticas, mas no el objetivo final, donde se suponía podían encontrarse portugueses y españoles navegando en opuesta dirección.

Sobre esta situación, lo estipulado en Tordesillas no pasó de ser un retoque a lo ya resuelto por la bula *Inter Cetera* segunda, en virtud de lo cual la línea de partición del océano, que en ella se situaba a cien leguas de las islas Azores y Cabo Verde, pasaba ahora a ser «una raya o lina derecha de polo a polo, conviene a saber del polo ártico al polo antártico, que es de norte a sul, la qual raya o lina se aya de dar y dé derecha, como dicho es, a *treszientas e setenta leguas* de las yslas del Cabo Verde hazia la parte del poniente por grados o por otra manera... e que todo lo que hasta aquí se ha fallado e descubierto, e de aqui adellante se hallare e descubriere por el dicho Sennor Rey de Portugal y por sus navios, asy yslas como tierra firme, desde la dicha raya e lina dada en la forma susodicha, yendo por la dicha parte de levante dentro de la dicha raya a la parte el levante o del norte o del sul della, tanto que no sea atravesando la dicha raya, que esto sea y finque a pertenesca al dicho Sennor Rey de Portugal..., e que todo lo otro, asi yslas como tierra firme, halladas y por hallar... desde la dicha rraya dada en la forma susodicha, yendo por la dicha parte del poniente después de pasada la dicha raya hazia el poniente..., que todo sea e finque e pertenesca a los dichos Sennores Rey e Reyna de Castilla» (10).

Por consiguiente, la única modificación que introducía el Tratado de Tordesillas era, como dice Manzano, «un reparto igualitario del mar océano», dado caso que se le concebía con una anchura de 750 leguas entre Canarias y las islas asiáticas, entre otras el Cipango (11), de acuerdo con las ideas colombinas, conforme a las que actua ya en el primer viaje. En cambio, respecto al Oriente, subsistía en su integridad lo previsto por la *Dudum Siquidem*: cada parte podía hacer suyas aquellas tierras a las que pudiera llegar y de las que tomara y pudiera estar en «corporal posesión» (12).

La división del Atlántico — que era lo que en realidad se partía, primero por el Papa y luego por el Tratado de Tordesillas, por la «raya e lina» — se creía entonces suficiente para definir los respectivos ámbitos de influencia. Porque se daba por supuesto que a un lado quedaba el Africa con la ruta a la India por Buena Esperanza,

(9) Este aspecto también excelentemente tratado por Juan Manzano en su estudio *El derecho de la Corona de Castilla al descubrimiento y conquista de las Indias de Poniente.* «Revista de Indias» (Madrid), nº 9 (1942), pp. 397-427. El párrafo citado figura en pp. 416.

(10) *Tratado de Tordesillas,* ed. facsimilar y transcripción, con estudio de Luis Suárez Fernández y presentación diplomática de Rosario Parra, Madrid, Ministério de Educación, 1973, p. 58.

(11) Manzano: *El derecho de la Corona* [9], p. 420.

(12) Dada la práctica apertura del Oriente a la doble iniciativa, resulta comprensible que Jaume Ferrer de Blanes creyera que lo verdaderamente reservado a la corona de Portugal en exclusiva era el continente africano.

y al otro el extremo asiático, tras el cual, y doblado el Quersoneso, se encontraba la India, y junto la Especiería, hacia donde confluiría la doble iniciativa peninsular. Pero tal supuesto geográfico fué pronto desmentido, al comprobarse que lo que se encontraba al otro lado del océano no era el Asia, sino unas tierras extendidas de norte a sur que, por lo que se veía, cerraban el paso — como barrera infranqueable — al mar que bañaba las costas del Cathay y las islas de la Especiería.

En definitiva, el mundo era mucho mayor de lo previsto en los instrumentos jurídicos. Y así debió nacer la interpretación de que la «raya o lina derecha de polo a polo» debía entenderse como círculo, al prolongarse la meridiana por la correspondiente «raya o lina» antimeridiana. Tal forma de entender el tratado — en el que ni la menor alusión hay a esa posible prolongación — no sabemos hoy cómo se originó exactamente, aunque sí cabe afirmar que ni se produjo en España — donde no se encuentra rastro de esa doctrina en su fase germinal —, ni hubiera sido lógico que naciera entre los peritos españoles, poco preocupados aun por especulaciones de índole «teórica», hasta el extremo que los pilotos mayores de la Casa de Contratación fueron reclutados entre promotores extranjeros que se captaron por circunstancias y necesidades facilmente imaginables, aunque de alguno no se conozcan antecedentes en tal o parecida dedicación ([18]).

Por otra parte, donde pudieron tener interés en la doctrina del antimeridiano o *segunda línea* hubo de ser en Portugal, puesto que de una libre prolongación de las navegaciones españolas *ad infinitum* hacia Occidente se les derivaba fatalmente una competencia e intromisión en el inabarcable mundo asiático, sin que para ellos — navegando en el opuesto sentido — se les deparara ningún previsible provecho, puesto que sería salir del Asia para sumirse inutilmente en el desconocido piélago que se extendía hacia el Este. La línea antimeridiana serviría, en cambio, para garantizarles el disfrute indiscutible de los países de las riquezas fabulosas. Por lo menos, los escritos españoles más antiguos que hablan de la posible extensión de las navegaciones portuguesas, después del Tratado de Tordesillas, niegan incluso que pudieran entrar en el mar de la India, sin concebir ni por aproximación algo semejante a un límite antimeridiano — tal lo vemos, por ejemplo, en el memorial de Colón, a propósito del viaje de Vasco da Gama —, lo que nos prueba que tal idea hubo de fraguarse en Portugal ([14]).

([18]) Vd. José Pulido Rubio: *El Piloto Mayor. Pilotos mayores, catedráticos de Cosmografía y cosmógrafos de la Casa de la Contratación de Sevilla.* Sevilla, 1950. Américo Vespucio fué nombrado piloto mayor por C. R. de 22 de marzo de 1508 y falleció en 1512; le sustituyó Juan Díaz de Solís, nombrado por C. R. de 25 de marzo de ese año y muerto en 1516 en el río de la Plata. Otros destacados pilotos y marinos — que sin estar al servicio de la Casa de la Contratación tuvieron gran predicamento y categoría técnica —, como Per Alonso Niño, Vicente Yáñez Pinzón, Cristóbal Guerra o Juan de la Cosa, todos ellos bien representativos del mundo marinero español, prefirieron la navegación a la especulación, aun cuando Juan de la Cosa hubo de plantearse problemas del orden que nos interesan, al ser capaz de encajar los descubrimientos de aquella primera época en un esquema terráqueo, tal como se ve en su célebre carta. Mas, como es bien sabido, su «doctrina» geográfica no se aparta de las ideas colombinas, conforme a las cuales se fraguaron las bulas pontificias y se concluyó el Tratado de Tordesillas.



Quizá el pretexto que ofrecía un pasaje de la carta apostólica *E aquae pro bono pacis* de Julio II ([15]) sirviera de arranque a la idea del antimeridiano. Pero la misma, según creemos, si no se fraguó en el mundo científico, menos pudo germinar en el político, dada la crisis que se produce en España a la muerte de Isabel, la Católica, con un práctico interregno que, en realidad, se extiende hasta estas fechas de 1517, en que arriba D. Carlos, el nuevo monarca, que desembarcaba en la costa del Norte en el mes de septiembre, muy poco antes de que llegara Magallanes, que en octubre lo hace por el sur. Mientras tanto, en Portugal no ha existido una crisis paralela y los Lusitanos, rápidamente, desde la India, han logrado en 1509 llegar a Malaca, para iniciar — tras su conquista en 1511 — el primer tenteo hacia las Molucas. Mas si la conquista no puede progresar más allá de Malaca, en cambio el comercio de la especiería se iniciaba, a través de los intermediarios «moros», que les facilitaban los cargamentos deseables. Por esta via del interés mercantil tuvo que desarrollarse la idea del antimeridiano, como garantizador da tan suculentos intereses, ya que de momento la conquista no podía ampararles. Una prueba de que la corona portuguesa estaba también muy lejos de tal idea la tenemos en el hecho de que D. Manuel, en las gestiones que despliega en Roma a partir de la conquista de Malaca, solo pretende la consolidación de lo que va adquiriéndose con los privilegios pertinentes — tal el breve

([14]) Colón, en el texto que mencionamos, decía en efecto que no podía pensarse que los Portugueses estaban facultados a extenderse por el Índico hasta el extremo asiático, pues entonces «porquel mundo es rredondo, que aquel que más apriesa andoviese cobraría mas dello; y tanto el rrey de Portugal pudiera navegar syguiendo el levante, que llegaría a la dicha rraya que fisyeron marcar sus altezas [por el Tratado de Tordesillas, en el Atlántico], y asy mismo sus altezas tanto pudieran navegar al poniente, que hisieran otro tanto», lo que Colón consideraba ridículo, por ser entonces inutil toda partición. Por eso, en este desatinado escrito, sostenía Colón — velando, claro es, por sus intereses también — que al haber donado el Papa a los Reyes Católicos las tierras descubiertas por él, y siendo estas el Asia como creía, todo el Oriente les pertenecía, por lo que al rey de Portugal solo le correspondía desde la línea alejandrina de las 100 leguas al Oeste de Cabo Verde, hasta el cabo de Buena Esperanza, acrecentado con lo que en Tordesillas le añadieron los reyes de Castilla al Occidente, desde la línea alejandrina hasta 270 leguas más. Este alegato le ha estudiado recientemente Antonio Rumeu de Armas: *Un escrito desconocido de Cristobal Colón: el memorial de La Mejorada*, Madrid, ediciones Cultura Hispánica, 1972, donde reproduce en apendice el texto, que fecha en el 19 o 20 de julio de 1497.

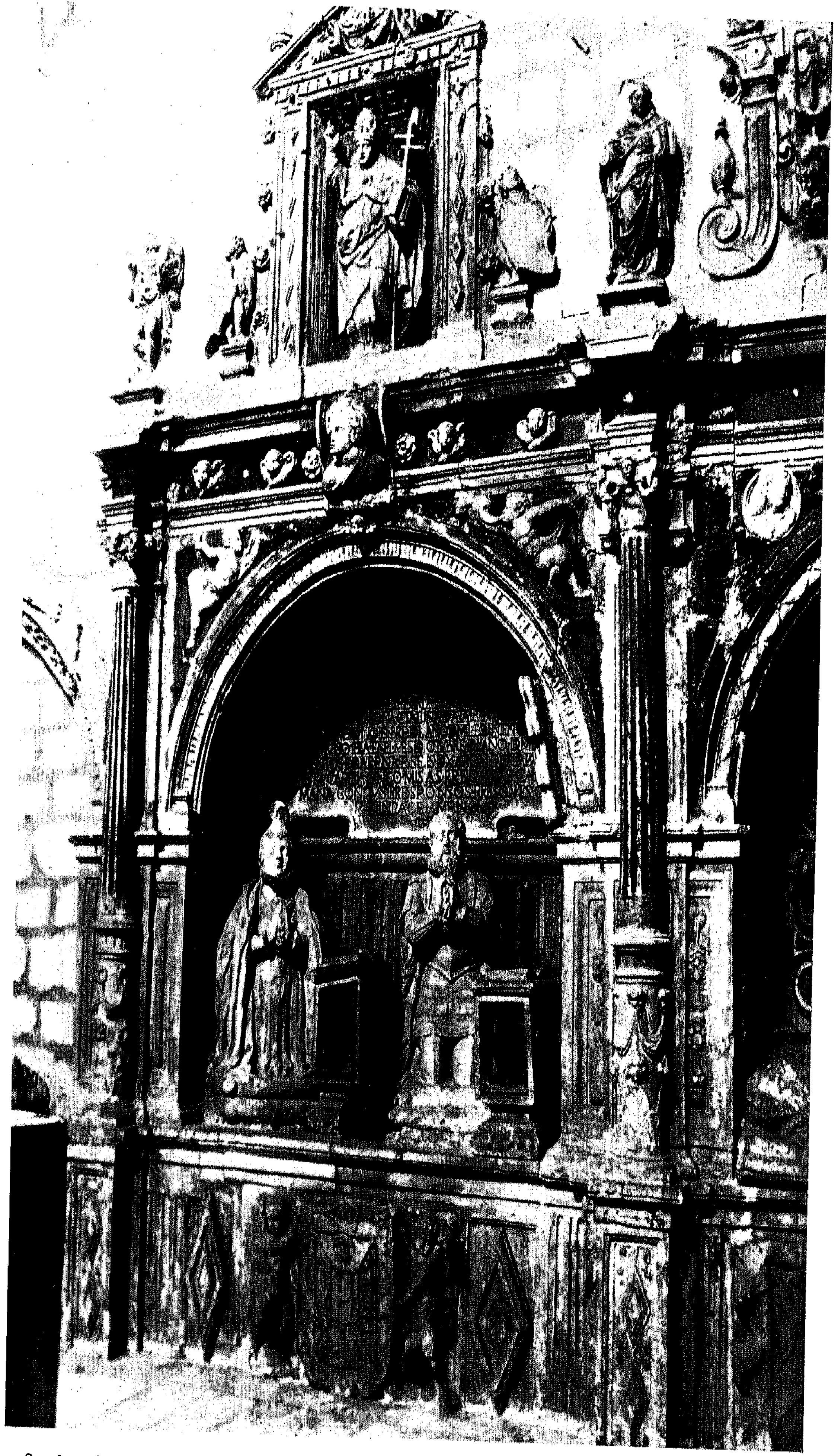
([15]) Se data en 24 de enero de 1506. Se fija en ella Manzano [9], p. 422, tomando el dato del P. Francisco Montalban, que la utiliza en *El patronato español y la conquista de Filipinas* (Biblioteca Hispana Missionum, IV). Como es bien sabido, se expidió esta carta como confirmación pontificia a lo resuelto en el Tratado de Tordesillas, de acuerdo con la iniciativa que en tal sentido tomó la corona de Portugal. Fué reproducida por Francisco Javier Hernaez: *Colección de bulas breves y otros documentos relativos a la Iglesia de América y Filipinas,* Bruselas, 1879, t. II, p. 838, y más recientemente por Alfonso García Gallo: *Las bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en Africa e Indias,* «Anuario de Historia del Derecho Español» (Madrid), XXVII-XXVIII (1957-1958), pp. 825-827.

*Significavit nobis*—, hasta el extremo de que la *Praecelsae devotiones*, que obtiene de León X el 3 de noviembre de 1511, no es otra cosa que una declaratoria que reconoce a Portugal posibilidades paralelas a las que España logró por la *Dudum siquidem* del 26 de septiembre de 1493, más sin hablarse tampoco, para nada, del antimeridiano.

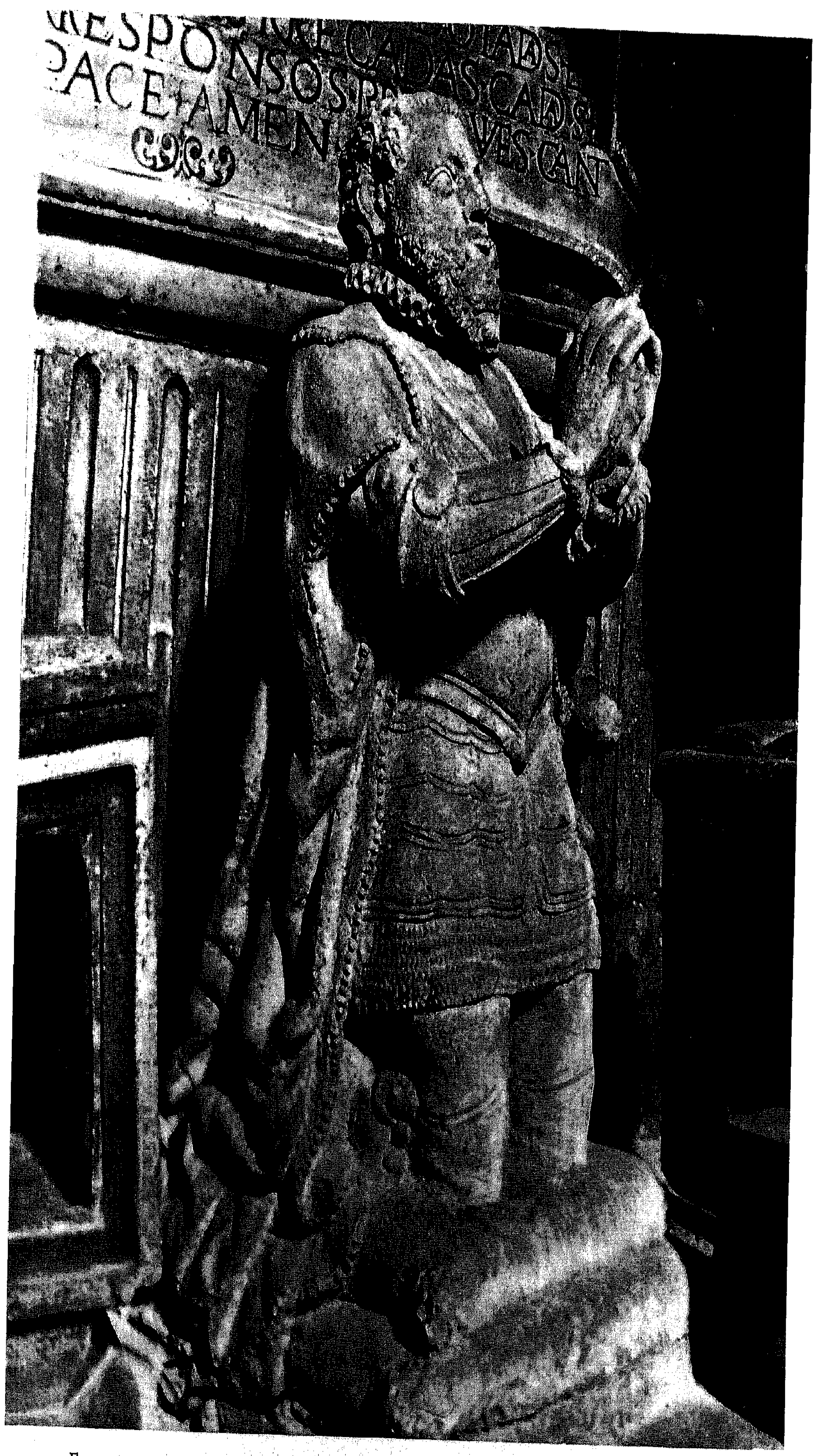
Pero hasta tal punto había basculado hacia Portugal — por los motivos dichos — el interés de los grupos mercantiles, que para aprovechar aquellas posibilidades, incluso el poderoso mercader español Cristóbal de Haro, con otros burgaleses de los que comerciaban con Flandes, llegó a instalarse en Lisboa (16), desde donde enviaba sus factores y criados en los barcos portugueses o en los fletados a su costa (17). Pero la expansión, en las sucesivas etapas, cada vez más lejos, llegó a debilitar entre los mercaderes la idea de la garantía de la pertenencia por el presunto antimeridiano. El razonamiento que se harían no podía diferir mucho del que — inspirados en unos informes de ese carácter — se hacen después fray Tomás Durán, Sebastián Caboto y Juan Vespucio, en el parecer que dieron para la Junta de Badajoz: «porque si queremos demarcar *según los padrones acostumbrados* e por donde fasta agora tienen [los Portugueses] navegado, conviene saber, poniendo del cabo de Guardafune fasta el cabo Comorí 540 leguas, e del cabo de Comorí fasta Malaca 560 leguas, e desde Malaca fasta los Malucos hay 420 leguas, como siempre se navegó desta manera,

(16) Cristóbal de Haro era burgalés, cabeza de un grupo familiar dedicado al comercio con Flandes. Por una carta de su hermano Diego de Haro — fechada en 4 de abril de 1517 y que publica Rolando A. Laguarda Trías en *El Predescubrimiento del Río le la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, p. 204 — sabemos que a una posible solicitud de Cristóbal de Haro para obtener autorización del rey de Portugal para instalar en Lisboa una agencia de sus negocios, el monarca «a doze años escrevió que, sy queria poner casa en sus Reynos, mi fator y mercaderias serian bien tratados, con tantas libertades como los alemanes...». Por consiguiente, podemos fechar en 1505 la basculación a la que nos referimos. Sabemos también que con Cristóbal de Haro se instaló en Lisboa su primo Nicolas de Haro, así como Diego de Covarrubias, también comerciante burgalés.

(17) Navarrete [2], t. II, p. 381, califica a Cristóbal de Haro como «rico mercader de Amberes», ciudad con la que, ciertamente, tenía gran negocio y donde había residido. Al citar, en pp. 402-403, los extractos que Muñoz hizo de los papeles que vio en Lisboa, dice que examinó una carta de la ciudad de Amberes en la que se aludía a Cristóbal de Haro y a otros dos del mismo apellido que residían en Lisboa. Habla de la reclamación que tenía interpuesta en 1517 ante el rey de Portugal porque, sin respetarse lo capitulado con él para contratar en «ciertos ríos» de Guinea, que tenía arrendados, le habían sido hundidos siete barcos de los que allí envió. Por una carta del rey D. Carlos, que desde Bruselas — antes de pasar a España — envió al rey D. Manuel el 5 de marzo de 1517, para apoyar a los Haro, sabemos que el grupo financiero que actuaba en Lisboa estaba constituído por Cristóbal de Haro, Diego de Covarrubias y otros. El suceso, motivo de la reclamación, tuvo lugar en 1515, como consecuencia del envío de dieciseis carabelas a Guinea, lo que ya es un buen testimonio de su poder económico. La mencionada carta se reproduce por Rolando A. Laguarda [16], pp. 202-203.



*Sepulcro de estilo plateresco, donde reposan los restos de Cristóbal de Haro y de su esposa. Obsérvese, el arco, la larga inscripción en la que se hace referencia al cargo de factor de la 1ª Casa de la Especería. Al pie, el escudo de armas, con las dos columnas del Plus Ultra*



*Estatua orante de Cristóbal de Haro en la Capilla funeraria, donde se encuentran sus restos, de la iglesia de San Lesmes (Burgos)*



no solamente caen los Malucos en la demarcación de S. M., más tambien caen Malaca» ([18]).

Ese momento en el que — al prolongarse tanto la distancia, en el continuo más allá, fuera de lo previsto — comenzó a cundir entre los mercanderes la sospecha de que las tierras extremas de Malaca y, con mayor motivo, las de la Especiería, no estaban amparadas por el imaginado antimeridiano, quizá pueda fijarse hacia finales de 1511. Por lo menos en 1512 aparecen ya, repentinamente, especulaciones sobre esta línea en Castilla, basadas siempre en referencias a su desbordamiento, procedentes del ámbito portugués. Tal lo vemos, ciertamente, en la primera iniciativa que se tiene sobre el particular en España: la de Juan Díaz de Solís, pues, según se expresa João Mendez de Vasconcelos, en carta que escribe al monarca lusitano, desde Logroño, en agosto de 1512, respondiendo a su petición de informes sobre la noticia del viaje que se preparaba, el propósito se cifraba en que Solís «diz que ha d'ir ver e demarcar o de Castela» ([19]). Y a propósito de ello nos viene a manifestar de donde procedían las sugestiones con que se movía Solís, pues dice Vasconcelos, explicando sus reflexiones, después de la larga conversación que dice haber tenido con él: «Eu não sei nada do mar, e com tudo digo que me parece que ele [Solis] fala no mar como quen sabe o que fala: e diseme que lhe escreverão de Malaca hua carta de tres folhas de papel, das demarcações e grados e linhas, por os quaes ele cuida que Malaca he do de qua; e diz que tãobem lhe screverão que Alfonso d'Albuquerque fizera hua armada pera os chis, que são mais de quatrocentas legoas dentro de demarcação de Castela, e que de Lisboa partirá outra parte das Antilhas, que muito craramente he de Castela» ([20]). Como lo vemos rotundamente expresado por Vasconcelos, era Solís quien, ante tales informaciones, deducía — aplicando la nocíon del antimeridiano — que aquellos remotos países quedaban dentro de la demarcación castellana: «ele cuida que Malaca he do de qua». También nos habla Vasconcelos, en la misma carta, de otro informante de Solís, que se había pasado al servicio de Castilla: un «chamão João Anriques, o qual esteve na India, ... e así hu filho seu, e que mostrara que Malaca está na demarcação de Castela». Así pues, todos los motivos incitantes de la iniciativa de Solís — datos e informantes — procedían, como es evidente, del ámbito portugués.

---

([18]) Navarrete [2], t. II, pp. 614-616, donde transcribe este *parecer*, así como en 611 incluye el de Don Hernando Colón, que estudió el Dr. Tomas Marin en el primer Coloquio Luso-Español de Historia Ultramarina, celebrado en Tordesillas (Valladolid) en 1972.

([19]) Carta de Mendez de Vasconcelos al rey de Portugal, fechada en Logroño a 30 de agosto de 1512, en Navarrete [2], II, pp. 86-87, y también en la *Coleccion de documentos inéditos, relativos al descubrimiento, conquista y organizacion de las antiguas posesiones españolas de America y Oceania* (en lo sucesivo *CoDoInAmerica*), t. XXXIX, Madrid, 1883, pp. 225-228.

([20]) Como es lógico, antes de descubrirse el mar del Sur por Balboa, cabía pensar que una expedición que aspirara a ir al Extremo Oriente, lo más lejos posible, tendría que llegar a las Antillas, supuesto que vemos en esta referencia, máxime cuando se admitía que, al norte del Yucatán y frente a Cuba, debía existir comunicación entre las islas descubiertas por Colón y aquellas de que habló Marco Polo.

En otra carta posterior, Vasconcelos da cuenta a su rey de la conversación que había tenido con Fernando, el Católico, para exponerle las reclamaciones portuguesas contra la expedición de Solís, y manifiesta que el monarca español sostenía que tal empresa no tenía otro fin que el conocer todo lo que podía pertenecerle: «que armada não vai a Malaca, senão a descobrir *o de qua*» ([21]). El proposito delimitador —ante los supuestos que se le habían ofrecido— venía pues a constituir la gran instancia que urgía sus resoluciones, pues, si era cierto que las tales tierras remotas de la Especiería, China y Cipango, podían quedar reservadas a su soberanía, cuanto más pronto pudiera hacerlo reconocer mejor, antes de que los Portugueses tuvieran posibilidad de invocar cualquier otro título, máxime cuando aún no habían llegado a aquellas tierras, según creía. Tales son los motivos, como clave fundamental de la expedición de Solís, que reconocemos en lo que, con tanto énfasis, explicó D. Fernando a Vasconcelos, para que lo hiciera saber a su rey: el gran «desejo que tinha de se demarcar *todo,* de maneira que nuca Portugal e Castela tevesem nhu debate»; motivo por el cual sugeria «que eu escrevese a V. A., que V. A. cuidase em algu caminho pera como isto se podese fazer, *e que ele por sua parte o cuidaria,* e que folgaria muito de se achar, porq'ele, por ser velho, devia de viver poucos dias, e que neses esperava em Deos que nuca ouvese rompimento, mas que iria muito descansado se ficase tudo tao craro que seus netos, e todos os que deles viesem, não tivesem nuca causa de romper...». La urgencia que ahora tenía el rey D. Fernando no surgía por mera meditación, ante el término próximo de su vida, sino —como es evidente— de la ventaja que repentinamente le habían descubierto. Comprobarlo cuanto antes y hacerlo reconocer era su *inocente* deseo.

¿Pero como? Vasconcelos se lo explicaba al rey de Portugal, según los detalles que obtuvo de João Enríquez, quien le había dicho que Solís, y él en su compañía, «aviao d'ir direitos ao Cabo de Boa Esperança e d'i a Ceilao e a Malaca, a qual eles cren q'stá na conquista e demarcaçao de Castela...». Que tal era lo previsto, es evidente, pues en la capitulación que se acordó con Solís, en marzo de 1512, se señalaba que, después de «llegado a la isla de Celan..., podreis ir a la isla de Maluque, que cae en los limites de nuestra demarcación e tomareis la posesión della por la Corona Real destos reinos, conforme al dicho memorial...» ([22]). Esta alusión al memorial que, como era normal, hubo de presentar Solís como peticionario, nos demuestra que todo fué iniciativa suya, con la ruta que se seguiría, para hacer la demarcación que tan ansiosamente deseaba D. Fernando ([23]), tal como se dice en la capitulación, al declararse que la expedición se destinaba a «poner la demarcación

([21]) Carta de Vasconcelos, fechada también en Logroño, a 7 de septiembre de 1512, en Navarrete [2], II, pp. 87-90, y en la *CoDoInAmerica* [19], t. XXXIX, pp. 229-237.

([22]) Se transcribe por José Toribio Medina: *Juan Díaz de Solís, estudio histórico.* Santiago de Chile, 1897, t. II, pp. 58-69.

([23]) No se conoce exactamente el memorial de Solís, aunque parece muy probable que sea el que aprovechó Martín Fernández de Enciso en su *Summa de Geographia,* Sevilla, 1512 (hay edición moderna, Madrid, 1948, con prólogo de José Ibáñez Cerdá), pues al aludirse al puerto de las *Figueras* como el lugar más occidental al que se había llegado, se nos descubre que tuvo que ser redactado por Solís, que fué quien alcanzó tal punto, en la expedición



e limites de la parte de navegación que pertenece a la Serenisima, mi muy cara e muy amada hija, como a reina y señora destos reinos de Castilla, e al serenisimo Rey de Portugal, nuestro hijo... conforme a la capitulación que sobrello se asentó en la villa de Tordesillas...».

Por la carta de D. Manuel de Portugal al Rey Católico del 20 de septiembre de 1512, que publicó Eugenio Canto en 1907, sabemos hasta que punto fué airada la protesta del monarca lusitano, por ese intento de utilización de «Juan Dias piloto portugues». Sobre la ruta que pretendía seguirse no puede cabernos ninguna duda, cuando D. Manuel, en esa carta, insiste en exponer a D. Fernando que solo las naves portuguesas podían navegar a la India por la ruta del Cabo, de acuerdo con las bulas pontificias. Aparte la interpretación que Puente y Olea hizo de este intento ([24]), lo que a nosotros nos interesa es comprender que el mismo unicamente pudo promoverse ante la idea, que ha llegado también a contagiar a las esferas oficiales españolas, de que las Molucas se encontraban dentro del espacio reservado a la Corona de Castilla y, por lo tanto, asumiendo la doctrina del antimeridiano como límite. Tal aceptación de la prolongación de la línea de Tordesillas es perfectamente lógica, puesto que si no era dable —como hasta entonces les había sucedido— salvar la barrera americana, la reserva del ámbito de pertenencia había de materializarse en alguna forma de acceso. Así, la navegación por Buena Esperanza, no ya para descubrir, sino para llegar a las pertenencias que el antimeridiano reservaba, se transformaba en un derecho. Tal debió ser la negociación que venía a proponerse D. Fernando en la C. R. de Logroño del 30 de septiembre de 1512, al referirse a la *comunicación* que pensaba establecer para hablar «con el Rey de Portugal mi hijo, lo que toca a *aquella navegación*» ([25]).

que con Vicente Yáñez Pinzón realizó en 1508, según lo tiene demostrado Ramón Ezquerra: *El viaje de Pinzón y Solís al Yucatán,* «Revista de Indias» (Madrid), n^os^ 119-122 (1970), pp. 218-238, mención que además nos prueba que tal escrito corresponde a las fechas en que hubo de redactarse el que precedió a la capitulación del 27 de marzo de 1512.

([24]) Manuel de la Puente y Olea: *Los trabajos geográficos de la Casa de la Contratación,* Sevilla, 1900, interpreta este intento de 1512 como único recurso al que podían apelar los Españoles para llegar al Oriente asiático, «ya que por Occidente no se lograba salvar con las naves la inmensa barrera que de Norte a Sur, parecian formar las continuas costas del Continente». Se trataba, pues, de una especie de confesión del fracaso del plan de Colón. Por lo que se sabe, ante la fundada reclamación del rey de Portugal, el Rey Católico decidió renunciar. Roberto Levillier, en su libro sobre *Americo Vespucio,* Madrid, 1966, publicó la C. R. que encontró en el AGI en 1955, por la que el rey, el 30 de septiembre de 1512, desde Logroño, disponía «suspender el dicho viaje hasta que se comunique con el Rey de Portugal, mi hijo, lo que toca a *aquella nevegación*», lo que quiere decir que premeditaba una negociación sobre la ruta de Buena Esperanza.

([25]) Que no se renunciaba a la realización del viaje al Oriente, sino que se trataba de un aplazamiento, nos lo prueba otra cédula paralela, de la misma fecha, en la que D. Fernando decía a Solís que «por la presente vos aseguro e prometo que aviendose de haser el dicho biaje sereys vos la persona a quien yo lo mandare encomendar e vos será guardado al dicho tiempo todo lo que en el dicho asyento e capitulacion [está] contenido» (publicada por Enrique de Gandia: *Antecedentes diplomáticos de las expediciones de Juan Díaz de Solís, Sebástián Caboto y D. Pedro de Mendonza.* Buenos Aires, 1935, p. 34).

Si el alejamiento, cada vez mayor, de la base de partida de Portugal pudo minar la confianza en la que anteriormente se habían movido los Lusitanos, hasta hacerse posible el intento que se personifica en Solís, en 1512, cabe suponer el efecto que hubo de causar en Lisboa la noticia del descubrimiento de la mar del Sur por Balboa, pues desde ese momento no sería cuestión de mucho tiempo la irrupción de los Españoles en el océano asiático. Una prueba de esa inquietud nos la proporciona la expedición que en 1514 partió de Lisboa, montada rápidamente, a expensas de D. Nuño Manuel y del propio Cristóbal de Haro (26), expedición que, dirigida por el piloto Juan de Lisboa, recorrió la costa suramericana, desde el Brasil hasta más allá del Río de la Plata, sin duda alguna con la esperanza de encontrar el abra que diera paso a la mar del Sur, por donde pudieran llegar los productos orientales a Europa, con más rapidez y menos riesgos que cruzando el Indico y a lo largo de la costa africana. Venía así a repetirse el intento de 1501 llevado a cabo por Gonzalo Coelho, con el que fué Vespucio, «con tres carabelas que dió el rey de Portugal, para buscar estrecho —según lo explica Gomara— en aquella costa por do ir a las Malucas...» (27).

El P. Guillermo Furlong, que tuvo la fortuna de encontrarse con un mapa que Juan Sebastián del Cano realizó durante el viaje magallánico (28), comprensivo de esta costa suramericana hasta el Estrecho —del que no se había tenido la menor noticia (29)—, deduce de los detalles que éste ofrece sobre el río de la Plata, con

---

(26) Alude a esta expedición, fechándola en el año indicado, el cronista Gaspar Correia: *Lendas da India*, Lisboa, edición de 1858, t. II, p. 628, y se dan detalles sobre ella en el impreso *Der newen zeytung ausz Bresillg Landt*, donde se recoge la información que proporcionó al factor de los mercaderes Füger el piloto de la nave que llegó de regreso a Madeira en el mes de octubre de 1514. El folleto fué dado a conocer por Alejandro de Humboldt en su *Examen critique de l'histoire de la Geographie du Nouveau Continent*, Paris, s. a. t. V, pp. 239-258. El coronel Laguarda Trías, en su libro ya mencionado [16], trata de demostrar que esta expedición se realizó en 1511-1512, pero sin llegar a convencernos, no obstante el valioso estudio que realiza, con admirable método.

(27) Francisco López de Gómara: *Historia General de las Indias*, primera parte, p. 211 de la edic. de la BAE, en el t. I de *Historiadores primitivos de Indias*, Madrid, 1946.

(28) Durante el viaje es de suponer que solamente pudo hacer un apunte que pasaría en limpio a vitela ya en Valladolid —quizá con otros mapas, que desconocemos— para presentárselo al emperador. El hecho de que en la cartela figure esta leyenda «Juan Sebastian del Cano la fizo en año 1523», lo confirma.

(29) La noticia del hallazgo de este mapa la dió el P. Furlong en su conferencia *Cartografía colonial rioplatense*, en *G. A. E. A.—Primera Conferencia Argentina de Coordinación Cartográfica* [de Buenos Aires, 1936], Buenos Aires, Sociedad Argentina de Estudios Geográficos, 1937, pp. 175-186. Inmediatamente incluyó noticias de este mapa en el capítulo que escribió para el vol. IV de la *Historia de la Nación Argentina*, que publicó la Academia Nacional de la Historia, en 1938. El mismo P. G. Furlong reprodujo el mapa en *A map of Juan Sebastian Delcano—In memory the map—collector and good friend Dr. Buenaventura Caviglia*, en «Imago Mundi» (Amsterdam), XXI, II (1969), pp. 77-99. Algunos especialistas niegan la autenticidad de esta carta. Nosotros solo la utilizamos aquí hipotéticamente, pues no la hemos examinado y, por lo mismo, no nos sentimos capaces de tomar postura, pues los argumentos contrarios a su autenticidad no llegan a convencernos tampoco.



el dibujo del Paraná, Uruguay y Paraguay —que no vieron durante el mes que allí recalaron (30)— que tales datos tenían que proceder de informes que pudo proporcionarse. Tiene interés este mapa para el punto que tratamos por cuanto del Cano traza en él la línea de Tordesillas, aunque en forma tal que la hace cortar la costa sobre el cabo de Santa María, a la entrada del estuario del Plata. A este propósito, dice el P. Furlong que «es indudable que Delcano, en lo que respecta a la línea demarcadora, compuso su mapa con poca información española y mucha portuguesa», muy posiblemente, creemos nosotros, procedente de ese viaje montado por D. Nuño Manuel y Haro. Ahora bien, tanto esa atención sobre el río de la Plata, que el mapa evidencía, como en la forma en que con el estuario quiso relacionarse la línea de Tordesillas por parte portuguesa, solo se explica a la luz de la ilusión que tenían de que el ansiado paso pudiera garantizarles, por esta otra vía, el dominio comercial de las especias, es decir que se abriera en territorio americano perteneciente a Portugal o, a lo sumo, en el límite entre las dos coronas.

El cambio que se había producido no podía ser más radical, pues, al recurso del antimeridiano, al que se habían asido los Lusitanos para afianzar por Oriente su dominio de la Especiería, en lo que se habían confiado tranquilamente en los años últimos, sucedía de pronto la creencia de que —al contrario— tal antimeridiano otorgaba el derecho sobre aquellas tierras a los Españoles, por lo que trataron de asegurarse la ruta de las especias a la inversa, por el propio meridiano, si este les permitía hacer suyo el estrecho que pudiera existir en el Plata. Pero los expedicionarios regresaron con otra impresión: que de existir por allí un estrecho, no pertenecía a Portugal, pues se encontraría, en todo caso, al otro lado de la línea de Tordesillas. Por consiguiente, fracasada también esta ilusión, de la que fué partícipe en Lisboa el propio Cristóbal de Haro, la basculación hacia España de aquel preferentismo mercantil, polarizado hasta entonces en Portugal (31), parecía inevitable, pues los mercaderes alemanes y flamencos y los que con ellos se vinculaban, como los burgaleses, no podían exponerse a que el dominio del mercado de las especias cayera en manos de los genoveses, florentinos y demás grupos que operaban entonces desde Sevilla. En ello hubo de colaborar el convencimiento de que los Españoles podían, desde las costas alcanzadas por Balboa, lanzarse ya en cualquier momento sobre los ricos países del Asia Oriental.

---

(30) Guillermo Furlong: *El mapa rioplatense y patagónico de Juan Sebastian Del Cano*, 1523, «Investigaciones y Ensayos» (Buenos Aires), nº 12 (1972), pp. 15-31, donde se ofrece una excelente reproducción por calco, que es la utilizada por nosotros. No deja de ser curioso que Pigafetta [6], p. 54, apenas dedique unas líneas a la escala en el río de la Plata, cuando sabemos que duró del 10 de enero de 1520 al 7 de febrero. Vid. el diario de Francisco Albo, en Navarrete [2], t. II, p. 534.

(31) Diego Luis Molinari, en *El nacimiento del Nuevo Mundo, 1492-1534*, Buenos Aires, 1941, pp. 105-106, explica los temores que llegaron a abrigarse sobre los intereses que trataba de servir Magallanes, al haber quien suponía que, en realidad, continuaba secretamente actuando en beneficio de Portugal. Lo que recogió Maximiliano Transilvano sobre el particular, al hablar de la invernada de San Julián, es bien sintomático.

Si la expedición organizada por Nuño Manuel y Cristóbal de Haro fué una réplica inmediata al descubrimiento de Balboa —tanto más sensible cuanto ya se desconfiaba de que el antimeridiano amparara la pertenencia de las Molucas para Portugal—, los resultados de esa exploración no debieron ser menos sugeridores. El hallazgo por Haebler, en 1895, del manuscrito en que se basó el «Newen Zeytung» de los Füger sobre ese viaje —impreso que divulgó Humboldt—, permitió conocer lo sucedido. En efecto, después de reconocer Juan de Lisboa las costas del Brasil y de doblar un cabo, que sería el Santa María, «hallaron un golfo que corre igual que en Europa, en dirección Oeste para Este. Despues avistaron tierra tambien del otro lado, cuando tenian navegadas [por él] 60 millas a la vuelta del cabo, del mismo modo que, cuando se navega para el Levante, pasado el estrecho de Gibraltar, es divisada tierra de Berbería. Y cuando tenian doblado el cabo [más de 60 millas] y estaban navegando para el Noroeste, levantose tan violento temporal [32] que no pudieron navegar más adentro y fueron obligados por la tormenta a valver al otro lado de la tierra del Brasil».

Según esto, el estrecho se daba como posible, hasta tal punto que «el piloto de este navío —se seguía diciendo— opina que de este cabo... [a partir del cual se entraba en el Plata] no hay más de 600 millas para Malaca». Y por si fuera poco, se agregaba que «piensa también poder ir y volver en poco tiempo de Lisboa a Malaca por este camino». Así pues, el resultado que se ofrecía no podía ser más optimista. Pero entonces ¿por qué no repitieron inmediatamente el intento? Del estudio crítico que Laguarda Trías hizo del contenido de la *Nueva Noticia* [33] podemos extraer una de sus observaciones, quizá la más importante y exacta: que «no hay justificación posible respecto a la afirmación de que desde el cabo [de entrada en el Plata]... solo había 600 millas hasta Malaca...». Y comenta el mismo autor que «como es imposible admitir tamaña carencia de sentido cosmográfico en el piloto más afamado de Portugal, forzoso es reconocer que dicho dato constituye un recurso sensacionalista... destinado a intrigar a los mercaderes a quienes iba destinado». A nuestro entender, era una forma de ocultar el fracaso de la expedición, pues indiscutiblemente regresaban convencidos de que dentro del espacio americano perteneciente a Portugal, según la línea de Tordesillas, no había estrecho. Si éste existía, pertenecería ya al espacio castellano. Lo que habían visto, no se trataba de una ensenada, sino de una profunda penetración, que se comparaba con el estrecho de Gibraltar. Schöner lo reflejó muy pronto —en 1515— en su mapa.

No obstante, antes —inmediatamente casi— se reflejaba en la decisión tomada por el Rey Católico, pues si a la isla de Madeira regresaba del Plata la nave de Juan de Lisboa —como se dice en la «Newen Zeytung»— el dia 12 de octubre de 1514, poco tiempo se tardó para que, el 24 de noviembre, se ajustara en Mansilla el nuevo asiento con Solís, para ir no ya por la ruta del Cabo, como en 1512, sino «a las

(32) Era en agosto, es decir, en pleno invierno del hemisferio sur. Se trataba, evidentemente, de uno de los violentos pamperos.

(33) Laguarda Trías [16], pp. 140-149.



espaldas de Castilla del Oro», lo que presuponía la existencia del estrecho americano. La correspondencia de fechas no puede ser más sintomática; lo que quiere decir que en noviembre de 1514 la presunción del estrecho se consideraba indiscutible [34]. Y todo ello, junto con las noticias de 1513 sobre el oro del Darién, vino a crear aquel desbordante optimismo con que se despacharía a Pedrarias, con tal entusiasmo «casi como si en ese entonces se descubriesen estas Indias», según dice el cronista. Porque no solo se tenía el mar del Sur por donde le descubrió Balboa, sino también la evidencia de que el estrecho se encontraba dentro del ámbito castellano.

La muerte de Solís en la empresa y el desvanecimiento de la ilusión de que el río de la Plata fuera el ansiado paso no pudieron ser un serio obstáculo para que persistiera la basculación hacia España del preferentismo mercantil, pues las dos premisas básicas subsistían: la idea de que las Molucas estaban en el ámbito español y la posibilidad de que, desde las costas del mar del Sur descubiertas por Balboa, se despacharan expediciones para llegar a ellas, lo que anteriormente no había sido concebible. La gestión del viaje magallánico a impulso de esas mismas preocupaciones comerciales —y ya sabemos el respaldo que le ofreció el mismo Cristóbal de Haro— nos queda perfectamente en claro.

Maximiliano Transilvano, secretario privado del rey Carlos y que tantas razones tenía para conocer los entretelones de la expedición magallánica —puesto que en el mismo año en que ésta se hacía a la vela desde Sanlúcar él se casaba con una hija de Cristóbal de Haro [35]—, dice en su relato, reflejándonos el ambiente de incertidumbre que se había extendido entre los Portugueses, que «como después de tan largas e inauditas navegaciones hechas por los portugueses, anduviese un rumor y fama, aunque incierta, en que se decía que era ya tan larga aquella su navegación por las partes orientales, y que se extendía en tanta manera que, volviendo por de

(34) Enrique de Gandia [24], p. 41, comprendió bien claramente que este viaje, que se capituló en 1514 con Solís, era un reflejo de las noticias con que regresaba la carabela de Juan de Lisboa, que despachó Nuño Manuel y Cristóbal de Haro, pues sin la certeza de que existía el estrecho que él pudo deducir, no habrían trazado el itinerario que ahora se señaló a Solís, sino que se hubiera insistido «en realizar el viaje como en 1512, por el Cabo de Buena Esperanza, la India y Ceilán hasta el Maluco. Pero en 1514 el viaje se planeó en sentido contrario». Aunque en nada afecta a la consideración del factor determinante de la expedición de Solís, nosotros creemos que lo que en realidad operó fué, más que la noticia del regreso de Juan de Lisboa, la esperanza con que se montó su viage, es decir, su partida, a lo que pudo unirse a última hora lo que llegara a saberse del retorno.

(35) Ladislao Szabó: *Maximiliano Transilvano, humanista, diplomático y promotor de la expedición de Magallanes*, «Investigaciones y Ensayos» (Buenos Aires), nº 10 (1971), pp. 515-520, supone que «como prometido de la hija de Cristóbal de Haro debió haber conocido a Magallanes en la casa de su futuro suegro [en Sevilla]». Como el autor parece no conocer que con Magallanes coincidió Haro en Valladolid, retrasa hasta su regreso a Sevilla el inicio de esa relación, cuando mucho más lógico es que tuviera su principio en la capital castellana. Sobre esa base, cree que Transilvano debió ser un colaborador de la gestión de Magallanes, lo que nos parece muy posible. En cambio nos resulta excesivo calificarle nada menos que de *promotor*, cuando el cambio de vertiente de que venimos hablando pone de manifiesto los intereses que entraron en juego.

yuso deste nuestro hemisferio, llegaba adelante de los términos de la susodicha partición y línea que va de polo a polo, y que la ciudad de Malaca y el gran golfo del mar de los Sinas caía e estaba dentro de los términos del rey de Castilla...» (36). He aquí, pues, ese convencimiento de haber sobrepasado con exceso lo que podía pertenecerles, convencimiento que fué, según parece lógico, lo que impulsó a Magallanes —como antes a Solís— a dejarse llevar por la basculación que operaba a favor de Castilla. Así, todavía en el Oriente —como razonó Navarrete— «empezó a discurrir que aquellas islas [del Maluco], por su situación geográfica, estaban fuera del límite que pertenecía a Portugal... Vuelto a Europa, se afirmó más en estas ideas, continuando su correspondencia con Serrano [que habia llegado a Ternate] y consultando con otros pilotos y astrónomos en su misma patria».

Estas cavilaciones —dando por existente un acuerdo sobre el antimeridiano— comenzaron también a extenderse muy pronto. Nos lo prueba la carta que el oidor Zuazo escribió al propio monarca desde La Española —cuando ya estaba firmada la capitulación magallánica, lo que no afecta al caso, pues nada podía conocer de ello—, en la que le decía: «sabese la concesión del papa Alexandro, la división del mundo como una naranja [—lo que sabemos es inexacto—] entre el Rey de Portugal e los abuelos de V. M. por ciertas lineas imaginarias que no se han tirado porque aunque enviaron ciertos pilotos para hacer una demarcación, e asentar estas lineas e punto donde debian de estar...». Como puede advertirse, la tergiversación del sentido de la *Inter Cetera* y de la *Dudum Siquidem* era incuestionable, con una interpretación que tuvo que llegar a las Antillas españolas a través de los comerciantes. Pero, lo más importante es que Zuazo concluye diciendo que en La Española se aseguraba que «en el Oriente, posee Portugal nucho que es de V. M. La misma ciudad de Malaca que tiene 25.000 vecinos, le toca...» (37). Por consiguiente, la doctrina del antimeridiano, en paralelo a la duda portuguesa, se había convertido —entre 1512 y 1518— en un convencimiento poco menos que indiscutible.

Así pues, es la doctrina del antimeridiano la que determina también la última decisión de Magallanes: el pasarse al servicio del monarca de España, tras haber apelado a la consulta de los que se consideraban expertos —como Rui Faleiro—, para asegurarse sobre el ámbito en el que quedaban incluídas las islas de las Especias o del Maluco. Y, como en el caso de Solís, también bajo el efecto de lo que se daba como seguro en Oriente. Hasta que punto fué Francisco Serrão —su amigo de Malaca— quien arrastró a Magallanes a su resolución, no lo podemos saber. Si el cronista Barros exageró la influencia que ejercieron en él las cartas escritas

(36) Transilvano, según la traducción que publicó Navarrete [2], t. II, p. 560.

(37) *CoDoIn, America* [19], t. I, p. 296. Quizá no fuera ajeno a todos los conceptos que aquí ofrece Zuazo el hecho de que Andrés de Haro, de la familia del famoso Cristóbal de Haro, estaba también en las Antillas, donde era tesorero de Puerto Rico desde 1513, el año del descubrimiento del mar del Sur.



desde Ternate, no cabe duda que, como en el caso de Solís, tales aseveraciones no pudieron ser indiferentes para Magallanes (38).

Si Magallanes y los hermanos Faleiro hubieran sido los únicos que resolvieron trasladarse a España, el significado de tal decisión nos obligaría a pensar en un determinante exclusivamente personal —la socorrida injusticia (39)—; mas Transilvano asocía el nombre de Magallanes al de otra persona, con lo que cobra tal paso su verdadero sentido. Y, para que no quepa duda, nos lo dice así: «estos Fernando Magallaes, capitán, y Cristóbal de Haro, mercader, se vinieron a la corte...» (40). Como si uno y otro, ofendidos por el mismo monarca, no estuvieran asociados por el convencimiento de la situación de las Molucas, tal como lo expresa el navegante en el memorial sobre la derrota que cabría seguir, donde habla de las situaciones, referidas siempre a esa «segunda línea» que es el antimeridiano: «las islas del Maluco son cinco, conviene saber, las tres que estan más allegadas a la *segunda linia de la demarcación*..., las otras dos islas están... a cuatro grados al Oriente de la *segunda linia*...» (41).

Así, pues, el fundamento del antimeridiano fué no solo la clave de la decisión tomada por Magallanes —y quizá también la fórmula a que apeló Haro para atraerle—, sino también la base de la negociación que se apresura a entablar en la Corte, motivo por el cual forzosamente hubo de registrarse en la capitulación e instrucciones. Manzano se extraña —y con razón— de que en la capitulación que se firma el 22 de marzo de 1518 se diga: «Primeramente, que vosotros con la buena ventura hayais de ir e vayais a descubrir a la parte del mar Océano, *dentro de nuestros dominios e demarcación*» (42). Como en las instrucciones, el monarca advierte a Magallanes que «la principal cosa que vos mandamos y encargamos es que en ninguna manera no consintais que se toque ni descubra tierra, ni otra ninguna cosa, dentro en los límites del serenisimo Rey de Portugal... porque mi voluntad es que

(38) João de Barros, en sus *Decadas da Asia*, dec. III, p. 282 de la edic. de Lisboa, 1946, presenta a Serrão como instigador y responsable de las ideas de Magallanes sobre la pertenencia de las Molucas a la corona de España, por las cartas que le escribió «dando-lhe conta das ilhas daquele Oriente. Ampliando isto com tantas palavras e misterios, facendo tanta distância donde estava a Malaca, por fazer em si meritos de seu galardão ante el-rei D. Manuel, que parecia virem aquelas cartas de mais longe que dos antipodas».

(39) Jean Denucé: *Magellan. La question des Moluques et la premiere circunnavegation du Globe*, Bruselas, 1911, p. 137, ya estimó como llamativamente minúsculo el motivo que se dio en la carta de Sebastião Álvares y que refleja el cronista Gaspar Correia —el de la petición denegada del aumento de *moradia*— para justificar el pase a España de Fernando de Magallanes. Recuérdese que Sebastião Álvares dice (Navarrete [2], t. II, p. 497) que, después de afearle que por tan pequeño motivo hubiera abandonado el servicio de su rey, Magallanes «se admiró mucho de que yo tal supiese; *aqui me dijo la verdad*», de lo que cabe deducir que entonces le descubrió otra razón muy distinta.

(40) Transilvano en la versión de Navarrete [2], t. II, p. 560.

(41) AGI, Patronato, 34, doc. 7. Memorial de Magallanes sobre las alturas y derrota.

(42) AGI, Patronato, 34, doc. 1. Testimonio de la capitulación y asiento; en Navarrete [2], t. II, p. 474.

lo capitulado e asentado entre la corona real de Castilla y la de Portugal se guarde y cumpla muy enteramente, así como está capitulado» (43).

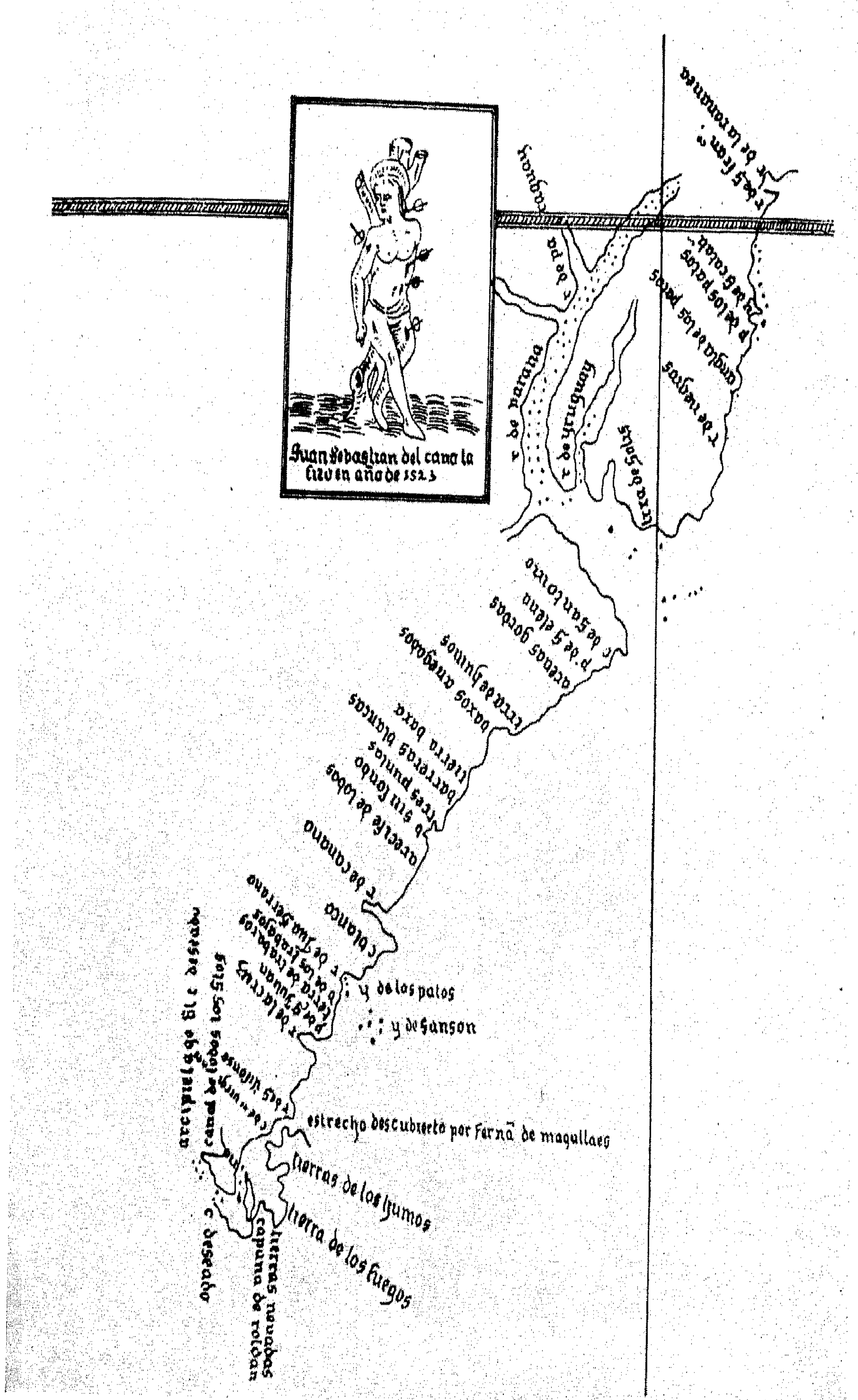
Ante estas expresiones, el Dr. Manzano lógicamente tuvo que exclamar: «¡Extraña postura! ¿Que se había hecho de la bula *Dudum Siquidem* y de su autorización explícita y general para ocupar las tierras del Oriente lejano, en cuanto no fuesen poseídas con anterioridad por ningún príncipe cristiano? ¿Cómo se interpretaba de esta forma y precisamente por el monarca español el tratado de 1494 en el que no se contiene alusión alguna a línea demarcatoria en el hemisferio donde ahora se pretende descubrir? ¿Por qué este especial cuidado en recomendar el respeto de unos límites que no habían sido previstos para aquellas partes por ningún documento oficial?» (44). Su explicación de ese olvido manifiesto de la *Dudum Siquidem* se apoya en el hecho de que, para nada servía ya, puesto que si esta bula garantizaba la posibilidad de incorporar aquellas tierras orientales, siempre y cuando no estuvieran ya ocupadas por los Portugueses, habiéndose adelantado estos ya no tenía ninguna utilidad tal instrumento. La aceptación, en cambio, de la prolongación natural del meridiano de Tordesillas en su correspondiente antimeridiano permitía ganar ahora ese tiempo perdido, pues, si era cierto que las Molucas se encontraban en el espacio que correspondía a España, tanto mejor, al ser así posible paralizar a los Portugueses con los argumentos hasta entonces esgrimidos por ellos, cuando pensaron en la garantía de pertenencia.

Más aun, pues para nosotros, manteniéndose en esa línea de respeto hacia lo que pudiera corresponder a Portugal — tal como se le exigía a Magallanes — cabía también reclamar contra cualquier reacción y, al mismo tiempo, contar con una sólida base para negociar en el futuro con la amenaza de exigir las restituciones de lo ocupado fuera del antimeridiano, todo lo cual sería imposible amparándose en la *Dudum Siquidem*, que reconocía el derecho derivado de la prioridad de ocupación. Por otra parte, era tambien el único asidero para el caso de que no se encontrara el anhelado estrecho, pues con esa base cabía volver al punto en que dejó el problema D. Fernando en 1512, cuando ordenó suspender los preparativos que entonces realizaba Solís, para ir a las Molucas por la vía de Buena Esperanza.

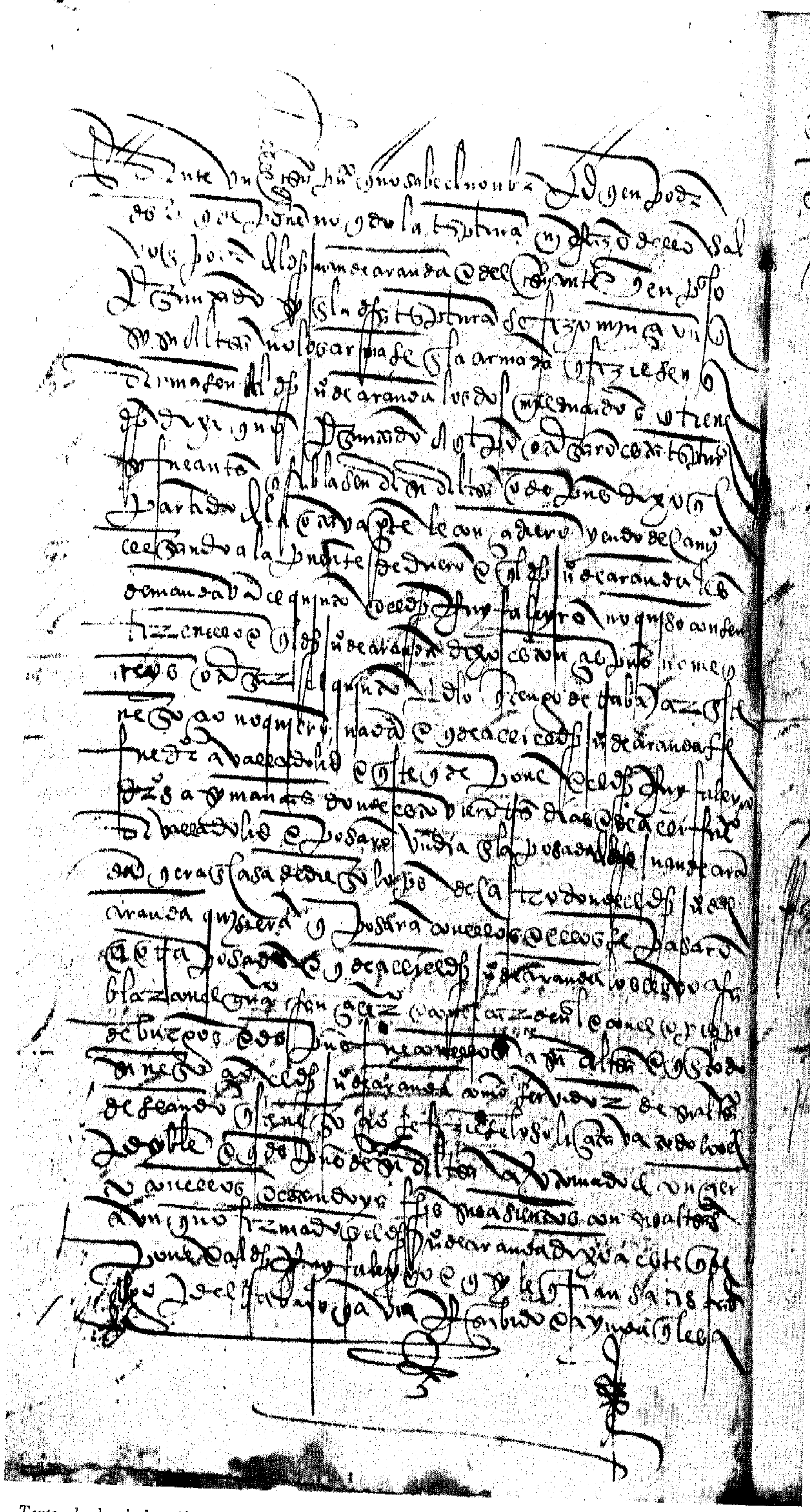
Y que algo de ello estaba previsto, es evidente, a la luz de los indicios que lo hacen creer. Por ejemplo, en el memorial de las derrotas y alturas que Magallanes entregó antes de hacerse a la vela, después de situar el cabo de San Agustín y el de Santa María que — conforme con lo luego señalado en el mapa de del Cano — se dice

(43) Instrucciones que dió el rey a Magallanes y a Rui Faleiro para el viaje de descubrimiento al Maluco; en Navarrete [2], II, p. 482.

(44) Manzano [9], p. 423. Para el Dr. Manzano, según exponía en p. 419, la idea del antimeridiano era de origen portugués, «a quien interesaba el trazado del antimeridiano — dice —; a los nuestros, en cambio, una vez reconocida — pasados los primeros años — la existencia del Nuevo Continente americano, parece lógico pensar les conviniera — escudándose en la bula de septiembre, en la que no se habla para nada de la línea particional en el hemisferio oriental — hacer efectivos sus derechos, procurando la rápida ocupación de aquellas regiones».




*Mapa de Juan Sebastián del Cano, según el calco del P. Furlong, en el que advertimos la tendencia portuguesa a encontrar al estrecho bajo el amparo del meridiano de partición, cuyo fracaso — según lo fué la expedición de Nuño Manuel y Haro — volcó el interés por las tierras americanas de pertenencia española, clima en el que se promovió la expedición de Magallanes*



*Texto de la declaración de Magallanes, en la información sobre el soborno a Juan de Aranda, donde manifiesta que lo acordaron en Puente Duero, como también explica su paso a Simancas y, seguidamente, sus gestiones en Valladodid, donde residió «en casa de Diego Lopes de Castro», antes de trasladarse a otra posada con los hermanos Faleyro*



que «es la misma tierra del Brasil de Portugal» (45), se salta ya a situar el cabo de Buena Esperanza, siguiéndose a partir de tal punto la fijación de alturas, en la derrota a las Molucas. ¿Es que no se descartaba el viaje por ese rumbo, de resultar infructuosa la exploración del río de la Plata y costas del Sur? Eso cabe suponer de la inteligente astucia del obispo Fonseca, personalidad —tan injustamente tratada por Giménez Fernández— que daba continuidad, en lo posible, a la alta política indiana, al soldar la nueva dinastía con la línea seguida por el prudente D. Fernando. Más adelante veremos en que podía consistir esa alternativa.

Del otro lado, es decir, del concepto que tenían los capitanes, contamos también con otro indicio bien elocuente, tal como nos le transmite el contador Juan López de Recalde, en el informe que remitió a Fonseca, para ponerle al corriente de la llegada de la nao *San Antonio*, que Esteban Gómez traía desde el Estrecho —al separarse, como se sabe, del resto de la expedición— haciéndole el relato de todo lo que había averiguado sobre lo sucedido. Así, explica que, después de llegar a San Julián, en la Patagonia, Magallanes reunió una junta de capitanes el Domingo de Ramos y que «paresció que los dichos capitanes e oficiales, visto que iban la dicha costa adelante sin tomar la derrota en busca del cabo de Buena Esperanza e isla de San Lorenzo, *donde el dicho Magallanes les dijo que había de ir*, e se les pasaba el tiempo, y gastando los mantenimientos, navegando por costa inutil, dejando de navegar por el dicho cabo de Buena Esperanza e isla de San Lorenzo, acordaron de hacer un requerimiento al dicho Magallanes». Y en ello insiste el mismo informe, al ofrecer al final la opinión que daban los recién llegados sobre el resultado que tendrían los expedicionarios, pues «al juicio y parecer destos que han venido —decía López de Recalde el 12 de mayo de 1521—, no volverá a Castilla el dicho Magallanes, *porque la via que llevaba la juzgaban ser inutil e sin provecho, e por no querer volver la vuelta de Buena Esperanza e isla de San Lorenzo, como les decia algunas veces* que irían, e después les tornaba a decir que siguiesen su vía; porque antes que tomase la dicha vía del dicho cabo de Buena Esperanza e Sant Lorenzo, *se le habían de desaparejar las naves dos veces*» (46). Lo que, otra vez con la falsa interpretación de la navegación por el Cabo, viene a reafirmarnos lo que veremos estaba previsto, para el caso de ser imposible entrar en la ruta del océano asiático.

Tal interpretación sobre la vía supletoria que pensaba seguir Magallanes la vemos en el cronista Herrera, que recoge varios detalles de su gestión en Valladolid. Dice, a este propósito, que sobre el camino que pensaba llevar «hubo... muchos discursos y demandas» y, agrega, que «preguntándole los mayores ministros [aludiendo así al chanciller Juan de Sauvage y a Guillermo de Croy, señor de Xiebres], de quien no tenía por que recatarse, que camino pensaba llevar, decía que había de ir

(45) AGI, Patronato, 34, doc. 7. Este detalle no le tuvo en cuenta el P. Furlong, lo que no deja de extrañarnos, máxime por lo que contribuye a reforzar su tesis, en la prueba que hace de la autenticidad de la carta de del Cano [30].

(46) Carta del contador Juan López de Recalde al obispo Fonseca, dándole cuenta de la llegada al puerto de las Muelas de la nao *San Antonio*. En Navarrete [2], t. II, pp. 528-532.

a tomar el cabo de Santa María, que es en el río de la Plata, y de allí seguir por la costa arriba hasta topar con el estrecho. Dijéronle —comenta— que, si no le hallase, que por donde pensaba pasar a la otra mar; respondía *que se iría por el camino de los Portugueses,* pues que para mostrar que los Malucos caían en la demarcación de Castilla *se podía ir por su camino sin perjudicarles*» ([47]).

Este relato de Herrera podría considerarse más o menos gratuito si no tuviéramos en Las Casas —fuente que ha seguido Herrera en este punto— un testimonio directo, ya que él estuvo presente en esa conversación y, lo que es más importante, fué también ese interrogador inominado del que nos habla Herrera. Basta cotejar los textos para comprobar su relación. Lo que recuerda Las Casas es, por tal motivo, fundamental, aunque no sea del todo exacto, por no haber interpretado correctamente el plan. El valor testimonial es indiscutible, pues dice que, cuando Magallanes expuso su proyecto al chanciller Sauvage «yo me hallé aquel dia y hora en la cámara del gran Chanciller, cuando le trujo el obispo [Fonseca], y mostró al gran Chanciller el viaje que había de llevar». Y añade entonces que «hablando yo con el Magallanes, diciéndole que camino pensaba llevar, respondiome que había de ir a tomar el cabo de Sancta María, que nombramos el río de la Plata, y de allí seguir por la costa arriba, y así pensaba topar el estrecho. Díjele más —añade, como recordándolo palabra por palabra—: Y si no halláis estrecho, por donde habéis de pasar a la otra mar? Respondiome que cuando no lo hallase, irse ía por el camino que los portugueses llevaban» ([48]).

Ante un plan semejante —pues el auténtico en realidad no altera el efecto—, se comprende perfectamente que se creyera más conveniente aceptar e invocar el asidero del antimeridiano, que no las posibilidades derivadas de la *Dudum Siquidem*, que para nada podían servir, de tener que navegar hacia el Este, «pues que —como escribió Herrera, sin duda por haberse planteado el mismo problema que nosotros— para mostrar que los Malucos caían en la demarcación de Castilla, bien se podía ir por su camino sin perjudicarles [a los portugueses]». Porque no se trataba de arrebatar nada, o de adelantarse según lo previsto en la *Dudum Siquidem*, sino de ejercer un derecho sobre tierra de pertenencia ya definida, según la doctrina del antimeridiano.

## EL PARALELISMO MAGALLANES-COLÓN

No sólo el objetivo de Magallanes era el mismo que el que ofreció Colón a los Reyes Católicos —llegar al Asia oriental y a la Especería—, sino que son tantas las analogías existentes entre ambas empresas, que obliga a verlas también a través

([47]) A. Herrera: *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Océano,* dec. II, lib. II, cap. XIX, t. IV, de la edic. de la Real Academia de la Historia, Madrid, 1936, pp. 179-180.

([48]) Bartolomé de las Casas: *Historia de las Indias,* lib. III, cap. CI, edic. de Agustín Millares Carlo, México, 1951, t. III, p. 175; edic. de la BAE, de Juan Pérez de Tudela, Madrid, t. II, p. 415.



de este prisma, para comprender lo que para la nueva dinastía y su séquito de flamencos suponía esta posibilidad de volver a empezar. Incluso la propia figura de Magallanes tiene no pocos perfiles que también aparecen en la biografía colombina, como contagiado de su precedente ([48-bis]).

*a*) En primer lugar —como Colón—, Magallanes se muestra convencido de que, al salir de Portugal, con quien ha de tratar es con España. Era el resultado de la idea adquirida en su participación en la expedición de tres naves, despachada por Albuquerque en 1510 —una de las cuales mandó Magallanes, otra Abreu y otra Francisco Serrão— en busca de las Molucas, cuando llegó a persuadirse de que las islas se encontraban más allá del antimeridiano. Y no vaciló en pasar a España para ofrecer sus proyectos, seguro de que era con el único país con el que, fuera de Portugal, había de tratar para llevar a cabo su proyecto, madurado tras consultas con otros pilotos y astrólogos: porque las islas anheladas, después de su entrada desde Malaca en más de 600 leguas y de lo que le escribía Serrão desde Ternate, pertenecían a España, según lo creía. Exactamente igual que Colón pasó a ofrecer su proyecto a los Reyes Católicos, cuando llegó a saber que los derechos derivados de Alcáçobas favorecían a Castilla en el dominio de la ruta que se proponía a seguir ([49]).

Y también, como Colón, tuvo su doble negociador en su hermano Bartolomé —quien le siguió después de su salida de Portugal, para entrevistarse ambos, conjuntamente, con los reyes en Alcalá ([50])—, igualmente Magallanes tenía a Rui Faleiro, con el que seguirá toda la gestión —que en nuestro caso fué rápida— hasta el momento de la separación definitiva antes de partir.

Procedía Magallanes, como Colón, del mundo de la aventura, en el que en realidad ambos se formaron, llegando los dos hasta el extremo límite que en su época alcanzaron las naos portuguesas, respectivamente. Incluso, como en el caso de Colón, cabe la duda de si era un verdadero marino. Herrera, sin la menor vacilación, le califica como «hombre experimentado de la mar y de mucho juicio» ([51]), tomándolo también del P. Las Casas, quien primero le llamó «hombre marinero», para marginalmente matizar algo esta rotundidez, con esta expresión más ambigua: «o al menos sabía mucho de la mar» ([52]), convirtiéndole así en un *entendido* a la manera que lo

([48-bis]) Tan nutrida es la bibliografía existente sobre Magallanes que ha originado la necesidad —como en el caso de Colón— de repertorios especializados. En este sentido, es fundamental el trabajo de Martín Torodash: «Magelan Historiography», *The Hispanic American Historical Review* (Durham), LI, n.º 2 (1971), pp. 313-335. Un precedente en Abelardo Merino: «Estudios Histórico-Críticos sobre Magallanes», *Boletín de la Real Sociedad Geográfica* de Madrid, año 59, n.º 4 (1917).

([49]) Vid. Demetrio Ramos [7].

([50]) Ha podido demostrar que D. Bartolomé Colón pasó a España, tras de su hermano, para acompañarle en la entrevista primera con los reyes, el Dr. Juan Manzano: *Cristobal Colón en Alcalá de Henares,* Madrid, Cultura Hispánica, 1968.

([51]) Herrera [47], dec. II, lib. II, cap. XIX, t. IV, p. 180. Gómara [27], p. 212, fué quien más rotundamente ponderó sus cualidades, al escribir, sin la menor vacilación: «Magallanes gran marinero», del mismo modo que a Rui Faleiro le calificaba de «buen cosmógrafo y humanista».

([52]) Las Casas [48], lib. III, cap. CI, p. 174, ed. Millares.

fué Colón. Porque, en efecto, los testimonios no faltan, coincidentes casi siempre en hacerle participar en empresas diversas, embarcado, sí, pero no como marino, excepto en esa expedición enviada en busca de las Molucas, desde Malaca.

Por el contrario, parecen rebajar sus condiciones como nauta otras pruebas, como el informe de López de Recalde, basado en los datos de los que regresaron en la *San Antonio*, donde se dice que, llegada la expedición a la costa brasileña, Magallanes «dio cargo a Juan López Caraballo, dándole el farol en la nao *Concepción* para que tirase el camino la costa adelante, el cual diz que se allegó tanto a tierra una y dos veces, *que si no fuera por Esteban Gómez, que iba con el dicho Magallanes,* hobieran dado al través en la costa» (53).

Por añadidura, en la carta de Antonio Brito al rey de Portugal, para darle cuenta de la captura de los españoles que llegaron a Tidore, le dice que dejó en la isla al «maestre de la nao, llamado Juan Bautista, qués el más habil de todos, y navegó en naos de V. A.; *él es quien gobernó* y a quien, después de la muerte de Magallanes, se debe haber llegado su armada al Maluco» (54). ¿Que puede haber de cierto sobre ese «saber mucho de la mar» de Magallanes? No es nuestra intención el negarlo, sino dejar sentado que él también tuvo un pinzonismo de superioridad sobre sus cualidades, de igual forma que — también como Colón —, llegó a España por propia decisión, contrariando los deseos del rey de Portugal. Las Casas, por ejemplo, que le vió llegar a Valladolid, presenta su salida de Portugal en forma parecida a como explicó la de Colón, pues escribe que «vino huyendo de Portugal o escondidamente por cierta queja que del Rey tenía» (55).

*b*) Aunque Magallanes no llegó a España totalmente huérfano, necesitó, como es lógico, buscar apoyos para que su proyecto pudiera abrirse camino. No fueron esta vez religiosos de ninguna clase, como en el caso de Colón, sino gentes de influencia y bien situadas. Diego Barbosa — natural portugués, pero residente en Sevilla y al servicio de la Corona — fué uno de sus primeros puntales. Comendador de la Orden de Santiago y teniente de alcaide de los Reales Alcázares, le acogió a poco de su llegada en octubre de 1517. Apenas tres meses estuvo en Sevilla, los que le fueron suficientes para entrar en relaciones con su hija e incluso contraer matrimonio, gracias a lo cual tenía asegurado su lanzamiento. Tan eficaz fué este asidero que, cuando Rui Faleiro llegó de Portugal y estuvo decidido a separarse de Magallanes para actuar por su cuenta, fué Diego Barbosa quien los reconcilió y concertó en el nuevo pacto que hicieron entonces «de ser yguales e que lo que supiese el uno... lo comunicase con el otro dende a seys horas» (56), pacto que, en definitiva, puso ya en marcha la gestión de la capitulación que, sin duda con tales respaldos van a buscar a Valladolid.

(53) Carta de López de Recalde [46], p. 529.

(54) Carta de Antonio Brito al rey de Portugal, según el extracto hecho por Juan Bautista Muñoz en la Torre do Tombo, de Lisboa. En Navarrete [2], II, pp. 593-597.

(55) Las Casas [48], lib. III, cap. CI, t. III, p. 174 de la edic. Millares.

(56) AGI, Patronato, 34, ram. 3. Información levantada en Sevilla sobre el concierto hecho con Juan de Aranda, segunda declaración, donde dice Rui Faleiro que llegó a Sevilla, procedente de Portugal, mes y medio después que Magallanes y que al entrarse entonces de lo que éste había comunicado al factor Aranda «este testigo no ovo plazer dello ... e asy se lo dixo [a Magallanes] e sobrello se oviera de desconçertar». Mas, agrega, que «después, este testigo e el dicho Magallayns (sic) se conçertaron e fizieron su asiento de ser yguales e que lo que supieso el uno ... lo comunicase con el otro dende a seys horas ... e que deste asiento fué medianero el alcaide Diego Barvosa e el bachiller Ruy Lopes, criado e fator del señor don Jorge de Portugal», que era en realidad el alcaide, camarero real, antiguo cortesano de D. Carlos en Flandes. Concluído este asiento de reconciliación pudo ponerse ya en marcha la gestión de la capitulación, pues, como declaró Rui Faleiro, «fecho este asiento, este testigo e el dicho Magallayns conçertaron de se yr a la Corte», por lo que puede fecharse hacia mediados de enero de 1518.



Mientras tanto, cuando aun estaba Magallanes a la espera de la llegada de Faleiro, sabemos que entabló contacto con los oficiales de la Casa de la Contratación, para averiguar hasta donde podía llegar con ellos. Mas como comprendió que «no tenían cumplido poder [para capitular], no les quiso dar quenta del negoçio que traya» (57), aunque la relación entablada con el factor Juan de Aranda fuera más lejos, hasta el extremo de confiarle mucho de sus proyectos, motivo por el cual éste se apresuró a dar cuenta al chanciller Sauvage de la presencia de aquel forastero y de sus iniciativas. ¿Fueron estas confidencias el resultado de la imprudencia de Magallanes o su afán de captar apoyos? Nunca lo sabremos. Por otra parte, también cabe presumir que los informes que Aranda pidió a Portugal, para saber algo de lo que decía traer entre manos Magallanes, no fueron tales — por algo luego a nadie los enseñó —, sino cartas de sus amigos de Lisboa, que por la relación que tenían con el portugués, se habían apresurado a hablarle de él. Por algo fué también Magallanes el único que pudo dar este dato de los informantes de Aranda, cuando al finalizar su declaración en la causa que se le siguió a éste, figura: «Preguntado a quien escrivió el dicho Juan de Aranda a Portugal para se ynformar, este testigo dixo que dicho Juan de Aranda dixo a este testigo que avia escripto a Cobarruvias Morales e a Diego de Faro, mercaderes que residian en Lisboa, que tenian conosçimientos deste testigo» (58). Si sabemos que ese Diego de Faro no es otro que Diego de Haro, comerciante burgalés, hermano de Cristóbal de Haro, colaborador de Magallanes, con quien le vemos actuar luego en Valladolid, nuestras sospechas parecen fundadas.

No podemos decir que Juan de Aranda sea para Magallanes lo que Marchena fué para Colón. ¡Bien lejos este burócrata oportunista de la limpieza de miras del virtuoso franciscano! Pero sí es obligado reconocer que en su compañía se le abrirían a Magallanes muchas puertas, en una negociación asombrosamente rápida. ¡Lejos también de los siete años de espera que soportó el nauta genovés!

(57) AGI, Patronato, ram. 3. Información hecha en Sevilla sobre el concierto con Juan de Aranda, primera declaración, en la que expone Magallanes sus vicisitudes y actividades desde que llegó de Portugal hasta que se firmaron las capitulaciones de Valladolid.

(58) AGI, Patronato, 34, ram. 3, final de la declaración de Magallanes. Esta declaración fué la única que publicó — en nota — el P. Pablo Pastells: *El descubrimiento del estrecho de Magallanes,* Madrid, 1920, t. I, pp. 39-40. La información, con todas las declaraciones, fué transcrita en la *Colección General de Documentos relativos a las islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla,* publicada por la Compañía General de Tabacos de Filipinas, Barcelona, 1918, t. I, doc. 46, pp. 230-244.

Mas, como él, Magallanes parecía, según el retrato que nos hace Las Casas —que le conoció y trató ya en Valladolid—, hombre de genio vivo, al mismo tiempo que introvertido y de poca apariencia: «este Hernando de Magallanes debía de ser hombre de ánimo y valeroso en sus pensamientos y para emprender grandes cosas, aunque la persona no la tenía de mucha autoridad, porque era pequeño de cuerpo y en sí no mostraba ser para mucho, puesto que tampoco daba a entender ser falto de prodencia y que quienquiera le pudiese fácilmente supeditar, porque parecía ser recatado y de coraje» (59). Su viveza, con la presunción de sus cualidades, está fuera de duda, pues aparte el tremendo incidente con Cartagena, a causa del tratamiento —en el comienzo de la navegación—, y de la violencia con que era capaz de reaccionar, como con sus subalternos a lo largo de la costa argentina, tenemos el caso que nos ofrece el requerimiento que hizo Magallanes a los oficiales de la Casa, a propósito de la substitución de Faleiro por Juan de Cartagena, donde llega a decir que «si otra cosa S. A. o los del su Consejo mandasen en contrario del dicho regimiento e capitulación, que él no lo guardaría» (60), como en los preparativos y enganches —de que habla en el mismo escrito— consideraba lógico que fuera siempre a su contento «como persona que dello tenía mucha espiriencia».

Tal forma de alardear de experiencia vuelve a relacionárnosle con Colón, además de su afición por los mapas, hasta el extremo de maravillar lo que se gastó en construir cartas antes de salir, más el *plano esférico* que mandó hacer para el monarca (61).

¿Era otro hombre «fablador» de cosas soñadas, como se dijo de Colón, cuando defendía sus proyectos? Posiblemente en esos casos también se desbordaba su fantasía, como nos lo permite suponer el alegato, que recoge Maximiliano Transilvano, de lo que ofrecía como fruto de su empresa al nuevo rey, durante la audiencia que le concedió en Valladolid, «diciéndole que si Su Majestad enviase sus naos y armadas no por el viaje oriental que los portugueses hacían, sino por la parte de los mares de Occidente, bajando al otro hemisferio, se podrían traer a Castilla, como de propio nascimiento y suelo a ella perteneciente, gran copia de especiería a muy menor costa que la traían los portugueses de Malaca y de Calicut» (62).

Con todo, si la gestión de la capitulación fué rápida, nada le fué fácil a Magallanes, pues, como su suegro Diego de Barbosa razonaba al monarca, en una exposición que elevó después del retorno de Juan Sebastián del Cano, «siempre tuvo tantos estorbos y embarazos para que no se hiciese [el viaje], cuantas malas voluntades para ello algunos mostraron, en lo cual hobo harto aparejo [por su parte] para que él la podiera dejar muy a su provecho» (63). Las dificultades e inconvenientes no se levantaron, en el caso de Magallanes, por aquellos que no creían en el éxito de la

(59) Las Casas [48], lib. III, cap. CI. Queirós Veloso: *Fernão de Magalhães. A vida e a viagem,* Lisboa, 1941, p. 28, le califica como hombre de «feitio duro, altivo e seco».

(60) Requerimiento que hizo Magallanes a los oficiales de la Casa de la Contratación sobre la orden de que Rui Faleiro no fuese en la armada, Navarrete [2], t. II, pp. 498-502.

(61) Relación del coste, en Navarrete [2], t. II, p. 515.

(62) Maximiliano Transilvano, en [2], t. II, p. 561.

(63) Discurso presentado al rey por Diego de Barbosa, en Navarrete [2], II, p. 589.



expedición —como sucedió con Colón—, sino justamente al contrario, paradoja que se derivaba de la competencia y de las fricciones que suscitaba la iniciativa por parte portuguesa, como es lógico (64), hasta el extremo de llegar a provocarse aquel motín popular cuando se disponían a calafatear la *Trinidad,* en Sevilla, antes de partir. Nada semejante se produjo en el caso de Colón, de cuyas dificultades parece quiso prevenirse Magallanes de antemano, especialmente en lo relativo a la composición de las tripulaciones, enganchando a la gente más diversa que pudo —con el pretexto de su escasez (65)— y sobretodo portugueses, hasta el extremo que, como el propio Juan Sebastián del Cano llegó a declarar en Valladolid, al regreso del viaje, tras la prisión de Juan de Cartagena, «todos tenían miedo que los tomaría presos, por los muchos portugueses e gente de muchas naciones que había en la armada» (66).

*c*) Con todo, también se produjo la sublevación de tripulaciones, como le sucedió a Colón en el viaje descubridor. Análogamente, se le promueve el levantamiento a Magallanes cuando sus hombres creen haberse rebasado el límite previsto sin haberse descubierto lo que se proponían (67). Así lo vemos en la información de López de Recalde, cuando dice que se recrecieron las quejas desde que «fueron al puerto de San Julian, que no debieran, que está a 48 grados e medio» (68), pues como manifiesta Maximiliano Transilvano en su relación, «era tan grande el frio y el tiempo tan contrario» que «mientras más adelante pasaba, más insoportable frio les hacía, sin esperanza de hallar fin a aquella tierra firme, ni el pasaje que para el otro mar buscaban» (69). La idea que se derivaba, como sucedió a las tripulaciones colombinas cuando vieron pasar los días y el límite previsto, era la de que «iban perdidos» y, consiguientemente, «que no tenian mantenimientos para seguir el viaje» (70).

(64) Vid. el informe de las actividades desplegadas contra la realización del viaje, que Alvaro da Costa elevó al rey D. Manuel, en el trabajo de Hidalgo Nieto [6], pp. 456-459, así como la carta de Sebastião Alvarez, id., id.

(65) Sobre los problemas suscitados por la abundante incorporación de extranjeros, vid. el *Requerimiento que hizo Magallanes a los oficiales de la Contratación* [60]. No poca utilidad ha querido extraerse de esta incorporación de extranjeros que hace Magallanes para protegerse, como la que Lucien Febvre intenta en *El hombre y la aventura,* en la presentación de la *Historia Universal de las exploraciones* que tradujo Espasa-Calpe, donde incomprensiblemente presenta el caso como una prueba de que los descubrimientos no deben atribuirse a esta o aquella nación, que es una curiosa forma de eliminar del papel que tuvieron Portugal y España en las gestas descubridoras. La traducción al español de esta obra, su edición por una prestigiosa editorial de Madrid y, consecuentemente, su difusión en Hispanoamérica es, creemos, un ejemplo de tolerancia con unas tesis tan intencionadas como poco congruentes.

(66) Declaraciones que el alcalde Leguizamo tomó al capitán, maestre y compañeros de la nao *Victoria,* en Navarrete [2], t. II, pp. 580-587.

(67) Vid. Juan Manzano: *Los motines en el primer viaje colombino,* «Revista de Indias» (Madrid), n.os 119-122 (1970), pp. 431-471.

(68) Carta de Juan López de Recalde [46], p. 529.

(69) Maximiliano Transilvano [2], p. 564, donde se abunda mucho en estos conceptos para explicar los sucesos de San Julián.

(70) Carta del contador López de Recalde [46], pp. 530-531. En la carta de Antonio de Brito al rey D. Manuel [54], t. II, pp. 394, resultado de los informes obtenidos de los supervivientes de la *Trinidad,* figura —en forma análoga— que cuando llegaron a San Julián, «comenzaron a decirle los capitanes [a Magallanes] que ¿donde los llevaba?».

Quizá estas analogías deban reducirse todas a un par de coincidencias, de las que pueden derivarse todas las demás, pero que nos importan, y mucho, para poder encuadrar convenientemente la gestión capituladora: un temperamento comercial —semejante al de Colón—, que inclina a Magallanes a trazar las previsiones de utilidad y a brindarla, sin la menor preocupación, a quienes capta con sus argumentos (de ahí el famoso *concierto* con Juan de Aranda, brindándole una parte de las utilidades, que fué causa de aquella información esclarecedora que luego se levantó en Sevilla (71) antes de embarcar) y una decisión irreprimible para afrontar directamente las dificultades, que, si en Valladolid tiene éxito, en San Julián le llevó a conducirse —como a Colón en la Isabela (72), durante el segundo viaje— despóticamente. Ello nos obliga a pensar que las capitulaciones —con las previsiones políticas que contienen— habrían tenido que ser incumplidas, por su inconveniencia, como lo fueron las de Santa Fe. Pues las cualidades políticas no se aprenden, ni se descubren. Unidos, pues, habrían estado los dos geniales personajes, en el mismo destino. Con la curiosa circunstancia de que si para Colón concluyó el suyo en Valladolid, cuando llegaba un rey nuevo —Felipe, el Hermoso—, para Magallanes se iniciaría también allí su cenit, al abrir, con su llegada, una dinámica etapa histórica, otro nuevo rey, D. Carlos, rodeado de colaboradores deseosos de *estrenar* su poder, muy distintos —totalmente diferentes— de aquellos hombres de armas que rodeaban a D. Fernando en el campamento granadino y de quienes allí también asistían a la reina Isabel.

## VIAJE A VALLADOLID: EL ENCUENTRO EN MEDINA DEL CAMPO

En su declaración de noviembre de 1518, dice Magallanes que llegó a España —el 20 de octubre de 1517— «con determinaçión de yr al rey nuestro señor, para le facer saber un negoçio que mucho importara a su servicio» (73). Muy pendiente debía estar Magallanes del viaje que el joven rey había de hacer, desde Flandes, para posesionarse de los reinos españoles, con el fin de llegar en el momento oportuno (74).

---

(71) *Del fiscal de sus Altezas contra Juan de Aranda. Información hecha en Sevilla sobre el concierto que Hernando de Magallanes y el bachiller Ruy Falero hicieron...* [56], en lo sucesivo «informacion de Sevilla».

(72) Vid. Juan Pérez de Tudela: *Castilla ante los comienzos de la colonización de las Indias,* «Revista de Indias» (Madrid) nº 59 (1955), pp. 11-18, especialmente 28-37.

(73) AGI, Patronato, 34, ramo 3. Información de Sevilla, levantada en noviembre de 1518, de donde extraemos los datos que utilizamos en esta parte.

(74) En las ediciones que Espasa-Calpe hizo del *Primer viaje en torno al globo,* de Pigafetta, colección «Viajes Clásicos», 1927 y 1934, se reproduce una introducción, que repite el *Prefacio del traductor francés,* donde se afirma (pp. 14-15) que fué con el cardenal Cisneros con quien primero trató Magallanes, y que él «escuchó favorablemente el proyecto». Tal supuesto carece de todo fundamento, pues, según lo expresa el propio Magallanes en su citada declaración de noviembre de 1518, «partió del reino de Portugal, despedido del rey de Portugal, e ... llegó a esta çibdad de Sevilla a veynte dias del mes de octubre este mes que pasó fizo un año». Por consiguiente, mal podía entrevistarse con Cisneros, que fallecía en



No es extraño, pues desde el año antes tenía Cisneros enviada la flota que había de traer al sucesor de los Reyes Católicos a España, por lo que los mercaderes importantes, a través de sus agentes en Brujas, Gante o Amberes, podían conocer sus movimientos. A mediados de mayo, desde Bruselas se puso en marcha D. Carlos, camino de la costa, aunque no pudo hacerse a la vela hasta el 8 de septiembre. La travesía, en cambio, fué rápida, pues el día 17 arribaba a la costa asturiana de Tarazones, cerca de Villaviciosa. Un mes después, Magallanes aparecía en Sevilla, tal como si hubiera estado pendiente, para salir de Portugal, de la noticia del embarque de D. Carlos. ¿Debemos considerar esa sincronización de ambos desplazamientos como sintomática? Creemos que sí, con lo que cabe adivinar además la participación de Cristóbal de Haro.

Por otra parte, los mismos testimonios de Magallanes nos permiten comprender que su estancia en Sevilla no tenía —para el viaje que premeditaba— un sentido especial, sino era el ser el punto convenido para aguardar a Rui Faleiro. Y como le tenía prometido «no yr a la Corte sin él», allí hubo de permanecer, motivo por el cual «en le esperar, en al çibdad se detubo algunos días». Mientras tanto, Magallanes procuró averiguar si los oficiales de la Casa de la Contratación tenían facultades para tomar asiento y capitulación con los que ofrecieran alguna empresa, pudiendo comprender que apenas cumplían un papel informativo. Y aunque trataron de sonsacarle —sin duda adivinando algo especial en aquel personaje— «no les quiso dar cuenta del negoçio que traya», reafirmándose, al advertir que ellos no tenían poder cumplido para resolver, en su decisión perconcebida de «yr a su Alteza».

Por lo que se ve, Magallanes trató de marginarse de los oficiales reales sin querer, de ninguna manera, negociar a través de la Casa de la Contratación. Mas el factor Juan de Aranda, que, cumpliendo con su deber, pidió informes a Portugal para

---

Roa de Duero el 8 de noviembre, cuando Magallanes, además, sabemos que permaneció en Sevilla hasta el 20 de enero del año siguiente.

Esa versión tan equivocada se debe a lo que erroneamente consignó López de Gómara en su crónica [27], p. 212, donde dijo que «Fernado Magallanes y Ruy Falero vinieron de Portugal a Castilla a tratar en Consejo de Indias que descubrirían, si buen partido les hiciesen, las Molucas... por nuevo camino y más breve que no el de portugueses a Calicut, Malaca y China. *El cardenal fray Francisco Ximenez de Cisneros, gobernador de Castilla, y los del consejo de Indias les dieron muchas gracias por el aviso y voluntad, y gran esperanza* que venido el rey don Carlos de Flandes, serían muy bien acogidos y despachados. Ellos esperaron con esta respuesta la venida del nuevo rey...». Según creemos, Gómara dedujo tal cosa —como la comparación de textos lo evidencía— de lo que Fernández de Oviedo tenía escrito sobre el particular —aunque no publicado, pues el libro XX de su *Historia General y Natural de las Indias* no se imprimió hasta 1557—, al tratar de las gestiones de Magallanes. En efecto, Oviedo escribió que, después de exponer Magallanes y Faleiro sus ideas y pretensiones, «se dilató mas de tres años el despacho» y así tardaron en concluirse los preparativos «y todos los otros recaudos hasta el año de mil e quinientos e diez y nueve años» (cap. I del lib. XX). Así, podía entender Gómara que si todo se vió tres años antes de 1519, el inicio de tal negociación había que fijarlo en 1516, motivo por el cual tuvo que dar por supuesto que con quien habló Magallanes fué con Cisneros, ya que D. Carlos no llegó a España hasta finales de septiembre de 1517.

conocer lo que pudiera saberse de aquel personaje que, tan extrañamente, aparecía en Sevilla, pudo deducir —con los datos recibidos y algo de lo que Magallanes se dejó decir— cual era el negocio que traía entre manos. Con ello, sin duda para congraciarse con el chanciller Sauvage, le escribió dándole noticia de la estancia de aquel portugués «faziendole saber... cómo era persona que podía fazer mucho serviçio a su alteza».

Llegado entonces Faleiro, quiso Magallanes partir sin más pérdida de tiempo para la Corte. Pero entonces el factor Aranda trató de retrasar la marcha, advirtiéndoles de la carta que tenía remitida y de lo conveniente que sería esperar la contestación correspondiente. Nada pudo convencerles: su designio estaba en la Corte y, después de reprocharle vivamente aquella gratuita intervención, partían para Valladolid el 20 de enero de 1518, por el camino de Toledo. Mas, al fin, Juan de Aranda se hizo inevitable, pues, cuando éste también había salido para la Corte por el camino llamado de la Plata, le llegó una cédula del rey, en la que le agradecía lo que, sobre Magallanes y sus proyectos, había informado, al mismo tiempo que le encargaba que «rogase a éste... que quisiese yr a su Corte porque él deseava de le conosçer para le facer mercedes» ([75]). Aunque algo de esto pudiera decir la cédula de la Corona, no debemos olvidar que la referencia de su contenido procede del propio Magallanes, que, como vemos, aprovecha la oportunidad para colocarse, como siempre, en el plano más distinguido.

De Toledo ([76]), Magallanes y Rui Faleiro habían seguido el camino del Alberche, para cruzar la sierra por Cebreros y el puerto del Herradón de Pinares. Fué aquí —según lo recuerda Magallanes en sus declaraciones de Sevilla— donde le llegó una carta de Juan de Aranda, con la que les enviaba la del monarca, haciéndoles saber que les esperaba en Medina del Campo, pues su viaje había sido mucho más rápido. Con las perspectivas que la carta de la Corona les ofrecía, siguieron su camino —sin duda alguna, llenos de optimismo— por Avila y Arévalo, hasta alcanzar Medina del Campo, donde no sabemos que pudo mediar, pues en la información de Magallanes, que seguimos, únicamente se dice que «allí se fablaron», lo que interpretamos como una reconciliación. No fué mucho más explícito Rui Faleiro en su declaración, aunque por él podemos saber que una vez llegados a Medina «fallaron al dicho Juan de Aranda, factor, e fueron posar a la posada dondel posaba». Allí hicieron, por lo que se ve, estancia durante una o dos noches.

([75]) Así lo declara exactamente Magallanes en la información de Sevilla, repleta de minuciosos detalles, que son los que seguimos.

([76]) Es muy probable que el irreductible interés que tuvieron Magallanes y Faleiro en viajar a la Corte por la vía de Toledo se deba al hecho de que, a su regreso de Flandes, se había instalado en esta ciudad Lope de Conchillos, al lado de la familia de su esposa. Desde Toledo, Conchillos comenzó de nuevo a actuar, al margen de Cisneros, de lo que pudieron tener noticia Magallanes y Faleiro. Desconocedores éstos de las intenciones que podía tener el rey, recién llegado a España, quizá pensaran que los problemas de las Indias estaban en las manos de este viejo secretario. Vid. Manuel Giménez Fernández: *Bartolomé de las Casas, capellan de S. M. Carlos I*, Sevilla, 1960, pp. 53-54.



Desde Medina —confluencia de caminos comerciales y de rutas de ilusión, al menos en nuestro caso— «partieron todos juntos —se nos dice— camino de Valladolid». Era todavía crudo invierno, el frío y soledo invierno castellano, por lo que el caminar había de ser lento.

## LAS CONVERSACIONES DE PUENTE DUERO

Aunque no las concedamos un valor decisivo, importancia al menos sintomática debemos reconomer a las conversaciones de Puente Duero, como tanteos de entendimiento que se entablan con el factor Aguado sobre el proyectado viaje en busca del estrecho y de la Especería. En las declaraciones de Magallanes no se dice exactamente donde tuvieron lugar, pues se limita a situarlas «yendo camino de la Puente de Duero», lo que interpretamos *en las cercanías*, quizá en alguna venta próxima ([77]), donde se detuvieran para reponerse del frío.

En una parte de las declaraciones que en Sevilla hizo luego Magallanes se presentan estas conversaciones de Puente Duero como muy sencillas y amistosas, diciéndose que

> «el dicho Juan de Aranda dixo al dicho Ruy Faleyro e a este que depone *ya no estareys quexosos de lo que tengo escripto al gran Chançiller, antes por ello e por lo que yo faré en dezir a su alteza la ynformaçion que de vos* [de Magallanes] *tengo de Portugal me deviades de dar parte del bien que Dios vos fiziere,* de manera queste que depone e Ruy Faleyro le prometieron al dicho Juan de Aranda que de lo que oviesen de sus Altezas, armándolos, que le darian el otavo parte de aquello que ellos oviesen de aver, que sy ellos armasen a su costa que no le darian nada, con tal condiçion que, armando ellos syn que los armase su alteza, él armase con ellos dos mil ducados e que a respeto de lo que armare oviese su parte de lo libre que se oviese de la dicha armada».

Como conclusión de lo dicho, aparece que le propusieron formalizar la oferta mediante concierto que por escritura le harían en Valladolid, si él estaba de acuerdo en ello. Importa mucho retener que Magallanes no se muestra angustiado económicamente, lo que permite deducirse de ese límite que ponen a la presunta participación de Aranda. Con ello, nuevamente, topamos con la sombra de Cristóbal de Haro, cuya garantía debían tener asegurada.

([77]) Esta deducción parece confirmarse en un pasaje posterior, en el que Magallanes declara que hicieron a Aranda las concesiones, que mencionaremos, «yendo de camino a la Puente de Duero», es decir, en sus proximidades y durante el viaje, antes de cruzar el río. Vid. lo que añadimos en nota [84].

Ahora bien, las cosas no fueron tan simples como este párrafo citado permite suponer, en el que se nos refleja tan solo el resultado de las conversaciones, pues en otro pasaje posterior de la misma declaración nos dice Magallanes que Aranda, en las conversaciones de Puente Duero, fué mucho más lejos, pues «demandava el quinto e el dicho Ruy Faleyro no quiso consentir en ello, e quel dicho Juan de Aranda dixo entonces: pues no me quereys otorgar el quinto por lo que tengo de trabajar en este negoçio, no quiero nada. E que de allí, el dicho Juan de Aranda fue derecho a Valladolid» ([78]).

También, a preguntas del teniente del asistente de Sevilla, que levantaba la información sobre el caso, Magallanes vuelve a ampliar su relato, con unos detalles que nos ofrecen la sensación que tenían al sentirse víctimas de la coacción. Esta ampliación es la siguiente:

> «Preguntado que sy al tiempo que dicho Juan de Aranda les pedía el quinto sy les puso algún temor e syntieron en él que les estorvava sy no se lo otorgaban, dixo que no les puso ningund temor ni menos se nos fizo ser tanta parte que los podía estorvar ni fazer lo justo ny dar la ynformaçion que tenia de Portugal, e por esto o viendo queste negoçio era grande e questava en la Corte de su alteza embaxador del rey de Portugal que los podía estorvar, *este testigo temio* que si el dicho Juan de Aranda quisiese les podría estorvar. Este testigo dixo al dicho Ruy Faleyro le diesen el diezmo e quel dicho Juan de Aranda no lo quiso açeptar, salvo el quinto o que nada, como dicho tiene, e que despues se ovieron de concertar como dicho tiene de le dar la octava parte» ([79]).

Rui Faleiro, como se ve, queda como el más duro de los socios, lo que se corrobora por la propia declaración, mucho más realista que la de Magallanes, y en la que trasciende con toda nitidez la antipatía que siente por la coacción del burócrata desaprensivo. Incluso se revuelve contra Magallanes, por su claudicación. El relato, con las distintas fases seguidas en las conversaciones, no tiene desperdicio:

> «quel dicho Juan de Aranda dixo a este testigo e a su compañero que, por quél tenya muchos amigos en la Corte, con quienes avía de negoçiar este negoçio, e por quél avía de soliçitar en ello era pues justo que pidiese que sería bien que le diesen alguna parte, o queste testigo no

([78]) Debe advertirse que ahora Magallanes depone a perguntas del juez informante, saliendo a relucir el vivo altercado que se produjo con Aranda, cuando insistió en su postura intransigente.

([79]) AGI, Patronato, 34, ramo 3. Esta parte de la declaración de Magallanes pertenece al final, cuando el juez informante trata de aquilatar los extremos que pueden ser de su mayor interés. Como se ve, Magallanes *temió* tanto las tretas obstaculizadoras de Aranda que en el momento de la declaración todavía sigue bajo el temor de que se le susciten dificultades que den al traste con la expedición. Compárese su forma de manifestarse con el vigor con que se produce Rui Faleiro.



> se acuerda sy pedia la quinta parte o que parte fue la que pidió, e questa parte pedía de lo que oviesen de provecho en la armada e queste testigo dixo que sería bien quél e su compañero [Magallanes] hablasen sobrello aparte, e que le darian la respuesta. E que fablaron aparte e dieron parte de la plática a Francisco Faleyro, hermano deste testigo que yva allí ([80]), e quél dezia que era bien que no le diesen nada. E que entrellos conçertaron de le dar la déçima parte de lo que ovieren de venida de la armada e que se lo dixeron al dicho Juan de Aranda, e que lo desechó e dixo que no lo quería e la ochava plegaria de açebtallo, pero por que se lo diesen o no se lo diesen —decía— no avía de dexar de negoçiar en ello, como servidor de su alteza que era e factor desta Casa [de la Contratación]. Pero quél lo avía bien de meresçer allá [en Valladolid], por que sabía bien con quien avía de negoçiar e mucho los avía de ayudar todavía. E que en esto, que respondió el dicho Fernando de Magallanes que le plazía de le dar el ochavo, de queste testigo resibió enojo por lo dezir su compañero solo, syn fablar ambos aparte, e porque a este testigo le paresçió mucho, pero que en fin, asy mismo este testigo conçedió la dicha ochava parte, e queste testigo dixo al dicho su hermano, quél dicho Juan de Aranda se podría de llevar e aprovechar en la negoçiacion como oficial, e que por eso e porque se les avía mostrado muy amigo conbinieron en conçedelle la dicha ochava parte» ([81]).

El contraste máximo con estas versiones le ofrece el propio factor Juan de Aranda, como es lógico, que explica todo lo sucedido como si él hubiera sido la víctima de las habilidades de aquellos dos promotores. No abunda en detalles y también es la más breve de todas las declaraciones. Su relato de las conversaciones de Puente Duero es el siguiente:

> «que en el camino, viniendo platicando este negoçio sobre que yvan, porque yvan alegres con la cédula de su alteza, que no se acuerda sy este testigo les dixo que bien que le diesen alguna parte del provecho que oviesen en la armada, o si ellos se lo ofreçieron. Preguntado que parte les pidió o dixo que sería bien que le diesen, dixo que les dixo que la que ellos quisiesen, porque no le vino en pensamiento de les pedir parte fasta aquel tiempo, e quellos se apartaron a consultar, porquél bachiller [Rui Faleiro] dezia que le diesen la déçima parte e el Magallanes dezía que la octava, e quél dicho bachiller viendo quél dicho Magallanes dezía que le diesen la octava parte, tornó a dezir el dicho

([80]) El testimonio es importante, pues en ningún otro lugar se nos habla de que Francisco Faleiro acompañara a su hermano y a Magallanes en este viaje a Valladolid.

([81]) AGI, Patronato, 34, ramo 3. Es la segunda declaración de la información y la más jugosa y extensa.

bachiller enojado que le diesen la quarta parte, porque antes, quando se apartaron, el Magallanes dixo que no le diesen syno la déçima, e despues dixo que la octava, e que entonçes éste que depone dixo que no quería que le diesen nada, por quél no avía venido con yntençion que le diesen nada, syno por servir a su Alteza e que ellos no quisieron, syno que entrambos de una voluntad se concordaron de darle la otava parte» ([82]).

Las conversaciones de Puente Duero, en definitiva, venían a establecer una ligazón entre los dos promotores —Magallanes y Faleiro— y Juan de Aranda, el oficial de la Contratación, que se convertían en socios, aunque las aportaciones y riesgos fueran para unos, mientras la otra parte sólo entendería de los beneficios que se lograran. Mas ¿de que naturaleza es esta corruptela? Para Aranda, se trata de un acto que —en conversación incierta y quizá sobre una ocurrencia suya— parte de Magallanes y Faleiro, que venían así, lisa y llanamente, a sobornar al oficial informante, en el momento preciso, ya a las puertas de Valladolid. Para Faleiro y Magallanes —aunque en distino grado— el hecho es en sí un flagrante acto de extorsión, al prevalerse Aranda de su cargo y de su influencia en la Corte, de lo que alardeaba gracias a la cédula real de llamada, que les decía haber conseguido por su propia iniciativa. Pero la verdad es inesquivable, pues a la pregunta del juez informante sobre si, para llevar la ochava, Aranda había de poner algún dinero, mercaderías o cosas, Faleiro declaró, en forma terminante: «que no avía de poner nada, salvo [que levaria la ochava] por ser oficial [de la Casa de la Contratación] e porque podría aprovechar en los negoçios de la Corte» ([83]).

## MAGALLANES EN SIMANCAS, A LA ESPERA DE PASAR A VALLADOLID

De acuerdo con el relato de Magallanes, una vez que, en las inmediaciones de la Puente de Duero ([84]), él y Faleiro se negaron a conceder a Aranda la quinta parte de los beneficios que pudieran obtener del pretendido viaje a la Especería, el factor «dixo entonces: pues no me quereys otorgar el quinto por lo que tengo de

([82]) AGI, Patronato, 34, última declaración en la información que por tales hechos se levantó en Sevilla, en cumplimiento de cédula real.

([83]) Sobre las corruptelas que pusieron en práctica en esta época los oficiales de la Contratación, ante el vacío de poder que se había producido desde la enfermedad de Cisneros, vid. Leopoldo Zumalacárregui: *La Casa de la Contratación de Sevilla durante los primeros años del reinado de Carlos V*, «Anales de Economía» (Madrid), nº 41 (1951).

([84]) La Prof.ª Esmeralda González redactó su tesina de licenciatura sobre *Puente Duero y Viana de Cega, núcleos de «banlieur» de Valladolid* (pendiente de publicación con otros estudios complementarios que realiza) y nos informó que en esa época y durante mucho tiempo en tal lugar sólo hubo unos mesones, como arrabal de Valladolid, pues pueblo no existió hasta épocas más recientes. Por ello se habla, en la documentación coetánea por ella



trabajar en este negoçio, no quiero nada; e que de allí, el dicho Juan de Aranda fué derecho a Valladolid e queste que depone e el dicho Ruy Faleyro derechos a Symancas, donde estuvieron tres dias» ([85]).

Según esto, cuando Aranda sigue a Valladolid y Magallanes y Faleiro a Simancas, su separación parece ser consecuencia de la ruptura que se ha producido. Pero el caso es que no son coincidentes en ofrecer una misma impresión los demás testimonios. Rui Faleiro, concretamente, después de habernos dado pelos y señales de las disputas de Puente Duero, concluye, como se recordará, que «en fin, asy mismo, este testigo le conçedió la dicha ochava parte e queste testigo dixo al dicho su hermano [Francisco] quel dicho Juan de Aranda se podía... aprovechar en la negoçiacion como oficial e que por eso e porque se les avia mostrado muy amigo conbinieron conçedelle la dicha ochava parte, como quiera quel dicho su hermano syempre era en contrario. E que de allí, el dicho Juan de Aranda [pasando el Duero, se entiende] se partió a Valladolid, que era dia de Carnestolendas; e queste testigo e su compañero se quedaron en la Puente de Duero [en los mesones] e fueron [luego] a Symancas» ([86]). De esto cabe deducir que la apariencia de ruptura que podía suponerse del relato de Magallanes no se confirma, y que, por lo tanto, la separación no se debió a ese choque, que, en definitiva, llegó a superarse mediante la fórmula que tanto incomodó a Faleiro. Tal nos lo evidencia el propio Magallanes en otro pasaje de su declaración, pues cuando responde a la pregunta de «a que tiempo otorgaron esta escriptura [la que dieron a Aranda], sy fue antes que fablasen a Su Alteza o despues, dixo quel partido de la octava parte le concedieron yendo de camino, estando a la Puente de Duero», de lo que se desprende que, a pesar de los opuestos puntos de vista —Aranda, que solicitaba el quinto, y Faleiro que a regañadientes aceptaba entonces conceder el décimo—, una vez que se ofreció por Magallanes la fórmula del octavo, se llegó a una avenencia, tras la cual se separaron.

La fecha de esta separación —el día de Carnestolendas— nos pone de manifiesto la lentitud del viaje de Magallanes y los Faleiro, pues si salieron de Sevilla el 20 de enero —como lo dice Magallanes en su decaración ([87])—, fueron veinticinco días los que tardaron en llegar hasta Puente Duero ([88]), bien que debe advertirse

examinada de «los mesones de la Puente de Duero», la mayoría en la ribera derecha, junto al puente que allí existía; pero de igual modo hay que suponer que hubiera algún mesón más antes de pasar el puente, llegando de Medina. Cruzado el puente —«la Puente de Duero»— se llagaba a los mesones. Aquí debieron separarse, mientras que las conversaciones se tendrían antes de cruzar el río. Agradecemos cordialmente la atención de tan estimada profesora.

([85]) AGI, Patronato, 34, ramo 3, primera declaración.

([86]) AGI, Patronato, 34, ramo 3, segunda declaración. Suponemos que cruzaron el Duero con Aranda, quedándose ellos en los mesones hasta después de la comida.

([87]) AGI, Patronato, 34, ramo 3, información de Sevilla, primera declaración.

([88]) Carnestolendas se llamaban a los tres días que preceden al miércoles de Ceniza, que en ese año —según el cálculo que nos facilita el Dr. Jose Manuel Ruiz Asencio, catedrático de Paleografía de nuestra Universidad— coincidió con el día 17 de febrero, por lo que —dado que lo normal era llamar «día de Carnestolendas» al domingo—, la fecha de la separación queda fijada en el día 14 de febrero.

que partieron en el acompañamiento de la duquesa de Arcos ([89]), que mal podía suponer llevaba en su séquito gentes que muy pronto alcanzarían tanto renombre. Poco debieron permanecer los Faleiro y Magallanes en Puente Duero, quizá el tiempo suficiente para hacer la comida del mediodía, dado caso que lo normal es que emprendieran el viaje, desde Medina, en las primeras horas de la mañana. Como Magallanes dice que fueron *directos* a Simancas, debemos suponer también que ese mismo día, domingo de carnestolendas, 14 de febrero de 1518, llegaban a Simancas, antes del atardecer. Allí, según el testimonio del propio descubridor, «estuvieron tres días».

No tenemos la menor noticia del motivo que decidió a los viajeros a ir a Simancas, ni menos donde pudieron instalarse en la villa del castillo. La breve estancia inclinaría a pensar en algún compromiso adquirido en Sevilla, sino en Portugal, que estaban obligados a cumplir. Mas, con todo, no parece muy lógico que quienes tanta urgencia tenían en capitular —como la tuvo Colón— para evitar que alguién se les adelantara, retrasaran su paso a Valladolid cuando, en cambio, quisieron hacer el viaje con tanta prisa que de Sevilla «se partieron syn esperar la respuesta» ([90]) que el chanciller Sauvage pudiera dar a la carta del factor Aranda. Y menos parece normal que, después de haber conocido, en Herradón de Pinares, la cédula del rey —que pedía a Aranda se partiera presto para la Corte, llevando en su compañía a Magallanes—, fueran ahora a dejar tan de lado esa provisión —que tanto podía halagarles—, hasta el extremo de que al llegar Aranda a Valladolid, en solitario, sin sus viajeros portugueses, había de quedar en evidencia.

Ante esta realidad —que obliga a descartar los primeros supuestos—, sólo caben dos posibilidades: o que creyeran oportuno aplazar el paso a Valladolid por razones muy concretas, que luego veremos, o que la entrada en la ciudad resultara en ese momento impracticable, dado caso que la situación que había padecido y padecía no era, ciertamiente, lo más cómoda. Y, desde este punto de vista, debe tenerse en cuenta que poco tiempo antes se había temido por los efectos de una epidemia que apuntó a finales de diciembre, hasta el extremo de que la propia Corte abandonó la ciudad transitoriamente ([91]). El mismo D. Carlos, apenas pisó suelo español, se vió embargado por esta preocupación, con la que recorrió el camino, desde la costa del

([89]) Información de Sevilla, declaración tercera, del factor Juan de Aranda.

([90]) Información de Sevilla, primera declaración, a cargo de Magallanes [56].

([91]) Fr. Prudencio de Sandoval: *Crónica del Emperador Carlos V*, edic. BAE, con estudio de Carlos Seco, Madrid, 1956, t. I, lib. III, cap. XI. Se refiere a que hubo día en que se enterraron treinta y cuarenta personas, víctimas de la pestilencia. Los historiadores locales, con absoluta unanimidad, recogen este triste episodio. Juan Antolínez de Burgos: *Historia de Valladolid*, edic. Ortega y Rubio, Valladolid, 1887, cap. XXXIII, p. 155 (escrita en el siglo XVII); Matías Sangrador Vitores: *Historia de la muy noble y leal ciudad de Valladolid*, Valladolid, 1851, t. I, p. 331; Juan Ortega y Rubio: *Historia de Valladolid*, Valladolid, 1881, t. II, p. 11; Casimiro González García-Valladolid: *Valladolid, sus recuerdos y sus grandezas*, Valladolid, 1901, t. II, p. 460.



Cantábrico hasta Tordesillas, al acudir a visitar a su madre, la reina Doña Juana ([92]), por lo que, después de su solemne entrada, hubo de apartarse de aquel riesgo.

Otra circunstancia del momento, pasado el peligro anterior, era la derivada de la repentina aglomeración de gentes, llegadas de tantas partes a Valladolid, por lo que resultaba dificilísimo encontrar alojamientos. Con el joven rey D. Carlos, recién llegado de Flandes para tomar posesión de sus reinos, habían entrado en la ciudad sus hermanos, el infante D. Fernando, que acudió a esperarle a Mojados, y Leonor, que le acompañaba desde Bruselas. Con ellos, el obispo Mota, el señor de Xievres y tantos más, flamencos y españoles, que formaban parte de su séquito. A ellos se habían unido Adriano de Utrecht, el condestable y toda la nobleza, con los prelados, embajadores, etc., todos con sus séquitos correspondientes ([93]). Por si fuera poco, se sucedieron una serie de actos solemnísimos, como la recepción del capelo cardenalicio por Adriano, el futuro papa, que se celebró en la iglesia conventual de San Pablo.

Naturalmente, la duquesa de Arcos —con quien llegaron de Sevilla los hermanos Faleiro y Magallanes— venía a sumarse a la Corte, donde tan destacado lugar ocupaba el duque, su esposo, uno de los nobles que rodeaban al monarca cuando, bajo palio, entró solemnemente en la ciudad ([94]).

Y sin pausa, dada la convocatoria que había sido cursada, pronto comenzaron a llegar los procuradores de todas las ciudades de Castilla, que acudían para tomar parte en las Cortes que habían de celebrarse para jurar al nuevo monarca. En tal circunstancia, las tensiones entre unos y otros eran enormes, hasta el extremo de ser inevitables incidentes desagradables. Dice Fernández Álvarez, a este propósito, que «el alojamiento de los caballeros flamencos dio lugar a ellos. La escasez de viviendas disponibles para tanto recién llegado obligó a echar mano de las del clero, aunque por sus privilegios estaban exentos de tal servicio». Y ello desencadenó, como es natural, el conflicto subsiguiente ([95]).

([92]) En una carta que escribe D. Carlos al cardenal Cisneros, fechada en Llanes a 27 de septiembre de 1517, ya le decía que se disponía a hacer el viaje hacia el interior, desde San Vicente, «porque ynformados que la tierra estaba dañada de pestilençia y porque vos nos aviades escripto que en aquel lugar y todos los otros que heran en camino para Valladolid los teniades mandados proveer» (En el *Corpus* [1], p. 80).

([93]) La caballería que entró con D. Carlos superaba los seis mil hombres.

([94]) Sandoval [91], al hablar de la entrada solemne de D. Carlos bajo palio, dice que le rodeaban los principales señores, «halláronse el Condestable, el duque de Alba, el marqués de Villena, el conde de Benavente, el *duque de Arcos*, el duque de Segorbe, muchos obispos y caballeros...». Como también llegó la viuda de Fernando el Católico, Doña Germana de Foix.

([95]) Manuel Fernández Álvarez: *La España del Emperador Carlos V* (t. XVIII de la *Historia de España* que dirigía D. Ramón Menéndez Pidal), Madrid, 1966, p. 89. Menciona, como es lógico, el testimonio de Laurent Vital: *Relación del primer viaje de Carlos V a España* (incluído por García de Mercadal en *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, 1952, t. I, pp. 674-723, lo que más nos interesa). Y aquí se relata que, por el motivo aludido, «padecimos por un tiempo su odio, que no se satisfacía con hacernos excomulgar, sino que

¿Cabe entonces pensar que son todas estas condiciones —la plétora, las tensiones, la falta de alojamiento— las que impusieron a Magallanes y a sus compañeros el desvío de su ruta directa hacia Simancas, con la espera de los tres días que sabemos? No estamos convencidos, a pesar de todos los datos acumulados, que esas fueran razones suficientes para aplazar la ansiada gestión, que Magallanes y sus colegas, día tras día, venían dando vueltas en su magín, desde que salieron de Sevilla. Hay un dato, en el testimonio de Magallanes que venimos citando, que consideramos puede ser la clave de ese retiro a Simancas, dato que salta, precisamente, cuando menciona los temores que le inclinaron a acceder a las demandas del factor Aranda. Sus reflexiones fueron entonces éstas: que «viendo queste negoçio era grande e questava en la Corte de su Alteza *embaxador del Rey de Portugal que los podría estorvar*, este testigo dixo al dicho Ruy Faleyro le diesen el diezmo» (96).

Si tenemos en cuenta que Magallanes parecía entonces ser víctima de una aprensión persecutoria, la explicación se nos viene a la mano, pues no tenemos más que comprobar lo que sucede en la ocasión que se repite en Zaragoza, para deducir en consecuencia lo que apunta en Valladolid. Pues bien, sobre esa nueva presencia de Magallanes en Zaragoza nos dice Las Casas —recordándolo sin duda con extrañeza— que porque, cuando seguía sus gestiones, «vino un embajador de Portugal a tractar el casamiento de madama Leonor, hermana del rey, con el rey don Manuel de Portugal, díjose que andaban por matar a él y al bachiller Rui Faleiro los de la parte del dicho embajador, y así andaban ambos a sombra de tejado [es decir, escondidos], y por esto, el obispo de Burgos [Fonseca], cuando se tardaban en el negociar con él después del sol puesto, enviaba gente de su casa, que hasta su posada los acompañasen» (97).

La mención que, en el caso de la gestión prevista para Valladolid, hace el propio Magallanes de la posible presencia del embajador de Portugal, y en la forma que lo hace —«que los podría estorvar»—, impone que lo veamos con la precaución debida, pues si todavía no parece temer por su vida, sí en cambio es suficiente ese pensamiento para que ceda repentinamente a las exigencias de Aranda, primero con el décimo y, después, con la octava —lo que indignó a Faleiro—, en una fase de temor incipiente, que podemos igualmente considerar como prudencia. Así quizá lo estimó Faleiro, como Aranda, máxime cuando parecía lógico que él pudiera comunicarles cuando era el momento más propicio para presentarse en Valladolid, al contar con la concesión de la correspondiente audiencia, evitándose así la contemplación curiosa de las gentes e incluso el ser ofendidos por quienes estuvieran también a la

con carteles puestos en los pórticos y con otros rigurosos misterios, nos hacían fulminar y agraviar de tal modo que, lo mismo si nos encontrábamos en algún sitio particular para oir misa o en capillas públicas, si nos veían nos hacían amonestaciones para que nos saliésemos». Claro es que ello se veía atizado por la antipatía con que se veía a los flamencos, dueños de los principales cargos, de la noche a la mañana.

(96) Información de Sevilla [56], primera declaración, comparecencia de Magallanes.

(97) Las Casas [48], lib. III, cap. CIV; t. III, edic. Millares, p. 185.



espera de concesiones semejantes. Su presencia en Valladolid, con aquella bola del mundo que llevaban (98) y tan extraño acompañamiento (99), no podría pasar desapercibida para nadie, y menos para los solicitadores.

Claro es que esta hipótesis obliga también a que fuera el factor Juan de Aranda quien les avisara a Simancas de que podían pasar a Valladolid. Magallanes no nos dice nada de la forma en que se trasladaron desde Simancas a la Corte, pues se limita a decir escuetamente que «de allí fueron a Valladolid». Pero, en cambio, Rui Faleiro transparenta algo de lo que nos interesa comprobar, pues dice que «desde Symancas fueron a Valladolid e el dicho Juan de Aranda los salió a resçibir [a la entrada de la población, se entiende] e los llevó a su posada» (100). Pues, si no es porque Aranda sabe exactamente cuando puede ser su llegada ¿como iba a salir a esperarles?

Esa misma espera nos induce también a pensar de nuevo en los temores de Magallanes, que aquí vemos confirmados, como para no permitirse cruzar la ciudad, sin alguien a su lado que tuviera autoridad para apartar a los cavilosos.

Así terminaba la estancia —el breve escondite— de Magallanes y los hermanos Faleiro en Simancas, a tan corta distancia de Valladolid y a medio camino entre esta ciudad y Tordesillas, desde donde podían estar bien enterados los tres promotores portugueses de lo que pasara en una y otra parte, que sería entonces camino asaz frecuentado por los agentes de cada parcialidad. Por algo se excogió Simancas y no otro lugar cualquiera de los alrededores de Valladolid.

## LA GESTIÓN DE LA CAPITULACIÓN, EN LA CORTE DE VALLADOLID

Si las fechas en las que se acercaban a Valladolid los promotores portugueses no eran muy propicias para tratar con el rey —recién llegado— y los miembros de su Consejo, cuando la ciudad hervía en «conciliábulos, intrigas y murmuraciones» (101), menos lo fué durante los días en que se celebraron las Cortes, tanto por los problemas que se suscitaron en relación con el título de rey que, en vida de su madre, pretendía D. Carlos le fuera reconocido y como tal jurado, así como por las peticiones formuladas por las ciudades contra el desempeño de los cargos por los flamencos, que tan

(98) Las Casas [48], parte III, cap. CI, donde escribe: «traía el Magallanes un globo bien pintado».

(99) Dice López de Gómara [27], p. 213, que llevaba «también un esclavo que hubo en Malaca, que por ser de aquellas islas lo llamaban Enrique de Malaco, y una esclava de Zamotra [Sumatra?], que entendía la lengua de muchas islas, la cual hubiera en Malaca».

(100) Información de Sevilla, declaración segunda, comparecencia de Rui Faleiro.

(101) Giménez Fernández [76], p. 75, explica esta situación y se refiere a lo que consigna Alonso de Santa Cruz, como impresión de conjunto, en su *Crónica del Emperador Carlos V*, Madrid, edic. Blázquez, 1920-1925, t. I, p. 165, y Francisco de Zúñiga: *Crónica de Carlos V*, Madrid, BAE, 1926, vol. XXXVI, cap. IV, p. 10, refiriéndose a las reclamaciones del conde de La Coruña en sus visitas nocturnas al monarca, contra su pariente el duque del Infantado, sobre Beleña.

rápidamente se hicieron impopulares a causa de su rapacidad. Persona tan ponderada como el humanista Pedro Martir de Anglería — que entonces estaba en Valladolid — escribía a los marqueses de Velez y de Mondejar, sobre lo que veía y oía por la ciudad, con esta claridad desenfadada: «Oid qué clase de zarzales nacen en vuestros sembrados: aquel buen fraile Ximénez, Cardenal Gobernador [Cisneros] ha estado amontonando dinero para traspasarlo a los flamencos. Los habitantes del Océano Glacial se enriquecerán, mientras que vuestra Castilla será esquilmada» (102). Y conceptos semejantes reitera el mismo Martir en otra carta del día 12 de febrero, donde se hace eco del reconocimiento y jura del nuevo rey, hecho al fin por los procuradores el día 8, para comentar — a continuación — los desplantes de los flamencos que — dice — «tienen a los españoles en menos que si hubieran nacido en sus cloacas». Y así se lamenta «de las veleidades de la fortuna, gracias a las cuales los conquistadores de reinos — aludiendo así a la empresa indiana — son tenidos en tan poco aprecio, por aquellos cuyo único dios es Baco con Citerea» (103).

La última batalla, la del servicio económico que debían conceder las Cortes, no fué menos cruenta, aunque el procurador Zumel terminó entregándose, al acceder al ruego que el día 12 se le hizo, al visitar a D. Carlos en el palacio de los Pimentel, para que el servicio fuera cobrable, en vez de en cuatro, en tres años. Como se había resuelto por las Cortes en aquel sentido, hubo de volverse a tomar acuerdo — según lo aceptó Zumel —, en una nueva sesión que se celebró para lograr la rectificación pedida. Por eso, en la carta anteriormente citada, concluía Martir de Anglería con este expresivo párrafo: «Gracias a los astutos y taimados consejos del Obispo pacense Mota y de García de Padilla, los procuradores se avinieron a entregar seiscientos mil ducados, distribuidos en un plazo de tres años. Cuando los Reyes Católicos pedían este tributo, tenían la costumbre de exigir sólo cuatrocientos mil».

Concluídas así las Cortes, en cuyas incidencias habían estado implicados consejeros y burócratas, comenzaron las fiestas con las que quisieron celebrar los felices augurios que se prometían. Otra carta de Martir de Anglería nos proporciona los principales detalles, al mismo tiempo que viene a dibujarnos las circunstancias que se vivían en Valladolid el día en el que, por fin, pasan a la villa los promotores portugueses que, desde Simancas, habían estado al acecho de la mejor oportunidad. Así nos cuenta el distinguido humanista que «los cortesanos flamencos organizaron un torneo [que duró varios días] según sus costumbres, dando cabida en él a muy pocos españoles, y éstos de entre los más distinguidos de la Corte. Salen armados a la anchurosa plaza de la ciudad [la del Mercado, actual Plaza Mayor] sesenta jinetes, treinta por un lado, y otros treinta por otro, para tomar parte en la abierta batalla, como si fueran mutuos enemigos que estaban dispuestos a luchar... Enristrando recíprocamente las lanzas, la mayor parte de los jinetes vino a tierra al chocar entre sí los caballos. Siete de ellos quedaron muertos allí mismo. Ni uno sólo de los caballeros murió o sufrió quebranto en sus miembros... Con su actuación personal — y esto es lo que nos importa —, el Rey honró las justas el día 17 de este mes [de febrero], pero no de manera inactiva y velada. Tenían por medio una valla, que vosotros los españoles llamais *tela*... Digna cosa de ver fué el mismo Rey tomando parte en el festejo. Salió vestido todo de blanco, armado de pies a cabeza, cual conviene en tales juegos... Cupo la honra al caballerizo mayor de medir con él las armas. Cuatro fueron los encuentros y tres lanzas las que contra él quebró. Cada estruendoso asalto era saludado por el pueblo con ovaciones y aplausos. Todos quedaron maravillados de la entereza del Rey» (104).

(102) Pedro Martir de Anglería: *Epistolario*, tradc. de José López de Toro, en *Doc. Ined. Hist. España*, Madrid, 1956, t. IX, carta fechada en Valladolid a 4 febrero 1518, pp. 295-296. Concluía esta epístola con esta frase: «nadie más liberal que el Rey, ni nadie más rapaz que los consejeros que le acompañan».

(103) Martir [102], id., pp. 298-300.



Si recordamos que Magallanes y los Faleiro permanecieron, a la espera, tres días en Simancas, justo resulta que su desplazamiento a Valladolid coincidió con el momento álgido de las fiestas, cuando el día 17 entraba a participar en ellas el propio monarca. Como si hubiera estado pendiente Juan de Aranda — para llamarles — no sólo del momento en el que remetieran las tensiones vividas durante las Cortes, con el fin de aprovechar el clima de optimismo creado y las voluntades mejor dispuestas a escuchar proyectos, sino también como si se hubiera pensado en aprovechar una distracción colectiva para hurtarse a toda curiosidad, es decir, cuando más desapercibidos podían pasar los viajeros. Martir de Anglería, en la carta anteriormente citada, nos garantiza esa situación, al hablar del «número de los admitidos a la liza — pues nadie sin licencia de los jueces osaba salir al campo —, así como [alude a] la elegancia, adornos y riqueza de los vestidos de los nobles que acompañaban al Rey», en torno a todo lo cual estaba el «inaudito gentío, de las tribunas levantadas y del exorno suntuoso de las calles y plazas».

¿Quien iba a ocuparse, en tales condiciones, de los que llegaran por el camino de Simancas, por muy cargados que se presentaran de bultos inimaginables y acompañados de aquellos extraños esclavos? Dice Faleiro a este propósito, en su declaración, que «el dicho Juan de Aranda los salió a reçibir e los llevó a su posada, adonde comieron e dormieron aquella noche — luego llegaron en la tarde — e quisiera el dicho Juan de Aranda que estovieran allí con él para facerles onrra e gastar de lo suyo con ellos — es decir, teniendoles como invitados — como les avía dicho, e que ellos no quisieron, syno que se fueron a otra posada» (105).

Por la declaración de Magallanes sabemos, exactamente, donde estaba alojado Juan de Aranda y, por lo tanto, donde pasaron los viajeros su primera noche en Valladolid, pues dice que «posaron un dia en la posada del dicho Juan de Aranda, que era la casa de Diego Lopes de Castro, donde el dicho Juan de Aranda quisiera

(104) Martir de Anglería [102], carta fechada en Valladolid a 19 de febrero, pp. 300-301 (al pie se desliza la errata de fecharla el 12 de febrero).

(105) Información de Sevilla, segunda declaración [56], comparecencia de Faleiro.

que posaran con ellos, e ellos se pasaron a otra posada, e que de allí el dicho Juan de Aranda los llevó a fablar con el gran Chançiller» (106).

No debió demorarse, en efecto, esa audiencia con el todopoderoso Jean le Sauvage, aunque no creemos pudiera ser el día 18 de febrero, tal como cabría interpretar lo expuesto por Magallanes. La declaración de Rui Faleiro, más detallista, da la impresión de que pasó algún día más, pues dice que «después [de que pasaran a la nueva posada], dicho Juan de Aranda trabaxó en la negoçiaçion, a que yvan con mucha deligençia ofreçiendoles dinero prestado, si lo avian menester — es decir, para cuando lo precisaran —, e ayudas en la negoçiaçion». Esto nos obliga a deducir que Juan de Aranda vivía, como resulta explicable, muy estrechamente unido a los mercaderes, uno de los cuales sería ese Diego López de Castro, si se confirman nuestras presunciones.

Por lo pronto, parece que, en contra de los pronósticos que llegaran a hacerse Aranda y López de Castro, no se reanuda el despacho de asuntos indianos con la rapidez que pudieron creer. De ahí ese afán de sostener a Magallanes y Faleiro y la oferta de créditos. Días antes, el 5 de febrero, se había despachado la cédula que nombraba a Sebastián Caboto como piloto mayor, aunque sobre ella sospecha Giménez Fernández alguna habilidad extranormal (107). El día 10 se despachaba otra — la primera que refrenda Francisco de los Cobos — designando al portugués Estêvão Gómez por piloto de la Casa de la Contratación. Pero, desde entonces, todo se ha detenido repentinamente, cuando el momento parecía ser tan propício, después de aquella sesión que el 11 de diciembre último celebraron la mayoría de los consejeros que se ocupaban de asuntos indianos, para escuchar lo que fray Reginaldo Montesinos y Bartolomé de las Casas proponían, en defensa de los naturales del area del Caribe, primera ocasión en que Las Casas interviene en un debate vallisoletano, donde tantas veces repetiría, desde entonces, sus justicieras alegaciones.

El relato que nos hace Las Casas sobre el motivo de la parsimonia es, ciertamente, muy convincente, pues — dice — «como el rey era tan nuevo...y había cometido todo el gobierno de aquellos reinos a los flamencos, y ellos no cognosciesen las personas grandes y chicas, y oviesen y entendiensen los negocios con mucho tiento y tardasen en los despachos, por temor de no errar, por todas estas razones estaban todos los oficios... y las cosas de aquellos reinos suspensas, y mucho más las cosas tocantes a estas Indias» (108). Y cuenta el clérigo que, tan preocupados se sentían los antiguos en el manejo de los negocios, como los propios interesados que, de comum acuerdo,

(106) Información de Sevilla, primera declaración [56], comparecencia de Magallanes. De momento, no hemos tenido tiempo de indagar cual pudiera ser la casa de Diego López de Castro. A pesar de haber consultado con el Dr. Juan José Martín González, gran conocedor del Valladolid del s. XVI, nada sabemos todavía sobre esta casa, aunque calculamos pudiera estar por la que se llamó calle de Francos, donde normalmente residían los mercaderes.

(107) Vid. Giménez Fernández [76], p. 96, donde viene a considerar fraudulentas esta y otras cédulas, despachadas por Conchillos, sin refrendo de nadie, como si estuvieran acordadas.

(108) Las Casas [48], III, cap. C, t. III, p. 169.



vinieron a proceder de esta forma: «que se juntasen todos los españoles que allá [en Valladolid] estaban destas Indias y fuesen y aguardasen al rey, una y muchas veces, cuando verlo pudiesen, porque raro salía, y le suplicasen importuna y quejosamente que ordenase como fuesen oídos en sus negocios y expedidos, alegando que estaban gastados y que se querian tornar a sus casas que tenían en las Indias» (109).

Muchos eran, a la sazón, los indianos que se encontraban entonces en Valladolid, a la espera de las decisiones del nuevo monarca. Tal el mismo D. Diego Colón, sucesor del descubridor en el Almirantazgo de las Indias, quien había regresado de La Española en 1515, en prosecución de su disputa sobre el reintegro en sus derechos que se derivaban de las Capitulaciones de Santa Fe y que se había trasladado a Valladolid en el mes de enero de 1518, en compañía de su hermano Hernando Colón. También se encontraba en la ciudad el que se haría célebre en la desgraciada empresa de la Florida, el cuellarano Pánfilo de Narvaez, que había regresado de Cuba, como procurador de la isla, representación que también ostentaba Gonzalo de Guzmán. Como procurador de La Española estaba el contador de Santo Domingo, Gil González Dávila, con el que compartía la representación Cristóbal de Tapia. Como procurador de la Tierra Firme del Darien estaba Gonzalo de Badajoz. La representación de la isla de San Juan la ostentaban Sancho de Arango y Gregorio Páez, compañeros que fueron de Ponce de León en la conquista de la isla. Por añadidura, como ya sabemos, estaban Fr. Reginaldo Montesinos y el clérigo Bartolomé de las Casas, que trataba de exponer a Sauvage y Gatinara sus planes de reforma indigenista. Todo un concurso indiano, en la gestión de sus intereses o en la procura de las reformas más convenientes, llegados de las islas y tierras hasta entonces descubiertas. Como si el mundo de ultramar, que dejó Colón entreabierto cuando falleció en Valladolid en 1506, estuviera a la espera de una nueva puesta en marcha. Por eso, para completar el cuadro, aparecían, silenciosamente, Hernando de Magallanes y Rui Faleiro (110).

Días después, sabemos que llegaron a la Corte 17 000 ducados amonedados, remitidos por la Casa de la Contratación, del oro llegado de América, así como, un par de días más tarde, se recibía aviso con Antón Rodríguez de un nuevo barco que acababa de aportar a Sevilla con sustanciosa cargazón. Este creemos pudo ser el momento que trató de aprovecharse, ante el efecto que, sin duda, hubo de producir en el gran chanciller y sus colegas de gestión. El *Parecer de los vecinos de las Indias que aquí están*, firmado por todos los procuradores indianos, fué su primera consecuencia, cuya relación con esas aportaciones nos viene denunciada por la apelación que se hace a tales recursos en un agregado del memorial en el que se dice: «Y acuerdese V. alteza que en algunos de sus Reynos pone dineros para sustentallos demás de las Rentas dellos, y que de las Yndias sin costa alguna vienen a España cada año qua-

(109) Las Casas [48], id., id.

(110) Giménez Fernández [76], pp. 80-83, pasa revista a las gentes que procedentes de América se encontraban entonces en Valladolid, bajo el épigrafe *Los indianos en la Corte de Castilla (XI-1517 a III-1518)*. Sus comentarios son los acostumbrados en este autor, siempre amargos y peyorativos.

trocientos mil ducados, y vernán cada año más, favoresciendo los pobladores y dando orden como vayan más» ([111]).

Justamente, en paralelo con este intento de explotar el efecto producido por las remesas, puesto en marcha por los encomenderos, creemos que debe verse también el inicio de la gestión de Magallanes, que nos permitimos fijar en el 20 o 21 de febrero, cuando, por fin, Sauvage accede recibir a Magallanes y Faleiro, acompañados por el factor Aranda. Esta visita ambos la recuerdan en sus declaraciones. Mas no creemos que esta audiencia del día 20 o 21 sea la que presenció Las Casas, porque en ella nuestros viajeros llegaban acompañados por Fonseca, cuando en ésta — según las referencias coincidentes — no está presente el obispo ([112]). Sin duda alguna, se trataba de la visita protocolaria que los interesados le hacían para agradecer la invitación que fué cursada a Sevilla, dirigida a Aranda, en consecuencia de lo cual se ponían a su disposición. Era, por otra parte, lo normal, con el fin de que el poderoso mandatario pudiera tomar la iniciativa de remitirles a quien tuviera alguna experiencia, con el fin de informar en la reunión del Consejo. La misma visita, también en aquel día, debieron hacer al cardenal Adriano. Uno u otro, si no fueron los dos, debieron encomendar el conocimiento del proyecto al obispo Fonseca, que por lo que sabemos había vuelto a ocuparse de los asuntos indianos desde el día 16 de febrero, con renovado interés ([113]).

Conforme a la reconstrucción que ofrecemos, las respectivas narraciones podrían conciliarse, pues si Magallanes declara que «Juan de Aranda los llevó a fablar con el gran chançiller e con el cardenal e con el obispo de Burgos, e después fue con ellos a su Alteza», resulta evidente que se están distinguiendo dos series de audiencias: unas, las visitas que se hacen a cada personaje enumerado, que tendrían lugar en el mismo día, y otra «después», ya en el trance resolutivo. Por su parte, Rui Faleiro nos informa que la negociación se inicia «despues de aver comunicado e fablado al gran Chançiller e al Consejo», englobándose así el examen de la cuestión por Fonseca, asistido por los miembros del Consejo que, como sabemos, se reunían con él en sus aposentos.

Tuvo que ser después de esa audiencia con Fonseca y los consejeros, cuando Magallanes, acompañado por el obispo, fué a visitar al chanciller Sauvage, con el fin de explicarle sus puntos de vista y las conclusiones a que habían llegado. Esta ha de ser, por consiguiente, la audiencia de la que habla Las Casas en los siguientes términos: «estos [Magallanes y Faleiro] se ofrecieron a mostrar que las islas de Maluco y las demás, de que los portugueses llevan a Portugal la especiería, caían o estaban dentro de la demarcación o participación que se había comenzado, aunque no acabado, entre los reyes de Castilla Católicos y el rey D. Juan de Portugal, y que descubrirían

([111]) AGI, Patronato, 173, nº 2, ramo 2. Carece de fecha y, según Giménez Fernández [76], p. 93, el agregado que mencionamos fué obra de Gil González Dávila.

([112]) Giménez Fernández [76], p. 109, nota 355, entusiasmado por lo que supuso tan facilmente identificable, fechaba esa entrevista entre el 17 y el 20 de febrero, por el simple hecho de que creyó que el 16 fué el día en el que el monarca actuaba en las Justas, del mismo modo que el 22 el rey tuvo un despacho sobre asuntos indianos.

([113]) Giménez Fernández [76], p. 106.



camino para ir a ellas fuera del camino que llevaban los portugueses, y este sería, por cierto estrecho de mar que sabían. *Vinieron con esta novedad, primero, al obispo de Burgos,* como sabían que hasta allí había gobernado las Indias, y el obispo los llevó al gran chanciller, y el gran chanciller [después de esta audiencia] habló al rey y a mosior de Xevres. Traía [en la audiencia con Sauvage, de que estaba hablando] el Magallanes un globo bien pintado, en que toda la tierra estaba ([114]), y allí señaló el camino que había de llevar, salvo que el estrecho dejó, de industria, en blanco, porque alguno no se lo saltease; y yo me hallé aquel día y hora en la cámara del gran chanciller, cuando lo trujo el obispo y mostró al gran chanciller el viaje que había de llevar» ([115]). El resto, la conversación de Las Casas con Magallanes, en lo que se refiere al camino que seguiría para llegar a las Molucas de no dar con el estrecho, ya lo conocemos.

Por Gómara — que, como es frecuente en él, supo recoger detalles que otros no tuvieron la precaución de buscar — podemos saber como se desarrollaron las audiencias con el obispo Fonseca y los del Consejo que le ayudaban en las tareas de las Indias, donde, como es lógico, se examinaría a fondo la oferta de Magallanes y Faleiro, ya que en las visitas de protocolo apenas pasarían de enunciar su iniciativa. Gómara coincide también en este planteamiento, al situar en primer lugar esta entrevista y decir que en ella «informaron asaz bastantemente» ([116]).

Claro es, el cronista trata de reconstruir en su relato lo que pudieran haber expuesto Magallanes y Faleiro en tal audiencia, pero mezclando, como es evidente, lo que él supone — si ofrecían encontrar el estrecho por el río de la Plata o más lejos ([117]) —, con lo que se ve que sabe, por la minuciosidad que acumula en esta parte. Tal creemos reconocer en lo que cabe calificar como *testimonios de apoyo,* pues esos indicios testimoniales serían la base de sus argumentaciones, al mismo tiempo que lo más repetido, como prueba de sus razonamientos.

Lo que nos dice Gómara sobre ello es lo siguiente: «mostraba [Magallanes] una carta de Francisco Serrano, portugués, amigo o pariente suyo, escripta en los Malucos, en la cual le rogaba que se fuese allá si quería ser presto rico, y le avisaba cómo se habia ido de la India a Java, donde casara, y después a las Malucas por el trato de las especias. Tenia [también como testimonio] la relación de Luis Berthoman, boloñes, que fué a Bandan, Borney, Bachian, Tidore y otras islas de especias, que caen so la Equinocial, y muy lejos de Malaca, Zamotra, Chantam y costa de la China.

([114]) En la relación de gastos que tuvo la armada de Magallanes se cargó el costo de este «globo bien pintado», pues se anota una partida de «4.500 maravedis que pagó el capitan Magallanes por un plano esférico que hizo hacer para S. M.» (en Navarrete [2], t. II, p. 515).

([115]) Las Casas [48], III, cap. CI, p. 175 del t. III.

([116]) López de Gómara [27], p. 212.

([117]) Dice Gómara a este propósito que Magallanes «afirmaba que por la costa de Brasil y río de la Plata habia paso a las islas de la Especiería, mucho más cerca que por el cabo de Buena Esperanza. A lo menos antes de subir a setenta grados, según la carta de marear que tenía el rey de Portogal, hecha por Martin de Bohemia, aunque aquella carta no ponía estrecho ninguno, a lo que oí decir, sino el asiento de los Malucos, si ya no puso por estrecho el río de la Plata o algún otro gran rio da aquella costa».

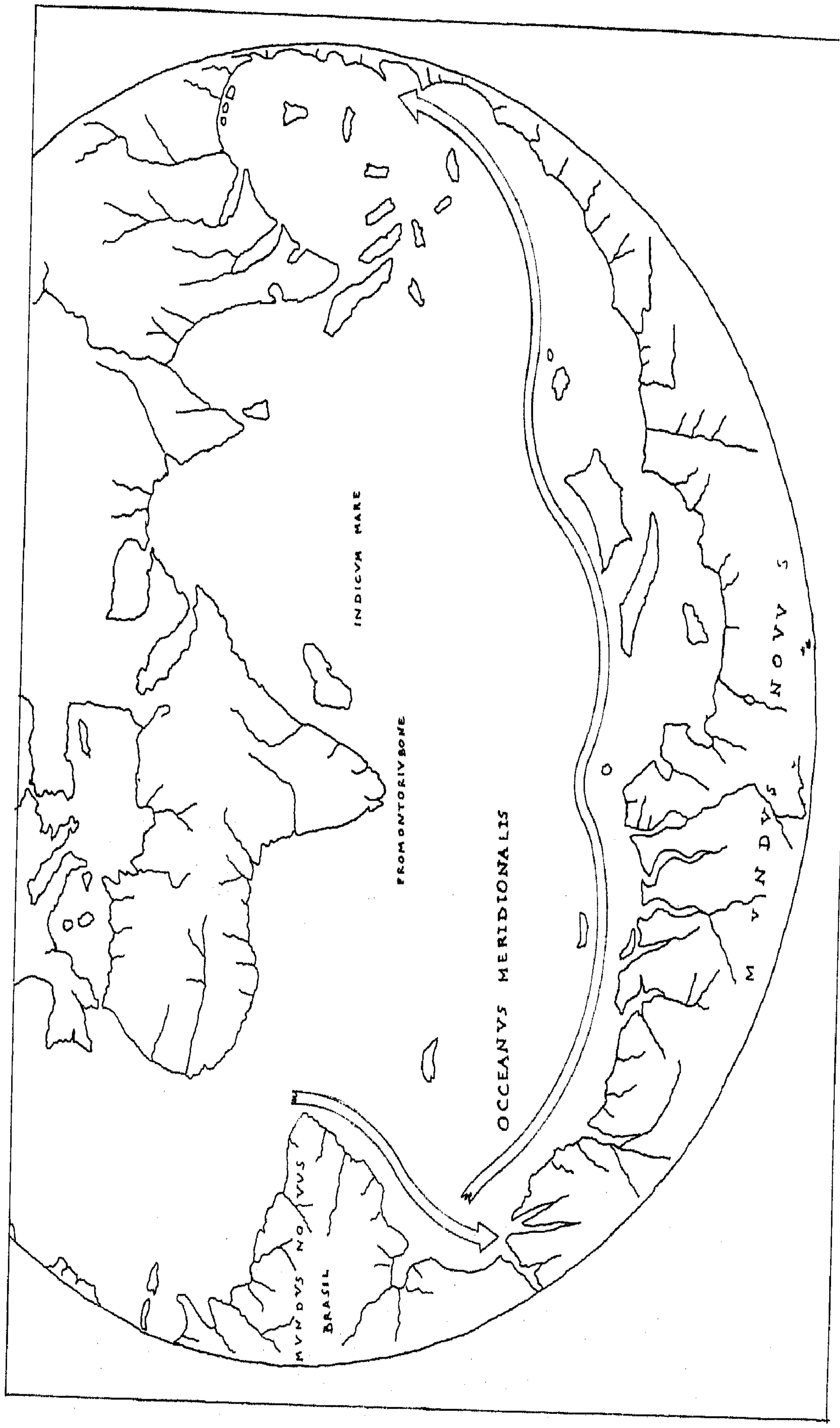
Tenia tambien [Magallanes] un esclavo que hubo en Malaca, que por ser de aquellas islas lo llamaban Enrique de Malaco, y una esclava de Zamotra, que entendia la lengua de muchas islas, la cual hubiera en Malaca».

Dice igualmente Gómara, refiriéndose a lo que podía suponer Magallanes sobre el desarrollo costero de Suramérica, por donde había de buscar el estrecho, que «otras cosas fingia él por ser creido..., presumiendo que aquella tierra volvía hacia Poniente, a la manera que a Levante la de Buena Esperanza, pues ya Juan de Solís habia navegado por allá hasta ponerse en cuarenta grados del otro cabo [es decir, al Sur] de la Equinocial, llevando la proa algo a la puesta del sol». Este argumento, con la prueba consiguiente proporcionada por el viaje de Solís hasta el río de la Plata — donde halló la muerte —, no podía dejar de ser convincente, pues de ello cabía deducir la aproximación de las tierras americanas, por aquella latitud, a las de las islas de la Especería, que también, por lo que demostraba, se destacaban de Malaca hacia el mar del Sur en gran distancia, ante lo cual parecía forzoso convenir en la proximidad de la boca del estrecho posible con las ansiadas islas. Este supuesto le completaban Magallanes y Faleiro — según dice Gómara, poco más adelante — con la seguridad con que «afirmaban asi mismo que las Malucas estaban no muy lejos de Panamá y golfo de Sant Miguel, que descubriera Vasco Nuñez de Balboa».

Pero Gómara alude a otros aspectos que tienen aquí un gran interés, por venir a completar y a dar nuevo sentido a lo que sabemos por Las Casas, sobre la intención de recurrir — en el caso de no encontrar ningún estrecho — a la vía del cabo de Buena Esperanza para llegar al Maluco, pues nos dice el cronista que Magallanes tenía también previsto que, si «por aquella enderecedera no hallase paso, que *costeando toda la tierra, iria a salir al cabo que responde al de Buena Esperanza*, y descubriría nuevas y muchas tierras, y camino para la Especieria, como prometia».

Esta derrota, «costeando *toda la tierra* [suramericana]», nos pone ante un propósito mucho más original de lo que se supone, y también muy lógico, de acuerdo con las ideas geográficas que venían a derivarse de las concepciones ptolemaicas, al mismo tiempo que hacían compatible la realidad de lo descubierto hasta entonces, con las creencias colombinas: la unidad-continuidad de las tierras firmes. Ello quiere decir que se partía del supuesto de que las costas suramericanas, desde una latitud aún no alcanzada, se inflexionaban hacia el Este, para prolongarse a todo lo ancho del Atlántico, sur de África e Índico, tal y como si la Antártida hubiera sido mucho mayor — inmensa — y unida a América. Así, el recorrido «costeando *toda la tierra*» permitía creer que «iria a salir al cabo que *responde al de Buena Esperanza*», es decir que se *corresponde* con él, enfrentado desde el Sur, entre los cuales se pasaba del Atlántico al mar de la India, «camino para la Especería». Este recorrido, a lo largo del Nuevo Mundo meridional, es evidente que permitiría esa creencia de que «descubriría nuevas y muchas tierras», claro es, todas las que podían mediar entre América del Sur y el Oriente lejano.

No habían surgido estas ideas de la nada. Al contrario, podemos afirmar que respondían a las más recientes hipótesis elaboradas en Portugal, al regreso de la carabela de Juan de Lisboa en 1514 y a resultas, más concretamente, del fracaso de Solís en el Plata. Que Magallanes no hace sino aprovechar las concepciones que en




*Mapamundi de Homem, ejecutado en Lisboa en 1519, que refleja las ideas geográficas que inspiraron a Magallanes el plan que presentó al rey Don Carlos en Valladolid*

el momento de su partida existían en Lisboa, nos lo demuestra una pieza tan elocuente como el mapamundi de Lopo Homem, fechado en 1519, según la cartela que le respalda ([118]).

En este mapa de Homem aparece el mundo de la antiguedad clásica, con el África, en el centro; mientras que al Oeste se dibujan las tierras del Nuevo Mundo, prolongadas al sur de África y Asia hasta un extremo oriente que es, según parece, la contracosta americana, soldada al Asia. Según resulta de este mapa, las islas de la Especería quedaban alojadas en un gran golfo — semejante al Magnus Sinus de Ptolomeo — que limitaban las costas asiáticas y las americanas, de tal forma que, evidentemente, venían a estar muy cerca del istmo panameño y, por lo tanto, en la mitad del mundo que, según la doctrina del antimeridiano, correspondía a España. Si, de acuerdo con su desarrollo, tratáramos de situar en este mapa la línea antimeridiana, quedaría fijada sobre la península indostánica, para pasar al este de Ceilán, tal como resultaría de las longitudes de Ptolomeo ([119]). He aquí, pues, una de las huellas que se perciben en este mapa.

Más, como hemos visto, Lopo Homem dice que ejecutó su carta «comparando otras muchas, tanto antiguas como modernas». La base ptolemaica es, evidentemente, la que patentiza ese componente de antiguedad al que se alude. Respecto a las cartas modernas, no hay la menor duda de que su antecedente está en el mapa de Cantino, de 1502, en el que se refleja la expedición portuguesa de Coelho-Vespucio. El detalle que más nos interesa de este mapa es la marcada inflexión hacia el este con que se dibuja la costa extrema suramericana, que penetra profundamente en el Atlántico; aunque de pronto se corta en un vacío, para significar que de allí en adelante no estaba descubierto. Todo hace adivinar, por consiguiente, una continuidad ptolemaica en una tierra antártica no dibujada, pero que se da por supuesta, a la espera de ser recorrida.

La misma rotulación «Pollus antarticus», que se coloca en el extremo sur americano, se repite bajo el Quersoneso Aureo, que se prolonga tanto que llega casi

---

([118]) Doblado el mapa, aparece la cartela en la mitad que hace de tapa, donde en un recuadro se lee lo siguiente: «Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula quan ego Lupus homo cosmographus in clarissima Ulisipone civitate Anno domini nostri millessimo quingentessimo decimo nono Jussu Emanuelis incliti lusitanie Regis collatis pluribus aliis tam vetustorum g. recentiorum tabulis magna industria et dilligenti labore depinxit». Se fotocopía este frontispicio — y se publica a todo color el mapa — en la excelente *portugaliae Monumenta Cartographica*, que dirigió el Dr. Armando Cortesão, con la cooperación del competentísimo Com.te A. Teixeira da Mota, Lisboa, t. I, 1960, p. 57.

([119]) Vid. la reconstrucción del mapamundi de Ptolomeo, en la impresión que se hizo en Roma en 1490, reproducida tantas veces. Pablo P. Gallez, en su trabajo *En busca de la cola del Dragón*, «Karu Kinka» (Buenos Aires), nº 9 (1974), pp. 8-22, considera que la prolongación del extremo asiático por una gran península, que se extendía muy al sur y que venía a separar el Atlántico del mar de las Especias o Sinus Magnus, se deriva del Ptolomeo de Henricus Martellus Germanicus. Nosotros creemos que era resultado, más que de un remoto descubrimiento de las costas americanas del Pacífico por los asiáticos — aunque sea indiscutible que llegaron a ellas — consecuencia de la ruptura del bloque de tierras que, según las ideas ptolemaicas, unia el sur africano con el extremo asiático. Al descubrirse el cabo de Buena Esperanza, esta continuidad se rompió, por lo que quedó esa extensa península como resto de aquella idea del Indico cerrado.

hasta la línea del trópico. Es de notar también que el Quersoneso [Malaca] se dibuja, como había sido habitual, en forma de península. Con ello, podía pensarse que si había continuidad de tierras desde América, por la banda antártica, al sur del Cabo y de la India, cabía penetrar también al sur de Malaca en el mar de la Especería, denominado simplemente *Oceanus orientalis*. Que América venía a entenderse como otra gran península asiática, lo evidencia el hecho de que se señale al este, en el extremo asiático septentrional, una prolongación, que parece continuarse, en el oeste, por la tierra norteamericana que aparece dibujada en el borde contrario del mapa. Tal y como lo encontramos, más rotundamente expuesto ya, en el mapa de Homem, en el que todo lo insinuado en el Cantino, aqui se confirma sin ninguna vacilación.

El parentesco de las cartas de Nicolas Caverio y de Cantino con esta de Homem, que nos interesa, se nos confirma por un curioso detalle, que se copía de uno en otro: el iluminarse el mar Rojo en bermellón, para destacarse del resto de las aguas marinas. Así, pues, lo afirmado por Homem, en la cartela de su mapamundi, sobre haberse inspirado en cartas tanto antiguas como modernas, aparece confirmado, hasta el extremo de poderse decir que ofrece así una evolución lógica de las ideas geográficas, al conjugarse el perfeccionamiento de lo que se iba conociendo, con lo que todavía estaba supuesto.

Todo ello es natural, como si en el marco previo se hubiera dedicado Homem a reflejar, por los correspondientes retoques, los logros de los descubrimientos, allí donde se producían, como lo vemos en el caso de las islas de Sumatra y Java; al mismo tiempo que lo que estaba presentido, venía a afirmarse más rotundamente, bajo la inspiración de la fuente clásica — Ptolomeo —, que volvía a recuperar credibilidad en aquello que aun faltaba ver.

Que lo representado por Homem en su mapamundi pudo considerarlo Magallanes como expresión de autoridad, es evidente, dada la posibilidad que tenía el cartógrafo de reflejar las ideas geográficas más actualistas, por su situación oficial. Según el estudio que Cortesão dedicó a este personaje, Lopo Homem era hijo o por lo menos de la familia de un Pedro Homem, que fué «estribeiro-mor» en la Casa Real, cargo inmediato al de Condestable, con lo que sus vinculaciones oficiales pudieron producirse con cierta facilidad. Así, no es extraño que, a pesar de su juventud, fuera designado por el rey, en 1517, como «mestre de nossas cartas de marear», con atribuciones para que «faça e corrija todalas agulhas de marear, que pertencerem a nossas armadas» (120). Tal oficio y pericia debía tener que — según lo consigna después, en 1523, el embajador Juan de Zúñiga, en una carta dirigida a Carlos V —, no era Homem un cartógrafo más, sino «el que hace las [cartas] del Rey de Portugal» (121). El mismo mapamundi, como Homem lo consigna en la cartela, fué ejecutado «Emanuelis incliti lusitanie Regis collatis» — por mandado de Manuel, ínclito rey de Portugal —,

(120) Armando Cortesão: *Os Homens, cartógrafos portugueses do século XVI*, Coimbra, 1932.

(121) AGS, Estado Portugal, 367 antiguo, 165 moderno; carta del embajador en Portugal, D. Juan de Zúñiga, (cifrada), al emperador Carlos, fechada en Tomar, a 29 de agosto de 1523.



lo que quiere decir que refleja todos los supuestos que privaban en los medios técnicos de Lisboa en el momento que nos interesa. Y es evidente que, aunque figura fechado en 1519, responde a un cuadro de ideas previo, justamente al que tuvo que recoger Magallanes en la corte portuguesa, antes de partir para Castilla (122). Por ello no puede extrañarnos que encaje tan exactamente con los planes que Magallanes expuso en Valladolid a Fonseca y a los miembros del Consejo que le asistían, evidentemente con el fin de que el obispo pudiera ya dar su opinión, sobre la posibilidad de tal expedición. Y esto es lo que Fonseca hace, al acompañar a los promotores en su visita a Sauvage.

Por consiguiente, tras este informe técnico que Fonseca, con Magallanes y Faleiro, ofrecen al gran chanciller, el plan resulta aceptable, a reserva de que se pase ya a la consideración del monarca, para su decisión. A este momento se refiere Rui Faleiro en su declaración al hablar de que «despues de aver comunicado e fablado [alude así a las dos visitas] al gran Chançiller e al Consejo e mandándoles [Sauvage] que fiziesen los capítulos de lo que pedían a su Alteza, tocante a la dicha negoçiaçión, questando este testigo e el dicho Magallanes fiziéndolos dichos capítulos (123) o teniendolos ya fechos fueron con ellos a la posada del dicho Juan de Aranda, e estando en su posada, quel dicho Juan de Aranda tenía allí un escribano, que cree que era escribano público, que no sabe como se llama, quel dicho Juan de Aranda mostró a este testigo e a su compañero una escriptura fecha en que se contenya que se otorgava de le dar la octava parte de lo que oviesen de provecho [en el viaje proyectado] e les pidió que la otorgasen ante dicho escribano e ellos la otorgaron e firmaron» (124). Por consiguiente, si sabemos, a la vista de la escritura, que esta se fecha el día 23 de febrero, tenemos de paso la data del memorial presentado

(122) Se trata de uno de los mapas más estudiados, atención que se renovó ante la evidente relación con las llamadas cartas de Miller. Vid. Gabriel Marcel: *Note sur quelques acquisitions de la Section des Cartes et Collections Geographiques de la Bibliothéque Nationale*, «Comptes reudus de la Société de Geographie» (Paris), números 16-17 (1897); Jean Denucé: *Les origines de la cartographie portugaise et les cartes de Reinel*, Gand, 1908; A. Kammerer: *La Mappemonde Lopo Homen et l'Atlas Miller*, «The Geographical Journal», dic. 1939, donde se recogen los debates de la reunión celebrada en la Biblioteca Nacional de Paris, a instancia de M. Destombes, en junio de 1939. También vid. A. Cortesão: *Cartografia e cartografos portugueses dos seculos XV e XVI*, Lisboa, 1935, t. I, pp. 272-278. Excelente resumen en la *Portugaliae* [118], t. I, pp. 55 y sigs. En ambos estudios relaciona a Homem con los Reinel, a uno de los cuales atribuye las otras cartas del atlas que se iniciaba con el mapamundi. Y justamente, en la carta que Sebastião Álvares escribe desde Sevilla, el 15 de julio de 1519, al rey de Portugal, informándole de lo que hacía Magallanes — cuando preparaba ya la expedición —, le dice, entre otras cosas: «la cual tierra de Maluco yo vi asentada en la poma y carta que aqui hizo el hijo de Reinel, la cual no estaba acabada cuando aqui vino su padre por el, y su padre lo acabó todo y puso estas tierras de Maluco» (en Navarrete [2], II, p. 498). Con esto, como puede advertirse, se nos prueba una íntima relación entre los Reinel y Magallanes, lo que es lo mismo que entre Homen y el promotor lusitano.

(123) AGI, Patronato, 34. Es el que publica Navarrete [2], II, pp. 472-474.

(124) AGI, Patronato, 34, ramo 3. Segunda declaración, comparecencia de Ruy Faleiro.

al rey (125), puesto que se hace inmediatamente antes, del mismo modo que se nos fecha la entrevista con el gran chanciller, que relató Las Casas, todo lo cual corresponde al 23 de febrero de 1518 (126).

Faltaba la última fase y la verdaderamente decisiva, que no se produce inmediatamente ni tampoco se redujo a una única visita. Por lo que se ve, D. Carlos era —a pesar de su juventud— menos impresionable que sus consejeros y a la audiencia que concedió al promotor, hubo de acudir Magallanes acompañado de un fiador de verdadero peso económico: nada más y nada menos que Cristóbal de Haro, con quien debía estar relacionado Diego López de Castro, pues en la escritura de participación, que Magallanes y Faleiro otorgaron en favor de Aranda, al aparecer como testigo un criado suyo, llamado Juan de San Martín, se considera a López de Castro como «vecino de la ciudad de Burgos». Este es el grupo de mercaderes que está tras el asunto, sin duda para mantener el predominio del conjunto comercial que se mueve en el eje Medina-Burgos-Amberes, frente a la prepotencia del grupo de mercaderes italianos que se apoyan en Sevilha. Hecho, en suma que, tras el éxito del viaje con el regreso de del Cano, se concretaría en la fundación de la Casa de la Coruña.

De los tratos con D. Carlos tenemos puntual y extensa noticia gracias al relato de Maximiliano Transilvano, evidentemente bien informado, puesto que, como sabemos, tenía razones para saber en que había consistido la intervención de Cristóbal de Haro, ya que casó con su hija. Pues bien, dentro del capítulo III de su crónica, aparece un párrafo en el que dice que «Fernando Magallanes y Cristóbal de Haro, mercader, se vinieron a la corte de nuestro Emperador y Rey de España, determinados para mostrar a S. M. segund lo que ellos alcanzaban y para le decir y hacer saber y dar aviso que Malaca se creía estar en los términos de la particion de Castilla, y decían que, sin dubda alguna, estaba aquel golfo del mar, donde son los pueblos de los Sinas, dentro de la partición y términos del Rey de Castilla, e que, por consiguiente, era muy certísimo e sin falta alguna que las islas de las Molucas, donde es el propio nascimiento de la especiería, estaban y caían en la partición occidental perteneciente a Castilla». Esta era, simplemente enunciada, la cuestión de pertenencia.

Y añadía Transilvano que «como Hernando Magallanes y Cristobal de Haro tuviesen por cosa muy averiguada y cierta lo que decían, informaban al Emperador, diciendole que si S. M. enviase sus naos y armadas, no por el viaje oriental que los portugueses hacian, sino por la parte de los mares de Occidente, bajando al otro hemisferio, se podrían traer a Castilla, como de propio nascimiento y suelo a ella perteneciente, gran copia de especiería a muy menor costa que la traian los portugueses de Malaca y Calicut». Esta era la enunciación de utilidad.

Pero frente a estas razones, sin aceptarlas ni negarlas, el rey debió pedir la opinión de aquellos miembros del Consejo que disentían. No sabemos sus nombres,

(125) No está fechado, por lo que ha sido un problema su datación. El P. Pastells [58], t. I, p. 41, supuso equivocadamente que era de marzo de 1518, aunque escamotea el compromiso dándole como presentado en esa fecha.

(126) Como se ve, Giménez Fernández no consideró los elementos de juicio que había que tener en cuenta para poder fijar la negociación, si bien para él era tema secundario.



pero sí sus razones, que consistían en «la incertidumbre que había de poder pasar y navegar por las partes occidentales hasta allá». Y el argumento —que encaja exactamente con la geografía del mapa de Homem— no deja de ser curioso: «que creían que la ingeniosa natura, que todas las cosas constituyó con suma providencia, *había por ventura dejado cerradas y distinguidas las partes orientales de las occidentales*, en tal manera que no se pudiese navegar ni pasar de las unas a las otras partes. O que por ventura, *aquella grand tierra firme*... era tan perpetua y sin fin, que *apartaba, determinaba y distinguia los mares occidentales de los orientales*, de forma que en ninguna manera se pudiese pasar ni navegar por allí para ir hacia el Oriente». Se trataba, pues, de la enunciación del principio de impedimento físico, derivado de las viejas nociones ptolemaicas.

Sin embargo, también se examinó entonces la alternativa que sugería Magallanes, de ir hacia la Especería —si el estrecho no se hallaba— por el camino que la propia costa imponía frente al cabo de Buena Esperanza. Que se consideró este problema es evidente, aunque no se vió tan claro. Como Gómara nos informa, «era larga esta navegación, difícil y costosa, y muchos no la entendian, y otros no la creian [posible]» (127). Ciertamente —aparte las dificultades de la navegación por aquellas latitudes—, subsistía el hecho de ser hacia el Oriente, dirección que pertenecía a Portugal. Por eso Transilvano dice que «si por el viaje que los portugueses hacían —es decir, por la vía del Oriente— hobiesen los castellanos de ir a descobrir aquellas islas Molucas de la especiería, era cosa muy incierta y en que se ofrecerían grandísimos peligros, por lo cual pareció al emperador y a los de su Consejo que ansi como esto que Magallanes y Cristobal de Haro decían era cosa de grande esperanza, ansi era cosa de mucha dificultad, y disimulábase con ellos trayéndolos en dilaciones de día en día, hasta saber otra cosa de más certidumbre». Se levantaba, como puede verse, el obstáculo de la violación del Tratado de Tordesillas, al mismo tiempo que el desconocimiento de todas las bulas alejandrinas. Y esto era, ciertamente, muy grave. Si España no las respetaba ¿que podía esperar de las demás potencias? De aquí que se desestimara la idea, no por vía negativa, sino por dilación.

Si tenemos en cuenta que el día 2 de marzo se conceden las mercedes a Cristóbal de Tapia —lo que quiere decir que ese día se trató con el rey de cuestiones indianas— resulta muy verosímil que esta primera audiencia con D. Carlos tuviera lugar en esa fecha, tras de la cual se sucede la práctica paralización.

Por otra parte, sabemos que, entre el 15 y 20 de marzo, pasó D. Carlos a Tordesillas para despedirse de la reina su madre y, de paso, devolverla la compañía de la infanta Catalina. Vuelto a Valladolid, debieron reanudarse las discusiones «pues como el uno y el otro —sigue informando Transilvano— insistiesen mucho en esto, y deseasen que por su mano y industria fuesen las islas Molucas descubiertas, se ofreció Hernando Magallanes de ir en persona a las descobrir, y Cristobal de Haro se profirió de armar a su propia costa y de sus amigos las naos que para la armada de aquel viaje fuesen menester» (128).

(127) Gómara [27], p. 213.

(128) Maximiliano Transilvano [2], pp. 560-561.

Por consiguiente, es fácil reconocer que, rechazada la idea de la prevista expedición, que según tenían calculado había de montar la Corona, trataron de salvar su proyecto replegándose a la fórmula de armada privada. Y fué entonces cuando — acuciado por la rentabilidad de la empresa, que sería perdida para la Corona, sin que el peligro diplomático se aminorase — resolvió D. Carlos armar la expedición, con cargo a la Real Hacienda, antes que ceder la iniciativa a quien — desde Francia quizá — fuera llevada por los tenaces promotores, al amparo del respaldo de comerciantes tan tentaculares como los que indefectiblemente habían de mezclarse.

Esta intervención de Cristóbal de Haro apenas se filtra en una de las declaraciones de la información de Sevilla, al responder Rui Faleiro a la pregunta que se le hizo sobre si sabía si Juan de Aranda retenía la escritura de participación, a lo que contestó afirmativamente, «porque a este testigo dixo Cristobal de Haro, mercader burgalés, quel dicho Juan de Aranda avía mostrado la dicha escriptura a sus parientes de Burgos». Por consiguiente, aqui tenemos otro detalle que nos pone en relación — lo mismo que su alojamiento — al propio Aranda con el grupo financiero del eje Medina-Burgos-Amberes, que coincide con aquel otro indicio de la cita que Aranda dió a Magallanes para encontrarse en Medina del Campo precisamente.

La idea de Magallanes, al fín, salía adelante al firmarse la capitulación en Valladolid — tras las gestiones que hemos reconstruído — el 22 de marzo de 1518.

## LA CAPITULACIÓN DE MAGALLANES Y LA EXPERIENCIA COLOMBINA

A la vista del memorial que Magallanes y Faleiro — como quedó expuesto — concluyeron el 23 de febrero, no puede caber la menor duda que el cuadro de aspiraciones sobre su viaje fué planeado de acuerdo con el modelo colombino. Esa pretensión de repetir la vía premial del descubridor, más de un cuarto de siglo después, puede parecer descabellada, sobre todo si se tienen a la vista los condicionandos que la hicieron inviable. Pero también cabe pensar que, justamente, la experiencia cosechada puede permitir precaverse de riesgos que Colón corrió con más ingenuidad que audacia. En cualquier caso, las dos experiencias contrapuestas — la de petición y la de prevención — jugarán ahora su doble equilibrio, en la decantación de unas capitulaciones que, por ello mismo, son harto curiosas.

Ya parece recordar el encabezamiento de las capitulaciones de Santa Fe la misma introducción que figura en las de Valladolid para Rui Faleiro y Magallanes, al ofrecerse a ir a «descubrir... en el mar Océano», sin más precisión que las vagas denominaciones ya previstas entonces de «islas e tierras firmes». Mas el paralelismo se acentúa cuando tratan de concretarse las condiciones a que aspiran los promotores. En la primera, se alega — como es lógico — el derecho de la Corona para que «vayais a descobrir a la parte del mar Océano», aunque en esta ocasión se viene a aludir una razón de pertenencia que no es ya la muy aleatoria de Alcáçobas, sino la de Tordesillas, bien que en forma no menos discutible, puesto que cuando parece estarse haciendo una limitación — «dentro de nuestros límites e demarcación» —, lo que de



verdad se quiere enunciar es una reivindicación, apoyada en la tesis de la *segunda linea*. Por eso insistimos al principio tanto sobre este punto, al calificar el antimeridiano como «base de la capitulación magallánica». ¿Por que se introduce esta razón jurídica, cuando en el memorial de las propuestas de los promotores no se menciona? Sin duda alguna, tanto por esa razón de la «oferta» en que se apoyaba la gestión de Magallanes, como por haberse convertido ya en fórmula tradicional, que se repetía en todas las capitulaciones. En esta ocasión, la inserción de tal condicionamento puede tenerse como mucho más justificada que nunca, por lo menos en la forma con que se remata el primer capítulo, al decirles «el qual dicho descubrimiento abeis de hazer con tanto que no descubrais ni hagays cosa [alguna] en la demarcación e límites del serenísimo Rey de Portugal mi muy charo y muy amado tio e hermano, ni en perjuicio suyo, salvo dentro de los límites de nuestra demarcaçión» (129).

Mas, aparte estas formalidades, lo que debemos advertir en este primer capítulo es la semiexclusiva que pretenden dejar sentada Magallanes y Faleiro para el futuro, sobre la navegación a las tierras que ellos ofrecen descubrir. En el memorial lo habían señalado al demandar la exclusiva por un plazo de diez años, «queriendolo nosotros hacer con tan buena suficiencia e tantas naos», condiciones que nos recuerdan las del famoso contrato de Berardi (130), cuya relación con los designios colombinos es hoy indiscutible (131), si bien es la propia capitulación de Santa Fe la que trasciende ya ese preferentismo.

Ahora bien, en la capitulación magallánica, si se condesciende con la preferencia de los promotores durante diez años, en la forma solicitada, se añaden ciertas aclaraciones complementarias que cobran para nosotros significación especialísima. Nos referimos a los casos que se exceptuan, al decir: «que si Nos quisiéramos mandar descubrir o dar licencia para ello a otras personas por la vía del Oeste (132), por las partes de las islas e tierra firme e a todas las otras partes que están descubiertas [es decir, desde centroamérica (133), Florida, etc.] hacia la parte que quisiéramos para buscar el estrecho de aquellos mares, lo podamos mandar hacer, e dar licencia para que otras personas lo hagan si *desde la tierra firme, por el mar del Sur*, que

(129) AGI, Patronato, 34, doc. 1. Por estar reproducida esta capitulación en Navarrete [2], t. II, pp. 474-477, según la R. P. hecha sacar posteriormente, en Valladolid a 24 de enero de 1523, utilizaremos este texto siempre que coincida la transcripción.

(130) Nos referimos al que fué suscrito en Valladolid a 9 de abril de 1495, donde llegó a figurar que «aunque alguna persona quiera abajar el precio de dicho flete de dicho número de novecientas toneladas, que no se le pueda dar, ni quitarlo al dicho Juanoto, cumpliendo él lo que segund esta escritura es obligado a cumplir» (En *CoDoInAmerica* [19], t. XXXVIII, pp. 324-328). Este contrato fué suscrito su favor de Berardi para que se encargara de aprovisionar la isla Española a cambio de permitirle descubrir y rescatar con los indios.

(131) Vid. en el excelente libro de Juan Manzano: *Colón descubrió America del Sur en 1494*, Caracas, 1972, pp. 252 y sigs., donde se descubre el significado de este contrato.

(132) En el documento figura en la forma arcaica *hueste*, que sustituimos por Oeste, para evitar confusión con la «compaña» de conquista.

(133) Consideramos que se tiene presente la reiteración de un intento semejante al de 1508, recientemente esclarecido por Ramón Ezquerra: *El viaje de Pinzón y Solís al Yucatán*, «Revista de Indias» (Madrid), nos 119-122 (1970), pp. 217-238.

está descubierta desde la isla de San Miguel, quisieren ir a descubrir, lo puedan hacer, e así mismo si el Gobernador e la gente que agora por nuestro mandado está o estuviere de aquí adelante en la dicha tierra firme e otros nuestros súbditos e vasallos quisieren descubrir *por la mar del Sur,* que está encomenzada a descobrir, e *enviar los navios por ella para descubrir,* mas que el dicho nuestro gobernador e vasallos e otras cualesquiere personas que Nos fuéremos servidos que lo hagan por aquella parte, lo puedan hacer, sin embargo de lo susodicho...» ([133-bis]).

El sentido de estas condiciones que, con tanta reiteración, se enuncian, no es nada dudoso, pues, si bien se acepta la pretensión magallánica de retener la preferencia sobre el estrecho y ruta que descubrieran, se tiene también presente la iniciativa que Vasco Núñez de Balboa tuvo para navegar el mar del Sur, del mismo modo que Juan Ponce de León podía intentar descubrir otro estrecho por la Florida.

En efecto, como es bien sabido, Vasco Núñez concibió, inmediatamente de su descubrimiento, la idea de navegar el mar del Sur, lo que se vió obligado a aplazar ante la política que Pedrarías imponía. Sin embargo, por el requerimiento que el 3 de junio de 1517 le hicieron a Pedrarías el obispo Quevedo y los oficiales reales, se convino que la expedición la realizaría Vasco Núñez y no Pedrarías. Como consta en la *Relación* de Pascual de Andagoya, aceptó Pedrarías, aunque con la condición de que la expedición se pusiera en marcha antes del día de San Juan de 1518.

Por otra parte, como ha podido observarse, también se alude en la capitulación magallánica a las iniciativas que podían tener «otras personas» para navegar desde la tierra firme con el fin de «descubrir por la mar del Sur», iniciativas que la Corona no quiere subordinar, de ningún modo, a la de Magallanes, por lo que explícitamente se reserva, incluso, la posibilidad de promoverlas. Como también se ampara la iniciativa que, para su realización, pudiera tener «el dicho Gobernador e vasallos...».

Naturalmente, parece indiscutible que se alude así al precedente que existía con la primera navegación del mar del Sur, llevada a cabo por Gaspar de Morales, capitán vallisoletano, natural de Mojados. Por lo menos Fonseca había de tener noticia exacta de esa expedición, por la carta que Vasco Núñez de Balboa escribió el 16 de

([133-bis]) Hace ya muchos años pretendió explicar el contenido de estos párrafos de la capitulación magallánica Ramón Velasco Pajares: «Estudio crítico del primer viaje alrededor del mundo, esclarecido por la ciencia geográfica», *Anales de la Universidad de Valencia,* año II (1921-1922), cuadernos 15-16, pp. 495-532, autor que al leer como se reservaba la Corona la facultad de que pudieran ir otros a buscar el estrecho o navegar el mar del Sur, sin advertir que esa reserva se refería a bases de partida y ámbitos diferentes, llegó a sentar conclusiones tan desenfocadas como éstas: «lógicamente se deduce de tales líneas... que la busca del estrecho de aquelles mares no estaba encomendada a Magallanes. Era cuestión aparte, distinta, no incluida en su proyecto ni que a él afectaba. Su misión era la de descubrir islas y tierras firmes e ricas especerías en Oriente. Para cumprirla solicitó y obtuvo lo que pudiéramos llamar patente de su proyecto, la exclusiva; de modo que si la busca del estrecho podía ser encomendada a otra persona, no entraba el hecho dentro del privilegio que se le concedía» (pp. 512-518). Asombra que haya podido ser tan incomprendida esta capitulación, por no haber sabido encajarla en un cuadro de ideas que asi contemplamos, como veremos seguidamente lo que quiere decirse en otros párrafos.



octubre de 1515, protestando de que Pedrarías, entre otras irregularidades cometidas, hubiera despachado a Morales, cuando ello suponía entrar en la jurisdición que le pertenecía.

En cuanto a las iniciativas que se ofrecían a la Corona, en solicitud de las correspondientes licencias, debe recordarse que Rodrigo Colmenares partió del Darien para España en mayo de 1515, como procurador, y que por comisión de Pedrarías presentó en la Corte un memorial en el que, entre otras cosas, se ofrecía a la Corona «que él y un piloto que tiene se obligaban de dar descubierta la Especieria en muy poco tiempo por aquella mar [del Sur]., pues está [por aquella ruta] muy cerca, y los portugueses la [especería] traen entrandose en tierras de V. A. Deberán hacerse tres carabelas de 30, 35 y 40 toneladas, enviando allá maestres y cosas necesarias, que él luego las pagará, pondrá gente y hará toda la costa...» ([134]). Por otro lado, en la *Representación* que el bachiller Enciso llevó a España por comisión de Pedrarías, también se ponderaron las posibilidades del mar del Sur, motivo por el cual se criticaba la concesión a Balboa del título de Adelantado, sin haberse tenido en cuenta «la merced que se hizo al Almirante viejo y cuanto cuesta en desatalla» ([135]). Por añadidura, deben recordarse las aspiraciones de Diego de Albitez, expuestas en un memorial de cuyo contenido tenemos noticia por la carta de su recomendante, el tesorero Alonso de la Puente. En ella se decía que Albitez pretendía trasladar por tierra varios navíos al golfo de San Miguel, para surcar con ellos el mar del Sur y contornear el continente hasta el cabo de San Agustín, a través de un estrecho — ello es inevitable —, según lo consignado en un mapamundi, del que se habla.

Todas estas posibilidades que así se ofrecían no quería cegarlas la Corona, sino, al contrario, mantenerlas abiertas para que la competencia entre los distintos promotores diera el fruto deseado. Ello nos obliga a reconocer no sólo la prudente cautela de Fonseca — cuyo aporte de experiencia es aquí indiscutible —, sino también la aparición de iniciativas que la propia gestión de Magallanes desató. Tal fué la que Gil González Dávila — estante entonces en Valladolid — llevó adelante, aprovechando la posibilidad que se le deparaba de lograr licencia para realizar — al parecer sin posible quiebra — la pretendida exploración del mar del Sur, desde las costas panameñas, a cuyo efecto se asoció con Andrés Niño ([136]).

El segundo capítulo de las regulaciones magallánicas tiene, de acuerdo con la línea que llevamos expuesta, mayor importancia aun, pues, según se pidió en el

([134]) En la Colección Muñoz, t. 75.

([135]) Venía a entenderse, como se ve, que la jurisdición de Balboa, como tal adelantado de la mar del Sur, podía extenderse hasta las islas Molucas si se le reconocía la exclusiva — de lo que se quejaba Pedrarías — para despachar expediciones por aquella vía hacia la Especería.

([136]) Sobre esta concesión y los empeños de Gil González Dávila, vid. lo que dice Las Casas [48], lib. III, cap. CLIV, t. III, p. 357, donde explica los preparativos. Antonio de Herrera [47] ofrece los detalles pertinentes en dec. II, lib. III, cap. XV, pp. 280-281, y en el lib. IV, cap. I, pp. 85-87, t. IV. Debe tenerse en cuenta que aunque el rey llegó a favorecer a González Dávila con la orden de que le fueran entregados los barcos que Vasco Núñez dejó construídos, la oposición de Pedrarías le fué igualmente nefasta.

memorial, a las ventajas económicas a que aspiraban —el veinteavo de todo ingreso, quitadas las cosas— había de unirse el poder político, repitiéndose así el caso colombino, pues se decía que tal provecho había de darse «con título de sus Almirantes, y con la gobernación de las dichas tierras para nos y para nuestros herederos de juro» (137). En los apuntamientos con que, por parte de los consejeros —seguramente Fonseca— se apostilla la petición del *memorial,* ya se invoca el inconveniente del modelo que Magallanes y Faleiro se propusieron, pues al primer punto se dice: «en este capítulo se ha de ver la cuantidad, y en lo del título de Almirantes hay dificultad por los privilegios del Almirante [Colón]». Así, pues, es evidente que por una y otra parte se tiene en cuenta el precedente colombino. Y si bien en lo que anotamos se utiliza como freno contra Magallanes, en otra referencia se menciona concretamente como experiencia, tal en el caso de la jurisdición, al decirse: «en la jurisdición *de juro* es contra leyes del Reino (138), y por experiencia se ha visto ser muy dañosa al Rey tener el Almirante la jurisdición *de juro* en las Indias».

Ante estas advertencias, si en la capitulación se otorga —tal como se pidió— el beneficio del veinteavo, después de deducidas las costas, en lo referente al poder político tan sólo se concede a los promotores «el título de nuestros adelantados e gobernadores de las dichas tierras e islas», si bien tales títulos se dan también para «vosotros e vuestros hijos e herederos, *de juro,* para siempre jamás, con que quede para Nos e para los Reyes que después de Nos vinieren, la suprema». A ello se añaden, como condiciones complementarias de la transmisión, las siguientes: «e seyendo vuestros hijos y herederos naturales de nuestros reinos, casados en ellos, e con que la dicha gobernación e título de Adelantados despues de vuestros dias quede en un hijo e heredero». Estas tres limitaciones tienen, como puede advertirse, un sentido muy lógico, al exigir la nacionalización plena de la función —por nacimiento y casamiento—, al mismo tiempo que se imponía la concentración en una sóla persona «despues de vuestros dias». En esto creemos reconocer el precedente de la donación alejandrina, que fué bipersonal en 1493, para vincularse después de Fernando e Isabel en el sucesor de la Corona (139).

En el capítulo III se concede a los expedicionarios que puedan llevar o enviar, cada año, a las islas y tierras descubiertas por un total de mil ducados, empleados en lo que tuvieran por conveniente, con facultad de retornar lo que a cambio adqui-

(137) AGI, Patronato, 34, *Memorial* de Magallanes y Faleiro, reproducido por Navarrete [2], II, pp. 472-474.

(138) Se alude a lo resuelto en Cortes de Burgos (1430), Zamora (1432) y de Valladolid (1442) en época de Juan II, reiterado varias veces, contra la *enajenación,* es decir, contra la cesión de territorio realengo a un señor, convirtiéndolo en *señorío.* Vid. lo que tiene expuesto sobre el particular Juan Manzano: *La adquisición de las Indias por los Reyes Católicos y su incorporación a los reinos castellanos,* «Anuario de Historia del Derecho Español» (Madrid), XXI-XXII (1951-1952).

(139) Vid. sobre ello Juan Manzano [8], cap. VI, *Las Indias, ganancia del matrimonio,* pp. 311 y sigs.



rieran, pagando entonces el veinteavo de derechos, entendido tal privilegio para «despues que vengais de este primer viaje» (140).

Otro capítulo significativo es el cuarto, por el que se decide que si las islas descubiertas pasaran de seis, excogidas estas para la Corona de las que fueren mejores, podrían elegir del resto las dos que Magallanes y Faleiro prefirieran, «de las cuales hayais y lleveis —se dice— la quincena parte de todo el provecho e interese de renta e derechos que Nos de ellas hobieremos limpio, sacadas las costas...» Fácilmente se advierte que, para tal incremento de beneficios, la excepción que se hace parece incongruente. Y tal es la realidad, puesto que resulta ser consecuencia de un serio recorte de lo que había sido solicitado en el memorial, donde se decía que, de las dos islas elegidas, «V. A. nos dará el señorio con todo lo que al presente y adelante rentasen, y con todo el trato, sin que V. A. haya más derechos de diez por ciento de lo que nos rentare, y esto de juro para nos y para nuestros herederos». Como se ve, por la comparación de ambos textos, el recorte dado en la capitulación fué bien sensible, al quedar toda la mejoria reducida a un simple retoque. Mas ¿que precedente tuvieron a la vista Magallanes y Faleiro para hacer solicitud tan extrema? No creemos en este caso que se tratara de ningún modelo castellano —máxime cuando culminaron las actitudes antiseñoriales con las solicitudes de Barcelona y Valladolid, por obra de los procuradores indianos—, por lo que más bien nos inclinamos a pensar en alguna de las mercedes de islas atlánticas hechas en la época de Juan II, lo que nos parece perfectamente lógico, al tratarse de promotores portugueses (141).

Por último, como premio por lo que se lograra en el viaje proyectado, se otorgaba por merced a Magallanes y Faleiro el quinto del beneficio que se obtuviera (142), dado caso que la armada se hacía a expensas de la Corona (143).

¿Se creyó firmemente en el éxito del viaje proyectado o simplemente se dió via libre a la posibilidad? No lo sabremos nunca, aunque más bien creemos que las condiciones más óptimas apuntaban entonces hacia el intento paralelo de Gil González Dávila, desde las costas panameñas. Mas, como tantas veces sucede, el preferentismo suele ser difícilmente explicable. Y en el caso de la expedición magallánica,

(140) Cabe comparar esta ampliación de facultades con el beneficio comercial de la octava que se incluyó en las capitulaciones de Santa Fe. Es de advertir que en el apuntamiento que sobre esta petición se hizo en el memorial, se acumulan las cautelas, al decirse, además de lo señalado: «que se provea que la especería cuando venga sea franca de almojarifazgo y otros derechos. En esto de los derechos es dever el retorno acá, porque habría descuento en lo del almojarifazgo. Parece desigual este capítulo —se añade— porque ofrecen la veintena, y en otro que adelante se sigue piden ellos el quinto desta misma calidad».

(141) Que la ocasión no era nada propicia para concesiones del tipo de la que comentamos, nos lo prueban los testimonios aducidos por María José Josa Porqueras: *El señorío en Hispanoamérica,* «Actas y Memorias del XXXVI Congreso Internacional de Americanistas», Sevilla, 1966, t. IV, pp. 483-489.

(142) Tal como había sido pedido en el *Memorial,* art.° 5.°.

(143) En la petición séptima del *Memorial* se decía: «Que queriendo V. A. armar a su costa con las dichas condiciones, le mostraremos los grandes provechos que desto se le puede seguir, y las cosas que hay en las islas y tierras que están en los términos y demarcaciones de V. A.».

la intervención de Cristóbal de Haro y la oferta de empresa privada parecieron decidirlo. Y que no se trataba de un recurso artificioso lo demuestra el hecho de que, al fin, no habiéndose cubierto el total de gastos, una R. C. de 16 de abril de 1519 autorizó a Cristóbal de Haro a intervenir económicamente en la empresa, al permitirle invertir hasta 2000 ducados en mercaderías destinadas a la «contratación y resgates que la armada había de facer» ([144]). ¡Cuanto pudo imaginar y también temer este fabuloso Cristóbal de Haro, que en tantas empresas interviene — e intervendrá —, hasta convertirse casi en símbolo de esta época! ([145]).

## QUIEN TUVO RAZÓN? EL TRIUNFO DE JUAN SEBASTIÁN DEL CANO EN VALLADOLID

Después de tantas cavilaciones y forcejeos resultó que lo difícil y casi comprobado como imposible — recuérdense las frases de Gómara: «era larga esta navegación, difícil y costosa, y muchos no la entendían, y otros no la creían» ([146]) —, fué viable, mientras que lo que en apariencia apenas ofrecía ninguna seria dificultad — el viaje desde Panamá — resultó irrealizable. Como si Balboa hubiera vuelto a fracasar, mientras la apuesta de Cristóbal de Haro resultaba cierta. Aunque a Magallanes — el motor intelectual y ejecutor de la empresa — le costara la vida.

Con la llegada de Juan Sebastián del Cano a Sanlúcar de Barrameda, el 6 de septiembre de 1522 ([147]) — siendo en total dieciocho los supervivientes, de los cincuenta y nueve que emprendieron el regreso desde las Molucas — se coronaba su

([144]) En la carta que Sebastián Álvarez envió desde Sevilla, el 1 de julio de 1519, al rey de Portugal, se dice que «forneció en cuatro mil ducados» (Navarrete [2], II, p. 498), y también que se preparaba una segunda expedición, con los barcos que Andrés Niño llevaba al Darien, para que González Dávila cruzara el Pacífico desde el Istmo. Y añade el informante: «partidas estas [armadas], se hace luego otra de cuatro navios para ir por la via de Magallanes y en su socorro. No se sabe donde se hará; ordénalo Cristobal de Haro».

([145]) Cambiamos impresiones con el Dr. Manuel Basas, sobre este mercader, ya que de él habla en su estudio *Mercaderes burgaleses del siglo XVI*, «Bol. Inst. Fernán González» (Burgos), nº 127 (1954), p. 127. Agradecemos sus informes y en especial lo referido a su enterramiento en la iglesia burgalesa de San Lesmes, capilla del Evangelio, donde existen las estatuas orantes que ostentan esta inscripción: «Aqui yacen los señores CRISTOBAL DE HARO, factor de la Majestad del Emperador Carlos V, de la Casa de Contratación de la Especería y regidor de Burgos, patrono de esta capilla, y Doña Catalina de Ayala, su mujer. Falleció en el mes de noviembre del año 1541, y ella en octubre de 1546. Dejaron dotadas en esta capilla cinco misas rezadas con sus responsos cada semana». Vd. también Ismael García Rámila: *La capilla llamada de los Haro, en la parroquia de San Lesmes Abad*, «Bol. Inst. Fernán González», nº 156 (1961), pp. 605-612.

([146]) Gómara [27], p. 213.

([147]) Oviedo dice [3], pte. II, lib. XX, cap. I, t. II, p. 21, cuando sigue la «relación que Johan Sebastian del Cano me dió», que llegaron a España «a los seys dias del mes de septiembre», mientras que en el cap. III, cuando extracta a Pigafetta, escribe que «a los siete de septiembre entraron en el puerto de Sancto Lucar de Barrameda». Debemos suponer que se confundió por la «pérdida de un día», que había leído antes.



éxito marinero y geográfico. Ayudados por un barco de Sanlúcar, pudieron aportar a Sevilla el día 8, para hacer allí, el martes 9, la peregrinación «en camisa y descalzos, con un cirio en la mano» — como escribió Pigafetta — a Nuestra Señora de la Victoria y a Santa María de la Antigua. Mas tampoco concluían aquí el viaje. Del mismo modo que Colón escribió a los reyes, avisándoles de su regreso, también del Cano envió — como lo dice Herrera — rápida misiva a D. Carlos, «dando aviso de su llegada, y suplicando que se le hiciese alguna merced». La contestación no admitía demoras: «se mandó que fuese luego a la Corte, con algunas personas de las de mayor razón de las que habían venido en la nao, y que llevase todas las escrituras, relaciones y autos del viaje; y mandó [D. Carlos] que los vistiesen y diesen dineros para el camino, y a todos los hizo merced de la cuarta parte de la veintena de lo que a Su Magestad pertenecía de todo lo que traían» ([148]).

Con este viaje a Valladolid — donde debió entrar a últimos de septiembre o primeros de octubre ([149]) — remataba de verdad del Cano la empresa que allí se inició por Magallanes: era el triunfo político, con la recepción real, semejante al que Colón tuvo en Barcelona al regresar de su viaje de descubrimiento. Debió ser curiosa la entrada de del Cano en Valladolid — como lo fué en 1518 la de Magallanes — y, aunque no se relató el acontecimiento por ningún cronista con los detalles del caso ([150]), son suficientes las noticias que cabe espigar para imaginar la expectación que pudo despertar a su paso por las calles de la capital castellana, una vez traspuesta la puerta del Campo. Fernández de Oviedo, que conoció después a del Cano, precisamente en Valladolid, y con el que mantuvo una relación muy amistosa ([151]), es quien nos ofrece los más coloristas detalles.

([148]) Herrera [47], dec. III, lib. IV, t. VI, p. 378. Debemos advertir que, después de haber dicho que se le ordenó a del Cano que pasara a la Corte con «algunas personas de las de mayor razón», escribe seguidamente que «fueron a la Corte los que vinieron en la nao [Victoria]», con lo que parece querer decir que fueron todos. Mas, a continuación, después de manifestar que «por ser hombres que hicieron tan famosa navegación me ha parecido ponerlos aquí», incluye una lista de treinta personas, a todas luces inexacta, ya que sabemos que únicamente llegaron dieciocho. Se confundió, tomando una relación en la que se incluían los que quedaron en Cabo Verde y los muertos en el viaje. Navarrete [2], II, p. 463, da los nombres de los dieciocho.

([149]) Lo deducimos de la fecha primera de la carta-relato de Transilvano, datada en Valladolid a 5 de octubre, lo que quiere decir que del Cano le tuvo que facilitar su relación pocos días antes, ya que es lógico que trabajara de prisa, dada la importancia del acontecimiento que pretendía divulgar.

([150]) No deja de ser asombroso que ninguno de los que escribieron historias de Valladolid — desde Antolínez de Burgos a García-Valladolid [91] — mencione para nada este acontecimiento, como también olvidaron recoger la presencia de Magallanes. Se explica, no obstante, si sabemos que apenas hicieron otra cosa que recoger lo que se decía en las crónicas reales, referido a Valladolid, pero sin haber pensado que también necesitaban leer a los cronistas indianos. Ciertamente, los *historiadores* locales tuvieron poco de tales.

([151]) Varias veces alude Oviedo a su relación personal con del Cano, en el mismo lib. XX, cap. I [3], t. II, pp. 15 y 18: «la relaçion que Johan Sebastian del Cano *me dió*», «quisse con diligençia informarme desto, y *lo pregunté a Johan Sebastian del Cano* e a Fernando de Bustamante». Debió permanecer del Cano en Valladolid más de un año, aunque es

En efecto, cuenta Oviedo que «truxo este capitán [del Cano] consigo algunos indios [malayos] daquellas partes [de las Molucas], que deseaban ver y conosçer al Emperador nuestro señor, e informarse de nuestra patria y reynos y gente de nuestra España; y entre aquellos vino uno prinçipal, sabio y de tanta astuçia, que llegado en Castilla, lo primero que hizo fue inquirir quántos reales valia un ducado, y un real cuantos maravedís, y por un maravedí quanta pimienta se daba en diversas partes, desde Sevilla hasta la Corte de Çésar [en Valladolid]. Y en ella estando, luego yba a las tiendas y boticas de los espeçieros y compraba aquel maravedí de pimienta, y en todo se informaba del valor que las espeçias tenían entre nosotros» (152).

También refiere Fernández de Oviedo, en otra parte, que del Cano partió de las Molucas con varios presentes que aquellos principales le dieron para ofrecerles a D. Carlos, como «espadas de la India e otras casas; mas la más gentil cosa de todas era aquel páxaro *mamieco-diatta*, el qual teniéndolo sobre sí en el combate, pienssan ser seguros e vençedores aquellos prínçipes. Y destos truxo a España el capitán Johan Sebastian del Cano çinco o seys» (153). Así, pues, con las muestras de especería — costales de clavo, canela, macias, nuez —, palo de sándalo, un llamativo penacho de plumas, los varios pájaros del paraíso, más los indios malayos que llevaba y los compañeros más destacados que pudieron seguirle (154), Juan Sebastán del Cano logró el triunfo que el mundo renacentista, al que retornaba, pudo ofrecerle. Aunque a diferencia del caso de Colón, no se centró exclusivamente en él todo el honor y gracias, puesto que fueron compartidas por los más representativos de la tripulación, que le acompañaron (155).

---

de suponer que en estancias sucesivas, pues Fernández de Oviedo llegó de las Antillas catorce meses después que del Cano, en noviembre de 1523. Presumiblemente le conoció después del viaje que hizo a Victoria, es decir, ya entrado el 1524, fecha que concretamente nos da en el cap. IV, donde dice, refiriéndose a él: «al qual yo hablé y comuniqué mucho en la Corte de César, el año de mill e quinientos y veynte y quatro, y me mostró un honroso privilegio que Su Magestad Çesárea le conçedió» (t. II, p. 31).

(152) Fernández de Oviedo [3], lib. XX, cap. IV, t. II, p. 32.

(153) Oviedo [3], lib. XX, cap. I, t. II, p. 20. En p. 18, cuenta que en las Molucas «pocos años antes començaron a creer que las ánimas eran inmortales, no por otro argumento enseñados, sino que avian visto un hermoso páxaro que nunca se sentaba en tierra... e aquellos maometanos que tractan en essas islas, afirman que este páxaro nasçe en el parayso, e que el parayso es aquel logar donde están las animas». En el lib. VI, cap. XV, de la parte I, Oviedo se explaya en la descripción de este pájaro, prueba de su asombro.

(154) En los extractos de la *Colección Muñoz*, que Navarrete publicó [2], II, pp. 556-557, se menciona el conocimiento que firmó Diego Díaz sobre lo recibido en Sevilla, salvo lo que había llevado del Cano. Concretamente se citan en este extracto 4 libras de palo de sándalo.

(155) No sabemos exactamente quienes le acompañaron, aunque podemos conocer fácilmente a la mayor parte. Por lo pronto tenemos la seguridad de que acompañaron a del Cano los que declaran en la información que sobre los sucesos de la expedición abrió en Valladolid el 18 de octubre de 1522 el alcalde de Casa y Corte bachiller Santiago Díaz de Leguizamo, ante el que testificaron el propio del Cano, Francisco Albo, piloto de la *Victoria*, y Fernando de Bustamante. También sabemos que llegó con ellos a Valladolid el que fué sobresaliente de la nao y autor de la famosa relación: Antonio Pigafetta, puesto que él mismo lo indica en su diario. Los demás, por las concesiones de que habla Herrera y que mencionaremos seguidamente, fueron Miguel de Rodas, el maestre de la nao, y Martín Méndez, el contador.



Herrera nos dice en su crónica que Juan Sebastián del Cano y sus compañeros «fueron bien recibidos» por el rey, especialmente él, «al cual dió el Emperador quinientos ducados de juro de por vida, situados en la Casa de la Contratación de la Especeria, que se fundaba, de que era factor Cristobal de Haro; cinquenta mil maravedís, también por vida, a Miguel de Rodas, maestre de la nao *Victoria;* y otros tantos a Francisco Albo, piloto». Y añade que «dio por armas a Juan Sebastian del Cano, un castillo dorado en campo colorado, en la mitad del escudo, en lo alto dél; en la otra mitad en campo dorado, sembrada en ella especería..., y encima del escudo un yelmo cerrado, y por cimera un mundo y una letra que decía *Primus circumdedisti me*, el cual escudo sostenían dos reyes». Y nos informa, igualmente, que también concedió el emperador armas con parecido simbolismo y letras semejantes a Martín Méndez, contador que fué de la *Victoria*, y a Miguel de Rodas, que fué el maestre de la nao, y a Fernando de Bustamante, del que sabemos que fué en la expedición como barbero, aunque de él habla Oviedo en su crónica concediéndole autoridad.

Mas no son estos premios y mercedes lo que nos importa, sino la forma solemne con que se otorgaron, motivo que nos inclinó a hablar de *triunfo*, en el sentido clásico, aunque las tales solemnidades tuvieron un más claro carácter medieval. Herrera únicamente nos menciona las ceremonias que se dedicaron a Miguel de Rodas, natural de esta isla; pero es lógico suponer que las mismas se repitieron con los demás, especialmente con del Cano. Tampoco sabemos con certeza donde se celebraron, aunque creemos como muy verosímil que en la iglesia conventual de San Pablo, por ser la más inmediata al palacio de los condes de Ribadavia, donde residió en Valladolid el emperador Carlos. El relato de Herrera (156), centrado en el caso concreto de Miguel de Rodas, dice que D. Carlos le armó caballero «cuando salía de su cámara para oir misa a una sala grande (157) en la villa de Valladolid a veinte de Agosto deste año (158); y estando el dicho Miguel Rodas de rodillas, le tomó su espada y le tocó con ella en la cabeza, y dixo: *Dios os haga buen caballero y el apostol Santiago*; y mandó al secretario Francisco de los Cobos, que le diese testimonio de ello» (159).

---

(156) D. Antonio Ballesteros, en sus apostillas al t. V de Herrera, expresaba, en la nota que figura en la p. 323, su admiración por el relato que hacía el cronista de la empresa magallánica, considerándole más rico en detalles que el del propio Pigafetta. Ello le obligaba a pensar que «tal vez... consultó importantes documentos», aventurando la sospecha de que hubiera utilizado «una relación del piloto Andrés de San Martín». ¿No cabe creer que el relato de que se sirvió tuviera por autor al maestre Miguel de Rodas? El hecho de que se destaque tanto sobre los demás en el *triunfo* de Valladolid es un indicio nada despreciable.

(157) Aquí debemos reconocer una dificultad: puede ser error de lectura que encontró Herrera en su fuente, o, si es exacto el dato de la «sala grande», tendríamos que pensar en el palacio de los Ribadavia se habilitó una sala como capilla.

(158) Esta frase nos prueba que transcribe un relato que el cronista tiene a mano, pues hasta el momento no ha dado ninguna fecha en el capítulo al que pertenece este párrafo. Es más, si llegan los expedicionarios a fines de septiembre a Valladolid, tampoco podría corresponder al 1522, de no ser que confundiera septiembre por agosto.

(159) Herrera [47], década III, lib. IV, cap. XIV, t. VI, p. 434.

Pero no se trataba, tan sólo, de ese *triunfo* de las personas, inscribible en esa línea medioevorenacentista que acabamos de ver. También contaba — que duda cabe — el triunfo económico, que la cédula dada en Valladolid el 10 de octubre de 1522 significaba, al ordenarse a la Casa de la Contratación de Sevilla que entregara todo el clavo venido en la *Victoria* a Cristóbal de Haro, o a quien fuera con sus poderes, designándole ya como factor de la Casa de la Contratación de la Especería. Ello significaba que el clásico triángulo económico de la Vieja Castilla, que giraba en torno al eje Medina del Campo-Burgos, recuperaba su papel. Todo dependería del futuro.

Por lo pronto, la titánica empresa se había convertido en una realidad que el ambiente renacentista asimilaba a su estilo. Maximiliano Transilvano — el primer espectador que quiso trasladar su asombro al mundo — así lo expresaba: «son, por cierto, estos dieciocho marineros que con esta nao aportaron a Sevilla, más dignos de ser puestos en inmortal memoria que aquellos argonautas que con Jasón navegaron y fueron a Colchides, de quien los antiguos poetas hacen tanta celebridad. E mucha más digna cosa es, por cierto, que esta nuestra nao sea colocada y ensalzada entre las estrellas que la en que navegó aquel griego; pues que aquella navegó desde Grecia solamente por la mar del Ponto» (100).

Fernández de Oviedo, que leyó el relato de Transilvano — puesto que nos dice que era casi idéntico a lo que en sustancia decía la memoria de del Cano —, copió y aun puso mayor énfasis en la categorización de la empresa que lo dicho por el propio modelo — «son de más eterna memoria dignos que aquellos argonautas que con Jasón navegaron a la isla de Colcos, en demanda del velloçino de oro. E aquesta nao *Victoria,* mucho más digna de pintarla e colocarla entre las estrellas» (101) —, como si para él, indiano ya curtido, pudieran tener vigencia aquellos asombros del humanista.

Y el caso es que Gómara, que escribió años después, también se dejó captar por aquellas comparaciones de Transilvano, que apenas modifica en su relato: «grande fue la navegación de Salomón, empero mayor fue la destas naos del emperador y rey D. Carlos. La nave Argos de Jasón, que pusieron en las estrellas, navegó muy poquito en comparación de la nao *Victoria,* la cual se debiera guardar en las atarazanas de Sevilla por memoria. Los rodeos, los peligros y trabajos de Ulises fueron nada en respeto de los de Juan Sebastian» (102).

(100) Transilvano [2], II, p. 580.

(101) Fernández de Oviedo [3], lib. XX, cap. I, t. II, p. 21. Más adelante, en el cap. IV (p. 32), hace otra comparación más personal: «fue el camino que esta nao hizo el mayor y más nueva cosa que desde que Dios crió el primer hombre y compusso el mundo, y no se ha oydo ni escripto cosa más de notar en todas las navegaciones, despues daquella del patriarca Noé: ni aquella nao o arca, en que él con su muger e hijos y nueras se salvaron del universal diluvio, no navegó tanto como ésta». En la parte I, lib. VI, cap. XL, habla de las cinco naves más famosas del mundo, incluyendo a la *Victoria* como la quinta. Y lo repite en la parte II, lib. XX, cap. V, pp. 34-35, del t. II.

(102) Gómara [27], p. 219. Herrera [47], déc. III, lib. IV, cap. I, t. VI, pp. 360-361, expresará lo mismo, pero reducido casi al concepto: «merecerá siempre eterna memoria este capitán Juan Sebastian del Cano, pues fue el primero que rodeó el mundo, no habiendo hasta entonces entre los famosos antiguos, ni en los modernos, ninguno que se le pudiera comparar».



Y es que, lo que para Transilvano fué solo una forma de asimilación de la empresa, de acuerdo con el pensamiento renascentista, para los demás, para los cronistas que se servían de sus comparaciones, era la gozosa satisfacción de romper y superar el mito, ante los verdaderos argonautas que — otra vez portugueses y españoles — habían tenido la audacia de abrazar al mundo. Prueba evidente de que ese era el criterio en aquel mismo momento, la tenemos en el propio Fernández de Oviedo, quien — no obstante la amistad que le unió a del Cano y la admiración que le profesó — quiso concluir su relato recordando a quien, a la hora del *triunfo,* estuvo ausente en Valladolid: «non obstante — dijo — que por las relaçiones de suso paresçe que Fernando de Magallanes — el portugues — no llegó a las islas de los Malucos y Especiería, este loor a sólo Magallanes se le debe y a él se atribuye este gran viaje y descubrimiento» (103).

El gesto de caballerosidad bien merece la pena consignarlo, como también el poco recuerdo que ha merecido esta compartida empresa y la misma nave, en comparación con la *Santa María* de Colón.

(103) Oviedo [3], parte II, lib. XX, cap. IV, t. II, p. 34.

# LAS INSTRUCCIONES A MAGALLANES

POR

FRANCISCO MORALES PADRÓN
Universidad de Sevilla

## LAS INSTRUCCIONES A MAGALLANES

Fueron las Instrucciones normas que el descubridor, conquistador o gobernante recibía de la Corona regulando su acción. Sirvieron para marcar la política oficial de un Estado que desea estar presente en todo y dotar de cierta homogeneidad — tal vez sin proponérselo — a su acción. Las primeras Instrucciones apenas cuentan con base o experiencia y su montaje se realiza en función de una navegación, unos descubrimientos, un futuro gobierno, evangelización y comercio. Pero a medida que corren los años encontramos en las Instrucciones ya normas con base en la realidad americana o en la experiencia descubridora, conquistadora, evangelizadora y gobernadora. A unas constantes donde está el nódulo de la ideología colonizadora oficial se irán añadiendo normas a veces muy concretas y muy particulares.

Las Instrucciones indicarán como hay que realizarse la navegación; la necesidad de respetar otras jurisdiciones; el interés por la evangelización y atración del indígena al que siempre se ordena sea bien tratado; la conveniencia de tomar posesión de lo descubierto, controlar la emigración procurando que solo vaya gente idónea y de los tolerados. Las Instrucciones servirán para ordenar que no se autoricen rescates; prohibir se jure, se juegue, y blasfeme; señalan como hay que nombrar las autoridades; dan normas sobre la colonización (agricultura y ganadería); regularán el trabajo, etc., etc. Son todos preceptos de tipo general, que se repiten, sin que falten, como decíamos, a veces algunas normas específicas que se dan para concretas zonas: no vayan letrados, no se vista con ostentación, se respete la correspondencia, se tome el parecer de los clérigos, se traduzca al indígena el Requerimiento, se averigue el origen de unas cruces, no embarquen quienes tienen deudas, etc., etc. En este sentido, las Instrucciones a Juan Díaz de Solís, muy breves, lucen un contenido excepcional, insólito en otras, puesto que el soberano se reduce a indicarle que viaje con sigilo, le mande mapas e informes de todo lo que ha visto, llegue a la espalda de donde está Pedrarías Dávila y conecte con él y tome posesión según ceremonia que le indica: estando en tierra, ante escribano público, con muchos testigos, cortando ramas de árboles, cavando, edificando un pequeño edificio en un cerro, alzando una horca... Y es que Solís iba a una zona en fricción, crítica, cuestionable con los Portugueses.

A lo largo de los primeros años de la historia americana se dictan un grupo de Instrucciones que pueden servir ya de modelo para otras que encontraremos siem-

pre encauzando la tarea del que capitula con la Corona o del gobernante. Entre mayo de 1493 y mayo de 1519 hay una serie de interesantes Instrucciones que podemos analizar y comparar:

1.º) Instrucciones a Colón en el segundo viaje del 29 de mayo de 1493.
2.º) Instrucciones a Colón sobre población, a raiz de su tercer viaje, de 23 de abril de 1497.
3.º) Instrucciones a Colón sobre buen gobierno, a raiz de su tercer viaje, de 15 de junio de 1497.
4.º) Instrucciones a Colón, a raiz de su cuarto viaje, de 14 de marzo de 1502.
5.º) Instrucciones a don Diego Colón, sobre gobierno y colonización, de 3 de mayo de 1509.
6.º) Instrucciones a Pedrarías Dávila, de 2 de agosto de 1514.
7.º) Instrucciones a Juan Díaz de Solís, de 24 de noviembre de 1514.
8.º) Instrucciones a los Padres Jerónimos, de 13 de septiembre de 1516.
9.º) Instrucciones de Diego Velázquez a Hernán Cortés, de 23 de octubre de 1518.
10.º) Instrucciones a Fernando de Magallanes, de 8 de mayo de 1519.

Las diversas Instrucciones dadas a Colón en los viajes que siguieron al primero (en el primer viaje no sabemos si se las dieron) nos permite estructurar un cuerpo único, ordenancista, donde se percibe el inicial celo del Estado en relación con el Nuevo Mundo. La Corona fija como ha de organizarse las armadas y como hay que realizar la navegación. Los soberanos le dictan al Almirante reglas especificándole quienes son las autoridades aquende y allende el Atlántico, quienes y como se dictan las leyes, como hay que tratar al indígena y convertirlo. Los reyes desean que se tome posesión de lo que descubra, al igual que manifiestan más de una vez que la cantidad y cualidad de los emigrantes deben ser vigiladas. No dejan de dar normas sobre la población, sobre la conveniencia de alzar fortalezas, etc. Y, por supuesto, nunca faltan los renglones relativos al aspecto económico, donde el oro da la tónica.

Juan Rodríguez de Fonseca es el hombre que controlará en la Península lo referente al Nuevo Mundo. Para navegar se debe escoger las mejores carabelas se le dice en el segundo viaje; y en el cuarto se le «ordena» haga su ruta en derechura. Colón será siempre la autoridad allende el mar; él nombrará las autoridades tan pronto llegue (alcaldes, alguaciles) y presentará una terna para regidores y jurados, de acuerdo con las Capitulaciones de Santa Fe, pero, como no se puede perder tiempo aguardando una confirmación real, se le autoriza a que él mismo los designe en Indias. En el cuarto viaje se ordena que todos los capitanes, maestres, pilotos y gente de armas obedecerán al Almirante, que, desde que zarpen hasta que retornen, estará investido de jurisdicción civil y criminal. Como vemos, esta facultad concedida en las Capitulaciones de Santa Fe como aneja al cargo de Almirante, la había perdido Colón a raiz de su mal gobierno en Santo Domingo e incidente con Roldán. Todas las disposiciones que Colón diese ha de hacerlo en nombre de don Fernando y doña Isabel.



Si el Almirante decidiese proseguir sus descubrimientos — segundo viaje — se le debía de seguir; en su última singladura aparece por vez primera la indicación de la toma de posesión, algo que Colón había realizado ya desde su primer viaje. También entonces muestran los soberanos interés porque haga memoria de todas las tierras que vea y de sus pobladores (cantidad y cualidad). A estos indígenas hay que tratarlos bien, hacerles regalos, y convertirlos mediante religiosos que deberán marchar al Nuevo Mundo. Este precepto se repite en todas las Instrucciones a Colón, figurando en los primeros renglones de las mismas. Los indios, considerados como súbditos, deberán pagar su tributo, para lo cual se les pondrá en el cuello una señal de latón o plomo que hará saber quién lo ha pagado.

También el deseo porque emigre gente buena se patentiza en todas las Instrucciones. En el segundo viaje se le dice que deben ser personas «conocidas y fiables». En el tercer viaje se fija la cantidad y, dentro de ellas, cuantos deben ser escuderos, peones de guerra, marineros, lavadores de oro, labradores, otros oficios, mujeres... Para los labradores se llevarán azadones, picos, almadanas, palancas, etc. Y se les dotará de 50 cahices de trigo y 20 yuntas de vacas o yeguas devolviendo luego todo ello y pagando el diezmo de lo que cosecharen.

Ni estos emigrantes o pobladores, ni nadie podrá llevar mercancías para efectuar rescates que estaban y estarán siempre prohibidos. En el cuarto viaje se tolera que vayan algunos mercaderes o vendedores, que lleven avituallamiento, cuyos precios se fija: 15 maravedís al azumbre de vino, 8 maravedís la libra de tocino, ... Otros precios los fijará el Almirante procurando que haya cierto margen de ganancia. Estos mercaderes eran meros intermediarios porque el Estado les daba los dineros para que comprasen las mercancías que transportarían a su costa, venderían con cierta ganancia, y devolverían luego las cantidades prestadas. El estado era consciente de la debilidad de la economía establecida en Antillas y cuidaba, incluso, que se llevase legumbres, harina, bizcocho «en tanto que se provee de facer molinos y tahonas». Para hacerlos, pensaban los reyes, habría que llevar algunas piedras y otros aparejos propios de molinos. En el cuarto viaje se habla de dejar en las islas que descubra a algunos de los expedicionarios. El interés no es sólo por lo que se puede realizar, sino por lo que se está realizando, vivo. Se sabe que hay ya una incipiente sociedad en La Española, para cuyo cuidado deben marchar religiosos y clérigos. Lo mismo que deben ir físicos, boticarios, herbolarios y músicos «para pasatiempo de las gentes que allá han de estar».

La riqueza de las tierras nuevas era algo que preocupaba mucho. El «procureis saber el secreto de la tierra» será casi una fórmula estereotipada en todas las Instrucciones. Tras ella se esconde el empeño por conocer la riqueza minera del mundo nuevo. Hay concretas ordenanzas sobre el establecimiento de Aduanas en la Península y las Indias, de Libros de Registro, de Escribanos y Oficiales controladores, de acuñamiento de monedas excelentes con la granada para evitar fraude, etc.

Cuando Diego Colón sustituya a su padre en el virreinato antillano, llevará también como aquel unas Instrucciones que hacen mención, sobre todo, a la política a seguir con los indígenas y con los españoles. El será la máxima autoridad, todos los vecinos y moradores, le dice la Corona «se conformen con vos e vos obedezcan como

nuestro gobernador». Como siempre el precepto inicial es el de la evangelización de los indígenas a los que hay que tratar «con mucho amor». No sólo los españoles están obligados a este trato, sino los mismos caciques. La extirpación de las adolatrías apunta ya como una necesidad cuando se recomienda que los indios no hagan fiestas ni ceremonias; tampoco pueden andar vagando, tienen que trabajar y recibir su salario justo.

Los españoles deben vivir ejemplarmente, «honestamente» se dice por el legislador, sin dedicarse al juego ni hacer juramentos. Dado que muchos de ellos tan pronto llegan sufren cierto mal, interesa que los dos hospitales existentes (Buenaventura y Concepción) estén proveídos de todo lo necesario. Igual que a los indios, a los colonos no se les tolera el ocio, porque de ello se siguen «muchos inconvenientes, ansi en jugar e jurar...». Esta población hispana, que debe agruparse en pueblos o no dispersos, ha de permanecer en Indias y su regreso lo hará con permiso porque muchos solo van con intenciones de estar allí dos o tres años, el tiempo necesario para ganar algún oro a base de fraudes. Se veta ya la presencia de «extranjeros de nuestros reinos y señoríos» y de moros, herejes, judíos, reconciliados y recién convertidos, porque pueden «impedir algo» la conversión de los indígenas.

Como en similares casos se prohibe terminantemente el rescate a particulares y todas las cosas que se importen deberán pasar por la Casa de la Contratación de Sevilla establecida en 1503. El oro que se vislumbra en Cuba interesa en esta isla.

Siete años más tarde la problemática planteada en las Antillas ha tomado un nuevo cariz, y los nuevos gobernadores —los Padres Jerónimos— llevarán unas Instrucciones totalmente distintas pues con ellas lo que se intenta es buscarle una solución a la incorporación e integración del indígena. Todo este empeño que hemos visto desde el segundo viaje de Colón, porque el indígena sea tratado bien e incorporado a la civilización, ha fracasado en parte y los Jerónimos van a realizar un experimento también frustrado. Pero sus Instrucciones están más en la línea de otros temas, por lo que hemos de prescindir de ellas ahora y fijarnos en las Instrucciones dadas a Pedrarías, Cortés y Magallanes. Tomando las Instrucciones dadas al marino portugués, Instrucciones muy amplias, pues tienen 74 puntos, vamos a ver las coincidencias. Es decir, que no tratamos de analizar el contenido de cada Instrucción, sino, partiendo de las de Magallanes, analizar los puntos o preceptos que también aparecen en las anteriores e, incluso, en algunas colombinas.

Igual que a Colón se le indicaba en el cuarto viaje que solo debía navegar y descubrir «en la parte que cabe a Nos», se le va a señalar a Magallanes respete la zona asignada a Portugal por el Tratado de Tordesillas. El cuidado que vemos en las Instrucciones de Valázquez a Cortés sobre la manera de hacer la navegación diurna y nocturna, lo comprobamos también en lo que se le preceptúa a Magallanes, aunque las singladuras de este iban a ser más largas. Si a Colón se le dan normas —por vez primera— sobre la necesidad de tomar posesión y a Díaz de Solís le dan ya detalles concretos de la ceremonia, a Magallanes se le recuerda, siguiendo la moda portuguesa, la importancia que tiene el colocar un padrón en las tierras que descubra que no sean del Serenísimo rey de Portugal. Esto del *padrón* no es costumbre verlo citado en normas a marinos descubridores-conquistadores, por lo que hemos de pensar que se debe a influencia o intervención de Magallanes y sus colaboradores



lusitanos en la redacción de las Instrucciones. El afán por saber las riquezas de la tierra que se le manifiesta a Colón en su cuarto viaje y que Velázquez lo expresa con el habitual «trabajareis con mucha diligencia y solicitud de inquirir y saber el secreto de las dichas islas e tierras...», queda insinuado a Magallanes en la frase «procurareis de saber que manera es la que tiene (la lengua) e si en la tierra hay cosa de que nos podamos aprovechar, no recibiendo de vos ni de vuestra compañía ninguna sin razón». Porque la política de buen trato, fijada siempre en todas las Instrucciones, se le señala a Magallanes como norma en más de una ocasión (27, 28, 29). En este sentido hay una relación entre el saltar a tierra (momento cuando se puede hacer), pactar con los indígenas, establecer alianzas, atraerlos, tomar posesión o fijar padrones, que vemos en Colón (cuarto viaje) en las Instrucciones de Velázquez a Cortés y en los puntos 12, 13, 14, 27, 28 y 29 de las dadas a Magallanes. El cuidado que hay que tener en la selección de lugares para establecer fundaciones es algo que transita por las páginas de las Instrucciones dadas a Pedrarías, Padres Jerónimos y Magallanes.

A Colón siempre se le señalará la política de buen trato: «procure... que todos... traten muy bien e amorosamente a los dichos Indios»; a Pedrarías se le hace saber que «habeis de excusar que en ninguna manera se faga daño a los indios»; y a los Padres Jerónimos se les recuerda que «los cristianos viejos que hicieran mal a los indios, que sean castigados». Similar celo, porque debe ser un reflejo de la política estatal, muestran las autoridades indianas, pues Velázquez le ordena a Cortés «tendreis mucho aviso y cuidado... no faga la gente que con vos fuérede, enojo alguno, ni tome cosa contra su voluntad...». Las cláusulas 27, 28 y 29 dadas a Magallanes son muy elocuentes y llenas de interés en este sentido. Porque aquí es donde se le indica que cuando tenga necesidad de remitir a alguien a tierra procure enviar a uno o dos de los individuos que lleva desterrados en compañía de algún intérprete... Esa era la suerte del desterrado... a quién Magallanes podía dejar en una de las islas halladas para que fuera averiguando lo que hubiese de interés en tanto él proseguía sus descubrimientos. Con esto el desterrado podía alcanzar el perdón... Si sobrevivía, aclararemos nosotros.

Magallanes, como Pedrarías, estaba obligado a respetar el derecho que tenía todo expedicionario a escribir cartas: «escribir acá todo lo que quisieren». Exactamente lo mismo se le había dicho ya a Pedrarías: «...y los que con vos fueren e fueren después de vos, han de tener toda libertad para escribir acá todo lo que quisieren...». La prohibición del juego y la blasfemia es algo también que se repite en todas las Instrucciones, salvo en las colombinas en que el mal —mal para la labor evangelizadora— no estaba generalizado o no se había acusado como un inconveniente en la tarea apostólica. Magallanes no puede embarcar a nadie que esté acostumbrado a renegar, y debe prohibir los dados y naipes, al igual que se le hace saber a Pedrarías y a Cortés.

No es preciso subrayar la consignación que tienen todos de comunicar rápidamente cualquier noticia interesante; o la fijación que se hace del papel de los Oficiales Reales; o la fijación de la máxima autoridad en el jefe de la expedición; o la relación expedición-Casa de la Contratación; etc., etc.

Una lectura y cotejo de las Instrucciones que hemos citado puede facilitar más elementos de comparación, aunque con los mencionados podemos tener una cabal idea de lo que fueron las Instrucciones (normas de conducta), con las que la Corona pretendió homogeneizar la acción descubridora-conquistadora-colonizadora y apreciar como unas balbucientes Instrucciones frente a una realidad desconocida van creciendo con la experiencia hasta dar vida a un documento de amplio articulado como son las entregadas a Magallanes, donde siempre encontramos preceptos generales, que se leen en todas, y normas concretas determinadas por la peculiaridad del que recibe la instrucción, de su acción y de la zona donde va a actuar.

En un estudio detenido de las Instrucciones dadas a Magallanes, podremos comprobar como una serie de sus ordenanzas contaban con antecedentes. No significa ello que las anteriores se tomaran como modelo, sino que hay una ideología o una política constante que se insinúa o expresa con Colón y va cobrando cuerpo y manteniendo su constancia a lo largo de los años. Lo mismo que hay medidas que se desechan y otras que sólo se dan al socaire de una especial circunstancia. Hagamos este análisis y parangón examinando nuevamente las amplias Instrucciones dadas a Magallanes:

1.°) *Cumplimiento del Tratado de Tordesillas.* La expedición no deberá tocar, ni descubrir tierras que se encuadren dentro de los límites de Portugal. *Instrucción* a Cristóbal Colón. 4.° Viaje de Colón. Instrucción para el Almirante: «Habeis de ir vuestro viaje derecho, si el tiempo no os feciere contrario, a descubrir las islas e tierra firme que son en las Indias en la parte que cabe a Nos, ...».

2.°) *No sobrecargar las naves.* Los navíos cargados con el avituallamiento no deberán llevar excesivo peso para evitar posibles peligros de naufragio. *Instrucciones* a Pedrarías: «Lo primero que habeis mucho que mirar es que los navíos que llevaredes no vayan sobrecargados como suelen ir...» «...por escusar el daño e peligro susodicho debeis proveer que no lleven más carga de la que con que puedan seguramente navegar, e lleven la manguera descubirta como lo tengo mandado...».

3.°) *Ruta diurna: señales y comunicación de la posición geográfica.* Antes de partir de Sevilla o después de abandonar el Guadalquivir, Magallanes deberá convocar a los capitanes, pilotos y maestres para ponerlos al corriente de la ruta a seguir.

Los capitanes de las otras naves deberán, diariamente por la tarde, hacer salvas al «capitán mayor» a manera de hitos durante la travesía para evitar perderse. Al tiempo de las salvas, los pilotos de las 5 naves deberán intercomunicarse la posición geográfica y cada uno de los respectivos escribanos anotará la información de cada piloto. Si el mal tiempo impidiera esta comunicación, serán los capitanes respectivos quienes recibirán la información para, a su tiempo, transmitirla a Magallanes. *Instrucción* de Diego Velázquez a Hernando Cortés: «...tengan especial cuidado de seguir e acompañar el navío en que vos fuéredes, e que por ninguna vía e forma se



aparten de vos, en manera que cada día todos vos hablen, o a lo menos lleguen a vista e compás de vuestro navío, porque con ayuda de Dios Nuestro Señor lleguéis todos juntos a la isla de Cozumel, Santa Cruz, donde será vuestra derecha e viaje...».

4.° y 5.°) *Ruta nocturna: señales diversas.* Por la noche, las naves seguirán el derrotero de la que lleve el farol. Se enumeran una serie de señales —que se realizarán siempre con reciprocidad exacta de número— para los siguientes casos: para saber si todas las naves siguen en ruta, para indicar el cambio de dirección, para la supresión de alguna boneta, para amainar, para el caso de desparejarse.

Para que las naves vuelvan a ponerse en movimiento se hará señal de tres fuegos, y si alguna de ellas no respondiera a la señal, todas las naves proseguirán el derrotero con las velas hasta el nuevo día. *Instrucciones* de Diego Velázquez a Hernando Cortés: «...podría ser que vos e los que de vos se apartasen con tiempo, llegasen de noche a la dicha isla, mandarles heis e avisaréis a todos, que a las noches faltando algún navío hagan sus faroles, porque se ven e sepan los unos de los otros, o asimismo vos los fareis si primero llegáredes, y por donde por la mar fuéredes, porque todos os sigan e vean por donde vais; e al tiempo que desta isla os desabrazardes, mandaréis e faréis que todos tomen aviso de la derrota que han de llevar, ...».

7.° y 8.°) *Al tocar tierra.* En tocando tierra, Magallanes pondrá en ella un padrón real; los escribanos redactarán acta del hecho y de la situación geográfica (grados de latitud y grados de longitud de la línea de demarcación hispano-lusa).

En caso de estar la tierra habitada, Magallanes tratará —cuidando de no exponerse imprudentemente— de coloquiar con sus habitantes para averiguar algo acerca de su habla y «si en la tierra hay cosa de que nos podamos aprovechar». Se tratará a los indígenas con la mayor deferencia.

Magallanes ofrecerá algún presente al rey de la tierra en que desembarcasen, a fin de tenerlo en buena voluntad para que ulteriores expediciones puedan respostar alimentos y agua. Incluso debería disimular, por idénticos motivos, en el caso de recibir alguna afrenta. *Instrucciones* a Cristóbal Colón. 4.° Viaje de Colón. Instrucción para el Almirante: «Habeis de ver en estas islas y tierra firme que descubriéredes, qué oro e plata e perlas e piedras e especerías e otras cosas hobiere, e en qué cantidad e cómo es el nascimiento dellas, facer todo ello relación por ante nuestro escribano e oficial que Nos mandamos ir con vos para ello, para que sepamos de todas las cosas quen las dichas islas e tierra firme hobiere...». *Instrucciones* de Diego Velázquez a Hernando Cortés: «...trabajaréis con mucha diligencia e solicitud de inquerir y saber el secreto de las dichas islas e tierras, y de las demas a ellas comarcanas...» «...así de la maña e conversación de la gente de cada una dellas en particular, como de los árboles, frutas, yerbas, aves, animalias, oro, piedras preciosas, perlas e otros metales, especiería, e otras cualesquier cosas que de las dichas islas e tierras pudiéredes saber e alcanzar, e de todo traed entera relación por ante escribano: e sabido que en las dichas islas e tierras hay oro sabréis de dónde e cómo lo han, e si lo hubiere de minas y en parte que vos lo podáis haber, trabajar de lo catar e verlo para que más cierta relación dello podáis facer...» «...en todas las islas que se des-

cubriesen, saltaréis en tierra ante vuestro escribano y muchos testigos, y en nombre de Sus Altezas tomaréis y aprenderéis la posesión dellas con toda la más solemnidad que ser pueda, faciendo todos los autos e diligencias que en tal caso se requieren e se suelen facer, y en todas ellas trabajaréis por todas las vías que pudiéredes y con buena manera y orden, de haber lengua de quien os podais informar de otras islas e tierras...».

9.°) *Ante la posibilidad de que alguna nave pierda la ruta.* Si algún navío se apartara del derrotero trazado, deberá ir al encuentro de la tierra siguiente consignada en el rumbo de la navegación; y si en ella no hallare a Magallanes o alguna indicación suya, esperará un mes. Si en dicho tiempo no fuera posible establecer contacto, el capitán de la nave pondrá esta señal en ambas márgenes del río (se solía atracar en la desembocadura de corrientes fluviales): cinco piedras metidas en el suelo a manera de cruz y una cruz de palos; dejará, además, un escrito en olla soterrada en el que conste la fecha de llegada y las naves que pasaron.

Realizado todo lo cual, seguirá en navegación de cabotaje y colocando en los lugares necesarios las consabidas señales e indicaciones.

*Instrucciones* de Velázquez a Cortés: «...e si por caso, lo que Dios no permita, acaesciese que por tiempo forzado o tormenta de la mar que sobreviniese fuese forzado que los navíos se apartasen o no pudiesen ir en la conserva arriba dicha, e allegasen primero que vos a la dicha isla, apercibirles heis e mandaréis so la dicha pena, que ningún capitán, ni maestre, ni otra persona alguna de las que en los dichos navíos fuesen, sea osado de salir dellos, ni saltar en tierra por ningúna vía ni manera, sino que antes siempre se velen y estén a buen recaudo hasta que vos lleguéis...».

12.° y 13.°) *Al llegar a las tierras de las especias.* Al llegar a las tierras de las especias, Magallanes tratará —habida buena cuenta de los intereses reales— de pactar amistosamente con sus naturales. Carlos V concede sin cortapisas a Magallanes esta facultad de realizar alianzas, porque confía en su habilidad y experiencia.

Después de llevar a cabo dicho pacto y establecer los precios de las mercaderías, tratando de dar a las españolas el mayor valor posible, será firmado por ambas partes contratantes y por el veedor real para que al regresar pueda ser archivado.

Realizado el pacto o trato se procederá a cargar las mercancías; el veedor y factor de la expedición, junto con los escribanos de todas las naves, entregarán las mercancías y recibirán «las de la tierra por peso e medida, así las unas como las otras».

Cada escribano redactara su acta con independencia de la que escriban conjuntamente el escribano del contrato, el veedor y el factor de la expedición.

Todas estas actas deberán estar refrendadas con la firma de Magallanes, quién hará declaración de precios sobre todas las mercancías incluídas en el trato.

*Instrucción de Velázquez a Cortés:* «...después que en buen ora lleguéis a la dicha isla de Santa Cruz...» «...trabajaréis de ver e sondar todos los más puertos e entradas e aguadas que pudiéredes por donde fuéredes, así en la dicha isla como en la de Santa María de los Remedios, e Punta Llana, Santa María de las Nieves; e todo lo que hallaredes en los dichos puertos fareis asentar en las cartas de los pilotos, e a vuestro escribano en la relación que dé las dichas islas e tierras habéis de facer, señalando el nombre de cada uno de los dichos puertos e aguadas, e de las provincias donde cada uno dellos estoviere...» «...llegado que con ayuda de Dios Nuestro Señor seáis a la dicha isla de Cozumel, Santa Cruz, fablaréis a los caciques indios que pudiéredes dellas, y de todas las otras islas e tierras por donde fuéredes diciéndoles como vos is por mandado del Rey Nuestro Señor a los ver e visitar, e darles eis a entender cómo es un Rey muy poderoso cuyos vasallos e súbditos nosotros e ellos somos, a quien obedecen muchas de las generaciones de este mundo, y que ha sojuzgado e sojuzga muchos partidos e tierras...» «...e habido información de aquellas donde ellos están, en su nombre os envío para que les habléis e requeráis se sometan debajo de su yugo e servidumbre e amparo real, e que sean ciertos que faciéndolo así, e sirviéndole bien e lealmente, serán de Su Alteza, e de mí en su nombre, muy remunerados, e favorecidos e amparados contra sus enemigos; e decirles heis como todos los naturales de estas islas así lo facen, e en señal de servicio le dan e envían mucha cantidad de oro, piedras, perlas, e otras cosas que ellos tienen, e asimismo su Alteza les face muchas mercedes; e decirles heis que ellos asimismo lo fagan, e le den algunas cosas de las susodichas, e de otras que ellos tengan, para que Su Alteza conozca la voluntad que ellos tienen de servirle e por ello les gratifique...».



14.°) *Desembarco y pacto o tratado con los naturales de tierras no conocidas.* Se prohibe a Magallanes desembarcar en tierra no conocida para realizar acuerdos o pactos y se le recomienda que, para tales menesteres, designe a alguno de sus subordinados.

En la necesidad de realizar tales acuerdos por sí mismo, deberá proseguir del siguiente modo: se tomarán rehenes que merezcan la pena; el jefe o el rey de dicha tierra deberá plantar en el suelo un padrón con las armas reales.

Si se respeta esta insignia, Carlos V se compromete a observar cuanto Magallanes pactara en su nombre; en caso contrario, tomaría las medidas pertinentes.

*Instrucción a Colón.* 4.° Viaje: «...si Dios Pluguiere que descubrais o falléis las dichas islas habéis de surgir con los navíos que lleváis y entrar en las dichas islas e tierra firme lo más a seguridad vuestra y de la gente que lleváis que ser pueda, y habéis de tomar posesión por Nos e en nuestro nombre de las dichas islas e tierra firme que así descubriéredes...».

*Instrucción* de Velázquez a Cortés: «...porque se ofrecerá necesidad de saltar en tierra algunas veces, así a tomar agua y leña, como a otras cosas que podrían ser menester; cuando la tal necesidad se ofreciere, para que sin peligro de los españoles mejor se pueda facer, enviaréis con la gente que a tomar la dicha agua e leña fueren, una persona que sea de quien tengáis mucha confianza y buen concepto, que es persona cuerda, al cual mandaréis que todos obedezcan, y miraréis que la gente que así con él enviáredes, sea la más pacífica e quieta, e de más confianza e cordura que vos pudiéredes, e la mejor armada, e mandarle heis que en su salida y entrada no haya escándalo ni alboroto con los naturales de la dicha isla, e miraréis que sea e vaya muy sin peligro, e que en ninguna manera duerma en tierra ninguna noche, ni se

alejen tanto de la costa de la mar, que en breve no puedan volver a ella, porque si algo les acaesciere con los indios puedan de la gente de los navíos ser socorridos».

21.°) *Participación de Magallanes en las ganancias.* La participación que tendrá Magallanes en las presas que se obtuvieren será como se detalla:

— De cada botín podrá tomar una joya valorada en 500 ducados.
— De las mercancías podrá tomar lo mejor hasta alcanzar la cuantía de 500 ducados.
— Si la cuantía del botín asciende a 10.000 ducados y no hay joyas tendrá el 3 % de todo lo que trajera la nave.

*Instrucción a Colón.* 2.° Viaje: «...A sus Altezas place que haya el dicho Almirante de acuerdo con las Capitulaciones de Santa Fe la ochava parte de lo que se ganare en lo que se hobiere de oro e otras cosas en las dichas islas e tierra firme, pagando el dicho Almirante la ochava parte del costo de la mercaduría porque se hiciere el dicho rescate, sacando primeramente la décima parte que dello ha de haber el dicho Almirante...».

22.°, 23.° y 24.°) *Distribución de beneficios entre los expedicionarios.* Se estipula la proporción cuantitativa que, sobre los beneficios, se distribuirá entre la redención de cautivos, derechos reales, compañía armadora, factor, capitanes mayores, capitanes..., pilotos..., grumetes..., toneleros..., ballesteros..., médico..., capellán...

Una distribución proporcional de los beneficios se destinará al convento del Apóstol Santiago en Sevilla y al convento de Ntra. Señora de la Victoria (P. P. Mínimos) de Triana.

*Instrucción a Pedrarias:* «En el repartimiento de las cosas que se tomaren, así en la mar como en la tierra, así de esclavos como de otra cualquier cosa que se hoviere...» «...además del quinto me han de dar las dos partes de lo que se hoviere, la una por razón de los cascos de los navíos e la otra por razón de los mantenimientos...».

26.°) *Principal finalidad de la expedición: establecer bases y tratados.* La principal finalidad de la expedición es la de establecer bases y tratados en lugares de la costa que aseguren la navegación. Estas bases se construirán en lugares altos y aireados, y no en valles, para que las naves españolas puedan aprovecharse de ellas en su necesario avituallamiento.

El lugar de la base debe tener buenas aguas, buenos aires, buena tierra de labranza, debe estar cerca de montaña, o, por lo menos, debe reunir la mayoría de estas condiciones.

*Instrucción a Pedrarias:* «...Una de las principales cosas en que habeis mucho de mirar es en los asientos o lugares que alla se hovieren de asentar: lo primero es ver en cuantos lugares es menester que se hagan asientos en la costa de la mar para se guardar la navegación e para mas seguridad de la tierra; ...» «...sean en puertos que los navíos que de acá de España fueren, se puedan aprovechar dellos en resfrecar e tomar agua, e las otras cosas que fueren menester para su viage ...» «...se ha de



mirar que sean en sitios sanos e no anegadizos e donde se puedan aprovechar de la mar para cargar e descargar...» «...e si por respeto de estar mas cercanos a las minas se hobieren de meter la tierra adentro, debese mucho mirar que por alguna ribera se puedan llevar las cosas que de aca fueren desde la mar fasta la población...» «...y que sean de buenas aguas e de buenos aires e cerca de montes e de buena tierra de labranza e destas cosas las que mas pudiere tener».

*Instrucción a los Jerónimos*: «...debeis mirar la posición de la tierra, especialmente la que es cerca de las minas donde se saca el oro, y ved dónde se podrán hacer poblaciones de lugares donde vivan los indios que tengan buena tierra para labranzas y haya ríos cerca para sus pesquerías y para que de allí puedan ir a las minas con menos trabajo y sin inconveniente a voluntad cuanto ser pudiere los caciques e indios que allí hubieren de morar, haciendoles entender que esta mudanza se hace para su provecho y porque sean mejor tratados que hasta agora lo han sido...».

27.°, 28.° y 29.°) *Se debe tratar bien a los indígenas.* En las tierras descubiertas y en las que se establecieran las bases, Magallanes debe tomar precauciones y medidas de prudencia defensiva y usar la política de buen trato para no irritar ni soliviantar a los nativos.

Se recomienda la «política de las dádivas» para atraerse la buena voluntad de los jefes y se ordena el máximo respeto a la mujer nativa, pues lo contrario inducirá a los indígenas a la rebelión.

Se insiste en la necesidad de ir a las nuevas tierras con espíritu pacífico y con la idea de aprender las lenguas nativas para el mejor trato y comunicación con los aborígenes.

*Instrucción* a Colón. 2.° Viaje: «...procure e haga el dicho Almirante que todos los que en ella van, e los que mas fueren de aquí adelante, traten muy bien e amorosamente a los dichos indios sin que les fagan enojo alguno...» «...e asimismo, el dicho Almirante les de algunas dádivas graciosamente de las cosas de mercadería de sus Altezas que lleva para el rescate, e los honre mucho; ...».

*Instrucción a Pedrarias:* «...en cualquier parte que tocaredes en la costa de la dicha tierra, habéis de excusar que en ninguna manera se faga daño a los indios porque no se escandalicen y alboroten de los cristianos, antes les haced muy buena compañía e buen tratamiento porque corra la nueva la tierra adelante, e con ellas vos reciban e vengan a comunicarse e en conoscimiento de las cosas de nuestra santa fe católica, que es a lo que principalmente vos enviamos que se acierte». «Y en caso que por esta via no quisieren venir a nuestra obidiencia, e se les hobiere de facer guerra, habeis de mirar que por ninguna cosa se les haga guerra, no siendo ellos los agresores, e no habiendo fecho o probado a hacer mal e daño a nuestra gente, e aunque los hayan cometido antes de romper con ellos les fagais de nuestra parte los requerimientos necesarios para que vengan a nuestra obidiencia una e dos e tres e mas veces» «...les dareis primero a entender el bien que les verná de ponerse debajo de nuestra obidiencia, e mal e daño e muertes de hombres que les verna de la guerra, especialmente que los que se tomaran en ella vivos han de ser esclavos, e que desto tengan entera noticia, e que no puedan pretender ignorancia, porque para que lo

puedan ser, e los cristianos los pueden tener con segura conciencia; ...». «...y parece a mí que el mas sano parescer para esto será el del R. P. Fr. Juan de Quevedo, Obispo del Darien, e de los clérigos que están mas sin pasion e con menos esperanza de haber dellos intereses...».

*Instrucción* a los Jerónimos: «...mandamos que a los cristianos viejos que hicieron mal a los indios, que sean castigados por las nuestras justicias y los indios sean testigos y creídos en la causa según el albedrío del juez, lo cual todo que dicho es mandamos que se entienda y extienda assí para en la dicha Isla Española como en todas las otras islas».

*Instrucción* de Velázquez a Cortés: «...terneis mucho aviso e cuidado de que en los puertos que en esta isla Fernandina saltéredes no faga la gente que con vos fuerede, enojo alguno, ni tome cosa contra su voluntad a los vecinos e moradores e indios: e todas las veces que en los dichos puertos saltáredes los avisaréis dello con apercibimiento que será muy bien castigados los que lo contrario hicieren, e si lo hicieren castigarlos heis conforme a justicia». «...e si algunos indios fueren a los dichos navíos, que sean dellos muy bien tratados y recibidos, e que por ninguna vía ninguna persona de ninguna manera e condición que sea, sea osado de los facer agravio, ni les decir cosas de que puedan recibir sinsabor...». «...e porque el dicho Melchor, indio natural de la dicha isla, que con vos lleváis, conoce a los caciques que los tienen cautivos, haréis que el dicho Melchor sea de todos muy bien tratado, e no consentiréis que por ninguna via se le faga mal ni enojo, ni que nadie hable con él sino vos solo, e mostrarle heis mucho cariño e amor, e facerles heis todas las buenas obras que pudiéredes, porque él os lo tenga e os diga la verdad de todo lo que le perguntáredes e mandàredes». «...ternéis mucho aviso e cuidado de que a todos los indios de aquellas partes que a vos vinieran, así en la mar como en la tierra donde estuviéredes, a veros e hablaros o a rescataros, o a otra cualquier cosa, sean de vos e de todos muy bien tratados e recebidos, mostrándoles mucha amistad e amor,...». «...e no consentiréis so grandes penas que para ello pornéis, que les sea fecho agravio ni desaguisado alguno, sino antes trabajaréis por todas las vias e maneras que pudiéredes como cuando de vos se partieren muy alegres e contentos e satisfechos de vuestra conversación e de todos los de vuestra compañia...». «...si por caso algún pueblo estuviese cerca de la costa de la mar, y en la gente del viéredes tal voluntad que os parezca que seguramente por su voluntad e sin escándalo dellos e peligro de los españoles podéis ir a verle e os determináredes a ellos, llevareis con vos la gente más pacífica e cuerda y bien armada que pudiéredes...». «...que ninguno sea osado de tomar cosa ninguna a los dichos indios de mucho ni poco valor, ni por ninguna via ni manera, ni sean osados de entrar en ninguna casa dellos, ni de burlar con sus mujeres, ni de tocar ni de llegar a ellas, ni las fablar, ni decir, ni facer otra cosa que presuman que se puedan resabiar...».

31.°) *Libertad epistolar:* Se reconoce pleno derecho a la libertad epistolar de los expedicionarios y se prometen severas sanciones para cualquiera, incluso para Magallanes, si lo impidiese.



*Instrucción a Pedrarias:* «Habeis de estar muy avisado de todos los que alla estan e todos los que con vos fueren despues de vos, han de tener libertad para escribir sea todo lo que quisieren sin que por vos ni por vuestros Oficiales, ni por otra personna ninguna les sea tomada carta, ni mandando que no escriba, sino que cada una escriba lo que quisiere, e si alguna persona las tomare, mandamos que ejecuteis en ellos las penas que de derecho se deben ejecutar, e si por vuestro mandado se ficiere, os certifico mas, que demás de los de derecho se debe hacer mandaremos que se provea como cosa en que nos tenemos por deservicio e habiendo mucho enojo».

42.°) *Prohibición del juego de cartas y dados.* Igualmente se prohibe a todos los tripulantes el juego de cartas y dados.

*Instrucción a Pedrarias:* «...habeis de defender por ordenanza, la cual mando hagais pregonar las veces que os paresciere nescesarias e en las partes que fueren menester que ninguno juegue dados ni naipes ni otro juego prohibido, ni tengan naipes ni dados para vender ni lleven, so grandes penas, las cuales mandaréis ejecutar en los que los hicieren e también en los que los vendieren por manera que no haya juego ninguno en la dicha tierra;...» «...la intención es que no haya ninguna manera de juego e que jueguen cantidad para que por ello se resuevan e se sigan daño de los unos a los otros y escândalos e enemistades e reniegos e blasfemias como se suelen seguir...» «...e procurad siempre de ocupar la gente de manera que la ociosidad no les haga gastar el tiempo en vicios».

*Instrucción de Velásquez a Cortés:* «...e de los juegos de dados e naipes suelen resultar muhos escándalos e blasfemias de Dios e de Sus Santos, trabajaréis de no llevar ni llevéis en vuestra compañia persona alguna que sepáis que no es muy celoso del servivio de Dios Nuestro Señor e de Sus Altezas...»; «...y defenderéis que en ninguno de los navíos que llevaís haya dados ni naipes, e avisaréis dello, así a la gente de la mar como de la tierra, imponiéndoles sobre ellos recias penas, las cuales ejecutaréis en las personas que lo contrario hicieren».

*44.°) Magallanes podrá designar jefes subalternos.* Magallanes gozará de la facultad de designar jefes subalternos tanto en mar como en tierra.

*Instrucción* a Colón. 2.° Viaje: «Después que llegare el dicho Almirante, visorrey e gobernador, por virtud de los poderes de sus Altezas que para ello lleva, ha de poner alcaldes e alguaciles en las islas e tierra donde él estoviere...» «...para que oigan los pleitos que hobiere, así ceviles y criminales...».

*45.°) Obligación de comunicar noticias en beneficio del rey y de la expedición y de no desertar.* Con juramento ante el escribano de la expedición, los tripulantes se comprometerán a comunicar a Magallanes cualquier noticia que supieran durante el viaje y que fuera en servicio del rey y beneficio de la expedición. Dicho compromiso jurado obliga a los tripulantes a no desertar mientras dure la empresa acometida.

*Instrucción* de Velázquez a Cortés: «...después de haber salido a la mar los navíos e metidas las barcas, ireis con la barca del navío donde vos fueredes, a cada uno dello por aí, llevando con vos un escribano, e por las copias tornareis a llamar

la gente que en cada navío llevare, para que sepais si falta alguno de los contenidos en las dichas copias que de cada navío hubiéredes fecho, porque más cierto sepáis la gente que lleváis; e de cada copia daréis un traslado al capitán que pusiéredes en cada navío; y de las personas que falláredes que se asentaron con vos, y les habéis dado dineros, y se quedaren, me enviad una memoria para que acá se sepa». «...enviarme heis todas las cosas de oro, e perlas, e piedras preciosas, especiería e animalias, e frutas e aves, e todas las otras cosas que pudiéredes haver avido, para que de todo yo pueda facer entera y verdadera relación al rey nuestro señor, y se lo envíe para que Su Alteza lo vea y tenga muy entera e cumplida relación de todo lo que hay en las dichas tierras e partes...».

*47.º) No pueden embarcar os blasfemos:* Se prohibe embarcar a tripulantes blasfemos; y si alguno hubiera a bordo, debe ser castigado al delinquir.

*Instrucción* a Pedrarías: «...habéis de procurar e desfender que ninguno de los cristianos juren a Dio ni renieguen ni blasfemen e sea defendido por público pregón, e allende de las penas que por las leyes de estos reynos están establecidas, e de mandar le pongan alguna pena de dinero, una al que jurase a Dios e mayor el que dijere pese, o no creo, o descreo o renegare...». «...e estas penas se apliquen e gasten e se conviertan en cosa que sean provecho de todos los que allá estovieron e de que todos ellos comunmente sean más contentos que se gasten,...».

*Instrucción* de Velázquez a Cortés: «...que no consentiréis que ninguna persona de cualquier calidad o condición que sea, diga mal de Dios Nuestro Señor, ni de Su Santísima Madre, ni de sus Santos, ni diga otra blasfemia contra su Santísimo nombre, por alguna ni en ninguna manera, lo cual ante todas las cosas les amonestaréis a todos; e a los que semejante delito cometieran, cartigarlos heis conforme a derecho con toda la más riguridad que ser pueda...».

*55.º) Veedor, tesorero y contador: su responsabilidad en los intercambios comerciales.* Las mercancías compradas y las adquiridas en los intercambios estarán controladas por el veedor, tesorero y contador de la expedición, quienes las anotarán conforme a precio, peso y medida; dejando, además, constancia del día, mes y año en que se realizó dicho intercambio.

*Instrucción* a Colón, 2.º Viaje: «...Sus Altezas mandan que ninguna, ni algunas personas de los que fueren en la dicha armada, de cualquier estado o condición que sean, no lleven, ni puedan llevar en la dicha armada, ni en otros navíos, mercadurías algunas para fazer rescate alguno en las dichas islas e tierra firme, porque ninguno lo ha de hacer, salvo para sus Altezas, como adelante será contenido» «...cualquier rescate que se ficiere lo haga el Almirante o la persona que por sí nombrare, y el tesorero de Sus Altezas que allá ha de estar, e no otra persona alguna, e que lo faga en presencia de dicho teniente de los dichos contadores o ante el oficial que para ello él pusiere, porquél les faga carga dello, e lo asiente en el libro que ha de tener de los dichos rescates; ...» «...luego en llegando, Dios queriendo, mande a dicho Almirante, e Visorrey, que se haga una casa de Aduana donde se pongan todas las mercadurías de sus Altezas, así las que de acá fueren, como las que allá se hovieren



para enviar acá, e al tiempo que descargaren las dichas mercadurías, se pongan en la dicha casa en presencia de las personas que el dicho Almirante e Visorrey que para ello nombrare, que ante el dicho oficial de los contadores mayores que allá ha de estar, que ante otro oficial que ponga por sí el dicho Almirante para que se fagan dos libros en que todo se escriba...».

*59.º) Poder ejecutivo delegado de Magallanes. Justicia.* Magallanes cumplirá y hará cumplir todo lo establecido por el rey o que en adelante se estableciera.

*Instrucción* a Colón. 2.º Viaje: «...facer e fagan juramento e pleito homenaje al Rey e a la Reina, nuestros señores para los servir en este viaje fielmente, e que así en el camino a la ida, como después de llegados a las islas e tierra firme, e a la vuelta en todo lo que se ofreciere en dicho e en fecho, o en consejo...» «Todos los capitanes e maestres e marineros e pilotos e gentes de armas que fueren en los dichos navíos que lleváis han de facer e obedescer vuestros mandamientos como si Nos se lo mandasemos; a los cuales habéis de tratar como a personas que nos van a servir en semejante jornada, y habéis de tener desde el día que partieredes fasta que volváis, la justicia cevil e crimial sobrellos, a los cuales mandamos que vos obedezcan según dicho es».

*Instrucción* a Pedrarías: «...habéis de defender que no vayan a la dicha tierra ningún letrado que vaya abogar ni procurador de cabsas e si alguno fuere, clérigo o lego, que no le consintáis alla abogar ni procurar ni aconsejar en ningún pleito...» «...porque no padezcan los que no supieren, vos o vuestros Oficiales habéis de procurar de saber verdad de las cosas que ante vosotros se pidieren e suplir por lo que así fuere, e juzgar las cosas brevemente, sin término superfluo o no necesarios e en las cosas dubdosas procurar de concertarlos e sentenciarlos a albedrío de buen varón, por manera que no reciban agravio, e habéis de procurar cuanto fuere posible que no haya pleitos entre ellos;» «...Yo vos mando que conforme a la dicha instrucción e declaración de suso declara e contenida fagáis e cumpláis, e fagáis hacer e cumplir e guardar todas las cosas en ella contenida a los que en la dicha armada fueren, así por mar como por tierra...» «...e si otras cosas conviniere hacerse...» «...demás de las contenidas en la dicha instrucción que aqui no van declaradas ni especificadas, por no tener entera relación ni noticia acá dellas, habéisla vos de facer e ordenar con el cuidado e fidelidad e buena diligencia que Yo de vos confío...».

*Instrucción* de Velázquez a Cortés: «...porque demás de las cosas de suso contenidas y que se os han encargado e dado por mi instrucción, se os pueden ofrecer otras muchas a que yo como ausente no podría prevenir en el remedio e remedio dellas, a las cuales vos como presente, e persona de que yo tengo experiencia y confianza que con todo estudio y vigilancia ternéis el cuidoso cuidado que convenga de las guiar, mirar y encaminar e proveer como más al servicio de Dios Nuestro Señor e de Sus Altezas convenga, proveeréis en todas según e como más sabiamente se puedan e deban facer, e la oportunidad del tiempo en que os hallaredes para ello os diere lugar...» «...en todas las cosas, así civiles como criminales que allá entre unas personas con otras, o en otra cualquiera manera se ofreciere o acaesciere conosceréis dellas y en ellas conforme a derecho e justicia, e no en otra manera; que para

todo lo susodicho e para cada una cosa e parte dello, e para todo lo en ello anexo e conexo e dependiente, y en nombre de Sus Altezas vos doy e otorgo cumplido e bastante, como a según que yo dé Sus Altezas lo tengo, con todas sus incidencias e dependencias, anejidades e conexidades; e en nombre de Sus Altezas mando a todas cualquier personas de cualquier estado, calidad e condición que sean...» «...que van o fueren e estuvieren en vuestra compañía, que hayan e tengan a vos el dicho Fernando Cortés por su Capitán, e como a tal obedezcan e cumplan vuestros mandamientos e parezcan ante vos a vuestros llamamientos e consultas...» «...e que en todo e para todo se junten con vos, e cumplan e obedescan vuestros mandamientos, e os den todo favor e ayuda en todo e para todo...».

61.°) *Deberes de la Casa de Contratación.* La Casa de Contratación proveerá a la expedición de mercaderías, pesas y medidas para el intercambio comercial.

*Instrucción* a Colón. 2.° Viaje: «Todos los asientos que se hicieren con cualesquier capitanes e marineros e oficiales, e otras personas que fueren en la dicha armada, e otrosí, todas las compras que se hobieren de facer así de navíos como de mantenimientos e de pertrechos, e armas, e mercaderías, e otras cualesquier cosas para la dicha armada, e los navíos que se fletaren, se haga por los dichos Almirantes e don Juan de Fonseca, e por las personas que para ello nombrare, en presencia del dicho Juan de Soria, como lugarteniente de los dichos contadores mayores para que fagan libro dello...».

64.°) *Percepción del sueldo antes de la partida y anotación del domicilio, parentela y estado social de cada tripulante.* Dos días antes de la partida se comprobará que todos tengan su sueldo, el cual se les pagará con un fiador para evitar que se vayan con él.

Se hará constar en el libro de sueldos de dónde es cada uno, si tiene padre y madre, si está casado, para poder saber quienes son sus herederos.

*Instrucción a Colón.* 2.° Viaje: «...toda la gente que fuere en los navíos...» «...e por ante Juan de Soria, que los contadores mayores envian allá por su lugarteniente para esta armada, ante el cual se ha de hacer la dicha presentación como ante lugarteniente de los contadores mayores, y ha la de sentar en su libro, e el pagador ha de pagarles el sueldo que hobiere de haber por las nóminas e libramientos firmados de los dichos Almirantes, e Don Juan de Fonseca, e del dicho Juan de Soria, e non en otra manera».

69.°) *Oro, joyas y objetos de valor: su custodia y defensa.* Oro, joyas y objetos de valor se custodiarán, bajo tres llaves, distintas la una de la otra, que las tendrá el capitán y los dos oficiales para que no se pueda sacar sin estar presentes los tres.

*Instrucción* a Colón. 4.° Viaje: «Todo lo que se trujere e hobierede las dichas islas e tierra firme, asi de oro como de plata e perlas e piedras e especerías e otras cosas se ha de entregar a Francisco de Porras en presencia vuestra e del nuestro escribano e oficial que enviamos el cual ha de facer libro de todo ello...».



*Instrucción* de Velázquez a Cortés: «...si antes que con el dicho navío de Grijalva os juntaredes, algunos indios quisieren rescatar que con algunas cosas suyas por otras de las que vos lleváis, porque mejor recaudo haya en todas las cosas del rescate, e de lo que de ello se hubiere, llevareis una arca de dos o tres cerraduras, que señalaréis entre los hombres de bien de vuestra compañía los que os pareciere que más celosos del servicio de Sus Altezas sean, que sean, personas de confianza, uno para veedor otro para tesorero del rescate que se hubiere e rescatáredes, asi de oro como de perlas, piedras preciosas, metales, y otras cualesquier cosa que hubiere; e si fuere el arca de tres cerraduras, la una llave daréis que tenga el dicho veedor, e la otra el tesorero, e la otra ternéis vos o vuestro mandado, e todo se meterá dentro de la dicha arca, e se rescatará por ante vuestro escribano que dello dé fe».

74.°) *El registro o libro de los haberes de la tripulación.* En el registro va señalado lo que cada uno tiene de su «camara e quintalada» y conforme al mismo Magallanes dejará llevar a cada uno lo que tenga asentado «de su partido»:

*Instrucción* a Colón. 2.° Viaje: «Al tiempo que la dicha armada haya de partir en buena hora, todos los capitanes, e pilotos, e marineros, e gente de caballo e de pie e oficiales e otras personas que fueren en ellas, hayan de registrar todo lo que llevaren por ante el dicho Almirante e Don Juan de Fonseca, o ante las personas que ellos nombraren, e por ante el dicho Juan de Soria como lugarteniente de contador...» «...si acaesciere llevaren más de lo que manifestaron al tiempo que de Castilla partieron, según fuere asentado en el libro que ha de llevar el que fuere por teniente de los dichos contadores mayores, que ha de residir en las dichas islas, que lo pierdan e se lo faga tomar el dicho Almirante e visorrey...».

*Resumen y conclusión*

El estudio detenido de las Instrucciones a Magallanes nos lleva a las siguientes conclusiones:

1) Se trata de un documento largo en su redacción y articulado, prolijo y exhaustivo en sus disposiciones. De la impresión de que la Corona, por estas fechas, tenía ya la suficiente experiencia como para saber con quien trataba —dentro de lo humanamente previsible— y aportar soluciones para evitar engaños, subterfugios, engañifas bizantinas y aún equivocaciones involuntarias.

2) Manifiesta una clara tendencia a reglamentar jurídicamente toda la actividad de la expedición (Cf. 3.°, 6.°, 7.°, 8.°, 12.°, 13.°, 18.°, 42.°, 45.°, 47.°, 52.°, 53.°, 55.°, 67.°, 69.°, 72.°, 73.°, 74.°).

3) Toca problemas de política internacional con diversidad de criterios:

*a*) En asuntos de común interés con Portugal la Corona usa la «política de buen vecino», porque quiere evitar problemas domésticos. (Cf. 1.º, 7.º, 8.º, 70.º, 71.º);

*b*) La «política de las dádivas» y del respeto a la mujer nativa será la pauta para tratar con los indígenas de las tierras descubiertas y en las que se establecieren las bases (Cf. 27.º, 28.º, 29.º, 46.º, 49.º);

*c*) Tratándose de tierras no conocidas, la política a seguir será de buena voluntad, pero dispuesta a tornarse enérgica si fuera necesaria (Cf. 14.º); el requerimiento y la toma de posesión son preocupaciones patentes (Cf. 7.º y 8.º);

*d*) La política será de guerra, pero con marcada intención comercial, tratándose de gentiles o moros. Es manifiesta en este punto la «política de cruzada», pero suavizada por el interés comercial (Cf. 15.º, 19.º). Carlos V es heredero de la política ofensiva contra el Islam de su abuelo materno y del cardenal Cisneros; es una proyección del espíritu medieval.

4) Aparece evidente la intención comercial de la expedición (Cf. 7.º, 8.º, 12.º, 13.º, 19.º, 26.º, 48.º, 50.º, 52.º, 53.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 60.º, 61.º).

5) A pesar del título, estas Instrucciones suponen ya de antemano una conquista jurídica de las nuevas tierras por parte de España (Cf. 1.º, 7.º, 8.º, 20.º, 21.º, 26.º).

6) Existe una preocupación por el bien espiritual y material de las personas que integran la expedición (Cf. 25.º 31.º, 34.º, 38.º, 66.º).

7) Se conceden a Magallanes amplios poderes ejecutivos (Cf. 59.º), punitivos (Cf. 30.º, 37.º, 39.º, 40.º, 41.º, 43.º) y para designar subalternos (Cf. 44.º).

8) No se observa en este documento ningún orden de materias como se acostumbra en los documentos legales.

## BIBLIOGRAFIA

1 — ALTOLAGUIRRE Y DUVALE, Angel: *Vasco Núñez de Balboa*, Madrid, 1914. Inserta las Instrucciones a Pedrarías Dávila. Adolece de fallos en la transcripción (pp. 37-46).

2 — *Colección de documentos inéditos para la Historia de España,* Madrid, 112. Inserta la «Instrucción que dió el Capitán Diego Velázquez... al Capitán Hernando Cortés», I, 387.

3 — *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, y organización de las antiguas posesiones españolas de América y Oceanía, sacados de los Archivos del Reino y muy



*especialmente del de Indias*. Editores J. F. Pacheco, F. de Cárdenas, Luis Torres de Mendonza. Madrid, 1864-1889, 42 vols.

4 — *Colección General de Documentos relativos a las Islas Filipinas.* Inserta las Instrucciones a Magallanes, documento 21, p. 180 y doc. 71, p. 242.

5 — FERNANDEZ NAVARRETE, Martín: *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV.*

Apud. «*Obras de don Martín Fernández de Navarrete*», Biblioteca de Autores Españoles, tt. LXXV-LXXVI-LXXVII. Citamos por esta edición de Madrid, 1954. En el t. I están las Instrucciones a Colón y a Diego Colón (pp. 224, 338, 409, 498). En el t. II están las Instrucciones a Solís (pp. 91-92). En el t. II están las Instrucciones a Pedrarías (pp. 208-214). En el t. II están las Instrucciones a Magallanes (pp. 482-495).

6 — ZAVALA, Silvio: *Las Instituciones jurídicas en la Conquista de América,* Madrid, 1935. El capítulo XI de esta obra está dedicada a «Las Instrucciones», sin embargo, no estamos muy de acuerdo con lo que en él se dice al respecto ya que hay cierto confusionismo. Inserta las Instrucciones de Velázquez a Cortés (pp. 303-315).

# LA ORGANIZACIÓN DEL VIAJE MAGALLÁNICO: FINANCIACIÓN, ENGANCHES, ACOPIOS Y PREPARATIVOS

PELA

DR.ª LOURDES DÍAZ-TRECHUELO
Universidad de Granada

El presente trabajo tiene como base la documentación conservada en el Archivo General de Indias de Sevilla sobre los preparativos del viaje de Magallanes, que se encuentra en varios legajos de las secciones de Patronato, Contratación, Contaduría e Indiferente General. Casi toda ella ha sido publicada en diversas obras, destacando por su importancia los cinco volúmenes editados por la compañía General de Tabacos de Filipinas (1), que se propuso la ingente, y demasiado ambiciosa, tarea de publicar íntegros todos los documentos referentes a Filipinas que se encuentran en el Archivo sevillano. Aunque la publicación quedó interrumpida, la parte relativa a la expedición magallánica está completa, y ella ha sido nuestro principal instrumento de trabajo, junto con los estudios de Pastells sobre *El Descubrimiento del Estrecho de Magallanes* (2) y la clásica *Colección* de Fernández Navarrete (3).

Nuestro tema está enmarcado entre el 20 de octubre de 1517, día en que llega a Sevilla Fernando de Magallanes, y el 20 de septiembre de 1519, fecha en que zarpó la armada de Sanlúcar de Barrameda. Son, pues, dos años escasos, pero muy llenos con la actividad organizadora de la expedición.

No vamos a entrar en detalles sobre la vida de Magallanes en los años anteriores a su llegada a Sevilla, pero se hace imprescindible señalar algunos hechos que influyen decisivamente en la génesis de su proyecto y en su venida a España para ofrecerlo a Carlos I.

El primero de estos hechos es su viaje a la India, acompañando al virrey D. Francisco de Almeida. Con él iba también su primo Francisco Serrano. Ambos participarían en la expedición dirigida por Diego López de Sequeira, para la conquista de Malaca, y este hecho, que le acercó a las islas de la Especiería, será también importante para su futuro proyecto.

Señalemos, además, su enfrentamiento con el virrey D. Alfonso de Albuquerque, que sin duda influirá en la mala acogida que tendría por parte del rey

---

(1) *Colección General de Documentos relativos a las Islas Filipinas, existentes en el Archivo de Indias de Sevilla.* Publicada por la Compañía General de Tabacos de Filipinas. Barcelona, 1918-1923, 5 vols. Abarcan los años 1493 a 1529.

(2) PASTELLS, Pablo—*El descubrimiento del Estrecho de Magallanes.* Madrid, 1920, 2 vols.

(3) *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV.* Buenos Aires, 1946, Ed. Guarania, t. IV.

D. Manuel, lo que determinó que Magallanes pasara al servicio de Castilla. Su regreso a Portugal lo fija Navarrete en el año 1512, basándose en un recibo firmado el 12 de junio por un Fernando de Magallanes, como *mozo fidalgo* de la casa real, con el haber de mil reis mensuales y un alquer de cebada diario, cuyo asiento figura en los «libros de moradías» (4). Al mes siguiente ha ascendido a *fidalgo escudeiro*, con 1850 reis mensuales (5). Pero tan modesta posición no podía satisfacerle, puesto que no era una justa recompensa a sus servicios. Solicita el rango de *cavalheiro fidalgo*, haciendo valer sus méritos, y a la vez pide audiencia al rey. Pero éste, mal dispuesto por los desfavorables informes de Albuquerque, no se dignó recibirlo.

Encontrándose sin recursos, Magallanes se enrola en la expedición contra el jeque de Azamor, y en esta ocasión se encuentra con el piloto Juan de Lisboa, que, de acuerdo con Cristóbal de Haro, proyectaba buscar un paso del Atlántico al Maluco, a través del continente americano.

Terminada la empresa africana, regresa a Lisboa y es cuando ocurre su ruptura con D. Manuel, que le llevará a ponerse al servicio del rey de Castilla. Para entonces tenía ya madurado su plan en unión del astrónomo Ruy Falero, que se quedó en Portugal. Magallanes le había prometido no realizar ninguna gestion antes de su llegada, pero una vez en Sevilla, donde estaba el 20 de octubre de 1517, tomó contacto con los funcionarios de la Casa de la Contratación a fin de saber si ellos tenían «poder y facultad» para negociar sobre su proyecto. Eligió para esta consulta al factor Juan de Aranda, porque «de todos los tres oficiales no falló ninguno tan aparejado para se informar de lo que queria» (6).

Convencido por su respuesta de que no tenían atribuciones suficientes, no les expuso sus planes, y siguió esperando en Sevilla la llegada de Ruy Falero.

Entretanto, Juan de Aranda, bien impresionado del hidalgo portugués, pidió informes sobre su persona, y con estos, y con lo poco que Magallanes le había dejado entrever de sus proyectos, escribió al gran canciller comunicándole su presencia en Sevilla, y «cómo era persona que podía facer mucho servicio a su alteza». Naturalmente, todo esto lo hizo Aranda sin conocimiento de Magallanes.

Llegó al fin Falero, y ambos se dispusieron a ir a la Corte. Entonces el factor les comunicó sus gestiones, diciéndoles que debían esperar la respuesta del gran canciller, pero los dos portugueses se indignaron contra él por haberlo hecho sin su permiso, y ambos salieron de Sevilla el 20 de enero de 1518 «por el camino de Toledo», vía Escalona, mientras Aranda marchaba por el «camino de la plata».

El factor recibió entonces una carta de Carlos I, encargándole de rogar a Magallanes que fuese a la Corte, para conocerlo y hacerle mercedes. Aranda se apresuró a enviarle un mensajero, que le alcanzó en «el puerto del Herradón», con la carta

(4) Fernández de Navarrete, Martín — *Obras Completas*. Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, 1955, t. 76, II de las obras de Navarrete, p. 402.

(5) *Ibidem*.

(6) Declaración de Magallanes en la información hecha en Sevilla, en virtud de real cédula de 19 octubre 1518, sobre el concierto, que había hecho con el factor Juan de Aranda. Sevilla, 6 de noviembre de 1518. AGI, Patronato, 34, ramo 6.



del rey y otra suya pidiéndole le esperase en Medina del Campo; allí se reunieron y juntos siguieron el viaje a Valladolid. Pidió entonces a los portugueses una participación en los beneficios de la empresa, y éstos le ofrecieron una octava parte, si la expedición era armada por el rey. Si hubiesen de ser ellos los armadores no le darían nada, a menos que Aranda pusiera en el negocio 2000 ducados: en tal caso tendría la parte proporcional en los beneficios, pero sin ningún derecho sobre las tierras que descubriesen. Así quedó establecido en la escritura hecha en Valladolid en 23 de febrero de 1518, ante el escribano Diego González de Santiago (7).

En este momento ya había sido concertada la capitulación con el rey, aunque todavía no estuviese firmada, hecho que tuvo lugar el 22 de marzo.

Juan de Aranda les acompañó en sus entrevistas con el gran canciller, con el cardenal Adriano de Utrecht y con el obispo de Burgos, Juan Rodríguez de Fonseca, y también en la audiencia con el rey. En todas estas gestiones, según declara Magallanes, el factor «como servidor de su alteza, deseando que este negocio se fiziese, lo solicitaba todo lo a él posible» (8).

Resultado de todas estas gestiones fué la capitulación en que el rey de España se compromete a no dar licencia a ningún otro navegante para ir a descubrir por la misma derrota, en un plazo de diez años, sin dar antes conocimiento a Magallanes y Falero, para que, si ellos quisieran hacer el viaje en iguales condiciones, fuesen preferidos a todos. Sin embargo, el rey se reserva el derecho a enviar naos por su cuenta.

Figura en el documento la condición de que no entren en la demarcación del rey de Portugal, ya que Carlos I deseaba mantener con él buenas relaciones, y por tanto quería respetar el Tratado de Tordesillas.

Concede a los dos socios títulos de adelantados y gobernadores de las tierras e islas que descubran, para sí y sus herederos «de juro para siempre jamás» y la veinteava parte de los beneficios.

Cada año podrán enviar 1000 ducados de mercaderías para negociar en aquellas tierras, pagando por las de retorno un veinteavo, sin ningún otro derecho presente ni futuro. Pero ésto se entiende para los sucesivos viajes, no para el que ahora se prepara.

Si descubrieran más de seis islas, podrán elegir dos, de cuyas rentas y derechos tendrán $^1/_{15}$ del beneficio líquido. En este primer viaje percibirán un quinto.

El rey se compromete a armar los cinco navíos, dos de 130 toneladas cada uno, dos de 90 y uno de 60, abastecidos para dos años y tripulados por 234 personas «para el gobierno de ellos entre maestres e marineros e grumetes e toda la otra gente necesaria...» y así lo mandará hacer a los oficiales de la Casa de la Contratación, en Sevilla.

Si uno de los dos muere, el otro socio conservará todos los derechos concedidos en esta capitulación.

(7) La publica Navarrete, en su *Colección* [3], t. IV, p. 103.

(8) Declaración de Magallanes, citada en [6].

Por fin, se nombraron factor, tesorero, contador y escribanos de las dichas naos, que llevarán cuenta y razón de todo (9).

El mismo día 22 de marzo de 1518 fueron expedidos los títulos de capitanes de la armada a Fernando de Magallanes y a Ruy Falero (10) y se les fijó un sueldo de 50 000 maravedís anuales a cada uno (11) incrementados en 8000 mensuales por real cédula dada en Aranda de Duero a 17 de abril de 1518. Este aumento lo percibirían durante «el tiempo que anduviesen en la dicha armada», contado desde el día en que empiecen a ganar sueldo los demás pilotos que han de ir en ella, y hasta su regreso (12).

Después de seguir a la Corte en su viaje hacia Aragón, continuando las gestiones necesarias para poner en marcha el proyecto, Magallanes estaba de regreso en Sevilla el 16 de agosto, día en que los oficiales de la Contratación (13) acusan recibo a una real cédula de la que él fué portador.

En dicha cédula, dada en Zaragoza a 20 de julio de 1518 (14), se responde a las dificultades que ponían estos funcionarios, manifestándoles el rey su decidida voluntad de que se haga el viaje, y les ordena que de los 5000 pesos de oro recibidos de la isla Fernandina, gasten 6000 ducados «o lo que los dichos cinco mil pesos de oro montaren, hasta en la dicha cuantía» para financiar los gastos de la armada. Les comunica también que algunas de las cosas necesarias pueden adquirirse en mejores condiciones en Vizcaya, y por ello se ha dado orden al capitán Nicolás de Artieta de que se encargue de su compra y remisión a Sevilla.

De todo lo demás deben ocuparse directamente los oficiales de la Contratación, encargando a Flandes lo que fuese conveniente traer de allá.

Acompaña a esta real cédula una relación firmada por el obispo Fonseca, de todo lo que han de proporcionar para el viaje. En ella figuran ante todo los cinco barcos, dos de 120 toneles, dos de 80 y uno de 60, «aparejados para viaje de dos años» (15).

En su citada carta de 16 de agosto, los oficiales de la Contratación exponen que los 5000 pesos de oro no bastan para sufragar los gastos y consultan si pueden invertir también otro dinero «que ahora es venido», y cuya cantidad es de 17 709 pesos de la isla Fernandina y 10 000 de la de San Juan. También se esperan otros 3000 pesos en la nao de Cristóbal del Valle, todavía no ha llegado.

Por real cédula de Zaragoza, a 1 de septiembre de 1518, responde el rey que hagan amonedar el oro recibido, y de él se inviertan 5000 ducados en la armada que se prepara, esperando que entretanto venga de las Indias más cantidad para completar

(9) AGI, Patronato 34. Publicada por Navarrete [3], p. 109. Y también por la Compañía General de Tabacos de Filipinas, [1], doc. nº 20.
(10) AGI, Contratación, 5090, t. IV, fl. 7 vº.
(11) AGI, Contratación, 5784, t. I, fl. 28, y t. II, fl. 42-vº.
(12) *Ibidem,* t. I, fl. 29 vº, y t. II, fl. 43.
(13) AGI, Patronato, 251, nº 9.
(14) AGI, Contratación, 5090, t. IV, fls. 8 y 9.
(15) *Ibidem,* t. IV, fl. 9 a 10 vº.



los que faltan hasta los 16 000 ducados que la Corona se ha comprometido a destinar a este fin (16). El 22 de octubre del mismo año otra real cédula nos informa de que iban ya invertidos 10 600 ducados, y en ella se ordena a los oficiales de la Contratación que del oro últimamente recibido tomen los 5400 que faltan para completar el total (17).

El 24 de octubre (18) Magallanes escribe al rey quejándose de los oficiales de la Casa y reclama el resto de la consignación, desconociendo, como es lógico, que ya se había ordenado su libramiento por la real cédula antes citada, que aun no había podido llegar a Sevilla. También expone en su carta que la cantidad de 3000 ducados destinada a la compra de mercaderías para el comercio, es muy pequeña y no bastará para adquirir suficiente especiería para completar la carga de las cinco naos, lo que será una grave pérdida. Por ello suplica se aumente esta cifra, o bien que el rey autorice a particulares para enviar mercaderías de rescate. Como la ganancia puede ser del 20 por uno, considera conveniente que el rey no pierda esa oportunidad.

En esta misma carta refiere Magallanes el conocido incidente ocurrido el día de la botadura de la nao *Trinidad,* viernes 22 de octubre, con motivo de la colocación de las armas reales y de las suyas, incidente en el que no nos detenemos por ser ajeno a nuestro tema.

La determinación real acerca de la participación privada en la empresa no fué inmediata, pero el 10 de marzo de 1519 una real cédula (19) comunica a los funcionarios de la Casa que ha mandado a Fonseca busque quienes inviertan hasta 4000 ducados en mercaderías para enviar en la armada, y éste tenía ya concertado el negocio con «ciertas personas», concediéndoles el privilegio de participar también en los tres primeros viajes que se hagan a las tierras e islas que ahora se descubran, invertiendo en ellos igual cantidad que en el que se está preparando, y en las mismas condiciones.

Poco después se autorizaba a Cristóbal de Haro para invertir hasta 2000 ducados en las armadas de Magallanes y de Gil González Dávila, que también se aprestaban por entonces, pudiendo distribuirlos a su voluntad entre ambas expediciones. Se le concede «sueldo a libra a perdida y ganancia», una vez separado el 20 por ciento del producto obtenido, que se destina a redención de cautivos, y obras pías. Esta participación le da derecho a otra igual en las tres primeras armadas que se envíen a las nuevas tierras, según se establece en la real cédula de 22 de marzo antes mencionada. Se le exime de todo derecho de entrada, y se le autoriza a dar parte a otros, y enviar una persona a su costa, «para que esté presente y vea los rescates que se fizieren» (20).

(16) AGI, Indiferente General, 419, t. VII, fl. 84.
(17) *Ibidem,* t. VII, fl. 122.
(18) AGI, Patronato 34 nº 2.
(19) Fechada en Barcelona. AGI, Contratación, 5090, t. IV, fl. 11 vº. Otro ejemplar en Indiferente General, 420, t. VIII, fl. 38.
(20) Real Cédula de Barcelona, 6 abril, 1919, AGI, Contratación, 5090.

En el mes de abril de 1519 la armada estaba ya a punto, y sólo faltaban las mercaderías que la Corona debía embarcar. Como ésta no se hallaba en condiciones de sufragar más gastos, se buscó la solución de que «ciertos mercaderes las pongan», cosa de la que se encargó directamente Fonseca, que esperaba tenerlas preparadas en el mes de mayo. Una real cédula de 18 de abril encarece a los oficiales de la Contratación que pongan el mayor empeño para su despacho, y faciliten a las personas enviadas por Fonseca la provisión y embarque de sus mercaderías. En caso de que éstas no pudieran hacerlo, ellos deberían buscar otros comerciantes que lo hagan, y en todo caso, «con mercaderías o sin ellas», la armada debe zarpar en mayo. A los comerciantes que embarquen algo se les conceden las mismas condiciones que ya vimos se otorgaron a Cristóbal de Haro ([21]). Pero éste fué el único que arriesgó una suma importante: 1 616 781 maravedís en mercancías. Realmente la Corona cumplió con creces su compromiso de invertir 16 000 ducados en la empresa, puesto que, según las cuentas de los oficiales de la Casa de la Contratación ([22]) gastó en ella 6 454 209 maravedís, y en esta cifra no se incluyen, como lo indican los mismos funcionarios, los 96 000 maravedís abonados a Magallanes y Falero en concepto de sueldo de mar, a razón de 8000 maravedís mensuales, durante medio año ([23]).

Tampoco se incluye el importe de 16 quintales de azogue y 4 de bermellón que embarcó Alonso Gutiérrez, y suman 12 014 maravedís.

Según el resumen citado, la financiación se hizo de este modo:

| | |
|---|---|
| Sufragado por la Corona ................. | 6 454 209 |
| Mercancías embarcadas por Cristóbal de Haro ................................ | 1 616 781 |
| Suplido por éste para el apresto ......... | 263 345 |
| *Costo total de la armada* ...... | 8 334 335 |

*Compra y apresto de las naos*

La relación firmada por Fonseca ([24]) de las cosas que los oficiales de la Contratación debían proveer para el despacho de la armada de Magallanes comienza así: «Primeramente cinco navíos, los dos de a 120 toneles cada uno, y otros dos de a 80 toneles cada uno y el otro de 60 toneles, aparejados para viaje de dos años...»

([21]) AGI, Contratación, 5080, t. IV, fls. 14 v° a 15.

([22]) «Relación de todo el gasto de la armada...» que firman el Dr. Matienzo y Juan López de Recalde, tesorero y contador de la Casa de la Contratación. AGI, 34, n° 10.

([23]) Cfr. nota [12].

([24]) «Las cosas que su alteza manda que vos los oficiales de la Contratación de las Yndias en la cibdad de Seuilla proveais e compreis para el despacho del armada que sus altezas mandan enviar con Ruy Falero y Fernando de Magallanes caballeros de la Orden de Santiago, sus capitanes, al descubrimiento que sus altezas mandan facer...» AGI, Contratación, 5090, t. IV, fls. 99 a 100 v°.



Para realizar la compra de las naos se desplazó a Cádiz y Sanlúcar de Barrameda el factor Juan de Aranda, quien no pudo hallar más que una de 120 toneles, la *San Antonio,* que compró por 330 000 maravedís. La otra nao, de menor porte, la *Trinidad,* desplazaba 110 toneles y costó 270 000 maravedís. Ninguna de 80 toneles pudo encontrar: la *Concepción,* de 90, y la *Victoria,* de 85, fueron las adquiridas, por 228 750 y 300 000 maravedís respectivamente. También la última hubo de ser algo mayor de lo señalado, pues la *Santiago* era de porte de 75 toneles y costó 187 500 maravedís.

Realizada la compra, hubo que llevar las naos a Sevilla para su carena y apresto, operación que costó 20 438 maravedís. El libro de cuentas de la armada indica que a los pilotos que las llevaron se les pagaron 1054,5 maravedís y que los gastos de viaje de Juan de Aranda fueron de 3750 maravedís.

La «Relación del gasto que se ha fecho [en] el armada que sus altezas [mandan] armar para ir a descubrir con Fernando Magallanes e el bachiller Falero» ([25]) empieza el 19 de agosto de 1518, y la primera partida que en ella figura es la de 1500 ducados que se envían a Nicolás de Artieta, en Vizcaya, para la compra de artillería, armas y otros pertrechos que debían adquirirse allí.

Llevada como un libro diario, esta relación permite seguir la marcha de los trabajos y preparativos con el mayor detalle.

Hay en ella incluso partidas mínimas, como la compra de seis cántaros para llenar de agua las pipas y toneles, que costaron 34 maravedís, y tres ratoneras a un real, adquiridas el 29 de abril, especificando que son para las naos *Victoria, Santiago* y *Trinidad.*

En la segunda quincena de octubre se trabaja en abrir la fosa a fin de «sacarlas a monte» para su carena. Los peones que realizaban esta tarea cobraban un jornal de 34 a 40 maravedís y los que torcían la estopa para calafatear cobraban 51.

A fines de diciembre de 1518, carpinteros y calafates trabajaban activamente en los cascos y las cuentas indican el número y nombre de los obreros y los salarios que percibían. Relaciones de jornales se suceden en los meses de enero, febrero y marzo de 1519, los de máxima actividad en el aderezo de los cascos. Estos obreros percibían un salario de 85 maravedís diarios, los oficiales.

Simultáneamente se cosían las velas, bajo la dirección del contramaestre Juanot. Los hombres dedicados a esta tarea cobraban 37 maravedís al día. Se compraron también los útiles y materiales necesarios: 173 piezas de lona que costaron 149 076 maravedís; 26 docenas de agujas aparecen compradas, el día 18 de abril, por 221 maravedís y en la misma fecha se adquirió un carro de jarcias para la nao *San Antonio* en 272 maravedís.

([25]) AGI, Contratación, 3255.

Según las cuentas de los oficiales de la Contratación, las naos y su apresto significaron un gasto de 3 704 997 maravedís, distribuídos del modo siguiente:

| | | |
|---|---|---|
| Precio total de las cinco naos ........... | 1 315 750 | |
| El esquife de la *Trinidad* ................ | 3 973,5 | |
| Un bergantín ................................ | 49 584 | |
| | | 1 359 271,5 |
| *Mano de obra* | | |
| Madera, clavazón, poleas, velas, etc. ... | 666 934 | |
| Jarcia ........................................ | 324 170,5 | |
| Trece anclas ................................ | 42 042 | |
| Herramientas diversas .................... | 58 525 | |
| | | 1 091 671,5 |
| *Materiales y herramientas* | | |
| Hacer la fosa y varar las naos ........... | 13 482 | |
| Jornales de carpinteros .................. | 104 244 | |
| Jornales de calafates ..................... | 129 539 | |
| Jornales de aserradores .................. | 6 790 | 254 055 |
| *Total* ........................................ | | 2 704 998 |

Resalta a primera vista la baratura de la mano de obra, ya que de las tres partidas de esta cuenta es la más reducida, y representa poco más del 10 % de las otras dos, y aproximadamente un 25 % de los materiales.

*Los hombres: jefes y altos cargos de la expedición*

Según la cuenta de los oficiales de la Contratación, los gastos de personal ascendieron a 1 592 839,5 maravedís, cifra que no es completa, puesto que en ella no se incluyen los pagos que se hicieron, mientras duraba el viaje a los familiares de los que iban en las naos, y tampoco las que percibieron Magallanes y Falero, en concepto de sueldo de mar. Solo contabilizan el anticipo hecho antes de la partida.

Analizando el libro de la armada y los libros de Cuenta y Razón de la Tesorería, hemos formado las relaciones incluídas en apéndice, donde constan las cantidades percibidas por los dos socios, por el hermano de Falero y por los capitanes y pilotos de las naos, así como por el contador mayor Antonio de Coca.

También hemos podido reconstruir en gran parte las nóminas de las dotaciones de las naos, que comienzan en el mes de septiembre o de octubre de 1518. No podemos asegurar en cual de los dos, por estar rotas varias páginas del libro. Damos en apéndice estas nóminas que permiten conocer los nombres de los maestres, contramaestres, marineros, grumetes y pajes que se fueron sucesivamente enrolando, así como otros cargos, por ejemplo, despenseros, lombarderos, etc.



De la relación de sueldos anticipados que se abonaron a todos los miembros de la expedición, antes de la partida de ésta, hemos podido obtener la filiación de los tripulantes y el número total de hombres que fueron en la armada: 237, cifra que concuerda con lo que leemos en el resumen hecho por los oficiales de la Contratación, donde se dice literalmente: «un cuento, ciento cincuenta y cuatro mil quinientos cuatro maravedís, que se han pagado de sueldo a *doscientas treinta y siete* personas que van en la dicha armada...» ([26]).

No fué fácil el enganche, ya que el hecho de llevar provisiones para dos años atemorizaba a los marineros y los hacía desconfiar del éxito de tan largo viaje.

Incluso los pilotos «a sueldo de su alteza» que fueron designados para ir en la armada, trataron de eludir este servicio, y fué necesario que el rey mandase a los oficiales de la Casa de la Contratación, que les comunicaran la orden de embarcar, so pena de tener que reintegrar todos los salarios que hubieran percibido como tales pilotos ([27]). Estos solicitaron diversas mercedes, y especialmente un aumento de sueldo de 3000 maravedís mensuales mientras estén navegando, como se hacía en Portugal, citando también el precedente de la concesión hecha a Juan Caravallo ([28]).

Magallanes estuvo en Barcelona probablemente en abril de 1519, y por entonces la armada estaba ya a punto, faltando solo mercaderías que debía llevar para el rescate ([29]). A su regreso a Sevilla hizo pregonar públicamente «en la calle de las gradas y en la ribera del río» ([30]) y demás lugares de costumbre que cuantos quisieren enrolarse como marineros, grumetes, etc., se presentaran a él o a los maestres de las naos, pero nadie quiso hacerlo y hubo de intentar el enganche en otras ciudades. Así, envió al alguacil mayor de la armada, Gonzalo Gómez de Espinosa, a Málaga con una carta de los oficiales de la Contratación en que se indicaba «el sueldo, partidos e franquezas» concedidos a quienes embarcaran en la armada. Pero el corregidor de la ciudad no le dejó pregonarla porque a la sazón se hacía allí otra armada para levante «por mandado de su alteza» ([31]) y solo consiguió enganchar a un hombre.

Algo más de fortuna tuvo el maestre de la *Santiago*, Bartolomé Palla, genovés, que también fué a Málaga, con veinte ducados que le dió Magallanes para «hacer gente» en aquella ciudad, y logró reclutar a seis hombres ([32]). Al mismo tiempo envió dos veces a Cádiz al maestre de la capitana, Juan Bautista, llevando dinero y carta

([26]) AGI, Patronato 34, nº 10, y Contratación 5090, t. IV, fls. 42-64.

([27]) AGI. Contratación, 5090, t. IV, fls. 15 y 15 vº.

([28]) AGI, Patronato, 34, nº 9.

([29]) Así se deduce del contexto de la real cédula dada en Barcelona a 18 de abril de 1519. AGI, Contratación, 5090, t. IV, fls. 14 vº y 15.

([30]) Declaración de Gonzalo Gómez de Espinosa, alguacil mayor de la armada, en la Información que se hizo en Sevilla, el 9 agosto 1519, a petición de Magallanes, para probar que por falta de españoles tuvo que reclutar extranjeros. Respuesta a la 2ª pregunta del interrogatorio. AGI, Patronato 34, nº 6.

([31]) Declaración de Juan Sebastián del Cano en la información citada en la nota anterior. Respuesta a la 4ª pregunta.

([32]) Declaración del propio Bartolomé Palla, que es el que figura con el nombre de Baltasar Genovés, como maestre de la nao *Santiago*. Respuesta a la 5ª pregunta.

del doctor Matienzo. La primera vez pudo pregonarla, pero la segunda se lo prohibió el contador Juan López de Recalde, que se hallaba en aquel puerto despachando otra armada (33). Por fin, al piloto Juan Rodríguez de Mafra y a Diego Martínez los mandó al Condado y a los puertos onubenses en unión de Antón Hernández Colmenero.

Todas estas gestiones no bastaron para cubrir las dotaciones de las naos con españoles, y por eso Magallanes ordenó a los maestres que aceptaran a los extranjeros que creyeran aptos para la empresa. Así se enrolaron «griegos, venecianos, genoveses, sicilianos, franceses y portugueses», todos hombres de mar ya experimentados en la carrera de Indias, «hábiles y suficientes», como declaran los maestres en la información que se hizo en Sevilla el 19 de agosto de 1519 (34). En ella deponen como testigos el alguacil Gómez de Espinosa, Juan Bautista Punzozol, Antonio Salamón, Baltazar Palla y Juan Sebastián de el Cano.

Al fin quedaron completas las dotaciones, pero no de modo definitivo, puesto que una real cédula dada en Barcelona a 26 de julio de 1519 prohibía que fuesen «hombres de mar portugueses». El capitán general de la armada intentó defenderlos, y con esta finalidad hizo la información ya citada, pero los oficiales reales se mantuvieron firmes, y ofrecieron sustituir por otros a los grumetes portugueses. Habían recibido también una real cédula fechada en Barcelona a 17 de junio de este año que limitaba a cuatro o cinco el número de criados y sobresalientes lusitanos que pudieran ir en cada nao (35).

Por este motivo hubo una serie de cambios de última hora, aunque Magallanes consiguió al fin que embarcasen más portugueses de los autorizados.

Hemos estudiado y comparado tres nóminas de tripulantes:

1) Relación de la gente que va en los barcos que su alteza manda enviar para el descubrimiento de la Especiería, de que va por capitán Fernando de Magallanes (36);

2) Relación de la gente que su magestad mandó ir en el armada de Magallanes, y del salario que han de haber cada mes (37);

3) Relación del sueldo anticipado a los que van en la armada de Magallanes, desde 10 agosto 1519 (38).

(33) Declaración de Juan Bautista, genovés, maestre de la *Trinidad*. Respuesta a la 6ª pregunta.

(34) Citada en [30].

(35) La incluyen literalmente en las diligencias efectuadas en Sevilla, agosto de 1519, con motivo de la ordem de S. M. de que fuese en la armada Ruy Falero. AGI, Patronato 34, nº 8.

(36) AGI, Patronato 34, nº 6.

(37) AGI, Patronato 35.

(38) AGI, Contratación, 5099, t. IV, fls. 42 a 64 vº.



Las tres ofrecen variantes en cuanto al número y nombres de las personas que en ellas figuran. Consideramos que la más fidedigna para saber cuantos y quienes zarparon de Sanlúcar de Barrameda es la tercera, puesto que, aunque no lleva fecha, debe ser la última. Es también la más detallada porque contiene la filiación de cada hombre, indicando su naturaleza en unos casos y la vecindad en otros, así como los nombres de los padres y de la mujer, si era casado.

No es tampoco definitiva, puesto que en ella se incluye a los grumetes portugueses, luego sustituídos por otros. Pero los cambios ocurridos después de su redacción están anotados al margen con todo detalle.

Así sabemos que Sancho de la Pieza, marinero de la nao *San Antonio*, se ahogó en el Guadalquivir antes de que la armada saliera de Sevilla, y que el llamado Francisco Roldán no fué, sin que se exprese el motivo, ni tampoco su hijo Ginés, enrolado como grumete en la misma nao.

Sabemos también que el grumete Juan Gallego fué expulsado, porque se halló que era portugués, y sustituído por Juan Ginovés. Lo mismo le ocurrió a Juan de Muros, por quien entró el vasco Juan de Orue. Pedro de Basozabal se quedó en tierra por estar enfermo de bubas, y en su lugar entró Alonso del Puerto.

Asimismo la nao *Victoria* sufrió algunos cambios en su dotación: un Antonio, portugués, se ve sustituído por otro Antonio, italiano, y Alvaro Hernández por el francés Cristóbal Mahuri. Hubo dos desertores, Esteban de Jerez y Pedro Maldonado, en cuyos puestos entraron Martín de Ayamonte y Pedro de Tolosa.

La nao *Concepción* debió sustituir a dos grumetes portugueses, entrando en sus plazas Juan Olivar, único valenciano que fué en la armada, y un andaluz de Jerez de la Frontera, llamado Cristóbal Dacosta, apellido que hace pensar en ascendencia portuguesa.

La *Santiago* cambió al grumete Diogo de Tavira por un esclavo negro propiedad de Juan Serrano, y quedó asimismo en tierra el hermano del piloto Esteban Gómez, llamado Juan, grumete, que no fué sustituído, o al menos no se hace constar.

De entre los criados de Magallanes desertaron Juan Colin, francés, y Carlos Sánchez, nacido en Barbastro, uno de los pocos aragoneses que aparecen en las relaciones. También se echó atrás el granadino Antonio Ximénez, sustituído por Bartolomé de Saldaña, natural de Palos.

*Los españoles y su procedencia regional*

Andalucía es la región mejor representada, con un total de 65 tripulantes; la tradición marinera de la costa atlántica andaluza y el lugar en que se apresta la armada, bastan para explicar este predominio numérico.

De acuerdo con la actual división provincial, Huelva ocupa el primer lugar, con 24 hombres, de los que hay dos nacidos en la capital: el marinero Juan Rodríguez, embarcado en la *Concepción*, y el grumete Pedro Díaz, que iba en la *Santiago*. Otros

once, todos marineros, son vecinos de la misma ciudad (39). La villa pesquera y fronteriza de Ayamonte, aporta un grumete para la *Trinidad,* Francisco, nacido en ella, y otro vecino de la misma, grumete en la *Victoria,* llamado Martín, hijo de Diego Loza. Asimismo vecinos de dicha villa son el sobresaliente Luis Alonso de Goes, embarcado en la *Trinidad,* y el intérprete Antonio Hernández, que iba en la *San Antonio.* En total, cuatro ayamontinos. Natural de Lepe era Cristóbal Rodríguez, despensero de la *Trinidad.* Moguer aporta dos marineros y un grumete (40) y de la villa de Palos salieron el marinero de la *San Antonio* Cristóbal García y el paje Diego, de la misma nao, que tal vez fuese hijo del anterior, casado con Juana González; los padres del paje Diego son homónimos, aunque la madre aparece apellidada García. Naturales de Palos son Bartolomé de Saldaña, sobresaliente de la *Victoria,* el marinero Juan García y el grumete Alonso Hernández; como vecinos de la dicha villa figuran Pedro Bello, grumete, y Bartolmé García, marinero, que, como los dos anteriores, van en la nao *Santiago.* Son, pues, siete los paleros, número considerable si se tiene en cuenta la pequeñez del lugar.

Pero no solo fueron las ciudades costeras las que aportaron hombres a la empresa magallánica: también en el interior se siente la llamada a la aventura, y sale un hombre de Bollullos, Bocacio Alfonso, marinero en la *Santiago,* dos de Aroche, que van como sobresalientes en la misma nao (41), un vecino de Almonaster, Juan de la Torre, sobresaliente en la *Concepción;* otro de Aracena, Lázaro de Torres, hijo del físico Pedro Alonso, que fué en la *Trinidad,* y, por fin, uno de Trigueros, Pedro Barcia (42).

Sevilla sigue de cerca a Huelva con 20 hombres enrolados: el cirujano Juan de Morales era vecino de la capital, en la collación de la Magdalena, y también los toneleros de las naos *Trinidad, San Antonio* y *Concepción,* todos avecindados en la collación da Santa María la Mayor. Incluso sabemos las calles en que vivían dos de ellos, Pedro Pérez, en la de Jimios, y Juan de Oviedo, en la Carretería. El tercero era Francisco Martín, natural de Sevilla, hijo de Domingo Martín y Juana López. El armero Pedro Sánchez, embarcado en la *Trinidad,* vivía en la collación de San Vicente, y el herrero Gonzalo Hernández, en Triana.

Como vecinos de Sevilla figuran Juan de Elorriaga, maestre de la *San Antonio,* y el contramaestre de la misma nao, Diego Fernández, con cuatro marineros (43)

(39) He aquí sus nombres: Gómez Hernández y Sebastián García, embarcado en la *Concepción,* Francisco Rodríguez y otro Francisco, sin apellido, que iban en la *San Antonio;* Diego Martín, casado con Catalina Díaz, y Francisco Martín, al que suponemos hijo de los anteriores, puesto que coinciden los nombres de sus padres. Ambos viajan en la *Trinidad,* así como Bartolomé Sánchez, Antón Rodríguez y Antón Hernández Colmenero. Luis Martín y Diego García de Trigueros iban en la *Santiago.*

(40) Francisco Ruíz, en la *Concepción,* Antonio Rodríguez Calderero, en la *San Antonio,* y el grumete Lorenzo, en la misma nao.

(41) Juan de Aroche, merino, y Hernando Lorenzo.

(42) Hijo del barbero Juan Rodríguez y de Isabel García. Fué como grumete en la *Santiago.*

(43) Juan Rodríguez, en la *Trinidad;* Francisco de Morales, en la *San Antonio;* Francisco Rodríguez y Juan Rodríguez el Sordo, en la *Concepción.*



y un grumete (44). Naturales de la ciudad hispalense eran Jerónimo García, grumete en la *Santiago,* y Diego Sánchez Barrasa, sobresaliente en la *Trinidad.* Vecinos, Juan Martínez y Antonio Hernández, también sobresalientes (45).

Los pueblos de la actual provincia de Sevilla dan una pequeña contribución: Pedro de Valderrama, hijo de unos vecinos de Ecija, es el capellán de la *Trinidad;* de padres avecindados en Gelves, era Sebastián Ortíz, grumete de la *Victoria,* y, por fin, Francisco de Angulo, sobresaliente de la *San Antonio,* natural de Morón.

Después de Huelva y Sevilla, sigue, con gran diferencia, Cádiz, que aportó siete hombres: el marinero Ginés de Mafra, natural Jerez de la Frontera, pero avecindado en Palos, y el grumete Cristóbal Dacosta. Del Puerto da Santa María suponemos a Gonzalo Hernández, de oficio herrero, que fué como sobresaliente en la *Concepción* y que figura en las cuentas de la armada como «natural de Santa María del Puerto». El grumete Alonso era hijo de vecinos de la misma villa.

Tres naturales de Sanlúcar de Barrameda se incorporaron como sobresalientes, creemos que sería durante el tiempo en que los barcos estuvieron allí fondeados: son Diego Ximénez, Diego Díaz y Juan de Córdoba, que fueron en la *Victoria,* los dos primeros, y en la *Trinidad,* el último.

Un malagueño, Juan de Villalón, natural de Antequera, un cordobés, Alberto, hijo de Alonsco Sánchez e Isabel Hernández, y dos hermanos naturales de Baeza (Jaén) — Francisco y Luis del Molino (46) — completan la nómina de andaluces enrolados en la armada de Magallanes.

La región que ocupa el segundo lugar por el número de sus hombres — 29 — es el País Vasco. Bilbao aportó tres naturales y otros tantos vecinos: los primeros son Sebastián de Olarte, marinero de la *San Antonio,* y los grumetes de la *Victoria* Ochote — hijo de Ochoa de Erandia — y Juan de Arratia. Los segundos, Pedro de Bilbao, calafate, Juan Hortíz de Gopeguy, despensero, y Juan de Menchaca, ballestero, todos de la dotación de la nao *San Antonio.*

La pequeña villa de Bermeo suministró siete hombres: el paje Juan de Chindarza, nacido en ella, y los vecinos Juan de Aguirre, marinero, Juan de Acurio, contramaestre, António de Basazabal, calafate, y los grumetes Martín de Insaurraga y Pedro de Muguertegui, todos en la *Concepción,* así como el carpintero de la *San Antonio* Pedro de Sautua.

Otras localidades vizcaínas están representadas en las nóminas: Deva, que aportó dos carpinteros, Domingo de Icaza para la *Concepción* y Martín de Gárate para la *Victoria.* Galdácano, de donde era el barbero Pedro de Olaberrieta; vecino de Baquio el calafate Martín de Goytisolo; de Portugalete, el marinero Pedro de Laredo, de Arrigorriaga, el grumete Martín de Aguirre, y, natural de Munguía, Juan de Orue, también grumete, todos embarcados en la nao *San Antonio.* Natural de

(44) Rodrigo Macías, en la *Concepción.*

(45) El primero en la *Trinidad* y el segundo en la *Concepción.*

(46) El primero iba como criado de Juan de Cartagena en la *San Antonio;* el segundo figura entre los sobresalientes de la *Concepción.*

Lequeitio, Domingo de Urrutia, marinero de la *Trinidad,* y, de Somorrostro, Juanito Vizcaíno, grumete de la *Victoria.* Vecinos de Baracaldo son los padres del paje Juan de Zubileta, que fué también en la *Victoria.*

Seis hombres de Guipuzcoa embarcaron en la armada: citemos en primer lugar a Juan Sebastián del Cano, vecino de Guetaria, que tan destacado papel tendría en la expedición. Otros guipuzcoanos son Juanes de Segura, marinero, vecino de Segura, Juanes de Irún Iranzo, Lorenzo de Iruña, vecino de Socavilla, Pedro de Tolosa, grumete cuyos padres eran vecinos de esta ciudad, y por fin Martín Barrena, sobrasaliente de la *Santiago,* nacido en Villafranca.

Las dos Castillas contribuyen con quince hombres — diez la Vieja y cinco la Nueva — y el antiguo reino de León con tres, al igual que Asturias.

Los castellanos son el alguacil mayor de la armada Gonzalo Gómez de Espinosa, natural de esta villa burgalesa, al igual que Juan Gómez de Espinosa, criado del contador António de Coca. La ciudad de Burgos aporta un criado de Luis de Mendoza, llamado Simón, hijo de Pedro de Oña y Mencía de Estrada, y otro de Juan de Cartagena, llamado Alonso del Río. Vecino de la misma ciudad es Pedro de Valpuesta, también criado de Juan de Cartagena. Ambos navegan en la *San Antonio,* donde iba su señor.

De la villa de Brizuela era el marinero de la *Trinidad* Francisco de Espinosa y con él termina la serie de los hombres burgaleses, aunque hay también un Juan de Sagredo, merino en la *San Antonio,* natural de Revenga, lugar que figura como perteneciente a Burgos, en los libros de cuentas de la armada, pero que suponemos debe ser la Revenga de Campos de Palencia. De la misma comarca es Juan Martín, criado de Luis de Mendoza, natural de Aguilar de Campo.

La costa santanderina está presente con un natural de Santoña, el marino Sancho de la Pieza, que, como ya dijimos, pereció ahogado en el Guadalquivir antes de que la armada saliera de Sevilla. También santanderino es el paje Gutierre Esturiano, nacido en Villasevil, lugar del partido judicial de Villacarriedo, que cuando Pascual de Madoz redactaba su obra [47] tenía setenta casas.

Castilla la Nueva embarcó a un herrero, natural de Ciudad Real, llamado Pedro García, que fué en la *Victoria,* un marinero de Cifuentes (Guadalajara), de nombre Juan Ortega, el despensero de la *Concepción,* Juan de Campos, natural de Alcalá de Henares, Francisco Díaz, de Madrid, sobresaliente en la misma nao, y otro de igual clase, Antonio de Escobar, natural de Talavera, que navegó en la *San Antonio.*

Juan de León, nacido en esta ciudad, que fué como sobresaliente en la *San Antonio,* y los criados Roque Pelea y Francisco de Carvajal, ambos de Salamanca, son los leoneses que toman parte en la empresa.

La región asturiana contribuyó con el marinero Pedro Hernández, vecino de Ribadesella, el grumete Miguel, natural de Pravia, y el sobresaliente García de Tuñón,

[47] *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar,* 1ª edición, Madrid, 1845-50. Debió trabajar en él desde 1835, en que terminó el *Diccionario Geográfico Universal.*



nacido en este lugar, situado a la derecha del río Trubia. Los tres navegaron en la *San Antonio.*

La contribución gallega fué de diez hombres. La *Trinidad* llevó a los grumetes Antón de Noya, natural de esta villa coruñesa, Juan Gallego, pontevedrés, Luis de Veas, nacido en este lugar, «tierra del conde don Fernando de Andrada», y Vasco Gómez Gallego, cuyos padres eran vecinos de Bayona. En la *Victoria* embarcó el marinero Diego Gallego, natural de la misma villa, y el grumete Rodrigo Gallego, de La Coruña. Otros dos grumetes galaicos llevó la *Concepción:* Juanes, natural de Tuy, hijo de Gonzalo Hernández y de Isabel Rodríguez, y Gonzalo de Vigo, nacido en esta ciudad. En la *San Antonio* fué como grumete Luis, hijo de Martín de Vendaño y de Catalina, vecinos de Deza (Pontevedra), y el criado de Juan de Cartagena, Rodrigo Nieto Gallego, vecino de Orense.

El reino de Aragón está representado solo por dos grumetes: el valenciano Juan de Oliver y Blas de Toledo, natural de Almunia. No hemos podido determinar de cual, de los tres lugares que hay en Aragón con este nombre, sería. Dichos lugares son: La Almunia (Zaragoza), Almunia de doña Godina (idem) y Almunia del Romeral (Huesca).

Navarros eran Lope Navarro, vecino de Tudela, marinero en la *Victoria,* y el merino de la misma nao Diego de Peralta, hijo de Juan de Gorria y Juana del Za, vecinos de Peralta. También Juan Navarro, natural de Pamplona, grumete de la *Concepción.*

Un solo extremeño tomó parte en la empresa, el barbero Hernando de Bustamante, natural de Mérida, que embarcó en la *Concepción.*

No hemos podido identificar, y por tanto situar regionalmente, a seis españoles, que unidos a los anteriores hacen un total de 136. Los europeos suman 79 y entre asiáticos y africanos iban seis hombres más. Añadidos los altos cargos de la armada y los pilotos (16 hombres, unos españoles y otros portugueses), hacen un total de 237 personas, número que no puede darse por seguro, ya que en otras relaciones aparecen más.

Entre los europeos, los más numerosos son los italianos, y de ellos los genoveses. Les siguen franceses y portugueses, y después griegos y flamencos, completándose la nómina con un inglés y dos alemanes.. Hay siete hombres cuyas nacionalidades no hemos logrado determinar.

*Gastos de personal*

El análisis del libro diario nos ha permitido obtener las nóminas mensuales que expresan cuántos y quiénes formaron las dotaciones iniciales de las naos, cuando se hallaban todavía «tiradas a monte», según expresión de la época, para su carena y apresto.

Sabemos también que Magallanes y su socio percibieron la primera ayuda de costa el día 7 de mayo ([48]) y que esta fué de 30 000 maravedís a cada uno. Nuevas ayudas de igual cuantía reciben el 16 de noviembre de 1518 ([49]) y el 3 de junio del año siguiente ([50]), lo que hace un total de 90 000 maravedís para cada socio.

En concepto de salario, los dos cobran el 5 de octubre de 1518 el correspondiente al tiempo transcurrido desde que se firmó la capitulación, 22 de marzo, hasta el 31 de agosto siguiente, a razón de 50 000 maravedís anuales ([51]), y en lo sucesivo se les abona por tercios.

Magallanes percibió antes de zarpar, en concepto de salarios anticipados, un total de 141 054 maravedís en los que se incluye el aumento de 8000 mensuales «por el tiempo que navegue», abonándosele seis meses adelantados, que comienzan el 20 de septiembre de 1519, fecha de la partida. Después de ésta, el sueldo le fué entregado a su esposa, doña Beatriz Barbosa. Hemos encontrado partidas que lo acreditan hasta fines del año 1520. Pero no se le abonaron los 8000 maravedís mensuales de «sueldo de mar», por lo que devengó hasta su muerte, ocurrida el 27 de abril de 1521: 164 582 maravedís en 22 meses y 22 días. De ellos hay que descontar los 48 000 anticipados y 15 000 que se entregaron a Diego de Sosa en 25 octubre 1524 ([52]).

En cuanto a Falero, que, como es sabido, no embarcó en la expedición, siguió cobrando hasta el 20 de septiembre de 1533 ([53]), en que se le abona el segundo tercio de su salario de este año. Es el último libramiento a su favor que hemos visto.

En cuanto a su hermano Francisco, obtuvo un salario de 35 000 maravedís anuales, que percibió desde 25 de mayo de 1519 hasta 31 de diciembre de 1532. En 10 de agosto de este año se le concede un aumento de 15 000 maravedís anuales, y cobró las diferencias el 5 de marzo de 1533. De éste año solo hemos encontrado los asientos de dos tercios, abonados en mayo y septiembre ([54]).

Juan de Cartagena, nombrado veedor general de la armada, y «conjunta persona» de Magallanes, por real cédula de 30 de marzo de 1519, tenía una asignación de 60 000 maravedís anuales, más otros 40 000 como capitán de la tercera nao, nom-

([48]) Concedida por real cédula de Aranda de Duero a 17 de abril 1518. Libro de Data de la Tesorería de la Casa de Contratación, que empieza el día 1 de enero de 1515, fl. 90. A.G.I. Contratación, 4675-B.

([49]) Concedida por real cédula de Zaragoza, 2 septiembre, 1518. *Ibidem*, fl. 93.

([50]) Por real cédula de Barcelona, 6 abril, 1519. Libro citado en [48], fl. 98.

([51]) *Ibidem*, fl. 92 vº.

([52]) Relación del sueldo que se debe a los que fueron a Maluco en el armada de que fué por capitán Fernando de Magallanes...». AGI. Patronato, 34, nº 4.

([53]) Libro de Data que empieza en 12 agosto de 1530, fl. 85 vº, AGI. Contratación 4675-B.

([54]) Libro de Data que empieza en 1º enero 1515. El primer pago aparece en el fl. 101 vº. Los siguientes en los fls. 113, 123 vº, 126, 137 vº, 140, 145, 148 vº, 152, 154 vº, 158 vº, y 167. En el libro siguiente, que empieza en 30 septiembre 1525, fl. 79 vº, 91 vº, 122, 132 y 139. En el libro de Data que empieza en 12 agosto de 1530, fls. 1 vº, 19 vº, 27, 35 vº, 41, 47 vº, 58, 69, 75, 78 vº y 85 vº.



bramiento que se le extendió con la misma fecha que el anterior. El 30 de junio de de 1519 cobró 100 000 maravedís como sueldo anticipado de un año, sin que aparezcan más libramientos a su favor.

El contador de la armada, Antonio de Coca, percibió también un año adelantado de su sueldo de 50 000 maravedís, y Luis de Mendoza, tesorero, seis meses de sueldo — 30 000 maravedís, puesto que ganaba 60 000 anuales — y una ayuda de costa de 10 000 maravedís.

A todos los pilotos se les libró el 31 de julio de 1519 un año de salario — cobraban 30 000 maravedís menos Juan López Caravallo, que tenía asignados 20 000 — y una ayuda de costa de 20 ducados a cada uno (7500 maravedís).

Gaspar de Quesada, capitán de la *Concepción*, cobró asimismo seis meses de sueldo, a razón de 48 000 maravedís anuales ([55]).

Se abonaron también varias partidas a los herederos de los fallecidos en el viaje. Así, por ejemplo, en marzo de 1523 se paga a la madre de Andrés de San Martín el salario de un año de este piloto, y en junio de 1530 se abonan a su hermano Cristóbal 12 000 maravedís, que corresponden a Juana de San Martín, «hija del dicho Andrés» ([56]).

La viuda de Vasco Gallego cobra el salario de su marido hasta el 28 de febrero de 1521, en que murió ([57]), y la hija y heredera de Juan Rodríguez de Mafra percibe el sueldo de su padre hasta el 30 de abril de 1521, fecha de su muerte ([58]).

A ésto hay que unir las nóminas de las dotaciones de las naos formadas por maestres, contramaestres, marineros, grumetes, pajes, despenseros, carpinteros, calafates, etc., etc., cuyos abonos aparecen en el libro desde que empiezan los preparativos de la armada, pero, por hallarse rotas algunas hojas, no podemos darlas completas. Los sueldos asignados a cada clase figuran en el apéndice.

Creemos que corresponden al mes de septiembre de 1518 las partidas de sueldo y mantenimiento abonadas a Juan Gómez, grumete, Juan Gallego, carpintero, Alfonso Sardina, paje, y Juan Martínez de Marquina, despensero, que suman 4427 maravedís.

La nómina de noviembre, que se pagó anticipada el día primero de dicho mes, comprende 1 maestre, 1 contramaestre, 14 marineros, 4 grumetes, 2 pajes, 1 calafate y 3 carpinteros.

El piloto Esteban Gómez cobra 3000 maravedís como maestre de las obras, y, a excepción de Juan Martínez de Marquina, los otros comprendidos en la nómina anterior figuran también en ésta, si bien sus sueldos no son iguales.

([55]) Las referencias a los asientos de pagos hechos a éstos, desde Juan de Cartagena, pueden verse en la relación que damos en apéndice.

([56]) Libro de Data que empieza en 1º enero 1515, fl. 160. En el libro siguiente, fl. 141 vº.

([57]) Libro de Data que empieza en 30 septiembre 1525, fl. 83. De este asiento se deduce que el marinero Francisco Andero era hijo de Vasco Gallego.

([58]) En el mismo libro, fl. 79.

A partir de este momento, están completas las nóminas de los meses sucesivos hasta el 15 de junio de 1519, y puede verse el aumento progresivo del número de enrolados. Desde el mes de febrero de 1519 ya cada una de las naos tiene asignada su propia dotación. Damos estas nóminas en apéndice.

Antes de la partida de la armada se abonó a cada hombre un anticipo, contado desde el 10 de agosto de 1519, día en que las naos salieron de Sevilla para Sanlúcar de Barrameda. A los maestres se les dió el sueldo de 6 meses, a los lombarderos el de cinco y al resto de las dotaciones 4 meses adelantados.

El acopio de víveres y provisiones comenzó pronto. Ya el 29 de octubre de 1518 se comisiona a Gonzalo Díaz para comprar en Jerez el vino necesario. Por este trabajo, en el que invirtió tres meses, se le abonaron 6324 maravedís. Las 508 botas de vino adquiridas tuvieron de costo 611 347 maravedís, a los que hay que sumar fletes y transporte, guardas y otros gastos menores, que elevan el total a 589 099 maravedís.

Se adquirieron también 2138 quintales y 3 libras de bizcocho, a 170 maravedís el quintal, que, unidos a 18 piezas compradas con la nao *Santiago Bretona* y los gastos de transporte, suman 372 510 maravedís.

El pescado seco, de variadas clases — anchovas, alvarinos, cazones, dentudos, cornudillas, etc. —, importó 62 879 maravedís.

Otra partida importante la constituye el aceite: 47 quintales, 5 arrobas, que costaron 58 425 maravedís. Le sigue en valor el tocino seco, 57 quintales, 12 libras, comprados a diversos precios, por un total de 53 908 maravedís.

También de importancia es la partida de los quesos, 112 arrobas, 16 libras, en 984 piezas, envasados en barriles, y bien untados de aceite. Su costo fué de 26 434 maravedís.

Siete vacas y tres cerdos vivos aseguraban la carne fresca durante algún tiempo. En su compra se invirtieron 15 180 maravedís.

Garbanzos, habas y lentejas forman también parte de la despensa. De los primeros se embarcaron 90 fanegas, 50 de habas y 2 de lentejas, adquiridas éstas el día 25 de agosto de 1519, por un total de 952 maravedís, más 10 de transporte. El valor de esta partida fué de 23 037 maravedís.

De Moguer se trajeron 200 arrobas de vinagre, cuyo precio, incluído el transporte hasta las atarazanas, fué de 3655 maravedís.

El azúcar costó a 720 maravedís la arroba y se compraron 21 y 9 libras, por un total de 15 451 maravedís. Sale por tanto el kilo, aproximadamente, a un real y medio.

Cebollas y ajos, frutas secas, miel, mostaza, carne de membrillo y otras partidas completan la provisión de las naos, cuyo importe ascendió a 1 589 551 maravedís ([59]).

Si se comparan las distintas partidas con la relación enviada por Fonseca, puede verse la exacta coincidencia de las cantidades en algunos casos, por ejemplo,

([59]) Según el resumen de la cuenta, que se halla en AGI, Patronato 34.



las doscientas arrobas de vinagre, pero en otros se advierten diferencias en más o en menos.

La distribución de los víveres en las naos puede verse en la obra de Navarrete ([60]), que hace un cálculo de lo que corresponde a cada hombre: 9 quintales 12 libras de bizcocho, una pipa 20 arrobas y dos azumbres de vino, y 2 arrobas de aceite. Ello representa lo bastante para más de dos años.

### *Otras provisiones*

Los barcos llevaban también aparejos de pesca, para disponer de alimento fresco durante el viaje, y los útiles de cocina, vajilla, etc., así como las armas, municiones y artillería.

En esta última hay diferencias entre lo indicado por Fonseca y lo que realmente llevaron: 50 versos de hierro, en lugar de 62, 7 falcones en lugar de 10, y sólo 3 lombardas gruesas, más 3 pasamuros, en lugar de las 10 lombardas gruesas que figuran en la relación del obispo.

Coinciden exactamente el número de ballestas — 60 — y de escopetas — 50 —, así como 1000 lanzas, 200 picas, 200 rodelas, 100 coseletes con espalda, barbote y brazaletes, y otros tantos petos, y por fin 200 casquetes. En total, incluyendo pólvora y municiones, y algunas otras partidas, el capítulo de armamento ascendió a 521 774 maravedís ([61]).

### *Mercaderías para rescate*

Como ya dijimos al tratar de la financiación de la empresa, las mercaderías fueron suministradas en su casi totalidad por Cristóbal de Haro, y el importe total del cargamento fué 1 679 769 maravedís.

De ellos la Corona invirtió 87 583 maravedís ([62]).

En la relación de Fonseca se incluyen las siguientes:

30 piezas de paños de colores, a 4000 maravedís una;
20 libras de azafrán;
3 piezas de veintenes ([63]) plateado, colorado y amarillo;
1 pieza de grana de Valencia;

([60]) Citado en [3], apéndice XVIII.

([61]) «Relación del coste de la armada de las cinco naos que van al descubrimiento de la especiería...» AGI, Patronato 34, nº 10.

([62]) «Relación de las mercaderías que se compraron en la ciudad de Cádiz para rescate, por Juan de Aranda». AGI, Contratación 5090.

([63]) Paño cuya urdimbre consta de 20 centenares de hilos.

2 piezas de terciopelo de colores;
200 bonetes colorados sencillos;
200 sepias coloradas;
10 000 anzuelos;
1000 maravedís de peines;
200 quintales de cobre en pasta;
10 000 mazos de matamundo amarillo;
2000 manillas de latón;
2000 barras de manillas de cobre;
200 bacías de latón pequeñas;
24 bacías grandes;
20 000 cascabeles de tres clases;
400 docenas de cuchillos de Alemania de los peores;
40 piezas de borasines de colores ([94]);
50 decenas de tijeras;
1000 espejos chicos, cien de ellos mayores;
100 quintales de plomo;
500 libras de cristalino «que es diamantes de todos los colores».

Como las mercaderías para rescate fueron embarcadas por cuenta de Cristóbal de Haro, en su mayor parte, sólo hemos encontrado relación detallada de las que envió la Corona ([95]).

Para terminar, damos un resumen del costo de la empresa magallánica, según los datos que hemos sacado del libro diario que llevaba el tesorero de la Casa de la Contratación.

| | |
|---|---|
| Las cinco naos, esquife y bergantín ...... | 1 359 271,5 |
| Materiales para su reparo y apresto ...... | 1 033 146,5 |
| Mano de obra ................................ | 254 055 |
| Sueldo de las dotaciones durante los preparativos ............................ | 438 335,5 |
| Anticipo de sueldo a las 237 personas embarcadas .......................... | 1 154 504 |
| Provisiones de boca .......................... | 1 654 944 |
| Armas y municiones ........................ | 521 774 |
| Menaje de cocina y vajilla .................. | 53 611 |
| Herramientas diversas ...................... | 58 525 |
| Aparejos de pesca ........................... | 30 254 |
| Instrumentos y cartas náuticas ........... | 68 182 |
| Fletes, portes y otros gastos .............. | 585 883,5 |

([94]) Tela de hilo, de color, más gorda y basta que la holandilla.
([95]) Cfr. [62].



| | |
|---|---|
| 80 banderas y una bandera real .......... | 25 029 |
| Gastos de correo ............................ | 45 000 |
| Varios ........................................ | 98 400 |
| | 6 800 915 |
| Mercancías para rescate .................... | 1 679 769 |
| *Suma total* .............. | 8 480 684 |

Esta cifra es mayor que la indicada por los propios oficiales de la Contratación en su «Relación de todo el gasto de la armada...» ([96]). La diferencia entre ambas es de 146 349 maravedís, que no es demasiado grande si se tiene en cuenta el enorme volumen y complejidad de los pagos y el imperfecto sistema de contabilidad utilizado.

Pero el costo real de la armada fué bastante mayor, pues el capítulo de personal, según los datos que nosotros hemos obtenido de los libros estudiados, ascendió a 3 204 812 maravedís, según detallamos seguidamente:

| | |
|---|---|
| Cantidades abonadas a Magallanes ........................... | 276 886 |
| Cantidades abonadas a Ruy Falero ........................... | 636 540 |
| Cantidades abonadas a Francisco Falero .................. | 387 744 |
| Cantidades abonadas a los altos cargos de la armada, capitanes y pilotos ...................................... | 587 920 |
| Cantidades abonadas a las tripulaciones, desde su enganche ...................................................... | 1 071 858 |
| Cantidades abonadas a los sobresalientes .................... | 243 864 |
| *Suma el capítulo de personal* .............. | 3 204 812 |

Sin duda esta cifra aún tiene error por defecto, ya que no hemos encontrado las nóminas completas, como queda dicho, por faltar algunas hojas en los libros de la tesorería.

Sumada esta diferencia al total antes indicado de 8 480 684 maravedís nos da la suma de diez millones, noventa y dos mil seiscientos cincuenta y seis maravedís y medio (10 092 565,5 maravedís).

Pero los resultados obtenidos, nos parece que compensaron con creces el esfuerzo, ya que de aquí arranca el dominio de España en las Filipinas y en las Molucas, que serían cedidas a Portugal por 350 000 ducados en pacto de retroventa, según la escritura firmada en Zaragoza el año 1529. Y a ésto hemos de añadir la importancia geográfica del viaje, que demostró prácticamente la esfericidad terrestre.

Granada, septiembre 1973

([96]) Firmada por Sancho de Matienzo y Juan López de Recalde, tesorero y contador de la Casa de la Contratación. Citada en [61].

# APÉNDICES

**Cantidades percibidas por Magallanes, desde 1518, según los asientos de los libros de Cuenta y Razón de la Tesorería de la Casa de la Contratación**

**AGI, Contratación 4675-B**

| Año | Mes | Día | | Maravedís |
|---|---|---|---|---|
| 1518 | Mayo | 7 | Ayuda de costa, concedida por real cédula de Aranda, 17 abril 1518 ... ...... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 |
| 1518 | Oct. | 5 | Salario, desde 22 marzo a 31 agosto, a razón de 50 000 maravedís anuales, concedidos em 22 de marzo ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 22 000 |
| 1518 | Nov. | 16 | Ayuda de costa, concedida por real cédula de Zaragoza, 2 septiembre 1518... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 |
| 1518 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| 1519 | Jun. | 1 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| 1519 | Jun. | 3 | Ayuda de costa concedida por real cédula de Barcelona, 6 abril 1519.. ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario desde 1 de mayo a 31 de julio ... ... ... ... | 12 500 |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de medio año adelantado, desde 1 agosto 1519 | 25 000 |
| 1519 | Sept. | 30 | Salario de medio año adelantado, a razón de 8000 maravedís mensuales por todo el tiempo que navegue, a contar desde 20 septiembre 1519, concedido por real cédula de Aranda, 17 abril 1518 (1) ... ... ... | 48 000 |
| 1520 | Mayo | 17 | Salario de tres meses, a razón de 50 000 anuales, desde 1 febrero a 30 abril. Cobrados por su mujer doña Beatriz de Barbosa. ... ... ... ... ... ... ... | 12 500 |
| 1520 | Sept. | 4 | Salario del segundo tercio de este año, a razón de 50 000 maravedís. Se cumplió el 31 de agosto. Cobrado por doña Beatriz de Barbosa ... ... ... | 16 666 |
| 1520 | Dic. | 24 | Último tercio de este año, cobrado por su mujer ... | 16 666 |
| | | | *Total* ... ... ... ... ... ... ... | 276 886 |

(1) Aunque el asiento aparece el día 30 de septiembre, se hace anotar que el pago se realizó «en postrero de julio». Fl. 102 v° del Libro de Cuenta y Razón de la Tesorería de la Casa de la Contratación, que empieza en 1 de enero de 1515.

**Cantidades percibidas por Ruy Falero, socio de Magallanes, según los asientos de los libros de Cuenta y Razón de la Tesorería de la Casa de la Contratación**

**AGI, Contratación 4675-B**

| Año | Mes | Día | | Maravedís |
|---|---|---|---|---|
| 1518 | Mayo | 7 | Ayuda de costa, concedida por real cédula de Aranda, 17 abril 1518 ... ...... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 |
| 1518 | Oct. | 5 | Salario, desde 22 marzo a 31 agosto, a razón de 50 000 maravedís anuales, concedidos em 22 de marzo ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 22 222 |
| 1518 | Nov. | 16 | Ayuda de costa, concedida por real cédula de Zaragoza, 2 septiembre 1518... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 |
| 1518 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| 1519 | Jun. | 1 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| 1519 | Jun. | 3 | Ayuda de costa concedida por real cédula de Barcelona, 6 abril 1519 .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 |
| 1519 | Sept. | 1 | Segundo tercio de su salario, vencido en 31 agosto ... | 16 666 |
| 1519 | Sept. | 30 | Salario de seis meses adelantados, a razón de 8000 maravedís mensuales por el tiempo que navegar, concedido por real cédula de Aranda, 17 abril 1518. A contar desde 20 septiembre 1519 «que hizieron vela las naos del armada de la barra de sant lucar» | 48 000 |
| 1519 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación de este año ...... ... ... | 16 666 |
| 1520 | Mayo | 2 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1520 | Sept. | 1 | Segundo tercio de su quitación... ... ... ... ... ... ... | 16 666 |
| 1520 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación ... ... ... ... ... ... ... | 16 666 |
| 1521 | Mayo | 8 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1521 | Sept. | 3 | Segundo tercio de su quitación... ... ... ... ... ... ... | 16 666 |
| 1522 | Febr. | 10 | Último tercio de su quitación de 1521 ... ... ... ... | 16 666 |
| 1522 | Mayo | 6 | Primer tercio de su quitación de 1522 ... ... ... ... | 16 666 |
| 1522 | Agost. | 18 | Segundo tercio de su quitación... ... ... ... ... ... ... | 16 666 |
| 1522 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación ... ... ... ... ... ... ... | 16 666 |
| 1523 | Mayo | 8 | Primer tercio de su quitación de 1523 ... ... ... ... | 16 666 |
| 1525 | Nov. | 26 | Primer tercio de su quitación de 1525 ... ... ... ... | 16 666 |
| 1527 | Enero | 11 | A cuenta del salario que se le debe desde 1 mayo 1525 a 31 diciembre 1526 ... ... ... ... ... ... ... | 40 000 |
| 1529 | Jun. | 1 | A cuenta de su salario. Cobrados por su hermano Francisco, en su nombre ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 10 000 |
| | | | *Suma y sigue* ... ... ... ... ... | 460 212 |



| Año | Mes | Día | | Maravedís |
|---|---|---|---|---|
| | | | *Suma anterior* ... ... ... ... ... | 460 212 |
| 1529 | Dic. | 21 | Librados a «heva alfonso muger del comendador Ruy Falero o a quien su poder houiese para sus alimentos, en cuenta del salario que su magestad manda dar al dicho comendador cada año, los quales se libraron en las espaldas de una requisitoria que los señores juezes de los grados desta cibdad dieron para nosotros» ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 11 334 |
| 1530 | Oct. | 14 | A Eva Alfonso, a cuenta del salario de Falero ... ... | 15 000 |
| 1530 | Dic. | 30 | A Francisco Falero, en nombre de Ruy, último tercio de su quitación de este año ... ... ... ... ... ... ... | 16 666 |
| 1531 | Mayo | 12 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1531 | Sept. | 26 | Segundo tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| 1531 | Dic. | 31 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1532 | Mayo | 7 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1532 | Sept. | 5 | Segundo tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| 1532 | Dic. | 31 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1533 | Mayo | 31 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 16 666 |
| 1533 | Sept. | 20 | Segundo tercio de su quitación de este año ... ... ... | 16 666 |
| | | | *Total* ... ... ... ... ... ... ... | 636 540 |

**Cantidades percibidas por Francisco Falero, hermano de Ruy, a quien Su Alteza hizo merced de una quitación de 35 000 maravedís anuales, por real cédula de Barcelona, 30 abril 1519**

**AGI, Contratación 4675-B**

| Año | Mes | Día | | Maravedís |
|---|---|---|---|---|
| 1519 | Sept. | 1 | Por su quitación desde 25 mayo, en que se asentó en el libro de mercedes y situados de la Casa de Contratación, hasta 31 agosto, o sean, tres meses y siete días . ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 9 430 |
| 1519 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 11 666 |
| 1520 | Mayo | 2 | Primer tercio de su quitación ... ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1520 | Sept. | 1 | Segundo tercio de su quitación .. ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1520 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación ... ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1521 | Mayo | 8 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 11 666 |
| 1521 | Sept. | 3 | Segundo tercio de su quitación .. ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1522 | Febr. | 10 | Último tercio de su quitación de 1521 ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1522 | Mayo | 6 | Primer tercio de su quitación de 1522 ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1522 | Agost. | 18 | Segundo tercio de su quitación de este año . ... ... ... | 11 666 |
| 1522 | Dic. | 24 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 11 666 |
| 1523 | Dic. | 17 | Primer tercio de su quitación de 1523 ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1525 | Nov. | 26 | Primer tercio de su quitación de 1525 ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1527 | Enero | 11 | A cuenta del salario que se le debe desde 1 mayo 1525 a 31 diciembre 1526, suman 58 333 ... ... ... ... | 30 000 |
| 1529 | Jul. | 16 | A cuenta de sus salarios .. ... ... ... ... ... ... ... ... | 10 000 |
| 1529 | Jul. | 16 | Resto de sus atrasasos (último tercio de 1527, todo el año 1528, y primer tercio de 1529) ... ... ... ... ... | 30 832 |
| 1529 | Dic. | 21 | Segundo y último tercio del año 1529 ... ... ... ... ... | 23 333 |
| 1530 | Jun. | 9 | Primer tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 11 666 |
| 1530 | Sept. | 15 | Segundo tercio de su quitación de este año . ... ... ... | 11 666 |
| 1530 | Dic. | 30 | Último tercio de su quitación de este año ... ... ... ... | 11 666 |
| 1531 | Mayo | 12 | Primer tercio de su quitación de 1531 ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1531 | Sept. | 26 | Segundo tercio de su quitación .. ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1531 | Dic. | 31 | Último tercio de su quitación ... ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1532 | Mayo | 7 | Primer tercio de su quitación de 1532 ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1532 | Sept. | 5 | Segundo tercio de su quitación .. ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1532 | Dic. | 31 | Último tercio de su quitación ... ... ... ... ... ... ... | 11 666 |
| 1533 | Marzo | 5 | Por aumento de salario concedido por real cédula de Medina del Campo, 10 agosto 1532, 15 000 maravedís sobre los que ya disfrutaba. Desde la fecha de concesión al 31 de diciembre de 1532 ... ... ... | 5 831 |
| 1533 | Mayo | 31 | Primer tercio de su quitación de este año, con el nuevo sueldo de 50 000 maravedís anuales ... ... ... ... | 16 666 |
| 1533 | Sept. | 20 | Segundo tercio de su quitación de este año . ... ... ... | 16 666 |
| | | | *Total* ... ... ... ... ... ... ... | 387 744 |



**Cantidades percibidas por los altos cargos de la armada**

| Año | Mes | Día | | Maravedís | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | *Juan de Cartagena,* veedor general y capitán de la nao *San Antonio*: | | |
| 1519 | Jun. | 30 | Salario anticipado de un año (1) ... ... | 100 000 | |
| | | | | | 100 000 |
| | | | *Luis de Mendoza,* tesorero y capitán de la nao *Victoria*: | | |
| 1519 | Mayo | 14 | Medio año de salario adelantado (2) ... | 30 000 | |
| 1519 | Jun. | 28 | Ayuda de costa (3) ... ... ... ... ... ... | 10 000 | |
| | | | | | 40 000 |
| | | | *Antonio de Coca,* contador: | | |
| 1519 | Jun. | 28 | Salario de medio año adelantado (4) ... | 25 000 | |
| 1519 | Agost. | 18 | Salario de medio año adelantado (5) ... | 25 000 | |
| | | | | | 50 000 |
| | | | *Juan Serrano,* piloto: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de un año adelantado ... ... ... | 30 000 | |
| | | | Dos cahices de trigo a 80 mrs. la fanega | 1 920 | |
| 1519 | Jul. | 31 | Ayuda de costa (6) ... ... ... ... ... ... | 72500 | |
| | | | | | 39 420 |
| | | | *Esteban Gómez,* piloto: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de un año adelantado (7) ... ... | 30 000 | |
| 1519 | Jul. | 31 | Ayuda de costa ... ... ... ... ... ... ... | 7 500 | |
| 1522 | Feb. | 10 | Salario desde 1 agosto 1520 a 31 diciembre 1521 (8) ... ... ... ... ... ... | 42 000 | |
| | | | | | 80 000 |
| | | | *Andrés de San Martín,* piloto: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de un año adelantado, desde 1/9/1519 ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| 1519 | Jul. | 31 | Ayuda de costa (9) ... ... ... ... ... ... | 7 500 | |
| 1523 | Marzo | 3 | Salario de un año, abonado a su madre, Juana Hernández, vecina de Sevilla (10) .. ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| 1530 | Jun. | 28 | A Cristóbal de San Martín, hermano de Andrés de San Martín «defunto», en nombre de Juana de San Martín, «hija del dicho Andrés» (11) .. ... ... ... | 12 000 | |
| | | | | | 79 500 |
| | | | *Vasco Gallego,* piloto: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de un año adelantado (12) ... ... | 30 000 | |
| 1519 | Jul. | 31 | Ayuda de costa ... ... ... ... ... ... ... | 7 500 | |
| 1526 | Marzo | 16 | A Margarita Hernández, «muger que fué» de Vasco Gallego, por sí y en nombre de Francisco Andero y de Vasco Gallego, sus hijos, se le abona el salario desde 20 agosto 1520, hasta 28 de febrero 1521, en que murió (13) | 16 500 | |
| | | | | | 54 000 |
| | | | *Juan López Caravallo,* piloto: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de un año adelantado desde 1.° agosto (14) .. ... ... ... ... ... ... ... | 20 000 | |
| | | | Ayuda de costa ... ... ... ... ... ... ... | 7 500 | |
| | | | *Suma y sigue* ... ... ... | 27 500 | 442 920 |

| Año | Mes | Día | | Maravedís | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | *Suma anterior* ... ... ... | 27 500 | 442 920 |
| | | | Anticipo de la gratificación de un año, mientras dure el viaje, a razón de 3000 maravedís mensuales, desde 20-9--1520 ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 36 000 | |
| | | | | | 63 500 |
| | | | *Juan Rodríguez de Mafra*, piloto: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Salario de un año adelantado, desde 1° agosto (15) .. ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| | | | Ayuda de costa ... ... ... ... ... ... ... | 7 500 | |
| 1525 | Nov. | 16 | A Catalina Rodríguez, vecina de la villa de Palos, hija y heredera de Juan Rodríguez de Mafra, desde 31 agosto 1520 a 30 abril de 1521, en que murió (16) .. ... ... ... ... ... ... ... ... | 20 000 | |
| | | | | | 57 500 |
| | | | *Gaspar de Quesada*, capitán de la nao *Concepción*: | | |
| 1519 | Jul. | 31 | Seis meses de sueldo adelantado, a razón de 4000 maravedís mensuales, desde 20 septiembre 1519 (17) ... ... ... ... ... | 24 000 | 24 000 |
| | | | *Total* ... ... ... ... ... ... ... ... | | 587 920 |

(1) Concedido por real cédula de Barcelona, 17 junio 1519. Libro de Data de la Tesorería de la Casa de Contratación que empieza en enero 1515. Fl. 98 v°. AGI, Contratación 46755.-B.
(2) Real cédula Barcelona, 6 abril 1519. *Ibidem*, fl. 97 v°.
(3) Real cédula Barcelona, 18 junio. *Ibidem*, fl. 98 v°.
(4) Real cédula Barcelona, 5 mayo 1519. *Ibidem*, fl. 98 v°.
(5) Real cédula Barcelona, 26 julio 1519. *Ibidem*, fl. 100 v°.
(6) Real cédula Barcelona, 18 junio 1519. *Ibidem*, fl. 99.
(7) Real cédula Barcelona, 4 octubre 1512. *Ibidem*, fl. 149 v°.
(8) Real cédula Burgos, 4 octubre 1521. *Ibidem*, *fl.* 149 v°.
(9) Real cédula Barcelona, 18 junio 1519. *Ibidem*, fl. 99 v°.
(10) Real cédula Valladolid, 13 noviembre 1522. *Ibidem*, fl. 160.
(11) Real cédula Madrid, 11 abril 1530. Libro que empieza en 30 septiembre 1525, fl. 141.
(12) Real cédula Barcelona, 18 junio 1519. Libro cit. en [1], fl. 99 v°.
(13) Real cédula Toledo, 22 septiembre 1525.
(14) Real cédula Barcelona, 18 junio 1525. *Ibidem*, fl. 100.
(15) Real cédula Barcelona, 18 junio 1525. *Ibidem*, fl. 100.
(16) No cita la real cédula en que se ordena el libramiento. Libro cit. [1], fl. 100 v°.
(17) No cita la real cédula en que se ordena el libramiento. Libro cit. [1], fl. 100 v°.



**Nóminas de personal a sueldo en las naos**

| Nombre | Clase | Sueldo (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| *Septiembre de 1518* | | | |
| Juan Gómez .. ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 863 | — |
| Juan Gallego ... ... ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 1 400 | — |
| Alfonso Sardina . ... ... ... ... ... ... ... | Paje | 630 | — |
| Juan Martínez de Marquina ... ... ... ... | Despensero | 1 534 | — |
| | | 2 427 | |
| *Noviembre 1518* (1) | | | |
| Antón Yáñez ... ... ... ... ... ... ... ... | Maestre | 1 830 | — |
| Juanot ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 1 800 | — |
| Miguel de Garro ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Gaspar de Azcay ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Pedro de Lezama ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Martín García ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Ochoa ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Juan Crespo .. ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Lope Navarro (2) ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 | — |
| Pedro Hernández (3) ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 | — |
| Juan de Arenas ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Malo Francés ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Francisco Andro (*sic*)... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Ginés de Mafra... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Juan de Aguirre.. ... ... ... ... ... ... ... | Calafate | 1 600 | — |
| Juan Gallego ... ... ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 1 400 | — |
| Domingo (6) ... ... ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 966 | — |
| Domingo .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 1 400 | — |
| Pedro de Azcayn ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 797 | — |
| Jerónimo de Malaco .. ... ... ... ... ... ... | Grumete | 797 | — |
| Juan del Puerto .. ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 797 | — |
| Juan Gómez ... ... ... ... ... ...... ... | Grumete | 797 | — |
| Alonso Sardina ... ... ... ... ... ... ... ... | Paje | 700 | — |
| Alonso Piñero ... ... ... ... ... ... ... ... | Paje | 700 | — |
| Lope Navarro ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Pedro Hernández ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 130 | — |
| Esteban Gómez (5)... ... ... ... ... ... ... | Piloto | 3 000 | — |
| | | 31 274 | |
| *Diciembre 1518* | | | |
| Juan de Elorriaga ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 750 | — |
| Antón Yáñez ... ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 900 | — |
| *Suma y sigue* ... ... ... ... ... | | 1 650 | — |

| Nombre | Clase | Sueldo (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| *Suma anterior* | | 1 650 | — |
| Juanote | Contramaestre | 765 | — |
| Miguel de Garro | Marinero | 565 | — |
| Gaspar | Marinero | 565 | — |
| Navarro | Marinero | 565 | — |
| Pedro Hernández | Marinero | 565 | — |
| Maestre Andrés | Marinero | 565 | — |
| António Salomón | Marinero | 565 | — |
| Luys Napolitano | Marinero | 565 | — |
| Juan Crespo | Marinero | 565 | — |
| Malo | Marinero | 565 | — |
| Francisco Andero | Marinero | 565 | — |
| Ginés de Mafra | Marinero | 565 | — |
| Perrón (6) | Grumete | 481 | — |
| Jerónimo | Grumete | 431 | — |
| Ivan | Grumete | 431 | — |
| Juan del Puerto | Grumete | 431 | — |
| Juan Gómez | Grumete | 431 | — |
| Alonso Piñero | Paje | 315 | — |
| Diaguyto | Paje | 315 | — |
| Domingo (7) | Calafate | 800 | — |
| Aguirre | Calafate | 800 | — |
| Esteban Gómez (8) | Piloto | 2 600 | — |
| | | 15 663 | |
| *Enero 1519* (9) | | | |
| Juan de Elorriaga | Contramaestre | 750 | 750 |
| Antón Yañez | Contramaestre | 900 | 900 |
| Juanote | Contramaestre | 765 | 765 |
| Miguel de Garro | Marinero | 565 | 565 |
| Gaspar | Marinero | 565 | 565 |
| Navarro | Marinero | 565 | 565 |
| Pedro Hernández | Marinero | 565 | 565 |
| Maestre Andrés | Marinero | 565 | 565 |
| Antonio Salomón | Lombardero | 750 | 750 |
| Luys Napolitano | Contramaestre (10) | 565 | 565 |
| Juan Crespo | Marinero | 565 | 565 |
| Malo | Marinero | 565 | 565 |
| Francisco Andero | Marinero | 565 | 565 |
| *Suma y sigue* | | 8 250 | 8 250 |



| Nombre | Clase | Sueldo (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| *Suma anterior* | | 8 250 | 8 250 |
| Ginés de Mafra | Marinero | 565 | 565 |
| Francisco Rodriguez | Marinero | — | 565 |
| Pedro Gallego (11) | Marinero | 491 | 565 |
| Juan Sebastián del Cano (12) | Contramaestre | 375 | — |
| Luis Froes (13) | Contramaestre | 1 500 | 750 |
| Rojel Robert (14) | Marinero | 491 | 565 |
| Alonso Piñero | Paje | 315 | 315 |
| Diaguyto | Paje | 315 | 315 |
| Domingo | Calafate | 800 | 800 |
| Aguirre | Calafate | 800 | 800 |
| Juan Bretón | Grumete | 431 | 431 |
| Espinosa | Alguacil | 375 | 375 |
| *Total* | | 14 708 | 14 296 |

(1) Abonada el día 1 de noviembre, anticipada.
(2) Medio mes de octubre.
(3) Medio mes de octubre.
(4) 22 días del mes de octubre.
(5) Como maestre de las obras.
(6) Sin que sepamos por qué motivo, este cobra más que los otros.
(7) Calafate a sueldo.
(8) Como maestre de las obras.
(9) La 1ª quincena se abonó el día 6.
(10) De la *Concepción*.
(11) Se incorporó el 3 de enero.
(12) «Comenzó a servir sábado 8 de enero de 1519». Sueldo 1500 maravedís mensuales.
(13) De la *Santiago*. Se incorporó el 8 de enero.
(14) Incorporado el 3 de enero.

**Nómina de febrero de 1519**

| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) 1ª quincena | 2ª quincena |
|---|---|---|---|
| *Concepción* | | | |
| Juan Sebastián del Cano | Contramaestre | 900 | 900 |
| Francisco Rodríguez | Marinero | 565 | 565 |
| Pedro Hernández | Marinero | 565 | 565 |
| Lope Navarro | Marinero | 565 | 565 |
| Juan Bretón (1) | Grumete | 430 | — |
| Jerónimo | Grumete | 430 | 430 |
| Alonso Piñero | Paje | 250 | — |
| Alvaro Rodríguez (2) | Despensero | — | 430 |
| *San Antonio* | | | |
| Juan de Elorriaga | Contramaestre | 900 | 900 |
| Francisco Andero | Marinero | 565 | 565 |
| Francisco de Espinosa (3) | Marinero | 565 | 565 |
| Rodrigo Alonso | Marinero | 565 | 565 |
| Juan Francés | Marinero | 565 | 565 |
| Juan del Puerto | Grumete | 430 | 430 |
| Juan de Funchal (4) | Grumete | 430 | — |
| Juan de Mayavea (5) | Grumete | — | 430 |
| Rodrigo Alonso | Grumete | — | 430 |
| Domingo | Paje | — | 250 |
| Gonzalo Ximénez | Despensero | 375 | 375 |
| *Victoria* | | | |
| Antonio Salomón | Contramaestre | 900 | 900 |
| Pedro Gallego | Marinero | 565 | 565 |
| Felipe Griego (6) | Marinero | 565 | 565 |
| Ginés de Mafra | Marinero | 565 | 565 |
| Maestre Andrés | Lombardero | 565 | 565 |
| Juan Gallego | Grumete | 430 | 430 |
| Juan Gómez | Grumete | 430 | 430 |
| Diaguito | Paje | 250 | 250 |
| Domingo | Calafate | 800 | 800 |
| Diego de Peralta (7) | Despensero | — | 375 |
| *Trinidad* | | | |
| Luis Froes | Contramaestre | 900 | 900 |
| Juan de Menorca | Marinero | 565 | 565 |
| Luys Napolitano | Marinero | 565 | — |
| Jorge Inglés | Grumete | 565 | 565 |
| Perón | Grumete | 450 | 450 |
| Leonardo | Maestre | 430 | 430 |
| Antón Yáñez | Paje | 900 | 900 |
| Antonio | Marinero | 250 | — |
| *Suma y sigue* | | 17 795 | 12 785 |



| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) 1ª quincena | 2ª quincena |
|---|---|---|---|
| *Suma anterior* | | 17 795 | 12 785 |
| Domingo | Grumete | — | 430 |
| Lázaro | Paje | 250 | 250 |
| Cristóbal Rodríguez | Despensero | 375 | 375 |
| *Santiago* | | | |
| Malo | Marinero | 565 | 565 |
| Yvan | Grumete | 430 | 430 |
| Juan Bretón | Grumete | — | 430 |
| Torivio Esturiano | Grumete | — | 430 |
| Pedro de Villafranca | Grumete | — | 430 |
| Juan de Funchal | Grumete | — | 430 |
| *Otros pagos* | | | |
| Esteban Gómez (8) | Piloto | — | 2 600 |
| Juanote | Contramaestre | 900 | 900 |
| Espinosa | Alguacil | 500 | 500 |
| *Total* | | 20 815 | 20 555 |

(1) Pasa a la *Santiago*.
(2) Se incorpora el 14 de febrero.
(3) Incorporado el 1 de febrero, así como las dos siguientes.
(4) Incorporado en 1 de febrero. Pasa a la *Santiago*.
(5) Incorporado el 14 de febrero, así como los dos siguientes.
(6) Incorporado el 1 de febrero.
(7) Incorporado en la 2ª quincena.
(8) Como maestre de las obras.

**Nómina de marzo de 1519**

| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| | | 1ª quincena | 2ª quincena |
| *Concepción* | | | |
| Juan Sebastián del Cano | Contramaestre | 900 | 900 |
| Juan de Acurio (1) | Marinero | 565 | 565 |
| Francisco Rodríguez | Marinero | 565 | 565 |
| Alonso Piñero | Paje | 282,5 | 282,5 |
| Juan (2) | Grumete | — | 430 |
| Álvaro Rodríguez | Despensero | 375 | 375 |
| Rodrigo Alfonso | Grumete | 430 | 430 |
| Juan Breton (3) | Grumete | — | 145 |
| *San Antonio* | | | |
| Juan de Elorriaga | Contramaestre | 900 | 900 |
| Francisco de Espinosa | Marinero | 565 | 565 |
| Juan de Francia | Marinero | 565 | 565 |
| Francisco Andero | Marinero | 565 | — |
| Juan del Puerto | Grumete | 430 | 430 |
| Domingo | Paje | 250 | 250 |
| Gonzalo Ximénez | Despensero | 375 | 375 |
| Antón Flamenco | Marinero | — | 565 |
| Lope Rodríguez (4) | Alguacil | — | 375 |
| *Trinidad* | | | |
| Luis Froes | Contramaestre | 900 | 900 |
| Juanot, mallorquín | Marinero | 565 | 565 |
| Luys Napolitano | Marinero | 565 | 565 |
| Jorge Inglés | Marinero | 565 | 565 |
| Domingo | Grumete | 430 | 430 |
| Antonio (5) | Paje | 165 | 165 |
| Cristóbal Rodríguez | Despensero | 375 | 375 |
| *Victoria* | | | |
| Antonio Salomón | Contramaestre | 900 | 900 |
| Pedro Gallego | Marinero | 565 | 565 |
| Ginés de Mafra | Marinero | 565 | 565 |
| Felipe Griego | Marinero | 565 | 565 |
| Toribio | Grumete | 430 | — |
| Alvaro de Lagos | Grumete | 430 | 430 |
| *Suma y sigue* | | 13 787,5 | 14 307,5 |



| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| | | 1ª quincena | 2ª quincena |
| *Suma anterior* | | 13 787,5 | 14 307,5 |
| Diego de Peralta | Despensero | 375 | 375 |
| Diaguyto | Paje | — | 250 |
| *Santiago* | | | |
| Malo | Contramaestre | 900 | 900 |
| Yvan | Grumete | 430 | 430 |
| Antonio de Noe | Grumete | 430 | 430 |
| *Otros pagos* | | | |
| Maestre Andrés | Lombardero | — | 565 |
| Maestre Jacques | Lombardero | — | 565 |
| Espinosa | Alguacil | 500 | 500 |
| *Total* | | 16 422,5 | 18 322,5 |

(1) Empieza a servir como contramaestre el 1º de marzo. Se le paga sueldo de marinero.
(2) Empieza a servir en 1º de marzo.
(3) Solo se le abona «mantenimiento».
(4) Como anticipo. Entró a servir el 31 de marzo.
(5) Solo se le abona «mantenimiento».

**Nómina de abril de 1519. En esta ocasión se abonó el mes completo el día 18**

| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) |
|---|---|---|
| *San Antonio* | | |
| Juan de Elorriaga | Maestre | 1 800 |
| Espinosa | Marinero | 1 130 |
| Juan Francés | Marinero | 1 130 |
| Juan del Puerto | Grumete | 860 |
| Álvaro | Grumete | 860 |
| Domingo | Grumete | 860 |
| Gonzalo Ximénez | Despensero | 750 |
| Lope Rodríguez | Alguacil | 750 |
| *Trinidad* | | |
| Luis Froes | Contramaestre | 1 800 |
| Juanot | Marinero | 1 130 |
| Luys Napolitano | Marinero | 1 130 |
| Ginés de Mafra | Marinero | 1 130 |
| Domingo | Grumete | 860 |
| Alfonso Gutiérrez (1) | Marinero | 1 130 |
| Antonio | Paje | 330 |
| Cristóbal Rodríguez | Despensero | 750 |
| *Concepción* | | |
| Juan Sebastián del Cano | Maestre | 1 800 |
| Juanes | Contramaestre | 1 130 |
| Francisco Rodríguez | Marinero | 1 130 |
| Miguel | Grumete | 860 |
| Antonio | Marinero | 1 130 |
| Alvaro Rodríguez | Despensero | 750 |
| Rodrigo Alfonso | Grumete | 860 |
| *Victoria* | | |
| Antonio Salomón | Contramaestre | 1 800 |
| Pedro Gallego | Marinero | 1 130 |
| Felipe Griego | Marinero | 1 130 |
| Esteban | Marinero | 1 130 |
| Diego de Peralta | Despensero | 750 |
| *Santiago* | | |
| Malo | Contramaestre | 1 800 |
| Yvan | Grumete | 860 |
| Juan Rodríguez de Mafra | Marinero (2) | 1 130 |
| Maestre Andrés | Lombardero | 1 130 |
| Maestre Jacques | Lombardero | 1 130 |
| | | 36 050 |

(1) Entró en lugar de Jorge Inglés, en 15 de marzo.
(2) Se hace constar que estaba ocupado en aparejar el bergantín, que, desarmado, llevarían en la flota, para utilizarlo cuando fuese necesario.



**Nómina de mayo de 1519. La 1ª quincena se abonó el 15 y la 2ª el día 1º de junio**

| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| | | 1ª quincena | 2ª quincena |
| *San Antonio* | | | |
| Juan de Elorriaga | Maestre | 1 800 | — |
| Espinosa | Marinero | 565 | 565 |
| Juan Francés | Marinero | 565 | 565 |
| Juan del Puerto | Grumete | 430 | 430 |
| Domingo | Grumete | 430 | 430 |
| Gonzalo Ximénez | Despensero | 375 | 375 |
| Lope Rodríguez | Alguacil | 375 | 375 |
| Sebastián de Olarte (1) | Marinero | — | 565 |
| *Concepción* | | | |
| Juan Sebastián del Cano | Maestre | 900 | 900 |
| Juanes | Contramaestre | 565 | 565 |
| Francisco Rodríguez | Marinero | 565 | 565 |
| Miguel | Grumete | 430 | 430 |
| Antonio | Marinero | 565 | 565 |
| Álvaro Rodríguez | Despensero | 375 | 375 |
| Rodrigo Alonso | Grumete | 430 | 430 |
| Francisco Ruiz (2) | Marinero | 1 130 | 565 |
| *Victoria* | | | |
| Antonio Salomón | Maestre | 900 | 900 |
| Pedro Gallego | Marinero | 565 | — |
| Felipe Griego | Marinero | 565 | 565 |
| Esteban | Marinero | 565 | 565 |
| Diego de Peralta | Despensero | — | 750 |
| *Trinidad* | | | |
| Luis Froes | Contramaestre | 900 | 900 |
| Juanot (3) | Marinero | 565 | 565 |
| Luys Napolitano | Marinero | 565 | 565 |
| Ginés de Mafra | Marinero | 565 | 565 |
| Domingo | Grumete | 430 | 430 |
| Alonso González | Marinero | 530 | 530 *(sic)* |
| Antonio | Paje | 165 | — |
| Cristóbal Rodríguez | Despensero | 375 | 375 |
| *Suma y sigue* | | 16 190 | 14 410 |

| Nombre | Categoría | Cantidades percibidas (Maravedís) | |
|---|---|---|---|
| | | 1ª quincena | 2ª quincena |
| *Suma anterior* ... ... ... ... ... | | 16 190 | 14 410 |
| *Santiago* | | | |
| Malo ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 900 | 900 |
| Antonio de la Rentería .. ... ... ... ... ... | Grumete | 430 | 430 |
| Antonio de Noe .. ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 | 430 |
| Domingo Ginovés ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | — | 430 |
| Juan Rodríguez de Mafra ... ... ... ... ... | Marinero (4) | 565 | 565 |
| *Lombarderos* | | | |
| Maestro Andrés ... ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 565 | 565 |
| Maestro Jacques ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 565 | 565 |
| *Total* .. ... ... ... ... ... ... ... | | 19 645 | 18 295 |

(1) Empezó a servir el 15 de mayo.
(2) Se le abona desde 15 de abril a 15 de mayo.
(3) «adelante ha de ser contramaestre».
(4) Mantenimiento y sueldo porque sirve en el bergantín.



**Nómina de junio de 1519. La 1ª quincena se pagó el día 11**

| Nombre | Categoría | Sueldo (Maravedís) |
|---|---|---|
| *San Antonio* | | |
| Juan de Elorriaga... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Maestre | 900 |
| Espinosa ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Juan Francés... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Juan del Puerto ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Domingo ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Gonzalo Ximénez... ... ... ... ... ... ... ... ... | Despensero | 375 |
| Lope Rodríguez ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Alguacil | 375 (2) |
| Sebastián de Olarte ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| *Concepción* | | |
| Juan Sebastián del Cano... ... ... ... ... ... ... ... | Maestre | 900 |
| Juanes ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 565 |
| Francisco Rodríguez ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Miguel ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Antonio .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 430 |
| Alvaro Rodríguez... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Despensero | 375 |
| Rodrigo Alfonso ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Francisco Ruiz ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| *Victoria* | | |
| Antonio Salomón ... .. ... ... ... ... ... ... ... ... | Maestre | 900 |
| Esteban... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Felipe Griego ... ... .. ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Diego de Peralta ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Despensero | 375 (2) |
| *Trinidad* | | |
| Juanot ... ... ...... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 565 |
| Luys Napolitano ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Ginés de Mafra ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 565 |
| Domingo ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Cristóbal Rodríguez ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Despensero | 375 |
| *Santiago* | | |
| Malo ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 900 |
| Antonio de Noe ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Domingo Ginovés... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 430 |
| Domingo de Yarza (1) ... ... ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 900 |
| *Otros cargos* | | |
| Maestre Andrés ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 565 |
| Maestre Jacques ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 565 |
| | | 17 160 |

(1) Empezó el 1º de junio. Se le dió medio mes de anticipo.
(2) Tachado.

**Anticipos abonados a las tripulaciones antes de su partida**

| Nombre | Clase | Sueldo mensual (Maravedís) | Cantidad recibida (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| Nao *Trinidad* | | | |
| Juan Bautista de Punçozol ... ... ... | Maestre | 3.000 | 18 000 |
| Francisco Albo... ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 2.000 | 8 000 |
| Maestre Antonio ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 1 875 | 7 500 |
| Folipe ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Calafate | 1 875 | 7 500 |
| Francisco Martín ... ... ... ... ... ... | Tonelero | 1 500 | 6 000 |
| Cristóbal Rodríguez ... ... ... ... ... | Despensero | 1 200 | 4 800 |
| Maestre Andrés ... ... ... ... ... ... | Condestable | 1 875 | 9 375 |
| Juan Bautista ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Guillermo Tanegui .. ... ... ... ... ... | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Francisco de Espinosa... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Ginés de Mafra ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| León Pancaldo... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan Ginovés ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco Piora ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Martín Ginovés ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Antonio Hernández Colmenero ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Antón Rodríguez ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Bautista Genovés ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Bartolomé Sánchez ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Tomás de Natin *(sic)*... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Domingo de Urrutia ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco Martín ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan Rodríguez ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Diego Martín ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Domingo ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Antón de Goaloro... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Antón de Noya ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Francisco de Ayamonte ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan de Grijol... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Luis de Veas ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan de San Andrés ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Blas de Toledo... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Antonio de color negro ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Vasco Gómez Gallego... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan Gallego ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Gutiérrez Esturiano ... ... ... ... ... | Paje | 500 | 2 000 |
| Juan Genovés ...... ... ... ... ... ... | Paje | 500 | 750 |
| Andrés de la Cruz... ... ... ... ... ... | Paje | 500 | 2 000 |
| *Total* .. ... ... ... ... ... ... ... | | 44 625 | 188 125 |



| Nombre | Clase | Sueldo mensual (Maravedís) | Cantidad recibida (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| Nao *San Antonio* | | | |
| Juan de Elorriaga ... ... ... ... ... ... | Maestre | 3 200 | 18 000 |
| Diego Fernández ... ... ... ... ... ... | Contramaestre | 2 000 | 8 000 |
| Pedro de Bilbao ... ... ... ... ... ... | Calafate | 1 875 | 7 500 |
| Pedro de Sautua ... ... ... ... ... ... | Carpintero | 1 875 | 7 500 |
| Martín de Goytisolo ... ... ... ... ... | Calafate | 1 875 | 7 500 |
| Juan Ortiz de Gopeguy ... ... ... ... | Despensero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco Roldán [1] ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan de Oviedo ... ... ... ... ... ... | Tonelero | 1 500 | 6 000 |
| Maestre Jacques ... ... ... ... ... ... | Lombardero condestable | 1 875 | 9 375 |
| Rogel Dupret ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Juan Jorge .. ... ... ... ... ... ... ... | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Simón de Axio .. ... ... ... ... ... ... | Lombardero y marinero | 1 500 | 6 000 |
| Sebastián de Olarte ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juanes de Segura ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan de Francia [2] ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Jácome de Mesina .. ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Sancho de la Pieza [3] ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Cristóbal García ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Pedro Hernández ... ... ... ... ... .. | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco de Morales ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Antonio Rodríguez Calderero .. ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco ... ... ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco Rodríguez ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Pedro de Laredo ... ... ... ... ... ... | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan del Puerto [4] ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Domingo [5] ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Diego de Sevilla [6] ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Colin Bazo .. ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Lucas de Mecina ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Lorenzo . ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Miguel ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Ginés [7] ... ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juanes de Irún Yranza ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan Gallego [8] ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan de Muros [9] . ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro de Basozabal [10] ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Diego ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Paje | 500 | 2 000 |
| Diego, hijo de J. Rz. Mafra ... ... ... | Paje | 500 | 2 000 |
| *Total* .. ... ... ... ... ... ... ... | | 45 900 | 194 475 |

| Nombre | Clase | Sueldo mensual (Maravedís) | Cantidad recibida (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| Nao *Victoria* | | | |
| Antonio Salomón … … … … … … | Maestre | 3 000 | 18 000 |
| Miguel de Rodas … … … … … … | Contramaestre | 2 000 | 8 000 |
| Simón de la Rochela … … … … … | Calafate | 1 875 | 7 500 |
| Martín de Gárate… … … … … … | Carpintero | 1 875 | 7 500 |
| Alonso González … … … … … … | Despensero | 1 200 | 4 800 |
| Jorge Alemán … … … … … … … | Lombardero condestable | 1 875 | 9 375 |
| Filiberto.. … … … … … … … … … | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Hans … … … … … … … … … … | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Miguel Veneciano .. … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Diego Gallego… … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Lope Navarro … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Nicolás … … …… … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Nicolao… … … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Miguel Sánchez … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Nicolao de Capua… … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Benito Ginovés.. … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Felipe de Rodas … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Esteban Villón … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan Griego … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Rodrigo Gallego … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Antonio Portugués (11) … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Domingo … … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juanito Vizcaíno … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan de Arratia … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Ochote … … … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Esteban de Jerez (12) … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro Maldonado (13) . … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Alvaro Hernández (14) … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Sebastián Ortiz.. … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan de Cubileta … … … … … … | Grumete | 500 | 2 000 |
| *Total* .. … … … … … … … | | 36 525 | 156 975 |
| Nao *Concepción* | | | |
| Juan Sebastián del Cano … … … … | Maestre | 3 000 | 18 000 |
| Juan de Acurio.. … … … … … … | Contramaestre | 2 000 | 8 000 |
| Antonio de Basazabal … … … … | Calafate | 1 875 | 7 500 |
| Domingo de Ycaza.. … … … … … | Carpintero | 1 875 | 7 500 |
| Juan de Campos … … … … … … | Despensero | 1 200 | 4 800 |
| Pedro Pérez.. … … … … … … … | Tonelero | 1 500 | 6 000 |
| Hanse Vargue… … … … … … … | Condestable | 1 875 | 9 375 |
| Pedro Lombardo … … … … … … | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Roldán de Argote… … … … … … | Lombardero | 1 500 | 7 500 |
| Francisco Rodríguez … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Francisco Ruiz… … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Mateo de Gorfo … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| *Suma y sigue* … … … … … | | 19 925 | 50 575 |



| Nombre | Clase | Sueldo mensual (Maravedís) | Cantidad recibida (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| *Suma anterior* … … … … … | | 19 925 | 50 575 |
| Juan Rodríguez.. … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Sebastián García … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Gómez Hernández… … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Lorenzo de Yruna… … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan Rodríguez el Sordo… … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan de Aguirre … … … … … … | Marinero | 1 200 | 4 800 |
| Juan de Ortega.. … … … … … … | Marinero | 1 200 | 44 800 |
| Antonio de Alcación (15) … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Guillermo … … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Rodrigo Alfonso (16) … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Guillen … … … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Gonçalo de Vigo … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro de Mugurtegui… … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Martín de Ynasaurraga.. … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juanes … … … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Rodrigo Macias.. … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan Navarro … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro de Chindarza … … … … … | Paje | 500 | 2 000 |
| Juanillos.. … … … … … … … … | Paje | 500 | 2 000 |
| *Total* .. … … … … … … … | | 37 325 | 160 175 |
| Nao *Santiago* | | | |
| Baltasar Ginovés … … … … … … | Maestre | 3 000 | 18 000 |
| Bartolomé Prior … … … … … … | Contramaestre | 2 000 | 8 000 |
| Juan García … … … … … … … | Calafate | 1 500 | 7 500 |
| Raxar … … … … … … … … … | Carpintero | 1 500 | 7 500 |
| Lorenzo Corrut … … … … … … | Lombardero condestable | 1 875 | 9 375 |
| Juan Macias … … … … … … … | Lombardero | 1 500 | 7.500 |
| Antonio Flamenco .. … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Luis Martín.. … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Bartolomé García … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Juan García … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Agustín… … … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Bocacio Alfonso … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Pedro Gastón… … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Domingo … … … … … … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Diego García de Trigueros … … … | Marinero | 1 200 | 3 200 |
| Pedro Díaz … … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Alonso Hernández… … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Diego de Tavira (17) … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan Bretón.. … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro Bello.. … … … … … … … | Grumete | 800 | 3 200 |
| *Suma y sigue* … … … … … | | 26 175 | 102 675 |

| Nombre | Clase | Sueldo mensual (Maravedís) | Cantidad recibida (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| *Suma anterior* ... ... ... ... ... | | 26 175 | 102 675 |
| Juan Gómez (18) ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Jerónimo García ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro Arnaot ... ... ... ... ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Pedro García de Trigueros ... ... ... | Grumete | 800 | 3 200 |
| Juan Flamenco .. ... ... ... ... ... ... | Paje | 500 | 2 000 |
| Francisco ... ... ... ... ... ... ... ... | Paje | 500 | 2 000 |
| *Total* .. ... ... ... ... ... ... ... | | 30 375 | 119 475 |

(1) No fue en la armada.
(2) Se le dio además un ducado prestado.
(3) Se ahogó en el Guadalquivir.
(4) Entró en su lugar, por ser portugués, Antonio, vecino de Axio.
(5) Portugués, le sustituye Luis, hijo de Martín de Vendaño.
(6) Se ausentó y le sustituye Martín de Aguirre.
(7) No fue.
(8) Le sustituyó Juan Ginovés.
(9) Le sustituyó Juan de Orue.
(10) No fue por enfermo. Le sustituye Alonso de Puerto.
(11) Le sustituye Antonio, natural de Baresa.
(12) Se ausentó. En su lugar fué Martín de Ayamonte.
(13) Se ausentó. En su lugar fué Pedro de Tolosa.
(14) Portugués. En su lugar fué Cristóbal Mahuri.
(15) Portugués. En su lugar, Juan Olivar.
(16) Portugués. En su lugar, Cristóbal Dacosta.
(17) Portugués. En su lugar, Juan, negro esclavo de Juan Serrano.
(18) No fué, por ser portugués.



**Nómina de los sobresalientes que fueron en las naos**

| Nombre | Clase | Sueldo | Antecipo (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| *Trinidad* | | | |
| Cristobal Ravelo ... ... ... ... ... ... | Criado | 1 200 | 3 200 |
| Juan Colín (1) .. ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Juan Martínez... ... ... ... ... ... ... | Criado | 1 000 | 4 000 |
| Fernando ... ... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Antonio Lombardo... ... ... ... ... ... | Criado | 1 000 | 4 000 |
| Jorge Morisco ... ... ... ... ... ... ... | Esclavo | 500 | 2 000 |
| Peti Juan ... ... ... ... ... ... ... ... | — | 800 | 3 200 |
| Gonzalo Rodríguez .. ... ... ... ... ... | — | 800 | 3 200 |
| Diego Sánchez Barrasa ... ... ... ... | — | 800 | 3 200 |
| Luis Alonso de Goes ... ... ... ... ... | — | 1 000 | 4 000 |
| Duarte Barbosa ... ... ... ... ... ... | — | 1 500 | 6 000 |
| Álvaro de Mesquita ... ... ... ... ... | — | 1 500 | 6 000 |
| Nuño ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Diego ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Francisco ... ... ... ... ... ... ... ... | Paje y criado | 800 | 3 200 |
| Carlos Sánchez (2) ... ... ... ... ... | — | 800 | 3 200 |
| Lázaro de Torres ... ... ... ... ... ... | — | 500 | 1 125 |
| Enrique de Malaca .. ... ... ... ... ... | Lengua | 1 500 | 6 000 |
| Gonzalo Gómez de Espinosa... ... ... | Alguacil mayor | 1 800 | 7 200 |
| Pedro Gómez ... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Alberto ... ... ... ... ... ... ... ... ... | Merino | 1 200 | 4 800 |
| Marcos de Vayas ... ... ... ... ... ... | Barbero | 1 200 | 4 800 |
| Pedro de Valderrama ... ... ... ... ... | Capellán | 1 500 | 1 970 |
| Juan de Morales .. ... ...... ... ... | Cirujano | 25 000 (3) | 8 333 (4) |
| *Total* ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | | | 95 428 |
| *San Antonio* | | | |
| Francisco del Molino ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Roque Pelea ... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Rodrigo Nieto Gallego . ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Alonso del Río... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Pedro de Valpuesta ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Juan de León ... ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| García de Tuñón ... ... ... ... ... ... | Criado | 800 | 3 200 |
| Juan de Chinchilla ... ... ... ... ... | Criado | 1 500 | 6 000 |
| Antonio de Escobar ... ... ... ... ... | — | 1 500 | 6 000 |
| Francisco de Angulo ... ... ... ... ... | — | 1 500 | 6 000 |
| Juan Gómez de Espinosa... ... ... ... | — | 800 | 3 200 |
| Pedro de Urrea .. ... ... ... ... ... ... | — | 800 | 3 200 |
| Bernaldo Calmeta ... ... ... ... ... ... | Capellán | 1 500 | 6 000 |
| Antonio Hernández ... ... ... ... ... | Lengua | 1 500 | 6 000 |
| Juan de Menchaca .. ... ... ... ... ... | — | 1 200 | 4 800 |
| Pedro de Olaberrieta ... ... ... ... ... | Barbero | 1 200 | 4 800 |
| Juan de Sagredo ... ... ... ... ... ... | Merino | 1 000 | 4 000 |
| *Total* ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | | | 72 400 |

| Nombre | Clase | Sueldo | Antecipo (Maravedís) |
|---|---|---|---|
| *Victoria* | | | |
| Francisco de Carvajal | Criado | 800 | 3 200 |
| Juan Martín | Criado | 800 | 3 200 |
| Simón de Burgos | Criado | 800 | 3 200 |
| Antonio Ximenez (5) | Criado | 800 | 3 200 |
| Juan de Córdoba | Tonelero | 500 | 1 500 |
| Juan Villalón | — | 800 | 2 100 (6) |
| Diego Díaz | — | 800 | 1 500 (6) |
| Alonso de Mora | — | 800 | 2 077 (6) |
| Diego de Peralta | Merino | 1 000 | 4 000 |
| Gonzalo Hernández | Herrero | 1 200 | 4 200 |
| Pedro García | — | 1 000 | 4 000 |
| *Total* | | | 32 177 |
| *Concepción* | | | |
| Luis del Molino | — | 1 000 | 4 000 |
| Antonio Hernández | — | 800 | 3 200 |
| Alonso Coto | Criado | 800 | 3 200 |
| Francisco Díaz de Madrid | — | 800 | 3 200 |
| Juan de Sylva | — | 1 500 | 6 000 |
| Martín de Magallanes | — | 1 500 | 6 000 |
| Gonzalo Hernández | Herrero | 800 | 1 600 (6) |
| Juan de la Torre | — | 500 | 1 159 |
| Martín de Judicibus | Merino | 1 000 | 4 000 |
| Hernando de Bustamante | Barbero | 1 200 | 4 800 |
| *Total* | | | 36 359 |
| *Santiago* | | | |
| Juan de Aroche | Merino | 1 000 | 4 000 |
| Martín Barrena | — | 1 000 | 2 000 |
| Hernán Lorenzo | — | 800 | 1 500 (6) |
| *Total* | | | 7 500 |

(1) Se ausentó.
(2) Se ausentó.
(3) Anual.
(4) Anticipo de un tercio del año.
(5) En su lugar entró Bartolomé de Saldaña.
(6) A cuenta.

# A CONTRIBUIÇÃO DOS IRMÃOS RUI E FRANCISCO FALEIRO NO CAMPO DA NÁUTICA EM ESPANHA

POR

A. TEIXEIRA DA MOTA

Em Dezembro de 1517 os irmãos Rui e Francisco Faleiro foram de Portugal para Sevilha a fim de colaborarem na projectada expedição que Fernão de Magalhães pretendia realizar para atingir as Molucas pelo ocidente e provar que elas caíam no hemisfério atribuído a Castela pelo Tratado de Tordesilhas.

Os papéis de cada um dos irmãos no que respeita aos preparativos e à realização da viagem eram distintos, mas afinal nenhum deles veio a tomar parte efectiva na expedição. Rui Faleiro desapareceu da cena poucos anos depois, mas a actividade de Francisco Faleiro no campo da náutica prolongou-se em Espanha por mais de meio século.

## RUI FALEIRO (1)

Durante mais de um ano, Fernão de Magalhães e Rui Faleiro agiram em pé de igualdade nas negociações com Carlos I e nas diligências junto de várias entidades castelhanas, situação que vem bem expressa nas capitulações de 22 de Março de 1518, em que ambos são designados como capitães-gerais da armada a preparar e têm iguais atribuições.

No entanto, motivos não totalmente esclarecidos (embora se tenham invocado os de saúde) levaram, por cédula real de 26 de Julho de 1519, ao afastamento de Rui Faleiro da armada, sendo-lhe dado o encargo de preparar nova expedição, a partir mais tarde. Já depois da largada de Magalhães, nesse mesmo ano, Rui Faleiro foi a Portugal, onde as autoridades o tiveram preso durante uns dez meses, sendo o seu irmão Francisco quem o conseguiu libertar e trazer de novo a Sevilha, onde veio a enlouquecer.

Sabe-se que Rui Faleiro executou, para a armada, seis quadrantes e um astrolábio de madeira (2). Mas não era essa a contribuição essencial que de si se esperava;

---

(1) O que aqui se indica quanto a Rui Faleiro é extraído principalmente do trabalho inédito *O problema da longitude na primeira circumnavegação do globo (O Regimento da altura de leste-oeste de Rui Faleiro e as Regole sul'arte del navigare de Antonio Pigafetta)*, de que em tempos apresentámos alguns excertos sob o título «O Regimento da altura de leste-oeste de Rui Faleiro», in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, XXVII, n.º 331, Jan. 1953, pp. 163-171. Contamos que aquele trabalho inédito (originariamente escrito em 1943) seja em breve publicado.

(2) «Cartas de marear y quadrantes y estrolabios y agujas y relojes que se dio a la armada», doc. 87, t. III da *Colección general de documentos relativos a las islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla.*

assim, quando ele foi afastado da expedição, Magalhães exigiu a entrega dos seus trabalhos sobre a determinação da longitude no mar:

«...con tanto, dijo, quel dicho Ruy Falero dé y entregue a los dichos señores oficiales (*da Casa da Contratação*) e a ele (*Magalhães*) el altura de la longitud de Este-Hueste, con todos los Regimentos que cumplen a ella segúnd que se ha ofrecido, para que quede en la dicha Casa, e se lleve en la dicha armada; e que, no dando la dicha altura, como dicho tiene, que no consiento en su quedada, salvo que vaya como entre ellos está capitulado, e queriendo el dicho Ruy Falero quedar sin dar la dicha altura, con los regimentos que a ella pertenecen, en tal caso, el protesta que al dicho Ruy Falero no dé ninguna cosa de lo que tienen capitulado ambos a dos con su Alteza en razón de la dicha armada; e dando la dicha altura, y ella no siendo verdadera ni provechosa para la dicha navegación de Leste-Hueste, asimismo protesto que no goce de la dicha capitulación e mercedes, como si diese...» (3).

O que comprova que o principal motivo por que Magalhães associara a si Rui Faleiro fora a promessa que este lhe haveria feito de entregar um regimento das longitudes, que teria interesse não só para a boa navegação da armada como para determinar a posição mais rigorosa das Molucas e, consequentemente, averiguar se caíam no hemisfério português ou no castelhano.

Através dos cronistas Castanheda, Barros e Herrera, sabemos que Rui Faleiro entregou o regimento antes da partida da armada. Assim, o primeiro diz expressamente que Faleiro deu a Magalhães «hũ grande regimento de trinta capítulos, pera que por tres maneyras podesse conhecer a distancia e diferença que andasse de leste-oeste» (4). O mesmo Castanheda diz também que, já em viagem, Magalhães mostrara o Regimento aos pilotos e ao cosmógrafo Andrès de San Martin a fim de se pronunciarem sobre seu préstimo, tendo os primeiros respondido por escrito «que não se podia usar daquele Regimento nem aproveitava para se navegar por ele» e Andrès de San Martin ressalvado o quarto capítulo, «que dizia que pola conjunção que a lua tem com as estrelas fixas e com o sol se pode saber o que hũa terra dista da outra na altura de leste a oeste» (5). João de Barros dá a mesma informação (6). Quanto a Herrera, refere que Andrès de San Martin, em S. Julião, desceu em terra para ensaiar o Regimento de Rui Faleiro, para o que levou «la aguja y quadrante y las otras cosas q̃ mandava en su Regimiento» e determinou a variação da agulha (7).

Confirmavam-se, assim, os receios de Magalhães quanto ao valor prático do regimento do seu sócio.

(3) José Toríbio de Medina, *Documentos inéditos para la historia de Chile*, I, p. 106.

(4) Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da India pelos portugueses*, liv. VI, cap. VI.

(5) *Ibid.*, liv. VI, cap. VII.

(6) João de Barros, *Ásia*, déc. III, liv. V, cap. X.

(7) António de Herrera, *História general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Oceano*, Madrid, 1601, déc. II, liv. IX, cap. XIV.



Durante séculos, o regimento esteve perdido, o que fez com que, sobre ele, alguns historiadores tenham aventado variadas hipóteses e atribuído ao seu autor elevados méritos.

Nos princípios do século passado, o historiador Carlos Amoretti publicou as regras náuticas que vêm no final da relação italiana da primeira viagem à volta do mundo, da autoria de António Pigafetta e existente na Biblioteca Ambrosiana de Milão. Amoretti admitiu que essas regras, mais particularmente as que dizem respeito à determinação da longitude, provinham de Faleiro (8). Mais de um século depois, Joaquim Bensaúde debruçou-se sobre o caso, concluindo que o regimento das longitudes no final da relação de Pigafetta não podia deixar de ser cópia do perdido documento elaborado por Rui Faleiro (9).

Essa cópia, intitulada «Capitolo primo che parla de l'altura de levante a ponente», foi pouco depois estudada por Luciano Pereira da Silva, que, seguindo as ideias de Bensaúde, analisou os três processos de determinação da longitude aí expostos (10).

Posteriormente foi-nos dado verificar que ainda existia o texto espanhol do regimento de Rui Faleiro, em cópia que tem o mesmo título que dá Pigafetta. Copiada por Martín Fernandez de Navarrete em 1793, sem se aperceber do que era (o documento não tem assinatura nem data), referiu-a Cesareo Fernández Duro igualmente sem a identificar (11), vindo a ser publicada — com uma hipótese errada quanto à sua autoria — em periódico espanhol do século findo (12).

A partir da indicação inicial de Navarrete, embora incompleta, foi-nos possível localizar o documento no Archivo de Indias de Sevilha, onde tem a cota «Sección 1ª Patronato, legajo nº 262, Ramo 3». O referido *legajo* é constituído por documentos do século XVII relativos a vários indivíduos que junto do Conselho de Indias pretenderam haver resolvido o problema da longitude, candidatando-se assim à recompensa prevista para quem tal descobrisse. O documento que nos interessa, de dez folhas, tem o título «Capitulo primero que abla del altura del este hoeste», e está metido numa capa de papel com os seguintes dizeres: «Papeles y Consultas tocantes a la Aguja fija de Luis de fonseca, y lo que se ha tratado conel D.or Arias de Loyola en razon de sus proposiciones» e a data «1603».

Luís da Fonseca Coutinho, português, e Arias de Loyola, espanhol, foram dois concorrentes (e encarniçados rivais) ao referido prémio do Conselho de Indias nos começos do século XVII, o que foi estudado por Eustachio Navarrete no século pas-

(8) Carlos Amoretti, *Premier voyage autour du monde par le chevalier Pigafetta suivi de l'extrait du Traité de Navigation du même auteur*, 1801, pp. 264-274.

(9) Joaquim Bensaúde, *Histoire de la Science Nautique Portugaise — Resumé*, 1917, p. 56.

(10) Luciano Pereira da Silva, « A arte de navegar dos portugueses desde o infante D. Henrique a D. João de Castro», in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, I, Porto, 1922, 2.ª edição, in *Obras Completas*, II, pp. 387-389.

(11) Cesareo Fernández Duro, *Los ojos en el cielo — libro cuarto de las disquisiciones náuticas*, Madrid, 1879, pp. 202-203.

(12) *Revista General de Marina*, Madrid, XXXII, 1893, pp. 379-394.

sado [13] e modernamente por Ursula Lamb [14]. Ora o «Capitolo primero...» tem no canto superior esquerdo a palavra «Loyola», o que faz supor que teria pertencido ao Dr. Arias Loyola e por ele teria sido utilizado nas suas diligências para obter dinheiro junto do Conselho de Índias.

O documento está escrito em letra da primeira metade do século XVI, e o seu cotejo com o «Capitolo primo che parla de l'altura de levante a ponente» do manuscrito de Pigafetta em Milão prova que o texto deste último constitui cópia do texto daquele, com pequenas alterações. Com efeito, Pigafetta eliminou alguns parágrafos («Capítulos») finais, onde se expõem ideias sobre a geografia do Extremo Oriente que não estão de acordo com aquilo que lhe fora dado observar, e introduziu alterações muito limitadas na redacção.

No manuscrito de Sevilha a parte mais substancial é relativa à determinação da longitude, havendo ainda nele certos elementos de carácter geográfico, ressaltando do seu conteúdo, de forma clara, que se trata de um regimento náutico para uma expedição que navegaria para o Atlântico Sul até ao rio da Prata, e daí prosseguiria para oeste até ao Extremo Oriente. Refere-se o rio dos Patos (aparentemente no estuário do Prata), designação dada por Solis (1516), o que inculca que o regimento foi escrito para a viagem de Magalhães, pois não pode ser posterior a esta.

Viu-se atrás que, dos dizeres dos cronistas, o Regimento de Rui Faleiro tinha trinta capítulos, nele se indicando três processos para determinar a longitude, dois dos quais eram por conjunções e oposições da Lua com os planetas e estrelas (este constituía o 4.º capítulo) e pela variação da agulha magnética. Ora o manuscrito de Sevilha tem vinte e nove parágrafos (que eram chamados «capítulos» na época de Magalhães), dá três processos para determinar a longitude, dos quais dois são os que indicam os cronistas e o das conjunções e oposições constitui o 4.º parágrafo.

Não há dúvida, portanto, de que o manuscrito de Sevilha contém o texto do «Regimento da altura de leste-oeste» de Rui Faleiro. Verifica-se, também, que Amoretti, Bensaúde e Pereira da Silva tinham razão quando aventaram que o texto de Pigafetta se baseava no então perdido Regimento de Faleiro.

Esta constatação abre-nos o caminho para um mais exacto conhecimento do papel de Rui Faleiro na génese e preparação da viagem de Magalhães e do seu contributo para o progresso da arte de navegar.

Sobre o primeiro aspecto, verifica-se que Rui Faleiro julgava haver uma passagem para o Oriente pelo rio da Prata, indicando ele os rumos para daí se atingirem Java Maior, Java Menor (ilhas que coloca em latitudes muito meridionais) e a Áurea Quersoneso. As suas concepções sobre o Extremo Oriente baseavam-se em Ptolomeu, Marco Polo e noutros autores antigos, no que ele estava em atraso em relação a Maga-

(13) Eustachio Fernández de Navarrete, «Memoria sobre las tentativas hechas y premios ofrecidos en España al que resolviere el problema de la longitud en la mar», in *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, t. XXI, 1852, sobretudo pp. 22-23, 37-42, 49-50, 114-121, 135-138.

(14) Ursula Lamb, «La nueva ciencia geográfica», in *Revista de Occidente*, 110, Mayo 1972, pp. 162-183, sobretudo pp. 168-174.



lhães, cujas ideias derivavam das viagens dos Portugueses na Insulíndia e da cartografia dos Reinéis. Portanto, neste domínio Rui Faleiro não trouxe qualquer elemento válido para a génese da viagem. Vejamos agora o que se refere à arte de navegar.

No manuscrito de Sevilha indicam-se no começo, de forma rápida, dois processos de determinação da longitude, um pela latitude da Lua, o outro por conjunções e oposições da Lua com estrelas; não são dados pormenores sobre a maneira de operar, porque é o terceiro processo que verdadeiramente se considera e que a seguir é muito longamente explanado.

Este terceiro processo é o da variação da agulha magnética, que se ensina a determinar pela observação do Sol. O valor da variação seria igual à longitude do lugar de observação contada a partir do meridiano da ilha de Tenerife, que seria o «meridiano vero», isto é, no qual coincidiriam o norte magnético e o norte geográfico! Compreende-se, assim, que Andrès de San Martín e os pilotos, em S. Julião, tenham registado que o Regimento de Faleiro não servia para coisa nenhuma!

Que Magalhães tenha exigido este parecer por escrito, conjugado com os termos (vistos atrás) em que reclamou a sua entrega antes da largada, vem tudo comprovar que a principal ou única razão por que associara a si Rui Faleiro havia sido a promessa que este lhe haveria feito de lhe revelar um método seguro para determinar a longitude, o que para Magalhães oferecia duplo interesse, náutico e político. Verifica-se também que Faleiro só muito apertado entregou o Regimento, naturalmente em vésperas da partida da armada, e que deve ter andado a enganar Magalhães, conscientemente ou não, durante anos, em Portugal e depois na Espanha.

Em conclusão, pode-se considerar mínimo o papel de Rui Faleiro no campo de uma contribuição náutica sua para a armada de que inicialmente foi, com Magalhães, «capitão general», pois aquele reduz-se à construção de seis quadrantes e um astrolábio (cuja perfeição ou valor se desconhecem, aliás). O seu tão falado «Regimento da altura de leste-oeste» não tinha o menor interesse prático, até naquilo em que teoricamente está certo. Valor para a armada de Magalhães teve, sim, o seu substituto nela como cosmógrafo, Andrès de San Martín, cuja actuação e pareceres, através dos fragmentários testemunhos que nos chegaram, foram notabilíssimos para o seu tempo.

Apesar do seu nulo valor, o método da variação da agulha de Rui Faleiro oferece, no entanto, interesse para a história do conhecimento do magnetismo terrestre. Não esqueçamos que, se Rui Faleiro apresentou uma lei errada da variação da declinação magnética, bastantes anos depois o cosmógrafo Pedro de Medina, no seu livro de 1545, ainda negava que houvesse variação da agulha!

Pode, aliás, inserir-se o método de Faleiro numa corrente que em Portugal se vinha desenvolvendo no seu tempo como consequência do imenso alargamento das viagens portuguesas ao findar o século XV, trazendo em resultado a constatação da regularidade da variação da declinação magnética no espaço, atingindo valores observados da ordem das duas quartas (22,5°).

A variação da agulha era certamente conhecida no século XV (os registos de Colombo no diário da sua primeira viagem são prova disso), mas nas suas viagens até aos Açores, para oeste, e até à entrada do golfo da Guiné, para sul, os Portugueses mal poderiam inteirar-se de como ela variava no espaço, pois dos elementos que nos

chegaram, já do século XVI, verifica-se que na área abrangida por aquelas viagens a declinação oscilava entre valores extremos que não deviam exceder meia quarta (não esquecer que as agulhas de marear eram então apenas graduadas em quartas), dada a orientação geral das isógonas. Com a viagem de Vasco da Gama, logo seguida anualmente de outras até à Índia, passaram a percorrer-se zonas onde a declinação magnética atingia valores sensivelmente mais elevados (existe um registo de que na armada de D. Francisco de Almeida, de 1505, foram observados valores da ordem das três quartas no Atlântico Sul, o que devia ocorrer na região do arquipélago de Tristão da Cunha) e onde se encontrou uma linha agónica nova, na África do Sul (o que deu origem ao nome da baía — depois cabo — das Agulhas na carta Cantino de 1502), a partir da qual os valores da declinação aumentavam de novo progressivamente para oriente. Também em 1500, com Gaspar Corte Real, se atingiu outra área onde a declinação atingia o valor de duas quartas, como o testemunha a cartografia a partir da carta de Pero Reinel de c. 1504. Estes factos, constatados por variados pilotos, certamente foram discutidos entre eles e com os cosmógrafos em Lisboa, e era lógico que começasse a aparecer quem associasse a variação no espaço do «nordestear» e do «noroestear» com a longitude. Por isso não deve causar estranheza que logo em 1514 o grande piloto João de Lisboa apresentasse o seu «Tratado da Agulha de Marear», onde se descreve a primeira agulha de marcar conhecida, se insere o Regimento do Cruzeiro do Sul em ligação com a necessidade de um método para facilitar a determinação da variação da agulha no hemisfério sul e se estabelece uma lei entre tal variação e a longitude. Mas o método de João de Lisboa é mais «perfeito» — isto é, aproxima-se mais da realidade — do que o de Rui Faleiro, pois, embora aceitando igualmente que as isógonas coincidiriam com os meridianos geográficos, faz passar o «meridiano vero» pela ilha de Santa Maria, nos Açores, e admite como valor máximo da variação da agulha quatro quartas (45°).

No *Livro de Marinharia de João de Lisboa*, onde se contém aquele «Tratado», encontram-se também os fragmentos de dois outros métodos do mesmo tipo e mais incipientes, o que leva a considerá-los como mais antigos (15).

Rui Faleiro terá sido assim um dos homens, entre vários pilotos e cosmógrafos das duas primeiras décadas do século XVI, que procuraram, em Portugal, resolver o problema das longitudes, a partir da constatação de que havia uma variação regular da declinação magnética no espaço, constatação essa que era o fruto do imenso alargamento geográfico das viagens marítimas lusitanas. Sob este ângulo, o «Regimento da altura de leste-oeste» de Rui Faleiro é um documento significativo, e que talvez não seja tão disparatado como à primeira vista possa parecer, se se atender a que pelo século XVII fora continuava a haver quem apresentasse miríficos métodos de determinação da longitude com fundamentos do mesmo tipo. Quem sabe se o famoso Dr. Arias Loyola — a quem afinal parece dever-se o ter escapado o texto espanhol do regimento faleiriano — não navegava nas mesmas águas?

(15) Ocupamo-nos do assunto com desenvolvimento no trabalho inédito indicado na nota 1.



Para terminar esta análise da contribuição de Rui Faleiro no domínio da náutica, resta-nos acrescentar a opinião emitida por dois ilustres historiadores. O comandante Fontoura da Costa entende que Rui Faleiro forneceu a M. F. Enciso toda a parte náutica da sua *Suma de Geografia*, pronta em 1518 e publicada em Sevilha em 1519 (16), e na qual se incluem umas tábuas quadrienais da declinação solar que L. Pereira da Silva havia julgado respeitarem ao período 1497-1500 e terem sido feitas para a viagem de Vasco da Gama (17). Ora o coronel Rolando Laguarda Trías verificou recentemente que L. Pereira da Silva se equivocara, e que as tábuas de Enciso contêm valores da declinação solar que mostram não terem sido construídas, como era habitual, para um só quadriénio, antes os vários meses apresentam valores que correspondem a anos estendendo-se de 1485 a 1508. «La impresión que este resultado produce es de estupor pues solo una mente perturbada pudo occurrirsele semejante solución» — e como Rui Faleiro teria enlouquecido (segundo Sebastião Álvares) antes da partida da armada de Magalhães, a atribuição supra de Fontoura da Costa «cobra certidumbre al considerar que sólo a un loco — por no importársele el desprestigio que el hecho pudiera acarrearle — podría ocurrírsele entregar a la imprenta unas tablas de declinación solar, aparentemente calculadas para um ciclo cuadrienal, pero en realidad formadas por los borradores que conservaba el cosmógrafo en su poder de trabajos realizados en distintas épocas para periodos muy diferentes». Segundo o mesmo ilustre historiador, o mal teria sido remediado na 2.ª edição da *Suma*, com a substituição daquela mexerufada por umas tábuas «perfectamente calculadas para el cuatrieno 1529-1532» por Francisco Faleiro (18).

Embora esta atribuição da elaboração das referidas tábuas possa não merecer aceitação geral (19), não há dúvida de que o labor de Francisco Faleiro em Espanha foi imensamente mais profícuo que o do seu atormentado irmão, como se vai ver.

(16) A. FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1939, p. 104.

(17) L. PEREIRA DA SILVA, *ob. cit.*, n.º 9, pp. 317-318 da 2.ª edição.

(18) ROLANDO A. LAGUARDA TRÍAS, «Importancia de las mas antiguas latitudes de la costa brasileña», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 287, Abril-Junho 1970, pp. 341-347; e, do mesmo autor, «Las latitudes del diário da navegação de Pero Lopes de Sousa y la localizacion del Puerto de los Patos», in *Revista de Ciências do Homem*, Lourenço Marques, IV, sér. A, 1971; separata LXIX do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, p. 7.

(19) LUÍS MENDONÇA DE ALBUQUERQUE, *O Livro de Marinharia de André Pires*, Lisboa, 1963, p. 81, mostra que no caso do manuscrito com tal nome, para a seriação das tabelas de declinação solar quadrienais o copista serviu-se de seis grupos de tábuas quadrienais, o primeiro dos quais de 1493-1496 e o último de 1549-1552.

## FRANCISCO FALEIRO

### a) ELEMENTOS BIOGRÁFICOS

Nada sabemos da vida de Francisco Faleiro em Portugal antes de Dezembro de 1517, em que foi com o irmão para Sevilha. Era então certamente novo, pois em 1574 ainda vivia em Espanha.

Indicam-se seguidamente, além de poucas mais, as referências que a ele encontrámos de passagem em historiadores espanhóis modernos e que não pudemos verificar na origem, isto é, nos documentos que citam; é natural que o exame directo de tais documentos e de outros que até agora tenham passado despercebidos permita aumentar substancialmente o conhecimento da vida e actividade de Francisco Faleiro.

Por cédula de 22 de Março de 1518 ter-lhe-iam sido concedidos 35 000 maravedis anuais, para que ele trabalhasse nos preparativos da armada de Magalhães, em especial na construção de instrumentos náuticos. Quando o rei determinou que Rui não seguisse na expedição, Magalhães, além de exigir a entrega do «Regimento da altura de leste-oeste», pediu que Francisco fosse nomeado comandante de um dos navios, o que não conseguiu, mas prova a consideração que por ele tinha.

Como a sua colaboração nos preparativos da armada de Magalhães terminava, uma cédula de 30 de Abril de 1519 concede-lhe 35 000 maravedis anuais para que superintenda nos aprestos da armada que havia de seguir-se ([20]).

Em 1531 Francisco Faleiro dirigiu uma carta a Carlos V, lamentando-se de ter sido afastado da participação na armada de Magalhães e na que se lhe seguiu, de não terem sido aproveitados até então os seus méritos e dos trabalhos e despesas com a libertação e sustentação de seu irmão, então louco; se não lhe fosse feita justiça, com remuneração adequada, teria de ir servir outro rei ([21]). Esta sua pretensão obteve bom seguimento, pois o Conselho de Índias emitiu um parecer favorável em 11 de Maio de 1531 ([22]) e o seu salário anual foi aumentado de 15 000 maravedis por cédula de 10 de Agosto de 1532 ([23]).

---

([20]) Segundo documento do Archivo de Indias de Sevilha referido pelo Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães*, Lisboa, 1938, I, p. 246. Também na «Relación de los salarios que teniam en 1525 los oficiales reales, pilotos y otras personas empleadas en la Contratación de Sevilla» vem referido tal pagamento anual com base na cédula dessa data (José Pulido Rubio, *El piloto mayor de la Casa de la Contratación de Sevilla — Pilotos Mayores, Catedráticos de Cosmografia y Cosmografos*, Sevilla, 1950, p. 477).

([21]) Archivo General de Simancas, Estado, Leg. 369,90, publicada por Joaquim Veríssimo Serrão, «Um memorial de Francisco Faleiro ao Imperador Carlos V, 1531», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, I, 1969, pp. 451-454 (com a indicação da cota Leg. 269, que julgamos estar errada).

([22]) Archivo General de Indias, Sevilha, Indiferente General, Leg. 1092, fls. 2v-3, publicado por Virgínia Rau, «Nótula sobre Francisco Faleiro e os do Conselho de Índias», in *Centro de Estudos de Marinha — Actas das sessões de 1970 e 1971*, Lisboa, 1971, pp. 68-71.

([23]) Martín Fernández Navarrete, *Dissertación sobre la historia de la náutica*, Madrid, 1846, p. 148.



Por cédula de 16 de Junho de 1535, foi nomeado, juntamente com D. Fernando Colombo, Sebastião Caboto e Alonso de Santa Cruz, para examinar certos instrumentos que se propunha fazer o cosmógrafo Gaspar Rebelo ([24]).

À volta de 1536, juntamente com Alonso de Santa Cruz, Alonso de Chaves, Sebastião Caboto, Diego Gutiérrez e Pedro de Medina, foi encarregado da reforma do «padrón real», a carta-padrão de navegação da Casa de la Contratación, anteriormente elaborada sob a direcção de D. Fernando Colombo ([25]).

Em 1546 emitiu um parecer sobre as cartas de dupla graduação de latitudes feitas por Diego Gutiérrez, assunto que na altura foi motivo de um procedimento em que também deram pareceres Sebastião Caboto, Alonso de Chaves, Pedro de Medina, Pedro Mexia, Diego Sánchez Colchero, Hernando Blas, Jerónimo de Chaves e outros ([26]); adiante analisaremos a opinião de Francisco Faleiro nesta matéria.

Em 1553 deve ter colaborado com Diego Sánchez Colchero, Pedro de Medina e Sancho Gutiérrez na elaboração de novo «padrón-real» ([27]).

Das contas da Casa de la Contratación referentes aos anos de 1562 a 1566 verifica-se que Francisco Faleiro era um dos oficiais que recebiam como cosmógrafo, a par de Alonso de Chaves, Jerónimo de Chaves, Sancho Gutiérrez, Diego Gutiérrez e Alonso de Santa Cruz ([28]).

Em 1566, juntamente com Jerónimo de Chaves (então piloto-mor), Pedro de Medina e Sancho Gutiérrez, foi chamado à corte para tomar parte numa junta de cosmógrafos, para o que recebeu 142 ducados. Essa junta tinha o encargo de se pronunciar sobre «La partición y demarcación del universo entre Su Majestad Católica y el Sereníssimo Rey de Portugal; y que es lo que toca al empeño de las Islas del Moluco y de las otras a ellas comarcanas» (tratava-se das Filipinas, para onde fora então Legazpi) ([29]).

Em 1574 foi ouvido como testemunha abonatória de Sancho Gutiérrez, dizendo não haver então em Sevilha outra pessoa além daquele que soubesse fazer instrumentos náuticos ([30]). Passavam então 57 anos desde que viera para Espanha, pelo que era certamente idoso e provavelmente viveu pouco mais, pois não sabemos de outras referências a si em documentos conhecidos.

---

([24]) Alonso de Santa Cruz, *ob. cit.* na nota seguinte, pp. XIX, XXXIV, CXLIII.

([25]) Pulido Rubio, *ob. cit.*, pp. 263-268; Alonso de Santa Cruz, *Cronica de los Reyes Catolicos*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Sevilla, 1951, I, pp. XLI-XLII, LXXXIII-LXXXIV.

([26]) Pulido Rubio, *ob. cit.*, pp. 400-406.

([27]) *Ibid.*, p. 269.

([28]) *Ibid.*, p. 305.

([29]) Manuel de la Puente y Olea, *Los Trabajos Geográficos de la Casa de Contratación*, Sevilla, 1900, p. 351; Pedro de Medina, *Suma de Cosmografia*, prólogo de Rafael Estrada, Sevilla, 1947, p. 25; Pulido Rubio, *ob. cit.*, p. 69.

([30]) Pulido Rubio, *ob. cit.*, p. 94.

b) O «TRATADO DEL ESPHERA Y DEL ARTE DEL MAREAR: CONEL REGIMIẼTO DE LAS ALTURAS: CÕ ALGŨAS REGLAS NUEUAMẼTE ESCRITAS MUY NECESSARIAS»

A divulgação pela imprensa dos textos do *guia náutico português* (de que se conhecem apenas exemplares únicos de edições de c. 1509 e c. 1516) fez-se inicialmente em Espanha através da primeira parte do livro do bacharel Martín Fernández de Enciso intitulado *Suma de geographia que trata de todas las partidas y prouincias del mundo: em especial de las indias. Y trata largamente del arte del marear: juntamente con la espera en romance: con el regimiento del sol y del norte: nueuamente hecha,* editado em Sevilha em 1519, e cujo privilégio real por dez anos é datado de 5 de Setembro de 1518; teve novas edições em 1530 (duas) e 1546, sem privilégio ([31]). E. G. R. Taylor, ao estudar a tradução inglesa que da obra fez em 1540-1541 o mercador inglês Roger Barlow, apontou a origem lusitana da parte náutica da *Suma* ([32]); e é significativo que o frontispício do livro de Enciso tenha uma gravura representando a esfera armilar (a divisa do rei D. Manuel de Portugal) segura por um braço, à maneira do que se vê no guia náutico de Munique (c. 1509), e se empreguem as designações «regimento do sol e do norte» à maneira portuguesa.

Terminado o prazo do privilégio de Enciso, seguiu-se na actividade editorial no campo da náutica Francisco Faleiro, com o seu *Tratado del Esphera y del arte del marear,* também com privilégio de dez anos dado pela rainha em Tordesilhas a 18 de Agosto de 1532, vindo o livro a sair em 1535. Terminado o prazo do privilégio, saiu a *Arte de Navegar* de Pedro de Medina (1545) e nova edição da *Suma de Geografia* de Enciso (1546), não se conhecendo mais nenhuma edição do livro de Faleiro, que é extremamente raro ([33]) e foi reeditado modernamente em fac-símile por Joaquim Bensaúde ([34]).

([31]) Há uma edição moderna, *Suma de Geografía del Bachiller Martín Fernández de Enciso,* com introdução de José Ibañez Cerdà.

([32]) Roger Barlow, *A Brief Summe of Geographie,* edited with an introduction and notes by E. G. R. Taylor, London, Hakluyt Society, second series, n.º LXIX, 1932, especialmente pp. XV-XVII. Também Luís de Albuquerque, *Os Guias Náuticos de Munique e Évora,* Lisboa, 1965, pp. 89 e 229-230, mostra as afinidades entre a parte cosmográfica da *Suma* e o *Tratado da Esfera* contido nos dois guias náuticos portugueses, o que sugere que Enciso terá recorrido directamente a este e não à obra original de Sacrobosco. O mesmo autor (pp. 115-120 da mesma obra) mostra como Encisco utilizou o guia de Munique, além de outra ou outras fontes, na parte náutica, e como Barlow, além de se servir de Enciso, também utilizou directamente fontes portuguesas.

([33]) M. F. Navarrete, *ob. cit.,* p. 147, diz não haver conseguido ver qualquer exemplar, apesar das diligências que para o efeito fez. Ver também Felipe Picatoste y Rodriguez, *Apuntes para una biblioteca científica española del siglo XVI,* Madrid, 1891, pp. 92-93 (indica 2 exemplares em Madrid). Não se conhece nenhum exemplar em Portugal.

([34]) *Tratado del Esphera y del arte del marear compuesto por Francisco Faleiro natural del Reyno de Portugal,* reproduction fac-similé de l'exemplaire appartenant à la Bibliothèque Royale de Munich, Munich 1915, vol. 4 da «Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise par Joaquim Bensaúde».



Talvez não tenha sido por acaso que o privilégio foi dado em 18 de Agosto de 1532, já que no dia 10 do mesmo mês havia sido passada a cédula em que o salário anual de Francisco Faleiro era aumentado de 15 000 maravedis; dir-se-ia que a carta de 1531, em que se queixava do deficiente tratamento que lhe vinha sendo concedido, encontrara espíritos receptivos.

A obra foi examinada pelo doutor Sancho de Salaya, protomédico real e catedrático de astrologia na Universidade de Salamanca, autor de um *Reportorio de tiẽpo* impresso em Lisboa em 1543 ([35]). O prólogo é endereçado a D. García Manrique, conde de Osorno e presidente do Conselho das Ordens e do Conselho de Índias.

O *Tratado* de Faleiro ocupa-se exclusivamente da esfera e da arte de marear, não contendo, ao invés da *Suma* de Enciso, quaisquer partes de geografia universal e de roteiros. Há, no entanto, afinidades específicas entre as duas obras (sobretudo no que respeita à 2.ª edição da *Suma,* de 1530) que podem significar que Faleiro se apropriou dos elementos de Enciso, ou que os forneceu a este para a sua 2.ª edição, ou que ambos se utilizaram de uma fonte comum desconhecida; de qualquer maneira, afigura-se pouco provável que tais elementos fossem da lavra de Enciso, que era um bacharel em direito de quem não seria de esperar que possuísse conhecimentos cosmográficos suficientemente profundos para poder inovar em tal matéria.

Duas expressões do prólogo, «no alcance comer a la mesa de los sabios» e «los que como yo no alcançaren la polida latinidad», são indício de que Francisco Faleiro não teve estudos desenvolvidos e terá apreendido tais matérias sobretudo com o irmão e através da prática ([36]).

A primeira parte do livro, o *Tratado del Esphera,* como aponta L. Pereira da Silva, contém matéria da *Sphaera* de Sacrobosco, mas é de composição original e não simples tradução, ao contrário dos guias náuticos de Munique e de Évora ([37]). Faleiro segue, pois, a tradição lusitana de fazer preceder os regimentos náuticos de uma parte de astronomia elementar, mas não se limitou a copiar o que vinha nos guias náuticos portugueses. Essa tradição já fora imitada por Enciso, e iria sê-lo por Pedro de Medina e Martín Cortés.

([35]) Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII,* Lisboa, I, 1898, p. 282.

([36]) O livro de Francisco Faleiro foi objecto de uma análise por Luciano Pereira da Silva, « As edições facsimiladas do Sr. J. Bensaúde», publicada originariamente no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* I (1914), II (1915) e VI (1919-1921) e em 2.ª edição em *Obras Completas,* Lisboa, II, 1945, pp. 171-181.

([37]) O que também aponta Luís de Albuquerque, *ob. cit.* na nota 32, pp. 89-90: «De facto, Faleiro não se limitou a copiar o que encontrara no *Tratado da Esfera*: reelaborou a maioria dos parágrafos aproveitados, e não hesitou na eliminação do que considerava inútil para os fins que tinha em vista, ou até em alterar a ordem dos assuntos; além disso, abandonou por vezes as explicações de Sacrobosco e corrigiu informações que a experiência dos descobrimentos mostrara serem falsas». José Gavira Martin, «La ciencia geográfica española del siglo XVI: Martín Cortés, Martín Fernández de Enciso, Jerónimo de Chaves, Francisco Falero», in *Boletín de la Real Sociedad Geográfica,* Madrid, LXXI (1931), pp. 401-424, analisa alguns aspectos cosmográficos contidos nesta primeira parte do livro de Francisco Faleiro, afirmando que este serviu de base à *Arte de navegar* de Pedro de Medina (p. 404).

A «segunda parte que trata del arte del marear» começa com três capítulos sobre o horizonte e sua variação, ainda de carácter cosmográfico.

O capítulo IV, *Dela instruciõ muy prouechosa para los principiantes enel arte de marear,* abre com a definição de uma série de termos usuais na navegação e prossegue com várias instruções práticas que são efectivamente pertinentes para o navegador. O autor alarga-se especialmente nas causas dos erros do ponto e do cartear, apontando o nordestear e noroestear das agulhas, o abatimento por acção das correntes ou ventos, a má colocação das costas na carta e a deficiente determinação da latitude (por defeito do instrumento de observação da altura, por erro de cálculo ou por erro de observação).

O capítulo V, *Del regimiẽto del polo,* trata da determinação da latitude pela observação da altura da Polar, sendo o regimento dado no texto e sob a forma de uma roda. Os valores das correcções são diferentes dos dos guias náuticos de Munique e de Évora e de outros textos portugueses e espanhóis posteriores (sempre os mesmos) e mais correctos que estes, tendo aparecido pela primeira vez na 2.ª edição da *Suma* de Enciso, o que para Taylor não significa que Francisco Faleiro tenha copiado daquele, supondo antes que Enciso obteve esses valores de Faleiro ([38]). No entanto, Luís de Albuquerque entende que «os índices anómalos registados por Enciso e Faleiro teriam possivelmente resultado de observações independentes das que conduziram aos dos guias, e talvez empreendidas em Sevilha, centro das actividades marítimas de Espanha a que os dois livros, e os seus autores, estavam por mais de um motivo vinculados», acrescentando que esses novos números, apesar de mais correctos, «não tiveram qualquer aceitação, quer em Portugal, quer em Espanha» ([39]).

O capítulo VI tem o título *Del regimiento delas alturas del sol,* dando seis regras para determinar a latitude pela observação da altura meridiana do Sol, ao que se segue uma *Regla para saber en diuersas oras ante y despues de medio dia en que paralelo esta la nao sin q̃ se tome el sol a medio dia,* que é fantasista. Note-se, no entanto, que Pedro Nunes, pouco depois (1537, *Tratado da Sphera,* etc.) apresentaria um processo para resolver graficamente o problema da determinação da latitude por observações não meridianas do Sol, empregando, porém, uma poma e não um disco circular.

No capítulo VII, *Dela conueniẽcia delos grados y leguas por los rumbos,* é dado o Regimento das Léguas, para dois valores do grau terrestre, 16 ⅔ e 17 ½ léguas, ainda que o autor afirme optar pelo primeiro, no que Taylor vê uma consequência de estar ao serviço de Espanha ([40]), enquanto Luís de Albuquerque considera o regimento com esse valor como a forma mais arcaica do Regimento das Léguas, já que o grau de 16 ⅔ teria sido usado em Portugal antes do de 17 ½ léguas ([41]).

---

([38]) *Ob. cit.,* p. XVII.

([39]) LUÍS DE ALBUQUERQUE, *Os Guias Náuticos de Munique e Évora,* Lisboa, 1965, pp. 41-47.

([40]) E. G. R. TAYLOR, *The haven-finding art — A History of Navigation from Odysseus to Captain Cook,* London, 1956, p. 185.

([41]) *Ob. cit.,* na nota 39, pp. 96-97.



O capítulo VIII, *Del nordestear delas agujas,* é o mais importante do livro, pois nele, pela primeira vez numa obra impressa, se descreve um prato azimutal para observação do Sol, com vista à determinação da variação da agulha, segundo processos também novéis em letra de forma. Do exame e crítica daquele prato e destes processos se ocuparam pertinentemente Luciano Pereira da Silva ([42]), Fontoura da Costa ([43]) e Luís de Albuquerque ([44]).

O prazo azimutal era constituído por um grande círculo, graduado em 360°, tendo no meio uma cavidade para alojar uma agulha; um semicírculo de ferro ou aço era fixado verticalmente sobre o prato, assentando na linha que passava pela graduação de zero graus. A observação do Sol podia fazer-se: *a*) ao meio-dia verdadeiro, o que permitia apreciar directamente o valor da variação da agulha; *b*) antes e após o meio-dia, quando o Sol tivesse alturas equivalentes; *c*) ao nascer e ao pôr do Sol; *d*) só ao nascer ou ao pôr do Sol (neste caso a regra dada está errada).

Quer o instrumento quer os processos de observação, embora aperfeiçoados, apresentam notáveis semelhanças com o que na mesma matéria vem no manuscrito de Sevilha que atribuímos a Rui Faleiro; esta afinidade é mais um elemento a apontar para a identificação desse manuscrito com o «Regimento da altura de leste-oeste» daquele cosmógrafo.

Também como nesse manuscrito, afirma-se, em termos da época, que as isógonas coincidem com os meridianos geográficos, variando a declinação magnética regularmente para um lado e outro do «meridiano vero» até um máximo não especificado a 90° a leste e oeste dele, passando daí a diminuir de novo até ao meridiano a 180° do «vero». Francisco Faleiro, provavelmente em resultado das observações feitas na viagem de Magalhães, abstém-se prudentemente de indicar o valor máximo da declinação, e afirma que o «meridiano vero» seria o da «isla del cueruo o de otra qualquiera de las de los açores». João de Lisboa apontara como valor máximo da variação da agulha quatro quartas e considerara que o «meridiano vero» era o da ilha de Santa Maria, nos Açores, enquanto Rui Faleiro, respectivamente, considerava o valor máximo de 90° (oito quartas) e o «meridiano vero» passando pela ilha de Tenerife. No fundo, Francisco Faleiro seguia a mesma teoria básica daqueles (coincidência das isógonas e dos meridianos geográficos), embora com variantes. O capítulo VIII da segunda parte do seu Tratado tem, assim, raízes bem portuguesas, por um lado, pela importância dada à determinação da variação da agulha de marear, com vista a um melhor governo do navio e a uma mais perfeita navegação estimada, e, pelo outro

---

([42]) LUCIANO PEREIRA DA SILVA, «A arte de navegar dos portugueses desde o Infante a D. João de Castro», in *História da Colonização Portuguesa do Brasil,* I, 1921; 2.ª edição in *Obras Completas,* II, 1945, pp. 361-363.

([43]) A. FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos,* 2.ª edição, Lisboa, 1939, pp. 171-172, 188-189.

([44]) LUÍS DE ALBUQUERQUE, «Contribuição das navegações do século XVI para o conhecimento do magnetismo terrestre», separata da *Revista da Universidade de Coimbra,* vol. XXIV, 1921, pp. 14-19. In ARMANDO CORTESÃO, *História da Cartografia Portuguesa,* Lisboa, II, 1970, pp. 441-447; e também LUÍS DE ALBUQUERQUE, *Curso de História da Náutica,* Coimbra, 1972, pp. 218-223.

lado, pelo apego a uma teoria de isógonas que, embora errada, traduzia o conhecimento concreto da variação no espaço do «nordestear» e do «noroestear». Estes factos são tanto mais significativos quanto o cosmógrafo Pedro de Medina, na sua *Arte de Navegar*, publicada quando expirava o prazo do privilégio concedido ao livro de Francisco Faleiro, negava a realidade da variação da agulha (opinião que modificou em obras posteriores).

Deve referir-se que Pedro Nunes, no *Tratado da Esfera* (1537), apresenta um «instrumento das sombras», que é um aperfeiçoamento do prato azimutal de Faleiro, e dá igualmente regras para determinar a variação da agulha por observação de azimutes do Sol, as quais em parte coincidem com as do último. Teria Faleiro sabido dos inventos de Pedro Nunes antes de eles se divulgarem naquele livro, ou teria o grande matemático aperfeiçoado e desenvolvido o que vira na obra de Faleiro? Em análise recentemente feita, Luís de Albuquerque conclui pela prioridade de Faleiro (45); mas algo de misterioso continua no ar quanto a certas ideias novas que na época surgem paralelamente em Sevilha e em Lisboa no campo da náutica.

O capítulo IX, *De como se há de regir las tablas dela declinacion del sol*, ensina a utilizar as tábuas quadrienais que vêm no final. Luciano Pereira da Silva, fazendo as verificações em relação a seis dias de uma das tábuas, concluiu que elas foram calculadas para o quadriénio 1529-1532, embora ressalvando que «falta ver se tal coincidência se mantém no resto das tábuas; que o faça quem disponha de tempo para isso» (46). Estas tábuas foram copiadas por Pedro de Medina, quer na *Arte de Navegar* (1545), quer no *Regimiento de Navegacion* (1552), apesar de o autor ter o desplante de no começo do primeiro livro dizer que «ni de ninguno ay noticia que hasta agora aya escrito modo de navegar» (47).

Na realidade, tais tábuas já haviam antes sido publicadas, na segunda edição (1530) da *Suma de Geografia* de Enciso, julgando Fontoura da Costa que o calculador delas teria sido Francisco ou o seu irmão Rui Faleiro (48), o que para Luís de Albuquerque é «simples conjectura, que aliás nenhum documento conhecido autoriza» (49). Já vimos atrás que Rolando Laguarda Trías aventa que as tábuas de declinação solar da primeira edição da *Suma* seriam uma misturada de dados relativos a numerosos anos fornecida pelo enlouquecido Rui Faleiro; o mesmo autor acrescenta que «ignoramos si Fernández de Enciso se percató de la travessura que le jugó el pobre desiquilibrado pero lo cierto es que en la segunda edición de la *Suma de Geographia*, publicada en 1530, Francisco Faleiro, hermano de Ruy, como si quisiera reparar el daño causado por la burla irresponsable de su hermano, incluyó en la obra un grupo de tablas de declinación solar, perfectamente calculadas para el cuatrienio 1529-1532 y que luego volvió a publicar en su *Tratado del esphera y del Arte del marear* (Sevilha, 1535), circunstancia que nos ha permitido identificarlo como autor de las primeras» (50).

(45) Luís de Albuquerque, «Sobre as prioridades de Pedro Nunes», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Ciências*, Lisboa, XVI, 1972, pp. 403-404.

(46) Luciano Pereira da Silva, «As edições facsimiladas do Sr. J. Bensaúde», in *Obras Completas*, Lisboa, II, 1945, pp. 178-180.

(47) Luciano Pereira da Silva, «O Regimiento de Navegacion de Pedro de Medina», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, VII, 1922-1925; 2.ª edição in *Obras Completas*, Lisboa, III, 1946, pp. 94, 101.

(48) A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1939, p. 105.

(49) In A. Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, Coimbra, II, 1970, p. 320.



### c) INFORMAÇÃO SOBRE O PADRÃO REAL, CARTAS DE MAREAR E INSTRUMENTOS DE NAVEGAÇÃO

Em 1544, Pedro de Medina apresentou uma denúncia sobre os alegados erros das cartas e instrumentos náuticos executados por Diego Gutiérrez, a qual também envolvia Sebastião Caboto, compadre deste e na altura piloto-mor.

Pedro de Medina, como mostrou Pulido Rubio, deve, aliás, ser o autor de um texto, sob a forma de colóquio, em que dois interlocutores discutem as cartas de duas graduações de latitudes atribuídas a um fabricante de Sevilha cujo nome não é dado, mas que facilmente se vê ser Diego Gutiérrez (51). Naquela denúncia, com efeito, insiste-se especialmente no erro e desvantagens das referidas cartas, bem como nos das agulhas de marear com os ferros desviados da flor-de-lis.

Conhece-se hoje uma carta atlântica de Diego Gutiérrez de 1550 (na Bibliothèque Nationale de Paris) contendo duas escalas de latitudes, uma cortando os Açores e a outra próximo das Antilhas e de graduação desfasada de três graus para mais em relação àquela.

A denúncia de Pedro de Medina deu lugar a um inquérito, em que foram ouvidos os cosmógrafos da Casa de la Contratación e vários pilotos, em 1545. Pulido Rubio estudou o assunto, publicando muitos dos pareceres então emitidos por aqueles peritos, documentação essa que tem considerável interesse para a história da náutica na época (52).

(50) *Obs. cits.* na nota 18, pp. 347 e 7, respectivamente.

(51) *Ob. cit.*, pp. 417-425. O colóquio referido fora publicado, atribuído a Fernando Colombo, por Cesáreo Fernández Duro, *Arca de Noé — Libro sexto de las Disquisiciones Náuticas*, Madrid, 1881, pp. 508-520.

(52) *Ob. cit.*, pp. 393-435, 482-531. As cartas de dupla graduação de Diego Gutiérrez estão relacionadas com uma série de cartas, sobretudo portuguesas, dos séculos XVI e XVII, em que figura uma escala especial de latitudes ao largo da Terra Nova, também desfasada da escala principal de cerca de 3° para mais e inclinada (menos numa das cartas) de duas quartas (valor da declinação magnética na área). Entre outros, a origem desta escala foi estudada por D. Gernez, «Les cartes avec échelle de latitudes auxiliaire pour la région de Terre-Neuve», in *Communications de l'Académie de Marine de Belgique*, Anvers, VI, 1952, pp. 93-117, tendo sido associada por esse autor às cartas de Diego Gutiérrez, associação essa que aceita Salvador García Franco, *La legua náutica en la Edad Média*, Madrid, 1957, pp. 141-150, e que o almirante Julio Guillén, «Las cartas de dos graduaciones en España», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos — Actas*, Lisboa, II, 1961, pp. 163-166, transforma em filiação, acrescentando que as agulhas «con aceros trocados fué moda portuguesa». Ora Alonso de Santa Cruz diz exactamente o contrário, isto é, que se tratava de moda sevilhana, e insiste por mais de uma vez em que os Portugueses usavam agulhas com os ferros debaixo da flor-de-lis (*ob.*

Desses pareceres, verifica-se que entre os cosmógrafos só dois se pronunciaram favoravelmente às cartas e instrumentos de Diego Gutiérrez (o seu filho Sancho Gutiérrez e o seu compadre Sebastião Caboto), manifestando-se contra eles Pedro de Medina, Francisco Faleiro, Alonso de Chaves, Pedro Mexia e Jerónimo de Chaves; os pilotos foram todos favoráveis a Diego Gutiérrez.

Através dos testemunhos transparecem rivalidades e rancores pessoais (é provável que à denúncia de Pedro de Medina não seja estranho o facto de os cosmógrafos da Casa de la Contratación haverem dado uma informação desfavorável à *Arte de Navegar* que pretendia publicar). Ora um dos mais notáveis pareceres, pela serenidade, isenção e sabedoria de que se reveste, é precisamente o de Francisco Faleiro, pelo que vale a pena extractá-lo e analisá-lo, ainda que rapidamente ([53]).

Faleiro condena as cartas de duas graduações, começando por dizer que «debe bastar para condenallas averse rredondeado todo el universo por las cartas que mi hermano y Hernando de Magallanes y yo hezimos de una sola graduacion que se descubrio el especeria, y Vespuche y Nuño Garçia que las dhas cartas fabricaron jamas pusieron en cartas dos graduaciones ni en Portugal tal usan».

A seguir — e este é um dos aspectos únicos do seu parecer, que não se vê noutros — pronuncia-se sobre as origens e erros iniciais das cartas espanholas das Antilhas: «todas las islas, puertos, rios, costas delas Indias o la maior parte dellas estan situadas falsamente asi por lo dicho como porque no fueron descubiertas por personas que verdadera y precisamente supiesen situar lo que discubrian, por lo siguiente:

«Lo primero, porque los unos sin saber alturas discubrieron por derrotas y por ellas situaron lo que discubrieron y las derrotas que ellos ponian eran falsas como se dira e otros que sabian alturas situaron por ellas no sabiendo usar dellas precisamente como se rrequiere como parescio al tempo que hizimos el patron general para cuia fabrica se ajuntaron los dichos y alturas de todos los que pilotos a la sazon usavan esta navegacion que jamas hallamos conformidad enlas alturas que davan de sus esperiençias» [referência aos trabalhos de reforma do «padrón-real» em que havia trabalhado à volta de 1536].

*cit.*, na nota 59, pp. 26-33). No comentário feito ao trabalho do almirante Guillén (pp. 166-169 a seguir à sua comunicação) mostramos que, embora o artifício tenha o mesmo fundamento, as circunstâncias são bastante diferentes nos dois casos, até porque no da escala da Terra Nova se trata de área bem menor que a América Central e a navegação portuguesa para lá era quase exclusivamente de pescadores, não tão aprimorados em navegação astronómica como os pilotos de outras carreiras. Que esta nossa ideia é correcta demonstra-o o facto de no inquérito às cartas de Diego Gutiérrez ter havido três cosmógrafos que expressamente disseram não usarem os Portugueses tal género de cartas de duas graduações, desprezando, portanto, o caso das cartas com escala especial só na Terra Nova e que certamente conheciam; foram eles Francisco Faleiro (em trecho que se dá a seguir), Pedro Mexia («por una altura navegan los portugueses todo el mundo») e Alonso de Chaves («los portugueses que navegan en todo el oriente que es muy largo camino no traen tales cartas antes se rien de ellas») (Pulido Rubio, *ob. cit.*, pp. 483, 507, 531).

([53]) É publicando na íntegra por Pulido Rubio, *ob. cit.*, pp. 482-7.



«Lo otro porque ni los unos ni los otros no entendian el noruestiar de las agujas, sin lo qual [no] se puede acertar ni saber la derrota.

«Lo otro es que algunos que como son los que al presente navegan que saben que las agujas noruestean y nordestean e ynoram la cantidad y tambien la proporcion que enesto el aguja guarda en cada merediano porque carecen de instrumento para ello y de cabeça segun la estimativa de cada uno juzgan las tales diferencias lo qual es ymposible de tal manera açertarse a cuia causa los unos y los otros situaron todo lo que describien falso en derrota y mucha parte dello en altura y abiendo yerro en las alturas o en las derrotas las cartas no pueden ser verdaderas por lo qual pensar dar perficion ala cosmografia de las Indias e a sua navegacion seria menester averse enello como el que derriba el edeficio acabado y lo torna azer de nuevo porque fue falsamente fundado».

As explicações são tão claras que se julgam desnecessários comentários. E Faleiro sabia do que falava, pois à volta de 1536 trabalhara durante muito tempo, com outros cosmógrafos, na reforma do padrão-real, como ele evidencia, o que lhe permitiu obter um conhecimento concreto da forma como os descobridores espanhóis da América haviam navegado e lançado na carta as novas terras.

Depois de apontar tais factos, Faleiro apresenta as soluções para evitar tais erros, «mas el mejor remedio y enmienda que a mi ver salvo mejor ingenio se puede dar para que las cartas y navegacion delas Indias Occidentales sean mas ciertas y tengan mas util uso es lo siguiente:

«Lo primero que por el noruestear delas agujas ser causa principal de las derrotas ser falsas y esta puso alos pilotos en uso de falsa graduación o como se dize de dos graduaciones ylos pone cada dia en otros grandes yerros y peligros de que no sienten la causa es cosa muy necessaria y util para nuestro fin que todos los pilotos que navegaren alas Indias lleven y usen de instrumento que les muestre y precisamente lo que las agujas noruestean y nordestean en cada meridiano porque con solo esto no ternan neçesidad de segundas graduaçiones.

«Lo otro es que los instrumentos que llevaren para tomar el altura que sean los maiores que pueden usar por que en los chicos pequena diferencia causa grande yerro e que sean muy preçisos.

«Lo otro que a todos los pilotos que navegaren este viaje seles mande y de por istrucion que todos los dias de su viaje que el tempo real les diere lugar tomen el altura del sol y de noche la del polo y conforme a elle echen su punto enla carta y lo señalen con tinta para que este vivo y conforme a esto ordenen su derrota por la carta conforme a la verdadera graduacion y no ala falsa y conel aguja verificada conel ystrumento fija la tal derrota asta la [I.]. Deseada la qual demandaran con su derrota en los XV grados en que ella esta y no en los XVIII en que se pone por la falsa graduaçion e asi el altura que cada dia tomaren como el punto que echaren y derrota todo lo escriban lo mas çierto y claro que pudieren en acabando de hazer cada dia su operaçion dicha porque sera inposible buelto el piloto en España poder de cabeça dar desto intera rrelacion».

Do exposto verifica-se que Faleiro, em vez de se lançar em ataques pessoais contra Diego Gutiérrez, nem sequer lhe menciona o nome nem ataca expressamente

as suas cartas de dupla graduação — antes advoga que os pilotos façam boas observações astronómicas e naveguem segundo rumos verdadeiros e não magnéticos. Ao fim e ao cabo, sem o dizer expressamente, mostra que as cartas de dupla graduação são a consequência de muitos pilotos navegarem unicamente por estima, sem corrigirem a variação da agulha e sem determinarem latitudes por observação dos astros.

Mas Faleiro, animado de grande senso prático, aconselha que da I. Deseada para diante «no se les quiten a los pilotos sus dos graduaçiones y sus agujas como asta aqui aunque manifestamente sean tan falsa y barbara cosa y contra toda arte y juizio claro, porque si alguno pusiere por su culpa su nao a peligro no tenga escusa con dezir que le tiraron delo que sabia y usava y que con los dos graduaçiones no le acaecio tal». No entanto, aconselha que, mesmo assim, não deixem de determinar as latitudes no mar e em terra e de verificar a agulha.

Além de instruções do mesmo género para a viagem de regresso a Espanha, acrescenta: «porque como esta dicho el noruestear de las agujas es causa de tantos yerros yo hize un instrumento para se ver y saber lo que las agujas noruestean y nordestean en cada meridiano muy provechoso y preciso como se vera en el tratado que escrebi alos pilotos del arte del marear enel CXL [no *Tratado* publicado em 1535 é o capítulo VIII da da 2.ª parte — será engano de transcrição de Pulido Rubio, ou tratar-se-á de outra obra desconhecida?] y despues le hize material y aunque avian seis años que esta en poder de Diego Gutiérrez *y en do les de tanto* [sic] pilotos enesto jamas ninguno le a querido llevar dando sello de balde; si los cosmografos de Su Magestad otro mejor no hallaren que este se mande desaminar y si tal le hallaren que manden a los pilotos que le lleven».

Trata-se certamente do instrumento descrito no *Tratado* de 1535 para observações com o Sol, e do que Faleiro diz conclui-se que os pilotos espanhóis não se mostravam interessados no caso, naturalmente porque não queriam abandonar a rotina da navegação segundo rumos da agulha não corrigidos. E a seguir Faleiro dá notícia de outro instrumento que também seria para observar a Polar, e de que não se conhece a descrição: «e asimismo hize otro instrumento grande y muy facil y mas provechoso que todos los que se usan asi para el sol como para el norte porque ni el sol ni el polo no se toman con el por agujeros mas con sombra rasa el sol y el estrella sin la dificultad de la ballestilla que de por fuerça se ade juzgar y marcar con la vista juntamente el estrella y el orizonte lo qual es inposible hazerse bien». E, a terminar, Faleiro propõe que seja mandada uma nau com um cosmógrafo, um piloto dos mais experimentados e um mestre «hazer las diligençias dichas con otras que se especificarian a la sason», do que resultaria evitar-se a perda de muitas gentes, fazendas e navios.

É a altura, finalmente, de procurar tirar algumas conclusões sobre a contribuição de Francisco Faleiro no domínio da ciência náutica, pelo que começamos por apresentar algumas poucas opiniões que sobre tal foram até agora emitidas.

Já vimos atrás que Fontoura da Costa admite que as tábuas quadrienais do *Tratado del esfera y del arte del marear* poderiam ter sido calculadas não por Francisco mas pelo irmão Rui Faleiro. Noutra obra admite mesmo que «dos dois irmãos Faleiro era Rui o mais instruido», «é de aceitar que Rui tivesse sido o principal instigador do trabalho de seu irmão», isto é, do *Tratado* (54).



Júlio Gonçalves, ao que se nos afigura com razão, contestou os pontos de vista de Fontoura da Costa quanto à maior competência de Rui em relação ao irmão: «De Rui Faleiro pouco nos ficou de positivo além do citado 'tratado dos trinta capitulos' para achamento das longitudes, que evidentemente, segundo a prova de San Martin, não contribuem para a sua glória. A narrativa coeva revela-nos Rui Faleiro como um tipo de nevrosado com lampejos e obnubilações ciclotímicas, que acabou na loucura da qual não consta ter-se resgatado. Nenhuma fonte nos leva a acreditar que o trabalho de Francisco Faleiro fosse inspirado ou emendado pelo seu irmão Rui. De mais, na data em que Francisco publicou o seu *Tratado da Esfera* havia pelo menos dez anos que Rui mergulhara o seu talento na noite de insânia» (55).

O *Tratado* de Francisco Faleiro afigura-se-nos merecer um estudo aprofundado, para além do que fica acima, e que inclui o sumário das conclusões de alguns poucos estudiosos sobre um número restrito de aspectos. Apraz-nos registar aqui que a professora E. G. R. Taylor — que foi dotada de uma extraordinária capacidade de apreciação dos aspectos e personagens verdadeiramente significativos na história da náutica — tenha escrito estas palavras sobre o livro de Faleiro: «It is a sound, practical piece of work, beautifully set up and illustrated by the German printer, John Cronberger, who then worked at Seville. And the author was very forthright in his listing of the causes of errors in dead reckoning, putting compass variation in the first place of all but adding also the imprecision of instruments, and their careless or faulty reading by the pilots, as well, of course, as the unknown currents that caused leeway (56).

Parece-nos excessivo o juízo recentemente expresso por Luís de Albuquerque sobre o livro de Francisco Faleiro, «que pouca ou nenhuma influência exerceu na náutica do século XVI» (57). Além das conclusões de Luciano Pereira da Silva (ao ocupar-se dos aspectos novos nele) e de E. G. R. Taylor, não cremos que tenham sido devidamente estudadas essas influências. Mas, para começar, não se terá afinal Pedro Nunes inspirado em Faleiro no tocante ao «instrumento das sombras», como aventa Luís de Albuquerque?

Quanto ao famoso Pedro de Medina e à sua *Arte de Navegar*, eis o que recentemente escreveu Ursula Lamb: «Medina knew Francisco Falero and regarded him as an expert witness in his behalf after Falero had testified on scientific matters in a legal action of 1543. Medina had copied entire paragraphs from Falero's *Tratado* of 1535 without specific acknowledgement. It is quite probable that, as one of the

(54) A. FONTOURA DA COSTA, *Bibliografia náutica portuguesa até 1700*, Lisboa, 1940, p. 46.

(55) JÚLIO GONÇALVES, «Faleiro e Medina», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, sér. 79, 1-3, Jan.-Mar. 1961, p. 20.

(56) E. G. R. TAYLOR, *ob. cit.* na nota 40, p. 185.

(57) *Ob. cit.* na nota 45, p. 405.

Casa's cosmographers, Falero suggested he do so, rather than put himself to the bother of amending Medina's compilation» ([58]).

E, quanto ao outro grande tratadista náutico espanhol do século XVI, uma análise apenas do que escreveu sobre a agulha de marear no *Breue Compendio de la sphera y de la arte de nauegar* (1551) mostra que Martín Cortés segue a teoria expressa por Faleiro no seu *Tratado* quanto à coincidência das isógonas com os meridianos geográficos, à passagem do «meridiano vero» por uma das ilhas dos Açores e ao aumento da variação da agulha para oeste e para leste dele até um máximo nos meridianos a 90°, daí decrescendo de novo até se anular a 180° de longitude (fol. LXXII).

Numa obra de começos da segunda metade do século XVI de outro cosmógrafo espanhol de grande nomeada, Alonso de Santa Cruz, é apresentado o instrumento de Francisco Faleiro (calando-lhe o nome), bem como a teoria da coincidência entre as isógonas e os meridianos geográficos, admitindo-se uma variação máxima de três quartas nos meridianos a 90° do «meridiano vero». Ora o livro de Faleiro saíra em 1535, e o próprio Santa Cruz diz ter trabalhado na junta de 1536 para reforma do padrão-real e que aí se discutiram os valores da variação da agulha na América Central; como se viu atrás, Faleiro fez também parte dessa junta e certamente debateu nela tal matéria, o que Santa Cruz esconde, indo atribuir a paternidade daquele instrumento ao sevilhano Filipe Guillén, que em 1525 fora para Portugal com ideia semelhante ([59]). Aliás Santa Cruz plagiou Pedro Nunes nessa matéria, entre outras ([60]).

Em nossa opinião, o livro de Faleiro teve mais influência do que se tem julgado. Além de dar os elementos clássicos do guia náutico português impresso do seu tempo — o tratado da esfera e os regimentos do Sol, do Norte e das Léguas —, Faleiro é o primeiro, em obra impressa, a ocupar-se da variação da agulha, ensinando a maneira de a determinar e insistindo na importância do seu conhecimento para uma melhor navegação. Neste aspecto, sobretudo, o seu livro tem um carácter eminentemente prático (o que sugere que ele teve experiência da navegação, ao contrário de alguns dos seus colegas cosmógrafos da Casa de la Contratación), como pertinentemente apontou E. Taylor. O seu parecer sobre as cartas de dupla graduação de Diego Gutiérrez comprova que ele foi um persistente batalhador pela melhoria dos métodos de navegação dos pilotos espanhóis, sobretudo no que respeita a aumentarem o recurso à navegação astronómica e a corrigirem os rumos da agulha magnética. Durante mais de meio século foi operoso cosmógrafo em Sevilha, tendo sido chamado a participar em juntas em que se promoveu o aperfeiçoamento do «padrón-real» e se discutiram

([58]) *A Navigator's Universe — The Libro de Cosmographia of 1538 by PEDRO DE MEDINA*, Translated and with an Introduction by URSULA LAMB, The University of Chicago Press, 1972, p. 27.

([59]) ALONSO DE SANTA CRUZ, *Libro de las longitudines*, editado por D. ANTÓNIO BLÁSQUEZ Y DELGADO AGUILERA, Sevilla, 1921, pp. 26-29.

([60]) LUCIANO PEREIRA DA SILVA, «Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz», in *Lusitânia*, III, 1925; 2.ª edição in *Obras Completas*, III, pp. 163-184.



métodos ou instrumentos de navegação e aspectos da cartografia náutica com implicações políticas. No seu *Tratado* apresenta-se modestamente como «não sábio», e nos documentos conhecidos a seu respeito não se colhe vestígio de que se tenha deixado envolver em questões e rivalidades com os colegas de ofício (o que foi frequente então com outros), antes ressalta que gozava de respeito geral. É uma figura que se fica a apetecer conhecer melhor — o que talvez seja possível, pois é muito provável que haja no Archivo de Indias, em Sevilha, muitos mais documentos a seu respeito do que aqueles que revelou Pulido Rubio.

A sua contribuição útil para a Espanha no domínio da náutica foi sem dúvida imensamente maior do que a do seu irmão Rui Faleiro, que ele humanamente foi libertar da prisão em Portugal e continuava a amparar em Sevilha em 1531, uns dez anos depois de haver enlouquecido. Mas no seu livro (e também um pouco no seu parecer acima estudado) encontram-se elos a ligá-lo ao durante tanto tempo misterioso «Regimento da altura de leste-oeste» com que o irmão iludira por vários anos Fernão de Magalhães.

Afinal, um e outro haviam levado de Portugal para Espanha, nesse ano de 1517, em que se começou a materializar a preparação do que viria a ser a primeira circum-navegação do globo, a crescente experiência dos homens do mar portugueses, ao expandirem-se rapidamente pelo Atlântico Sul e pelo Índico (e também pelas águas frígidas da Terra Nova). Experiência que resultara na constatação de que por todas essas novas áreas se encontravam valores do «nordestear» e do «noroestear» da agulha variando regularmente no espaço entre valores que atingiam as *seis quartas*.

Examine-se uma reconstituição da carta de linhas isógonas para 1500 (ver figura) ([61]), e facilmente se constata o seguinte:

*a*) Na área onde se processaram os descobrimentos portugueses até poucos anos antes de findar o século XV (viagem de Bartolomeu Dias, 1487-1488), desde os Açores até ao cabo da Boa Esperança, a diferença entre os valores extremos da declinação magnética encontrados era de cerca de sete graus, isto é, pouco mais de meia quarta da rosa-dos-ventos;

*b*) Com as viagens de Vasco da Gama (1497-1499), Cabral (1500-1501) e Corte Real (1500) atravessaram-se zonas no Atlântico com variações no espaço da declinação magnética muito mais acentuadas do que até aí, culminando, no Labrador e no arquipélago de Tristão da Cunha, em valores da ordem das duas quartas de sentidos opostos, o que revelava uma amplitude do «nordestear» ao «noroestear» de cerca de 45°! Na zona do cabo das Agulhas encontrou-se outra linha agónica distinta da dos Açores, e pelo Índico fora a declinação ia crescendo, passando por cerca de uma quarta na Índia e perto de duas em Malaca!

Naturalmente os pilotos que observaram estes factos, e os cosmógrafos que deles os souberam, começaram, uns e outros, a descortinar no fenómeno uma possi-

([61]) Utilizamos o mapa devido a Guilherme Wendel reproduzido por LUCAS RODRIGUES JUNOT, «As cartas isogónicas do Atlântico para a época dos descobrimentos», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos — Actas*, Lisboa, 1961, II, pp. 171-201.

bilidade de resolverem o irritante problema da determinação da «altura de leste-oeste», a longitude. O primeiro grande testemunho documental (há resquícios de outros anteriores) de processo para efeito encontra-se no «Tratado da agulha de marear» elaborado em 1514 por João de Lisboa, e onde se afirma que as isógonas coincidem com os meridianos geográficos, que o «meridiano vero» (isto é, onde as agulhas «ferem os verdadeiros polos do mundo», ou seja, têm uma variação nula) passa pela ilha de Santa Maria, nos Açores, e que para um e outro lado dele a declinação, com sinais opostos, cresce até aos 45° nos meridianos afastados de 90° daquele; e nele se descreve a mais antiga agulha de marcar conhecida, indispensável para pôr em prática o processo (62).

É nesta corrente de ideias que se insere o «método» inventado por Rui Faleiro, que apenas difere do de João de Lisboa na posição do «meridiano vero» e no valor máximo da variação da agulha.

Com a viagem de Magalhães e as observações dos pilotos e de Andrés de San Martín constatou-se que o sistema teórico de Rui Faleiro não tinha equivalência na prática. Por isso Francisco Faleiro, sem abandonar a concepção da coincidência entre as isógonas e os meridianos geográficos, se cala quanto aos valores máximos da variação da agulha e prefere ao «meridiano vero» de Tenerife um nos Açores. A base teórica do sistema continua a ser aceite por Martín Cortés no seu livro de 1551, e Alonso de Santa Cruz, no seu *Libro de las Longitudines* (c. 1555) diz que até 1545 seguira a mesma ideia da coincidência entre as isógonas e os meridianos geográficos, no que tantos historiadores desde Humboldt — desconhecendo totalmente os antecedentes apontados — têm visto a realização da primeira carta de isógonas! Santa Cruz entendia que o valor máximo da declinação, a 90° do «meridiano vero», era de três quartas (63).

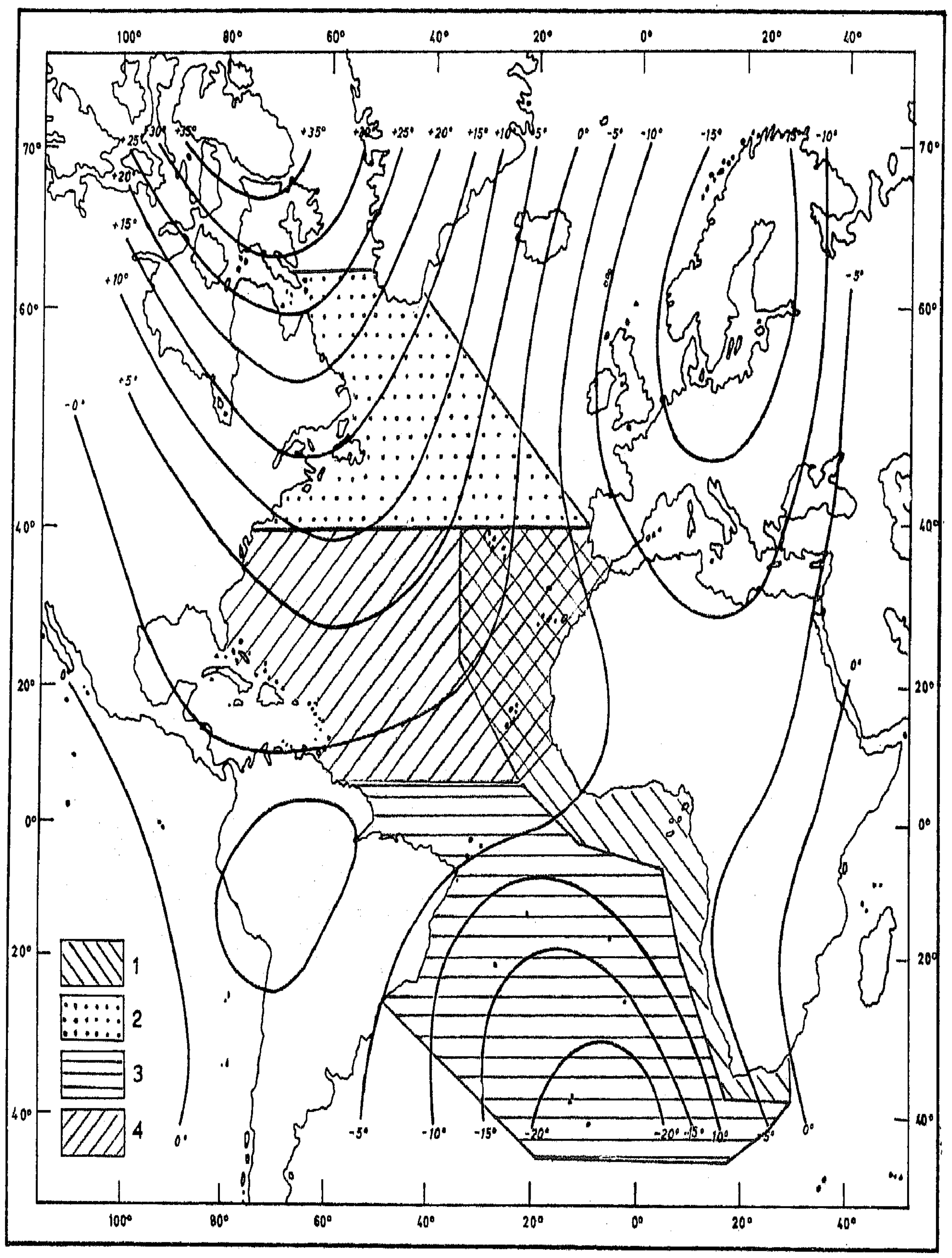
Ora em 1537 Pedro Nunes publicara a descrição e modo de utilização de um instrumento das sombras, que era aperfeiçoamento do de Francisco Faleiro, e na sua viagem à Índia em 1538 D. João de Castro fez com ele numerosas determinações da declinação magnética, concluindo de forma definitiva que ao longo de um mesmo meridiano geográfico se registavam vários valores da declinação magnética, isto é, que as isógonas não coincidiam com os meridianos.

Mas os seus preciosos roteiros ficaram inéditos, e assim não pôde a sua descoberta ter a divulgação adequada, nem Francisco Faleiro terá sabido dela então, pois no seu parecer de 1545 continua a advogar a teoria clássica dos pilotos portugueses.

Nesse mesmo ano de 1545 o cosmógrafo Alonso de Santa Cruz foi a Portugal obter informações sobre a matéria, já que até aí era convicto defensor dessa teoria, mas recebera sobre as Antilhas e o México informações relativas aos valores da variação da agulha que não se lhe ajustavam. D. João de Castro deu-lhe conta das observa-

(62) O «Tratado da agulha de marear» de João de Lisboa é estudado por LUÍS DE ALBUQUERQUE, *O Livro de marinharia de André Pires*, Lisboa, 1963, pp. 123-132.

(63) *Loc. cit.*




*Carta isogónica para o ano 1500 (Segundo Fritsche e Wendel)*

*1 — área das navegações portuguesas até 1487 (Bartolomeu Dias)*
*2 — alargamento da área das navegações portuguesas no Atlântico Norte em 1500 (Corte-Reais e J. F. Labrador)*
*3 — alargamento da área das navegações portuguesas no Atlântico Sul em c. 1505 (Vasco da Gama, Cabral, Gonçalo Coelho)*
*4 — área principal da «Carreira da Índia» espanhola em meados do século XVI*

ções que fizera, e das conversas com os pilotos e dos roteiros destes obteve Alonso de Santa Cruz mais elementos comprovando que a ideia da coincidência entre as isógonas e os meridianos geográficos não correspondia à realidade, pelo que declarou tê-la abandonado. Considera, no entanto, que o conhecimento correcto da variação da agulha ao longo das rotas usuais e nas proximidades de terra poderá facilitar a aterragem ([64]) — ideia que afinal também fora bebida entre os Portugueses, que já haviam chegado à mesma conclusão e estavam multiplicando as determinações da variação, que de forma característica enxameiam os roteiros da carreira da Índia do último quartel do século XVI, em parte como «conhecenças».

Mas voltemos ao caso da viagem Sevilha-Antilhas, na qual muitos pilotos espanhóis usavam as cartas de dupla graduação de latitudes, que também são referidas por Alonso de Santa Cruz. O exame da carta de isógonas de 1500 mostra que na viagem de ida (Canárias-Deseada) a amplitude de variação no espaço da declinação magnética não chegaria a atingir uma quarta (11° ¼), o que seria um pouco excedido na viagem de regresso (pelos Açores). Ora estes fracos valores contrastam claramente com os bastante mais elevados que os Portugueses encontravam no percurso várias vezes maior de Lisboa à Índia. Mais uma vez, pondo de lado «nacionalismos» historiográficos, o condicionalismo geográfico vem explicar procedimentos diversos, pois torna-se evidente que para os Portugueses, com vista a uma boa navegação, tornava-se muito mais importante usarem agulhas com os ferros debaixo da flor-de-lis e recorrerem a rumos verdadeiros (corrigidos da declinação magnética) do que para os Espanhóis na carreira para a América Central, em percurso em que não se afastavam muito da linha agónica do Atlântico Norte.

A rematar, parece poder concluir-se afoitamente que o «grande segredo das longitudes» que os irmãos Faleiro levaram para Espanha com Magalhães se baseava na mais antiga teoria conhecida de distribuição das isógonas, de que já João de Lisboa apresentara em 1514 uma das variantes, como outras houve possivelmente então e de que não nos chegaram vestígios.

A variante faleiriana revelou-se ser desprovida de fundamento no decurso da própria viagem de Magalhães. Mas o fascínio da descoberta das linhas de igual variação prendeu numerosos homens ao longo dos séculos XVI e XVII, dando origem a múltiplas soluções erradas, até Halley apresentar a primeira verdadeira carta de isógonas em 1700.

## BIBLIOGRAFIA


AGUILERA — Vd. SANTA CRUZ.

ALBUQUERQUE, Luís de, «Contribuição das navegações do século XVI para o conhecimento do magnetismo terrestre», in *Revista da Universidade de Coimbra*, XXIV, 1971, pp. 533-550; separata XLIV do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Curso de História da Náutica*, Coimbra, 1972.

ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de, *Os Guias Náuticos de Munique e Évora*, Lisboa, 1965.


---

([64]) ALONSO DE SANTA CRUZ, *ob. cit.*, pp. 30-33.

ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de, *O Livro de Marinharia de André Pires*, Lisboa, 1963.
ALBUQUERQUE, Luís de, «Sobre as prioridades de Pedro Nunes», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Ciências*, Lisboa, XVI, 1972, pp. 393-405.
ALBUQUERQUE — Vid. CORTESÃO.
AMORETTI, Carlos, *Premier voyage autour du monde par le chevalier Pigafetta suivi de l'extrait du Traité de Navigation du même auteur*, 1801.
BARLOW, Roger, *A Brief Summe of Geography*, edited with an introduction and notes by E. G. R. Taylor, London, Hakluyt Society, second series, LXIX, 1932.
BARROS, João de, *Ásia.*
BENSAÚDE, Joaquim, *Histoire de la Science Nautique Portugaise — Résumé*, Génève, 1917.
BENSAÚDE — Vd. FALEIRO.
CARRIAZO — Vd. SANTA CRUZ.
CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 3.ª edição, Coimbra, 1933.
CERDÁ — Vd. ENCISO.
*Colección general de documentos relativos a las islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*, III.
CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, Lisboa, II, 1970, com dois capítulos sobre a História da Náutica por Luís de Albuquerque.
COSTA, A. Fontoura da, *Bibliografia náutica portuguesa até 1700*, Lisboa, 1940.
COSTA, A. Fontoura da, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 2.ª edição, Lisboa, 1939.
DURO, Cesáreo Fernández, *Los ojos en el cielo — Libro cuarto de las disquisiciones náuticas*, Madrid, 1879.
DURO, Cesáreo Fernández, *Arca de Noé — Libro sexto de las disquisiciones náuticas*, Madrid, 1881.
ENCISO, Martín Fernández de, *Suma de Geografia* de Bachiller — com introdução de José Ibáñez Cerdá, Madrid, 1948.
FALEIRO, Francisco, *Tratado del Esphera y del arte del marear*, compuesto por natural del Reyno de Portugal, reproduction de l'exemplaire appartenant à la Bibliothèque Royale de Munich, vol. 4 da «Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise par Joaquim Bensaúde», Munich, 1915.
FRANCO, Salvador Garcia, *La legua náutica en la Edad Media*, Madrid, 1957.
GERNEZ, D., «Les cartes avec échelle de latitudes auxiliaire pour la région de Terre-Neuve», in *Communications de l'Académie de Marine de Belgique*, Anvers, VI, 1952, pp. 93-117.
GONÇALVES, Júlio, «Faleiro e Medina», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, sér. 79, 1-3, Jan.-Mar. 1961, pp. 3-22.
GUILLÉN, Júlio F., «Las cartas de dos graduaciones en España», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos — Actas*, Lisboa, II, 1961, pp. 163-166.
HERRERA, António de, *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Oceano*, Madrid, 1601.
JUNOT, Lucas Rodrigues, «As cartas isogónicas do Atlântico para a época dos descobrimentos», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos — Actas*, Lisboa, II, 1961, pp. 171-201.
LAMB, Ursula, «La nueva ciencia geográfica», in *Revista de Occidente*, 110, Mayo 1972, pp. 162-183.
LAMB — Vd. MEDINA.
MARTÍN, José Gavira, «La ciencia geográfica española del siglo XVI: Martín Cortés-Martín Fernandéz de Enciso-Jerónimo de Chaves-Francisco Falero», in *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, Madrid, LXXI (1931), pp. 401-424.
MEDINA, José Toríbio de, *Documentos inéditos para la história de Chile.*



MEDINA, Pedro de, *A Navigator's Universe — The Libro de Cosmographia of 1538* by — translated and with an introduction by Ursula Lamb. The University of Chicago Press, 1972.
MEDINA, Pedro de, *Suma de Cosmografia*, prólogo de Rafael Estrada, Sevilla, 1947.
MOTA, A. Teixeira da, *O problema da longitude na primeira circumnavegação do globo (O Regimento da altura de leste-oeste de Rui Faleiro e as Regole sul'arte del navigare de Antonio Pigafetta)*, 1943 (inédito).
MOTA, A. Teixeira da, «O Regimento da altura de leste oeste de Rui Faleiro», in *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, XXVII, n.º 331, Jan. 1953, pp. 163-171.
NAVARRETE, Eustachio Fernández de, «Memoria sobre las tentativas hechas y premios ofrecidos en España al que resolviere el problema de la longitud en la mar», in *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, Madrid, XXI, 1852, pp. 3-242.
NAVARRETE, Martín Fernández, *Dissertacion sobre la historia de la nautica*, Madrid, 1846.
PICATOSTE Y RODRÍGUEZ, Felipe, *Apuntes para una biblioteca cientifica española del siglo XVI*, Madrid, 1891.
PUENTE Y OLEA, Manuel de la, *Los Trabajos Geográficos de la Casa de Contratación*, Sevilla, 1900.
RAU, Virgínia, «Nótula sobre Francisco Faleiro e os do Conselho de Índias», in *Centro de Estudos de Marinha — Actas das sessões de 1970 e 1971*, Lisboa, 1971, pp. 68-71.
*Revista General de Marina*, Madrid, XXXII, 1893.
RUBIO, José Pulido, *El piloto mayor de la Casa de la Contratacion de Sevilla — Pilotos Mayores, Catedraticos de Cosmografia y Cosmografos*, Sevilla, 1950.
SANTA CRUZ, Alonso de, *Cronica de los Reyes Catolicos, edicion y estudio* por Juan de Mata Carriazo, Sevilla, 2 volumes, 1951.
SANTA CRUZ, Alonso de, *Libro de las longitudines*, editado por D. Antonio Blásquez y Delgado Aguilera, Sevilla, 1921.
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Um memorial de Francisco Faleiro ao Imperador Carlos V, 1531», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, I, 1969, pp. 451-454.
SILVA, Luciano Pereira da, «A arte de navegar dos portugueses desde o infante D. Henrique a D. João de Castro», in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, I, 1922; 2.ª edição in *Obras Completas*, Lisboa, II, 1945, pp. 223-432.
SILVA, Luciano Pereira da, «As edições facsimiladas do Sr. J. Bensaúde», in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, I (1914), II (1915) e VI (1919-1921); 2.ª edição in *Obras Completas*, Lisboa, II, 1945, pp. 171-181.
SILVA, Luciano Pereira da, «Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz», in *Lusitânia*, III, 1925; 2.ª edição in *Obras Completas*, Lisboa, III, 1946, pp. 163-184.
SILVA, Luciano Pereira da, «O Regimiento de Navegación de Pedro de Medina», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, VII, 1922-1925; 2.ª edição in *Obras Completas*, Lisboa, III, 1946, pp. 91-107.
TAYLOR, E. G. R., *The haven-finding art — A History of Navigation from Odysseus to Captain Cook*, London, 1956.
TAYLOR — Vd. BARLOW.
TRÍAS, Rolando A. Laguarda, «Importancia de las mas antiguas latitudes de la costa brasileña», in *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 287, Abr.-Jun. 1970, pp. 314-394.
TRÍAS, Rolando A. Laguarda, «Las latitudes del diário da navegação de Pero Lopes de Sousa y la localización del puerto de los Patos», in *Revista de Ciências de Homem*, Lourenço Marques, IV, sér. A, 1971; separata LXIX do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.
VISCONDE DE LAGOA, *Fernão de Magalhães*, Lisboa, 2 volumes, 1938.
VITERBO, Sousa, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 2 volumes, 1898-1900.

# LAS DERROTAS DE MAGALLANES Y DE ELCANO EN EL PRIMER VIAJE DE CIRCUNNAVEGACIÓN

POR

JOSÉ LUÍS MORALES

La historia de los descubrimientos efectuados por los Españoles durante los treinta años iniciales tiene una finalidad concreta: abrir un camino que permita llegar al lejano oriente navegando hacia el oeste.

Abre este período Cristóbal Colón, en 1492, con su primer viaje. Desde que se tiene conocimiento de la existencia de la mar del Sur, al ser descubierta desde Darién por Vasco Núñez de Balboa, en 1513, se tratará de encontrar un paso que permita la comunicación de los dos océanos. Navegando hacia el norte se buscará el paso del noroeste y hacia el sur el de sudoeste.

Desde mi punto de vista, la expedición de Magallanes a la Especiería es un episodio muy importante de esta búsqueda, aunque el viaje tuviese una finalidad muy concreta que es bien conocida.

Su antecedente inmediato son las dos expediciones de Juan Díaz de Solis.

En la primera, realizada en 1506, con Vicente Yáñez Pinzón, exploró la costa de Honduras, el golfo Dulce y el Yucatán, infructuosamente.

Mandando tres naves, realizó la segunda expedición, con la finalidad de descubrir si Castilla del Oro era una isla. En caso afirmativo, debía informar sobre el paso que uniera el océano con la mar del Sur. Inició el viaje el 8 de octubre de 1515 y, costeando el continente americano hacia el sur, llegó al río de la Plata, donde, como es bien sabido, su trágica muerte puso fin a esta exploración en febrero de 1516.

No es ocioso añadir que la costa del continente americano fué reconocida hacia el norte, hasta 1525, en repetidas ocasiones, en busca del anhelado paso del noroeste. Las primeras exploraciones llevaron a la conclusión de que entre Urubá y la Florida no existía tal paso. Como es lógico, se trató de encontrarlo más al norte, y con este fin, en 1524, partió, de La Coruña, Esteban Gómez, que llegó hasta la tierra de los Bacalaos, la actual Terranova, y regresó a su punto de partida, diez meses después, habiendo sufrido una nueva decepción.

Francisco Albo, que embarcó en la armada de Magallanes, en Sevilla, como contramaestre de la nao *Trinidad*, capitana de la armada, regresó a España con Juan Sebastián de Elcano, en la *Victoria*. A él debemos un importantísimo documento: su diario de navegación, que se conserva en el Archivo de Indias de Sevilla.

Como tantos documentos relativos a la historia de la marina, el diario de Albo fué dado a conocer por el ilustre brigadier de la armada D. Martín Fernández de Navarrete y fué incluído en su «Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV», editada en Madrid el año 1837.

Este diario nos ofrece algunas notables peculiaridades, de que hablaremos a continuación. Con bastante facilidad nos permite reconstruir las derrotas de Magallanes y de Elcano.

La primera desde cabo San Agustín hasta Cebú, con el feliz hallazgo del paso del sur, justamente llamado estrecho de Magallanes. Inicía así su diario: «Martes a 29 días del mes comencé a tomar el altura del Sol yendo en demanda del dicho viaje, y estando en el parage del Cabo de San Agustín en altura de 7 grados de la parte del Sur, y apartados del dicho Cabo cosa de 27 leguas al sudueste.»

Nos da a entender que en aquel momento iniciaba sus funciones como piloto de la *Trinidad*, cuando aún navegaba en ella Esteban Gómez, sin duda piloto bien calificado.

Con la misma facilidad se reconstruye la derrota del tornaviaje de Elcano, sin cuyo heroico esfuerzo los resultados de la expedición abrían sido prácticamente nulos. Pero en esta parte del diario hallamos lagunas y afirmaciones sorprendentes.

En casi todas las singladuras, Albo nos informa sobre el rumbo navegado por las naves y la latitud deducida por la observación de la altura meridiana del Sol. La intersección de las dos líneas de posición, el paralelo correspondiente a la latitud y el rumbo, nos permite traducir la situación en las usuales coordenadas geográficas, latitud y longitud.

Algunas veces, como al iniciarse el diario, la situación se deduce de una demora y distancia a un accidente geográfico, con igual facilidad.

Este es el trabajo que emprendí con el fin de presentar una comunicación en estas jornadas que celebramos en Lisboa, bajo el patrocínio del Ministerio de Ultramar Portugués.

Una nota manuscrita, cuya caligrafía corresponde a la de Fernández-Duro, director que fué del Museo Naval, llevó a mi ánimo el convencimiento de que el trabajo fué efectuado con anterioridad por la Dirección de Hidrografía. Efectivamente, en la sección de manuscritos del Museo, hallamos un padrón de posiciones geográficas correspondiente a las derrotas de Magallanes y Elcano, trabajo que fué efectuado en el año 1856, por el organismo que acabo de mencionar.

Este padrón me ha servido como comprobación del trabajo ya iniciado y llevado a término.

Volviendo de nuevo al diario de Albo, debo indicar algunas omisiones.

De la estancia en San Julián, nos informa en estos términos: «...haste que fuímos en un puerto llamado San Julián, y allí entramos el postrer día de marzo, y allí estuvimos hasta el día de Sant Bartolomé, que es a 24 del mes de agosto...». Nos dice como iban vestidos los indios, como eran sus arcos y flechas y otros detalles, pero omite dar cuenta de la sublevación que allí se produjo y que estuvo a punto de poner fin al viaje de la armada.

Igualmente omite acaecimientos tan importantes como la pérdida de la nao *Santiago* y la defección de la *San Antonio*, que redujo la armada a las *Trinidad*, *Concepción* y *Victoria*.

El resto del viaje hasta la recalada en Yunagán no ofrece ninguna particularidad notable.



La navegación de la armada, por el archipiélago de San Lázaro, las Filipinas, Borneo y el mar de Celebes, también merece una especial atención, por las confusiones a que ha dado lugar la identificación de las tierras descubiertas y por las particularidades del diario de Albo.

Debo manifestar mi agradecimiento al Doctor Tormo y al subdirector del Museo Naval, que me han prestado su valiosa ayuda para reconstruir la derrota en estas aguas y para identificar las islas del Archipiélago Filipino.

Siguiendo de nuevo a Albo:

«A los 15 [15 de marzo de 1521] al oeste cuarta del sudoeste en 10 grados.

«A los 16 del dicho vimos tierra y fuimos a ella el noroeste, y vimos que salia la tierra al norte, y había en ella muchos bajíos, y tomamos otro bordo del sur, y fuimos a dar en una otra isla pequeña, y allí surgimos, y esto fué el mesmo día, y esta isla se llama Suluan y la primera se llama Yunagán...»

Pigafetta denomina Zamal a esta última isla y reconstruyendo la derrota en sentido inverso al que siguieron se identifica Suluan, como la actual Dinagat.

Continuando con Albo:

«Partiendo de estas dos islas fuimos al oeste a dar en la isla de la Gada, ques deshabitada, y allí nos fornecimos de agua y leña, y es muy limpia de bajos.

«De aquí partimos y fuimos al oeste a dar en una isla grande llamada Seilaní, la cual es habitada y tiene oro en ella, y la costeamos, y fuimos al oessudoeste a dar en una isla pequeña, y es habitada y llamase Mazava...».

La Gada de Albo fué llamada también buenas señales por haber hallado oro en ella; La Aguada, según Pigafetta, y su nombre indígena es Humunu.

Seilani se identifica como Leyte y Mazava, es la actual Limasagua.

El resto de la derrota, hasta llegar a Cebú, Matán y Bohol, no ofrece dificultades en cuanto se refiere a la idenficación de las islas.

No obstante, en el diario, a mi juicio, hay una clara solución de continuidad. Durante toda esta navegación, desde que ven Yunagán el 16 de marzo hasta que parten del Maluco, el 21 de diciembre, no consigna una sola fecha.

La cronología antes de Yunagán y a partir del 21 de diciembre es precisa. Albo llena esta laguna diciendo repetidamente: «...y estuvimos muchos días...»

Escuetamente, nos da detalles, a veces de poca importancia; así, nos dice:

«Del embocamiento de Subu y Matan fuimos al oeste por media canal, y topamos la villa de Subu, en la cual surgimos y hicimos paces, y allí nos dieron arroz y millo y carne, y allí estuvimos muchos días, y el Rey y la Reina de allí con mucha gente se hicieron cristianos con buena voluntad. Partimos de Subu y fuimos al sudoeste...»

Nos informa de que en Bohol «...hicimos de tres naos dos, y la otra la quemamos por no haber gente...»

Después en Borneo, nos habla de una resolución en estos términos: «...y así el capitán lo dejó andar sin consejo ninguno...»

Sorprendentemente no alude en ningún momento a la muerte de Magallanes, ni a las sucesiones de mando que se produjeron hasta que Elcano tomó el mando de la *Victoria*, al cual tampoco alude en ningún momento.

Para mí, incluso la manera de expresarse en el viaje de la *Victoria,* es diferente a la que utilizó hasta la llegada a Yunagán.

Muy acertadamente me indicó el Dr. Pérez de Tudela algunos pasajes en que Albo se expresa como si él fuera la persona que ejerciera el mando, lo cual puede hacernos dudar de si el autor del diario fué realmente Albo.

Veamos un ejemplo muy claro que corresponde a la recalada en las islas de Cabo Verde, el 7 de julio de 1522. El diario, literalmente, dice así: «A los 7 del dicho no tomé el Sol, más el camino fué al oeste cuarta del sudoeste, y al oeste cuarta del noroeste, y doyle el camino al oeste, obra de 12 leguas; después mandé que fuesemos al oeste cuarta del noroeste, y así estoy en altura del día pasado, y el día fué lunes.»

Cómo he dicho anteriormente, Francisco Albo embarcó en Sevilla como contramaestre de la *Trinidad.* Durante todo el viaje fué un oficial subalterno y es bien sabido que el gobierno de la nave y la facultad de alterar el rumbo a que se debe gobernar son de la exclusiva incumbencia de la persona que ejerce el mando, puesto que asume la responsabilidad plena de la seguridad de su buque.

Mi impresión es que se trata de dos diarios distintos; el uno de cabo San Agustín hasta las Filipinas y el otro desde la salida del Maluco hasta San Lúcar de Barrameda, soldados en la forma que acabo de decir. El último de los diarios, por la forma de expresarse, bien pudiera ser de Elcano...

La existencia de este diario se corrobora por las declaraciones que prestaron en Valladolid, el 18 de octubre de 1522, los supervivientes de la *Victoria.*

El propio Elcano se expresa en estos términos: «Que mientras fué vivo Fernando de Magallanes este testigo no ha escrito cosa ninguna, porque no osaba; e después que a este testigo eligieron por capitán é tesorero lo que pasó tiene escrito, e parte de ello tien dado a Samano, e parte de ello tiene en su poder...»

Lo transcrito no deja lugar a dudas sobre la existencia, en su tiempo, de tal documento.

Antes de hacer tal afirmación sería preciso hacer un detenido estudio en el original y en otros documentos complementarios, para lo cual es preciso disponer de tiempo que me ha faltado en esta ocasión.

Desde un punto de vista oceanográfico, llama la atención que Magallanes, al iniciar el viaje, costease el continente africano, hasta los 5° de latitud norte y cruzase el océano, hasta los 5° de latitud sur, por las calmas ecuatoriales. La única explicación que encuentro a esta derrota que hoy nos parece anómala es que Magallanes no tenía cabal conocimiento de la circulación de los vientos y de los límites del alisio.

También llama la atención en el viaje de Elcano que, al cruzar el Índico, remontase los 40° de latitud sur, entrando en los vientos del oeste que los Ingleses llaman expresivamente *«roaring forties».* Esto, que le dificultaría doblar el cabo de Buena Esperanza, puede explicarse por una razón de seguridad: su deseo de no ser interceptado en el tornaviaje.



DERROTA
DE
*HERNANDO DE MAGALLANES*

| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | N | W de Cadiz |
| 1519 | Septiembre | 20 | Salió, con la armada, de San Lúcar de Barrameda, navegando al SW ... ... | 36° 46′ 28″ | 00° 03′ 18″ |
| | | 26 | Arribó a Tenerife ... ... ... ... ... ... | 28° 31′ | 09° 45′ |
| | | 29 | Id. a Montaña Roja ... ... ... ... ... | 28° 05′ | 10° 17′ |
| | Octubre | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 27. 01′ | 11° 25′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 25°00′ | 11° 37′ |
| | | | | 14° 50′ | 12° 44′ |
| | | | | 13° 36′ | 12° 39′ |
| | | | | 12° 00′ | 12° 16′ |
| | | | | 10° 35′ | 11° 30′ |
| | | | | 09° 34′ | 10° 40′ |
| | | 18 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 08° 21′ | 09° 25′ |
| | | | | 06° 07′ | 06° 10′ |
| | | | | 05° 37′ | 05° 44′ |
| | | | | 05° 21′ | 05° 37′ |
| | | | | 05° 05′ | 05° 39′ |
| | | | | 04° 36′ | 06° 03′ |
| | | | Corta la equinocial... ... ... ... ... ... | 00° 00′ | 13° 57′ |
| | | | | S | W de Cádiz |
| | Noviembre | 29 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 07° 15′ | 27° 33′ |
| | | 30 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 08° 55′ | 27° 54′ |
| | Diciembre | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 11° 07′ | 28° 49′ |
| | | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 13° 00′ | 29° 12′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 57′ | 30° 00′ |
| | | 4 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 16° 17′ | 30° 27′ |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 17° 15′ | 30° 59′ |
| | | 6 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 18° 23′ | 31° 37′ |
| | | 7 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 18° 51′ | 32° 42′ |
| | | 8 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 19° 55′ | 33° 38′ |
| | | 9 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 21° 30′ | 34° 10′ |
| | | | | 22° 23′ | 34° 39′ |
| | | | | 22° 49′ | 35° 37′ |
| | | | | 23° 10′ | 35° 45′ |
| 1519 | | 13 | Entró en Río Janeiro, a cuyo puerto le pusieron los españoles Santa Lucía y se dió a la vela el día 27 reconociendo la costa con rumbo WSW hasta el 31 que estuvo en la | | |
| 1520 | | | bahía de los Reyes ... ... ... ... ... | 23° 19′ | 36° 30′ |
| | | 31 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 23° 37′ | 38° 25′ |
| | Enero | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 27° 40′ | 39° 51′ |
| | | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 28° 26′ | 40° 38′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 28° 26′ | 41° 23′ |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 29° 39′ | 42° 37′ |

| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | S | W |
| 1520 | Enero | 6 | … … … … … … … … … … … | 31° 10′ | 43° 40′ |
| | | 7 | … … .. … … … … … … … … | 32° 54′ | 45° 57′ |
| | | | | 33° 37′ | 46° 10′ |
| | | | | 34° 00′ | 46° 30′ |
| | | 9 | … … … … … … … … … … … | 34° 31′ | 47° 12′ |
| | | 10 | Estaban con el cabo Santa María navegando por la costa de Montevideo hasta lo más interior del río de la Plata y dieron la vuelta por la costa sur. En este reconocimiento emplearon hasta el 7 de febrero … … … | 35° 00′ | 47° 25′ |
| | Febrero | 7 | … … … … … … … … … … … | 35° 46′ | 50° 20′ |
| | | | | 36° 45′ | 50° 20′ |
| | | | | 37° 15′ | 50° 53′ |
| | | | | 37° 40′ | 51°.11′ |
| | | | | 38° 10′ | 51° 22′ |
| | | 9 | … … … … … … … … … … … | 38° 30′ | 52° 13′ |
| | | 10 | … … … … … … … … … … … | 38° 47′ | 53° 08′ |
| | | 11 | … … … … … … … … … … … | 38° 50′ | 54° 05′ |
| | | 12 | … … .. … … … … … … … … | 39° 25′ | 55° 24′ |
| | | 13 | … … … … … … … … … … … | 39° 11′ | 55° 33′ |
| | | 20 | … … … … … … … … … … … | 40° 17′ | 55° 33′ |
| | | | | 41° 08′ | 56° 37′ |
| | | | | 41° 26′ | 58° 19′ |
| | | 21 | … … … … … … … … … … … | 42° 00′ | 57° 14′ |
| | | 22 | … … … … … … … … … … … | 43° 24′ | 56° 37′ |
| | | 23 | … … … … … … … … … … … | 43° 03′ | 57° 20′ |
| | | 24 | Entraron y reconocieron una bahía grande que llamaron de San Matías (hoy bahía Nueva). | | |
| | | 26 | … … … … … … … … … … … | 43° 27′ | 58° 15′ |
| | | 27 | … … … … … … … … … … … | 44° 00′ | 58° 48′ |
| | | 27 | | 45° 10′ | 59° 10′ |
| | | | | 45° 33′ | 60° 00′ |
| | | 29 | … … … … … … … … … … … | 45° 30′ | 60° 45′ |
| | | | | 46° 15′ | 61° 20′ |
| | Marzo | 2 | … … … … … … … … … … … | 47° 00′ | 59° 22′ |
| | | | | 47° 32′ | 59° 27′ |
| | | | Hallaron una bahía hermosa con pequeña entrada, que llamaron de los trabajos (parece ser Puerto Deseado). La historia del viage no dice el tiempo que permanecieron en este puerto y pasa al 31 de marzo, que entraron en el Puerto de San Julián situado en … … … … … … … | 49° 11′ | 61° 33′ |
| | Agosto | 24 | Salieron del Puerto de San Julián, siguiendo por la costa. | | |



| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | S | W |
| | | | | 49° 35′ | 61° 25′ |
| | | | | 50° 12′ | 61° 48′ |
| 1520 | Agosto | 26 | Entraron en el río de Santa Cruz, situado en… … … … … … … … … | 50° 18′ | 62° 05′ |
| | Octubre | 18 | Salieron de Santa Cruz con vientos contrarios y estuvieron bordeando dos días. | | |
| | | | | 50° 20′ | 61° 45′ |
| | | | | 50° 30′ | 62° 15′ |
| | | | | 50° 27′ | 61° 45′ |
| | | | | 50° 36′ | 62° 17′ |
| | | | | 50° 33′ | 61° 43′ |
| | | | | 50° 45′ | 62° 28′ |
| | | 20 | … … … … … … … … … … … | 50° 42′ | 61° 47′ |
| | | | | 51° 38′ | 62° 20′ |
| | | 21 | … … … … … … … … … … … | 52° 07′ | 61°.50′ |
| | | | Emboca el estrecho de Magallanes. | | |
| | Noviembre | 27 | Sale del estrecho … … … … … … | 52° 43′ | 68° 25′ |
| | | | | 50° 55′ | 71° 45′ |
| | | | | 50° 09′ | 71° 45′ |
| | Diciembre | 1 | … … … … … … … … … … … | 48° 00′ | 70° 20′ |
| | | 2 | … … … … … … … … … … … | 47° 15′ | 69° 50′ |
| | | 3 | … … … … … … … … … … … | 46° 28′ | 71° 00′ |
| | | 4 | … … … … … … … … … … … | 45° 30′ | 72° 28′ |
| | | 5 | … … … … … … … … … … … | 44° 15′ | 72° 50′ |
| | | 7 | … … … … … … … … … … … | 43° 40′ | 71° 30′ |
| | | | | 43° 15′ | 71° 12′ |
| | | 9 | … … … … … … … … … … … | 42° 40′ | 70° 51′ |
| | | 12 | … … … … … … … … … … … | 41° 15′ | 69° 15′ |
| | | 13 | … … … … … … … … … … … | 40° 00′ | 68° 53′ |
| | | 14 | … … … … … … … … … … … | 38° 47′ | 68° 52′ |
| | | | | 38° 00′ | 68° 40′ |
| | | 16 | … … … … … … … … … … … | 36° 30′ | 68° 52′ |
| | | 17 | … … … … … … … … … … … | 34° 30′ | 70° 15′ |
| | | 18 | … … … … … … … … … … … | 33° 30′ | 70° 28′ |
| | | 19 | … … … … … … … … … … … | 32° 45′ | 71° 20′ |
| | | 21 | … … … … … … … … … … … | 30° 40′ | 73° 50′ |
| | | 22 | … … … … … … … … … … … | 31° 15′ | 76° 42′ |
| | | 23 | … … … … … … … … … … … | 30° 00′ | 79° 30′ |
| | | | | 29° 30′ | 80° 40′ |
| | | 26 | … … … … … … … … … … … | 28° 45′ | 81° 27′ |
| | | 28 | … … … … … … … … … … … | 26° 35′ | 83° 45′ |
| | | | | 26° 20′ | 84° 15′ |
| | | | | 26° 20′ | 84° 50′ |
| | | 31 | … … … … … … … … … … … | 25° 27′ | 85° 30′ |
| 1521 | Enero | 1 | … … … … … … … … … … … | 25° 00′ | 88° 00′ |
| | | 2 | … … … … … … … … … … … | 24° 00′ | 90° 50′ |
| | | 4 | … … … … … … … … … … … | 21° 57′ | 94° 05′ |
| | | 13 | … … … … … … … … … … … | 21° 05′ | 108° 20′ |

| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | S | W |
| 1521 | Enero | | | 17° 33′ | 116° 50′ |
| | | 20 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 15° 00′ | 121° 03′ |
| | | | | 16° 55′ | 122° 52′ |
| | | 24 | Hallaron una isleta cubierta de arboleda, sin habitantes, que nombraron de San Pablo ...... ... ... ... ... ... | 15° 23′ | 127° 23′ |
| | | | | 15° 08′ | 129° 23′ |
| | | | | 13°.45′ | 131° 40′ |
| | | 31 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 13° 15′ | 134:° 23′ |
| | Febrero | 4 | Halló otra isla despoblada que llamó de los Tiburones por los muchos que cogieron, y como ni en esta isla ni en la anterior halló gente ni refresco alguno las llamó también Desventuradas ... ... ... ... ... ... | 11° 15′ | 136° 30′ |
| | | 8 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 07° 40′ | 140° 17′ |
| | | 12 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 00° 05′ | 147° 33′ |
| | | | Del 12 al 13 cortó la equinocial por ... | 00° 00′ | 147° 40′ |
| | | | | N | W |
| | | | | 01° 40′ | 149° 40′ |
| | | | | 03° 00′ | 153° 00′ |
| | | | | 03° 35′ | 155° 00′ |
| | | 21 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 07° 55′ | 166° 50′ |
| | | | | 09° 30′ | 170° 30′ |
| | | 28 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 13° 07′ | 170° 57′ E |
| | Marzo | 6 | Vieron dos islas no muy grandes y pasaron por entre ellas. Se les acercaron bastantes canoas que andaban mucho con velas de estera de palma triangulares por cuya razón las llamó islas de las Velas Latinas y, como los naturales fueron abordo a hurtar lo que podían, las llamó también de los Ladrones (Marianas) ... | N<br>13° 48′ | E<br>151° 00′ |
| | | 9 | Salió en vuelta del W ¼ SW de la isla más sur (que es la de Guajan). | | |
| | | 16 | Vieron tierra y era una isla con muchos bajos, llamada Yunagan (se cree es la de Jomonjol), tomaron el bordo del S y llegaron a otra pequeña, Suluan, donde fondearon. Partiendo de Suluan, fueron al W, a dar a la isla Gada (sin duda Dinagat), siguieron al W y llegaron a una isla grande llamada Seilaní (isla de Leyte), tuvieron un temporal y con él fueron al WSW | | |



| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | N | E |
| 1521 | Marzo | | a dar a una isla pequeña llamada Mazava, o Mazagua (Limasagua), donde fondearan. | | |
| | Abril | | Saliendo de Mazagua, fueron al N, a dar a la isla Seilaní y la costearon al NW, hasta 10°. Vieron tres islotes y se dirigieron al W, cosa de diez leguas, donde hallaron dos isletas: en la noche capearon, y por la mañana fueron al SW ¼ S, como doce leguas hasta 10° 20′, donde embocaron un canal entre dos islas una de las cuales se llama Mactan y la otra Zebú. Fondearon frente a la villa del mismo nombre. | | |
| | | 27 | Muerte de Magallanes en el combate contra el rey de Mactan. Fué elegido por general su primo Duarte Barbosa. | | |
| | Mayo | 1 | Fué asesinado en un convite dado por el rey de Zebú, Duarte Barbosa y 30 individuos más. Se hacen en seguida a la vela las tres naos, saliendo de Zebú y navegando al SW hasta estar en 9° 45′, entre Cabo Zebú y una isla llamada Bohol, donde fondearon. Por no tener gente para manejar las tres naos, queman la más vieja, la *Concepción*, y nombran general à Juan Caraballo. Salen de Bohol para Quipit (en la bahía de Sindangan, costa NW de Mindanao), navegando al SW y fondearon frente al río. | | |
| | Junio | | Salieron de Quipit dirigiéndose al WSW, SW y W hasta la isla Cagayan, en la que fondearon por la parte del N. Desde allí governaron al WNW hasta encontrar el cabo de la isla Paragua, desde el cual la costearon al N ¼ NE hasta un pueblo Saocao. | | |
| | Julio | | De la Paragua partieron para Borneo, costearon la isla que está en el cabo SW le la Paragua al rumbo del SW hasta su término; en su inmediación hallaron otra isla con un bajo el E: allí, en 7° 30′, cambiaron la derrota | | |

| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| | | | | N | E |
| 1521 | Julio | | al W hasta 15 leguas y después al SW costeando la isla de Borneo, fondeando a 3 leguas de la ciudad. | | |
| | Agosto | | A principios de este mes partieron de la barra de Borneo, tomando el mismo camino por donde habían ido y costeando la isla. Encontraron una ensenada donde se detuvieron 37 días dando pendol á las naos. | | |
| | Septiembre | | Antes de salir de la ensenada hacen capitán de la nao *Victoria* a Juan Sebastián de Elcano. | | |
| | Octubre | | Siguiendo su derrota pasan entre el cabo de la isla Borneo y la Paragua y llegan a la isla Cagayan. Hacen rumbo para pasar por el S de la isla de Quipit (que es la de Mindanao), y ven la isla de Soló. En la misma derrota ven también la isla Jajima (sin duda Bassilan). Costearon por la parte S de la isla Quipit al E ¼ SE hasta unos islotes. Continuaron al ENE hasta ver un golfo (se cree ser la bahía de Bongo o Ilana); después al SE, hasta avistar una isla grande. Dejaron la isla de Quipit con rumbo al SE, vieron una isla llamada Sibuco; después al SSE y vieron otra nombrada Virano Batolaque. Siguiendo con el mismo rumbo, vieron otra llamada Candicar; fueron al E entre las dos hasta estar tanto avante de esta y embocaron entre Candicar y otra que se llama Sarangani (Sirangan), donde fondearon. | | |
| | | | *Nota.* — Después de descubrir el golfo de Bongo creyeron dejar la isla de Quipit (Mindanao) y es indudable que no hicieron sino navegar á su vista hasta la isla de Sarangani (Sirangan), al N de la cual está la punta más S de Mindanao. Como desde la bahía de Bongo la costa es baja, las islas que vieron fueron, sin duda, entradas de la costa. | | |
| | Novembre | | De Sarangani fueron al S ¼ SE hasta Sanguín (Sanguir) y entre las dos hay muchas isletas. De Sanguín al | | |



| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| | | | | N | E |
| 1521 | Novembre | | mismo rumbo hasta la isla Siam (Siao). De Siam siguieron al S ¼ SW hasta la de Paginsara (Passig). De este punto fueron al S ¼ SE hasta estar entre dos isletas que corren entre sí NE-SW, llamadas Suar y Mean, desde esta al SSE y a la mañana siguiente. | | |
| | | 8 | Llegaron a las Molucas embocando entre Mare y Fidore; fondearon en esta última. | | |
| | | | Necesitando carenar la nao *Trinidad,* determinan que el capitán Juan Sebastián de Elcano salga para Castilla en la nao *Victoria.* | | |
| | Diciembre | 21 | Salió Elcano, de Fidore á la isla Mare, donde se proveyó de leña, partiendo de esta el mismo día al SSW en vuelta de Motil (Mottiere) y con el mismo rumbo á Maquian y de allí al SW hasta la de Latalata (Latta). Desde este punto al SW ¼ W hasta la isla Lumutola (Litsamatula). Tomaron la vuelta del S hasta la isla Bouró. | | |
| | | | | S | E |
| | | 29 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 03° 51′ | 134° 10′ |
| 1522 | Enero | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 04° 45′ | 133° 25′ |
| | | 4 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 05° 45′ | 132° 30′ |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 06° 14′ | 132° 08′ |
| | | 6 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 07° 02′ | 131° 07′ |
| | | 7 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 07° 30′ | 130° 47′ |
| | | 8 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 08° 07′ | 130° 32′ |
| | | | En este día vieron unas islas que corrían de E á W, embocaron entre dos llamadas Maluco y Aliquira (se cree sean Ombay y Pantar). Salieron de Ombay y al S encontraron la isla de Timor y fondearon en Mambay, junto a un puerto que se llama Batutara. | | |
| | Febrero | 8 | Observaron, estando en la cabeza del W de la isla Timor, la latitud de ... | 09° 10′ | |
| | | 9 | Estando en el cabo más foráneo de la isla de donde va huyendo la costa al SW y S ... ... ... ... ... ... ... ... | 09° 35′ | |
| | | 10 | Observaron cuando el cabo de toda la isla les quedaba al S ... ... ... ... | 09° 28′ | |
| | | 11 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 09° 35′ | |

| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | S | E |
| 1522 | Febrero | 13 | Estando cerca de dos islas que corren con el cabo W de Finor de ESE á WNW ... ... ... ... ... ... ... ... | 10° 32′ | |
| | | | Desde este punto hicieron rumbo al WSW para el cabo Buena Esperanza | 21° 30′ | 112° 00′ |
| | Marzo | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 26° 20′ | 106° 45′ |
| | | 4 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 31° 20′ | 99° 25′ |
| | | | | 31° 55′ | 90° 52′ |
| | | 16 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 36° 38′ | 88° 00′ |
| | | 18 | Vieron la isla Amsterdam ... ... ... ... | 38° 00′ | 84° 06′ |
| | | | | 36° 23′ | 83° 30′ |
| | | | | 37° 00′ | 80° 50′ |
| | | 26 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 36° 30′ | 77° 25′ |
| | | | | 35° 45′ | 70° 40′ |
| | Abril | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37° 15′ | 68° 45′ |
| | | | | 37° 40′ | 68° 00′ |
| | | | | 37° 40′ | 66° 43′ |
| | | 6 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 39° 07′ | 61° 20′ |
| | | | | 40° 15′ | 58° 10′ |
| | | | | 39° 42′ | 54° 00′ |
| | | 15 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 40° 24′ | 52° 10′ |
| | | | | 38° 35′ | 51° 13′ |
| | | 21 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37° 07′ | 49° 52′ |
| | | | | 37° 13′ | 47° 33′ |
| | Mayo | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 36° 22′ | 43° 28′ |
| | | | | 36° 25′ | 40° 00′ |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 35° 52′ | 37° 13′ |
| | | | | 35° 35′ | 35° 52′ |
| | | | | 34° 15′ | 34° 30′ |
| | | 9 | Se acercaron á tierra y fondearon cerca de la costa, hasta el día siguiente ... | 33° 20′ | 34° 30′ |
| | | | | 34° 10′ | 33° 20′ |
| | | | | 35° 10′ | 31° 25′ |
| | | | | 35° 38′ | 26° 22′ |
| | | 16 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 35° 39′ | 24° 45′ |
| | | 19 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 34° 55′ | 23° 50′ |
| | | 20 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 33° 24′ | 23° 25′ |
| | | 22 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 31° 58′ | 21° 06′ |
| | | 23 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30° 38′ | 19° 30′ |
| | | 24 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 28° 15′ | 16° 38′ |
| | | 25 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 26° 06′ | 15° 00′ |
| | | 26 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 22° 56′ | 11° 25′ |
| | | 27 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 21° 14′ | 09° 35′ |
| | | 28 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 19° 17′ | 07° 27′ |
| | | 29 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 16° 20′ | 06° 10′ |
| | | 30 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 21′ | 04° 50′ |
| | | 31 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 12° 30′ | 03° 32′ |

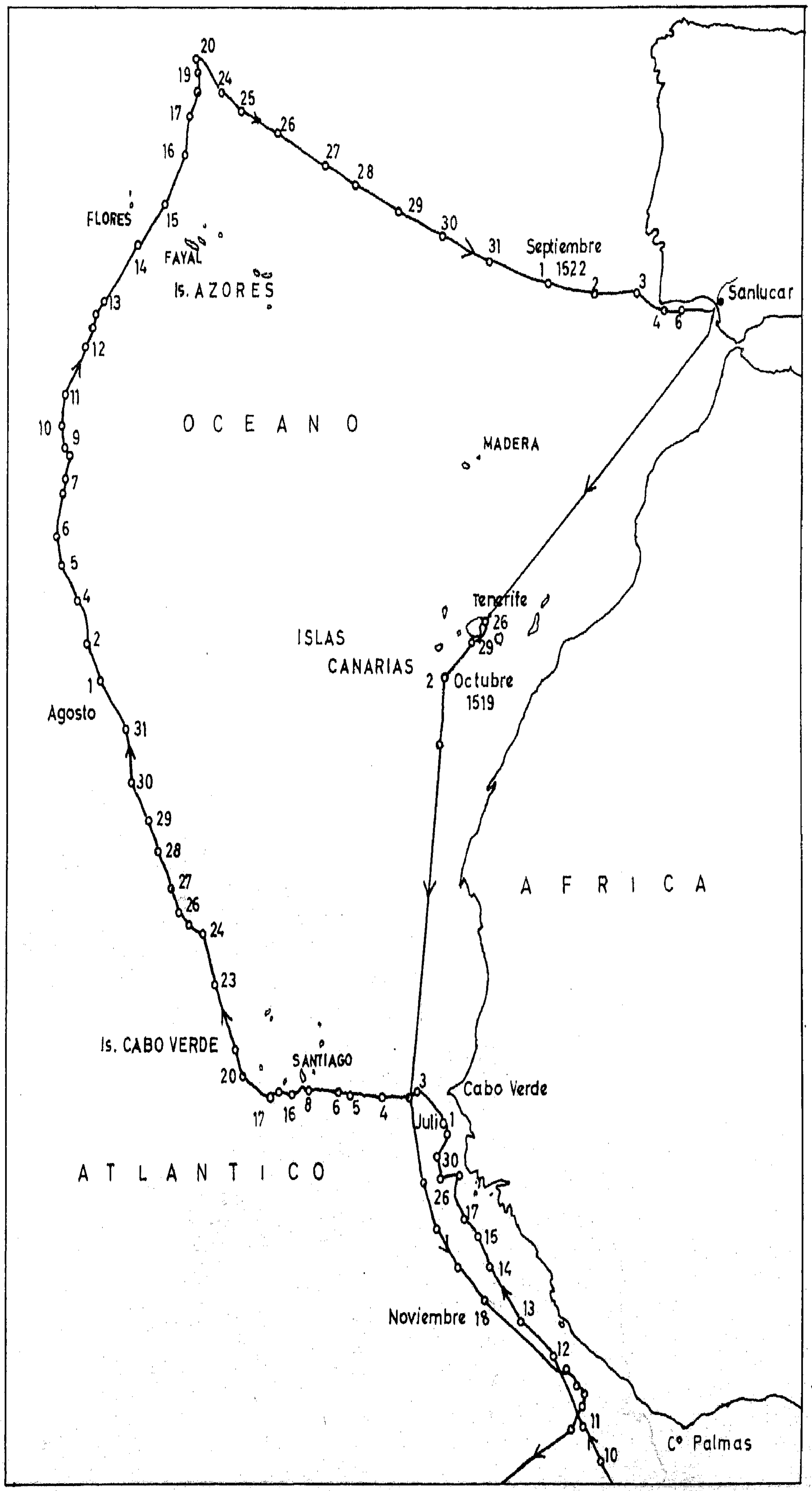


| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud | Longitud |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | S | E |
| 1522 | Junio | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 10° 45′ | 02° 20′ |
| | | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 09° 15′ | 01° 30′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 08° 00′ | 00° 35′ |
| | | 4 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 05° 40′ | 00° 58′ W |
| | | | | S | W |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 04° 15′ | 01° 55′ |
| | | 6 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 02° 12′ | 02° 48′ |
| | | 7 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 01° 00′ | 03° 18′ |
| | | | Del 7 al 8 cortaron la equinocial por ... | 00° 00′ | 03° 40′ |
| | | 8 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 00° 45′ N | 04° 00′ |
| | | 9 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 02° 45′ | 04° 37′ |
| | | 10 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 03° 18′ | 05° 00′ |
| | | 11 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 04° 30′ | 05° 27′ |
| | | 12 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 05° 31′ | 06° 57′ |
| | | 13 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 07° 40′ | 08° 12′ |
| | | 14 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 09° 32′ | 09° 20′ |
| | | 15 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 09° 46′ | 09° 28′ |
| | | 16 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 10° 15′ | 09° 52′ |
| | | | | 10° 40′ | 10° 20′ |
| | | 17 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 10° 48′ | 10° 47′ |
| | | | | 11° 07′ | 11° 03′ |
| | | | | 11° 35′ | 11° 05′ |
| | | | | 11° 53′ | 10° 58′ |
| | | | | 12° 07′ | 10° 40′ |
| | | | | 11° 50′ | 10° 30′ |
| | | | | 11° 48′ | 10° 50′ |
| | | | | 11° 40′ | 11° 21′ |
| | | 26 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 11° 53′ | 11° 33′ |
| | | 27 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 12° 03′ | 11° 00′ |
| | | 28 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 12° 41′ | 10° 55′ |
| | | | | N | W |
| | | 29 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 12° 35′ | 11° 14′ |
| | | 30 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 13° 05′ | 11° 25′ |
| | Julio | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 13° 33′ | 11° 11′ |
| | | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 30′ | 11° 52′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 44′ | 12° 30′ |
| | | 4 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 35′ | 13° 48′ |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 47′ | 15° 22′ |
| | | 6 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 52′ | 15° 43′ |
| | | 7 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 52′ | 16° 23′ |
| | | 8 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 47′ | 17° 06′ |
| | | 9 | Surgieron en el puerto del Rio Grande (isla de Santiago, una de las de Cabo Verde). | | |
| | | 15 | Se hacen a la vela. | | |
| | | 16 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 14′ | 17° 50′ |

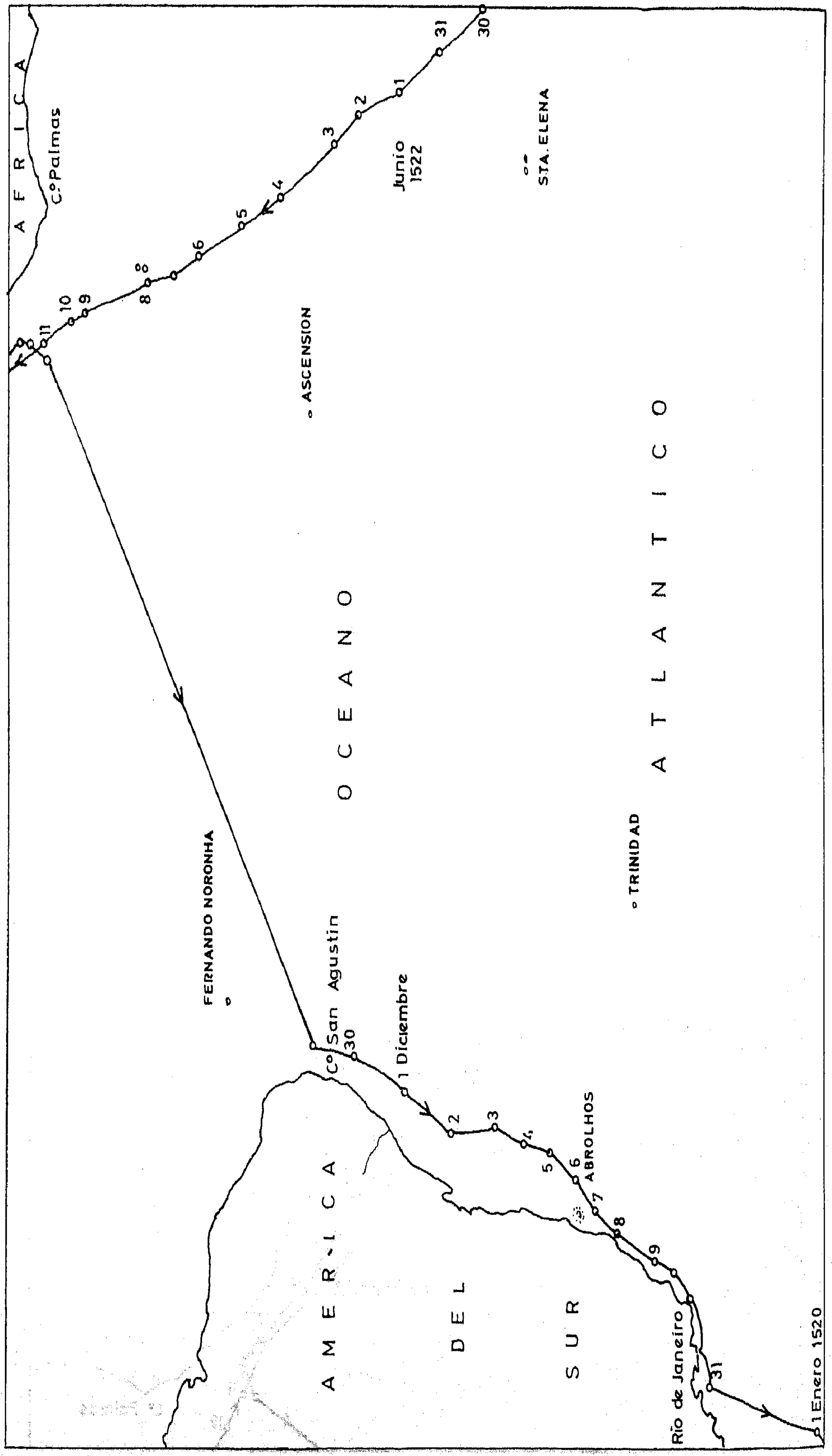
| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud N | Longitud W |
|---|---|---|---|---|---|
| 1522 | Julio | 17 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 14′ | 18° 20′ |
| | | 18 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 14° 30′ | 18° 40′ |
| | | | | 15° 05′ | 19° 34′ |
| | | 20 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 15° 21′ | 20° 00′ |
| | | | | 15° 31′ | 19° 30′ |
| | | | | 15° 37′ | 19° 40′ |
| | | | | 16° 02′ | 20° 07 |
| | | 23 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 18° 08′ | 21° 05′ |
| | | 24 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 19° 34′ | 21° 24′ |
| | | | | 19° 43′ | 21° 30′ |
| | | | | 19° 55′ | 22° 17′ |
| | | 26 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 20° 10′ | 22° 38′ |
| | | 27 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 20° 50′ | 23° 04′ |
| | | 28 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 22° 01′ | 23° 25′ |
| | | 29 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 22° 48′ | 24° 00′ |
| | | 30 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 24° 05′ | 24° 18′ |
| | | 31 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 25° 35′ | 24° 43′ |
| | Agosto | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 27° 10′ | 25° 53′ |
| | | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 28° 00′ | 26° 25′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 28° 33′ | 26° 27′ |
| | | 4 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 29° 19′ | 26° 58′ |
| | | 5 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30° 00′ | 27° 35′ |
| | | | | 30° 41′ | 27° 55′ |
| | | 6 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 31° 00′ | 27° 54′ |
| | | 7 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 32° 27′ | 27° 20′ |
| | | | | 32° 50′ | 27° 45′ |
| | | | | 33° 05′ | 27° 15′ |
| | | 9 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 33° 10′ | 27° 20′ |
| | | 10 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 33° 45′ | 27° 35′ |
| | | 11 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 34° 42′ | 27° 25′ |
| | | 12 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 35° 49′ | 26° 39′ |
| | | | | 36° 15′ | 26° 20′ |
| | | | | 36° 35′ | 26° 23′ |
| | | 13 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37° 03′ | 25° 50′ |
| | | 14 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 38° 28′ | 24° 20′ |
| | | 15 | Pasaron entre las islas del Fayal e Flores ... ... ... ... ... ... ... ... ... | | |
| | | 15 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 39° 28′ | 23° 18′ |
| | | 16 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 40° 31′ | 22° 24′ |
| | | 17 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 41° 26′ | 22° 10′ |
| | | 18 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 42° 05′ | 21° 56′ |
| | | 19 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 42° 28′ | 22° 00′ |
| | | 20 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 42° 36′ | 22° 14′ |
| | | | | 42° 00′ | 21° 51′ |
| | | | | 42° 07′ | 21° 28′ |
| | | 24 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 41° 55′ | 20° 53′ |
| | | 25 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 41° 34′ | 19° 48′ |
| | | 26 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 41° 08′ | 18° 30′ |
| | | 27 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 40° 20′ | 16° 18′ |

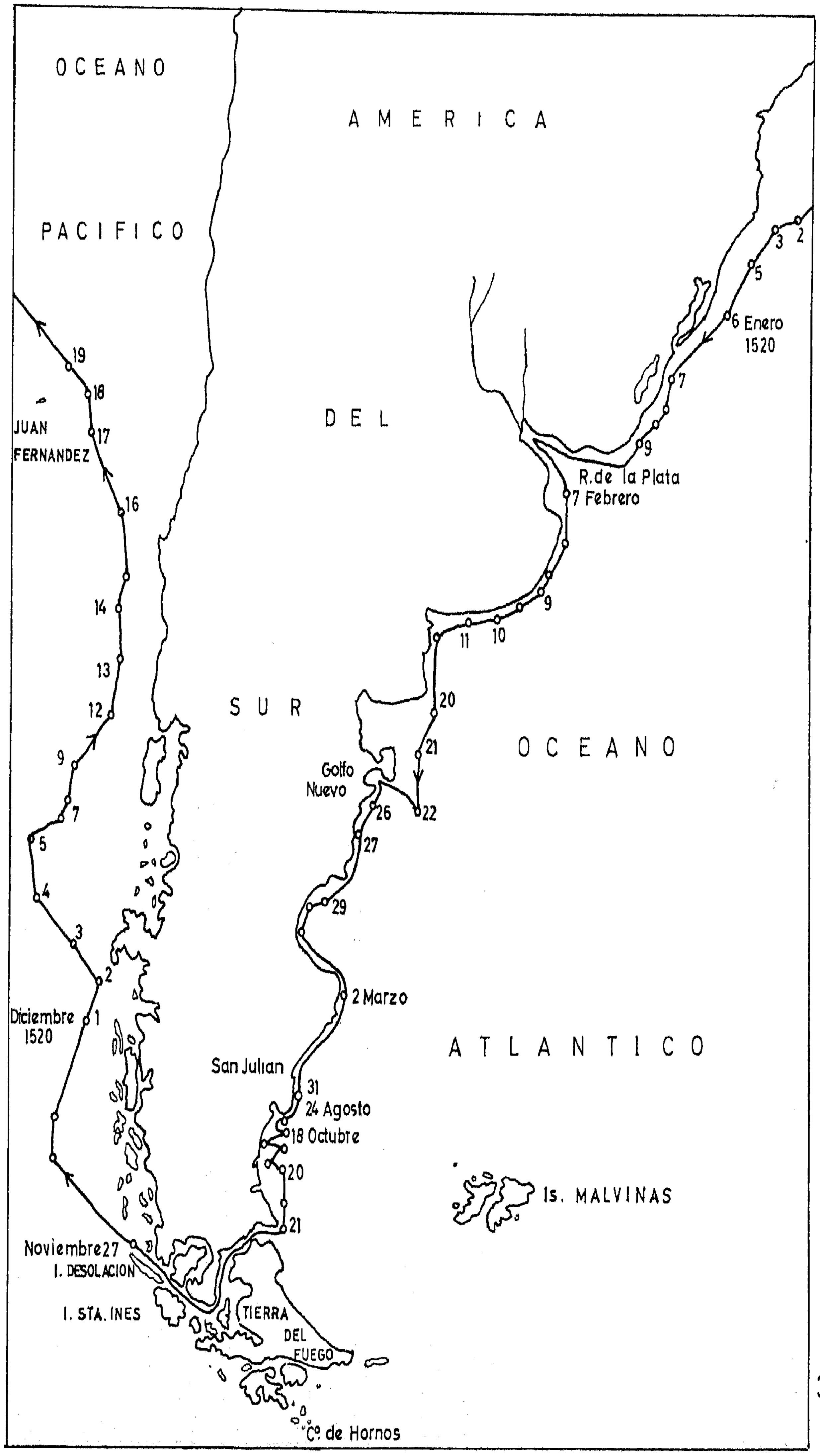


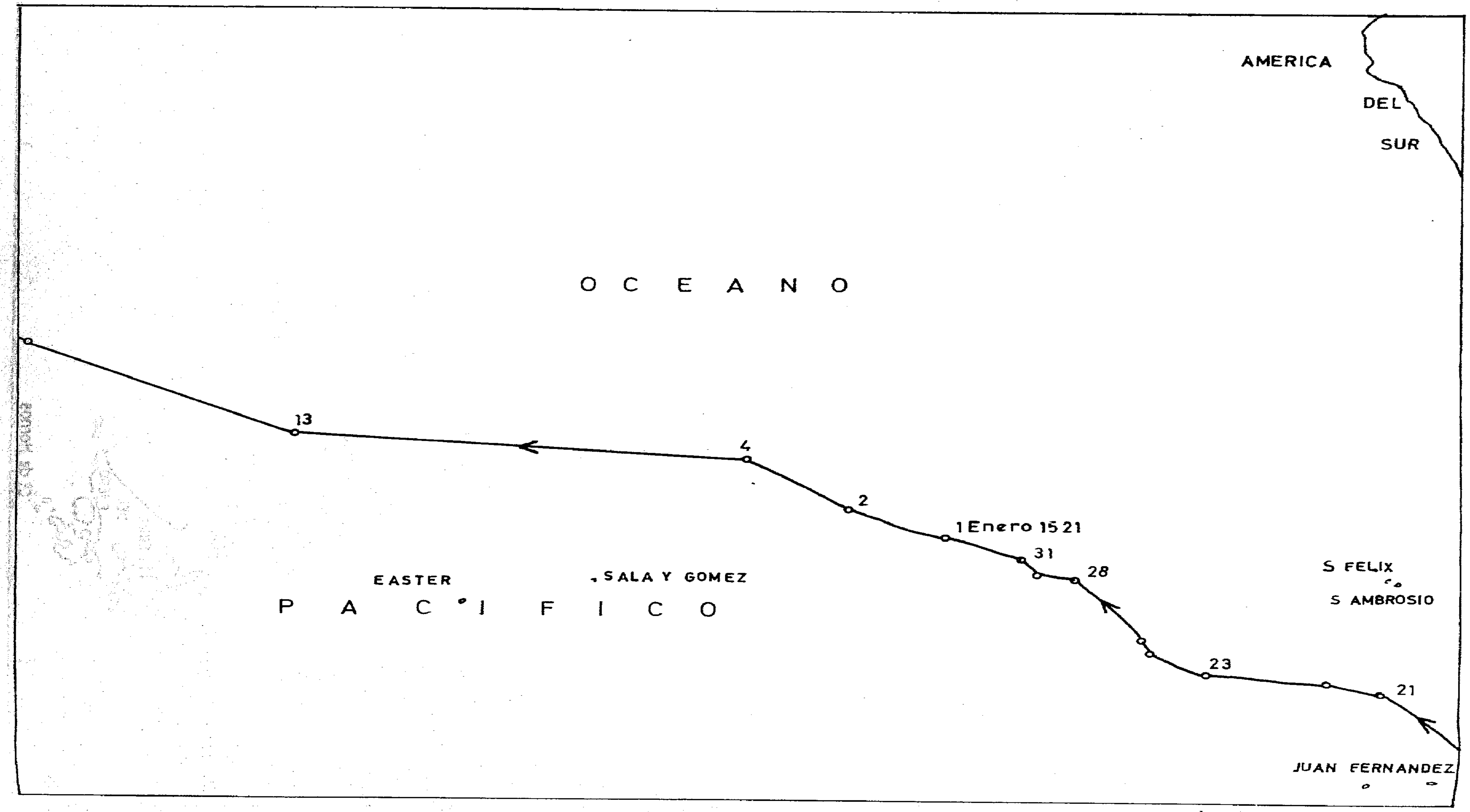
| Años | Meses | Días | ACAECIMIENTOS | Latitud N | Longitud W |
|---|---|---|---|---|---|
| 1522 | Agosto | 28 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 39° 55′ | 15° 15′ |
| | | 29 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 39° 17′ | 13° 20′ |
| | | 30 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 38° 40′ | 11° 30′ |
| | | 31 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 38° 03′ | 09° 30′ |
| | Septiembre | 1 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37° 14′ | 07° 10′ |
| | | 2 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37° 11′ | 05° 13′ |
| | | 3 | ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37° 08′ | 03° 25′ |
| | | | | 37° 08′ | 03° 15′ |
| | | 4 | Por la mañana vieron el cabo San Vicente al NE | | |
| | | 5 | é hicieron rumbo al ESE | 36° 40′ | 02° 07′ |
| | | 6 | Llegaron á Sanlúcar de Barrameda á los 3 años menos 14 días de su salida del mismo puerto y andando, según su cuenta, catorce mil leguas. | | |


Sanlucar
Septiembre
1 1522
OCEANO
MADERA
FLORES
FAYAL
Is. AZORES
AFRICA
Tenerife
ISLAS
CANARIAS
2 Octubre
1519
Agosto
Is. CABO VERDE
SANTIAGO
Cabo Verde
Julio
ATLANTICO
Noviembre 18
Cº Palmas

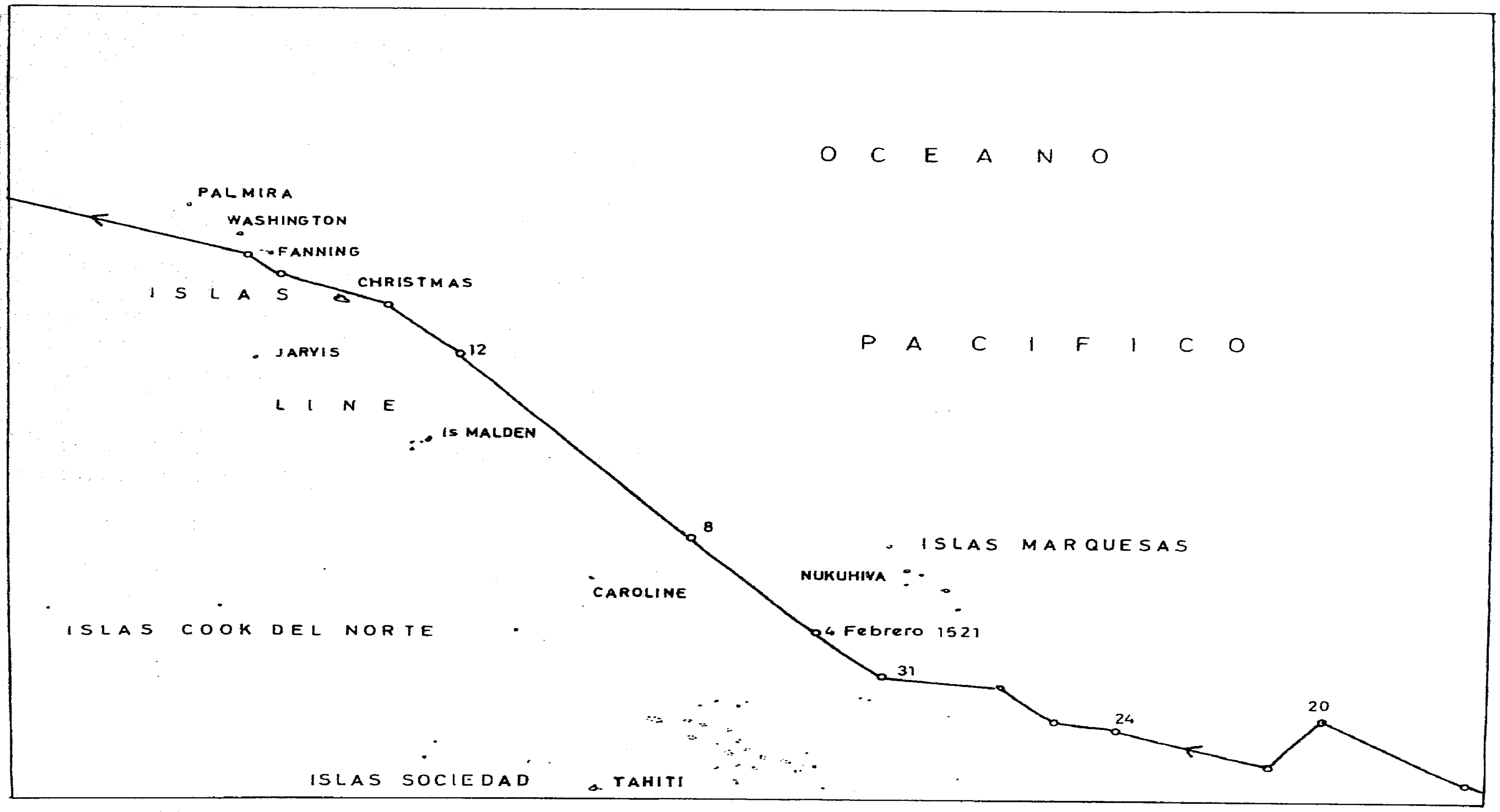
1


AFRICA
Cº Palmas
Junio 1522
STA. ELENA
ASCENSION
OCEANO ATLANTICO
FERNANDO NORONHA
TRINIDAD
Cº San Agustin
1 Diciembre
ABROLHOS
AMERICA DEL SUR
Rio de Janeiro
1 Enero 1520

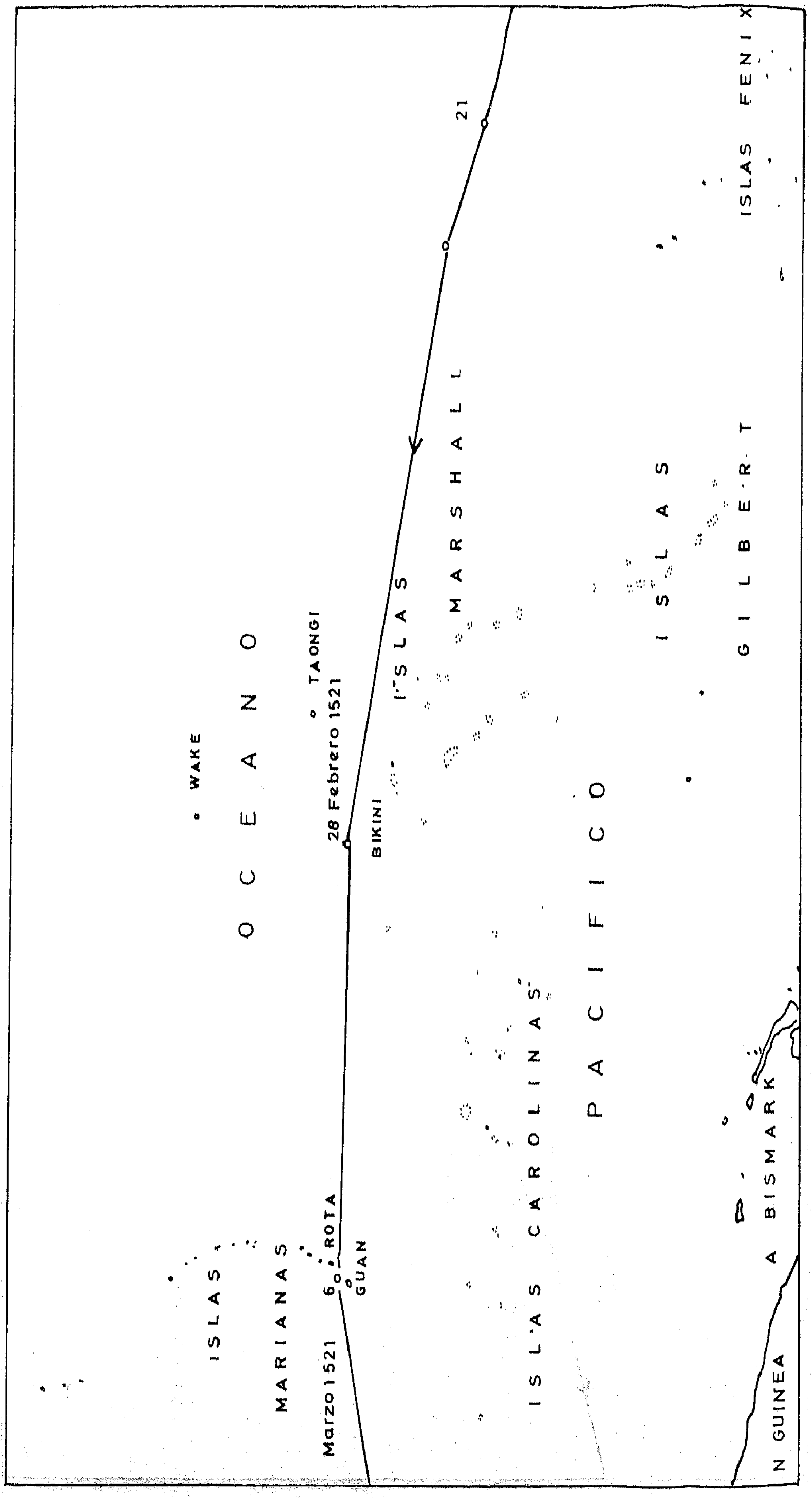

OCEANO PACIFICO
AMERICA DEL SUR
OCEANO ATLANTICO
6 Enero 1520
R.de la Plata
7 Febrero
JUAN FERNANDEZ
Golfo Nuevo
2 Marzo
Diciembre 1520
San Julian
24 Agosto
18 Octubre
Is. MALVINAS
Noviembre 27
I. DESOLACION
I. STA. INES
TIERRA DEL FUEGO
Cº de Hornos

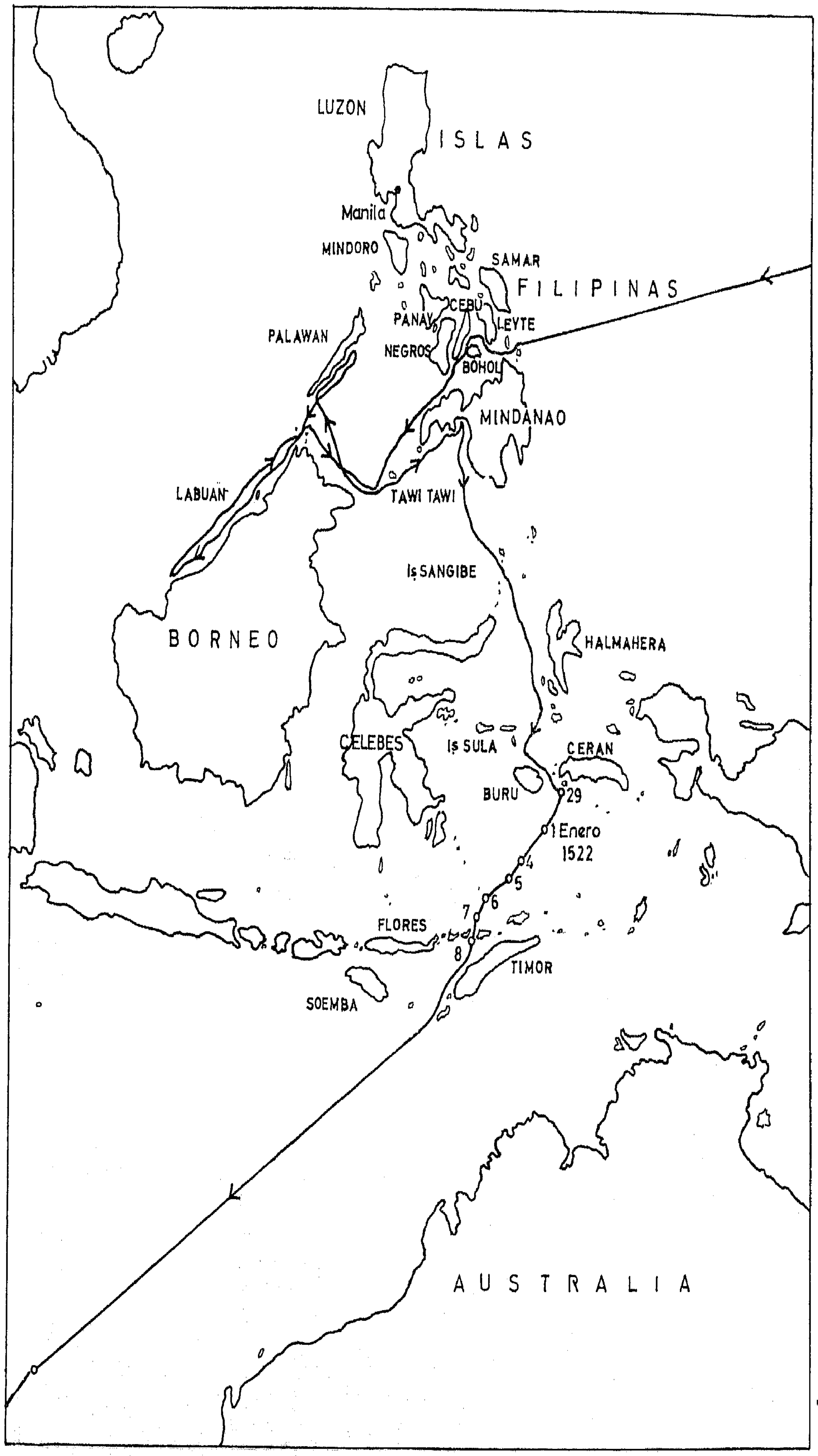

AMERICA
DEL
SUR
OCEANO
PACIFICO
EASTER
SALA Y GOMEZ
S FELIX
S AMBROSIO
JUAN FERNANDEZ
13
4
2
1 Enero 1521
31
28
23
21

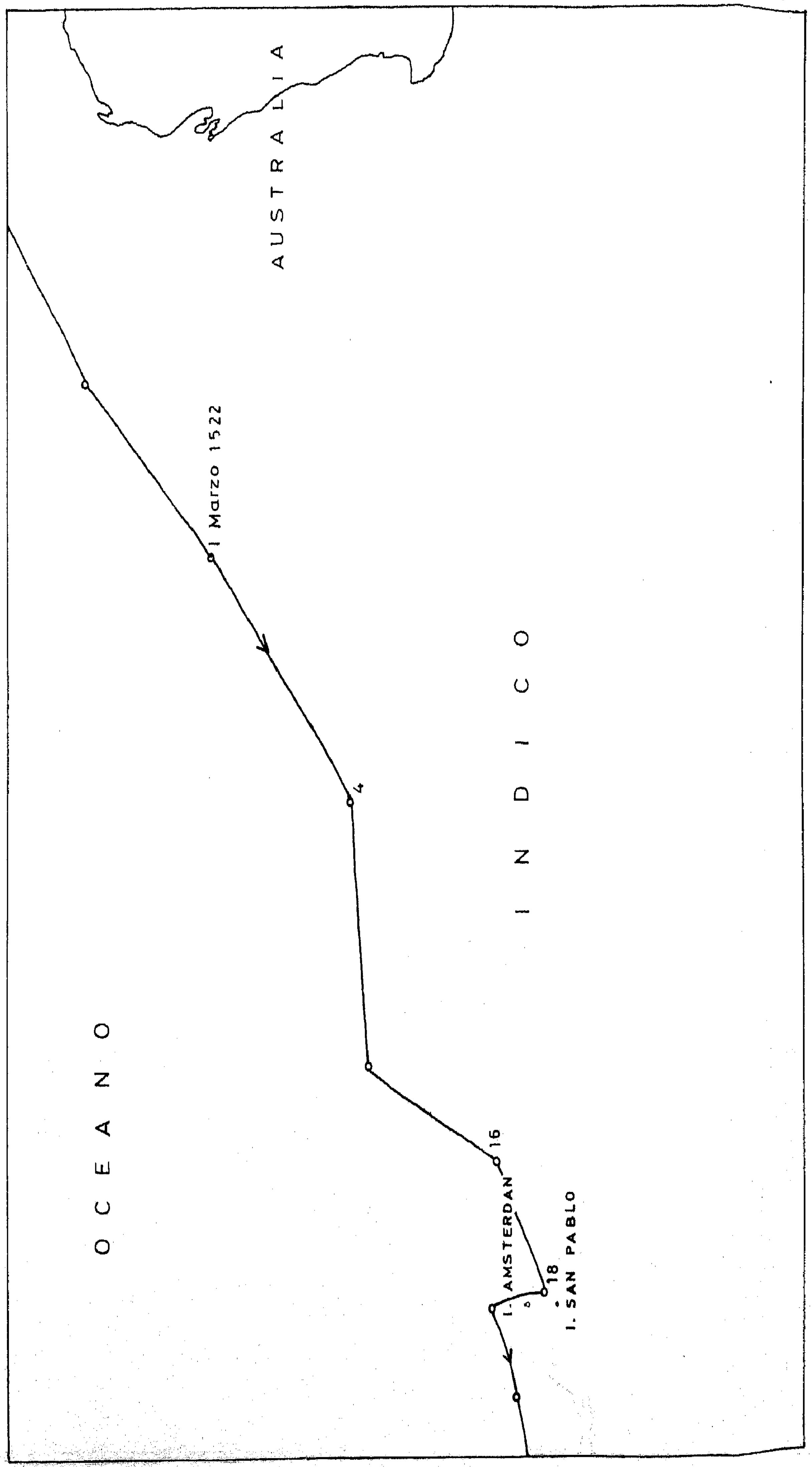
4

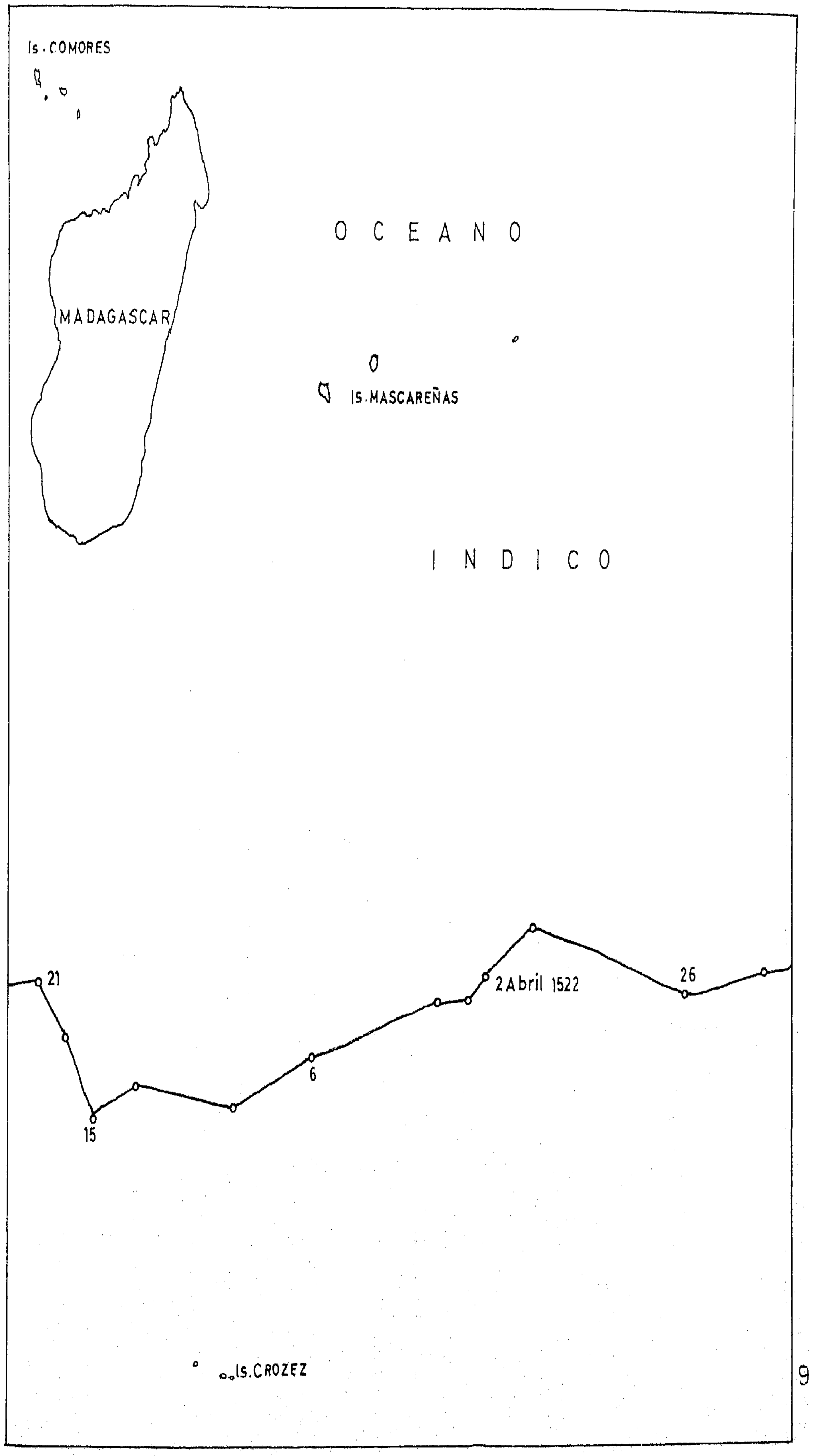

OCEANO
PACIFICO
PALMIRA
WASHINGTON
FANNING
CHRISTMAS
ISLAS
JARVIS
LINE
Is MALDEN
12
8
ISLAS MARQUESAS
NUKUHIVA
CAROLINE
ISLAS COOK DEL NORTE
4 Febrero 1521
31
24
20
ISLAS SOCIEDAD
TAHITI

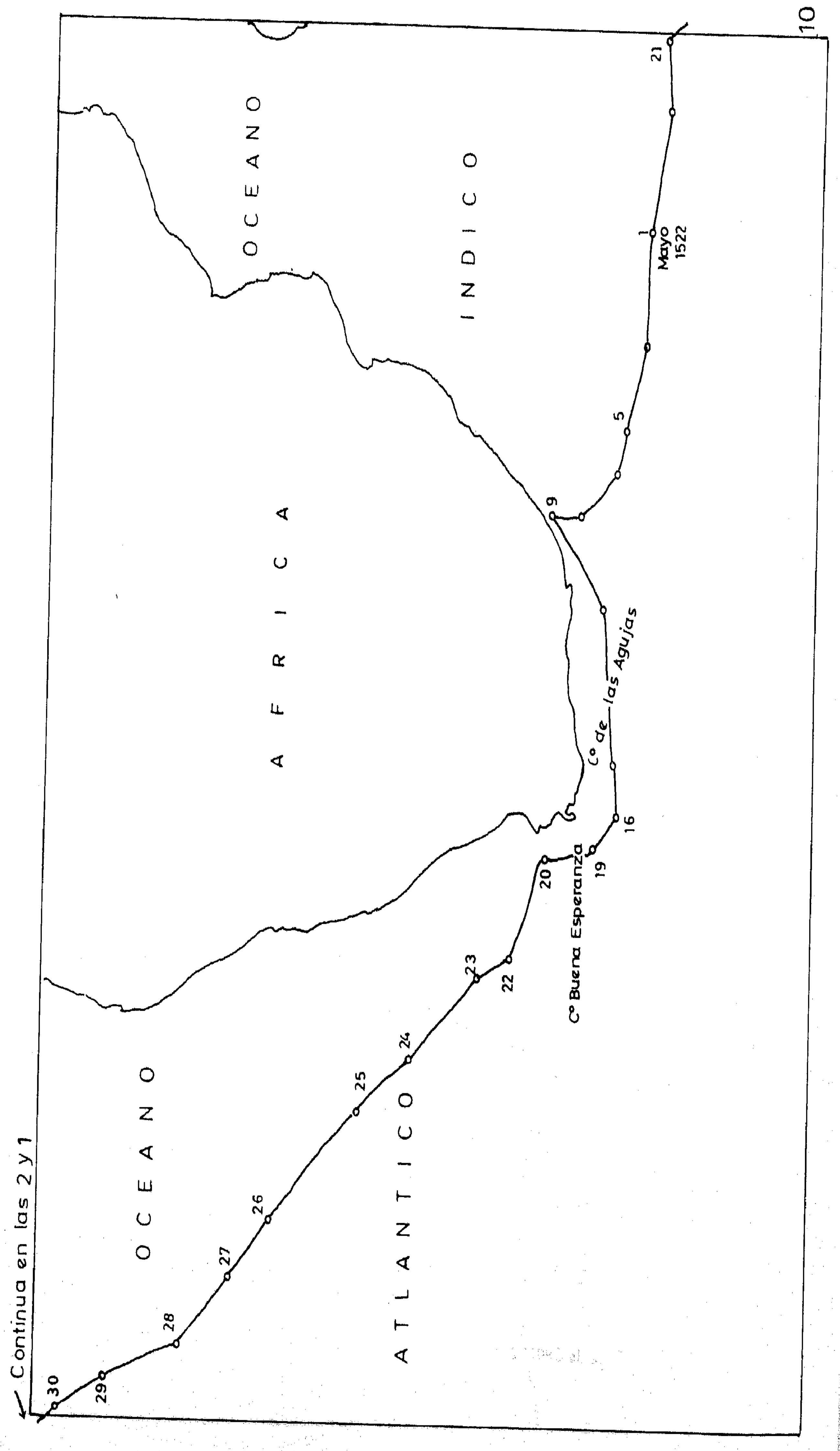
5


OCEANO
PACIFICO
WAKE
TAONGI
28 Febrero 1521
BIKINI
ISLAS MARSHALL
ISLAS GILBERT
ISLAS FENIX
21
ISLAS MARIANAS
ROTA
GUAN
6
Marzo 1521
ISLAS CAROLINAS
A BISMARK
N GUINEA


LUZON
ISLAS FILIPINAS
Manila
MINDORO
SAMAR
CEBU
PANAY
LEYTE
PALAWAN
NEGROS
BOHOL
MINDANAO
LABUAN
TAWI TAWI
Is SANGIBE
BORNEO
HALMAHERA
CELEBES
Is SULA
CERAN
BURU
29
1 Enero 1522
4
5
6
7
8
FLORES
TIMOR
SOEMBA
AUSTRALIA


AUSTRALIA
1 Marzo 1522
4
16
I. AMSTERDAN
18
I. SAN PABLO
OCEANO
INDICO


Is. COMORES
MADAGASCAR
OCEANO
Is. MASCAREÑAS
INDICO
21
15
6
2 Abril 1522
26
Is. CROZEZ




# A ARMADA DE FERNÃO DE MAGALHÃES E O BRASIL

POR

MAX JUSTO GUEDES

É sabido que aos 13 de Dezembro de 1519 entrou a armada de Magalhães numa «bahía muy grande, y á la boca tiene una isla muy baja, y de dentro es muy grande con muchos puertos, y por estar en lebada estais dos leguas de la Buycha, y llámase bahía Santa Lucía, y quiriendo entrar la isla dejareis á mano isquierda y es angosto, empero hay fondo de 7 brazas y es sucio: mas de fuera hay fondo de 20 y 25 brazas, y dentro adonde surgen hay 18 brazas. En la dicha bahia hay buena gente y mucha, y van desnudos, y contratan con anzuelos, y espejos y cascabeles por cosas de comer, y hay mucho brasil, y la dicha bahia está en 23 grados: y aqui entramos el mesmo dia de Santa Lucía, y estuvimos hasta el dia de San Juan ques a 27 del dicho mes de Diciembre...» (1). Alguns dias depois, a 18, mais precisamente, o cosmógrafo Andrés de San Martín observou a meridiana do Sol, calculando a latitude do lugar em que se achavam: 23° 45′ S.

Que esta baía foi a hoje chamada Guanabara — topónimo que, infelizmente, predomina na cartografia, em substituição ao Rio de Janeiro do descobrimento — está hoje tacitamente aceito pelos historiadores. O facto de haver sido baptizada «Santa Lucía» (2) parece indicar, no entanto, que a formosa angra não era, à época, conhecida em Espanha pelo topónimo português, embora Herrera, ao relatar a viagem de Solís, afirme que este e seus companheiros chegaram «al Rio de Genèro, en la Costa del Brasil, que hallaron en veinte i dos Grados, i vn tercio de la Equinocial, al sur:» (3). Evidentemente, o cronista fez uso dos conhecimentos geográficos que possuía quando redigiu a *Historia general,* ocasião em que o topónimo era universal.

Algures mostramos (4) que o Rio de Janeiro teve o seu primeiro registo cartográfico, hoje conhecido, no célebre mapa de Piri Réis, 1513, que coloca um *Sano Saneyro* logo a seguir ao *Kav Friyo,* eliminando com isto qualquer dúvida

---

(1) Albo, Francisco. Diario ó derrotero del viage de Magallanes desde el cabo de San Agustin en el Brasil, hasta el regresso á España de la nao Victoria. In: Fernandez de Navarrete, Martín. *Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los españoles.* Buenos Aires, Ed. Guarania, 1946, vol. 4, pp. 192-193.

(2) Herrera, António de. *História general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Oceano.* Madrid, N. Rodríguez Franco, 1726, dec. 2, vol. 2, p. 104.

(3) Idem, *ibid.,* p. 11.

(4) Guedes, Max Justo. As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira. *Revista Portuguesa de História,* Coimbra, *14*: 259, 1970.

que a deturpação sofrida pelo topónimo pudesse trazer a um crítico mais exigente. Na sequência, foi registado por Vesconte di Maggiolo na carta atlântica do seu célebre atlas (1519) da Biblioteca Pública de Munique, também fortemente deturpado para *Rio de iaceo*, mas igualmente reconhecível pela proximidade do *cavo frigido*. Possivelmente, deste mesmo ano é o registo correcto, *R.: de Janeyro* no fol. 4-r do notável atlas de Lopo Homem-Reinéis, c. 1519, da Biblioteca Nacional de Paris ([5]).

Mas o topónimo era assim conhecido apenas na cartografia portuguesa ou em cartas dela oriundas, conforme é o caso (ao menos no que se refere ao Brasil) das cartas de Piri Réis e Maggiolo. A reforçar a nossa suposição de que a cartografia e a ciência náutica espanholas ignoravam o topónimo, há, além do citado baptismo por Magalhães, outro forte indício na *Suma de Geographia*, de Enciso ([6]), que coloca o *Cabo frio* em 23° S e dali salta directamente para o *golfo delos mãgues*, que «tiene dos islas al cabo: y es grãde que tiene xx leguas d boca», o que exclui, tacitamente, qualquer associação ao Rio de Janeiro (Guanabara).

Poderíamos concluir que o Rio de Janeiro era desconhecido nos meios náuticos espanhóis quando Magalhães velejou de Sanlúcar de Barrameda em 20 de Setembro de 1519? A resposta deve ser negativa, conforme procuraremos demonstrar.

Os roteiros e relações da memorável viagem hoje conhecidos evidenciam que Magalhães navegou com absoluta segurança, conhecendo perfeitamente a derrota a ser seguida, até ao cabo de Santa Maria, no estuário do Prata, cuja altura Albo calculou em 35° S: 1) a bordada à Serra Leoa (que acelerou a conhecida desavença com Cartagena), permitindo-lhe sem problemas montar o cabo de S. Roque, prova o conhecimento do regime de ventos do Atlântico Sul; 2) a reprodução da rota da armada, que fizemos baseados parcialmente no roteiro de Albo (fig. 1), demonstra que o grande capitão tinha ciência certa do desenho costeiro. Desde os 7° S — num ponto que estimaram estar a 27 léguas *ao nordeste* do cabo de S.to Agostinho ([7]), mas que, na realidade, estava a mais de 75 léguas dele (ponto A) — até aos 17° 13′ S (B) o rumo sudoeste foi mantido constante. A partir deste ponto, fecharam uma quarta sobre terra, para, ultrapassados os Abrolhos, isto é, na altura de 18° 57′ S, buscarem francamente terra, rumando a oés-sudoeste.

*Nota.* — Se tomarmos ao pé da letra as informações de Albo sobre a distância que, na altura dos 7° S, estavam do cabo de Santo Agostinho, a frota teria seguido a Derrota «1», que a levaria a avistar terra pelos 19° S, o que não condiz com as informações do próprio Albo. Em razão disto, preferimos a Derrota «2», em que

([5]) Está reproduzida em Cortesão, Armando & Mota, Avelino Teixeira da. *Portvgaliae monvmenta cartographica*. Lisboa [Impr. de Coimbra], 1960, vol. 1, est. 22.

([6]) Fernandez de Enciso, Martin. *Suma de geographia*. Sevilha, J. Cromberger, 1519, f. 67 (numeração manuscrita do exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

([7]) Esta é a única interpretação possível da frase de Albo, *op. cit.*, p. 191, «estando en el parage del cabo de San Agustin en Altura de 7 grados de la parte del sur, y apartados del dicho cabo cosa de 27 leguas al sudueste».

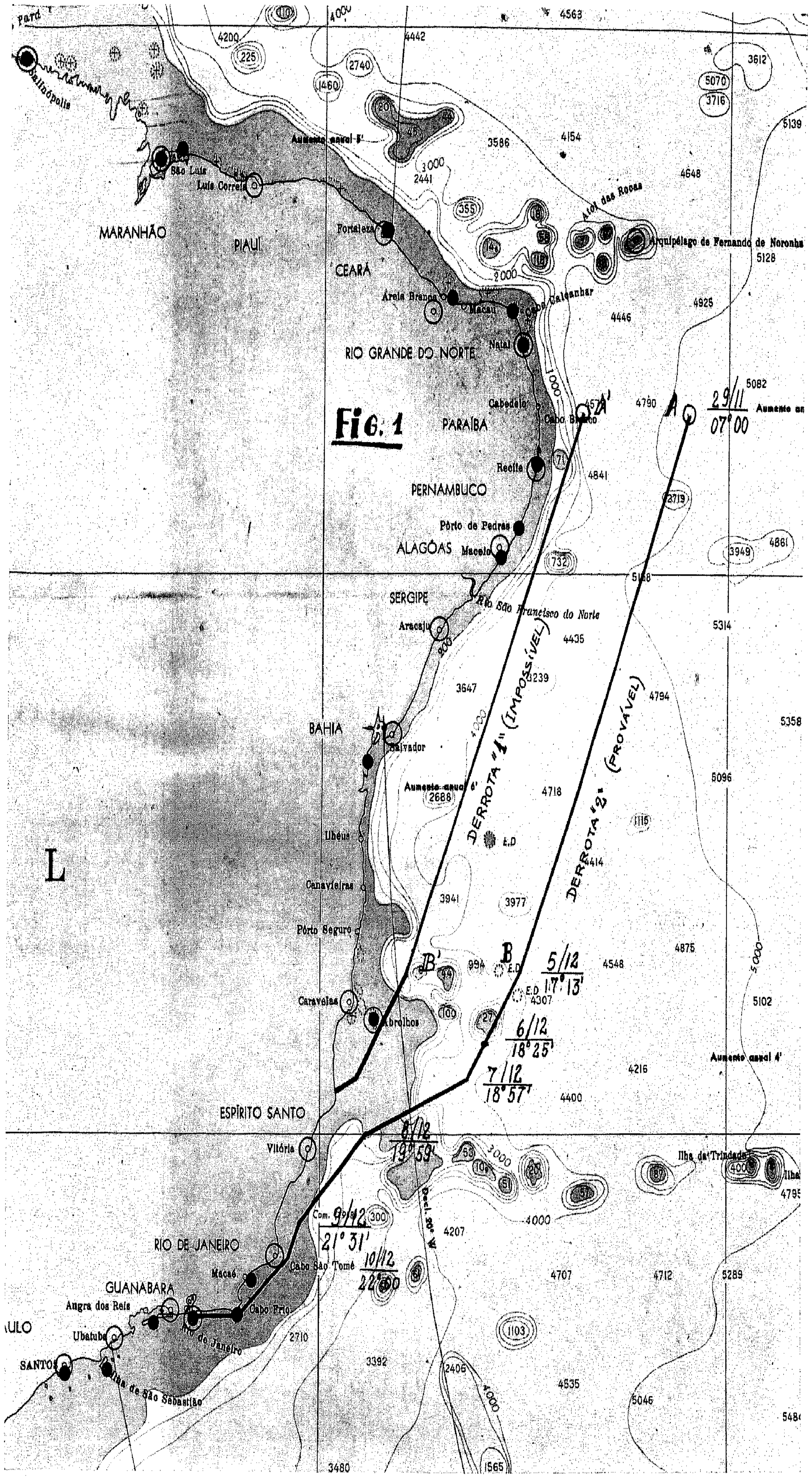



Fig. 1 — *Derrota até o Rio de Janeiro*

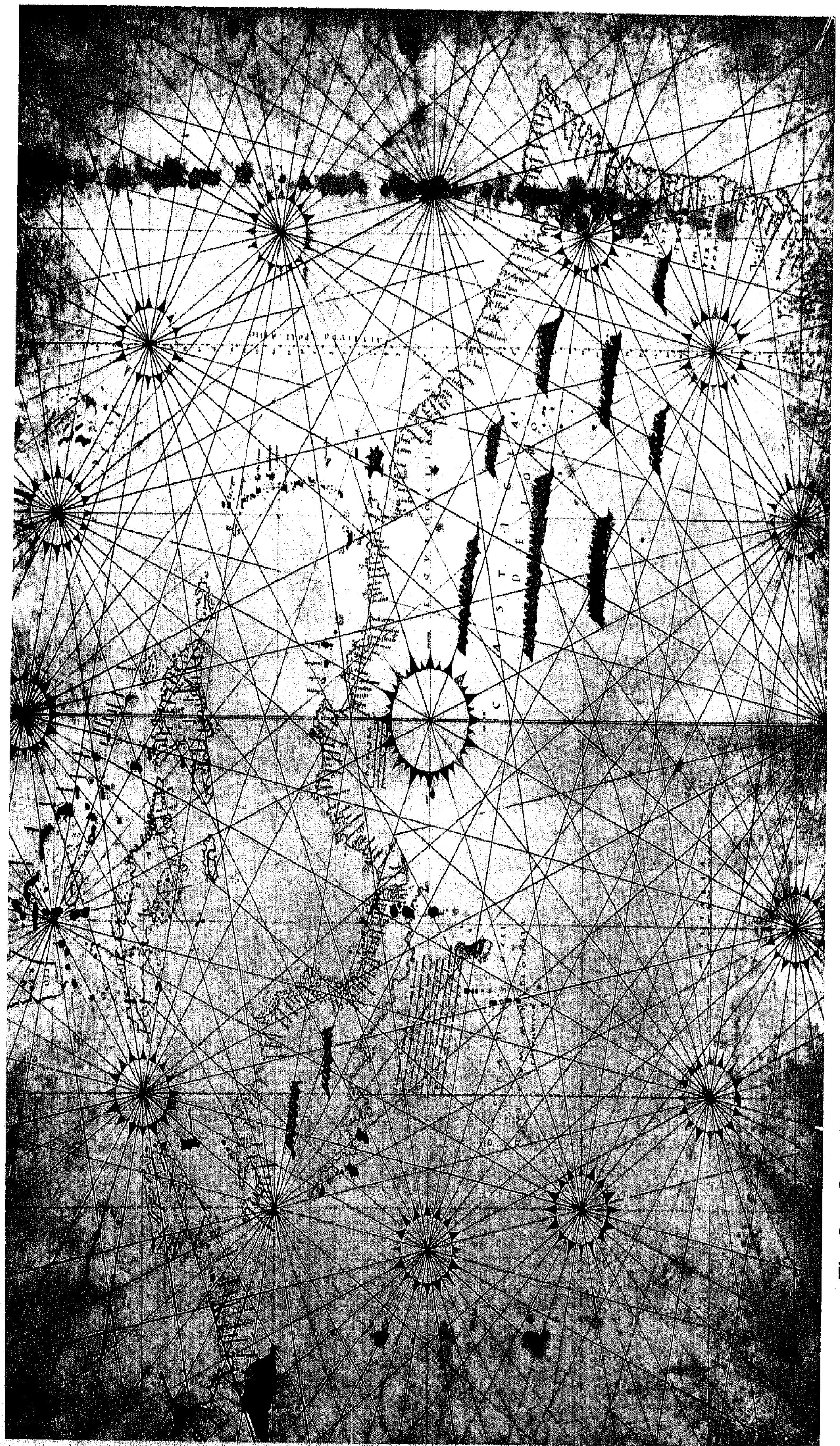


Fig. 2 — *Carta de marear anónima (c. 1520) atribuída a Girolamo da Verrazano. Herzog August-Bibliothek (Wolfenbüttel)*

Fig. 3 — *Planisfério anónimo c. 1523 (detalhe). Biblioteca Real de Turim*

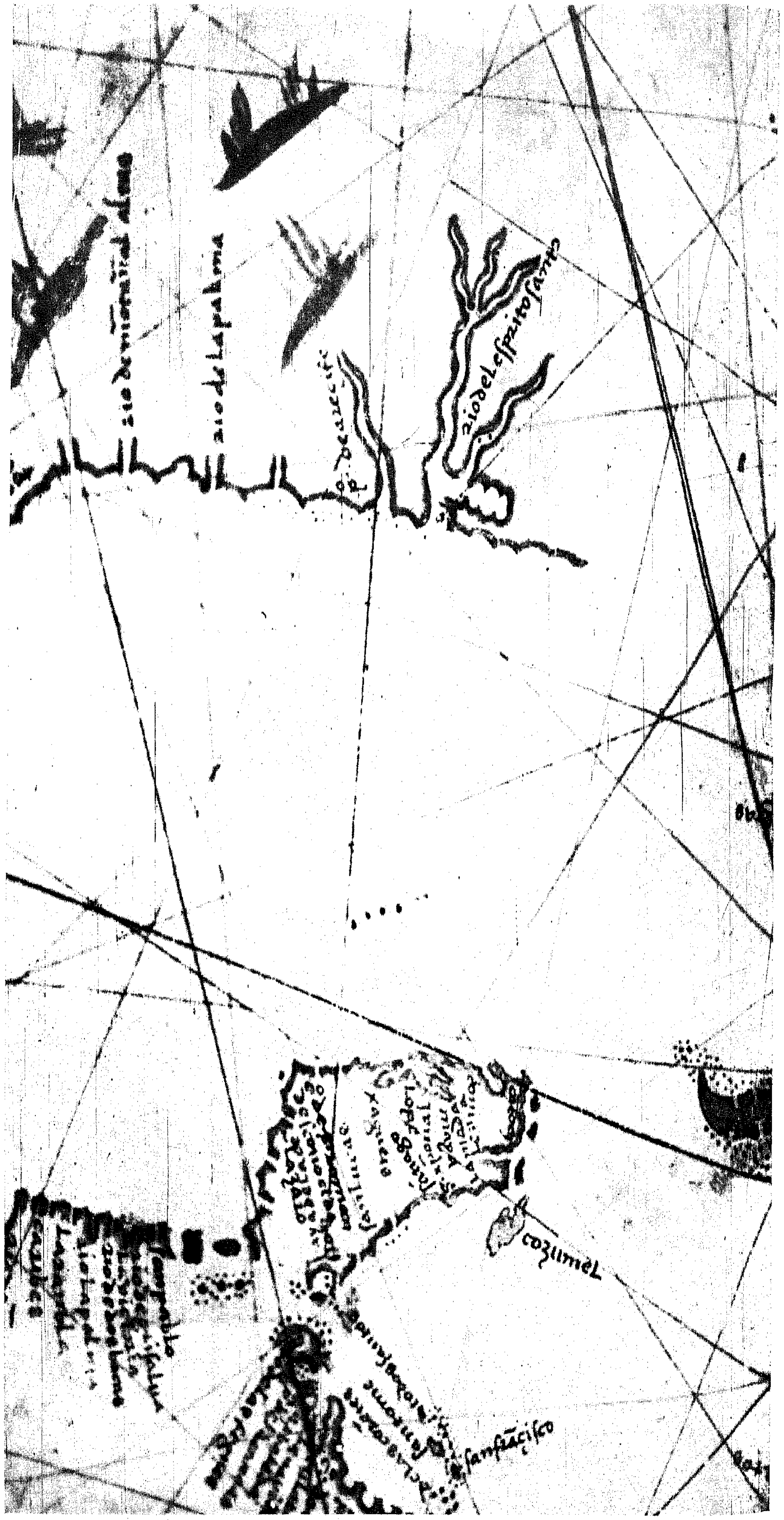



Fig. 3-A — *Planisfério anónimo c. 1523 (detalhe). Biblioteca Real de Turim*

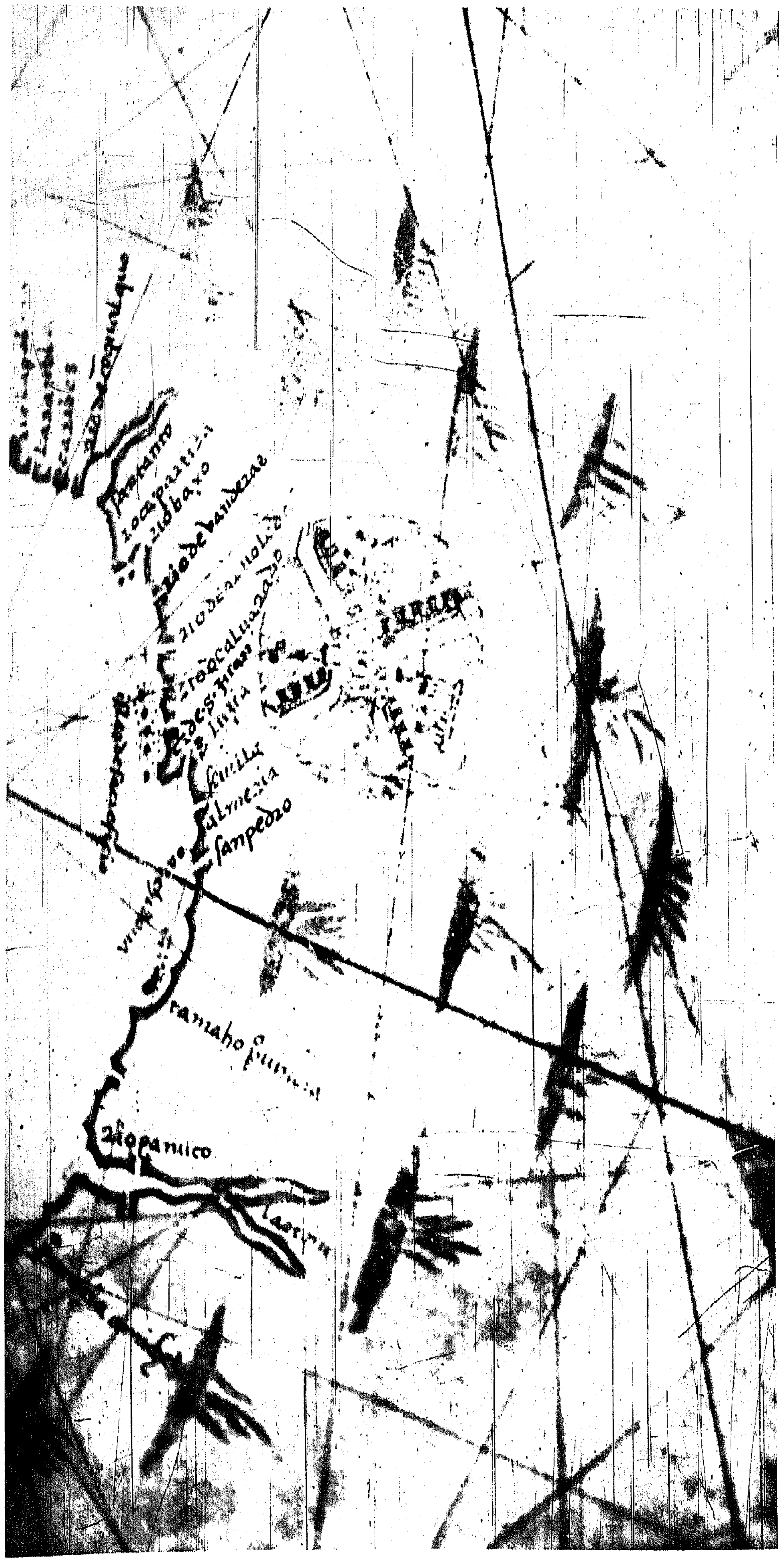



Fig. 3-B — *Planisfério anónimo c. 1523 (detalhe). Biblioteca Real de Turim*

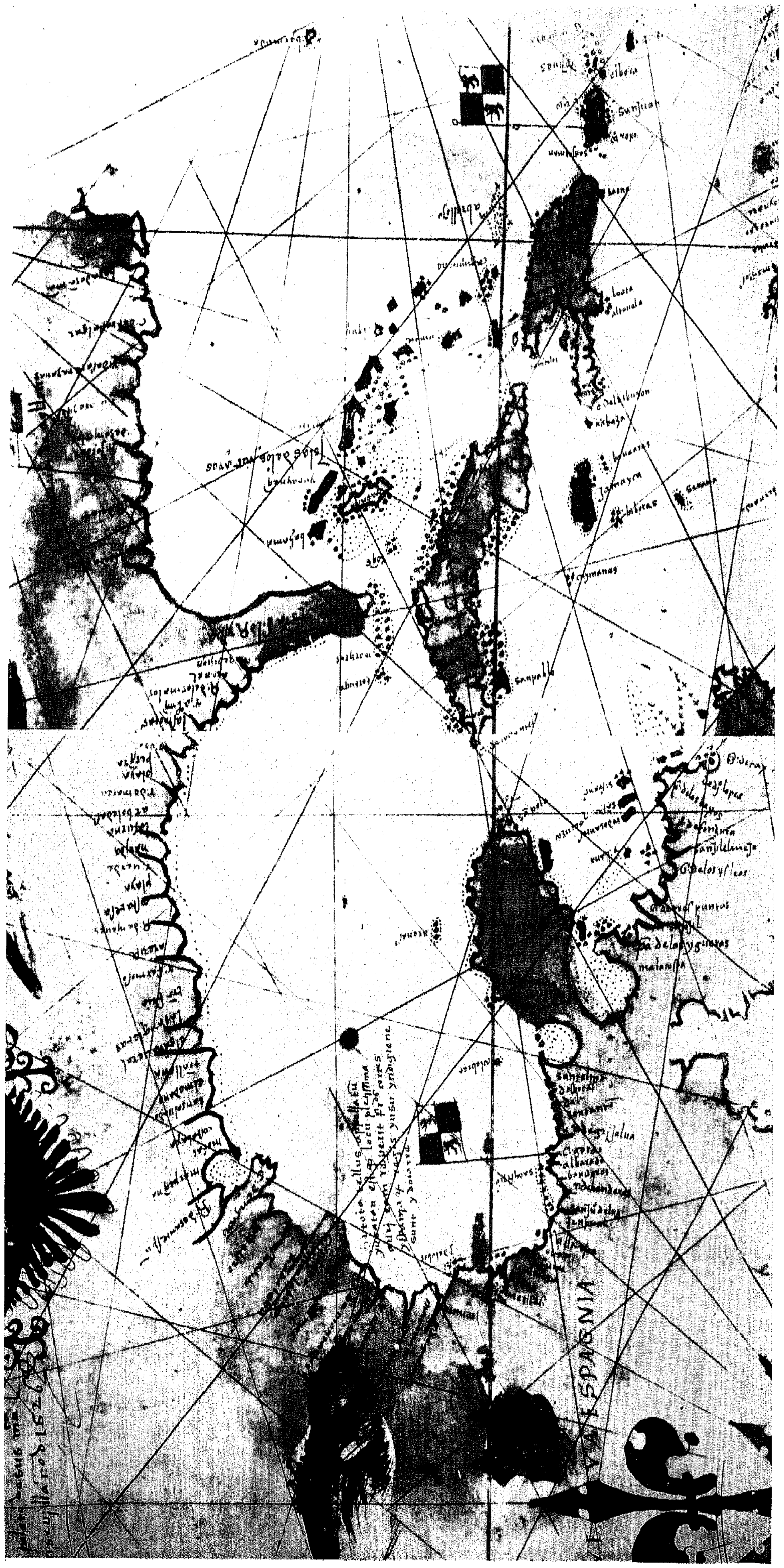


Fig. 4 — *Planisfério de Giovanni Vespucci, 1526. The Hispanic Society of America*



procuramos deixar a armada fora do alcance visual do morro Mestre Álvares, que é de 60 milhas, segundo o *Roteiro do Brasil* (8).

Já próximo de terra, a armada voltou ao rumo sudoeste, com o qual foram avistar terra, na tarde do dia 8 de Dezembro, além dos 19° 59′, que foi a latitude calculada na meridiana deste dia. Tendo Albo afirmado que avistaram «tierras playas planas», imaginamos que isto se deu ao sul da actual baía do Espírito Santo, sendo tais «playas planas» as compreendidas entre a Ponta de S. Luzia e a Ponta de Setiba, grande praia de mais de 20 milhas de extensão. No restante da tarde, e durante toda a noite de 8 para 9, correram ao longo da costa do Espírito Santo, para amanhecerem leste-oeste com o cabo de São Tomé, à vista do Pico do Frade (1620 m de altitude e a 20 milhas da costa). Dali costearam até atingir as proximidades do cabo Frio.

Nesta ocasião, devem ter ocorrido os quase acidentes relatados por Rescalde, quando João Lopes Carvalho levava o farol. Ele «se allegó tanto á tierra una o dos veces, que si no fuera por Esteban Gomes, que iba con el dicho Magallanes hobieran dado al través en la costa» (9).

Isto ocorreu, cremos, em razão da contracorrente que «avec des vents de N. E. frais e le courant au large du cap portant ao S. O., on rencontre dans le golfe de Macahé, à quelques lieus à Ouest de Saint Thomé, un contre courant portant au N. E.; c'est évidemment le résultat du remous produit par le cap. Le même fait se représente à l'ouest du cap Frio, et c'est à ce contre-courant q'on a voulu attribuer la perte de la frégate anglaise Thétis, sur la côte ouest de l'île Frio.» (10).

Felizmente, quer graças à habilidade de Estêvão Gomes, quer à do próprio Magalhães, a frota chegou sem maiores transtornos aos 23° S em que Albo informou estar o cabo Frio; como o seu roteiro não indica qualquer cálculo para tal latitude, somos levados a acreditar que ela provinha de informação (notável), já trazida pelos pilotos da frota.

Portanto, regime de ventos, contorno costeiro, alturas e mesmo a toponímia principal entre S.to Agostinho e o cabo Frio — a *Suma de Geographia* aponta-nos, entre os dois, o *golfo e rio de sant frãcisco*, o *puerto real*, a *baya de todos sanctos*, o *puerto seguro*, os *arrecifes y baxos de las barrosas* (Abrolhos), *golfo de sancto Tome*, o *Cabo fermoso y isla*, e o *rio delgado* — eram perfeitamente conhecidos por Magalhães e seus companheiros. Alcançadas, porém, as proximidades do conspícuo cabo Frio, os conhecimentos à disposição dos pilotos da armada provinham de fonte bem diferente das utilizadas pelos cartógrafos portugueses, fornecida, ao que pretendemos provar, por um dos próprios pilotos de Magalhães, e que, como ele, era também português.

(8) Brasil. Marinha. D. H. N. *Roteiro do Brasil*. Rio de Janeiro, 1968, p. 342.
(9) Fernandez de Navarrete, *op. cit.*, p. 186.
(10) Mouchez, Ernest. *Les cotes du Brésil*. 2. sec. Paris, Challamel Ainé, 1876, p. 193.

Na Herzog August-Bibliothek, de Wolfenbüttel, há uma preciosa carta de marear anónima (fig. 2), desde há muito conhecida e citada por alguns americanistas, a partir de Henry Harrisse ([11]):

ACERVO: Herzog August-Bibliothek, Wolfenbüttel

COTA: 103 Aug. 2.º

DIMENSÕES: 0,675 m × 0,895 m

DESCRIÇÃO: Carta de marear plana quadrada (tipo portulano) manuscrita, sobre pergaminho.

Abrange as terras americanas desde o golfo do México (golfo de Campeche) até Cananéia, em S. Paulo (Brasil).

O centro de construção é caracterizado por uma rosa-dos-ventos de trinta e dois rumos, iluminada, tendo assinalados os quatros pontos cardeais. Dela partem dezasseis rumos; na tangência destes com uma circunferência hipotética cujo diâmetro tem quase a altura da carta, dezasseis outras rosas, menores, dez delas iluminadas, disparam cada uma trinta e dois outros rumos (em umas poucas rosas alguns rumos deixaram de ser riscados), que completam a teia necessária ao desenho das terras. Uma escala de latitudes, ALTITVDO POLI ARTICI, aproveitando o rumo norte-sul de duas rosas (nordeste e sueste), corre ao longo de toda a altura da carta, de 31º N a 28º S. O equador (EQUINOCTIALIS) está representado. Junto à rosa-dos-ventos de sudoeste há uma escala MILIARIA, naturalmente de milhas italianas de 1480 m. Verifica-se, conforme mostrou Uhden ([12]), que o cartógrafo usou a equivalência de 70 milhas por grau, ou seja, 17,5 léguas ao grau. O mesmo historiador já chamara a atenção para o facto de haver o cartógrafo, ao numerar a escala, saltado de 400 para 600 milhas ([13]). Destarte, o comprimento da escala, que o próprio Uhden afirmou ser de 14,8 cm, equivale a apenas 900 milhas, ao invés das 1000 numeradas. A última observação de importância parece-nos ser a interrupção do contorno da IVCATANA (península de Iucatan), deixando o cartógrafo duas aberturas junto a ambos os lados do local onde a península se uniria à terra firme, a ocidente, próximo à *insule del real*, e oriente, a oeste da *punta della Igueras*. É importante chamarmos a atenção para o Planisfério de Turim (figs. 3, 3-A e 3-B), que apresenta as mesmas

([11]) HARRISSE, Henry. *The discovery of North America.* Paris, H. Welter; Londres, H. Stevens, 1892, p. 502.

([12]) UHDEN, Richard. An unpublished portolan chart of the New World, A. D. 1519. *The Geographical Journal,* Londres, *91*: 45, 1938.

([13]) Idem, *ibid.*, p. 45, nota (4).

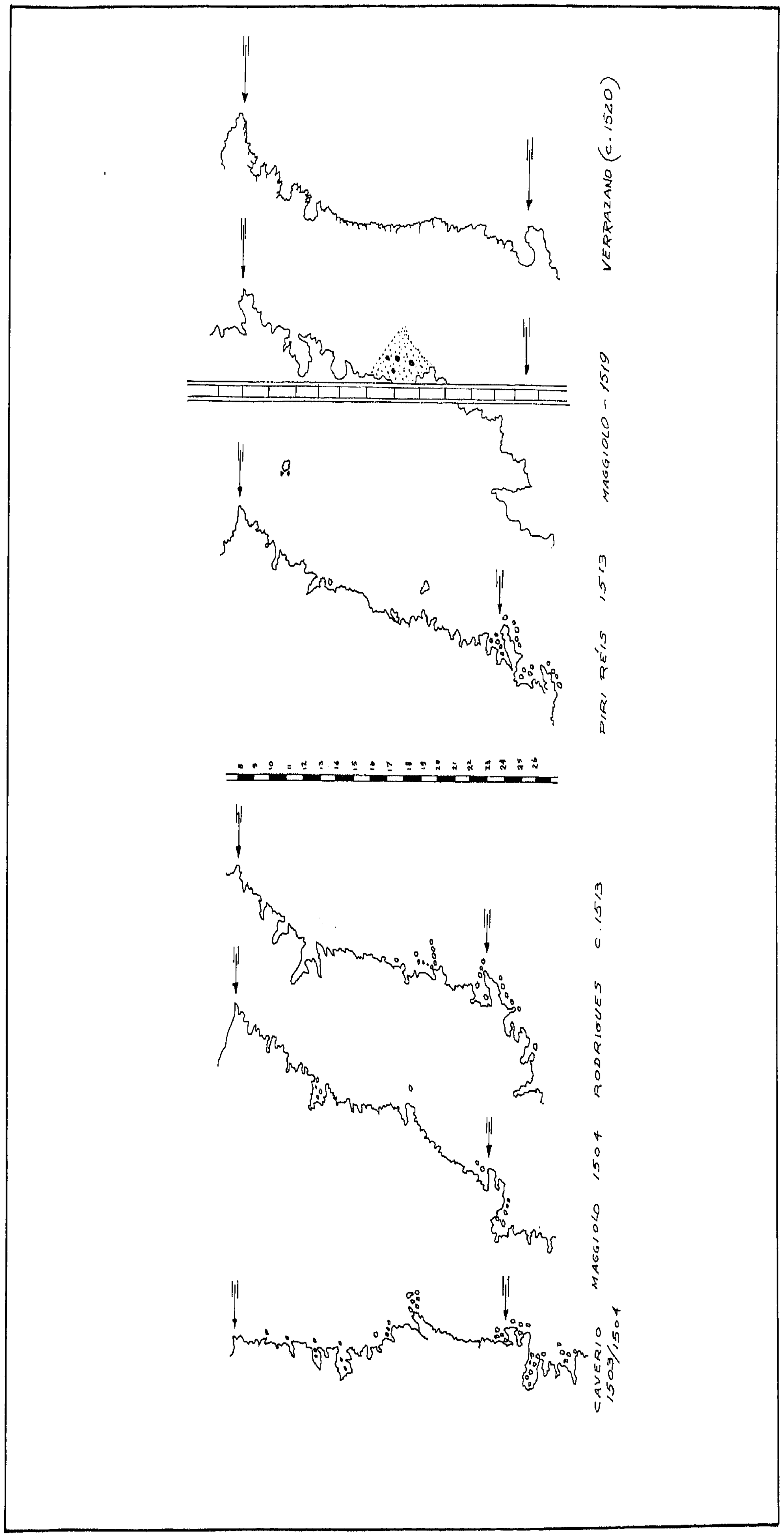



Fig. 5 — *A costa brasileira entre o cabo de S.to Agostinho e o cabo Frio, segundo cartas do primeiro quartel do século XVI*

lacunas, devendo ter utilizado protótipo cujo traçado estava muito próximo do utilizado pelo autor da carta de Wolfenbüttel. No entanto, o de Giovanni Vespucci (Juan Vespucci), de 1526 (fig. 4), embora sem acrescentar toponímia, excepto uma *mala costa* próximo à *põ de las ygueras*, caracteriza perfeitamente a laguna de Términos e baía de Amatique.

ESCALA: Segundo os cálculos de Uhden ([14]), a escala da carta é, aproximadamente, 1 : 9 000 000. No entanto, em razão dos diferentes protótipos utilizados, de escalas variáveis que o cartógrafo não soube padronizar, tal escala não é uniforme ao longo da carta. Estes cálculos são confirmados pela afirmação de Destombes ([15]) de que dez graus da escala de latitudes medem 112 a 115 milímetros.

DATA: No cuidadoso estudo que efectuou, Richard Uhden concluiu que o ano de 1519 é o mais provável para a elaboração da carta em apreço. Segundo ele, as últimas informações nela registadas referem-se aos descobrimentos de Juan de Grijalva, cuja viagem terminou em Cuba aos 15 de Novembro de 1518. Portanto, a carta de Wolfenbüttel seria, no mais tardar, do ano seguinte, 1519 ([16]). Esqueceu-se o ilustre historiador, na análise que fez da toponímia do golfo de Campeche (veja-se o *Quadro Comparativo da Toponímia n.º 1*), que, ao menos um topónimo dentre os existentes na carta, nada tem a ver com os descobrimentos de Grijalva; *la uictoria* é um reflexo da expedição de Cortez: É bastante conhecida a aplastante vitória obtida pelo conquistador, utilizando-se dos dezasseis cavalos que levava. Segundo Bernal Díaz del Castilho, «como era dia de Nuestra Señora de Marzo llamóse una villa que se pobló, el tiempo andando, Santa Maria de la Victoria, asi por ser dia de Nuestra Señora como por la gran victoria que tuvimos» ([17]). Observando-se os Regimentos de Munique e Évora, verifica-se que os mesmos registam o dia 25 de Março como Anunciação de Nossa Senhora. Embora seja sabido que só a 15 de Julho deste ano de 1519 escreveu Cortez ao Imperador a primeira *carta de relación* da conquista do México, ao menos desde Novembro a notícia fora recebida em Sevilha, conforme se verifica pela carta de Girolamo Dedo, de 17 de Dezembro de 1519, enviando a Veneza a «copia de uno capitolo de una lettera data da Sibiglia de di. 3. de novembrio.

---

([14]) Idem, *ibid.*, p. 45.

([15]) DESTOMBES, Marcel. Nautical charts attributed to Verrazano (1525-1528)' *Imago Mundi*, Leiden, *11*: 63, 1054.

([16]) UHDEN, *op. cit.*, p. 50.

([17]) DIAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadeira de la conquista de la nueva España*, México, D. F., P. Robredo, 1939, vol. 1, p. 136.

## QUADRO COMPARATIVO DA TOPONÍMIA N.º 1

| Anónimo Wolfenbüttel (1520) | Anónimo de Turim (1523) | Juan Vespucio (1526) |
|---|---|---|
| | Isla florida | trã floryda |
| | | cozebizion |
| | | arenal |
| | | R: de los malos |
| | | r:aºl mĩ |
| | | las motas |
| | | r. de alonso mĩ |
| | | pasq̃ra |
| | | playa |
| | | r: da marea |
| | | arboledas |
| | | la furna |
| | | naujda |
| | | r. uerde |
| | | playa |
| | | costa resa |
| | | R: de njeues |
| | | aresife |
| | | r. fermoso |
| | | trã fria |
| | | La cangleras |
| | | el canaueral |
| | | trã llana |
| | | el madano |
| | | Sansaluador |
| | | costa baxa |
| | | motas |
| | | mar peq̃ña |
| | rio del esprito santo | R: desantespũ |
| | | C. dengaño |
| | | R: del oro |
| | | escondido |
| | | madalena |
| | pº de arecife | |
| | | malabrigo |
| | | C. plano |
| | rio de La palma | R. de palmas |
| | rio de mõtañal altas | r: da montanas |
| | | thamaro |
| | piuincia amichel | r. ermoso |
| | | Sanbenjto |
| | | macanare |
| | laotom | r. de garay |
| | rio panuco | panuco |
| | | corcheles |
| | tamaho pºuincia | |
| | | furna |
| | sampedro | |



| Anónimo Wolfenbüttel (1520) | Anónimo de Turim (1523) | Juan Vespucio (1526) |
|---|---|---|
| | achidona | c: de arezifes |
| | | pª: llana |
| Alme | almeria | almeria |
| | | furna |
| Seuilla | seuilla | |
| | S Luzia | |
| S. joanna | (cº de S. Juan) | el rauo |
| | rio de aluarado | |
| insule del Sacrificio | | |
| | | villa rjca |
| Rio da dunda | | |
| | | zenpual |
| | rio de aruoleda | |
| aluarado | | san juª de lua |
| | rio de banderas | r. de banderas |
| Rio de sel | | banderas |
| | rio baxo | |
| Roca partita | roca partida | |
| (insule del Sacrificio | islas de sacrificia | sacrjfizio |
| Santo stefano | | |
| | | C. gordo |
| Ct. santo an | santanto | |
| | rio de cõqualquo | |
| Rio de caribes | caribes | |
| | | r de grjgalua |
| Santo antonio | | Santanto |
| laranba | La ranbla | |
| Rio da palma | rio La palma | de l. |
| Rio de dos bocas | rio de dos bocas | dos bocas |
| la uictoria | La victoria | |
| | rio de grisalua | |
| | | santelmo |
| Sanpaulo | sanpablo | |
| Gentiloma | | |
| insule del real | | maniole |
| aldea | | |
| San bastiano | | |
| Lazaro | Lazaro | Lazaro |
| | desconocida (rocha ou baixo) | desconozido |
| Sagues | | arenas |
| San Je......an | Cº de s roman | |
| | | ancõ |
| Rio della | | R: de lagartos |
| | Xagueis | motas |
| las | | |
| | | furna |
| uiassa (?) | | |
| | | atalaya |

| Anónimo Wolfenbüttel (1520) | Anónimo de Turim (1523) | Juan Vespucio (1526) |
|---|---|---|
| | Lope | |
| cboas (?) | | |
| punta del Sol | catocy | C. de gotosi |
| palmar | | sã pola |
| Cozumella | cozumel | cozumel |
| La madalena | la madale... na | |
| | S. xpoual | |
| S. Jaco | | |
| | sãtiago | |
| Sanlucar (?) | san Lucas | |
| bassi di llassension | | mala costa |
| punta della Igueras | Cabo de las fegues | pã de las ygueras |
| C di S° agostino | cabo fermoso | c: de santagostin |
| | isla de S. alexo | |
| Sanmiguell | rio primeiro | san mjgel |
| | rio do Laguo | r: do logoa |
| R° do picell | | |
| | | uagabaras |
| San franc° | rio de S frãcisco | San frac° |
| | vaazabaris | uagabares |
| | rio de pereira | |
| | serra de S. maria | |
| | rio de cagnafistola | |
| | | monte fragoso |
| p: Real | p°: real | p: reale |
| Cannafistula | rio de S. geronimo | |
| a dunda | rio da duvida | |
| | monte fragoso | |
| angla de todo Santos | baya de todos santos | |
| R de Roma | rio de S. tiago | r. de San Jorje |
| S. alta | rio de S. agustin | |
| R° da plaia | baya cerada | |
| R° de san joanni | rio de S. xpóual | |
| | costa braua | |
| R° d San p° | terras das areas | |
| | rio de S. elena | |
| p. Siguro | p° seguro | p: seguro |
| monte pasqual | monte pasqual | monte pascual |
| R° de Sanjorgio | | |
| as barrosas | c°. das barosas | as barosas |
| | abarosas | |
| | as barosas | |
| O picell | terra do prazel | |
| R° Santamt° | | |
| R° de braxil | | |
| | arcipelago de S. pallo | |
| a plaia | | |
| jannairo | | |
| R° do mezo | | |
| | golfo fermoso | |



| Anónimo Wolfenbüttel (1520) | Anónimo de Turim (1523) | Juan Vespucio (1526) |
|---|---|---|
| Cafarnau | | |
| C FRIO | Cabo frio | Cª frjo |
| angla de Re | | |
| angla do Carauallo | rio de paneiro | |
| R° Jordam | rio dos reyes | |
| R° do...So | a baya das voltas | |
| S tune | o pinaculo da tentaçã | |
| | rio de yordan | |
| popolatione | p° de S. sabastiã | |
| R° da plaia | rio de san vicẽte | |
| Cananea | cananea | r: da cananea |
| | aruoredo | |
| | palmar | |
| | rio cerado | |
| | rio del gado | |
| | rio de S. francisco | |
| | rio dos dragos | |
| | g°: do estremo | |
| | de reparo | |
| | rio das voltas | |
| | g°: dos patos | |
| | seco | |
| | | serarias |
| | palmar | |
| | g°: de S. m.ª da peña | |
| | rio dos negros | R: seguro |
| | costa de acoa (?) | |
| | costa baxa | |
| | p° daracife | |
| | c°: de S: m.ª de bó deseo | C: de Sã mã |
| | rio giordam | R: de Solis |

1519» ([18]). Em decorrência, é lícito afirmar-se que a carta de Herzog--August-Bibliothek pode ter sido desenhada a partir do final do ano de 1519, sendo, entretanto, com muita probabilidade, anterior a 1526, ano da elaboração do planisfério de Vespucci da The Hispanic Society of America.

No entanto, no traçado da costa brasileira, encontramos o elemento capaz de recuar para as proximidades daquela primeira data, a elaboração da carta em estudo. Ao desenhá-la, conforme se pode facilmente observar pela comparação que fizemos na fig. 5, o cartógrafo utilizou-se do protótipo semelhante aos que serviram a Francisco Rodrigues e Piri Réis, aperfeiçoamentos do Maggiolo — 1504. Isto significa que ele desconhecia a profunda modificação sofrida pela cartografia da costa brasileira, quer no traçado, quer na toponímia, modificação cujo melhor exemplo é a já citada carta do Brasil do Atlas Lopo Homem-Reinéis, c. 1519, da Biblioteca Nacional de Paris. Especialmente notáveis, no novo desenho, são o arredondamento da protuberância oriental da costa ao norte da baía de Todos os Santos e a orientação quase leste-oeste de largo trecho entre o Rio de Janeiro e angra dos Reis. Estas características, ou, ao menos, a primeira delas, já aparece no Maggiolo — 1519 (porquanto o trecho seguinte ao cabo Frio sofre uma deturpação em sentido contrário, sendo orientado ao noroeste-sudoeste), mas estão inteiramente ausentes na carta de Herzog--August-Bibliothek que ora estudamos. No entanto, elas foram introduzidas em duas outras cartas, uma do Museu de Greenwich (fig. 6) e outra da Biblioteca Vaticana (fig. 7), que são da mesma lavra que a carta de Wolfenbüttel, conforme a demonstração do cartólogo francês Marcel Destombes, assunto que abordaremos a seguir.

Isto tudo nos leva a admitir que:

1) A carta foi desenhada em data posterior à primeira metade do ano de 1519;
2) Ela é anterior a 1526;
3) Serviu-lhe de protótipo, no referente à costa brasileira, um traçado já abandonado por duas cartas de 1519.

Em conclusão, julgamos ser perfeitamente aceitável acrescentarmos um ano ao sugerido por Uhden e datar a carta de c. 1520. É indispensável, no entanto, ressalvarmos que a costa brasileira se baseia em padrão alguns anos anterior.

([18]) R. COMMISSIONE COLOMBIANA, ed. *Raccolta di documenti e studi.* Roma, Ministero della publica istruzione, 1892. pt. 3, vol. 2, p. 271.

Fig. 6 — *Mapa-múndi (c. 1528, adições 1540-42) atribuído a Girolamo da Verrazano, pertencente ao Museu Marítimo de Greenwich*

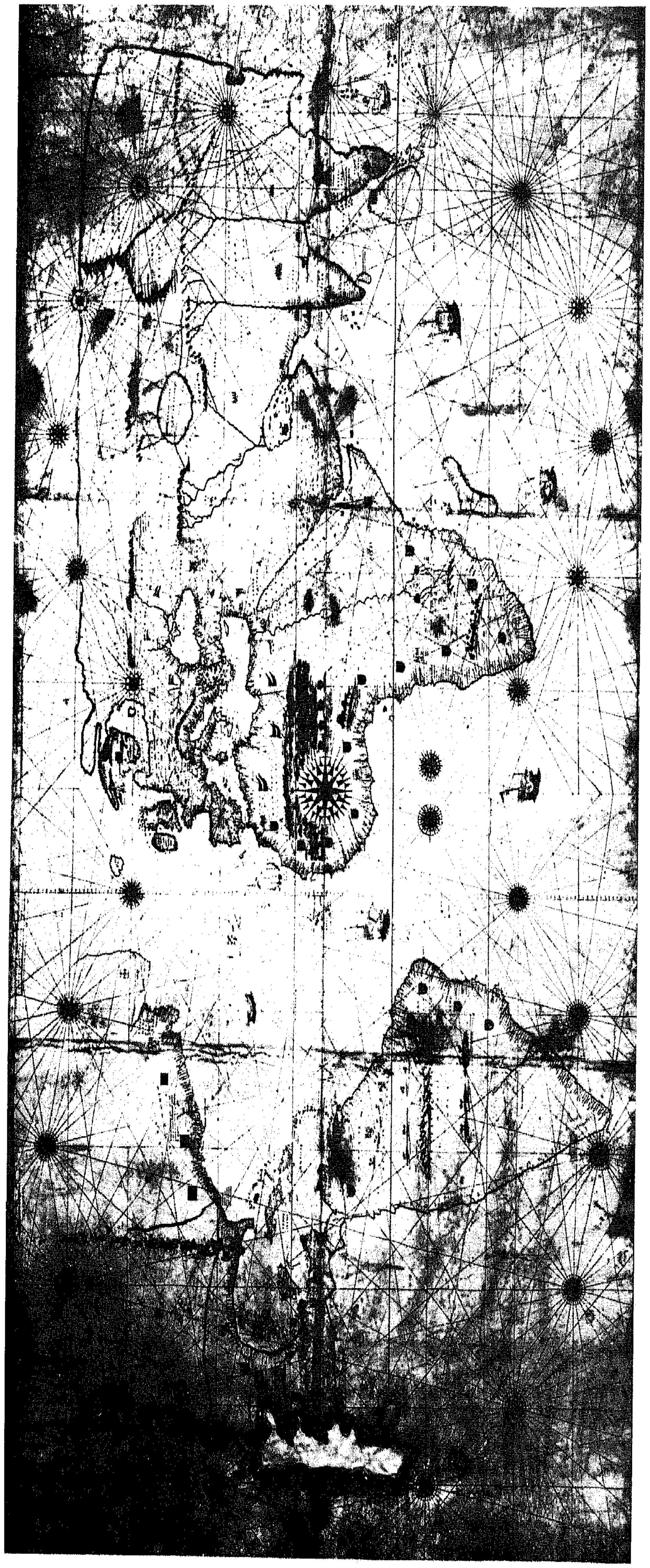


*Fig. 7 — Mapa-múndi (1528-1529) de autoria de Girolamo da Verrazano, pertencente à Biblioteca Apostólica Vaticana (Borgiano I)*



AUTORIA: Uhden, no seu mencionado estudo, considera que «do conteúdo da carta, é razoável imaginar-se que o cartógrafo tenha sido espanhol» ([19]), concordando, pois, com a atribuição original de Harrisse ([20]). No mesmo ano em que Uhden apresentou seu estudo, veio a público Heinrich Winter para contestar tal atribuição, mostrando que o cartógrafo fora um italiano ([21]).

Finalmente, Marcel Destombes, num estudo comparativo que tomou por base a carta de Girolamo da Verrazano da Biblioteca Vaticana (Borgiano I, fig. 7), especialmente a caligrafia dela e a de outras duas que, no mesmo estudo, ele atribuiu àquele navegador, mais a forma comum a todas da inscrição ATITVDO POLI ARTICI, ao longo da escala de latitudes, e a escala em milhas (MILIARIA) italianas, terminou por concluir que a carta de Wolfenbüttel foi elaborada por Girolamo da Verrazano ([22]).

Nenhum dos dados que encontramos em nosso estudo nos leva a rejeitar tal atribuição. Portanto, com ela concordamos.

TOPONÍMIA DA COSTA BRASILEIRA: A análise do *Quadro Comparativo da Toponímia n.º 2* evidencia claramente que a carta de Wolfenbüttel, embora mantendo-se amarrada aos mais conspícuos acidentes da costa brasileira, tais como o cabo de Santo Agostinho, o rio São Francisco, o rio Real (*p: Real*), o binómio Porto Seguro-Monte Pascual, os Abrolhos e o cabo Frio, não se filia ao protótipo comum que servira de base, até então, à toponímia de todas as cartas não portuguesas hoje conhecidas, a partir de Caverio e passando-se por Maggiolo (1504), Kunstmann II, Pesaro, Waldseemüller, Egerton 2803 e, até certo ponto, Maggiolo 1519. Isto pode ser facilmente demonstrado, observando-se os cinco topónimos relacionados por Verrazano em seguida à *angla de todos Santos* (baía de Todos os Santos) ou seja: *R. de Roma, s. alta, R.º de plaia, R.º de san joanni* e *R.º de San p.º*, que somente aparecem na carta de Herzog-August-Bibliothek e, também, outro grupo mais meridional, que designa acidentes que vão das proximidades do *C. Frio* até *Cananea: Cafarnau, angla do Carauallo, S tune, popolatione* e *R.º da plaia,* todos pela primeira e única vez empregados em qualquer carta que conheçamos.

A conclusão lógica é ter sido tal toponímia resultante da experiência de um cartógrafo ou, bem mais provavelmente, de um navegador cujo roteiro serviu de base ao autor do protótipo utilizado por Verrazano.

Ao cuidarmos de datar a carta em estudo, vimos que o traçado da costa brasileira se filia a uma corrente cujos mais recentes elos foram as cartas de Francisco Rodrigues e Piri Réis; portanto, não deve ser ele muito posterior ao ano da elabo-

---

([19]) UHDEN, *op. cit.*, p. 44.
([20]) HARRISSE, *op. cit.*, p. 502.
([21]) THE WOLFENBÜTTEL portólan. *The Geographical Journal*, Londres, *91*: 494, 1938.
([22]) DESTOMBES, *op. cit.*, p. 64.

## QUADRO COMPARATIVO DA TOPONÍMIA N.° 2

| Waldssemüller (1507) | Anónimo de Pesaro | Egerton 2803 c. 1510 | Vesconte di Maggiolo (1519) | Wolfeubüttel (1520) |
|---|---|---|---|---|
| | | s. leo insula | | |
| | | s. maria da colon | | |
| Caput Sancte Crucis | cauo s. croxe | | | |
| | | c. de s. augustino | c. s. Agostino | C di S° agostino |
| | | | Rio plimero | |
| | | | rio secundo | |
| | | | S. d. s. Antonio | |
| Sancti michaelis | san michel | san michel | S. miche | Sanmiguell |
| | | | | R° do picell |
| Rio de S. francisto | riuo d.s. francisco | s. francisco | rio d. Sanfransisco | San franc° |
| | | riuo de laco | | |
| Vazia baril | | uazabares | | |
| Rio de perera | | riuo de pereira | | |
| Serra de S. maria de gracia | | | Sera de S. maria de gratia | |
| Rio de casa | | | rio da cassia | |
| porto real | porto real | porto regal | Rio reale | p: Real |
| Rio S. hieronimi | riuo de san ieronimo | s. hieronymo | Rio de S. jeronimo | Cannafistula |
| Rio de odio | | | | |
| Rio de Mezo | riuo mezo | | Rio de vidoa | a dunda |
| Monte fregoso | | monte fagoso | M. fregoso | |
| Abbatia ommniū Sanctorum | | colpho de tuti li sancti | a baia de ly santy | angla de todo Santos |
| | | | | R. de Roma |
| Rio S. iacobi | riuo de s. agostino | | | S. alta |
| Rio S. Augustini | riuo de san iacomo | | | R° da plaia |
| Rio de S. lucia | | | | |
| | | | | R° de san joanni |
| Rio de virgine | | | | |
| Rio de S. iohan | | | | R° d San p° |
| porto Seguro | | | p. seguro | |
| bareras vermega | | | bareras xmegas | |
| Rio do brasil | riuo de brazir | porto securo | p. seguro | p. Siguro |



| Waldssemüller (1507) | Anónimo de Pesaro | Egerton 2803 c. 1510 | Vesconte di Maggiolo (1519) | Wolfeubüttel (1520) |
|---|---|---|---|---|
| barossa | | | | |
| Mont pasqual | mont passqual | monti paschali | M. pasquoalle | monte pasqual |
| | | radaostias | | R. de Sanjorgio |
| | | as barosas | bareras | as barrosas |
| | | | basi dabrilogio | |
| | | insula de s. ioanne-baptista | | |
| | | | | O picell |
| | | | | R° Santamt° |
| | | | | R° de braxil |
| | | | | a plaia |
| | | | | jannairo |
| | | | | R° do mezo |
| Rio de S. lucia | | | a baia de S. Lucia | |
| serra S. thome | | | | |
| | | | c. de S. ioan | Cafarnau |
| pagus S. pauli | | | | |
| Rio da refens | | | Rio arefens | |
| | | | G. fermoso | |
| | | | cauo frigido | C. FRIO |
| | | | tera de stã luzia | |
| | | | Rio de iaceo | |
| Baie de reis | | | | |
| | | | abadia do rey | angla de Re |
| Pinachullo detentio | | | | angla de Carauallo |
| | | | pinacolo de ... ncio | |
| Rio iordam | | | aldea de ... | |
| | | | rio ior... | R° Jordam |
| | | | | R° de...So |
| | | | | S tune |
| | | | | popolatione |
| | | | | R° da plaia |
| | | | canan... | Cananea |

ração destas duas cartas, que são de 1513. Não é difícil imaginar que sobre um padrão do tipo citado tenha lançado algum navegante a toponímia resultante da própria experiência, conservando, no entanto, a dos acidentes mais conspícuos, já consagrada pelo uso.

Na sequência do nosso raciocínio, resta estabelecermos quem foi o navegador que assim procedeu. Da própria toponímia da carta de Verrazano, julgamos surgir a resposta: ao sul do *C. Frio* e a oeste da *angla de Re* (*Quadro Comparativo da Toponímia n.º 2*), figura a *angla do Carauallo.* Sabem perfeitamente aqueles que se tenham dedicado ao estudo da viagem de Fernão de Magalhães que João Lopes Carvalho, o piloto da *Concepción,* era «conocido generalmente con sólo su segundo apellido, que los españoles convirtieron en Caravalo y Carvallo» ([23]). Sobejamente conhecido é, igualmente, que ele veio ao Brasil em 1511, na qualidade de piloto da nau *Bretoa,* que na feitoria do cabo Frio carregou pau-brasil. Dali, deve ter passado ao Rio de Janeiro, porquanto informou Martín de Aiamonte que «fforam ter ao porto de Samta Luzia que he na terra do Brasyll, no qual porto Joham Carvalho portugues achou um filho seu que ouvera de hua negra no tempo que hy esteve com hum navio portugues», ao que Gines de Mafra acrescenta que o menino tinha, na ocasião, sete anos ([24]). Por sua vez, Pigafetta relatou que o seu informante sobre o canibalismo dos indígenas do Brasil fora «Iohane Carnagio, piloto, che veniva con nuy el qualle era stato in questa tera quatro anny» ([25]). Travara Carvalho, outrossim, contacto com o grande piloto português João de Lisboa, uma vez que, segundo Herrera, fora ele quem reconhecera o cabo de Santa Maria «por Relacion de Juan de Lisboa, Piloto Portuguès, que havia estado en èl» ([26]).

Parece, portanto, não subsistir dúvida de que Carvalho esteve algum tempo no Brasil, com estadia no Rio de Janeiro, e que obteve informações sobre a geografia do litoral até ao Prata. Depois disto é que passou ao serviço de Espanha, sendo admitido como piloto por cédula real de 27 de Abril de 1518.

Que mais seria necessário para associá-lo à *angla do Carauallo* de que a carta de Verrazano dá a única informação?

Busquemos, finalmente, identificar tal *angla* na actual toponímia da costa brasileira.

O exame da carta de Wolfenbüttel (fig. 2) mostra-nos que o topónimo foi atribuído a uma grande concavidade ao sul do *C. Frio,* junto ao qual desemboca um *R.º Jordan.* Já mostrámos, noutro trabalho, que este rio — não obstante as fantasias de alguns historiadores inclinados a atribuir a Américo Vespúcio prioridades indevidas — foi correctamente posicionado por Alonso de Chaves no seu *Quatri Partitu* assim: «Rio Jordan en la costa del Brasil esta junto al Rio de Jenero dentro la grande baya» ([27]). É, pois, o *Rio Jordan* o acidente comum à carta de Verrazano e ao *Quatri Partitu* que permite identificar a *angla de Carauallo* com o Rio de Janeiro, ou seja, a baía de Guanabara.

Mostrando o *Quadro Comparativo da Toponímia n.º 2* que o *Rio de iaceo* (Rio de Janeiro) já era conhecido até em Génova, porque teria Magalhães atribuído um outro topónimo à hoje famosa baía? Parece-nos óbvio que isto se deu por desconhecê-lo o grande capitão, cujas melhores informações sobre o litoral sul do Brasil provinham de Carvalho, conforme se pode deduzir do facto de entregar-lhe Magalhães o farol, ao navegar a frota naquelas paragens. Ao entrar na baía até então provavelmente conhecida, na frota, como *angla do Carauallo,* foi natural atribuir-lhe o nome da Santa que no dia (13 de Dezembro) se comemorava; daí, chamá-la Magalhães de *Santa Lucia.* Dali sairiam, alguns dias depois, levando um brasileirinho de apenas 7 anos, talvez o primeiro marujo da nova e forte raça que portugueses e gentios começavam a produzir, e certamente o único compatriota nosso partícipe do memorável feito a que este colóquio é dedicado.

([23]) MEDINA, José Toribio. *El descubrimiento del Océano Pacifico.* Santiago do Chile, Impr. Universitária, 1920, p. CCCCI.

([24]) LAGOA, João António de Mascarenhas Júdice, visconde de. *Fernão de Magalhãis.* Lisboa, Seara Nova, 1938, vol. 1, p. 21, nota (1).

([25]) R. COMMISSIONE COLOMBIANA, ed. *Raccolta di documenti e studi.* Roma, Ministero della publica istruzione, 1892, pt. 5, vol. 3, p. 55.

([26]) HERRERA, *op. cit.,* p. 230.



## CONCLUSÕES

A navegação de Fernão de Magalhães ao largo da costa brasileira foi tecnicamente perfeita.

Efectuada a conveniente bordada à Serra Leoa, pôde a frota passar ao largo da protuberância oriental da costa, evitando ser ensacada ao norte de S. Roque.

Impulsionada pelos alísios de sueste, pôde ganhar facilmente as latitudes meridionais, e após montados os perigosos Abrolhos, buscar terra para o necessário refresco.

É natural que isto fosse feito em local perfeitamente conhecido. Nenhum seria melhor que a *angla de Carauallo,* topónimo que recordava a presença de João Lopes Carvalho numa grande baía ao sul do cabo Frio, junto ao *rio Jordan,* que identificamos ter sido o Rio de Janeiro.

Se, ao invés do Rio de Janeiro já empregado em Portugal (e mesmo na Itália), foi atribuído um outro topónimo ao notável acidente, parece-nos lógico que aquele não era conhecido por Magalhães e seus pilotos.

Em decorrência, é natural que a melhor fonte de informações cartográficas e náuticas sobre aquele trecho da costa brasileira fosse João Lopes Carvalho, como queríamos demonstrar.

A carta náutica de Verrazano, c. 1520, da Herzog-August-Bibliothek de Wolfenbüttel é, assim notável elemento para o estudo dos conhecimentos cartográficos sobre o Brasil que possuíam Magalhães e seus pilotos.

([27]) GUEDES, Max Justo. *O quatri partitu de Alonso de Chaves.* Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 51.

# EL MUNDO INDÍGENA CONOCIDO POR MAGALLANES EN LAS ISLAS DE SAN LÁZARO

POR

LEANDRO TORMO SANZ

## INTRODUCCIÓN

Sean mis primeras palabras de agradecimiento y felicitación a los organizadores de esta reunión por su gran acierto al escoger como tema de ella la gran figura de Magallanes y las consecuencias de su expedición. Varios son los puntos que necesitan aclararse y es por lo tanto de agradecer mucho esta posibilidad que nos ha brindado Portugal de dialogar con sus hombres y aprender de ellos.

En mi comunicación necesariamente he tropezado con pasajes obscuros que gracias a la simple convocatoria de este Coloquio han empezado a esclarecerse o están en vías de ser iluminados. Mi primera dificultad consistió en que no podía hablar del mundo indígena conocido por Magallanes en las islas de San Lázaro si no sabía cuales eran las que él había visitado. Las fuentes nos dan distintos nombres y la toponimia actual que responde a ellos ofrece serias dudas sobre el acierto de su identificación.

Tuve la suerte de encontrar trabajando sobre este punto, y para esta reunión, a los capitanes de navío y corbeta D. José Luís Morales Hernández y D. Roberto Barreiro. De común acuerdo hemos lanzado una hipótesis que se expone en los trabajos presentados por los citados capitanes a la consideración de Vds. Por lo tanto cuanto diga en esta comunicación tiene un valor provisional ya que está en función del establecimiento más o menos definitivo de la ruta de Magallanes, tema en el que ha quedado trabajando el capitán Barreiro.

Salvada esta primera dificultad he creído conveniente exponer con brevedad cuales eran los principales grupos indígenas que poblaban el archipiélago, para indicar los que de ellos conoció Magallanes y los aportes que a su conocimiento etnográfico hizo la expedición, señalando que ese conocer no solo es de vista sino también de oído, y ello nos presenta otro problema: la valoración de la cultura indígena que hallaron, pues da la impresión de que habían recibido aportes culturales de otros pueblos pocos años antes. En este punto creo que pudo llegar alguna nave portuguesa con poca anterioridad a las de Magallanes.

## GRUPOS INDÍGENAS

Los grandes grupos humanos cuyos descendientes vivían en Filipinas el Domingo de Lázaro de 1521 cuando Magallanes las bautizó con ese nombre, como providencial intuición del amparo que en ellas iban a recibir los desheredados leprosos del Oriente pagano, eran principalmente estos tres: Negritos, Indonesios y Malayos.

El primero era ya por entonces producto de la fusión de dos oleadas migratorias, una llegada al archipiélago hacía unos 30 000 años, tras la desaparición de los primitivos habitantes, y otra que lo hizo entre 15 000 y 17 000 años después. Los primeros eran protonégridos, de los cuales procedía el nombre genérico del grupo, y los segundos protomalayos; se hallaban éstos en el paleolítico superior y aquéllos en el inferior. Ambos tenían la cultura propia de los pueblos recolectores primitivos nómadas: conocían el fuego, las armas arrojadizas (flechas, hondas, estólidas, lanzas y propulsores), la cestería, los utensilios de pesca e incluso rudimentos de artes marineras.

El neolítico corresponde al segundo grupo. Los Indonesios llegaron en tres series migratorias: la primera entre los 3000 y los 4000 años, la segunda alrededor de los 1500 y la tercera entre los 100 y los 500 años, todos ellos antes de Jesucristo. Eran pueblos cultivadores que fueron aportando cada uno nuevos y más perfeccionados elementos culturales, desde los primeros implementos de piedra pulimentada hasta los de bronce, y desde la agricultura de secano hasta el complicado sistema de irrigación para obtener el arroz en las laderas de los montes plantándolo en terrazas.

El último grupo comenzó a llegar 300 años antes de Jesucristo. Penetraron por el Sur siguiendo estas dos vías: 1ª, la costa occidental de Borneo, de donde pasaron a Palauan y Mindoro para llegar a Luzón, y 2ª, desde las Célebes a Mindanao para desde allí radicarse definitivamente en las islas Visayas. Estos primitivos Malayos, posiblemente emparentados con los Papúas, son los que dieron comienzo a la Edad del Hierro al introducir en las islas de San Lázaro su fundición, forja y manufacturación. Con ellos llegaron también animales domésticos tales como el perro, el caballo y el carabao; las casas de bambú y madera sobre plataformas elevadas; la cerámica decorada y el vidrio. Llegadas posteriores de emigrantes malayos fueron mejorando su cultura que se vió incrementada con los aportes extraordinarios que le ofrecieron los pueblos comerciantes, llegados a sus costas atraídos por la fama del nácar y las perlas que abunda en ellas. Entre esos grupos mercaderes están los Orang Danpuan, conocidos también por Hombres de Champa debido a su procedencias, los Shri-Visayas, Chinos, Japoneses y Mahometanos. De todos ellos cabe destacar la influencia del Imperio Indú Shri-Visaya pues de él procedieron dos invasiones que establecieron colonias hasta en el interior de la mayor isla del archipiélago; la primera partió de Dandjarmasin y Brunet penetrando a través de Borneo en Joló y las Visayas llegando hasta las orillas del lago Taal en la isla de Luzón; la segunda y última provino de Nuevo Imperio Madjapahit en 1365 y tuvo sus establecimientos además de en Joló, en Lanao (Mindanao) y la laguna de Bay (Luzón), próxima a Manila (1).

(1) Antonio M. Molina, *The Philippines through the Centuries*, Manila 1960, I, 5-10.



## SU LOCALIZACIÓN

El P. Francisco Colín nos dice que estas «tres diversidades o suertes de gentes hallaron los primeros conquistadores y pobladores de estas islas, cuando llegaron a ellas» (2). Los Malayos, que mandaban allí, habitaban los lugares marítimos, riberas de los ríos y las mejores tierras; de ellos procedían los Tagalos, Visayas, Pampangos y demás naciones políticas. Totalmente opuestos a estos pueblos de cultura elevada estaban los Negritos, viviendo en las serranías y espesuras de los bosques tropicales, andando desnudos, sustentándose de las frutas y raíces que recogían; no tenían «leyes, ni más gobierno o República que parentelas, obedeciendo todos los de un linaje o familia a su cabeza... Estos Negros es común parecer, que fueron los primeros habitadores destas Islas. Y que a ellos se las quitaron las naciones de gente política, que después vinieron por via de Samatra, Javas, Borney, Macasar y otras islas de las partes Occidentales» (3).

«Otra diversidad de gente — sigue diciéndonos Colín — ni tan política como la primera, ni tan bárbara como la segunda, es la de otras naciones, que suelen vivir en las cabezas de los ríos; y por eso en algunas partes les llaman Ilayas, son los Tingues, Manguianes, Zambales o de otros nombres, que casi cada Isla les tiene diferentes» (4).

Responde por lo tanto esta clasificación a la anterior y ella nos puede permitir la identificación de los indígenas conocidos por Magallanes. Para eso tan solo hay que puntualizar la ruta que siguió, los lugares de donde procedían los nativos con quienes entraron en contacto y las regiones a que se referían las noticias orales que recogieron.

Sabemos por los cronistas que cuatro fueron las islas en donde Magallanes entró en contacto con los naturales del archipiélago de San Lázaro: La Aguada, Limasagua, Cebú y Mactán. Las tres últimas están perfectamente localizadas, pero no así la primera. En las fuentes que tenemos de su viaje aparece con distintos nombres: Pigafetta hace constar que los indígenas le llamaban Humunu y que los expedicionarios le pusieron por nombre Aguada de las Buenas Señales; en albo leemos isla de la Gada y Transilvano nos dice que se llamaba Jubagana. Pero la mayor complicación no reside aquí sino en la desdoblación que se ha efectuado de estos dos nombres, los cuales corresponden en la actualidad a islas distintas, habiendo una denominada Homonhon y otra Buena-Señal, sin que ninguna de las dos corresponda, en mi concepto, a La Aguada magallánica, pues, según los grados y rumbos dados por el piloto Albo, ésta vendría a encontrarse bien en la isla de Dinagat o en su vecina Hibuson.

Todas esas islas visitadas por Magallanes pertenecen a las de los Pintados o Visayas, la más importante numéricamente de las «naciones políticas» que componían

(2) Francisco Colín, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y pregresso de su provincia en las Islas Filipinas*. Nueva edición con notas del P. Pastells, Barcelona 1900, I, 15.

(3) Colín-Pastells, *Labor evangélica*, I, 19.

(4) Colín-Pastells, *Labor evangélica*, I, 17.

el grupo Malayo. El mundo económico, religioso, político y social de estos Visayas será el que principalmente conoció y nos dió a conocer la gesta del gran marino portugués. Pero antes de exponer las noticias que de este pueblo recogieron los expedicionarios vamos a ver si también nos dan alguna de los otros dos grupos indígenas.

## NEGRITOS

Respecto al grupo más primitivo, la expedición de Magallanes solo tuvo noticia de su existencia y localización, pero de manera parcial e imperfecta, después de la muerte de su capitán. Pigafetta dice que una vez salidos de Bohol enfilaron «más tarde el Sur-Surueste, costeando una isla por nombre Panilomghon, en la que los hombres son negros como etíopes»» ([5]). Y Albo, a pesar de su parquedad en noticias, que no fuesen puramente náuticas o comerciales, hace constar en su *Derrotero:* «Partimos de Subu y fuimos a Sudueste hasta nueve grados y tres cuartos, entre el cabo de Subu y una isla llamada Bohol; y de la parte del oeste del cabo de Subu hay otra isla que se llama Panilongo, y es de negros» ([6]).

Para Manuel Walls, Emma Helen Blair y James Robertson, Panilongon corresponde a la isla denominada actualmente Panglao ([7]), pero estos autores no repararon en el texto de Albo citado, donde expresamente se dice que Panilongon se encontraba al oeste del cabo de Cebú, y que Panglao se halla por el contrario al este de Cebú. Así pues Panilongo solo puede ser la actual isla de Negros. Pigafetta y Albo estaban en lo cierto al sostener que en aquella isla habían Negritos, pero de sus afirmaciones no se puede inferir que los encontrasen ni aun que los viesen, pues ninguno de los dos hace constar que desembarcasen y desde mar adentro difícilmente podían distinguir si los habitantes de las costas eran negros o morenos, sobre todo si este grupo se hallaba emboscado, como decía Colin, y se desprende de las exploraciones que hicieron por aquella isla las expediciones posteriores. Así en la *Relación circunstanciada de los acontecimientos y suceso del viaje* de Legazpi leemos: «Habían arribado a la costa de la isla de los Negros, a sotavento de ella, y porque no podían volver por donde fueron determinaron bojar aquella isla y la bojaron; dijeron tener de boj 150 leguas y que en toda ella no vieron sino solo un negro, el cual corría tanto que les pareció que no le alcanzara un caballo» ([8]).

([5]) Antonio Pigafetta, *Relación del primer viaje alrededor del Mundo,* en: *Bibliotheca Indiana,* Madrid 1957, I, 50.

([6]) Publicado por Martín Fernández Navarrete en: *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV,* Madrid 1837, IV, 221.

([7]) *Primer viaje alrededor del Mundo.* Relato escrito por el caballero Antonio Pigafetta. Traducido directamente de la edición italiana del Dr. Carlos Amoretti y anotado por Manuel Wals y Merino, Madrid, 1899, nota 94, p. 145; Emma Helen Blair y James Alexander Robertson, *The Philippine Islands 1493-1898,* Cleveland 1905, XXXIII, nota 379, p. 348.

([8]) Publicada por el Instituto Histórico de Marina en: *Colección de Diarios y Relaciones para la Historia de los viajes y descubrimientos,* Madrid, 1947, V, 91-92.



La *Relación muy circunstanciada* de Esteban Rodríguez, piloto mayor de Legazpi, nos dice sobre ese mismo acontecimiento lo siguiente: «De aquí atravesamos a otra isla grande llamada Binglas, que nos decían que había aquí muchos negros... saltamos aquí doce hombres y fuimos la tierra adentro más de legua y media; dimos con unas casas, hallamos un indio y una india viejos, y un muchacho; como nos vieron se espantaron de vernos, y nosotros les hablamos por la lengua que llevabamos que no tuviesen miedo ninguno... y preguntámosle si había negros en esta isla, díjonos que la sierra arriba había muchos... Luego dimos en costa Nordeste Sudueste; andariamos al Nordeste dos leguas y dimos con muchos indios y entre ellos venía un negro muy atezado, como los de Cabo Verde, y traía su lancilla y pavés, y daga como los indios, era el más ligero que yo he visto» ([9]).

Finalmente una vez asentados los españoles definitivamente en Filipinas, uno de ellos, Miguel de Loarca, nos dió la siguiente noticia: «Por la banda del ueste de la isla de Çubu está otra isla que los españoles llaman de Negros porque en las serranías hay algunos negros, los indios la nombran por diferentes nombres como es Nayon y Mamaylan y otros nombres conforme a los pueblos que tiene cada parte de ella. Terná como seis o siete mil indios. La cantidad de negros no se sabe porque no están de paz» ([10]).

Estos textos nos llevan a la conclusión de que si Esteban Rodríguez bojando toda la isla de Negros, desembarcando y recorriendo grandes trechos de ella a pié, solo vió un negrito ya asimilado a los malayos entre cuyas tropas formaba parte, no podía ser la isla de Panilongon totalmente de negros tal como se desprende de Pigafetta y Albo. Podría suponerse que era de negros el pueblo de Panilongon y no toda la isla. Hoy en día no se conserva pueblo alguno en dicha isla con el nombre recogido por la expedición de Magallanes; queda con el prefijo *Hi,* uno de los dados por Loarca, Himamaylan. En lengua visaya *ilong* es nariz, voz que aparece en el vocabulario recogido por Pigafetta ([11]); ilongo es uno de los grupos étnicos en que se divide la familia visaya y que ocupan principalmente la región de Iloilo, en la vecina isla de Panay; la partícula Pa sirve para formar aumentativos; el prefijo Pag sirve para formar los infinitivos y futuros de las voces pasivas ([12]). Según todo esto, Panilongon pudo ser lugar donde hubo ilongos.

No obstante, la noticia recogida respecto a la existencia del grupo filipino más primitivo en la isla contigua a Cebú, que hoy se denomina de los Negros, es cierta, pero hay que puntualizar que fué tomada de oídas y no generalizarla, pues solamente habían pequeños núcleos con los que no se puso en contacto ni pudo ver la expedición de Magallanes.

([9]) *Colección de Diarios,* V, 31-34.

([10]) Miguel de Loarca, *Relación de las Yslas Filipinas,* en: Blair y Robertson, *The Philippine Islands,* V, 46.

([11]) Pigafetta, *Relación,* en: Blair y Robertson, *The Philippine Islands,* XXXIII, 188.

([12]) Manuel Vilches, *Gramática Visaya-Cebuana,* Manila 1877, 19 y 39.

## INDONESIOS

Más difícil resulta averiguar que noticias pudieron recoger los cronistas respecto al segundo grupo. Si aplicamos la clasificación dada por el P. Colín, no los pudieron encontrar los expedicionarios porque su *habitat* estaba en el curso alto de los ríos y sabemos que no los remontaron. Ahora bien, queda una remota y complicada posibilidad cuya hipótesis vamos a formular.

Las primeras palabras de Pigafetta al llegar a las islas de San Lázaro son éstas: «El sábado 16 de marzo de 1521 dimos, hacia la aurora, con una tierra elevada, distante alrededor de trescientas leguas de las islas de los Ladrones, y por nombre *Zamal*». Robertson y Blair, en su versión inglesa, identificaron *Zamal* con *Sámar* y así mismo R. A. Skelton al editar el manuscrito de Pigafetta que se guarda en la Universidad de Yale, anotó ese pasaje con estas palabras: «*Samar*, in the Philippines, the southernmost point of which (Magellan's landfall) is in 11° N.» (13). Así mismo lo hizo Escandell en la versión española publicada en *Bibliotheca Indiana* y la mayoría de los autores (14). Sin embargo, Retana, en el glosario general que hizo al editar la obra de Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas,* dice, de *Sámar,* que esta isla «acaso deba su nombre al puerto que López de Velasco llama de *Sama,* que creemos corresponde a la actual bahía de Maqueda, en la costa occidental de la isla», considerando no obstante que los primeros europeos en verla fueron los de la expedición de Magallanes.

Francisco Albo, piloto de la nao *Victoria,* en su *Diario o derrotero del viaje de Magallanes,* dice que esa primera isla se llamaba *Yunagan.* Por las mismas razones filológicas que se ha creído ver *Sámar* en *Zamal* podríamos identificar *Yunagan* con la actual isla de *Dinagat* y su primera representación cartográfica, la de García de Toreño, hasta se le parece; hay además otra razón poderosa para considerar que Magallanes no vió la actual *Sámar,* es la posición geográfica dada por Albo: 9° 45′, que puede ser la tomada en el centro de Dinagat siendo la misma que este piloto dió a Limasagua y en la que en efecto se encuentra su punta meridional.

Si en efecto *Zamal* no responde a *Samar,* esa voz, recogida de unos hombres con quienes el intérprete no se entendía, podría referirse al pueblo o isla de donde procedían los nativos que dieron tal información. Si se admite su pertenencia al grupo *Zamal,* que se extendía por el oeste y sur de Mindanao hasta la isla *Zamal* y que en el siglo XIX era un pueblo mestizo de moro y mandaya, entonces tendríamos perteneciendo este último al grupo indonesio, pues su propio nombre indica que era

(13) Antonio Pigafetta, *Magellan's Voyage. A Narrative Account of the First Circumnavigation.* Translated and edited by R. A. Skelton from the manuscript in the Beinecke Rare Boock and Manuscript Library of Yale University, New Haven y Londres 1969, I, 159.

(14) No he podido encontrar quien fué el primer autor que identificó Zamal con Sámar. En 1899, antes que Blair y Robertson, lo hizo Walls y Merino en la nota 51 de su edición del *Primer viaje,* donde podemos leer: «Es la isla que hoy se llama Sámar» (p. 132). Se encuentra también esa identificación en el vol. V, part. III, de la *Raccolta Colombina* al publicar en ella Andrea de Mosto la obra de Pigafetta el año 1894.



«gente de la ilaya», o sea que vivía en la cabecera de los ríos (15). Este supuesto nos explicaría porque el intérprete de la expedición no pudo entenderse con los nueve primeros hombres que Magallanes conoció en el archipiélago de San Lázaro.

Pueden apoyar esta hipótesis dos párrafos de Pigafetta, ambos se refieren a la entrevista de los nativos de Zuluán con Magallanes, uno desde el punto de vista lingüístico y otro desde el etnográfico. El primero dice así: «Ante la cortesía del capitán, correspondieron con peces, un jarro de vino de palma, que llaman *uraca,* higos de más de un palmo, y otros pequeños —y de mejor sabor— y dos cocos. Era de lo que disponían entonces; pero, con hartos gestos, nos hicieron entender que, a los cuatro días, traerían *umay* (arroz), cocos y otras vituallas» (16). Estas dos palabras, *uraca* y *umay,* no aparecen en el vocabulario visaya que recogió el propio Pigafetta; a la voz *humas* le da el valor de mijo, a la hogaza de arroz la denomina *tinapay* y al propio arroz dice que le llaman *bughax baras.* En los pueblos filipinos el arroz tiene muchas acepciones y en el visaya actual se llama *humay* quando tiene cáscara, mientras que en el moro-magindanao *umay* es arroz cocido y esta última acepción es la que mejor responde fonética y conceptualmente al texto de Pigafetta, pues la letra *h* en visaya no es sorda sino aspirada.

De la palabra *uraca,* que Blair e Robertson traducen por «arrack», dice Barrows que es hindú (17). No existe en la lengua visaya y Pigafetta recoje en su vocabulario la voz que en esta lengua corresponde al vino de palma: *tuba nio nipa,* acepción que con muy poca variación sigue siendo actual. En tagalo se llama *alac* al vino o licor sacado por alquitara y *tubá* al licor que se destila del coco (18). Martín Alonso presenta en su *Diccionario de la Lengua* la voz *arac* como licor espirituoso usado en Oriente, procedente de la misma en árabe que significa aguardente. Por último, en moro-magindanao *arac* es vino y *pagarac nin sa tuba* es «hace vino de tuba» (19), siendo esta la acepción más aproximada, aunque no definitiva.

El otro párrafo nos da los siguientes datos etnográficos: «Próximos a aquella isla habitan hombres de cuyas orejas penden tan descomunales aros que pueden meter su brazo por ellos. Estos pueblos son cafres, o sea gentiles; van desnudos, sin más que un tejido de corteza de árbol que cubre las vergüenzas; y solo sus principales usan lienzos de algodón recamado de seda, como turbante en particular. Son oliváceos, gordos, pintarrajeandos y se ungen con aceite de coco o de ajonjolí para preservarse del sol y del viento. Les cuelga el pelo, negrísimo, hasta la cintura, y poseen dagas,

(15) «Carta del P. Pablo Pastells al R. P. Provincial Juan Capell S. J., Manila 20 de Abril de 1887», en: *Cartas de los PP. de la Compañía de Jesús de la Misión de Filipinas,* Manila 1887, cuaderno 7°, 340.

(16) Pigafetta, *Relación,* en: *Bibliotheca Indiana,* I, 35.

(17) *The Philippine Islands,* XXXIII, 103; David P. Barrows, «Población», en : *Censo de las Islas Filipinas.* Tomado bajo la dirección de la Comisión Filipina en 1903, Washington 1905, I, 444.

(18) Juan de Noceda y Pedro de Sanlúcar, *Vocabulario de la Lengua Tagala,* Manila 1860, voz: ALAC, p. 5.

(19) Jacinto Juanmarti, *Diccionario Moro-Magindano-Español,* Manila 1892, voz: ARAC, p. 12.

cuchillos, lanzas de oro, escudos, anzuelos, arpones y redes para pescar encestando. Sus barcas son semejantes a nuestras falúas» (20). Tal cultura de cesteros cuadra perfectamente con la del segundo grupo que pobló Filipinas.

Varios meses después de la muerte de Magallanes, recorriendo sus compañeros los mares meridionales de Filipinas donde se encuentra la isla de Zamal, escribió Pigafetta refiriendo a su gran isla vecina: «in uno capo de questa isola butuan et caleghan [Mindanao] apresso de uno fiume se travano homini pelozi grandissimi combatitori et arciere anno spade largue uno palmo mangião sinon Lo core del huomo crudo cõ sugo de neranzi o limoni et se chiamano benaian li pelosi» (21). Se ha querido ver en estos «peludos» a los Manobos (22), vecinos de los citados Mandayas y cuyo nombre derivado de man-subá quiere decir habitante de río, los cuales, según el P. Pastells, eran una tribu fiera de religión muy parecida a la de los Mandayas (23). Montano no nos dice si eran «peludos» y antropófagos; los incluye en el grupo indonesio y nos da este interesante dato: «C'est aux Manobos qu'il convient de rapporter la plus grande partie des crânes qui proviennent des grottes suivantes: Îlot de Magbulacao, près l'île de Dinagat, N. E. de Surigao» (24). Barrows considera que se refería a los Subanón, palabra que se deriva de *suba*=río y *non*=pueblo, considerando que dicho nombre «es probable que llegase al conocimiento de Pigafetta en la época de la visita de la expedición de Magallanes a la costa sur de Mindanao» (25), y afirma de modo general de los Indonesios en Mindanao que «no solo se llevan las cabezas del enemigo conquistado sino también las manos y el corazón» (26). Sin embargo, el nombre *benaian* dado por Pigafetta no se puede relacionar lingüísticamente ni con los manobos, ni con los subanon, únicamente podríamos considerarlo una deformación de mangian, que quiere decir, selvaje, montés.

## MALAYOS

Fueron los indígenas pertenecientes al tercer grupo, y dentro de él los Visayas o Pintados, quienes principalmente conoció Magallanes. Su mundo se le apareció plenamente en las islas visitadas después de su estancia en la de La Aguada, esto es en las de Limasagua, Cebú y Mactán. Las imperfecciones de ese conocimiento, o las noticias que de ellos tenía antes de verlos, o quizá la perfección que quiso que tuviesen, es lo que le acarreó, entre otros factores, su murte en la última de ellas.

(20) Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 36.

(21) Pigafetta, *Relación*, en: Blair y Robertson, *The Philippine Islands*, XXXIII, 240.

(22) En la nota 449 a la cita anterior se lee: «Stanley says (p. 122) that this was attributed by a newspaper of 1874 to the Battas of Sumatra. Semper found the custom of eating the heart or liver of their slain enemies among the Manobos in eastern Mindanao (Mosto, p. 91, note 2). Tribes of Malayan origin living in northern Luzón are said to have ceremonial cannibalism (*Official Handbook Philippines*, p. 158)». *The Philippine Islands*, XXXIII, 357.

(23) «Carta del P. Pastells al P. Provincial», en: *Cartas de los PP de Filipinas*, VII, 339.

(24) J. Montano, *Rapport a M. le Ministre de l'Instruction Publique sur une Mission aux îles Philippines et en Malaisie (1879-1881)*, Paris, 1885, 79.

(25) Barrows, «Población», en: *Censo de las Islas Filipinas*, I, 495.

(26) Barrows, «Población», en: *Censo de las Islas Filipinas*, I, 496.



Las noticias etnológicas que nos da Pigafetta referidas a los nativos que les visitaron en la Aguada presentan varios problemas, desde el de las fuentes de su información hasta el de la localización del grupo étnico al que se refieren, pues al entablarse el trueque pacífico con aquellos pescadores, bien Magallanes, o bien Duarte Barbosa, reconocen los productos que les ofrecen y comienzan a recordar toda una cultura que al igual de la basada en la mandioca, el maiz, el arroz o el trigo, ésta lo hacía en el coco. Así Pigafetta lo que recoge y reseña en su Diario no es lo que le dicen los aborígenes, a quienes no entiende, sino lo que, refiriéndose a ellos, le cuentan Magallanes o Barbosa recordando sus conocimientos o experiencias anteriores.

Los informes adquiridos en Limasagua y Cebú tienen mayor adecuación; basta tan solo hacer constar la precisión del vocabulario recogido por Pigafetta. No obstante existen algunos problemas que debemos exponer y comentar.

### 1º) LA CULTURA DEL COCO

Las noticias recogidas referentes a los indígenas que vivían por entre las islas situadas a la entrada oriental del mar de los Visayas son un tanto confusas. Hay algunas referências que hacen alusión a pueblos pertenecientes culturalmente a la etapa anterior, tal como he indicado. La imprecisión y obscuridad de ellas radica en su origen, es decir en la fuente a las que se les atribuye.

Transilvano narra así el primer encuentro entre los navegantes enviados por Castilla y los filipinos: «Llegados pues adonde estas dos canoas estaban, comenzaron a haber lengua con los indios que en ellas había, y a les preguntar por señas (como suelen hacer unos mudos a otros, porque de otra manera no se entendían) qué como se decían aquellas islas, y qué donde podrían hallar agua para beber... E finalmente entendiendo los indios lo que por señas les preguntaban, respondieron que la isla primera a donde habían llegado se llamaba Jubagana, y que aquella donde estaban se decía Acacán» (27). Pigafetta no especifica tanto las dificultades del primer diálogo pero las confirma indirectamente al declararnos que «con hartos gestos, nos hicieron entender», y sobre todo al hacer constar que fué en Limasagua donde el «esclavo del Capitán General, que era de Sumatra, les habló, e inmediatamente le entendieron» (28).

Si tenemos en cuenta este obstáculo linguístico cabe preguntarnos ¿cómo pudo obtener Pigafetta, por señas o cuanto más por simples palabras, como un diálogo entre seminudos, las amplias notícias que nos dá de los indígenas que les visitaron

(27) «Relación escrita por Maximiliano Transilvano de como y por quien y en qué tiempo fueron descubiertas y halladas las islas Molucas», en: Fernández Navarrete, *Colección de Viajes*, IV, 268.

(28) Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 36.

en la deshabitada isla de La Aguada? Voy a detenerme primeramente en lo que pudiésemos llamar la «Cultura del Coco». La narración que nos ofrece el diario pigafettiano de las manipulaciones y productos que obtenían del cocotero y su fruto solo podía tener una fuente oral, en el caso que el tal diario lo hubiese escrito día a día, porque la isla donde se encontraba estaba deshabitada. Si en efecto Pigafetta no escribió en las fechas que dice lo allí contenido, pudo informarse con posterioridad de cuanto nos narra e incluso ver la manufacturación de los distintos alimentos que extraían de esa planta. Creemos que este *periodista* de la expedición, como denominó Amando Melón a Pigafetta, no escribió día a día su Relación e incluso sabemos que la retocó con posterioridad. No obstante admitir esa ulterior redacción, me inclino uor creer que la fuente de ese pasaje, como de otros muchos de su obra, estaba en los propios tripulantes de la *Trinidad*, alguno de los cuales había vivido en un medio cultural malayo similar.

Me apoyo en sostener la hipótesis más difícil frente a la más fácil en una serie de nombres indígenas que no pudo tomar con posterioridad en Limasagua o Cebú y que sin embargo aparecen en un curioso libro íntimamente vinculado con dos grandes personages que viajaron en la misma nao que Pigafetta, el capitán general de la expedición Fernando Magallanes y su sucesor en el mando de la misma, Duarte Barbosa, pues a los dos se les ha atribuido su paternidad. Existe de él dos manuscritos, uno en portugués y otro en español, copiados del original con interpolaciones y añadidos que llegan en el portugués hasta el año 1518 y en el español hasta 1523; en ambos se ha suprimido el prefacio y en el español hay el siguiente encabezamiento: «Este libro conpuso Fernando Magallanes portogues piloto, lo cual el vio y anduvo». De ese manuscrito sacó una copia Martín Fernández Navarrete que se conserva en el tomo 28 de su *Colección de Documentos y Manuscritos* con el siguiente título: *Descripción De los Reinos, Costas, Puertos e Islas que hay en el Mar de la India Oriental, desde el Cavo de Buena Esperanza hasta la China: de los usos y costumbres de sus naturales, su Gobierno, Religión, comercio y navegación y de los frutos y efectos que producen aquellas vastas regiones con otras noticias muy curiosas,* título que se ha perdido en el primer manuscrito hoy conservado en la Biblioteca Nacional de Madrid y que fué publicado con él en Madrid por el bibliotecario de la Real Sociedad Geográfica, António Blázquez y Delgado Aguilera. Tiene esta publicación algunas imperfecciones, pues están omitidas varias interpolaciones, así, por ejemplo, la que existe al final del epígrafe «Xeher» que dice así: «fue tomada año de 1523», omisión que tal vez fué intencionada porque ella sola desautorizaba toda la argumentación de Blázquez para demostrar que Magallanes era su verdadero autor. La primera edición se hizo sin embargo en italiano el año 1550; contenía más o menos lo que aparece en estos dos manuscritos, pero sin las adiciones y con un prefacio en él se decía haberlo escrito Duarte Barbosa en 1516, lisboeta que había navegado en su mocedad por las Indias. Ramusio al publicarlo lo tituló: *Libro di Odoardo Barbosa* y consideró que su autor era el Barbosa, antes citado embarcado al igual que Pigafetta en la nao *Trinidad* como sobresaliente, que sabemos era primo de la esposa de Magallanes. Queirós Veloso sostuvo en 1914 que «a circunstância de concluir o livro em 1516 torna quási improvável a sua identificação com o Duarte Barbosa, sobrinho de



Diogo Barbosa» [29], suegro de Magallanes, pero no nos da más razones y en 1944 al reeditarlo la Agência-Geral das Colónias con el título, *Livro Em que da relaçao do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa,* su introductor Augusto Reis Machado sigue atribuyéndolo al Barbosa muerto en Cebú y tal como lo hiciera Sebastián de Mendo Trigoso al editarlo por primera vez en portugués el año 1812, lo considera equivocadamente hijo de Diego Barbosa.

Aunque ni Magallanes, ni su primo Duarte Barbosa, lo hubiesen escrito, creo que su autor debía estar vinculado al suegro y tío de ellos, Diogo Barbosa, y probablemente que ambos lo conocieron e incluso que Magallanes lo utilizó, hasta el extremo que se podría interpretar la palabra *compuso* no como que lo escribió sino que lo arregló, traduciéndolo y adaptándolo a las necesidades de la Casa de la Contratación de Sevilla, en cuyo archivo se debió encontrar y del que se sacó un extracto para su más fácil utilización. Esa «composición» magallánica, la pudo hacer por mano de algun escribano, y se puede comprobar por las pequeñas diferencias que existen entre el manuscrito portugués y el español. La mayoría son substituciones de los posesivos portugueses tales como el «Rei N. Sr.» por el «Rey de Portugal»; «das nosas fortalezas», por «de las fortalezas de los Portugueses». En las adicciones que existen tanto en el uno como en el otro respecto del publicado por Ramusio, y que en el español se ven claramente ser añadidos hechos por otra mano, el texto portugués es más extenso que el español, pero sin embargo falta en la publicación portuguesa el ya citado de haber sido tomada Xeher (Chaer en el portugués) en 1523 y su texto es mucho más amplio en español. Así mismo hay diferencias en fechas y cantidades.

Vamos a ver en columnas paralelas cómo describen Pigafetta y el Livro de Duarte Barbosa la citada «Cultura del Coco»:

*Pigafetta*

Los cocos son frutos de las palmeras. Mientras nosotros tenemos el pan, el vino, el aceite y el vinagre, este pueblo lo tiene todo en el árbol antedicho. El vino lo extraen con la industria siguiente: perforan el árbol en su parte más alta y tierna, llamada «palmito», la cual destila un licor como el mosto, blanco, dulce, pero un poco agrio también. Con él se llenan unas cañas tanto o más gordas que una pierna, que dejan atadas al tronco por la mañana — para beber de noche — y por la noche — para beber a la otra mañana. Da también la palmera el ya mencionado fruto del coco. Es este, más o menos,

*Livro de Duarte Barbosa*

Cada año se cargan más de cuatrocientas naos para afuera del Malavar desta fruta, que nosotros llamamos cocos, el cual árbol da esta fruta todo el año sin nunca faltar ni haber más ni menos, las cuales naos mantienen estas gentes de Malavar, que no pueden caer en hambre aunque le falten todos los otros mantenimientos por que este árbol da diez o once cosas todas necesarias al servicio del hombre, de las cuales ellos se ayudan y aprovechan, e todas siempre en todos los meses cocos, que así verdes es una fruta muy dulce y muy apacible, e dellos se saca leche como la de las almendras y

[29] Queirós Veloso, *Fernão de Magalhães, a vida e a viagem,* Lisboa, 1941, 33.

grande como una cabeza humana. Su corteza más exterior es verde, dos dedos gruesa, y la constituyen en parte unos filamentos con los que los nativos tejen las cuerdas para sus barcas. Bajo esa costra hay una segunda, dura y considerablemente mayor que la de la mayor nuez. Esta suelen quemarla, y aprovechan sus cenizas para su pintura. Debajo, por fin, viene una pulpa endurecida, blanca, de un dedo de espesor, que comen fresca con la carne y el pescado, como el pan nosotros, y que al paladar le recuerda la almendra. Secándola se amasaría pan. Dentro de esa pulpa encuéntrase una agua clara, dulce y refrescantísima; agua que, cuando se deja posar, se congela y termina como manzana. Cuando les interesa disponer de aceite, dejan que se pudra la pulpa y agua, las hierven después, y sale un aceite como de mantequilla. Puede hacerse leche aún, que eso hacíamos nosotros. Rallábamos la pulpa, la mezclábamos con agua después, bien colada y estrujada a través de un paño, y era como leche de cabra. Son estas palmeras como las de los dátiles, pero no tan nudosas; mas bien, lisas. Una familia de diez personas se mantendría con dos de ellas, aunque a base de extraer el vino ocho días de una, y los ocho siguientes de la otra; pués perforándolas sin reposo terminarían por secarse. Cien años duran.

cada coco destos verdes tiene dentro, en sí, medio açumbre de agua muy fresca y sabrosa y cordial que es la más sustancial y mejor que pueda ser. E después que son secos estos cocos aquella agua se congela dentro en ellos en una polma blanca, tamaño como una mançana, que también es muy dulce y muy sabrosa, que tambien comen, y el dicho coco después de pasado lo comen e facen dellos muncho aceite en lugares como nosotros, e de la cáxcara que estos cocos tienen junto con el meollo facen carbon para los plateros e no labran con otro. E de otra cáxcara que tiene más fuera que hecha unos filos hacen todas las cuerdas de que se sirven, que es muy grand mercadería para todas partes, e del árbol sacan mosto de la goma della, de que hacen vino propiamente como agua ardiente e tanta cantidad que cargan naos de él para afuera, y del mesmo mosto hacen muy buen vinagre y es muy fuerte y mucho azucar y muy dulce que en la India es muy grand mercadería, e de la hoja del dicho arbol se hacen unas enpleytas del tamaño de la hoja con que cubren sus casas en lugar de teja, por cuanto hay ley que no pueden cubrir sus casas de teja sino Rey o casa de oración, e del dicho árbol se hace madera para casas y para otros muchos servicios, e mas leña, e de todas estas cosas en tanta abundancia que se cargan para fuera muchas naos cada año y es muy grand mercaderia, y hay otras palmeras de otra suerte más bajas de que se coje la hoja para en que los gentiles escriben sus cuentas e cartas e libros, y hay otras palmeras delgaditas muy altas y muy limpias [80].

[80] Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 35; Antonio Blázquez y Delgado Aguilera, *Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios por FERNANDO MAGALLANES, piloto portugués que lo vió y anduvo todo*, Madrid, 1920, 135-136.



De este cotejo se desprende que Pigafetta no tuvo delante el *Livro de Duarte Barbosa* para escribir el suyo, pues aun teniendo en cuenta las variaciones impuestas por las traducciones que he utilizado, ambas redacciones son diferentes, el orden de las materias y su disposición es distinto, hay datos en Pigafetta que no están en Barbosa y al contrario. Pero ese cotejo también nos pone de manifiesto la existencia de un núcleo central de conocimientos que es el mismo en uno y en otro, similitud de fondo que no puede tener su origen en los imperfectos informes recogidos por señas de manos y boca de los nativos de Suluán. Mas aunque ello no excluye la posibilidad de un descubrimiento paralelo con posterioridad, me inclino a sostener que esas similitudes recibidas por vía oral, no fueron de los indígenas sino de sus propios compañeros de expedición, por la existencia de otras analogías similares entre ambos textos y la presencia de palabras indígenas no propias de las lenguas filipinas atribuídas a elementos culturales suyos.

### 2°) LA ARECA Y EL BETEL

Las tales palabras se encuentran en el siguiente texto de Pigafetta: «Mastican sin cesar una fruta llamada *areca* que recuerda a los peros en la forma. La parten en cuatro trozos, envolviéndolos después en las hojas de su tronco llamado *betre*, que tiene el tamaño de las de la morera, mascándolo todo y, cuando se ha formado ya en la boca una especie de papa, la escupen. Les queda aquella encarnadísima, porque refresca considerablemente el corazón. Si dejasen de tomarlo morirían» [81]. Se refieren a su estancia en Limasagua y es una buena descripción de la tal costumbre a la que tan solo le falta decir que le añaden cal y que la hoja no es propiamente de su tronco sino de una trepadora que se adhiere a él. El original no dice «llamada *areca*» y «llamado *betre*», sino «que lo quiamano Areca» y «que le nominano betre» y sin embargo no le llamaban así los habitantes de Limasagua sino *bonga* y *buyo*, desconociéndose *areca* y *betre* entre las lenguas indígenas de Filipinas e incluso en el español hablado en el archipiélago, pues encontramos en la parte española de los vocabularios los filipinismos *bonga* y *buyo* en lugar de *areca* y *betel* (denominación actual del arcaico *betre* empleado por Pigafetta y Fernández de Oviedo). He aquí un pequeño cuadro de estas voces tal como se encuentran en los vocabularios filipino-español o español-filipino:

[81] Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 40.

| Nombre de la lengua | Filipino-español | Español-filipino |
|---|---|---|
| Visaya de Samar y Leyte ......... | BONGA = Fruta. Fructificar, dar fruta. Palma así llamada, cuya fruta, que lleva el mismo nombre, usan en el buyo. | ARECA = Bonga. |
| | BUYO = Betel, planta prepadora, sus hojas, hendidas en la base, aovadas, aguzadas y con los nervios medios esparcidos, tienen cierto sabor a menta, y sirven a los visayas para la composición del mamón. Hay varias classes, y las más usadas son las siguientes. Guibuyoi. Ticom. Caningagon. Cagang. Cagascas. Saguiauan. Labilad. Cagopcop. Culang sa baybayon. | BETEL = Buyo. Mamon, tilad. Ticom. Guiboyoi. Caningagon. Cagang. C a g a s c a s. Saguiauan. Culang sa baybayon. Cagopcop. Labilad (32). |
| | MAMON = Buyo compuesto ya y preparado (33). | |
| Tagalo ............. | BONGA = Bellota que echan en el buyo, o la misma palma de la bellota. | PALMA, OTROS GENEROS DE PALMAS = Luyong. Bangá. Niyog. *Bunga*. Buli. Tical. |
| | BUYO = La hoja que se masca. Sinónimo de *Itmo*. | BELLOTA TIERNA PARA HACER BUYO = Putay. Lorit. |
| | ITMO = Unas hojas que llaman buyo. | BUYO DE MONTE = Saog. Balig.<br>BUYO MASCADO = Sapâ. |
| | LUYOS = Palma, bellota. | BUYO CON SUS INGREDIENTES = Mam-in. |
| | MAM-IN = El buyo con sus ingredientes. | B U Y O COMPUESTO = Inapugan (35). |
| | INAPOGAN = El buyo ya compuesto (34). | |
| Moro-Magindanao ............. | [No está la voz MAMAAN] | BONGA = Mamaán. — El árbol de bonga = Lauas a mamaan. |
| | NAMAT = Betel, buyo. | BUYO = Namat.<br>[No está la voz BETEL] |
| | CAMBAMAN = Mascada de buyo. Mascar buyo. | |
| | BETEL. Mabetel = Estirar el brazo. | (36) |

(32) Antonio Sánchez de la Rosa, *Diccionario Hispano-Bisaya para las Provincias de Sámar y Leyte*, Manila 1895, voces que se citan.

(33) Antonio Sánchez de la Rosa, *Diccionario Bisaya-Español*, Manila 1895, voces que se citan.

(34) Juan de Noceda y Pedro de Sanlúcar, *Vocabulario de la Lengua Tagala*, voces que se citan.

(35) *Vocabulario Hispano-Tagalog*, en: Noceda y Sanlúcar, *Vocabulario de la Lengua Tagala*, voces que se citan.

(36) Jacinto Juanmartí, *Diccionario Moro-Magindanao-Español*, Manila, 1892, voces que se citan.



| Nombre de la lengua | Filipino-español | Español-filipino |
|---|---|---|
| Tiruray ............ | MAEN = Especie de palma y su fruta llamada vularmente bonga: dicha fruta que se parece algo a la bellota es uno de los ingredientes de la mascada. | BONGA = Maen. |
| Tiruray ............ | MANICÁ = Buyo. | BUYO = Manicá (37). |
| | CAMBAMÁ = Mascar el buyo con los demás ingredientes (38). | MASCAR = Cambamá. |
| Bagobo ............. | MAMÁ-ON = Bonga, fruta de la palma llamada palma de la bonga, la cual suelen los indios mascar con el buyo, después de haberla partido en dos o tres pedazos, y puesto un poco de cal en la parte tierna y cóncava del pedacito que mascan. | |
| | MAMÁ = Mascar buyo con la bonga, cal y tabaco (39). | MASCADOR = Y mig mamá. |
| Ibanag ............. | BUA = Bonga para buyo. plur. Bubua. | BONGA = Bua. plur. Bubua. Pedacitos de ella = Guimaguimo-t. |
| | BUNGA = Arbol; su flor es como espiga, su fruta engorda los puercos. | BONGA GRANDE Y HERMOSA = Cabayú. |
| | BUNGA = Fruto, fruta. | BUYO = Maman. Comerlo = Mammama. Maman: Minama; lo que. Hacerlo echándole cal = Mangafug. |
| | MAMA = Tomar buyo. Maman = el buyo ya hecho con su hoja y cal. Plur. Mammanan = Maman. | M A S C A R B U Y O = Mammamá (40). |
| Cebuano ........... | ANG BUNGA = La fruta (genérico). | |

(37) La voz *Manicá* está tomada del *Diccionario Moro-Magindanao-Español* del P. Juanmartí, que en la voz *Buyo* dice: «Manicá en Tiruray». Blair y Robertson en la nota 568 a la Relación de Pigafetta dicen: «The black pepper (piper nigrum), called *lada* in Malayan, *lada* in the Philippines, and *maricha* (pure Sanskrit) in Javanese, was probably introduced into the archipelago from Malabar» (*The Philippine Islands*, XXXIV, 164). La pimienta negra, dice el P. Blanco en su *Flora de Filipinas*, «es indígena del país. Nunca he oído llamarla a los naturales con otro nombre que el español desfigurado; pero tiene nombre propio aunque olvidado», ese nombre en tagalo es *Malisa* (I, 29). Noceda y Sanlúcar escriben: «MALISA. pp. La planta de la pimienta»; LARÁ. pp. Chile o pimiento» (*Vocabulario de la Lengua Tagala*, voces que se citan).

(38) Las demás voces están tomadas del *Diccionario Tiruray-Español* y del *Diccionario Español-Tiruray* del P. Guillermo Bannásar, Manila, 1893.

(39) Mateo Gisbert, *Diccionario Bagobo-Español* y *Diccionario Español-Bagobo*, Manila, 1892, voces que se citan.

(40) José Bugarín, *Diccionario Ibanag Español*, Manila, 1854, y Pedro Payo, *Diccionario Español-Ibanag o sea Tesauro Hispano Cagayan*, Manila, 1867, voces que se citan.

| Nombre de la lengua | Filipino-español | Español-filipino |
|---|---|---|
| | ANG BUNGA = La nuez de una palma que mascan con el betel o buyo. | |
| | ANG BUNGANG PINAN = La bonga ya madura. | |
| | ANG BUNGANG LINHOD = La bonga tierna ([41]). | |
| Ilocano ............ | BOA = Fruta de una palmera de que se hace el buyo. | BUYO = Mamá. |
| | BUNGA = Fruta de arbol. | LA HOJA DEL BUYO = Gaued ([42]). |
| | GAUED = Planta que llaman buyo. | FRUTO = Bunga ([43]). |
| | MAMÁ = Buyo. Mamang, el que masca mucho buyo, mascar buyo ([44]). | |
| | BUA CHINA = Bogna blanda ([45]). | |
| Hiligaynon ........ | BONGA = Fruta. | |
| | BONGA = Palma conocida y su bellota. | PALMA DE BELLOTAS = Bonga. |
| | BONGANBUYO = Cuenta de oro a modo de fruta de buyo. | |
| | BUYO = Lo que llamamos buyo bien conocido. Namuyo, buscallo, cojello. Catoanun, es el bueno. El silvestre = Cagascas: Buyoon nga banua. | BUYO = Buyo. |
| | MAMA = Comer buyo, y así el buyo le llaman Mam-un. Malam--an, cestillo en que se guarda todo lo que es menester para hacer buyo ([46]). | MASCAR BUYO = Mamá. |
| Bicol .............. | BOGNA = Fruta común. | BONGA PARTIDA, O PILES, ALMENDRAS = Tilad. |
| | BOGNA = Una como palma que da unos racimos de unas frutillas a modo de bellotas, que también se llaman bogna, y se comen con los buyos hechos pedacitos. Nabogna, echar de la bonga a los buyos, o | BONGA, QUE COMEN CON EL BUYO, CUANDO ESTA DURA Y NO SECA = Arayao. BONGA VIEJA PARA EL BUYO = Gagno. |

([41]) Francisco Encina, *Gramática Bisaya-Cebuana*, Manila, 1885, p. 22 del Apéndice.

([42]) José Naves, *Gramática Hispano-Ilocana*, Tambobong, 1892, p. 162.

([43]) Naves, *Gramática Hispano-Ilocana*, 146.

([44]) *Vocabulario de la Lengua Ilocana trabajado por varios religiosos del Orden de N. P. S. Agustin cordinado por ... Andrés Carro*, Manila 1849, 1.ª ed., voces que se citan.

([45]) Información oral de mis alumnos ilocanos.

([46]) Alonso de Mentrida, *Bocabulario de la lengua Bisaya Hiligueèna y Harana de la isla de Panay y Sugbu*, Manila, 1637, voces que se citan.



| Nombre de la lengua | Filipino-español | Español-filipino |
|---|---|---|
| | refregarse los pies y manos con aquella frutilla molida, porque no les nazcan sabañones, cuando andan en las sementeras. | BONGA DE EL BUYO, QUE ESTA TIERNA = Putat. |
| | TILAD = Bonga partida, o pile, o almendra o cosa semejante. Natilad partir la bonga que enchan en los buyos. | PALMA QUE DA LA FRUTA QUE MEZCLAN CON EL BUYO = Bogna. MATA QUE SE HACE ARBOL Y SUELEN ECHAR SU FRUTA EN EL BUYO = Cauilan. |
| | ARAYAO = La bonga, que comen con los buyos, cuando ya está dura y no seca. | PARTIR LA BONGA, PILI, etc. = Tilad. |
| | PUTOT = La bonga de los buyos cuando es tiernecita. | |
| | CAUILAN = Una mata como yedra, que después de grande se hace árbol, y la cáscara comen en el lugar de la bonga con los buyos. | |
| | TALOLHO = Una corteza de la frutilla, que llaman bogna, donde nace encerrada como en costal. | CORTEZA DE LA BONGA = Talolho. |
| | GAGNO = La frutilla añeja, o madura en los buyos llamada bogna. Nagalagno, ir ya madurando, o secandose. | |
| | NAPAO = Una casta de buyo silvestre. | BUYO SILVESTRE = Napao, Cagoscos, Bonahao. |
| | DINA = Los buyos hechos, que se traen de respeto en el seno, para ir mascando. Dinidina, vel Pinag, ser así traidos. Dinidinaan, el lugar o la cosa en que los llevan guardados. Ydinidiná, el tiempo y causa. Dininan, una bocetilla en que los llevan o guardan. | BUYO MUY BUENO = Camiguing, Napao. BUYOS HECHOS QUE SE TRAEN DE PREVENCION = Dina. |
| | CONOL = El cuerpo de buyo donde salen las ramas como sarmientos de la vid. | TRONCO DE LA MATA DEL BUYO = Conol. |
| | MAMÁ = Imperat. Namamá, dar buyo a otro. Nagmamamá, comer | BUYO YA HECHO = Mamon. |
| Bicol .............. | o mascar buyos o aderezarlos. Minamamá, ser así mascado el buyo. Máme aco, dame un buyo. Pinagmamamaan, el lugar. Iminamamá, el buyo que es dado a otro. Ipinagmamamá, el instrumento, o la boca, tiempo y causa. An pagmamá, el modo de dar así, o mascar. Mamaman, capilla en que tienen los buyos. Mamon, el buyo | MASCAR ALGO O MASTICAR = Sapa. |

| Nombre de la lengua | Filipino-español | Español-filipino |
|---|---|---|
| | aderezado, como bonga y cal, buyo es la hoja sola ([47]). | |
| Pangasinan ........ | BUÁ = Bonga para el buyo y su árbol. | BONGA = Bua ([48]). |
| | PUSION = Bonga tierna. | BONGA TIERNA = Pusion. |
| | LAOED = La hoja del buyo. | HOJA DE BUYO = Laoér. |
| | LITLIT = Hoja de buyo del monte. | FRUTA = Bongá. |
| | GÁGAL = Mascar buyo. El buyo ya compuesto para mascar = gágalen ([49]). | BUYO = Gagalén. MASCAR BUYO = Gágal. |
| Pampango ......... | BANGA = Una especie de palma silvestre. | PALMA SILVESTRE = Luyung, Ebus, Banga. |
| | LUYUS = Bonga y árbol. | |
| | SANGILO=Cierta especie de buyo, samat amarillo. | BUYO SILVESTRE = Litlit, Sangilo. |
| | BALID = Buyo silvestre picante. | |
| | TAGTAG = Hacer buyo con todos adherentes. Pass. 1, en gracia de quien. Pass. 2, La hoja, Bonga, etc., lo así hecho. Tigtagan, el buyo hecho. | BUYO, Y HACERLE = Tagtag. |
| | SAPA = Buyo mascado. | BUYO MASCADO = Sapa, Api. |
| | API = Cal. Dar buyo hecho. 2, A quien se le da. 3, La hoja del buyo en quien se pone la cal. Manapi son los que llevan buyo a la persona a quien van a dar el pésame. Palyapian, calero, hacer cal. | |
| | MAMA = Comer buyo. P. 2, maman, meman, el buyo que se llama maman; palmaman, la petaquilla de ello; palmama, comedor de ello con desorden ([50]). | BUYO, Y COMER = Mama, Balid. |
| | SAMAT = Pimienta Betel ([51]). | |
| Joloano ............ | | BETEL = Buyo ([52]). |

([47]) Marcos de Lisboa, *Vocabulario de la Lengua Bicol*, Manila 1865, voces que se citan. Es curioso ver cierta coincidencia que existe entre lo que dice en *Bonga* y el siguiente pasaje de Mandeville: «se untan los pies y las manos de una unción de yerba que ha nombre 'bruno', de las cuales las serpientes han muy gran miedo y así fuyen delante de aquellos que cogen la pimienta por el olor de aquella yerba» (Juan de Mandeville, *Libro de las maravillas del mundo*, Madrid, 1950, II, 4).

([48]) Anastasio A. Maraeg, *Vocabulario Castellano Pangasinan*, Binondo, 1896, p. 26.

([49]) Lorenzo Fernández Cosgaya, *Diccionario Pangasinan-Español*, Manila, 1865, voces cit.

([50]) Diego Bergaño, *Bocabulario de Panpango en Romance y Diccionario de Romance en Pampango*, Manila, 1732, voces que se citan.

([51]) Manuel Blanco, *La Flora de Filipinas*, Manila, 1877, I, 30.

([52]) Montano, *Rapport*, 168.



Queda demostrada la inexistencia de las palabras *areca* y *betel* en las lenguas de los naturales con los que pudo haber entrado en contacto Pigafetta durante su estancia en el archipiélago de San Lázaro. Abundando en esta demostración diremos que el P. Manuel Blanco, primer botánico del archipiélago, en su *Flora de Filipinas* presenta esta dos plantas dándoles el nombre en latín, en español y en los de las lenguas nativas, que son los siguientes: para la Areca Catechu, *Bonga* y *Luyos* y para la Areca Catechu-humilis, *Mangipod* y *Sacsic*; para la Piper Betle, *Itmo, Mam-in, Buyo, Mamon* y *Samat*; para la Piper Obliquum, *Litlit, Litbit, Saog, Sanbil* y *Nopan*; y para la Piper Anisodorum, *Buyo de Anis*. Después de la descripción científica de la Areca añade estas palabras: «Esta palma tan conocida de todos y llamada como su fruta *bonga*, se eleva casi a la misma altura de los *cocos*. Su tronco es menor que el muslo, muy derecho, con muchos anillos circulares, formados por los peciolos de las hojas, a los que hacen caer las espatas cuando se hacen grandes. El uso que se hace de la fruta que es menor que un huevo de gallina, para el betel o *buyo*, es bien sabido. Los indios cuando carecen de *bonga*, usan de la corteza de la guayaba o del antipolo. Es digno de notarse, que el compuesto de la *bonga*, del *buyo* y de la *cal*, hace la saliva encarnada; y no sucede esto cuando falta alguna de las tres cosas» ([53]). Y así mismo tras de darnos los caracteres generales de la Pimienta Betel escribe: «Esta planta es bien conocida de todos, por el uso inmenso que se hace de ella para la composición del betel, o *buyo* que llaman aquí los españoles... Al fruto le llaman los naturales *Poro*» ([54]).

Cabría pensar que pudo haber tomado Pigafetta las citadas voces durante su estancia en las que entonces denominaron islas de los Ladrones y después Marianas, pero tampoco las encontramos en su lengua, ni en la de las islas vecinas. Fr. Aniceto Ibáñez del Carmen nos dice que al betel se llamaban *pupulo*, al buyo, *mamaon* y al buyo mascado, *amê*; a la palma, *jataf* y a la fruta, *tinegcha* ([55]). En la lengua de Yap a la bonga le llamaban *bú*, a la hoja del buyo, *agabuy*, y al buyo preparado para mascar, *langat* ([56]). En las Palaos a la bonga le denominaban *abú* y al betel, *cabuy* ([57]).

Nos podemos plantear un último supuesto: que hubiese recibido Pigafetta las mencionadas palabras en las islas de la Indonesia visitadas después de la muerte de Magallanes y que la *Relación* que hoy conocemos no fuese la que escribió más o menos diariamente, sino una redacción posterior basada en las notas tomadas durante el viaje donde se podía dar con facilidad la antedatación de las voces tomadas con posterioridad. Apoya esta hipótesis la comprobación de que en otros muchos pasajes así lo hizo; por ejemplo dice: «El sábado 16 de marzo de 1521 dimos, hacia la

([53]) Blanco, *La Flora de Filipinas*, III, 119.

([54]) Blanco, *La Flora de Filipinas*, I, 30.

([55]) Aniceto Ibáñez del Carmen, *Diccionario Español-Chamorro*, Manila, 1865, voces que se citan.

([56]) *Primer ensayo de Gramática de la Lengua de Yap (Carolinas Occidentales) con un pequeño diccionario y varias frases en forma de diálogo por un Padre Capuchino, Misionero de aquela isla*, Manila, 1888, p. 97.

([57]) A. Cabeza Pereiro, *La Isla de Ponapé*, Manila, 1895. p. 140.

aurora, con una tierra elevada, distante alrededor de trescientas leguas de las islas de los Ladrones, y por nombre Zamal» ([58]), lo cual no pudo escribir en esa fecha, pues el tal nombre se lo dieron los nativos, según su propio testimonio, varios días después ([59]). Desde su salida de Cebú, hasta su llegada a España, Pigafetta volvió a encontrar ambas plantas y nos dejó escritas las siguientes referencias: 1) refiriéndose a Borneo dice que a su llegada les presentaron «uno vazo de legnio pinto pieno de betre et areca che e qel. fructo que masticano sempre» ([60]); 2) cuando visitaron al rey de Borneo le vieron «sedere a taula con uno suo figliolo picolino et masticare betre» ([61]); 3) el 8 de noviembre de 1521 les recibió el rey de Tidore llevando su hijo «sue cassetine dorate pienne de qelle. betre» ([62]); 4) la muerte de Francisco Serrano fué debida a que el «re lo fece velenare co qelle. foglie de betre e vivete sinon catro jorni» ([63]); y 5) el 9 de diciembre «lo re venne ale navi cō tre femine li portavão il betre» ([64]). En todas estas citas aparecen los mismos nombres y sin embargo en la lengua buled-upih al betel se le llama *bayu* ([65]) y en la lengua malaya, las más generalizadas por entre las islas recorridas, el fruto de la areca se conoce por *pinang*, el betel por *sireh*, los distintos tipos de cajas con que lo guardan *tepak*, *puam* o *chembul* y el mascarlo *sepah* ([66]).

Pigafetta solo pudo tomar ambas palabras de quien conocía lo que aparece en el siguiente párrafo del *Livro de Duarte Barbosa*:

«*Betela* nosotros llamamos folio indio y es tan grande como una hoja de llanten, y así de su facion nace en arbol como yedra e sube por los otros árboles e della enlazadas; no dan ningún fruto ni simiente e la hoja muy amarilla, la cual hoja en todas las Indias los moros e indios usan mucho comer asi omes como mugeres, e comenla siempre de dia e de noche, e en sus caminos, e en sus casas, e en la cama. Siempre andan comiendo esta hoja la cual es mezclada con una poma pequeña que llaman *areca*, e la hoja polvorecida con polvo de cáscaras de ostras e de almejas e asi juntas todas tres cosas comen la dicha *betela* no tragando mas que el zumo, e fáceles la boca bermeja e los dientes negros, e dicen que es buena para enjugar el estómago y para conservar el meollo e faceles lanzar ventosidades, e face que no beban con ella, ni han sed, y es entre los gentiles muy estimada e acostumbrada» ([67]).

*Areca y betel (betre, betle* y *betela)* son palabras europeas introducidas por los portugueses procedentes de los lenguajes dravídicos de la costa del Malabar donde

([58]) Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 34.

([59]) Idem, *ibidem*, I, 35.

([60]) Pigafetta, *Relación*, en: Blair y Robertson, *The Philippine Islands*, XXXIII, 212.

([61]) Idem, *Ibidem*, 216.

([62]) Idem, *ibidem*, 248.

([63]) Idem, *ibidem*, 256.

([64]) Idem, *ibidem*, XXXIV, 56.

([65]) Montano *Rapport*, 168.

([66]) Sir Ricard Winstedt, *Diccionary Malay*, London, 1945; L'Abbe P. Favre, *Dictionaire Malais-Français*, I, Vienne 1875, voces que se citan, y M. B. Lewis, *Teach Yourself Maley*, London 1965, pp. 350 y 357.

([67]) Blázquez, *Descripción de los reinos*, 66.



en el Malayalan *areca* se llama *adecca*, en el Canarese, *adique* y en el Tamil, *adaicay*, y *betel* se le conoce por *vettila*, derivado de *veru*=simple, e *ila*=hoja equivalente a hoja por antonomasia ([68]) Los franceses dicen que ambas palabras fueron introducidas en su lengua justamente por la *Relación* de Pigafetta apareciendo en un principio como *areque* y *betre* para tomar a principios del siglo XVIII las actuales denominaciones francesas de *arec* y *betel* ([69]).

Los diccionários etimológicos e históricos españoles presentan, respecto a las palabras que estamos estudiando, ciertas deficiencias. Así no aparecen en el *Tesoro de la lengua Castellana* de Sebastián de Covarrubias ([70]), ni en el *Origen y Principio de la lengua Castellana* de Bernardo Aldrete ([71]), ni en la edición de 1726 del *Diccionario de la Lengua Castellana compuesto por la Real Academia Española*. En su decimoctava edición (1956) aparecen ambas palabras, *areca* sin su etimología y *betel* derivándola «del malabar *betle*», así mismo aparecen los filipinismos *bonga* equiparada a la *areca* y *buyo* sin identificar con *betel* ([72]). García de Diego recoge tres de estas cuatro palabras, *areca*, que considera equivocadamente proviniente del malayo, *betel* del malabar *betl*, y *bonga* que considera acertadamente voz filipina, pero que identifica con árbol cuando de modo genérico solo corresponde a fruta y especificadamente a la palma *areca* y a su fruto ([73]). El *Diccionario Histórico de la Lengua Española* (Madrid, 1936) da como primera autoridad que cita la *areca* a Fr. Domingo Fernández Navarrete; considera que *betel* proviene del «indio *betre*» y de *betre* da como autoridad a Gonzalo Fernández de Oviedo en su *Historia General y Natural de las Indias* donde, refiriéndose a la segunda expedición a las Molucas, hace constar que allí se llamaba *betre*, pero la fuente de su narración no emplea esta palabra sino la de *pinanco* ([74]) que responde a la ya citada malaya *pinang*; para

([68]) Antenor Nascente, *Diccionário Etimológico da lingua portuguesa*, Rio de Janeiro, 1955; Ernest Klein, *A comprehensivce Etymological Dictionary of the English Languaje*, Amsterdam-London-New York, 1966; *The Oxford Dictionary of English Etymology*, Oxford, 1966, voces que se citan.

([69]) Oscar Bloch y Walter von Wartburg, *Dictionnaire Etymologique de la langue française*, Paris, 1968; Albert Danzat, Jean Dubois y Henri Mitteran, *Nouveau Dictionnaire Etymologique et Historique*, Librairie Larousse, Paris 1964, voces que se citan.

([70]) Madrid, 1611.

([71]) Madrid, 1674.

([72]) En él leemos —entre otras cosas— que la areca «se emplea en tintorería y sirve en Filipinas para hacer buyo», frase que Retana consideró que debía corregirse escribiendo: «y se utiliza en Filipinas como componente del buyo» (*Diccionario de Filipinismos con la revisión de lo que al respecto lleva publicado la Real Academia Española*, New York, Paris, 1921, 57).

([73]) Vicente García de Diego, *Diccionario Etimológico Español e Hispánico*, Madrid, 1954, voces que se citan.

([74]) La tal fuente es Andrés de Urdaneta que en su *Relación del viaje de la Armada del Comendador Gª de Loaisa a las Islas de la Especiería o Molucas en 1525 y sucesos acaecidos en ellas hasta el 1535* dice: «andan de continuo mascando una cierta hoja y una bellota y cal todo mesclado... esto se llama et [sic por *en*] maluco pinanco». Refiriéndose a él cuenta lo siguiente: «una costumbre hay em estas islas que todos los hombres solteros que son ya pa mujeres, traense dos varas en las manos y todos ellos y ellas generalmente traen siem-

*betele* da como primera autoridad a C. Acosta en sus *Drogas de Indias;* para *buyo* a D. Antonio de Morga y para *bonga* a Retana (75).

La *Enciclopedia Italiana* nos dice de estas palabras que fueron introducidas en Europa por los Portugueses y en efecto así fué, siendo justamente el *Livro de Barbosa* el segundo texto donde aparecieron escritas en portugués ambas palabras y es el primero, según la *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* una carta de Afonso de Albuquerque escrita en 1510 (76).

### 3º) OTRAS ANALOGÍAS

Fué, por lo tanto, de sus compañeros portugueses y no de los nativos de las islas de San Lázaro o de la Especiería de quienes oyó Pigafetta ambas voces, y con ellas hubo de recibir también toda una serie de explicaciones del mundo cultural de aquellas islas. Esta información la recogió seguramente por vía oral y tal vez durante las horas muertas del largo viaje a través del Pacífico, bien por el propio Magallanes, por Duarte Barbosa o por cualquier otro compañero portugués que así mismo hubiese conocido el mencionado *Livro de Barbosa,* porque existe entre él y la *Relación* de Pigafetta demasiadas coincidencias temáticas y de detalle que no podemos atribuir a la casualidad. Añadimos a las ya reseñadas de las manipulaciones con el coco, la *areca* y el *betel,* las siguientes:

| *Pigafetta* | *Livro de Duarte Barbosa* |
| --- | --- |
| Explicáronnos que, cuando alguno de los notables de Java Mayor muere, incendian su cuerpo; su mujer principal adórnase con guirnaldas de flores y se hace transportar sobre un escaño adaptado a los hombros de cuatro servidores, por toda la villa. Y riendo y confortando | Las mujeres son obligadas a se quemar e morir con los maridos cuando ellos fallecieren porque estos cuando mueren mandan quemar sus cuerpos e las mujeres se queman vivas con sus maridos ... e así se ayuntan todos e le face fiesta y ella despiende lo que tiene con los pa- |

pre sendas esportillas de estera muy bien labradas y dentro de ellas traen la piña que detrás dije que comían, tienen una libertad los indios solteros que traen las varas que pueden entrar en casa de cualquier indio casado que le paresca bien su mujer y usar con ella lo que quisiere muy seguramente y si por caso al tiempo que el mancebo quiere entrar, su marido está en casa, luego que el otro entra se trueca las esportillas de piña y se sale el marido fuera y queda dentro el mancebo, no ha que llegar el casado a casa hasta que sepa que el otro está fuera» (Fermín de Uncilla y Arroitajéuregui, *Urdaneta y la Conquista de Filipinas,* San Sebastián, 1907, 347). Esto mismo es lo que repite en extracto Fernández de Oviedo en el libro XX, cap. XVI, de su *Historia General,* cambiando tan solo el nombre de *pinanco* por el de *betre,* tal vez tomado de la *Relación* de Pigafetta que conocía, o de ya estar generalizado al tiempo de escribir su obra.

(75) Respecto al *betel,* el *Diccionario botánico de nombres vulgares cubanos* nos dice: «Piperácea cultivada escasamente por los chinos inmigrantes quienes llaman a la planta *Chen-lao* y usan sus hojas como masticatorios» (La Habana, 1962, I, 175).

(76) Voz ARECA.



| | |
| --- | --- |
| a todos sus parientes, que lloran, les dice: «No lloreis, porque yo me marcho, al crepúsculo, a cenar con mi amado esposo, y a dormir junto a él esta noche». Luego la transportan junto al fuego en que su marido arde, y, tras volverse hacia sus parientes confortándolos por segunda vez, arrojase sobre el cadáver e incrementa la pira. Si tal no hiciera, nadie la tendría por mujer de bien, ni por auténtica esposa del muerto. | rientes e amigos ... se viste muy bien e muy ricos paños... e así la llevan por toda la ciudad festejando fasta el lugar donde se quemó el marido... y entonces dice a los hombres «miren señores cuanto debeis a vuestras mujeres que estando en sus liberdades se queman vivas con sus maridos... y en tanto que esto acaba de decir... face su oración e da otras tres vueltas... donde está el fuego y ella salta dentro... de tan buena voluntad como si saltase en un pilón de agua...e si algunas no lo quieren facer echanlas muy deshonradas e avergonzadamente fuera de sus casas e linajes e así se van por el mundo perdidas (77). |
| Igualmente nos informaron de que los mozos de Java, cuando se enamoran de alguna bella joven, átanse con hilo ciertas campanillas entre miembro y prepucio; acuden bajo las ventanas de su enamorada, y, haciendo acción de orinar y agitando el miembro, tintinean las tales campanillas hasta que las requeridas las oyen. Inmediatamente acuden al reclamo, y hacen su voluntad: siempre con las campanillas, porque a sus mujeres les causa gran placer escucharlas como les resuenan dentro de sí. Las campanillas van siempre cubiertas del todo, y cuanto mas se las cubre, mas suenan (79). | ... son muy lujuriosos e traen entre sus naturas unos cascabeles redondos cerrados muy grandes cosidos y soldados entre la carne y el cuero para hacer gran suma, dellos tres y dellos cinco e siete, de oro y de plata y otros de metal, los cuales cuando andan van sonando por las plazas y calles por doquiera que andan, e hanlo por gran honra y gentileza y las mujeres huelganse con ellos mucho e no quieren a hombres que nos los tengan, y los que mas honrados son, esos traen mas y mayores; no digo mas de esta costumbre por la deshonestidad que en él hay. Este rey de Peygo se llama el rey del alifante blanco... (78). |
| Los poleaos, por último, siembran y recogen arroz; viven perennemente en el campo, sin pisar ciudad alguna..., y, cuando se les da algo, lo ponen sobre la tierra antes de recogerlo. Siguen las ca- | Ay otra ley de gente más baja que llaman puler, e más cevil, estos tienen por descomulgados e malditos entre si, los cuales viven en los campos e montañas apartados de habitación donde por |

(77) Blázquez, *Descripción de los reinos,* 82-83. Mandeville hizo una descripción parecida (*Libro de las Maravillas del Mundo,* II, 5).

(78) Blázquez, *Descripción de los reinos,* 158.

(79) Pigafetta, *Relación, en: Bibliotheca Indiana,* I, 68.

lles sin olvidarse de gritar: «!Po! !Po! !Po!»; o sea, «!Guardaos de mi!». Ocurrió, según me refirieron, que un nair fue casualmente rozado por un poleao, e inmediatamente el nair se hizo dar muerte para no seguir viviendo en deshonor ([80]).

desastre no pueden yr gentes honradas, tienen unas casillas muy pequeñas e viles, labran y siembran arroz en los campos e asi con bufanos como con bueyes, no fablan con los naires sino de muy lejos cuando los puedan entender dando voces. Estos cuando van por camino van dando grandes voces para que los oigan los que vinieren e los fablen para que ellos se arriedren de los caminos e se metan por los montes. Cualquier hombre o mujer que con estes se tocare matanlo luego sus parientes como cosa dañada ([81]).

El cotejo de estas citas nos pone de manifiesto que la fuente de información que dispuso Pigafetta para su redacción era portuguesa, pues mientras la traducción española del *Livro de Barbosa,* que utilizo, emplea la palabra *puler,* Pigafetta emplea la portuguesa *poleao* para referirse a la misma casta. Así mismo podemos comprobar como dramatiza la relación objetiva de Barbosa, o de quien se lo contó. Tras los relatos fantásticos de Pigafetta se encuentra Marco Polo y Juan de Mandeville así en el pasaje de las amazonas ([82]) como en el de los pigneos ([83]) que son de una índole totalmente distinta de las veraces descripciones que hizo Pigafetta basándose en los informes de Barbosa-Magallanes reforzados con su comprobación ante la realidad, pero que nos ponen de manifiesto el estilo pigafettiano, estilo de buen narrador literario, que para dar mayor veracidad a su relato escribe un «dicen» en lugar de «me dijeron mis compañeros, o mi jefe, que dicen...», o inventa un piloto malayo que le cuenta justamente lo que leyó en Mandeville o en Marco Polo.

([80]) Pigafetta *Relación,* en: *Biblioteca Indiana,* I, 70.

([81]) Blázquez, *Descripción de los reinos,* 125.

([82]) «Nuestro piloto más viejo nos dijo que hay una isla llamada Ocoloro, bajo Java Mayor, donde solo viven mujeres. Las fecunda eu viento...» (Pigafetta, *Relación,* en: *Bibliotheca Indiana,* I, 68); «Residen ellas en otra isla llamada Mujer. Desde la isla Varón se van los marinos —durante tres meses: marzo, abril y mayo— a vivir con sus esposas en la isla Mujer, donde disfrutan de ellas. Al cabo de los tres meses vuelven a la isla Varón y en esta quedan...» (Marco Polo, *El Millón,* México, Ed. Galatea, s. f., cap. CXC, p. 210).

([83]) «Expliconos nuestro viejo piloto de Maluco que existe cerca de aqui una isla llamada Arucheta. Los hombres y mujeres de la cual no son más altos que un cubo...» (Pigafetta, *Relación,* en: *Bibliotheca Indiana,* I, 67); «Desta tierra se va hombre por medio de la tierra de los pigmeos, donde son las personas tan chicas que no tienen sino tres palmos de luengo...» (Juan de Mandeville, *Libro de las Maravillas del Mundo,* cap. LV, vol. II, p. 49).



## 4º) LOS HOMBRES BLANCOS

No ha sido mi intención al haber hecho este análisis, un tanto minuncioso, desautorizar o invalidar totalmente el testimonio de Pigafetta, que indiscutiblemente tiene valor, pero que es necesario precisar y puntualizar con justeza. Siempre me he admirado ante la fidelidad del vocabulario que recogió en las islas de San Lázaro, del he podido comprobar que están vigentes hoy en Cebú más de un 80 % de sus palabras y entre las que curiosamente faltan: *areca* y *betel,* o sus equivalentes *bonga* y *buyo.* Por lo tanto si conoció la lengua también pudo conocer, y conoció, a sus hombres con su mundo cultural, pero el hecho, que creo haber demostrado, de tener noticia cierta de ambos antes de su llegada al archipiélago, por medio de los propios miembros de la expedición y sobre todo de su jefe, es fundamental.

Para mi Magallanes no solo conoció unos hombres y una cultura similar a la existente en Filipinas a comienzos del siglo XVI, sino que incluso conoció la situación geográfica de ellas, hacia las que dirigió las proas de los buques a su mando. Su «descubrimiento» del archipiélago de San Lázaro no fué ni un descubrimiento ni una casualidad. Pero no me adhiero a las ligeras hipótesis que consideran haberlas conocido personalmente en un viaje secreto realizado durante su estancia en Malaca, porque no tienen más consistencia que la de pretender para su biografiado un lauro que Magallanes no pretendió: el de haber sido el primer hombre que dió vuelta al mundo ([84]). Magallanes conocía todo ello por los compatriotas suyos que establecidos en las Molucas llegaron a Filipinas probablemente en busca de arroz ([85]).

Fué en La Aguada donde los expedicionarios de Magallanes tuvieron noticia de unos hombres semejantes a ellos que les precedieron en el navegar por entre aquellas islas. Noticia que solo registra una fuente del viaje, el Piloto Genovés, haciéndolo de este modo: «Y estando así surtos en esta isla vinieron a ellos dos paros, trayéndoles gallinas y cocos, y dijéronles que ya antes habían visto allí otros hombres como ellos, de lo cual presumieron que podían ser lequios o mogoes, una nación de gentes que tienen este nombre, o chis» ([86]).

Ya dijimos en un principio que los Malayos recibieron aportes culturales de los pueblos mercaderes que vivían en torno a las islas de San Lázaro, tales como los

([84]) Stefan Zweig, *Magallanes. El Hombre y su gesta,* Barcelona, 1950, 206; Charles Mc-Kew Parr, *Magallanes. Un noble capitán,* Madrid, 1955, 440. Esta teoría está totalmente refutada por Carlos Sanz en su obra *Juan Sebastián Elcano auténtico protogonista de la Primera vuelta alrededor del mundo* (Madrid, 1973).

([85]) Me surgió la hipótesis de una posible búsqueda de arroz en Filipinas por parte de los portugueses de las Molucas, al escuchar en este II Coloquio Luso-Hispano el excelente trabajo de nuestro colega Luís Filipe Fr. R. Thomaz, *Malaca e Maluco.* Tenía la prueba documental de su presencia, tal como se expone en el texto, pero me faltaba la causa de su presencia y esta se la debo a Thomaz.

([86]) «Navegación y viaje que hizo Fernando de Magallanes desde Sevilla para el Maluco en el año 1519», publicada por J. T. Medina, en: *Colección de Documentos inéditos para la Historia de Chile desde el viaje de Magallanes hasta la batalla de Maipo 1518-1818,* Santiago de Chile, 1888, II, 404.

aquí señalados por el Piloto Genovés, sin embargo opino que esta noticia no se refería a ellos, sino a la presencia de portugueses por entre aquellas islas. Me fundo en dos tipos de razones: unas indirectas, el no haber registrado esa noticia los demás cronistas; y las otras en la distinción que los nativos hacían entre asiáticos y europeos.

El silencio que al respecto guardan Pigafetta, Albo y Transilvano es verdaderamente sospechoso. Si efectivamente se trataba de japoneses o chinos no existía motivo de ocultación, pero si lo eran portugueses sí, ya que en la subsiguiente disputa por la posesión de las Molucas podían alegar además el título de primeros descubridores de lo que después fué el archipiélago filipino. Consignar por lo tanto tal hecho en sus relaciones era delicado y peligroso, ya que ellas tenían carácter oficial de informe al emperador. La del Piloto Genovés sin embargo no parece tenerlo y por ello consigna la noticia aunque la enmascare de inmediato para evitarse complicaciones.

Los nativos confundían a portugueses y españoles, pero no a nosotros con las gentes del Extremo Oriente. La prueba nos la da el citado Esteban Rodríguez, piloto de Legazpi, al consignar en su incursión por la isla de Negros lo siguiente: «Fuimos a dar a un pueblo que antes que llegasemos a él dimos con un indio y dos muchachos que estaban en la sementera de arroz y él se vino a nosotros y nos dijo que qué queriamos, que nos fuesemos, dijimos que eramos gente de la China que veniamos a rescatar; díjonos que mentíamos, que él conocía a la gente de la China y que nosotros no eramos della y que eramos ladrones y que esperasemos un poco que iba a llamar gente, y con esto se fue muy enojado corriendo y dando voces hacia el pueblo» ([87]).

La lógica conclusión es que los «otros hombres» como españoles que habían andado por allí no podían ser otros más que los portugueses. Su jefe Francisco Serrano hubo de ser la fuente de los conocimientos que Magallanes tenía de Filipinas y que se traslucen en Pigafetta, su cronista.

5º) ABBA

En la conmemoración de la resurrección de Jesucristo se celebró en Limasagua una misa de la que nos da amplia información Pigafetta. Terminada, se fué en procesión a lo alto de un monte erigiendo en su cima una cruz que adoraron. Magallanes quiso que también lo hiciesen los indígenas y para lograrlo «les instó a manifestar si eran moros o gentiles, o en quien creían; y les contestaron que no adoraban a nadie, reduciéndose a levantar las manos juntas, y la cara al cielo, y que a su Dios le llamaban *Abba*, cuyas manifestaciones llenaron al capitán de alegría. Viéndolo, el primer rey alzó al cielo las manos y dicho que desearía, si fuese posible, darle pruebas de su amor hacia él» ([88]).

([87]) *Colección de Diarios*, v, 33.
([88]) Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 38.



La palabra *Abba* es un término arameo que significa *abuelo, antepasado*. La utilizó Jesucristo para dirigirse al Padre Celestial. En la Biblia se usa con frecuencia y San Pablo dirigiéndose a los Gálatas les dice: «Como somos hijos de Dios, El nos envía a nuestros corazones el Espíritu de su Hijo, que grita:

«— !Abbá, Padre! —» ([89]).

¿Pudieron recibir los visayas este término por medio de judíos, nestorianos o portugueses que les precedieron, o fué una transferencia más de Magallanes a Pigafetta? Tal vez pudo ser lo uno o lo otro pero me inclino a creer que les llegó por vía musulmana. El Islán lo había tomado del judaísmo y del cristianismo. Lo divulgó por entre sus incipientes factorías comerciales de Mindanao donde tenían su habitat permanente los régulos que encontró Magallanes en Limasagua, y por más que no eran mahometanos la utilizaron buscando y obteniendo un punto de creencia común. *Abba* y sus derivados con las significaciones antes apuntadas de padre, antepasados, eternidad, etc., no las encontramos en la lengua visaya y sí en los islamizados moros-magindanaos en cuyo vocabulario recogido por el P. Jacinto Juanmartí vemos reseñadas las siguientes voces:

Aba. — Palabra de procedencia árabe que significa padre.
Abá. — Los antepasados.
Abab o Abadiyet. — También del árabe y que significa eternidad.
Abadí. — Eterno, que no ha de tener fin. ([90]).

Pigafetta al consignar la noticia que estamos comentando no reproduce con equidad el mundo religioso indígena. Ha desorbitado un dato que pudo ser accidental, pues no vuelve a ser recogido por los autores posteriores. Pero tampoco lo ha inventado. Lo que sucedió es que tanto los régulos indígenas Calambú y Siao como Magallanes no actúan como etnológos sino como jefes políticos de unos pueblos que quieren hermanar y por ello prefieren apoyarse en las creencias comunes y dejan en la penumbra las divergencias.

En conclusión también podríamos decir que en esta parcela del mundo indígena está presente Magallanes, ya no como quien habla sino como quien quiere de que se hable.

6º) EL RITO DEL CASI-CASI

Fué en Limasagua primero y después en Cebú donde Magallanes se sometió a un rito indígena para hacerse con ellos *casi-casi*, esto es, hermano ([91]). Ginés de Mafra, con su escueta prosa, nos describió la ceremonia así: «Otro día que era viernes de la Cruz, el señor de aquella isla vino a la nao y habló muy bien a Magallanes y a todos e hizo paces con ellos a la costumbre de la tierra, que es sangrarse

([89]) Mc. 14. 36; Rom. 8, 16; Gal. 4, 6.
([90]) Juanmartín, *Diccionário Moro-Magindanao-Español*, 5.
([91]) Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 36.

del pecho ambos, echada en un vaso la sangre junta, revuelta con vino, bebe cada uno la mitad. Esto aunque paresce que es ceremonia para buena amistad, algunas gentes dellos hay que no la guardan» ([92]).

La aceptación de este rito indígena supone una vez más la tesis sostenida a lo largo de la presente comunicación, un conocimiento bastante amplio y una profunda comprensión del mundo indígena por parte de Magallanes anterior a su llegada a las islas de San Lázaro y que no presupone una visita de ellas tiempo atrás de modo secreto. El conoció y comprendió tan rápidamente la cultura malaya de las Filipinas, antes de haber pisado sus islas, porque había entrado en contacto con ella en otros lugares y porque tomó ante ella esa actitud afectuosa del humanismo cristiano tan propia de Portugal y España. Ese humanismo que le hará buscar el establecimiento definitivo de una hermandad mística aceptando primero el rito indígena del pacto de sangre para lograr después que ellos acepten el bautismo, o pacto del agua.

## EPILOGO

Pigafetta utilizó la palabra *rajá* para calificar a los régulos encontrados en Limasagua. No sabemos si este título lo tomó de boca de los indígenas o, como las veces anteriores, de labios de Magallanes. Por ellos se tuvo noticia del tráfico comercial que con lejanos países mantenía Cebú y hacia allí se dirigieron, pero antes, a petición de los jefes indígenas y en virtud del pacto de hermandad, los españoles que habían compartido con los nativos la mesa, compartieron también el trabajo y codo con codo con ellos se dedicaron a terminar la recolección del arroz y demás cosechas ([93]).

Cebú representa la culminación de conocimientos indígenas adquiridos y legados por la expedición de Magallanes. Allí ven casas construídas sobre árboles, asisten a fiestas palaciegas cuyos pormenores nos narran, escuchan y enumeran sus instrumentos musicales, bailan, se divierten, comercían; establecen pactos de paz y amistad según los usos y costumbres del país, describiéndolos con la propiedad de quien los presencía. De este modo nos van mostrando una sociedad matriarcal donde se hereda la jefatura política por vía femenina y las relaciones con la divinidad están a cargo de sacerdotisas. Así los cronistas nos van presentando su régimen familiar, político, económico y religioso; dándonos Pigafetta una narración detallada de los ritos funerarios, el sacrificio del cerdo y la infibulación, para intercalarnos esta opinión global que podíamos suscribir: «Viven estos pueblos con justicia; conocen las medidas y el peso. Aman la paz, el ocio y la quietud» ([94]).

---

([92]) Antonio Blázquez y Delgado Aguilera, *Libro que trata del descubrimiento y principio del estrecho que se llama de Magallanes por GINES DE MAFRA que se halló en todo y lo vió por vista de ojos*, Madrid, 1920, 198.

([93]) Pigafetta, *Relación*, en: *Bibliotheca Indiana*, I, 40.

([94]) Idem, *Ibidem*, I, 43.



Y fué justamente aquí, en el momento de mayor realismo, de estar en posesión de los más firmes conocimientos respecto a la cultura del pueblo visaya, cuando comete Magallanes una imprudencia que por idealismo le cuesta la vida.

Al llegar a Cebú se le había exigido el tributo de fondeaje que se negó a pagar, no por infravaloración de los cebuanos sino por supervaloración de su mundo. Magallanes es el representante de un imperio al que quiere incorporar como un Estado mas y en plano de igualdad con los demás, aquella nación de los Visayas, grande y poderosa que solamente existía como tal en su imaginación. Los Visayas no tenían unidad política, solamente eran nación en lo cultural. Magallanes quiso unir a todos los pueblos del archipiélago de San Lázaro bajo el cetro de uno de sus multiples jefes, el de Cebú, y en ese intento entregó su vida en el ancón de la pequeña Mactán a manos de los hombres de Lapulapu debido a unos pequeños errores tácticos y a un exceso de confianza, de esa confianza que perdió a tantos capitanes portugueses y españoles, pero también de esa misma y necesaria confianza que ganó a tantas naciones indianas. Y lo que fué entonces error, fructificado con la sangre de aquel «cabezudo capitán», como le motejara Ginés de Mafra, se ha convertido en una espléndida realidad actual, la gran nación por él soñada y querida, la hoy República de Filipinas, primera nación cristiana de Oriente, cuyo padre en lo político y religioso fué el gran marino nacido en esta tierra, Portugal.

# LA MUERTE DE MAGALLANES

POR

JOSÉ IBÁÑEZ CERDÁ

Director de la Biblioteca Hispánica — Instituto de Cultura Hispánica

La muerte de Magallanes requiere un trabajo más amplio que el epígrafe dedicado por mi amigo y compañero Leandro Tormo. Por indicación suya, ya que no ha querido desorbitar su ponencia, me permito tratarla por separado y con más detalle. Es un tema que apareció controvertido desde los primeros tiempos, desde el mismo momento en que el alcalde Ruiz de Leguizamo tomó declaración de lo ocurrido a Elcano y sus compañeros.

La pregunta 12ª que les hizo es bien significativa al respecto, pues está redactada del siguiente modo:

> «Al capitán Magallanes cómo le mataron los indios; porque algunos de los que allá quedan, y en esta nao vienen, dicen que fue muerto de otra manera.» (Navarrete, *Col. de los Viajes,* Madrid, 1837, IV, 286.)

Tal pregunta supone una revisión de la primera relación que el propio capitán de la recién llegada *Victoria* había hecho respecto a lo acontecido en la muerte del jefe de toda la expedición, revisión seguramente motivada por la protesta de parte de la propia tripulación o más posible aún por la divulgación de otra versión que esperaban ver confirmada por los tripulantes de la *Trinidad* cuando éstos regresasen a España, ya que por entonces aún andaban navegando entre los mares de Oriente. Es pregunta hecha con ánimo de comprobar lo que declarase Elcano y sus hombres con lo que así mismo dijesen Gómez de Espinosa y los suyos.

El 18 de octubre de 1522 Elcano contestó al punto aludido con estas palabras:

> «...que el dicho Magallanes fue a guerrear y quemar las casas de la villa de Mactan, para que el rey de Mactán besase las manos del rey de Cebú, e porque no le viaba por bien una anega de arroz e una cabra por tributo, e porque le envió a decir el rey de Mactán que allá le espera en Mactán, e ansí el dicho Magallanes fue e Mataron a él e a otros siete, e vinieron heridos veintiseis.» (Navarrete, *Colección,* IV, 290.)

Según ésto más que en los hechos, en lo que se difiere, habrá de ser en las causas de su muerte. Por este testimonio podrían ser éstas: ofensas de Magallanes al de Mactán; imposición de sometimiento al de Cebú, defecto en la entrega de ciertos

tributos impuestos y por último una especie de desafío o deseo de hacer una demostración de fuerza por parte de ambos.

Albo da tan sólo una razón el deseo de Magallanes de que el jefe de Mactán se subordinase al de Cebú. Pero amplía en su declaración los datos referentes a los acontecimientos de su muerte, a la que dijo haber estado presente, señalando que bajaron a tierra hasta 38 o 39 hombres y la mayoría de los cristianos volvieron heridos por enfrentarse con 2000 indígenas, siéndoles imposible salvar a su jefe, después de cuya muerte se retiraron todos.

Por último, Bustamante da la misma razón que los dos anteriores, ampliándola con estas palabras:

> «... porque los del reino de Mactán querían obedecer al rey de Castilla y el dicho Fernando de Magallanes dijo que habían de besar la mano del rey de Cebú, que ellos no querían besar la mano del dicho rey de Cebú.» (Navarrete, *Colección,* IV, 294.)

Hay en esta última ampliación como la confirmación de la acusación velada hecha en los anteriores: el deseo magallánico de crear un reino en las islas de San Lázaro, no admitiendo la realidad indígena que consistía en diversas agrupaciones que pudieron haberse unido a España de modo independiente, prefiriendo y exigiendo una unificación previa para de modo global incorporar el archipiélago a Castilla.

## SEGUIDORES DE ELCANO

Dos son los autores que recogen la versión oral de lo acontecido en Mactán por boca de Juan Sebastián Elcano. Lo dice uno de ellos, Gonzalo Fernández de Oviedo con estas palabras:

> «... yo he seguido la relación que Juan Sebastián Elcano me dió, que es aquel capitán que volvió de España con la nao *Victoria* (como adelante se dirá) e cuasi la misma relación que yo sigo escribió el bien enseñado secretario del César llamado Maximiliano Transilvano.» (*Historia General y Natural de las Indias,* Madrid, 1852, II, 15.)

Ambos autores, Oviedo y Transilvano, nos ofrecen menos causas respecto al ataque contra Mactán y más datos sobre los acontecimientos en torno a la muerte de Magallanes.

Las causas se reducen a una, que el señor de Mactán negó la obediencia al de Cebú, en la cual coinciden ambos, pero difieren en un punto esencial. Para Oviedo es la negación de las reverencias debidas al de Cebú, y para Transilvano la adoración de éste último, término al parecer un tanto exagerado y que pudo llegar hasta nosotros por error de traducción, puesto que Transilvano escribió su epístola al cardenal de Salzburgo en latín.



Respecto a los hechos, nos dicen que Magallanes saltó a tierra con cuarenta hombres frente a los tres mil de Mactán y, a pesar de la superioridad aplastante del enemigo, le pareció que era mejor aceptar la lucha que volverse atrás y Magallanes exortó a los suyos, según Oviedo, diciéndoles:

> «... que muchas veces habían visto y pocos días antes, y en especial en la isla de Juvagana, que doscientos españoles habían puesto en fuga doscientos y trescientos mil indios.» (*Historia General,* II, 14.)

Confusión en que incurre este historiador, puesto que páginas antes había escrito: «... e descendieron en aquella isla Juvagana y era deshabitada».

Transilvano, que no ha incurrido en esta equivocación, escribe de este modo:

> «... y acordaos que pocos días ha vimos y oímos que el capitán Hernán Cortes venció por veces en las partes del Yucatán con doscientos españoles a doscientos y a trescientos mill indios.» (Navarrete, *Colección,* IV, 270.)

Probablemente Oviedo confundió Juvagana con las islas de Los Ladrones, donde en efecto los expedicionarios pusieron en fuga a los chamorros, recuerdo que únicamente es erróneo en cuanto a las cifras. Respecto a la opinión de Transilvano podríamos considerarla como invención, pues es muy posible que las noticias de lo que aconteció a Cortés en Yucatán no hubiesen llegado a España al tiempo de arriar velas en Sanlúcar la expedición de Magallanes, ya que lo hizo el 20 de septiembre y los primeros procuradores de Cortés, Montejo y Puertocarrero, llegaron en octubre de aquel año.

Curiosamente, Oviedo ha seguido el texto impreso de Transilvano y prueba de ello es la repetición exacta de que doscientos españoles habían puesto en fuga doscientos y trescientos mil indios. Sin embargo, Oviedo rectifica constantemente lo que pudiésemos considerar deslices o licencias literarias de Transilvano.

Siguen diciendo que lucharon ambos contendientes valerosamente, pero que los españoles fueron superados no sólo por el número sino también por la mayor longitud de sus lanzas. Una de ellas traspasó a Magallanes. Una vez muerto, los suyos se retiraron con orden y los enemigos no osaron perseguirles. Estas son por lo tanto las relaciones ampliadas de lo declarado por Elcano y Albo.

## MARTIN DE JUDICIBUS

El merino de la *Victoria,* Martín de Judicibus, genovés de nacimiento, fué quien informó a Pedro Mártir de Anglería los sucesos que éste nos narra sobre la expedición de Magallanes. Debió tomar así mismo, este cronista, noticias de Elcano y no sabemos si tal vez de otros marineros, pero lo único cierto es que Anglería solamente hizo constar a este informador. A todo ello el autor añadió algo de su

fantasía, tal como lo hizo también Transilvano, y sus opiniones, que no compartimos. Su narración dice literalmente:

«... Después, dejando las naves en el puerto de Zebú, con sus lanchas y con canoas unilígneas del país y soldados de Zebú, pasó a la isla de Matam, llamada así por el pueblo Matam, que está a la vista y dista sólo cuatro leguas. Se propuso persuadir por medio de intérpretes al rey de Matam que consintiera en someterse al gran rey de España y al de Zebú, y en pagar tributos. El respondió que al gran rey de España sí, pero al de Zebú que no. Magallanes saqueó y quemó del todo un pueblo vecino a la capital, de unas cincuenta casas, y se volvió a Zebú con la presa, cosas de comer, de que había alguna escasez en Zebú, y alhajas varias. Pero la mayor parte de aquello lo arrebataron para sí los de Zebú, enemigos de los de Matam.» (Pedro Mártir de Anglería, *Décadas,* Madrid, 1892, III, 326.)

Hay aquí una mezcla de datos y causas que inducen a la confusión. Las causas son las ya conocidas en las que recalca el sometimiento del rey de Mactán al de España y no al de Cebú, con lo cual esta versión la podríamos incluir en la de los partidarios de Elcano, pero llegando más allá, es decir, exagerando e incluso tal vez desfigurando los datos. Desfiguración que consiste en tomar parte en lo acontecido en el ataque que ocasionó la muerte de Magallanes y situarlos ocho días antes. Y así, al continuar su narración, nos dice:

«... A los ocho días volvió Magallanes, dejando igualmente las naves. Intentó atacar la propia capital de Matam. La intimación de Magallanes, ido allí con mala estrella, fue rechazada por el régulo, que salió con su gente. A más de los dardos del país, de cañas y madera tostada, tiene este reyezuelo picas largas y con hierro, porque recorren aquellas islas los chinos y mercaderes de las regiones chinas. [Magallanes] con siete compañeros fue muerto por el régulo, quedando heridos veintidós. De este modo el buen portugués Magallanes concluyó con su codicia de aromas.» (Pedro Mártir de Anglería, *Décadas,* Madrid, 1892, III, 326.)

Frente a esta condenación, totalmente gratuita, condenación a la manera cortesana, de quien vive de los que se arriesgan sin participar de sus trabajos y peligros, frente a esta acusación de codicia de especias, Joaquín Torres Asensio, al traducirla y publicarla, puso la siguiente nota que suscribimos totalmente:

«No se ve motivo ninguno para acusar de avaro al intrépido navegante que, al emprender su arriesgadísima empresa, por escritura pública cede por siempre jamás a los franciscanos de Triana, porque son pobres, la pensión que España le señala.

«Magallanes merecía otro responso que el del texto, cuando muere en el campo de batalla peleando con excesivo, y acaso imprudente arrojo, por la cruz de Cristo y por la corona de España. Aunque nacido en extranjera tierra, es, lo mismo que el gran Colón, nuestro genuino carácter patrio, modelo y prez que nunca deben borrar de sus brillantes anales el ejército y la marina de España.» (Pedro Mártir de Anglería, *Décadas,* Madrid, 1892, III, 327.)



## PIGAFETTA

El mejor narrador de la epopeya magallánica es el conocido sobresaliente de la expedición Antonio Pigafetta. Este periodista de la circunnavegación, tal como lo calificó el Prof. Amando Melón, nos dió como causas también la desobediencia, pero no al rey de Cebú sino al rey de España, con lo cual difiere fundamentalmente de la versión anterior. Frente a lo que pudiese ser una conculcación de las instrucciones recibidas respecto a la exposición de su persona a peligros inminentes, Pigafetta lanzó la frase de que: «él, buen pastor, negábase a abandonar a su grey». Frase que han repetido todos los biógrafos sin reparar en que era una especie de justificación bíblica de la imprudencia temeraria cometida por Magallanes.

Hay un elemento en Pigafetta que permite intuir la posible confusión respecto a la tributación de los de Mactán. Para él habían en esta isla varios señores, unos de ellos le enviaron tributos a Magallanes y otro, Cilapulapu, lo negó.

En cuanto a los hechos, dice:

«En ocho dias se bautizaron todos los habitantes de aquella isla y algunos de las contiguas. En una de éstas incenciamos una aldea, porque sus moradores no querían obedecer al rey ni a nosotros.» (*Primer Viaje Alrededor del Mundo,* Madrid, 1899, 48.) (Ed. trad. italiana Carlos Amoretti y notas de Walls y Merino)

Otra traducción:

«Antes de los ocho días quedaron bautizados todos los de aquella isla y algunos de las otras. Se puso fuego a un poblado, por negarse a obedecer al rey y a nosotros, en una isla vecina.» (Relación del «primer Viaje» en *Biblioteca Indiana,* Madrid, 1957, I, 44.)

Respecto a su muerte nos dice que salieron sesenta hombres y llegaron al amanecer a Mactán no combatiendo inmediatamente porque Magallanes envió de nuevo un requerimiento al señor de Mactán exigiéndole la obediencia al rey de España y el reconocimiento de vasallaje al señor de Cebú. La respuesta fué una provocación para un ataque inmediato que no realizaron por consejo del de Cebú, ya que les dijo existir fosos que habían cavado para que cayesen en la trampa. Saltaron al agua solamente cuarenta y nueve hombres y avanzaron por ella más de dos tiros de ballesta hasta alcanzar la playa. A todas luces se nos muestra hoy lo desafortunado que fué elegir tal lugar para su desembarco, puesto que a esa distancia difícilmente podrían

ser apoyados cuando combatiesen en tierra por la artillería de los bateles, error que no hace constar Pigafetta, no obstante señalar que estos no podían avanzar por los pedruscos existentes casi a flor de agua. Una vez alcanzada tierra vieron tres batallones con más de mil indígenas que, de pronto, se avalanzaron por cada flanco y uno al frente. Magallanes dividió a los suyos en dos grupos, pero los escopeteros «y ballesteros tiraron desde demasiado lejos, cerca de media hora en vano, traspasándoles sólo los escudos». Magallanes les dió orden de no disparar, pero no fué cumplida y cuando los nativos vieron que las balas no les herían se enardecieron. Este pasaje es un tanto confuso puesto que no es muy explicable que no fuese obedecida la tal orden, si se refería a los cuarenta y nueve hombres que desembarcaron con él, muy pequeño grupo para incumplimentar una disposición dada por tan enérgico capitán, como siempre lo fué Hernando de Magallanes; solamente es explicable que los tales disparos fuesen o bien desde los bateles, cuya distancia los hacía practicamente inútiles, o del otro grupo que se hubiese adelantado y con la algarabía de la batalla no pudieron oirle la orden de alto al fuego. Esta es, a nuestro modo de ver, la única explicación lógica.

Sigue diciendo Pigafetta que «comisionó al capitán a algunos [entendemos uno de los dos grupos], para que les incendiasen las casas y asustarlos. Cuando vieron que sus casas ardían su ferocidad se redobló». Después de ello una flecha envenenada traspasó la pierna del capitán. Hecho éste que no podemos considerar un error sino una desgracia, por más que consideremos que lo de envenenada podría ser un adjetivo para dar mayor dramatismo a la relación. A raiz de esta herida ordenó que se retirasen poco a poco y Pigafetta, probablemente influído inconscientemente por la leyenda negra italiana, ya viva en su tiempo, añadió «pero la mayoría huyó en debandada. Así que seis u ocho solamente permanecimos junto al capitán». Hecho éste que también ha sido repetido como dogma de fé por los biógrafos y sin negarle su verosimilitud es necesario puntualizar que este pasaje es autoencomiástico.

Pasando del hecho general al concreto, dice que los nativos dispararon sobre sus piernas por llevarlas desnudas, y no pudiendo resistirles comenzaron a replegarse combatiendo dentro del agua. Conociendo a Magallanes los nativos concretaron en él su ataque. Dos veces «le destocaron del yelmo». Así combatió más de una hora hasta que le alcanzó una lanza en el rostro a cuyo agresor mató con la suya, pero ya no pudo sacar su espada por otro lanzazo que le dieron cerca del codo. En este estado, nos dice textualmente Pigafetta:

> «... vinieron todos por él, y uno, con un gran terciado — que es como una cimitarra, pero mayor —, medio le rebañó la pierna izquierda derrumbándose él boca abajo» (Relación del «Primer Viaje», en *Biblioteca Indiana,* Madrid, 1957, I, 49.)

Este texto nos sugiere la posibilidad de que fuese un recurso literario porque Ginés de Mafra también nos lo da, pero de esta manera:



> ...Andando en esta revuelta uno de aquellos bárbaros dió un golpe con un alfange en un muslo a un gallego, que se lo cortó todo de que luego murió.» (*Libro qe trata del Descubrimiento,* Madrid, 1920, 201.)

El hecho, como vemos, es el mismo; a Mafra se lo contaron quienes como Pigafetta estuvieran en la refriega, ¿y no es muy creíble que si ese hecho espantoso le hubiese acontecido a Magallanes se lo achacasen a un pobre gallego.?

A modo de justificación personal, por más que ello sea en gran loor de Magallanes, de quien nos consta que era capaz de sacrificarse de este modo por los suyos, e incluso tomando consciencia de sus errores y fracaso buscar esa muerte digna, como el capitán que se hunde con su nave, Magallanes murió con su sueño, sigue diciéndonos Pigafetta:

> «... Mientras le herían, volvióse algunas veces aún, para ver si alcanzábamos las lanchas todos; después, viéndole ya cadáver, heridos y lo mejor que nos cupo, alcanzámos aquellas, *que huían ya*».

Parece que todo el mundo huía y lógicamente tenemos que incluir en esa consideración al propio Pigafetta. Solamente unos pocos, cuatro o cinco, fueron capaces de morir junto con Magallanes. No lo sabemos cómo. Tan sólo tenemos el dato de haber muerto en Mactán: Cristóbal Rabelo, capitán de la *Victoria* y pariente suyo, así mismo el hombre de armas Juan de Torres y los criados Rodrigo Nieto, que lo había sido del desterrado Juan de Cartagena, Pero Gómez y Antón Escobar, justamente este último uno de los que intervinieron en contra del propio Magallanes en la rebelión de San Julián. Dato éste digno de toda reflexión. También consta que fue muerto un Francisco Espinosa y un grumete llamado Antón Gallego, que pudo ser justamente el gallego de la referencia que nos hizo Ginés de Mafra.

Estas eran las dos versiones de lo acontecido en la muerte de Magallanes a que hizo referencia el alcalde Leguizamo y que nos confirma Fernández de Oviedo cuando a continuación de darnos la versión de Elcano nos da la otra, introduciéndola con estas palabras:

> «...Antonio Pigafetta Viçentino, caballero de la Orden de Rodas, el cual dice que se halló en este viaje, en una relación que hiço al gran Maestro de Rodas, Phelipo de Villiers Ledisdan, cuenta de otra manera la muerte del capitán Magallanes; porque dice que le pasaron la pierna derecha con una flecha con hierva, y que él mandó que se retirasen.» (*História General,* II, 15).

Así mismo son las más conocidas y divulgadas por todo el mundo. Sin embargo existen algunos relatos escritos por expedicionarios de gran interés para precisar los acontecimientos.

## NICOLÁS DE NÁPOLES Y DIEGO GALLEGO

Nápoles, marinero, vecino de Sevilla, declaró el 3 de junio de 1529 en el pleito que Jaime Barbosa sostuvo con la Corona sobre la herencia de Magallanes, lo siguiente respecto a su muerte:

> «... el dicho Hernando de Magallanes fue muerto en la dicha isla que se dice Matán, a veinte e seis o veinte y siete días del mes de abril del año que pasó de mil quinientos e veinte e un años, peleando con los hombres de aquella tierra; preguntado cómo lo sabe, dijo que porque este testigo estaba a la sazón junto con él a su lado, e lo vido matar de saetadas e una lanzada que dieron por la garganta, e questa es la verdad.» (Medina, *Colección Doc.* Chile, II, 311).

Nos encontramos en este testimonio que no existió el gran cimitarrazo que le propinaron en las piernas, según Pigafetta, ni el veneno; Nápoles lo vió morir de una lanzada en la garganta. La lucha fué entre valientes.

Diego Gallego, marinero, vecino de Triana, no estuvo presente en el combate. Su testimonio es el siguiente:

> «... sabe quel dicho Hernando de Magallanes fue muerto en la dicha isla, que se dice Matán, en un día del mes de abril del año que pasó de mil e quinientos e veinte e uno. Preguntado cómo lo sabe dijo que porque éste testigo fue por marinero en la misma armada quel dicho Hernando Magallanes se partió de un pueblo que se dice Cebú, ques en la dicha isla de la especiería, con cierta gente a conquistar el dicho pueblo de Matán, y después vido este testigo quel mismo día que partió volvió cierta gente, la que llevó el dicho Hernando de Magallanes en bateles, e dijeron cómo el dicho Hernando de Magallanes e otro capitán de una nao de la dicha armada, que se decía Rabelo, e cierta gente de la que llevaron quedaron muertos, que los habían muerto en la dicha isla de Matán, y así fue público e notorio, e questa es la verdad.» (Medina, *Colección Doc.* Chile, II, 312).

De aquí podemos deducir que las naos permanecieron fondeadas en Cebú y no fueron al combate de Matán sus tripulantes. Solamente salieron de Cebú los bateles y es por lo que el resto de los expedicionarios no pudieron ayudar a sus compañeros derrotados.

Los demás testigos de este proceso ya no estuvieron con Magallanes en Cebú y al declarar sobre la séptima pregunta todos ellos vienen a responder de un modo parecido a éste:

> «...este testigo vido cartas mensageras que enviaron a esta ciudad de la dicha isla que se dice Matán, por las cuales se decía como el dicho Hernando de Magallanes fue muerto en la dicha isla de Matán, en un día del mes de abril del año pasado de mil e quinientos e veinte y uno, e este testigo fue con el dicho comendador Diego de Barbosa à la corte de sus Magestades á llevar las dichas cartas, e así mismo lo oyó decir a ciertos personas que de allá vinieron, que no se acuerda sus nombres, como era muerto el dicho Hernando de Magallanes e que aquellos le habían visto fallecido en la dicha isla el dicho tiempo, e que así fue y es público y notorio.» (Medina, *Colección Doc.* Chile, II, 314).



Esto es lo dicho por el zapatero Luis Rodríguez. Lo que respondió Gonzalo Díaz de Morón fué lo siguiente:

> «... este testigo oyó decir a algunas personas que vinieron de la dicha especiería, como el dicho Hernando de Magallanes fué muerto en una isla de la dicha especiería, e este testigo vido una carta mensagera que dieron al dicho Alcaide Diego Barbosa, que era de un Espinosa, que fue por alguacil de la dicha armada en que le hacía saber de la muerte del dicho Hernando de Magallanes e que así fue y es público y notorio que lo mataron en la dicha isla, e que no se acuerda en que tiempo era cuando vina esa armada.» (Medina, *Colección Doc.* Chile, II, 318).

Esta segunda declaración nos aclara la primera. Ambos testigos no leyeron tales cartas que es imposible que hubiesen sido dadas en Mactán puesto que Gómez de Espinosa no pudo estar en esa isla después de la muerte de Magallanes. No conocemos por el momento tal carta de Gómez de Espinosa contando la muerte de Magallanes. Los documentos que tenemos de él sólo nos dicen que, tras su muerte, tomó el mando de la nao *Trinidad*.

## TRIPULANTES DE LA TRINIDAD

El 22 de octubre de 1522 el citado Gómez de Espinosa, capitán de la *Trinidad*, escribió a Brito pidiendo ayuda. Los portugueses, según Lopes de Castanheda, remolcaron su navío hasta el puerto y el factor Duarte de Resende se apoderó de todos los papeles y diarios de a bordo, los libros del astrólogo Andrés de San Martín, los planisferios de Pedro Reinel y diferentes cartas náuticas que llevaban. Esta es la base documental de un importante grupo de fuentes para conocer lo sucedido en Mactán.

### a) JUAN BAUTISTA PONCEVERA

Entre la documentación incautada por Resende se encontraba el denominado «roteiro del piloto genovés», que llevaba por título, según la traducción de J. Toribio Medina: *Navegación y viaje que hizo Fernando de Magallanes desde Sevilla para el Maluco en el año 1519*. Su autor, según el documentado historiador portugués José Maria de Queirós Veloso, no pudo ser otro que el maestro de la *Trinidad*, Juan

Bautista de Poncevera, o el marinero León Pancaldo, que hizo de piloto en su intento de encontrar el tornaviaje a Panamá, inclinándose por el primero, creemos que acertadamente. («Fernão de Magalhães, Sa vie et son voyage», en: *Revue d'Histoire Moderne*, Paris, ag.-sep. 1939, XIV, nº 39, pp. 470-472). La relación fué escrita originalmente en italiano y es conocida por su versión portuguesa hecha en las Indias y enviada a Lisboa.

Dice Poncevera que Magallanes quiso someter los reyes comarcanos al de Cebú y para lograrlo quemó los pueblos de quienes no quisieron someterse.

> «Después de haber hecho ésto —dice textualmente— a cosa de diez o doce días, mandó a los habitantes de un lugar situado como a media legua de aquella parte que había hecho quemar, llamado Mactán, que es también una isla, que luego le enviasen tres cabras, tres puercos y tres fardos de arroz y tres fardos de maíz, para el mantenimiento de las naves; a lo que respondieron que de cada cosa de las que les mandaban pedir de tres en tres, le querían enviar de dos en dos; que se contentase con lo dicho, que luego habían de cumplir, que no había de ser como él lo decía, pues más no habían de dar; y porque de esa manera no quisieron conceder lo que se les pedía, Fernando de Magallanes mandó aparejar tres embarcaciones tripuladas con cincuenta o sesenta hombres, y fue sobre el dicho lugar, que fue a veintiocho días de abril, por la mañana, donde hallaron mucha gente, que serían bien tres o cuatro mil hombres, los cuales pelearon con tanto concierto, que allí fue muerto el dicho Fernando de Magallanes con seis de sus hombres, en el año mil quinientos veintiuno.» (J. T. Medina, *Colección de Doc. Inéditos para la Historia de Chile*, Santiago de Chile, II, 450.)

La semejanza de fondo entre lo que se acaba de leer y la declaración hecha por Elcano es digna de consideraración, toda vez que no pueden estar influídos mutuamente ninguna de las dos, pues la primera tiene lugar en Valladolid cuando Poncevera andaba por la India portuguesa y a su vez no es muy presumible que en el caso de conocer Elcano de la obra de este piloto genovés se acordase para concordar del modo que concuerda. Es de suponer por lo tanto que ambos, Elcano y Poncevera, tuvieron una misma fuente de información ya que no presenciaron el combate de Mactán y así mismo un parecido criterio respecto a las causas que provocaron tan fatal desenlace.

#### b) ANTÓNIO BRITO

En 1523 Antonio Brito escribió al rey de Portugal, Juan III, una carta sobre sucesos de la India y del viaje de Magallanes. Su narración sobre este último es, según Queirós Veloso, un extracto del anterior Roteiro de Poncevera (*Fernao de Magalhaes*, 470). Reseña los acontecimientos de Mactán con estas palabras:

> «Mandaba el rey de Zubó que viniesen a él los reyes de las otras islas, y no habiendo querido venir dos de ellos, luego que lo supo, se determinó a ir a pelear con ellos, y se dirigió a una isla llamada Mathá. Puso fuego a una aldea, y no contento con esto se encaminó a una población grande, donde, peleando con los salvajes, le mataron a él, a un criado suyo y cinco castellanos; los demás, viendo muerto al capitán, se recogieron a las embarcaciones.» (Navarrete, *Colección*, IV, 308.)



#### c) GINÉS DE MAFRA

Este marinero de la *Trinidad* escribió su *libro* algunos lustros después de los acontecimientos que narra, tras haber vuelto a las Filipinas con la desgraciada expedición que mandaba Rui Lope de Villalobos. Al contrario que Poncevera, dedicado a narrar más las causas que los detalles de la muerte de Magallanes, Mafra amplía éstos y descuida las otras, pero, sin embargo, recoge un interesante rumor que puede explicar la detención de Magallanes en Filipinas. Dice así:

> «Hay cerca de esta isla de Cebú una isla algo más pequeña que ella al norte la cual llaman Matán en la cual a la sazón había un señor soberbio. Este aunque le envió a llamar Magallanes [no quiso ir a su llamado de esto se injurió mucho Magallanes] o a lo menos mostró que estaba injuriado y dijo público que había de vengar aquella afrenta, y aunque el señor de Cebú le decía que no rescibiese pena dello, porque con el tiempo aquel rebelde se amansaría y que él lo procuraría porque era casado con su hermana, Magallanes, según decían, traía ciertas islas de merced perpétuas, barruntase que quería tomar entre ellas a Cebú por que él lo había dicho muchas veces y que quería que tuviese muchos sujetos y por esto o por otra cosa qe a él le pareció se determinó de ir a Matán.» (*Libro que trata del Descubrimiento*, 200-201.)

La causa fundamental sería, pues, el deseo de crear un reino de Cebú, lo más grande posible, unificado y poderoso, al que pensaba volver Magallanes como representante del emperador Carlos, del que se consideraba dependiente el que pudiésemos decir primer rey de Filipinas, Carlos Humabon, señor de Cebú; Lapulapu, señor de Mactán, sería, según la opinión de Mafra, la orgullosa oposición del localismo al nacionalismo, el enfrentamiento de la patria chica a la patria grande, el freno conservador a la gran innovación progresista que pensaba establecer Magallanes. Lapulapu sería, estableciendo un parangón ibérico, el Viriato filipino y Magallanes el Scipión hispánico.

Magallanes, que debía ser más animoso que de consejo, sigue diciendo Mafra, no quiso dejar que el tiempo le diese la solución y forzándola le dijo a Humabón «que quería que viese como peleaban los leones de España», expresión y actitud, que una vez conocido el resultado, permiten a Mafra dar de ellas la siguiente opinión:

> «... que cierto en esto perdió mucha autoridad, porque un hombre que llevaba sobre si un negocio de tanta importancia no tenía necesidad de provar

sus fuerzas hasta el tiempo andando, porque de la victoria se sacaba poco fruto para el hecho que entre las naos tenía, de lo contrario se aventuraba todo el negocio de su armada que era harto más importante.» (*Libro que trata del Descubrimiento,* 201.)

Hay por lo tanto como dos orgullos enfrentados, el de Lapulapu y el de Magallanes, dos animosidades, dos actitudes nobles y esforzadas, dos voluntades, la malaya y la ibérica y Dios brinda la victoria a la primera para que paradójicamente, como expondremos, triunfe la segunda.

En cuanto a los hechos, Mafra nos dice que sacó cuarenta hombres de las naos y en dos bateles fue a Mactán acompañado del señor de Cebú y dos mil guerreros a quienes prohibió pelear. De inmediato quiso saltar a tierra y no lo hizo hasta el amanecer por consejo de Humabon. Desembarcó con treinta y cuatro hombres, de los que trece eran arcabuceros. También lo hicieron los cebuanos llevando una señal para que no se confundiesen con los de Mactán. Los bateles quedaron muy lejos de la playa por ser muy baja. Vieron un pueblo grande en un palmar sin gentes y Magallanes ordenó que se quemase una casa. Al ponerlo en práctica salieron de allí cincuenta hombres de alfange y pavés que estaban escondidos cortándole un muslo a un gallego. Por vengar su muerte cargaron los españoles retrayéndose los indígenas hasta que les salieron de una calle a sus espaldas comenzándolos a matar.

«Ya el Magallanes —dice textualmente Mafra— andaba muy herido en muchas partes de la cara y de las piernas y todavía aunque le decían que mandase a los de Çubu que peleasen no quiso, hasta que andando animando a su gente se desangró tanto que cayó muerto, entonces los de Çubu indignados arremetieron y les hicieron retraer y algunos de los de Çubu tomaron los nuestros que todos estaban heridos y los llevaron por el agua a los bateles y dejaron muertos doce de los nuestros en tierra con Magallanes entre ellos, y los otros muy heridos se tornaron con el señor de Çubu a su isla. Por lo leído —acaba diciéndonos— se puede colegir la casquetada que el desdichado Magallanes quiso hacer en cosa de tan poca importancia que andando el tiempo muy mejor hacer.» (*Libro que trata del Descubrimiento,* 202.)

Tal narración difiere de la pigafetiana. Mafra no estuvo en el combate pero debió conocerlo por boca de los que pelearon. Es una especie de versión de los vencidos. La contrarréplica de aquellos soldados, que según el cronista vicentino abandonaron cobardemente a su jefe, achacando a éste imprudencia, por más que esta fuese heróica.

Es sin discusión más imprecisa e incierta, pero, a pesar de sus errores, no se le puede negar cierto grado de veracidad. El único modo de entenderla es suponiendo que, si las tropas españolas se dividieron en dos grupos, Pigafetta nos narró preferentemente lo acontecido en uno y Mafra lo sucedido en el otro, que sería el que fue a quemar las casas, el cual pudo haber sido librado por intervención de los cebuanos, intervención que no debió acontecer en el que estaba Magallanes, pues si se hubiesen



retraído los de Mactán ante su empuje, como escribe Mafra, es inexplicable cómo abandonaron el cadáver de Magallanes y los que murieron con él a manos de Lapulapu y sus hombres.

En cuanto a sus apreciaciones, hemos de decir que no las compartimos. Lo que hizo Magallanes en Cebú no fue cosa de tan poca importancia, ni que andando el tiempo se hubiese podido hacer mejor. Esperamos probar que fue una de esas imprudencias fecundas y con visión agustiniana de la Historia calificaríamos de providencial su muerte, pues sin ella no existiría Filipinas con todo lo que representa de puente entre Oriente y Occidente, de primera nación cristiana en Asia.

## EL ROTEIRO ANÓNIMO

Al igual que el libro de Mafra, existe una narración del viaje de Magallanes escrita con posterioridad y cuyo autor no conocemos, la cual fué publicada por M. de Jong como un *Roteiro da circumnavegacão de Fernão de Magalhaes.* Hay en él expresiones que nos recuerdan a Pigafetta, pero al tratar la muerte de Magallanes se separa del autor italiano porque nos da la siguiente versión:

«... parecedo a Fernão de Magalhaes q acertaria e dana occasiào que os outros reys se convertessem, mandoulhes dizer q ou se fezessem christaos, ou dessem a obediencia ao rey christao e se nào q lhes faria guerra e lhes queymaria os lugares e palmares de q se mantén, Dous delles cò receo do damno q lhe podía fazer deerão a obediéncia ao rey christao.»

Esta es una de las pocas citas respecto a la coacción directa para aceptar el cristianismo, imposición que probablemente no le hubiese permitido el capellán Valderrama y hecho que Pigafetta narra de este distinto modo:

«El capitán indicó al rey, por el intérprete, que debía dar gracias a Dios porque le inspirara hacerse cristiano, y que ahora vencería a sus enemigos con más facilidad que antes. Respondió que quería ser cristiano; pero que algunos de sus principales no querían, porque alegaban ser tan hombres como él. Con esto, nuestro capitán ordenó llamar a todos los gentileshombres del rey, comunicándoles que, si no le obedecían como a tal, los mataría inmediatamente y entregaría sus bienes al monarca. Respondieron que obedecerían. Dijo al rey que, apenas llegase a España, había de regresar con tanto poder, que lo convertiría en el rey mayor de aquellas partes, puesto que fuera el primero en decidir hacerse cristiano. Levantó el otro las manos al cielo, en gracias, apremiándole a que se quedara allá alguno de nosotros, para mejor instruir a aquel pueblo en la fe. Respondió el capitán que, para contentarle, dejaría allí dos; pero a trueque de llevar consigo a dos muchachos de los principales. Quienes así, aprenderían nuestra lengua y, más tarde, al volver, sabrían informar a estos otros sobre las cosas de España.» («Relación del Primer Viaje alrededor del Mundo», en *Biblioteca Indiana,* Madrid, 1957, I, 44.)

Así mismo en la versión de Transilvano tampoco encontramos la tal coacción directa a la fe y sí la ayuda al monarca cebuano para someter a sus súbditos rebeldes.

A continuación, este «Roteiro anónimo» nos presenta mezcladas a la primera acción de castigo contra los reyezuelos para someterlos al de Cebú y la que pudiésemos llamar batalla de Mactán, que narra así:

> «... sayo cò sesenta homès de arcabuzes e começon a queymar casas, e cortar palmares. A isto acudio el rey cò muyta gente da terra por lho defenderè, e tranarào com elle peleia. mas em quanto duron a polvora aos nossos nâo ousarao os da terra chegar a elles: porè despoys q lhe falthou cercaráonos de todas las partes, e como erào muytos sem comparaçao prevalecerào, e os nossos nào se poderào defender nè fogir, e peleiando atee q ansarao morreào algùs e com elles Fernao de Magalhaes. O qual emquanto foè vivo nao quis q o rey seu amigo lhe acudisse com a sua gente que para isso ahy tinha, dizendo q abastanào os christàos com o favor divino pa vencer toda aquella canalha. Porè tanto q elle foy morto, logo el rey acudir, e salvou os que ficarào muyto feridos, e mandou q os levassem a as naos.» (pp. 20 y 21.)

## MARTÍN DE AYAMONTE

En Timor desertó el marinero Martín de Ayamonte, que al ser apresado por los portugueses declaró ante el capitán del puerto de Malaca, Jorge de Albuquerque, que los isleños de Mactán habían cavado grandes fosas y que cuando Magallanes desembarcó con los suyos, mucha gente se avanzó contra ellos, obligándolos a retirarse hacia el mar, y varios cayeron en los fosos y fueron muertos. (Queirós Veloso, *Fernão de Magalhães*, 505.)

## JOÃO DE BARROS

Según Queirós Veloso, el citado factor Duarte de Resende escribió, a base de los documentos de la *Trinidad* que se incautó, un *Tratado de la navegación de Magallanes*, que envió al cronista João de Barros y cuyo texto se ha perdido, pero que con él escribió su destinatario Barros las siguientes líneas sobre la muerte de Magallanes:

> «Como onde há vizinhança logo há competencia, este rey a que elle no bautismo pos nome dom Fernando, acertou de ter por vizinho outro rey com quem andava em guerra: contra o cual elle lhe pedio ayuda, pois era ja feito christao, e chamado Fernando de su nome. Fernào de Magalhàes polo comprazer meteose neste negocio de guerra: e però que ouve duas victorias do rey amigo de dom Fernando, quando veyo a terceira como duas ciladas que lhe armarào os inimigos, foi necessario os Castelhanos recolhèrese aos bateis. E primero que se saluassem, forào mortos Fernào de Magalhaes, e o astrologo Andrés de San Martín; e hù Christovao Rabello Portugues, com outros seis, ou sette homès, a vinte sette días do mes de Abril de quinhientos e vinte hum.» (João de Barros, *Asia*, dec. III, lib. V, cap. X, ed. Lisboa, 1628, t. III, p. 145.)



## CRONISTAS ESPAÑOLES

De entre los cronistas españoles que, como los portugueses citados, pudieron tener acceso a otras fuentes, cabe indicar, además de los citados Mártir de Anglería y Fernández de Oviedo, a López de Gómara, Antonio de Herrera y Fr. Rodrigo Aganduru.

### a) GÓMARA

Francisco López de Gómara no incurrió en la ligereza de opiniones de Anglería. No podemos considerarlo fuente primaria, pues tomó varias relaciones e intentó con ellas reconstruir los hechos y dar su opinión con equidad y justicia. Pudo eliminar aquellos datos que en su concepto no tenían importancia o belleza. Es un escritor de corte clásico y a este tenor hace su historia. La versión de la muerte de Magallanes le ocupa un largo capítulo de su *Historia de Indias*, aunque en ella incluye toda la navegación desde el Estrecho de su nombre. Concretamente al punto que nos interesa dice así:

> «... Los de Maután, que es otra isla y pueblo cuatro leguas de allí, no quisieron venir, o no osaron por amor de Cilapulapu, su señor. Al cual envió Magallanes a rogar y requerir que viniese o enviase a reconocer al Emperador con algunas especias y vituallas. Respondió Cilapulapu que no obedecería a quien nunca obedeció, ni a Hemabar tampoco. Mas, por no ser habido por inhumano que le daba aquellas pocas cabras y puercos que debía.» (*Historia General de las Indias*, en «Biblioteca de Autores Españoles», XXII, 215.)

Gómara ha hecho aquí una síntesis, probablemente acertada, le las dos opiniones contrapuestas en cuanto a las causas del conflicto con Mactán. Ya no es el obediente al emperador y desobediente a su vecino, sino el que no reconoce más superioridad que la suya. Ha sabido soslayar habilmente el problema concreto de los tributos que se presentaba difícil, puesto que no era explicable que diese dos cabras y negase la tercera. Hecho que podrá suponer o interpretarse por los antimagallanistas como que esas dos eran para el emperador y la otra para su cuñado y vecino. Lapulapu, según la interpretación de Gómara, que conocía por Hernán Cortes cómo los indígenas combatían a los españoles y al mismo tiempo les daban de comer, aplica por extensión esta mentalidad de los mexicanos a los de Mactán:

Siguiendo a Pigafetta dice:

> «Magallanes no entendiendo el engaño, fué allá de noche con sesenta compañeros bien apercibidos, en tres bateles, y con Carlos Hamabar, que llevó treinta barcas, dichos juncos, llenas de isleños. Quisiera combatir luego a

Mautan; mas por lo que obligado era, envió primero a decir a Cilapulapu con Cristóbal, moro, que fuesen amigos. El respondió bravamente. Sacó tres mil hombres al campo, repartiolos en tres escuadras, púsose cerca del agua, y dejó pasar la priesa de los tiros y arcabuces. Salió Magallanes a tierra con cincuenta españoles, el agua a la rodilla; ca por las piedras no pudieron arribar las barcas.» (*Historia de las Indias*, «Biblioteca de Autores Españoles», Madrid, 1858, I, 245.)

A partir de aquí difiere, tal vez con el ánimo de no dejar como desobedientes a los españoles e inepto a Magallanes, y así nos dice respecto al problema de los arcabuceros y el desenlace de la batalla:

«Mandó descargar las piezas de fuego y arcabucería, arremetiendo él a los enemigos. Como los vió quedos y sin daño, se tuvo por perdido, y se tornara si cobardía no le preciera. Andando en la pelea conosció el daño de los suyos, y mandóles retirar. Peleaban gentilmente los mautaneses; y así, mataron algunos zebutines y ocho españoles con Magallanes, é hirieron veinte, los más con yerba y en las piernas, ca les tiraban á ellas, viéndolas desarmadas. Cayó muerto Magallanes de un cañazo que le pasó la cara, teniendo ya caida la celada, à golpes de piedras y lanzas y una herida de yerba en la pierna. También le dieron una lanzada, aunque después de caido, que lo atravesó de parte a parte. Desta mesma manera acabó Magallanes su vida y su demanda, sin gozar de lo que halló, à 27 de abril, año de 21.» (*Historia de las Indias*, «Biblioteca de Autores Españoles», Madrid, 1858, I, 215-216.)

b) HERRERA

Don Antonio Ballesteros dijo que lo más valioso del libro noveno de la década II de Herrera «es el relato de la expedición de Magallanes, pues tuvo a su disposición relaciones de gran interés y tal vez hasta consultó importantes documentos. Sospechamos que haya tenido en su mano una relación del piloto Andrés de San Martín. El diario es tan detallado y exacto que supera al de Pigafetta.» (Antonio de Herrera, *Historia General de los hechos de los castellanos en las islas y Tierra Firme del Mar Océano*, Madrid, 1936, V, 323.)

La muerte de Magallanes no aparece en él sino en el capítulo IV del libro I de la década III, en donde leemos:

«... envió a decir a los otros reyes de la isla que fuesen a reconocer al rey cristiano. Los dos obedecieron luego, los otros dos no hicieron caso de su mandamiento; por lo cual partió en dos bateles armados a media noche, quemó una villa destos reyes, y se retiró con muchisimo bastimento. El día siguiente envió a decir al rey de la isla de Matán que le quemaría su villa como había hecho las otras, si no obedecía al rey cristiano. Respondió que fuese, que le aguardaría; y aunque el rey cristiano le aconsejó que no emprendiese aquello, porque era avisado que los dos reyes que le habían obedecido y el otro cuya villa había quemado, estaban ya en Matán aguardándole con más de seis mil hombres, no dejó de mandar apercibir los tres bateles, en los cuales metió sesenta hombres, porque los demás por la hambre padecida en aquel gran golfo, aun estaban enfermos. El rey cristiano, vista su determinación, le quiso acompañar con mil hombres, que luego se embarcaron en canoas. Estando para partir, dijo el capitán Serrano: *Que le parecía que non tratase de aquella jornada, porque demás de que de ella no se seguía provecho, las naves quedaban con tan mal recado, que poca gente las tomaría; y que si todavía quería que se hiciese que no fuese, sino que enviase a otro en su lugar.* Y, no queriendo tomar el consejo, se partió, y llegaron a Matán dos horas antes que amaneciese, y porque ya era bajamar, no se pudieron acercar los bateles a la villa con un tiro de ballesta.



Quisiera Magallanes embestir luego, pero el rey amigo le aconsejó que no lo hiciese hasta el día, porque sabía que tenía muchos hoyos, y en ellos hincados gran cantidad de estacas agudas, y que su gente perecería, y que no era bien ponerse en tanto riesgo. Rogóle que le dejase acometer primero con sus mil indios, y que favoreciéndole con sus castellanos, tendría la victoria segura; y no solamente no se lo consintió Magallanes, pudiéndole muy bien excusar, sino que le dijo: *Que en todo caso se estuviese quedo, mirando como peleaban los castellanos, sin que de ellos tuviese necesidad.* Siendo ya de día mandó que algunos hombres quedasen en guardia de los bateles. Salió con cincuenta y cinco, fue a la villa, no halló persona, y en habiendo puesto fuego a las casas pareció un batallón de indios por un lado, y estando peleando con él, se descubrió otro por otro lado, por lo cual se dividieron los castellanos, pero cargaron tanto los enemigos que se volvieron a juntar; pelearan gran parte de día, hasta que ya los arcabuceros no tenían pólvora ni los ballesteros saetas; y viendo los indios que no les tiraban se acercaban mucho y arrojaban gran cantidad de lanzas; y porque ya los castellanos andaban apretados, pareció a Magallanes que era bien retirarse; y siempre el rey cristiano estuvo mirando lo que pasaba, sin moverse. Estavan los bateles, como queda dicho, un buen tiro de ballesta, y yéndose retirando, era grandísima la carga de piedras, flechas con yerba y lanzas que tiraban. Quitaron a Magallanes la celada con una pedrada hiriéndole en una pierna, y de otras pedradas le derribaron, y estando en tierra le atravesaron con una de aquellas lanzas largas de cañas indianas, y de esta manera murió aquel gran capitán, por su demasiada valentía, y haber querido, sin causa, tentar la fortuna y sujetarse, como a sabiendas, a las vueltas de ella, y fue con gran sentimiento de su gente, que se halló muy desconsolada con su pérdida. Murió también Cristóbal Rabelo, que era capitán de la nao *Victoria,* y otros seis hombres. El rey cristiano, visto que Hernando de Magallanes era muerto, y que los castellanos había de perecer, y él con ellos, acordó de socorrerlos; y fue tan a propósito, que todos se pudieron embarcar y volver a las naos, a donde fue muchísimo el llanto de la gente, porque querían bien a su capitán y tenían de él tan gran concepto, que a

cualquiera parte de buena gana, sufriendo grandísimos trabajos, iban con él. Y su muerte aconteció a veintisiete de abril, de este año, y esta fue la primera vez que fueron descubiertas las Filipinas.» (Herrera, dec. III, lib. I, cap. IV.)

Aquí deja Herrera de contarnos lo sucedido en Cebú para escribir sobre lo que pasó durante ese tiempo en Castilla con los desertores de la nao *San Antonio*. Este corte nos puede indicar que las noticias acabadas de reseñar pueden proceder de Andrés de San Martín, fallecido poco después a consecuencia del trágico banquete de Cebú, y cuyos documentos habían ido a Portugal tal como ya se ha indicado.

c) AGANDURU

De la misma manera que Anglería dijo haberse informado de Judicibus, Fr. Rodrigo de Aganduru Moriz, en el capítulo V de su *Historia General de las Islas Occidentales al Asia Adyacentes, llamadas Filipinas*, escribió:

«Yo sigo una relación manuscrita original de un compañero de Magallanes que tengo en mi poder.» (*Colección de Doc. Inéditos para la Historia de España*, Madrid, 1882, LXXVIII, 18.)

Suponemos que además de esa relación tuvo también a su disposición otras fuentas impresas y a todas esas noticias añadió mucha imaginación no exenta de prejuicios para dejarla galopar a sus anchas. Vemos cómo lo hace:

«... Envió el rey de Matán a espiar lo que hacían los castellanos y sugbuanos y halló que se apercibían para dar en él; juntó su gente y púsose a punto de guerra para que tan gran enemigo no le hallase desapercibido. Magallanes armó dos bateles en que puso algunos versos, y metiéndose en ellos con treinta y seis hombres, bien apercibidos de arcabuces y ballestas, pasó a Matán; seguiríanle mil indios en embarcaciones ligeras, y llegando al puerto les dijo Magallanes que estuviesen a la mira para que fuesen testigos de sus hazañas. Ellos iban bien encargados de lo que habían de hacer, que era estarse quedos, para que, siendo vencedores los castellanos, habiéndolos obedecido, quedarían en mayor amistad suya y sin riesgo, y venciendo los de Matán quedasen disculpados q no convencidos de cómplices; que las materias de Estado de su conservación las entienden tan bien estos indios como los mejores estadistas. Con los versos de los bateles oxeó los mataneses Magallanes, y saltó en tierra, donde hizo una plática a sus soldados animándoles a aquella empresa; algunos le dijeron ser temeridad acometer a tantos como tenían presentes, pero, puesto que estaban allí, que no se desuniesen llevados quizá del gusto de la victoria. Magallanes, menos humano, que la ocasión pedía, les dijo que a ellos les tocaba pelear y obedecer y a él ordenar y mandar lo que le pareciese; con ese desabrimiento se dió el Santiago. Serían los ataneses cuatro o cinco mil y los nuestros treinta y siete con el general, que, como valiente soldado, iba delante en la vanguardia del pequeño escuadron. Cerraron con él los indios y peleóse porfiadamente por entrambas partes. Los nuestros, con las ballestas y arcabuces hicieron gran riza en los de Matán, que, apiñados, peleaban con lanza y pavés unos, otros con arcos y flechas, otros con alfange y rodela, y algunos con cerbatanas por donde tiran unas saetillas enherboladas, que en picando en cualquier parte del cuerpo, matan; con grand coraje peleaban mataneses y castellanos cuando atravesó una flecha a un hijo bastardo de Magallanes, llamado Rebello, mancebo brioso, y que hacía muy bien su deber, y luego cayó muerto porque las flechas llevan fortísima ponzoña. Viólo el padre y sintiólo tanto que, adelantándose del pequeño escuadron, se metió entre los indios como un loco, donde hizo con una espada y rodela maravillas, y aunque por socorrerle se adelantaron los nuestros, los enemigos habían corrido con él, y, en fín, acabó la vida allí miserablemente; los demás, se fueron retirando, peleando con los victoriosos mataneses. En la retirada murieron dos soldados, y viendo los demás que les faltaba la munición se embarcaron. Magallanes murió atravesado de una lanza y luego le quitaron la cabeça (estilo observado en estas islas), y poniéndola sobre una lanza la llevaba el ejército vencedor. Grande sentimiento hizo el armada viendo la desgraciada muerte de su general, cuando pudiera gloriosamente, sin reñir pendencia ajenas, volver a gozar las mercedes que el emperador Carlos V le había prometido, habiendo fin a la mayor hazaña (consideradas las circunstancias) que gozaron los siglos. Lo que acabó a Magallanes fue aborrecer el consejo, y solo tomaba el de un loco judiciario, Andrés de San Martín, que murió en esta ocasión con su general. (*Colección de Docª Inéditos para la Historia de España*, Madrid, 1882, LXXVIII, 47.)



Tan extensa narración nos sugiere que entre esas otras fuentes estuvo Pigafetta al que amplía justamente en alguno de aquellos puntos de cuya exactitud dudábamos. El hecho de ir *«bien apercibidos de 'arcabuses y ballestas'»* y tener los indios *«alfanges y rodelas»* nos recuerdan la relación del cronista italiano que amplía dando detalles acerca de las flechas envenenadas. A pesar de la prolijidad con que escribe este barroco autor, pocos son los datos que añade y ellos dudosos, pues nos parece truculencia la de que Cristóbal Rabelo fuese hijo bastardo de Magallanes. No sabemos de donde pudo sacar este dato que ninguno de cuantos cronistas llevamos citados lo dice. Hay al final una invocación con resonancias fuertemente clericalistas en la que dice así:

«Y, porque todo lo digamos, advierta el discreto lector, pues las acciones de la historia son maestras de la vida, como le alcanzó la justicia divina, cuando no la hubiera en la tierra para Magallanes, pues con el servicio de haber descubierto el Estrecho se le remitiera el delito de los castigos que antes del Estrecho ejecutó; y si fueron, por ventura, algo justificados algunos, el del sacerdote no tuvo justificación alguna. Rigoroso anduvo, y así murió con rigor y su cabeza fue puesta en un palo.» (*Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, 1882, LXXVIII, 50).

## CONCLUSIONES

De todos los textos citados se desprende que en la tan batallona cuestion del reconocimiento al rey de Cebú o al de España por arte del de Mactán, no difieren ambas posturas más que en un matiz no muy difícil de coordinar. Magallanes quería que Lapulapu se sometiese a Humabon porque se lo mandaba él en nombre del emperador Carlos, probablemente creyendo que era vasallo rebelde, pero considerando que aun no siéndole él podía obligarlo por la donación pontificia de aquellas islas al rey de Castilla; donación que obligaba a predicar, no a imponer directamente la fe por la violencia, tal como aparece en el roteiro anónimo, discordando de las demás fuentes.

La derrota de Mactán, según todas las versiones, es debida a un cúmulo de errores: exceso de confianza, falta de previsión, desprecio del enemigo, impreparación, mala elección del lugar, de las armas y los combatientes, fanfarronería, improcedencia, etc. Todos los cuales cometidos por un Magallanes que había dado abundantes muestras de sagacidad, perspicacia, prudencia, sensatez y previsión. Para explicar tal contradicción se ha hablado de un acceso de histeria religiosa que no nos convence.

Racionalmente no tiene explicación y solamente la vislumbramos si pasamos de la historia profana a la historia sagrada. Y la historia de la expansión entrapeninsular de nuestros pueblos, Portugal y España, tienen más de sagrado que de profano, de ser historia de la salud, de la salvación de todos los hombres, que de historia meramente política o económica, o sea historia de los afanes puramente terrenos. Si nos trasladamos a esa otra historia, la de lo sagrado, la paradoja de los errores y aciertos magallánicos comienza a esclarecerse y la muerte de Magallanes tiene un sentido trascendente, con una grandeza inusitada. Y lo que hizo en Cebú no es producto de un desequilibrio mental, sino la culminación de una sensata obra, más grande en el concepto de Magallanes, que la gran hazaña por la que su nombre se halla escrito en los libros de la Historia y de la Geografía, porque esta obra le permitió que se inscribiese en el Libro de la Vida.

Entonces los errores magallánicos toman otra dimensión. Si Magallanes quiso llevar la Buena Nueva a las Filipinas, el camino de aparecer como invulnerable, como Dios, era el camino del orgullo, del diablo. Por el contrario, el de la derrota y el fracaso fué la paradójica senda de lo divino.

Unos hechos posteriores apoyan esto que hemos llamado la providencial muerte de Magallanes para Filipinas, sin ella posiblemente hoy sería este archipiélago uno más de los con mayoría paganos existentes en el Pacífico. La cabezonería que le acarreó la muerte, el querer ensanchar el territorio de un reyezuelo hecho cristiano medio por temor a las armas o por conveniencia política y otro medio por temor religioso y amor a una extraordinaria doctrina, permitió que después ese sueño fuese una realidad.

Cuando llegó Magallanes a Filipinas la dominación de Alejandro VI tenía valor político. Él podía incorporarlas a Castilla si en efecto caían dentro de su línea de demarcación.



Cuarenta años después, cuando Legazpi vuelve a Filipinas, los propios teólogos castellanos han combatido de tal modo la donación pontificia, que hubiese sido injusta por ese solo título su anexión. Si a esa injusticia se añadía su pobreza en especies y metales preciosos, nada podía hacer de aquel archipiélago una nación cristiana: nada a excepción de la muerte de Magallanes.

# LA DISPERSIÓN DE LA ESCUADRA MAGALLÁNICA. EL PROBLEMA DEL REGRESO A LAS COSTAS AMERICANAS

POR

ALFONSO F. GONZÁLEZ GONZÁLEZ

Magallanes, al cabo de tantos problemas como se suscitaron para montar su expedición, partió del puerto de Sanlúcar de Barrameda el 20 de septiembre de 1519. Su escuadra se componía de cinco naos: la *Concepción,* de 90 toneles; la *Victoria,* de 85; la *San Antonio,* de 120; la *Trinidad,* de 110; y la *Santiago,* de 75 (1). De todas ellas, una sola lograría, tras mil penalidades, regresar a Sevilla, después de cubrir el mayor periplo que jamás había cumplido nave alguna. Una, ni siquiera llegó a surcar las aguas del deseado estrecho. Dos quedaron en las riberas del Pacífico. Otra, volvió, desandando su camino, apenas embocado el paso.

Esta dispersión no fué caprichosa, sino que estuvo provocada por una serie de causas profundas que, por encima de cada circunstancia particular, van a jugar un papel determinante, no solo en esta navegación, sino también en la mayor parte de las aventuras oceánicas, en las que se repetirán una y otra vez, por ser inherentes a las grandes travesías. Se trata fundamentalmente de los problemas derivados de unas técnicas de navegación todavía poco desarrolladas; del enfrentamiento con gentes desconocidas, cuyas reacciones no siempre son previsibles; del hambre; de las enfermedades; de las disensiones entre los protagonistas, etc. En fin, una serie de factores que, en mayor o menor grado, actuarán sobre todas y cada una de las grandes aventuras descubridoras durante mucho tiempo. El aniquilamiento de la escuadra magallánica se inserta, pues, en este panorama general de dificultades, pero, al mismo tiempo, posee una circunstancialidad propia, unas vicisitudes muy concretas, que es necesario analizar.

## EL NAUFRAGIO DE LA «SANTIAGO»

El 22 de mayo de 1520 la nao *Santiago,* la más pequeña de las cinco que componían la escuadra de Magallanes, naufragó durante un viaje de reconocimiento, en la actual costa de la Argentina, tres leguas más al sur del río de Santa Cruz, en medio de una tempestad (2). No se trataba de un descuido, ni la causa sería pura-

---

(1) *Relación del coste que tuvo la armada de Magallanes.* En MARTIN FERNANDEZ DE NAVARRETE — *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV.* Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, 1964, t. II, p. 502.

(2) ANTONIO DE HERRERA — *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar océano.* Edición de la Real Academia de la Historia, Madrid, 1936, t. V, dec. II, lib. IX, p. 336.

mente ocasional, pues, aunque, a primera vista, pudiera parecer que una tempestad es una circunstancia a la que puede estar expuesta cualquier embarcación en todos los tiempos, en este caso particular el fenómeno natural no es un hecho aislado. En efecto, las abruptas costas de la Patagonia, en las altas latitudes del continente suramericano, están dentro de un área normalmente azotada por vientos huracanados que «agitan con frecuencia las aguas» (3), como muy bien llegó a intuirse durante la permanencia de Magallanes en estos parajes (4), y más tarde, a fuerza de sucesivas experiencias. Un somero repaso a los testimonios de viajes posteriores nos muestra claramente como, una y otra vez, se chocará con la misma dificultad, hasta el punto de que, ya desde fecha muy temprana, se va a poner en tela de juicio la validez de la ruta marítima ahora descubierta. La expedición de Frey García Jofre de Loaysa sufrirá las iras del mar en dichas latitudes: «...partimos de la isla de San Mateo las siete velas juntas, e atravesamos la costa del Brasil, e fuimos a reconoscer los baxos de los parbos e costeamos la tierra. E a cabo de muchos días, y despues de pasado el río de la Plata, dionos tan grande tormenta, que nos desderrotamos todas las naos unas de otras e tornamos a juntar otro día...» y, poco después, «...reconoscimos el cabo de las Once mill virgenes, ques en el Estrecho... y estando allí surtos, levanto a media noche tan gran viento e tormenta, que guarraron todas las cuatro naos hasta junto a tierra; e tanto recrescio el viento, que dimos con la nao de Juan Sebastian del Cano...» (5).

(3) JEAN GOTTMAN — *América.* Barcelona, 1966, pp. 355 y 388; EMMANUEL MARTONNE — *Tratado de Geografía Física.* Barcelona, 1964, t. I, pp. 181-182, nos explica el fenómeno: «El hemisferio Sur es el menos conocido, pero sin duda el más regular. Las células anticiclónicas parecen allí soldadas en un anillo casi continuo, y dan origen, en su frente polar, a una vasta corriete del Oeste (los Westerlies de los igleses) que acarrean perturbaciones que hacen la navegación dificultosa. Estas perturbaciones explican tal vez el nombre que se dio primeramente al cabo de Buena Esperanza (cabo de las Tormentas) y la reputación que tenía el haber doblado el cabo de Hornos»; la Patagonia ha sido objeto de reciente estudio por los historiadores argentinos, como lo demuestra el «Segundo Congreso de Historia Argentina y Regional», celebrado en la ciudad de Comodoro Rivadavia, cuyos resultados es de desear que salgan pronto a la luz.

(4) En efecto, ya antes de reconocer el río de la Plata, tuvieron un temporal: «...y era tanto que aunque el fondo era basa, comenzaron a agarrar, y convino echar otra áncora...» (HERRERA, [2], t. V, d. II, cap. X, p. 324); en septiembre de 1520: «Toda la escuadra estuvo a punto de naufragar a causa de los furiosos vientos que soplaban y de la mar gruesa.» (ANTONIO PIGAFETTA — *Primer viaje en torno al globo.* B. Aires 1946, pp. 63-64); el 21 de octubre: «Por la noche sobrevino una terrible borrasca que duró treinta y seis horas, y nos obligó a abandonar las anclas, dejándonos arrastrar a la bahía, a merced de las olas y del viento...» (PIGAFETTA — *Primer...* [4], p. 65).

(5) *Relación del viaje hecho a las islas Molucas o de la Especiería por la armada a las órdenas del Comendador García Jofre de Loaysa, hecha por el capitán Andrés de Urdaneta.* En *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía* (CODOIN I, t. V, pp. 7-9); también en P. P. PASTELLS — *El descubrimiento del Estrecho de Magallanes.* Madrid, 1920, vol. I, pp. 298-299, con algunas diferencias de transcripción.



En 1534-35, la de Simón de Alcazaba experimentará algo parecido: «Yten a quinze de diziembre perdimos la nao san pedro d. nra. conserva y la nao capitana tuvo a la mar con tpo. contrario y la pascua de navidad y de los Reyes y primero dia d. Enero tovimos mucha tormenta...» (6). En 1540 será la nao capitana de la expedición de Camargo la que se estrelle contra la costa, una vez abordado el estrecho. Días después: «El 31 del dicho [enero], antes del día, nos dio tanto viento sur-sueste que era travesía en la costa, por la mucha mar se nos quebró la amarra e me hice a la vela, y anduvimos bordeando, y cuando tuve dia nos hallamos tan metidos en tierra en que estuvimos en punto de cortar los Mastiles, y quiso Dios que abonanzó el tiempo...» (7). Pedro Sarmiento de Gamboa volverá a ser víctima de las condiciones climatológicas de esta región inhóspita: «...y en llegando el viento al oessudueste, poco despues de mediodia comenzo a ventar con tanta furia, y metió tanta mar y tormenta, que nos hizo tomar las velas. Y así estuvimos con mucho viento y mar y frío hasta lunes de mañana...» (8). Un año después, en 1584, el mismo Sarmiento nos narrará otra escena semejante: «...y tras esto se lebantó un biento de las sierras nevadas tempestuossísimo con el cual y corriente rebentaron las amarras y se torno a dar fondo a otras anchoras y era tanto el arfar y babear de las naos sobre el amarra que no había quien se pudiese tener en pie en las naos...» (9).

Los testimonios podrían multiplicarse indefinidamente. Sin embargo, nosotros cerraremos esta breve exposición con uno muy posterior a la aventura de Magallanes. Se trata de la expedición que, en los años 1785 y 1786, realiza la fragata *Santa María de la Cabeza* a la región del Estrecho, en viaje científico y de adiestramiento para los oficiales de la Armada Real. En diciembre de 1785, antes de embocar la angostura del paso, la fragata sufrió los rigores del mar: «Los vientos siguieron toda la noche del O con tanta violencia, que no permitieron mas vela, que el estay de mesana, y por la mañana habían arrojado a la Fragata a 16 leguas de la costa...» (10).

Si a estas adversas condiciones, tan frecuentes como imposibles de eludir, añadimos el desconocimiento propio de unos hombres que recorren por primera vez estos parajes, no puede causarnos sorpresa la pérdida de una nave que, en última

(6) *Relación de lo que sucedió en la expedición y Armada de Simón de Alcazaba al Estrecho de Magallanes hasta su vuelta a la isla de Santo Domingo.* En PASTELLS [5], vol. I, p. 263; también en CODOIN I [5], 5, p. 99.

(7) *Relación del viaje que hicieron las naves del Obispo de Plasencia desde la altura del Río de la Plata para el Estrecho de Magallanes.* En *Colección de diarios y relaciones para la Historia de los viajes y descubrimientos.* Instituto Histórico de Marina. Madrid, 1943, t. I, pp. 19-20.

(8) PEDRO SARMIENTO DE GAMBOA — *Viajes al Estrecho de Magallanes.* Ediciones y notas al cuidado de Angel Rosemblat. Buenos Aires, 1950, p. 328.

(9) P. P. PASTELLS — *El descubrimiento* [5], vol. I, p. 21. Copia del documento original de Sarmiento, al que pertenece este párrafo.

(10) ANTONIO DE CORDOBA — *Relación del último viage al Estrecho de Magallanes de la Fragata de S. M. Santa María de la Cabeza en los años 1785 y 1786.* Madrid, 1787, p. 27.

instancia, constituye un mal menor, si se tiene en cuenta lo que pudo haber ocurrido si toda la escuadra se hubiera visto envuelta en la misma circunstancia, sin contar con esta experiencia previa. Lo verdaderamente sorprendente es que pudieran, bajo tales condiciones, llegar cuatro naves a la boca del estrecho. Es más que probable que fuera la pericia marinera de Magallanes la que evitara una y otra vez la catástrofe ([11]). El portugués se nos revelaría, así, como el gran marino que muchos opinaron que fué.

## LA FUGA DE LA «SAN ANTONIO»

La segunda baja que sufre la expedición responderá a unas motivaciones completamente distintas a las que provocaron la pérdida de la *Santiago*. Ya no se deberá a los efectos de las condiciones naturales adversas, sino a la libre voluntad de unos hombres que deciden separarse y tornar al punto de partida. Pero no casualmente. En el fondo lo que pone de manifiesto la fuga de la *San Antonio* es la gran desilusión del estrecho, la necesidad de dar con otro paso, que no presentara unas dificultades tan extremas.

No en vano una empresa descubridora o conquistadora reunía a varios individuos de una pareja calidad personal, ansiosos de gloria y riqueza, y supeditados a uno de ellos cuya única preeminencia se basaba en la fortuna de haber conseguido una capitulación, o de contar con los medios precisos para financiar una aventura. En estas circunstancias no es extraño que los roces fueran frecuentes. Sobre todo, si tenemos en cuenta que en la época, en virtud del sistema de capitulaciones, se reclutaban las gentes precipitadamente, y que la lentitud en las comunicaciones impedía determinar con posterioridad, ante el cúmulo de noticias contradictorias, de parte de quien estaba la razón. La fuga de la *San Antonio* no será, pués, un hecho singular dentro del contexto del momento. Ahora bien, si lo analizamos, si nos introducimos en sus motivaciones particulares, en sus razones propias, nos damos cuenta en seguida de que éstas son dignas de un detenido examen, por su carácter precursor de una mentalidad, que no tardará en adquirir una plena difusión.

Para esclarecer el hecho puede echarse mano de la explicación de Herrera, según la cual el piloto portugués propugnaba el regreso en busca de refuerzos, que consideraba necesarios para el buen logro del fin propuesto: «...que pues se había hallado el Estrecho para pasar a los Malucos, se volviesen a Castilla, para llevar otra Armada, porque había gran Golfo que pasar; y si les tomasen algunos días de calma o tormentas, perecerían todos...» ([12]). Sin embargo, toda la actuación posterior de Esteban Gómez, desentendiéndose de las expediciones que, con escaso intervalo de tiempo, se preparan para seguir la ruta magallánica, parece refutar la hipótesis esbozada por Herrera.

([11]) Ver nota 4.

([12]) ANTONIO DE HERRERA — *Historia* [2], t. V, déc. II, lib. IX, p. 343.



En efecto, conociendo la alta estima en que era tenido el piloto en la corte, y la decisión del emperador de llevar a cabo una serie de viajes hacia las regiones de las especias, utilizando el paso que acababa de ser descubierto, no puede menos de extrañar que aquel no pretendiera dirigir, o siquiera intervenir en ellos. Y que tampoco se solicitara su participación, dada su experiencia. Claro es que cabe pensar que esta marginación pudiera ser el resultado de su comportamiento en la expedición que nos ocupa, pues sabemos que, a la vuelta de la *San Antonio*, fué encarcelado ([13]). Sin embargo, también sabemos que, inmediatamente, fué puesto en libertad, por ser considerado el único hombre capaz de hacer frente a los piratas que interceptaban el comercio de América ([14]). Que, en 1521, nuestro personaje es enviado a Bilbao a inspeccionar la construcción de los navíos para el comercio de la especiería. Que, en 1523, dirige la construcción de los cinco barcos de la armada de Loaysa. Y que, en ese mismo año de 1523, obtiene de Carlos V una patente que le permite partir en busca de un paso por el Norte, entre Florida y Terranova ([15]). Hechos lo suficientemente elocuentes para permitirnos rechazar la posibilidad arriba apuntada.

Navarrete tampoco deja clara la cuestión, pues, tras refutar la afirmación — que califica de gratuita — del traductor del diario de Pigafetta, quien centra su argumentación en torno a la fuga en el hecho de que Esteban Gómez quería hacer el viaje que se le adjudicó a Magallanes, e incluso ya había obtenido permiso para ello ([16]), afirma que quizá el resentimiento del piloto portugués naciera después, tras la sublevación de San Julián, al no recibir ningún cargo de mayor importancia ([17]). Sin embargo, una insatisfacción de este tipo no creemos que sea motivo suficiente para el abandono de la armada, si no existe otra razón más fuerte.

Estos hechos nos conducen a una conclusión clara: a Esteban Gómez no le interesaba la ruta del estrecho recién descubierta. Quería buscar otra, la del Norte, para la cual obtuvo la capitulación. Pero ¿Por qué ir a buscar un paso al Norte si ya se conoce por el Sur?. La respuesta debe apoyarse en dos motivaciones fundamentales, que no actuan aisladamente, sino íntimamente entrelazadas. En primer lugar, por afán de notoriedad, de gloria; en segundo lugar, por el desengaño del estrecho conocido. Si la escuadra de Magallanes hubo de recorrer tan largo camino; si

([13]) ANTONIO DE HERRERA — *Historia* [2], t. VI. Madrid, 1947, déc. III, lib. I, cap. IV, p. 28.

([14]) ANTONIO DE HERRERA — *Historia* [2], t. VI, Madrid, 1947, dec. III, lib. I, cap. XIV, pp. 83-84: incluso se da el 4 de octubre de 1521 una «*Real cédula para que se pague a Esteban Gómez su sueldo de piloto y que sus bienes queden depositados hasta que se decida lo que ha de hacerse con los que volvieron en la nao San Antonio*». En: *Colección general de documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo General de Indias*. Publicada por la Compañía General de Tabacos de Filipinas. Barcelona, 1920, t. III (1519-1522), pp. 195-196.

([15]) L. A. VIGNERAS — *El viaje de Esteban Gómez a Norte América*. «Revista de Indias» (Madrid) nº 68 (abril-jun. 1957), pp. 189-190.

([16]) CARLOS AMORETTI — *Prefacio del traductor francés*. En PIGAFETTA — *Primer* [4], pp. 25-26.

([17]) NAVARRETE — *Colección* [1], t. II, pp. 407-408.

debió permanecer casi cinco meses en el puerto de San Julián —del 31 de marzo al 24 de Agosto ([18]) — esperando el buen tiempo; si se perdió un navío a causa de las adversas condiciones climáticas; si estas condiciones, lejos de mejorar, empeoraban al aproximarse a la angostura del paso; y si, además, se carecía de una base desde la cual apoyar los viajes ¿Qué valor podía tener el hallazgo? ¿Hasta que punto podía competir con la ruta portuguesa por el Este?

Todas estas razones le convencerían de la necesidad de buscar un nuevo camino para salvar el continente y de protagonizar ese intento. Ya no le interesaba seguir en la expedición, pues alguién podía adelantársele. Para su abandono contará con un hecho fortuito, la falta de contacto con el resto de la armada a la vuelta de su viaje de reconocimiento; y con un apoyo, el descontento de un sector de la tripulación después de los graves sucesos de San Julián, que podría ofrecerle argumentos de disculpa a su defección ([19]). Las palabras puestas por Herrera en boca del piloto —palabras que sin duda pronunció— responden, pues, en parte a la realidad de su pensamiento, y en parte no. Responden en cuanto reflejan su desprecio por el lugar, y no lo hacen en tanto que con ellas trata de buscar un pretexto para regresar a la Península, apoyándose en la necesidad de aprestar otra flota.

Esteban Gómez es, por tanto, el primer gran desengañado del Estrecho. Por eso no insistirá por esa ruta e intentará buscar otra por el Norte. Y, si fracasó en su intento, en su proyecto de ofrecer una pieza de recambio ([20]), tiene, sin embargo, el gran mérito de haber sabido intuir toda una serie de dificultades que, posteriormente, tanto preocuparán a la corona española ([21]).

## EL ABANDONO DE LA «CONCEPCIÓN»

El carácter dramático de una expedición descubridora o conquistadora, el sacrificio humano tan elevado que suponía cualquier aventura de este tipo, tienen un claro exponente en la de Magallanes. Tras casi dos años de navegación, se encuentra la tripulación tan mermada que es necesario abandonar una de las naves, la *Concepción*— quemándola en mayo de 1521 para que no pudiera ser utilizada por posibles enemigos—, por falta de brazos para su gobierno. Múltiples son las causas de este paulatino desgaste humano. Causas que no solo actuan en la armada que nos ocupa, sino también en la mayor parte de los viajes de la época.

([18]) HERRERA—*Historia* [2], t. V, dec. II, cap. XI y XIV, pp. 330 y 340.

([19]) A su vuelta, el 6 de mayo de 1521, los fugados apoyan su argumentación en los abusos de Magallanes, como puede verse en: *Carta del contador Juan López de Recalde al obispo de Burgos dandole cuenta de la llegada al puerto de las Muelas de la Nao San Antonio...* En NAVARRETE—*Colección* [1], t. II, pp. 528-532. También en *Colección Filipinas* [14], pp. 139-149.

([20]) Sobre el viaje de Esteban Gómez al Norte ver: L. A. VIGNERAS—*El viaje* [15], pp. 189-207.

([21]) Sobre la posterior preocupación por el estrecho ver: JESUS MARIA LOPEZ RUIZ —*Hernandez de Serpa y su hueste de 1569 con destino a N. Andalucia*, Caracas, Academia Nacional de la Historia, 1974, pp. 86-107.



1) Las disensiones internas que, en nuestro caso, costarán la vida a tres hombres, provocarán el abandono de dos, y a punto estarán de originar una lucha abierta ([22]).

2) Las enfermedades, en especial el escorbuto, siempre imprevisibles por desconocidas, motivadas casi siempre por deficiencias de alimentación. Pigafetta nos narra el cuadro patético de la presencia del mal: «...la galleta que comíamos no era ya pan, sino polvo mezclado con gusanos... El agua que nos veíamos obligados a beber era igualmente pútrida y hedionda...» «...mas no fué esto lo peor. Nuestra mayor desdicha era vernos atacados de una enfermedad por la cual las encías se inchaban hasta el punto de sobrepasar los dientes, tanto de la mandíbula superior como inferior, y los atacados de ella no podían tomar ningún alimento...» «...Además de los muertos tuvimos de veinticinco a treinta marineros enfermos, que sufrían dolores en los brazos, en las piernas y en otras partes del cuerpo...» ([23]).

3) El contacto con los indígenas, no tanto con los americanos —aunque también estos causaron alguna muerte ([24])—, todavía en estado muy primitivo, y por lo tanto más asustadizos, menos organizados, como con los orientales, acostumbrados al trato con gentes extrañas, islamizados en gran parte, y muy peligrosos. No es necesario recordar la muerte de Magallanes o la traición de Cebú.

4) Las adversas condiciones naturales, en especial las tormentas, que, aunque no costaron a la armada más que una vida en el naufragio de la *Santiago* ([25]), pudieron tener más funestas consecuencias. De todas formas, no es pequeño el número de los que perecieron ahogados ([26]).

Hasta aquí los factores que determinan el paulatino descenso de tripulantes hasta el momento del abandono de la *Concepción*. Pero el desgaste, o mejor, la merma de efectivos —pues no todos los que no completan el viaje fallecen—, continuará, en función de los mismos imperativos o de otros nuevos. Entre estos últimos pueden citarse:

1) Los abandonos forzosos: tres en la isla de Borneo y un navío con 54 hombres en las Molucas ([27]).

([22]) HERRERA—*Historia* [2], t. V, dec. II, cap. XII al XIV, pp. 331-340; *Información que mandó tomar Magallanes en el puerto de San Julian sobre el atentado que cometió Gaspar de Quesada...* En NAVARRETE—*Colección* [1], t. II, pp. 520-528, también en: *Colección... Filipinas* [14], pp. 78-94.

([23]) A. PIGAFETTA—*Primer* [4], pp. 70-71.

([24]) *Relación de todas las personas que fallecieron en la expedición de Magallanes.* En P. P. PASTELLS: *El descubrimiento* [5], p. 233. También en: *Colección... Filipinas* [14], pp. 284-297. En adelante citaremos por Pastells.

([25]) *Relación* [24], p. 232.

([26]) *Relación* [24], pp. 231-241.

([27]) *Relación* [24], p. 240; PIGAFETTA—*Primer* [4], p. 151.

2) Las fugas: dos individuos en Borneo y otros dos en la isla de Timor ([28]), que deben añadirse a los 60 hombres, poco más o menos, que huyen con la nao *San Antonio*.

3)La presencia portuguesa. Son conocidos los esfuerzos del rey lusitano para impedir la salida y los posteriores proyectos de destrucción de la armada. Esta tendrá que ir huyendo siempre de los Portugueses. A pesar de todo, doce marinos serán apresados en las islas de Cabo Verde, y los supervivientes de la nao *Trinidad* caerán también en manos lusitanas ([29]).

Todas estas circunstancias irán mermando poco a poco la expedición, hasta el punto de que, de los 265 hombres ([30]) que salieron, el 20 de septiembre de 1519, solamente lograron completar la vuelta al mundo, el 6 de septiembre de 1522, dieciocho ([31]). El resto fallecerá o se irá quedando atrás a lo largo del camino ([32]).

En el fondo, el desgaste humano de la escuadra de Magallanes, lo mismo que el desgaste humano de tantas otras huestes o escuadras, no se deberá más que a las precarias condiciones con que unos hombres se enfrentan con la realidad de su época, lo que, en última instancia, no hará más que valorizar al máximo su aventura.

---

([28]) *Relación* [24], pp. 238-239.

([29]) NAVARRETE — *Colección* [1], t. II, pp. 462, 463-469.

([30]) NAVARRETE — *Colección* [1], t. II, pp. 421-429. La Dra. M.ª LOURDES DIAZ TRECHUELO en: *La organización del viaje: financiación, enganches, acopios y preparativos*, trabajo publicado en esta misma obra, asegura, despues de haber consultado una completa documentación que la escuadra se componía de 237 hombres. Creemos que esta cifra es la correcta y no la de Navarrete.

([31]) PIGAFETTA [4], p. 165; la lista de supervivientes en NAVARRETE [1], t. II, p. 463.

([32]) El paulatino descenso de la armada se produce de la siguiente forma: desde San lúcar a la salida del Estrecho mueren 16, dos son abandonados, y regresan aproximadamente unos 60 en la *San Antonio* (NAVARRETE — *Colección* [1], t. II, pp. 441 y 528); desde aquí a las Filipinas fallecen 11 (idem, p. 443); en las Filipinas 35 en la lucha y el convite, y 8 de enfermedad (idem, p. 448); desde Cebú a las Molucas, mueren 5, 3 son abandonados y huyen 2 (idem, p. 454, *Relación* [24], pp. 238-239); en Timor se fugan 2 (idem, p. 459, *Relación* [24], p. 239); con la *Trinidad* quedan 54 (PIGAFETTA — *Primer* [4], p. 151); desde las Molucas a Sanlúcar mueren 15 (NAVARRETE — *Colección* [1], p. 462); y los Portugueses apresan a 12 en Cabo Verde (idem, p. 462). Todas estas cifras, excepto la de los huídos con la *San Antonio*, la de los dejados en Tidore y la de los apresados por los Portugueses en Cabo Verde, pueden comprobarse en: *Relación* [24], pp. 231-241. De ella las ha sacado Navarrete.

No obstante, después de restar del número total de los que salen, la suma de los que se van quedando — según los datos que poseemos — resulta que deberían haber llegado a Sanlúcar 40 individuos en lugar de 18. La diferencia puede estar en el número de los que se volvieron con la *San Antonio*, y en que en la Relación no figuran los hombres fallecidos en las Molucas ni en los primeros días de la navegación solitaria de la nao *Victoria*. Hay un salto del 4 de noviembre de 1521 al 5 de febrero de 1522. También es posible que en la Relación haya más lagunas. Partiendo del nuevo total de 237 hombres que nos aporta la Dra. M.ª Lourdes Díaz Trechuelo, tampoco obtenemos una cifra final de 18 hombres. No obstante, el error es mucho más pequeño — 6 individuos — y por lo tanto mucho más facil de explicar apoyándonos en las causas que antes apuntamos.



## LA NAO «TRINIDAD» Y SU INTENTO DE REGRESO. EL PROBLEMA DEL RETORNO A LAS COSTAS AMERICANAS

El 21 de diciembre de 1521 partía de Tidore la nao *Victoria* con 60 hombres, rumbo al Oeste, para completar la circumnavegación al globo. La *Trinidad* no pudo seguirla, por habérsele abierto una vía de agua y necesitar una difícil reparación, que retrasaría mucho la salida. Quedó, pues, en las Molucas, con 54 hombres, y desde allí, el 6 de abril de 1522, intentaría dar con el camino de regreso a Panamá. Y concretamente a Panamá porque, en primer lugar, Panamá era la ventana del Pacífico; y porque, en segundo lugar, según el Memorial de Rodrigo de Colmenares, de 1515, que recogería una opinión muy generalizada, la Especiería «está muy cerca» ([33]). Se iba a abrir así un largo paréntesis de 53 años, hasta la expedición de Legazpi, durante el cual la ruta del Este fué un enigma, y un motivo de preocupación para la corte española, que necesitaba con urgencia abrir una vía que evitase una navegación demasiado larga y peligrosa — por la presencia portuguesa — y permitiese establecer un contacto entre los territorios americanos y las regiones especieras.

El problema de la vuelta al continente americano, el de los fracasos de los ensayos iniciales — en concreto el de la *Trinidad* —, y su posterior resolución, están íntimamente conectados con la circulación atmosférica, en superficie, en el Océano Pacífico y costas de Asia. Una breve referencia a las características de esta circulación nos permitirá explicarnos las condiciones en que tuvieron que moverse los marinos de la época y que determinaron el tardío hallazgo del camino de vuelta.

En el Pacífico, al igual que en el Atlántico, en las latitudes que a nosotros nos interesan — bajas y medias —, existen, a ambos lados del ecuador, dos sistemas de vientos paralelos en ambos hemisferios. Desde el ecuador, hasta aproximadamente los 30 o 40 grados de latitud norte y sur, soplan vientos de componente Este, los Alisios, cuya dirección no es absolutamente uniforme, pues en la orilla oriental de los océanos soplan del NE en el hemisferio Norte, y del SE en el hemisferio Sur. En el centro poseen una clara componente Este; y en la orilla occidental se desvían hacia el NO y el SO, respectivamente. Tampoco constituyen un bloque continuo desde los 30 o 40 grados de latitud Norte a los 30 o 40 grados de latitud Sur, sino que se trata de dos Alisios, uno al Norte y otro al Sur, que a veces convergen en la proximidad del ecuador ([34]), a veces permiten la formación de una contracorriente central de componente Oeste, y a veces dan lugar a zonas de bajas presiones, de calmas o doldrums, que tantas veces han tenido que experimentar los marinos ([35]).

---

([33]) Colección Muñoz. T. 75.

([34]) No se puede decir que exactamente en el ecuador, pues con el cambio de las estaciones los Alisios sufren un desplazamiento hacia el N o hacia el S: «El alisio boreal se extiende más ampliamente en verano sobre la orilla americana del Atlántico, desde el cabo de San Roque hasta las Antillas, pero retrocede en invierno ante el alisio austral hasta las Guayanas...» (MARTONNE — *Tratado* [3], p. 181).

([35]) Sobre los Alisios ver: FRANÇOIS DURAND-DASTES — *Geographie des Airs*. Paris, 1969, pp. 38-43; P. PEGUY — *Précis de Climatologie*. Paris, 1970, pp. 44-54; MARTONNE — *Tratado* [3], pp. 180-181.

Desde aproximadamente los 30 o 40 grados de latitud Norte y Sur, hasta los 60 o 70, existe una zona de vientos del Oeste, los Westerlies, «...de una vasta corriente del Oeste que acarrea perturbaciones que hacen dificultosa la navegación...» (36).

A este simple esquema circulatorio hay que añadir, en las costas orientales de Asia, el efecto del monzón, de la corriente de aire cíclica que en verano sopla del mar a la tierra y en invierno de la tierra al mar, dislocando el esquema anteriormente expuesto. Por esta causa, en las proximidades del continente asiático, durante el invierno hay que hacer descender los vientos del Oeste —siempre en superficie— a muy bajas latitudes y durante el verano hay que hacer ascender los vientos del este a latitudes más altas (37).

Finalmente, las corrientes marinas en estas latitudes están íntimamente ligadas a los vientos. Las corrientes nor y surecuatorial, de Este a Oeste, son de impulsión —provocadas por los Alisios—, y las del Oeste, en latitudes medias, proceden del choque y desviación consiguiente de las primeras al encontrar el continente, ayudadas, además, por los Westerlies. La corriente central de compensación no es lo suficientemente fuerte, ni tiene una localización constante, para permitir un regreso por la zona, contando además con que ésta es una área de frecuentes calmas (38).

La nao *Trinidad* parte de Tidore el 6 de abril de 1522, y, después de recalar en la isla de Morotay, sus tripulantes, ya en alta mar, «formaron consejo para deliberar sobre la derrota que habían de seguir; computando que de los Malucos a Panamá no había más de 2000 leguas... Su derrota hacia Levante tenía vientos contrarios; tomaron el bordo del N; encontraron en los 20 grados una isla, donde fué a la nao mucha gente bárbara... siguieron su viaje con el mismo bordo N por espacio de cuatro meses hasta ponerse en 42° de latitud boreal...» (39).

Ascendieron, pues, aproximadamente por entre los 130 y 150 grados de longitud, aprovechando la dirección NO del Alisio en la orilla occidental del océano, y luchando con la instalación del monzón de verano —el día 11 de julio estaban a 19° de latitud norte (40)—, a medida que se aproximaban a la costa continental (41), hacia la cual se verían arrastrados (42). Encontraban, pues, vientos contrarios a su

(36) Sobre los vientos del oeste ver: F. DURAND-DASTES — *Geographie* [35], pp. 51-60; P. PEGUY — *Precis* [35], pp. 44-54; MARTONNE [3], pp. 181-183.

(37) Sobre el Monzón: ANTONIO LOPEZ GOMEZ — *Los monzones y el clima del Asia monzónica.* «Estudios Geográficos», n.° 47, p. 229; PEDELABORDE — *Le Mousson.* Paris, 1970; MARTONNE [3], t. I, pp. 183-184; P. PEGUY [35], pp. 99.

(38) Sobre las corrientes ver: J. BOUTELOUP — *Vogues, Marees, Courants Marins.* Paris, 1950; MARTONNE [3], t. I, pp. 396-411.

(39) NAVARRETE — *Colección* [1], t. II, p. 464.

(40) P. P. PASTELLS — *El descubrimiento* [5], t. I, p. 131.

(41) Aunque ellos siguieran al Norte sin desviarse, cosa poco probable, se irían aproximando a la costa como consecuencia del avance en longitud del contingente asiático, a medida que se asciende en latitud. Esto haría que, poco a poco, fueran sintiendo con más intensidad el efecto del monzón.

(42) P. P. PASTELLS — *El descubrimiento* [5], t. I, p. 131, dice: «Y a 11 de julio pasaron por la isla de Cyco, situada a 19° largos de latitud norte, y con vientos contrarios corrieron hasta los 42° de la misma latitud...».



intento de doblar hacia el Este, a pesar de que ascendieron hasta los 42°, donde, lógicamente, debían hallar los vientos del Oeste. No los hallaron porque por la longitud en que navegaban —muy próxima a las costas del Japón—, y por ser época de verano, tenían el monzón soplando hacia tierra. Si este intento lo hubieran realizado en invierno, al remontarse a tan alta latitud, hubieran podido poner proa hacia América, aprovechando el monzón de invierno, primero, y los vientos del Oeste, después. También, si hubieran logrado rebasar el Alisio por una longitud mayor, habrían podido encontrar la ruta de regreso, como después se hizo. Su retorno lo efectuaron en unas condiciones parecidas, siempre luchando con vientos de componente Este.

En el año 1528 se intentará otra vía. Alvaro de Saavedra saldrá de Tidore en junio de ese año y navegará continuamente en el área de los Alisios, hallando siempre vientos contrarios a su propósito. Tuvo que regresar al cabo de seis meses, después de haber tocado en las islas de los Ladrones y en Mindanao (43). El mismo Alvaro de Saavedra tratará, en 1529, de hallar de nuevo el camino. Logró ascender hasta los 26° de latitud Norte y antes de morir aconsejó a sus hombres que continuaran remontando hasta los 30° «y que no hallando tiempos para ir a Nueva España, se volviesen a Tidori...» (44). Estos ascendieron hasta los 31°, y cuando ya se encontraban próximos a hallar corrientes de aire favorables, decidieron retornar, haciendo caso de los consejos de su antiguo capitán (45).

El camino de regreso no será descubierto hasta 1565, por dos naves de la expedición de Legazpi. Expedición en la que se había embarcado Fray Andrés de Urdaneta con la concreta misión de encontrar dicha vía (46), de lo que se mostraba muy seguro (47). Sin embargo, pocos días después de partir la armada del Puerto de Navidad, el día 1 de diciembre de 1564 se separaría el Patax *San Lucas,* mandado por Alonso de Arellano, quien, en un viaje en solitario, y tras tocar en las Filipinas, retornó a Nueva España el 9 de agosto de 1565, hallando por primera vez la ansiada

(43) NAVARRETE — *Colección,* [1], t. III, pp. 62-63.

(44) NAVARRETE — *Colección,* [1], t. III, p. 69.

(45) NAVARRETE — *Colección,* [1], t. III, pp. 68-69.

(46) En las instrucciones a Legazpi se le dice expresamente: «Y porque como sabeis, el Padre Fray Andrés de Urdaneta va en esa Jornada por mandado de Su Magestad proveheréis..., que el dicho Fray Andrés de Urdaneta vuelva en uno de los navíos que despacháredes para el descubrimiento de la vuelta, porque despues de Dios se tiene confianza por las experiencias y platica que tiene de los tiempos de aquellas partes... será causa principal para que se acierte con la Navegación de la vuelta para Nueva España...». *Instrucción que se dio por el Presidente y Oydores de la Real Audiencia de Méjico a Miguel López de Legazpi.* En *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar* (CODOIN 2), t. 2. Madrid, 1886, pp. 190-191.

(47) Ver M.ª LOURDES DIAZ TRECHUELO — *Filipinas y el tratado de Tordesillas.* En *El tratado de Tordesillas y su proyección.* Valladolid, 1973, p. 232.

ruta (48) .De todas formas, el descubridor intelectual será Urdaneta, siendo de su viaje, además, del que nos ha quedado la más detallada relación (49).

La nao *San Pedro,* con el religioso a bordo, salió de la isla de Cebú antes de iniciarse el verano — 1 de junio de 1565 —, llevando por capitán a Felipe Salcedo. Después de bordear la costa occidental de Filipinas, puso rumbo al NE, saliendo poco a poco del dominio del monzón, ayudado por éste antes de su inversión. Atravesó el área del Alisio, en oblicuo, aprovechando su dirección NO. Ascendió hasta superar los 30° de latitud norte, donde halló los vientos del Oeste, gracias a los cuales pudo poner rumbo al Este, hasta la proximidad de las costas norteamericanas, donde el Alisio norecuatorial tiene una componente NE, lo que le permitió ir descendiendo en latitud. El miércoles 26 de septiembre avistó la parte sur de Califórnia, a 23° (50), el 1 de octubre se encontraba en el Puerto de Navidad (51), y el 8 de dicho mes entró en Acapulco, estableciendo así la ruta que tantas veces será repetida por el Galeón de Manila, durante dos siglos y medio (52). Ruta simétrica a la que era seguida por los navíos que regresaban desde América a la península, surcando el Atlántico (53).

Una derrota similar, en torno a los 40° de latitud norte, siguió el fugado Arellano, como consta en la relación hecha por él mismo (54).

(48) *Relación mui singular y circunstanciada hecha por don Alfonso de Arellano Capitan del Patax San Lucas del Armada del General Miguel López de Legazpi.* En CODOIN 2 [46], 3, pp. 1-76. Como puede verse en este documento, a su llegada alegó que se había separado del resto de las naves a causa de una tormenta. Sin embargo en la *Relación... del viaje y jornada que hizo el Armada de S. M., de que fue por General el muy Iltre. Señor Miguel Lopez de Legazpi...*, CODOIN 2 [46], 2, pp. 217-273, no aparece tal circunstancia, sino que se dice: «el dicho General mandó a Lope Martín Piloto del Patax San Lucas que no se desviase del Armada, y que por proa de la Capitana se adelantase solamente media legua, y ansi el dicho Juebes en la tarde el dicho Patax se puso ante la proa de la Capitana..., y el Viernes por la mañana no parescio..., lo qual no poca pena dio a la Armada, y al General mayormente, porque se sospecho haberse apartado por culpa o descuido del dicho Lope Martin...», pp. 222-223.

(49) *Derrotero de la navegación de las Islas del Poniente para la Nueva España: hecho por Rodrigo de Espinosa...* En CODOIN 2 [46], 2, pp. 427-456. Es muy probable que, si no Alonso de Arellano, al menos el piloto Lope Martín, a quien parece que todos coinciden en hacer responsable, conociera el derrotero que pensaba seguir Urdaneta, del que se aprovecharía, pues, en la *Relación mui singular...* [48] se aprecia que se muestram muy seguros de la ruta que deben seguir. Además en la *Relación detallada de los sucesos ocurridos durante el viaje de la nao San Jerónimo...* CODOIN 2 [46], 3, pp. 371-475, se dice: «...apartandose de su flota y capitana maliciosamente por venir y tornar solo ... a esa nueva españa como lo hizo queriendo usurpar la gloria agena [se refiere al piloto]...», p. 377.

(50) *Derrotero de la navegación de las Islas del Poniente...* [49], p. 451.

(51) *Derrotero de la navegación de las Islas del Poniente...* [49], p. 456.

(52) LUIS M.ª LORENTE RODRIGAÑEZ — *El Galeón de Manila,* «Revista de Indias» (Madrid) nº 15 (En marzo 1944), p. 107.

(53) PIERRE CHAUNU — *Les Philippines et le Pacifique Iberique (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*, S. E. V. P. E. N., 13, rue du Four, Paris (6e), 1960, p. 63.

(54) *Relación mui singular y circunstanciada hecha por don Alfonso Arellano...* [48], pp. 65-73.



*

La nao *Victoria,* la única de las cinco que partieron de Sanlúcar de Barrameda, que pudo completar la gran aventura oceánica, salió de Tidore el 21 de diciembre de 1521. Para evitar a los Portugueses (55) buscó el mar abierto, donde, navegando en torno a los 30° de latitud Sur, encontró vientos del Este favorables, que le permitieron doblar el cabo de Buena Esperanza en mayo de 1522 (56), con infinitos trabajos: «...el más grande y peligroso Cabo conocido de la Tierra...», sugún expresión de Pigafetta, que nos resume acertadamente las penalidades sufridas. En julio tocan las islas de Cabo Verde, para entrar en Sanlúcar, el 6 de septiembre, 18 «...de 60 hombres que componían la tripulación cuando salimos de las islas Maluco... Los demás, unos se escaparon en la isla de Timor, otros fueron condenados a muerte por los crímenes que cometieron y otros, en fin, perecieron de hambre (57).

Si tiene interés el viaje de Magallanes no es únicamente por el descubrimiento del Estrecho, lo que ya es importante, sino porque, como vemos, con la dispersión de las naves, va a asegurarse el descubrimiento meridional de América — con el retorno de Gómez —, y el descubrimiento de la navegación en el Pacífico: tanto en la oblicua Suroeste, hasta las Filipinas, como en las latitudes medias y altas del hemisferio Norte, por la *Trinidad.*

Pero aun hay más, porque el retorno de El Cano, a través del Cabo, plantea, a la inversa, el problema político de las Molucas, porque si era lícito volver de ellas por Buena Esperanza ¿como no habría de serlo el ir?, con lo que se volvía al viejo punto de vista de Fernando el Católico, según las ideas de 1512.

(55) ANTONIO PIGAFETTA — *Primer* [4], p. 163.

(56) *Diario o derrotero del viaje de Magallanes desde el cabo de San Agustín, en el Brasil, hasta el regreso a España de la nao Victoria, escrito por Francisco Albo.* En NAVARRETE — *Colección* [1], t. II, pp. 533-556. Publicado también en *Colección... Filipinas* [14], pp. 229-278.

(57) ANTONIO PIGAFETTA — *Primer...* [4], p. 165.

# SENTIMENTOS DE HONRA
# E DIREITOS DE JUSTIÇA,
# NA VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES

POR

ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE

Na história da primeira viagem de circum-navegação do globo impressiona, de forma surpreendente, o choque de sentimentos entre os personagens que participaram de algum modo na empresa. Com efeito, se o empreendimento assumiu proporções à escala dos grandes feitos da humanidade, a gestação desenvolveu-se em clima de paixões humanas de notável acuidade, que formam quadros de sentimentos humanos, por vezes contraditórios, mas, em todo o caso, demasiado fortes para se deixarem perdidos entre as narrativas da viagem, de carácter marítimo, geográfico ou etnográfico. Naturalmente, a primeira página deste célebre processo preenche-se com o vulto do rei D. Manuel, que, pelo simples facto de negar o aumento de moradia a Fernão de Magalhães, segundo correu, provocou a atitude deste, de oferecimento dos seus serviços a Carlos V. O monarca português ter-lhe-á negado mais cem réis por mês, «por não quebrar sua ordenança, com virem dous regimentos contrairos ao seu» (1).

Conta Gaspar Correia que o monarca concedeu audiência ao seu fidalgo queixoso, tendo-se então travado, entre ambos, rápido diálogo que se adivinha um tanto azedo, pela súmula que o cronista recolheu: «Porque o muyto pedio a El Rey e elle o nom quis fazer, lhe pedio licença pera hir viver com quem lhe fizesse mercê, em que alcançasse mais dita que com elle. El Rey lhe disse que fizesse o que quigesse; polo que lhe quis beijar a mão, que lhe El Rey nom quis dar» (2).

Jean Denucé julga demasiado pequeno o motivo, não obstante conhecer o significado da moradia entre a fidalguia lusitana, e taxa a notícia de lenda (3). Aliás, é fácil levantar dúvidas a propósito da informação, não tanto por ser transmitida por Correia, que traz inexactidões como qualquer outro, mas porque em João de Barros se lê que o início do desagrado de el-rei provinha de certas irregularidades que se lhe atribuíam, cometidas em Azamor. Então pretendeu Magalhães justificar-se perante D. Manuel, «que não lhas quis receber e mandou que se fosse logo a Azamor livrar por justiça, pois lá era acusado».

---

(1) Carta de Sebastião Álvares, de 18-7-1519. T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 13, n.º 20, in *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, pp. 431-435.

(2) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, t. 2, Lisboa, 1923, p. 626.

(3) Jean Denucé, *Magellan. La Question des Moluques et la première circunnavigation du globe*, Bruxelas, 1908-1911, p. 137.

Decerto foi esta uma resolução acertada que, em caso de inocência, o restituiria à amizade real, ou, pelo menos, ao serviço do seu soberano, o que não quer dizer que este ficasse obrigado, por isso, a votar-lhe a antiga amizade e confiança. Foi, aliás, o que veio a acontecer, não obstante regressar ao Reino «com a sentença do seu livramento». Barros, laconicamente, esclarece que, apesar disso, «sempre el-Rei teve um entejo» (4), isto é, aversão, nojo.

Não é fácil, à distância de mais de quatro séculos, determinar com justeza as intenções das duas partes, em caso tão melindroso. Se o quisermos tentar, devemos, antes de mais, analisar a questão apontada geralmente como causa próxima da rotura — a moradia que Fernão de Magalhães desfrutava, no montante de 1850 reais, segundo recibo de 14 de Julho de 1512 (5). Como o mérito dos fidalgos da Casa Real se materializava na mensalidade que cada um auferia, Fernão de Magalhães julgou-se com serviços suficientes para exigir aumento. Gaspar Correia estava bem informado: pediu mais 100 reais por mês, e não meio cruzado, como escreve Barros (6) e repete Fr. Luís de Sousa (7). Conforme este autor, «é moradia uma leve contia de dinheiro e cevada, sinalada de tempos antigos a todas as famílias nobres do reino que acompanham a Corte, com tal regra que anda de pais a filhos, sem crescer nem subir aquela que uma vez se sinalou, senão é mui raramente. E estima-se mais pola dignidade de que se acompanha, por ser degrau pera cousas maiores, que pola sustancia do rendimento». Damião de Góis confirma: «He ha mercê que hos Portugueses neste tempo mais estimão de seu Rei por elle ficar quomo por herança pera seus filhos e descendentes» (8). Melhor ainda, a explicação de Osório: «Entre os Portugueses era estilo antigo que quem servia a el-Rei no Paço era sustentado à custa de el-Rei. E como fosse tanta a multidão de domésticos (porquanto os filhos dos que serviam os Reis ficavam conservando a mesma graça, além de serem admitidos na Casa Real, muitos por seus merecimentos) parecia dificílimo preparar a comida para tanta multidão de gente. Assim, os Reis de Portugal decretaram que o que se havia de despender para a comedoria de cada um, se lhes desse em dinheiro, do bolso de el-Rei; e por este motivo se dava cada mês um tanto a cada um — cuja soma, considerada a barateza do comestível de então, era suficiente. Mas correram os tempos, aumentou-se o número da gente, alteou por várias circunstâncias o preço dos mantimentos; e a moradia, que então sobrava ao gasto, ficou depois muito aquém dele» (9).

(4) João de Barros, *Ásia*, Déc. III (ed. da Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1946, p. 284).

(5) M. Fernández Navarrete, *Colección de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, t. IV, Madrid, 1837, pp. XXIX e LXXIII.

(6) Barros, *Op. cit.*, p. 284.

(7) Fr. Luís de Sousa, *Anais de D. João III* (ed. Sá da Costa, Lisboa, 2.ª ed.) 1.º vol., p. 61.

(8) Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, parte IV (ed. da Universidade de Coimbra, 1945, p. 94).

(9) Jerónimo Osório, *Da vida e feitos de el-Rei D. Manuel* (ed. da Livraria Civilização, Porto, 1944, 2 vols., pp. 225-226).



Efectivamente, não se trata de ordenado, e Magalhães não esperava ficar em melhor situação financeira. A questão reduz-se, pois, a sentimentos de honra. Por isso, D. Manuel deu aquela resposta e Barros classifica as moradias de «cousa que tem dado aos homens nobres deste Reino muito trabalho e parece que é uma espécie de martírio entre os Portugueses e, acerca dos Reis, causa de escândalo». O drama atingia, por vezes, aspectos drásticos que o próprio Barros pondera, decerto para preparar o leito com respeito a Magalhães. Tratava-se de questão de paciência, que se mantinha ou se perdia, consoante era respeitado ou não o fundamento de justiça comutativa que levava os príncipes a recompensarem os serviços consoante os méritos. Quando faltava esse respeito, perdia a paciência, nascia a indignação «e dela o ódio», que ia desembocar na desesperação e daí rolava irremediavelmente para o crime, que não só «danava» a outrem, mas também ao próprio (10). Por seu lado, os reis não se livram de comentários, como o de Fr. Luís de Sousa, expresso numa exclamação: «Que mistérios de estreitezas fazem os Reis muitas vezes em cousas que pouco importam, sendo prodígios de prodigalidades em outras» (11).

Todavia, a questão levanta um outro problema bem mais complexo, qual é o que envolve o fundamento da atitude dos dois opositores: nacionalismo *natural* e vínculos morais e legais. Não há dúvida de que a situação de um fidalgo da Casa Real, ainda mais que a de um simples vassalo, supunha laços fortes de obrigação moral e jurídica de serviço ao soberano, que não suprimiam a liberdade humana, mas a condicionavam. E, assim, constituía falta grave a declarada rotura de obediência, ou mesmo o afastamento do serviço real, agravado com a circunstância de oferecimento dos seus préstimos a outro monarca. Entre Portugal e Espanha havia uma *capitulação antiga*, renovada em tempo a que se refere um *Parecer*, sem data, sobre os delinquentes que de um reino se acolhessem ao outro (12). Para determinadas pessoas, nomeadamente gente de marinharia (pilotos, mestres e marinheiros), a pena ia ao ponto de desterro para a ilha de Santa Helena, depois de sequestro de todos os bens, móveis e de raiz (13). Como se acentua neste documento, o crime nascia, antes de mais, do facto de os trânsfugas serem *nossos naturaees vassallos*», três vocábulos plenos de significado. A sociedade estava organizada assim: rei, senhor *natural*, isto é, por imposição de Deus e ordem natural da agremiação dos povos que, para subsistirem e progredirem, não podiam dispensar um regedor destes. Daí nasciam, naturalmente, obrigações ou deveres, por direito de ambas as partes. Evoca-se esse princípio neste documento, agravado pela necessidade das «muitas e grandes navegações» do Reino. A deserção prejudicava, pondera el-rei, o «noso serviço, bem e proll comum de nosos Regnos». A gravidade do crime exigia, pois, a intervenção do soberano, não quando o problema se poderia pôr no campo dos princípios, mas, agora, no momento em que causava dano à própria sociedade desfalcada de elementos indispen-

(10) Barros, *op. cit.*, pp. 283-284.

(11) Fr. Luís de Sousa, *op. cit.*, p. 61.

(12) *Gavetas da Torre do Tombo*, 3.º vol., Lisboa, 1966, pp. 40-42.

(13) T. T., Leis e Regimentos, sem data, M. 1, n.º 11 — Publicado em *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos*, 3.º vol., Lisboa, 1903, p. 194.

sáveis: «especialmente por termos tanta necesydade, que sendo asy nossos naturaes, mais rezam he que sirvam a nós e aproveitem e trabalhem no bem e proll comum de nossos Reinos, do que fora delle».

Não obstante, o problema tem sido visto por ângulos contrários, já desde o tempo dos próprios acontecimentos. António de Pigafetta, que teve ocasião de observar as qualidades e defeitos de Magalhães durante a viagem, alude discretamente à sua pretensão de maior recompensa pelos trabalhos. Da referência aos dois monarcas peninsulares ressalta o facto de o português ter reconhecido o «ottimo e elevado intelleto» do imperador ([14]). Damião de Góis, que sublinha a qualidade de Magalhães, de «homem de boa casta que sempre deu boa conta de si, ha conta que soem dar hos homens que ha tem com ha honrra», proporciona o seu juízo nessa e nas palavras seguintes: «se desnaturou do Regno, tomando disso stromentos publicos» ([15]). Dir-se-ia que estava institucionalizado o direito de cada um se desnaturar, isto é, de mudar a natureza de nascido num reino com consequentes vínculos jurídicos de direito natural para com o seu rei e os seus semelhantes. Já Queirós Veloso rejeitou a informação, que, aliás, só neste cronista se encontra ([16]). Não se reconhecia semelhante liberdade aos cidadãos que, enveredando pela deserção da pátria, eram considerados traidores ao seu rei.

João de Barros coloca a resolução de Magalhães nos «maus caminhos» a que levam as moções do Demónio no ânimo dos homens. Nasceu de desgosto da falta de despacho de pretensões e ocasionou desgosto a el-rei, «dando consigo em Sevilha, levando alguns pilotos também *doentes desta sua enfermidade*». Quer dizer que Barros reduz o problema ao aspecto psicológico, no estado de desequilíbrio de resolução. É fácil adivinhar que entende ser dever do vassalo não se deixar imbuir dessa doença. Deslealdade, portanto. Parece-nos, porém, não sentir dificuldade em subscrever as palavras que transcreve da conversa do camareiro de D. Manuel, então em Sevilha, D. Álvaro da Costa e Magalhães: «No que cometia, não sòmente ofendia a Deus e a seu Rei, mas ainda maculava perpetuamente sua honra e danava a seus parentes e finalmente era causa de haver paixões e desgostos entre dous Reis tam amigos, liados e parentes» ([17]).

Para Castanheda, o ir para Castela foi um acto de desforço que pretendeu tirar do rei, cometendo assim «huma grande treyção», ao comunicar a Carlos V que as ilhas de Banda e Molucas caíam na parte castelhana ([18]).

Gaspar Correia começa por o declarar «cavalleiro honrado» com assinalada folha de serviços na Índia e, ao narrar a audiência de el-rei, releva um facto que mais

([14]) António Pigafetta, *Il viaggio fatto dagli Spagnooli a torno al Mondo* (Veneza?), 1536, p. 223.

([15]) Damião de Góis, *op. cit.*, p. 94.

([16]) Queirós Veloso, *Fernão de Magalhães. A vida e a viagem*, Lisboa, 1941, pp. 30-31.

([17]) Barros, *op. cit.*, III, p. 285.

([18]) F. Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. VI, (3.ª ed., Coimbra, 1929, p. 156).



ninguém relata, da recusa do beija-mão, e aponta o resultado: Fernão de Magalhães «d'ysto aggravado». Afigura-se natural o desfecho, recaindo a culpa em D. Manuel ([19]).

Jerónimo Osório, que denuncia a causa como «leve agravo», sintetiza em termos claros e cáusticos todo o drama e suas consequências: «Tão profunda chaga no ânimo» de Magalhães que, «esquecido da fé, da piedade e da religião, se deu pressa a trair o Rei que o educara, a Pátria que lhe dera o ser, e a extremos perigos aventurou a vida». Não deixa, porém, talvez para agravar a culpa, de lhe reconhecer qualidades de «pessoa nobre e dotada de grande ânimo» que dera grandes provas de valente soldado e de entendido ([20]). Agora, por questão de ponto de honra, como era, conforme vimos atrás, o caso do grau das moradias, Fernão de Magalhães «quebrou a lealdade e pôs a República em extremo perigo». A sua condenação — de homem e pensador enquadrado numa ordem social indiscutível, talvez mais que de escritor — é a de que, «como hajam as injúrias da República de serem por nós comportadas (isto é, aguentadas, suportadas, sendo, pois, condenável o contrário), e também os agravos dos Reis, por serem eles os pais da república; e, como a vida que devemos à Pátria se tem de expor», a sua pessoa será taxada de «homem atrevidíssimo», que por tão pouco «se pôs contra a sua Pátria, faltou à fé ao Rei que o tinha sustentado e aventurou a república por que morrer devera, que chegou a ponto o lance que pendia sobre o bem geral o acaso de uma arriscada guerra». A repetição das mesmas ideias não caracterizam o doutrinador especulativo, que acarinha a teoria, aqui a de pátria, entretecida pelo seu engenho. Osório indigna-se com o caso, por convicção prática, diria mesmo, natural, na medida em que brota da própria estrutura da sociedade que tem de ser assim e não pode ser destruída. Na página seguinte continuará a insistir na mesma ideia, fazendo até concessões: «Rejeitai embora as mercês, se assim vos apraz: menosprezai a benignidade da Pátria, murmurai que não galardoou quanto devera, o vosso mérito. Mas quem vos deu acção de trair a lealdade?»

Dois casos há em que não se justifica a vingança de injúrias — quando estas procedem dos pais e da pátria, de quem se recebeu a vida, o engenho, o ensino, as leis que enformam a vida do cidadão. Por isso se sentencia: «Não te será jamais consentido repugnar à natureza, ofender a Pátria, nem violar a lealdade». Era uma questão de «dever» a que não se podia faltar por motivo nenhum. Quando muito, concedia: «Embora desnega a tua homenagem, contesta em autos públicos a tua perfídia, deixa à posteridade autêntica memória da tua maldade, que não há aí certidão alguma que desculpe a ofensa de Deus ou que apague a nódoa da perpétua desonra».

Como segue as informações de Góis, também remata com a novidade de que Magalhães levou «testemunho autêntico» que mostrava «ter levantado homenagem a el-Rei D. Manuel e desnaturado a Pátria» ([21]).

Frei Luís de Sousa limita-se a taxar o «desnaturar de Portugal» de desserviço «ao seu Rei natural» fazendo-se eco da perturbação causada na Corte, que esperava

([19]) Gaspar Correia, *op. cit.*, II, p. 626.

([20]) Osório, *op. cit.*, II, p. 225.

([21]) Id., *ibd.*, p. 227.

desfecho necessariamente triste, que servisse de vingança da pouca lealdade que teve com a sua Pátria. Refere também as palavras «infiel vassalo», que o soberano exarou no protesto junto do rei castelhano ([22]).

Manuel de Faria e Sousa adverte que os reis tomam por ofensa os prantos dos seus vassalos, ainda que justificados ([23]), e Barbosa Machado sublinha que a não concessão de mercê «tão proporcionada à qualidade da sua pessoa como inferior ao seu merecimento», redundou em «injúria do soberano», considerando a pátria indigna de tão «benemérito» filho. Transformando a notícia de Góis, assevera que foi em Castela que «se desnaturalizou com públicas e solemnes demonstrações», «para que em nenhum tempo fosse acuzada a sua fidelidade de menos pura para a Coroa de Portugal» ([24]).

Não deixa de ter interesse recordar que o contrato castelhano denomina português Fernão de Magalhães, como também Rui Faleiro, seu companheiro nesta aventura ([25]). Na *Capitulacion y asiento* (20 de Março de 1518), como no *Titulo de capitanes de la Armada* (22 do mesmo mês), os dois figuram como «Caballeros naturales del Reino de Portugal», ainda que o soberano espanhol acreditava que guardassem «nuestro servicio e que bien e fielmente entendereis en lo que por nós vos fuere mandado e encomendado» ([26]).

O instrumento público, se o houve, não desvinculava, pois, *apesar da desnaturação,* da própria nação, que se identificava com o reino. Apenas se infirmava o vínculo de lealdade, que se transferia para outro soberano. Sendo, porém, considerado crime, pelo menos de infidelidade, como D. Manuel o classifica, não houve, decerto, notário que a isso se prestasse...

Entre os escritores modernos mantém-se ainda a dividida posição dos cronistas, pendendo, no entanto, mais para a absolvição, em face do magnífico resultado. De passagem, evoquemos a atitude de Afonso de Dornelas que, cingindo-se à apreciação do feito, lhe concede, consequentemente, as honras de «portuguez illustre» que, antes de mais, deu novo laço na união entre Portugal e Espanha, que pensa ser «para sempre», dentro do mesmo conceito de cultura ([27]).

António Baião não esconde o entusiasmo pela figura de Magalhães: acusa Barros de não provar o que afirma e agarra-se a Gaspar Correia, porque este reconhece o ilustre português como «cavalleiro honrado», enquanto aquele apenas lhe concede o qualificativo de agravado ([28]). Além deste dualismo oposto, vinca ainda

([22]) Fr. Luís de Sousa, *op. cit.*, I, pp. 60-63.

([23]) M. de Faria e Sousa, *Lusiadas de Luís de Camões*, comento à la octava estrofe 140 del canto X, Madrid, 1639.

([24]) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, II (Coimbra, 1966, p. 32).

([25]) Góis, *op. cit.*, p. 96.

([26]) M. Fernández Navarrete, *Colleccíón de los viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, l. 4, Madrid, 1837, pp. 116 e 121.

([27]) Afonso de Dornelas, *Fernão de Magalhães. Elementos de Estudo*, Lisboa, 1930, pp. 13-14.

([28]) António Baião, *Fernão de Magalhães e a primeira circum-navegação ao globo*, em *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, n.º 9, Lisboa, 1904, pp. 321-331.



escusadamente o antagonismo entre as duas pátrias peninsulares, assegurando que a expedição trouxe proveitos para a Espanha, mas «pertence mais a Portugal do que a ella».

O visconde de Lagoa avança mais e usa expressões que empanam a seriedade histórica, assinalando a «má vontade» de D. Manuel que, «obstinadamente», cerrou os olhos às consequências da recusa, que taxa de «insólita arbitrariedade», «atrabiliário gravame». «Mais uma vez tripudiava o indigno soberano de tantos homens ilustres, sobre a honra e a dignidade dos seus vassalos; era outro herói que a régia inconsciência ia despenhar no abismo daquele desespero que já matara os primeiros Vice-Reis da Índia». Julga ele ser certo que a cegueira dos vindouros perdoou, em parte, ao soberano, em detrimento do herói vilipendiado, Mas, a erguer a justiça do lamaçal para onde a impeliram invejas e desatinos, surgem as palavras nobilíssimas que Faria e Sousa opõe à sentença terrível de Camões «O Magalhães no feito com verdade (Portuguez, porém, não na lealdade)» ([29]).

Queirós Veloso mostra-se mais dentro da realidade histórica do acontecimento — condição essencial para se interpretar com justeza. Por um lado, retrata Magalhães como homem de «feitio duro, altivo e seco», que lhe não conciliava amigos. Por outro, interpreta o primeiro acto de Magalhães como medida para confirmar a má vontade do rei. Mas não crê na força de uma só rejeição. Supõe, pois, que terá pedido o comando de um navio, porventura a partir de Moçambique, para as ilhas de Banda. Na verdade, Barros alude a vários requerimentos. De alguma maneira, Queirós Veloso aprova a resolução final, pois reflecte que ficava para ali um homem de trinta anos posto de parte como inútil ([30]). Isenta-o «do acto de renúncia solene à nacionalidade portuguesa», entre outros motivos, porque, de outro modo, «não empregaria Álvaro da Costa, embaixador de D. Manuel junto de Carlos V, nem Sebastião Álvares, seu feitor em Sevilha, reiteradas diligências para o convencer a abandonar a empresa», nem el-rei reuniria em Sintra o Conselho Real, sob a sua presença, para resolver se Fernão de Magalhães devia ser convidado a regressar ao reino, «com promessas de mercê».

Afinal, não podendo, como fidalgo, faltar à palavra empenhada a quem lhe dera ensejo de se realizar, precisamente em hora de desamparo, Magalhães terá, por outro lado, reflectido e protestado «com grande juramento, testemunha Nuno de Magalhães ([31]), que sy (que iria outro qualquer, se ele não fosse), he que lhe parecya que era mays serviço de vosa Alteza que ele o fyzesse que outra pesoa».

Jean Denucé opina que traição é acusação que não resiste à sã crítica das fontes e que, à falta de documentação autêntica, se torna preferível abstrair de o julgar, pois não se deve deixar de ter em conta as paixões e os vícios da época ([32]).

([29]) Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães. A sua vida e a sua viagem*, Lisboa, 1938, 1.º vol., pp. 152 e 153.

([30]) Queirós Veloso, *op. cit.*, pp. 28-31.

([31]) Carta guardada na T. T. — C. C., P. 1, M. 10, n.º 31, publicada em Denucé, *op. cit.*, p. 208.

([32]) J. Denucé, *op. cit.*, p. 138.

Por nós, pensamos que o resultado não justifica os meios, posto que concordemos que pode não mudar a natureza dos actos, mas admitir certa compreensão que, de algum modo, os desculpa. A infidelidade ou quebra da vinculação ao soberano que a sua condição de fidalgo lhe proporcionava, não há dúvida que se deu. A noção de pátria, apesar de não se restringir absolutamente só à personalidade real, a ela estava, em boa parte, adstrita e, por conseguinte, alguma diferença existe perante a posição que hoje assumiria. Mas, fundamentalmente, não há diferença. O rei, cabeça da comunidade, enquanto consciente da sua missão, nunca esquecia o bem comum dos seus vassalos e, por isso, dificilmente se desliga destes a ofensa cometida contra aquele.

Como se sabe, Carlos V, que também podia recear deserções idênticas, não deixou de definir a sua posição, ao aceitar o oferecimento de Magalhães e do bacharel Rui Faleiro, «astrónomo judiciário», que é como quem diz, homem de ciência, tendo, porém, o cuidado, além de os considerar portugueses, de estabelecer, com clareza, dois pontos essenciais: Não entrariam na parte que, pelo Tratado de Tordesilhas, coube ao rei português, mas deviam ir, «antes e primeiro», às Molucas ([33]). É que, conforme explicará mais tarde, subsistia um erro de demarcação que importava desfazer, por ser tão prejudicial a uma como a outra Coroa ([34]). Quer-nos parecer que Carlos V os tomou como mercenários, a quem se aceita a prestação de um serviço que se promete recompensar. E isto não é facultar-lhes a desnaturação ou oferecer-lhes outra pátria, mas reconhecer a ciência náutica ou acreditar na vantagem da empresa proposta, como aconteceu com Cristóvão Colombo ou Sebastião Cabot.

D. João III, após a consumação do facto, não admitiu dilações, convicto como estava de que as ilhas Molucas se encontravam certamente dentro da sua esfera de acção. E ordenou pronta caça à nau *Vitória*, que se escapara das ilhas de Cabo Verde, onde fora bem acolhida, enquanto se acreditou que vinha das Antilhas. «Despachou a toda a pressa quatro caravelas» e apresentou o seu protesto a Carlos V, exigindo a entrega da mercadoria ([35]). Esqueceu o vassalo, mas agiu contra a sua obra, porque não dissentia dos sentimentos do pai.

No Oriente, os Portugueses mostraram-se zelosos da honra do seu rei e procuraram haver às mãos as duas naus restantes, não tendo conseguido apanhar senão a *Trinidad*, incapaz de prosseguir viagem. Segundo Barros, o primeiro sentimento que se apoderou dos Portugueses foi de «grande piedade, porque os demais deles andavam derreados, que se não podiam mover senão com ajuda, quase paralíticos».

(33) Carta de nomeação de Magalhães e Faleiro, de 22 de Março de 1518, por D.ª Joana e seu filho D. Carlos (T. T. — Gaveta 18, M. 8, n.º 39. — Publicada em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, p. 418; Carta de Carlos V para D. Manuel, de 28 de Fevereiro de 1519 (*Ibd.*, Gav. 18, M. 5, n.º 26. — Publicada *Ibd.*, p. 422, e em *Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, Lisboa, 1970, p. 554; Carta de Carlos V a Magalhães e Faleiro, de 19 de Abril de 1519 (T. T. — C. C., P. 1.ª, M. 24, n.º 64. — Publicada em *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, p. 430).

(34) Réplica de Carlos V, em Fr. Luís de Sousa, *op. cit.*, 1.º vol., p. 64.

(35) Fr. Luís de Sousa, *op. cit.*, p. 63.



«A gente, António de Brito a mandou curar e prover com tanto cuidado como se foram naturais deste Reino (isto é, portugueses) e não levados àquelas partes pera lhe darem desgosto». Por isso, todos quiseram ir para a Índia com D. Garcia Henriques, partindo em 1526 o capitão Gonçalo Gomes de Espinosa para Lisboa. Aqui foram-lhe confiscados os papéis que trazia: «Do qual eu houve alguns papéis que lhe achei, entre os quais foi um livro feito por ele de toda aquela sua viagem» ([36]).

No Oriente já haviam sido tomados «outros papéis e livros que Duarte de Rezende, feitor de Maluco recolheu do astrólogo Andres de San Martin». Também este veio a Lisboa ([37]), e «houvemos dele alguns, principalmente hum livro que ele, Andrés de San Martín, escreveu de sua mão, em o qual está o decurso do caminho que fez e de todas suas alturas, observações e conjunções que tomou» ([38]). À sombra do conceito então vigente de direito de domínio exclusivo da imensidão de terras das porções separadas pelo Tratado de Tordesilhas, os castelhanos aprisionados no Oriente, como em Cabo Verde, com excepção dos mais ilustres, foram deixados nessas regiões à sua sorte, dependendo da indústria de cada um a forma e possibilidade de sobrevivência ([39]).

Dentre os portugueses estacionados no Extremo Oriente, merece especial relevo Francisco Serrão, que acompanhara António de Abreu à descoberta das ilhas de Maluco e Banda, depois da conquista de Malaca. Barros apresenta-o como o grande instigador de Magalhães ou, pelo menos, a ocasião que propiciou as intenções deste. De Ternate escreveu, com efeito, ao amigo, «dando-lhe conta das ilhas daquele Oriente. Ampliando isto com tantas palavras e mistérios, fazendo tanta distância donde estava a Malaca, por fazer em si pera méritos de seu galardão ante el-rei D. Manuel, que parecia virem aquelas cartas de mais longe que dos antípodas e de outro Novo Mundo em que tinha feito mais serviço a el-Rei do que fizera o almirante D. Vasco da Gama no descobrimento da Índia. As quais cartas foram vistas na mão de Fernão de Magalhães, porque se prezava ele muito da amizade de Francisco Serrão, e em as mostrar denunciava aquele grande serviço que tinha feito a el-Rei; e também ele estribou logo tanto nelas pera o propósito que delas concebeu que não falava em outra cousa» ([40]).

(36) Cremos tratar-se do manuscrito publicado pela Academia das Ciências, com o título de *Roteiro da Viagem de Fernam de Magalhães*, conferido com a cópia da Biblioteca Nacional de Paris pelo Cardeal Saraiva (*Colecção de notícias para a história e geografia das Nações Ultramarinas*, Lisboa, 1826, l. IV, n.º 2, pp. 145-146; *Obras* do Cardeal Saraiva, vol. VI, Lisboa, 1876, pp. 109 e segs.), que escritores italianos atribuem a um genovês (Cf., por exemplo, Monfroni, em Antonio Pigafetta, *Il primo viaggio in torno al mondo, Milão, 1956*, pp. 181 e segs).

(37) Como observa Navarrete, San Martín não podia ter ficado «com los piés desconyuntados» pelo castigo infligido por Magalhães na ocasião da revolta, como disseram os desertores da nau *Santo Antonio*, pois continuou a prestar os mesmos servioçs.

(38) Barros, déc. III, ed. cit., p. 297.

(39) Martín F. Navarrete compendiou o que se sabe a este respeito — *Viaje de Magalhães y de Sebastian de Elcano alderedor del Mundo*, Buenos Aires, 1944, pp. 107-110.

(40) Barros, déc. III, p. 282. Ver também p. 272.

Sucede, porém, que a permanência de Serrão em Ternate assume visos de inteiro serviço de D. Manuel, quer pelo facto de conseguir a vassalagem do rei local e facilidades de comércio para os Portugueses, quer porque obedeceu à ordem do capitão de Malaca, de regressar a esta cidade. Demais, Barros, noutro passo, não lhe regateia incondicional relevo ([41]).

A maior tragédia provocada por sentimentos humanos pensarão alguns que provenha da circunstância de o capitão-mor ser português e haver ainda, entre os responsáveis, outros seus compatriotas que vieram a ocupar lugares de comando, como Álvaro de Mesquita, Duarte Barbosa, João Lopes Carvalho. Maximiliano Transilvano, secretário do imperador, quando relata o desentendimento ocorrido entre a tripulação, na região da Patagónia, resume o apelo de Magalhães ao brio dos companheiros, que julgava encontrar vivo nalguns «quel generoso spirito de spagnuolo». Com maior dose de interpretação sua do que de informação recebida, relata que «fra i compagni delle navi si cominciò à parlar del vecchio et eterno odio qual é fra Portoghesi et Castigliani». Agora eram eles que o consideravam traidor, mas em sentido diferente. Como português, «nessuna cosa piu gloriosa potersi far da lui alla patria sua che perdere et distrugger questa armata con tanti huomini» ([42]). E aprecia a atitude subsequente de Magalhães, como imprudente, em virtude da sua condição de estrangeiro. Cala, porém, os castigos infligidos aos rebeldes, certamente em homenagem à vitória do seu saber náutico.

António Pigafetta dá aos promotores da desordem o nome de traidores e relata, sem comentários e muito sumariamente, a sorte de cada um ([43]).

De modo que queremos crer que a circunstância da nacionalidade não terá tido grande quota-parte na exaltação dos ânimos, porque, afinal, a tripulação aceitara como chefes dois nomes portugueses, tendo Rui Faleiro desistido da viagem, dizem uns que por conhecer o desfecho da empresa e outros que por ter endoidecido, o que talvez signifique o mesmo.

Julgamos em boa verdade que os mais fortes sentimentos contaram por teatro de luta a falta de esperança dos capitães castelhanos que intentaram matar Magalhães e dele sofreram dura justiça (mortes, uns; desterro, outros; tratos de cordas, uns terceiros), como único meio de poder prosseguir viagem. Duvidaram do êxito e pensaram não resistir a tantos trabalhos, já tão numerosos até ao Estreito Patagónico. Como se sabe, antes de o atravessar, fugiu uma nau (a *Santo Antonio*, «la mayor de las cinco naos»), para Sevilha, trazendo preso o seu capitão, o «primo carnal» de Magalhães, Álvaro de Mesquita ([44]), porque «no llebavan camyno para alla (Molucas), salvo yban y seguian la costa del Brasil adelante, por tyerra fria

([41]) Id., *ibd.*, pp. 267 e 271. — Não chegou, porém, a cumprir essa ordem, por falecer entretanto.

([42]) Ed. de 1536, fls. 188 e 188 v.

([43]) Id., *ibd.*, fl. 200.

([44]) Ver razões desta decisão, em documento do Arquivo de Sevilha, publicado por Afonso de Ornelas, *op. cit.*, pp. 15-16.



ynutil y sin ningun provecho, gastando los mantimentos y perdyendo el tempo» — conforme se justificaram na Casa de la Contratación.

Falta de esperança, ou, melhor, de confiança, manifestaram ainda os homens das naus *Vitoria* e *Trinidad*, quando João Serrão, o único que escapou do banquete dado pelo rei Fernando, de Subo, em 1 de Maio de 1521, lhes impetrou com todas as veras da alma, que o não deixassem entre os nativos. Temeram nova traição e deixaram fugir a possibilidade de qualquer tentativa de salvarem o companheiro. Não se importaram «de ver mais com João Serrão, nem com as palavras que ele dizia pera os mover a piedade» e recolheram-se à nau, informa João de Barros.

No meio destes desencontrados planos de opinião, que chegaram a ameaçar a paz vigente por acordo entre os dois soberanos, surge ainda uma figura, António Pigafetta, que era «ritornato in Spagna richissimo, cum le piu magne et ample cose del mondo», conforme relata o bispo Francesco Chiericati, seu protector, em carta de 26 de Dezembro de 1522 ([45]). De Espanha veio a Lisboa, dar conta a D. João III da forma como ocorreu a viagem. E, naturalmente, entregou-lhe cópia do seu Diário, que já oferecera ao imperador, mimoseando também, mais tarde, com o relato das suas impressões, a mãe de Francisco I, Maria Luísa de Sabóia ([46]). Andaria naturalmente à procura de quem lhe pagasse a edição da obra. Não deixa, no entanto, de se nos afigurar estranho proceder, para que não encontramos explicação suficiente. Que um dia tivesse curiosidade de observar as terras exóticas de que tratava um livrinho saído da imprensa da sua terra natal, os *Paesi novamente ritrovati* — Vicenza, 1507, percebe-se muito bem. Encontrando-se em Espanha na companhia do núncio apostólico Francesco Chiericati, houve meios de se meter «al servizio del capitano», «come semplice soldato», ou «criado», ou «sobresaliente» ([47]). Não diremos, com Manfroni que, por isso, fazia parte «dello Stato Maggiore», ou como «persona che sale a bordo delle navi, non come vogatore o marinaio, ma come combattente». Salvo melhor interpretação, criado significava pessoa adstrita ao serviço pessoal de um nobre que, por esse motivo, ia como «sobresaliente», sem ordenado régio, e que, em momento de necessidade, podia substituir qualquer navegante de sua categoria profissional. Naturalmente, Magalhães, como pessoa de confiança, encarregou-o de algumas missões de contacto com os naturais das Filipinas, por exemplo, levando presentes, pedindo licenças para determinados fins. Noutras oportunidades acompanhou Magalhães, como no baptismo da rainha de Cebu (Sabu ou Subo) e na ilha de Mactan (Matam).

De forma que muito interessaria saber o motivo por que semelhante personagem vem a Lisboa informar o rei português do que aconteceu com seu amo, que propositadamente conduzira uma frota do soberano castelhano a local que ele muito bem sabia pertencer, havia uns oito anos, ao monarca lusitano. A notoriedade deste facto andava por demais espalhada, para Pigafetta o desconhecer. Aliás, no arquipé-

([45]) *Raccolta Colombiana*, Roma, 1892, parte III, vol. 1, p. 175.

([46]) A. Pigafetta, *Il viaggio fatto da gli Spagnuolo a torno al mondo*, 1536, fl. 230 (ms. fr.); ed. Monfroni (ms. it.), p. 177.

([47]) Manfroni, Introd. *op. cit.*, pp. 14 e 15.

lago de Cabo Verde, em última análise, pôde verificar o antagonismo de Portugueses e Castelhanos, em matéria desta viagem. Quando chegaram ao arquipélago, os tripulantes da nau *Vitoria* declararam vir das Antilhas, a fim de evitar a prisão, que acabou por recair em alguns ([48]). E Pigafetta não receia apresentar-se em Lisboa, para falar com o soberano...

É certo que, no manuscrito parisiense n.º 5650, Pigafetta conta que os castelhanos, ao aportarem, por necessidade extrema, à ilha de Santiago, pediram mantimentos, «facendo con ogni amorevolezza a saper à Porthoghesi li loro infortunii et travagli et delle nuove delli suoi che si trovano nele Indie, et con tanto buone parole et carezze che seppero fare, hebbero alcune misuri di risi» ([49]). Nestes últimos períodos, não se inclui na lista, nem quando se refere a «li altri restati in mare» que, afinal, «si partirono», «entrorono nel porto di San Lucar», «havean navigato da quattordici mila quattrocento et sessanta leghe, circundando tutto il mondo dal Levante in Ponente». Ele permanece à margem, porque, na verdade, não pertencia à tripulação. Tomando parte nos sacrifícios, exclui-se da glória da empresa. A crítica moderna considera o manuscrito ambrosiano mais puro que os parisienses. Mas, já antes, tanto um como outro manuscrito revelam que, em Moçambique, alguns «piú desiderosi del suo onore che de la propria vita» deliberaram não parar aí, apesar de só disporem de arroz e água, e seguir para Espanha, «vivi o morti» ([50]). E, ao saírem de Timor, anotam também os dois códices, os castelhanos procuraram fugir ao encontro dos portugueses, «per paura». De forma que, em qualquer caso, Pigafetta não desconhecia o perigo de incorrer no desagrado de D. João III, por haver acompanhado o infiel vassalo português. Se veio a Lisboa, não se arriscou, certamente a esse contratempo e, na verdade, nada sofreu, seguindo para França. Embora com carácter de simples presunção plausível, sugerimos que viria investido de possível missão de transmitir ao novo soberano qualquer recado de Magalhães, se não a desculpa da sua atitude, pelo menos a protecção à família que deixara na pátria.

Não sabemos qual dos sentimentos — quer os relembrados, quer os que deles se depreendem — se sobrepõem aos demais. Mas reparamos que, todos juntos, formam um quadro de sofrimento humano, em que as paixões se misturam com o heroísmo — nos mareantes; a honra e a autoridade se entrechocam — nos governantes; a isenção nem sempre se iliba de facciosismo — nos escritores. Os primeiros fermentaram a massa que moldou actos grandes que a história não quer esquecer; os últimos, porém, de todos porventura os mais requintados, porque provocados à distância, fora do momento dos acontecimentos, não têm razão de subsistir nesta hora de tão clarividente inteligência humana, em que os povos do universo intentam compreender-se e colaborar irmãmente. No que concerne mais especificamente aos povos peninsulares, diremos, com António Sardinha, esse peninsular integérrimo de duas pátrias: «Hoje,

([48]) Ms. ambrosiano, *in* Manfroni, *op. cit.*, pp. 175-176.
([49]) *Op. cit.*, ed. de 1536, fl. 230 v.
([50]) Ed. de Manfroni, p. 175 (2.ª ed.); ed. de 1536, fl. 230.



que os destinos das duas Pátrias peninsulares encontram o seu natural prolongamento nos destinos da América, impropriamente chamada latina, temos que empreender uma empresa, que é fundamental, e, por si só, a condição única para que o futuro glorioso da Península se converta depressa numa realidade de maravilha». Os colaboradores que trocaram as pátrias — de Espanha também vieram para cá excelentes elementos — não impedem e, pelo contrário, dão preciosa colaboração à constituição dessa «sociedade das nações hispânicas» que Sardinha advogava ([51]). Com ele, apraz-nos recordar que «era português o marinheiro que fez a primeira viagem de circum-navegação, mas as naus eram de Castela. Eram de Castela as naus em que Colombo foi ao descobrimento do Novo Mundo, mas Colombo, viúvo duma mulher lusitana, teve por mestres seus os pilotos de Portugal».

([51]) António Sardinha, *À Lareira de Castela*, Lisboa, 1944, pp. 105 e 109.

# ACERCA DE DOIS TEXTOS QUINHENTISTAS SOBRE A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES

POR

MAX JUSTO GUEDES

# I

## UMA QUARTA VERSÃO DA CHAMADA «RELAÇÃO OU ROTEIRO DO PILOTO GENOVÊS»

Em 1952 — quando, ainda jovem guarda-marinha, repetíamos a bordo do veleiro-escola *Almirante Saldanha* o notável feito comemorado neste colóquio, efectuando a quarta circum-navegação da Marinha Brasileira — tivemos ocasião de travar conhecimento com um texto então recentemente descoberto, nova versão da vulgarmente conhecida como «Relação do piloto genovês» e geralmente atribuída a Juan Bautista de Punzozol (Punzorol, Poncero, Poncevera, etc.) ou a Leon Pancaldo. Fora oferecida, pelo livreiro C. A. Stonehill, havia alguns meses, ao nosso embaixador na Inglaterra, J. J. Moniz de Aragão, pela quantia de U. S. $ 75 000,00; graças àquele ilustre diplomata, pudemos examinar, alguns meses depois, em Nova Iorque, o valioso manuscrito. Ao contrário das outras três cópias sabidas (Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Nacional de Paris e Academia de História de Madrid), ela não traz a nota referente a ser o traslado de um caderno de um piloto genovês. Traz, isto sim, duas assinaturas, que, segundo nossas anotações, eram *Hernando* e *Francisco de Araújo*. Em razão disto, um estudo aprofundado do manuscrito talvez traga qualquer luz à velha questão da atribuição de autoria. Foi o que tentámos fazer o ano passado, buscando elementos para responder a algumas perguntas que nos foram efectuadas pelo historiador americano Samuel Eliot Morison acerca das primeiras expedições espanholas que velejaram ao longo da costa brasileira. Infelizmente, chegámos tarde. As nossas pesquisas permitiram localizar o paradeiro actual do manuscrito: Charles Stonehill, não havendo conseguido vendê-lo, devolvera-o a Davis e Orioli, também livreiros londrinos, dos quais passou à posse de Sir John Galvin (Loughlinstown House, Dublin, Ireland). Este informou-nos, em 1.º de Novembro, que infelizmente não poderia colocar o manuscrito à nossa disposição, porquanto já o fizera anteriormente em relação a um *scholar* cujo nome não nos forneceu... É provável, portanto, que esteja em vias de publicação um importante estudo sobre uma preciosidade que, vinte anos antes, fôramos dos primeiros a examinar.

## II

## O MESTRE DE COSMOGRAFIA DE FERNÃO DE MAGALHÃES, SEGUNDO O AUTOR DA RELAÇÃO DE BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LEIDEN

É bastante conhecido o texto deste manuscrito, impresso, em 1937, por iniciativa de M. de Jong, pelo Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, e está sendo traduzido para o inglês, com anotações, pelo Almirante Morison. Traz o título «Viagẽ de fernão de magalhães escripta p hũ homẽ q̃ foi na cõpanhia», sendo antecedida pelo «Prologo da viagẽ de fernão de magalhães, na demãda de maluco por elrey de castella».

Exactamente neste prólogo, dá conta o autor de quem, segundo ele, fora o mestre de Fernão de Magalhães em assuntos de cosmografia e navegação, dizendo textualmente: «...fernão de magalhães, natural da cidade do porto em portugal. Este era da geração dos magalhães gente honrada e nobre: e era criado delrey em foro de moço de camara: e homẽ entendido na arte da nauegação, e cosmografia, em especial pello que aprendeo de hum seu parente chamado gõçallo doliueyra, em cuja companhia foy ter aaquella terra: do qual entendeo a uerdade do sitio daquellas terras: por q'era gonçallo doliueyra muy sabido nesta faculdade».

Dentre os muitos trabalhos que já tivemos ocasião de ler sobre Magalhães, nenhum, ao que nos conste, cita este Gonçalo de Oliveira como seu mestre em assuntos náutico-cosmográficos. Deve ter acontecido o mesmo com o Sr. Almirante Morison, pois uma das questões que nos propôs, conforme dito, foi saber quem era Gonçalo de Oliveira. Na suposição, portanto, de estarmos fornecendo um elemento novo à elucidação do preparo científico de Fernão de Magalhães para o seu glorioso feito, lembramos que *gonçallo doliueyra* foi, juntamente com Luís Botim e Francisco Rodrigues, um dos pilotos de António de Abreu, na sua expedição de 1511-1512 ao Maluco, da qual, ninguém ignora, participou também Francisco Serrão, tido como o grande informante de Magalhães sobre as Ilhas das Especiarias. (A presença de Gonçalo de Oliveira na expedição de Abreu é atestada por Afonso de Albuquerque, nos *Comentários*, p. III, cap. XXXVII).

Parece-nos, destarte, de muito interesse um apurado levantamento da biografia de *gonçallo doliueyra* e de seu relacionamento com Magalhães. Vénia pedimos, se tal já tenha sido feito e dele não tenhamos tido conhecimento.

# AS PRIMEIRAS RELAÇÕES IMPRESSAS SOBRE A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES

POR

FRANCISCO LEITE DE FARIA

Em princípios de Setembro de 1522 desembarcaram em Sanlúcar de Barrameda, junto à foz do rio Guadalquivir, no Sul da Espanha, dezoito homens, que acabavam de fazer a primeira viagem de circum-navegação da Terra. O capitão desses homens, João Sebastião de Elcano, anunciando essa chegada, escreveu logo ao imperador Carlos V, que então reinava na Espanha com o nome de Carlos I, e este, respondendo-lhe no seguinte dia 13 de Setembro, mandou-lhe que, com dois dos seus companheiros mais competentes, fosse ter com ele a Valhadolide. Nesta cidade do centro da Espanha já estava Elcano em 18 de Outubro de 1522, com esses dois companheiros, quando aí começou o seu interrogatório, para melhor se conhecerem as peripécias de tão longa viagem.

O que então interessava os Espanhóis não era o facto de se ter dado por vez primeira a volta ao Mundo, mas o de se ter chegado às ilhas Molucas por caminho diferente do seguido pelos Portugueses, que já lá se encontravam e de lá traziam especiarias de alto valor. Muito também lhes interessava saber se essas ilhas estavam dentro da área que o Tratado de Tordesilhas lhes tinha marcado para as regiões que podiam ocupar.

Não se conhece nenhum opúsculo, impresso na Espanha aproximadamente em 1523, no qual se relate viagem tão cheia de peripécias e tão auspiciosa para essa nação. Não admira que em Portugal se não publicasse então relato parecido, pois essa viagem, embora tivesse sido capitaneada na sua parte principal e desconhecida pelo português Fernão de Magalhães, que consigo levou uns quarenta compatriotas [1], muito preocupava e muito viria prejudicar os governantes de Lisboa. Pode ser, con-

---

(1) O VISCONDE DE LAGOA, em *Fernão de Magalhães (A sua Vida e a sua Viagem)*, livro I, Lisboa, 1938, p. 267, enumera 43 portugueses, que foram com Fernão de Magalhães na sua famosa viagem, e nas pp. 268-315 fala circunstanciadamente de cada um deles, assim como dos espanhóis que os acompanharam. SKELTON (R. A.), *Magellan's Voyage A narrative Account of the first Circumnavigation by Antonio Pigafetta*, vol. I, New Haven e Londres, 1969, p. 149, nota 10, afirma que os portugueses companheiros de Fernão de Magalhães nessa viagem foram, pelos menos, 37. Diz-se *pelo menos*, porque vários portugueses, para serem admitidos nessa viagem, tiveram de apresentar uma naturalidade falsa e hoje, para alguns, é difícil saber qual era a verdadeira.

tudo, que na Espanha se tivesse imprimido então um opúsculo sobre essa extraordinária viagem, mas, se assim foi, de tal opúsculo perdeu-se completamente o rasto (2). Não é isso prova cabal de se não ter publicado, pois aparecem às vezes impressos preciosíssimos, de cuja existência se não tinha a mais leve suspeita. Assim sucedeu com a *Carta das novas q̃ vieram a el Rey nosso Senhor do descobrimento do Preste Johã*, opúsculo preciosíssimo e importantíssimo, o primeiro com notícias exactas sobre a Abissínia, do qual nem sequer rasto se conhecia e que, impresso em Lisboa no ano de 1521, apareceu inesperadamente em Londres nos leiloeiros Sotheby, em fins de 1935 (3).

Os primeiros livros que se conhecem, impressos na Espanha, com circunstanciadas referências à viagem de Fernão de Magalhães são as Décadas completas do sacerdote italiano, residente na Espanha, Pedro Mártir de Anghiera, ou Angera, editadas em Alcalá no mês de Dezembro de 1530 (4), a *Historia delas Indias*, do clérigo

(2) Indicou-se uma edição da carta de Maximiliano Transilvano ao cardeal de Salzburgo sobre esse assunto, impressa em Valhadolide a 28 de Outubro de 1522. Assim se lê em *Livres curieux*, Nova Iorque, 1854, n.º 142, opúsculo em que se enumeram livros de que se não conhecia nenhum exemplar, para ver se alguém os localizava. HARRISSE (Henry), *Bibliotheca americana vetustissima*, Nova Iorque, 1868, n.º 122, p. 230, citando essa indicação, disse ser ela baseada na data do texto da edição de Colónia, que essa carta teve. De facto lê-se aí a data de 24 de Outubro de 1522 e alguém distraidamente, mudando-a para 28 de Outubro, poderia tê-la indicado como a da publicação desse opúsculo. Contudo, tanto nessa edição de Colónia, como nas que pouco depois se imprimiram, lê-se como veremos, a data da publicação, que é diferente da da carta; além disso, em 1522 já havia imprensa em Valhadolide, e como se trata de um opúsculo com apenas umas quinze páginas, poderia ter-se impresso em quatro dias, isto é, a carta escrita em 24 de Outubro de 1522 poderia ter acabado de se imprimir no seguinte dia 28. É possível, portanto, que tenha existido essa edição de Valhadolide, mas dela não se conhece nenhum exemplar. Seria estranho, porém, que Maximiliano Transilvano publicasse essa sua carta antes que a recebesse o cardeal de Salzburgo, a quem a endereçou.

(3) Este preciosíssimo e importantíssimo opúsculo foi adquirido pelo Museu Britânico de Londres, onde tem a cota C.92.e.2; o Prof. CORTESÃO (Armando) e THOMAS (Henry), *The Discovery of Abyssinia by the Portuguese in 1520*, Londres, 1938, reproduziram-no em facsímile, com a versão ao português actual, com a tradução ao inglês e com notas. Veja-se também, dos mesmos autores, *Carta das Novas que vieram a El Rey Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João (Lisboa, 1521) texto original e estudo crítico com vários documentos inéditos*, Lisboa, 1938.

(4) ANGHIERA (Pedro Mártir de), *De Orbe Novo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protonotarij Cesaris senatoris decades*, isto é, *Décadas do Novo Orbe de Pedro Mártir de Anghiera, Milanês, Protonotário, Senador do Imperador*, Alcalá, 1530, fls. LXXVIJ-*r*-LXXX-*v*, no capítulo sétimo da quinta década. Desta rara primeira edição completa das oito Décadas de Anghiera só podemos agora indicar os seguintes dez exemplares: o da Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 450 V), os dois da Biblioteca Nacional de Madrid (R 1240 e R 29475), o da Biblioteca Nacional de Paris (Res. P 13), os dois do Museu Britânico (G. 813 e C.63.m.14), o da Biblioteca Pública de Nova Iorque, o da Hispanic Society of America, em Nova Iorque também, o da Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown, em Providence, nos Estados Unidos, e o da Biblioteca Huntington en San Marino, na Califórnia. Pedro Mártir era originário de Anghiera, que hoje se diz Angera e está junto ao lago Maior, mas nasceu em



Francisco López de Gómara, publicada em Saragoça no ano de 1552 (5), e a segunda parte da *General Historia delas Indias*, de Gonçalo Fernández de Oviedo y Valdés, impressa em Valhadolide no ano de 1557 (6).

Em Portugal, com referências à famosa viagem de Fernão de Magalhães, as primeiras obras impressas que se conhecem são o sexto livro da *História do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, livro publicado em Coimbra no ano de 1554 (7), a *Terceira Década* de João de

Arona, perto do mesmo lago. Sobre esse escritor veja-se PENNESI (Giuseppe), *Pietro Martire d'Anghiera e le sue Relazioni sulle Scoperte oceaniche*, em *Raccolta di Documenti e Studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana pel quarto Centenario dalla Scoperta dell'America*, parte V, vol. II, Roma, 1894, pp. 7-109. Ao contrário do que acontece com as primeiras Décadas de Anghiera, da quinta há poucas edições e a que indicámos é a primeira.

(5) LÓPEZ DE GÓMARA (Francisco), *La istoria delas Indias Y conquista de Mexico*, Saragoça, 1552, fls. L-*r*-LVJ-*r*, com oito subtítulos não enumerados, que correspondem aos capítulos 90 a 97 de edições posteriores. A primeira edição atrás indicada deve ser muitíssimo rara, pois dela apenas podemos localizar agora os três seguintes exemplares, todos mutilados: o da Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 822 V), o da Biblioteca Nacional de Paris (Res. P 332) e o do Museu Britânico (983.g.17). Há pelo menos outro exemplar na Biblioteca Nacional de Madrid (R 872), e por o não termos visto, não sabemos se está completo. Outro exemplar vendeu-se em 1966 no leilão dos livros de Tomás Winthrop Streeter apenas por 420 libras, isto é, por uns 33 contos de então. Veja-se *Book-Auction Records*, vol. 64, 1968, p. 488. As edições deste livro publicadas nos dois anos seguintes, a saber, as de Medina del Campo e Antuérpia em 1553 e as três de Antuérpia e a de Saragoça em 1554 são todas muito raras.

(6) FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS (Gonçalo), *Libro XX. Dela segunda parte de la general historia delas Indias... que trata del estrecho de Magallans*, Valhadolide, 1557, no capítulo quarto. Não encontrámos em Lisboa nenhum exemplar desta primeira edição, que é obra rara, e dela apenas podemos indicar agora os seguintes nove exemplares: o da Biblioteca Nacional de Madrid (R 3370), o do Museu Britânico (G. 6269), o da Biblioteca Nacional de Paris (Res. P. 331(1), o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o da Biblioteca Pública de Nova Iorque, o da Hispanic Society of America, também em Nova Iorque, o da Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown, em Providence, nos Estados Unidos, o da Biblioteca James Ford Bell, na Universidade de Minnesota, também nos Estados Unidos, e o da Biblioteca Huntington, em San Marino, na Califórnia. SKELTON (R. A.), *ob. cit.*, vol. I, New Haven e Londres, 1969, p. 3, nota 6, diz que Oviedo y Valdés trata da viagem de Fernão de Magalhães em *La Historia general de las Indias*, impressa em Sevilha no ano de 1535. Isso não está certo, pois Oviedo y Valdés só trata desse asunto na segunda parte das sua *História* atrás citada e impressa por vez primeira em 1557.

Podíamos também indicar o *Libro llamado silua d'varia liciõ*, Sevilha, 1540, escrito por Pedro Mexia, embora a passagem referente à viagem de Fernão de Magalhães seja aí muito breve. As edições desse livro, publicadas em Antuérpia nos anos de 1546, 1550, 1555 e 1564, têm no frontispício as armas de Portugal, sinal de que talvez D. João III ou a rainha D. Catarina pagaram a despesa dessas edições. Veja-se a reprodução do frontispício da de 1546 em PEETERS-FONTAINAS (Jean), *Bibliographie des Impressions espagnoles des Pays-Bas Méridionaux*, vol. II, Nieuwkoop, 1965, p .422.

(7) CASTANHEDA (Fernão Lopes de), *Ho Sexto Livro da Historia do descobrimento & conquista da India polos Portugueses*, Coimbra, 1554, pp. V-VI, nos capítulos 6.º a 10.º. ANSELMO (António Joaquim), *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926, p. 36, n.º 131, localizou oito exemplares desta edição, seis em Portugal e dois no estrangeiro; podemos indicar vinte e um exemplares mais, seis em Portugal e quinze no estrangeiro, o que não impede que essa edição seja muito valiosa.

Barros (8), o *Tratado dos Descobrimentos* escrito por António Galvão (9), ambos estes livros impressos em Lisboa no ano de 1563, e a quarta parte da *Crónica de Dom Manuel,* escrita por Damião de Góis e editada em Lisboa no ano de 1567 (10).

Não apareceu ainda, portanto, nenhuma relação impressa em Espanha, ou em Portugal, logo a seguir ao ano de 1522, sobre a viagem de Fernão de Magalhães, mas conhecem-se opúsculos sobre este assunto, publicados então na Alemanha, na França e na Itália. Referimo-nos às quatro edições de uma carta de Maximiliano Transilvano, editadas, respectivamente, em Colónia, em Paris e em Roma no ano de 1523, e novamente em Roma no ano de 1524, ou 1525, à relação de António Pigafetta, impressa em Paris sem indicação do ano, mas possivelmente em 1526, e à edição conjunta dessa carta e dessa relação, publicada em 1536 sem indicação do lugar, mas provavelmente em Veneza.

Vamos descrever, com as considerações bibliográficas que parecem apropriadas, essas raríssimas seis edições. Podíamos juntar-lhes a descrição do opúsculo do matemático alemão João Schöner, *De Nvper sub Castiliae ac Portvgaliae Regibus Serenissimis repertis Insulis ac Regionibus, Joannis Schöner Charolipolitani epistola & Globus Geographicus, seriem nauigationum annotantibus. Clarissimo atq; dissertis-*

(8) *Terceira decada de Ioam de Barros,* Lisboa, 1563, fls. 145-*v*-155-*r*, nos capítulos VIII a X do livro quinto. ANSELMO (António Joaquim), *ob. cit.,* Lisboa, 1926, pp. 48-49, n.º 176, localizou só três exemplares desta primeira edição, o da Biblioteca da Ajuda, o da Biblioteca do Arsenal, em Paris, e o da Biblioteca Pública de Nova Iorque. É decerto edição muito valiosa, mas podemos indicar vinte e sete exemplares mais, onze em Portugal e dezasseis no estrangeiro.

(9) GALVÃO (António), *Tratado... dos diversos & desvayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos e modernos...,* s. l. (Lisboa), 1563, fls. 44*v*-45-*r* e 46-*v*- 47-*r*. ANSELMO (António Joaquim), *ob. cit.,* Lisboa, 1926, p. 49, n.º 177, indica apenas dois exemplares desta raríssima edição, que se guardam na Biblioteca Nacional de Lisboa. São os Res. 230 P e 231 P. Podemos juntar seis exemplares mais, a saber, o da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (R. 14.4), o do Museu Britânico (C. 32.a.34), o da Biblioteca do Escurial, o da Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown, em Providence, nos Estados Unidos, o da Universidade de Indiana, em Bloomington, também nos Estados Unidos, e o de uma biblioteca particular, perto de Lisboa, exemplar que foi do Sr. J. Renout, do Rio de Janeiro, e esteve depois, sucessivamente, à venda nos leiloeiros Sotheby, de Londres, na casa de N. Israel, em Amsterdão, e na de J. A. Teles da Silva, em Lisboa, alcançando preços muito elevados. A estes oito exemplares junta-se o da biblioteca *Beinecke Rare Books,* da Universidade Yale, em New Haven, nos Estados Unidos, exemplar comprado aos livreiros Maggs, de Londres, lá por 1933, pclo conhecido historiador C. R. Boxer e por este cedido ao bibliófilo americano Henry C. Taylor, por cuja morte foi doado à referida biblioteca. Devemos esta última informação ao Prof. C. R. Boxer, a quem muito a agradecemos.

(10) GÓIS (Damião de), *Quarta e Ultima Parte da Chronica do Feliçissimo Rei Dom Emanuel,* Lisboa, 1567, fls. 44-*r*-47-*r*, no capítulo XXXVII, que, por gralha, está marcado XXXVI. O anterior é também 36; o seguinte, 38. ANSELMO (António Joaquim), *ob. cit.,* Lisboa, 1926, pps. 134-135, n.º 491, localizou dez exemplares dessa edição, seis em Portugal e quatro no estrangeiro; podemos indicar vinte e quatro exemplares mais, seis em Portugal e dezóito no estrangeiro, dessa primeira edição, que é muito valiosa.



*simo uiro Dño Reymero de Streytpergk, ecclesiae Babenbergensis Canonico dicatae,* isto é, *Carta e Globo geográfico de João Schöner de Karlstadt, dedicadas ao ilustrissimo e habilíssimo varão, o Senhor Reimero de Streytpergk, cónego da Igreja de Bamberg, sobre as Ilhas e Regiões há pouco encontradas, anotando-se a série das navegações no tempo dos Reis Sereníssimos de Castela e de Portugal,* Timiripa, 1523. Esse opúsculo, porém, não descreve a viagem de Fernão de Magalhães, da qual apenas contém uma breve referência; aliás, nunca tivemos na mão um exemplar desse raríssimo opúsculo (11).

Também padíamos indicar o raríssimo folheto alemão, que nunca vimos, intitulado *Ein schöne newe zeytung so Kayserlich Mayestet ausz India yetz nemlich zükommen seind. Gar hüpsch võ den Newen ynseln vnd von yren sytten gar kurtzweylig zü leesen,* isto é, *Uma agradável nova notícia, vinda agora da Índia à Majestade Imperial, sobre as novas Ilhas e seus costumes, muito bela, muito interessante para ler,* opúsculo que provavelmente se publicou em fins de 1522 e trata muito brevemente da viagem de Fernão de Magalhães (12). Este opúsculo, porém, que refere o que os Espanhóis tinham feito até então na América, desde que Colombo a descobriu, não é propriamente uma relação sobre aquela viagem.

(11) Deste opúsculo, que consta apenas de quatro fólios não numerados, só se conhecem três exemplares, o do Museu Britânico (c. 32.a.19), o da Biblioteca Nacional de Viena e o que esteve à venda, primeiro em um leilão de LECLERC (Charles), *Bibliotheca Americana Catalogue raisonné d'une très précieuse collection de livres anciens et modernes sur l'Amérique et les Philippines...,* Paris, 1867, p. 174, n.º 733, e depois em 1869 no catálogo da casa Maisonneuve, de Paris, intitulado *Bibliotheca Historica,* n.º 1186. Reimprimiram esse opúsculo VARNHAGEN (Francisco Adolfo de), *Réimpression fidèle d'une lettre de Jean Schöner à propos de son globe, écrit en 1523,* São Petersburgo, 1872, estudo de que só se publicaram quarenta exemplares, WIESER (Franz), *Magalhães — Strasse und Austral-Continent auf den Globen des Joahnnes Schöner,* Innsbruck, 1881, pp. 118-122, e COOTE (Charles Henry), *Johan Schöner professor of Mathematics at Nuremberg, a reproduction of his globe of 1523, long lost, his dedicatory letter to Reymer von Streytperck and the De Moluccis of Maximilianus Transylvanus with new translations and notes on the globe by Henry Stevens of Vermont...,* Londres, 1888, livro de que só se imprimiram cem exemplares. Destas três obras apenas pudemos consultar, por amabilidade da Sr.ª Dr.ª D. Marion Ehrhardt, que no-la emprestou, a reprodução anastática do livro de F. Wieser, feita em Amsterdão em 1967.

(12) Deste raríssimo opúsculo, de oito fólios não numerados, impresso provavelmente em Augsburgo, podemos indicar sete exemplares, a saber, o do Museu Britânico, o da Biblioteca Nacional de Viena, o da Biblioteca de Munique, que talvez tenha sido destruído na última guerra mundial, o da Biblioteca Pública de Nova Iorque, o da Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown, em Providence, nos Estados Unidos, o da Biblioteca James Ford Bell, na Universidade de Minnesota, também nos Estados Unidos, e o que há uns cem anos possuía em Nuremberga um senhor chamado Scheurls. Sobre esse opúsculo veja-se HARRISSE (Henry), *ob. cit.,* Nova Iorque, 1868, n.º 115, pp. 195-196, onde se lhe reproduz o frontispício, e WELLER (Emil), *Die ersten deutschen Zeitungen,* Estugarda, 1872 p. 91, n.º 15, e pp. 38-48, onde se transcrevem todos os seus dizeres. O referente à viagem de Fernão de Magalhães está na página 48 e corresponde ao que se lê nos fólios [7]-*v* e [8]-*r* do original. Da citada bibliografia das primeiras gazetas alemãs, escrita por E. Weller, publicou-se em Hildesheim, 1962, uma reprodução anastática, que a Sr.ª Dr.ª D. Marion Ehrhardt muito amavelmente nos emprestou.

À descrição das seis preciosas edições, a que atrás nos referimos, acrescentaremos a indicação das edições posteriores, tanto da carta de Maximiliano Transilvano, como da relação de António Pigafetta.

As da carta de Maximiliano Transilvano publicaram-se, pelo menos, em Basileia, 1537 e 1555, em Antuérpia, 1542, em Veneza, 1550, 1554, 1563, 1588, 1606 e 1613, em Madrid, 1837, 1880 e 1954, em Londres, 1874, 1888, esta em latim e em inglês, e 1962, em Santiago do Chile, 1888, em Cleveland, nos Estados Unidos, aproximadamente em fins de 1902, em Leipzig, 1922 e 1926, em Buenos Aires, 1946, em Manila, 1969, em Amsterdão, 1971, e em Nendeln, no Liechtenstein, em 1971, e sem contar o resumo que dessa carta publicou Ricardo Eden em Londres, 1555, e que reeditou nessa cidade em 1577, e em Birmingham, 1885, e a edição, publicada em Innsbruck, 1881, e reimpressa em Amsterdão, 1967, do princípio da referida carta. Esta teve, portanto e pelo menos, vinte e nove edições integrais, três resumidas e duas incompletas, estando estas últimas em latim e as resumidas em inglês. Das vinte e nove edições integrais, oito estão em latim, outras oito em italiano, seis em espanhol, cinco em inglês e duas em alemão. Como se vê, não se publicou a tradução portuguesa da carta de Maximiliano Transilvano, e é pena.

As edições da relação de António Pigafetta, além das duas primeiras atrás indicadas, são as de Veneza, 1550, 1554, 1563, 1588, 1606, 1613 e 1841, as de Leipzig, 1784, 1922 e 1926, as de Milão, 1800, 1928, 1929 e 1956, as de Paris, 1801, 1855, 1860, 1888, 1925 e 1956, a de Gotha, 1801, as de Londres, 1812, 1819 e 1874, as de Madrid, 1861, 1899, 1927, 1928, 1934, 1941, 1947 e 1963, as de Manila, 1877 e 1969, a de Santiago do Chile, 1888, a de Roma, 1894, as duas de Cleveland, nos Estados Unidos, 1906, em italiano e em inglês, a de Antuérpia, 1923, a de Lisboa, 1938, as de Buenos Aires, 1941, 1943, 1946 e 1954, a de Evanston, nos Estados Unidos, 1962, a de New Haven, nos Estados Unidos, e Londres, 1969, em inglês e em francês, e a de Amesterdão, 1971, sem contar a edição resumida, impressa por Ricardo Eden em Londres, 1555, e aí reeditada em 1577, assim como em Birmingham, 1885, e a abreviada por Samuel Purchas, impressa em Londres, 1625, e reeditada em Glagow, 1905. Além destas últimas cinco edições abreviadas, todas escritas em inglês, acabamos de indicar cinquenta e duas edições integrais, isto é, dezasseis em italiano, quinze em espanhol, oito em francês, outras oito em inglês, quatro em alemão e uma em português, e decerto esta enumeração não está completa.

Passemos à descrição bibliográfica das seis mais antigas e preciosas destas edições e à indicação, que pareça conveniente e nos seja possível, de todas as outras. Sabemos bem que este estudo será deficiente, como tristemente no que se refere à famosa viagem de Fernão de Magalhães, são deficientes as bibliotecas de Lisboa, as únicas a que pudemos ir nestes últimos meses. Apesar disso, talvez possamos apresentar, no aspecto bibliográfico, alguma pequena novidade.

47.Z.28.

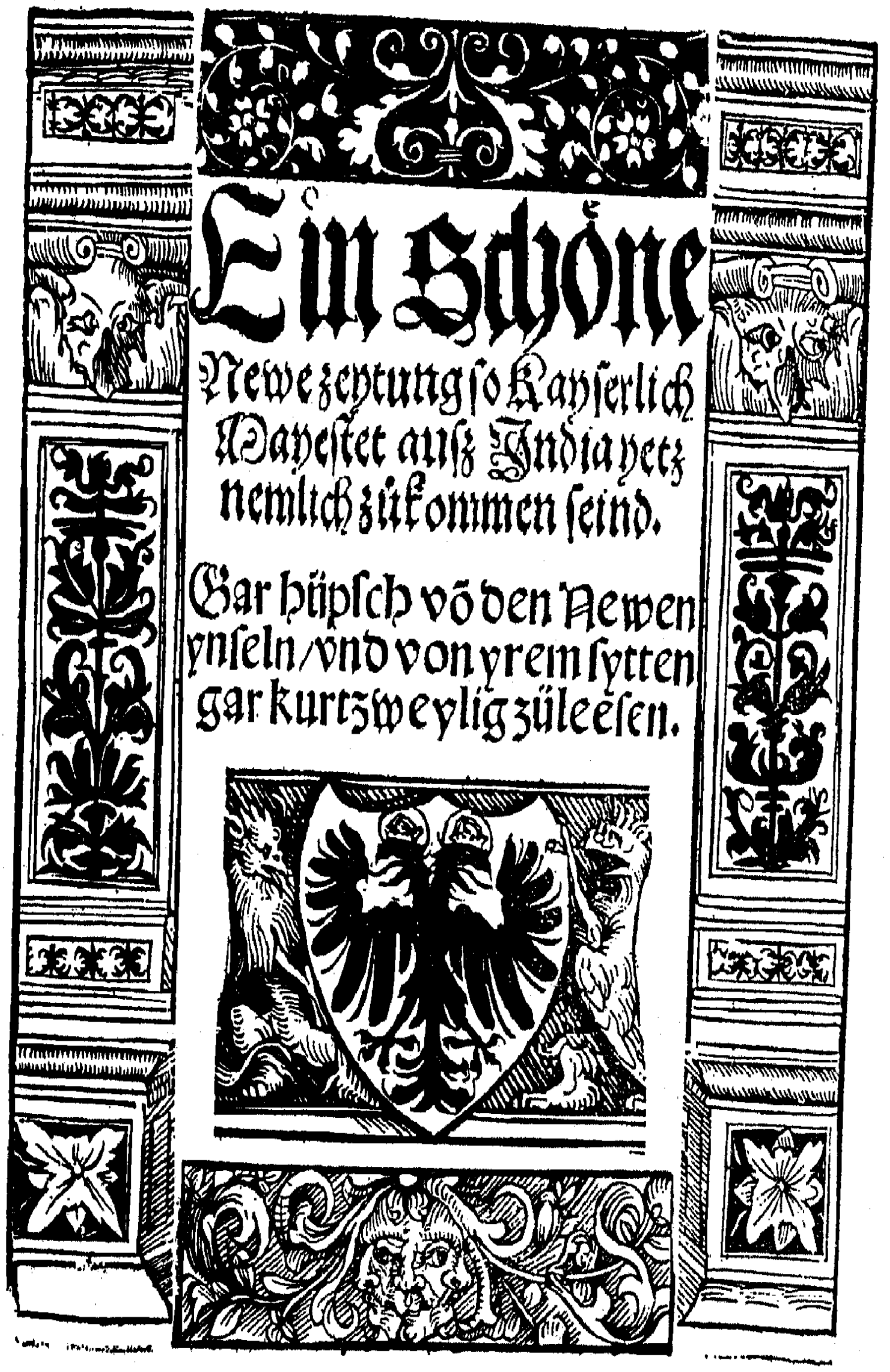
14 e

DE NVPER
SVB CASTILIAE AC PORTVGA-
liæ Regibus Serenißimis repertis Insulis ac Regi-
onibus, Ioannis Schöner Charolipolitani episto-
la & Globus Geographicus, seriem nauiga-
tionum annotantibus. Clarißimo at-
q; disertißimo uiro Dño Reyme-
ro de Streytpergk, ecclesiæ
Babenbergensis Cano-
nico dicatæ.

Cum noua delectent, fama testante loquaci,
Quæ recreare queunt, hic noua lector habes.

Cum priuilegio Imperiali denuo
roborato ad annos octo &c.

*Frontispício da raríssima Carta de João Schöner sobre os recentes descobrimentos de Castela e de Portugal, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Viena, 47-z-28*




*Frontispício do primeiro impresso em que se encontram referências à viagem de Fernão de Magalhães, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Viena, 43-S-20.*



## A CARTA DE MAXIMILIANO TRANSILVANO

Diz-se, mas não é certo, que Maximiliano Transilvano era filho bastardo de Mateus Lang (1468-1540), cardeal-arcebispo de Salzburgo, cidade então do Império Germânico e hoje da Áustria. Este cardeal só recebeu a ordenação sacerdotal em 1519, quando tinho mais de cinquenta anos, tinha sido o principal secretário do imperador Maximiliano I (1493-1519), era bispo de Gurk, na Caríntia, na actual Áustria, recebeu a púrpura cardinalícia em 1512 e foi nomeado príncipe-arcebispo de Salzburgo em 1519 e bispo de Cartagena, em Espanha, em 1521. Sem dúvida, Mateus Lang era uma das personagens políticas mais importantes do império dos Habsburgos.

Maximiliano Transilvano teve, pelo menos, muitos contactos com Bruxelas, pois uma poesia latina, que escreveu em 1507, se intitula do seguinte modo: *M. Transilvani Bruxellensis ad puellas Constantienses in imperiali conventu ne amore principum capiantur Elegia Blasio H. dicata*, isto é, *Elegia dedicada a Brás H. e escrita por M. Transilvano Bruxelense às meninas de Constança na corte imperial para que se não prendam com o amor dos Príncipes*. Contudo, Maximiliano Transilvano teve decerto também ligações com a Transilvânia, que então pertencia à Hungria, um dos reinos do Império Germânico, pois assim o parece indicar o seu apelido. Casou em Bruxelas com Francisca, filha de Diogo de Haro, chefe da casa comercial que esta família tinha na Flandres, e sobrinha de Cristóvão de Haro, negociante estabelecido em Lisboa e passado depois para a Espanha, sua pátria, onde financiou em parte muito apreciável a viagem de Fernão de Magalhães.

Maximiliano Transilvano, em princípios de 1520 ou pouco depois, publicou, provavelmente em Augsburgo, um opúsculo latino em que descreve a recepção, dada em 30 de Novembro de 1519 em Molins del Rey, por Carlos I, rei de Castela e Aragão, à delegação que, presidida pelo príncipe palatino Frederico, lhe foi anunciar a sua nomeação para imperador, e edita o discurso que este príncipe então pronunciou (18). Nessa altura Maximiliano já era secretário do imperador e acompanhava-o nas suas viagens.

Diz-se que foi ou ainda era, discípulo do sacerdote italiano Pedro Mártir de Anghiera, que então vivia na corte desse imperador e muito se interessava pelas viagens dos Espanhóis ao ultramar. Em 1522 ambos se encontravam em Valhadolide com Carlos V, quando aí chegou, em fins de Setembro ou princípios de Outubro, João Sebastião de Elcano com os seus dois companheiros Francisco Albo e Fernando de Bustamante, que pouco antes tinham desembarcado na Andaluzia, vindos da primeira viagem à volta da Terra. Dias depois chegou também a Valhadolide o italiano António Pigafetta, outro dos que, com Elcano, tinham dado a volta ao Mundo. Com Elcano e com os seus companheiros entrevistou-se Maximiliano Transilvano, tomando notas

(18) Desse raríssimo opúsculo de oito fólios, dedicado sem data ao borgonhês João Lallemand, secretário do imperador, e intitulado *Legatio ad sacratiss. ac invict. Caesarem Diuum Carolum... in Molendino regio die vlt. Nouembris Anno MDXIX*, isto é, *Legação ao sacratíssimo e invicto César, o Divino Carlos... em Molins del Rey no último dia de Novembro no ano 1519*, há um exemplar no Museu Britânico (1315.b.77).

do que lhe contavam, e em poucos dias redigiu em latim uma relação da primeira viagem de circum-navegação da Terra.

Diz-se que Pedro Mártir de Anghiera, para exercitar o seu discípulo Maximiliano Transilvano, lhe recomendou esta redacção latina. Contudo, o próprio Maximiliano, nessa sua relação, diz de Pedro Mártir que muito escreveu sobre os Espanhóis no Novo Mundo, o que é verdade, mas que o fez com estilo mais fiel do que elegante, o que é crítica pouco conveniente de um discípulo para com o seu mestre. Além disso, lendo-se essa relação, vê-se o interesse de Maximiliano em dizer que as Molucas, e mesmo Malaca, estavam na zona pertencente aos Espanhóis e que Cristóvão de Haro, irmão do seu sogro, muito tinha contribuído para a viagem de Fernão de Magalhães. O êxito desta viagem era, portanto, um triunfo dos parentes de Maximiliano Transilvano e uma ocasião para este mostrar como desempenhava com zelo o cargo de secretário imperial. Estas razões levaram-no decerto a escrever a sua relação, mais do que a discutível recomendação do seu suposto mestre Pedro Mártir de Anghiera. Suposto, dizemos, porque em 1507, como fica dito, Maximiliano já tinha redigido uma poesia em latim, e depois disso, vindo para a Espanha, não precisava de quem lhe ensinasse essa língua.

Pedro Mártir de Anghiera teria também escrito sobre a primeira viagem à volta da Terra um relato, que enviou para Roma, a fim de aí ser impresso, mas destruíram-no no saque dessa cidade em 1527 e nunca mais apareceu. Assim o disse Ramúsio no *Discorso*, que antepôs à tradução italiana, que publicou, da relação de Maximiliano Transilvano, ou, antes, di-lo quem escreveu o prólogo da edição italiana de 1536 e foi copiado por Ramúsio. Contudo, como já fica dito, Pedro Mártir publicou em Sevilha, no ano de 1530, um relato bastante circunstanciado e escrito em latim sobre a referida viagem, relato que contém as particularidades indicadas pelo autor do referido prólogo e por Ramúsio.

Maximiliano Transilvano, dando-lhe a data de 24 de Outubro, enviou de Valhadolide a sua relação em forma de carta ao cardeal-arcebispo de Salzburgo, a quem chama «meu único senhor», *domine mi unice*, e que então se encontrava em Nuremberga, a assistir a uma reunião com príncipes e autoridades eclesiásticas alemãs, para se conseguir a pacificação religiosa, ou a reconciliação com os primeiros protestantes. Essa reunião, ou «dieta», começou em 17 de Novembro de 1522, prolongou-se até Fevereiro de 1523 e não obteve os seus intentos, apesar de nela se ter lido uma carta do papa Adriano VI, em que admitia as culpas e abusos da Cúria Romana. Com a sua carta enviou Maximiliano ao cardeal, como ele próprio o diz, algumas amostras exóticas das terras por onde tinham passado os primeiros que deram a volta ao Mundo.

Não admira, portanto, que essa carta-relação tenha sido logo divulgada na Alemanha e chegasse às mãos do impressor de Colónia, Eucharius Cervicornus, latinização do apelido Hirtzhorn, que a imprimiu em um opúsculo, que tem a data de Janeiro de 1523 e que dentro de pouco vamos descrever. Pode ser que o próprio Maximiliano Transilvano, com licença e aprovação do cardeal-arcebispo de Salzburgo, enviasse essa carta, para ser editada, e pagasse as respectivas despesas ao impressor de Colónia, cidade situada muito mais perto de Bruxelas que de Nuremberga.



Também não admira que esse opúsculo, apesar da guerra então existente entre Carlos V e Francisco I, chegasse a Paris, onde o impressor Pedro Viart o reimprimiu em Julho de 1523, em raríssima edição, que também vamos descrever.

Na «dieta» de Nuremberga encontrava-se, enviado pelo papa Adriano VI (1522-1523), Francisco Chieregato ou Chierichati (1478-1539), natural de Vicenza e recém-nomeado príncipe e bispo de Téramo, nos Abruzos, e núncio na Alemanha. Com o simples título de protonotário apostólico tinha sido mandado pelo papa Leão X (1513-1521) à Inglaterra, de 1515 a 1517, à Espanha em 1519 e a Portugal em 1521. Quando foi à Espanha, levou o seu conterrâneo António Pigafetta, que deixou pouco depois a companhia desse núncio, para se incorporar na expedição marítima de Fernão de Magalhães. Chieregato, escrevendo de Nuremberga em 26 de Dezembro de 1522 à marquesa de Mântua, Isabel de Este, disse mesmo ter incitado Pigafetta a seguir nessa viagem; estava, portanto, a par dessa expedição e decerto leu com interesse a carta de Maximiliano Transilvano, da qual obteve uma cópia. Enviou-a ao impressor romano Francisco Minízio Calvo, que, para a editar, queria decerto arranjar primeiro quem lhe pagasse as despesas.

No entanto, morreu Adriano VI e sucedeu-lhe Clemente VII, que foi eleito em 19 de Novembro de 1523 e nomeou logo seu datário, isto é, encarregado de expedir as graças concedidas pela Santa Sé, o seu íntimo amigo João Mateus Giberti, (1495-1543), que tinha sido secretário do papa Leão X. A este João Mateus Giberti, datário de Sua Santidade, dedicou Minízio Calvo a edição, que imprimiu, da carta de Maximiliano Transilvano, sinal de que dele recebeu ajuda para as despesas que com isso fez. Antes tinha obtido do novo papa, ou melhor, do seu datário, o privilégio de que ninguém pudesse imprimir, durante dez anos, as obras que saíssem da sua oficina tipográfica. Talvez este privilégio não fosse coisa extraordinária e Minízio Calvo não soubesse que a carta de Maximiliano Transilvano já se tinha publicado em Colónia e em Paris. Como quer que tenha sido, ainda nesse mês de Novembro de 1523, ou dando-lhe essa data, aquele impressor romano publicou a terceira edição conhecida da referida carta em raríssimo opúsculo, que também vamos descrever. Tem-se dito, e continua a dizer-se, que esta é a primeira edição, o que, como veremos, de nenhuma maneira se pode aceitar. A proibição do papa deve ter sido observada, pois até 1536-1537 ninguém mais editou a carta de Maximiliano Transilvano; aliás, um dos que a reeditaram então foi o impressor protestante de Basileia, João Hervágio, que nenhum caso faria da proibição de Clemente VII.

Dando-lhe a data de Fevereiro de 1524, Minízio Calvo publicou em Roma nova edição da referida carta em opúsculo igualmente muito raro, que também descreveremos. Como uns escassos três meses não parecem suficientes para se esgotar a edição dos últimos dias de Novembro de 1523, decerto a data de Fevereiro de 1524 equivale a Fevereiro de 1525, pois ao menos em Roma devia observar-se a ordem do papa, segundo a qual o novo ano começava em 25 de Março. Assim, os meses e dias anteriores à Páscoa de 1525 indicavam-se como se fossem de 1524 e entre as duas edições de Minízio Calvo mediaram, não uns escassos três meses, mas um ano e três meses.

No entanto, o matemático e geógrafo alemão João Shöner, que residia perto de Bamberg, no norte da Baviera, escreveu em 1523 uma carta a um cónego dessa cidade, para lhe explicar um globo terrestre que fizera nesse ano e que lhe enviava; nessa carta dizia que ao cónego eram muito bem conhecidos, pela de Maximiliano Transilvano ao cardeal de Salzburgo, os acontecimentos maravilhosos da viagem de Fernão de Magalhães e as formas horríveis de homens e de outros animais, que nessa carta se descrevem. A de João Schöner foi impressa ainda em 1523 ([14]). Neste ano, portanto, já era notório nas partes mais recônditas da Alemanha o conteúdo da carta de Maximiliano Transilvano e, com as novidades nela contidas, já se tinha feito um globo terrestre. Dificilmente tudo isto poderia ter acontecido em 1523, se a primeira edição dessa carta fosse a de Roma, publicada nos últimos dias de Novembro, ou talvez em princípio de Dezembro desse ano.

Também um franciscano da Flandres, que se designou a si mesmo apenas com o nome de Francisco, ou se chamava Francisco Mónaco, conheceu a carta de Maximiliano Transilvano e dela se aproveitou em um raríssimo opúsculo, que publicou pouco depois de 1524 ([15]); o mesmo franciscano atribui-lhe a construção de um globo terrestre, em que se indicavam com precisão os conhecimentos adquiridos pela viagem de Fernão de Magalhães ([16]).

---

([14]) Veja-se atrás a nota 11 e WIESER (Franz), *ob. cit.*, Innsbruck, 1881, p. 121, onde se lê: «*Quam vere mirabiles rerum eventus, quam tetras hominum ac caeterorum animalium formas experti sint, ea Epistola tua dignitas abunde cognoscet, que de Moluccis insulis ad Reverendissimum Cardinalem Saltzburgensem per Maximilianum Transilvanum directa est*, isto é, *quão admiráveis acontecimentos e quão horríveis formas de homens e de outros animais tenham experimentado, Vossa Dignidade abundantemente o conhecerá pela carta, que Maximiliano Transilvano endereçou ao Reverendíssimo Cardial de Salzburgo sobre as Ilhas Molucas.*

([15]) Referimo-nos à *De Orbis Situ ac Descriptione, ad Reverendiss. D. Archiepiscopum Panormitanum Francisci, Monachi ordinis Frãciscani, epistola sane quã luculenta...*, isto é, *Carta, certamente muito esplêndida, de Francisco Monge da Ordem Franciscana sobre a posição e descrição do Orbe ao Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Palermo...*, s. l., n. a. (Antuérpia, depois de meados de 1525). O arcebispo de Palermo era então João de Carondelet, natural de Dôme, na França, humanista, amigo de Erasmo e falecido em 1544 na Bélgica, onde viveu muitos anos e foi presidente do Conselho Privado da Regente dos Países Baixos. Do raríssimo opúsculo atrás referido conhecemos apenas três exemplares, que são o da Biblioteca Nacional de Paris (Res. G. 2910), o do Museu Britânico [C. 107.bb.17(1)] e o da Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown, em Providence, nos Estados Unidos. Antes de 1940 havia também um exemplar na Biblioteca de Estugarda, mas não sabemos se foi destruído durante a última guerra. HARRISSE (Henri), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.° 131, pp. 243-245, indica o exemplar, que então era de Samuel Barlow, e dá-lhe a data de 1524, mas decerto enganou-se, pois não se conhecem livros publicados em Antuérpia por Martinho de Kaeser, o impressor deste opúsculo, anteriores a Julho de 1525. Veja-se NIJHOFF (Wouter) e KRONEMBERG (M. E.), *Nederlandsche Bibliographie van 1500 tot 1540*, vol. II, Haia, 1940, pp. 405-406, n.° 3040, onde se dá a este opúsculo a data aproximada de 1529. No catálogo do Museu Britânico dá-se-lhe a data de 1527 com um ponto de interrogação. Essa raríssima obra de Franciscus Monachus foi reimpressa por GALLOIS (L.), *De Orontio Finaeo*, Paris, 1890, pp. 87-105.

([16]) Assim diz DENUCÉ (Jean), *Magellan — La Question des Moluques et la première Circumnavigation du Globe*, Bruxelas, 1911, pp. 27-28, donde extraímos várias das afirmações que fazemos sobre Maximiliano Transilvano. Veja-se também ROERSCH (Alphonse), *Maximilien Transsylvanus, humaniste et secrétaire de Charles-Quint*, em *Bulletin de la Classe de Lettres de l'Académie Royale de Belgique*, 5.ª série, vol. XIV, 1928, pp. 94-112, estudo que com algumas ajuntas reapareceu na obra do mesmo autor, *L'Humanisme belge à l'Époque de la Rennaissance, Études et Portraits, Deuxième Série*, Louvain, 1933, pp. 33-54. Agradecemos ao Sr. Dr. Luís de Matos ter-nos emprestado este livro. Lamentamos não termos podido ver o estudo de ROERSCH (Alphonse), *Nouvelles indications concernant Maximilien Transsylvanus*, publicado na *Revue belge de Philosophie et d'Histoire*, VII, 1928, pp. 871-879.



Maximiliano Transilvano continuou a viver em Bruxelas, onde mandou construir uma residência senhorial, perto da actual igreja «du Sablon», mantendo correspondência com Erasmo e com outros humanistas da sua época e protegendo as artes e as letras.

## PRIMEIRA EDIÇÃO CONHECIDA: COLÓNIA, JANEIRO DE 1523

DE MOLVCCIS IN // *sulis, itemq; alijs pluribus mirãdis, quae // nouissima* Castellanorum *nauigatio* Se- // *reniss.* Imperatoris Caroli. V. *auspicio // suscepta, nuper inuenit: Maximiliani //* Transyluani *ad* Reuerendiss. Cardina- // *lem Saltzburgensem epistola lectu per- // quam incunda. //*.

Este opúsculo tem o tamanho de 142 mm × 92 mm e consta de 16 fólios não numerados, estando em branco o último, que falta em vários dos exemplares conhecidos. A mancha tipográfica mede 113 mm × 68 mm, uma página inteira consta de 28 linhas e os caracteres são itálicos, exceptuando apenas a primeira linha do frontispício, a primeira do texto e as letras maiúsculas, que são em caracteres redondos. Consta de dois cadernos com as signaturas $A^8$ e $B^8$, estando de pernas para o ar o 4 do A e o B de Biiij. Não tem reclamos nem título corrente. Os dizeres do frontispício estão no centro formado por quatro gravuras rectangulares, cada uma das quais representa as três Graças, Aglaia, Eufrosina e Talia.

No fólio (1)-*v*, com as palavras: REVERENDISSIME *ac* Illustriss. Domine, *do // mine mi unice, humill. commen.* Rediit *his diebus // una ex quinq;...*, começa o texto, que não tem nenhuma divisão e acaba na linha décima do fólio (15)-*v*. As últimas palavras são : // [...] *rursum in occidentem remeauit. Reuerendissimae //* D. T. *me humillime commendo. Datum Vallisoleti die //* XXIIII *Octobris* M.D.XXII. // Seguem as palavras: E. Re*uerendiss, ac* Illustriss. D. T. // Humilli*mus & per // petuus seruitor. // Maximilianus //* Transylvanus. // Vallisoleti *die //* XXIIII O*ctobris* M. D. XXII. // *Coloniae in aedibus* Eucharij Ceruicorni. *Anno uir- // ginei partus.* M. D. XXIII. *mense //* Ianuario... //.

Esta edição é muitíssimo rara e dela só pudemos localizar os seguintes catorze exemplares:

1) Londres, Museu Britânico, G. 6882, exemplar que pertenceu a Sir Thomas Grenville (1755-1846), como todos os livros do Museu Britânico cuja cota comece por um G.
2) Londres, Museu Britânico, C. 32. a. 28.

3) Londres, Museu Britânico, 279. a. 32.
4) Paris, Biblioteca Nacional, 8º 01. 430, exemplar que pertenceu ao duque de La Vallière, famoso bibliófilo do século XVIII [17].
5) Viena, Biblioteca Nacional.
6) Bruxelas, Biblioteca Real da Bélgica.
7) Goettingen, Biblioteca da Universidade.
8) Nova Iorque, Biblioteca Pública, exemplar qne pertenceu a James Lenox (1800-1880), bibliófilo com cujos livros se formou o núcleo mais precioso dessa grande biblioteca.
9) Boston, Biblioteca Pública.
10) Providence (Estados Unidos), Biblioteca de John Carter Brown, na Universidade Brown [18].
11) San Marino (Califórnia), Biblioteca Huntington, exemplar que foi de E. D. Church [19].
12) Nova Iorque, *Hispanic Society of America* [20].
13) Chicago, Bibliteca Newberry, Colecção de William Brooks Greenlee [21].
14) Minneapolis (Estados Unidos), Biblioteca James Ford Bell, na Universidade de Minnesota [22].

O exemplar que foi de La Vallière vendeu-se por 10 francos, ainda no sésulo XVIII, e o de Heber por 15,50 francos em 1834-1837, como escreveu Brunet em 1862 [23]; Sabin disse que um exemplar se vendeu no leilão de Lucas por 16 libras e 16 xelins [24]. O de Ch. Leclerc vendeu-se por 500 francos em 1878 [25], Luís

(17) O Sr. Dr. Luís de Matos emprestou-nos a fotocópia deste exemplar, o que muito lhe agradecemos, pois nos permitiu descrever mais exactamente esta edição.

(18) *Biblioteca Americana. Catalogue of the John Carter Brown Library in Brown University*, vol. I, Providence, 1919, p. 88.

(19) COLE (George Watson), *A Catalogue of Books... forming a part of the Library of E. D. Church*, vol. I, Nova Iorque, 1907, n.º 51, p. 121, onde se indicam os exemplares a que damos os números 1, 8, 9 e 10, além dos que foram das bibliotecas particulares de Huth, Hoe e Ayer e que não sabemos onde hoje se encontram.

(20) PENNEY (Clara Louisa), *Printed Books 1568-1700 in the Hispanic Society of America*, Nova Iorque, 1965, p. 345, onde se diz que este exemplar é o que foi vendido por HIERSEMANN (Karl Wilhelm), *Katalog 310-311*, Leipzig, 1905, n.º 14 173-*a*.

(21) WELSH (Doris Varner), *A Catalog of the William Brooks Greenlee Collection of Portuguese History and Literature and of Portuguese materials in the Newberry Library*, Chicago, 1953, p. 197, n.º 4479.

(22) PARKER (John), *The James Ford Bell Collection, A List of Additions, 1951-1954*, Minneapolis, s. a. [1955], p. 11. Agradecemos ao Sr. D. José A. Teles da Silva ter-nos emprestado este livro.

(23) BRUNET (Jacques-Charles), *Manuel du Libraire et de l'Amateur des Livres*, t. III, Paris, 1862, col. 1550, sem a indicação da data dos leilões.

(24) SABIN (Joseph), *A Dictionary of Books relating to America from its Discovery to the present Time*, vol. XI, Nova Iorque, 1879, p. 519, n.º 47 039.

(25) LECLERC (Charles), *Biblioteca Americana. Histoire, Géographie, Voyages, Archéologie et Linguistique des deux Amériques et des Iles Philippines*, Paris, 1878, pp. 94 e 518, n.ºs 376 e 1978.



Rosenthal vendeu por 1050 marcos um exemplar e o que era de Huth foi vendido em 1912 por 72 libras [26]. Não sabemos se de cinquenta anos para cá se vendeu algum exemplar desta raríssima edição. Se aparecer em algum leilão, estamos certos de que poucos a poderão comprar. Já tínhamos escrito estas palavras, quando soubemos que em Outubro de 1966, na venda dos livros de Tomás Winthrop Streeter, em Nova Iorque, um exemplar desta edição, a que faltava o último fólio, alcançou o preço de 12 000 dólares [27], o que então equivalia a uns 336 contos. De 1966 até hoje, como é sabido, o preço dos livros antigos tem aumentado muito e, se um exemplar dessa edição que aparecesse à venda fosse adquirido por quantia superior, não deveríamos ficar pasmados. Como se viu atrás, no fim desta edição indica-se a sua data, que foi em Janeiro de 1523 do parto virginal, isto é, do porto da Virgem Maria. É tradição secular, e assim acreditavam os cristãos do século XVI, que esse parto teve lugar em fins de Dezembro, no dia de Natal. Portanto, conforme essa expressão, no mês de Janeiro já tinha começado o ano de 1523, ou, em outras palavras, para designar a data da edição deste opúsculo, usou-se o cômputo da Natividade, e não o da Encarnação ou da Páscoa. Conforme o primeiro destes cômputos, o ano começava em 1 de Janeiro ou em 25 de Dezembro, e conforme os outros cômputos começava em 25 de Março ou no Sábado Santo. Se nesta edição se usasse um destes dois últimos cômputos, Janeiro de 1523 corresponderia, na actual maneira de designar os anos, seguida por todos, a Janeiro de 1524, pois este último ano só iria começar em 25 de Março ou no Sábado Santo. Por isso, vários autores dão a esta edição de Colónia a data de Janeiro de 1524. Assim o fizeram Ternaux [28], Brunet [29], Graesse [30], o livreiro Quaritch, de Londres, Medina [31], Palau [32], Skelton [33] e ultimamente o novo livreiro Quaritch, no catálogo que tem no prelo [34].

(26) PALAU Y DULCET (Antonio), *Manual del Librero Hispano-Americano*, 2.ª edição, t. VIII, Barcelona, 1954-1955, p. 378, n.º 158 776, indica estas duas últimas vendas.

(27) *Book-Auction Records*, vol. 64, Nova Iorque, 1968, p. 536. Também devemos à amabilidade do Sr. D. José A. Teles da Silva termos podido consultar esta publicação.

(28) TERNAUX (Henri), *Bibliothéque Américaine*, Paris, 1837, p. 6, n.º 29.

(29) BRUNET (Jacques-Charles), *ob. cit.*, vol. III, Paris, 1862, vol. 1550.

(30) GRAESSE (Johann Georg Theodor), *Trésor de Livres rares et précieux*, vol. IV, Dresde, 186..., p. 452.

(31) MEDINA ((José Toribio), *Colección de Documentos inéditos para la História de Chile desde el Viage de Magallanes hasta la Batalla de Maipo 1518-1818*, Santiago do Chile, 1888, pp. XXII-XXIII, onde traduz ao espanhol o que se escreveu no Catálogo 362 do livreiro Bernardo Quaritch, querendo provar que esta edição de Colónia é a segunda, e não a primeira, da carta de Maximiliano Transilvano. MEDINA (José Toribio), *Biblioteca Hispano-Americana*, vol. I, Santiago de Chile, 1898, n.ºs 67 e 68, pp. 93-94, reimprimiu o que tinha escrito em 1888.

(32) PALAU Y DULCET (Antonio), *ob. cit.*, Barcelona, 1954-1955, p. 378, n.º 158 776.

(33) SKELTON (R. A.), *ob. cit.*, vol. I, New Haven e Londres, 1969, p. 4.

(34) Muito agradecemos ao ilustre livreiro-antiquário D. José António Teles da Silva ter-nos obtido a xerocópia dos dizeres que, acerca de um exemplar, que tem à venda, da edição de Novembro de 1523, impressa em Roma, vai publicar no próximo catálogo o livreiro de Londres B. Quaritch.

Sabemos bem que em princípios do século XVI se usava com frequência o cômputo da Encarnação, ou o da Páscoa. Em 1445 foi imposto obrigatoriamente na Chancelaria Pontifícia o cômputo da Encarnação pelo papa Eugénio IV e, assim, o primeiro dia do ano era em 25 de Março. Em Veneza, durante vários séculos, o princípio do ano foi em 1 de Março. Na França usava-se o cômputo da Páscoa e só no reinado de Carlos X (1560-1575) se mandou que o novo ano começasse em 1 de Janeiro, o que a Igreja de Roma também decidiu em 15 de Outubro de 1582, no tempo do papa Gregório XIII, ao decretar a reforma do calendário, que por isso se chama gregoriano. Antes disso, porém, apesar dessas ordens, era frequente que o novo ano começasse em 1 de Janeiro ou em 25 de Dezembro. Assim acontecia em Portugal e também em outras nações, embora nestas se usasse, com maior ou menor frequência, o cômputo da Encarnação, ou o da Páscoa. Para se saber a que ano pertenciam os primeiros meses, escreviam-se às vezes as expressões «Ano do Nascimento de Jesus Cristo», ou Ano do Parto Virginal», para indicar que o ano tinha começado em Janeiro ou em 25 de Dezembro, e «Ano da Encarnação» ou «Ano da Graça» ou «Ano da Salvação», se ia começar em 25 de Março, ou no Sábado Santo. Assim se vê, por exemplo, em vários livros impressos por Simão de Colines em Paris (35). Se na edição de Colónia, de que tratamos, em vez de Janeiro do ano do Parto Virginal de 1523, se lesse Janeiro do ano da Encarnação de 1523, não haveria dúvida de que esta data correspondia a 1524, segundo o cômputo dos anos actualmente seguido.

Não admira, portanto, que outros autores, sem apresentarem aliás provas da sua opinião, que julgamos certa, digam que esta edição de Colónia é a primeira e lhe dêem a data de Janeiro de 1523, e não de 1524. Assim o fizeram Harrisse (36), Ch. Leclerc (37), J. Sabin (38), Coote (39), Cole (40), o visconde de Lagoa (41), Borba de Morais (42) e o autor do «Streeter Catalogue» (43).

(35) Veja-se RENOUARD (Ph.), *Bibliographie des Editions de Simon de Colines 1520--1546*, Paris, 1894, pp. 66, 75, 82, etc. Aí se verifica que vários livros impressos nos primeiros meses do ano têm as expressões acima citadas e, por elas, se pode saber se o novo ano se contava a partir de Janeiro ou a partir da Páscoa, embora Ph. Renouard às vezes se não tenha dado conta disso.

(36) HARRISSE (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 122, p. 230.

(37) LECLERC (Charles), *ob. cit.*, Paris, 1878, pp. 94 e 518, n.os 376 e 1978.

(38) SABIN (Joseph), *ob. cit.*, vol. XI, Nova Iorque, 1879, p. 519, n.º 47 038.

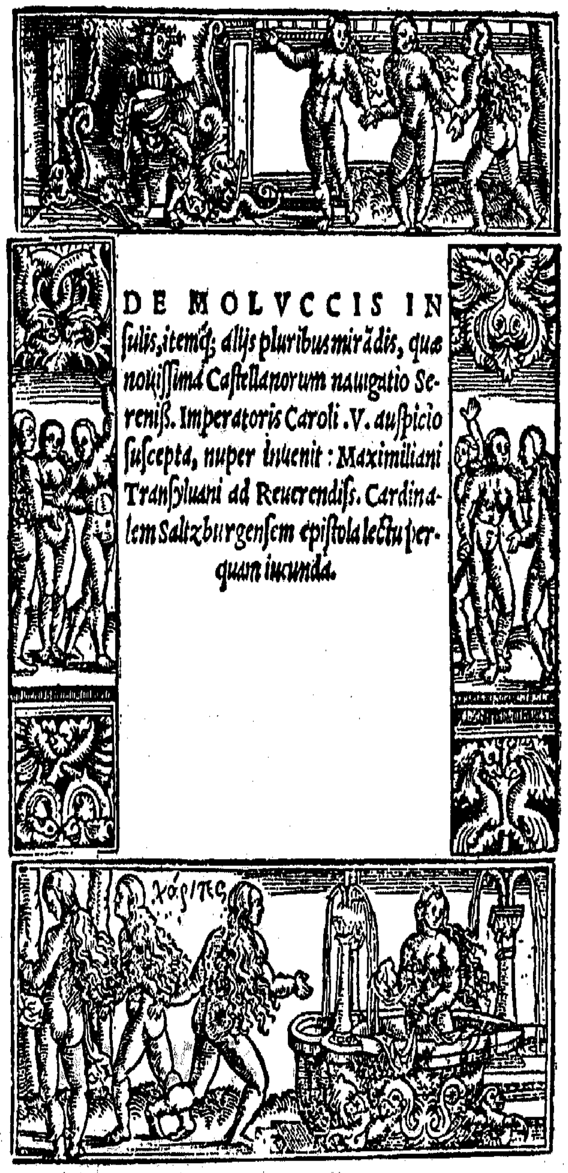
(39) COOTE (Charles Henry), *ob. cit.*, Londres, 1888. Não podemos agora consultar este livro, mas sabemos que nele se tenta provar que esta edição de Colónia é de 1523, e não de 1524.

(40) COLE (George Watson), *ob. cit.*, vol. I, Nova Iorque, 1907, n.º 51, pp. 121-123. Nas pp. 121-122 reproduzem-se o frontispício e o cólofon desta edição de Colónia.

(41) VISCONDE DE LAGOA, *ob. cit.*, vol. II, Lisboa, 1938, p. 287.

(42) BORBA DE MORAIS (Rubens), *Bibliographia brasiliana*, vol. II, Amsterdão e Rio de Janeiro, s. a. (1958), pp. 45 e 46, onde se reproduziu também o frontispício deste livro.

(43) O «Streeter Catalogue» é o catálogo do leilão dos livros de Tomás Winthrop Streeter, efectuado em 1966 nas Galerias Parke-Bernet, em Nova Iorque. Não vimos esse catálogo, mas sabemos que nele se diz ser a edição de Colónia a primeira que teve a carta de Maximi-


DE MOLVCCIS IN
sulis, itemq; alijs pluribus mirãdis, quae
nouissima Castellanorum nauigatio Se-
reniss. Imperatoris Caroli .V. auspicio
suscepta, nuper inuenit: Maximiliani
Transyluani ad Reuerendiss. Cardina-
lem Saltzburgensem epistola lectu per-
quam iucunda.

*Frontispício da primeira edição da carta de Maximiliano Transilvano, Colónia, Janeiro de 1523, segundo o exemplar da Biblioteca Huntington, na Califórnia*

# IL VIAGGIO
## FATTO DA GLI SPA GNIVOLI A TORNO A'L MONDO.

Con Gratia per Anni. XIIII.

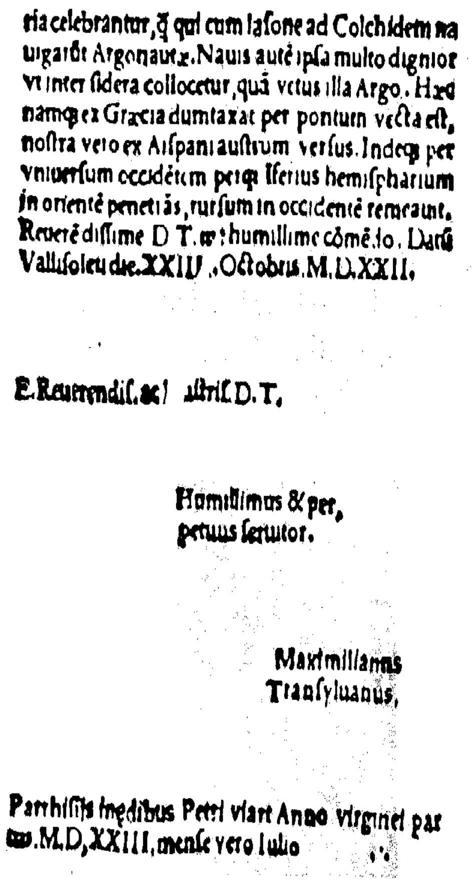
M D X X X VI.

*Frontispício do opúsculo italiano, impresso em 1536, segundo o exemplar da Biblioteca Huntington, na Califórnia. Neste opúsculo publicaram-se em italiano, por primeira ou segunda vez, a carta de Maximiliano Transilvano e a relação de António Pigafetta*

DE MOLVCCIS IN-
sulis, itemq; aliis pluribus mirandis,
quæ nouissima Castellanorum naui
gatio Serenissimi Imperatoris Caro
li. V. auspicio suscepta, nuper inue-
nit: Maximiliani Transyluani ad
Reuerendissimũ Cardinalem Saltz
burgensem epistola lectu perquam
iucunda:

Parrhisiis
In via Iacobea sub Leone argenteo
1523

*Frontispício da segunda edição da carta de Maximiliano Transilvano, Paris, Julho de 1523, segundo o único exemplar conhecido, guardado na Biblioteca Huntington, na Califórnia*



ria celebrantur, q̃ qui cum Iasone ad Colchidem na
uigarũt Argonautæ. Nauis autẽ ipsa multo dignior
vt inter sidera collocetur, quã vetus illa Argo. Hæc
namq; ex Græcia dumtaxat per pontum vecta est,
nostra vero ex Hispani austrum versus. Indeq; per
vniuersum occidẽtem per q̃ Iferius hemisphærium
in orientẽ penetrãs, rursum in occidentẽ remeauit.
Reuerẽdissime D T. ∞ : humillime cõmẽ.do. Datũ
Vallisoleti die. XXIII. Octobris. M. D. XXII.

E. Reuerendis. ac I. ultris. D. T.

Humillimus & per,
petuus seruitor.

Maximilianus
Transyluanus,

Parrhisijs in edibus Petri viart Anno virginei par
tus. M. D, XXIII, mense vero Iulio

*Última página (fól.[16]r) da segunda edição da carta de Maximiliano Transilvano. Como se vê, as linhas oitava, nona e décima não foram completamente impressas neste exemplar, o único conhecido, o que motivou a errada leitura de XXIII, em vez de XXIIII de Outubro*



É, efectivamente, razoável que a primeira edição desse opúsculo se publicasse na Alemanha, para onde Maximiliano Transilvano enviou a sua carta, escrita de Valhadolide em 24 de Outubro de 1522. No seguinte mês de Novembro deve ela ter chegado a Nuremberga, onde se encontrava o cardeal-arcebispo de Salzburgo, a quem era destinada, e houve tempo suficiente para o impressor de Colónia Eucharius Cervicornus ([44]) ter dela conhecimento e acabar de imprimi-la em Janeiro de 1523. Se este mês fosse de 1524, a primeira edição deste opúsculo não seria a de Novembro de 1523, impressa em Roma, como pretendem os autores atrás citados, mas a de Julho de 1523, publicada em Paris. Seria isso estranho, pois, além de se não ver como Paris podia ter, com Nuremberga ou com Maximiliano Transilvano, ligação mais rápida do que Colónia, Carlos V estava então em guerra com Francisco I da França.

Já dissemos atrás, ao falar de Maximiliano Transilvano, como a carta deste não podia facilmente ser conhecida e aproveitada pelo matemático João Schöner em Bamberg, para fazer um globo terrestre e mandar imprimir um opúsculo em 1523, se bastante antes do fim deste ano não tivesse sido publicada.

Parece certo, portanto, que essa edição de Colónia foi impressa em Janeiro de 1523 e é a primeira, que se conhece, das muitas que teve a carta de Maximiliano Transilvano. Em 1888 Ch. H. Coote reproduziu fac-similarmente essa edição, na obra que já citámos e agora não podemos consultar.

## SEGUNDA EDIÇÃO CONHECIDA: PARIS, JULHO DE 1523

DEMOLVCCIS [*sic*] IN = // su lis [*sic*], itemqz aliis pluribus mirandis, // quae nouissima Castellanorum naui // gatio Serenissimi Imperatoris Caro // li + V + auspicio suscepta, nuper inue = // mit ‡ Maximiliani Transilvani ad // Reuerendissimũ Cardinalem Saltz // burgensem epistola lectu perquam // iucunda + // [uma gravura rectangular com as letras P. VIART, isto é, o emblema deste impressor.] // Parrhisijs // In via Iacobea sub Leone argenteo // 1523 //

Este opúsculo mede 142 mm + 92 mm e consta de 16 fls. não numerados, com as signaturas $a^8$ e $b^8$, com as letras em caracteres romanos e com os fólios [1]-*v* e [16]-*v* em branco. Uma página inteira consta de 32 linhas e parece não ter reclamos nem título corrente.

No fólio [2]-*r*, com um R dentro de uma vinheta rectangular, que ocupa o princípio de quatro linhas, começa o texto, cujas primeiras palavras são: // REVERENDISSIME ac illustrissi // me Domine mivnice [*sic*] humili.cõmen.Re // diit......

liano Transilvano, por assim o afirmar o actual livreiro de Londres Bernard Quaritch no seu próximo catálogo, de cujos dizeres nos obteve amavelmente a xerocópia o Sr. D. José A. Teles da Silva.

([44]) Eucharius Cervicornus, ou Hirtzhorn, foi também um humanista e imprimiu livros de 1516 a 1543. Veja-se BENZING (Josef), *Buchdruckerlexicon des 16. Jahrhunderts*, Francfort, s. a. (1952), p. 87, n.º 15.

O texto acaba na linha nona do fólio [16]-*r* e as suas últimas palavras são: // ...rursum in occidentẽ remeauit. // Reuerendissime D.T. m[e] humillime cõmẽdo.Datũ // Vallisoleti die.XXIII[I] . Octobris.M.D.XXII. //

Seguem espaçados estes dizeres: // E.Reuerendiss.ac [Illu]stris.D.T.// Humillimus & per, // petuus seruitor. // Maximilianus // Transyluanus. // Parrhisijs inedibus [*sic*] Petri viart Anno Virginei par // tus. M.D,XXIII.mense vero Iulio .˙. //

O título do frontispício é absolutamente igual ao da edição de Colónia, que decerto foi copiada para esta de Paris; a comparação minuciosa das duas edições, o que agora não podemos fazer, dar-nos-ia disso maior certeza. Escreveu-se que a data da carta, nesta edição, é 23, e não 24 de Outubro, o que não parece ser verdade. No papel da última folha do único exemplar que se conhece desta edição há uma ruga ou defeito, que impediu a impressão, ou motivou o desaparecimento da letra *e* da palavra *me* na penúltima linha, do derradeiro I do número XXIIII na linha seguinte e das letras *Illu* na primeira linha dos dizeres espaçados do fim. Isso verifica-se claramente na reprodução da última página dessa edição. Mas se, em vez de XXIIII, se tivesse escrito XXIII de Outubro, não há dúvida de que seria uma gralha, pois em Paris, onde essa edição se imprimiu, não havia elementos para se corrigir a de Colónia. Essa raríssima edição impressa em Paris por Pedro Viart, de quem nada sabemos dizer, tem passado desapercebida a todos os que escreveram sobre a viagem de Fernão de Magalhães e até a quase todos os bibliógrafos. O único exemplar conhecido pertenceu a E. D. Church e encontra-se agora na Biblioteca Huntington, em San Marino, na Califórnia ([45]).

## TERCEIRA EDIÇÃO CONHECIDA: ROMA, NOVEMBRO DE 1523

Maximiliani Transyluani Caesaris // a secretis Epistola, de admirabili // & nouissima Hispanorũ in Orien // tem nauigatione, qua uariae, & nul // li prius accessae Regiones inuẽtae // sunt, cum ipsis etiã Moluccis insu // lis beatissimis, optimo Aromatũ // genere refertis. Inauditi quoq. in // cola℞ mores exponuntur, ac mul // ta quae Herodotus, Plinius, Soli- // nus atque alii tradiderunt, fabulo // sa esse arguunt'. Contra nonnulla // ibidẽ uera, uix tamen credibilia ex // plicant'. quibuscum historiis Insu // laribus ambitus describit' alterius // Hemisphaerii, unde ad nos tandẽ // hispani redierunt incolumes. // [Estes dizeres estão no centro de

([45]) Veja-se COLE (George Watson), *ob. cit.*, vol. I, Nova Iorque, 1907, n.º 52, pp. 123-124, onde se descreve este cimélio e se lhe reproduz o frontispício. Na colecção William Brooks Greenlee, da Biblioteca Newberry, em Chicago, há desta edição uma reprodução fotostática, feita em Bóston no ano de 1921; veja-se WELSH (Doris Varner), *ob. cit.*, Chicago, 1953, p. 197, n.º 4482. BORBA DE MORAES (Rubens), *ob. cit.*, vol. II, Amsterdão e Rio de Janeiro, s. a. (1958), p. 46, indica resumidamente esta edição, assim como SANZ (Carlos), *Henry Harrisse (1829-1910) «Príncipe de los Americanistas», su vida — Su Obra con nuevas Adiciones a la Bibliotheca Americana Vetustissima,* Madrid, 1968, pp. 276-277, onde se lhe reproduz o frontispício.



uma grande gravura floreada, em forma de pórtico, e na sua parte inferior, em um redondel onde parece representar-se o emblema da cidade de Roma, está a palavra:] // ROMA //

Este opúsculo mede 210 mm×150 mm, ou, como verificámos no exemplar truncando de Viena, 190 mm × 131 mm; consta de 20 fólios não numerados, estando em branco os fólios [1]-*v*, [4]-*v* e [20]-*r*-*v*. Este último falta em alguns exemplares. As signaturas são $A^4$-$E^4$ e, por gralha, em vez de Dii, na respectiva folha está $E^2$. A última palavra da folha Bii é *qua*. As letras são em caracteres romanos e parece que as páginas não têm reclamos nem título corrente. Uma página inteira parece constar de umas 30 linhas.

No fólio [2]-*r*, depois das palavras // REVERENDO DOMINO // IOANNI MATTHAEO // GIBERTO // S. D. N. DATARIO // F. Minitius Caluus S. P. D. //, começa esta dedicatória, que acaba no fólio [3]-*r*; lê-se nela que o papa Clemente VII tinha sido eleito há pouco e que esta carta se recebeu do príncipe de Téramo, quando era núncio na Alemanha.

No fólio [3]-*v*, depois das palavras // Caluus Lectori. S. // lê-se este prólogo e no fólio [4]-*r* diz-se que o papa Clemente VII proibiu sob severas penas que alguém publicasse os livros impressos por vez primeira na «Francisci Minitii Calui officina libraria».

No fólio [5]-*r* começa o texto desta carta, que acaba no fólio [19]-*v* e ao fim não tem a data *Vallisoleti die XXIIII octobris M. D. XXII.* Seguem as palavras // ROMAE // IN AEDIBUS . F . // MINITII CALVI // ANNO M. D. XXIIÍ. // MENSE NOVEMBRI. //

A descrição que fazemos do texto desta edição é deficiente, porque agora não temos à mão nenhum exemplar dela, e tivemos de nos guiar pelos apontamentos que tirámos, quando vimos o exemplar truncado de Viena, que é desta edição. A descrição que dela faz Harrisse está errada ([46]), pois no frontispício não há uma linha que tenha apenas a palavra // ibidẽ // e na penúltima linha não se lê: // ... qua ad nos tandem //, como na edição seguinte, mas // ... unde, ad nos tandẽ //, como está no exemplar de Viena; contudo, Ch. Leclerc escreveu que o seu exemplar estava conforme à descrição de Harrisse ([47]).

A tradução dos dizeres do frontispício é a seguinte: «Carta de Maximiliano Transilvano, secretário do imperador, sobre a admirável e recentíssima navegação dos Espanhóis para o Oriente, pela qual se encontraram regiões várias e a ninguém antes patentes, também com as próprias ilhas Molucas, riquíssimas, repletas de óptimo género de especiarias. Igualmente se expõem os inauditos costumes dos habitantes e muitas coisas, que Heródoto, Plínio, Solino e outros escreveram, provam-se serem fabulosas. Pelo contrário, explicam-se algumas aí verdadeiras, contudo quase inacreditáveis, com as quais histórias insulares se descreve o âmbito do outro hemisfério, donde finalmente voltaram incólumes até nós os Espanhóis.»

([46]) HARRISSE (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 123, p. 231.
([47]) LECLERC (Charles), *ob. cit.*, Paris, 1878, pp. 94 e 518, n.ºˢ 337 e 1979.

Desta raríssima edição, publicada pelo impressor romano Francisco Minízio Calvo ([48]), só podemos agora localizar os seguintes nove exemplares:

1) Paris, Biblioteca Nacional, Ge. FF. 7600.
2) Londres, Museu Britânico, G. 6912, exemplar que pertenceu a Sir Thomas Grenville.
3) Londres, Museu Britânico, 279.c.2.
4) Amsterdão, Museu Histórico Holandês de Navegação ([49]).
5) Nova Iorque, Biblioteca Pública, exemplar que pertenceu a Jaime Lenox.
6) Providence (Estados Unidos), Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown ([50]), exemplar a que falta o último fólio.
7) Londres, no livreiro B. Quaritch, exemplar que foi de Sir Thomas Philipps, a que falta o último fólio e que está à venda por 8000 libras, isto é, pela apreciável quantia de uns 480 contos ([51]).
8) Minneapolis (Estados Unidos), Biblioteca James Ford Bell, na Universidade de Minnesota ([52]).
9) Viena, Biblioteca Nacional, 49. J. 28*, exemplar truncado, que consta apenas dos primeiros quatro fólios.

Segundo Brunet, houve desta edição, no leilão de Hanrott, em 1833-1834, um exemplar, que se vendeu por 3 libras e 18 xelins e outro que, no leilão de Heber, de 1834 a 1837, se anunciou primeiro por 2 libras e 6 xelins, depois por 1 libra e 9 xelins e finalmente apenas por 1 libra; no leilão de Guilherme Libri, em 1859, um exemplar vendeu-se por 1 libra e 11 xelins ([53]). O que foi de Leclerc e tinha um pequeno defeito alcançou em 1878 o preço de 350 francos ([54]). Palau afirma que o exemplar do conde de Lignerolles se vendeu por 980 francos e que o livreiro Hiersemann, de Leipzig,

---

([48]) Sobre Francisco Minízio Calvo, impressor de Roma, só sabemos agora dizer que se correspondeu com os humanistas Alciato, Erasmo e Amerbach e difundiu na Itália as obras de Lutero. Veja-se Barni (Gian Luigi), *Le Lettere di Andrea Alciato giureconsulto*, Florença, 1953, pp. 3 e seguintes, e o que escrevemos em «Um Impresso de 1531 sobre as Empresas dos Portugueses no Oriente», em *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. VI, 1966, pp. 90 e 91.

([49]) *Nederlandsche Historisch Scheepvaart Museum, Catalogus der Bibliotheek*, Amsterdão, 1960, p. 131.

([50]) *Bibliotheca Americana. Catalogue of the John Carter Brown Library, in Brown University*, vol. I, Providence, 1919, p. 88. Este exemplar e o da Biblioteca Pública de Nova Iorque já foram indicados por Harrisse (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 123, p. 231, e por Medina (José Toribio), *obs. cits.*, vol. I, Santiago do Chile, 1888 e 1898, pp. XXII e XXIII e 93-94.

([51]) Já dissemos que o competente livreiro-antiquário de Lisboa Sr. D. José A. Teles da Silva nos obteve amavelmente esta informação.

([52]) Parker (John), *ob. cit.*, Minneapolis, s. a. (1955), p. 11. Veja-se atrás a nota 22.

([53]) Brunet (Jacques-Charles), *ob. cit.*, vol. III, Paris, 1862, col. 1549, sem indicar a data dos leilões.

([54]) Leclerc (Charles), *ob. cit.*, Paris, 1878, pp. 94 e 518, n.os 377 e 1979.

Maximiliani Transyluani Cæsaris a secretis Epistola, de admirabili & nouissima Hispanorũ in Orientem nauigatione, qua uariæ; & nulli prius accessæ Regiones inuẽtæ sunt, cum ipsis etiã Moluccis insulis beatissimis, optimo Aromatũ genere refertis. Inauditi quoq. incolarũ mores exponuntur, ac multa quæ Herodotus, Plinius, Solinus atque alii tradiderunt, fabulosa esse arguunt. Contra, nonnulla ibidẽ uera, uix tamen credibilia explicant. quibuscum historiis Insularibus ambitus describit alterius. Hemisphaerii, unde ad nos tandẽ hispani redierunt incolumes.



*Frontispício da terceira edição da carta de Maximiliano Transilvano, Roma, fins de Novembro de 1523, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Viena, 49.J.28*

Maximiliani Tranſyluani Cæſaris
a ſecretis Epiſtola, de admirabili
& nouiſſima Hiſpanorũ in Orien
tem nauigatione,qua uariæ,& nul
li prius acceſſæ Regiones inuẽtæ
ſunt,cum ipſis etiã Moluccis inſu
lis beatiſſimis,optimo Aromatũ
genere refertis. Inauditi quoq. in
colaꝝ mores exponuntur, ac mul
ta quæ Herodotus,Plinius, Soli
nus atque alii tradiderunt, fabulo
ſa eſſe arguunt. Contra, nonnulla
ibidẽ uera,uix tamen credibilia ex
plicant.quibuſcum hiſtoriis Inſu
laribus ambitus deſcribit alterius
Hemiſphaerii,qua ad nos tandem
hiſpani redierunt incolumes.

ROMA

*Frontispício da quarta edição da carta de Maximiliano Transilvano, Roma, Fevereiro de 1524 ou de 1525, segundo o exemplar da biblioteca Huntington, na Califórnia*



anunciou em 1913 a venda de um exemplar por 1050 marcos [55]. Em 1961, o exemplar, que tinha pertencido a Heber, vendeu-se nos leiloeiros Sotheby, de Londres, por 850 libras [56], isto é, por uns 68 contos de então. Já dissemos que o livreiro de Londres B. Quaritch vai anunciar a venda, pela apreciável quantia de uns 480 contos, de um exemplar desta edição, a que falta o último fólio.

Não só o frontispício, mas também o texto desta edição de Roma, é um pouco diferente do da de Colónia. No próximo catálogo de B. Quaritch vão indicar-se algumas dessas pequeninas diferenças. Talvez seja isso sinal de que, para se imprimir esta edição de Roma, se usou um manuscrito enviado pelo bispo Francisco Chieregato ao tipógrafo Minízio Calvo, que talvez não soubesse que esta carta se tinha publicado na Alemanha e na França.

Já dissemos atrás que Ternaux, Brunet, Graesse, os dois livreiros Quaritch, Medina, Palau e Skelton consideram esta edição de Roma a primeira que se imprimiu da carta de Maximiliano Transilvano [57], opinião que julgamos insustentável.

A data da sua publicação foi depois de o papa Clemente VII ter sido eleito, ter nomeado seu datário João Mateus Giberti e ter concedido ao impressor Minízio Calvo o privilégio de dez anos, como se lê nas páginas preliminares dessa edição. Ora esse papa foi eleito em 19 de Novembro de 1523 e passaram decerto vários dias antes de fazer a referida nomeação e de conceder o dito privilégio, além do tempo preciso para se redigirem e imprimirem, pelo menos, as páginas preliminares dessa edição. Esta, portanto, não pôde ser impressa antes dos últimos dias de Novembro, se o não foi em Dezembro de 1523, embora no cólofon se indique o primeiro destes meses.

## QUARTA EDIÇÃO CONHECIDA: ROMA, FEVEREIRO DE 1524 (1525)

Maximiliani Transyluani Caesaris // a secretis Epistola, de admirabili // & nouissima Hispanorũ in Orien // tem nauigatione, qua uariae, & nul // li prius accessae Regiones inuẽtae // sunt, cum ipsis etiã Moluccis insu // lis beatissimis, optimo Aromatũ // genere refertis. Inauditi quoq. in // colaꝝ mores exponuntur, ac mul // ta quae Herodotus, Plinius, Soli- // nus atque alii tradiderunt, fabulo // sa esse arguunt'. Contra, nonnulla // ibidẽ uera, uix tamen credibilia ex // plicant'. quibuscum historiis Insu // laribus ambitus describit [*sic*] alterius // Hemisphaerii, qua ad nos tandem // hispani redierunt incolumes. // [Estes dizeres lêem-se no centro de uma grande gravura, igual à da edição de Novembro de 1523, e na parte inferior dessa gravura está a palavra:] ROMA.

---

(55) Palau y Dulcet (António), *ob. cit.*, 2.ª edição, vol. VIII, Barcelona, 1954-1955, p. 378, n.º 158 775, onde se não indica a data do leilão.

(56) *Book-Auction Records*, vol. 58, Nova Iorque, 1961, p. 335. Veja-se atrás a nota 27.

(57) Vejam-se atrás as notas 27 a 39.

Este opúsculo mede 215 mm×141 mm, consta de 18 fólios não numerados, estando em branco os fólios [1]-*v* e [4]-*v*, tem as letras em caracteres romanos, as signaturas são A⁴-C⁴ e D⁶, estando correcta a do fólio Dii, e parece não ter reclamos nem título corrente. A última palavra do fólio Bii é *inuenerint*.

No fólio [2]*r*, depois das palavras // REVERENDO DOMINO //IOANNI MATTHAEO // GIBERTO // ..., começa esta dedicatória, que acaba no fólio [3]*r*. No fólio [3]*v*, depois do título // Caluus Lectori. S. //, lê-se este prólogo, e no fólio [4]*r* está o privilégio, que consta de 17 linhas.

No fólio [5]-*r*, depois das palavras // MAXIMILIANUS CAESARIS // INVICTISSIMI A // SECRETIS // Reuerendissimo D. D. Matheo Cardinali // Salzeburgensi... //, começa o texto desta carta, que acaba no fólio [18]-*r*. Segue o título // Errata librarij // e três linhas com as erratas.

No fólio [18]-*v* lê-se apenas: // ROMAE IN AEDIBVS // F. MINITII CALVI // ANNO M.DXXIIII. // MENSE // FEB. //

Diz-se que esta edição é em tudo igual à de Novembro de 1523, exceptuando algumas minudências; as do frontispício e algumas mais indicámo-las atrás.

Desta raríssima edição podemos localizar os seis seguintes exemplares:

1) Paris, Biblioteca Nacional, Res. G. 2769.
2) Paris, Biblioteca Nacional, Res. X. 856.
3) Londres, Museu Britânico, G. 6913, exemplar que foi de Sir Thomas Grenville.
4) Nova Iorque, Biblioteca Pública, exemplar que foi de Jaime Lenox (58).
5) San Marino (Califórnia), Biblioteca Huntington, exemplar que foi de E. D. Church (59).
6) Chicago, Biblioteca Newberry, Colecção William Brooks Greenlee (60), exemplar que parece estar incompleto.

Na Biblioteca Mazarina de Paris havia, ou há, um exemplar desta edição com a cota 16 168 *pièce*, isto é, *opúsculo;* assim se indica no catálogo respectivo, mas, tendo pedido esse exemplar, disseram-nos que se tinha extraviado. Cada uma das

(58) Este exemplar foi indicado e descrito por HARRISSE (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 124, p. 232, que se enganou na transcrição do frontispício, pois não há aí uma linha que tenha apenas a palavra //ibidē//.

(59) COLE (George Watson), *ob. cit.*, I, Nova Iorque, 1907, n.º 56, pp. 132-134, onde se reproduzem o frontispício e o cólofon desta edição e se indicam os exemplares, a que damos os n.ºˢ 3 e 4. KRAUS (H. P.), *Catalogue 114 The Spanish and Portuguese Overseas Empire, Voyages of Discovery and Exploration,* Nova Iorque, s. a. [1960?], p. 35, n.º 97, vendia por 3800 dólares, isto é, uns 114 contos de então, um exemplar que foi de E. D. Church. Este bibliófilo, portanto, ou tinha dois exemplares desta edição, ou o que agora deveria estar na Biblioteca Huntington, já aí se não encontra.

(60) WELSH (Doris Varner), *ob. cit.*, Chicago, 1953, p. 197, n.º 4480, onde se diz que este exemplar consta de [28] pp., isto é, [14] fólios. Talvez lhe faltem os quatro fólios preliminares.



bibliotecas particulares de Huth, Rothschild e Ayer possuíam também desta edição um exemplar (59), que não sabemos onde hoje se encontra. O que foi do milanês Reina vendeu-se em Paris, à volta de 1840, por quatro francos (61); o de Ch. Leclerc tinha apenas 17 fólios, mas alcançou em 1867 o preço de 299 francos (62). O de Huth vendeu-se em 1912 por 72 libras (63), isto é, 324$000 de então, que hoje equivalem, pelo menos, a uns 20 000$00. Em 1964 os leiloeiros Sotheby, de Londres, venderam um exemplar por 18 libras apenas (64), isto é, por 1440$00 de então, e, portanto, por preço muito baixo.

Já dissemos, ao falar de Maximiliano Transilvano, que, embora nesta edição se leia que foi impressa em Fevereiro de 1524, este ano equivale decerto a 1525, pois ao menos em Roma o novo ano devia começar em 25 de Março, como mandava a Santa Sé. Por isso, os meses e dias de 1 de Janeiro até essa data indicavam-se como se ainda fossem de 1524, mas, segundo a actual maneira de designar os anos, já eram de 1525. Se assim não fosse, entre as duas edições desta carta, publicadas por Minízio Calvo, teriam apenas mediado uns escassos três meses, o que parece pouco para se esgotar uma edição e imprimir-se outra. Os autores, que precisamente por este motivo atribuem à edição de Colónia a data de 1524, não se lembraram de aplicar com maior razão o mesmo argumento a esta de Roma, dando-lhe a data de 1525.

## POSSÍVEL EDIÇÃO DE VENEZA, 1534

Em 1854 publicou-se em Nova Iorque, com o título *Livres curieux*, uma lista de obras, de que se não conhecia nenhum exemplar, para ver se alguém as localizava. De 216 nem sequer se conseguiu saber o paradeiro de 20! Na página 29 e n.º 143 dessa lista indicou-se: *Maximiliano Transilvano e Pigafetta, Il viaggio fatto dagli Spagnuoli a torno al Mondo, Veneza, 1534, in 4.º Non 1536, sans lieu.* Como veremos, com esse mesmo título e sem a indicação do local onde se imprimiu, publicou-se em 1536 a carta de Maximiliano Transilvano e a relação de António Pigafetta, ambas em italiano.

Referindo o que acabamos de escrever, Harrisse disse em 1868 ser essa a única indicação que encontrou dessa edição, em que se menciona o local onde foi impressa (65). Em 1864 Brunet tinha escrito que uma edição, publicada em Veneza

(61) BRUNET (Jacques-Charles), *ob. cit.*, vol. III, Paris, 1862, col. 1549.

(62) LECLERC (Charles), *Bibliotheca Americana Catalogue raisonné d'une très precieuse Collection de Livres Anciens et Modernes sur l'Amérique et les Philippines,* Paris, 1867, pp. 223-224, n.º 956.

(63) PALAU Y DULCET (Antonio), *ob. cit.*, 2.ª edição, vol. VIII, Barcelona, 1954-1955, p. 378, n.º 158 776.

(64) *Book-Auction Records,* vol. 61, Nova Iorque, 1965, p. 414. Veja-se atrás a nota 27.

(65) HARRISSE (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 192, p. 316 e pp. XXIX-XXX, nota *, e ROBERTSON (James Alexander), *Magellan's Voyage around the World by Antonio Pigafetta,* vol. II, Cleveland, 1906, pp. 279-280.

no ano de 1534 com o mesmo título da de 1536, se vendeu por 3 libras e 3 xelins no leilão de Crofts ([66]).

Supomos tratar-se do catálogo, que não pudemos ver, intitulado *Thomas Crofts, Bibliotheca croftiana... which will be sold by auction by Mr. Paterson... April 7, 1873 and the forty-two following days.* Deste catálogo tirou decerto o autor do opúsculo *Livres curieux* a indicação a que há pouco nos referíamos. Em 1879, Sabin escreveu que nessa indicação o ano de 1534 deve ser um engano em vez de 1536 ([67]). A edição de 1534, portanto, não teria existido.

Não nos atrevemos a dizer tanto, pois muitos são os livros, e principalmente os opúsculos, que se imprimiram, de que se não conhece nenhum exemplar. Além disso, no catálogo manuscrito da Biblioteca Alexandrina de Roma encontrámos indicada, com a cota I. 1. 34, uma edição da *Epistola di Massimiliano Transilvano,* impressa em Veneza em 1534, e, tendo-a pedido, nos disseram que não estava no local indicado.

Portanto, embora se não tenha encontrado um exemplar dessa edição de 1534, impressa em Veneza, julgamos, pelo menos, possível a sua existência.

## EDIÇÃO DE 1536 EM ITALIANO

EPISTOLA DI MASSIMILIANO // Transiluano Secretario della Maesta del'Imperadore scrit= // ta al'Illustrissimo & Reuerendissimo Signore, il Signor // Cardinal Salzeburgense, nellaquale si descriue // l'admirabile & stupenda nauigatione, fatta // per li Spagnuoli l'anno. 1519. liquali // partirono di Spagna, & nauigando // per via di ponente vennero // in leuante, & di leuante tor= // norono à casa loro, cir= // cundando tutto il // mondo. //

Depois deste título e na mesma página, com um I muito grande dentro de uma gravurinha quadrada, que ocupa o princípio de cinco linhas, começa este texto, cujas primeiras palavras são // IN QVESTI giorni Illustrissimo & Re= // uerendissimo Signor mio ritorno una di quel= // le cinque naui... //, e que, sem nenhuma divisão, acaba na linha oitava do fólio C[4]*v*, isto é, do fólio 12-*v*, supondo que o título está no fólio 1-*r*. As últimas palavras são: // ...& dili poi se ne ritorno in // ponente a casa sua in Sibilia. //

Esta edição ocupa os fólios [5]-*r* a [16]-*v* do opúsculo // IL VIAGGIO // FATTO DA GLI SPA // GNIVOLI A // TORNO A'L // MONDO. // Con Gratia per Anni. XIIII. // M.D XXX VI. //.

Este opúsculo mede 225 mm×170 mm; consta de 52 fólios não numerados, com os fólios [1]-*v*, [4]-*v* e [52]-*v* em branco, as letras dos cadernos são A[4] e A[4]-M[4], uma página inteira consta de 39 linhas, não contando a da letra do caderno,

([66]) BRUNET (Jacques-Charles), *ob. cit.*, vol. V, Paris, 1864, cols. 1167-1168.

([67]) SABIN (Joseph), *ob. cit.*, vol. XI, Nova Iorque, 1879, p. 520, n.º 47 041.



e não tem reclamos nem títulos correntes. Nos fólios [2]-*r* a [4]-*r* está o prólogo intitulado // A'L LETTORE // e nos fólios [17]-*r* a [52]-*r* a relação de António Pigafetta, que será descrita mais à frente.

Deste raro opúsculo podemos localizar agora os seguintes dezoito exemplares:

1) Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, R. 35. 6 ([68]).
2) Paris, Biblioteca Nacional, Res. G. 2893.
3) Londres, Museu Britânico, G. 6977, exemplar que pertenceu a Sir Thomas Grenville.
4) Londres, Museu Britânico, C. 32. f. 6.
5) Londres, Museu Britânico, 1295. c. 12.
6) Viena, Biblioteca Nacional.
7) Florença, Biblioteca Nacional, cód. Magl. XIII, 81, exemplar a que falta o último fólio ([69]).
8) Veneza, Museu Correr.
9) Bolonha, Biblioteca do Arquiginásio.
10) Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
11) Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Estes dois exemplares pertenceram a José Carlos Rodrigues.
12) San Marino (Califórnia), Biblioteca Huntington, exemplar que foi de E. D. Church ([70]).
13) Nova Iorque, Biblioteca Pública.

([68]) *Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1970, p. 623, n.º 2465, onde se dão a este opúsculo as dimensões de 158 mm×93 mm, o que não está certo, pois o seu tamanho é de 206 mm × 142 mm e a mancha tipográfica mede 162 mm × 102 mm.

([69]) Deste exemplar, que tínhamos descrito em Florença, o Sr. Dr. A. A. Banha de Andrade, a quem muito o agradecemos, emprestou-nos uma fotocópia; por isso esta nossa descrição pôde ser mais exacta. Aí também está uma cópia manuscrita da edição de Roma 1523 da carta de Maximiliano Transilvano e quatro relações, duas impressas que não sabemos quais são, e duas manuscritas, sobre a viagem de Fernão de Magalhães. Assim o disse ALMAGIÀ (Roberto), *Intorno a quattro codici fiorentini e ad uno ferrarese dell'erudito veneziano Alessandro Zorzi,* Florença, 1936, pp. 29-30. Diz-se aí também, em uma nota da p. 2, citando CARACI (G.), *Catalogo della Mostra di Carte, di Manoscritti e di Stampe d'interesse geografico,* in *Atti dell'VIII Congresso Geografico Italiano,* Florença, 1931, vol. III, pp. 117-118, que o manuscrito Magl. XIII, 82, da Biblioteca Nacional de Florença, hoje perdido, continha um exemplar impresso da carta de Maximiliano Transilvano, segundo a edição de Roma 1521 *(sic!).* Inútil chamar a atenção para este erro ou gralha.

([70]) COLE (George Watson), *ob. cit.*, vol. I, Nova Iorque, 1907, n.º 74, pp. 171-172, onde se reproduz o frontispício desta edição e se indicam os dois exemplares que eram de J. Lenox, o de João Carter Brown e o que pertencia a Eduardo Ayer, de Chicago.

14) Nova Iorque, Biblioteca Pública. Estes dois exemplares foram de Jaime Lenox. Em um deles, o M da data do frontispício está apagado ou não se imprimiu; ao outro, ou ao mesmo, falta o último fólio ([71]).

15) Providence (Estados Unidos), Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown.

16) Chicago, Biblioteca Newberry, colecção William Brooks Greenlee ([72]).

17) Nova Iorque, *Hispanic Society of America,* exemplar que em 1906 estava à venda no livreiro de Leipzig, Guilerme Hiersemann ([73]).

18) Minneapolis (Estados Unidos), Biblioteca James Ford Bell, na Universidade de Minnesota ([74]).

As bibliotecas particulares de Huth e de Ayer possuíam também esta edição, mas não sabemos onde hoje se encontram esses dois exemplares. O de Langlès vendeu-se por 50 francos, o de Heber por 4 libras e 4 xelins, e este mesmo exemplar, que tinha passado à posse de Stanley, alcançou o preço de 17 libras e 17 xelins; o de Riva, apesar de algumas manchas, vendeu-se por 320 francos e o de Félix Solar por 330 francos, em Paris, 1861 ([75]). Em 1878 comprou-se um exemplar por 500 francos e o de Huth vendeu-se em 1912 por 10 libras e 15 xelins ([76]). Em 1880, o livreiro Bernard Quaritch, de Londres, tinha à venda dois exemplares desta edição, um por 12 libras e 12 xelins e o outro por 15 libras; em 1896 oferecia outros dois, ou talvez os mesmos, respectivamente, por 16 libras e 16 xelins e por 21 libras ([77]). Os dois atrás indicados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que pertenceram a J. C. Rodrigues, custaram-lhe, respectivamente, 15 libras e 10 xelins e 18 libras; pouco antes de 1907 estava à venda outro exemplar por 500 marcos, ou 25 libras ([78]). Em 1930, os livreiros Maggs Brothers, de Londres, tinham à venda por 550 libras um exemplar, que estava junto com o *Libro primo (secondo & ultimo) della Historia*

([71]) Harrisse (Henry), *ob. cit.,* Nova Iorque, 1868, n.º 205, p. 249, citando os exemplares de J. Lenox e J. Carter Brown, descreve esta edição, a que dá apenas 51 fólios, no que foi seguido por vários bibliógrafos. Deschamps (P.) e Brunet (G.), *Manuel du Libraire et de l'Amateur des Livres, Supplément,* vol. II, Paris, 1880, col. 876, corrigiram o engano de Harrisse. Do exemplar de J. Carter Brown sabemos que está completo pela indicação que dele dá Sabin (Joseph), *ob. cit.,* vol. XI, Nova Iorque, 1879, p. 520, n.º 47 042, e decerto pelo óptimo catálogo dessa biblioteca, que agora não podemos consultar.

([72]) Welsh (Doris Varner), *ob. cit.,* Chicago, 1953, p. 42, n.º 954.

([73]) Penney (Clara Louisa), *ob. cit.,* Nova Iorque, 1965, p. 345.

([74]) Parker (John), *ob. cit.,* s. a. [1955], p. 13. Veja-se atrás a nota 22.

([75]) Veja-se Brunet (Jacques-Charles), *ob. cit.,* vol. V, Paris, 1864, col. 167.

([76]) Veja-se Palau y Dulcet (Antonio), *ob. cit.,* vol. VIII, Barcelona, 1954-1955, p. 378, n.º 158 777. Talvez o exemplar aí indicado, e vendido por 500 francos em 1878, seja o que Deschamps (P.) e Brunet (G.), *ob. cit.,* vol. II, Paris, 1880, col. 876, dizem ter sido levado por Tross a esse preço.

([77]) Robertson (James Alexander), *Magellan's Voyage around the World by Antonio Pigafetta,* vol. II, Cleveland, 1906, p. 238.

([78]) Veja-se *Bibliotheca Brasiliense, Catalogo anotado dos livros sobre o Brasil... pertencentes a J. C. Rodrigues,* Rio de Janeiro, 1907, p. 407, n.º 1581.



*de l'Indie Occidentali,* livro muito valioso, editado em Veneza, 1534 ([79]). Em 1961 os leiloeiros Sotheby, de Londres, venderam um exemplar por 520 libras, que então valiam uns 41 contos, e em 1962 também se vendeu em Nova Iorque um exemplar, que alcançou o preço de 2400 dólares ([80]), isto é, uns 67 contos de então. Neste ano de 1973 o livreiro B. Quaritch, de Londres, vendeu pela apreciada quantia de 2000 libras, isto é, uns 120 contos, um exemplar do opúsculo, a que nos referimos, impresso em 1536 ([81]).

Como vimos, nesta edição não se indica o lugar onde se imprimiu, mas geralmente diz-se que foi em Veneza e que este opúsculo é a quarta parte, ou a continuação, da *Historia de l'Indie occidentali,* livro editado nessa cidade em 1534 sem indicação do impressor. Esta *Historia,* de facto, consta de três partes, a saber, o *Libro primo della Historia de l'Indie occidentali,* com 80 fólios, o qual foi tomado, em grande parte, das Décadas de Anghiera, o *Libro secondo delle Indie occidentali M D XXXIIII,* com 66 fólios, e com a indicação de que se imprimiu em Veneza no mês de Dezembro de 1534, livro que é a tradução do *Ouiedo de la natural hystoria delas Indias,* impresso em Toledo, 1526, e o *Libro ultimo del Summario delle Indie occidentali,* com 16 fólios e com a indicação de que se imprimiu em Veneza no mês de Outubro de 1534, livro que é a tradução, com aditamentos, da obra intitulada *La conquista del Peru* e impressa em Sevilha, 1534 ([82]). Há também o *Libro primo de la Conquista del Peru & prouincia del Cuzco de le Indie occidentali,* impresso em Veneza por Maestro Stephano da Sabio em Março de 1535 ([83]); este livro contém a tradução da *Verdadera Relacion de la Conquista del Peru,* escrita por Francisco de Xerez e editada em Sevilha no mês de Julho de 1534.

Os caracteres desses quatro livros italianos são, de facto, parecidos com os do opúsculo a que nos estamos a referir; ao menos, assim se deduz das reproduções, que agora temos à mão, e do exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde se encontram reunidos estes cinco opúsculos italianos. Os três primeiros têm mesmo tipos de letra absolutamente iguais aos do *Viaggio,* embora as iniciais adornadas sejam diferentes. Pode-se, portanto, suspeitar que o *Viaggio* foi também impresso em Veneza e seria a quarta, ou quinta parte da *Historia de l'Indie occidentali.*

([79]) Veja-se *Bibliotheca Brasiliensis, Catalogo annotado de Livros raros... sobre o Brasil e o Descobrimento da America,* Londres, 1930 (Maggs Bros. n.º 546), n.º 21, pp. 42-44, onde se reproduz o frontispício desta edição.

([80]) *Book-Auction Records,* vol. 58, Nova Iorque, 1961, p. 336, e vol. 60, Nova Iorque, 1964, p. 355. Veja-se atrás a nota 27.

([81]) Assim no-lo disse o Sr. D. José A. Teles da Silva, a quem muito o agradecemos.

([82]) Veja-se a descrição destes três livros em Cole (George Watson), *ob. cit.,* vol. I, Nova Iorque, 1907, n.º 69, pp. 158-161, com várias reproduções.

([83]) Veja-se a descrição deste livro em Cole (George Watson), *ob. cit.,* vol. I, Nova Iorque, 1907, n.º 75, pp. 168-171, com três reproduções, e em *Bibliotheca Brasiliensis...,* Londres, 1930, n.º 22A, pp. 46-47, onde se lhe reproduz o frontispício.

Diz-se que o autor desta tradução italiana da carta de Maximiliano Transilvano foi João Baptista Ramúsio, que em 1550 a transcreveu, como veremos, na sua colectânea de relações de viagens. O motivo de se afirmar isto é porque, nessa colectânea, imediatamente antes da referida carta e da relação de António Pigafetta, se lê um *Discorso,* escrito por Ramúsio, e idêntico, assim se julga, ao prólogo da edição de 1536, intitulado *A'l Lettore.* Ora, parece que o autor deste prólogo traduziu a carta de Maximiliano Transilvano, pois ele próprio diz que «quis transcrever em língua vulgar uma carta latina, que escreveu naquele ano de 1522 um secretário da Majestade Cesárea, chamado Maximiliano Transilvano» ([84]). Portanto, foi Ramúsio quem a traduziu.

Repare-se, porém, que no referido *Discorso,* embora seja em grande parte copiado quase à letra, ou plagiado, do prólogo da edição de 1536, se suprimem muitíssimos parágrafos e se juntam algumas coisas. Sobre o que aqui nos interessa, Ramúsio, modificando um pouco o texto, diz apenas que «lhe veio ter às mãos o sumário, impresso em francês, da relação de António Pigafetta, e isso juntamente com uma carta, que escreveu no ano de 1522 um Maximiliano Transilvano, secretário da majestade do Imperador» ([85]). Ramúsio não afirma, portanto, que traduziu essa carta do latim para o italiano e, assim, não se sabe ao certo quem foi o seu tradutor.

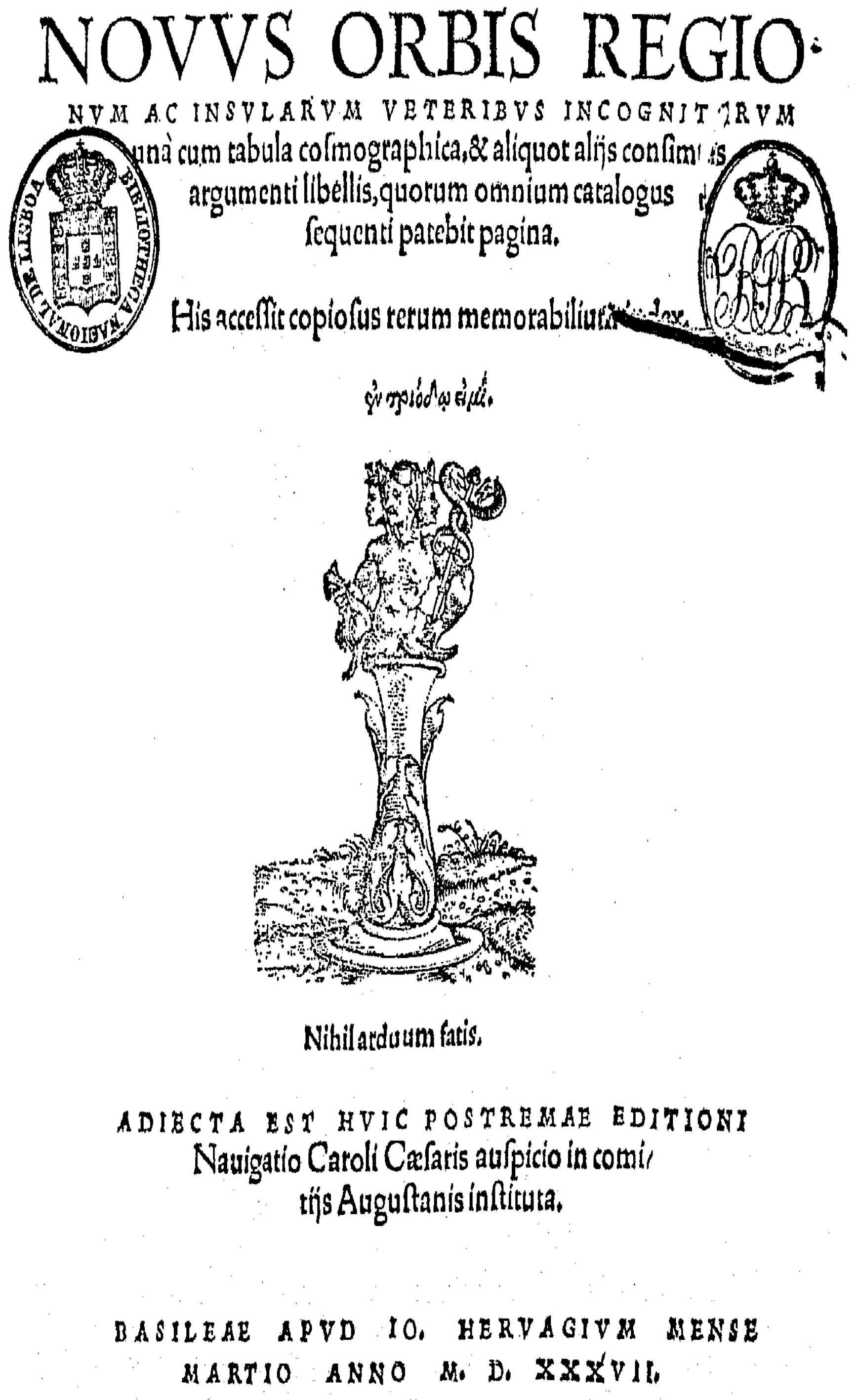
## EDIÇÃO DE BASILEIA 1536-1537

// DE MOLVCCIS INSVLIS ATQVE // ALIIS PLVRIBVS MIRANDIS, QVAE NOVISSIMA // Castellanorum nauigatio Sereniss. Imperatoris Caroli .V. // auspicio suscepta nuper inuenit: Maximiliani Trans- // syluani ad Reuerendiss. Cardinalem Saltz // burgensem epistola lectu per- // quam iucunda. //

Esta edição ocupa as páginas 585-[600] do livro *Nouus Orbis Regionvm ac Insvlarvm Veteribvs incognitarvm, unà cum tabula cosmographica, & aliquot alijs consimilis argumenti libellis, quorum omnium catalogus sequenti patebit pagina.* [...] *Adiecta est hvic postremae editioni Nauigatio Caroli Caesaris auspicio in comitijs Augustanis instituta. Basileae apvd Io. Hervagivm mense Martio Anno M.D.XXX VII.* A tradução deste título é a seguinte: *Novo Orbe de Regiões e Ilhas desconhecidas aos Antigos, junto com uma tábua cosmográfica e alguns outros opúsculos de assunto semelhante, de todos os quais a lista estará patente na página seguinte.* [...] *Ajuntou-se a esta última edição a navegação decretada nas Cortes de Augsburgo com a autoridade do Imperador Carlos. Em Basileia na Casa de João Hervágio no mês de Março no ano de 1537.* Ao fim, no cólofon lê-se: *Basileae per Io. Hervagivm mense Novembri Anno M.D.XXXVI,* isto é, em *Basileia por João Hervágio no mês de Novembro no ano de 1536.* Note-se que na lista das obras publicadas neste livro, no fólio [1]-*v,* não se indicou, por esquecimento, a carta de Maximiliano Transilvano.

([84]) Veja-se o fólio [2]-*v* da edição de 1536.

([85]) [RAMVSIO (GIO. BATT.)], *Primo Volume delle Navigationi et Viaggi,* Veneza, 1550, fólio 373-*v.*

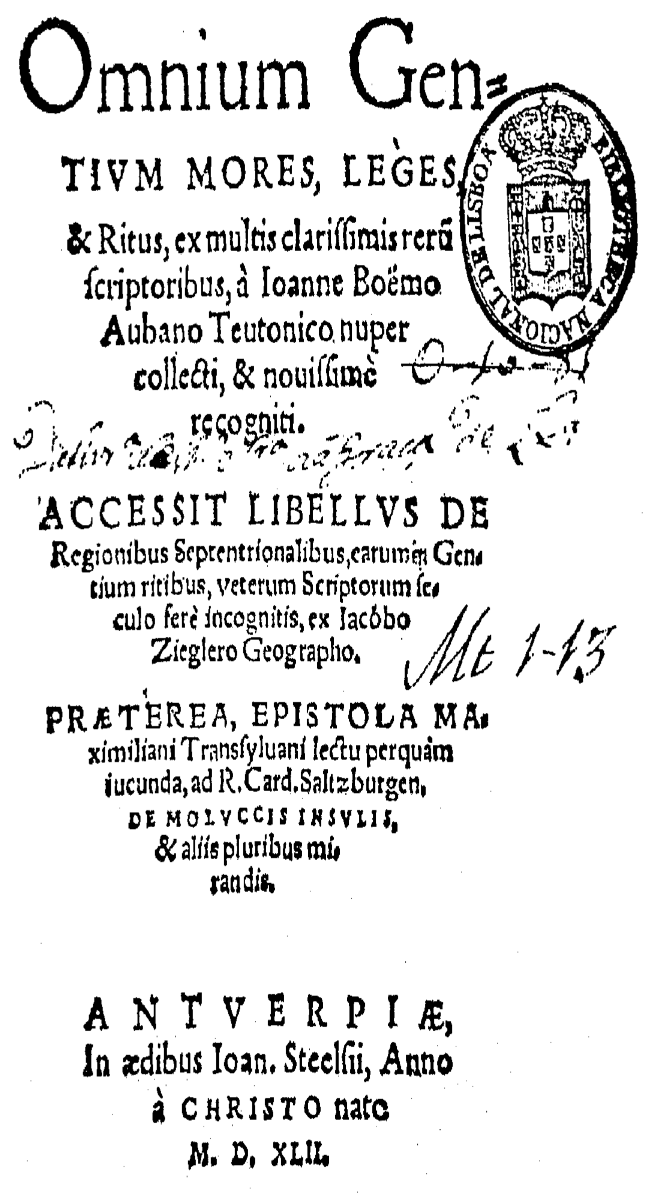

NOVVS ORBIS REGIONVM AC INSVLARVM VETERIBVS INCOGNITARVM
unà cum tabula coſmographica, & aliquot alijs conſimilis argumenti libellis, quorum omnium catalogus ſequenti patebit pagina.
His acceſſit copioſus rerum memorabiliu...

Nihil arduum fatis.

ADIECTA EST HVIC POSTREMAE EDITIONI Nauigatio Caroli Cæſaris auſpicio in comitijs Auguſtanis inſtituta.

BASILEAE APVD IO. HERVAGIVM MENSE MARTIO ANNO M. D. XXXVII.

*Frontispício da edição de Basileia, 1536-1537, do* Nouus Orbis *de Simão Grynaeus, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, HG 2696 A. A esta edição ajuntou-se, como se indica no frontispício, a carta de Maximiliano Transilvano*


Omnium Gentium mores, leges, & Ritus, ex multis clarissimis rerũ scriptoribus, à Ioanne Boëmo Aubano Teutonico nuper collecti, & nouissimè recogniti.

Accessit libellus de Regionibus Septentrionalibus, earumq́ Gentium ritibus, veterum Scriptorum seculo ferè incognitis, ex Iacobo Zieglero Geographo.

Præterea, Epistola Maximiliani Transsyluani lectu perquàm iucunda, ad R. Card. Saltzburgen. de Molvccis insvlis, & aliis pluribus mirandis.

Antverpiæ, In ædibus Ioan. Steelsii, Anno à Christo nato M. D. XLII.

*Frontispício da rara edição de Antuérpia, 1542, da obra de João Boemo Aubano, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, HG 988 P, exemplar que pertenceu ao Convento da Graça. Nesta edição, como se lê no frontispício, publicou-se a carta de Maximiliano Transilvano*



Esta colectânea de viagens foi publicada por Simão Grynaeus (Gryner) e tinha sido reunida por João Hüttich. A primeira edição, impressa em Basileia no ano de 1532, assim como as duas edições de Paris, impressas, respectivamente por Galliot du Pré e por João Petit, também em 1532, a tradução alemã publicada em Estrasburgo, 1534, e a tradução holandesa editada em Antuérpia, 1563, não contêm a carta de Maximiliano Transilvano.

A edição de 1536-1537 consta de [48], 599 e [5] páginas, com a dimensão de 290 mm×190 mm, e com 43 linhas em cada página inteira, contando o reclamo e o título corrente. Na página 585, depois do título atrás descrito e com um R que ocupa o princípio de 5 linhas, começa o texto, que não tem nenhuma divisão e cujas primeiras palavras são: REVERENDISSIME ac Illustriss. Domine [...] Redijt his diebus una ex quinqz illis na // uibus [...]. As últimas palavras são: // ... rursum in occidentem remeauit. Reuerendissimae // D. T. me humillime commendo. Datum Vallisole- // ti die XXIIII. Octobris M.D.XXII. // E. Reuerendiss. ac Illustriss. D. T. // Humillimus & per // petuus seruitor. // Maximilianus // Transsyluanus. // Seguem seis linhas com a indicação das letras dos cadernos e com o cólofon. Como se verifica por esta descrição e pelo título atrás transcrito, parece que para esta edição se serviram da de Colónia.

Desta edição de 1536-1537 há dois exemplares truncados na Biblioteca Nacional de Lisboa (HG 2696 e 2697 A); ao primeiro arrancaram-lhe precisamente a carta de Maximiliano Transilvano. Também há um exemplar na Biblioteca Municipal do Porto (H. 10.39) e em bibliotecas do estrangeiro sabemos localizar vinte exemplares.

## EDIÇÃO DE ANTUÉRPIA 1542

// De Moluccis // INSVLIS ATQVE ALIIS // pluribus mirandis, que nouissima Ca- // stellanorum nauigatio Sereniss. Impera- // toris Caroli V auspicio suscepta, nuper // inuenit. Maximiliani Transiluani ad // Reuerendiss. Cardinalem Saltzbur- // gensem Epistola lectu perquam // iucunda. //

Esta edição, que tem título igual ao das de Colónia, Paris e Basileia, de uma das quais decerto foi transcrita, ocupa os fólios [7]-*v*-[19]-*r* dos não numerados que estão ao fim do livro *Omnium Gentivm Mores, Leges, & Ritus, ex multis clarissimis rerũ scriptoribus, à Ioanne Boëmo Aubano Teutonico nuper collecti, & nouissime recogniti.* [...] *Praeterea, Epistola Maximiliani Transyluani lectu perquàm iucunda, ad R. Card. Saltzburgen. De Molvccis Insvlis, & aliis pluribus mirandis. Antverpiae. in aedibus Ioan. Steelsii, Anno à Christo nato M.D.XLII*, isto é, *Costumes, Leis e Cerimónias de todos os Povos, há pouco coligidos de muitos preclaríssimos escritores de* [várias] *coisas por João Boemo Aubano alemão, e ultimamente revistos.* [...]. *Além disso, a carta de Maximiliano Transilvano, muitíssimo agradável para se ler,* [dirigida] *ao Rev.º Cardeal de Salzburgo sobre as Ilhas Molucas e outras muitas coisas admiráveis. Em Antuérpia, na Casa de João Steelsius, Ano do Nascimento de Cristo de 1542.* Este livro mede 164 mm × 97 mm, consta de 123 e [21] fólios, as

suas letras são em caracteres redondos e uma página inteira tem 40 linhas, contando o reclamo e o título corrente.

No fólio [7]-*v*, depois do título atrás transcrito e com um R dentro de uma gravurinha, que ocupa o princípio de sete linhas, começa o texto, que não tem nenhuma divisão e cujas primeiras palavras são: REuerendissime ac Illustriss. Domi- // ne, Domine mi vnice humil. com // men. Rediit his diebus vna ex // quinque illis nauibus [...]. O texto acaba no meio do fólio [19]-*r* e as últimas palavras são: [...] rursum in occidentem remeauit. // Reuerendissime D. T. me humillime commẽdo. Da- // tum Vallisoleti die. xxiiij. Octobris M.D.xxij. // E. Reuerendiss. ac illustriss. D. T. // Humillimus & perpetuus seruitor // Maximilianus // Transsyluanus. //

Esta edição de 1542 é bastante rara, pois a Biblioteca Nacional de Paris e o Museu Britânico de Londres não a possuem. Só a encontrámos na Biblioteca Nacional de Lisboa, que dela tem dois exemplares (HG 988 P e HG 14 421 P), e sabemos que a Biblioteca James Ford Bell, na Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, possui um exemplar ([86]). Harrisse apenas indicou um, que estava na biblioteca particular de J. Carson Brevoort, em Brooklin, junto a Nova Iorque ([87]), e que não sabemos onde agora se encontra. O exemplar que foi de Ch. Leclerc vendeu-se em 1878 por 100 francos ([88]) e o de Lange alcançou o preço de 500 francos suíços ([89]).

Desta obra de João Boemo Aubano, impressa por vez primeira em Augsburgo no ano de 1520, houve, pelo menos, cinquenta edições ou traduções. Sabemos localizar trinta em latim, publicadas, respectivamente, em Nuremberga, 1530 aproximadamente, em Lião, França, 1534, 1536, 1539, 1541, 1542, 1556, 1561, 1570, 1576, 1582, 1591, 1601 e 1621, em Friburgo de Brisgóvia, 1536 e 1540, em Paris, 1536, 1538, 1539 e 1561, em Antuérpia, 1537, 1538, 1542 e 1571, em Veneza, 1542, em Pavia, 1596, e em Genebra, 1604, 1610 e 1620, oito da tradução francesa, editadas em Paris, 1539, 1542, 1542, por outro impressor, 1543, 1545, 1547 e 1558, e em Antuérpia, 1540, sete da tradução italiana publicadas em Veneza, 1542, 1543, 1549, 1558, 1560, 1566 e 1585, quatro em inglês editadas em Londres, 1555, 1611, 1809 e 1812, e uma em espanhol impressa em Antuérpia, 1556. Decerto há mais edições, ou traduções, que não sabemos onde se encontram.

Em muitas delas juntaram-se outras obras à de João Boemo Aubano. Assim, nas latinas de Lião, 1561, 1582 e 1591, e de Genebra, 1604 e 1620, assim como na inglesa de Londres, 1611, publicou-se o *Fides, Religio Moresque Aethiopum* de Damião de Góis, o que geralmente se não indica nas bibliografias goesianas. Diz-se que só nesta de Antuérpia, 1542, se publicou a carta de Maximiliano Transilvano, o que não pudemos verificar, por não termos examinado todas as edições da obra do alemão João Boemo Aubano.

---

([86]) PARKER (John), *ob. cit.*, Minneapolis, s. a. [1955], p. 13. Veja-se atrás a nota 22.

([87]) HARRISSE (Henry), *Bibliotheca Americana Vetustissima, Additions*, Paris, 1870, n.º 136, p. 141. Esse exemplar pertencia então a J. Carson Brevoort.

([88]) LECLERC (Charles), *ob. cit.*, Paris, 1878, pp. 16-17, n.º 69.

([89]) PALAU Y DULCET (Antonio), *ob. cit.*, 2.ª edição, vol. VIII, Barcelona, 1954-1955, p. 378, n.º 158 778.



## OUTRAS EDIÇÕES DA CARTA DE MAXIMILIANO TRANSILVANO

Além das sete, ou oito, edições de que até aqui temos falado, a carta de Maximiliano Transilvano publicou-se nos seguintes livros:

1) Nos fólios 374-*r* a 379-*v* do *Primo Volvme delle Navigationi & Viaggi nel qval si contiene la Descrittione dell'Africa... Et la Nauigatione attorno il mondo*, compilado por João Baptista Ramúsio, embora este nome aí se não indique, e editado pelos herdeiros de Lucas António Giunti em Veneza no ano de 1550. Desta edição, a mais rara de todas as da colectânea de viagens feita por Ramúsio, há um exemplar na Torre do Tombo (Casa Forte, série Preta, n.º 289) e em bibliotecas do estrangeiro só encontrámos dez. Nesta edição, como em todas as anteriores, o texto dessa carta não tem nenhuma divisão e, exceptuando pequenas modificações, é igual ao da edição de Veneza, 1536. Pena é que para a reprodução anastática, feita na Holanda em 1970, da obra de Ramúsio, se não tenha usado esta primeira edição, em vez da de 1563.

2) Nos fólios [383]-*v* a 389-*v* do *Primo volume, & seconda editione delle Navigationi et Viaggi...*, publicado em Veneza pelos herdeiros de Lucas António Giunti em Março de 1554. Desta edição vimos em Portugal dois exemplares, o da Sociedade de Geografia de Lisboa (157. G. 96) e o da Biblioteca da Ajuda (17. XL. 27) e no estrangeiro podemos facilmente localizar treze exemplares. Nesta edição o texto da carta de Maximiliano Transilvano dividiu-se em nove subtítulos, impressos com caracteres itálicos.

3) Na edição, publicada em 1555 por João Hervagius em Basileia, do *Nouus Orbis Regionum ac Insvlarvm* de Simão Grynaeus. Esta edição não é muito rara, pois sabemos onde se encontram, em bibliotecas do estrangeiro, vinte e cinco exemplares, mas não encontrámos nenhum em Portugal. Não tendo apontado, quando examinámos alguns desses exemplares, em que páginas está a carta de Maximiliano Transilvano, não o podemos agora indicar; não há dúvida, porém, de que ela aí se encontra, pois isso indica-se no frontispício, com a mesma frase, que atrás transcrevemos, da edição de 1536-1537.

4) A carta de Maximiliano Transilvano, abreviada, e o resumo da relação de António Pigafetta lêem-se, traduzidos ao inglês, nos fólios 215-*v* a 232-*v* do livro *The Decades of the newe worlde or West India... Wrytten in the Latine tounge by Peter Martyr of Angleria, and translated into Englysshe by Rycharde Eden*, editado em Londres por Guilherme Powell em 1555. Há quatro modalidades desta edição, que é valiosa e se não encontra em Portugal, mas dela há vários exemplares nas grandes bibliotecas inglesas e americanas. Neste livro não se publicam apenas as Décadas de Pedro Mártir de Anghiera, indicadas no título, mas há aí também outras relações, referentes à América e à Ásia, como as duas atrás mencionadas. Como não temos agora à mão um exemplar deste livro, não sabemos em que página acaba o resumo da carta de Maximiliano Transilvano.

5) Nos fólios 347-*r* a 352-*v* do *Primo volume & Terza editione delle Navigationi et Viaggi raccolto gia da M. Gio. Battista Ramvsio, ...*, editado em Veneza

pelos herdeiros de Lucas António Giunti em Janeiro de 1563 (1564). Esta é a edição que com maior facilidade se encontra nas grandes bibliotecas. Em Portugal há, pelo menos, o exemplar da Academia das Ciências de Lisboa e o da Biblioteca da Casa Cadaval, em Muge; no estrangeiro facilmente se localizam mais de trinta exemplares. Contudo, foi esta a edição escolhida para a reprodução anastática do livro de Ramúsio, impressa na Holanda em 1970. Também nesta edição o texto da carta de Maximiliano Transilvano está dividido em nove subtítulos.

6) Nos fólios 429-*v* a 447-*v* do livro *The History of Trauayle in the VVest and East Indies... Gathered in parte, and done into Englyshe by Richarde Eden, Newly set in order, augmented, and finished by Richarde VVilles,* impresso em Londres no ano de 1577, reeditaram-se os resumos da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de António Pigafetta, publicados por Ricardo Eden em 1555. Também agora não temos à mão um exemplar deste livro, que se encontra com facilidade nas grandes bibliotecas da Inglaterra e dos Estados Unidos; não podemos, por isso, indicar em que página termina a referida carta.

7) Nos fólios 347-*r* a 352-*v* do *Primo volume & Quarta editione delle Navigationi et Viaggi raccolto da M. Gio. Batt. Ramvsio,* editado em Veneza na imprensa dos Giunti em 1587-1588. Não encontrámos esta edição em Portugal, mas dela no estrangeiro facilmente se localizam quinze exemplares. A carta de Maximiliano Transilvano também aí está dividida em nove subtítulos.

8) Em fólios, que também agora não podemos indicar, do primeiro tomo do livro *Delle Navigationi et Viaggi raccolte da M. Gio. Battista Ramvsio, in tre Volvmi divise,* editada em Veneza pelos Giunti em 1606. Desta edição bastante rara deve haver na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um exemplar, mas não se encontra aí no lugar inicado no ficheiro (HD 92 A); em bibliotecas do estrangeiro facilmente se localizam onze exemplares. Decerto nesta edição o texto da carta de Maximiliano Transilvano também está dividido em nove subtítulos.

9) Nos fólios 347-*r* a 352-*v* do primeiro tomo do livro *Delle Navigationi et Viaggi raccolte da M. Gio. Battista Ramvsio, in tre Volvmi divise,* editado em Veneza pelos impressores Giunti em 1613. Como nas outras edições desta colectânea de viagens, a partir da de 1554, também nesta de 1613 a carta de Maximiliano Transilvano está dividida em nove subtítulos. Na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa há um exemplar desta edição (HD 105 A) e no estrangeiro localizam-se facilmente quinze.

10) Os resumos da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de António Pigafetta, mais extensos do que na compilação de Ricardo Eden, impressa em 1555 e 1577, lêem-se nas páginas 33-46 da primeira paginação do livro *Haklvytvs Posthumus or Purchas his Pilgrimes,* escrito por Samuel Purchas e editado em Londres no ano de 1625. Essas páginas constituem o capítulo II do livro II e têm o seguinte título: *Of Fernandvs Magalianes: The occasion of his Voyage, and the particulars of the same, with the compassing of the World by the Ship called San Victoria: gathered out of Antonio Pigafetta, an Italian of Vicenza, who was one in the said Circum-Nauigation, as also from diuers other Authors.* Na nota marginal referente ao asterisco diz-se que a relação de Pigafetta está no tomo I de Ramúsio e que grande parte dela foi traduzida ao inglês por Eden, ao qual aqui se juntam outras coisas, tiradas do seu exemplar do Ramúsio. Da preciosa primeira edição da colectânea de viagens, escrita por Purchas e atrás mencionada, há um exemplar completo na Biblioteca Duarte de Sousa, conservada no Secretariado Nacional da Informação, em Lisboa; no estrangeiro, e nomeadamente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e em grandes bibliotecas inglesas e americanas, encontra-se com facilidade essa edição.



11) Em 1837, Martinho Fernández de Navarrete publicou no documento número XXIV e nas páginas 249-284 do tomo IV da *Colección de los Viajes y descubrimientos, que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV...,* editado em Madrid, a tradução espanhola da carta de Maximiliano Transilvano, datada de Valhadolide em 5 de Outubro de 1522 e conservada em um manuscrito da Real Academia da História em Madrid. O texto está dividido em XX parágrafos, numerados com letras romanas e sem título, e precede-o uma breve introdução, também sem título. O desta tradução é o seguinte: *Relacion escrita por Maximiliano Transilvano de como y por quién y en qué tiempo fueron descubiertas y halladas las Islas Molucas, donde es el propio nascimiento de la especieria, las cuales caen en la conquista y marcacion de la Corona Real de España. E dividese esta relacion en veinte párrafos principales.* Da introdução e do fim da carta parece deduzir-se que para esta tradução se usou uma das edições impressas em Roma por Minízio Calvo. Apesar do que escreveu J. T. Medina ([90]), duvidamos que esta tradução seja contemporânea dos acontecimentos que narra. A sua publicação em ortografia que não é certamente muito antiga, a data que se lhe dá de 5 de Outubro de 1522, manifestamente errada, pois nesse dia ainda não tinham chegado, ou acabavam de chegar, a Valhadolide, os que tinham dado a primeira volta ao Mundo, e o facto de se dizer que o seu autor foi um secretário do imperador D. Carlos, chamado Maximiliano Transilvano, isto é, pessoa completamente desconhecida ao tradutor, tudo isso nos faz suspeitar de que a afirmação de Medina não esteja certa.

12) Nas páginas 183-210 do livro escrito por Lord Stanley of Alderley, editado em Londres no ano de 1874 e intitulado *The first Voyage round the World by Magellan translated from the Accounts of Pigafetta and other contemporary Writers,* publicou-se a tradução inglesa da carta de Maximiliano Transilvano. Como se diz nas páginas LVI-LVII da introdução deste livro, Jaime Baynes, conservador do Museu Britânico da secção dos livros impressos, fez essa tradução e por ela se vê que se serviu de um exemplar da edição de Colónia, 1523.

13) Em 1880 deve ter-se publicado em Madrid a segunda edição do tomo IV da *Coleccion de los Viages e descubrimientos, que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV...,* escrita por M. F. de Navarrete. Não encontrámos em Lisboa essa segunda edição do tomo IV, mas sabemos que os cinco tomos dessa obra de Navarrete foram reeditados em Madrid, de 1858 a 1880 ([91]); ora o primeiro foi-o

---

([90]) MEDINA (José Toribio), *Biblioteca Hispano-Americana,* vol. I, Santiago do Chile, 1898, p. 97.

([91]) Assim o diz PALAU Y DULCET (Antonio), *ob. cit.,* 2.ª edição, t. V, Barcelona, 1951, p. 336, n.º 89 463.

em 1858, o segundo em 1859, o terceiro em 1880 e supomos que o quarto e o quinto foram também reeditados neste último ano. No quarto tomo, em páginas que não sabemos indicar, publicou-se novamente a carta de Maximiliano Transilvano.

14) Nas páginas 109-115 do livro *Magalhães — Strasse und Austral-Continent auf den Globen des Johannes Schöner,* escrito por Franz Wieser e publicado em Innsbruck no ano de 1881, publicou-se em latim o princípio da carta de Maximiliano Transilvano.

15) Edward Arber, *The first three English Books on America,* Birmingham, 1885, páginas 43-398, reeditou o livro de Ricardo Eden, impresso em 1555 e intitulado *The Decades of the Newe world or west India.* Como atrás dissemos, lêem-se nos fólios 215-*v* a 232-*v* deste último livro os resumos da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de António Pigafetta, que, portanto, novamente se publicaram em 1885, nas páginas 249-262 do citado livro de E. Arber.

16) José Toríbio Medina, *Colección de documentos inéditos para la Historia de Chile desde el Viage de Magallanes hasta la Batalla de Maipo 1518-1818,* tomo I, Santiago do Chile, 1888, páginas 256-297, publicou, transcrevendo-a da obra de Martinho Fernández de Navarrete, a tradução espanhola da carta de Maximiliano Transilvano.

17) Charles Henry Coote, *Johan Schöner... A reproduction of his globe of 1523, long lost, his dedicatory letter to Reymer von Streytperck and the De Moluccis of Maximilianus Transylvanus with new translations...,* Londres, 1888, como se deduz deste título, reproduziu fac-similarmente a carta de Maximiliano Transilvano, fê-lo da edição de Colónia, 1523, e publicou a sua tradução inglesa, em páginas que não sabemos indicar, por não termos à mão esse livro raro, de que só se imprimiram cem exemplares. Também não sabemos se essa tradução é igual à que publicou em 1874 Lord Stanley of Alderley, ou se foi novamente feita por C. H. Coote.

18) Nas páginas 305 a 337 do volume primeiro da monumental obra de Emma Helen Blair e James Alexander Robertson, *The Philippine Islands 1493-1803,* Cleveland, 1903, publicou-se a tradução inglesa da carta de Maximiliano Transilvano, transcrita decerto do livro de Lord Stanley of Alderley, ou do de C. H. Coote.

19) Em 1905 reeditou-se em Glasgow a famosa obra de Samuel Purchas, de que atrás falámos. Nessa reedição, que não encontrámos em Lisboa, os resumos da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de António Pigafetta estão no volume II, pp. 84-119.

20) Hans Plischke, *Fernão de Magalhães Die erste weltumseglung nach zeitgenössischen Quellen,* Leizig, 1922, pp. 118-142, publicou a tradução alemã da carta de Maximiliano Transilvano, sem divisões, com a data de 23 de Outubro de 1522 e com o seguinte título: *Brief des Kaiserlichen Geheimschreibers Maximilianus Transylvanus an Matthias* (sic) *Lang, Kardinal-erzbischof von Salzburg über die Entdeckung der Molukken durch die Spanier.* Suspeitamos que esta tradução alemã foi transcrita do livro de Oskar Koelliker, intitulado *Die erste Umseglung der Erde durch Fernando de Magallanes und Juan Sebastian del Cano 1519-1522,* Munique e Leipzig, 1908, estudo que não encontrámos em Lisboa e onde nos parece que se publicam as fontes coevas da viagem de Fernão de Magalhães.



21) Em 1926 publicou-se em Leipzig a segunda edição revista de obra de Hans Plischke, que acabamos de citar; nas páginas 118-142 dessa reedição lê-se, sem modificação alguma, a carta de Maximiliano Transilvano traduzida ao alemão ([92]).

22) Nas páginas 227 a 259 do tomo IV, documento n.º XXIV, da *Colección de los Viages y Descubrimientos...,* escrita por Martinho Fernández de Navarrete e impressa em Buenos Aires, 1946, publicou-se outra vez a carta de Maximiliano Transilvano, traduzida ao espanhol e dividida em XX parágrafos.

23) Da página 557, coluna primeira, até à página 580, coluna segunda, das *Obras de D. Martín Fernández de Navarrete,* tomo II (Biblioteca de Autores Españoles, t. 76), Madrid, 1955, imprimiu-se novamente a tradução espanhola da carta de Maximiliano Transilvano, como tinha sido publicada por vez primeira em 1837.

24) Nas páginas 274-309 do livro de Charles E. Nowell, intitulado *Antonio Pigafetta, Maximilian of Transylmania, Gaspar Correa Magellan's Voyage around the World, Three contemporary Accounts,* Evanston, nos Estados Unidos, 1962, publicou-se novamente a tradução inglesa da carta de Maximiliano Transilvano, como a tinha editado em 1874 Lord Stanley of Alderley.

25) Em 1967 publicou-se em Amsterdão uma edição anastática da obra de Franz Wieser, atrás citada, na qual se transcreve em latim, nas páginas 109-115, o princípio da carta de Maximiliano Transilvano.

26) Nas páginas 103 a 122 do tomo XIV do *Filipiana Boock Guild,* editado em Manila 1969, lê-se a carta de Maximiliano Transilvano com o título *De Moluccis Insulis* ([93]), e não sabemos se com o texto em espanhol ou em latim.

27) Em 1970 publicou-se, também em Amsterdão, a edição anastática do primeiro volume da monumental obra de J. B. Ramúsio, intitulada *Delle Navigationi et Viaggi,* segundo a edição de Veneza, 1563, em cujos fólios 347-*r*-352-*v* se encontra a carta de Maximiliano Transilvano. Já dissemos que é pena não se ter escolhido para esta reprodução a edição de 1550, que é a primeira, a mais difícil de se encontrar e a que contém, sem correcções nem ajuntas, o que o próprio Ramúsio escreveu.

28) Em 1971 publicou-se em Nendeln, no Liechtenstein, a *Colección de los Documentos de Fernández de Navarrete,* que se guardam no Museu Naval de Madrid. No vol. XVI, documento n.º 20, dessa obra monumental editou-se novamente a tradução espanhola da carta de Maximiliano Transilvano, datada de 5 de Outubro de 1522. No manuscrito original ocupa ela os fólios 208-*r*-247-*v*. Deu-nos esta informação, e muito lha agradecemos, o Sr. Comandante José Luís Morales, director do referido Museu.

([92]) Agradecemos à Sr.ª Professora D. Marion Ehrhardt ter-nos emprestado estas duas edições do livro de H. Plichke, de que não sabemos se se tornou a publicar.

([93]) Devemos esta informação, assim como a do n.º 18, ao Sr. Dr. Leandro Tormo Sanz, do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid, a quem muito as agradecemos.

## A RELAÇÃO DE ANTÓNIO PIGAFETTA

Sobre a vida e a relação de António Pigafetta muito se tem escrito e discutido. Nasceu ele em Vicenza, perto de Pádua, na Itália, e em fins de 1518 acompanhou até à Espanha o seu conterrâneo, o protonotário Francisco Chieregato ou Chiericati, aí enviado pelo papa. Deixada a companhia desse núncio, incorporou-se na expedição de Fernão de Magalhães, que partiu de Sanlúcar de Barrameda em 20 de Setembro de 1519, a fim de procurar para os Espanhóis um novo caminho, que os levasse às ilhas Molucas.

Durante a viagem anotou Pigafetta o que ia acontecendo e foi um dos dezoito sobreviventes dessa expedição. Tendo desembarcado em Sanlúcar de Barrameda nos princípios de Setembro de 1522, dirigiu-se a Valhadolide, onde entregou a Carlos V uma cópia ou resumo, que se perdeu, das anotações que fizera. Foi depois sucessivamente a Lisboa, para se encontrar com D. João III, e a Paris, para falar com quem então governava a França. Atendeu-o Luísa de Sabóia (1476-1531), mãe de Francisco I e regente durante as ausências do seu filho, por causa da guerra na Itália e da sua prisão na Espanha. Decerto o que levou Pigafetta a fazer essas viagens foi o desejo de conseguir a promessa de lhe editarem o livro, que pensava redigir, valendo-se das anotações que fizera. Evidentemente nada conseguiu, pois esse livro ainda não estava composto e o seu autor decerto não sabia nem português nem francês.

Retirou-se depois para Vicenza e aí se dedicou a compor o seu livro. Chamado a Roma pelo novo papa Clemente VII, ao menos Pigafetta assim o disse, já aí se encontrava em princípios de 1524, mas também não conseguiu a desejada promessa. Obteve então recomendações para o marquês de Mântua, Frederico Gonzaga, que lhe chegou a escrever uma carta para Roma em 24 de Fevereiro de 1524, mas não foi mais feliz nas suas pretensões. Voltou decerto para Vicenza e foi depois até Veneza, que não estava longe e onde finalmente conseguiu das autoridades, em 5 de Agosto de 1524, o costumado privilégio para a publicação do seu livro. Ao mesmo tempo um impressor dessa cidade estava disposto a imprimir-lhe o livro, com tal que Pigafetta contribuísse para as despesas. Acudiu então novamente ao marquês de Mântua, para que este lhe desse o dinheiro preciso, mas parece que nem sequer recebeu resposta ao seu pedido.

Na viagem que fizera até Roma, Pigafetta foi visitar em Monterosi o grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros de Rodes, o francês Filipe de Villiers l'Isle Adam (1464-1524), que então estava refugiado na Itália, por os Turcos se terem apoderado de Rodes em 1522. Talvez então Pigafetta recebeu o título honorífico de cavaleiro de Rodes, se o não tinha antes. Decerto falou do seu livro ao grão-mestre e ofereceu-lhe uma cópia, ou prometeu mandar-lha. Precisamente, foi essa cópia, escrita sem dúvida em italiano, a única que se conservou em uma transcrição e traduzida ao francês, pois nos quatro manuscritos, que ainda existem, da relação de António Pigafetta, esta está dedicada ao grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros de Rodes. Decerto por indicação deste, alguém, que não era grande letrado no francês, traduziu-a a esta língua, na qual estão redigidos três dos quatros manuscritos, que se conservam, dessa relação.



Poucos anos depois editou-se em Paris um resumo dessa tradução francesa, ou a tradução de um resumo, escrito em italiano, da relação de Pigafetta. Sem conhecerem o original italiano, traduziram para esta língua esse resumo em francês e publicaram-no, talvez em Veneza, no ano de 1534, e certamente em 1536 sem indicação do lugar. Em 1550 Ramúsio incluiu essa tradução italiana na sua colectânea de viagens, que foi reeditada nas reimpressões da obra de Ramúsio em 1554, 1563, 1588, 1606 e 1613. Ricardo Eden e Samuel Purchas traduziram resumidamente ao inglês o que leram na colectânea de Ramúsio e publicaram, respectivamente, em 1555 e 1625 essas suas traduções, que foram reeditadas, a primeira em 1577 e 1885, e a segunda em 1905. Cristóvão Plantin, o famoso impressor de Antuérpia, obteve de Filipe II, em 1560, o privilégio para a publicação da obra de Pigafetta em francês, com o seguinte título: *Navigation et decouurement de la Inde superieure et Isles de Mallucque ou naissent les clous de girofle, faicte par Anthoine Pigaphette chevallier de Rhodes...*; este título, igual ao dos manuscritos que ainda se conservam, escritos em francês, faz pensar que para essa edição se havia de usar um manuscrito, e não o livro impresso por Simão de Colines em 1526, ou pouco depois, nem a colectânea de Ramúsio, traduzida ao francês. Note-se que a tradução francesa dessa colectânea, impressa em Lião, 1566, e em Paris, 1830, não contém a relação de Pigafetta, nem a carta de Maximiliano Transilvano. Aquela edição plantiniana, porém, não se chegou a imprimir, ou ao menos dela não se encontraram até agora rastos ([94]). Em 1784, M. C. Sprengel publicou a tradução alemã, que não vimos e supomos ter sido tirada do que se lê na obra de Ramúsio.

Em 1800, tendo-se encontrado na Biblioteca Ambrosiana de Milão um manuscrito italiano com a relação completa de Pigafetta, e não apenas com o seu resumo, Carlos Amoretti publicou-a por vez primeira, adaptando-a à linguagem moderna. Dessa relação completa publicaram-se logo as traduções francesa e alemã em 1801 e a inglesa em 1812 e 1819; a sua tradução, ou adaptação, ao espanhol, só se editou por vez primeira em Paris, 1860, e em Madrid, 1861.

No entanto, e depois disso, têm-se publicado várias edições dessa relação, umas completas e outras resumidas, de modo que podemos indicar cinquenta e oito edições da obra de Pigafetta em várias línguas, sendo as melhores a italiana de 1894, a francesa de 1923 e a inglesa de 1969, publicadas, respectivamente, por André da Mosto, J. Denucé e R. A. Skelton.

Sobre a vida de António Pigafetta, depois que em Agosto de 1524 se lhe concedeu licença para publicar em Veneza a sua relação, licença de que parece não ter podido aproveitar-se por falta de dinheiro, nada se sabe ao certo. O que se tem escrito sobre isso, isto é, que participou em várias campanhas contra os Turcos, ou que só tomou parte em uma, em 1536, voltando depois para Vicenza, onde acabou os seus dias, ou que morreu em Malta, como bom cavaleiro da Ordem de Rodes,

([94]) Sobre esta tentativa para se imprimir em francês a relação de Pigafetta, veja-se Denucé (J.), *Pigafetta Relation du primier Voyage autour du Monde par Magellan 1519-1522*, Antuérpia e Paris, 1923, pp. 17-18.

e que em 1530 se tinha estabelecido na primeira dessas ilhas, não tem base histórica digna de crédito.

Houve um «português» que deu a volta ao Mundo na expedição de Fernão de Magalhães e que no tempo de Ibraim Paxá (1523-1536) foi para Constantinopla, onde forneceu informações sobre as navegações para as terras então recentemente descobertas; por isso recebia do sultão um subsídio, ou vencimento. Assim se lê em dois tratados de navegação, escritos por Piri Re'îs e por Sidi Ali em meados do século XVI, na Turquia.

Como os dois únicos portugueses que deram a volta ao Mundo eram pessoas incultas, talvez Pigafetta, escondendo a sua origem e a sua qualidade de cavaleiro da Ordem de Malta, tivesse ido para a Turquia, onde, dizendo que era português para que dessem mais crédito às suas informações, teria encontrado as facilidades financeiras que em vão procurara em terra de cristãos ([95]). Supomos que ninguém rejeitou essa suposição.

Depois deste resumo do que se sabe ao certo sobre a vida de António Pigafetta, passemos à descrição bibliográfica das duas primeiras edições da sua relação e à indicação de todas as mais, de que tivemos conhecimento.

## PRIMEIRA EDIÇÃO DA RELAÇÃO DE PIGAFETTA, TRADUZIDA AO FRANCÊS

Le voyage et na =// uigation faict par les Espaignolz es // Isles de Mollucques. des isles quilz // ont trouue audict voyage des Roys // dicelles de leur gouuernement r ma =// niere de viure auec plusieurs aultres // choses. // Cum priuilegio. // ¶ On les vend a Paris en la maison de // Simon de Colines libraire iure de lu // niuersite de Paris demourāt en la rue // sainct Jehan de Beauluais a lensei =// gne du Soleil Dor. //

Este opúsculo mede 162 mm×109 mm e consta de 80 fólios, numerados de 9 a 76, estando em branco os fólios [1]-*v*, 76-*v* e [80]-*v*, e tendo o fólio 71, por engano, o número 81; as letras estão impressas em caracteres góticos, exceptuando as das notas marginais, dos vocabulários e do índice alfabético, que estão impressas em caracteres romanos redondos. As signaturas são $a^8$-$h^8$ e $k^4$, uma página inteira

([95]) Esta suposição de como Pigafetta passou os últimos anos da sua vida foi apresentada por SCHURHAMMER (Giorgio), *Una ipotese sulla fine di Antonio Pigafetta*, em *Bolletino della R. Società Geografica Italiana*, série VI, vol. X, 1933, pp. 488-497. Sobre a vida de Pigafetta o melhor que se escreveu são os estudos de DA MOSTO (Andrea), *Relazione di Antonio Pigafetta sul primo Viaggio intorno al Globo colle Regole sull'Arte del Navigare*, Roma, 1894, pp. 13-30, e de SKELTON (R. A.), *ob. cit.* New Haven e Londres, 1969, pp. 5-9. Os respectivos documentos foram publicados por BERCHET (Gulielmo), *Fonti italiane per la Storia della Scoperta del Nuovo Mondo... I, Carteggio diplomatico*, em *Raccolta di Documenti e Studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana pel quarto Centenario dalla Scoperta dell'America*, parte III, vol. I, Roma, 1892, docs. X-XI e XIII-XVIII, pp. 175-176 e 178-183.



consta de 25 linhas, que ocupam o espaço de 122 mm×70 mm e não tem reclamos nem título corrente.

No fólio [2]-*r*, depois do título // ¶ Le voyage r nauigation aux isles de // Mollucque / descrit r faict de noble // homme Anthoine Pigaphetta Vin =// cētin / Cheualier de Rhodes / presen =// tee a Philippe de Villiers lisle adam // grant maistre de Rhodes. commēce // ledict Voyage lan mil cinq cens dix =// neuf / et de retour Mil. ccccc. xxii. le // huytiesme iour de Septembre. // Chapitre premier. //, com um L dentro de um quadrado adornado, que ocupa o princípio de cinco linhas, começa o texto, que está dividido em 114 capítulos, indicados com letras góticas, e também na margem esquerda com pequenos algarismos; por gralha, os dois últimos têm os números 103 e 104. Na linha décima quinta do fólio 76-*r* acaba o texto, cujas últimas palavras são: // ... grand maistre de // Rhodes. //

Seguem as palavras: // ¶ Cy finit lextraict dudict liure // translate de Italien en // Francois. //

No fólio [77]-*r*-*v* está, em caracteres romanos redondos e a quatro colunas, um breve vocabulário de palavras do Brasil, da Patagónia e da ilha de Tidore, com os seguintes títulos: // ¶ Aucuns motz du peu- // ple de lisle de Bresil. //, // ¶ Motz des geans de // Pataghone. // e // ¶ Motz du peuple mo- // re de Tadore [*sic*]. // Indicam-se os capítulos, a que se devem juntar estes vocabulários, e por baixo de duas colunas do fólio [77]-*v* está a palavra: // FINIS. //

Nos fólios [78]-*r* a [80]-*r*, a duas colunas e em caracteres romanos redondos, está o índice alfabético de assuntos, com o título: // ¶ Table de aucunes // matieres cōtenues // dans cest extraict. // Na segunda coluna do fólio [80]-*r*, pouco antes do meio, lê-se em caracteres romanos a palavra // FINIS. //

Deste livro raro e valioso, podemos agora localizar os seguintes treze exemplares:

1) Paris, Biblioteca Nacional, Res. 01. 429.
2) Paris, Biblioteca Mazarina, 33 507.
3) Paris, Biblioteca do Arsenal, H. 1091 in-8.º.
4) Paris, Biblioteca do Arsenal, H. 8285 in 8.º.
5) Paris, Biblioteca de Santa Genoveva.
6) Paris, Serviços Hidrográficos da Marinha ([96]).
7) Lille, Biblioteca Municipal.
8) Orleães, Biblioteca Municipal.
9) Londres, Museu Britânico, G. 7065.
10) Basileia, Biblioteca da Universidade.
11) Milão, Biblioteca Nacional Brera.

([96]) Este exemplar, assim como os que marcamos com os n.os 7 e 8, são indicados por RENOUARD (Ph.), *ob. cit.* Paris, 1894, pp. 421-422, onde se descreve esta edição.

12) Nova Iorque, Biblioteca Pública, exemplar que pertenceu a Jaime Lenox ([97]).
13) Providence (Estados Unidos), Biblioteca John Carter Brown, na Universidade Brown ([98]).

Desta rara edição, o exemplar que foi do duque de La Vallière vendeu-se por 14,50 francos, um pouco antes da Revolução Francesa, e o que pertenceu a Gustavo Eyriès alcançou em 1843 o preço de 30 francos ([99]); em 1894 o que era do conde de Lignerolles vendeu-se por 1755 francos ([100]). Não sabemos se posteriormente foi leiloado outro exemplar desta edição, mas estamos certos de que, se isso aconteceu, esse livro alcançou preços muito elevados. Já tínhamos escrito esta frase, quando soubemos que nos leiloeiros Christie, de Londres, em 1958, se vendeu um exemplar desta edição por 9500 libras, que então equivaliam a uns 760 contos, e em 1966, no leilão dos livros de Tomás Winthrop Streeter, nas Galerias Parke-Bernet, de Nova Iorque, outro ou o mesmo exemplar alcançou o preço muito respeitável de 56 000 dólares ([101]), que então equivaliam a uns 1600 contos.

Em 1536, ou talvez em 1534, quem traduziu esta relação ao italiano escreveu que o seu original tinha sido abreviado e posto em francês por um doutíssimo filósofo chamado *Messer Iacopo Fabri*, em Paris, a pedido insistente da Sereníssima Mãe do Rei Cristianíssimo, a Senhora Regente, a quem Pigafetta tinha oferecido um exemplar do referido original ([102]). Em 1550, Ramúsio, no *Discorso* que antepôs à publicação que fez da carta de Maximiliano Transilvano e desta relação de Pigafetta, disse que, tendo este mandado uma cópia dessa relação à Sereníssima Mãe do Rei Cristianíssimo, a Senhora Regente, esta encomendou a sua tradução francesa a um excelente filósofo parisiense, chamado *Messer Iacomo Fabro*, que tinha estudado na Itália, o qual, decerto para fugir à fadiga, fez dessa relação apenas um sumário, que se imprimiu em francês muito incorrecto ([103]). O tradutor teria sido, portanto, o doutíssimo filósofo parisiense ou residente em Paris, chamado Jácopo ou Jácomo

([97]) Este exemplar, assim como os que marcamos com os n.os 1, 2, 3, 4 e 9, são indicados por ATKINSON (Geoffroy), *La Littérature géographique française de la Renaissance*, Paris, 1927, n.º 29, pp. 39-40, e na p. 423, fig. 23, reproduz-se o prontispício desta edição.

([98]) Este exemplar é indicado em *Bibliotheca Americana, Catalogue of the John Carter Brown Library, in Brown University*, vol. I, Providence, 1919, p. 95, assim como em HARRISSE (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 134, p. 248, e em ROBERTSON (James Alexander), *ob. cit.*, vol. II, Cleveland, 1906, p. 275.

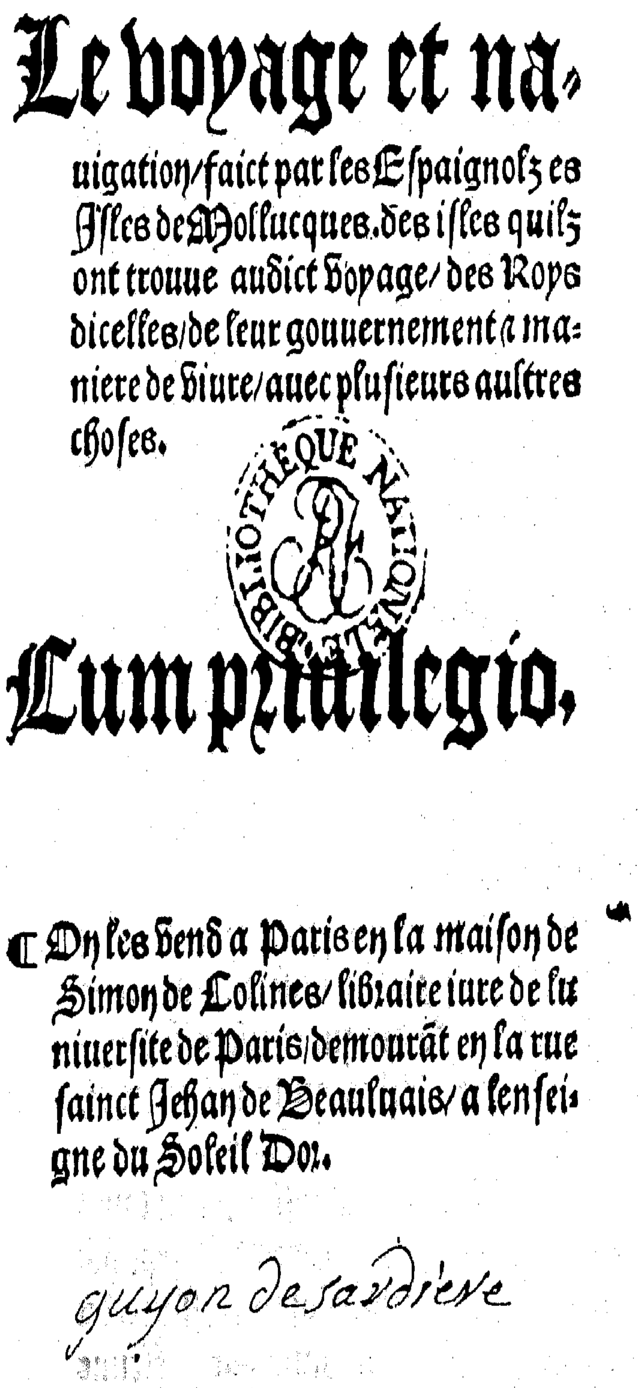
([99]) BRUNET (Jacques-Charles), *ob. cit.*, t. IV, Paris 1863, cols. 650-651, sem indicar a data dos leilões.

([100]) PALAU Y DULCET (Antonio), *ob. cit.*, 2.ª edição, t. XIII, Barcelona, 1961, p. 229, n.º 225 739, sem indicar a data do leilão.

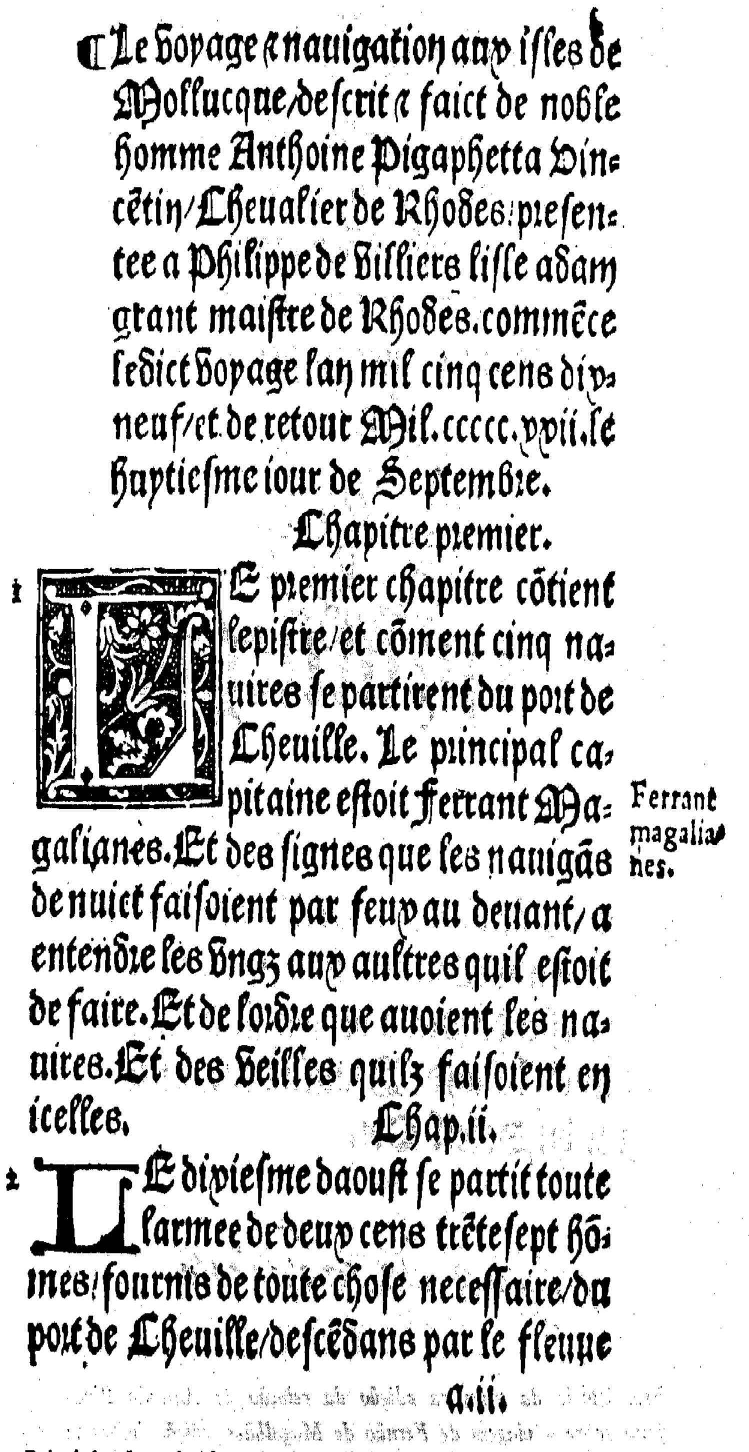
([101]) *Book-Auction Records*, vol. 55, Nova Iorque, 1959, p. 347, e vol. 64, Nova Iorque, 1968, p. 650. Veja-se atrás a nota 27.

([102]) Veja-se *Il Viaggio fatto da gli Spagnivoli atorno a'l Mondo*, s. l., 1536, fólio [2]-*v*.

([103]) RAMVSIO (Gio. Battista), *Primo Volume & delle Navigationi et Viaggi*, Veneza, 1550, fólio 373-*v*.


Le voyage et na-
uigation, faict par les Espaignolz es
Isles de Mollucques. des isles quilz
ont trouue audict voyage, des Roys
dicelles, de leur gouuernement & ma-
niere de viure, auec plusieurs aultres
choses.
Cum priuilegio.
On les vend a Paris en la maison de
Simon de Colines, libraire iure de lu
niuersite de Paris, demourant en la rue
sainct Jehan de Beauuais, a lensei-
gne du Soleil Dor.


*Frontispício da primeira edição da relação de António Pigafetta sobre a viagem de Fernão de Magalhães, edição impressa em Paris entre 1526 e 1534, segundo o exemplar da Biblioteca Nacional de Paris, Res. 01.429*



¶ Le voyage & navigation aux isles de Mollucque, descrit & faict de noble homme Anthoine Pigaphetta Vincentin, Chevalier de Rhodes: presentee a Philippe de Villiers lisle adam grant maistre de Rhodes. commẽce ledict voyage lan mil cinq cens dix-neuf, et de retour Mil. ccccc. xxii. le huytiesme iour de Septembre.

Chapitre premier.

1 LE premier chapitre cõtient lepistre, et cõment cinq navires se partirent du port de Cheuille. Le principal capitaine estoit Ferrant Magalianes. Et des signes que les navigãs de nuict faisoient par feux au devant, a entendre les vngz aux aultres quil estoit de faire. Et de lordre que avoient les navires. Et des veilles quilz faisoient en icelles. Ferrant magalianes.

Chap. ii.

2 LE dixiesme daoust se partit toute larmee de deux cens trẽtesept hõmes, fournis de toute chose necessaire, du port de Cheuille, descẽdans par le fleuue

a. ii.

*Princípio da referida primeira edição da relação de António Pigafetta*



Fabri, ou Fabro, pessoa aliás desconhecida, que escrevia francês muito incorrecto. Disse-se que se trata de Jacques Lefèvre d'Etaples (1450-1536) ou, em latim, Jacobus Faber Stapulensis, filósofo e teólogo residente em Paris, precursor de Calvino, doutor da Sorbona, donde foi expulso, e autor da primeira tradução completa da Bíblia ao francês além de muitos outros livros, em latim e em francês. Contudo, a linguagem da tradução, a que nos referimos, é muito incorrecta e na lista das numerosas obras de Lefèvre d'Etaples não se indica essa tradução. Aliás, nas referidas afirmações de Ramúsio diz-se erradamente que Pigafetta enviou um exemplar da sua relação à Senhora Regente, que encomendou a sua tradução ao tal Fabri ou Fabro. Esta tradução fez-se, como atrás se viu, do exemplar dedicado ao grão-mestre da Ordem de Malta. Decerto não é esse o único erro dos referidos dizeres de Ramúsio, que, portanto, não merece crédito, quando diz que o autor desta tradução foi o excelente filósofo parisiense Jácomo Fabro.

Esta primeira edição da relação de António Pigafetta não tem indicado o ano em que foi impressa. No catálogo da Biblioteca Nacional de Paris dá-se-lhe o ano de 1522, o que, como vimos, é manifestamente falso. Harrisse, que nisto foi seguido por Medina, diz que a data da publicação deste livro não pode ser muito anterior a 1525, porque António Pigafetta, aí indicado como cavaleiro de Rodes, só recebeu este título em Outubro de 1524 (104). Já dissemos que se não sabe se Pigafetta, ao encontrar-se com o grão-mestre Filipe de Villiers i'Isle Adam na primeira metade de 1524, já era cavaleiro de Rodes, ou se recebeu então este título. Aliás, isto foi-lhe concedido, não só antes da publicação desta tradução francesa, mas também antes de escrever o exemplar que ofereceu ao grão-mestre e foi copiado, ou traduzido, para os quatro manuscritos que se conservam da sua relação.

Certo é que a indicação do emblema *Au Soleil d'or* para a morada do impressor Simão de Colines não permite que se dê a esta edição data anterior a 1526 (105). Portanto, este livro foi impresso entre este ano de 1526 e o de 1534 ou 1536, quando se publicou a sua tradução ao italiano. Como veremos, esta tradução francesa foi reeditada, pelo menos, em 1888, por Carlos Schefer, e em 1925, por J. P. Alaux.

## EDIÇÃO ITALIANA DE 1536

DESCRITTIONE SECONDA DEL // sopradetto viaggio, quale scrisse copiosamente messer // Antonio Pigafetta Vicentino Caualier di Rho =// di, ilquale visi trouo, & era scritto al Reueren =// dissimo gran maestro di Rhodi messer // Philippo di Villiers Lisleadam, & co // minciossi nel 1519 & il ri =// torno fu nel 1522 alli // 7 di Settembre. // Capitolo. I. //

---

(104) HARRISSE (Henry), *ob. cit.*, Nova Iorque, 1868, n.º 134, p. 247, e MEDINA (José Toribio), *obs. cits.*, vol. I, Santiago do Chile, 1888, p. XXIII, e Santiago do Chile, 1898, p. 98.

(105) Veja-se RENOUARD (Ph.), *ob. cit.*, Paris, 1894, pp. 421-422.

Depois deste título, na mesma página, com um I que está dentro de uma gravurinha quadrada a ocupar o princípio de cinco linhas, começa o texto, que na margem esquerda está numerado com algarismos, de 2 a 114, e, sem outra divisão, acaba ao fundo do fólio [51]-*v*. Segue a palavra // FINE. //

No fólio [52]-*r*, depois do título // Capitolo. VI. // ALcune parole che vsano le genti del Bresil //, lêem-se oito palavras tupis com a sua tradução ao italiano, seguindo-se com os respectivos títulos a indicação de termos dos gigantes da Patagónia e dos mouros da ilha de Tidore. O fólio [52]-*v* está em branco. Por gralha, nos fólios [23]-*v* e [47]-*r*, em vez de 26 e 96, imprimiram-se os números 62 e 69.

Como dissemos ao descrever a edição, publicada em 1536, da carta de Maximiliano Transilvano, esta primeira edição italiana da relação de António Pegafetta ocupa os fólios [17]-*r* a [52]-*r* do opúsculo *Il Viaggio fatto da gli Spagnivoli atorno a'l Mondo*, s. l., 1536. Então descrevemos este opúsculo, indicámos os seus dezoito exemplares, que conseguimos localizar, falámos da possibilidade de se ter publicado em Veneza, em 1534, uma edição praticamente igual a esta de 1536, que talvez também tenha sido impressa nessa cidade, e mostrámos como não está provado que o seu tradutor ao italiano tenha sido Ramúsio. Dizemos *tradutor* ao italiano, pois, como se verifica pela descrição que atrás fizemos e pela leitura da introdução intitulada *Al Lettore*, não há dúvida de que esta edição de 1536 é a tradução da francesa, publicada em Paris por Simão de Colines.

## OUTRAS EDIÇÕES DA RELAÇÃO DE ANTÓNIO PIGAFETTA

Além das duas ou três edições a que nos temos referido, a relação de António Pigafetta teve ainda as seguintes, que passamos a enumerar.

1) RAMÚSIO (João Baptista), *Primo Volvme delle Navigationi et Viaggi...*, Veneza, 1550, fólios 379-*v* até 397-*v*, sem nenhuma divisão no texto.
2) RAMÚSIO (João Baptista), *Primo volume, & Seconda editione delle Navigationi et Viaggi...*, Veneza, 1554, fólios 389-*v*-408-*r*, com o texto dividido em 35 subtítulos não numerados e impressos em caracteres itálicos.
3) GRYNAEUS (Simão), *Nouus Orbis Regionum ac Insvlarvm...*, Basileia, 1555, provavelmente nas pp. 524-538. Esta é a única edição, que conhecemos, da relação de António Pigafetta traduzida ao latim.
4) EDEN (Richard), *The Decades of the newe worlde or west India...*, Londres, 1555, fólios 215-*v*-232-*v*, nos quais se lê a tradução inglesa abreviada da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de António Pigafetta.
5) RAMÚSIO (Gio. Battista), *Primo volume, & Terza editione delle Navigationi et Viaggi...*, Veneza, 1563, fólios 352-*v*-370-*r*, com o texto dividido em 35 subtítulos, impressos em caracteres itálicos.
6) WILLES (Richard), *The History of Trauayle in the West and East Indies...*, Londres, 1577, fólios 429-*v*-447-*v*, nos quais se reedita o que Ricardo Eden publicou em 1555.



Indicou-se uma edição do relato de Pigafetta em italiano, impressa em Londres no ano de 1586, e disse-se que decerto não existiu ([106]). Existiu, sim, e foi editada, não em 1586, mas em 1585; trata-se, porém, de outro Pigafetta, um tal Marcos António Pigafetta, que descreveu a sua viagem de Viena a Constantinopla ([107]).

7) RAMÚSIO (Gio. Batt.), *Primo Volume, & Quarta editione delle Navigationi et Viaggi...*, Veneza, 1587-1588, fólios 352-*v*-370-*r*, com o texto dividido em 35 subtítulos, impressos em caracteres itálicos.
8) RAMÚSIO (Gio. Battista), *Delle Navigationi et Viaggi..., in tre Volvmi divise...*, vol. I, Veneza, 1606, provavelmente nos fólios 352-*v*-370-*r*.
9) RAMÚSIO (Bio. Battista), *Delle Navigationi et Viaggi..., in tre Volvmi divise...*, vol. I, Veneza, 1613 fólios 352-*v*-370-*r*, com o texto dividido em 35 subtítulos, que têm o enunciado em caracteres itálicos.
10) PVRCHAS (Samvel), *Haklvytvs Posthumus or Purchas his Pilgrimes...*, Londres, 1625, pp. 33-46 da primeira numeração, nas quais se lê uma tradução inglesa abreviada, mas maior do que a de Ricardo Eden, da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de Pigafetta.
11) SPRENGEL (Mathias Christian), *Erste Reise um die Welt durch Ferdinand Magelham. Aus dem Ital.*, Leipzig, 1784. Isto é talvez uma separata, ou, melhor, são as pp. 1-155 arrancadas do vol. IV das *Beiträge zur Völker- und Landerkund*, publicado por M. C. Sprengel e pelo seu sogro, J. R. Forster. Como se deduz do título, trata-se decerto da tradução alemã do texto editado por Ramúsio.
12) AMORETTI (Carlo), *Primo Viaggio intorno al Globo terracqueo ossia Ragguaglio della Navigazione... fatta dal Cavaliere Antonio Pigafetta... Ora pubblicato per la prima volta, tratto da un Codice MS. della Biblioteca Ambrosiana di Milano... Con un Transunto del Trattato di Navigazione dello stesso Autore*, Milão, 1800, pp. 1-204, com o texto dividido em quatro livros, seguidos dos vocabulários de línguas indígenas.
13) AMORETTI (Charles), *Premier Voyage autour du Monde, par le Chv.r Pigafetta... Suivi de l'extrait du Traité de Navigation du même auteur...*, Paris, ano IX (1801), pp. 1-253, onde se lê a tradução francesa, feita por C. Amoretti, do texto italiano, que publicou em Milão no ano anterior.
14) JACOBS (C. W.) e KRIES (F.), *Anton's Pigafetta's Beschreibung der von Magellan unternommenen ersten Reise um die Welt. Aus dem Französischen*, Gotha, 1801. É a tradução alemã do texto francês, publicado nesse mesmo ano.
15) PINKERTON (John), *A general Collection of the best and more interesting Voyages and Travels...*, vol. XI, Londres, 1812, pp. 306-340, com o título *The first*

---

([106]) DENUCÉ (J.), *ob. cit.*, Antuérpia e Paris, 1923, p. 22.

([107]) Um exemplar desse livro raro está no Museu Britânico (C. 32.f.28) e intitula-se *Itinerario di Marc'Antonio Pigafetta gentilhuomo Vicentino, Appresso Giouanni Wolfio*, Londres, 1585.

*Voyage round the World... by the Chev. Pigafetta... with an extract from the Treatise on Navigation by the same Author.* É a tradução inglesa do texto francês editado em 1801.

16) PINKERTON (John), *A general Collection of the best and more interesting Voyages and Travels...*, vol. I, Londres, 1819, pp. 188-381. Este vol. I é igual ao vol. XI, publicado em 1812.

17) *Relazioni di Viaggiatori*, vol. II, Veneza, 1841, pp. 303-414, com o título *Viaggio altorno il Mondo fatto e descrito per Antonio Pigafetta Vicentino, indrizzato al Reverendissimo Gran Maestro di Rodi Messer Filippo di Villiers de L'Isle Adam; tradotto di lingua francese nella italiana.*

18) *Voyages autour du Monde, extraits de Magellan* [segundo o relato de Pigafetta], *Byron, Wallis, Bougainville, édition revue et corrigée par l'abbé Laurent...*, Limoges e Paris, 1852. Trata-se decerto de edição popular e abreviada.

19) CHARTON (Edouard), *Voyageurs anciens et modernes ou Choix de Relations de Voyages...*, vol. III, Paris, 1855, pp. 273-350, com o texto intercalado com gravuras e notas.

20) CHARTON (Eduardo), *Los Viajeros modernos ó Relaciones de los viages mas interesantes é instructivos que se hicieron en los siglos XV y XVI... traducida... bajo la Dirección de Don Mariano Urrabieta,* Paris, 1860, pp. 272-329, com gravuras e notas.

21) CHARTON (Eduardo), *Viajeros antiguos y modernos o Colección de las Relaciones de Viajes los mas interesantes é instructivos... traducida por D. Manuel María Flamant y D. Francisco Madina-Veitia,* t. I, Madrid, 1861, pp. 273-358, com algumas notas.

22) STANLEY OF ALDERLEY (Lord), *The first Voyage round the World by Magellan translated from the Accounts of Pigafetta and other contemporary Writers,* Londres, 1874, pp. 33-163, precedido e seguido de outros documentos traduzidos ao inglês, entre os quais, nas pp. 164-174, o Tratado da Navegação escrito por Pigafetta. Supomos que deste estudo de Lord Stanley of Alderley pelo menos o livreiro Kraus, de Nova Iorque, publicou há poucos anos em Nendeln, no Liechtenstein, uma edição anastática.

23) *Relato de Pigafetta sobre el Viaje de Magallanes,* em *Revista de Filipinas,* t. II, Manila, 1877, pp. 144-277, transcrito do livro *Los Viajeros modernos* de Eduardo Charton, isto é, da obra que indicámos no n.º 20.

24) R. P., *Voyage de Magellan autour du Monde pendant les années 1519, 1520, 1521 et 1522, par le chevalier A. Pigafetta, traduit de l'italien,* Limoges, 1884. Supomos tratar-se de edição popular e abreviada.

25) ARBER (Edward), *The first three English Books on America...*, Birmingham, 1885, pp. 249-262, em que se reedita o que Ricardo Eden publicou em 1555.

26) SCHEFER (Charles), *Recueil des Voyages pour servir à l'Histoire de la Géographie depuis le XIII^e siècle jusq'à la fin du XVI^e siècle,* Paris, 1888, pp. 328--365, em que se transcreve a edição publicada por Simão de Colines em Paris, e sem data.



27) *Premier Voyage autour du Monde sur l'Escadre de Magellan, par Vicenzo* [sic] *Pigafetta, 1519-1522. Découverte du Détroit de Le Maire, 1615-1657. Exploration du détroit de Magellan par... Antonio de Cordova, 1821,* Paris, 1888. É este um volume da colecção *Voyages dans tous les Mondes, Nouvelle Bibliothèque historique et littéraire,* dirigida por E. Muller.

28) MEDINA (José Toribio), *Colección de Documentos inéditos para la Historia de Chile,* vol. II, Santiago do Chile, 1888, pp. 417-524, nas quais se lê o que se diz ser a primeira tradução espanhola do texto publicado em 1800 por C. Amoretti, o que não é verdade. Como fica indicado nos n.ºs 20, 21 e 23, já se tinham publicado três edições da tradução espanhola do relato de Pigafetta, segundo o texto dado a conhecer por C. Amoretti e adaptado livremente ao francês por Ed. Charton. Escreveu-se que a primeira tradução espanhola do relato de Pigafetta foi publicada por Gaspar de San Agustin, *Conquista de las Islas Filipinas,* Madrid, 1968 (108), mas nesse livro lê-se apenas um brevíssimo resumo da viagem de Fernão de Magalhães e na margem cita-se a relação de António Pigafetta, segundo a edição de Ramúsio.

29 e 30) [DA MOSTO (Andrea)], *Relazione di Antonio Pigafetta sul primo Viaggio intorno al Globo colle Regole sull'Arte del Navigare,* Roma, 1894, pp. 49-112, seguindo-se nas pp. 113-122 as *Regole* e depois catorze documentos. Este livro é a separata do óptimo estudo publicado na *Raccolta di Documenti e Studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana...*, parte V, vol. III, Roma, 1894, com paginação própria.

31) WALLS Y MERINO (Manuel), *Primer Viage alrededor del Mundo Relato escrito por el Caballero Antonio Pigafetta traducido directamente de la edición italiana del Dr. Carlos Amoretti,* Madrid, 1899, pp. 1-168, precedido por uma boa introdução e seguido de notas e documentos anexos.

32) PURCHAS (Samuel), *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimes,* vol. II, Glasgow, 1905, pp. 84-119, onde se reedita a tradução inglesa abreviada, publicada em Londres no ano de 1625.

33) BLAIR (Emma Helen) e ROBERTSON (James Alexander), *The Philippine Islands 1493-1898. Explorations by early Navigators, Descriptions of the Islands and their Peoples... Translated from the Originals, edited and annotated...*, vols. XXXIII e XXXIV, Cleveland, s. a. [1906], pp. 22-272 e 37-137, respectivamente, com o texto italiano nas páginas pares e a sua tradução inglesa nas páginas ímpares, seguindo-se muitas notas.

34) ROBERTSON (James Alexander), *Magellan's Voyage around the World by Antonio Pigafetta The original text of the Ambrosian MS., with English translation,* vols. I e II, Cleveland (Estados Unidos), 1906, pp. 20-193 e 12-189. Esta obra, de que se imprimiram apenas 350 exemplares, é a separata do que o mesmo autor publicou com Emma Telen Blair nos vols. XXXIII e XXXIV do livro que indicámos no n.º 33.

(108) WALLS Y MERINO (Manuel), *Viaje alrededor del Mundo Relato escrito por... Antonio Pigafetta,* Madrid, 1899, p. XLVIII.

35) Plischke (Hans), *Fernão de Magalhães, Die erste Weltumseglung nach zeitgenössischen Quellen,* Leipzig, 1922, pp. 29-117, com o texto dividido em dez subtítulos numerados. Como o dissemos a respeito da carta de Maximiliano Transilvano, suspeitamos que esta tradução alemã seja a transcrição ou abreviação do que escreveu Oskar Koelliker, *Die erste Umseglung der Erde durch Fernado de Magallanes und Juan Sebastian del Cano 1519-1522,* Munique e Leipzig, 1908.

36) Denucé (J.), *Pigafetta. Relation du premier Voyage autour du Monde par Magellan 1519-1522, Edition du texte français d'après les Manuscrits de Paris et de Cheltenham,* Antuérpia e Paris, 1923, pp. 29-255, lendo-se depois nas pp. 256-290 o Tratado da Navegação escrito por Pigafetta.

37) Alaux (Jean-Paul), *Magellan. Le premier Voyage autour du Monde par le Navire La Victoire... d'après le récit de Antonio Pigafetta... traduit de l'Italien en Français par Jacques-Antoine Fabre, Parisien, sur l'ordre de Jeanne de Savoie, Régente de France...,* Paris, 1925, pp. xxv-[xxxii] e 1-[134]. Repare-se nos vários erros do frontispício.

38) Plischke (Hans), *ob. cit.,* 2.ª edição, Leipzig, 1926, pp. 29-117 (109).

39) Ruiz Morcuende (Federico), *Primer Viage en torno del globo, Version Castellana,* Madrid, 1927, pp. 37-217. É a tradução espanhola da edição francesa de 1801, publicada em Paris.

40) Ruiz Morcuende (Federico), *ob. cit.,* Madrid, 1928, em páginas que não sabemos indicar.

41) Manfroni (Camillo), *Relazione del primo viaggio intorno al Mondo di António Pigafetta...,* Milão, 1928, pp. 69-274.

42) Manfroni (Camillo), *ob. cit.,* Milão, 1929, edição que encontrámos na Biblioteca Nacional de Nápoles.

43) Ruiz Morcuende (Federico), *ob. cit.,* Madrid, 1934, pp. 37-197 e 205-217.

44) Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães (A sua vida e a sua Viagem),* livro ii, Lisboa, 1938, pp. 11-215, em que se lê a primeira e única tradução portuguesa da relação de Pigafetta, com muitas notas e segundo dois manuscritos, o da Ambrosiana de Milão e um dos dois conservados na Biblioteca Nacional de Paris.

45) Ruiz Morcuende (Federico), *ob. cit.,* Madrid, 1941, pp. 37-197 e 205-217.

46) *Antonio Pigafetta, Primer Viage en torno del Globo,* s. 1, n. a. (Buenos Aires, 1941), pp. 49-175 e 183-192. Supomos que esta tradução é a de F. Ruiz Morcuende.

47) *Antonio Pigafetta, primer viaje en torno del globo, Segunda edición,* s. l., n. a. (Buenos Aires, 1943), pp. 41-166 e 170-177.

48) *Antonio Pigafetta, Primer viaje en torno del globo, Tercera edición,* s. l., n. a. (Buenos Aires, 1946), em páginas que não sabemos indicar.

(109) Já dissemos na nota 92 que pudemos consultar este livro, como a sua primeira edição indicada no n.º 35, por a Sr.ª Dr.ª D. Marion Ehrhardt no-los ter amavelmente emprestado.



49) *Antonio Pigafetta, Primer viaje en torno del globo, Cuarta edición,* s. l., n. a. (Buenos Aires, 1954), em páginas que também não sabemos indicar.

50) Manfroni (Camillo), *ob. cit.,* s. l., n. a. (Milão, 1956), pp. 53-117.

51) Peillard (Leonce), *Relation du premier Voyage autour du Monde par Magellan 1519-1522... Commenté et transcrit d'après le manuscrit français,* s. l., n. a. [Paris(?), 1956(?)], pp. 139-330.

52) *Bibliotheca Indiana. Viajes y Viajeros. América en los grandes Viajes. Edición con estudio y notas de los textos de Pigafetta, Ordóñez de Ceballos, Byron, Cook, Bougainville y Villaamil,* Madrid, 1957, pp. 21-71, com gravuras, algumas notas e tradução feita por F. Ros. Nas pp. 17-21 lêem-se as palavras de B. Escandell Bonet, em que diz ir-se publicar nova tradução espanhola do relato de Pigafetta, tirada do texto de Manfroni.

53) Nowell (Charles E.), *Antonio Pigafetta, Maximilian of Transylvania, Gaspar Corrêa. Magellan's Voyage around the World. Three contemporary Accounts,* Evanston (Estados Unidos), 1962, pp. 85-260.

54) *Antonio Pigafetta, Primer Viaje en torno del globo, Quinta edición,* s. l., n. a. [Madrid, 1963], pp. 43-143 e 149-156. Esta edição reproduz o texto impresso quatro vezes em Buenos Aires.

55) *First Voyage around the World by Antonio Pigafetta,* em *Filipiniana Book Guild,* t. xiv, Manila, 1969, pp. 1-102 (110), tradução inglesa decerto transcrita do livro de Lord Stanley of Alderley, que indicámos no n.º 22.

56) Skelton (R. A.), *Magellan's Voyage, A narrative Account of the first circumnavigation by Antonio Pigafetta...,* New Haven (Estados Unidos) e Londres, 1969. Esta obra, luxuosamente impressa, consta de dois volumes, nas pp. 35-148 do primeiro está a tradução inglesa do manuscrito francês, de 99 fólios e com desenhos a cores, o qual se guarda agora na Biblioteca da Universidade de Yale, em New Haven, e se reproduz fac-similarmente no segundo volume (111).

57) Em Amesterdão, na Holanda, em 1970, publicou-se a edição anastática do *Primo volume, & Terza editione delle Navigationi et Viaggi raccolto già da M. Gio. Battista Ramusio,* Veneza, 1563, em cujos fólios 352-*v*-370-*r* se lê a relação de António Pigafetta.

Podíamos ainda juntar, além da obra de Oskar Koelliker e da reprodução anastática do livro de Lord Stanley of Alderley, a que nos referimos nos n.ºs 22 e 35, a indicação do estudo de Howard Peckham, intitulado *The Journal of Antonio Pigafetta,* Prentice-Hall, 1969, estudo que vimos citado e baldadamente procurámos nas bibliotecas de Lisboa.

(110) Esta informação, assim como as dos n.ºs 23, 33 e 52, deu-no-las o Sr. Dr. Leandro Tormo Sanz, do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid, e muito lhas agradecemos. Depois disso, porém, pudemos consultar o livro *Bibliotheca Indiana* e completar o que nos tinha sido comunicado.

(111) Veja-se a muito boa recensão que desta magnífica e sumptuosa edição do relato de Pigafetta publicou o Sr. Prof. Armando Cortesão na revista *Stvdia,* n.º 29, Abril de 1970, pp. 319-325.

As edições do relato de Pigafetta sobre a viagem de Fernão de Magalhães são, portanto e pelo menos, 59 ou 60, juntando-se às 57 que acabamos de enumerar, as duas ou três primeiras, que atrás descrevemos.

Ao acabar esta árida e longa enumeração, recalcamos que ela é decerto incompleta e muito gostaríamos de a completar, indicando as edições, que não vimos nem conhecemos, da carta de Maximiliano Transilvano e da relação de António Pigafetta. Principalmente muito contentes e gratos ficaríamos se nos dissessem onde há outros exemplares, além dos que citámos, das suas raríssimas e preciosíssimas edições, impressas antes de 1550.

# EL PACÍFICO Y EL ESTRECHO DE MAGALLANES EN LA CARTOGRAFÍA DEL SIGLO XVI

POR

ROBERTO BARREIRO-MEIRO

El tema *EL PACÍFICO Y EL ESTRECHO DE MAGALLANES EN LA CARTOGRAFÍA DEL SIGLO XVI* es extensísimo. En este forzoso resumen de él debemos, aunque solo sea escuetamente, citar las ideas de Colón y los espléndidos viajes de los Portugueses a la India. Entre los puntos alcanzados por uno y otros existía un inmenso océano, entonces desconocido. No obstante, Colón tenía, primero la idea, luego la obsesión, de que había llegado a la India. Nos lo demuestran las cartas del último viaje— atribuídas a su hermano Bartolomé, que le acompañaba en él — al denominar India Gangética a las costas del Darién y puerto del Retrete.

La llegada a las Molucas de Francisco Serrano y la creencia de que estas quedaban dentro del meridiano de Castilla dieron lugar al descubrimiento y exploraci'n de estos dos importantes accidentes geográficos y por ello a uno de los más grandes acontecimentos de la historia.

El Pacífico, llamado primeramente mar del Sur, aunque ya se presentía, fué visto por primera vez el 23 de septiembre de 1513, por Nuñez de Balboa, e inmediatamente después por los 67 españoles que le acompañaban, entre los cuales se encontraba el más tarde famosísimo conquistador Francisco Pizarro y el Clérigo que dos días después levantaría acta del teatral y tradicional acto de toma de posesión del mismo mar por Balboa. Es curioso: le dieron el nombre del mar del Sur, cuando fué descubierto por el norte. Siete años después, cuando a él llegó la expedición de Magallanes por el sur le denominaron mar de las Damas, o Pacífico.

Algunos investigadores dicem que le dieron el nombre de mar del Sur porque Balboa, al descubrirlo, había afectuado las marchas a ese rumbo. Si está fuera la causa debería haberse llamado mar Occidental o del Oeste. Mas bien puede creerse que, ya que el Atlántico era llamado mar del Norte, por oposimión a él, le llamaron del Sur. Posteriormente, por orden de Pedrarías Dávila, Gaspar Morales exploró aquellas costas en 1515, dando el nombre de Flores a la llamada isla Rica por Balboa.

La primera representación cartográfica de estos descubrimientos geográficos, que conocemos actualmente; es la carta anónima atribuída casi con seguridad al célebre Cartógrafo Jorge Reinel; su fecha es c. 1519. En la costa de Panamá aparece sobre el mar la cartela: Mar descubierto por Castellanos. En ella aparecen los descubrimientos de Balboa y Gaspar Morales, así como las noticias recibidas de la continuidad de la costa hacia el Peru.

Antes de este descubrimiento oficial del Pacífico, el rei Fernando, el Católico, había capitulado con Juan Días de Solís, piloto portugués al servicio de España, para ir a las Molucas por el Cabo de Buena Esperança y tomar posesión del archipiélago, por caer en la demarcación de Castilla. Pero, por consideraciones familiares del rey, no se llevó a cabo esta expedición. Mas tarde, al tener noticia del descubrimento de Balboa, capituló de nuevo con Solís para buscar un paso e ir a «las espaldas de Castilla de Oro» y de allí viajar al Maluco, ya sin tener que emplear las rutas portuguesas. El resultado de esta epedición es conocido de todos, Solís descubrió el río de la Plata, que recibió el nombre de río de Solís, aunque él denominó mar Dulce, Pero de ahí no pasó y la empresa le costó la vida. No ignoramos que existen historiadores que dan como descubridores del río de la Plata a los portugueses Nuñn Manuel y Cristóbal Haro, los cuales partieron en 1513 llevando como piloto a Juan de Lisboa; la discusión de este extremo no corresponde a nuestro tema.

Al mismo tiempo que regresó a España el resto de la expedición de Solís, llegaba a ella el más famoso de los portugueses que se pusieron a su servicio: Fernando de Magallanes. Somos de la opinión que su venida a España, más que a las desavenencias con su rey, se debió a las noticias que recibió de su amigo Francisco Serrano. Este, para dar más mérito a su viaje a la isla de Ternate, exageró la distancia navegada e hizo pensar a Magallanes y a los cartógrafos del tiempo que las Molucas caían dentro de la demarcación de Castilla. Es pues, posible, que las desavenencias con su rey fueron provocadas por el mismo Magallanes, con la esperanza del premio que recibiría del rey de España al tomar posesión de ellas en nombre del rey.

Del viaje de Magallanes, solo citaremos los puntos que son de interés para nuestro tema.

Pigafeta nos dice en su relato del viaje, casi con estas palabras, que el capitán general sabía era preciso pasar por un estrecho muy escondido, que había visto representado en un mapa hecho por el cosmógrafo Martín de Bohemia y que el rey de Portugal guardaba en su tesorería.

Sobre esta cita le Pigafeta publicó recientemente un magnífico trabajo el historiador Don Carlos Sanz, y que tendré muy en cuenta en la ampliación de este resumen que expongo. El Sr. Sanz trata de demostrar que efectivamente son ciertas las palabras de Pigafeta, pero termina diciendo que para poder afirmar que ese mapa fuese de Martín Behaim «se necesita más luz».

Por el momento creo que si Martín de Bohemia, o Behaim, como es más conocido, falleció en 1506, sus cartas poco podrían informar a Magallanes.

Existían pasos, de um mar a otro en todas las cartas de la época y hasta en las más posteriores, tanto por el norte como por el sur; pero no dejaban de ser pasos imaginarios. El mismo Magallanes lo confirma al decirnos que navegaría hasta los 75° y, si no lo encontraba, se iría por el camino del cabo de Buena Esperanza, retirándose muy al sur de la ruta portuguesa que él bien conocía.

Creemos que la carta a que se refiere Pigafeta sería una de las muchas de Jorge Reinel, que con seguridad conoció la que antes citamos de c. 1519, durante su estancia en Sevilla; y completaría, con las últimas informaciones portuguesa, las cartas que para la expedición construían su hijo Pedro y Nuño García de Torreño.

*Islas Filipinas y Molucas en la carta de Nuño García de Toreño fechaba en Valladolid en 1522, primera representación del viaje de Magallanes*

Lo confirma la carta que en julio de 1519 dirigió al rey de Portugal, desde Sevilla, su factor Sebastián Alvarez. Después de relatar que había estado hablando con Magallanes en su casa, dice:

«La derrota que diz que llevan es de Sanlucar derecho a Cabo frio, dejando el Brasil a la derecha hasta pasar la línea de particióní y de allí navegar à loeste y loesnoroeste derecho à Maluco, la cual tierra de Maluco vi yó asentada en la poma y Carta que hizo el hijo del Reynel, la cual no estaba acabada cuando vino aquí su padre por él, y su padre lo acabó todo y puso estas tierras de Maluco. Por este Padrón se hacen todas las Cartas que las hace Diego Rivero, como también los cuadrantes y las esferas. Desde este Cabo Frio hastas las islas de Maluco, por esta navegación no hay ningunas tierras asentadas en las Cartas que llevan.»

Cierto que Alcarez dice desde *Cabo Frio;* y la Carta de que tratamos — de c. 1519 — representa hasta el Cabo de Santa María. No es de extrañar pues en Sevilla ya se tenían conocimientos del alcance de los descubrimientos de Solís hasta el cabo de Santa María y el rio de Solís.

Si el hallazgo y paso del Estrecho — que se llamó primeramente de Todos los Santos é inmediatamente después de Magallanes —era una memorable hazaña marítima y geogroáfica, suficiente para que su realizador pasara a la historia en un primerísimo puesto de navegante descubridor, aún le quedaba la parte más dura de su desconocido viaje hasta las Molucas, fim del mismo. Este éxito es el triunfo personal de Magallanes, con la colaboración de la tripulación de los tres buques que le quedaban, aunque por designios del Señor no vió culminado su viaje.

Con esta travesía del Pacífico, la Cartografía de la época experimentó un gran avance. Si se recuerdan las cartas universales, conocidas hasta entonces por ejemplo la de Walseemüller de 1516, se puede apreciar que todas tienen la incógnita del océano Pacífico, a pesar de que hacía tres años que había hido descubierto; no lo representan y, en la costa situada frente a la isla que denomina Isabela y que es Cuba, figura una tierra con la inscripción «Cuba Asiae Partis». O sea que en 1516, en la famosa escuela de Estrasburgo, siguen predominando las ideas colombinas.

Magallanes, proporcionó un fabuloso material a los cartógrafos, en su travesía del Pacífico de más de cuatro mil leguas, según Pigafetta; en él descubrió antes de cortar el equador las islas que llamó Desventuradas, las islas de las Velas Latinas, o de los Ladrones, como las denominaron, a loc 12° N, y, finalmente, las islas de San Lázaro, hoy Filipinas. Su navegación por estas islas y la de los que le sucedieron en el hasta la llegada a las Molucas, no ofrece dudas. Sin embargo, sí las ofrece el punto de llegada a las mismas, pues, si bien cosi todos los investigadores creen que fué la actual Samar, la reconstrucción de la derrota recogida por Albo en su diario señala como más probable Dinagat. Este será uno de los puntos que intentaremos estudiar con más extension en la ampliación de este trabajo.

La Cartografía que recoge por primera vez los accidentes geográficos de este viaje son: en primer lugar,, las representaciones de Pigafetta, que, más que cartas, son dibujos abocetados de las partes más interessantes por donde pasaron. Es curioso

que tengan como polo de orientación el Sur; esto hizo cometer graves errores a investigadores inadvertidos. De la misma fecha que los dibujos de Pigafetta es la carta de Nuño García de Toreno, cartógrafo de la Casa de Contratación y autor de las numerosas que llevó la expedición, según consta. Está fechada en Valladolid en octubre de 1522. or esta misma fecha y lugar prestaba declaración de los hechos ocurridos en San Julián, Juan Sebastián Elcano. O sea que la información era directa.

Lástima que de tal carta no se conserve más que la parte que abarca desde la costa oriental de África hasta las Filipinas. Pero nos es suficiente para seguir en ella la derrota desde que entra en Filipinas hasta las islas Molucas.

Próxima a esta, pues se la data cerca de 1523 es conocida con nonbre de planisferio Turín.

Se le atribuye a Juan Vespucio, sobrino del famoso Américo, piloto de la Casa de Contratación de Sevilla, y otros investigadores creen que su autor es el mismo García Toreno. Pasa por ser el Padrón Real más antiguo que llegó a nuestros tiempos. Como no podía ser de otro modo, la representación de las Filipinas es igual en ambas. Incluso la isla de Gilolo, con una extensión y situación que nos demuestra que no la costearon y la representaron por noticias de los indígenas mal interpretadas, o pudiera ser que estas noticias las recibiese Serrano y llegasen a Magallanes exageradas. Tanto es así, que, en las cartas de Ribero de 1527 y las dos de 1529, las islas de Gilolo y Molucas aparecen duplicadas, la segunda representación, casi en el meridiano de las islas de los Ladrones.

Es curioso que esta carta, semejante a la de Toreno, no represente las islas de los Ladrones de las que tanto Albo como Pigafetta, sin olvidar a Mafra, Transilvano, etc., dieron interesantes noticias y que si fueron representadas en la cartografía inmediatamente posterior a estas dos cartas como son: las cartas de Salviati Castiglioni y las numerosas de Diego Ribero.

No citamos la carta atribuida a Juan Sebastián del Cano de 1523. Dudamos de su autenticidad y la creemos sacada de la de Diego Ribero de1529. La representación de los ríos Uruay, Parana y Paraguay, no se supo en España hata la llegada de los comisionados de Caboto, Hermando Calderón y Jorge Barlón, en octubre de 1528. Las cartas de Diego Ribero pueden considerarse como Padrones Reales y, tanto la de 1525 como la de 1527, no representan estos ríos, que aparecen por primera vez en las de 1529, con la leyenda «donde aora está Sebastian Gaboto».

Magallanes abrío la puerta del Pacífico é inmediatamente fué periódicamente cruzado por las expediciones que solo citamos.

En 1525-27, Loaysa y Elcano, en cuyo viaje pierden la vida el jefe y el compañero de Magallanes.

Alvaro de Saavedra, 1527-28, es enviado por Cortés al Maluco para saber noticias de la gente de Loaysa.

De la ejpedición de Loaysa, al salir del Estrecho una carabela fué separada por el temporal, llegando a Nueva España. No tocó tierra en la costa chilena, pero por ella pasó a la cartografía la navegación desde el Estrecho hasta la tierra de Cortés.



Siguen la de López de Villalobos en 1542-43 y la más importante de Legazpi-Urdaneta. En ésta fué descubierto el retorno a Nueva España, ya intentado sin éxito, por la *Trinidad* de Magallanes.

Destacan por tierras descubiertas las expediciones de Mendaña Quirós Vaez de Torres, Andagoya, Juan Fernandez, etc., y el Estrecho fué nuevamente explorado y navegado por las expediciones de Alcazaba, Camargo, Ladrillero, Draque y las dos de Sarmiento de Gamboa; estas dos últimas para poblarlo y fortificarlo.

Desde Méjico, fueron numerosas las expediciones para el descubrimiento de su costa, destacando por latitud alcanzada la de Juan Rodríguez Cabrillo, que llegó al cabo de Mendocino por los 42º de latitud norte.

Con estos viajes y algunos que no citamos, quedó representado casi todo el Pacífico y las costas que baña en la cartografía del siglo XVI.

El descubrimiento del estrecho de Magallanes, por su situación y difícil navegación, no saciaba la sed po rla existencia de otro paso, tal es así que aún en 1791 el rey de España y por su orden el virrey de Nueva España envía desde San Blas, apostadero del Pacífico, al teniente de navío Don Jacinto Caamaño, para que navegue hasta los 55º para deshacer la leyenda creada en 1640 por el «Almirnte Fonte» de la existencia de un paso de unión de los dos océanos.

Pido mil desculpas por la pobreza de esta exposición. Para hacer un trabajo sobre este tema necesitaría muchos meses. Un resumen del mismo, sin modestia, necesita más tiempo.

# OS PONTOS DE VISTA DE D. JOÃO III NA JUNTA DE BADAJOZ-ELVAS

POR

LUÍS DE ALBUQUERQUE E RUI GRAÇA FEIJÓ

1. No decorrer das inesquecíveis Segundas Jornadas Americanistas (1972), o primeiro dos autores do presente trabalho, ao ocupar-se das dificuldades técnicas da aplicação rigorosa do Tratado de Tordesilhas, fez uma alusão episódica à reunião luso-castelhana de Badajoz-Elvas (Abril-Maio de 1524), que teve por objectivo estabelecer se as Molucas deviam ficar sob a influência de Castela ou de Portugal, em face do estipulado por aquele convénio.

Como é bem sabido, foram baldados os esforços dos delegados de Carlos V e de D. João III para chegar a um acordo, podendo-se mesmo dizer, sem sombra de exagero, que a reunião foi um completo fracasso; a diplomacia não se mostrou mais eficiente do que a astronomia ou arte náutica (a que, aliás, também se recorreu) para dirimir a questão levantada pela demorada visita que duas naus da armada de Magalhães haviam feito às Molucas no final de 1521 (1).

A história completa dessa reunião não poderá ser feita numa comunicação como a presente; em primeiro lugar, porque há que ter em conta e estudar exaustivamente os diversos aspectos — de carácter jurídico, diplomático, náutico e astronómico — que intersesam à discussdo da causa; e, depois, porque para isso seria necessário analisar detidamente um grande número de documentos, o que não lográmos fazer de modo completo, por só termos tido acesso a uma parcela dessa volumosa documentação, pela sua maior parte alusiva à posição sustentada pelos delegados de D .João III (2).

Em todo o caso, talvez não seja de todo inútil procurar fazer aqui uma sistematização dos problemas que importa esclarecer no estudo dos preparativos para a reunião e do trabalho realizado pela Junta, nomeadamente as razões que levaram Carlos V e D. João III a promover negociações, os preparativos feitos pelo segundo

---

(1) Para a nau *Trinidad* essa demora estendeu-se até Abril de 1522; mas, depois de alguns meses de viagem de regresso a Espanha, a *Trinidad* arribou de novo ao arquipélago; e António de Brito, que entretanto chegara a Ternate para aí construir fortaleza, aprisionou os 23 tripulantes sobreviventes (a maioria da tripulação fora vitimada pela fome, pela doença e pela sede) e confiscou a fazenda que se encontrava a bordo. A nau, muito gasta, afundou-se fustigada por um temporal quando a descarga ainda se não concluíra.

(2) Esses documentos por nós utilizados estão publicados na colecção *As Gavetas da Torre do Tombo,* sobretudo nos vols. IV, VII e VIII (Lisboa, 1964, 1968 e 1970, respectivamente) e também parcialmente em *Cartas de Afonso de Albuquerque,* ed. Bulhão Pato, vol. V, pp. 73-173, Lisboa, 1910.

para fazer valer os seus pontos de vista, o modo como estes foram apresentados e defendidos pelos delegados portugueses e, por último, as razões essenciais do malogro da Junta. As considerações que em seguida apresentamos não pretendem ser mais do que um modestíssimo contributo para uma tal sistematização.

2. D. João III deve ter obtido por diversas vias a notícia de que as duas naus sobreviventes da armada de Magalhães tinham atingido as Molucas e que os seus tripulantes haviam logrado estabelecer aí boas relações de amizade com o rei de Tidor (3), explorando habilmente as rivalidades existentes entre os pequenos reis que governavam as várias ilhas do arquipélago, e em particular os de Tidor e de Ternate.

A nau *Victoria*, que tocara em Cabo Verde, chegou a S. Lucar em 6 de Setembro de 1522, e a notícia de que trouxera cravo a bordo divulgou-se decerto rapidamente. Quer fosse por informações enviadas de Cabo Verde, quer por recado de algum dos múltiplos informadores que tinha em Sevilha, o rei de Portugal estava «certifiquando que [os Castelhanos] foram a Maluco e que hy tomaram o dito crauo» (4) antes do final de Setembro, como mostra a carta dirigida a Luís da Silveira, seu representante na corte de Carlos V, com instruções para ele protestar junto do imperador.

Mas, ao escrevê-la, D. João III ainda certamente não possuía notícias pormenorizadas e fidedignas sobre o comportamento dos Castelhanos em Ternate. Efectivamente, a carta que o sultão Abohad lhe escrevera sobre o assunto, talvez ainda em 1521, só foi expedida de Malaca depois de 8 de Agosto de 1522 (5). É certo que António de Brito teve conhecimento da passagem dos Castelhanos por Tidor quando ainda se encontrava em Banda, sendo ele mesmo quem mais tarde afirmaria ter logo daí comunicado o caso para Lisboa; essa comunicação, que nunca podia ter sido escrita antes do final de 1521, é-nos desconhecida, ignorando-se até se chegou ao seu destino; em todo o caso, não é crível, pelo largo caminho a percorrer, que pudesse estar em Lisboa antes da chegada da *Victoria* a Espanha. Depois de passar de Banda a Ternate, onde chegou a 13 de Maio de 1522, Brito não se apressou a escrever de novo a D. João III sobre esses acontecimentos e com melhor conhecimento do caso, pois só o fez a 11 de Fevereiro de 1523, num extenso relatório com todas as particularidades do acontecido, e por isso mesmo de extraordinário valor para instruir as pretensões portuguesas sobre as Molucas (6). A substância desta

(3) Os Portugueses estavam instalados em Ternate, onde a produção do cravo era superior, não só em quantidade como em qualidade.

(4) Preâmbulo da carta em que o rei dá instruções ao seu representante em Castela. *Gavetas*, vol. IV, p. 78.

(5) Esta é a data da nota de remessa do documento assinada por Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca. O texto malaio da carta está acompanhado do sua tradução em português, versão que Jorge de Albuquerque mandara fazer por não saber «se avera em Portugall quem a sayba leer». *Gavetas*, vol. IV, p. 511.

(6) *Gavetas*, vol. VIII, pp. 632-645. Uma segunda via datada de 6 de Maio de 1523 pode-se ler no mesmo volume, pp. 201-215.



carta veio a ser repetida, quatro dias mais tarde, pelo feitor de Ternato, Rui Gago, que considerou de sua obrigação explicar também ao soberano como os factos se tinham passado (7).

Parece claro que nenhum dos três documentos acabados de referir pode ter contribuído para a reacção pronta e enérgica de D. João III, embora muito provavelmente tenham sido utilizados ao definir-se a estratégia que os delegados portugueses deviam seguir nas discussões da Junta, cerca de ano e meio mais tarde.

Mas, para reclamar prontamente contra a visita às Molucas e ao abastecimento de especiarias que a nau *Victoria* aí fizera, D. João III dispunha de uma razão bastante forte, que não se esqueceu de referir na carta dirigida a Silveira: com efeito, perante os protestos que D. Manuel fizera na corte de Castela logo que teve conhecimento de que a armada de Magalhães se aprestava para partir, Carlos V tinha feito a promessa formal de que nenhum daqueles navios «tocarya em cousa nosa [dos reis de Portugal] por maneira algũua». Assim, com fundamento de que «o dito Maluco e aquelas terras e ilhas ate aly adjacentes» eram pertença da coroa de Portugal, por se encontrarem no hemisfério que lhe fora reservado em Tordesilhas, e também no facto — sublinhe-se — de desde há muito tempo essas terras serem «pesuydas e trautadas por el rey noso senhor e padre» (8), D. João III dá instruções a Silveira para requerer em seu nome ao imperador:

*a*) A prisão dos capitães e marinheiros da nau *Victoria*, recém-chegados das Molucas;

*b*) A apreensão de todo o cravo e outras quaisquer mercadorias que tivessem trazido daquelas ilhas.

Na sequência da carta depreende-se que D. João III estava longe de esperar que as suas exigências fossem facilmente atendidas; de facto, ele prevê que Carlos V pudesse alegar que «se [aquelas naus] foram a Maluquo ele ho tem por seu», e nesse caso Silveira deveria reagir com veemência e garantir que ele, D. João III, sabia por muito certo «que o dito Maluquo e aquelas ilhas a elle adjacentes e comarquãs he tudo terra de nosa demarcação» (9).

Esta carta a Luís da Silveira já aborda o ponto fulcral da questão a discutir em Badajoz-Elvas, pois evidencia a importância que D. João III dava ao comércio estabelecido pelos Portugueses com Tidor há cerca de uma dezena de anos; esse comércio era um direito de domínio, e de tal modo relevante que noutro passo do mesmo documento o rei afirma que, mesmo na ausência de qualquer outro argumento, bastaria à validade das suas pretensões sobre o arquipélago o facto de «estarmos nos em pose delle tantos annos e termos ally noso trauto pacifiquo». Adivinha-se que viria a ser este o ponto basilar da argumentação dos diplomatas e juristas, pois é bem claro que o rei deixa aqui completamente esquecido qualquer argumento

(7) *Gavetas*, vol. VIII, pp. 632-645.

(8) As transcrições da carta para Luís da Silveira são feitas do *loc. cit.*, p. 78.

(9) *Idem*, p. 79.

baseado na situação da linha de demarcação; e temos de reconhecer que, à luz das ideias correntes no seu tempo sobre a geografia do Oriente, tinha toda a razão em se escusar a pôr a questão nesses termos.

3. Não se sabe ao certo como nasceu a ideia de estender ao Extremo-Oriente a linha de demarcação estabelecida pelos Reis Católicos e por D. João II em 1494; o texto do Tratado de Tordesilhas, como vários participantes da reunião do último ano sublinharam, visava apenas «demarcar» o Atlântico por um semimeridiano ou «linha de poolo a poolo». Mas e ideia de decompor toda a Terra em dois hemisférios, que D. João III expressamente aceita naquela carta para Silveira, é anterior à visita das duas naus castelhanas às Molucas e até anterior ao projecto de Fernão de Magalhães-Rui Faleiro, que já nela se baseou (10); António de Brito, que apreendeu os instrumentos náuticos da *Trinidad*, inclui neles uma carta planisférica que diz ser «de Fernam de Magalhães» (11), descrevendo-a deste modo: «Ela tem trezentos e sasenta graos de Leste a Oeste repartyo nela cento oytenta graos da banda de Leste para Vosa Alteza e cento e oytenta a Oeste para el rey de Castela. Nestes cento oytenta del Rey de Castela pos Maluco» (12).

Se em 1502 o planisfério dito de Cantino ainda só apresenta a linha divisória sobre o Atlântico, desde 1512, pelo menos, a ideia de considerar todo um meridiano tinha aceitação, pretendendo os Castelhanos que a linha assim prolongada lhes daria direito não só às Molucas como a Malaca, atingida pelos Portugueses desde 1509 e ocupada a partir de 1511. Com efeito, num despacho de José Mendes de Vasconcelos para D. Manuel, escrito de Logroño e datado de 10 de Agosto de 1512 (13), o representante de Portugal em Castela diz ao seu rei que contactara com João Domingues (?) de Solis (14), tendo dele sabido que se preparava uma armada de três navios, de que Solis assumiria o comando, a fim de partir para o Oriente, para aí situar o meridiano de Tordesilhas; mas o que mais importa para os objectivos desta comunicação é a particularidade, logo acrescentada por José Mendes de Vasconcelos, de Solis estar convencido de que «Malaca caee na demarcação do [rei] de Castela». Não era, de resto, uma opinião isolada, pois o enviado de D. Manuel conta na mesma carta que se avistara igualmente com um outro português homiziado, João Rodrigues, ourives de profissão, «o qual esteve

(10) Jean Denucé, *Magellan. La question des Moluques et la Première Circumnavigation du Globe.* Bruxelas, 1911.

(11) Teria este mapa-mundo chegado alguma vez a Lisboa? Brito declara não o remeter com a sua carta «por nam parecer seu servyço levala omem senam que lha soubesse declarar». *Gavetas*, vol. VIII, p. 645.

(12) *Ibidem*. Aliás, quando António de Brito repreendeu os castelhanos aprisionados por terem invadido terras pertencentes ao rei de Portugal, eles desculparam-se com Magalhães, que teria garantido aos Reis Católicos que «Maluco (...) era seu». *Idem*, p. 638.

(13) *Gavetas*, vol. IV, p. 319.

(14) Na realidade, trata-se de João Dias de Solis, piloto português que deixara o seu país por lhe não terem pago na Casa da Índia uma certa soma a que se supnha com direito, como ele mesmo disse a Vasconcelos.



na India (...) Este me disse — continua o diplomata — que armavão os três navios em Lepe e que o Yam Domingues [de Solis] hya por capytão e que avyão de partir em Março (15) e que ele sabe mais de alturas que Jam Domingues e asy hum filho seu e que mostrara que Malaca esta na demarcação de Castela» (16).

O hemisfério castelhano estender-se-ia mesmo até um meridiano que passava sobre o delta do rio Ganges, de acordo com uma pequena exposição anónima dirigida ao rei de Espanha que foi publicada no *Phisices Compendium* de Pêro Margalho, escrito em 1520, na *Suma de Geografia* de Fernández de Enciso e no *Livro de Marinharia* de André Pires. Armando Cortesão reproduziu e comentou a versão latina de Margalho em 1934 (17) e o primeiro de nós também se ocupou do trecho em 1963, nos comentários à edição da obra atribuída a André Pires (18). Basta, pois, resumi-lo aqui para se ver como o seu desconhecido autor, tal como Solis, situava Malaca bem dentro da zona de influência castelhana; com efeito, seguindo a versão de André Pires (com os erros de cópia corrigidos pelos textos de Margalho e de Enciso), verifica-se que:

*a*) As 370 léguas (19) que o convénio de Tordesilhas mandava marcar para poente de Cabo Verde a fim de definir o meridiano de Tordesilhas deveriam começar a ser contadas da ilha do Fogo;

*b*) Essa contagem levaria a linha divisória a passar sobre o continente americano entre o Maranhão e o mar Doce (foz do Amazonas);

*c*) «Desde este limite, que está cerca do mar Doce, onde começa a partição, segundo a capitulação, até Malaca há 2770 léguas; e passando de Malaca 230 léguas se acaba o limite de El-Rei de Portugal; e ao fim deste limite está a boca do Rio Ganges».

A informação baseava-se, por conseguinte, no valor de 6000 léguas para um meridiano terrestre (o semimeridiano apontado tinha, de facto, 2770+230 léguas), ou seja, correspondia a um grau de 16 ⅔ léguas, que estava então há anos posto de parte em Portugal. Como lembra Armando Cortesão (20), Fernando Colombo apoiar-se-ia nas ideias contidas no texto acima resumido, quando foi solicitado a dar a sua opinião técnica aos delegados castelhanos da Junta de 1524; ao expor o seu ponto

(15) Neste particular discordam os dois informadores de Vasconcelos: Solis previa a partida para Abril.

(16) *Gavetas*, vol. IV, p. 320. O ourives, a despeito de se gabar da sua sabedoria náutica, devia estar um pouco alheio ao problema: com observação de alturas podia ser ao menos viável fixar o meridiano de partilha no Atlântico, de modo indirecto; mas era praticamente impossível determiná-lo a tão grande distância no Oriente, mesmo com aproximação muito grosseira.

(17) *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, vol. I, p. 75 (Trad. na página imediata), Lisboa, 1934.

(18) *O Livro de Marinharia de André Pires*, pp. 116-117 e 222-223, Lisboa, 1963.

(19) André Pires escreveu, por lapso, 350 léguas.

(20) *Loc. cit.*, pp. 75 e 80.

de vista defende com vigor o módulo de 16 ⅔ léguas por grau, que mais convinha à tese castelhana, tendo por falso o de 17 ½ léguas, que os Portugueses consideravam com o objectivo, como diz, de compreenderem «mucha tierra en pocos grados» ([21]).

4. A opinião expressa neste parecer, depois adoptada pelos delegados castelhanos na reunião de 1524, estava profundamente errada, pois, de facto, as Molucas situam-se quase no limite da partilha, mas dentro do hemisfério português. Em todo o caso, não era fácil prová-lo, e até é possível que os técnicos portugueses à conferência estivessem convencidos de que a linha divisória, mesmo que se não estendesse tanto para ocidente, como pretendiam os seus antagonistas, ainda incluísse as Molucas na zona castelhana ([22]).

A reivindicação portuguesa devia, pois, basear-se em outros argumentos, dada a fragilidade de que se revestiam os que simplesmente se fundamentassem na localização do meridiano. Aceitando discutir o problema em termos da localização do meridiano, os Portugueses teriam que defrontar uma autoridade de peso: Ptolomeu, e não só através das tábuas que tradicionalmente ilustravam a sua *Geografia*, mas ainda na forma actualizada que lhes dera Waldseemüller, aparecida na edição de 1513 da obra do sábio alexandrino. As tábuas ptolomaicas tradicionais, que contavam a longitude de ocidente para oriente a partir de um meridiano de referência que passava sobre as Canárias, localizavam o delta do Ganges em cerca de 150°; como do meridiano das Canárias ao meridiano de Tordesilhas corriam aproximadamente 30°, verifica-se que o parecer reproduzido por Margalho, Enciso e André Pires se fundamentava na versão tradicional da *Geografia* do sábio alexandrino. Mas nem mesmo depois das correcções que, como muito bem sublinhou Armando Cortesão ([23]), os descobrimentos obrigaram a introduzir nas tábuas ptolomaicas, estas passaram a dar razão ao ponto de vista português: já em 1850, Lelewel, que se deu ao trabalho de reconstruir um planisfério de Waldseemüller, então desconhecido, supoz que Malaca estaria nele incluído na zona de influência espanhola ([24]); e, muito embora o planisfério seja, quanto à parte oriental, muito mais influenciado pelo anónimo cartógrafo do planisfério dito de Cantino do que por Ptolomeu (foi por se basear em dados de origem portuguesa que Waldseemüller lhe chamou «Carta Marina Portugaliensium»), não há dúvida de que as suposições de Lelewel estavam correctas pelo que respeita às longitudes, que aí são muito aproximadamente as de Ptolomeu.

([21]) O mais correcto, no entanto, era o módulo de 17 ½ léguas por grau, ainda assim errado por defeito.

([22]) Na comunicação apresentada há um ano pelo primeiro dos autores deste trabalho mostrou-se que só por meados do século os cartógrafos portugueses (graduando abusivamente as cartas de rumos que desenhavam com graus iguais de latitude e longitude) passaram a colocar as Molucas a ocidente da linha de demarcação. D. João de Castro, como aí também disse, fizera antes a crítica aos erros em longitude de que enfermavam as cartas do seu tempo. Mas nesse texto também declara que das suas considerações inferira caberem a D. João III «mais cento e oitenta legoas [para oriente] do que alguns portugueses entendem e os Castelhanos querem».

([23]) *História da Cartografia Portuguesa*, vol. I, pp. 113 e segs., Coimbra, 1969.

([24]) *Ibidem*, p. 138 e fig. 41.



Assim, qualquer que fosse a cartografia adoptada, entre as duas formas ptolomaicas que tinham geral aceitação na Europa de então, as Molucas ficavam, embora erradamente, bem dentro do hemisfério de Castela; este, aliás, compreendia também grande parte da China, como Solis se não esquecera de lembrar a Mendes de Vasconcelos, ao dizer-lhe que também lhe haviam escrito que «Afonso de Albuquerque fizera hũa armada para os chins que stom mais de iiij.° legoas dentro da demarcação de Castela» ([25]).

5. As reclamações de D. João III não podiam, por consequência, basear-se apenas na situação da linha de demarcação, e até nem devia fazê-lo, pois, além de ser então muito difícil definir tal linha, a maioria dos peritos da época estaria certamente de acordo em a localizar de modo desfavorável aos interesses do rei ([26]).

Entretanto, do silêncio que cai sobre as diligências que Silveira deve ter feito imediatamente após a recepção da carta de D. João III, depreende-se que Carlos V rejeitaria, de início, e como de resto seria de esperar, os protestos do rei de Portugal; mas em Dezembro desse mesmo ano de 1522 já se mostrava conciliatório relativamente à ideia de negociações que decidissem a pendência. Data do dia 12 desse mês a confirmação de uma credencial em que o imperador concedia ao «Secretário Barroso» os poderes bastantes para tratar da questão das Molucas junto de D. João III ([27]). Anexo à credencial conserva-se um documento com as instruções que deviam orientar o embaixador no decorrer das negociações; Carlos V aceita aí que se ponha em vigor uma cláusula do Tratado de Tordesilhas que nunca chegara a ser cumprida: a de que naus de Castela e Portugal, em igual número e levando a seu bordo astrólogos e pilotos, se reunissem para a tarefa de situar a linha de demarcação; às caravelas ou naus dos dois países poderia juntar-se, caso D. João III concordasse com a sugestão, uma outra caravela com astrólogos, cosmógrafos e pilotos designados pelo «nuestro muy Santo Padre Adriano Sisto», que serviriam de árbitros entre as duas partes litigantes. Aliás, nessas instruções Carlos V também se mostra disposto a aceitar que a decisão do problema fosse deixada apenas a cargo dos peritos de nomeação papal: «Y que sy al dicho serenisimo rey pareciere mejor y mas breve que la dicha capitulacion la haga el dicho nuestro Santo Padre Adriano Sisto por

([25]) Durante a discussão que este trabalho suscitou no Colóquio, o Com.te Teixeira da Mota observou-nos, com toda a razão, que os homens do mar já então tinham posto de lado a *Geografia* ptolomaica. Mas entre os conselheiros de D. João III e entre os seus delegados à reunião de Badajoz-Elvas não se contavam apenas marinheiros, e, entre eruditos e letrados Ptolomeu ainda era e continuaria a ser autoridade de peso, como bem mostram o parecer publicado por Margalho, a que acima nos referimos, o relatóro de D. João de Castro, de que o primeiro de nós se ocupou em Tordesilhas, e as repetidas referências ao geógrafo alexandrino que encontramos no *Roteiro do Mar Roxo*, de D. João de Castro, escrito em 1541.

([26]) A insistência com que na reunião de 1524 os delegados portugueses pretenderam que as 370 léguas de Tordesilhas se contassem da mais oriental das ilhas de Cabo Verde, e com que procuraram que os delegados castelhanos aceitassem o módulo de 17 ½ léguas por grau, mostra que também esses delegados procuravam conquistar o maior número possível de léguas a oriente para o hemisfério português.

([27]) *Gavetas*, vol. VIII, pp. 256-257.

las personas que Su Santidad pareciere syn que ayan yntervencion las dichas caravelas de la parte de Su Magestad y de Su Alteza y tomando de Su Santidad y de las personas que nonbrarem la Solenided e juramento que convenger para que haran la dicha declaracion segund que en sus consciencias le pareciere conforme a la dicha capitulacion que ansy mesmo a Su Magestad le plazera dello» (28).

Convém referir ainda um outro ponto importante deste documento: Carlos V comprometia-se, e o seu enviado devia alcançar compromisso análogo de D. João III, a devolver a seu legítimo proprietário quaisquer terras que se viesse a reconhecer encontrarem-se indevidamente sob a sua administração, à luz do disposto pelo Tratado de Tordesilhas.

Isto mostra de modo bem claro como o imperador confiava absolutamente que as Molucas se encontravam situadas na sua esfera de influências; efectivamente, tal proposta não arriscava apenas a posse da feitoria que em condições bem precárias a nau *Victoria* deixara em Tidore, mas também o direito à exploração do comércio do cravo, uma das especiarias mais apetecidas na Europa daquele tempo. De modo indirecto e velado, da proposta podia ainda subentender-se que Carlos V reconhecia a anterioridade dos Portugueses no comércio das Molucas, ponto reputado de extrema importância por D. João III, como já veremos.

Anote-se, por último, que neste documento Carlos V não declara suspender as explorações em mares das Molucas, a não ser depois do estabelecimento de uma capitulação que declarasse as ilhas vinculadas ao domínio português; ou seja, enquanto tardasse o acordo, ele poderia continuar «en su posesion libre y pacificamente en las Yslas de Maluco y otras yslas y tierras descubiertas y que adelante se descubrierem por Su Magestad» (29).

Tais propostas não podiam agradar a D. João III, que se considerava firmemente instalado no arquipélago e não estava disposto a ceder facilmente essa posição. Não surpreende, por isso, que as negociações caíssem em ponto morto durante uns meses. D. João III revê entretanto a situação e encara os meios de fazer valer os seus direitos, antes de aceitar que mandatários seus entrem em diálogo com os enviados de seu cunhado e rei de Castela.

**6.** O fio das alegações que os delegados do monarca português deviam seguir na reunião de Badajoz-Elvas esclarece-se bem através das inquirições que o rei mandou fazer em data indeterminada de 1523 (30), a fim de estabelecer a história das relações dos Portugueses com as Molucas desde 1511. Nesse inquérito foram ouvidos D. Aleixo de Meneses, Diogo Lopes de Sequeira, Fernão Peres de Andrade, Rafael Catanho, Jorge Botelho, Garcia de Sá, Bartolomeu Gonçalves, Rui le Brito Patalim e Diogo Brandão, todos homens que tinham estado directa ou indirectamente envolvidos nesses acontecimentos.

(28) *Gavetas*, vol. VIII, p. 257.

(29) *Gavetas*, vol. VIII, p. 258.

(30) Em todo o caso, anterior a Setembro desse ano, pois o inquérito é referido em carta desse mês.



Os depoimentos recolhidos, concordantes quanto aos seus pontos essenciais, são demasiadamente extensos para poderem ser aqui estudados um a um. O mais sucinto, mas sem sacrificar qualquer referência aos aspectos mais significativos da política seguida a respeito do arquipélago desde o seu descobrimento, é precisamente o do último depoente acima citado, que foi também o último a ser ouvido; seguiremos aqui, por consequência, esse relato de Diogo Brandão, resumindo as suas informações mais importantes, que são as seguintes (31):

*a*) Afonso de Albuquerque, depois de ter tomado Malaca (1511) e de verificar que aí não havia mercadoria, ter-se-ia decidido a mandar três navios às Molucas, cumprindo assim um «regimento que levava del rey que deus aja»; António de Abreu fora o capitão geral dessa pequena armada, sendo a capitania de outro navio entregue a Francisco Serrão (Diogo Brandão declara não se recordar do nome do terceiro capitão, que foi Simão Afonso Bisagudo, segundo informa Fernão Lopes de Castanheda);

*b*) A respeito da viagem desta armada, a testemunha dá as notícias que os cronitas aproveitaram posteriormente para as suas histórias (32): o fracasso da missão de Abreu, que não chegou a passar de Banda, e o modo como um temporal levou Serrão às ilhas de Leucepinho com alguns dos seus companheiros, donde passou com eles a Ternate, estabelecendo boas relações com o rei desta ilha;

*c*) Depois de assentada a amizade com o rei de Ternate, este «loguo mandou hum Pero Fernandez que hia em companhia do dicto Francisco Serrão com obediencia e cartas para el rey que deus aja e que estava como seu vassalo». Entretanto, Serrão e os seus companheiros assentavam o trato e fixavam o preço às mercadorias;

*d*) Em 1512, o capitão de Malaca, Rui de Brito Patalim, teria enviado três navios «a Banda a buscar drogarias», sob o comando de António de Miranda (os outros capitães foram Domingos Gonçalves e Francisco de Melo); não diz Brandão que estes navios tivessem ido a Ternate, antes dá a entender o contrário; mas di-lo expressamente Rui Patalim, e até com esta particularidade: Miranda dissera a Serrão, «da parte dele testemunha» (Patalim), que voltasse para Malaca, ao que ele respondera «que nom avia de vir sem licença del rey de Maluco porque o sentia asy por serviço del rey noso senhor»;

*e*) No ano imediato, António de Miranda voltou à ilha de Banda, onde carregou a sua nau e donde trouxe juncos carregados de especiarias. Explique-se que as naus desta e outras viagens não passavam de Banda, onde carregavam cravo vindo das Molucas em juncos, que para Ternate transportavam na torna-viagem as mercadorias de Malaca (esta informação foi dada pela testemunha Jorge Botelho);

(31) *Gavetas*, vol. III, pp. 36-38.

(32) Por exemplo: Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, liv. II, caps. LXXV e LXXXVI, ed. Coimbra, 1928, vol. II, pp. 186-187. Este cronista diz que antes da partida de Abreu o capitão-mor (Albuquerque) enviara mercadoria portuguesa num junco chinês de Nacoda (isto é: capitão de navio) Ismael, para com ela comprar cravo nas Molucas. O depoimento de Jorge Botelho confirma esta informação, acrescentando que «Nahoda Sesmael» (*sic*) foi bem recebido nas ilhas, tendo voltado a Malaca, vindo «em sua companhia um junco del rey de Maluco com recados pera o capitão moor».

*f*) No ano seguinte, Jorge de Brito enviou às Molucas um junco capitaneado por Álvaro do Chocho; acompanhou-o um outro junco de portugueses e ambos carregaram muito bem, regressando a salvo a Malaca. Por esta via deu Serrão novas a Jorge de Brito de «como toda a terra de Maluco estava a obediência e serviço del rey» de Portugal;

*h*) Nos dois anos imediatos Manuel Falcão e Simão Vaz foram a Banda, onde carregaram;

*i*) No «sétimo ano», segundo os dizeres de Brandão (a que deve corresponder 1518), D. Aleixo de Meneses, que capitaneava então a fortaleza de Malaca, mandou a Ternate uma caravela e um junco sob o comando de D. Tristão de Meneses; este levava a resposta de D. Manuel ás «cartas de obediencia que el rey de Maluco mandou por Pero Fernandes com algũas dadivas»; os dois navios, depois de carregarem com «muita paz e asseseguo», regressaram a Malaca juntamente com um junco do rei de Ternate, em que vinha um filho seu por «capitam e embaixador para o capitam de Malaca e vinha dar obediencia ao dicto capitam»; e, depois de ter estado em Malaca cinco ou seis meses, «tornou-se a hiir com muyta omra e dadivas e com todo o que el rey de Maluco mandava pedir em suas cartas»;

*j*) «E no oytavo anno» (1519) foi ele mesmo, Diogo Brandão, quem o então capitão de Malaca, Garcia de Sá, mandou «a Maluco» com «certos juncos»; «e chegando a Banda veo hii ter com elle testemunha D. Tristão [de Meneses] que vinha de Maluco e por em Banda neste tempo haver muita drogaria elle estemunha carregara em Banda e não fora a Maluco». D. Tristão retornara, porém, a Ternate, donde só veio em monção posterior;

*k*) Em 1520 («nono anno», diz Brandão), Garcia de Sá mandou de novo às ilhas do cravo os capitães António de Pina e Gonçalo Correia, «os quaes viriam com as suas drogarias pelos preços em que o trato estava»;

*l*) No décimo ano (1521) o rei D. Manuel mandara Jorge de Brito por «Capitam de seis navios com feitores e oficiaes e ornamentos de igreja pera fazer fortaleza em Maluco» — repetindo depois o que já atrás recordámos: a morte de Jorge de Brito, a sua substituição pelo irmão, etc. Sublinhe-se, no entanto, que, segundo as declarações da testemunha Jorge Botelho no mesmo inquérito, o consentimento do rei de Ternate para que os Portugueses fizessem «fortaleza e feitoria» fora repetidas vezes oferecido a Serrão, isto é, datava dos primeiros contactos dos Portugueses com a ilha;

*m*) Por último, e tal como já haviam feitos outros depoentes, Diogo Brandão afirma que o «trato de Maluco» fora dominado inteiramente por D. Manuel desde o ano de 1511; o rei não consentia que portugueses ou mouros fossem comerciar às ilhas do cravo, com excepção dos residentes em Malaca, que, no entanto, só podiam fazê-lo com licença expressa do capitão da fortaleza.

**7.** Os restantes testemunhos, como já se disse, não destoam do aqui resumido, muito embora dele divirjam, e também ocasionalmente divirjam entre si a respeito de um ou outro pormenor de secundário interesse. E é bem claro o que podiam alegar os emissários de D. João III com fundamento nestas inquirições, pois os doze pontos em que condensámos as declarações de Diogo Brandão logo mostram:



I) Que se podia invocar a antiguidade das relações dos Portugueses com o rei de Ternate, e sobretudo que essas relações tiveram o seu início muito antes do «tempo que Fernam de Magalhaees foy descobrir»;

II) Que o rei de Ternate se colocara espontaneamente na obediência e na submissão do rei de Portugal, facto não só comprovado pelo bom acolhimento que dispensara a Serrão e aos que se lhe seguiram e pelo acto de vassalagem que em seu nome o filho fora prestar ao capitão de Malaca, mas ainda por consentir que os Portugueses construíssem uma fortaleza no seu reino;

III) Que D. Manuel se assenhoreara do comércio das Molucas.

Estas ilações deduzidas dos depoimentos conduziam a esta conclusão final: *o rei de Portugal detinha a posse das Molucas e do seu comércio*, que se revestia do mais alto interesse para apoio das pretensões de D. João III. Efectivamente, como escreveu Manuel Rodrigues, «a partir do século XIV admite-se a posse dos direitos de soberania», e também «dos direitos de propriedade» ([33]); ora, prevalecendo a prova que sem dificuldade podia decorrer do inquérito, D. João III estava desde alguns anos atrás na posse das Molucas, e não podia ser dela esbulhado enquanto não fosse provada a ilicitude dessa posse. Assim, cabia aos delegados de Castela mostrar que a situação de facto criada pela ocupação portuguesa daquelas ilhas — situação que o direito em princípio protegia — partira de uma propriedade ilícita, ou seja, não assentava num direito de propriedade. Quer dizer: não tinham os Portugueses de provar os seus direitos sobre as Molucas, os Castelhanos é que haviam de fazer prova da ilegalidade da posse que D. João III herdara de seu pai; o que a ninguém se afiguraria fácil de alcançar, pois geralmente se sabia quanto eram falíveis os processos então conhecidos para a determinação de longitudes. Prevalecia, assim, a opinião dos conselheiros do rei que haviam sustentado ser esta a única via para solucionar o problema da demarcação, como D. João III lembrará em documento mais adiante referido. É bem conhecida uma carta escrita pelo duque de Bragança em que aponta ao rei os erros muito acentuados em longitude existentes nas cartas ([34]) quando nelas se quisesse ler uma coordenada a que os construtores não tinham atendido; e este aviso não foi decerto um caso isolado.

D. João III encaminhava-se, portanto, para a negociação; em carta aos seus embaixadores em Castela (Pedro Correia e João de Faria) de 28 de Novembro de 1523, o rei declara que, exactamente por estar certo da sua razão e não temer prová-la em qualquer oportunidade, aceita que «se veja por justiça cujo he Maluco e que segundo formaa da capitolaçam se ajuntem na raya os pilotos e astrologos e marinheiros e pessoas de hũua e outra parte pera se ver por ellas o modo que se ha de ter no lançamento da lynha de demarcação...» ([35]).

---

([33]) Manuel Rodrigues, *Da Posse*, 2.ª d., p. 120, Coimbra, 1940.

([34]) *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, pp. 492-493, Lisboa, 1892; transcrito por Armando Cortesão, *loc. cit.*, vol. I, p. 82.

([35]) *Gavetas*, vol. VIII, p. 171.

D. João III parece aqui ceder ao ponto de vista defendido pelo imperador, pois a proposta inicial deste fora do mesmo teor. Veremos, no entanto, que as questões prévias levantadas pelos representantes portugueses na Junta procuraram encaminhar a discussão em sentido diferente e já acima referido. Aliás, as reservas do rei estão bem claramente expressas no documento em que definitivamente aceita a arbitragem (36), pois aí insiste em que «juntamente se veja por leterados e pesoas que nos e ele [Carlos V] nomearmos (...) sobre o que agora lhe requeremos (...) de nos nom ser perturbado nem ynquyetado Maluco», pelo menos até a questão de propriedade ser decidida por esses letrados; isto confirma o que já aqui se disse: D. João III dava prevalência à questão jurídica, muito embora aceitasse a proposta do estudo técnico do problema feita pelo cunhado.

As negociações para a reunião arrastaram-se uns meses; e, lendo a documentação que delas nos resta, vê-se que os embaixadores de D. João III em Castela, de acordo com a linha de procedimento por ele traçada, procuravam por todos os meios excluir a cartografia do conjunto de elementos-chave da discussão. Assim, no convénio de Tordesilhas a palavra cosmógrafos não fora utilizada, mas Carlos V introduzira uma alusão a técnicos na sua proposta para a comissão bipartida que haveria de se ocupar da pendência. Numa das suas cartas para o rei de Portugal, Pêro Correia e João Faria dão conta de como haviam rebatido a pretensão do imperador (37); eles tinham começado por fazer notar que não deveriam estar envolvidos no «negoceo cosmografos senão astrologos», de acordo com a capitulação, explicando depois que a dúvida em discussão não «estava em se saber terras nem provincias nem cabos nem praias nem angras delas nem o que tinham nem o que produziam» — mas na demarcação, que teria de ser feita «pelo mar e pelo ceo por rumos e per ventos e graos», problemas que não pertenciam senão a «astrologos e pilotos».

É nítido o intuito deste passo em excluir da Junta não só os cosmógrafos como também os cartógrafos, pois eram estes que assentavam (e, por consequência, *descreviam*) as terras, as ilhas, etc., nas suas cartas. Com esta proposta concordou aparentemente Carlos V; e dizemos que só aparentemente porque, embora aceitando-a, sempre foi dizendo aos dois embaixadores que os baptizassem como quisessem; e é claro que não deixou de mandar cartógrafos a Badajoz, que aliás à data em que Correia e Faria escreviam ao rei já discutiam largamente o problema com pilotos e marinheiros, entre os quais se incluíam portugueses, como Simão de Alcáçova e Estêvão Gomes (que fora piloto de Fernão de Magalhães), além do cartógrafo Diogo Ribeiro (38). D. João III, como oportunamente se verá, havia de levantar embargos à presença desses homens entre os delegados de Castela, fazendo-o até como meio dilatório à discussão de aspectos do problema que lhe convinha protelar.

Depois de três ou quatro meses de trabalhos diplomáticos, o contrato em que ficou decidida a discussão do assunto foi finalmente assinado em Victoria no dia 19

(36) *Gavetas*, vol. VIII, p. 225.
(37) *Gavetas*, vol. IV, pp. 313-316.
(38) *Gavetas*, vol. VIII, p. 617. Os planisférios de Diogo Ribeiro desenhados nos anos imediatos ao da reunião de Badajoz-Elvas incluem todas as Molucas no hemistério castelhano.



de Fevereiro de 1524 (39); o texto concorda que na conferência se juntem «astrologos pilotos y marineros y letrados» (quer dizer, juristas) para decidirem sobre a ««dubda y debate asi sobre a quien pertenence la propriedad de Maluco como sobre la posesion del». Vê-se, pois, que estava prevista a inclusão do problema da posse na agenda de trabalhos, tal como interessava a D. João III.

Uma capitulação de 27 de Fevereiro seguinte (40) regulamenta a ordem a seguir na reunião, estipulando que os letrados apenas estariam presentes para dar forma jurídica às conclusões a que os outros delegados chegassem, o que esteve longe de ser cumprido na prática; este documento estipulava também que até conclusão dos trabalhos da Junta nenhum dos contratantes podia mandar às Molucas, que as sessões, a iniciar em Março (de facto só principiaram no dia 11 de Abril), deviam estar concluídas em Maio, só podendo ser prorrogadas com justa causa; por último, os dois contratantes comprometiam-se a ratificar qualquer acordo estabelecido pela Junta num prazo de vinte dias, a contar da data em que os delegados o assinassem.

Em 24 de Março, o rei de Portugal nomeia os seus delegados: os juristas António de Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e Gaspar Vaz, os astrólogos Francisco de Melo, Simão Fernandes e Tomás de Torres e os navegadores (41) Pêro Afonso de Aguiar, Diogo Lopes de Sequeira e Bernardo Pires (este último era piloto) (42). Num outro documento, não datado, mas que deve ser, aproximadamente, da mesma data do anterior, citam-se as testemunhas que deviam ser enviadas à fronteira, e que são, na sua maioria, as pessoas ouvidas na inquirição a que já aqui fizemos referência (43).

Um documento fundamental para a compreensão do ponto de vista português, e que inteiramente confirma o que acima se disse sobre o assunto, é o texto das instruções passadas pelo rei aos letrados da sua delegação no mesmo dia 24 de Março (44). Depois de um longo intróito, o rei diz: «Item. *porque nesta causa ha duas partes como sabes a saber a propriedade e pose* e devees em ambas justamente entender e falar a saber *os astrologos e marinheiros no que toca a propriedade e modo que se ha de teer e praticar pera ser lancada a linha de demarcaçam* (...)»; em todo o caso, sempre que fosse discutida «a propriedade e modo de demarcaçam se praticara e falara sendo todos juntos», e sem a presença dos letrados e dos procuradores não poderiam os astrólogos e marinheiros tomar decisões. Além disso, para a prova cabal da posse recorreriam às testemunhas da lista já referida, que o rei logo enviaria à fronteira no momento oportuno, em virtude de lhe não ter parecido acertado «irem loguo convosco».

(39) *Gavetas*, vol. IV, pp. 272-273, na versão castelhana.
(40) *Idem*, vol. VIII, p. 595.
(41) E não simples marinheiros, como estava previsto.
(42) *Gavetas*, vol. VIII, p. 617.
(43) *Gavetas*, vol. IV, p. 243.
(44) *Gavetas*, vol. VIII, pp. 617-622.

Nos preliminares do documento o rei recomenda aos delegados que por todos os meios ao seu dispor persuadissem os Castelhanos a iniciar as alegações ([45]), e só em caso de obstinada negativa deveriam aceitar que conjuntamente se apresentassem as petições, sobre as quais prosseguiria o processo. Dá também instruções aos seus delegados para que diariamente o tivessem ao corrente do que se ia passando (é, de facto, abundante a correspondência ainda existente dos delegados para o rei) e prevê, de acordo com as cláusulas contratuais, que pudesse vir a ser prorrogado o prazo previsto para a discussão da causa (em princípio, deveria estar concluída, como já se disse, até o termo de Maio).

Já quase no final do extenso documento, D. João III define mais uma vez a sua posição acerca da maneira de fixar a linha divisória, repetindo, mas com maior ênfase, o que já acima resumimos a tal respeito. Com efeito, o rei afirma peremptoriamente neste texto que só aceitaria a respeito de tal problema um resultado que fosse obtido pela comparação das horas de um eclipse lunar nas Molucas e num outro meridiano ocidental, independentemente de cartas e pomas, mesmo que umas e outras viessem eventualmente a ser consultadas durante as reuniões. Eis o passo, que transcrevemos na íntegra, pela sua relevância: «Os astrologos e marinheiros que enviamos pera o caso da propriedade (...) estam asentados que *por nhum modo se pode fazer a demarcaçam salvo tomado la e ca os ecliusiis da lũna* e posto que ajam de praticar no modo asy pelas cartas de marear como pelas pomas esta he a verdadeira e final detreminaçam...» ([46]).

Quer dizer: D. João III sabia poder provar facilmente que detinha a posse das Molucas; e, limitando-se a aceitar apenas aquele processo de cálculo de longitudes para decidir a questão da propriedade, adiava, por assim dizer indefinidamente, a solução do conflito, pois a sua prática, além de exigir tempo, dificilmente conduziria a resultados concordantes entre diversos observadores que o aplicassem. A vantagem que o rei de Portugal assim obtinha no pleito era notória, mesmo para os observadores da época ([47]); por isso, quando estavam para se iniciar os trabalhos da Junta, a 8 de Abril, Francisco de Melo, em carta para o rei, não se mostra nada preocupado pelo facto de os delegados irem instruídos com grande número de «testemunhas, estromentos e provanças» para reivindicar para si o direito de posse, pois lhe não parecia difícil juntar, da parte de Portugal, um maior número ainda de elementos e provas testemunhais «com milhores qualidades» com que se pudesse «provar a posse e jurdição primeiro que elles como da continuação della».

([45]) «...e que eles devem de dizer o que querem acerqua das duas causas [posse e propriedade] e de cada hũua delas apresentarem a justiça que nele pretendem ter».

([46]) *Gavetas*, vol. VIII, p. 622.

([47]) A isso presumimos que alude uma carta do bacharel Pêro de Alcácer para destinatário ignorado (*Gavetas*, vol. VIII, p. 231), escrita quando já decorriam os trabalhos da Junta; o signatário afirma «que os capytolos quel rey fez com ho enperador sam feytos em seu favor del rey e que ca lhes pesa de ser tanto a proveyto del rey...».



**8.** Pela sua extensão, não nos é possível sumariar sequer as actas das reuniões da Junta, que se iniciaram no dia 11 de Abril na ponte sobre o rio Caia e se continuaram até o final de Maio, quer nesse local fronteiriço quer nas cidades de Badajoz ou de Elvas ([48]). Vamos apenas fazer referências a alguns pontos dessas actas em que se salienta o modo como na prática os delegados de D. João III expuseram e defenderam a posição que os seus conselheiros haviam definido como a mais favorável; mas omitiremos intencionalmente quaisquer referências ao problema da ilha de Cabo Verde tomada para origem da contagem das 370 léguas, por ele já ter sido tratado na comunicação que o primeiro de nós apresentou na reunião do ano passado.

O que logo salta à vista a quem ler essas actas é a maneira insistente como certos problemas de direito se puseram, mesmo antes de se entrar na matéria da reunião, e se conservaram na agenda dias e dias — porque, na verdade, representavam tomadas de posição fundamentais.

Em muitos casos essas questões preliminares, se não eram capciosamente levantadas, foram pelo menos habilidosamente aproveitadas em favor de certa orientação favorável a uma das partes. Por exemplo, logo no primeiro dia levantou-se, entre várias outras, a questão de os delegados joaninos darem por suspeito o português Pêro de Alcáçova, que se incluía no grupo dos comissionados castelhanos. Os delegados de Carlos V alegaram que essa suspeição era tardiamente levantada, pois ele já antes fora citado como juiz aos embaixadores de Portugal, e estes nenhum embargo haviam levantado a tal escolha. Este incidente foi logo aproveitado como pretexto dilatório pelos juízes portugueses, que nesse mesmo dia assinavam uma carta conjunta para o rei em que, depois de lhe relatarem o que se passara a respeito desse caso, comentam: «E nos folgamos muito com elles responderem a sospeiçam por hirmos asy continuando o juizo de propriedade sobre a sospeiçam e yrmos abreviando o da posse» ([49]).

Outro incidente surgiu no primeiro dia, e arrastar-se-ia durante várias sessões. De acordo com o plano estudado, os procuradores fiscais de D. João III (Afonso Fernandes e Diogo Barradas) pediram ao procurador fiscal do imperador «que disese o que quesese contra eles que eles estavam prestes pera lhe responder» ([50]). Os Castelhanos opuseram-se a isso, alegando com uma questão de direito; se a reunião fora requerida pelo rei de Portugal, que se dizia agravado selo procedimento de Carlos V, os seus procuradores deviam dizer em que consistia esse agravo, isto é, deviam «declarar sobre que he que querem, para se lhes poder responder».

A isto respondiam os delegados portugueses, a 14 de Abril, que, estando D. João III em «posse de mais de dez anos a esta parte das dictas ylhas e terra

([48]) Cremos que essas actas mereçam mesmo um estudo minucioso, que só poderá ser cabalmente feito por quem conheça bem a história do direito, quando mais não seja, para avaliar as frequentes referências a jurisconsultos medievais que se encontram nas alegações dos deputados.

([49]) *Gavetas*, vol. VIII, p. 159.

([50]) *Idem*, vol. III, p. 533. O texto impresso tem «por estes» em lugar de «prestes», por manifesta gralha.

de Maluco», era ao procurador de Castela que cumpria fazer libelo contra os juízes de Portugal, se acaso consideravam essa posse indevida. Mas os Castelhanos continuavam a entender que, pelo contrário, tendo a causa sido movida pelo rei de Portugal, cumpria-lhe a ele pôr a demanda por seus enviados. Seis dias mais tarde os juízes portugueses reiteram o seu ponto de vista e com o fundamento já antes alegado: não apresentariam libelo porque o rei, de quem eram mandatários, «está de posse de mais de dez anos a esta parte das ilhas e terras de Maluco».

A questão arrastou-se nestes termos até ao dia 21 de Abril, data em que os delegados portugueses apresentam uma interlocutória de conciliação, em que naturalmente propunham a solução de compromisso que mais lhes convinha. Consideram Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e Gaspar Vaz que, havendo dúvida entre os dois reis sobre a posse das Molucas, e não querendo os seus procuradores «vir com petiçam e libelo hum contra o outro», deviam os «procuradores d'ambas as partes» fazer «capitulos juridicos pera por eles se perguntarem as testemunhas que pelos ditos procuradores forem apresentadas», podendo também «oferecer quaisquer escrituras provas e documentos» que considerassem úteis às suas teses.

Praticamente, foi esta a matéria desenvolvida nas sessões da Junta até final do mês de Maio, sem se adiantar um passo. Os juízes dos dois países envolveram-se numa repetida argumentação baseada em conceitos jurídicos que não lograriam abalar a posição dos antagonistas; os dias passaram-se com as alegações dos delegados castelhanos, a tentarem persuadir os portugueses a apresentar um libelo, e recusando-se a que se fizessem provas sem demanda (nisto se salientou sobretudo o Doutor Bernaldino da Ribeira), e com a obstinada insistência dos três juristas joaninos na defesa da sua posição. E nem mesmo quando, a 24 de Maio, estes alegaram que, por carta do seu rei, sabiam ter o imperador concordado que «procedesem por posições e recebesem testemunhas e com toda a brevidade fezesem justiça e detreminasem o dicto caso da pose», a posição do Doutor Ribeira e dos seus companheiros se alterou ([51]).

Estava à vista o malogro da reunião. Para se discutirem os problemas que ali tinham reunido os delegados de Castela e de Portugal era necessário prorrogar o prazo fixado para a reunião, como, aliás, se previa na capitulação inicial. Os delegados portugueses estavam de acordo que assim se fizesse, mas não foi possível obter a concordância dos seus antagonistas, mesmo depois de lhes ser dito (a 24 de Maio) que o imperador não considerava necessária nova provisão para assim se fazer, «porcanto pella capitolaçam estava provido que elles deputados o podesem prorogar» ([52]); e, como a 30 de Maio o Doutor Ribeira e os colegas afirmassem que não tinham ainda recebido de Carlos V «pera o juizo de pose procesar per posições», e tão-pouco tinham instruções quanto a prorrogação (através de D. João III os seus delegados estavam informados de que o imperador concordara com ambas as coisas), requereram os juízes de Portugal que, ao menos, fosse prorrogado «o dicto caso por oyto ou dez dias porque entretanto viria provisam do dicto senhor emperador» ([53]). Mas em vão:

([51]) *Idem*, vol. III, pp. 559 e segs.
([52]) *Ibidem*, p. 560.
([53]) *Ibidem*, p. 572.



no dia 31 de Maio, os deputados portugueses apresentaram-se na ponte do Caia, na fronteira entre os dois países, mas os deputados castelhanos já não compareceram; Bartolomeu Roiz de Castanheda, que fora um dos escrivães de toda a reunião, registou na acta essa ausência. A Junta de Badajoz-Elvas terminara num total malogro. Ficava para decidir uma questão que havia de se arrastar até a segunda metade do século XVI, apesar do Tratado de Saragoça (de 1529), em que para ele se encontrara uma solução apenas provisória e a curto prazo.

# ANTONIO MALDONADO DE HONTIVEROS E A «QUESTÃO DAS MOLUCAS»

POR

LUÍS DE MATOS
Universidade Técnica de Lisboa

A presença em Portugal durante meio século de bacharel Antonio Maldonado de Hontiveros não tem passado despercebida. Sabe-se, com efeito, por um lado, que em fins de 1522 se encontrava em Lisboa em missão diplomática, se acolhera ao paço ducal de Vila Viçosa no ano seguinte e habitava nesta vila em 1542, 1544 e 1572, falecendo neste último ano, e, por outro lado, que era autor de dois trabalhos sobre a «Questão das Molucas», hoje considerados perdidos. Não é nosso objectivo preencher aqui as lacunas respeitantes à sua vida e à sua obra, mas contribuir tão-somente com alguns novos elementos, esclarecendo ao mesmo tempo umas tantas dúvidas e desfazendo certos erros; é possível que novas investigações, em especial no Archivo General de Simancas e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, permitam desenvolver este breve estudo num ou noutro aspecto.

Sousa Viterbo não pôde precisar a nacionalidade portuguesa ou espanhola de Maldonado, se bem que se inclinasse para esta última, com um argumento que não era afinal de muito peso: «Pelos documentos encontrados até agora não podemos determinar a sua naturalidade, mas era provavelmente espanhol: as suas cartas são escritas numa linguagem mesclada, que tanto podem indicar que tivesse esquecido o seu idioma ou um português que tivesse residido longo tempo em Espanha» (1). Ora, não pode haver qualquer hesitação a este respeito, porquanto o próprio Maldonado afirma em *Dos breves tratados*, a sua única obra impressa, que era natural de Salamanca: «Salamanca, tierra de nuestro juez» (2). E a confirmação da sua origem espanhola é-nos dada por uma provisão de Carlos V, de Janeiro de 1521, em que o

---

(1) Cf. *Trabalhos náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII*. Segunda série, Coimbra, 1894, p. 33.

(2) Cf. fol. Aiiiv de *Dos breues tractados d'Antonio Maldonado de Ontiueros: sobre dos preguntas q̃ se mouieron ala mesa del muy Illustre señor don Theodosio Duque de Bragança y de Barcelos. rc.*

*Dialogo entre riqueza y saber: con reprehensorio y sentencia contra los que no sienten quã sancto y diuino es el saber.*

*Otro breue tractado en que se declara y da razon de aquel comun dicho y vulgar dezir delos pomareros: que todo plãtar y enxertar de arboles que se haze por Antruejo es mejor y prende mas que en otro tiempo alguno. Contienẽ en si cosas aplazibles y delicadas. Declarase el yerro de los años y del Aureo numero: y el tiempo dela pascua. 1.5.4.8.* (No fim:) Acabose el presente tractado enel qual tambien se declara el año, mes, y dia en que Iesu christo nuestro saluador murio por saluar el linaje humano: y librar lo d'l poder del diablo.

encarregava, a propósito das Comunidades de Castela, de determinada missão em Salamanca, «vuestra naturaleza» (3).

Nasceu certamente no último decénio do século XV, talvez cerca de 1495. Somos levados a esta conclusão não só porque em 1518 ou esteve de algum modo ligado às negociações sobre o casamento de D. Leonor, irmã de Carlos V, com D. Manuel I, ou fez parte do séquito que no mesmo ano a acompanhou a Portugal (4), mas também porque em Janeiro de 1521 o imperador, residente então em Vórmia, o incumbiu de entregar cartas aos governadores de Castela acerca das Comunidades e, sobretudo, lhe confiou o encargo de se dirigir a Salamanca com o propósito de tentar «convertir la ciudad a nuestro servicio, prometiendo a todos perdon en general por la desobediencia que me han tenido»; e como, finalmente, Maldonado escrevia em 1542 ao rei de Portugal que já não era jovem — «eu estou já mui branco» — e viveu até meados de 1572, é de crer que a data proposta para o seu nascimento não ande muito longe da verdade (5). Nada pudemos averiguar sobre a sua família, mas não se contava, evidentemente, entre a classe plebeia, pois Maldonado, de seu nome completo Antonio Maldonado de Hontiveros, conforme se lê em dois lugares de *Dos breves tratados,* era fidalgo da casa de D. Leonor, e sabemos, além disso, que teve um parente, Francisco Maldonado, na chefia das Comunidades (6). Tão-pouco conhecemos a natureza dos seus estudos, que pesquisas no Arquivo da Universidade de Salamanca virão provavelmente esclarecer; podemos, contudo, admitir que frequentou a Faculdade de Medicina e aí obteve o grau de bacharel, visto que assim é designado tanto pelos diplomatas portugueses e espanhóis, como por D. João III (7).

---

Imprimido en Lisbona en casa de German Galhard. Año de mil y quinientos y quarenta y ocho. A veynte y dos dias del mes de Março.

Sobre o único exemplar conhecido de *Dos breves tratados,* que encontrámos em 1959 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ver a breve notícia que demos no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira,* vol. I (Lisboa, 1960), pp. 550-551. Impressa em 1548, a obra foi redigida, pelo menos em parte, em 1544 (ver fols. [Aii r], Diiii r-v, [Dvi r]).

(3) Ver João de Sousa da Câmara, *Antes quebrar que torcer,* [Lisboa, 1969], p. 181.

(4) Ver a carta do embaixador Juan de Zúñiga a Carlos V, Almeirim, 17 de Junho de 1523 (cf. adiante documento IV), em que se afirma que Maldonado viera a Portugal cinco anos antes, e é por isso de supor que a sua viagem esteja relacionada com o casamento de D. Leonor.

(5) Ver J. Sousa da Câmara, *ob. cit.*, pp. 181-182, e Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII.* Parte I, Marinharia, Lisboa, s. d., pp. 201-203, onde foram publicadas a carta de Maldonado a D. João III, Vila Viçosa, 29 de Maio de 1542, e a de D. Sebastião acerca de Maldonado, Lisboa, 3 de Agosto de 1572, que serão aqui citadas por mais de uma vez. A carta de Maldonado está reeditada in *As Gavetas da Torre do Tombo* (Gav. XVIII, maços 7-13), IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, pp. 385-386.

(6) Ver J. Sousa da Câmara, *ob. cit.*, pp. 94, 182. Na sua *Biblioteca Lusitana,* Barbosa Machado equivocou-se ao considerar Antonio Maldonado e Antonio Maldonado de Hontiveros dois personagens diferentes.

(7) Sousa Viterbo escreveu sobre a sua profissão: «É possível que Maldonado fosse médico, embora o seu nome não apareça antecedido das sacramentais palavras *Doctor, Magister* ou *Licenciatus.* Somos levados a esta suposição pela carta que ele dirigiu a Pedro de Alcáçova,



As viagens de Maldonado a Portugal em missão diplomática, antes da sua fixação definitiva aqui em Abril de 1523, são muito imperfeitamente conhecidas. Apenas se pôde apurar até agora que em 12 de Dezembro de 1522 estava prestes a partir para Lisboa — viagem, diz-se, possivelmente relacionada com o regresso a Espanha da rainha D. Leonor, viúva de D. Manuel I — e que no ano seguinte passara a fazer parte da casa do duque de Bragança (8). O que pode dar-se como certo é que veio pela primeira vez a Portugal em 1518, como vimos, e que entre Setembro de 1522 e meados de Abril de 1523 se desempenhou de algumas outras missões. Não há dúvida de que em meados de Setembro de 1522 Carlos V o enviou a Lisboa, a fim de que fossem postos em liberdade os treze tripulantes da nau *Victoria* que haviam sido feitos prisioneiros em Cabo Verde no mês de Julho, no seu regresso das Molucas, porquanto afirma em *Dos breves tratados* que negociara a sua libertação: «En esse tiempo andava yo en este reyno en negocios del Emperador y hable muchas veces con ellos y negocie su liberdad, yendo muchas veces por las postas a hablar al Emperador» (9). Demos desconto ao seu exagero, visto que foi certamente o embaixador Cristóbal de Barroso, acreditado em Portugal desde há ano e meio, que procedeu às negociações, e também à aparente contradição da sua parte, pois noutro passo de *Dos breves tratados* escreve que os prisioneiros, uma vez chegados a Lisboa, «en breve tiempo fueron libres a requerimento del Imperador».

Ter-se-ia novamente deslocado a Lisboa com vista à libertação dos restantes prisioneiros, como o afirma? Não o sabemos. Mas é quase certo que em Outubro ou Novembro deste mesmo ano veio a Portugal, por ocasião, segundo cremos, das negociações do casamento de Carlos V com a princesa D Isabel, negociações então interrompidas por motivo da «Questão das Molucas», que acabava de surgir entre

---

em que dá diferentes conselhos clínicos acerca do filho deste estadista, acerca da saúde de el-rei e do príncipe» (cf. *Trabalhos náuticos,* segunda série, cit., p. 34; cf. p. 35, carta a P. Alcáçova, Vila Viçosa, 30 de Julho de 1544, publicada também in *Trabalhos náuticos,* parte I, cit., pp. 201-202).

(8) Ver J. Sousa da Câmara, *ob. cit.*, pp. 85, 96-97, 182-183, e Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos,* parte I, cit., p. 199.

(9) Cf. *Dos breves tratados,* fol. [Avi v]. Os cronistas Francisco de Andrada, *Crónica do muito alto e muito poderoso rei destes reinos de Portugal dom João o III deste nome,* parte I, Coimbra, 1796, pp. 51-53, e Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III.* Com prefácio e notas do Prof. M. Rodrigues Lapa, I, Lisboa, Liv. Sá da Costa, [1938], pp. 62-64, referem-se à libertação dos tripulantes da nau da viagem de Fernão de Magalhães. Para desenvolvimento deste assunto ver as cartas de D. João III a: embaixador Luís da Silveira, Lisboa, 28 de Setembro de 1522 (cf. adiante documento I); Carlos V, Lisboa, 3 de Outubro de 1522 (A. G. Simancas, *Estado 368*); Luís da Silveira, Lisboa, 3 de Outubro de 1522 (Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 28, doc. 101*). O rei de Portugal libertou então apenas sete prisioneiros, porque «os outros ficaram fogidos pela ilha», mas insiste em que «estes e os de sua conserva foram a Maluco que é nosso e da nossa demarcação e de muitos anos há descuberto, pessuído e trautado por el-rei nosso senhor e padre». A notícia sobre os marinheiros espanhóis aprisionados em Cabo Verde foi conhecida em Lisboa cerca de 25 de Setembro, como se conclui da carta que em 26 deste mês D. João III enviou com toda a urgência a Luís da Silveira, que partira há poucos dias para Espanha em missão diplomática (ver A. N. Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte* I, *maço 28, doc. 91*).

os dois países ([10]). Seja como for, do que não há dúvida é que em meados de Dezembro, conforme se disse, partiu de Valhadolide para Lisboa. Parece, contudo, pouco provável que a sua viagem estivesse relacionada com o regresso da rainha a Espanha, visto que em 3 de Dezembro os embaixadores Dr. Cabrero e Barroso comunicavam ao imperador que estava marcado para 8 do mesmo mês ([11]), e é por isso que tudo leva a crer, pelo contrário, que a nova missão do bacharel Maldonado dizia estritamente respeito à «Questão das Molucas»: por um lado, a credencial de Carlos V, de 12 de Dezembro de 1522, era acompanhada da proposta do imperador sobre a resoção deste importante assunto, e, por outro lado, D. João III anunciava a Carlos V, em 23 do mesmo mês e ano, a partida iminente do embaixador Barroso, a fim de lhe expor a posição do rei de Portugal a este respeito; e o embaixador seguiu efectivamente para Espanha, onde se demorou, segundo parece, até aos primeiros dias de Fevereiro de 1523, pois em 10 deste mês D. João III comunicava a Luís da Silveira que Barroso estava prestes a chegar a Portugal ([12]).

A permanência de Maldonado em Lisboa deve ter sido curta e é muito provável que tenha acompanhado Cristóbal de Barroso, visto que não desempenhava propriamente funções diplomáticas e que continuava em Portugal o embaixador Cabrero. O que é certo é que no último dia de Fevereiro o imperador o chamava a Valhadolide para o enviar «a cosas cumplideras a nuestro servicio» e que em 23 de

([10]) É na resposta, não datada, do secretário de Estado, segundo parece, aos embaixadores espanhóis Dr. Cabrero e Barroso (A. G. Simancas, *Estado 367*) que se menciona a viagem de Maldonado. Julgamos que teve lugar num dos meses indicados, pois a proposta de casamento não pode ser anterior a fins de Setembro, e, por outro lado, conforme se lê na referida resposta, à viagem de Maldonado seguiu-se, para o mesmo efeito, a de Barroso a Espanha, o qual regressou a Lisboa antes do fim de Novembro, como o afirma D. João III ao seu embaixador Luís da Silveira, em carta de 2 de Dezembro (ver Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 28, doc. 135)*. A minuta da procuração de D. João III a Luís da Silveira, Lisboa, 13 de Setembro de 1522, sobre o casamento de Carlos V e D. Isabel, está publicada in *As Gavetas da Torre do Tombo* (Gav. XVIII, maços 1-6), VIII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 729-731. Na mesma data foi igualmente dada procuração a Luís da Silveira no sentido de «tratar, assentar, concordar e capitolar» não só este casamento, mas também o de D. João III com D. Catarina (cf. Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 28, doc. 137*). Sobre estes casamentos, ver Andrada, *ob. cit.*, I, pp. 48-50.

([11]) Ver a carta de Cabrero e Barroso a Carlos V, Lisboa, 3 de Dezembro de 1522 (A. G. Simancas, *Estado 367*). Note-se, todavia, que em 5 do mesmo mês os embaixadores informavam o imperador de que a rainha se recusava a partir (e assim sucedeu, de facto), em virtude de D. João III se opor a que a infanta D. Maria regressasse também a Espanha, como sua mãe o exigia (ver A. G. Simancas, *Estado 367*).

([12]) A credencial de 12 de Dezembro e a proposta de Carlos V estão publicadas in *As Gavetas da Torre do Tombo,* VIII, cit., pp. 256 e 256-258; a carta de D. João III a Carlos V, Lisboa, 23 de Dezembro de 1522, encontra-se in A. G. Simancas, *Estado 368*. Em *As Gavetas,* idem, p. 253, vem uma carta de D. João III a Luís da Silveira, em que o rei lhe comunica que o embaixador Barroso «partio há dous dias com os apontamentos deste negócio [das Molucas] pera logo haver de tornar com final resolução dele». Não datada, esta carta foi naturalmente escrita *c.* 23 de Dezembro. Sobre a chegada próxima de Barroso a Portugal, ver Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 29, doc. 23.*



Março lhe confiava esta missão: «Vos mando que vais a qualesquera ciudades y villas y lugares destos mis reynos y señorios donde hallaredes y pudiere ser avido fray Bernardo de la Rocha, de la Orden de San Francisco, le prendais al cuerpo y preso y a buen recaudo le traed a esta mi corte» ([13]).

Antonio Maldonado cumpriu decerto a ordem de Carlos V e pela derradeira vez foi enviado em missão a Lisboa, missão relacionada muito provavelmente com o regresso a Espanha da rainha D. Leonor. Não se exijam pormenores demasiados: digamos apenas que em meados de Abril já se encontrava em Portugal, porquanto vai achar-se envolvido nos acontecimentos respeitantes à rainha, que ocorrerão poucos dias depois.

O caso deu brado. Feitas diligências diplomáticas com vista ao seu casamento com o príncipe D. João, futuro D. João III, D. Leonor acaba por casar em 1518 com seu pai, D. Manuel I, enviúva em Dezembro de 1521 e não falta então quem deseje vê-la unida ao enteado, de tal sorte que o povo de Lisboa, escreve Frei Luís de Sousa, «chegou neste tempo a lhe fazer um modo de protesto público por meo dos magistrados e com razões por escrito», e que, por seu turno, os procuradores dos mesteres «não duvidaram ir-se à rainha e propor-lhe a mesma matéria» ([14]). Pedindo em Junho de 1522 a D. João III, por intermédio do seu embaixador Lachaulx, o regresso de sua irmã a Espanha e o pagamento das suas arras, escrevendo-lhe em Setembro e em Outubro neste mesmo sentido e enviando a Lisboa, no mês seguinte, o Dr. Cabrero como embaixador extraordinário, Carlos V poria termo ao assunto e a saída de D. Leonor teria finalmente lugar em 18 de Maio de 1523: negociações longas, como se vê, visto que a rainha se recusara até então a deixar em Portugal sua filha, a infanta D. Maria, e que, por seu lado, D. João III não autorizava que

([13]) As instruções de Carlos V, datadas de Valhadolide, 4 de Fevereiro de 1523, foram publicados por Martín Fernández Navarrete, *Colección de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV, con varios documentos ineditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles en Indias,* t. IV, Madrid, 1837, pp. 301-305, e in *As Gavetas da Torre do Tombo,* VIII, cit., pp. 255-256, onde se lhes atribui erradamente o ano de 1528. Sobre a missão que o imperador confiou a Maldonado em 23 de Março, ver J. Sousa da Câmara, *ob. cit.*, pp. 183-184.

([14]) No manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa *FG. 7638*, fols. 188-v-190-r, encontra-se cópia da «Carta que os povos de Lisboa enviaram a el-rei D. João o terceiro sobre a ida da rainha madama Lianor e sua filha pera Castela o ano de 522», onde se diz que falam em nome do povo de Lisboa «e assi em nome de tôdalas cidades, vilas e lugares e concelhos destes reinos de Portugal». Afirmando que D. João III não deve autorizar a saída da infanta D. Maria, porque «a tutoria dela é vossa», e considerando, por outro lado, que «mandando a rainha, mandais a maior senhora da Cristandade fora de vosso poder, a qual é abrigo de vossos povos e louvor de vossas províncias e paz de vosso estado, muito fermosa, muito rica, bem inclinada, devota, prudente e, por final, de todos muito amada», o povo de Lisboa acaba por requerer ao rei que «case com a rainha nossa senhora», «aquela que sempre per justiça e rezão foi vossa». Esta carta foi publicada por Andrada, *Crónica,* I, cit., pp. 58-60, mas apresenta um certo número de variantes, algumas das quais respeitam aos passos transcritos; vem igualmente no manuscrito da Bibl. da Ajuda, *50-V-22*, fols. 311r-312r.

a infanta acompanhasse sua mãe, «por o reino receber mui mal a levada da dita infanta minha irmã» ([15]).

Surgiria, porém, neste meio tempo conflito grave entre Cristóbal de Barroso e a rainha, no qual Maldonado tomou fervorosamente o partido do embaixador. Era um facto que, tendo sempre dispensado as maiores atenções a sua madrasta e visitando-a amiudadamente, o jovem rei deixava a porta aberta a insinuações que não tardaram a vir à luz do dia, de tal modo que, escreve o cronista Francisco de Andrada, «não faltou quem pusesse mal os olhos nesta frequência de visitações que el-rei fazia à rainha e as atribuísse a danados respeitos», — insinuações que transpuseram as fronteiras, pois delas se fizeram eco os embaixadores venezianos em Inglaterra e os embaixadores ingleses em Espanha, ao comunicarem que, segundo parecia, a rainha estava «graveda di ditto suo fiastro».

Barroso pertencia ao número dos que não aceitavam «a inocência da rainha e a virtude e boa tenção com que el-rei a visitava». E dirigindo-se, com efeito, a corte do Barreiro para Almeirim e tendo D. João III ordenado que a rainha e a infanta D. Isabel «mudassem estância e se fossem trás dele, acompanhadas do duque de Bragança e do barão de Alvito», D. Leonor veria a sua viagem interrompida, pois que, logo que «chegaram a Mugem, ali chegou o Barroso a tanta soltura que requereo publicamente à rainha que dali não passasse nem quisesse ir a Almeirim, onde el-rei estava, dando a entender que o fazia por ordem do Emperador». O protesto imediato

([15]) A propósito destes factos ver «Da embaxada que o emperador Carlos mandou a el-rei nosso senhor» (missão diplomática de Charles Popet, senhor de Lachaulx, chegado a Lisboa em 23 de Junho de 1522), in *FG. 7638*, cit., fol. 184 r-v, mas missão prevista desde 29 de Janeiro deste ano, segundo carta de Carlos V a D. João III, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, cit., pp. 515-516, e as cartas de: Adrião Borges a um seu amigo, Lisboa, 8 de Setembro de 1522 (Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 28, doc. 72*); Carlos V a D. João III, Valhadolide, 3 de Outubro de 1522 *(Corpo cronológico, parte I, maço 28, doc. 99)*; D. João III ao seu embaixador Luís da Silveira, Lisboa, 7 de Outubro (alusão à carta que em Setembro Carlos V enviou a D. João III sobre o regresso da rainha) e 2 de Dezembro de 1522 *(Corpo cron., p. I, m. 28, d. 108* e *p. I, m. 28, d. 135)*; embaixadores Dr. Cabrero e Cristóbal de Barroso a Carlos V, Lisboa, 3 e 8 de Dezembro de 1522 (A. G. Simancas, *Estado 367*); J. Zúñiga a Carlos V, Almeirim, 28 de Maio <de 1523> (cf. adiante documento III). A missão de Popet, segundo o texto de *FG. 7638*, tinha três objectivos: liga e confederação com Carlos V contra a França, ao que o rei de Portugal se recusou; autorização para o regresso a Espanha da rainha D. Leonor e pagamento de suas arras, autorização que foi concedida, mas, quanto às arras, dado que D. Manuel I «tinha emprestado dinheiro e pólvora aos Grandes de Castela pera pagamento dos soldos e outras cousas», exigia-se em consequência «que se fizesse de tudo conta e que o que mais lhe ficasse devendo lho mandaria pagar logo e a rainha iria quando quisesse». Francisco de Andrada e Frei Luís de Sousa apontam apenas a confirmação e juramento das antigas pazes e a liga e confederação contra o rei de França. Na carta citada de Adrião Borges assinalam-se somente a liga e confederação e a autorização para a saída da rainha, e, acerca do pagamento das arras, D. João III teria respondido que «elle [Carlos V] lhe mande oitocentos mil ducados que seu pai lhe emprestou e que se rebatam às ditas arras e que ele venha buscar sua irmã quando ele quiser, que lha nom hão-de ter». — O Dr. Cabrero chegara a Lisboa em 21 de Novembro de 1522, como o confessa na sua carta de 3 de Dezembro a Carlos V,



da rainha junto de seu irmão produziu naturalmente os seus efeitos, e daí resultou que, «certificado o Imperador das cousas do Barroso e da tenção e fundamento com que as movera, se houve por tão desservido dele que o mandou ir deste reino e o degradou para as galés». Tão-pouco o rei de Portugal lhe perdoaria: em 1532, vivendo Barroso em Roma, acusa-o de «me ter muito desservido, estando por embaxador do Emperador em minha corte, em cousas falsas», e confirma que Carlos V o mandara prender «e meter em suas galés, e despois o mandou de lá sair e o desterrou fora de seus reinos» ([16]). O comportamento do embaixador para com a rainha parece ter tido lugar em 21 ou 22 de Abril, porquanto em 20 deste mês o Dr. Cabrero, escrevendo ao imperador, faz ainda o elogio das diligências de Barroso no sentido de a infanta D. Maria poder sair de Portugal em companhia de sua mãe — «es muy buen servidor de Vuestra Majestad» —, ao passo que dois dias mais tarde, aludindo ao que ocorrera em Muge, não oculta as suas culpas, o que o leva a fazer esta recomendação a Carlos V: «Nunca envieys a príncipe ninguno por embaxador o mensagero persona que sea su naturar y que tenga parientes en su reyno, porque estos tales nunca pueden hacer cosa bien hecha» ([17]).

([16]) Acerca destes acontecimentos, ver Andrada, *Crónica*, I, cit., pp. 63-64, e Frei Luís de Sousa, *Anais*, I, cit., pp. 76-78; sobre as informações dos embaixadores venezianos e ingleses, ver *Calendar of State Papers and Manuscripts relating to English Affairs, existing in the Archives and Collections of Venice, and in other Libraries of Northern Italy*. Edited by Rawdon Brown, vol. III, 1520-1526, Kraus Reprint, 1970, p. 297 (carta de Contarini, Valhadolide, 5 de Janeiro de 1523); *I Diarii di Marino Sanuto*, XXXIV, Veneza, 1892, col. 231 (carta de António Surian, Londres, 4 de Março de 1523); *Letters and Papers, Foreign and Domestic, of the Reign of Henry VIII*. Preserved in the Public Record Office, the British Museum, and Elsewhere in England. Arranged and catalogued by J. S. Brewer, vol. III, parte II, Vaduz, Kraus Reprint, 1965, p. 1168 (carta de Thomas Boleyn e Richard Sampson a Henrique VIII, Valhadolide, 14 de Janeiro de 1523) e p. 1218 (carta dos mesmos a Wolsey, Valhadolide, 9 de Março de 1523). A acusação de D. João III contra Barroso vem in *Corpo Diplomático Português*, II, Lisboa, 1865, p. 361, instruções do rei a D. Martinho de Portugal, que partia para Roma como embaixador.

([17]) Ver carta do Dr. Cabrero a Carlos V, Almeirim, 22 de Abril <de 1523> (cf. adiante documento II). A recomendação de Cabrero sobre a escolha de embaixadores leva à conclusão de que Barroso era de origem portuguesa, o que parece inteiramente confirmado não só pelo embaixador Juan de Zúñiga nas suas cartas de 28 de Maio e de 17 de Junho <de 1523> (ver adiante documentos III e IV), mas também por Damião de Goes, que afirma que Barroso «fora criado da infanta dona Isabel, filha del-rei dom João da boa memória, molher do duque Felipe de Borgonha, d'alcunha o Bom», continuando depois ao serviço de Carlos o Temerário, de Maximiliano, de seu filho Filipe e de Carlos V (cf. Goes, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*. Nova edição, conforme a primeira de 1566, parte IV, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, p. 2). Seus pais, assim como o fizeram outros portugueses, haviam sem dúvida seguido com a infanta para Flandres, onde se fixaram para sempre. Barroso encontrava-se em missão em Portugal desde 1521, provavelmente desde Março, pois são de 21 de Fevereiro deste ano as instruções de Carlos V, em que lhe mandava aí residisse «continoamente» e anunciava na mesma data a sua partida próxima (cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, cit., pp. 510 e segs.). Damião de Goes conheceu-o em Flandres depois destes acontecimentos. Os cronistas Francisco de Andrada e Frei Luís de Sousa afirmam erradamente que, após o castigo aplicado a Barroso, Carlos V «mandou em seu logar ao doutor

Adivinha-se a situação precária em que se encontrou Maldonado ao ver a condenação de Barroso e ao dar-se conta do seu próprio erro. Todos os que se consideram comprometidos apressam-se a abandonar Almeirim. E, enquanto alguns, confiantes na protecção que o embaixador francês Honorat de Caix lhes possa dispensar, se dirigem para Santarém, Maldonado encaminha-se noutra direcção, em busca de refúgio seguro, que acaba por alcançar, apesar da perseguição que Carlos V lhe move imediatamente, fazendo tudo para o haver às mãos. O novo embaixador Juan de Zúñiga é encarregado dessa diligência e não se poupa a esforços. Suspeitando que se tivesse refugiado junto de parentes de Barroso, longe de Almeirim, pede a D. João III que autorize a sua prisão, tal como o havia prometido à rainha, e neste sentido obtém facilmente um alvará: «Uve cédula para todas las justicias deste regno que lo prendiesen, tan cumplida como la pedi yo». E, sem excluir que se tenha escondido na terra natal de Cristóbal de Barroso, Zúñiga admite agora como mais provável que se tenha acolhido a alguma das propriedades do duque de Bragança; infelizmente, acrescenta, não tem em sua companhia qualquer pessoa que o conheça e a quem possa encarregar de o procurar nesses lugares. As buscas levadas a cabo nas redondezas de Almeirim não dão qualquer resultado. Preso pouco depois, nas imediações de Santarém, um criado de Barroso, por suspeita de se tratar de Maldonado, logo se verificou o engano; e, enviando-o Zúñiga na peugada do bacharel, nas redondezas de Almeirim e em Santarém, tudo foi em vão: «Este me juro que le avya buscado el y que nunca avya hallado rastro del, syno que seia cierto que si avya parado en Portugal que estava en casa del duque de Bragança, y sino que seria ydo a Francia, segun levava el miedo». Não teve melhor êxito, se é que chegou a ser posta em execução, a diligência que Zúñiga tencionava mandar fazer na igreja de Nossa Senhora da Luz, em Lisboa, cujo prior era amigo de Maldonado ([18]).

As tentativas de o pôr a ferros não estavam, porém, terminadas: muitos meses volvidos, na Primavera de 1524, era a própria rainha D. Leonor quem pedia ainda a D. João III a sua extradição. Tempo perdido, visto que já então tinha alcançado «seguro» do rei, «por me dizerem a culpa ser toda de Barroso» e «ser pessoa de tão pouca calidade». Não levemos a mal a alusão depreciativa aos méritos do antigo agente de Carlos V, porque a intenção é louvável: tratava-se de poupá-lo a castigo certo. E não acreditemos tão-pouco que o rei estivesse na disposição de lhe retirar o «seguro», apesar do remate da sua resposta ao pedido de sua madrasta: «Se Vossa Alteza todavia houver por seu serviço que não estê mais neste reino, mandá-lo-ei ir, ainda que em nenhũa parte pode estar que mais seja seu serviço» ([19]).

Cabrero», «que já estava em Badajoz»; ora, a verdade é que Cabrero chegara a Lisboa em 21 de Novembro, como dissemos acima, e em 22 de Abril de 1523 ainda continuava em Portugal (cf. adiante documento II). Foi, pois, Juan de Zúñiga, chegado na primeira quinzena de Maio, que sucedeu a Barroso.

([18]) Ver cartas de Zúñiga a Carlos V, Almeirim, 28 de Maio, 17 de Junho <de 1523> (à qual se segue uma nota de outra letra sobre os que se apressaram a deixar Almeirim), e Tomar, 21 de Julho do mesmo ano (documentos III, IV e V).

([19]) Ver carta de D. João III a D. Leonor, Évora, 8 de Maio <de 1524> (documento VIII).



Devemos ficar surpreendidos com o insucesso diplomático de Zúñiga? De modo nenhum. Todas as suas iniciativas estavam de antemão condenadas ao malogro, uma vez que Antonio Maldonado havia encontrado o mais seguro dos refúgios: nem mais nem menos que a casa do duque de Bragança, como, aliás, fora admitido desde quase o primeiro momento. Conhecendo-se desde 1518, como dissemos, interessando-se ambos por assuntos de astronomia, que haviam discutido nos anos seguintes, por ocasião das suas viagens a Portugal, o duque D. Jaime, que assistira ao incidente ocorrido em Muge entre Barroso e a rainha, não hesitara então em minimizar as suas culpas e fizera até o seu elogio ao Dr. Cabrero, «diziendo que era buena persona y que não tenia tanta culpa» ([20]). E daí a conceder-lhe de facto asilo — o caminho não era longo.

Maldonado fixou-se, pois, em Portugal em Abril de 1523 pela razão que expusemos, e não, conforme se julga, pela perseguição que lhe moveu Caros V, «por não ter conseguido impor as condições que a Espanha exigia» quanto às Molucas, nem, como se supõe, por ter sido destinado ao serviço da rainha D. Catarina, irmã de imperador e mulher de D. João III desde 1526. Vai permanecer em Vila Viçosa, no paço dos duques de Bragança, durante mais de vinte anos, onde ensina matemática a D. Teodósio, filho de D. Jaime, e a outros fidalgos, compõe um *Calendário*, a que se refere por várias vezes em *Dos breves tratados*, ao mesmo tempo que se dedica à astronomia e dirige no paço ducal, na opinião de Sousa Viterbo, um observatório astronómico e uma oficina de instrumentos náuticos. Vida tranquila e a seu gosto, antes que em 1546 D. Teodósio, por motivo do casamento de um seu criado com uma filha de Maldonado, tudo tenha posto em prática para o «destruir» e expulsar de Portugal, «sin el duque se querer aplacar por ruegos y cartas continas que el rey nuestro señor le ha embiado». Voltaria a estar nas graças do duque? É muito pouco provável, mas não há dúvida de que continuou em Vila Viçosa até ao seu falecimento, em meados de 1572, recusando-se, «por no ser ingrato, ni salir de la voluntad de quien lo defendio de tan grandes persecuciones», a regressar a Espanha a pedido de Caros V, que entretanto se dera conta de que o seu antigo agente «no le avia errado». É durante este segundo período da sua estada em Vila Viçosa que redige o *Dos breves tratados*, o «Nacimento del-rei D. Sebastião», publicado no fim deste estudo, e dois trabalhos, mencionados adiante, sobre a «Questão das Molucas».

Os seus serviços foram reconhecidos em Portugal, visto que usufruía em 1534, e sem dúvida já anteriormente, uma tença anual de quarenta mil réis, acrescida de dez mil réis «com o hábito», a qual no reinado de D. Sebastião subiria até cento e cinquenta mil réis e seria em parte transmitida a seu filho. Maldonado, por sua vez, ficou grato ao rei, pelo menos enquanto este foi vivo: na carta que lhe dirigiu em 1542, recordava, no seu português mascavado, as suas dívidas de gratidão para com D. João III, não só «por me haver defendido del poder do Emperador, como por outros favores e mercês que cotidianamente me faz», mas também porque, querendo o duque D. Teodósio «destruyrlo, el rey nuestro señor, porque es uno en virtud entre todos

([20]) Ver carta de Zúñiga a Carlos V, Almeirim, 17 de Junho <de 1523> (documento IV).

los reyes y columna muy firme en sustentar el saber, lo defendio» ([21]). Só é pena que se tenha esquecido do duque D. Jaime; verdade seja que Maldonado era homem «contrario de mucha escritura y habla» e que ao publicar o *Dos breves tratados* o duque já não era deste mundo...

Concordemos que a sorte esteve do seu lado em 1523, ao encontrar todas as facilidades para acolher-se ao paço ducal de Vila Viçosa. Para além duma situação material garantida, podia continuar a dedicar-se às «suas astrologias». Não caía, com efeito, em terreno sáfaro, pois se Vila Viçosa não era (nem o seria nunca) a «universal Academia» e a «outra Atenas» de que falaria Frei Heitor Pinto, e se, à data da sua chegada, professores competentes como Diogo Sigeu, Juan Fernández, Fernão Soares, Gaspar Colaço e outros, que veio certamente a conhecer, não tinham iniciado o seu ensino no paço, deparava, pelo contrário, com o conhecimento profundo de D. Jaime sobre problemas de importância capital e com o seu interesse manifesto por matérias do gosto de ambos ([22]).

A posição social do duque e a sua experiência levavam-no, efectivamente, a ter de pronunciar-se com frequência sobre as mais graves questões políticas, e é assim que o vemos opor-se tanto à construção de novas fortalezas no Norte de África como ao desmantelamento das que se encontravam de pé, do mesmo modo que considera que o rei de Portugal não é suficientemente poderoso para levar a cabo a conquista do reino de Fez; e, ao manifestar a sua opinião quanto ao dissídio franco-português sobre as tomadias dos corsários franceses, julga que se torna indispensável que Portugal assuma uma posição enérgica, pois não confia na França; está, aliás, convencido de que não haverá solução possível sem a mediação de Carlos V. O que receia é que não venha a ser ouvido, pois «este meu conselho poderá ser que se porá no armário de muitos outros que foram desprezados polos do vosso Conselho»... ([23]).

Mas sobretudo D. Jaime acompanhou toda a «Questão das Molucas» e é isso o que interessa aqui. Embora estejamos, sem dúvida, insuficientemente informados a este respeito, sabe-se, todavia, que intervém em 1529, a pedido do rei, nas discussões sobre a indemnização a pagar a Carlos V para que as Molucas fiquem na posse de Portugal; troca neste sentido correspondência com o embaixador espanhol Lope Hurtado e não é pequena a sua alegria ao verificar, decorridos vários anos de negociações, que «este negócio era acabado»; e, ao enviar finalmente a D. João III, em meados de Maio de 1529, os vinte e cinco mil cruzados que pudera reunir como comparticipação no pagamento da indemnização de trezentos e cinquenta mil cruzados, estipulada pelo tratado de Saragoça, de 22 de Abril de 1529, terá este desabafo de satisfação: «Nunca nenhum dinheiro saio de minha casa com milhor vontade que este» ([24]).

([21]) Acerca da soma de cinquenta mil réis que lhe foi atribuída por D. João III, cf. Bibl. da Ajuda, *49-XII-14*, Tenças, moradias e ordenados da casa de D. João III, p. 7; a respeito da tença de vinte mil réis concedida a seu filho, ver Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos*, parte I, cit., p. 203. Sobre os últimos trinta anos da sua estada em Vila Viçosa, ver os dois importantes documentos publicados por Sousa Viterbo, *idem, ibidem*, pp. 200-203, e Maldonado, *Dos breves tratados*, fols. Aiir, Cii r-v, Cv r.

([22]) Acerca do ensino no paço de Vila Viçosa e dos interesses culturais dos duques e de seus filhos, ver Luís de Matos, *A corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*, [Lisboa], Fundação da Casa de Bragança, 1956, pp. 18 e segs.

([23]) Ver as duas cartas de D. Jaime a D. João III, Vila Viçosa, 12 de Fevereiro de 1529, e Arraiolos, 24 de Abril de 1531, impressas, respectivamente, em *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX. cit., pp. 536-540, e *Letters of the Court of John III, King of Portugal*. The Portuguese text, Edited with an Introduction by J. D. M. Ford and L. G. Moffat, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1933, pp. 106-107.



Acima de tudo, importa, porém, pôr em relevo o seu papel político e científico desde as primeiras diligências sobre a posse e propriedade das Molucas. Vemo-lo assim analisar com Cristóbal de Barroso as cláusulas do Tratado de Tordesilhas, e isto cerca de ano e meio antes dos trabalhos da Junta hispano-portuguesa que vai reunir-se em Elvas e Badajoz em Abril e Maio de 1524, do mesmo modo que o vemos defender junto dos embaixadores Cabrero e Barroso o direito do seu país à posse do arquipélago, afirmando-lhes que os Portugueses haviam aí construído uma ou duas fortalezas e acrescentando que a política de casamentos entre os dois países era nesse momento indissociável da «Questão das Molucas» ([25]).

Por outro lado, e sobretudo, o duque de Bragança interessa-se pelos aspectos técnicos do assunto e é assim que discutirá com Pedro Afonso de Aguiar, membro da delegação portuguesa na Junta, a medição da légua, para chegar à conclusão, aliás errada, de que um grau de meridiano terrestre equivalia a dezassete léguas (contrariamente ao parecer de Aguiar, que atribuía ao grau mais de dezassete léguas), e manifestará claramente a sua opinião quanto aos processos científicos que terão de ser seguidos: a demarcação não poderá ser resolvida nem por meio da cartografia, porque, afirma, «as cartas têm falsidade por mil maneiras», nem tão-pouco das pomas, porquanto estas «são feitas a beneplácito e nom por experiência e saem de fontes turbas e falsas, que são as cartas»; a falsidade das cartas, acrescenta, está demonstrada «polas experiências de alguns eclipses» e a solução só poderá ser correctamente encontrada «por experiências dos céus». Daí que considere que a Junta hispano-portuguesa poderá facilmente decidir da posse das Molucas, mas de forma nenhuma da sua propriedade: «Na raia nom se pode a propriedade determinar; e querer afirmar que ali se pode

([24]) Ver, respectivamente, as cartas de D. Jaime a: D. João III, Évora, 23 de Janeiro de 1529 (Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 42, doc. 27)* e [Vila Viçosa], 29 de Abril de 1529 *(Corpo cronológico, parte I, maço 42, doc. 107);* Lope Hurtado, Vila Viçosa, 6 e 15 de Fevereiro de 1529 (A. G. Simancas, *Estado 368*); D. João III, Vila Viçosa, 13 de Maio de 1529 *(Corpo cronológico, parte I, maço 42, doc. 121)* e a carta de Lope Hurtado a Carlos V, Almeirim, 20 de Março de <1528> (A. G. Simancas, *Estado 368*). A propósito de Lope Hurtado, digamos como curiosidade que Gil Vicente lhe tece, à parte um pequeno senão («ser castelhano» ...), os maiores elogios em *O Clérigo da Beira*, representado em 1529, e não em 1526, conforme se lê na rubrica; é o único diplomata que aparece na sua vasta obra.

([25]) Ver, respectivamente, as instruções de Carlos V a Cabrero e Barroso, Valhadolide, 4 de Fevereiro de 1523 (cf. nota 13), e a carta de Cabrero e Barroso a Carlos V, Almeirim, 13 de Abril <de 1523> (A. G. Simancas, *Estado 369*).

determinar nom deve de ser senom por quem nom estiver bem enformado e instruto nas cousas de navegação, cosmografia e astrologia, tudo junto» ([26]).

Haverá nestas afirmações tão categóricas a influência das «astrologias» de Maldonado? A sua competência não fica decerto diminuída se se responder negativamente, pois seria estranho que D. Jaime tivesse de esperar pela sua presença em Vila Viçosa para ter ideias assentes neste domínio, ele que conhece Ptolomeu, está ao corrente das experiências astronómicas feitas no Oriente por Bernaldo Pérez e Diogo Lopes de Sequeira e não é o único dos seus compatriotas a reconhecer a inutilidade das cartas e das pomas para a demarcação das Molucas.

Mas o bacharel Antonio Maldonado não fica por isso inactivo à sombra do paço ducal; pelo contrário, achar-se-á em breve envolvido na questão do arquipélago de Maluco, como então era designado. Aplica-se ao estudo da sua posição geográfica, oferece a sua colaboração a D. João III e vem até aos ouvidos do imperador que o rei de Portugal está utilizando os seus serviços, assim como os do piloto galego Ber-

([26]) A respeito da equivalência entre o grau e o número de léguas, ver Avelino Teixeira da Mota, *Bartolomeu Dias e o valor do grau terrestre,* in *Actas* [do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos], II, Lisboa, 1961, p. 300. Sobre a discussão entre Aguiar e o duque de Bragança e a opinião deste sobre a falsidade das cartas de marear, ver, respectivamente, a carta que J. Zúñiga dirigiu à delegação espanhola, Évora, 9 de Maio de 1524, in A. G. Simancas, *Estado 367,* e a informação de D. Jaime, in *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas.* Publicados por ordem do Governo de Sua Majestade Fidelíssima ao celebrar-se a comemoração quadricentenária do descobrimento da América, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, pp. 492-495. (Este importante documento de D. Jaime foi reeditado in *As Gavetas da Torre do Tombo,* VIII, cit., pp. 489-492. O documento não está datado. Em *As Gavetas* é dado como de 1532 (mas é sabido que nesta colecção as datas estão frequentemente erradas) e em *Alguns documentos* figura entre dois documentos de Dezembro de 1528 e de Abril de 1529. A sua leitura leva, porém, à conclusão de que é contemporâneo das reuniões da Junta hispano-portuguesa; note-se, com efeito, além de outros, este passo: «E, porém, é mui proveitoso este ajuntamento [na raia] e conforme à capitulação, por que ali se determine a posse, que se poderá muito bem determinar, querendo-se seguir o caminho da verdade»). — Quanto à «falsidade» das cartas, não é descabido notar aqui o que se passou em Portugal nos meses que precederam as reuniões da Junta, segundo a carta que Zúñiga dirigiu de Tomar a Carlos V, em 21 de Julho de 1523: «Assi mismo e sabido que ciertos pilotos an tenido y tienen cargo y al presente trabajan en ello de mudar las cartas de navegar que tienen para la India, acortando mucha cantidad el camino por que Maluco quedasse en su parte, y que las cartas que hizieron se comunicaron con los pilotos ordinarios y que no las quisieron tomar, porque era la diferencia mas de seiscientas leguas y temerieron que se perderian, y diz que agora sobre esto dizen que tornan a traçallas de otra manera; asi que aca nunca en otra cosa piensan ni entienden syno en estas especias» (A. G. Simancas, *Estado 367*). Nos seus «Apontamentos» sobre a demarcação das Molucas, o cartógrafo português Lopo Homem, que foi consultor técnico da delegação portuguesa na Junta, como ele próprio o afirma nos «Apontamentos», refere-se também a «estas cartas encolhidas» com vista à posse e propriedade do arquipélago (cf. Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVI siècle.* Études et documents, Coimbra, 1952, pp. 318-321). A informação de Zúñiga aqui transcrita foi utilizada pela delegação espanhola durante as reuniões da Junta (ver *As Gavetas da Torre do Tombo* (Gav. XVI-XVII, maços 1-3), VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, p. 567).



naldo Pérez, e que incluíra a ambos na delegação portuguesa ([27]). Chegada até nós através duma longa carta dos embaixadores Pêro Correia e João de Faria, que desde há vários meses colaboravam em Espanha na organização das próximas reuniões da Junta, esta notícia põe a descoberto que Portugal integrou efectivamente o piloto galego na sua delegação.

Informados, na realidade, de que os portugueses Estêvão Gomes, piloto da expedição de Fernão de Magalhães, e Simão de Alcáçova fariam parte da delegação espanhola, os embaixadores comunicam-no a D. João III, que se apressa a protestar e a pedir a substituição de Alcáçova e Gomes, «pessoas corrutas e danadas» ([28]). A diligência de Pêro Correia e João de Faria é imediata. Recebidos por Carlos V, a quem expõem «quanto era contra direito e rezão e, além de direito, quão feo era querer ele servir-se neste caso, nem em nhum outro, de portugueses danados», a resposta do imperador é evasiva nesta primeira audiência. Não têm maior êxito na segunda, senão quando, decorridos poucos dias, o comendador-mor Hernando de Vega lhes transmite de viva voz a resposta de Carlos V, que vale a pena transcrever na íntegra: «Que o Emperador dizia que Vossa Alteza se servia neste caso também d'um bacharel Maldonado que foi participante nas culpas de Barroso e que o tinha muito desservido, que ele mandara buscar per todos seus reinos pera prender e castigar; que se Vossa Alteza se servisse daquele e fosse juiz neste caso, que também o podia ser Simão d'Alcáçova, que se despedira de Vossa Alteza, beijando-lhe a mão, e de seu consentimento e prazer se viera, e assi Estêvão Gomes; que se o Maldonado nom fosse no

([27]) Bernaldo Pérez não é desconhecido (ver Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos,* parte I, cit., pp. 128-129, 248-249), embora seja considerado português e chamado Pires. Pela carta inédita de Pêro Correia e João de Faria adiante publicada (documento VII) vê-se que era natural da Galiza e piloto da carreira da Índia. (Na carta de Carlos V aos licenciados Cristóbal Vásquez de Acuña, Pedro Manuel e Hernando de Barrientos, membros da delegação espanhola na Junta de Elvas-Badajoz, escrita em Burgos, em 10 de Abril de 1534, afirma-se igualmente que Pérez nascera em Noya: ver M. Fernández Navarrete, *Colección de los viages y descubrimientos,* cit., p. 329). Por ocasião da questão das Molucas ofereceu os seus serviços a Carlos V, que os aceitou e lhe deu imediatamente algum dinheiro; mas Pérez, em resultado da intervenção do embaixador português Luís da Silveira, partiu para Portugal, com grande satisfação de D. João III, que o nomeou cavaleiro da Ordem de Cristo; chegou sem dúvida a Portugal em Fevereiro de 1524, como se conclui da carta de D. João III a Luís da Silveira, publicada por Sousa Viterbo, e a tempo, portanto, de ser incluído na delegação portuguesa. Era autor duma carta de marear, segundo a qual as Molucas caíam na demarcação de Portugal (ver *As Gavetas da Torre do Tombo* Gav. XV, maços 1-15), IV, Lisboa Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, p. 312) e na região de Malaca «tomara» um eclipse (cf. *As Gavetas,* VIII, cit., p. 491). O rei de Portugal recompensou largamente os seus serviços: em 1534, e com certeza já em anos anteriores, B. Pérez recebia anualmente 62.780 réis, i. é, 30.000 de mercê, 12.780 de moradia e 20.000 «com o hábito» (cf. B. Ajuda, *49-XII-14,* cit., p. 28); sobre a tença concedida a sua filha Luísa de Bergondo, em 1549, ver Viterbo, *id., ibid.,* p. 249.

([28]) Ver as duas cartas de D. João III a António de Azevedo Coutinho, Francisco Cardoso e Gaspar Vaz, membros da delegação portuguesa, Évora, 25 de Março de 1524 e 29 <de Março de 1524>, in *As Gavetas da Torre do Tombo,* IV, cit., pp. 262-263, e VIII, cit., pp. 152-153.

caso juiz, que ele mandava provessem que também o nom fossem Simão d'Alcáçova nem o Estêvão Gomes» ([29]). Não podia haver linguagem mais clara, tão clara quanto fora total o espanto dos embaixadores, que nunca tinham ouvido falar de Maldonado... Só que o imperador lhes escondia que em 21 de Março Estêvão Gomes havia sido substituído por Frei Tomás Durán ([30]).

Pêro Correia e João de Faria vão, porém, de surpresa em surpresa. Mal refeitos do que em 8 de Abril lhes fora anunciado a respeito do protegido do duque de Bragança, eis que no dia seguinte o comendador-mor volta à carga, para lhes comunicar desta vez «que ao Emperador era vindo recado de Badajoz, que, além do bacharel Maldonado, que por parte de Vossa Alteza vinha por juiz, vinha também outro galego, natural de Noya, que se chama Bernaldo Pérez». A única solução viável, acrescentava Hernando de Vega, seria a exclusão de uns e outros, na qualidade de «juízes» de ambas as delegações, embora pudessem servir de «conselheiros» e desempenhar estas funções «em suas pousadas ou em qualquer outro lugar, fora do juizo em que os deputados para julgar fizerem seu auto» ([31]).

Os informadores de Carlos V só em parte acertaram. Era exacto que o piloto Bernaldo Pérez, cavaleiro da Ordem de Cristo, tinha sido incluído na delegação portuguesa (tal como Simão de Alcáçova o fora na de Espanha, sendo depois substi-

([29]) Cf. carta de P. Correia e J. Faria a D. João III, Burgos, 8 de Abril de 1524 (documento VI).

([30]) Imediatamente depois do passo da carta de Zúñiga de 21 de Julho de 1523, transcrito na nota 26, este comunica a Carlos V o seguinte: «E hallado aqui un gran astrologo castellano, el qual platica con estos [os pilotos portugueses encarregados de «mudar las cartas de navegar»]. Yo le e haligado tanto quel desea servir a Vuestra Majestad en esto y dize que dara muy grandes avysos y mui notorios para que se sepa que Maluco es de Vuestra Majestad y que sabe todo lo que estotros tientan para su remedio. Quiere que la cosa sea mucho secreta hasta saber si sera alla acepto su servicio, por no perder lo que aca tiene; y para dar señal de si le e hecho que escriva una carta al comendador mayor de Castilla. Mandesse Vuestra Majestad informar del; y si parece que conviene que se le hagan algunas preguntas en aquella sciencia para mejor saber lo que sabe, mande Vuestra Majestad que me las embien, para que, si en la segunda respuesta se visse que este sabe tanto como a mi me dize, Vuestra Majestad se pueda servir del, pues en cosa tan importante se deve tener en mucho persona que tenga muchas letras y que sepa lo que aca se sabe y el trabajara siempre de saber mas, si hiziere al caso su servicio.» A identificação do «gran astrólogo» não parece difícil. Trata-se, sem dúvida, de fray Tomás Durán, que viveu de facto em Portugal em contacto com o rei, como se conclui da carta de António de Azevedo Coutinho, delegado de Portugal, ao Secretário de Estado António Carneiro (cf. doc. IX), e como o afirma Francisco de Melo, igualmente membro da delegação portuguesa, na carta dirigida de Elvas a D. João III, em 8 de Abril de 1524, a propósito dos astrólogos espanhóis Alcaraz, Durán e Celaya: «O Durão conhece bem Vossa Alteza e sabe seu preço» (cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII, cit., p. 222). Esta identificação torna-se mais provável quanto é certo que Frei T. Durán era pregador de D. João III e professor do cardeal D. Afonso no começo de 1523, como ele próprio o afirma na sua tradução em castelhano de *Manipulus curatorum* (Lisboa, G. Galharde, Fevereiro de 1523), onde se intitula «maestro en artes y en sacra teologia».

([31]) Cf. carta de P. Correia e J. Faria a D. João III, Burgos, 9 de Abril de 1524 (documento VII).



tuído por mestre Antonio Alcaraz) e participaria até na primeira reunião da Junta, em 11 de Abril, antes de ser afastado em 20 do mesmo mês, mediante alvará de D. João III, «por alguns respeitos que nos movem», e imediatamente substituído por Pedro Margalho: substituição de algum modo infeliz, não obstante a opinião contrária de Diogo Lopes de Sequeira, membro da delegação portuguesa, pois os delegados espanhóis, tendo lido atentamente o seu *Phisices compendium*, impresso em Salamanca, provavelmente em 1520, não tiveram dificuldade em provar que Margalho escrevera aí que as Molucas estavam compreendidas no hemisfério espanhol ([32]). Mas enganavam-se no que dizia respeito a Maldonado. Não fora integrado na delegação portuguesa, nomeada em 24 de Março de 1524, e, portanto, em data anterior à reclamação de Carlos V, e nem sequer foi utilizado como conselheiro, pois é a conclusão a que parece levar este passo de *Dos breves tratados:* «Por no se confiar en nuestro juez [Maldonado], por ser estrangero, puesto que ya estuviesse en estes reynos, embiaron [à raia] personas naturales, por cuya negligencia o falta concluyeron los castellanos con cartas y pomas falsas y sofismas».

A exigência do imperador quanto à exclusão de Maldonado e de Pérez teria, afinal, menos importância do que poderia supor-se, pois se, de começo, D. João III estava talvez confiante na utilização de processos astronómicos e cartográficos para a solução do diferendo em seu favor, não há, porém, dúvida de que durante as reuniões da Junta se deu conta de que a «Questão das Molucas» «era mais de letrados que d'astrólogos ou marinheiros» ([33]). Mas os episódios que acabamos de ver têm o seu sabor, provando que cada delegação procurou especialistas no campo do adversário. E nem sequer a espionagem esteve ausente, pelo menos por parte de Portugal. Não hesitou efectivamente em recorrer aos serviços de um dos delegados espanhóis, o bacharel Pedro Alcaraz, parente, sem dúvida, de mestre Antonio Alcaraz, que, pelo menos nas vésperas da primeira reunião da Junta, revelou vários factos cuja veracidade se comprovou: local das reuniões, situação de Simão de Alcáçova, chegada de novo astrólogo, utilização de uma poma e, sobretudo, a argumentação que seria invocada sobre a posse e a propriedade do arquipélago, salientando que a delegação espa-

([32]) Ver o resumo do alvará de D. João III acerca de B. Pérez *apud* M. Fernández Navarrete, *Colección de los viajes e descubrimientos*, IV, cit., p. 361; carta de Diogo Lopes de Sequeira a D. João III, Elvas, 11 de Abril de 1524, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII, cit., p. 154, e o «trelado do que se passou terça-feira 31 de Maio, no processo da demarcação», in *As Gavetas*, VI, cit., p. 567. Na carta citada de Carlos V aos licenciados C. Acuña, P. Manuel e H. Barrientos, o imperador previa a substituição de Simão de Alcáçova por mestre Antonio Alcaraz, no caso de Maldonado e Pérez não fazerem parte da delegação portuguesa (ver Fernández Navarrete, *Colección de los viages*, IV, cit., pp. 329-330). Sobre P. Margalho e a «Questão das Molucas», ver Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses*, I, Lisboa, 1935, pp. 75-80.

([33]) Cf. carta dos membros da delegação portuguesa Francisco de Melo, Pedro Afonso de Aguiar e Diogo Lopes de Sequeira a D. João III, Badajoz, 18 de Maio de 1524, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, IV, cit., p. 312.

nhola estava dividida a este respeito, porquanto alguns dos seus membros eram de opinião que estava compreendido no hemisfério português ([34]).

Contemporâneo dos acontecimentos e vivendo ora em Espanha ora em Portugal, o antigo emissário de Carlos V não ignora, naturalmente, nem o Tratado de Tordesilhas, nem a expedição de Fernão de Magalhães e a consequente «Questão das Molucas». Conhece o motivo da expatriação do navegador, «natural de estos reynos y, segundo oy dezir, docto em el arte de navegar», e está ao corrente da composição da armada e dos pormenores da viagem, incluindo o regresso a Sevilha de um só navio «que dio buelta cumplida al mundo». E, como seria de prever, condena a atitude de Magalhães, porque «es dino de grande castigo y reprehension el criado que por no le galardonar muy presto en breve tiempo se buelve traidor». A «differencia Malucana», conclui, teria sido evitada, se D. João II, mal aconselhado pelos «sabios del reyno», não tivesse recusado os serviços que Colombo lhe oferecera. Era, porém, um facto, afirmava, que as Molucas «avia ya años que eran de estos reynos de Portugal» ([35]).

Torna-se impossível saber qual era a preparação científica de Antonio Maldonado e até o que pensava, em fim de contas, da «Questão das Molucas». Os estudos que levou a cabo — o «Livro» e a «Tavuada de certas alturas de estrelas pera Maluco» — estão provavelmente perdidos para sempre e em *Dos breves tratados*, que tinha objectivos muito diferentes, há uma única referência à demarcação das Molucas, que é como se segue: «Como se litigasse sobre en qual de las dos conquistas los Malucos cayan y para la determinacion dello de ambos reynos se mandassen deputados, de Castilla a Badajoz y de estos reynos a Elvas, no lembrados de lo passado, ni ponderando quanto la tal determinacion relevava, ni considerando que los ciegos mal pueden determinar entre las colores, por no se confiar en nuestro juez por ser estrangero, puesto que ya estuviesse en estos reynos, embiaron personas naturales, por cuya negligencia o falta concluyeron los castellanos con cartas y pomas falsas y sofismas que traxeron, lo que costo a estos reynos 300 mil ducados (*sic*), sin se saber los Malucos en qual de las conquistas estan. Porque el processo que los castellanos hizieron para provar donde Maluco esta y para saber las distancias de los lugares intermedios esta fundado en las cartas de navegar, las quales pressuponen la tierra y agua ser llanos y no redondos, y assi los angulos que hazen los meridianos con los caminos ser retilineos y otros y los angulos de la possicion y profection ser una mesma cosa.

([34]) A este respeito ver as cartas de: bacharel Pedro de Alcaraz <a Diogo Lopes de Sequeira>, Badajoz, 8 de Abril <de 1524>, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII, cit, pp. 231-232; Diogo Lopes de Sequeira a D. João III, Elvas, 8 <de Abril> de 1524, in *idem*, *ibid.*, p. 173; licenciado Páris Dias a D. João III, Elvas, <8 de Abril de 1524>, in *id.*, *ibid.*, pp. 270-271; <Páris Dias> a D. João III, <Elvas, 10 e 11 de Abril de 1524>, in *id.*, *ibid.*, pp. 229-230; Diogo Lopes de Sequeira a D. João III, Elvas 11 de Abril de 1524, in *id.*, *ibid.*, p. 154. Na transcrição, em *As Gavetas*, das cartas de P. Alcaraz e de D. L. Sequeira, de 8 de Abril, lê-se Alcacere e Alcacer, mas trata-se de Alcaraz (ver *Catálogo de la colección de Juan Bautista Muñoz*, I, Madrid, 1954, n.º 611 (27).

([35]) Cf. *Dos breves tratados*, fols. Bii v, [Avi r-Aviii v].



Lo qual todo es falso, como tengo provado en el libro que tengo hecho sobre este caso» ([36]).

O passo transcrito parece ser obscuro e não permitir qualquer conclusão sobre a preparação científica de Maldonado. O que é certo é que é injusto para com a delegação portuguesa ao fazer crer que ela dera crédito às afirmações dos delegados espanhóis sobre o valor científico das cartas e pomas, quando a verdade é inteiramente outra, como se verifica desta declaração na reunião final da Junta por parte dos delegados portugueses: «Dizemos que as cartas e pomas per suas novidades e incertezas nom eram instromentos pera per eles se fazer esta demarcação» ([37]). Ao contrário do que insinua em *Dos breves tratados*, não chegou à conclusão de que o arquipélago caía no hemisfério português, assunto que só pôde ser cientificamente resolvido dois séculos mais tarde; e a leitura da carta que em 1542 dirigiu a D. João III confirma que nada pudera concluir, pois nesse ano considerava que lhe era indispensável «ir à Índia a fazer algumas experiências» e é por assim dizer certo que a sua intenção não foi por diante. Mas é fora de dúvida que continuou a trabalhar, o que explicaria que, cinquenta anos depois das reuniões da Junta, D. Sebastião lhe pedisse a sua deslocação à corte «a trazer o tratado e papeis que fez sobre o negócio de Maluco», num momento em que a demarcação das Molucas voltava a ser levantada, por motivo de incidentes aí ocorridos em anos anteriores.

([36]) Cf. *Dos breves tratados*, fls. Bii v-Biii r.

([37]) Cf. «trelado do que passou terça-feira, 31 de Maio, no processo da demarcação», in *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, cit., p. 562.

# DOCUMENTOS (*)

## I

### Carta de D. João III a Luís da Silveira

Lisboa — 28 de Setembro de 1522

Luís da Silveira Amigo
Nós el-rei vos enviamos muito saudar

O Emperador, meu muito amado e preçado primo, nos escreveo, rogando-nos que mandássemos soltar certos homens que foram presos e tomados na nossa ilha de Cabo Verde, dos que vinham na nao que é vinda a Sevilha, da companhia das que levou Fernão de Magalhães, a qual foi a Maluco (1) e ali tomou o cravo que traz. E porque nós não (2) temos ainda tomada detriminação (3) do que nisso mandaremos fazer, houvemos por bem de vo-lo escrever e vos avisar que, se nisso lá vos for falado, assi pelo Emperador como por outra algũa pessoa, respondaes que não sabees disso nada; que sabees, porém, que faremos nisso todo o que com rezão devermos (4) e quanto possível nos for pera comprazermos ao Emperador, porque, pera tudo o que lhe tocar, há sempre d'achar (5) em nós tanta boa vontade como é o muito amor que lhe temos. E se nisso vos não for falado, não falarees cousa algũa; e do que acerca deste caso detriminarmos vos avisaremos.

Escrita em Lisboa, a 28 dias de Setembro.O secretairo a fez. 1522.

E de como lá se toma esse negócio de Maluco (6) e assi mesmo da prisão destes homens nos avisai e escrevei compridamente.

Rei

Pera (7) Luís da Silveira

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 28, doc. 87*

P.e António Brásio C. S. Sp., *Monumenta Missionaria Africana*, África Ocidental (1500-1569), segunda série, vol. II, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1963, pp. 176-177

---

(*) Agradecemos reconhecidamente à Dr.ª Rosalina da Silva Cunha o auxílio que nos prestou na leitura de alguns passos destes documentos.

(1) Moluco: *Monumenta* (2) não: omite *Mon.* (3) determinaçã: *Mon.* (4) devemos: *Mon.* (5) de achar: *Mon.* (6) Moluco: *Mon.* (7) Para: *Mon.*

II

Carta do dr. Cabrero a Carlos V

Almeirim 22 de Abril <de 1523>

Sacra, Cesarea, Catolica Majestad

Yo volvi a ablar al señor rey sobre lo de la señora infante, para que la dexasse levar a la señora reyna; y despues de muchas platicas que sobre esto passamos me respondio que el tenia mucho desseo de servir a Su Alteça y enbiarla de aca muy contenta; pero que, quanto a la señora infante, que por las causas y raçones que en Lisbona nos avia dado, era escusado y no podia ser que ella fuesse, y que el lo escreveria a Vuestra Majestad y responderia a su carta; assi que en esto no ay remedio. La señora reyna esta acovortada de ello, aun que con mucha congoxa y pena. Su Alteça a determinado de se partir mediado el mes de Mayo y assi lo escrive al obispo y conde y envia alla por acemilas. De aca acerca de esto no ay mas que decir.

Hago saber a Vuestra Majestad como a la señora reyna la an destruido, assi en honra como en fama, y sin ninguna culpa suya: Dios que lo perdone quien lo ha echo, que todo ello a seydo por poner a Vuestra Majestad en estrema necessidad, para que en ella puesto hiciera lo que ellos quisieran. Quien a seydo la causa de esto, porque Su Alteça escrive y a escrito largo sobre ello, no tengo mas que decir. Una cosa certifico a Vuestra Majestad: que la señora reyna es muy buena y lo que se a publicado es todo bulra, que solo se ha hecho por la fin que arriba digo.

A Vuestra Majestad aconsejo dos cosas: la primera, que siempre tengais cabe vuestra real persona hombres temerossos de Dios y de buena conciencia y apartados de coudicia; la segunda, que nunca envieis a principe ninguno por enbaxador o mensajero persona que sea su naturar y que tenga parientes en su reyno, que estos tales nunca pueden hacer cosa bien hecha.

Guarde Nuestro Señor la vida y real estado de Vuestra Majestad como aquela dessea.

De Almerin, a 22 de Abril.

De Vuestra Majestad humil servidor y criado que sus reales manos bessa

El doctor Cabrero

Archivo General de Simancas, *Estado 367*

III [1]

Carta de Juan de Zúñiga a Carlos V

Almeirim 28 de Maio <de 1523>

Sacra, Cesarea, Catolica Majestad

Aunque el dotor Ribiero levó cuydado de avysar a Vuestra Majestad desde Badajoz de lo que sucediese desde Coruche, que fue de donde despachamos el correo para que Vuestra Majestad supiese la partida de la reyna, me parece que debo yo escrebyr hasta donde llegamos, por que por toda parte esté Vuestra Majestad mejor avisado.

[1] Exprimimos o nosso vivo reconhecimento ao Professor Demetrio Ramos, da Universidade de Valhadolide, que fez a nosso pedido a cópia desta carta, cujo original se encontra em mau estado de conservação.



El lunes, a 18 del presente, fue la jornada seys leguas y allí aquella noche la reyna trabajó por quel rey se tornase, que todavia publicaba que queria llegar a Estremoz; y despues de muchas enbaxadas se concertó quel rey fuese con Su Al<teza> el martes casi la mytad del camyno y fuese allí la despedida en el campo y el rey se tornase a dormir a aquel aldea donde durmie<ron> el lunes. Y asi se hizo, de manera quel despedir fue martes en la <tarde?>, aviendo andado quynze leguas desde aquí; hizo sto alli el <rey con el?> sentimiento que antes scriby; y Su Alteza me mandó que me tornase con el rey y asi lo hize. El se vyno cançado y llegó aqui viernes en la noche bien solo, porque todo lo que avia de compañia de Corte siguió a la reyna. Las jornadas fueron como screvimos, de manera que Su Alteza quedó en Badajoz a 22 del presente.

El sentimiento y soledad que todos estos muestran es tan grande que no puede ser mayor, tanto que, allende de otras libiandades, dizen hombres de autoridad que, si su Barroso stuviera en Lisboa o en algun lugar de los que ellos tienen por principales, que no fuera en mano del rey consentir en la partida. Como quiera que sea, yo los loo su buena voluntad y deseo que tenian de servir a Su Alteza y Vuestra Majestad sabe mejor por que es tan grande este deseo.

Yo me vyne aqui un dia antes quel rey por poner recaudo en su corte y en otras partes para si se pudiese saber del bachiler Maldonado, que e hallado algunos que dizen que les dixeron que lo vieron allí; y llegado al cabo no hallo persona que diga que le vió. Yo supliqué al rey el domingo se acordase de mandar probeer como se prendiese, pues lo avia prometido a la reyna, y me dixo que lo avya probeydo y proveeria trabajase siempre de tener avyso en toda parte para que se ara esto, se sepa y se prenda y despues se pueda entender en avelle. Como ya es tarde para avelle por halago, segun la boz a sabido en Santaren del peligro de su amo. Yo bien creo que si Barroso le haze buscar de buena gana que no se le podrá esconder, porque tiene muchos que le conocen y por cierto que vinieron noticias suyas por diversos caminos a buscalle por si aquellos le abian visto. Cuidado ya el estará donde no parezca en muchos dias, porque Barroso tiene parientes y amigos en tierras tan apartadas que le podrian bien esconder. Mas con todo esto yo no dexare sienpre de hazer las diligencias que pudiere y acudiré al rey que guardase su palabra.

De Francia tiene aviso el rey, que llegó el lunes, que eran partidas 18 naos de armada para ponerse en el passo de sus naos que vienen de la India o de las que vinieren a Vuestra Majestad y parece que les a puesto congoxa. Dicen que embyan al puerto a mandar engrossar el armada que hazian para les yr a recybyr y defender, porque se acorta el tiempo en que suelen venir y estan todos muy enojados dello y cuentan muchos daños que an recibido de los franceses por andar con ellos en cortesias. El embaxador de Francia a publicado que se haria la tregua sy no porquel rey de Inglaterra no quiere y que por esto el rey su señor haze muy gruesa armada para pasar a Inglaterra. Enbyomello a dezir un dotor de <los?> que estan en Santaren, y yo le respondi que ella era propiamen<te> para donde Honorato la dezia y las razones para deshazer su m... (ilegível), de manera que ya los dotores no le creen, quanto mas los hombres de guerra.

Los dos que escrebimos desde Coruche que yban por enbaxadores se aderezan y es ya público por toda la Corte que son ellos; pero diz que an desperar a que sea llegada la reyna. Todavia esta la pestilencia como suele y el rey indeterminado de donde poder estar el verano, porque dize que aqui no se puede estar con seguridad, asi porquel lugar es mal sano de verano, como por la vezindad de Santaren, que teme que se dañe.

Guarde Nuestro Señor y acreciente la vida y muy poderoso estado de Vuestra Majestad, como deseo.

De Almerin, a 28 de Mayo.

Todos los mas de los secretarios renunciaron a yr a ver e encomendarse a la reyna; lo que fuere dellos adelante será avisado Vuestra Majestad.

Archivo General de Simanças, *Estado 368*

IV

Carta de Juan de Zúñiga a Carlos V

Almeirim 17 de Junho <de 1523>

Sacra, Cesarea y Catolica Majestad

Yo e trajado todo lo posible en buscar al bachiller Maldonado, porque, luego desde a dos dias que escrevi a Vuestra Majestad, uve cedula para todas las justicias deste reyno que lo prendiesen, tan cumplida como la pedi yo. Como el fue avysado de antes que nos otros tornasemos, si el estuvo por aca a se escondido de tal manera que no se a hallado rastro del; que si se hallasse ya estaria a recaudo.

El mayor inconviniente es no tener yo aca comigo quien le conozca para enbiar a saber del a algunos lugares mas lenxos, especialmente adonde es la naturaleza de Barroso, y a algunos lugares del duque de Bergança, porque e sabido que este bachiller, antes que se juntase con Barroso, agora cinco años estuvo con el duque y despues siempre iva muchas vezes a su casa a entender en sus astrologias o en lo que le parecia; y el duque le desculpo, hablando el doctor Cabrero en él el dia que partiamos de Muja, diziendo que era buena persona y que no tenía tanta culpa; asi que por todo esto se puede creer que le salvara y es muy poco de hazer esconder una persona que no le conoce nadie de los que le buscan; que los que yo e enbiado por estos traveses de caminos van preguntando por las estradas, pero no le conocen y aun con todo esto si el anduviese por aca se tornaria por el.

Sabado, seys del presente, passo otro criado de Barroso por las barcas de Santarem, que le parecia en las señales, y fuy avysado y hize tomar tantos camiños que le tomaron casi dos leguas de aqui y me le truxeron de noche a mi posada; y si fuera el Vuestra Majestad le tuviera alla, aun que trasnochera yo un par de noches a ponelle en Alburquerque. Este me juro que le avya buscado el y que nunca avya hallado rastro del, syno que seia cierto que si el avya parado en Portugal que estava en casa del duque de Bergança, y sino que seria ydo a Francia, segun levava el miedo. Oy e sabido que a una legua de Lisboa esta una yglesia de devocion, que llaman Nuestra Señora de Luz, y que tenia gran amystad con el clerigo que la tiene, que es italiano; mañana trabajare de aver provision eclesiastica y reglar para que si esta alli le prendan. Si alla Vuestra Majestad tuviere aviso que esta aca y adonde, mandemelo hazer saber con persona que le conosca, que yo le dare la cedula para que lo prendan y despues se trabajara para que lo enbien a Vuestra Majestad; y si estuviere en parte que pueda avelle, yo no perdonare a mi descanso hasta que este preso.

El duque de Bergança se quedo en su casa y no a tornado mas aca; dizen que no estava buena su muger y que se estara algunos dias; con su absencia crece todavia el baron.

Las naos del India no son venidas; cada dia las esperan y querian estar ciertos que an de venir seguras, aun que an enbiado alla al camino ciertas caravelas armadas.

Aqui an publicado que cerca del Estrecho se tomaron ciertas naos con gran cantidad de dinero y con ellas una nao deste Juan Francisco, que iva cargada de açucar; el Juan Francisco afirmalo y dize que eran de Vuestra Majestad y no parece que les plaze; no se yo si es por lo que piensa de las suyas; pero muchos hallan en que seria bien que les dexasen armar y que elles se defenderian a su costa y alegan que en tiempo del rey don Juan lo fizieron y entraran en Francia sobre otras presas, hechas, como estas, a boz de cossarios.

[Seguem-se sete linhas em cifra]

El embaxador de Francia se esta en Santaren y a mas de quinze dias que no vyno aqui; antes esta publico que espera una caravela para irse; no a tenido ni tiene cosa nueva desde aquello que escrevi a Vuestra Majestad. Si viniere cosa de nuevo Vuestra Majestad sera avisado; todo lo de mas esta como quando [quando] escrevi la otra vez.



Para el dia de San Juan se haze, a lo que dizen, aparejo y grande; si fuere tal, sabello a Vuestra Majestad, cuya imperial y real persona y muy poderoso estado guarde y acrecente Nuestro Señor, como Vuestra Majestad desea.

De Almeirim, a 17 de Junio.

De Vuestra Cesarea Majestad umil servidor y criado que sus reales manos y pies besa.

Juan de Çuñiga

Archivo General de Simancas, *Estado 367*

V

Carta de Juan de Zúñiga a Carlos V

Tomar 21 de Julho de 1523

Sacra, Cesarea y Catolica Majestad

Una carta de Vuestra Majestad de 4 del presente recebi a 16, en la qual Vuestra Majestad me mandava que dixesse al rey de Portugal ciertas cosas sobre lo que toca al negocio que tiene con el duque de Savoya. El rey oyo de muy buena gana todo lo que de parte de Vuestra Majestad le dixe, y despues de aver satisfecho a las ofertas con muy buenas palabras me dixo que el aun non avia visto los traslados de lo que el duque dezia; que, quando los uviesse visto, se conviniese que Vuestra Majestad tomase mas trabajo en esto, que el lo pediria con la seguridad que Vuestra Majestad mandava que tuviese.

En buscar al bachiller se a hecho y haze todo lo posible y no se puede hallar otra cosa syno que, si el esta aca, que le a salvado el duque de Bergança o criados suyos. Si el de alli se desmanda, publico en tantas partes esta proveydo que le prendan que creo yo que no se podra escapar.

El duque siempre se esta en su casa y entre los de aca parece que mejoran lugar el conde de Vimioso en los negocios y un don Antonyo de Atayde en la comunicacion de mancebos. Luis de Silveyra se esfria, aun que tiene mas persona, e dizen me que metio el a este don Antonyo y que no le sale muy agradecido.

Ayer, casi a las diez, llego un correo al rey por el qual supo que, puede aver ocho dias, el capitam de Arzila entro con sus ciento y cinquenta lanças a un ardid y fue perdido a tal tiempo que le tomaron en su celada, de manera que de todo no avyan tornado syno tres o quatro, que no sabian dezir si eran todos muertos o quales; a se sentido mucho y no tienen desculpa, sino quel capitan era mancebo. Dizeme el moro que el que los tomo fue Abraham Barrax, que tenia cargo de aquella frontera, y que si el rey su señor no estuviera tan lenxos, que esta sobre Marruecos, que ay mas de ciento y veynte leguas, que se cercara Arzila y que pelearan de dez mill, mas que cree que los alcaydes de la frontera no lo emprendaran en su absencia. Aca con pena estan, hasta saber lo que sucedyo y si son muertos o presos. Lo que mas se supiere Vuestra Majestad sera avisado dello.

Guarde Nuestro Señor la vida y mui poderoso estado de Vuestra Majestad por muchos años, como desea.

De Tomar, a 21 de Julio 1523.

De Vuestra Majestad umil servidor y criado que sus reales manos y pies besa.

Juan de Çũniga

Archivo General de Simancas, *Estado 367*

## VI

Carta de Pêro Correia e João de Faria a D. João III

Burgos 8 de Abril de 1524

Senhor

Per Luís Afonso recebemos ũa carta de Vossa Alteza sobre a ida de Simão d'Alcáçova e d'Estêvão Gomes à raia e serem juizes neste caso da demarcação, pera que de sua parte o falássemos ao Emperador, e assi também como lhe nom escrevêramos o que sobr'isso fizéramos.

E saberá Vossa Alteza que, quando daqui partio Luís Afonso, nom fomos disso de todo certificados; somente nos foi dito pela maneira que a Vossa Alteza escrevemos; e, porém, logo com aquela sabedoria somente, detreminámos de o falar ao Emperador e lhe falámos logo nisso, dizendo-lhe quanto era contra direito e rezão, e, além de direito, quão feo era querer ele servir-se neste caso, nem em nhum outro, de portugueses danados, que a seu reino nem a ele nom vinham com amor nem tençom de o servirem, somente com propósito danado a desservir Vossa Alteza, com outras palavras mentres de propósito. A que ele logo respondeo com algũas escusas e dizendo que isto nom havia de ser senão mostrando-o per boa rezão e juizo e quem assi o nom fizesse nom valeria nada. A que lhe respondemos que nessa boa rezão jazia o engano, porque o que estava em propósito de contrariar a má rezão queria soster que é a boa, e em nhũa boa nom podia nem queria vir, e esta era a rezão por que o direito nom fiou nem consentio que juiz sospeito fosse juiz. E ele todavia se saiu da prática, escusando-se disso.

E por nom ser de todo nem ficar concludido e que havíamos de tornar a o prosseguir, deu Pêro Correa conta disso ao secretário em sua carta, assi em soma da escusa que até então tínhamos; e querendo mais prosseguir o negóceo, se foi o Emperador meter em um moesteiro daqui légoa e mea, donde nom veo senão no cabo das oitavas, e Simão d'Alcáçova nos deziam que estava aqui e que nom partira; e fizemos disso prática ao grão-chanceler, porque sem sua enformação nom havíamos d'haver do Emperador final conclusão.

E andávamos em haver a reposta, quando chegou Luís Afonso, domingo, de noite, já às onze horas; e à segunda-feira pola manhã fomos a enformar disso Fernão da Veiga, que já era vindo de sua casa, e lhe dissemos que nos houvesse ajuda do Emperador, porquanto sobr'isso tínhamos correo e recado de Vossa Alteza. Ele foi lá aquele dia e à noite nos mandou dizer que terça-feira pola manhã havíamos d'ir a casa do grão-chanceler pera falarmos na outra matérea e que também nos diria o que passara neste negóceo. Ao outro dia nos disse que o Emperador mandava que se visse em Conselho e que, quanto a ouvirnos, fôssemos à tarde, à boca da noite, e que nos ouviria; e ali tornámos ao grão-chanceler e lhe falámos quão fea cousa esta era e quanto contra justiça, e praticámos e enformámos assaz.

À tarde fomos ao Emperador e lhe falámos da parte de Vossa Alteza, dizendo-lhe como sobr'isso nos mandara correo e escrevera pera que o falássemos e disséssemos a Sua Majestade quanto era contra direito haver de ser juiz neste caso Simão d'Alcáçova, assi por ser a pessoa que era, de que se nom podia esperar que fezesse verdade nem virtude, pois fazia feito tão desavergonhado que se ia à raia a fazer causa contra Vossa Alteza, cujo criado era e del-rei que Deos haja, de minino, e que nom era mais que o que nele fizeram, como por ser tão notoriamente sospeito, por se vir de Portugal detreminado a desservir Vossa Alteza; e que além de nom ser justiça nem direito nem ter forma nem modo disso parecia que tinha mais cor de nom querer neste caso a conclusão, como estava acordado; e ainda que non era obra nem tempo da amizade e rezão e dívido que antre Vossa Alteza e ele havia e se praticava, Deus querendo cada dia mais, haver logo de meter a Simão d'Alcáçova na mão em que exentasse seu mao propósito e que era cousa mui fea a todos os que a vissem e soubessem; e que certamente ele devia logo acudir a isso e o remedear, porque Vossa Alteza nom consentia em tal juiz, nem isso mesmo em Estêvão Gomes, que com a querela do Magalhães já foram a Maluco, sabendo que el-rei que Deus haja o tinha descuberto, e que pelo desservir foram lá; que al haviam agora de fazer senão prosseguir o propósito em que se tinha posto e já perfiado e em que ambos queriam meter as pessoas e fazenda; e que Vossa Alteza lhe tinha mandado poer sospeição e que nom consentia que per eles se fizesse nada; e per aqui tôdalas palavras que Vossa Alteza mandou, com as que mais nós podemos afear o caso. Ele nos disse que ele o veria e nos mandaria reposta; e um porque lhe demos pressa, pelo tempo ser curto e se gastar e impedir o negóceo lá, disse que ele o veria logo; e então saltou na outra matérea, como per outra escrevemos a Vossa Alteza.

A quarta-feira fomos em casa do grão-chanceler com o comendador-mor Fernão da Veiga e em cabo de outra prática tornámos a esta e nos queixámos e querelámos muito deste feo feito e quanto era contra direito, e lhe fizemos disso grã prática e, depois, quanto convinha a brevidade no despacho. Disseram que assi o fariam e aquele dia nem ontem, que foi quinta-feira, nom podemos haver reposta, com todo nosso apressar, porque foram juntos todos os do Conselho das Índeas e tôdalas pessoas que nisto entenderam em casa do grão-chanceler a tomarem sobr'isso conclusão.

E hoje, depoes de jentar, nos deu a reposta Fernão da Veiga: que o Emperador dizia que Vossa Alteza se servia neste caso também d'um bacharel Maldonado que foi participante nas culpas de Barroso e que o tinha muito desservido, que ele mandara buscar per todos seus reinos pera prender e castigar; que, se Vossa Alteza se servisse daquele e fosse juiz neste caso, que também o podia ser Simão d'Alcáçova, que se despedira de Vossa Alteza beijando-lhe a mão e de seu consentimento e prazer se viera, e assi d'Estêvão Gomes; que se o Maldonado nom fosse no caso juiz, que ele mandava provessem que também o nom fossem Simão d'Alcáçova nem o Estêvão Gomes e que per sua via mandavam prover isto desta maneira; pera sobr'isto se haverem de fazer mais répricas, gastar-se-ia grande tempo e aproveitaria pouco, estando assentado per conselho de todos; e nem nós nom sabemos nada de Maldonado, nem temos disso nhũa enformação.

Cremos que Vossa Alteza o poderá escusar e entre este provido, como Vossa Alteza o queria e manda que se faça; e porque a brevidade nisto convém muito com esta reposta e per nisto que o Emperador per sua via mandará, despachámos logo António Dias. Vossa Alteza ordenará lá também o que cabe a sua parte que fique ordenado, da do Emperador, o que Vossa Alteza quer.

A vida e estado de Vossa Alteza Nosso Senhor prospere e acrecente anos.

De Burgos, a 8 dias d'Abril de 1524.

Pêro Correa João de Faria

A. N. Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 30, documento 101*

## VII

Carta de Pêro Correia e João de Faria a D. João III

Burgos 9 de Abril de 1524

Senhor

Depois de termos despachado António Dias com o que per ele a Vossa Alteza escrevemos, ao dia seguinte de sua partida nos disse Fernão da Veiga que ao Emperador era vindo recado de Badajoz, que, além do bacharel Maldonado, que por parte de Vossa Alteza vinha por juiz, também vinha outro galego, natural de Noya, que se chama Bernaldo Pérez, o qual nom há muitos dias que veo a Valhadoli e ofereceo seu serviço ao Emperador, dizendo-lhe

que era piloto da navegação da Índea e tinha disso muita prática, e que o Emperador o recebera e lhe mandara logo dar algum dinheiro d'ajuda de custa, com o qual se fora e nunca mais parecera.

Que o Emperador nos mandava dizer que, pois ele tirava dous portugueses e tirara dez, se tantos lhe Vossa Alteza mandara requerer, que era necessário, pera o juizo e concerto ser igoal, que Vossa Alteza tirasse estes dous castelhanos, a saber, o bacharel Maldonado, que andou na conserva do Barroso, e este Bernaldo Pérez, galego, vi<zi>nho de Noya, e que assi estes seus naturaes, como os de Vossa Alteza, fossem tirados de juizes e de ter nome disso e nom parecerem no juizo; pero que, se os portugueses que por parte de Vossa Alteza houvessem de ser juizes, quisessem tomar prática e conselho dos ditos Maldonado e Bernaldo Pérez, que o fizessem, embora em suas pousadas ou em qualquer outro lugar, fora do juizo em que os deputados pera julgar fizerem seu auto; e que outro tanto farão os castelhanos que por sua parte forem juizes com Simão d'Alcáçova e Estêvão Gomes.

E porque nós tínhamos ouvido dizer, depois que cá somos, que um galego que há muito tempo que em Portugal vive e tem ido à Índea algũas vezes viera cá e fora requerido que acertasse seu partido e ele o nom quisera fazer e se escusara disso, dizendo que havia muitos anos que era fora de sua natureza e em Portugal ganhara o que tinha e nele tinha seu assento, nós lhe dissemos que nom parecera rezão que, se este era, fosse havido por castelhano, pois há tantos anos que é vizinho e morador contino em Portugal e críamos que tinha de Vossa Alteza tença; e sem embargo do alegado, Fernão da Veiga se afirmou no que dizia e nos requereo que o escrevêssemos a Vossa Alteza per um seu correo que eles hoje despacham pera os seus letrados e aderençamos esta carta a António d'Azevedo, que a envie logo a Vossa Alteza pera nisso prover como haja por seu serviço.

De Burgos, a 9 de Abril de 1524.

Vossa Alteza deve logo prover como estes que eles hão por sospeitos sejam tirados de juizes, pois lhe de cá tiram os em que têm pejo, porque d'outra maneira diz Fernão da Veiga, da parte do Emperador, que se não fará nada e se gastará o tempo que é tão curto, como Vossa Alteza sabe.

Pero Correa João de Faria

A. N. Torre do Tombo, *Corpo cronológico, parte I, maço 30, documento 102*

VIII

Carta de D. João III à rainha D. Leonor

Évora 8 de Maio <de 1524>

Senhora

Vi a carta que Vossa Alteza me escreveo e ouvi o que me disse João de Çúnhega, de sua parte, ao da Infante sua filha, minha irmã. Crea Vossa Alteza que, se as obrigações que tenho me deram lugar pera nisto a poder servir, como em tudo deseijo, folgara muito de o fazer e que recebo muita pena em a não poder servir, como quisera; e porque as causas disto se não podem tão largamente escrever, mandei a meus embaixadores que lhas dissessem. Terei em mercê a Vossa Alteza conhecer minha razão.

E o que toca ao bacharel Maldonado, há muitos dias que mandei dar cartas pera o prenderem; e por depois se mais não requerer e ser pessoa de tão pouca calidade, o houve por cousa esquecida; e por me dizerem a culpa ser toda de Barroso, lhe dei seguro; e ofre-



ceo-se-me à crareça [1] do negócio de Maluco em toda parte que fosse necessário amostrar. Se Vossa Alteza todavia houver por seu serviço que não estê mais neste reino, mandá-lo-ei ir, ainda que em nenhũa parte pode estar que mais seja seu serviço.

De minha mão, em Évora, 8 dias de Maio.

Filho e servidor de Vossa Alteza

Rei

Archivo General de Simancas, *Estado 367*

IX

Carta de António de Azevedo Coutinho a António Carneiro

<Elvas> 6 de Abril <de 1524> [2]

Senhor

Hoje, quarta-feira, seis dias do presente, nós vimos com os castelhanos, onde poisámos, tudo o que Vossa Mercê verá pola carta d'el-rei nosso senhor.

Eu falei ao Durán, que vem por juiz. Ele me deu conta que fora mui empurtunado polo Emperador e que milhor juiz não podia vir neste caso do que ele era pera fazer verdade. Eu lhe disse que antes eu folgava muito dele vir, porque seu hábito e letras me faziam crer que ele faria o que devesse a sua conciência. Ele me disse que eu escrevesse isto a el-rei nosso senhor; Vossa Mercê assi lho diga, porque me escusei de o escrever na carta de Sua Alteza.

Com o Barrentos passei muitos comprimentos de cousas passadas em Salamanca, em tempo que não era crérigo, de maneira que ficamos grandes amigos, e com o Da Cunha parentesco grande. Parecem-me estes dous muito bons homens, mas o Manuel e um procurador que chamam o licenciado Pisa são em extremo mal assombrados e sabidos; e estes fizeram aquestas dúvidas, porque os outros nos tinham dito que tinham as provisões dos que entram em lugar dos dous purtugueses que eram nomeados. E porque nos puseram este embaraço de nos confessarem e negarem ũa mesma cousa, tomámos estes dias pera consultar Sua Alteza e cuidarmos e vermos se nos armavam algũa bulra. Faça-nos Vossa Mercê responder logo, porque estes castelhanos querem entender na posse, que nós queremos, posto que lho não demos a entender. A meu juizo, estes dous são aparelhados a toda cousa e Vossa Mercê assi o diga a el-rei.

E porque chegámos noite e por despachar logo, não escrevo a Vossa Mercê mais largo, porque hoje não tenho comido mais de ũa pequena marmelada. Mande Vossa Mercê com este o alvará de Gomes Eanes.

Beijo, senhor, as mãos de Vossa Mercê.

Hoje, 6 d'Abril, à noite.

---

[1] No texto vem crareca, palavra que não se encontra registada nos dicionários; deverá provavelmente ler-se crareça, i. e. crareza: clareza, pois é frequente na época o emprego de *ç* em vez de *z*.

[2] O ano de 1524 é fácil de concluir através do conteúdo da própria carta e do que se sabe sobre as reuniões da Junta nesse ano; quanto ao lugar em que foi escrita, trata-se de Elvas, como ressalta da carta que em 6 de Abril de 1524 Diogo Lopes de Sequeira daí enviou ao Secretário de Estado António Carneiro (cf. *As Gavetas*, IX, cit., pp. 211-212).

Eu, senhor, escrevo a el-rei nosso senhor tudo particularmente, posto que só a sustância abastaria. Se a Vossa Mercê parecer escusado, faça-me tanta mercê que mo escreva.

A serviço de Vossa Mercê

António d'Azevedo Coutinho

Endereço: Ao muito estimado e muito prezado senhor o senhor António Carneiro, sacretário d'el-rei nosso senhor e do seu Conselho, etc.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas missivas, maço 1, doc. 193*

## X

### Nacimento del-rei dom Sebastião nosso senhor, tirado polo Maldonado

Não achando neste nacimento dia nem ao Sol nem à Lua nem ao senhor da oposição precedente a esta nacença em lugares própios pera seu significador da vida, o atribuo ao ascendente, o qual, como principal significador de vida, pola doutrina de Tolomeu, será necessário dirigir ao corpo e raios malignos de planetas que contrariam a vida, o que se poderá fazer em tempo e em lugar; polo presente é necessário ver da criação.

A criação deste senhor será difícil e trabalhosa, porque três planetas estão em a dozena casa e o Sol, ũa delas, está em oposição da sua casa, conjunto com Mars, e a Lua em a sexta casa e o ascendente com Saturno, todavia estando Vénus quási a direito da planeta sobre o ascendente bem desposta e em favorável resguardo daquele ascendente e de Júpiter seu senhor, e mais o Sol no trono de Júpiter e Vénus levando os raios deste Júpiter a Saturno, todas as quais cousas dão tal socorro à vida deste nacido que poderia passar os anos de criação, posto que haja a dificuldade que digo.

Mercúrio e a Lua, estando em signos fixos e movimento tardo, inclinam a vontade deste nacido a ser constante e firme nas cousas que propuser de fazer e lhe dão segurança de justiça; e mais estando Mercúrio na casa de Saturno com algũas estrelas fixas de sua natura o fazem de bom entendimento e excelente conselho; todavia, esta significação será algũas vezes trocada a mal, como será enganar e trastocar o determinado, o que está confirmado por Saturno constituido do ascendente, o qual lugar eu inclino a enganar e ser pertinaz em avarícia e doado de coração muito grande, com intento de grandes e altas empresas, cousa boa a príncipes e principalmente pera pobres.

O aspeito sextil de Vénus nas partes interiores do ascendente dá graça às condiçõis; Saturno, também em aspeito favorável de Vénus, lhe dá boa memória, paciência, deleitação às letras e a toda rezão, que todo este prazer dá Vénus, estando bem desposta. Digo que este nacido será muito dado a seus prazeres, como a mulheres, instrumentos musicais, vestidos, cantigas, cheiros e cavalos, o que é testemunho disto Vénus, estando no signo do Capricórnio; e assi será inclinado e dado a todas as cousas significadas por Saturno e Vénus, donde aquecerá que algũas vezes será extremamente alegre e muito malencónico, o que lhe procederá pola temperança do corpo, de que agora falarei.

A temperança do corpo será frio e húmedo, que se chama fleimático, porque assi o testemunha o ascendente e os raios sextiles de Vénus; este todavia partecipará mais de secura pola presença de Saturno no mesmo ângulo do ascendente e a Lua em a sexta casa na oposição do aspeito de Mercúrio, donde aquecerá que será preto e de pequeno corpo e todavia fermosura e graça, por rezão dos ditos raios sextiles de Vénus no ascendente, e Saturno que é achado na casa de Júpiter; este Saturno no dito lugar dá algũa disformidade no rosto, mas o aspeito de Vénus o tira e o diminuie.



As doenças lhe virão, porque a Lua estando na sexta casa, onde caem os raios opósitos a Mercúrio, mostram fraqueza e compleição flaca e mal na parte do corpo, que é significada do signo do Lião; a Lua é como seja o coração, o costado e o estômago e há significação também de ter algũa flaqueza nos olhos, por rezão que a Lua está na sexta casa, na casa do Sol, e o ascendente co'a costolação e o Sol com ascendente do Capricórnio. Saturno dá dor na orelha direita e no baço e na bexiga, as quais cousas lhe virão na primeira idade.

O estado e vida da mãi, que é significado às nacenças ordinárias por Vénus, são muito milhores e ditosas que as dos pais que são representados pelo Sol; na nacença este Sol, estando infortunado de três grandes infortúnios, mostra o pai ser morto ou que em breve morrerá ou que cairá em algum grande infortúnio, se a bondade de Nosso Senhor lhe não socorre.

A Lua, estando com ũa estrela no meo do coração do Lião, promete muito grande autoridade e poder pera mandar o que está seguro por Júpiter, senhor do ascendente e da décima, e Saturno na primeira casa o mostra primeiro nacido por natura ou por morte de seus irmãos, se os tivesse. A nobreza lhe será muito mais cara que o povo, porque Júpiter é senhor do ascendente e do coração do céo, donde aquecerá que exprimentará algũas sediçõis do povo, à causa da oposição de Mercúrio e da Lua; e Vénus na onzena casa o enche de confiança e esperança de poder haver tudo o que ele desejar e muito grandes riquezas, em que a quesição das quais será muito intenso, porque Júpiter, significador das riquezas, é resguardado de Vénus.

A Lua em a quarta parte oriental diz que ele será casado em sua mocidade e será sua molher boa e honesta, que é significada por Júpiter em a sétima casa; e Vénus, em trino aspeito da casa sétima, nota que será avorrecedor de companhia de mancebos, porque a Lua e Vénus são livradas de corrupção e aspeito de todos infortúnios, ainda que Vénus, no signo de Capricórnio, lhe dá inclinação grande nas cousas venéreas; ainda que isto será com legítimo matrimónio, o tempo do qual se achará pelas direiçõis e as encerra Vénus; e na onzena casa prometo filhos, o qu'está firmado pola cabeça do dragão de Júpiter e de Mars em a quarta casa e serão estes filhos nobres, fermosos e bem fortunados; estando no signo de Libra, Júpiter em a sétima casa demostram que a criação e conversação ordinária deste nacido será em casa real, constituida sobre negócios púbricos.

A cidade de Lisboa lhe será cómoda, porque é sujeita ao signo de Libra, onde Júpiter se acha, e serão em geral cómodos e própios os bens que são sujeitos aos signos dos peixes e do Sagitário e também aqueles que são debaixo de Júpiter e Vénus desta nacença.

Os lugares incómodos e que deve evitar são estes que são debaixo dos senhores dos signos da sexta, oitava e dozena casa de Saturno e Mars, porque estes são muito incómodos e contrairos pera neles habitar. Mas sede seguros disto polo presente; o resto das eleições e também das direições e revoluçõis que são muito necessárias pera ele e inteligências do tempo e acidentes nós o prometemos a outro tempo de mais vagar.

Biblioteca Nacional de Lisboa, *FG. 8920*, fls. 39 v-41 v

# NAVÍOS Y MERCADERES EN LA RUTA OCCIDENTAL DE LAS ESPECIES (1519-1563)

POR

FRANCISCO DE SOLANO
Universidad Complutense de Madrid

El mundo de las expediciones marítimas, desde su fase descubridora hasta el comienzo de su organización sistemática, estuvo acompañado y sostenido por un formidable juego de mobilización y trabazón económica en donde se conjuntaron diversas economías europeas. De ese modo, las áreas atlánticas de África (1300-1488), las de América (1492-1540) y, a partir de 1498, amplias zonas del Índico y del Pacífico, se iban sucesivamente integrando de una forma global y cada vez de un modo más integrante a la conjugación de las intencionalidades políticas, económicas y espirituales europeas. Aunque el Atlántico americano y africano fuese área en donde se desarrollaron los esfuerzos sistematizados de los pueblos ibéricos casi de modo exclusivo durante el siglo XVI, el Pacífico lo fué, también casi con la misma categorización, durante un tiempo más extenso, hasta que la presencia organizada de los pueblos no ibéricos se canalizase en todas aquellas aguas de un modo sistemático. Sin embargo, la actividad de los otros pueblos europeos no estuvo ajena a estos esfuerzos, resultados y beneficios, antes por el contrario colaboró con aquellos, y a ellos se incorporó, de una manera más o menos directa, bien individualmente participando en las empresas promocionadas desde la Península Ibérica, bien entramándose en las operaciones políticas y financieras de Portugal y Castilla con Italia, Flandes y el Imperio, engranándose desde Génova, Amberes y Brujas con el resto de Europa.

Descubierta, inaugurada y sostenida la ruta transversal del Atlántico en un tiempo en que la política española se hacía cada vez más europeista, no se abandonaba la idea colombina de alcanzar los focos productores de la Especiería, sino que fueron numerosos los intentos de llegar al Este de Asia siguiendo la derrota del Poniente, aunque su éxito estuviese frenado y condicionado por circunstancias físicas, geográficas y políticas. Trece armadas lo intentaron, con mayor o menor fortuna, de 1519 a 1565: ocho desde los puertos andaluces o gallegos [1] y cinco desde la plataforma del Pacífico americano [2], a pesar de que algunas armadas, ya mon-

---

(1) 1. Magallanes-Elcano. Sanlucar de Barrameda, 1519; 2. Andrés Niño-Gil Gonzalez de Avila. La Coruña, 1519; 3. Estévão Gomes. La Coruña, 1524; 4. García Jofre de Loaysa. La Coruña, 1525; 5. Sebastián Caboto. Sanlúcar de Barrameda, 1526; 6. Diego García de Moguer. La Coruña, 1527; 7. Simón de Alcazaba. Sanlucar de Barrameda, 1534; 8. Francisco de Camargo. Sanlucar de Barrameda, 1536.

(2) 1. Andrés Niño-Gil Gonzalez de Avila. Isla de las Perlas, 1522; 2. Alvaro de Saavedra Cerón. Zacatula, 1527; 3. Pedro de Alvarado. Posesión, 1534; 4. Ruy López de Villalobos. Navidad, 1542; 5. Miguel López de Legazpi-Andrés de Urdaneta. Navidad, 1564.

tadas para alcanzar esos objetivos, fueron desvidas de ellos y destinadas a otra finalidad ([3]), lo mismo que fueron desatendidos los intentos de algunos profesionales y financieros para formar otras tantas empresas expedicionarias y que no procedieron, fuere cual fuere su causa ([4]).

La rivalidad lusocastellana por delimitar al máximo las zonas de sus demarcaciones orientó la actuación de ambas Coronas desde Tordesillas. Pero la dificultad por establecer con una precisión lo más exacta posible los límites de ambas jurisdicciones motivó que naciesen zonas imprecisas allí donde deberían crecer las fronteras y que serían zonas conflictivas con el tiempo: en el Oeste y Sur del Brasil, en la zona del Atlántico y las Molucas en el Pacífico. La primera de esas zonas sólo se resolvería en el último tercio del siglo XVIII, mientras el problema de las Molucas quedaba, aparentemente, solucionado en el Convenio de Zaragoza ([5]). Se cedían allí los posibles derechos sobre esas islas, aunque no sobre las demás y ello justifica la presencia española en el S.E. asiático y la creación y formación de una Iberoasia.

Los infructuosos intentos castellanos, de 1519 a 1565, por acercarse al mundo de las especies, de la seda, del marfil y de la porcelana — trece expediciones, unas cincuenta naves — se modificaron desde el momento en que fuere descubierto el viaje de tornavuelta de Filipinas a la Nueva España. Se abandonaba, por inviable, la ruta del estrecho de Magallanes y se conectaban Europa y Asia por el occidente, a medio siglo de distancia de la expedición que concluyera Sebastián Elcano. Unos cincuenta años empleados en aprender y descubrir el secreto de las corrientes y el ritmo de los vientos, casi exactamente el mismo espacio temporal empleado por los Lusitanos en averiguar el secreto del viaje de vuelta desde el Atlántico Sur a su Portugal.

## 1. CATEGORIZACIÓN DE LAS ARMADAS A LA ESPECIERÍA

En su definición más amplia, las expediciones montadas para alcanzar los países productores de la Especiería serían todas aquellas que se aprestaron con esa intencionalidad, cupiendo en ellas desde los viajes colombinos y sus inmediatos sucesores ([6]) hasta aquellas otras que perseguían entre la geografía americana el estrecho que les condujese, en libertad, hasta Cipango y Catay. Las Antillas y la Tierra Firme eran unas escalas más en el Atlántico en su alcance hacia el objetivo final. Pero bien pronto la realidad americana diferenció, con nitidez, las armadas enviadas en empresa de descubierta o conquista a los espacios indianos de aquellas otras destinadas al mundo de las especies. Para dirigir, alimentar, controlar, tratar y contratar las primeras se creaba la Casa de la Contratación de Sevilla, en donde, aparte algunas armadas equipadas por el Estado, las actividades eran llevadas y sostenidas por los particulares. A pesar de los obstáculos — geográficos y técnicos —, las zonas de intercambio comercial se amplificaban a un ritmo cada vez más activo, modelando diferentes actuaciones militares, políticas y humanas e integrándolas en una vinculación, más o menos frecuente, con la Península. La Contratación de Sevilla abarcaba unas áreas y unas funciones específicas y aunque encargada del montaje de las expediciones de Magallanes y Caboto, sería en La Coruña donde se fundaría una Contratación destinada, única, específica y fundamentalmente, a llevar los negocios con Asia y su distribución por Europa. Su corta vida, su efímera existencia, yugulada por otras causas, ha motivado que se le preste una muy escasa atención, se la catalogue como un mero proyecto no fructificado y se la defina como un apartado de escala menor en algun capítulo de los destinados a la Casa de la Contratación andaluza.

Sin embargo, La Coruña se presenta con un otro significado. Se quiso hacer de ella un otro centro de distribución comercial y financiero, tanto o más importante que Sevilla, desde donde se montara toda la complejidad que suponía el abastecimiento y apresto de las armadas a la Especiería — dotadas de unas atenciones técnicas y financieras diferentes a las destinadas a las Indias — por un lado, como el de la distribución de las mercancias que allá se llevasen por otro.

Circunstancias de política económica, de lucha por la posesión y control de mercados, destacaban al reino de Sevilla, con la significativa importancia de los núcleos financieros locales y las poderosas colonias de extranjeros, estantes o avencinados en él, con positiva importancia en las operaciones de importación y exportación a las Indias y sus conexiones con el Mediterráneo, preferentemente. Esta personificación de Sevilla le enfrentaba directamente con la fisonomía económica de la Vieja Castilla (Burgos, las dos Medinas, Valladolid) y sus antiguas vinculaciones con el NO de Europa. La Coruña significaba tanto la oportunidad de nuevas actividades comerciales, como una ruptura o debilitamiento del monopolio sevillano.

El delimitar específicamente los campos de la contratación entre Sevilla y La Coruña podía acallar y frenar posibles reacciones de los poderosos comerciantes del Sur. La especiería sería tratada y controlada en y desde La Coruña y sus carac-

([3]) La expedición de Simón de Alcabaza, comenzada a aprestarse en 1525, constando de 6 navíos y que sirvieron para llevar, en 1530, al emperador y a la nobleza española y flamenca a Italia a la ceremonia de la coronación imperial.

([4]) Por ejemplo, los intentos de Diego Caballero, en Venezuela (1521), de los burgaleses Diego de Covarrubias y Alonso de Motar (1524). Museo Naval (Madrid). *Colección de documentos inéditos recopilados por M. Fernandez de Navarrete* (XVI, fols. 450-451 v), los mismos Fúcares en 1531 y la capitulación que se contrata con Juan Pacheco, caballero portugués, «sobre un viaje para descubrir la Especiería desde Nueva España o Castilla del Oro» en 1536 (En *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de América y Oceanía* — En adelante se citará esta Colección CODOIN I —. Madrid 1864, XXII, 145-153).

([5]) Demetrio Ramos, 1973. «Los criterios contrarios al Tratado de Tordesillas en el siglo XVIII determinantes de la necesidad de su anulación», y Francisco de Solano, 1973, «Contactos hispanoportugueses en América a lo largo de la frontera (1500-1800)». Ambos trabajos en *El Tratado de Tordesillas y su proyección histórica*, Universidad de Valladolid, II, pp. 113-144 y 163-196. Valladolid.

([6]) «Viajes andaluces» los define Francisco Morales Padrón en su *Historia del Descubrimiento y Conquista de América*. Madrid, 1971, 130.

terísticas fueron presentadas como *ventajas* a Carlos V por Cristóbal de Haro [7], un mercader de Burgos, con casa en Amberes desde 1508 [8], con crecido conocimiento del mundo de las expediciones ultramarinas portuguesas [9] y protagonista importante en la venida a Castilla de Magallanes y al apresto de su expedición. El memorial presentado al emperador supone una muy pensada programación y una serenidad de objectivos que evidencia que los antecedentes de La Cornña se estaban gestando desde algun tiempo antes. Tal vez desde 1514 y en Lisboa, donde Haro y Magallanes comprobarían los resultados de las expediciones a Brasil (1511-1512 y 1513-1514), sufragadas en su mayor parte por aquel y por el concesionario D. Nuno Manuel [10] y que alcanzaron el río de la Plata. También ellos se hipnotizaron, como en un espejismo, en la esperanza confiada de estar en el río de la Plata el estrecho que eliminase los obstáculos de la geografía americana para avanzar, sin frenos, hacia el oeste. Pero el caer esta zona fuera de la demarcación portuguesa, su promoción debería hacerse desde Castilla. La expedición posterior de Juan Díaz de Solís lo corroboraría geográficamente de un modo claro, aunque resultase un fracaso en otros aspectos, e impulsaría a Magallanes, Haro y Faleiro, como directos interesados, a su venida a España.

---

[7] «Memorial al Emperador sobre las ventajas de una Casa de Contratación en La Coruña para el comercio de la especiería». En *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV* por D. Martín Fernández de Navarrete, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, vols. LXXV, LXXVI y LXXVII, 1955. En adelante se citará Navarrete y el tomo correspondiente. — Esta nota se halla en III (vol. LXXVII), pp. 95-96.

[8] Al frente de ella su hermano Diego de Haro (Richard Ehrenberg, *Le siècle des Fugger*, École des Hautes Études, Paris 1955, 204, nota 3), que en 1515 estaba asociado con mercaderes anversianos y con contrato con la Corona de Portugal, gestionado por él mismo y por Cristóbal, sufragaron una expedición de 17 naos, que costó 16 000 ducados montarla, para explorar el comercio de los ríos de la Guinea y que enfrentados con la armada de Estévão Jusarte, que actuaba en forma independiente y al corso, fueron destruídas en su mayoría. El respeto del rey Don Manuel por sus compromisos y a los tratados internacionales suscritos entre Portugal y Castilla, le obligó a declarar a Jusarte culpable de alta traición, a poner explorar el comercio de los ríos de la Guinea y que enfrentados con la armada de Estévão 1973. *El Predescubrimiento del Río de la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512.* Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 110-111).

[9] Con la India (Jaime Cortesão, 1960. *Historia do Brasil nos velhos mapas.* Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro, I, 307) y Brasil (Jean Denucé, 1911, *Magellan. La question des Maluques*, Paris, pp. 72 y sigs. y 130 y sigs., y R. A. Laguarda [8]).

[10] Este concesionario hereda la explotación de la costa brasileña a otro anterior, «cristão-novo», quien unido a Cristóbal de Haro aprestan dos armadas. La segunda de las cuales la llamada de Estévão Frois acabó arribando a las Antillas españolas, con un cargamento de palo-brasil que, vendido, provocó más tarde una investigación del Consejo de Indias por entender se trataba de venta ilícita. Estudia el pormenor de ambas armadas y su peripecia Rolando A. Laguarda [8].



La Contratación de la Especiería, como centro distribuidor, debería radicarse en un lugar idóneo, lo más cercano posible a los centros consumidores

> estando en la Coruña es como si estuviese en Flandes y pues allí [las especies] se gasta la mayor parte y muy poquito en Levante es bien que se ponga cuan mas cercano se pueda poner de aquella navegación [11]

La Coruña poseía una situación geográfica privilegiada en la ruta comercial del Atlántico

> todas las naos que vienen de Poniente, Levante e principalmente de Flandes, e Inglaterra, y Francia, y Alemania, y Escocia, y Dinamarca y Noruega y de otras muchas partes, *donde es principalmente el gasto de la especiería* les es mas cerca [12]

disponiendo, además, de un puerto excelente, seguro, protegido y no interior, como Sevilla [13], con facilidad para las operaciones de carga y descarga, muy apto para la navegación ultramarina

> tanto que muchas naos quando vienen de Calicud vienen a reconocer a esta costa [14]

con disponibilidad en las proximidades de abundantes zonas boscosas, con garantías para astilleros y la fácil provisión de otros materiales (hierro, plomo, velámenes, jarcias, madera para mástiles, etc.) que podrían llegarle desde Vizcaya, Castilla, Flandes y posibilidad, pues, de

> reparar y renovar las naos que vienen de las Indias para las tornar a enviar de la *propia manera y orden que se hace en Portugal* a mucho menos costa que en ninguna parte y las cosas que son menester de Flandes, Inglaterra y otras partes las tienen mas a mano y de mejor precio [15]

---

[11] Navarrete, III (t. LXXVII de la B. A. E.), p. 97.

[12] *Ibid.*, p. 96.

[13] Pudiendo evitarse el peligro de carenarse las naos antes de tiempo, como ocurría en el puerto andaluz, ya que «la ribera de Sevilla es de agua dulce y con los grandes calores se cría en ella mucho gusano y hacen mucho daño a las naos y antes que dallí se despachen para hacer el armada salen comidas». *Ibid.*

[14] *Ibid.*

[15] *Ibid.*, p. 95.

En el pensamiento universalista de Carlos V el proyecto de desvincular de Sevilla el negocio de la especiería, desmonopolizando el control ultramarino de aquella ciudad, ayudaría mucho en la configuración de la Casa de La Coruña. Sobre las ventajas que Coruña ofrecia, careciendo de los problemas e impedimentos de la navegación por el Guadalquivir, que obligaba dictatorialmente a un tonelaje y un porte determinado en las naos, estaban los objetivos económicos que podían inferirse: la creación de un centro que alcanzaría la misma o mayor importancia que Lisboa y en rango de contratación paralelo al nivel vivido por Amberes o Brujas. Sobre Lisboa, La Coruña primaba su situación geográfica y la política de altos precios sobre las especies forzada por Portugal podría combatirse con ventaja: estando Coruña mas próxima de los centros consumidores, a los importadores «les es muy mas cerca y mas seguro y breve y mas ventajoso que Lisboa» y sobre ésta ciudad, Coruña ofrecía productos agrarios e industriales de escaso costo

> los muchos mantenimientos que hay en la cibdad y comarca y gran barato ([16])

con lo que las naves y su aprovisionamiento costarían la mitad de precio, mientras caso de establecerse en Sevilla, a más de su alejamiento de las rutas «que convienen a la navegación de la especiería» elevarían el costo de los seguros en un 4 % y, en fin, porque Sevilla

> allende de otros muchos inconvenientes que hay, es este muy grande: porque [hallando el mercader] las especies en Lisboa [allá] la compra y no pasarían el cabo de San Vicente, donde allende de ser muy peligroso y se suelen perder muchas naos, hay tiempo que se estan cuatro y cinco meses que no pueden doblar el cabo ([16]).

A menos de tres meses de la llegada a Sanlucar de Barrameda de la nao *Victoria* se emitían en Valladolid tres disposiciones legislativas de una enorme importancia: el 12 de noviembre de 1522, la que levantaba cualquier prohibición que restringiese la participación de los extranjeros en el comercio. Carlos V precisaba primero

> porque es mi intención y voluntad que los subditos y vasallos de todos mis reinos y señoríos, y los alemanes y esterlines que son de la Corona de mi Sacro Imperio puedan armar y armen las dichas armadas ([17])

([16]) *Ibid.*

([17]) «Real Cédula a Cristóbal de Haro, factor de la Casa de la Contratación de la Especiería, para que los extranjeros puedan armar en las armadas que se hacen para las especies, no obstante estar prohibido». En «Autos fiscales con Antonio Fucar y Compañía sobre cobranzas de ciertas cantidades que la dicha compañía adelantó en 1519 y 1525». *Colección de documentos inéditos para la Historia de Chile, desde el viaje de Magallanes hasta la batalla de Maipó, 1518-1818,* colectados y publicados por José Toribio Medina. Santiago de Chile, 1888, II, pp. 324-355.



y, después, prometiendo privilegios y excepciones fiscales y, sobre todo, de protección regia

> las mercadorías y dinero que los armadores traxeren tenga *seguro real nuestro,* para que no pueda ser tomada, ni embargada, ni detenida, ni en fecha execución por guerra, movida ni por mover, ni por marca, ni por represalia, ni por ninguna otra deuda que deban los dhos armadores ([18])

animando a las potencias económicas, asociaciones familiares, comerciales, compañías, etc., a que contribuyeran con su colaboración al apresto de las armadas de la especería ([19]). Estas importantes disposiciones se completaban con la orden del establecimiento, en La Coruña, del órgano de control, dirección y gobierno de tal empresa, una Casa de Contratación que entendiese, directa y específicamente, de estos negocios, firmándose la disposición en la víspera de la Navidad de 1522.

Durante ese mismo tiempo, se creaban los puestos de factor y tesorero en las personas de Cristóbal de Haro y de Bernaldino Melendez ([20]), con la aquiescencia de la ciudad ([21]) que dispuso locales y construyó lonjas e, incluso, hornos «para el despacho de las armadas» ([22]), a pesar de la oposición y protestas de Sevilla ([23]), protagonizada por voces andaluzas, ya que para las colonias de mercaderes genoveses, toscanos, flamencos y alemanes, la medida no contrariaba en absoluto sus intereses.

([18]) A esta protección se añadían franquicias de carga y descarga y de cualquier impuestos «las cosas que se compren por la dicha armazón e mantinimiento e vituallas necesarias, o qualesquier dellas en qualesquier parte que se compren, en estos reynos o fuera de ellos, vengan por mar o por tierra, *sean libres y francos en La Coruña de qualesquier derechos*». Capitulación con los armadores de las armadas para la Especiería: sobre mercedes que se concederán a ellos. En CODOIN I, XXII, 52-74.

([19]) En *Ibid.*

([20]) «Testimonio del juramento prestado por Bernaldino Melendez al tomar posesión del cargo de tesorero». Valladolid, 17 de noviembre de 1522. Archivo General de Indias 3-1-3-3/17, nº 1, y 3-1-4/18, nº 1. Signaturas antiguas, tomadas del *Catálogo de los documentos inéditos existentes en el Archivo de Indias referentes a las Islas Filipinas.* Barcelona, I, 1925.

([21]) «Instrucción y poder dados por la Coruña a Diego de Sarmiento sobre lo que habría de ofrecer para la construcción en aquella ciudad de la Contratación de la Especiería». AGI, Patronato, 1-1-1-1/4, nº 7. Y «Capitulación de la ciudad de La Coruña con S. M.». *Ibid.*

([22]) Real Cédula al consejo de la ciudad de La Coruña. Toledo 1526. AGI, 1-22-3/6, nº 6.

([23]) Antonio de Herrera, *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar océano.* Década III, lib. 7, cp. 5. En la edición de la Real Academia de la Historia, Madrid, 1947, p. 225.

La normativa del apresto de las armadas contará con algunos de los ejemplos de la ejercida en Castilla desde el tiempo de *Las Partidas* ([24]), ofreciendo las montadas para la Especiería con rasgos y matices que las diferencian y ejemplarizan. Todas ellas son semejantes en cuanto a la forma de financiarse, en una participación de la Corona y los particulares con una proporción variable, repartiéndose riesgos y beneficios a partes proporcionales. El Estado correría con los sueldos y emolumentos de la tripulación en unas armadas (Magallanes, Jofre de Loaysa, Caboto, Alcazaba), mientras los cargos administrativos (contador, tesorero de las naos) iban a «partes, no a sueldos», pero con posibilidad de disponer de cámaras, cajas y quintaladas, en un porcentaje variable según la categoría del expedicionario, y honras y mercedes a los concesionarios. Las expediciones eran concatenantes, con posibilidad de apresto de hasta cuatro armadas más, o el número que se desease en un espacio temporal delimitado —10, 6, 2 años, según las condiciones de la capitulación— y que es rasgo común de todos los contratos entre las partes interesadas y uno de los caracteres que más indujeron a los particulares a interesarse en ello, no sólo por el alto beneficio reportado

> en las tierras descubiertas y sabidas esperaba *quatrodoblar* los [maravedises] puestos, segun se gana en el reyno de Portugal de semejantes armadas que van a Calicud ([25])

sino por la posibilidad de conseguir un beneficio del orden de cuatro veces cuatro en un espacio temporal relativamente breve. De ahí la insistencia en que se hagan, monten y envien armadas todos los años ([26]) y al afán de tantos interesados en

([24]) Demetrio Ramos las ha analizado en su importante estudio *Determinantes formativos de la «hueste» indiana y su origen modélico* (1965, Editorial Jurídica de Chile. Santiago, pp. 93-95), ofreciendo cinco formas:

*a)* Armada totalmente a cargo de la Corona, propia de tiempo de guerra. Poniendo el rey el navío, con todos los aparejos, armas, viandas y sueldos: todo lo que ganaren, para el rey.
*b)* Armada montada por la Corona, corriendo a cargo de los capitanes las soldadas y mismas características que la forma anterior: el rey, tres partes; el capitán, la cuarta.
*c)* Armada aviada totalmente por la Corona, y mantenimientos y sueldos por el capitán del navío: rey y capitanes, a partes iguales en el reparto de beneficios.
*d)* Armada con barcos del Estado y capitanes sufragando armas, alimento y sueldos: el rey una parte; los capitanes, tres.
*e)* Armada equipada totalmente por particulares: toda la ganancia, para los armadores, pagando al rey el quinto, «por razón de señorío».

([25]) «Pleito y causa entre Cristóbal de Haro, vecino y regidor de Burgos y S. M. sobre las armazones e intereses», el 15 de septiembre de 1537, «Cristóbal de Haro, contra el fiscal de S. M. sobre que se le paguen ciertas cantidades de maravedises que adelantó para el apresto de las dos armadas de Maluco». En *Col. de doc. inéditos para la Historia de Chile* [17], II, 217-246.

([26]) Como proponía R. Faleiro el 22 de marzo de 1523 en su carta al rey. Museo Naval (Madrid)), Colección de documentos Navarrete [4], XVI, fol. 446.



incorporarse a esas armadas, formando asociaciones comerciales y ganar, todos, «honra y provecho». Estas condiciones —beneficios al cuádruplo en cada expedición y progresión asegurada del provecho en las otras armadas estipuladas— eran el atractivo que atraía a capitales, grandes y pequeños: empezando por el mismo Cristóbal de Haro, que

> si no fuera por las dichas condiciones y por la esperanza de las otras armadas yo no pusiera cosa alguna ([27])

y repetido por otros, ejemplarizado en la actitud de la Casa Fugger en idénticos términos en 1539 ([28]).

La reacción de Fucar y Haro es, por otra parte, muy significativa. Si la Especiería había sido negocio montado en régimen de participación de intereses y obligándose con capitulaciones, si Carlos V «por ciertos respetos y por 350 000 ducados que le dió y pagó el rey de Portugal, non consintió ni dio licencia que se hiciesen las otras dos armadas e puso ympedimento en ellas» debía, en consecuencia, pagar por el daño sufrido en la hacienda de los mercaderes una cantidad similar a la impuesta, más los intereses, a razón del 20 %, más los intereses de las armadas que no se promocionaron. Y en todo caso que sean

> herederos con VM y los otros armadores que fuimos causa de descubrir las dichas islas de Maluco, sueldo por libra, en los 350 000 ducados que VM hubo del rey de Portugal

> pues estos 350 000 ducados se pueden dezir ganancias e yntereses e ganancias que se esperaban haber ([29]).

## 2. EL APRESTO Y ACONDICIONAMIENTO DE LAS ARMADAS

Las distancias y el contacto entre dos mundos con un nivel cultural monetario diferente —uno, en base premonetaria— condicionaban y forzaban a prestar la misma atención al navío y a los elementos necesarios para el intercambio. Un viaje calculado para dos años en su ida presionaba, obligatoriamente, a que los elementos técnicos y materiales fuesen de la mejor calidad posible para evitar pérdidas inne-

([27]) Pleito entre Cristóbal de Haro y S. M. En [25].

([28]) 1539. 13 de mayo. «Autos fiscales con Antonio Fuccar y Compañía, alemanes, sobre cobranza de ciertas cantidades que la dicha Compañía adelantó en 1519 y 1525 para proveer las dos armadas que fueron al Maluco». En *Col. documentos inéditos para la Historia de Chile*, en [17], II, 324-355.

([29]) Pleito entre Cristóbal de Haro y S. M. «Pleito y probanza de Cristóbal de Haro vecino y regidor de la ciudad de Burgos con el fiscal de S. M.» En *ibid.*, II, 247-260.

cesarias: búsqueda de buenas maderas, potentes para las quillas, resistentes para los costados; mástiles sin nudos y elevados que soportasen la presión de los vientos; plomo para cubrir con planchas el casco y preservar, en lo posible, la acción de los moluscos acéfalos —broma— de acción tan destructiva en las maderas [30]; brea y pez para las operaciones de calafateado, etc., se procuran en un área tan extraordinariamente amplia que explica, por un lado, la dificultad que presentaba condicionar una armada y los tiempos empleados en ella y, por otro, la red de vinculaciones comerciales que se establecían entre las diferentes economías europeas.

En cualquier archivo de un gran comerciante del siglo XVI existen pruebas documentales de estos contactos, sobre los que el navío era un elemento vinculante de primer orden, y definitorio tanto para explicar el éxito comercial y económico, como para modelar las ofertas y demandas de los mercados internos, regionales e internacionales. Pero el navío hacía la Especiería debería contar no ya con la atención y preocupación que obligaba una travesía tan larga, sino el cuidado y la necesidad de los *rescates*. La zona asiática, como otras de economía primitiva, basaba sus transacciones comerciales sobre simples operaciones de trueque [31]. Objetos varios servían como escala valorativa en los intercambios: desde el cobre en barras y amonedado y «cosas de cobre» (ollas, manillas, bacías, calderos, etc.) hasta el estaño y los tejidos: nobles, para los jefes y reyezuelos; vulgares, para la gente común. En la contabilidad de cualquier armada existe un capítulo importante a la provisión de estos elementos [32], siendo uno de los deberes del factor de la Casa de la Contratación. Una carta de Cristóbal de Haro a Simón de Alcazaba, de 1527, en las vísperas de su primera, frustrada, tentativa ultramarina al frente de una expedición [33], señala el juego formidable de relaciones e interrelaciones que habían de efectuarse para el montaje de esa armada —como con todas, para el mismo objetivo— y que por sus exigencias se salía del ámbito español, ya que necesitaban movilizar intereses personales y de orden capitalista, saltando fronteras políticas. La oportunidad de regir un mismo monarca un número, bastante crecido, de reinos repartidos por el centro, oeste y sur de Europa, facilitó aún más estas conexiones y hasta las obligó, un tanto. La red de necesidades de la armada —de cada armada—, tanto para su acondicionamiento —navío, vituallas, armamento— y la sed de cobre y de otros elementos para los rescates hacía llegar, a La Coruña o a Sevilla, estaño y plomo desde Inglaterra, brea y alquitrán desde el Báltico, mástiles de Polonia [34], armas desde Milán o Flandes, y plomo de Austria o Hungría. Si el alumbre de Castilla no era suficiente, se importaba de Roma o de Lieja [35]. Valencia proveía de bermellón, Almadén de azogue, lonas y hierro de Vizcaya, y de Canarias se hacían llegar maderas. Tejidos de algodón de Brujas y Bruselas, lienzos de Rouen y de Brabante, coral de Marruecos. Pero, sobre todo, el cobre —en barras, amonedado, o en pasta. Los hornos de fundición de Thayahütte y Polackenhütte, de los Fugger y los Thurzo, condicionan, en cierta manera, la atracción de estas firmas por el comercio de la especiería, siendo los proveedores de los armadores españoles [36] y, lógicamente y en una gran medida, del rey de Portugal.

Los grandes descubrimientos geográficos, la ocupación sistemática de nuevos espacios territoriales y otros factores condicionaron las grandes transformaciones del siglo XVI, creando ese gran comercio de tipo capitalista (compañías) y no un pequeño comercio asociativo, capitalista también, pero de alcances más pobres del tiempo anterior [37]. Todas esas necesidades y exigencias, que elevaban poderosamente el costo de las expediciones, explican y justifican, por último, la presencia de los grupos financieros extranjeros en las armadas hacia la Especiería.

---

(30) El forro de plomo fué empleado, por vez primera en España, em 1514, en la nao *Santa Catalina* que llevó al Darien a Pedrarias Dávila. Según Cesareo Fernández Duro, su inventor, o adaptador en España, fué Antonio Hernández. En 1514, por RC de 12 de julio, se le nombraba «emplomador de naos» con un sueldo de 25 000 mrs., en *Armada española desde la unión de los Reinos de Castilla y de León*. Madrid, 1895, I, p. 121.

(31) De una forma magistral ha analizado todo el proceso de puesta en contacto de esos mundos en estado monetario diferente el Prof. Vitorino Magalhães Godinho en *L'Economie de l'Empire Portugais aux XV et XVI siècles*. École Pratique de Hautes Etudes, Paris, 1969.

(32) 1 679 769 maravedises importó el costo de las «mercadurías para el rescate y las ropas de seda y paño y otras cosas para dádiva que van en la dicha armada de Magallanes» (Fernández de Navarrete [7], II, 516). Su volumen puede servir de ejemplo para las expediciones restantes: «20 quintales de azogue, 30 de bermellón y 100 de alumbre; 30 piezas de paños de colores, 20 libras de azafrán, 3 piezas de veintenes, plateado, colorado y amarillo, 1 pieza de grana de Valencia, 10 quintales de marfil, 2 piezas de terciopelos de colores, 200 bonetes sencillos colorados, 200 sejías coloradas, 10 000 anzuelos, 1000 mrs. de peines, 200 quintales de cobre en pasta, 10 000 mazos de matamundo amarillo, 2000 manillas de latón, 2000 manillas de cobre, 200 bacías de latón pequeñas, de dos suertes; 2 docenas de bacías grandes, 20 000 cascabeles de tres suertes, 400 docenas de cuchillos de Alemania, de los peores; 40 piezas de colores, 50 docenas de tijeras, 1000 espejos chicos, los 100 de ellos mayores; 100 quintales de plomo, 500 libras de cristalino, que son diamantes de todos los colores» (*Ibid.*, p. 418).



(33) En «Colección de documentos y manuscritos compilados por Fernández de Navarrete». Museo Naval (Madrid), XVI, fols. 424-427.

(34) M. Malowist. 1960. «L'Approvisionnement des ports de la Baltique en produits forestiers pour les constructions navales aux XV et XVI siècles». En *Le navire et l'économie maritime du nord de l'Europe du Moyen Age au XVIII siècle*, presentado por Michel Mollat, Paris, 25-40.

(35) J. Lejeune. 1939. *La formation du capitalisme moderne dans la Principauté de Liege au XVI siècle*. Lieja.

(36) Diego de Haro suscribía un contrato, en Amberes, en 1526, con el factor de los Fugger, por valor de 5827 libras (Ehremberg [8], p. 55, nota 8).

(37) Robert Mantran. 1970. «Les origines des compagnies». En *Société et compagnies de comerce en Orient et dans l'Océan Indien*. Presentado por Michel Mollat. Paris, pp. 397 y sigs.

## 3. FINANCIACIÓN

Las expediciones a las islas del Poniente fueron subvencionadas, en partes proporcionales, por el Estado y por la iniciativa privada. El proyecto original de Magallanes, Faleiro y Cristóbal de Haro de armar a su costa, evitando gastos al Estado, prometiendo el tradicional 5 %.

> Cristobal de Haro se profirió de *armar a su propia costa y de sus amigos* las naos que para el armada de aquel viaje fueren menester, diciendo al emperador que no querían que SM gastase cosa alguna, mas de le conceder y dar licencia para que pudiesen hacer el armada e *ir con sus poderes reales* [88]

fué modificado por la fórmula compartida de las expediciones de descubrimiento y comercio [89], en una asociación que unía al Estado, al concesionario y a los armadores en una empresa que revertiría nuevas perspectivas comerciales y territoriales al Estado, beneficios a los expedicionarios y lucro a los armadores. Expediciones a la descubierta, sostenidas sobre operaciones por trueque lo que de provecho se encontrara. La Corona mandó «aparejar e armar de su fisco y expensas reales» casi todas las expediciones, aceptando la iniciativa privada —aunque la iniciativa partiese casi siempre de ésta—, y formando una perfecta asociación de mercaderes y mareantes, en donde el factor económico era primordial para asegurar fletes y evitar pérdidas inútiles, cubriendo y protegiendo riesgos. La fórmula es muy significativa, porque en y hacia las Indias primó la iniciativa privada sobre la estatal por un lado, y aunque Maximiliano Transilvano justificase el interés de Carlos V en armar a su costa la expedición magallánica asegurando que «lo que se podría aventurar en hacer una armada era poco en comparación del interés que se esperaba», a pesar de los enormes gastos que la política imperial provocaban, fué la Corona quien pechó con la mayor parte de la financiación de las armadas —poniendo navíos, sueldos y sufragando mantenimientos y armamento— aunque la participación privada fuese sustantiva.

Una contabilidad rigurosa y un amor extremo por el documento han hecho posible que se guarden, en España, colecciones de manuscritos de una riqueza, realmente, pocas veces igualada. Las colecciones documentales publicadas con ser muy señaladas contienen, sin embargo, escasos datos sobre la participación económica de los diferentes grupos. Y la bibliografía que estudia el viaje magallánico y se dedica a desentrañar el laberinto de la «cuestión de las Molucas» es tan crecida, como parca en analizar cuestiones económicas de las diferentes empresas dirigidas a aquel paisaje, y escasamente aprovechable, en este sentido. Todo ello obliga a que no puedan presentarse unas conclusiones globales, aunque sí es esa documentación lo suficientemente relevante como para apuntar algunas consideraciones.

[88] Relación de Maximiliano Transilvano, en Navarrete [7], II, 561.

[89] ««Viajes de rescate y descubrimiento» los califica y define Demetrio Ramos en [5] p. 42.



Habría, en primer lugar, que distinguir dentro de esas *expediciones de descubrimiento y comercio* aquellas que se dirigen más a efectuar operaciones de rescate y para asegurar una derrota, como pioneras, con la gloria y el provecho que como tales se sacasen, de aquellas otras expediciones organizadas para reforzar tal ruta, poner las bases de un sistema que significase continuidad, relación y sistematización. Las primeras contaban con pocos navíos, con participación de grupos económicos locales (expediciones de Andrés Niño-Gil González de Ávila, Estévão Gómes, Diego García de Moguer), mientras las más numerosas —Jofre de Loaysa, Caboto y, posiblemente, la de Francisco Camargo [40]— cuentan con la presencia de los grupos no españoles en una categoría tal que casi dobla la aportación de los castellanos, no incluyéndose entre éstos a la Corona

**Comparación del capital privado español y extranjero invertido en las armadas de Jofre de Loaysa y Caboto**

| | Españoles | Extranjeros |
|---|---|---|
| 1. Jofre de Loaysa … … … … … … … … | 2 485 998 | |
| Alemanes … … … … … … … … … | | 4 024 000 |
| Flamencos… … … … … … … … … | | 91 560 |
| | | 4 115 560 |
| 2. Sebastián Caboto… … … … … … … … | 3 173 502 | |
| Genoveses… … … … … … … … … | | 3 171 033 |
| Toscanos … … … … … … … … … | | 598 380 |
| Lombardos … … … … … … … … … | | 25 491 |
| Ingleses … … … … … … … … … | | 795 306 |
| Alemanes… … … … … … … … … | | 407 880 |
| | | 4 998 090 |

La participación española es, en estas dos empresas, bastante tímida, no incluyendo en ella a la Casa de Haro. En los dos tipos de expediciones, sus contribuciones son escasas y muy localizadas: los gallegos actuan en las armadas que salen de La Coruña y los sevillanos y gaditanos lo hacen en las que parten desde Andalucía. Su presencia puede calificarse como una actitud le prudente reserva, temiendo arriesgarse en operaciones difíciles, teniendo reparo de beneficios a muy largo plazo. Por eso sólo algunos se atreven, ganados por la fama y el prestigio de las grandes firmas, y prefi-

[40] La armada del obispo de Plasencia don Gutierre Vargas de Carvajal, tuvo un costo total de 28 709 477 mrs. «Relación del aprecio de la armada compuesta por 9 navios que se hizo este año de 1536 para la Especiería». Museo Naval (Madrid). Colección de documentos copilados por Navarrete, XVI, doc. 58, fls. 470-473-v.

riendo, mejor, el comercio con las Indias. Entre los gallegos y la gente del suroeste deben colocarse a los mercaderes castellanos — Haro, Espinosa, Santa Cruz, Gallo, Nebrada — y las colonias italianas radicadas en Andalucía, que operan tanto como enlaces de y con sus casas matrices y con las otras factorías de Amberes o Brujas, como también lo efectúan de forma independiente. Esa desvinculación — que realizan igualmente las colonias flamencas — son el precedente de su actitud progresiva de castellanización, de forma cada vez mas acelerada, concluyendo definitivamente por hacerlo en los finales del siglo XVI, aunque sin perder sus contactos extranjeros.

La presencia foránea más relevante es la de los grandes grupos financieros, hecha a través de sus agentes en Sevilla y La Coruña. Fugger y Welser participan nominativamente en las expediciones de Loaysa (3 270 000 y 754 000) y en la de Caboto (254 925 y 152 925, respectivamente) a través de sus agentes o interviniendo unidos al grupo genovés ([41]), o consiguiendo, en fin, la «capitulación de la pacificación y población de la provincia de Santa Marta y la que ay desde el cavo de la vela y golfo de Venezuela al cavo de Marcapuna» conseguida por Ambrosio Alfinger y Jerónimo Seiler, yerno éste de Bartolomé Welser, en 1528.

Ese año de 1528 es particularmente importante: un momento en que el grupo genovés conseguía eliminar al alemán del reino de Nápoles. La política imperial pagaba sus deudas y compromisos con los grandes grupos económicos con concesiones territoriales, explotación de yacimientos u otros privilegios. Y desde 1513 Fugger, Welser y Thurzo y otras casas menores (Tucher, Prechter e Ingold) se asentaban en Nápoles, en competencia con genoveses y toscanos. La armada que Génova puso a disposición de Carlos V en 1528 tuvo por precio la eliminación del grupo germano de los territorios del sur de Italia ([42]). Justo ese año, pues, se compensaba a los Welser con el proyecto de la colonización y explotación de una zona de Venezuela ([43]) y en 1531 los Fúcares intentaban lo mismo en otra zona de América del Sur. Por ambos territorios podía llegarse a la Especiería: Desde Maracaibo al Pacífico, pensaban los primeros. Los Fúcares, aparte la concesión de colonización en la costa del Pacífico, desde Chincha al Estrecho, les instaban las islas que pudiesen encontrarse

*desde el estrecho de Magallanes hasta llegar al Maluco*

([41]) Como desde 1518 hace Sebastian Schopel, agente de la firma Welser. Ehremberg [8], 44.

([42]) Frédéric Mauro. 1969. *Europa en el siglo XVI. Aspectos económicos.* Colección Historia y sus problemas. Nueva Clio. Vol. 32. Barcelona, p. 182.

([43]) Aprovechando una capitulación anterior a Diego Caballero (1521), quien cedió sus derechos a Pedro Lerma, mercader de Castilla la Vieja, asociado com los Welser. Ha estudiado el tema Demetrio Ramos en «Capitulación de Diego Caballero como precedente de la de los Welser», en *Boletín de la Academia de la Historia* (Caracas), 1962.



precisando, claro, «sin entrar en tierra de Maluco, ni en cosa tocante a las capitulaciones y partición que está hecha con el rey de Portugal, ni tampoco en la conquista que se ha señalado a otras personas», porque

> Magallanes descubrió algunas islas, pero ni las conquistó, ni las pobló ni otro alguno, y *los dichos Fúcares esperan descubrir mas islas y tierras en los dichos limites* ([44])

**Financiación de las armadas a la Especiería (*)**

| | Nº navios | Aportación de la Corona | Aportación de particulares | | Totales |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Españoles | Extranjeros | |
| 1519 Magallanes.. ... ... ... ... ... ... | 5 | 6 545 209 | 1 880 126 | — | 8 334 325 |
| 1520 Andrés Niño-G. González Dávila... ... ... ... ... ... ... ... | 3 | 1 800 000 | 1 995 823 | — | 3 795 823 |
| 1525 Estêvão Gomes ... ... ... ... ... | 1 | 552 500 | 75 000 | — | 627 500 |
| 1525 G. Jofre de Loaysa ... ... ... ... | 7 | 10 000 000 | 2 485 998 | 4 115 560 | 16 601 558 |
| 1526 Sebastián Caboto... ... ... ... ... | 4 | 1 308 000 | 3 173 502 | 4 998 090 | 9 479 592 |
| 1527 Diego García ... ... ... ... ... ... | 2 | 194 000 | 508 811 | — | 702 811 |
| 1534 Simón de Alcazaba ... ... ... ... | 2 | — | — | — | — |
| 1536 Francisco Camargo ... ... ... ... | 9 | — | — | — | 28 709 477 |

(*) No se incluyen los sueldos a los expedicionarios. M.ª Lourdes Díaz-Trechuelo ha añadido a los costos los sueldos de los componentes de la expedición de Magallanes en *La organización del viaje magallánico*, publicado en este mismo volumen. De esa forma se verifica que el peso económico del Estado en las empresas de la Especiería es, aún, mucho más significativo.

([44]) Capitulación con los Fúcares. En *Colección de docs. inéditos para a Historia de Chile* [17], III, 221-248 y, también, en Carlos Morla Vicuña, 1903, *Estudio Historico sobre el descubrimiento y conquista de la Patagonia y de la Tierra del Fuego*, Leipzig, doc. 9, 10-18.

EXPEDICIONES DESDE LA NUEVA ESPAÑA

Con ese mismo propósito —la esperanza de descubrir mas islas y tierras—, con el afán de ir a la descubierta por la mar del Sur, o con la intención de apoyo y ayuda a las expediciones salidas desde la Península, o utilizando la Tierra Firme como punto de descanso y trampolín para la tentativa de cruzar el Pacífico en su través (Gil González de Ávila), se orzanizan una serie de expediciones que vienen a completar el ciclo y que serán las que consigan tomar contacto constante con Asia. Todas esas expediciones (45) han sido analizadas, tratadas, estudiadas con rigor. Aquí cabe señalarlas, en cuanto a su financiación por el importante aspecto de la práctica de una integración de las economías de los diferentes espacios indianos entre si (46). Integración en la que, con más razón en Indias, el navío es elemento indispensable de relación y contacto, tanto en la etapa previa de conocimiento y fijación geográfica, como en las restantes, máxime cuando era relativamente pobre la infraestructura viaria y extremadamente amplias las distancias. Los capitanes de Conquista no se limitaron a la empresa militar, como una profesionalidad única, sino que acabada aquella, promocionaron algunos las expediciones náuticas, montadas como operaciones de exploración y como empresas comerciales, capitalizando operaciones de gran envergadura. Entre ellas, la expedición de Pedro de Alvarado en 1534 para «descubrir, conquistar y poblar cualquier islas en el mar del Sur», que le llevó a las costas ecuatorianas. Sus cinco naos y un galeón fueron vendidos en 100 000 pesos «de buen oro a 450 mrs. a pagar en la provincia de Jauja o en la villa de San Miguel» (47). 70 000 ducados de esa operación le instan a Alvarado para «venir por el estrecho de Magallanes a la otra costa de la especiería y poblar en alguna parte de ella» (48) y comprar, para cumplir ese propósito, dos navíos y un bergantín. Capitanes y encomenderos se unen para la realización de la empresa (49), que

(45) Desde los primeros intentos de Hernán Cortés (1532 a 1539), sobre capitulaciones sucesivas que le facultan para «descubrir y poblar cualesquiera islas en la Mar del Sur de la Nueva España que están en su parage y *todas las que hallare hacia el Poniente*»: Asi promueve las expediciones de Diego Hurtado de Mendoza (1532), Diego Becerra (1533), Hernando de Grijalva, con el piloto portugués Martin de Acosta (1534), el propio Cortés (1535) y Francisco de Ulloa (1539). Buscando el segundo objetivo, el Este de Asia, la expedición de Álvaro Saavedra Cerón en 1527 y los de Pedro de Alvarado (1534) y el que, asociado en «compañía» con el virrey Mendoza, se promociona la expedición de Villalobos (1542).

(46) Capital el trabajo de Demetrio Ramos *Minería y comercio interprovincial en Hispanoamérica (siglos XVI, XVII, XVIII)*. Valladolid, 1970.

(47) Carta de D. Pedro de Alvarado al Consejo de Indias, 20 de noviembre de 1535. Museo Naval. Colección Navarrete, xv, fl. 144.

(48) Capitulación en 1532. AGI. 139-1--1-1. Libro de Capitulaciones I, fl. 133-135.

(49) Muy interesante la identidad existente entre los ricos encomenderos, a los diez años escasos de la conquista de Guatemala, y Alvarado como armador. Aquellos (Juan Rodriguez, Álvaro de Paz, Santos Figueroa, Juan Pérez Dardón) metidos a navieros construyeron una serie de barcos que luego venderían al Adelantado. Trata el hecho Francisco de Solano en *Los mayas del Siglo XVIII*, pp. 45-47. Madrid 1974.



constaba de doce naos y que sirvieron para la expedición de Ruy López de Villalobos, tras el concierto entre Alvarado y el virrey don Antonio de Mendonza, y que alcanza Filipinas en 1543.

Expediciones todas, las salidas desde la Península, como las que lo hacen desde la plataforma americana, con una periodicidad continuada sólo atribuible a la perseverancia castellana, ya que cosecharon tantos conocimientos geográficos como adversidades y un escaso rendimiento, se verían beneficiados con el éxito en la expedición de Miguel López de Legazpi y Andrés de Urdaneta en 1564 y con el descubrimiento del tornaviaje a Nueva España, por éste último en 1565. Quedaba definitivamente acallado el continuado fervor castellano y de contar con una presencia en Asia. Navíos y mercaderes lo habían intentado, en una acción conjunta de intereses y de esfuerzos, desde 1519 a 1565 por la ruta occidental. El objetivo de las especies quedaba alcanzado, pues, por los pueblos ibéricos, tanto por el este, como por el oeste. La ruta de las especies quedaba definitivamente dibujada. La ruta comercial más amplia: la que unía Lisboa con Molucas y la que vinculaba Sevilla con Manila.

## 4. ANÁLISIS SOCIOECONÓMICO

Analizando el capital invertido en las armadas (Véanse apéndices) se advierte que, lógicamente, el estamento más numeroso de los aportantes lo forman los banqueros, tratantes, comerciantes y mercaderes. Todos ellos tienen, como los restantes, el objetivo de alcanzar por medio de la expedición marítima el acceso directo a la explotación de nuevas fuentes de riqueza, agrupándose en «asociaciones voluntarias para organizar sus viajes» (50) y comportándose como una sociedad por acciones. Richard Ehremberg (51) describe su origen, apoyándose en investigaciones de Schmoller, van der Chijs y K. Lehmann, encontrándose con muchos precedentes, todos ellos en la Europa central y del noroeste, sin relación con los *Monti* italianos, aunque Robert Mantran, por su lado, demuestra la decidida influencia italiana en estas asociaciones (52). Los mismos caracteres de la primera compañía holandesa de las Indias Occidentales —número de participantes variable, pero permaneciendo un núcleo constante; contratos independientes para cada viaje (53)— se dan en estas expedi-

(50) Robert Mandran, 1970, en [37].

(51) En [8], 383.

(52) En [37].

(53) La primera de estas compañías por acciones fué fundada em Amsterdam en 1598. Tuvo en principio 18 accionistas (*Bewindhebber*), algunos de ellos comportando pequeñas subasociaciones con otros mercaderes (*Medeparticipantes*). La compañía se formaba para cada viaje, al fin del cual se repartian beneficios y cada nuevo viaje se formalizaba nuevo contrato. El número de participantes podía cambiar, pero permanecía constante el núcleo original.

ciones a la Especiería. Como rasgo que las diferencia de aquella, la presencia de la Corona en todas ellas, que ocuparía, en todo caso, el papel de uno de los accionistas permanentes, y clarificaría un matiz paraestatal.

Quienes participan, casi de modo continuo, en las armadas salidas desde España para la Especiería son estos

| | Magallanes | Glez. Dávila | E. Gomes | Loaysa | Caboto | García |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. Corona ... ... ... ... ... | 6 454 209 | 1 800 000 | 490 500 | 10 000 000 | 1 308 000 | 194 000 |
| 2. Dr. Diego Beltrán .. ... | — | — | (*) | 65 400 | 75 000 | (*) |
| 3. Juan de Sámano ... ... | — | — | (*) | 32 700 | 27 500 | (*) |
| 4. Conde Hernando Andrade .. ... ... ... ... | — | — | (*) | 470 370 | — | (*) |
| 5. Cristóbal de Haro... ... | 1 334 335 | 551 814 | (*) | 703 050 | — | (*) |
| 6. Fucar ... ... ... ... ... | — | — | — | 3 270 000 | 254 925 | — |
| 7. Welser ... ... ... ... ... | — | — | — | 754 000 | 152 955 | — |

(*) Sin especificar aportación en las fuentes utilizadas. Véanse apéndices II y VII.

De esos siete accionistas, tres son banqueros, el cuarto lo es el Estado y los otros tres restantes funcionarios de la Corona y autoridades provinciales. Esto es altamente significativo al señalar cómo para esas operaciones las mismas autoridades son las mismas interesadas en participar en empresas comerciales y explica muchas actitudes.

Junto a estos nombres, en proporción más o menos variable, según la categoría de la armada, se agrupan socios con un capital que depende tanto de sus disponibilidades como de su vinculación a la misma expedición. Todos los protagonistas destacados en la empresa colaboran en ella: ahí están los concesionarios, los marinos y oficiales y los administrativos. Y dentro del grupo numeroso de los mercaderes, sea cual fuere su procedencia y postura, los grupos extranjeros ofrecen una aportación masivamente importante. No hay nombres portugueses entre ellos. Los lusitanos participaron como comprometidos y actuantes en la empresa (Magallanes, Gomes), pero faltan firmas cualificadas. Tal vez se deba a que el negócio de la Especiería es, lógicamente, menos arriesgado realizarlo en y desde Lisboa y, también, por temor a los informes del factor del rey de Portugal en Sevilla. La prisión de Ruy Faleiro pudo ser un aviso a ser tomado en cuenta de cómo trataba el rey portugués a sus súbditos que servían al rey de Castilla. Pero la razón de más peso tal vez sea la incautación, hasta 1535, de los bienes de Cristóbal de Haro en Lisboa, como represalia económica por los intentos del burgalés en competir con el emporio de las especies. Los portugueses, en fin, se interesaron y participaron en modo muy activo con las Indias de Castilla. No obstante, también es sustantiva la presencia de castellanos y andaluces en Lisboa (Espinosa, Torres, por ejemplo), interesados, sobre



todo, en la compra de esclavos negros y su exportación a Indias via Sevilla, aunque a veces se efectuaba directamente desde Angola, ya legal, ya clandestinamente ([54]).

Dos artesanos, un librero y un pintor, accionistas de la armada de Caboto, cierran con sus nombres el interés de los castellanos por alcanzar el mundo prometedor de las especies. Un mundo en el que el afán del capitalismo europeo se interesó de modo muy agudo y del que se supo aprovechar gracias a las exigencias de la empresa y a los compromisos bancarios de Carlos V y justifica la extranacionalidad castellana, financiando directamente en las expediciones con aportaciones más o menos elevadas. A veces la capitalización se efectúa por medios indirectos, aprovechando circunstancias sociales peculiares y en las que no se ha insistido lo suficiente, como la que acciona Cristóbal de Haro con «tres esclavos suyos que fueron por grumetes en la armada de Loaysa» — Tristán de la China, Antonio del Río y Juan Vizcaino —, suyos sueldos cobró más tarde el mercador de Burgos ([55]).

La empresa de la Especiería se concluiría con un escaso fruto para los armadores de estas primeras expediciones. Sin embargo, los grandes capitales consiguieron obtener del Estado compensaciones, sobre todo aquellos que habían financiado empresas antes del Convenio de Zaragoza. La Casa Welser pleitearía con la Corona, a pesar de la concesión de la colonización de Venezuela, a la que se unió la Casa Fugger con más razón. En 1530 suscribía con el emperador un empréstito de la cuantiosa suma de 1 500 000 ducados, haciéndose cargo de las rentas de los maestrazgos de las Órdenes Militares, que detentaron hasta muy entrado siglo XVI ([56]) y a Cristóbal de Haro, después de resarcirle con ciertas cantidades, se le concedía licencia para exportar esclavos negros a Indias «en pago del alcance a su favor en el cargo de las Armadas del Maluco» ([57]).

([54]) Esa misma preocupación justifica presencia de portugueses en Sevilla. En su Archivo de Protocolos Notariales se guardan muchos contratos sobre esta actividad, que está pidiendo un trabajo monográfico, y resalta la trabazón de las economías peninsulares. Comercio que es tanto más activo cuanto más desarrollada se encuentra la colonización en América, canalizando la exportación de esclavos negros sobre todo hacia aquellas zonas con débil densidad demográfica y con cultivos tropicales que requerían abundante mano de obra. Al principio del siglo XVII se permitía la importación directa de negros de Angola y Guinea en el Río de la Plata (AGI. Charcas, legajo 112). La trata de negros en la región del Plata ha sido estudiada por D. L. Molinari en 1944. (*La trata de negros. Datos para su estudio en el Río de la Plata.* Buenos Aires).

([55]) 1534. «Autos a instancia de Cristobal de Haro pidiendo se le paguen los sueldos de los esclavos suyos que fueron de grumetes en la armada de Loaysa». AGI. 1-2-5/5, nº 9. Sueldo que ascendió, para los tres esclavos, a 67 098 maravedises, durante dos años: «Real Cédula a los Oficiales de la Contratación de Sevilla, disponiendo paguen a Cristobal de Haro el sueldo de sus esclavos. Valladolid 9 de agosto de 1534». AGI. 39-3-3/1. Lib. 5, fl. 271-v. y 148-2-3. Lib. 6, fl. 98-v.

([56]) Ehremberg [8], 60-75.

([57]) Real Célula de 18 de pulio de 1539. AGI. 139-1-9. Lib. 19, fl. 39-41. Desde 1538 Haro se encontraba en Lisboa gestionando los contratos y licencias oportunos. Carlos V

De ese modo se verificaría que de los mundos descubiertos y conquistados por los pueblos ibéricos se beneficiaría Europa entera, por más rigor y cuidado que Portugal y Castilla pusiesen para separar las áreas de su influencia y más empeño mostraran para resguardar y proteger su monopolio, en el que se empecinaban ambas naciones. Los beneficios de esos mundos — Iberoasia, Iberoamérica — acabaron escapándose de quienes realmente los habían descubierto, conquistado y colonizado.

le recomendaba al tesorero del rey de Portugal (Real Cédula de 8 de abril. Valladolid. AGI. 139-1-9. Lib. 18, fl. 108-v.) y al visitador de los monasterios de San Pablo, de Portugal, porque «pasa a dicho reino para gestionar ciertos asuntos» (*Ibid.*, fol. 109). La Real Cédula de 1539 concediendo la exportación indica que las gestiones de Cristóbal de Haro fueron positivas en Lisboa.

# APÉNDICES

# APÉNDICE I

## ARMADORES DE LA EXPEDICIÓN DE GIL GONZÁLEZ DE ÁVILA Y ANDRÉS NIÑO

| | | Maravedíses |
|---|---|---|
| 1. Costo... | | 3 795 823 |
| 2. Aportación de los armadores | | |
| | Maravedíses | |
| *a.* La Corona ... | 1 800 000 | |
| *b.* Andrés Niño... | 1 085 068 | |
| *c.* Gil González de Ávila... | 358 941 | |
| *d.* Cristóbal de Haro ... | 551 814 | |
| | 3 795 823 | |

*Fuente:* 1519. «Relación de lo que va en la armada que va a Tierra Firme y a la mar del Sur, de que va por capitan Gil Gonzalez de Avila».
CODOIN, I, XIV, pp. 8-9.

# APÉNDICE II

## ARMADORES DE LA EXPEDICIÓN DE ESTÊVÃO GOMES

| | | Cantidad en maravedíses |
|---|---|---|
| Costo total ... | | 702 811 (1) |
| | Maravedíses | |
| 1. La Corona ... | 490 500 (2) | |
| 2. Dr. Diego Beltrán, del Consejo de S. M. ... | (3) | |
| 3. Juán de Sámano, del Consejo de S. M. ... | (3) | |
| 4. Conde D. Hernando de Andrade, capitán general de Galicia ... | (3) | |
| 5. Cristóbal de Haro, factor de la Casa de la Contratación de la Especiería ... | (3) | |

(1) Archivo General de Indias, Patronato Real, 37, R. 9 — Tomado de L. A. Vigneras, 1956, «El viaje de Esteban Gómez a Norteamérica», *Revista de Indias* (Madrid), XVII, nº 68, 189.

(2) AGI, Indiferente General, leg. 420, fls. 109-110. Vigneras, *ibid.*

(3) Archivo General de Simancas, Estado, leg. 5, fl. 184, y Antonio Galvão, 1563, *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, Lisboa (edición de Oporto, 1944, pp. 217-218). Sin especificar cuantía. Vigneras, *ibid.*, pp. 190-191.

# APÉNDICE III

## ARMADORES DE LA EXPEDICIÓN DEL COMENDADOR JOFRE DE LOAYSA

| Españoles | Cantidad en maravedíses |
|---|---|
| 1. La Corona | 10 000 000 [1] |
| 2. Cristóbal de Haro | 703 050 |
| 3. Conde D. Hernando de Andrade | 470 370 |
| 4. Jofre de Loaysa | 130 800 |
| 5. Sebastian Elcano | 130 800 |
| 6. Fernan Yañez | 98 100 |
| 7. Dr. Diego Beltrán | 65 400 |
| 8. Vasco García | 65 400 |
| 9. Juan Lopez de Haro | 49 050 |
| 10. Diego de Covarrubias | 43 491 |
| 11. Alonso de Solis | 43 491 |
| 12. Alonso de Tejada | 43 491 |
| 13. Pedro de Vera | 43 491 |
| 14. Rodrigo de Acuña | 43 491 |
| 15. Jorge Manrique de Nájera | 43 491 |
| 16. Francisco de Hoces | 43 491 |
| 17. Martin de Valencia | 43 491 |
| 18. Gutierre de Sandoval | 39 240 |
| 19. Alonso de Espinosa | 32 700 |
| 20. Juan de Sámano | 32 700 |
| 21. Lope Gallo | 32 700 |
| 22. Iñigo Ortiz de Perea | 26 160 |
| 23. Diego de Estella | 26 160 |
| 24. Gonzalo Salmerón | 26 160 |
| 25. Juan de Benavides | 26 160 |
| 26. Alonso de Vitoria | 26 160 |
| 27. Simon de Tarragona | 26 160 |
| 28. Toribio de Salazar | 26 160 |
| 29. Diego Ortiz de Urúe | 26 160 |
| 30. Luis de Luzón | 26 160 |
| 31. Fernando de Bustamante | 26 160 |
| 32. Francisco de la Peña | 26 160 |
| Extranjeros | |
| *Alemanes* | |
| 33. Jácome Fucar y sobrinos | 3 270 000 |
| 34. Bartolomé Welser | 754 000 |

(1) No aparece en la fuente. El factor Cristóbal de Haro recibió de 1522 a 1526 más de 17 millones de maravedises que sirvieron para aprovisionar la armada de Loaysa y pago de otras diligencias en La Coruña («Cargo de la cuenta de Cristóbal de Haro», en Jose Toribio Medina, *Col. de Docs. inéditos para la Hist. de Chile*, 1888, III, 118-122).



| *Flamencos* | |
|---|---|
| 35. Juan de Latamba | 49 050 |
| 36. Juan Vanzeller | 26 160 |
| 37. Pablo de Gamarra | 16 350 |
| | 16 601 558 |

*Fuente:* 1526. «Real Cédula en la que se declaran los nombres de los armadores que contribuyeron a los gastos en la expedición del Comendador Frey García Jofre de Loaysa». En *Colección de documentos inéditos para la Historia de Chile*, 1888, II, 329-330.

# APÉNDICE IV

## ANÁLISIS DEL CAPITAL INVERTIDO EN LA ARMADA DE JOFRE DE LOAYSA

| | Maravedíses | Totales en maravedíses |
|---|---|---|
| A) *Por nacionalidades* | | |
| 1. Españoles | | |
| *a)* La Corona | 10 000 000 | |
| *b)* Particulares | 2 485 998 | 12 485 998 |
| 2. Extranjeros | | |
| *a)* Alemanes | 4 024 000 | |
| *b)* Flamencos | 91 560 | 4 115 560 |
| | | 16 601 558 |
| B) *Por estamentos* | | |
| 1. Corona | 10 000 000 | 10 000 000 |
| 2. Funcionarios | | |
| *a)* del Consejo de S. M. | | |
| Dr. Diego Beltrán | 65 400 | |
| Juan de Sámano | 42 700 | |
| *b)* de la Casa de la Contratación de la Coruña | | |
| Diego de Haro, factor (1) | — | |
| *c)* Autoridades gallegas | | |
| Conde Hernando de Andrada, Capitan General de Galicia | 470 370 | |
| Vasco García, regidor de Betanzos | 65 400 | 633 870 |
| 3. Expedicionarios | | |
| *a)* Marinos y oficiales | | |
| Jofre de Loaysa | 130 800 | |
| Sebastián Elcano | 130 800 | |
| Pedro de Vera | 43 491 | |

(1) Contabilizado en el apartado 4.

| | | |
|---|---|---|
| Rodrigo de Acuña | 43 491 | |
| Jorge Manrique de Nájera | 43 491 | |
| Francisco de Hoces | 43 491 | |
| Martín de Valencia | 43 491 | 479 055 |

*b)* Administrativos

| | | |
|---|---|---|
| Luis de Luzón, tesorero | 26 160 | |
| Fernando de Bustamante, id | 26 160 | |
| Francisco de la Peña, id | 26 160 | |
| Gonzalo Salmerón, id | 26 160 | |
| Iñigo Ortiz de Perea, contador | 26 160 | |
| Diego de Estella, id | 26 160 | |
| Alonso de Vitoria, id | 26 160 | |
| Diego Ortiz de Urúe, id | 26 160 | |
| Simón de Tarragona, id | 26 160 | |
| Toribio de Salazar, id | 26 160 | |
| Juan Vanzeller, factor de los Fúcares | 26 160 | 287 760 |

*c)* Administrativos de la Casa de Contratación a fundar en el Maluco

| | | |
|---|---|---|
| Diego de Covarrubias, factor | 43 491 | |
| Alonso de Solís, tesorero | 43 491 | |
| Alonso de Tejada, contador | 43 491 | |
| Juan de Benavides, tesorero | 26 160 | 156 633 |

4. Banqueros, mercadores, tratantes y comerciantes

| | | |
|---|---|---|
| 10 hombres de negocios | 5 044 240 | 5 044 240 |
| | | 16 601 558 |

## APÉNDICE V

### ARMADORES DE LA EXPEDICIÓN DE SEBASTIÁN CABOTO

Españoles

| | Cantidad en maravedíses |
|---|---|
| 1. La Corona | 1 308 000 |
| 2. Miguel Rifus | 421 091 |
| 3. Pedro Forcadel | 152 955 |
| 4. Alonso Caballero | 152 955 |
| 5. Johan Nadal | 152 955 |
| 6. Francisco de Santa Cruz | 152 955 |
| 7. Pedro López | 127 461 |
| 8. Juan de Valladolid | 101 970 |
| 9. Johan Clarete | 101 970 |
| 10. Roberto de Cernanes | 101 970 |
| 11. Pedro Tristán | 101 970 |



| | |
|---|---|
| 12. Felipe de Rivas | 96 563 |
| 13. Francisco de Lizaur | 93 750 |
| 14. Domingo de Ochandiano | 80.250 |
| 15. Juan Bautista de Cernanes | 76 476 |
| 16. Dr. Diego Beltrán | 75 000 |
| 17. Juan Bautista de las Perlas | 61 800 |
| 18. Capitán Hernando Calderón | 56 250 |
| 19. Bartolomé de Xerez | 56 120 |
| 20. Jaime de Luna | 54 075 |
| 21. Lope de Molina | 50 985 |
| 22. Luis de Aguilar | 50 985 |
| 23. Hernando de Medina | 50 985 |
| 24. Alonso de Nebrada | 50 985 |
| 25. Francisco de la Corona | 50 985 |
| 26. Pedro Clarete | 50 985 |
| 27. Francisco Morales, pintor | 50 985 |
| 28. Diego de la Peña | 50 985 |
| 29. Alonso Rodrigues y Juan Pierres | 50 985 |
| 30. Pedro Ramón Ramoneda | 50 985 |
| 31. Gabriel Socanetes | 38 725 |
| 32. Juan Samano | 37 500 |
| 33. Capitán Rojas | 30 000 |
| 34. Capitán Gregorio Caro | 30 000 |
| 35. Tte. General Martín Méndez | 30 000 |
| 36. Gonzalo Nuñez de Balboa | 30 000 |
| 37. Johan de Concha | 30 000 |
| 38. Miguel Valdés | 30 000 |
| 39. Johan de Junco | 30 000 |
| 40. García de Aguilar | 30 000 |
| 41. Hernán Nuñez | 25 491 |
| 42. Antón García Germeño | 25 000 |
| 43. Antón de Grajeda | 24 650 |
| 44. Alonso de Santa Cruz | 20 000 |
| 45. Alonso de Castañeda | 11 250 |
| 46. Francisco de Briviesca | 11 250 |
| 47. Miguel Vasquez | 11 250 |

Extranjeros

*Genoveses*

| | Cantidad en maravedíses |
|---|---|
| 48. Silvestre de Breni y Francisco Leardo | 610 760 |
| 49. Leonardo Cataneo | 407 880 |
| 50. Niculoso Cataneo y Compañía | 321 401 |
| 51. Pedro Benedetto de Vasiñana | 305 910 |
| 52. Pedro Johan Salvago y Niculoso Forte | 254 925 |
| 53. Anton del Visy | 254 925 |
| 54. Lorenzo Vivaldi | 244 625 |
| 55. Zanobi Biduche | 203 970 |
| 56. Jácome Boti | 203 940 |
| 57. Johan Riberol | 127 462 |
| 58. Girólamo Spínola | 88 125 |

| | |
|---|---|
| 59. Luis Castellón ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 50 985 |
| 60. Gaspar de Negro ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 38 625 |
| 61. Gaspar Cazaña ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37 500 |
| 62. Octaviano de Breni ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 20 000 |
| *Toscanos* | |
| 63. Jácome Fantoni ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 203 985 |
| 64. Scipion Chigi y Cebrian de Cartayo ... ... ... ... ... ... ... | 101 970 |
| 65. Alberto Gualterotti y Pandolfo Velache ... ... ... ... ... ... | 101 970 |
| 66. Andrea Veluti ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 101 970 |
| 67. Johan Antonio Piccolonini y Scipion Chigi... ...... ... ... ... | 50 985 |
| 68. Pedro Martir de Anglería ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37 500 |
| *Lombardos* | |
| 69. Bernardino de Mantua ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 25 591 |
| *Ingleses* | |
| 70. Richarde Thorne y Leonardo Cataneo, genovés ... ... ... ... | 509 856 |
| 71. Roger Barlow ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 206 250 |
| 72. Sebastian Caboto ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 49 500 |
| 73. Enrique Potimer ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 29 700 |
| *Alemanes* | |
| 74. Lorenzo Nuremberg ...... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 254 925 |
| 75. Ambrosio Alfinger ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 152 955 |
| | 9 479 592 |

*Fuente:* «Real Cédula en la que se declaran los nombres de los armadores que contribuyeron a los gastos de la expedición de Sebastian Caboto. Granada, 29 de septiembre de 1526». En José Toribio Medina, 1908, *El veneciano Sebastián Caboto al servicio de España y especialmente de su proyectado viaje a las Molucas.* Santiago de Chile, II, 70-72.

Determinación de las nacionalidades en: fuente anterior y *Catálogo de los fondos americanos del Archivo de Protocolos de Sevilla,* 1930, Sevilla, tomos I, II.

## APÉNDICE VI

### ANÁLISIS DEL CAPITAL INVERTIDO EN LA ARMADA DE SEBASTIÁN CABOTO

A) *Por nacionalidades*

| | Maravedises | Totales en maravedises |
|---|---|---|
| 1. Españoles | | |
| *a)* La Corona ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 1 308 000 | |
| *b)* Particulares ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 3 173 502 | 4 481 502 |



| | | |
|---|---|---|
| 2. Extranjeros | | |
| *a)* Genoveses... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 3 171 933 | |
| *b)* Toscanos ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 598 380 | |
| *c)* Lombardos ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 25 491 | |
| *d)* Ingleses ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 795 306 | |
| *e)* Alemanes ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 407 880 | 4 998 090 |
| | | 9 479 592 |

B) *Por estamentos*

| | | |
|---|---|---|
| 1. La Corona ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 1 308 000 | 1 308 000 |
| 2) Funcionarios | | |
| *a)* Del Consejo de S. M. | | |
| Dr. Diego Beltrán ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 75 000 | |
| Juan de Samano... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 37 500 | |
| Pedro Martir de Anglería ... ... ... ... ... ... ... | 37 500 | |
| *b)* De la Casa de la Contratación | | |
| Domingo de Ochandiano ... ... ... ... ... ... ... | 80 500 | 230 250 |
| 3. Expedicionarios | | |
| *a)* Marinos y oficiales | | |
| Hernando Calderón ... ... ... ... ... ... ... ... | 56 250 | |
| Sebastián Caboto... ... ... ... ... ... ... ... ... | 49 500 | |
| Capitán Rojas ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| Gregorio Caro ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| Martín Méndez ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| Gonzalo Núñez de Balboa ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | 225 500 |
| *b)* Administrativos | | |
| Johan de Concha, contador... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| Miguel Valdés, contador ... ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| Johan de Junco, tesorero ... ... ... ... ... ... | 30 000 | |
| Veedores de los armadores: | | |
| Miguel Rifus... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 421 091 | |
| Alonso de Santa Cruz ... ... ... ... ... ... ... ... | 20 000 | |
| Octaviano de Breni ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 20 000 | 551 091 |
| 4. Banqueros, mercaderes, tratantes y comerciantes | | |
| 56 hombres de negocios... ... ... ... ... ... ... | 7 088 363 | 7 088 363 |
| 5. Artesanos | | |
| Francisco Morales, pintor ... ... ... ... ... ... ... | 50 895 | |
| Bernardino de Mantua, librero... ... ... ... ... ... | 25 491 | 76 386 |
| | | 9 479 592 |

## APÉNDICE VII

### ARMADORES DE LA EXPEDICIÓN DE DIEGO GARCÍA DE MOGUER

| | | |
|---|---|---|
| 1. | La Corona ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 194 000 |
| 2. | Dr. Diego Beltrán, del Consejo de S. M. ... ... ... ... ... ... | (1) |
| 3. | Juan de Sámano, del Consejo de S. M. .. ... ... ... ... ... ... | (1) |
| 4. | Conde D. Hernando de Andrade, capitán general de Galicia ... | (1) |
| 5. | Cristóbal de Haro, factor de la Casa de la Contratación de la Especiería ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... | (1) |
| 6. | Rui Basante, corregidor de la Coruña ... ... ... ... ... ... ... | (1) |
| 7. | Diego García y Pedro Morales ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 97 000 |
| 8. | Alonso de Salamanca, mercader .. ... ... ... ... ... ... ... ... | (1) |

*Fuente:* 1525. «Asiento del Conde D. Hernando de Andrade y de Cristóbal de Haro con Diego García». CODOIN, I, XXII, 130-135.

(1) Sin especificar aportación.

# LA EXPEDICIÓN DE RUY LÓPEZ DE VILLALOBOS A LAS ISLAS DEL PACÍFICO

PELO

PROF. CIRÍACO PÉREZ-BUSTAMANTE

Las fuentes que poseemos para el conocimiento de esta expedición son de doble origen: españolas y portuguesas.

El benemérito historiador de nuestros viajes marítimos, Don Martín Fernández de Navarrete, reunió gran cantidad de materiales de una y otra procedencia para preparar el tomo VI de su magnífica «Colección de Viages...», cuyo volumen no llegó a publicarse, conservándose los documentos y notas en el Archivo del Depósito Hidrográfico de Madrid, de donde pasaron al Museo Naval.

Todo lo referente a la organización, disposiciones, avisos, etc., para el mejor éxito de aquella expedición, fué extraído de la colección de Navarrete y publicado en el tomo II de la «Colección de Documentos Inéditos, relativos al descubrimiento, colonización y conquista de las antiguas posesiones de Ultramar» (segunda serie de la Colección de Indias).

En el tomo V, páginas 117 a 209, de la mencionada «Colección de Indias», primera serie, se halla publicado un documento de capital importancia para el estudio de estos hechos; se trata de la «Relación del viage que fizo desde la Nueva España a la Isla del Poniente Ruy Gómez (debe decir López) de Villalobos, fecha por García Descalante Alvarado».

El cronista registra en su «Relación» todos los hechos que acaecían, perdiéndose a veces en detalles sobradamente minuciosos.

Las tierras exploradas, los trabajos que en aquellas naves, perdida la derrota, experimentaron sus tripulantes, la política seguida con los reyezuelos indígenas, el proceder hostil de los Portugueses, las vacilaciones de Villalobos, el espíritu de los soldados, todo está narrado detenidamente en la «Relación» de Escalante, quién además, por su cargo y por sus excepcionables condiciones de hombre emprendedor y prudente, desempeñó en la flotilla un papel preponderante.

Sigue entre las fuentes españolas, la «Carta escripta por Fray Xerónimo de Sanctisteban a Don Antonio de Mendoza, Virrey de la Nueva España, relacionando la pérdida del Armada que salió en 1542 para Poniente al cargo del Ruy López de Villalobos». Hállase publicada en la «Colección de Indias», tomo XIV, páginas 151 a 165. Es una relación breve y seca de los principales sucesos; a pesar de contener algunas noticias interesantes, no puede compararse en mérito con la de Escalante. Fray Jerónimo, amigo e inspirador de Villalobos, fué acaso el principal causante de que la expedición se entregase a los Portugueses, casi sin condiciones. Si la «Relación» de Escalante puede, en cierto modo, tacharse de algún apasionamiento contra Villa-

lobos, esta adolece del defecto contrario. El Prior demostró además muy poco patriotismo, abandonando a sus compañeros y marchándose con los Portugueses a la fortaleza de Terrenate.

Las noticias que Herrera proporciona en sus «Décadas» son, como toda la obra de aquel cronista, de excepcional importancia.

Los historiadores portugueses, Couto, Faria y Sousa, Barros, etc., suministran también datos interesantes.

Navarrete extractó las principales noticias que acerca del suceso relata Antonio Galván, testigo presencial de los acontecimientos. Es este autor fidedigno en la narración de los hechos, según he podido comprobar con otros documentos. Titúlase su obra, en el compendio que hizo Navarrete: «Historia de las Islas de Maluco», en dos partes: 1ª) de la venida de Ruy López de Villalobos hasta la destrucción del reino y fortaleza de Gilolo y Tídoli, y del fin de los odios de Bernardino de Sousa y de D. Rodrigo de Meneses, y 2ª) relación física, civil y moral de dichas Islas. Está dedicada por su autor al duque de Braganza.

Otra fuente que no utilizó Navarrete y que tiene gran importancia porque el cronista también fue testigo presencial, es la «Informaçao das cousas de Maluco, dada ao senhor Don Constantino...» por Gabriel Rebello. Es bastante minuciosa y de más objetividad que la anterior. Se halla publicada en el tomo VI de la «Collecçao de Notizias para a Historia e Geographia das nações Ultramarinas», impresa por la Academia de Ciências de Lisboa.

Tales son los principales documentos para el estudio de esta expedición, los cuales he procurado completar con interesantes cartas, enviadas al rey de Portugal por sus capitanes y por el-rey de Terrenate, con los tratados de paz celebrados entre Villalobos y los capitanes portugueses y con otros materiales recogidos en el Archivo de la Torre do Tombo, de Lisboa, y en el Archivo de Indias de Sevilla. Los de la Torre do Tombo han sido recientemente publicados en el tomo IX de *As gavetas da Torre do Tombo* por el Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1971, y son los siguientes:

Carta (traslado) que D. Jorge de Castro, capitán de Maluco, mandó a Ruy López de Villalobos, capitán de la armada del emperador. San Juan de Terranate, 20 de julio de 1533. Le manifiesta su sorpresa por haber entrado en las tierras y demarcaciones del rey de Portugal, contra lo convenido en el pacto firmado entre el expresado rey y el emperador, comprometiéndose éste a no mandar ni consentir que a estas islas venga gente, ni armada suya. Para averiguar lo que haya de cierto en las informaciones que ha recibido envía a Antonio de Almeida, un hidalgo honrado y persona de crédito, para saber si su arribada es fortuita, en cuyo caso le ayudaría a proveerse de mantenimientos (pp. 189-190).

Carta de respuesta de Ruy López de Villalobos a D. Jorge de Castro, en la que le dice que no tuvo la intención de llegar a Maluco y le habla de la demarcación de aquellas islas. Isla Antonia, 15 de agosto de 1543 (pp. 190-193).

Carta-respuesta de D. Jorge de Castro, capitán de Maluco, a Ruy López de Villalobos en la que manifiesta su satisfacción por haber comprobado su rectitud y nobleza y le habla de las islas de Maluco, refutando su afirmación de que las islas de Mindanao, donde ahora está con su armada, sean de su demarcación. Terrenate, 2 de septiembre de 1543 (pp. 196-198).



Carta de James Lobo, capitán mayor, a Ruy López de Villalobos, en la que le manifiesta su extrañeza por la arribada a aquellas islas de Maluco, sabiendo que el emperador lo prohibía y de haber prometido a D. Jorge de Castro que no arribaría a las tierras del rey de Portugal y a sus dependencias. 14 de enero de 1544 (pp. 198-199).

Carta de Ruy López de Villalobos a James Lobo, en la que le dice que yendo camino de Filipinas fué obligado por las calmas, unas veces, y otras por los vientos y por el calor a aportar a Maluco. 15 de enero de 1544 (pp. 199-200).

Carta de D. Jorge de Castro a Ruy López de Villalobos, en la que le dice que lamenta que pueda aceptar amistad y ayuda de los moros, puesto que sabe que una galeota suya con cuarenta y cinco castellanos llegó a Gilolo y de su parte hizo ofrecimientos a su rey contra los Portugueses. Por tercera vez, a través de Jerónimo de Andrade, le pide que evite la ruptura y le desobligue de la obligación que tiene por su cargo. San Juan de Terrenate, 18 de enero de 1544 (pp. 200-202).

Carta de Ruy López de Villalobos a D. Jorge de Castro, en la que da explicaciones y hace protestas de su inocencia en cuanto a su arribada forzosa a Maluco. 24 de enero de 1544 (pp. 202).

Cartas testimonio de Manuel Alvarez Carragueiro, oidor de Terrenate, en las que se contienen los requerimientos y correspondencia entre Ruy López de Villalobos y D. Jorge de Castro. 1 de febrero de 1544 (pp. 343, 385 y 391-400).

Carta de D. Jorge de Castro al rey D. Juan III, en la que le habla de los acontecimientos en las islas de Maluco y de la llegada de una armada castellana. 10 de febrero de 1544 (pp. 364-372).

Carta del rey de Terrenate al rey D. Juan III, en la que le afirma su deseo de servirle y de la noticia de tres coracoras que él y el rey de Tidore habían mandado a Mindanao y de lo que sufrieron con una armada de castellanos a quienes favorecía el rey de Gilolo. 18 de febrero de 1544 (pp. 139-140).

Carta de Jerónimo Pérez Cotão al rey D. Juan III, en la que le dice que han llegado a Maluco navios castellanos. 18 de febrero de 1544 (pp. 400-402).

Carta testimonio en la que consta el traslado de un requirimiento que Ruy López de Villalobos hizo a D. Jorge de Castro. 31 de marzo de 1534 (pp. 174-184).

Carta de D. Jorge de Castro al rey D. Juan III, en la que dice que el rey de Tidore se rebeló y se alió con el capitán castellano Ruy López de Villalobos y que este capitán le pidió una nao con provisiones para volver a Nueva España, puesto que allí arribó por caso fortuito. 10 de abril de 1544 (pp. 184-187).

Fué una preocupación constante en todos los descubridores españoles hallar un paso que poniendo en comunicación los dos mares abriese a sus compatriotas el camino de las Indias Orientales.

Cuando se conquistó el reino de Mechoacán tuvo noticia Hernán Cortés de las regiones costeras del mar del Sur y envió a reconocer aquellos territorios, pen-

sando hallar grandes riquezas y nuevos caminos para la navegación que habían de impedir a los Portugueses renovar sus derechos y pretensiones ([1]).

A Cortés se deben los primeros reconocimientos de la costa mexicana del Pacífico y la organización de algunas expediciones por aquel mar. En 1527 envió una al mando de Alvaro de Saavedra para socorrer a la gente que quedaba en las Molucas de las expediciones de Magallanes y Loaysa ([2]).

El mismo conquistador salió en persona para recorrer aquellas costas y reconoció el golfo de California, que por esta circunstancia se llamó mar de Cortés.

Los descubrimientos y el relato fantástico que de su viaje por las tierras del Norte de Nueva España hizo Fray Marcos de Niza, enviado por el primer virrey de México, Don Antonio de Mendoza, fueron la causa de que este se interesase en preparar expediciones para explorar las tierras descubiertas que Hernán Cortés reclamaba como suyas, basándose en su título de capitan general, en las capitulaciones que había hecho con el monarca y en los gastos y sacrificios que sus conquistas le habían ocasionado ([3]).

Esta rivalidad trajo como consecuencia que el virrey dificultase los preparativos de Cortés y que éste se quejase ante el emperador ([4]).

Por otra parte, Don Pedro de Alvarado, gobernador y adelantado de Guatemala, había mostrado siempre grandes deseos de ir a descubrir por el mar del Sur y, favorecido por Cobos, secretario de Carlos V, prometió enviar navíos a las islas de la Especiería preparando astilleros para su construcción, auxiliado por la segunda Audiencia de Mexico.

Cuando volvió a Castilla en 1536, hizo diversos asientos y capitulaciones con el monarca, para descubrir, conquistar y poblar las islas y provincias que estuviesen en el mar del Sur, hacia poniente; todo por cuenta suya, sin poder exigir más de lo que en la capitulación se le concedía, prometiéndole que en los siete años siguientes no se tomaría capitulación con ninguna otra persona y dándole licencia para llevar cierto número de esclavos negros y emplearlos en la construcción de buques, sin pagar derechos de ninguna clase.

Se le ordenaba también que guardase los asientos y capitulaciones celebrados con el rey de Portugal, acerca de la repartición y demarcamiento de las Indias e islas del Maluco y Especiería.

Y, habiendo hecho relación Alvarado de que estaba concertado con el virrey, que tomaba la tercera parte de aquella armada, túvolo por bien el monarca y posteriormente, accediendo a una solicitud de Mendoza, le fué concedida la mitad de los provechos (26 de julio de 1541) ([5]).

---

([1]) Vid. el *Estado General de la Real Armada.* Año de 1828. «Noticia cronológica de algunos viajes y descubrimientos marítimos, hechos por los españoles». Apéndice, 1-18.

([2]) Vid., en Navarrete, *Viages*, t. v, el relato de la expedición de Saavedra.

([3]) Col. de doc. Ined. para la Hist. de Esp., t. IV, pp. 201-206. Cuevas, *Cartas y otros documentos de Hernan Cortés.* Sevilla, 1915, pp. 273-287.

([4]) Col. Doc. Ined. para la Hist. de Esp., t. IV, p. 217. Cuevas, *op. cit.*, p. 217.

([5]) Col. Doc. de Ultramar, t. II, pp. 13-26.



Llevó Alvarado, de Castilla, gran cantidad de municiones y bastimentos y partieron con él los capitanes Andrés de Urdaneta y Martín de Islares, que habían estado mucho tiempo en las islas de la Especiería ([6]).

Preparó doce galeones y naos gruesas, una galeota de veinte bancos y un bergantín de trece, y se dispuso a salir en los primeros días del año 1540, apresurandolo todo, por temor a que alguno se le anticipase en los descubrimientos. Embarcaban en la flota cerca de 800 hombres, uniéndosele cada día más, procedentes del Perú y de otras regiones, excitados por las riquezas que todos se prometían en aquella expedición.

En junio de 1540 salió Alvarado con su flota del puerto de Acaxutla en Guatemala con dirección a Nueva España, entrando en Acapulco; allí recibió dos emisarios del virrey, para que se guardase la compañía y parte que le correspondía, conforme a la capitulación y asiento, logrando avenirse al cabo de dificultosas negociaciones y determinando la parte que cada uno había de tener en los descubrimientos del otro.

Alvarado cedía al virrey, a cambio de la participación que este le daba en los descubrimientos que entonces se hacían por el Norte, la mitad de la capitulación y asiento que había tomado con S. M., con derecho a gozar igualmente de todo lo que se descubriese y conquistase, más la mitad de la flota que había aparejado para este fin, con todos los bastimentos, armas y pertrechos que le pertenencían, siendo de cuenta de cada uno de ellos los gastos que hasta el día de la capitulación hubiesen hecho en sus respectivas armadas y descubrimientos y por mitad los que en adelante se hiciesen; se estipulaba que el contrato había de durar veinte años, y se obligaban a cumplirle, tanto ellos como sus herederos.

Designabase el puerto de Acapulco para la carga y descarga de los navíis y otro de Guatemala para astillero de los que hubiesen de construirse ([7]).

Acordaron Mendoza y Alvarado dividir la armada en dos partes: una de ellas, compuesta de tres naos gruesas y una galera, había de ir a las islas del Poniente, llevando por capitán a Ruy López de Villalobos; y la otra, de cinco naos y una fusta, a recorrer la costa de Tierra Firme. Esta debía salir en abril de 1541 y la del Poniente en junio del mismo año ([8]).

Ocurrió por entonces una grave sublevación entre los indios de Nueva Galicia y sin pérdida de momento se apresuró el valeroso Alvarado a acudir en socorro de los escasos españoles que había en aquella región; quiso la fatalidad que de resultas de una caída del caballo, falleciese el día 4 de julio de 1541; otorgó testamento ante

---

([6]) Herrera, Dec. VII, lib. II, cap. X.

([7]) Vid. Este convenio en el t. XVI, pp. 342-355 de la Col. de Doc. de Ind. y otra transcripción en el t. III, pp. 351-62. Cortés pretende que Alvarado fué obligado por Mendoza a hacer esta capitulación, impidiéndole abastecerse y retrasando su salida. (Nota sacada de un documento inédito de Hernán Cortés. Archivo de Indias, 48-1-1/23, cuya copia está en mi poder.)

([8]) Carta de Alvarado a S. M., 28 de Marzo de 1541. Col. Doc. Ultramar, ti. II, pp. 2-3.

un escribano público y ordenó a los capitanes y soldados que le acompañaban que volviesen a Guatemala y entregasen la flota a su mujer Doña Beatriz de la Cueva.

Pero el virrey decidió continuar por si solo los descubrimientos y los navíos no se movieron del puerto de Santiago de Colima sin que en lo sucesivo y a pesar de lo estipulado en el contrato de compañía, tuviesen participación alguna los hijos de Alvarado, lo cual dió lugar a una grave acusación de Cortés contra Mendoza ([9]), de la cual se defendía éste en carta dirigida al comendador mayor de León, manifestándole que el Adelantado le debía más de 50 000 pesos de oro, sin contar con otros 15 000 que había gastado por él, por lo cual suponía que nadie querría aceptar la herencia y seguir la compañía, por ser mayores las deudas que los bienes ([10]).

De la flota de Alvarado procedían las naves que, por mandato del virrey, llevó el portugués Juan Rodríguez Cabrillo para reconocer las costas occidentales de México y California ([11]).

En Septiembre de 1542, se dedicó de lleno el virrey Don Antonio de Mendoza a organizar todo lo concerniente a la expedición que había de marchar a las islas del Pacífico.

El día 15 del expresado més nombró a Gonzalo Dávalos tesorero de la armada, asignándole un sueldo de 75 000 maravedíses, que habían de sacarse de los provechos que le perteneciesen en lo que se conquistase en aquella tierra. Guido de Labezaris y Martín de Islares llevaban los cargos de contador y factor.

El día 18 daba a Villalobos las instrucciones para el viaje: ordenábale ir al puerto de la Navidad, donde estaba aparejada la flota que había de entregarle en su nombre Juan de Villarreal, debiendo hacerse cargo de todo en presencia de los oficiales por él nombrados, para tener cuenta y razón de cuanto la flota llevare, firmando el inventario de todo ello y nombrando, en cada navío, piloto, maestre, contramaestre y escribano. Estos últimos estaban obligados a llevar un libro en que se asentaba todo lo que se entregaba a los maestres, designándose también la tripulación de soldados y hombres de mar, cuyos nombres y filiaciones debían constar en los libros, especificando las armas que llevaban.

Debía prestar pleito homenaje según uso de España, tomar juramento a los capitanes, caballeros y soldados, a los pilotos, maestres y gente de mar y recibirlo de los oficiales de Su Majestad (interventores para la percepción de los derechos reales), recomendándole el mejor tratamiento respecto de ellos, ya por razón de sus cargos, ya por lo que sus personas merecían. Como una de las cuestiones fundamentales era averiguar la derrota para el regreso, le daba instrucciones minuciosas sobre este punto y le encargaba que enviase noticias de las tierras visitadas, de los objetos curiosos hallados en ellas y de las mercancías de los particulares; prescribíale el mayor secreto en la remisión de la correspondencia y modo de guardarlo, dedicaba varios párrafos

([9]) Arch. de In., 47-1-1/23. Información que se mandó que diese al Marqués del Valle.

([10]) Cartas de Indias. Madrid, 1877. Tomo 1. pp. 253-55.

([11]) Navarrete, «Introd. al viage de las goletas Sutil y Mexicana», pp. XIX y sigs., Relatión de Juan Páez en Col. Doc. Ind. t. XIV, pp. 165-191. Herrera, Dec. VII, lib. V, caps. III y IV. Winsor. Narrat. Critic. History of Amer., t. II, pp. 444-445.



a la exaltación de la fe católica, atracción y conversión de los indígenas, y ordenaba que en los casos arduos obrase con el parecer y de acuerdo con los sacerdotes y oficiales más caracterizados de la flota, guardando siempre la capitulación convenida con el emperador, de la cual le incluía una copia, así como de las instrucciones que había expedido a los oficiales para el mejor desempeño de sus cargos ([12]).

Además, le enviaba un escrito de «Avisos» sobre el trato que debía dar a los indios, rescates, precauciones que había que tomar, etc., etc.

«Que a ningún indio se enoje en la menor cosa y el general y todos han de tratallos con mucha berdad y confiar muy poco en ellos»; que los soldados salten a tierra con sus arcabuces y armas, prohibiéndoles matar aves, ni puercos domésticos, ni otros animales de la granjería de los indios, en cuyas casas «no deben entrar los españoles, para evitar que se envuelvan con las indias de sus amigos; que el general se excuse cuando pueda de asistir a las fiestas o banquetes con que los indios le brinden». Sobre la contratación y rescates, al fijar el precio de cada cosa, ha de procurarse que sea el menor posible, «no mirando que traídas a estas partes de Nueva España valen mucho, sino que como cosa criada en la tierra, vale poco y hanse de procurar de subir nuestras mercancías mucho, como cosas llevadas por lexos caminos y que no las hay en aquella tierra y han de comprar por peso». Termina recomendando el buen tratamiento de las lenguas (intérpretes), y que de todo se envie noticia ([13]).

El 22 de Octubre, el encargarse Villalobos de la armada en el puerto de la Navidad, suscribe su acostumbrada obligación de cumplir fielmente las «Instrucciones», prestando ante Alonso Cabrillo pleito homenaje y dando las suyas a los capitanes que bajo su mando iban al descubrimiento de las islas del Poniente ([14]).

Ordenaba que todos los soldados fuesen confesados y comulgados y castigaba duramente a los blasfemos, que en caso de reincidencia serían abandonados en una isla despoblada, si eran hidalgos, o condenados a perder la lengua si no poseían aquella condición. Las armas de soldados y marineros habían de ser recogidas al entrar a bordo, para entregarselas cuando fuera menester. La ración de agua, en circunstancias normales, aparte de la que había de darse para el caldero, era de medio azumbre a cada soldado, tres cuartillos a os marineros y cuartillo y medio a los negros; la de pan (biscocho) y carne, a razón de libra y media diarias de pan y una de carne al soldado y los de la primera especie para repartir entre tres indios.

La falta de vigilancia en las guardias se castigaba con la pérdida del cargo, sin que se le pudiera contar en lo sucesivo en el número de los soldados, o con zambullidas al que no fuese hijodalgo, arrojándolo al mar si reincidía. Previene igualmente los casos de motín, extravío en la derrota, precauciones al arribar a tierra, etc., etc. ([15]).

([12]) Col. Doc. Ultramar, t. II, pp. 28-46. e Introducción, pp. XI-XIII.

([13]) Col. Doc. Ultramar, t. II. Introd., pp. XIV-XV. Miguelez. Catálogo de los Códices españoles de la Bib. del Escorial. Madrid, 1917, t. 1, p. 242.

([14]) Col. Doc. Ultramar, tomo II, docs. 5-6-7. Miguelez, *op. cit.*, pp. 243-244.

([15]) Col. Doc. Ultramar, t. II, p. XIV. Introd. y doc. nº 8.

Componían la flotilla de Villalobos los buques siguientes:

Nao *Santiago* (capitana).
Nao *San Jorge*.
Nao *San Juan de Letrán*.
Nao *San Antonio*.
Galeota o galera nombrada *San Cristóbal*
Bergantín o fusta nombrada *San Martín*.

Y, entre otros individuos de menor categoría, iban en la expedición:

Capitán general — Ruy López de Villalobos

Capitanes:
Bernardo de la Torre
Alonso Manrique
Francisco Merino
Matías de Alvarado
Pero Ortíz de Rueda
Cristóbal Pareja

Factor de S. M. — García de Escalante Alvarado
Contador de S. M. — Jorge Nieto
Veedor de S. M. — Onofre de Arévalo
Factor del virrey de Nueva España — Martín de Islares
Contador — Guido de Labezaris
Tesorero — Gonzalo Dávalos

Religiosos de San Agustín:
Prior Fr. Gerónimo de Sanctisteban

Fr. Nicolás de Perea
Fr. Alonso de Alvarado
Fr. Sebastian de Reyna

Clérigos:
El comendador Laso
El padre Don Martín
El padre Cosme de Torres
El padre Juan Delgado

Pilotos:
Gaspar Rico, del navío *Santiago*
Alonso Fernández, del *San Jorge*
Ginés de Mafra, del *San Juan*
Francisco Ruiz, del *San Antonio*



Váríos caballeros e hidalgos:
Iñigo Ortiz de Retes
Bernardino de Vargas
Antonio de Bustos
Francisco de Alvarado.

E lnúmero total de individuos era de 370, según Sanctiesteban, o de 400, según Escalante (10).

Salió la armada del puerto de la Navidad el día 1 de Noviembre de 1542, y a los ocho dias, andadas 180 leguas, pasaron cerca de una isla pequeña y despoblada, que llamaron de Santo Tomás (más tarde denominada de San Alberto). Transcurridos tres días, dieron vista a otra que llamaron la Nublada (hoy del Socorro), en cuya costa hicieron abundante provisión de pesca. A ochenta leguas de esta vieron otra que llamaron Roca Partida (hoy Santa Rosa) y el día de Navidad surgieron en la que denominaron de San Esteban, perteneciente a un pequeño archipiélago que designaron con el nombre del Coral, donde se abastecieron de víveres y bastimentos. Continuando su viaje hacia el poniente y después de separarse del resto de la flotilla la galera o galeota *San Cristobal*, que desapareció en una noche de furiosa tormenta, vieron las islas de Matalotes y Palaos, llegando por fin el día 2 de febrero, después de un viaje de tres meses, a la isla de Mindanao, que llamaron Cesarea Karoli, en memoria del emperador, atracando en la bahía de Málaga, o Baganga. Allí estuvo la armada cerca de un mes. Los pilotos rodearon la isla, calculando que distaba del puerto de la Navidad cerca de 1500 leguas. Por la insalubridad del clima decidio Villalobos abandonar aquella bahía, trasladándose la flotilla a la isla de Sarragán, que denominaron Antonia, donde, al cabo de algunos combates con los indígenas, lograron establecerse los españoles, recogiendo abundante provisión de objetos del país que se destinaron a ser enviados como muestra al virrey.

Se hicieron plantaciones de maiz que no dieron resultado y, con gran disgusto de los soldados, que decían ir a conquistar y no a sembrar, se dispuso Villalobos a fundar una colonia en la isla. Enviáronse igualmente expediciones, poco fructíferas, a las islas vecinas, y pérdidos el navío *San Antonio* y la fusta y en mal estado los demás, determinó el general enviar el *San Juan* a Nueva España, para que diese cuenta al virrey de cuanto había sucedido. La galeota que había desaparecido en un temporal arribó a Sarragán, después de haber recorrido las islas que llamaron Filipinas, en memoria del príncipe Don Felipe.

El día 4 de agosto de 1543 partieron de Sarragán, en navío para Nueva España y la galeota para recorrer las islas vecinas y traer bastimentos; y a los tres días de haberlos despachado, llegaron a las islas del Maluco tres paraos portugueses, que, después de haber pedido seguro en nombre de S. M., enviaron a tierra un hídalgo

(10) Vid. la «Relación» de este viaje, escrita por el gran historiador de las expediciones marítimas de los españoles, Don Martín Fernández de Navarrete. Herrera, Década 7.ª, libro 5.º, capitulo 5. Fr. Gaspar de San Agustín, «Conquista de las Islas Filipinas», Madrid, 1698, lib. I, pp. 21 y 22.

que entregó a Villalobos un requerimiento firmado por Don Jorge de Castro, gobernador del Maluco, para que inmediatamente saliesen los españoles de aquellas tierras que pertenecían al rey de Portugal. Contestó Villalobos que, exceptuando las islas del Clavo, comunmente llamadas Maluco, donde el emperador les había ordenado que no entrasen, todas las demás caían dentro de la demarcación de su soberano y que llevaban poder para ocuparlas ([17]).

Al cabo de pocos días volvieron de nuevo los portugueses, haciendo otro requerimiento, que tuvo la misma respuesta que el anterior, en vista de lo cual y conociendo el estado de necesidad en que se hallaban los castellanos, procuraran agravarla, sublevando a los indígenas para que no prestasen socorro a los españoles.

Fué preciso abandonar la isla de Sarragán y, aparejada la escuadra, marcharon a una provincia de Filipinas, llamada Abuyo, de donde trajo la galeota abundantes provisiones. Los temporales impidieron la realización de aquel pensamiento y al cabo de muchas privaciones y de morir bastantes españoles por enfermedad y asesinados por los indígenas, cuando saltaban a tierra para abastecerse, llegó la flotilla a la costa del moro, entrando en los domínios del rey de Gilolo, que estaba en guerra con los Portugueses, no obstante los requerimientos del gobernador Don Jorge de Castro ([18]), Villalobos se entrevistó con el rey de Gilolo, concertándose que los españoles se fortificarían en esta población. Allí se les unió Pedro Ramos, natural de Trasmiera, en la montaña de Santander, que, habiendo ido en la expedición de Loaysa, se quedó en aquellas tierras y conocía perfectamente el idioma de los naturales, por lo cual fué muy útil a Villalobos.

En estas circunstancias, el rey de Tidore pidió auxilio a los Españoles, yendo en persona a visitar a Villalobos y concertándose un tratado entre el general y los reyezuelos de Tidore y Gilolo, por virtud del cual se estipulaba el matrimonio del rey de Tidore con una hija del de Gilolo y se enviaba un destacamento de españoles al primero de estos reinos.

Ambos príncipes se habían mostrado siempre muy afectos a la causa de España, desde que el reyezuelo de Terrenate había pedido auxilio a los Portugueses, vendiéndoles sus especias a cambio de la protección contra sus vecinos. Por esta causa Magallanes había sido bien acogido por el rey de Tidore ([19]).

---

([17]) Couto, pp. 243-245. Rebello, *op. cit.* 2.ª parte, cap. VI. Galvan, cap. I. Llamábase el hidalgo Antonio de Almeida, que procuró informarse minuciosamente de los recursos de los castellanos. Recibió también Villalobos otro requerimiento de Jaime Lobo, portugués que se hallaba en la costa del Moro. Archivo de la Torre de Tombo, Gav. 18, maç. 8, nº 6. Publicadas en *As Gavetas da Torre do Tombo*, IX, Lisboa, 1971, pp. 198-199 y 199-200.

([18]) La correspondencia entre Villalobos y Jorge de Castro hállase en el Arch. de la Torre de Tombo y ha sido publicada en *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. IX, Lisboa, 1941, pp. 189 a 198, 200-202, 373-389, 364-372. 391-400, 174-184.

([19]) Galvan, cap. V. Carta del rey de Terrenate al de Portugal (18 de febrero de 1544). Archivo de la Torre de Tombo. Gav. 18, maç. 8, nº 1. Carta de Don Jorge de Castro al rey de Portugal. *Ibd.*, 18-8-30. Publicadas en *As Gavetas*, pp. 139-140 y 184-187.



La escasez de mantenimientos obligó a Villalobos a enviar dos paraos, facilitados por el rey de Tidore y mandados por García de Escalante, para que buscasen a los navíos que habían ido a Filipinas a traer provisiones.

Escalante supo que uno de los bergantines se había perdido y el otro se disponía a regresar, diezmada su tripulación, y que el navío *San Juan* enviado para Nueva España, imposibilitado para hacer tan larga travesía, se había vuelto en busca del general. Después de recorrer gran parte del Archipiélago Filipino, y de recoger a los tripulantes del bergantín, regresó a Gibolo, el día 17 de octubre de 1544, al cabo de un viaje de cuatro meses, encontrándose con que el general se había trasladado a Tidore con toda su gente y que al navío *San Juan*, que había arribado de su viaje para Nueva España, lo estaban aderezando para volverlo a enviar.

Don Jorge de Castro, cumplido el tiempo de su gobierno, fué relevado, sustituyéndole Jordan de Freitas, que concertó treguas con los Españoles, acordándose que ningún portugués pasase a Tidore, hasta que el emperador, el rey de Portugal, el virrey de Nueva España o el governador de la India dispusiesen otra cosa. Y hasta que llegó el despacho del gobernador de la India, pasaron tres años durante los cuales los Españoles no tuvieron socorro de ninguna parte y sufrieron grandes trabajos y pérdidas.

El navío *San Juan*, enviado de nuevo a México para dar cuenta al virrey de lo acaecido y traer socorros, regresó a Tidore el día 3 de octubre de 1545, después de un viaje de cuatro meses, recorriendo las costas de Nueva Guinea y otros archipiélagos. La tripulación, en vista de las dificultades del viaje, pidió al capitán, Iñigo Ortiz de Retes, que regresase a las Molucas, como así se verificó.

Esto descorazonó de tal manera a los soldados de Villalobos que muchos se marcharon a Terrenate, poiéndose al servicio de Portugal, al propio tiempo que de la India llegaban tres naos al mando de Hernando Sousa de Távora, conduciendo 150 hombres para reforzar la guarnición portuguesa de Terrenate.

Apenas llegó Sousa de Távora, comenzó las negociaciones Villalobos, yendo a verle en persona a pesar de la opinión contraria de alguno de los oficiales más caracterizados, resultando que Sousa se negaba a toda transación que no fuese embarcar para la India, en un navío que él mismo les había de proporcionar.

Estas proposiciones del portugués produjeron gran alteración en el campo castellano, dando lugar a que los oficiales, soldados y gente de mar, enviasen un enérgico requerimiento a Villalobos ([20]).

García de Escalante, por su parte, insistió cerca de Villalobos para que se hiciese el viaje a Nueva España, comprometiéndose a ir al frente de la expedición, hasta que, viendo que no era esta la voluntad del general, desistió. Martín de Islares, factor del virrey, expuso igualmente los peligros de capitular en aquellas condiciones,

---

([20]) Vid. este requerimiento en el tomo V de la Col. Doc. Ind., pp. 171-174, Quéjanse de que el general haya tratado con Hernando de Sousa otros capítulos que los concertados con sus soldados; piden que dejen salir un navío para Nueva España, agregando tener poca necesidad de tratar con los portugueses, contando con un aliado como el rey de Tidore, que los proveía de todo lo necesario.

haciéndole un nuevo requerimiento, donde condenaba los conciertos habidos con Sousa y el perjuicio causado a la hacienda del virrey al realizarse el viaje por la India, por lo cual reclamaba que pusiese a su disposición el navío para volver a Nueva España ([21]).

Entretanto llegó el portugués Francisco Núñez, con dos seguros para el rey de Tidore y para su hermano, conforme a lo convenido con Villalobos y, hallándose ambos con el general para recibirlos, entraron el veedor Onofre de Arévalo y Bernardo de la Torre, quienes le suplicaron que no los entregase hasta que diese respuesta al requerimiento que le había hecho su campo, a lo cual se negó el general, que con este motivo oyó agrias palabras de labios de Bernardo de la Torre ([22]).

Las paces se concertaron en condiciones desastrosas para los Castellanos, que tan bién parados habían salido cuando se entendieron con Jordán de Freitas ([23]).

Reconoció Villalobos la prohibición que traía de S. M. para entrar en aquellas islas. Se otorgaba perdón al rey de Tidore, con la condición de deshacer la fortaleza que tenía en su isla, saliendo de allí el general, que con su gente debía marchar a Terrenate, donde dejaría en prenda su artillería y municiones, dando en rehenes los caballeros que Sousa pidiese. La artillería había de transportarse a Portugal, donde se daría a Villalobos o a quien designase. En el primer viaje se proporcionaría una embarcación a Villalobos y a su gente, llevándose sus personas y haciendas sin flete, con tal que no transportasen mercancías prohibidas, y socorriendo a los soldados por estar en suma pobreza. Podían conservar para su servicio los indios que llevaron de Nueva España, que en modo alguno se cederían a ningún portugués, por haberse obligado Villalobos a volverlos a su país. Los castellanos que habían quedado en Filipinas gozarían de idénticos derechos, obligándose Sousa y Freitas a procurar su busca ([24]).

Después de enviar Villalobos parte de sus soldados en ayuda de los portugueses contra su antiguo aliado el rey de Gilolo, constituyendo la expedición un completo fracaso, embarcáronse los castellanos en navíos portugueses el día 18 de febrero de 1546, arribando al puerto de Ambón, donde permanecieron hasta que los vientos se mostraron favorables.

Durante la estancia en este puerto murieron bastantes castellanos de una enfermedad adquirida en las Molucas, que se manifestaba por un tullimiento completo de pies y manos, con pérdida total de la sensibilidad.

Uno de los fallecidos fué el general Ruy López de Villalobos, cuya muerte, ocurrida el viernes de Ramos de 1546 a consecuencia de las fiebres, fué sentida de

([21]) Col. Doc. Ind., t. v, pp. 175-178.

([22]) Vid. la respuesta de Villalobos en la Col. Doc. Ind., t. v, pp. 180-194. Fundamenta su actividad en la prohibición de recibir socorros de Nueva España. Vid. etiam, la réplica de los oficiales en el mismo volumen, pp. 190-194, donde reprochan al general el envío de tropas contra el rey de Gilolo que tanta ayuda les prestó.

([23]) La capitulación con Freitas, hállase en el Arch. de la Torre de Tombo, parte 1.ª, maço 76, doc. 4.

([24]) Col. Doc. Ind., t. v, pág. 194. El tratado hállase en la Torre de Tombo, gav. 15, maç. 20, nº 25. Vid. Rebello, part. II, cap. IX; Galvan, cap. VIII.



cuantos componían la expedición, enterrándosele en el pueblo de Rozanive. Tuvo Villalobos auxilio espiritual, no sólo de los religiosos de su expedición, sino también del gran Apostol de las Indias, San Francisco Javier, que había llegado a aquella isla el 16 de febrero del mismo año. Cuenta Fray Gaspar de San Agustín que el Santo profetizó al general su muerte, que ocurrió muy en breve, siendo más sentida de los portugueses que de los castellanos ([25]).

Con vientos de la parte del sur, salieron de Ambón el 17 de mayo del mismo año, con dirección a la isla de Java, de donde pasaron a Sumatra, llegando a Malaca el día 10 de julio; allí estuvieron cinco meses pasando grandes penalidades y vendiendo para sustentarse las escasas armas que les habían quedado. Hernando de Sousa ordenó que se diesen cinco ducados a cada uno, que algunos los recibieron por necesidad y otros no los quisieron, viendo cuan poco remedio eran para su urgencia.

Por fin salieron para la India, llegando a Goa en Enero, pero, por hallarse el gobernador en Díu tuvieron que esperar hasta Mayo para que proveyese.

Ordenó este funcionario que se les asignase una cantidad, pero era tan exigua que no alcanzaba a remediar las más urgentes necesidades.

El padre Fray Gerónimo de Sanctisteban comunicaba al virrey Don Antonio de Mendoza, desde Cochín, con fecha 22 de enero de 1547, que de 370 españoles que habían salido de Nueva España, habían quedado en Maluco 30 o pocos más y 12 presos entre los infieles, y García de Escalante participó al mismo virrey, desde Lisboa el 1º de agosto de 1548, todos los acaecimientos de la expedición y que de ella quedaban vivos 144 castellanos ([26]).

([25]) Rebello, cap. XI, p. 238, dice respecto de la muerte de Villalobos que: «diziao que de imaginação de se ver perdido e escandalizado dos seus; e assi por se entreguar tão facilmente a Fernão de Sousa, avendo que não tinha para fazer co elle paz e temia por esa causa não lhe guardesen a que fizera. Era home comprido, magro e de boa veroniqua: mui affable, apraziuel e cortes; e a barba serteada de preto e branquo». Vid. et. Galvan, cap. VII. En el *Dicc. Geog. Estadist. e Historico de las Islas Filipinas,* de Buceta, se dice que era hombre de letras, licenciado en derecho e hijo de una familia distinguida de Málaga. Fray Geronimo de Sanctisteban, Col. Doc. Ind., t.XIV, p. 162, dice que «murió de calenturas y muy cano, despues de muy seco de pesar y de congojas».

([26]) Vid. el extracto de Navarrete en el Archivo del Museo Naval y las «Relaciones de Escalante y Sanctisteban ya citadas. Al final del resumen de Navarrete, hay una advertencia en la que se hace constar el desagrado de S. M. porque la expedición de Villalobos hubiese entrado en las Molucas. En el tomo II, p. 92, de la Col. de Doc. de Ultramar, se agrega que el disgusto de la corte fué por el proceder de Villalobos, más ajustado en último término a los intereses de la corona de Portugal que a los del emperador.

Es más acertada la opinión del benemérito historiador de nuestros viajes marítimos y así lo comprueba un curioso documento existente en la Torre de Tombo, parte I, maç. 17, doc. 94, que contiene una provisión del Emperador, ordenando que ninguna embarcación, así de guerra como mercante, vaya a las islas Molucas, por ser estas pertenecientes al rey de Portugal. Está fechado en Gante a 29 de Octubre de 1545 y ordena a Villalobos, que sin demora alguna salga de aquellas tierras, dándose por «mui deservido» por lo que había hecho, «sabiendo la rrazón que ay para agradar y complazer al serenisimo rrey de Portugal».

Carlos V, atado a sua política europea y doseoso de conservar la amistad con el rey de Portugal, procuraba a toda conta complacer a su vecino. Villalobos sabía perfectamente

Con esta expedición se terminaba el ciclo de hostilidad hispano-portuguesa con motivo de la posesión de aquellas islas, cuyas producciones representaban tan gran papel en el tráfico comercial de la época.

Portugal, viendo asegurada aquella colonia de hecho y de derecho, comienza a pleitear con Castilla acerca de la verdadera situación del meridiano de demarcación en América. La contienda se prolonga hasta 1777, en que, por el Tratado de San Ildefonso, conciertan María I y Carlos III que los límites del Brasil con los dominios españoles se establezcan por accidentes geográficos y atendiendo a la posesión y no por un determinado meridiano.

He aquí como las consecuencias de la bula de Alejandro VI y del Tratado de Tordesillas dieron lugar, de una parte, a la expansión del pueblo lusitano por la América del Sur, formándose uno de los estados más prósperos del Nuevo Continente, y, de la otra, a la detención del progreso de la colonización española por las islas del océano Pacífico y de la Malasia.

que su entrada en las Molucas había de disgustar al monarca. Únicamente se le puede reprochar su debilidad y falta de carácter al hacer el convenio con Sousa de Távora y su ingratitud al enviar castellanos contra el rey de Gilolo. El monarca portugués quedó muy satisfecho con la solución que a este asunto dió Sousa, premiándole con largueza. Vid. *Hist. dos varoens da casa de Távora*. Paris, 1648.

# LA ESPECERÍA DE CASTILLA, NOTA POLÍTICA EN LA POLÍTICA INDIANA

## (CONSIDERACIONES SOBRE LA IMPLICACIÓN ATLÁNTICA EN LA GESTA DEL PACÍFICO

POR

JUAN PÉREZ DE TUDELA Y BUESO

No son muchas las presunciones de descubridor de tierras incógnitas las que el autor de esta ponencia haya podido forjarse con ella. La gesta de Magallanes, en sus antecedentes, vinculaciones y aspectos generales, es tema, por fortuna, bien conocido y sus proyecciones —nimbadas de natural grandiosidad ya en la apreciación de la época— no se nos presenta demasiado problemáticas. Por lo que hace al objeto que nos proponemos, cabría resumir el discernimiento inmediato —y clásico— de los hechos diciendo que la travesía en sentido diagonal del mar del Sur, al desvelar la inmensidad acuática que separa las Indias Occidentales, o Nuevo Mundo, de las Orientales, o asiáticas, ha hecho, sin embargo, centellear por un momento la posibilidad de llevar hasta el Asia el dominio castellano, cabalgando sobre esa especie de unidad que constituye el manto oceánico. Pero se ha impuesto al emperador Carlos V, no tardando, la lógica dc una renuncia a las islas clásicas de la Especería, poniendo fin con ello a la disputa con los Lusitanos. Porque, más allá de la cuestión del derecho, los Portugueses resultaban competidores imbatibles al poseer una ruta que escalonaba las bases y los medios de acción hasta aquella meta. Todo lo cual, si se considera desde los destinos del mundo atlántico, tendría esta consecuencia tan simple como importante, a saber: que el doble continente de las Indias Occidentales se concretaría como la plataforma donde debía desplegarse la acción de los Castellanos; campo vastísimo y alfombrado de secretos, pero de contornos definidos y asequibles en la cortedad relativa de ese Atlántico, convertido, diríamos, en espacio familiar y engarzado a la suerte de un hemisferio.

Claro es que, en semejante esbozo panorámico, se concede un valor primordial, y aún exclusivo, en la decisión del destino al mandato geofísico; de tal manera, que sería legítimo deducir, por lo tanto, que ha tenido poco o nada de recíproca la relación entre el Pacífico y el Atlántico en el seno de la disputa ibérica, por cuanto en ella lo importante habría sido la vastedad y las condiciones de la navegación del primero. O bien, dicho en otros términos: cuando el suceso histórico ha venido a definir inequívocamente el «único» océano —conforme al supuesto clásico— como la realidad de un doble y desigual océano, ha mostrado con la dimensión gigante del Pacífico un cierto imperativo de independencia entre sus dos orillas. Y cabría decir que con mandato perdurable hasta nuestros días.

Ahora bien: si esto no puede ser llamado una falacia absoluta —a la vista de sus enormes razones—, no deja de ignorar, sin embargo, ciertos rasgos —para el historiador interesantes— en el semblante de los acontecimientos; o una manera de

verlos conforme a la cual la pugna luso-castellana y la decisión final sobre «Las Molucas» en 1529 se inserta y está condicionada dentro de un cuadro de factores que, desbordando el imperativo geográfico, los refieren a la unidad de conexiones que vino a ser en aquellos días la Historia de los Descubrimientos y de la expansión ibérica. Historia esta que ciertamente se hallaba en trance de pasar del único océano a la dualidad oceánica; pero no sin que el horizonte atlántico, con la carga de compromisos pasados y futuros que en él se entrañaba, dejara de influir de alguna manera directa en el encauzamiento del destino para las riberas orientales del mar del Sur.

Espero, por otra parte, que un enfoque de este orden no parezca una mera sutileza interpretativa, que deje inalterada la comprensión misma de los hechos. Aunque para creer que esto no sea así, baste observar que la resolución de Carlos V sería una salida «natural» —en el sentido exacto del adjetivo— contemplada desde el punto de vista de un Pacífico imperativo; cuando, de hecho, el Tratado de Zaragoza de 1529, considerado desde las ideas y reacciones coetáneas y antecedentes —e igualmente desde hechos posteriores, como el establecimiento castellano en las Filipinas— se nos presenta no tanto como una desembocadura «natural», cuanto con el cariz de una decisión histórico-política, con matices de sorprendente y de controvertible para la época.

Con todo ello, confío que quedará justificado mi propósito de examinar en un itinerário de síntesis los rasgos que, caracterizando la empresa de la Especería como algo enteramente peculiar en la acometida expansiva de Castilla, la condicionan a la vez al discurso general histórico.

## LA ESPECERÍA DE CASTILLA, META ESQUIVA DEL ESTATISMO ECONÓMICO

Según es bien sabido, desde los orígenes mismos de la empresa de las Indias, esto es, desde el proyecto inicial de Colón, no es una determinada materia preciosa la que se sueña encontrar allí, sino todo un elenco más o menos indefinido de cosas «ricas», que van desde las gemas hasta los seres monstruosos (1). Y no menos se sabe que las especies constituyen dentro de tal repertorio la materia más acreditada para asegurar una «negociación» monopolística; un negocio operable con medios concentrados y de tal rentabilidad que es como la invitación misma y la antonomasia del asunto económico reservado al Príncipe y a sus asociados por privilegio, conforme al gran modelo que había anticipado la monarquía portuguesa (2).

(1) V., a título de ejemplo, la capitulación con Rodrigo de Bastidas, en que el rey reclama su parte sobre «monstruos e serpientes e otros cualesquier animales; e pescados e aves, e especiería y droguería, e otras cualesquier cosas...» (*Col. doc. inéd. América*, t. XXXVIII, p. 432).

(2) No cabe aquí extenderse sobre tan enorme y estudiada materia. La brillante y conocida producción de Vitorino Magalhães Godinho ha puesto en claro, sobre el plano conceptual e inmejorablemente, cuanto conviene saber sobre los móviles y condicionamientos del expansionismo portugués del siglo XV al XVII.



La descubierta y establecimiento ibéricos en las flamantes islas y tierra firme del mar Océano no defraudaron aquella variedad de expectativas puestas en el mundo exótico. El Nuevo Mundo, a través de desencantos y de sorpresas deslumbrantes, se iría configurando como realidad y como mito de atractivos imponderables para el europeo; y tan variados, como fueron diversas las «cosas ricas» que ameritaron para él la travesía del océano: desde el oro, al encanto del paisaje. Pero desde muy pronto se han impuesto en ese avance dos notas fundamentales y relacionables sin duda. De un lado, no han hecho allí aparición las anheladas especies; y, de otro, la progresión colonizadora ha debido fundamentarse, en principio, en un orden liberal para la actividad económica, confiada —salvo excepción— a la iniciativa privada de los súbditos, con virtual renuncia de la Corona a un monopolio estatal. Esa orientación se había establecido además, no por un acaso, sino por decisión de la propia Corona ante la pugna inmediatamente surgida entre el monopolismo mercantil que pretendiera implantar Cristóbal Colón y las exigencias de una política de poblamiento basada en las granjerías particulares. Sin que nadie hubiese llegado a escribir tratados teóricos sobre la cuestión, había resultado clara, sin embargo, la oposición entre los requisitos propios del monopolismo estatal, basado en la factoría privilegiada y excluyente, y las exigencias del designio poblador, que eran de las de aquellas libertades y franquezas económicas reclamadas por los propios súbditos (3).

No obstante, ninguna renuncia formal se había formulado por la Corona acerca de un tal monopolio, que era posible siempre que prometiera sustanciales y rápidas ganancias, sin provocar conflictos políticos demasiado graves. Y en el horizonte de la «negociación» de las Indias ninguna promesa seguía siendo más adecuada —aún después del relevo de Colón— a la concentración de recursos capitalísticos y de administración para el lucro rápido, que la promesa de la Especería (4). No solo, pues, en cumplimiento de compromisos difícilmente soslayables con Colón, sino en virtud de un interés profundo, los Reyes Católicos han costeado al gran Descubridor aquel cuarto y último de sus viajes en el que, como se sabe, se proponía ganar a los lusitanos la carrera transcendental en la llegada a las Islas Orientales y a sus especies, a través del Estrecho o paso marítimo entre ambas tierras firmes por él halladas (5).

(3) Es este el significado que propuse para la experiencia colonizadora protagonizada por Cristóbal Colón, en mi estudio *Las armadas de Indias y los orígenes de la política de colonización (1492-1505)*, Madrid, 1956.

(4) Organizado de nuevo en 1502 el sistema colonizador en la isla Española, bajo una pauta general de franquezas económicas, quedó no obstante reservado a la Corona el monopolio de tráfico sobre el palo de brasil (Cfr. Pérez de Tudela: *Las armadas*, cit. nº 3, p. 195). No hay que dudar que, de haberse hallado especería en las islas antillanas, hubiera sido igualmente objeto reservado al negocio estatal.

(5) Acerca de la entidad y forma de este desembolso de los reyes, cfr. mi estudio: «Una rectificación y tres documentos. Ilustración a dos momentos colombinos», en *Revista de Indias*, nº 54, 1953. Sobre los objetivos del viaje, nada más informativo que el proprio texto del Almirante en su célebre «Carta de Jamaica» (*Raccolta Col.*, P. I, v. II, pp. 175 y sigs.). Por cuanto ilumina con nuevas y decisivas luces el panorama de las ideas y conocimientos de Colón en este orden descubridor, es obligado citar el reciente libro de Juan Manzano Manzano: *Colón descubrió América del Sur en 1494*, Caracas, 1972.

Después del fracaso de Colón en aquel su empeño máximo, seguido de inmediato por la crisis sucesoria de Castilla, la cuestión de la Especería comenzará a plantearse para el Rey Católico bajo aspectos que suponen, por una parte, un acuciamiento a resolverla, y que le llevan por otro lado a introducir sobre el problema serias inflexiones políticas.

Se impone ante todo el hecho de que la barrera terrestre de las Indias parece ofrecer una continuidad ante el avance castellano, como un «Mundus novus» distinto del Asia. Y ello hacía ilusoria la ventaja que para el monarca castellano podía tener la esencial ambigüedad demarcatoria que entrañaba el Tratado de Tordesillas, y que de manera tan decisiva pesará sobre nuestra materia.

Permítaseme detenerme un punto en esta cuestión, porque siendo obvia para los entendidos en nuestro tema, es también fundamental para explicarse las actitudes adoptadas por la Corona de Castilla en sus tratos con Portugal.

Está claro que si la partición meridiana acordada en Tordesillas quería evitar un conflicto continuado en las longitudes geográficas del mundo asiático, debía suponer que la raya trazada «de polo a polo», 370 leguas al Occidente de las islas de Cabo Verde, se completaba por el antimeridiano correspondiente, donde, por fuerza, debían concurrir lusitanos y castellanos en una navegación, como era la convenida entre ellos, de opuesto sentido. Salvo que tal frontera antimeridiana es una mera suposición o inferencia lógica, que carece de la menor alusión textual en el famoso tratado de 1494 (6).

¿Imprevisión u olvido incauto de los contratantes, o hecho de segunda y ocultas intenciones? En verdad, no poseemos datos que nos permitan una respuesta categórica sobre ello. Pero nada me parece menos imputable al Rey Católico ni al «Perfeito Princepe» don Juan que el descuido ingenuo. Para pensar que fué intencional el silencio sobre la prolongación antimeridiana hay además razones muy considerables aunque indirectas. Desde los supuestos de la cosmografía colombina, no sólo estaba próxima el Asia oriental al área de los descubrimientos del Almirante — y por lo tanto, inclusa en la «demarcación castellana» concebida como hemisferio; se daba además por segura una vinculación terrestre septentrional entre las Indias y el Catayo, de tal manera, que con el Tratado de Tordesillas en la mano y ajustándose a la letra del mismo, cabía argumentar que el Rey de Castilla tenía ya adquirida en su «demarcación» — concebida ahora como una continuidad de dominio terrestre — una conquista que se llevaba nada menos que hasta el Arabia. Así lo había visto el cosmógrafo Jaume Ferrer de Blanes al día siguiente de firmado el acuerdo (7); así seguramente

(6) Esa nota de indeterminación en el sistema de la «raya» demarcatoria está ya presente — claro es — en la Bula alejandrina *II Inter caetera.* Consideré ya esta cuestión y sus consecuencias para la política de los Reyes Católicos en mi ponencia al Primer Coloquio Luso-Español de Historia de Ultramar. Cfr. «La Armada de Vizcaya», en *El Tratado de Tordesillas y su proyección,* Valladolid, 1973, t. I, pp. 33 y sigs.

(7) «... y la otra parte por Occidente fasta tornar por Oriente la vuelta del sinu arábigo, será de los Reyes nuestros señores, *si sus navios primero allá navegaran* (carta de Mosén Jaume Ferrer a los Reyes Católicos, con su parecer sobre la capitulación de Tordesillas, en Martín Fernandez de Navarrete: *Colección de los viajes y descubrimientos,* etc., B. A. E., Madrid, 1954, t. I, p. 358).



lo argumentaría el propio Colón, y así, en fin, mediante amplia exégesis, lo sostendría don Hernando Colón, fiel heredero y guardián de las ideas del Descubridor (8). O contemplado desde otro ángulo: es de sospechar con vehemencia que, fallido el propósito de los Reyes Católicos — en fechas de 1493 — de acotar el avance portugués confinándolo al Africa (9), han creído que mediante la partición de un Océano único obtenían análogo resultado, reservándose aquellas «Indias» que venían a constituir, de algún modo, una continuidad terrestre hasta la península arábiga.

En cuanto al rey don Juan, se explica igualmente que no pugnara por precisar una división que debía recaer sobre espacios asiáticos, antes de poseer medianas certidumbres y noticias sobre lo que se repartía. Al correr la «raya» de Alejandro VI hacia Occidente, el Lusitano se habia ganado el Brasil. ¿A qué comprometer en los antípodas el precio de ese avance con pérdida posible de la Especería oriental? (10) Solo la experiencia descubridora se encargaría de dar otra clase de respuesta.

Claro es que para el Rey Católico, mientras estuvo instalado en los referidos supuestos no había manera mejor de asegurarse la propiedad de las Indias clásicas y de la Especería adyacente, que haciendo llegar allí sus navíos a tomar la «posesión» antes de que lo hicieran los portugueses. De aquí la consabida urgencia del Rey por encontrar el paso anhelado a los mares del Asia. Porque también con el Tratado de Tordesillas en la mano, nada limitaba, en rigor, la progresión lusitana en su navegación de rumbo oriental hasta aquellos ámbitos de la Especería histórica, que se sabían precisamente isleños.

Salvo que el imaginado desenlace para aquel sistema de carrera en competencia sobre el océano se fué mostrando cada vez más problemático para los Castellanos, y por lo tanto cada vez más cuestionable la ventaja para ellos en la indeterminación de Tordesillas. Porque eran ahora los Portugueses quienes, sin obstáculo ante sus quillas, podían alcanzar la «posesión» de las islas y del continente asiático — hasta el Catay y el Cipango — no obstante el discutible impedimento que para ello pudiera suponer la bula *Dudum siquidem* de 26-IX-1493.

De otro lado, para el rey don Fernando, después de fallecida Isabel la Católica, la negociación de la Especiería tenía que representar un objetivo altamente apetecible, ahora que sus derechos sobre las Indias eran sumamente frágiles del lado político — en cuanto disputables por Felipe y Juana — y sí en cambio mucho más clara la posibilidad de vincular a su persona, en las tierras descubiertas, unas rentas intangibles. ¿Y qué renta mejor que la del tráfico especiero? Las llamadas «juntas de Toro» de 1505 y la prisa que pone el rey en los preparativos sigilosos para la expe-

(8) V. nota 98.

(9) Cfr. mi estudio cit. en n. 6.

(10) Como argumenta Jaime Cortesão (en su *Brasil,* Barcelona, 1956, pp. 126 y sigs.), la pugna de Juan II por trasladar la «raya» alejandrina parece un absurdo, cuando se piensa en el antimeridiano, si no se introduce el dato del predescubrimiento lusitano del Nuevo Mundo. Mi argumento en la misma línea y por lo que nos ocupa, es que, dadas las especulaciones cosmográficas de la época (con su grado equinoccial de 17 leguas y media y su Asia muy alargada sobre la realidad), ningún interés debía empujar a los Lusitanos a hablar de demarcación al Oriente, hasta que los descubrimientos viajeros transformaran aquellas concepciones.

dición encomendada a Vicente Yáñez Pinzón y Américo Vespucio (ahora naturalizado en Castilla) (11), son la prueba bien conocida y bien elocuente no sólo del interés, sino de la premura también en don Fernando por tener en sus manos aquellas bazas que el destino amenazaba quitarle con la llegada de sus herederos.

Alguna prueba tenemos, además, de que en el ánimo del Rey Católico se había introducido la idea de desligar administrativamente de las Indias de Castilla los resultados que lograra obtener en aquella demanda de la Especería asiática, para la cual imaginaba establecer una Casa de la Contratación, que sin duda quedaría bajo su mano de manera harto más directa y positiva de lo que pudiera estarlo en adelante la Casa sevillana (12).

Hasta aquí he hablado tan solo de instancias económicas, sin hacer justicia, quizá, ni al rey don Fernando ni a su mano derecha administrativa, el obispo don Juan Rodríguez de Fonseca. Debe concederse que el monarca, tan bien o mejor que cualquiera, había de sentir la grandeza de aquel compromiso descubridor de la realidad física del planeta, respecto del cual, el hallazgo del Estrecho indiano representaba una especie de supremo peldaño. Y lo mismo cabe inferir de aquel activo y ambicioso prelado que, tras de servir eficazmente al monarca en la tarea de marginar a Cristóbal Colón, diríase como subrogado en los denuedos de éste por desvelar los grandes secretos geográficos (13). Con todo, el plano en el que dejaron un claro tes-

(11) V. sobre el tema la obra clásica de Manuel de la Puente y Olea: *Los trabajos geográficos de la Casa de Contratación*, Sevilla, 1900, y la más próxima de Amando Melón: *Los primeros tiempos de la colonización*, Barcelona, 1952, pp. 165 y sigs. Aunque en las reales órdenes se habla vagamente de «ciertas partes», el destino proyectado era la Especería, porque a ella se referirán luego las instrucciones de Felipe I. Ignoramos cuál era con certeza la latitud en que debía llevarse a cabo la exploración con los navíos construídos *ex profeso* en Vizcaya.

(12) Es sintomática a este respecto la capitulación que concediera el rey don Fernando al catalán Juan de Agramonte (natural de Lérida), para ir con naves al descubrimiento de «cierta tierra nova», acompañado de pilotos bretones «o de nación que allá hayan estado», capitulación que sería luego confirmada por la reina doña Juana. Aunque no nos constan las fechas del uno ni del otro auto, es indudable que el primero corresponde a un acto de gobierno del Rey Católico actuando como titular del dominio sobre las Indias, para dar planta a una «negociación» o contratación independiente de la sevillana, dado que en el documento referido se precisa que «haciéndose la Casa de la Contratación acá en España», habría de otorgarse merced del cargo de factor en ella a un tal Ponce, «nuestro cantor e capellán e primo de vos el dicho Agramonte» (*Col. doc. inéd. Am.*, t. XXXIX, pp. 202 y sigs.).

(13) Ya a partir de la segunda expedición colombina se haría sentir aquel antagonismo de Fonseca hacia el Almirante, que desembocaría en el relevo del uno por el otro en la dirección de los Descubrimientos, relevo que aparece formalizado en 1499, desde que es el obispo quien otorga las capitulaciones para los nuevos viajes de descubierta (Cfr. A. Muro Orejón: «La primera capitulación con Vicente Yáñez Pinzón para descubrir en las Indias (6 junio 1499)», en *Anuario de Estudios Americanos*, IV, pp. 743 y sigs.). Debemos dar así por supuesto que fué Fonseca al agente de confianza del Rey Católico en el empeño de éste, a que hemos aludido, de crear una Contratación nueva, con independencia de la sevillana. Y en la referida capitulación con Agramonte, se señala, en efecto, que la expedición habría de «ir a la dicha tierra, yendo derechamente a ella, por los términos e partes e navegación que vos será señalado por un memorial firmado del obispo de Palencia, mi capellán mayor e del nuestro Consejo, e de Lope de Conchillos, nuestro secretario, e non a otra parte ni partes algunas...»



timonio de preocupaciones y de decisiones, no fué aquel, sino el político y económico, que precisamente nos incumbe.

Tras el fugaz reinado de Felipe el Hermoso —no menos interesado que su suegro en el proyectado viaje Pinzón-Vespucio (14)— seguirían en pie las razones para la orientación política insinuada por el Aragonés acerca de la Especería. Asumida por él la regencia de Castilla, no gobernaba aquí sino en tanto que crecía en Gante el nieto llamado a heredarle. Su manejo omnímodo de las cosas de las Indias tenía, pues, un plazo limitado, frente al despejo con que progresaba en el Indico el Venturoso don Manuel. Se comprende bien que dedicara otra vez atención urgente a organizar la búsqueda del paso hacia el Asia, congregando para ese objeto a consulta (Burgos, febrero y marzo de 1508) a los navegantes de más crédito con que podía contar (Vespucio, Yáñez Pinzón, Juan de la Cosa y Juan Díaz de Solís) (15); y que dispusiera, en consecuencia de lo allí acordado, aquella expedición de Solís y Pinzón destinada a «descubrir aquel canal o mar abierto que principalmente» debían buscar, navegando «hacia la parte del Norte facia Occidente» (16).

No era aquél un intento innovador en sustancia; pero con la presencia de Díaz de Solís —un portugués, o al menos un súbdito que había sido del monarca lusitano— el conflito latente entre ambas Coronas cobrará cuerpo real e inevitable, desde que el famoso piloto suponía al servicio de Castilla un síntoma grave (aunque ya anticipado a la inversa en el caso de Américo Vespucio): el del propósito castellano de servirse de medios elaborados por Portugal, para introducirse en el conocimiento de aquel ámbito asiático que permanecía cerrado a los rumbos occidentales. No era todavía una transgresión del pacto tordesillano, pero era un anuncio de lo que sucedería poco después: la decisión castellana de alcanzar el Oriente, aunque fuese por la ruta del Cabo de Buena Esperanza.

Ante aquel síntoma, don Manuel replicaría por lo tanto, en gesto de reciprocidad, «sonsacando» pilotos y navegantes de Castilla para traerlos a su propio servicio (1510) (17). Lo cual no tenía ni sin duda quería tener otra eficacia que la de demostrar la voluntad lusitana de devolver naipe por naipe en aquella cuestión.

(14) Para Felipe I no sería (claro es), de menos valor que para su Católico suegro la promesa de la Especería, y así, llegado a Castilla, se apresuraba a poner su mano en el asunto para urgir a los oficiales de la Casa sevillana la partida de las naves que se habían hecho fabricar en Vizcaya con aquel designio (Carta de Tudela de Duero, a 23-VIII-1506, en *Col. doc. inéd. Am.*, t. XXXIX, p. 138).

(15) Es, como se sabe, la primera actividad documentada del célebre piloto en Castilla. Acerca del debatidísimo problema de la nacionalidad de Solís —si portugués o nacido en Lebrija— cfr. como tratamiento de síntesis, Juan María Rubio: *Exploración y conquista del Río de la Plata. Siglos XVI y XVII*, Barcelona, 1942. Personalmente me inclino por la tesis lusitana, que fuera defendida por José Toribio Medina en su *Juan Díaz de Solís. Estudio histórico*, Santiago de Chile, 1897.

(16) V. sobre esta expedición el estudio de Ramón Ezquerra: «El viaje de Pinzón y Solís al Yucatán», en *Revista de Indias, n.os 119-122*, Madrid, 1970, pp. 217 y sigs.

(17) Narra el cronista Antonio de Herrera —refiriéndose al año de 1510—, cómo el monarca lusitano, movido a inquietud por la prosperidad del avance castellano en las Indias, envió a Sevilla a un Alonso Alvares, que andaba «sonsacando de parte del Rey de Portugal

Bien se sabe cómo el fruto obtenido por el viaje de Solís y Pinzón fué nulo en cuanto al perseguido «paso». Y esto ocurría casi al mismo tiempo que los portugueses se plantaban en Malaca (1511) y ponían así a la vista cuál iba a ser el resultado de la competencia velera hacia la Especería. Pero tan grave como esto habría de ser para el futuro este hecho fundamental: que según ciertas noticias de procedencia portuguesa, Malaca y el espacio que allí penetraban los lusitanos correspondía a la «demarcación» de Castilla ([18]) (una demarcación que debía entenderse ahora, por supuesto, de significado hemisférico). La segunda década del siglo comenzaba, pues, bajo auspicios tales, que llevaban al Rey Católico y a su mentor áulico, don Juan Rodriguez de Fonseca, a un intento de forzar la palanca del destino. Tal sentido tuvo, en efecto, el proyecto de viaje en el que Díaz de Solís, capitaneando dos naves, debia alcanzar nada menos que estos objetivos: primero, navegando por la ruta del Cabo de Buena Esperanza, llegar a la isla de «Celán», y tomándola como base de referencia, establecer «la demarcación e límites con Portugal», conforme al asiento de Tordesillas. En segundo lugar se le ordenaba que «placiendo a Nuestro Señor podreis ir a la isla de Maluque (*sic*) que cae en los límites de nuestra demarcación, e tomareis la posesión della por la Corona Real destos reinos, conforme al dicho memorial; y fecho esto, ireis adelante para Samatra y a Pegu, y a la tierra de los chinos, y irés a la tierra de los Jungos, si pudiéredes, e tomareis la posesión dellos por la Corona Real de Castilla, de todo lo que hallardes en nuestra parte, como dicho es, y andarés lo que más pudierdes della, sin inconveniente de vuestro viaje» ([19]).

Dicho en breve: el tratado de Tordesillas, entendido a la letra, había repartido los frutos de una navegación doble y en sentido contrario. Ahora, puesto que el valladar del Nuevo Mundo daba el Asia a Portugal, según aquel acuerdo, el Rey Católico se acogía al principio demarcatorio del antimeridiano, con entera y formal

algunos pilotos pláticos de la Carrera de las Indias y la costa de Tierra Firme, y que andaba buscando a un piloto llamado Juan Barbero, porque se escondía, habiendo para este efecto recibido veinte ducados en señal». Los Oficiales de la Casa Sevillana prendieron a Alvarez «y avisaron al Rey que decía que el Rey de Portugal quería armar para enviar a Veragua y Costa de Perlas y Paria, y como se tenía en la misma sazón aviso que se había visto pasar una carabela portuguesa por la Isla Española» el Rey Católico envió a su contino Alonso de la Puente en reclamación de aquellos hechos que eran «ir derechamente» contra lo capitulado (*Historia general de los castellanos en las islas y Tierra Firme*, etc. —citaremos abreviadamente por *Décadas*— dec. I, lib. VII, cap. XIII).

([18]) Según explicaba Juan Díaz de Solís al embajador portugués Juan Mendes de Vasconcelos, «Malaca esta na demarcação de Castela». Y el piloto João Anriques, que se disponía igualmente a servir al monarca castellano, opinaba de la misma manera (Fernández de Navarrete: *Colección* cit. en n. 7, t. II, p. 86, carta de Vasconcelos al rey de Portugal, de Logroño a 30-VIII-1512). Eran ideas consecuentes con un grave error geodésico y acerca de la extensión del Asia, que, como subrayara Jaime Cortesão (ob. cit. n. 10, pp. 312 y sigs.) llevaba al piloto de la expedición de 1513 al Rio de la Plata, descrita en la *Neweu Zeytung auss Pressilly Landt*, a suponer «que de tal cabo do Brasil não há mais de 600 milhas para Malaca».

([19]) Medina, ob. cit., en n. 15, p. CLXXII.



adhesión ([20]); como que encontraba pretexto en él para navegar incluso por los rumbos privativos de los lusitanos.

Se trata, como se ve, de una modificación esencial en el entendimiento del tratado de Tordesillas. Y por más que careciera de base textual y estuviera motivada por una situación concreta —y que iba a resultar transitoria— quedaba ya en pie para el futuro. Porque aquella aceptación esgrimida por el Rey Católico ya no sería para él fácilmente revocable, ni para su heredero, por lo tanto. La barrera de las Indias conjugándose con unas medidas geodésicas (17 leguas y media el grado) que todavía empequeñecían notablemente el globo terráqueo, daban este resultado: Castilla apetecía ahora la división del mundo por dos mitades.

En otro aspecto esencial —el político interno— este jalón de 1512 que nos ocupa marcará también un cariz que se hará peculiar en la acometida de la Especería. Me refiero a la acentuación del papel director que asume Rodriguez de Fonseca, de la mano de su personal implicación económica en el asunto. Al lado de ello, aparece en la organización expedicionaria una consigna de ataduras y limitaciones puestas a la autoridad del jefe viajero, que si no eran nuevas en la experiencia indiana, se extreman ahora hasta constituir un rasgo característico en nuestro tema.

Hay efectivamente más de un motivo para sospechar que del referido proyecto de viaje hasta los chinos, era más responsable —o al menos se hallaba más prendado— el propio Fonseca que el rey don Fernando. En primer lugar, porque el ministro y su hechura el secretario Lope Conchillos habían comprometido a Díaz de Solís en hacerles partícipes del provecho que se obtuviera en la aventura ([21]). Sabemos además, que enseguida de firmado el asiento con Solís, los oficiales de la Casa de la Contratación de Sevilla representaron al monarca los «inconvenientes» que apreciaban para que el capitulante pudiera cumplir su compromiso. Y el rey adoptó

([20]) Don Fernando creía ya poseer datos sólidos acerca de por dónde discurría la problemática «raya», y era por la proximidad de Ceilán y a unos 120 grados de «nuestro meridiano»: «Porque a mi es fecha relación por personas muy sabias en el arte de navegar, que la demarcación se debe hacer a la linea equinocial, en medio de la isla de Celán, e por longitud de nuestro meridiano ciento e veinte grados a la parte oriental, debeis mucho mirar en ello» (*ibidem*, doc. n.º XXII, sobrecarta de una capitulación celebrada por la reina con Juan Diaz de Solís, de Burgos a 27-III-1512).

([21]) Por el asiento referido (n. 20) Solís recibiría del monarca ocho mil ducados para costear la expedición y se comprometía a su vez a devolver 16 000 ducados «o su valor en especiería», tasada a los precios de Portugal (que se consignan), quedando para el capitulante la demasía que obtuviera. Según escribía el embajador Juan Mendes de Vasconcelos a su señor: «agora fui certificado que este piloto tinha concertado de dar ao mesmo bispo a metade do que a sua parte viese» ... «que eu era certificado que ele dava a metade do que viese ao bispo de Palencea e ao secretario e cuidando ter estes por sua parte» (Medina, ob. cit. en n. 15, nro. XXXI, y en Fernández de Navarrete: *Colección* cit. n. 7, t. II, p. 87; la carta es de Logroño a 7-IX-1512). En cuanto al modo con que el «piloto mayor» debía seguir para las tomas de posesión en su viaje, el inventor no debía ser otro que el propio Rodriguez de Fonseca, pues se dice en la instrucción referida: «tomareis la posesión conforme a un memorial que para ello se vos dará firmado del Revrdo. in Xro. padre obispo de Palencia ... e de Lope Conchillos nuestro secretario».

de inmediato unas cautas medidas de suspensión de la acometida, al ordenar a los oficiales y a Solís, al mismo tiempo, que entrasen en diálogo, para decidir con mejor juicio (22).

No conocemos cuáles fueron los íntimos motivos que empujaron al rey a esta suspensión. No creo aventurado suponer en ellos la advertencia de la hostilidad de la Casa sevillana contra el personalismo exclusivista de Fonseca. El ministro tenía ya prevista, por cierto, aquella adversativa y se había precavido contra ella (23). Pero el viejo monarca no quiso seguramente avanzar por aquella senda conflictiva. Ocurría además que los «inconvenientes» de la capitulación a que apuntaban los de la Contratación eran por sí mismos de peso mayúsculo para cualquier observador medianamente objetivo.

Era al propio Fonseca a quien menos había escapado lo aleatorio de aquel empeño, puesto en manos de quien había sido hasta la víspera un súbdito del Portugués y a quien se tenía, necesariamente, por persona de «no mucha constancia»; o capaz de hacer defección en cualquier momento, para decirlo más categóricamente. Ello obligaba al ministro a llegar a cumbres de virtuosidad en aquel arte —ya para él tan conocido— de hipotecar la jefatura que aparentaba otorgar. Conforme se explicaba a los oficiales de Sevilla:

> Y la verdad es que al tiempo que con él (Solís) se asentó la dicha capitulación, fué porque teníamos y tenemos acordado de enviar juntamente con él una persona de mucha confianza e cuidado, el cual ha de llevar secretamente poderes que excedan a los que el dicho Juan de Solís lleva, para que cada e cuando el dicho Juan de Solís tentare de hacer algo que no debiere contra el tenor de la dicha capitulación que con él se tomó, lo pudiese contradecir (24).

Visto desde nuestra distancia, es patente la incongruencia práctica y la mezquindad moral de aquel procedimiento que quería elevar la duplicidad a sistema de dirección de una armada. La verdad es que para la mentalidad corriente en la época no era tampoco un modelo que proponer a la admiración de las gentes, sino para ejercitarlo en secreto. No lo entendería así —claro es— el obispo Fonseca, quien, perseverante ya en la senda de reducir a su rienda personal el gran proyecto de negocio asiático, por medio de protagonistas sometidos a su personal arbitrio, siguió haciendo centro también de sus sabios manejos, la contraposición más o menos secreta entre las jefaturas expedicionárias.

(22) El Rey a los Oficiales de la Contratación, a 29-V-1512, en respuesta a la de ellos del 12-V-1512, en Medina, ob. cit., n. 15, p. 74. Aparte de ser muy pocos los dos navíos proyectados, no sabemos cuáles eran aquellos «inconvenientes», sino que el principal consistía en estimarse a Solís por «persona de no mucha constancia».

(23) Lo prueba el que del asiento antedicho (n. 20) se expidió sobrecarta, a petición —se dice— de Solís, para que «en ello ni en cosa alguna o parte dello fuese puesto impedimento».

(24) Carta cit. en n. 22.



En la esfera de los acontecimientos, el soñado viaje de Solís hasta el Japón por la vía del Indico sería enterrado definitivamente antes de que acabase el año 1512 (25). Por si alguna vacilación había cabido al Aragonés, la infexible oposición que al proyecto ha presentado el rey don Manuel, por su embajador Mendes de Vasconcelos (26), ha puesto sobre el tapete cuál sería el precio lusitano de la expedición. Precio demasiado alto en medio de una situación internacional que, con Navarra —nada menos— puesta como prenda del juego en la Península, reclamaba otra vez toda la atención y todos los recursos del viejo maestro que en aquellas lides era el Rey Católico. ¿Cómo no procurar ante todo la buena y cordial relación con el yerno portugués, ahora que habían quedado tan atrás los motivos de recelo para con él —con ocasión de la crisis sucesoria de 1507 (27)— y cuando el Venturoso hacía figura ejemplar en Europa de amigo de todos, para mejor lidiar contra el moro, en coincidencia de diapasón con su suegro?

Todo reclamaba, pues, que don Fernando pretendiera realmente en aquellos días clarificar del todo sus relaciones con el «hijo» portugués, no solo reconociendo una demarcación hemisférica, sino haciéndola consistente. Era por lo tanto sincero al asegurar que Díaz de Solís no partiría ya con el presunto destino le Malaca, y que

> o que me disera do desejo que tinha de se demarcar todo, de maneira que nunca Portogal e Castela tevesem hum debate, me tornava agora a dizer, e que eu escrevese a V. A. que V. A. cuidase em algun camino pera como isto se podese fazer, e que ele por sua parte o cuidaría, e que folgaría muito de se achar, porque ele, por ser velho, devía de viver poucos dias, e que neses

(25) Desde Logroño, a 30-IX-1512 (es decir, en medio de las presiones de Mendes de Vasconcelos), ordenaba el Rey Católico a los Oficiales de la Contratación que se hicieran cargo de cuanto había comprado Solís y lo pusieran «a recabdo para lo de Tierra Firme» (Medina, ob. cit., n. 15, p. CXCVI).

(26) V. carta cit. en n. 21; y en las mismas publicaciones, junto a la anterior, la carta de 30-VIII-1512 del propio Mendes de Vasconcelos.

(27) No habían faltado acasiones para que el rey don Manuel manifestara el poco afecto que sentía hacía su suegro. Fallecido don Felipe el Hermoso, el portugués favoreció en Castilla a la parcialidad nobiliaria que pretendía entregar la regencia a Maximiliano de Austria (V. Zurita: *Historia del rey don Hernando el Católico,* lib. VII, cap. L). Por parte del Marqués de Villena se afreció incluso a don Manuel la regencia de Castilla. La rechazó en lo público el lusitano «pero en secreto —dice Zurita— admitió las requestas y ofrecimientos que se le hacían». En realidad, lo que el portuguê buscaba ante todo era, según el cronista, asegurar el enlace de sus hijos con los de Felipe el Hermoso. Más tarde, apoderado el Católico en su regencia segunda, nada ocurrió que provocara la ruptura entre suegro y yerno, pues si éste se agravió por la ocupación castellana del Peñón de Vélez —en cuanto «conquista» que decía ser del reino de Fez— don Fernando dió explicaciones hábiles sobre la necesidad de ocupar aquel nido pirático, al tiempo que se mostró dispuesto a entregarlo a Portugal, si se demostraba ser de su conquista y previa conpensación al gasto hecho por el monarca aragonés (*ibidem,* lib. VIII, cap. XXIII).

esperaba em Deos que nunca ouvese rompimiento, mas que iría muito descansado se ficase tudo tao craro que seus netos, e todos os que deles viesem, nao tivesem nunca causa de romper, e que con isto folgaría muito ([28]).

Pero desde aquella misma posición, preocupada ya ante todo por la descendencia histórica, el experto monarca, arbitrando nuevos planes exploratorios, se negaba en primer lugar a dejar de reconocer por todos los medios a su alcance el «medio mundo» que le correspondía; y asimismo a permitir la penetración portuguesa en él. Entre esos medios, incluyó obstinadamente a Díaz de Solís, pensando —es de suponer— en que dirigiera una expedición hacia aquellas regiones australes de las Indias donde, más abajo del Brasil, cabía encontrar la ansiada escotadura hacia el Asia. En el seno de estos planes se buscaba la alternativa que acaso pudiera hallarse en el «paso» septentrional; paso o camino en que se tendrían estas dos ventajas discernibles *a priori*: una mayor proximidad a las costas hispanas que la del Austro atlántico, y estar a salvo de las querellas lusitanas. A ese efecto, pues, el obispo Fonseca, incapaz de desfallecimiento, procurará —en ese mismo año de 1512— los servicios de aquel Sebastián Caboto ([29]) cuyo solo nombre evocaba ya la acometida hacia el estrecho nórdico; y una personalidad que, ajena hasta entonces a Castilla, como radicada en Inglaterra, responde también a las aparentes preferencias del obispo Fonseca hacia el extranjero sumiso y en todo dependiente de la mano aúlica que le encumbra.

En cuanto a la insinuación portuguesa sobre las Indias de Castilla y que por aquellas fechas adoptaba la forma de rumores sobre el envío de armadas hasta el Darién, se trataba indudablemente de una respuesta de don Manuel, por vía previa de amenaza, contra el viaje castellano al Indico, pues, como dice Herrera, «ordinariamente se oían estas nuevas de que portugueses armaban para las Indias; lo cual parecía que sembraban con algún fin» ([30]). Fué lo bastante, sin embargo, para que el Católico se apresurase a formular una reclamación diplomática y a cursar severas órdenes contra los presuntos incursores.

Há sido después de asentadas estas orientaciones cuando han llegado a Castilla las noticias relativas a la existencia de «otra mar», próxima y a las espaldas del Darién (mayo, 1513), seguidas pronto de las del hallazgo del Mar del Sur por Vasco Núñez de Balboa. La nueva situación no venía a contrariar, en principio lo acordado acerca de la demanda asiática, sino a corroborarlo, como sucedió de hecho. Creo, sin embargo, que la presencia del fabuloso Mar del Sur entrañaba desde su

([28]) Carta cit. en n. 21.

([29]) Herrera: *Décadas*, Dec. I, liv. IX, cap. XIII. Precisa aquí que la gestión, hecha cerca de «Milort de Ulibi, capitán general del Rey de Inglaterra», fué «a 13 de septiembre de este año» (1512). Desconociendo este dato, José Toribio Medina, en su gran obra *El veneciano Sebastián Caboto al servicio de España* (Santiago de Chile, 1908), pone en duda (p. 19) que ya en 1514 estuviera en la corte, en consulta sobre el viaje que había de hacer.

([30]) Herrera: *Décadas*, Dec. I, lib. X, cap. X. Acerca de la conexión de ese clima con los viajes atlánticos portugueses, v. Cortesão: *Brasil* (cit. n. 10), pp. 136 y sigs., y Puente y Olea (cit. n. 11), pp. 121 y sigs.



aparición nuevas y potentes sugestiones que debían proyectarse, de necesidad, sobre el sueño de la Especería, para renovarlo y para transformarlo, en cierto modo. Me referiré brevemente a ambos aspectos.

Con el descubrimiento de Balboa se afianzaban de pronto las bases de aquella política ya explícitamente comprometida a admitir una «demarcación» oriental. Y no cabe duda de que la reacción del Rey Católico, exultante ante la gran noticia, responde en buena medida a que ahora podía acometerse la exploración del hemisferio propio hasta sus fronteras de Poniente, sin encuentros de ruta con los portugueses, puesto que las operaciones habrían de partir de las costas del Mar del Sur. No se ha renunciado, por eso, a la proyectada expedición de Solís, que tiene ahora un doble objetivo: encontrar el Estrecho meridional y alcanzar desde él las «espaldas» de Castilla del Oro, «donde está Pedrarias», para «desde allí adelante ir descubriendo por las espaldas de Castilla del Oro mil e setecientas leguas e más si pudiéredes e, contando la raya e demarcación que va por la punta de la dicha Castilla del Oro, adelante, de lo que no se ha descubierto fasta agora, con tanto que no toqueis en costa alguna de las tierras que pertenescen a la Corona Real de Portugal...» ([31]).

El Rey Católico se mantiene —según se observará— en el principio de aceptar una frontera oriental para su avance, y aunque no precisada a distancia rigurosa, sí relacionada desde luego con la raya de Tordesillas. Porque esa cifra de mil setecientas leguas viene a remitirnos al que es aproximadamente un antimeridiano de la línea atlántica, dentro de las dimensiones terráqueas con las que especulara Cristóbal Colón ([32]). Subrayando además ese respeto de frontera, el viejo monarca recarga la gravedad de la amenaza sobre Solís: «pena de muerte e perdimiento de bienes para nuestra Cámara» si toca en cosa de Portugal.

Tampoco cabe pensar que los entusiasmos por el Mar del Sur hayan alterado la trayectoria de cautela de don Fernando en cuanto a comprometer la Real Hacienda en la tarea descubridora. Si la Corona sufraga —ciertamente— un tercia de aquel armazón, es en secreto y de manera que la expedición públicamente aparezca organizada en las condiciones usuales, por la asociación de las partes interesadas —hombres y capitales— y a su cuenta y riesgo ([33]). Ni el diálogo con el yerno por-

([31]) Asiento del Rey con su piloto mayor Juan Díaz de Solís, en Mansilla, a 24-XI-1514, en *Col. doc. inéd. América*, t. XXXIX, pp. 317 ss.

([32]) No conocemos cuál era el valor que a la circunferencia terrestre asignaban el Rey Catolico y su ministro Fonseca; si es que tenían adoptada una idea precisa sobre este problema en el que tanto se habían distanciado las cifras con que se manejaba Cristóbal Colón (5.100 leguas), de las propuestas por Jaime Ferrer de Blanes (7.875 leguas: v. carta de Ferrer a los Reyes Católicos, de 28-11-1495, en Fernández de Navarrete: *Colección*, cit. n. 7, t. I, p. 360). Pero aun ateniéndose a los módulos colombinos, el avance de 1700 leguas hacia Occidente en el Mar del Sur, no alcazaba a rebasar el «medio mundo» castellano que podía deducirse del acuerdo de Tordesillas.

([33]) En el asiento citado (n. 31) con Diaz de Solís, se prevenía que el Rey debía adjudicarse la tercera parte de los provechos; el otro tercio, «sea para vos e las personas que contribuyéredes en la costa que se ha de facer en el dicho viaje, las cuales no han de saber cosa alguna de él»; el otro tercio debía repartirse entre las tripulaciones y expedicionarios. Insiste

tugués ni el clima de estas fechas —renuente en los soldados a la aventura sin paga en las Indias— aconsejaban el público compromiso del rey en aquella armada hacia la Especería, por aceptos que fueran a la época los motivos de una regia participación en asunto tal. Como quiera que sea, lo que se trasluce ahora en el monarca es una actitud más cautelosa que entusiasta, cuando se vuelca en cambio hacia la implantación colonizadora en Castilla del Oro.

Se comprende mejor —a mi modo de ver— esa reacción del monarca, cuando se considera el momento de 1513 en su carácter de jalón cardinal dentro de aquella historia de las Indias, legadora ya de experiencias intensas y con su carga indeleble de tragedia. Desde esa historia, la apertura de una expansión «aurea» y colonizadora en el continente y en la «otra mar», se ofrecía bajo perspectivas necesariamente difusas y distintas según los intereses protagonistas.

Es de advertir, en primer término, que desde las instancias generales de la Corona y de los súbditos, la Especería recobra aquella ambigüedad mirífica que tuviera inicialmente, aunque instalándose en un nuevo marco de experiencias tan grandiosas como indefinidas. Porque de las incógnitas inmensidades en descubierta cabe esperarlo todo. Y para entender lo que en ese horizonte representó la Especería, conviene no transferirle nuestros propios y asegurados conocimientos sobre el orbe del Pacífico. Para los ibéricos y hasta mucha después de su llegada a la Insulindia, la Especería no es tanto una localización geográfica cuanto una genérica referencia a aquellas partes —conocidas o no por los Antiguos— donde se cosechan condimentos aromáticos. Y en aquella «mar del Sur» de la que Balboa anunciaba inefables riquezas ([34]), la Especería evocaría por mucho tiempo a la vez un dato histório-geográfico y un abanico de incógnitas tan ancho como el mar del Sur; dualidad a la que no podía responderse tan solo con el denuedo viajero hacia el «Maluque», sino con empeños descubridores a ultranza ([35]).

Además, en medio de ese panorama se había tornado en algo problemático la forma en que el «cristiano» pudiera hacer suyas las anunciadas riquezas. Ocurría, en efecto, que el cosechar el oro indiano mediante la sujección en «encomienda» y el sacrificio de la población indígena en la tarea minera —conforme se había hecho en la isla Española— mostraba un doble inconveniente, ya inocultable a todos. De un lado estaba la extraordinaria, trágica rapidez con que aquella explotación esclavista

luego la capitulación en la consigna de sigilo respcto de la contribución estatal: «Habeis de mirar que en esto ha de haber secreto e que ninguno sepa que yo mando dar dineros para ello, ni tengo parte en el viaje, fasta la tornada, para que la gente que con vos fuere no se altere en descir que quieren sueldo ni parte»; por el contrario, Solís debía publicar que iba a su costa.

([34]) Carta de Nuñez de Balboa al Rey, desde Santa María del Antigua del Darién a 20-I-1513, en *Col. doc. inéd. América*, t. XXXIX, p. 238, y en J. T. Medina: *El descubrimiento del Océano Pacífico*, Santiago de Chile, 1914, t. II, p. 129.

([35]) El sueño de los «grandes secretos e cosas» esperadas del Mar del Sur, de que hablan las instrucciones a Hernán Cortés (*Col. doc. Ultramar*, t. IX, pp. 167 ss.) hallaría natural descendencia hasta el siglo XVII en las imaginaciones de un Pedro Fernández de Quirós.



podía consumir a los «naturales» y con ellos igualmente el aflujo de oro. Y esto cargaba además con culpa moral a todos los encartados en el drama y particularmente a aquellos ministros —a la cabeza Rodríguez de Fonseca— que en situación vergonzante tenían adjudicados indios en «repartimiento».

Inaugurado el transcendental proceso ideológico de la «controversia de Indias», en virtud de la ofensiva de los padres dominicos, y cuando la Corona por recentísimas jusiones se había comprometido ya en la senda de las reformas, era obligado que para Castilla del Oro y para el mar del Sur se tratara de abrir un nuevo estilo colonizador. Había llegado la hora de poner las esperanzas auríferas en el plano del rescate, el asiento de tributos sobre los indígenas y las formas varias de «contratación» pacífica, como fuentes menos onerosas a la conciencia que el repartimiento de indios al estilo antillano — que, por lo demás, se pensaba difícil de imponer en la Tierra Firme ([36]).

Planteamiento era aquel, que realzaba en principio el valor de las posibles contrataciones especieras. Adviértase, sin embargo, que una política como la que se esboza en las instrucciones a Pedrarias Dávila, de signo liberal para con ambos protagonistas —naturales y cristianos— del futuro económico, dirigía sus promesas a los esfuerzos privados y, como secuela, a la participación fiscal del rey en los provechos de todos. No era en cambio el suelo más abonado para las «negociaciones» cortesanas o de provecho «ministerial». Para ese orden de apetencias, se destacaba ahora en todo su valor, como cúspide del lucro alto-mercantil y monopolístico, la apropriación de aquel tráfico del Maluco, capaz de rendir en cada operacion del 200 al 300 por 100.

Dicho de otro modo: una vez más, la colonización pobladora se movía en línea divergente respecto del colonialismo mercantil alto-monopolístico, en este caso representado por el que me permitiría llamar «ministeropolio» del obispo Fonseca.

Importa destacar, para nuestro itinerário, que no por casualidad el significado de esa diferencia se ahondaba políticamente, en virtud de aquellos antecedentes que habían hecho del gobierno «indiano» de Fonseca algo enteramente característico y enteramente desprestigiado, como plataforma de «tiranías» para la concepción de la época. Precisa que recordemos aquí su semblante, por cuanto dejó inevitablemente su huella en la empresa de las Molucas.

Perfectamente consolidado y articulado estaba ya en aquellos días el peculiar sistema de dominio personalista que en un plano a la vez político y económico, había elaborado el ministro a la sombra y favor constante del Monarca. No me detendré a particularizar aquí lo que con pluma tan certera y acerba nos describió el inolvi-

([36]) Cfr. las reales istrucciones a Pedrarias Dávila, de Valladolid, a 2-VIII-1513 (*Col. doc. inéd. Am.*, t. XXXIX, pp. 238 y ss.). En el capítulo 11 se prevé la dificultad de aplicar el repartimiento en encomienda el modo de la isla Española, y se aconseja, en consecuencia, bien establecer una imposición tributaria, bien logar por «vía de paz e concierto» el servicio de los indios por turnos del «tercio o cuarto o quinto», remundándose cada uno o dos meses.

nable Manuel Giménez Fernández ([37]). Subrayemos tan solo que aquel sistema es muy sencillo de entender en sustancia, porque es muy simple, asi en sus causas como en sus formas y efectos. El autoritarismo del Rey Católico, proclive de su propia instancia —y de las exteriores— al uso sin trabas del poder, halló ante la empresa de las Indias las condiciones más favorables para convertise en un típico despotismo ministerial presidido por Rodríguez de Fonseca y manipulado por la secretaría de Lope Conchillos. El pretexto de enfrenar las facultades feudalizantes otorgadas a Colón, el consiguiente incremento prestado a la autoridad de los «Oficiales Reales», la participación privilegiada de éstos en el «repartimiento» de indios, clave del provecho económico, la lejanía, en fin, de aquel único recurso a la moderación y la justicia que era el rey, hicieron menguar las capacidades —o libertades— políticas de los súbditos, en medida proporcional a los ensanchamientos legales de poder por parte de los mandatarios de la Corona. Porque, en todo caso, el sistema se acompañó enseguida de las peores y consabidas consecuencias del despotismo ministerial: la pirámide inatacable de los poderes delegados entregada al abuso de autoridad. Y como nota dominante en esa situación, la tendencia legal a insertar la actividad y el lucro económico en las funciones de los «oficiales del Rey», ya como gestión administrativa, ya como granjería privada, con una frontera inevitablemente borrosa entre el ejercicio legítimo y el detentado.

Por lo que se refiere a las vías y modos de elección y responsabilización de aquellos mandatarios, los resultados fueron los no menos simples y consabidos, como fruto normal del personalismo político ([38]): frente a los criterios de objetividad y consenso público acerca de los merecimientos, el buscar la sumisión fiel del sujeto comisarial; la tendencia a sustituir la delimitación precisa de facultades y responsabilidades por la búsqueda de antagonismos que pudieran contraponerse en equilibrio; y —lo peor de todo— la conversión del poder público en una parcialidad de intereses y complicidades de grupo ([39]).

Los resultados no fueron necesariamente negativos en este caso, por lo que hace a la promoción de personas, porque Fonseca no carecía de penetración para distinguir y favorecer a sujetos de valía como Diego de Hojeda, Peralonso Niño, Diego Velázquez o Gil González Dávila. Pero su norma de orientación no sería la más abierta a la utilización del hombre de relieve adquirido —como ilustra sobre todo el caso de Hernán Cortés— y sí en cambio apta para el ascenso a gobernador de un personaje como Pedrarias Dávila que, soportando el drama de ser converso por los cuatro costados, ofrecía sólo las aparentes ventajas de no poder jugar un papel independiente de su fautor el omnímodo obispo.

([37]) En su *Bartolomé de las Casas,* Sevilla, 1933, pp. 9 ss.

([38]) En las Cortes de Toledo de 1525, la petición —ya clásica— contra el personalismo injusto en los nombramientos de autoridades, cobraría el tono de reflexión sombría, en vista de la experiencia que condujo al alzamiento de los Comuneros: «y hase visto por ispiriencia que una de las principales cabsas de las alteraciones pasadas fue la falta que hobo en los corregidores y justicias, por estar proveídos por ruego de personas particulares» (*Cortes de León y de Castilla,* IV, p. 407).

([39]) Desde los comienzos de la historia indiana, la Corona hubo de controponer a los poderes enajenedos en la familia Colón, el sistema piramidal de los poderes delegados del Rey. Esto dio color a la formación de un sedicente «partido del Rey» en la Española, que no fue sino el de los intereses coaligados en torno a las autoridades Reales, con una natural tendencia, allí como en otras areas, a covertirse en muy peculiares formas de despotismo político y de «desgobierno tiránico» desde el sentir propio de la época. Cfr. Manuel Giménez Fernández: *Bartolomé de las Casas,* t. I, Sevilla, 1953, pp. 5 y ss.; y en relación con el panorama político en que desenbocó aquella situación, mi estudio «La gran reforma carolina de las Indias» en *Revista de Indias,* n.os 73-74, 1958.



Fruto de una circunstancia historica y muy significativo de ella desde luego, aquel orden de cosas no puede decirse, sin embargo, que fuera su fiel sustancia. Con toda la solidez de su imperio sobre los hechos, no había llegado a señorear la conciencia de las gentes. Y esa nota es fundamental para explicarse el sentido ulterior de los acontecimientos. Las libertades cívico-republicanas que eran exigencias ínsitas en el corporativismo político (y especialmentee en los supuestos de la vida del municipio), los imperativos de la justicia distributiva en el plano político, la condena del lucro privado a favor del cargo público eran realidades tan vivas en las tradiciones y en las mentes castellanas, como lo iba a demostrar de inmediato la gran revolución Comunera. A esa realidad moral obedece el hecho de que el funcionamiento de aquel montaje personalista hubiera en buena medida de discurrir bajo una penumbra vergonzante o en absoluta oscuridad.

El negocio de la Especería no había de escapar a las condiciones expuestas. Porque, lo que resulta patente a la luz de las fuentes, es que el rectorado de aquel grande asunto fué asumido de manera muy directa por Fonseca, para dejar así, en él, la huella de su mano. Atrás me he referido a la motivación de fondo altruista que debe concederse al obispo. Interesa sobrayar ahora su modo de producirse en este terreno, muy en línea con su peculiar estilo.

Está aquí presente, ante todo, la típica fusión de la rienda política y del lucro personal: el ministro decide del carácter y condiciones de la expedición y es al mismo tiempo socio capitalista en la operación. Y aquí también há sido suya, según los datos disponibles, la inclinación a utilizar para tan delicado negocio a personajes como Díaz de Solís, Magallanes y Caboto ([40]) que, si bien tenían un respaldo de méritos y de autoridad como presuntos conocedores de «secretos», no eran naturales del reino. Como si en el reino hubiesen faltado en absoluto hombres de mar capaces de buscar una escotadura al sur del Brasil, para penetrar por ella en el Mar del Sur. Salvo que era en esta especie de hombres, custodios de llaves maravillosas, donde se prendaba la impaciencia del éxito; y en ellos también, desposeídos como estaban de apoyos y conexiones de poder en el reino, donde el dominante obispo encontraba instrumentos sometidos a su arbitrio e interesados con él en conservar el secreto de

([40]) A la muerte de Díaz de Solís y vacante el puesto de piloto mayor de la Casa sevillana, se opuso a él el cosmógrafo Andrés de San Martín —de tan notable ejecutoria ulterior en el viaje magallánico. Confiada la elección por el rey a Fonseca (desde Bruselas, a 18-XI-1516) la decidiría el ministro a favor de Sebastián Caboto. V. Medina: *Caboto* (cit. n. 29), p. 29. No concluiría con esto la protección al veneciano criado en Inglaterra.

las obligaciones económicas que discurrían bajo su protección. ¿Hará falta acudir al contraste con la paciente, cautelosa política de los Avis, para mejor entender la del ministro castellano?

Como era de esperar, el precio de este maniobrar absorbente fué en este asunto, al igual que en otros aspectos de aquella política, el escaso prestigio que redundara para sus acometidas. Y no es que se trate propiamente de una reacción hija de intereses contrariados, habida cuenta que esta de la Especería era empresa en la que ni la Real Hacienda ni sobre todo el capital de los particulares parece demasiado interesado, cuando en el tráfico de las Indias se le ofrecían ocasiones de provecho harto menos hipotéticas que las de alcanzar el Aureo Quersoneso. Es el caso, sin embargo, que el propio rey impone —como hemos visto— el secreto de su participación en la armada de Solís, aduciendo unas razones —las de evitar la reclamación de sueldos— que no agotan acaso los regios motivos. ¿No significa también ocultar, como algo poco ejemplar, el matiz de consorcio entre el rey y su ministro, que revestía la expedición? Basta leer, por lo demás, a un Fernández de Oviedo ([41]) para percatarse del desprecio apenas disimulado con que el juicio crítico de los coetáneos contemplaba aquella especial amalgama del imperio político con lo que parecían puras ansias crematísticas.

No sería justo tratar de desligar al Rey Católico de aquel orden de cosas instaurado bajo su responsabilidad de gobernante supremo. Son además sustanciales las razones que enlazan su estilo e ideas con las de su ministro. Pero no deben confundirse. Y por lo que hace a nuestra materia, hemos podido señalar de qué manera las orientaciones del monarca —justamente por ser el monarca— se distancian de las de su consejero. En la etapa final de su reinado, don Fernando siente por la Especería — a lo que se percibe— un interés enteramente subordinado a la amistad con Portugal y al panorama grandioso y complicado —de esperanzas y de problemas—que va destapando el avance poblador en el Nuevo Mundo. En proporción a la grandeza y riqueza que en éste se descubre, se ha impuesto —diríase— en el rey la preocupación por reconocer «su» hemisferio, demarcándalo con Portugal, y el deseo, en consecuencia, de promover en las nuevas tierras un establecimiento castellano sólido y capaz de progresar por sus propias fuerzas y no ya en sujección estricta a la base de partida peninsular. No le embarga en cambio la prisa por licitar con don Manuel sobre el negocio mercantil del Maluco, que después de 1512 parece, más que el asunto de la Corona, el empeño de su obispo-armador.

Salvo que con la muerte del Rey Católico y el ingreso de Castilla en el reinado de un virtual adolescente, había llegado la oportunidad de que el obispo pusiera en obra su sueño, orientándolo a su manera. Y con tal grandiosidad épica en los protagonistas y los resultados, que el viaje de Magallanes-Elcano borra las condiciones antecedentes y nos reconcilia incluso con las ambiciones de Fonseca, perseguidoras a la postre de un hecho transcendental: llevar a término la demanda de Colón.

([41]) *Historia general y natural de las Indias,* lib. XXIII, caps. I y II.



## LA PRIMERA VUELTA ALREDEDOR DE UN MUNDO QUE GIRA

No creo decir nada nuevo al consignar que la propuesta de Magallanes y la organización de su viaje se halla en continuidad con toda la anterior trayectoria dibujada por el sueño de la Especería. A nuestro objeto interesa, sin embargo, perfilar en qué extensión se trata, en efecto, de una verdadera continuidad, pero precisando también en qué medida responde a la circunstancia de profunda transición histórica en que se produce, para calibrar así, con mayor justeza, los elementos de inflexión que se han introducido también y se han impuesto a la postre en aquel empeño.

Estimo importante advertir, en primer lugar, que por el planteamiento general de sus objetivos la expedición de Magallanes ha cabalgado sobre aquella ambigüedad que afectaba a la Especería como meta. Es indudable —y sobre ello volveremos— que las Molucas cuentan como un dato fundamental en el proyecto; pero de ningún modo definen ellas solas el sentido y la justificación de la empresa. Poseer la situación aproximada de las islas del clavo constituye sin duda la llave secreta que ofrece Magallanes para que la armada se fije un objeto que es rentable con seguridad ([42]) y que al mismo tiempo le hace a él imprescindible.

A la vista de lo que indican las fuentes —y con ellas la pura lógica— no es la localización de un estrecho o paso lo que confiere el proyectista lusitano su pedestal de insustituíble. No era un estrecho necesariamente lo que había que encontrar, sino acaso un cabo de Buena Esperanza en el Austro de las Indias ([43]). Ni él tenía —al parecer— la seguridad de ese estrecho ni se dejaba de suponer —conforme a las instrucciones del viaje— que algún navío de la armada pudiera por accidente separarse de ella y hallar por su cuenta el camino hacia el otro mar. Se prescribía, en cambio, el capitán general, que señalase a todos la derrota a seguir para alcanzar las Molucas ([44]). Pero en las previsiones y esperanzas de Magallanes alientan indu-

([42]) A lo largo de las instrucciones dictadas a Magallanes y Faleiro campea la lógica preocupación por asegurar, tanto un beneficio a la tan costosa expedición, como una continuidad en el futuro para las operaciones mercantiles en la Especería; de manera que los posibles actos de fuerza y apoderamiento, se subordinan a aquellos fines. Se prescribe, en consecuencia, la política de dádivas a los indígenas (cap. 8) y se prohíbe el uso de artillería y de espingardas (cap. 40); el asiento a concertar con los señores de aquellas tierras sería por vía de «paz y trato» (cap. 12), etc. E incluso las previstas operaciones de asalto esclavista contra los musulmanos, se someterían o atemperarían a aquellos mismos fines (cap. 16 a 20). V. Fernández de Navarrete: *Colección,* cit. n. 7, II, p. 482.

([43]) Era esa una idea que venía sugerida tanto por el sentido de la costa como por las noticias y las intuiciones cartográficas, o, para decirlo con Fernández de Oviedo (*Historia,* cit. n. 41), propia de «naturales y enterados cosmógrafos», como lo eran Magallanes y Faleiro para el cronista (lib. XX, cap. II).

([44]) Los interesantes caps. 9 y 10 de las citadas (n. 42) instrucciones a Magallanes consideran el supuesto de que una de las naos que accidentalmente se hubiere separado de la conserva, pueda por sus propias singladuras en solitario ganar el otro oceano o mar del Sur y remontar en él la costa indiana hasta la Equinoccial, «porque de allí pueda ir a demandar las islas e tierra firme que vos le teneis señalado».

dablemente aquellas miríficas noticias que le transmitiera Francisco Serrão «dando entender que tenha descuberto outro nouo mundo mayor e maes remoto e rico do que descobrira o Almirante dom Vasco da Gama» ([45]). Semejante cuadro de premios, tan leslumbrante como difuso, no había de ser sin embargo, ni para él ni para sus compañeros, cosa menos apreciable, en principio, que las islas de las especies. No cabe decir — añadiremos — que se trataba de pura imaginación, si se hace cuenta del área de tierras que se tiende entre el Japón y Nueva Zelanda. Por más que en las cartas trazadas para la expedición fueran en blanco los espacios entre el austro indiano y las islas del Maluco ([46]), no era aquel un vacío en la expectativa de los protagonistas. Abonan este aserto, no sólo las impresiones que sobre aquellos ámbitos se filtraban desde el mundo português, sino también otras señales, tales como los mandatos de la capitulación para el viaje ([47]), alguno de los motivos de divergencia que se dejaron traslucir entre Magallanes y Ruy Faleiro ([48]) y las propias

([45]) João de Barros: *Decadas da Asia,* Lisboa, 1628, Dec. III, lib. V, cap. VI. Infiere el cronista que Serrão había comunicado también al rey don Manuel las maravillosas nuevas. V. igualmente el cap. VIII. Parece indudable que para los portugueses las Molucas, en aquellos días, no eran sino el punto de partida hacia un mundo de inefables riquezas, como lo sugiere, por ejemplo, la partida de la armada que con destino al archipiélago acaudillara Antonio de Brito y de la que cuenta Barros: «cousas que Antonio de Brito e os de sua armada ouuião das riquezas e variedade daquellas tantas mil ilhas, que auia naquelle Oriente: era tamanho o aluoroço nelles de se partir, por chegar a onde erão chamados, que o mesmo Antonio de Brito era o que maes apressaua que fossem a feito Bintam por fazer esta sua viagem...» (Dec. III, lib. V, cap. IV, f. 124).

([46]) Según la conocida información que Sebastián Alvarez transmitía desde Sevilla (18-VII-1519) a su rey Don Manuel, la expedición magallánica habría de guiarse por «la poma y carta» que fabricaron los cartógrafos Reinel — hijo y padre — y que servía de padrón a las cartas confeccionadas por Diego Ribero (o Riveiro). «Desde este cabo Frío — dice Alvarez — hasta las islas de Maluco por esta navegación no hay ningunas tierras asentadas en las cartas que llevan» (Fernandez de Navarrete: *Colección,* t. II, nº XV, p. 498).

([47]) «Descubrir y abrir camino para poner debaxo del señorio de V. A. muchas islas e tierras de mucho provecho» es lo que habían prometido Magallanes y Faleiro en el memorial presentado a Carlos I (Fernández de Navarrete: *Colección,* cit. nº 7, t. II, nº II, p. 472). Asimismo «tierras e islas» habían suscrito en la obligación que hicieron al factor de la Casa de la Contratación, Juan de Aranda (*ibidem,* p. 470). Y consecuentemente, por la capitulación se obligaron a descubrir, dentro de los dominios castellanos «islas e tierras firmes e ricas especierías e otras cosas de que seremos muy servidos...» (*ibidem,* p. 474). A esta esperanza responde la concesión hecha a los capitulantes de que, pasando de seis las islas que descubrieren y separadas las seis que primero escogiere el rey, dos entre las restantes podrían ser señaladas por ellos, en las que llevarían la quincena parte de todos los provechos.

([48]) Todavía en 1523 Faleiro veía en la empresa del mar del Sur algo que debía acometerse con objetivos más amplios que los de la especiería, según escribía al Emperador: «Yendo más naos podrían tratar en más islas y en más cosas que en especiería, como es en oro y en pedrería y en tributos, que en algunas dellas se podrían haber cada año, y sería causa para que todas las islas estén pacíficas en servicio de Vuestra majestad, que es cosa que a su servicio más cumple al presente y no dexar Vuestra Majestade esfriar este negocio, que es tal, que merece calentura». (Colección Fernández de Navarrete del Museo Naval de Madrid, t. XVI, nº LI, f. 446). Sospecho que tiene bastante que ver con estas ideas — embargadas de



singladuras trazadas en el Pacífico por la expedición ([49]). Pero a evidenciarlo viene ante todo la energía con que Fonseca mismo, respondiendo al cúmulo de noticias, trasuntos y augurios sobre las riquezas del Mar del Sur, se lanza también ahora a organizar la exploración pendiente del Océano «a espaldas de Castilla del Oro» en empresa capitulada con Andrés Niño ([50]) y que, llevando como capitán de la armada a Gil Gonzalez Dávila (criado del propio obispo) debía hacerse cargo de los navios que con tan improbos esfuerzos botara en el Mar del Sur el adelantado Vasco Nuñez de Balboa. Que a éste viniera a costarle la cabeza aquella hazaña, por el negro

ambición exploradora y lucrativa — la disensión del cosmógrafo con Magallanes, de que nos transmite noticia la carta referida (n. 46) de Sebastián Alvarez, donde consigna, relatando su conversación con Magallanes: «Yo acudí: qué más quería vér que instrucciones contrarias y decir Ruy Faleiro abiertamente que no había de seguir su farol y que había de navegar al Sur o no iría en la armada».

([49]) Alcanzada por Magallanes el 13 de febrero la «conucial», que era la altura en que situaba las Molucas (según había certificado al Emperador; cfr. Fernández de Navarrete: *Colección,* t. II, n.º XIX, p. 519), no cambia todavía el rumbo Noroeste que había traído y que mantiene los días 14 y 15 hasta ponerse en los 2 y 2 ½ grados Norte, donde gobierna al Oes--Noroeste para remontarse a los 11 y ½ grados, el día 23; y nos es hasta que se sitúa en los 13 grados (día 28 de febrero) cuando se enrumba derecho al Oeste, para avistar las islas de los Ladrones el 6 de marzo (Cfr. «Derrotero del viaje...», en Fernández de Navarrete: *Colección,* cit. 7, t. II, n.º XXII, pp. 532 y sigs. Para este, así como para los restantes documentos de la Colección, he hecho la lectura sobre los manuscritos del Museo Naval de Madrid. El Derrotero en cuestión corresponde al t. XVI, nº 18, f. 163 y sigs.). No me parece creíble, en modo alguno, que un trazado de rumbos como el referido haya tenido por motivo el salir pronto de los calores tórridos, como quiere Pigafetta; ni que el capitán general se haya encontrado confuso y en desorientación al no hallar las Molucas, como pretende Juan de Barros, haciendo llegar a Magallanes hasta los 21 grados «ja como homem que tinha perdido a estimação do lugar em que podia ser» (*Decadas,* dec. III, lib. V, cap. VIII). Creo que Magallanes, cuerdamente, no se ha empeñado en buscar las Molucas en su propia latitud ecuatorial, sino que ha procurado ganar la altura en que con certeza habría de hallar la orla de tierrras insulares del sudeste asiático, o bien la costa continental.

([50]) Destaquemos que, para mayor similitud de designios con la expedición de Magallanes, ésta de Niño se propone avanzar en descubierta hasta mil leguas o más hacia el Poniente y hasta doscientas al Sur (es decir, sin profundizar en el Austro ecuatorial), y «ha de buscar contratación de especería, oro, plata, perlas, pedrería y otros metales»; esto es, el elenco de las mercancías que fundamentan el monopolio estatal-privilegiado, al que se ajusta esta expedición sufragada a medias por la Corona y el capitulante. Detrás de él se percibe con harta transparencia la figura del obispo Fonseca, representada por la del capitán Gil González Dávila, contador de la Española y «criado del obispo de Burgos», que alcanzó el mando militar de la empresa «como lo quiso, y otra cosa mayor alcanzara, por tener por señor al obispo» — apostilla Las Casas (*Historia de las Indias,* lib. II, cap. CLIV; cfr. asimismo Fernández de Oviedo: *Historia,* lib. XXVIII, cap. XIV). Como se recordará, con el nombramiento de Gil González Dávila, Fonseca desbancaba a Vasco Núñez de Balboa, cuyos navíos a tanta costa botados en el Mar del Sur, fueron también la prenda apetecida por Pedrarias Dávila con voracidad tal, que no vaciló en degollar, por causa de ellos, al infortunado héroe extremeño. (Cfr. José Toribio Medina: *El descubrimiento del Océano Pacífico,* Santiago de Chile, 1914, t. I, pp. 69 y sigs. y Amando Melón: *Los primeros tiempos de la colonización,* Barcelona, 1952, pp. 433 ss.).

apetito de Pedrarias Dávila no es la menor prueba de que en aquellos momentos nada desataba tanto la pasión ambiciosa como la exploración de aquel mar del Sur.

En suma, de cara a Portugal —y también para la observación del historiador— podía mostrarse una permanencia de objetivos entre la acometida en que fracasara Solís y el esfuerzo que ahora se doblaba en las expediciones de Magallanes y Andrés Niño.

Continuidad también en el espíritu y la forma de organizar las cosas. Fonseca mantuvo un tan afanoso respaldo del proyecto de Magallanes, que nadie pudo ignorar —ni él lo pretendió seguramente— que bajo el nuevo reinado seguía haciendo de la Especería su gran compromiso con el destino ([51]). Menos notoria, aunque tampoco oculta, fué la vinculación económica del obispo a aquella «su» empresa. Ni era para sorprender a nadie en aquellos días, puesto que las dependencias económicas habían estado en el origem mismo del renacimiento de Fonseca, como ave fénix, de sus cenizas políticas. Si había recuperado su plaza y actividad de consejero, pagándola a buen precio al flamante poder de los cortesanos flamencos, lógico era que siguiera «negociando» en su ya vieja línea.

Pero ha sido Cristóbal de Haro quien ha asumido públicamente el papel de personaje en quien concurren facultades organizadoras —como factor que llegaría a ser de la nueva Casa de Contratación radicada en la Coruña— y las responsabilidades de allegar la contribución privada al armazón ([52]). Es decir, se ha llegado a reconocer en el célebre hombre de negocios, pasado de Portugal al servicio del Emperador, aquella fusión de intereses «oficiales» y particulares que sin duda pareció

([51]) Que era Fonseca el alma cortesana del proyecto lo atestigua el relato de Las Casas, en su *Historia*, lib. III, cap. CIV; y lo asegura Alvaro de Costa en su carta al rey de Portugal (28-IX-1518): «Sobre esto fueron llamados el obispo de Burgos, que es quien sostiene este negocio, y a los dos del Consejo» (Fernández de Navarrete: *Colección* cit., nº 7, t. II, p. 478).

([52]) Jaime Cortesão, con su excepcional penetración señaló cómo las actividades de Cristóbal de Haro relacionadas con el tráfico de las Indias —del Brasil— estaban ya entabladas desde 1513, al menos (*Brasil*, Barcelona, 1956, pp. 312 y sigs.). Para la armada de Magallanes, el «factor» Haro se encargaba de «fornescer» con 1 880 126 maravedís («heredando» proporcionalmente en los beneficios), mientras la Corona lo hacía con 6 454 209 (Fernández de Navarrete: *Colección* cit., nº 7, t. II, p. 502, «Relación del costo que tuvo...»). Pero el factor recibía además compensaciones particulares en remuneración de sus funciones, que eran verdaderamente complicadas y delicadas. Así consta de la expedición de Andrés Niño, en la que «heredaba» conforme a su contribución de 551 814 maravedís, a lo que se añadía «lo que Su Majestad mandare dar a Cristóbal de Haro por el gasto y trabajo que ha tenido en el despacho de la armada» (*Col. doc. inéd. Am.*, t. XIV, p. 8). Todo indica, pues, que él era la cabeza visible detrás de la cual otros «parcioneros» podíam invertir sus ducados en la espejeante aventura especiera. Sabemos que entre ellos habían de figurar, en relación con la armada de Loaysa, dos consejeros de Indias: el doctor Beltrán y Pedro Martir de Anglería (Cfr. «Cargo de la cuenta de Cristóbal de Haro...» en *Col. de doc. inéd. Hist. Chile*, de José Toribio Medina, Santiago de Chile, 1888, t. II, pp. 118 y sigs.). En cuanto a la de Magallanes, los armadores habían sido, al decir de las tripulaciones, Cristóbal de Haro y «el obispo de Burgos», conforme a lo que escribió Antonio de Brito desde las Molucas a su señor el rey don Manuel, a 6-V-1523 (Fernández de Navarrete: *Colección* cit., nº 7, t. II, n.º XXX, p. 593).



todavía impropia de un consejero de Su Alteza. Y eso que, por estas fechas, de tal manera había cundido entre los funcionarios de la Corona la idea de que era lícito un lucro personal en las «negociaciones» de su cargo que, como bien se recuerda, el factor de la Casa Sevillana de Contratación, Juan de Aranda, llevó tan lejos sus pretensiones erogatorias sobre Magallanes, como para darles forma de contrato ([53]) y suscitar un litigio con su sesgo de escandaloso. Precisamente lo que aquel hecho tuvo de justificado para el factor y de inaudito para sus impugnadores, mide la distancia que en breve tiempo se había corrido entre las tradicionales exigencias de desinterés en la autoridad, y la implantación, como norma, de hacer granjeria personal con la gestión pública. Ahora bien: en rigor, lo que pretendia el factor Juan de Aranda no era distinto de lo que se llevaba a principio administrativo con Costóbal de Haro, de suerte que la Casa de Contratación de la Coruña venía a ser no san sólo una segregación geográfica respecto del monopolio de Sevilla, sino el intento de constituir un nuevo edificio institucional donde tuviera cabida aquel consórcio de intereses —ligados desde luego al Consejo de Indias— que no toleraba ya la línea trazada para la Casa Sevillana ([54]).

Continuidad, en fin en las mañas del Obispo en orden a retener firme entre sus manos las riendas del asunto. A un extranjero —ciertamente insustituíble por sus conocimientos asiáticos— pero de cuya desamparada situación no son de temer las insumisiones ([55]), todavía se le refuerzan las amarras mediante instrucciones muy particularizadas sobre el viaje, y sobre todo mediante el nombramiento de aquella «conjunta persona» que fuera Juan de Cartagena ([56]). Solo que Magallanes no era sujeto en quien cupieran tales maniobras, sin que buscara la réplica en lugar oportuno. Y el resultado sería la tragedia del puerto de San Julian ([57]).

([53]) V. Obligación que hicieron Magallanes y Faleiro de acudir al factor Aranda con la octava parte «de lo que se hobiere en el descubrimiento de la Especería» (Fernández de Navarrete: *Colección* cit., n. 7, t. II, p. 378). Asimismo, interrogatorio que se hizo a Magallanes, en *Col. doc. inéd. América*, t. XXXVI, pp. 446 y sigs.

([54]) Dado el carácter de «departamento de gobierno» con que naciera la Casa de la Contratación sevillana (Haring: *Comercio y navegación*, Mexico, 1939, pp. 41 ss.), no era propio de su Oficiales la negociación privada. De hecho, la prohibición que en este sentido se dictó a 11-VIII-1522 venía a poner dique a una situación en que los Oficiales tenían «navíos e carabelas y otras fustas» y se dedicaban a «tratar y contratar» (*Cedulario* de Diego de Encinas, Madrid, 1946, III, f. 159).

([55]) Sobre la situación de Magallanes son muy ilustrativos —aunque teñidos de parcialidad— los informes que al rey don Manuel transmiten Alvaro de Costa (cit. n. 51) y Sebastián Alvarez (cit. n. 46).

([56]) Como bien advirtiera J. T. Medina (*El descubrimiento* cit., n. 50, t. III, pp. CLXIII ss.), la clave principal en la nominación de Cartagena como «conjunta persona», desplazando a Faleiro, está en el designio de contrarrestar los poderes de Magallanes; pero la medida era «impolítica y de aplicación imposible» y envolvía un fracaso que sólo fue evitado «por la inquebrantable firmeza» del jefe portugués.

([57]) Cualesquiera fuesen los deméritos o los talentos —no excesivos desde luego— de Cartagena, es indudable que su actitud tuvo el respaldo de los castellanos principales en la flota, y no así el del común de las tripulaciones. Véase, por ejemplo, cómo Gaspar de Quesada, el contador Antonio de Coca y Juan de Cartagena se apoderaron de la nao «San An-

Pero en el momento mismo en que el proyecto de la Especería se materializa, guiado por Fonseca, en la armada de Magallanes, no era ya posible que el decurso de la aventura y de sus consecuencias pudiera sujetarse a cauces desde atrás conocidos. Sencillamente, porque se iniciaba bajo un signo de transición en los tiempos. Tanto, sin embargo, se ha abusado últimamente del concepto de mundo en transición, especialmente por la trivialidad de cierta historiografía, que siento ahora por mi parte escrúpulo de trivialidad al usar ese criterio. Es necesario, no obstante, hacerlo, cuando se trata de calificar en síntesis el advenimiento de Carlos I al trono de España y enseguida al cetro Imperial. Ocioso sería recordar las razones que, desde la acción de Lutero a la conquista de Méjico, configuran aquella fase como una notoria y grave inflexión a escala de historia universal. Pero habremos de traer al recuerdo, para destacarlos, aquellos principales hechos que, incidiendo sobre la política indiana, la someten desde 1516 a esa incurvación que lleva de la política «fernandina» a la de la conquista «imperial» del Nuevo Mundo.

Advirtamos ante todo que el latente conflicto con Portugal, centrado en la Especería, había agravado su cariz en presencia del proyecto magallánico. Porque ahora que se redoblaban con Carlos I las conveniencias y las solicitaciones de la Corona de Castilla por estrechar los lazos de familia con el Lusitano, casándolo con doña Leonor, debía ser más agudo el encono portugués ante la que parecía ofensiva inconsecuencia del joven Carlos ([58]). De una parte, en efecto, Magallanes representaba aun más característicamente que Díaz de Solís el súbdito que cometía «deservicio» contra su señor natural y su patria al servir a la nación rival. Y por más que se acudiera a la garantía de no tocar en cosa de la «demarcación» de Portugal ([59]), constituía aquella una reserva tan puramente ambigua como sabemos, y era indudable, en cambio, que la proyectada expedición tenía como base, en definitiva, los datos procurados por una personificación del avance portugués en Asia, tal como lo representaba Francisco Serrão. Un avance que, como gran trayectoria histórica, justificaba para los portugueses un título de señorío viajero y mercantil hasta la perseguida Especería ([60]).

tonio», confiados al arrojo personal (Cfr. *Col.*, Fernández de Navarrete del Museo Naval de Madrid, t. XVI, n.º 16, ff. 144 ss.). Y a su vez, aquella acción resulta inimaginable sin el ambiente insidioso que en la propria corte se había fraguado contra las faculdades otorgadas a Magallanes; y sin la posibilidad —que sin duda admitía el lusitano— de alcanzar la Especería por la ruta del Cabo de Buena Esperanza (V. Las Casas: *Historia*, lib. III, cap. CI), que serviría de pretexto a los conjurados de San Julián (V. carta del contador Juan López de Recalde al obispo de Burgos, a 12-V-1521, en Fernández de Navarrete: *Colección* cit., n. 7, t. II, n.º XXI, p. 528).

([58]) «Cuán feo era receber hum Rei os vasalos de otro Rei seu amigo a sua vontade, que era cousa que entre caballeiros se nam acostumaba... Que hacer tal disgusto cuando se trataba de estrechar el deudo de V. A. con el casamiento, etc.» (Carta citada en n. 51, de Alvaro de Costa). Barros comenta: «sendo no mayor feruor da aliança que el Rey queria ter com elle, que era tratando o casamento da Infanta doña Lianor com elle, que se então fez» (*Decadas*, Dec. III, lib. V, cap. VIII).

([59]) Capitulación citada (n. 42) con Magallanes y Faleiro; caps. 1 y 71 de la instrucción citada.



La cuestión, sin embargo, como anclada todavía en su antigua ambigüedad «demarcatoria», no era resoluble sin más ni más por una personal decisión de renuncia del flamante rey, incapaz de expresarse en castellano, pero no precisamente incapaz de entender las cosas. El, como su abuelo y aún con mayor justificación, contaba con toda una línea tradicional de opinión en el Consejo en la que descargar su resolución ([61]). Y esta, en último término, al aceptar el proyecto, no representaba sino una necesaria conservación de los derechos del reino a explorar la extensión de sus dominios hasta la última frontera. La Especería podía ser el negocio impulsado y manipulado por Fonseca, pero no era una emanación del obispo.

A esta situación responde el cariz significativo que adopta la queja portuguesa: se refiere a la incongruencia moral entre una postulación de estrecha alianza y un gesto desconsiderado por parte del rey castellano. No podía penetrar, en rigor, en el plano del Derecho; y tanto menos, cuanto que algún elemento tan característico del intento como es la participación del astrólogo Ruy Faleiro, representa en realidad una afirmación de la voluntad de medir con justeza científica los grados de longitud que se pentraran hacia Occidente ([62]). Y sin embargo ¿cómo habría de ignorar el Emperador en todo caso el alegato moral de su cuñado?

([60]) Cfr. todo el extenso capítulo en que Barros explica cómo el título de «senhor da nauegação conquista e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e India», acrecentado sobre los que había usado don Manuel, supone una distinción importante entre jurisdicción —que es facultad inherente al título de rey sobre sus vasallos— y señorio, que es de orden real, o de dominio sobre las cosas: «senhorio, como quando hum o tem sobre as propriedades de sua fazenda, as quaes pode dar, vender etc., o que elle não pode fazer dos vasallos, fallando cõforme a direito». Aunque Barros no se refiere aquí directamente a la contienda con Castilla, está claro que su argumentación es conducente a probar que el «senhorio» portugués sobre la navegación hasta la India y la Especería era una «posse» o algo ya adquirido e intangible a cualesquier acciones ulteriores por parte de otras potencias, en cuanto Portugal se había anticipado a los demás reinos cristianos en estos tres extremos: «tomou posse deste caminho da nauegação por o titulo della »; el descubrimiento de tierras habitadas por idólatras y moros, que eran inválidos como sujetos de derecho posesorio, y en fin, «descubrio o commercio das especearias, as quaes erão tractadas e nauegadas por aquelles pouos infieis» (*Decadas*, dec. I, lib. VI, cap. I).

([61]) Según Alvaro da Costa (carta cit. en n. 51), informado por el cardenal Adriano, los consejeros habían insistido en el derecho castellano a navegar hasta las Molucas «de modo que el Rey no podría mudar resolución». Aquella actitud del Consejo se mantuvo luego firme y «*nemine discrepante*», conforme a lo que el Emperador escribiera a su embajador en Portugal, don Juan de Zúñiga (18-XII-1523), de manera que no hubiera sido «honesto ni razonable —advierte— apartarme de su parecer, mayormente en cosa que por mi no podría ni puedo bien saber» (Fernández de Navarrete: *Colección*, t. II, nº XXXI, p. 601).

([62]) Aunque no embarcó el astrólogo, quedo vigente para la expedición, naturalmente, el capítulo 7º de la instrucción (cit. n. 42) relativo a la certificación, por ante escribano, de los datos tomados sobre los grados de latitud de las tierras descubiertas «e asimismo en cuantos está de longitud de la demarcación de entre estos reinos e los de Portugal». Ruy Faleiro seguiría ofreciendo luego al Emperador aquellos sus servicios consistentes en sus «cartas y instrumentos y saber» (a 22-III-1523, en Col. Fernández de Navarrete, del Museo Naval de Madrid, t. XVI, nº 51, f. 446).

Más grave, en su inmediato influjo sobre la expedición ha sido la alteración general del semblante político en medio del cual se ha gestado. Porque Fonseca ha podido recuperar una parte —sólo una parte— de su antiguo poder y lograr que se hiciera a la vela la flota magallánica; pero sobre ella ha pesado el clima enrarecido que se respiraba en Castilla en la antecedencia inmediata al alzamiento comunero; clima que, en relación con la política indiana significaba básicamente una declarada pugna entre las fuerzas y las aspiraciones del reformismo y la herencia del pasado. Frente a la personificación más encumbrada y característica de ese pretérito en la figura del obispo de Burgos, los embates del clérigo Casas y de sus aliados los dominicos, además de lograr el primer conato de renovación institucional con el envío de los comisarios jerónimos a la Española, abrirán una brecha irreparable en el prestigio del anterior gobierno —o «desgobierno» para el sarcasmo crítico— de las Indias; brecha pronto ensanchada ante la complaciente mirada de los flamencos por las querellas del Almirante, las lamentaciones del obispo del Darién, fray Juan de Quevedo, y enseguida por los hechos y representaciones de Hernán Cortés.

Sólo en un ambiente semejante, de crisis general de autoridad —y muy en particular, de autoridad sobre los asuntos del Nuevo Mundo— se explican aquellos desatentados actos de fuerza que se atrevieron a cometer las autoridades de Sevilla contra la gente de Magallanes, con pretexto del pabellón que éste hiciera enarbolar en la nao capitana ([63]). Y sólo en medio de un aire como aquel, de fronda nacionalista contra la intrusión extraña se explica la dificultad de reclutar gente castellana para la armada ([64]) y, consecuentemente, lo crecido del contingente de extranjeros que en ella figuraría. A su vez, ello hace más comprensible que Fonseca agravase su habitual estilo adoptando medidas de tan ostensible desconfianza hacia el capitán general, que nos parecen más destinadas a pagar un tributo de satisfacción a aquellos humores reinantes, que a obtener un seguro de fidelidad sobre Magallanes. Porque no eran imprevisibles los riesgos de innovar la inveterada disciplina del mar con la introducción de aquella «conjunta persona» que un destino lleno de lógica con-

([63]) V. carta de Magallanes al Rey, desde Sevilla, a 24-X-1518, protestando contra al Asistente de Sevilla y su teniente. (Fernández de Navarrete: *Colección*, cit. n° 7, t. II, p. 478). Se explica, por lo demás, la hostilidad que contra la empresa magallánica adoptaron los oficiales de la Casa sevillana (excepción hecha de Matienzo), toda vez que quedó excluída del gran asunto, si no era para facilitar fondos a Diego Diaz (factor de Cristóbal de Haro en Sevilla; cfr. el «cargo de la cuenta» cit. en n. 52). Magallanes les hizo sentir además aquella realidad al responderles «que haría en la armada lo que quisiese, sin darles cuenta, lo que ellos no podían hacer sin dársela a él» (carta citada n. 46, de Sebastián Alvarez). Sobre la perduración de aquella enemiga, cfr. el «Discurso» elevado al Emperador por Diego de Barbosa en 1523 (Navarrete, *ibidem*, p. 588).

([64]) Cfr. el testimonio y protesta de los Oficiales de la Casa de la Contratación sevillana, relativo a la admisión por Magallanes de 16 o 17 grumetes que justificaba «con necesidad que había de gente», contrariando las reales órdenes que vedaban admitir esta «ni otra gente extranjera» en la armada (Col. Fernández de Navarrete del Museo Naval de Madrid, t. XVI, n.° 7, f. 85). Puede servir de contraste con estas dificultades la recluta para la expedición de Andrés Niño, en la que «muchos dellos van sin socorro, a sus partes» (cfr. «Relación» en *Col. doc. ined. Am.*, t. XIV, p. 8).



vertiría en trágico centro de subversión. ¿Y no estaba ya escondida también en estos antecedentes la suerte final del héroe portugués, obligado a dar de su protagonismo leal la nota más alta y gallarda, allende incluso de la prudencia y de las instrucciones que llevaba? ([65])

Se sorprendieron los nautas de la *Victoria* —cuenta la anécdota de Pigafetta— a su llegada a las islas de Cabo Verde, al encontrar errada su cuenta calendárica en la falta de un día. Pudieran sorprenderse no menos de las transmutaciones acaecidas durante la ausencia de la patria, si llegaran a penetrar en su sentido. Tres años apenas desde la partida de Sanlúcar, pero tres años pletóricos de decisiones sobre el porvenir. ¡Alzamiento y caída de los Comuneros, como primer paso del tránsito! Y además, apertura de una guerra con Francia, llena de inacabables promesas bélicas; un relevo de soberanos en Portugal, en el momento que más perentoria se hacia para el Emperador la conservación de la paz con Portugal; afirmación de una nueva posibilidad de economía de explotación en las islas indianas, basada en el hato ganadero, el azúcar y el esclavo importado de Africa; revelación pasmosa de aquel inesperado país que merecía el nombre de Nueva España, y que venía a inyectar nuevo impulso a la «carrera» oceánica regida por Sevilla ([66]), y, en fin, planeando sobre este panorama, el triunfo legal del criticismo indiófilo —y de su máximo campeón, el clérigo Casas— al desterrar la encomienda, sentenciada como ignominia, para implantar, en lugar de ella, una alternativa apenas definida de sumisión tributaria de los indígenas ([67]). Se completaba la inflexión que para la historia indiana se iniciara a la muerte del Rey Católico.

Mas la propia gesta de la nao *Victoria* no ha sido el menor rasgo dibujado sobre el semblante de los tiempos, al escribir con nombres hispanos aquel hecho de la circunnavegación del globo que por primera vez hace de la tierra un escenario simultáneo de historia. Y ha sido precisamente el peso enorme de la hazaña cumplida —que eleva la nao *Victoria* a una especie de reina del mito navigatorio([68])— el que sin duda ha contribuído a reafirmar la decisión política de continuar la empresa de las Molucas, al precio de la disputa con Portugal, cuando el balance de la experiencia más debía prestarse, en verdad, a una revisión de actitudes. Pero el carácter de los acontecimientos y aun el orden en que se han presentado ha prevalecido sobre aquel orden de soluciones que pudiera calificarse de bien ponderadas.

Ante todo precisemos, recordándolo, el sentido de aquel balance arrojado por la gesta de Magallanes y Elcano. En primer lugar, se han alcanzado las islas del clavo con tal oportunidad, que a falta en ellas de una presencia formal de los portugueses, podrá sostenerse por los castellanos, con sofístico argumento, su prioridad en «hallar»

([65]) Por las instrucciones referidas (n. 42) en su cap. 14, tenía Magallanes advertido no salir en persona «a tierra a hacer ningún concierto», evitando así poner en riesgo su persona, a menos que fuera requerido a ello por el régulo con quien se fuera a pactar.

([66]) V. Pierre Chaunu: *Seville et l'Atlantique*, Paris, 1959, VIII, pp. 84 y sigs.

([67]) Cfr. los caps. 4 y 5 de la Instrucción a Hernán Cortés, prohibiendo el repartimiento de indios «en encomienda ni depósito» y sobre el establecimiento de tributos y otras rentas para la Corona (*Col. doc. ined. Ultramar*, t. IX, pp. 167 y sigs.).

([68]) V. Fernández de Oviedo: *Historia* (cit. n° 4), lib. VI, cap. XL y lib. XX, cap. V.

el archipiélago y el derecho de la «posesión» que allí han tomado ([69]). Ahora bien; al lado de eso está un dato que creo absolutamente capital a nuestro tema, por más que no haya sido convenientemente tenido en cuenta por los comentaristas. Sebastián de Elcano ha regresado con un precioso derrotero (el llamado de Francisco Albo) ([70]) donde constan con precisión, como se sabe, las observaciones sistemáticamente practicadas por él para situar en la coordinada de latitud —generalmente— y alguna vez en la de longitud, las posiciones alcanzadas por los expedicionarios. De ese documento resulta fehaciente que Elcano asignó a las Molucas una longitud comprendida entre los 191 y los 194 grados, con referencia a la raya fijada en Tordesillas ([71]); esto es, aquellas islas correspondían a Portugal si se aceptaba la doble división oceánica o de partición hemisférica. Por añadidura, y dando marco grandioso y estremecedor a la vez a esta especie de desengaño, estaba en el remoto Austro la realidad del Estrecho esperado; mas, para ofrecer a su desembocadura, en el camino hasta las

([69]) V. nota 108.

([70]) Creo que el «Derrotero» que ha venido llamándose de Francisco Albo (así en la *Colección* cit. n. 7, de Fernandez de Navarrete, II, n.° XXII, pp. 532 y sigs.) fué obra del propio capitán Juan Sebastián de Elcano, por más de una razón. En primer lugar, porque resulta inimaginable que los datos más preciosos y graves de la transcendental navegación no hayan estado bajo la mano directa de quien capitaneó la gran aventura final. Que Elcano era además entendido e interesado en astrología y en buena relación con la autoridad máxima, dentro de este orden, en la expedición, el cosmógrafo Andrés de San Martín, lo denuncia aquella cláusula del testamento del nauta vasco por la cual ordena a sus albaceas entreguen a San Martín los dos libros que le legaba, «si lo toparen» (*Col. doc. inéd. Hist. Chile,* t. II, p. 103). Y está sobre todo el sesgo de identificación entre el redactor del Diario y la vicisitud de la nao, que se va afirmando a partir de las Molucas: «A los 19 del dicho no tomé el sol, mas debí de caminar 45 leguas al Oessudueste» (19-II)... «y doyle de camino a la nao 50 leguas al Oesudueste» (21-II, y así en adelante)... «me tiraron las aguas al Nordeste» (24-IV)... «después *mandé* que fuésemos al Oeste, quarta del Noroeste» (7-VII). ¿Quién sino el capitán de la *Victoria* podía expresarse de esta forma? ¿Cómo, sin prestigio y realidades de saberes cosmográficos iba a figurar entre los delegados castellanos en la Junta de Elvas-Badajoz?

([71]) Las longitudes que se contienen en el llamado Diario de Francisco Albo (y que es para mi de J. S. de Elcano; v. nota anterior) no dejan de constituir un dato problemático, por cuanto —primeramente— lo que poseemos de este capital documento no es sino una copia posterior, con algunas interpolaciones apreciables. No ha habido además, a lo que parece, un criterio uniforme respecto del meridiano inicial o de referencia adoptado. En efecto, la primera coordenada de este orden que aquí se consigna es la de la Punta de Arena, en la embocadura del Estrecho, que «está en 52 grados de altitud y de longitud está en 52 grados y medio»; y esta medición no puede referirse, salvo error muy abultado, sino al meridiano de Lisboa. Se consigna, en cambio, para las longitudes apreciadas en el orbe oriental, que el término de referencia es la *«linea de la demarcación»*. Y son éstas las registradas: islas de Sunuan y Yunagan (a 16-III-1521): «y está esta isla en 9 grados y 2 tercios de la parte del Norte, y están en longitud de la linea Meridiana 189 grados, hasta estas primeras islas del Archipiélago de San Lázaro». «Iten, del Estrecho de Todos Santos y Cabo Formoso hasta las dichas islas habrá de longitud 106 grados 30 minutos» (Lo cual es cifra disparatada que no se explica sino por error de copia). «... Y Borney está en altura de 5 grados 25 minutos el mismo puerto, y de longitud 201 grados 5 minutos *de la linea de la demarcación* (f. 172 v)... «Y este cabo (isla de Quipit) está 191 grados y medio del meridiano» (f. 173)... «Latalata con Terrenate está Nornordeste Susudueste y la que está en la linea equinocial está de longitud de la misma linea 190 grados 30 minutos» (f. 174)... «Motil está en la linea y está de longitud de meridiano 191 grados y 45 minutos» (f. 174 v.)... «Y Buro está en 3 grados y medio y está con Bachan Nordeste Sudueste cuarta de Norte Sur, en longitud de 194 grados» (f. 174 v)... «Y esta costa (de Timor) está con Buro Nordeste Sudueste cuarta de Norte Sur en longitud de 197 grados 15 minutos.» (f. 175 v). Se trata, como se ve, de un conjunto coherente de mediciones, que tratan además de ser afinadas, y que responden sin duda a la observación astronómica (seguramente la del orto y ocaso de las «estrellas erráticas» en relación con los de la luna) conforme sabemos que lo había practicado Andrés de San Martín y que debía conocer asimismo Elcano.



Molucas, aquel inmenso vacío del Océano Pacífico, cuya travesía mostraba requerir fuerzas más que humanas ¿Y qué singladuras no quedaban todavía por vencer desde aquellas longitudes para regresar a España por el camino de los portugueses (el único posible mientras no se superara el fracaso de la nao *Trinidad*)? La cifra de los espectros desembarcados en Triana desde la *Victoria* bastaría ella sola para responder a esa pregunta sobre el costo que en sacrificio humano representaba la especería de las Molucas. Por más que alcanzarla y traerla hasta España no fuera exactamente un imposible.

Se equivocó Pigafetta al predecir que otros hombres no serían capaces de repetir la prueba que él y sus compañeros habían superado ([72]). Pero su recapacitación es muy estimable para comprender los cálculos y presupuestos desde los cuales se dispuso proseguir la navegación a las Molucas.

## LAS MOLUCAS ENTRE LA «MONARQUIA UNIVERSAL» Y LA PAZ IBÉRICA

Pero ¿sería justo ahora cubrir bajo ese rótulo —navegación a las Molucas— la continuación de la acometida de la Especería? Aquí, como tantas veces, la inercia en las designaciones puede ocultar el sentido profundo del acontecer. Se trataría en este caso del encubrimiento de un problema relativo a los límites de una concepción política —la del imperialismo carolino— por la disputa de un objeto económico. Y así ha ocurrido, a mi modo de ver. Como ha señalado con acierto Carlos Sanz ([73]), se produjo en la apreciación de los coetáneos, no tardando, una sustitución muy significativa en cuanto al título que convenía a la empresa iniciada por Magallanes y que pasaría, de ser el hallazgo del Maluco, a ser la circunnavegación príncipe de la tierra; es decir, algo que no se propuso Magallanes y que hubo de realizar Elcano.

Todo indica que desde el regreso de la *Victoria,* ese giro semántico que lleva de las Molucas a la circunnavegación por excelencia, y de la gloria de Magallanes, por lo tanto, a la de Elcano, ha gravitado sorda pero eficazmente en las conciencias

([72]) «Pienso que nadie en el porvenir se aventurará a emprender un viaje parecido» (Pigafetta: *Primer viaje en torno del globo,* Madrid, 1941, p. 75).

([73]) Carlos Sanz: *Juan Sebastián Elcano, auténtico protagonista de la primera vuelta alrededor del mundo.* Real Sociedad Geográfica, Madrid, 1973. Para el autor, la circunnavegación no entraba en los planes de Magallanes (v. pp. 14 ss.).

y se ha reflejado, necesariamente, en el plano político. Aureolado por el *circumdedisti*, el compromiso de la Especería no es ya el empeño característico de un personaje, sino la herencia de un compromiso del que difícilmente podrían desentenderse sin pena, ni el flamante Consejo de Indias, ni siquiera tampoco el vulgar súbdito castellano de su Majestad.

De ningún modo esto ha de significar que las motivaciones económicas hubieran decaído de su papel rector en el tema especiero, ni en su pragmatismo calculador al regirlo. Ocurrió simplemente —en fenómeno tan ordinario al historiador— que ambas notas, la del instinto expansivo nacional y la del proyecto lucrador se reforzaron mutuamente; aunque no sin imponerse un condicionamiento, también mutuo, sobre los impulsos y sobre los resultados, por lo tanto.

El ensanchamiento de la base económica y administrativa que representa la creación de una Casa de la Contratación de la Especería, radicada en La Coruña, no modificaba la línea, ya veterana en esta materia, de implicación estrecha entre las esferas del poder político y el financiero, sino que venía finalmente a institucionalizarlo. Aquí no sólo se cruzarían como antes intereses personales del Consejo de Indias ([74]); además, y sobre todo, se confundirían preceptivamente en la figura de Cristóbal de Haro las facultades del poder político —como factor de la nueva Casa— y la dirección de un conglomerado de intereses privados (e internacionales, desde luego) en uno de los más interesantes ejemplos que puedan darse de la temprana conquista de directos resortes políticos por la maquinaria capitalista.

Una vez más, sin embargo, el montaje económico requería del dictado político como base de justificación y de aliento al mismo tiempo, y encontraría marcadas sus desembocaduras por el evento político, interno y externo. La promoción del puerto coruñés no se iniciaría sin una movilización de discursos e ilusiones acerca de las espléndidas posibilidades que aquel futuro de la Especería brindara no ya solo al puerto capital, sino a todo el país galaico ([75]). Y no se trataba, naturalmente, de una simple imaginación especulativa. Tenemos referencias suficientes para percibir que las necesidades realmente sentidas por Cristóbal de Haro en su cometido de organizar las

([74]) A lo que sabemos, el Consejo ejercía sobre Haro una especie de tutela permanente, tanto para las decisiones generales, como para obtener los imprescindibles apoyos de la Casa sevillana (Cfr. la carta de Cristóbal de Haro a Simón de Alcazaba, desde Burgos, a 25-X-1527, en Col. Fernández Navarrete, del Museo Naval de Madrid, t. XVI, f. 424). El nombramiento de un sobrino del Presidente —don frey Jofre de Loaysa— para regir la segunda expedición al Maluco no es, pues, una mera manifestación del nepotismo corriente en la época; es un hecho significativo para nuestro discurso. Nos consta, por otra parte, que entre los parcioneros en el armazón de la armada de Loaysa figuraban el doctor Beltrán —200 ducados— y Juan de Sámano (V. «Cargo de la cuenta», citado en n. 52).

([75]) No solamente la ciudad de la Coruña representó el Emperador las «causas» por las que convenía al Real servicio y al reino galaico aquella fundación (Fernández de Navarrete: *Colección* cit., nº 7, t. III, p. 97); también la ciudad de Lugo se había expresado a 21-XII-1520 en el mismo sentido, como petición del «bien e honra del reino de Galizia» (A. G. Simancas, Estado, 8). Como era de esperar, la ciudad de Sevilla no había tardado en dirigirse a los regentes en exposición de las «razones» por las que la «contratación de la especería» no se debía «mudar a la Coruña ni a otra parte» *(ibidem)*.



armadas para la Especería, ha importado una conexión obligada del gran puerto galaico con todo el ámbito atlántico septentrional ([76]). Lo que aquí, pues, habría de contrastar el porvenir no sería tanto el real fundamento del argumento político, cuanto la solidez del espíritu que lo enunciaba.

Por desgracia para las esperanzas coruñesas, aquel soñado ascenso a emporio universal de la Especería se alzaba y nutría de otro supuesto anterior y más general: el de un Carlos V que, erigido en «universal monarca» con capacidad ilimitada para extender sus conquistas, arrebataba a los lusitanos las fuentes originarias del tráfico especiero, invalidaba el papel de Lisboa desde el enclave coruñés, como destinado a ser enlace único con las verdaderas terminales europeas de aquel tráfico (los puertos del Mar del Norte), y procuraba entre tanto asfixiar el negocio del rey lusitano favoreciendo la coaligación de los compradores nórdicos de la asiática droguería ([77]). En síntesis: la acometida de las Molucas no era más que la cifra de una «monarquía universal» en trance de realizarse como imperialismo económico sin barreras.

Es preciso juntar nuevamente en nuestra memoria los trazos que configuran aquel momento histórico de 1522, lleno de zozobras europeas, flanqueado por la amenaza otomana, pero anunciando a la vez oportunidades grandiosas, para captar plenamente lo que ha querido ser la afirmación en el «plus ultra» en aquella consigna predicada por el canciller Gattinara en las Cortes de Valladolid de 1523, donde proclamara a Su Majestad decorado por Dios con la mayor dignidad del mundo «que es el Imperio de los Romanos, con la cual tiene justo título a todas otras conquistas». Una consigna que, con toda su exorbitancia parece haber logrado por un momento, en un horizonte real cuajado de problemas, imponer el sentimiento exultante de la monarquía que ha visto a sus hombres circuir la tierra ([78]).

Es preciso también entender el alcance amenazador de ese imperialismo para las naciones por él señaladas, para comprender la hondura y el carácter de la reacción

([76]) Cfr. carta de Haro a Alcazaba, cit. en n. 74.

([77]) Para el Emperador de los alemanes y príncipe de los borgoñones no se presentaba difícil, llegado el caso, canalizar a su provecho el tráfico especiero de aquellos âmbitos, de cuyos mercaderes y de sus tratos con Portugal seguía ya las incidências el embajador Juan de Zúñiga, para informar al Emperador: «Antes que partiésemos de Tomar, tornaron a enviar a un Francisco Pessoa a Lisboa para concertarse de la especería que dixe que se cargaba a voz del Rey, con los mercaderes alemanes y con Juan Francisco, porque todavía pareció que el Rey habría más tarde los dineros enviándola por suya que dándola a los mercaderes, y creo que no quisieron dar más del cuarto adelantado y solían dar el tercio, y en todas las otras plazas dicen que les hicieron alguna mejoría, por el peligro de la guerra, para cumplir los pagamentos más segutramente, porque de otra manera ponían muchos inconvenientes, y creen que en Flandes conjuraron los mercaderes para no compralla en algunos meses y que no le quisieron dar el adelanto (?) sino al contado, y por no probar esto, aunque parecía notoria la ganancia, no la osaron probar por esta vez» (A. G. Simancas, Estado 367, carta de 19-X-1525).

([78]) El título con que Hernán Cartés enviaba a Alvaro de Saavedra a trabar «amistad» con los principes de la Especería no era sino el de capitán del «Emperador del universo e a quien todos los otros príncipes cristianos reconocieron superioridad e dominio...» (Col. Fernández de Navarrete del Museo Naval de Madrid, t. XVI, f. 40).

que suscita; máxima y de acentuada huella en el caso de Portugal, porque a este reino afectaba de inmediato y con gravedad como a nadie. Y tanto más eficaz, cuanto menos se ha apresurado a manifestarse, para hacerlo en un momento y en una forma tal, que ha obligado al Emperador a emprender de hecho una vía de rectificación para su política. Preciso es puntualizar en nuestro recuerdo la forma de la réplica lusitana.

Ante todo es de tener en cuenta que no se ha producido de inmediato una reclamación de Portugal frente a la circunnavegación oceánica (79). Seguramente porque don Manuel y luego su heredero, don Juan III, no han querido suscitar el encuentro diplomático con el Emperador sino desde las condiciones más oportunas; esto es, una vez establecida una base sólida, por fortificada, en Ternate; después también de que don Juan, tomando la iniciativa, envía a Castilla una brillante embajada para concertar con su primo una doble alianza matrimonial (la suya con Catalina y la de Carlos con Isabel), al tiempo mismo que para agraviarse del hecho cumplido entre Magallanes y Elcano (80). Ahora bien; cuando se produce la requisitoria lusitana contra el envío de naves castellanas al Maluco, será ya tarde en relación con el ritmo de los pasos castellanos; es decir, una vez que estaba en preparación la armada destinada a seguir los rumbos de la magallánica y en marcha la organización de aquella flamante «Casa de la Contratación para la Especería» radicada en la Coruña; cuando, en cierto modo se hacía, pues, inescusable para un Emperador insinuado Monarca universal, el defender por lo menos aquella «conquista» de las Molucas, como cosa desde ahora «poseída» y sobre la cual se habían comprometido los Reales mandatos y la Real hacienda.

Pedir en tales momentos —como hacía el Portugués— negociar la «demarcación» mediante el viaje de dos carabelas, mientras por ambas partes se suspendía el envío de armadas, era un modo de asegurarse la «posesión» del archipiélago disputado. Decidido, pues, como se mostraba el Emperador (81), a negociar sobre aquellos dos tan fundamentales temas —los matrimonios y el Maluco— no podía aceptar la imposición del segundo por contemplación del primero. La preparación de una segunda armada —la que mandaría el comendador Jofre de Loaysa— se hacía insoslayable.

(79) De ello hacía argumento el Emperador: «la posesión que dello de presente tenemos, la cual publicamente e sin contradicción del dicho serenísimo Rey de Portugal había seído y era de nuestra parte continuada, con ciencia y paciencia y buena gracia suya, y asimesmo lo había sabido y sufrido el serenísimo rey don Manuel su padre, y que agora era de maravillar», etc. (carta citada —n. 61— a don Juan de Zúñiga). Parece indudable que, como quiere Herrera, la política de Juan III, tras el regreso de la nao *Victoria* había consistido en instar que se determinase a quien pertenecía el Maluco, para ganar tiempo entretanto y que «los portugueses se entrasen en las islas» (*Decadas*, Dec. III, lib. VI, cap. III).

(80) En noviembre de 1522 había llegado a Valladolid la brillante embajada de Juan III, destinada a procurar los referidos matrimonios (V. Rodriguez Villa, *Bol. Real Acad Hist.*, XLIII, 1903, pp. 63 ss.). A tal proyecto se oponía de una parte el compromiso concertado en Brujas, a 25-VIII-1521 por la archiduquesa Margarita para el enlace de Carlos con su prima María Tudor; pero también y sobre todo la diferencia de la Especería, pues el embajador Luis da Silveira había ya recibido en su camino, por la posta, noticia del apresamiento de tripulantes de la *Victoria* en la isla de Santiago, de las Cabo Verde (António de Castilho: *Crónica de D. João III*, p. 378, ed. de Joaquim Veríssimo Serrão en *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1970).



El debate se había planteado, además, en circunstancias que lo llevaban a implicar en hondura los sentimientos personales. Tengo para mí que, por encima de todo otro evento, lo que ha gravitado en esta fase de la controversia, conducente a las conversaciones de Elvas-Badajoz, ha sido el sesgo que afectaban las relaciones familiares entre ambos monarcas. A ellas hay que referirse, en consecuencia, con cierta puntualidad.

Habrá que subrayar otra vez, ante todo —y aunque se trate de lo archisabido— que la consigna de los Reyes Católicos, afanosa del entronque familiar con Portugal, se demostraría pronto para su nieto Carlos el menos discutible de los legados políticos. Porque se encargó de evidenciarlo así la doble crisis de las Comunidades y de la guerra contra Francisco I. Y así lo entendió desde luego la intuición nacional de los castellanos al aconsejar al rey muy desde el principio (1520), por la pluma del condestable don Iñigo de Velasco, y luego por la del Almirante don Fradique Enríquez, el matrimonio con la infanta doña Isabel, como persona «de nuestra nación y de nuestra lengua» (82). Salvo que entre 1522 y 1524 era todavía demasiado corta la experiencia de Carlos desde un enfoque hispánico, para que pudiera apreciar aquel consejo en todo su valor y ponerlo, en consecuencia, por encima de los apremios financieros y de su pactado enlace con la princesa María Tudor.

Tanto más grave me parece por eso el cariz de quiebra en la cordialidad familiar y diplomática que anuncia el advenimiento de Juan III, con la actitud del joven rey hacia su madrasta (la también joven reina viuda doña Leonor, hermana de Carlos V) en el momento preciso en que se disponía a plantear al Emperador en términos perentorios y sin alternativas, la exigencia de que sean entregadas a Portugal las Molucas, como «posesión» indisputable de aquella Corona conforme al Tratado de Tordesillas.

Es sabido cómo doña Leonor estuvo en un tiempo destinada a ser la esposa de don Juan, cuando éste era el príncipe heredero, y cómo al enviudar el rey don Manuel fué el propio monarca quien se desposó con la hermana del Emperador, causando así en su heredero don Juan un resentimiento que apenas pudo quedar oculto a las gentes. Igualmente es conocido que don Juan, una vez en el trono,

(81) Instrucción del Emperador al doctor Cabrero y Protonotario Barroso, a 4-II-1523 (Fernández de Navarrete: *Colección*, t. II, p. 591). No conocemos cuáles fueron los «medios» propuestos por Carlos para llegar a la demarcación; sabemos, sí, que se reafirmaba en lograrla «brevemente». Se oponía en cambio a la petición del Lusitano de que no se enviasen nuevas armadas imperiales a las Molucas.

(82) V.*Memorial Historico Español*, XXXVI, p. 39 y XXXVIII, p. 23. Las Cortes de Toledo hicieron suyo este deseo que se justificaba diciendo de doña Isabel que era «una de las excelentes personas que hoy hay en la Cristiandad».

rehusó casar con su madrasta y un día prometido «noiva» alegando que «não lhe sofría o animo haver de chamar esposa a quem dera o nome de mãe». al mismo tiempo que, aduciendo razones políticas, se negaba a permitir que la reina viuda llevase consigo al salir del reino a su hija la pequeña infanta doña María (la futura y brillante lumbrera feminina del Renacimiento Portugués) ([83]).

Me parece, en cambio, que no ha trascendido a la historiografía toda la gravedad que entrañaron estas incidencias, entre sentimentales y políticas, para las relaciones entre ambos primos, don Juan y don Carlos. Gravedad, en primer lugar, porque se implicarían en este drama no sólo los sentimientos de madre de doña Leonor, sino también su fama y honra, que fué puesta en entredicho en la corte lusitana. Y por ello la situación de la triste viuda llega a teñirse con los colores de aquella tragedia que representa una mujer puesta en llanto noche y día. Gravedad porque, según informaba al Emperador el doctor Cabrero, legado suyo en Portugal, todo aquel suceso no era más que una maniobra destinada a poner al jefe visible de la casa de Austria en tal agobio moral, que hubiera de consentir en cuanto le pidiera el lusitano. El texto que nos procura la información sobre lo apuntado es breve, pero esencial a nuestro objeto:

> «Hago saber a Vra. Md. como a la señora reina la han destruido, asi en honra como en fama, y sin ninguna culpa suya. Dios ge lo perdone quien lo ha hecho, que todo ello a seido para poner a Vra. Md. en estrema necesidad, para que en ella puesto, hiciera lo que ellos quisieran. Quien he seido la causa de esto, porque Su Alteza escribe y ha escripto largo sobre ello, no tengo más que decir. Una cosa certifico a Vra. Md.: que la señora Reina es muy buena y lo que se ha publicado es todo burla que solo se ha hecho para la fin que arriba digo. A Vra. Md. aconsejo dos cosas: la primera, que siempre tengais cabe vuestra Real persona hombres temerosos de Dios y de buena conciencia y apartados de cobdicia. La segunda, que nunqua envieis a príncipe ninguno por embaxador o mensajero persona que sea su natural y que tenga parientes en su reino, y estos tales nunqua pueden hacer cosa bien hecha...» ([84]).

([83]) Según Castilho (*Crónica* cit., n. 80, p. 378) «os pouos de Portugal em nehum modo sofrião detriminados não deixarem leuar deste Reino nem criar fora delle huma Princesa de mona filha de seu Rej natural», por razones muy interesantes para la definición de la peculiaridad monárquica lusitana.

([84]) Carta de Cabrero al Emperador, de Almeirim, a 22-IV-1523 (A. G. Simancas, Estado 367). El inculpado por Cabrero es su compañero de embajada Cristóbal Barroso. De él y de estos hechos nos transmite interesante información la *Crónica* citada (n. 80) de Antonio de Castilho. Queriendo el duque de Bragança aliviar a la Corona del peso que supondría la restitución de la dote de doña Leonor y evitar los inconvenientes de su tutoría sobre la infanta doña María, procuró el matrimonio de doña Leonor con su hijastro don Juan, con aplauso del pueblo, pero sin consentimiento de los interesados «pesando ante cada hum mais o respeito da honestidade pública que todo outro comcelho». «So Christouão Barroso —continúa— que neste Reino fazía as cousas do emperador, maguado de christouão de mello porteiro mor o fazer mudar de hua parte onde estaua cuberto a vista de el Rej deseiando vingar esta degraça, procurou en castella nome de embaixador e estranhaua iuntamente o aluoroço do pouo neste casamento da Rainha, e algumas visitações del Rei a seu parecer sobeias malsinadas com auisos secretos, como quem não duuida satisfazer ao deseio de sua vingança, posto que fose cõ a propria ruina emtanto que recolhendosse a corte en Riba Tejo de hum rebate de peste agasalhadas a Rainha e a Iffante doña Isabel no Lauradio e oferecido o Duque de Bragança para as guardar e acompanhar te Almeirim onde as ele Rej esperaua por não faltar ao Barroso testemunhas publicas de seus maos oficios embargou aquella jornada afirmando que o fazia por ordem do emperador o qual se ouue por tam mal seruido deste desatino que não somente lhe emuiou logo o doutor cabreira ouuidor do conselho Real por socessor do cargo mas o deterrou da corte con rigurozo castiguo».



Aparte de castigar duramente al «culpable» arriba aludido por Cabrero —y que era su compañero de legación, el protonotario Cristóbal Barroso— ([85]) ¿qué cabía hacer al Emperador en aquella tesitura, comprometido como estaba hasta el cuello en el conflicto europeo, sino instar con ahinco un diálogo con Portugal en el que, salvando su dignidad, evitara sin embargo el rompimiento con el Lusitano? ([86]) Es decir —y para resumirlo de otra manera—: en aquellos momentos suponía ya un buen éxito para Carlos V el conseguir que el problema del Maluco se llevara a una mesa de negociación, siquiera fuese como solución dilatoria. Y el Português acabaría aceptando unos tratos en los que, detenido por Carlos V el envío de la armada mientras se conversaba, nada tenía que perder y sí bastante que ganar, por lo menos en el terreno dialéctico. Salvo que bajo las condiciones y previsiones en que tuvo lugar el diálogo —los tratos de Elvas-Badajoz— fué de toda lógica que el resultado no alcanzara a otra cosa que a evitar un choque, sin dar solución al problema; aunque, eso si, acotándolo dentro de unos términos discursivos que daban una incuestionable ventaja a Portugal.

Pero veamos ahora —bien que haya de ser en síntesis— cuáles eran aquellas condiciones sobre las que hubo de cabalgar la negociación. Por lo pronto, el contenido de la reclamación portuguesa obligaba —recordemos— a afrontar, ahora de modo categórico, el problema de la vaguedad definitoria de Tordesillas. Porque lo estricto de los términos jurídicos alegados por los lusitanos forzaba justamente a volver sobre el significado estricto de Tordesillas. Don Juan ha pedido, en efecto, a su primo el Emperador, en cumplimiento de la letra de lo estipulado en 1494, le haga entregar las Molucas como tierra «hallada» primeramente por los portugueses, de manera que —según escribía el Emperador en su respuesta: «si nos pretendíamos ser nuestro por caer en los límites de nuestra demarcación, que lo habíamos de pedir y recibir de su mano y no ocuparlo por nuestra autoridad». Y añadía, consecuente, el Lusitano, que si constase efectivamente pertenecer aquellas islas a la demarcación

([85]) Desde la cárcel del Almirante, en Sevilla, escribía Barroso lastimeramente al Emperador a 10 de enero de 1524, pidiendo desde sus hierros y enfermedad «haya por bien que esta tan grande penitencia baste» (A. G. Simancas, Estado 367).

([86]) Según lo que el Emperador escribía a Zúñiga (carta cit. en n. 61) a los embajadores de Portugal se habían hecho «todos los cumplimientos posibles, que han sido de los más que se suelen hacer entre príncipes ni deudos». Y a Cabrero y Barroso les recomendó (instrucción cit. en n. 81) que actuasen «lo más dulce y graciosamente que pudiéredes».

de Castilla estaba «presto y aparejado luego de nos las dar y entregar al tenor de la dicha capitulación» ([87]).

Contemplado lo anterior como designio operativo, deja descubrir que había en el planteamiento lusitano unos ciertos supuestos sobre el problema que, aunque implícitos, eran perfectamente definidos y sólidos, lo que explica a su vez por qué Juan III ha concedido finalmente acudir a un diálogo ([88]) del que —como dijimos— poco daño podía presumir y sí ventajas calcular. Podemos resumir esos pilares de los lusitanos a estos extremos:

1 — Las Molucas han sido efectivamente «halladas» por los portugueses antes que por los castellanos. Fortificarse en este punto les permite no sólo reivindicar la «posesión» de las islas conforme a un Tratado de Tordesillas que no reconociera antimeridiano, sino, lo que es más, evidenciar la necessidad de tal demarcación meridiana ([89]).

2 — Porque una vez asegurado el principio de aquella posesión mediante hallazgo, así para las islas como para todo el ámbito que se habían adelantado a reconocer en Asia, no cabía allí a los castellanos otra pretensión de dominio sino dentro de lo que les fuera deparado por el antimeridiano de las Cabo Verde. De aqui que, relegando para un «a posteriori» el problema técnico de la fijación demarcatoria, se cierren rotundamente los lusitanos a ningún «médio» que no sea la entrega —en el sentido jurídico— del disputado archipiélago ([90]). Les importaba —repito— una entrega que de por sí completaba los sentidos de vaguedad legados por Tordesillas.

3 — Si los portugueses tampoco tienen motivos para sentir una gran prisa en la «realización» definitiva de ambas y problemáticas líneas definitorias, que encerraban para ellas seguras contradicciones de interés (lo que se avanzara en el Oriente, se perdía en el Brasil), sí en cambio les era capital en esta disputa asegurar una barrera al avance castellano en Asia. Y a tal fin les cuadraba perfectamente un aproximado antimeridiano —o principio de él— que, en definitiva, y cualesquiera fuesen

([87]) Carta cit. (n. 61) al embajador Zúñiga.

([88]) Capitulación entre los procuradores del Emperador y los del Rey de Portugal, hecha en Vitoria a 19-II-1524 (Fernández de Navarrete: *Colección cit.*, n. 7, t. II, nº XXXII, p. 602). La capitulación hace ya distinción entre las dos vertientes del problema: la «propiedad» del Maluco, dependiente de la demarcación que se estableciera por «astrólogos, pilotos y marineros» y la «posesión» que debían dirimir los letrados.

([89]) Se negaba Carlos V a aceptar la información de Juan III sobre la prioridad portuguesa en el hallazgo de las Molucas, como apremio a reconocer en vista de ella, la «posesión» lusitana del archipiélago. Ofrecía, sin embargo, que se entendiese de imediato («luego») en el juicio de la demarcación, diputando para ello personas que contasen con plazo «convenible» (que ni alargara la expedición del negocio, ni tan breve que pareciese que no se podía concluir), entre tanto que por ambas partes cesaba el envío de armadas a las islas disputadas (carta cit. en n. 61 a Zúñiga).

([90]) Enfrentados con la propuesta referida (nota 89) los embajadores portugueses «apenas ... lo quisieron oir», diciendo que no tenían comisión «para hablar en medio»; si bien luego, «con alguna istancia» se logró que esribieran a su rey sobre ello; pero «la respuesta que dijeron que tenían, fue refutatoria» (carta cit. a don Juan de Zúñiga).



las coordenadas exactas de las Molucas, dejaba ciertamente en bloque las Indias Orientales —incluído el Catayo con sus promesas— a quienes habían sido sus descubridores por los rumbos de Levante.

En última síntesis, yo diría, pues, que los lusitanos tuvieron una clara percepción de que en los tres problemas eslabonados que suscitaban las Molucas —«posesión» de ellas, demarcación oceánica y «propiedad» consecuente— el aspecto decisivo era naturalmente el de la demarcación, que desbordaba con mucho la importancia del archipiélago; y respecto de ese centro de la cuestión adoptaron una línea de principio coherente y enteramente definida (por más que sin renunciar al oportunismo a la hora de discutir datos): afirmarse en la necesidad y en la posibilidad de establecer la demarcación, mediante aquellas mediciones de la longitud geográfica que permitía la técnica geodésica de la época (y fueron hasta 4 los procedimientos que al objeto brindaron los portugueses) ([91]). Pero precisamente por eso no transigían en el tema de la «posesión»; no consentían que mediante al recurso dilatorio *sine die* a la demarcación ([92]), pudiera convertirse en título de posesion actual y en base así de propiedad futura, una presencia u ocupación castellana de las Molucas que no dejaba de acudir en último término a la autoridad del Emperador ([93]). Y es que en ello se implicaba —permítaseme insistir— no ya sólo el destino de las Molucas, sino a la larga también el título y la forma de penetración del Emperador más allá del «medio mundo» que se le reconocía por los lusitanos. De otra manera: no se trataba para los portugueses de defender la adquisición de las Molucas mediante una demarcación, sino antes bien, de defender el principio de demarcación mediante la afirmación de sus derechos en las Molucas.

Frente a estos categóricos planteamientos, la reacción castellana adolecerá desde su principio de una falta básica de orientaciónes precisas. Cierto es que los conse-

([91]) Ofrecían los portugueses para determinar las longitudes en disputa, cuatro maneras; «la primera en tierra, por distancias de la luna con alguna estrella fixa»; la segunda «por distancias del sol y de la luna en sus ortos y ocasos...»; la tercera «para un grado, sin alguna señal del cielo, para mar e tierra», y la cuarta «por eclisis lunares». (Extracto de los procesos de posesión y propiedad, etc., en Fernández de Navarrete: *Colección* cit., n. 7, t. II, pp. 625 y sigs.).

([92]) Al finalizar, con el mes de mayo, el término propuesto para las conversaciones —comenzadas el 11 de abril— sostenían los castellanos que el juicio de propiedad (es decir, la demarcación, como efecto) podía ser votado y sentenciado a través de lo aducido por cada una de las partes. Los portugueses alegaban en cambio que «lejos de estar la causa (de propiedad) en estado de venir a sentencia definitiva, sólo se han tocado tres puntos preliminares». Sostenían, sin embargo, que se podía fenecer de inmediato el negocio de la posesión, y resolver los dos juicios mediante la prórroga de un mes, como pedía el licenciado Acevedo, Se negaron a ello los castellanos. (Extracto citado en n. 91).

([93]) «...que el derecho de nuestra propiedad y posesión estaba claro para nuestra ocupación, a lo menos no se podía negar que tenemos fundada nuestra intención por derecho común, segund el cual, las islas y tierras nuevamente halladas eran y son de aquel que primeramente las ocupaba y poseía, en especial ocupándolas con autoridad de la Sede Apostólica, a la cual, o al Emperador, segund la opinión de otros, se concede tan solamente dar esta facultad». (Carta cit. en n. 61 al embajador Zúñiga).

jeros de Carlos V —y no sólo los del Supremo de Indias— estaban unânimes al afirmar el derecho con que Castilla «poseía» las Molucas. Pero a la hora de acordar una argumentación para apoyar ese derecho y sostenerlo en las esperadas conversaciones, no brilló —a lo que se nos alcanza— la luz concertante sobre la línea a seguir en razones y en táctica. Y es que no era fácil ese logro, dada la situación y sus antecedentes.

En rigor, para Carlos V la cuestión se planteaba bajo cariz delicado. Conociendo —como conocía sin duda— las coordenadas que para las Molucas proponía Elcano (y que las situaban en el hemisferio portugés), no existía más que un solo expediente para asegurar dialécticamente, de cara al futuro, no ya la «posesión» jurídica (título en previsible debate eterno) sino la «propiedad» del archipiélago. Y este recurso era el de sostener abiertamente que ni en Tordesillas se había estipulado un antimeridiano ni él estaba dispuesto a reconocer ese orden de demarcación. Lo cual tenía que ir acompañado de todos los medios de fuerza necesarios para obligar a Portugal a aceptar la eventual penetración castellana más allá de su «medio mundo». En otras palabras, ello requería la guerra con Portugal.

Por supuesto, semejante solución no es siquiera imaginable en el Emperador contra su hermano político ([94]), como opuesta, además a las tendencias profundas de sus súbditos castellanos, y en momentos como aquellos, en que Francisco I se ponía con todo su poder sobre Italia. Entre el lenguaje afectuoso —y preocupado por expresar afecto— que usa don Carlos para con su primo, y su íntimo sentir, hay al parecer una entera congruencia. La hay también, y sin ninguna duda, entre esa preocupación y los intereses más perentorios y generales de la «Cesárea Majestad».

La solución contraria a la anterior que cabía adoptar al monarca imperial, consistía sencillamente en hacer «entrega» jurírica del Maluco a los portugueses (conforme a lo que ellos exigían), aceptar la raya de partición en el novedoso océano Pacífico y aguardar lo resultante de ella, aunque se anunciara muy poco prometedor para la «propiedad» castellana de las islas del Clavo. A esta compostura se oponía de antemano ese sesgo —ya referido— de quiebra en la buena correspondencia familiar bajo el que se presentaba el apremio lusitano y su aspecto de amenaza ventajista sobre el agobio europeo de don Carlos; de suerte que en aquellos momentos, una sumisión del Emperador, siquiera fuese a la lógica de la reclamación de su primo, se coloreaba inevitablemente de indecorosa. Pero estaban además contra ella las opiniones del Consejo, que aparte de representar un verdadero peso político no carecían de ciertos fundamentos que ofrecer en contrincancia con los lusitanos. ¿No había en Portugal personas dispuestas a certificar que las Molucas caían en el hemisfério castellano? Y sobre todo ¿no podía Carlos ampararse en el sentimiento del reino expresado en las Cortes de 1523?

([94]) Es esta misma la interpretación que da Herrera —documentadamente— a los hechos: Su Majestad, «por la voluntad que tenía al rey de Portugal» hizo que se entendiera en el juicio de demarcación (*Décadas*, Dec. III, lib. VI, cap. VI).



> Suplicamos a Vuestra Majestad, que pues la Especiería que ha parescido es cosa tan importante a estos reinos y es de la Corona Real de Castilla, segund lo contratado con el Rey de Portugal, mande que aquella se sostenga y sobre la Especería no se tome medio con él, porque no se pierda el provecho e reputación del reino y lo mucho que cuesta de gente y dinero en descubrillas, e con toda diligencia se haga e acabe el armada para ir allá ([95]).

En semejante testura claro es que no quedaba al Emperador otra salida con lógica operativa que la de negociar dilatoriamente sobre el problema de la «demarcación» —lo cual ya era un triunfo para él— entre tanto que se procuraba con la prisa y empuje posibles, plantar un pabellón fortificado en las Molucas, que procurase a la vez estas tres cosas: consistencia a aquella «posesión» que se afirmaba; realidad a la contratación mercantil que se pretendía, y principalmente una base de fuerza desde la que primar las cesiones al Lusitano. A la vista de las vicisitudes subsiguientes, no cabe duda de que tal fué la linea adoptada por el Emperador.

Ahora bien; así como en el designio demarcatorio la posición portuguesa fué tan rotunda como hemos visto, la de los castellanos se montaba sobre una ambigüedad de supuestos internos que, sobre restarle firmeza, tenía que darle aquella apariencia de intención falaz, que correspondía en verdad a su doble rostro. En efecto, acerca de los principios de la demarcación hubo de este lado una persona —y sólo una— con criterio absolutamente preciso y bien asentado: la persona de don Hernando Colón. El sería —y no así por casualidad— quien llegaría a tener entre los comisarios cosmógrafos castellanos en Elvas-Badajoz un rango presidencial ([96]) y una voz con algo de firmeza oracular; y bien justificada, porque en la voz del hijo del Almirante —revestida de un prestigio a la vez histórico y científico— lo que resuenan con toda fidelidad son los presupuestos colombinos, que se resisten a doblegarse ante la realidad geofísica y política.

Para don Hernando, efectivamente, las dimensiones de la tierra siguen siendo aquellas que su progenitor leyera —e interpretara a su modo— en la «imago mundi» del cardenal d'Ailly ([97]); esto es: al grado de meridiano terrestre corresponden 56 millas y 2/3, contando a 4 millas la legua. Y con tal pequeñez de globo, no es difícil

([95]) *Cortes de Leon y Castilla*, IV, p. 83.

([96]) «quando tuvierdes ayuntamiento general de todos nuestros diputados y oficiales que ahi fuistes, habeis de asentaros por la orden siguiente: el licenciado Acuña el primero, el licenciado Pedro Manuel, el licenciado Barrientos, don Hernando Colón, Simón de Alcazaba, el padre fray Tomás Durán, Pedro Ruiz de Villegas, el capitán Juan Sabastián del Cano, y tras ellos nuestro abogado, y luego el Procurador, y las otras personas que ahí por nuestro mandado fueron...» (Real cédula, de Burgos, a 10-IV-1424, en Col. Fernández Navarrete del Museo Naval de Madrid, t. XVI, f. 379).

([97]) Parecer que dio don Hernando Colón en la Junta de Badajoz (*Colección* cit., n. 7, de Fernández de Navarrete, t. II, n.º XXIV, pp. 611 ss.). Alega también don Hernando a «Pedro de Aliaco» (la fuente en que bebió su progenitor), al «auctor del espera en la division de los climas y fray Juan de Pecan».

hacer que la ruta portuguesa hasta la Indonesia desborde «su» hemisferio. Pero no es en esta carta de doble filo donde nuestro cosmógrafo hará estribar su alegato, sino en aquella interpretación del Tratado de Tordesillas —tan reiterada ya aquí y tan ligada a la herencia intelectual colombina— según la cual, y contra lo aceptado por las gentes, la raya allí acordada es sólo una semicircunferencia, como línea de partida para una navegación oceánica que daría a los castellanos derecho de exploración y conquista nada menos que hasta el Arabia (98). Tesis esta a la que Don Hernando dedicará un extenso y circunstanciado escrito en el que apura hasta el extremo —con rigor e ingenio— la exégesis verbalista sobre los términos en que se expresa el Tratado de 1494.

Salvo que el Emperador —según hemos visto— no podía (ni seguramente quería) sostener abiertamente aquel principio que era un callejón abocado sin remedio a un conflicto de fuerza con Portugal; y que además tenía en contra la opinión de las gentes. Porque todo el mundo en Castilla daba por supuesto, como algo de pura lógica que la línea de Tordesillas se había concertado para la división de la esfera terrestre en dos mitades (99); de manera que todo el docto razonamiento de don Hernando contra la «vulgar» opinión tenía enfrente nada menos que el sentido común. Pero tampoco se quiso —por parte del monarca o de sus consejeros— prescindir de una teoría que tan eficazmente podía contribuir a hacer problemática la «demarcación», y negociable por lo tanto; pues es evidente que desde aquella posición, que debía inquietar al máximo a los portugueses, se subía el valor de la «concesión» imperial a debatir sobre la fijación de la línea divisoria. Y en consecuencia, se impuso en aquellas ideas de don Hernando a todos los miembros —incluso a los miembros menores— de la delegación castellana (100), como dándoles con eso una especie de interior y oculto alimento espiritual que les fortificara en la disputa con los portugueses.

(98) «... pareciéndole a él que dello no podía suceder sino servicio de S. M. el sábado próximo pasado dió por escrito su parecer, mostrando el derecho que SS. MM. tenían no solamente a los Malucos, pero asimismo a toda Persia, y Arabia e India...» (Parecer que dio D. Hernando Colón en la Junta de Badajoz, a 13-IV 1524; en *Colección* cit. n. 7 de Fernández de Navarrete, t. II, n.º XXXIV, p. 611). Don Hernando nos ha dejado un tratado (Ms. en la Biblioteca de Palacio de Madrid, n.º 652) en el que desarrolla por extenso esta su tesis, que supone nada menos que esta pretensión: «que V. M., pues tiene clara y evidente justicia para ello, debe ser servido de prohibir que no navegue (el rey de Portugal) ni pase al Oriente del dicho Cabo (de Buena Esperanza)» (fol. 2 v.). El antecedente de estas ideas es coetáneo del propio Tratado de Tordesillas (cfr. mi estudio citado en n. 6) y tuvo luego formulaciones categóricas, como la «Información sobre el derecho que tenían los Reyes Católicos a las Indias e Islas del Mar Océano...», que publicó Jaime Cortesão (*Brasil*, cit. n. 10, pp. 516 y sigs.) y que recientemente ha sido atribuído al primer Almirante por Antonio Rumeu de Armas: *Un escrito desconocido de Cristóbal Colón. El Memorial de la Mejorada*, Madrid, 1972.

(99) «Don Hernando Colón dice que el primer capítulo contenido en la capitulación asentada entre los Reyes Católicos, que en gloria sean, y el Rey don Juan de Portugal, explica cierta división de mares y tierras, de la cual, como el vulgo no tuviese cierta noticia ni entendimiento, ha provenido que por toda parte se haya sembrado por pública fama que habían dividido entre sí el mundo, y desto asimismo resulta que infieren otra conclusión general del vulgo, que es: han dividido, luego síguese que dividieron por iguales partes...» (Memorial cit. en n. 98). Don Hernando, para colmo de su desilusión, veía que sus compañeros de delegación participaban de aquellas ideas con «una impresión tan arraigada, que se persuaden que en realidad de verdad ello es así».



¿Podía, sin embargo, suplir aquella interna justificación, entre secreta y opinable, a un orden declarado y firme de ideas y de convicciones, a la hora del diálogo con un opositor como el portugués? Porque si se había renunciado a hacer un bastión de la doctrina antidemarcatoria, en otra base debía apoyarse el intento de permanencia posesiva sobre el archipiélago. Fué también don Hernando Colón quien —a lo que sabemos— suministró un segundo pilar donde el intelecto (y la conciencia, en su caso), de los castellanos pudiera hallar asidero moral para arrostrar la discusión. Pero se trataba también de un asidero con más fuerza posible *in pectore* que en elocución, pues consistía simplemente en advertir que, de todos los procedimientos que él, don Hernando, daba por conocidos —y enumera cinco— (101) para determinar la longitud geográfica de un punto, de ninguno se podía pretender —ni de todos juntos— que dieran un resultado con fuerza de convencimiento universal, sujetos como estaban aquellos procedimientos a errores apenas salvables y dependientes de un previo acuerdo sobre la correspondencia en magnitud de los módulos a emplear: leguas o millas y grados de meridiano. Dicho en otros términos: en aquella disputa sobre la longitud de las Molucas, concluía don Hernando que «ninguna de las partes podrá convencer a la que quisiere tergiversar» (102). Un postulado que no carecía de discresión científica y aún política, pero que colocaba a los comisarios castellanos, a la hora de discutir positivamente sobre longitudes y demarcaciones, bajo el talante interno del escepticismo y el semblante de la duplicidad.

En vista de lo anterior, y de que faltó a los «cosmógrafos y pilotos» del lado imperial una instrucción detallada y un procedimiento ajustado para concertarse (103), no es de extrañar que el comienzo de su actuación no se haya beneficiado ni de

(100) «... hablalles heis lo que a ellos toca conforme al capítulo de dicho memorial, que habla en la demarcación; y en los apuntamientos que don Hernando hace en el verdadero entendimiento de la Capitulación, con la mejor manera y más disimulada que ser pueda.» (Real cédula a los Diputados de la Junta, de Burgos, a 7-V-1524, en Col. Fernández de Navarrete del Museo Naval de Madrid, t. XVI, f. 381).

(101) Son estos procedimientos: caminando o navegando en línea recta, no paralela a la Equinoccial y estimando la distancia recorrida entre dos puntos separados por un grado de latitud. 2.º: formando un instrumento «fluente» (es decir, un cronómetro eficaz), que fijaría la longitud mediante la diferencia horaria. 3.º: fabricando «una rueda cuasi como azeña en el navío», que por medio de «peloticas de plomo» cayendo a cada vuelta serviría para medir con la exactitud de ese cuentavueltas, la velocidad del navío. 4.º: por los eclipses de la luna. 5.º: por el «curso de las estrellas erráticas confiriendo el de la una con el de la otra» (Parecer cit. en n. 97).

(102) *Ibidem.*

(103) Sabemos que el parecer de don Hernando Colón había sido que el primer día cada uno trajese por escrito las «razones y avisos» pertinentes a la defensa de la causa del emperador. Como esto no fué admitido por los otros jueces, formuló no obstante don Hernando su dictamen ya referido (n. 98) sobre la extensión del dominio castellano hasta «Persia, Arabia e Indias».

cohesión grande ni de habilidad suma. A lo qe sabemos, una mayoría de ellos — la constituída por fray Tomás Durán, Sebastián Caboto y Juan Vespuci — ([104]) creyó servir su causa del mejor modo posible, llevando a una cifra maxima las leguas recorridas por los lusitanos para alcanzar las Molucas. Hasta que se impuso una requisitoria al buen orden táctico, formulada — claro es — por don Hernando Colón, en la que advertía, con muy buen sentido, que este camino no conducía a ningún resultado estimable. Lo que cumplía a los castellanos — según él — no era disputar con los portugueses, desde una situación de inferior autoridad, sobre las leguas que importaba su derrota hacia las islas, sino hacerles cargo de probar que estas se hallaban dentro de su demarcación ([105]); prueba que no tenían modo inmediato de ofrecer como indisputable, dada la disparidad de los criterios de autoridad aducibles, así en cuanto a la dimensión del grado de meridiano, como en orden a la igualdad exacta del módulo empleado. Fué aquel designio táctico el que finalmente orientó la actuación de los «jueces» castellanos. Su lógica les condujo naturalmente a un orden de alegaciones poco congruente con las exigencias del rigor científico, que ya en este caso se confundía a la postre con el rigor jurídico; pues es así que hubieron de sos-

([104]) En el parecer que suscribieron conjuntamente fray Tomás Durán, Sebastián Caboto y Juan Vespucio, se declara que su presupuesto táctico debía consistir en «graduar las leguas y dar las menos leguas que pudiéremos al grado del cielo...». Frente a lo cual, tenían empero que reconocer un límite: «que tenemos de venir a lo que comunmente usan los marineros, ansí en Portugal como en Castilla que da a cada grado del cielo 17 leguas y media...» (Fernández de Navarrete: *Colección*, t. II, n.º XXXV, pp. 614 y sigs.). Nos informa, por otra parte, don Hernando Colón, que el plan efectivamente seguido estribó en que «se hiciesen dos cartas, una en que se contuviese verdaderamente la navegación que hacen los portugueses, para no dar lugar a que se extendiesen más de lo justo y otra en que se pusiese la mesma navegación mucho en nuestro favor, para que si ellos mostrasen alguna falsa o emendada, que asimismo nosotros les mostrásemos la nuestra», como instrumento de porfía (Parecer cit. en n. 97). Significativa en alto grado estimo que es la ausencia en todo este plan, tanto de una referencia al viaje cumplido por Elcano, como a las opiniones del propio capitán. ¿Será aventurado suponer que para el circunnavegador del globo estaban ya fuera del sentido real aquellas argucias, que en el fondo seguían operando con unas dimensiones terráqueas incompatibles con su experiencia?

([105]) Alegato cit. (n. 97) de don Hernando Colón contra los otros Jueces. La táctica discusoria que proponía don Hernando viene a probar — a mi modo de ver — que los castellanos sabían perfectamente que, conforme a los datos de Elcano, las Molucas se hallaban en el «medio mundo» portugués. «En una carta — dice — o espera se pornán las tierras que por SS. MM. están descubiertas por la vía del Occidente, juntamente con las Molucas y las otras tierras circunvecinas que descubrieron los del Especería, y diráse por parte de SS. MM, que conforme a la Capitulación mandaron navegar y descubrir al Occidente de la linea de la demarcación y que sus navíos han descubierto todo aquello que allí está asentado y que por aquella razón es suyo. Los adversarios entonces no podrán responder que ellos lo descubrieron primero, porque esto toca a la posesión y no a la propiedad, por manera que no tienen otra respuesta sino decir que los de SS. MM. navegaron tanto al Occidente que pasaron el medio mundo que les pertenece, que, por tanto, pues los Malucos están adelante del medio mundo, no pertenescen a S. M. A lo cual se responderá que no consta que solo el medio mundo podían SS. MM. navegar, y dado caso que constase, negarse a que es más del medio mundo, y asi incumbir a los portugueses probar esta negativa, *y como la prueba sea dificil, S. M. será justo posesor, en tanto que lo averiguan.*



tener este insincero postulado: que ellos habían acudido a Badajoz para determinar con efecto a quién pertenecían las Molucas, y que tal discernimiento podía hacerse llevando sobre la poma, sin más, los datos que sobre ello se poseían, de suerte que si los portugueses se enrocaban en exigir procedimientos y mediciones más fidedignas — aunque a más largo plazo, como operadas «in situ» — se les culpaba de propósito dilatorio ([106]).

La proposición que finalmente suscribieron los cosmógrafos castellanos — incluso Elcano, hasta aquí sumido en silencio elocuente — no se plegó exactamente al dictado de don Hernando, pero viene a redundar en el mismo sentido de táctica y de objeto. Sin mención alguna al fundamento de las mediciones castellanas, en su camino occidental, se asigna a las Molucas una longitud de 150 grados Oeste, frente a los 160 Este de los lusitanos, y se imputa luego a éstos la cifra — nada menos que de 50 grados — del desacuerdo, atribuyéndola además a errores maliciosamente sostenidos por los portugueses. En efecto, se les impugnan, por una parte, sus trabas retardatarias en el momento de fijar aquella referencia primera que era el meridiano de Tordesillas; y se rechazan luego las pruebas cartográficas que han aducido, como contrahechas y discordantes con otros datos en posesión de los castellanos, ya emanados de las propias fuentes lusitanas, ya procedentes de la geografía ptolemaica o de noticias más recientes. Y de otro lado se niega que al grado de meridiano correspondan 17 leguas y media (de a 4 millas la legua) aunque sin precisar, frente a la milla portuguesa, cuál deba ser la magnitud exacta de la ptolemaica ([107]).

Como se ve, el espíritu que planea en esta réplica no es otro que el de don Fernando Colón — el primero jerárquicamente a la hora de firmarla — que lograba con ella una especie de imposición indirecta de sus postulados antidivisorios. Porque el dictamen en cuestión podría reducirse a esta réplica a los portugueses en síntesis dialogal: tiempo y trabajo os doy hasta hacer la demarcación... si es que hemos de hacerla, verdaderamente.

De la otra cara de la discusión — la de la «posesión» — que no podía ser planteada y resuelta sino en términos jurídicos, tampoco cabe decir que la posición castellana se haya aureolado con los fulgores de la lógica impecable. Porque, frente a la exigencia lusitana de entrega de las Molucas — según el texto de Tordesillas — como tierra primero «hallada» por ellos, los comisarios del Emperador hubieron de acudir a forzar hasta el límite los recursos de la semántica, para sostener que «hallar»

([106]) En aquella alegación, no era difícil para los castellanos mostrar las debilidades probatorias con que se presentaban los portugueses, decididos por su parte a acortar las leguas de su avance hacia Oriente y en las que no se conformaban la poma y la carta de su fabricación. Pero si no carecía de lógica circunstancial la afirmación de los «imperiales» de que «cartas e pomas no eran suficientes instrumentos para saberse la verdad»; y si al objetar contra las mediciones por «eclipsis y estrellas fixas», como algo que no podía servir «para tiempo tan limitado como dos meses», tampoco carecían de razón, venían a confesar, sin embargo, con su actitud negatoria, que la reunión había sido un mero arbitrio para ganar tiempo (Cfr. parecer presentado a la Junta de Badajoz por don Hernando Colón y los demás diputados, en Fernández de Navarrete, *Colección* cit, en n. 7, n.º XXXVII, pp. 617 y sigs.).

([107]) *Ibidem.*

tierras es tener un dominio efectivo sobre ellas ([108]). Cierto es que la política de «segredo» practicada por Portugal venía ahora a servir a los castellanos para recusar como sospechosas las testificaciones contrarias sobre el ingreso lusitano en aquellos parajes, y para airear, frente a ellas, la resonancia internacional de aquella gesta magallánica cuyos pasos se encargaba de divulgar un relato compuesto por Maximiliano Transilvano (y compuesto indudablemente a este determinado objeto político) ([109]). ¿Podría todo eso, sin embargo, convencer a un árbitro imparcial, además de irritar a los portugueses? ¿Podría satisfacer el ânimo de un monarca como Carlos V que si no ha pasado a la historia como ejemplo de personalidad atenazada por los escrúpulos políticos, ha tendido a conformar sus hechos con la imagen del Emperador sobresaliendo en la general cofradía de los Caballeros Cristianos?

## ESTAS NUESTRAS INDIAS, Y AQUELLAS ISLAS DE LA ESPECERÍA

Inútiles en apariencia, como disueltas sin lograr acuerdo alguno, las conversaciones de Elvas-Badajoz han abierto en realidad una nueva fase en la pugna hispano-lusitana sobre la Especería. Y determinadamente digo pugna sobre la Especería y no sobre las Molucas, porque en orden a la comprensión de los eventos sería enteramente engañoso suponer que el Emperador después de aquella negociación ha pensado empeñarse en una lucha con su primo por causa de las islas. Es cierto que a partir de aquella encrucijada diplomática iba a reanudar, con toda energía por su parte el plan de sostener con el envío de armadas el «negocio» de las Molucas. Pero se trataba de sostener precisamente eso: un negocio. Lo cual es esencialmente

([108]) Tenía constancia Carlos V de que los portugueses habían descubierto los primeros las Molucas, cuyas latitudes conocían Magallanes y su suegro Diego de Barbosa, como «asentadas por los pilotos portugueses que las descubrieron» (discurso de Barbosa al rey (1523), en Fernández de Navarrete: *Colección* cit. n. 7, t. II, p. 588). No obstante, la política de Carlos V quiso jugar, en un principio, incluso con poner en cuestión aquella realidad: «o que algún portugués allí hobiese ido o fuese a contratar o rescatar... lo que no se sabe ni cree...» (carta cit. en n. 61, a Zúñiga). Pero en las conversaciones de Elvas-Badajoz se reconoció —conforme a las noticias que trajo la nao *Victoria*— «que ninguna armada de Portugal ni otro príncipe cristiano había ido allí ni tomado posesión antes que la nuestra; solo se supo que había estado un Francisco Serrano, grande hombre de navegación y muy amigo de Magallanes, el cual con temor y desagrado del rey de Portugal y de sus gentes huyó de Malaca en un junco de los que solían ir a comerciar en Maluco; moró en Tedori, a cuyo rey había dicho muchas veces apretándole la mano, que aquellas islas eran del rey de Castilla» (extracto cit. en n. 91 del proceso de propiedad). Con esto, se hacía preciso a la tesis castellana afirmarse en este extremo: «es manifiesto que hallar requería aprensión y no se decía ser hallado lo que no fue tomado o aprehendido, aunque fuese visto o descubierto» (carta a Zúñiga, cit. en nota 61).

([109]) De las Molucas y la Especería se dice en esta conocida relación: «incógnitas y jamás sabidas estas cosas cuasi en ninguno de los siglos pasados, mayormente en estos nuestros tiempos» (de la traducción castellana en la *Colección* cit. n. 7 de Fernández de Navarrete, t. II, nº XXIV, pp. 557 y sigs.).



distinto de reivindicar un dominio o señorío espacial. Y este giro fundamental es una consecuencia necesaria de los tratos de 1524.

Desde el momento en que se aceptaba formalmente el compromiso de una demarcación en el Pacífico, aunque fuese sin dar los pasos para realizarla, lo único que se podía pretender del futuro con garantía de seguridad, en relación con la Especería oriental, era lo que deparase a los castellanos aquella demarcación. Todo lo demás —las Molucas en primer término— no eran más que las ganancias o rentas que pudieran obtenerse mientras se sostenía dilatoriamente el conflicto con Portugal; y siempre bajo el supuesto de que este no se traduciría en otra guerra que la de un choque eventual —e indeseable— en los remotos âmbitos que se disputaban. Ahora bien; la naturaleza de esta situación no consentía ya al Emperador, en buena lógica, tratar aquel «negocio» de otra manera que como cosa negociable. Es decir, como asunto que habría de ser conducido con estricta limitación a los resultados y provechos asequibles de inmediato, y mantenido sólo en la medida en que demostrase ser remunerador, desde el complicado conjunto de intereses de la Monarquía Imperial. Lo que en consecuencia se confía a la armada de Loaysa no es una operación decidida de guerra contra los portugueses fortificados en las Molucas, sino el establecimiento de un dominio castellano en el norte del archipiélago, con base en Terrenate, que pudiera acaso y por el momento, compartir con los lusitanos la cargazón del clavo ([110]).

En todo caso, no podía la Corona desasirse ahora de prestar al negocio su impulso de reanudación, después de los compromisos por ella contraídos. El primero de los cuales era, obviamente, el de cumplir ante Portugal la anunciada decisión de armar gruesamente con destino a las islas ([111]). Y así, sería la propia Corona la que habría de pechar con parte del gasto —muy crecido—que exigió la importante armada de Loaysa ([112]).

¿Hasta donde y cómo, sin embargo, mantener aquel pulso? ¿Cuáles serían los límites y condiciones en que el Emperador debía verdaderamente de ceder? Frente a los que crean —con opinión que ya fué la mantenida oficialmente después de

([110]) Herrera: *Décadas*, dec. III, lib. VII, cap. VI: «... y pareciendo que podrían sojuzgar a los portugueses, la hiciesen, de tal manera que no se pusiese el armada en aventura; y hallando que los portugueses estaban tan fuertes que no pudiesen ser vencidos, se fuesen a otras islas...» (Instrucciones a la armada de Loaysa).

([111]) Precisa Herrera que «acabada la Junta de Badajoz y pronunciada la sentencia... se mandó dar priesa en apercibir el armada que había de ir a los Malucos, y que con efecto se pusiera la Casa de la Contratación de la Especería en la Coruña, sin embargo de la contradicción de Sevilla» (*Decadas*, dec. III, lib. VII, cap. V). Después de partida la armada de Loaysa (el 24-VII-1525; v. *Colección* de Fernández de Navarrete, t. III, pp. 4 y sigs.), el Emperador no solo especuló en los documentos oficiales con la preparación de otras sucesivas expediciones (Caboto, Alcazaba); de hecho, en la Coruña continuóse el apresto de la que debía conducir Simón de Alcazaba (cfr. relación del gasto en Col. F de Navarrete en Museo Naval de Madrid, t. XVI, nº XLV, f. 420).

([112]) No he encontrado relación de ese gasto. Según el cargo citado (n. 52) de la cuenta de Cristóbal de Haro, la contribución de los particulares montó 15 150 ducados; lo que no representa ni aún la mitad seguramente del importe de la armada.

1529 — que la renuncia se imponía de inmediato ante las invencibles dificultades viajeras de ida y vuelta al Maluco, está la respuesta — también formulada por la época — de que repetir el viaje de la *Victoria* era perfectamente posible, tanto jurídicamente, en virtud del principio de libertad de navegación oceánica (como realidad de la vida internacional), como en orden a las exigencias náuticas (113); e igualmente por cuanto en el plano económico podía justificarse la permanencia en el esfuerzo.

Lo que realmente ha quitado fuerza y duración a la resistencia imperial ha sido un planteamiento que venía en definitiva a hacer depender la acometida oriental no ya de una decidida voluntad de acción, sino de una conjugación de respuestas a formular por un imperio embargado por su propio peso en el Occidente. Y esas respuestas tenderían a encadenarse en gradación de negaciones. Si se sabía que el Emperador estaba decidido a negociar — y esto se supo de inmediato — ¿con qué entusiasmo iba a acudir el dinero mercader a embarcarse en una aventura sin futuro y tan remota, cuando le tentaban otras mucho más próximas? ¿Y cabía a las angustiadas finanzas imperiales mantener la hipotética inversión? Tan débil vendría a resultar esta base, que cuando el Portugués destapó con energía el verdadero sentido de sus aspiraciones — no ya las Molucas, sino una demarcación oriental bien definida y con ventaja para él — Carlos V no replicó ya sino con un leve e inútil intento de regateo.

Cierto es que para entonces estaban ya cargando de aquel lado de la balanza todos los intereses del César; como señalaremos en síntesis.

Muy pronto habría oportunidad de que en medio de esos intereses recobrara su significado la «hermandad» entre Carlos y Juan. El resultado de las conversaciones de Elvas-Badajoz (no un fracaso, sino el logro de un compás de espera), no ha impedido, sino antes bien ha reforzado el interés de ambas partes por formalizar alianzas matrimoniales. En Burgos, a 9 de julio de 1524 quedaba asentada la de don Juan y doña Catalina (114). Y tan pronto como se produjo la victoria de Carlos V sobre Francisco I (25-II-1525), quedó sellada la de Carlos e Isabel. Por más que el resonante hecho de Pavía haya abierto al Emperador una anchurosa situación diplomática y militar, no se ha servido de ella para presionar sobre Portugal, que, preo-

(113) En el interesante pleito que Cristóbal de Haro sostuvo contra la Corona y su inexorable fiscal Villalobos en fechas de 1538, la «Probanza» de Haro de 19-III-1538 incluye entre sus preguntas «si saben, etc... que todas las mares son libres para navegar por ellas, así españoles como portugueses, sin les ser puesto ningund impedimiento». Las respuestas son naturalmente afirmativas y es de especial interés la de Pero Ruiz de Villegas, como persona que intervino en las conversaciones previas a la «venta» de 1529. Cfr. Medina: *Col. doc. Chile*, cit. n. 52, t. II, pp. 217 y sigs. Otra pregunta se refiere a la seguridad de la navegación entre las Molucas y el Cabo de Buena Esperanza.

(114) Los embajadores portugueses Pedro Correa de Atouguia y el doctor Juan de Faria se juntaron en la ciudad castellana con el canciller Mercurino de Gattinara y el comendador mayor don Fernando de Vega, «e não somente se acordarão no dote e obrigação das arras, mas reformão de nouo pazes e amizades antigas e auendoas por mais seguras com a vezinhança deste contrato» (Antonio de Castilho: «Crónica de D. João III», versión de J. Veríssimo Serrão, en *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, p. 390). A 14 de febrero del año siguiente se hacía la entrega de doña Catalina (*ibidem*, 392).



cupado sin duda por el cariz del acontecer europeo y deseoso de continuar en la paz peninsular, se ha mostrado no obstante dispuesto a defender a ultranza su conquista oriental, al tiempo que arrojaba al triunfante «monarca imperial» un género de reproche al que seguramente Carlos no era indiferente: ¿era aquella intrusión algo digno del príncipe más poderoso de la Cristiandad? O, para decirlo con las palabras del conde-almirante, Vasco da Gama, al embajador castellano don Juan de Zúñiga: «que qué quería Vuestra Majestad de quitalles sus rincones, habiéndolos de favorecer y que la grandeza de Vuestra Majestad con los turcos se había de emplear y como el mayor señor de los cristianos hacer mercedes a todos y no curar de sus miserias, que les costaban tantos mil hombres...» (115)

Como primera providencia, Carlos V ha aprovechado muy sensatamente aquel desahogo para completar unos lazos matrimoniales que habían demostrado ser la mejor garantía de amistad entre ambas Coronas. Despejado el peligro francés y rebajado así el valor de la alianza inglesa, Carlos se apresura a enviar a Portugal a Msr. de Laxao (Lachaulx), su «sumiller de Corps», para gestionar allí, en médio de una halagadora expectación lusitana (116), aquella operación de tan alto monto político-económico como sería la del matrimonio del «César» con la infanta doña Isabel (117).

Ocioso sería extenderse aquí sobre la bien conocida influencia que aquel matrimonio hubo de ejercer sobre el espíritu del Emperador. Pero interesa advertir que el hecho no sellaba todavía el destino de las Molucas, por mucho que efectivamente lo condicionara.

No es de dudar que Carlos V, desde su matrimonio con aquel dechado de perfecciones femeninas que fuera la emperatriz doña Isabel, condujo sus relaciones con Portugal desde una nueva y poderosa atadura cordial. Y tanto más digna, además, de reconocimiento hacia don Juan, cuanto que para éste había representado un enorme sacrificio económico. Ni tampoco es dudoso, pues, que en el llamado «abandono» de las Molucas, aquella atadura debió pesar tanto como insinúan los coetáneos. Sabe-

(115) Carta de don Juan de Zúñiga al Emperador, a 4-I-1525, en A. G. Simancas, Estado 367. Vasco da Gama representaba ante los castellanos el espíritu de irreductible intransigencia.

(116) «Están con gran atención esperando qué cosa es la venida de Mossr. de Laxao, que acá se tiene por muy cierta después que vino Luis Alvarez, y echan muchos juicios por adevinar a lo que viene» (carta de Zúñiga al Emperador, a 21-III-1525, en A. G. Simancas, Estado 367).

(117) Por la capitulación acordada en Torres Novas, a principio de octubre, entre Laxao y Zúñiga, de una parte y de la otra don António de Noronha, primo del rey, Pedro Correa de Atouguia y Juan de Faria, se obligó el monarca portugués a dotar a su hermana con la enorme suma de novecientas mil doblas de oro «e a despesa de sua guarda Roupa e Recamara...» (Castilho: *Crónica* cit. n. 114, p. 390). Si con «dote tam excesiuo» cumplía el rey don Juan la palabra que diera a su padre respecto del casamiento de doña Isabel (como señala el cronista), me parece indudable que era aquel un precio en que se incluía de algún modo la retirada castellana de las Molucas.

mos, desde luego, que ya en los tratos para aquel casamiento se involucró, como era inevitable, el capital problema. Y ellos sentaron las bases sobre las que se seguiría intentando — aunque de modo intermitente — llegar a una solución económica:

> Y el año de 25, estando el Emperador en Segovia, se apuntaron algunos medios para componer el negocio. Y el año de 26, en Sevilla, el Gran Canciller Mercurino Gattinara y el obispo de Osma, Presidente del Consejo de Indias, don García de Padilla, comendador mayor de la Orden de Calatrava, y el doctor Lorenzo Galíndez de Carvajal, de el Consejo de las Indias, en nombre del Emperador, y por el Rey de Portugal el licenciado Acebedo, de su consejo y su embaxador, se juntaron muchas veces y platicaron para componer esta diferencia; porque siempre el Emperador se inclinaba a dar satisfacción al Rey de Portugal. Pero no hicieron nada (118).

A lo que sabemos, la Católica Majestad pedía a su cuñado la enorme cantidad de un millón de ducados, en préstamo o hipoteca por la cesión temporal de sus derechos y pretensiones, mientras que don Juan ofrecía tan sólo 200 000 ducados. Distancia demasiado grande para que pudiese ser salvada, de buenas a primeras, por la predisposición íntima del Emperador.

En realidad era aquel un factor que debía operar — y sin duda como instancia mayor — junto a otros elementos de decisión que, siendo perfectamente discernibles, nos es obligado reconocer.

Cualquiera que fuese la proclividad del Emperador, ya hacia liquidar, ya hacia continuar la contratación de la Especería (y hemos visto que desde 1525 basculaba decididamente hacia la primera), estaba obligado en todo caso y mientras se resolvía la salida, a sustentar aquel compromiso como si hubiera de eternizarse. Pero no es menos claro, dada la experiencia sobre los costos y sacrificios, que se imponía un replanteamiento de la acometida, si se pretendía para ella una mínima duración. Y ese reajuste debía atender a tres distintos y fundamentales puntos: la ruta desde España, la conexión de la Especería con las Indias Occidentales y la fuente económica que nutriera la aventura.

Los tres aspectos fueron atendidos por las decisiones de la Corona. Y en los tres obtuvo, no tardando, resultados que no daban margen a la esperanza. Ellos solos, por lo tanto, bastarían para explicar que Carlos V haya dado por concluída mediante el «retrovendendo» de Zaragoza de 1529, una situación que nada le reportaba, ni nada le prometía. Veamos, pues, en la más escueta síntesis, cómo se presentaron tales alternativas.

Por lo que hace a la ruta magallánica — el camino desde España — nada habrá que añadir a lo que conocemos, para comprender por qué, al mismo tiempo que la de Loaysa, se prepara aquella otra expedición con la que el piloto portugués

(118) Herrera: *Decadas*, dec. IV, lib. V, cap. X.



Esteban Gómez debía de encontrar el paso septentrional hacia los mares asiáticos (119). Y a nuestro objeto bastará con recordar de aquel suceso su resultado infructuoso.

No cabe aquí en modo alguno referirse a todos aquellos hechos que de un modo u otro tienen que ver con los otros dos planos — enlace con la Nueva España, alimento económico — que hemos señalado para nuestro examen, pues sería el conjunto de la historia indiana de aquella etapa el que, con sus repercusiones directas e indirectas sobre nuestro tema, habríamos de traer a colación. Recordemos, así, únicamente, aquellos rasgos sobresalientes de aquella historia que nos atañen plenamente.

Entre 1525 y 1529, dos principales flujos eventivos señorean el panorama de las Indias: uno se refiere precisamente a la Nueva España y a la vicisitud política que allí sucede; el otro, derivado en buena medida de la gesta de Cortés, tiene por argumento esencial la gran acometida de exploración y conquista sobre el continente meridional.

En cuanto a la experiencia novohispana de aquellos años, cabría sintetizar su significado — por lo que importa a nuestro tema — en estos términos: al triunfo político de Cortés, que abre la posibilidad de intentar un engarce eficaz entre ambas orillas del Pacífico — la asiática y la mejicana — se sucederá de inmediato una crisis de turbulencias políticas y finalmente una verdadera guerra civil, con caracteres que serán precisamente de lo más contrario a que se pudiera auspiciar desde allí la aventura de las Molucas.

Es de sobra conocido cómo el conquistador de Méjico al día siguiente de su triunfo soñó con extenderlo a la exploración y señoreamiento de aquella mirífica Especería, con la cual se proponía hacer culminar la grandeza del César hispano (120), amén de sus propias glorias y poderíos. E igualmente se sabe cómo su propuesta de formalizar aquellos proyectos mediante capitulación con la Corona halló por respuesta en la Corte el más discreto silencio (121); sin duda por la prepotencia que ya por entonces gozaba en los asuntos de las Indias el secretario Francisco de los Cobos, íntimo y aliado del presidente del Consejo don fray García de Loaysa (122), y here-

(119) «Porque los cosmógrafos de todas las naciones se conformaban que había otro paso del Mar del Norte» (Herrera, *Decadas*, dec. III, lib. VI, cap. IX, a propósito del viaje de Verrazano). Regresa Esteban Gómez a la Coruña, diez meses después de su partida, «con desconfianza de hallar estrecho de mar a la banda del Norte» (*ibidem*, lib. VIII, cap. VIII).

(120) «Porque demás de enviármelo así mandar S. M., yo he tenido mucha inclinación a esas partes y deseo de verlas debaxo del imperial cetro», etc. (Cortés a los individuos de la armada de S. Caboto, en *Colección* cit. n. 7 de F. Navarrete, t. III, nº XXXI, p. 261). A la salida de Saavedra quedaban «en astillero» las naves que estaba haciendo en Tehuantepec Francisco Maldonado para ir en seguimiento y socorro de las precedentes (cap. XXXV de la instrucción de Cortés a Saavedra, *ibidem*, pp. 253 y sigs.).

(121) Herrera: *Decadas*, dec. III, lib. VII, cap. III.

(122) Sobre el significado de esa amistad y alianza, V. mi estudio «Observaciones sobre las guerras civiles del Perú» en *Crónicas del Perú*, Madrid, B. A. E., 1963, pp. XXVIII y sigs. En relación con la enemiga conjunta de los oficiales de la Real Hacienda de Méjico y del Consejo de Indias contra Hernán Cortés, cfr. Herrera: *Décadas*, dec. III, lib. VI, caps. IV y XII; lib. VIII, cap. IX (Gozalo de Salazar y Peralmíndez Chirinos, criados de Cobos); cap. VI (contemplaciones del contador Albornoz con Cobos); caps. VIII, XIV y XV (intrigas contra Cortés en la corte).

dero de Fonseca en la adversativa hacia el héroe extremeño. Lo que no sabríamos precisar es en qué medida influyó en aquella malquerencia el hecho de que precisamente era Cortés el más aventajado rival de cualquiera en el supuesto negocio magno de la Especería. Porque no ya la ventaja, sino la necesidad del vínculo mejicano para las Molucas era tan patente, que ni entonces ni ahora necesita de glosas. Sospecho por mi parte que existió esa causa de resentimiento interesado en el Consejo, y que no fué menguada como tal.

Como quiera que sea, la intervención de Cortés respecto del drama de las Molucas, aunque tan sonada históricamente y plasmada en la expedición famosa de Alvaro de Saavedra, estaba condenada de antemano a ser algo efímero. Si en el envío de Saavedra habían coincidido el deseo anticipado de Cortés y la orden del Emperador ([123]), era hecho que comenzaba cuando ya la obstinada batalla cortesana contra el capitán medellinense estaba ganada por sus adversarios, y él aguardaba a que tras Luis Ponce de León llegase nuevo juez de residencia que llevara adelante su encausamiento.

Ahora bien; si se imaginó alguna vez en la Corte que aquel vínculo mejicano con la Especería podía ser dirigido no ya por Cortés, sino por los que habían sido agentes políticos contra él, esto es, los Oficiales de la Real Hacienda, la Corte imaginó en vano. O, para decirlo de forma más incisiva y acaso más exacta: si el omnipotente Cobos pensó alguna vez —conforme lo sospecho— tener bajo su mano aquella deslumbrante baza a través de la administración y gobierno de sus hechuras los mencionados oficiales, Cobos proyectó en vano. Porque Cortés pudo efectivamente ser debelado de su favor ante el Monarca por una intensa campaña de descrédito; pero el manto de infamia que cayó a su vez sobre los oficiales de la Hacienda fué tal y tan testificado por todo el mundo, que los inutilizó como instrumentos de cualquier plan político o económico de envergadura ([124]). Lograría Cobos desde luego tender su ayuda sobre las personas e intereses de aquellos sus dependientes tachados de ignominia; pero la institución misma del Oficial de la Real Hacienda, quedaba sometida a una inevitable revisión, en medio de la cual lo que menos podía caber era el proyecto de encomendarles negocio tal como el de organizar en la Nueva España la contratación —con ruta de ida y tornaviaje— de las Molucas.

Una vez «sacado» Cortés del país y nombrado nuevo gobernador —el menguado Nuño Beltrán de Guzmán— a título de interinidad, sin otros méritos conocidos que el favor de Cobos, y mientras se buscaba persona capaz de enderezar la desgraciada ruta de entuertos en que había caído el reino ¿cómo planear en serio el apoyo novohispano de las Molucas, ni de qué autoridad confiarlo? ¿Ni de qué fuerzas

([123]) Real cédula a Cortés, de Granada a 20-VI-1526, en Fernández de Navarrete: *Colección* cit. n. 7, t. III, p. 251.

([124]) En las instrucciones a la primera Audiencia mejicana, aunque todavía designada para encubrir anteriores entuertos, se le ordenaba averiguar si eran ciertas las informaciones recibidas sobre las granjerías que los Oficiales de la Hacienda habían tenido contra el tenor de las ordenanzas (Herrera: *Décadas*, dec. IV, lib. III, cap. IX).



o prestigios privados valerse en aquel empeño, tras las conmociones que ningún prestigio o fortuna sobresaliente dejaban tras de sí? ([125])

De hecho, ya en 1526 tenía decidido el Consejo que el desempeño de eslabón indiano para con la Especería recayera en el istmo panameño (Castilla del Oro), y a tal efecto se dió instrucción al nuevo gobernador, Pedro de los Ríos, para que hiciese «dos casas, una en la ciudad de Panamá y otra en la costa del Norte, para que, descargando en Panamá la especería, se pasase en recuas a la casa de la costa del Norte; y que de la mesma manera, se llevasen a Panamá las mercaderías que se hubiesen de llevar a las islas de los Malucos» ([126]). Aquella función no suponía —sin embargo, y como se ve— sino la contribución de un medio de tránsito entre uno y otro océano, pero no la aportación de elementos propulsores de aquel tráfico (como los había deparado la Nueva España) pues ciertamente, quedaban todavía demasiado fuera de las posibilidades económicas del área ístmica. Así, por más que el reconocimiento del río Chagre confirmara lo oportuno y factible de aquellas instrucciones ([127]), el proyecto no podía ser parte principal en el tráfico imaginado, sino subordinado a que un navío procedente del Asia lograra realmente fondear en Panamá. Pero esta era a su vez una consecución que exigiría de la experiencia castellana en el Pacífico, maduraciones mucho más largas de las que ahora disponía.

Bien sabido es que la inmensidad de aquel océano se iba a mostrar invencible a los intentos de tornaviaje por dos veces emprendidos desde las Molucas por Alvaro de Saavedra ([128]). Pero esta frustración, decisiva en orden a que la Nueva España realizara el papel de avanzada hispana sobre el Asia, no sería conocida en la Península sino después de la renuncia del Emperador a las Molucas. En verdad, esa otra frustración política de que antes hemos hablado se anticipaba a desvanecer, por algún tiempo, todo posible programa en aquel sentido.

Es tema que no precisa de explanaciones el del creciente agobio financiero de Carlos V. Tampoco requiere, pues, de mayores escolios la inferencia de que el Emperador tenía que confiar enteramente a la inversión de los «particulares» la continuidad de aquella «negociación» especiera con tan perentorios gastos y tan retardadas ganancias. Algunas observaciones generales haremos, en cambio, para recordar que si tam-

([125]) En la Península, ya por estos años se estaba en advertencia de la proclividad al despotismo en las autoridades indianas. V. Herrera: *Décadas*, dec. III, lib. IX, caps. VIII y X; lib. X, caps. VII y IX.

([126]) Herrera: *Décadas*, dec. III, lib. IX, cap. I. Madrugando mucho a expresar lo que serían clásicos intereses del istmo, ya en 1533 pedía el licenciado Espinosa la clausura de la ruta magallánica (*Col. doc. ined. América*, t. XLII, p. 72).

([127]) Herrera: *Décadas*, dec. IV, lib. I, cap. IX, sobre el descubrimiento del «río de los Lagartos» y diligencias emprendidas en 1527 para servirse de aquella vía fluvial «para el comercio grande que se esperaba que se había de tener con las islas de la Especería». Y dec. IV, lib. III, cap. II, sobre las propuestas de otras cuatro soluciones de tránsito del istmo centroamericano —con recurso a la apertura de un canal— con las cuales especulaban aquellos que «deseaban dar contento al emperador, porque le vían con cuidado de buscar camino para las islas de la Especería».

([128]) V. Fernández de Navarrete: *Colección* cit. n. 7, t. III, pp. 48 y sigs. y 251 y sigs.

bién este plinto se vino abajo apenas sometido a prueba, no se debió a una mera coyuntura circunstancial, sino a los empujes profundos que en aquellos días marcaban los rumbos de la corriente histórica y cuya decisión puede ser expresada en síntesis de esta forma: el incentivo del Nuevo Mundo, al avanzar hacia su culminación ha atraído hacia sí todos los recursos disponibles para la empresa ultramarina y ha orillado al mismo tiempo la ilusión del clavo, la pimienta y el girofle. A título de recordación —aunque seguramente innecesaria— mencionaremos algunos de los trazos sobresalientes en este semblante de los tiempos.

Desde el descubrimiento y conquista de la Nueva España, las Indias no son ya una inmensa y difusa promesa de riquezas, sino el asiento de imperios posibles que ganar para el señorío propio y tan pletóricos de premios como el sometido por Hernán Cortés. El espejear de ese portento no dejará ya de estar presente en la historia subsiguiente de la Conquista y para el conjunto de sus vertientes; porque a la esperanza de otra igual adquisición se han sometido las rutas del marinero y los pasos del soldado y del mercader, así como los afanes del lucro capitalístico; e incluso se le ha rendido también ese condicionamiento tan esencial a aquella historia como fué el de la política para con los naturales. Porque en la transición capital que para dicha política se produce cuando se pasa de la prohibición de los «repartimientos» de indios (1520) a las nuevas ordenanzas de 1526 (que restablecen virtualmente la institución encomendera) ([129]), han gravitado indudablemente las fórmulas de repartimiento implantadas por Hernán Cortés y admitidas de hecho por el Consejo, como algo exigido por la sustentación del dominio español.

No importa que en algunas de las entradas que de inmediato se abanderan bajo un signo de emulación a Cortés la fortuna haya trocado enseguida sus entusiasmos por un trágico fracaso, tal como en el caso resonante de Lucas Vázquez de Ayllón en su jornada sobre el país de la Florida ([130]): los años posteriores a 1522 verán sucederse en su ritmo más intenso las capitulaciones de descubrimiento y conquista por las armas imperiales.

Y la adjetivación de imperiales quiere ser aquí una precisión; porque ese momento se ha revestido de un cariz perfectamente marcado por el cosmopolitismo supranacional de Carlos V. Se trata de un rasgo muy acorde desde luego con sus miras políticas, pero no sin relación, también, con los requirimientos de aquella hora que solicitaba el ingreso pujante del nombre «cristiano» en el Nuevo Mundo. Por más que la apertura de la carrera desde Sevilla a las Indias a todos los súbditos del Emperador haya suscitado los celos nacionales de los castellanos y por más que la hayan

([129]) *Col. doc. ined. Ultramar*, t. IX, pp. 268 y sigs. Con anterioridad, en las ordenanzas a Luis Ponce de León (4-XI-1525) se anuncia la transición de las directrices indiófilas a las de un economicismo eminentemente preocupado por la explotación de los «naturales» (*ibidem*, p. 214).

([130]) Las riquezas esperadas de la Florida están presentes ya en la capitulación que se otorgó a Francisco de Garay en 1521 (*Col. doc. ined. America*, t. II, p. 258 y t. XXXIX, p. 514) y desde luego en los ilusionados preparativos del licenciado Vázquez de Ayllón (Herrera: *Décadas*, dec. III, lib. VIII, cap. VIII). Más que el desenlace trágico de la expedición, fué el desengaño sobre los metales preciosos lo que rebajó el entusiasmo por aquellos ámbitos.



sentido como algo muy perjudicial al buen logro político de exploraciones y asentamientos ([131]) es innegable que no sobraban en Castilla los dos básicos elementos —hombres y capitales— en proporción suficiente como para cubrir las exigencias de aquella gran convocatoria sobre el Nuevo Mundo. Y para evidenciar la gravedad de esa insuficiencia bastará con aducir la situación apurada en que llegan a encontrarse las bases antillanas amenazadas de abandono total por la desbandada de los hombres en pos de la aventura continental. El intento de poblar la estratégica isla Bermuda con colonos portugueses —mediante la capitulación otorgada a Hernando Camelo (20-XII-1527) ([132])— no es así un hecho que convenga aquí mencionar porque nos remite a un acento de cordialidad ibérica en esas fechas; es también revelador de las limitaciones que se dejaban sentir respecto de los contingentes humanos, para los poblamientos más urgentes.

Lo más grave, con relación a nuestro discurso, es que esa llamada al tablero de la fortuna indiana ha influído directamente en el desvío hacia el Nuevo Mundo de los hombres y el dinero destinados a la Especería. Nada más significativo, a ese respecto, que la capitulación concedida por el Rey al conde don Hernando de Andrade y a Cristóbal de Haro (a 10-II-1626) ([133]), por la que les reserva durante ocho años un virtual monopolio —salvo las licencias que otorgase el monarca— para enviar armadas desde la Coruña al descubrimiento y rescate en ciertas partes indianas no especificadas y que no eran otras sino las del Rio de la Plata (o, para mejor decirlo, del Río de Solís ascendido a camino de las tierras de la plata). Con lo que aquel compromiso no representaba otra cosa, en suma, que poner al servicio del sueño argentino de las Indias, por transferencia legal, todo aquel montaje coruñés que seguía intitulándose de la Especería.

Por la vía de los hechos, esa transferência ya se había anunciado poco antes en el concierto hecho por ambos personajes —Andrade y Haro— en nombre de Su Majestad, con Diego García, para un viaje con aquel mismo destino ([134]). Pero todavía antes de esto, el suceso real había anticipado que este sesgo histórico se imponía también al capitalismo mercantil asentado en Sevilla y de cuyo concurso confiara la Corona aquella armada que capitaneada por Sebastián Caboto debía conducir soldados y mercaderías en refuerzo de urgencia en pos de Jofre de Loaysa ([135]). Porque, como nadie ignora, la gesta —poco aplaudida— de Caboto

([131]) V. Fernández de Oviedo: *Historia* cit. (n. 41), lib. XXIX, cap. XXXIV.

(([132]) *Col. doc. inéd. América*, t. XXII, pp. 247 ss. Poco después (1528) García de Lerma concertaba con Sebastián Bello Cabrera, «portugués, que llevaría cincuenta portugueses bien armados» para el poblamiento de Santa Marta (Herrera: *Décadas*, Dec. IV, lib. IV, cap. VIII).

([133]) *Col. doc. inéd. América*, t. XXII, p. 137.

([134]) *Ibidem*, p. 130.

([135]) Cfr. José Toribio Medina: *El veneciano Sebastian Caboto* (cit. n. 29), t. I, n.° II, pp. 421 ss., capitulação a 4-II- 1525 «para el descubrimiento de las islas de Tarsis y Ofir y otras islas e tierras». La relación de los armadores, en n° XCVII, p. 70. Figuran en ella, los consejeros Pedro Mártir (37 500 maravedís) y el doctor Beltrán (75 000 maravedís); y asimismo el secretario Juan de Sámano (37 500 maravedís).

consistió en olvidarse de las remotas islas Molucas para meter sus naves en el Rio de la Plata y, frente a las órdenes que llevaba, ascender por aquella corriente que en la imaginación de la época evocaba ya la fuente de los mayores tesoros.

Con aquel hecho, el veneciano hacía culminar una carrera de increíbles osadías y falta de escrúpulos contra el servicio de la Corona que le costeaba como «piloto mayor» (136); una carrera que apenas cabe explicarse sin el apoyo interesado del Consejo de Indias y de sus presidentes sucesivos, don Juan Rodriguez de Fonseca y don fray García de Loaysa. Para la expedición famosa a que nos estamos refiriendo, nos consta desde luego que Caboto encontró el favor decidido de Loaysa en aquel crítico momento en el que los mercaderes comprometidos en la operación abrieron ofensiva decidida contra la capitanía del desprestigiado veneciano (137). Y no falta motivo para sospechar en aquel apoyo una dependencia con los compromisos económicos previamente contraídos por el veneciano acerca de su viaje (138).

El imán del Perú anulaba, en todo caso, el campo de fuerzas de la Especería; pero de una Especería tan problemática ya en todas sus vertientes, que en la armada de Caboto se llamaba nada menos que las tierras de «Tarsis y de Ofir», en claro trasunto de las elucubraciones de Cristóbal Colón, como si el halo del

(136) *Ibidem,* pp. 39 ss. sobre las intrigas de Caboto con el Senado de Venecia, para pasar al servicio de aquella república. Lo más extraordinario del caso es que intervenía en esta operación el propio Rodriguez de Fonseca, según informa al Consejo veneciano de los Diez, Gaspar de Contarini, a 31-XII-1522: «acerca de lo cual (el viaje de Caboto a su patria), haría que me hablasen el obispo de Burgos y el gran chanciller, y me instasen y escribiesen a favor suyo a Vuestra Serenidad».

(137) Cfr. *ibidem,* pp. 71 ss. sobre las desavenencias entre Caboto y los diputados de los armadores. El doc. nº CLV del t. II (pleito de Francisco de Rojas con S. Caboto) en la deposición del testigo Diego Gutierrez narra cómo el bachiller Salvago fué enviado a la corte por los armadores y «que se presentó por ellos e por sí de palabra y sin petición antel Consejo de S. M. de las Indias, e que al presente era presidente del dicho Consejo, el obispo de Osma, e que desque supo el dicho señor presidente a lo que iba el dicho bachiller, que era a suplicar a S. M. e al dicho su Consejo quitasen el cargo de capitán general al dicho Sebastián Caboto, le mandó al dicho bachiller que se saliese luego de la corte, e que lo desterraba de la corte sobre ello; e quel dicho bachiller le había respondido al dicho señor presidente que el se saldría de la corte e se vernía a su casa, pero que no sería tan aína; e que el dicho bachiller dijo que había ido a hablar sobre ello a S. M. del Emperador N. S. e que le había hablado dos veces (y) que le había hallado de buena voluntad para hacer lo que sobre este caso le iba a suplicar, porque sobre ello le había encargado su conciencia; e que después desto le habló otra vez, e que le envió al obispo de Osma e que él lo despacharía, e que como ya el dicho bachiller sabía lo que el señor obispo le había respondido sobre este caso, no trató de ir a él más, sino que se partió de la corte e se vino a esta cibdad a su casa».

(138) Medina, en su biografía de Caboto (cit. n. 29), trae noticia de un contrato, por escritura pública, entre el Piloto Mayor y Francisco de Lizaur, al que hace referencia una Real cédula de 9-XI-1526; según la cual, el contrato contenía el compromiso de Lizaur de diligenciar una armada con Caboto «en la cual asimismo había de ir el dicho Francisco de Lizaur, y que aunque no fuese sino el uno, gozasen ambos igualmente del provecho que en ella se hubiese, porque ambos habían de entender en el despacho de la armada». Lizaur obtenía por aquella R. Cédula (doc. XCVII, p. 70) satisfacción sobre que al regreso de Caboto se le retuviera la parte que le correspondiese en la armada, porque «le podría encubrir o de-



Descubridor quisiera todavía advertirnos, al final del proceso —y sin duda, así se quiso advertir a los portugueses—, que en los secretos del enorme océano quedaban muchos horizontes, allende el de las Molucas, donde cupieran los ensueños, entre históricos e imaginativos, sobre el oro, las gemas y las sustancias aromáticas.

¿Cómo iba, sin embargo, el entrampado monarca imperial a sustentar el futuro de la Especería con esperanzas y apelaciones nimbadas de profetismo, a la hora en que el dinero de los Welser se fijaba sin vacilaciones sobre la conquista de Venezuela y no sobre la de Ofir alguno (139), cuando el de los Fúcar rehusaba proseguir en la ilusion coruñesa (140), y cuando podía obtenerse además un inmediato y abultado provecho por vender a Portugal el reconocimiento provisorio de la situación establecida de hecho? La respuesta hubo de ser —naturalmente, cabe decir ahora— aquella negociación de «retrovendendo» ofrecida a Juan III y que condujo al tratado de Zaragoza (22 de abril de 1529), mal llamado de «venta de las Molucas».

Con todo, una vez reanudadas las negociaciones, no dejaron de ser muy laboriosas en su fase resolutiva (1528-1529). Conducidas en Lisboa por Lope Hurtado, como enviado de la «Católica Majestad», se formalizaron esta vez a iniciativa del portugués, pero con interés redoblado del Emperador (141). Por parte de éste, envuelto como estaba en nuevo conflicto con Francisco I (y con el célebre «desafío» personal por medio), y cada día en mayor aprieto financiero, las exigencias iniciales,

fraudar en su parte». Conforme a la documentada semblanza que Giménez Fernández traza en su *Las Casas* (cit. n. 37), Lizaur puede servir de arquetipo del sujeto sin escrúpulos, agente y beneficiario a la vez de la corrupción burocrática proyectada sobre la gobernación de las Indias. Esto y el significado a que apunta el mencionado contrato con Caboto, asi como la cédula que comentamos arrojan casi la cortidumbre de que Lizaur fué aquí un agente de conexiones «superiores». Las mismas que iban a sacar al Piloto Mayor indemne de los delitos cometidos en su célebre expedición al Plata.

(139) V. Juan Friede: *Los Welser en la conquista de Venezuela,* Caracas, 1961.

(140) Siguiendo el ejemplo y el discurso mismo que Cristóbal de Haro (v. nota 113), los Fúcar pondrían demanda a la Corona llamándose parte de la «herencia» de los 350 000 ducados del empeño de las Molucas. Según Antonia Fúcar y Compañía, si acudieron a sufragar la armada de Loaysa fué con «la esperanza de las otras armadas» prometidas a ritmo bianual; y si se hicieron luego sordos al llamamiento del Rey para la armada de Alcazaba fué porque cuando esta se preparaba en la Coruña «y después de hecha cuando llegó al puerto de la ciudad de Cádiz, siempre se trataba de la venta de las dichas islas y concierto dellas, y los embajadores del Rey de Portugal lo trataban continuamente, y esto era público y notorio en la corte de S. M. y en otras partes destos reinos». (V. Medina: *Colección* cit., n. 52, t. II, pp. 324 ss.).

(141) Escribía Lope Hurtado al Emperador, a 11-III-1528: «En lo de Maluco dixe que pues por la respuesta que su Alteza me daba parecía que V. M. había dicho a su embaxador que sería contento que esta negociación se diese priesa, y Su Alteza era contento de complazer a V. M. *sin aprovecharse del tiempo,* que pues yo iba a V. M. y parecía que esta negociación había tanto que se platicaba, que tomase Su Alteza los cabos della, y si le pareziese, me los dixiese, para que yo los dixiese a V. M., porque el negocio hubiese antes efecto, pues según lo que Pedro Correa me decía, por todas partes se deseaba...» (A. G. Simancas, Estado 368).

que habían sido de un millón de ducados, habían bajado indefinida pero ostensiblemente ([142]). Don Juan a su vez, teniendo que hacer frente al ímpetu corsario francés, desatado contra las naves lusitanas, y con una grave amenaza del mismo origen cerniéndose sobre el Brasil ([143]); persuadido además por los hechos de que su cuñado no dejaría de armar obstinadamente para sostenerse en las Molucas ([144]), estaba ahora decidido a estrujar en lo posible su poco boyante finanza, con tal de procurar solución, siquiera fuese provisoria, a cuestión que tan hondo llegaba al sentimiento de toda la nación lusitana. Porque, conforme explicaba desde Lisboa Lope Hurtado

> esto [lo del Maluco] es lo que desde el menor hasta el mayor todos tienen atravesado en el alma, y así me lo dixo Pedro Correa cuando me dio la respuesta del Rey, y que pensase que esto era una cosa que en todos ponía sospecha y desabrimiento... ([145]).

A la comprensión de nuestro tema interesa mucho advertir que —como atrás he insinuado— el tratado de Zaragoza no puede ser significado como «venta» de las Molucas, según ha venido haciéndose tradicionalmente. Porque ni se trata propiamente de una venta, en primer lugar —y esto bien lo entendían los portugueses— ([164]), ni se refiere tan solo —y ni siquiera primordialmente— a las islas

([142]) En conversación con el duque de Braganza inquiría Hurtado: «¿en el cuánto están concertados? Dixo: no, ni en las condiciones; porque Su Majestad pidió un millón, el Rey ofreció CC mill ducados. Cuando Hermand Aluarez allá estuvo, dicen que él CCCC mil ducados. El dice que dixo a Cobos que si querían que él hablase en esto, que pidiese V. M. de los CCCC mil abaxo; que agora estaba en esto...» *(Ibidem)*.

([143]) Cfr. Jaime Cortesão: *Brasil* (cit. n. 10). La situacion era bien conocida del Emperador, a quien informaba desde Lisboa Lope Hurtado, a 19-I-1529: «Los portugueses tienen por muy mal hecho que el rey de Francia envie rey darmas al Rey con requerimientos sobre dos naos, habiendo tomado los franceses ciento desta tierra y destruyéndola cada día, que sin duda la han echado a perder. Y me dicen que el Rey ha perdido en el Brasil más de XXX mil ducados cada año. Y agora no ha seis días que han tomado dos carabelas portuguesas, en esta costa daquí a Galicia, y temen que les han tomado dos carabelas que esperan de la Mina, porque ya tardan mucho. Si lo de Maluco se concertara, segund la voluntad del pueblo el Rey rompiera con los franceses, porque no se puede pensar el daño que en este reino hacen; y como cada día es mayor, danse al diablo porque el Rey lo sufre...» (A. G. Simancas, Estado 368).

([144]) «Cuando hablé al Rey en decir que V. M. mandaría entretener la armada este mes me dixo que no estaría presta para ese tiempo, según le habían dicho. Agora llegó aquí una nao de la Coruña, que dice que las naos eran idas en Cadiz, de que holgué mucho. Fué bien mandalles ir. Luego que lo supe, dixe al Rey que le habían mal informado; que tuviese por cierto que V. M. siempre le mandaría decir lo que pudiese hacer, y no otra cosa. Creo que no les ha placido» (Lope Hurtado al emperador, de Lisboa a 15-VI-1528, en A. G. Simancas, Estado 368).

([145]) Lope Hurtado al Emperador, de Lisboa, a 19-X-1528, en A. G. Simancas, Estado 368.

([146]) «...y a lo que Pero Correa me jura, y dice que así lo escriba a V. M., que no darán los D mil ducados, porque les parece que comprar lo que se puede quitar siempre, agora se determine el negocio o no, que no compran nada; y así por esto como por no



del clavo, sino a aquel problema de base que era la demarcación en el Pacífico. Lo que, en efecto, se pacta en Zaragoza venciendo la parsimonia inalterable del rey don Juan ([167]) no es sino un préstamo del Lusitano al Emperador, sin plazo determinado de reversión, a cambio de estas dos fundamentales concesiones: primera, que a partir del momento en que el Portugués lo pida, se comenzarán con efecto las diligencias necesarias para una fijación conjunta de la línea divisoria en el Pacífico; y, segunda, que el Emperador acepta entretanto como provisoriamente válida para demarcación, la línea que habían propuesto como verdadera —o utilizable— los portugueses, y que pasando por «las islas de las Velas o de Santo Tomé» no solo rebasaba las Molucas (297 leguas y media por el Oriente), sino que desbordaba ampliamente el hemisferio que en puridad confería a Portugal la exactitud geodésica. ([148]).

Que lo esencial para los lusitanos era precisamente el dejar bien definida una línea demarcatoria, lo prueba el que sin esta condición no estuvieron dispuestos a cerrar trato alguno:

> En lo de la línea dice el Rey que sobre las CCL leguas que V. M. concedió, pide la isla que los suyos descubrieron, la cual es sin ningún fruto, y que si esta estuviera otras cuarenta y siete leguas atrás, que así la pidiera, porque su fin es que la línea sea sobre cosa cierta, porque no haya la falta que en la pasada; *y lo que principalmente compra es quitar toda manera de inconvenientes, los cuales no se podrían escusar si los de V. M. entrasen dentro de la línea;* que pues no han de tomar especiería, que allí no hay cosa de provecho ni nunca se halló, a que puedan ir, pide a V. M. haya por bien que se eche por allí la línea, *porque no se segurando desto, en ninguna manera se concertaría por ningún precio;* que esto crea V. M. y que en esto ha estado desde el primer día, y así me lo ha dicho el Rey y todos siempre. Y por esto yo había escrito al secretario Cobos que V. M. si se quería concertar, debía venir en lo de la línea que pidían, porque de otra manera ningún precio darían, y así está en lo de la navegación. Sobre todo he altercado harto, conforme a mi carta. No he podido acabar más ([149]).

sobralles dineros me dice que V. M. debe pedir lo que sea justo, pues no vende nada, y que sin falta el Rey lo dará. Pregunté cuánto le parecía que era justo. Dixo que poco más de los CCL mil ducados. Si los negocios de V. M. no mejoran para que ayuden a este, temo que con trabajo pasen de CCCL mil. V. M. vea lo que es su servicio...» (Carta cit. en n. 143).

([147]) «El Rey ha tenido estos dias consejos. Dicenme que es para despachar en Francia sobre la paz. Dios la traiga por otra parte, que por aquí paréceme que sería largo, porque así lo es la condición del Rey más que de ninguna persona que yo haya visto, Y dicen los suyos que aunque le fuese a perder todo cuanto tiene, no iría más de priesa; y así sus cosas entiendo que las tiene muy emballestadas», etc. (Carta cit. en n. 143).

([148]) V. el Tratado en *Colección* de Fernández de Navarrete (cit. n. 7), t. II, pp. 646 y sigs.

([149]) Carta citada en n. 145.

En la solución de Zaragoza estimo, pues, que se encierra una confirmación de la línea interpretativa que venimos siguiendo, por cuanto representó una forma de respuesta categórica —ya que no definitiva— al problema esencial arrastrado por la disputa de la Especería asiática: quedaba hipotecada la posibilidad de que Castilla se sirviera —como con formalismo jurídica podía servirse— de la indefinición demarcatoria que entrañaba el Tratado de Tordesillas; para plegarse así a los dictados reales de una herencia y de una situación históricas.

Aquella renuncia ha pasado, sin embargo, en la interpretación normal de la historiografía española, por un suceso relativamente injustificado y con algo de sorprendente; y, en todo caso, poco o nada consecuente con la defensa que se había sostenido de unos «derechos», sin regatear efusión de sangre y de heroismos. ¿Interpretación equivocada a causa del prejuicio y la pasión nacional, contra la superior sensatez histórica de un gran monarca? Permítaseme opinar, al concluir mi discurso, que esa sentencia no sería enteramente justa ni con los súbditos ni con el monarca. La dolida reacción castellana ante la llamada «venta de las Molucas» se explica como inevitable y bien motivada desde una visión de los hechos del todo inexacta, como había sido la del común de los castellanos; visión condicionada, eso sí, a los manejos y al estilo político del Emperador, que no sería posible calificar de recto en este episodio, si se adopta una concepción de la política que exja de ella un mínimo de compromiso con el sentir y la ética de la colectividad.

Hemos visto de qué manera el «derecho» a la posesión de las Molucas esgrimido por el Emperador y por sus ministros tiene un doble rostro, cuyo lado exterior —el visible para la nación— reviste la apariencia de algo indubitable; de un derecho que no podía ser desamparado. Y tal sentido tiene aquella pretensión de los Procuradores en Cortes, aun después de sellado el convenio de Zaragoza, de la que cuenta el cronista Herrera:

> En fin, el Emperador ni el Rey de Portugal entendieron lo que daban ni tomaban. Pero conociendo después aquella riqueza de la Especería, fué Su Magestad advertido que volviese su dinero al Rey de Portugal; y los Procuradores de Cortes de Castilla trataron de suplicarle que les diese la Especería por seis años en arrendamiento y que pagarían al Rey de Portugal su dinero, y traerían el trato de ella a la Coruña; y que pasados los seis años, el Emperador llevase adelante la contratación. Pero Su Majestad mandó que no se hablasse en ello (150).

Ni el monarca ni ninguno de sus ministros hubo de ocuparse en poner mayores informaciones o advertencias ante los ojos de los súbditos. Cierto es que la calidad del negocio no consentía fácilmente —como tampoco hoy el negocio diplomático— hacer muchas ofrendas de claridad ante el reino. Pero que en todo caso

(150) Herrera: *Décadas,* Dec. IV, lib. V, cap. X.



se entrañaba un sustancial elemento de menosprecio político hacia los subditos en aquella imperial monarquía, es algo que quedaría bien patente en este final de proceso, cuando en el tratado de Zaragoza y a pesar de las objeciones del Portugués, se incluyera una cláusula conforme a la cual, todo lo contratado valdría «bien, así como si fuese fecho y pasado en Cortes generales, con consentimiento expreso de los Procuradores de ellas» (151). Pero mayor y más revelador sarcasmo sería el hecho de que ni el Emperador ni ninguno de sus ministros se tomaría el menor desvelo por enviar mensaje alguno a los castellanos que se batían en las Molucas, para evitarles de que su empecinada lealtad al Emperador se sacrificaba ya en esfuerzos tan prodigiosos como inútiles (152).

Inevitablemente, el último poso sedimentado por los hechos vino a redundar en un acrecentamiento del recelo castellano frente a la oscura habilidad presumida en las maniobras diplomáticas portuguesas, que se estimarían como provistas ante todo de resortes capaces de llegar hasta la intimidad cordial del monarca, para torcer la rectitud de su voluntad. Un balance, pues, que vino a añadir un enturbiamiento más en la comprensión recíproca de ambas naciones.

Por eso, el historiador cree poder agradecer en este caso a su modesto trabajo, como satisfacción no la menor de él obtenida, el haber contribuído quizá a esa mejor claridad que tanto interesa para el entendimiento de dos pueblos que con verdad se pueden decir copartícipes de una gran experiencia histórica.

(151) «Luego hablé al Rey conforme a lo que V. M. me envió a mandar, y he dado toda priesa porque respondiese antes. No ha seído posible porque el Rey de su condición es muy largo en los negocios, y sobre el primer capítulo han puesto grandes dificultades, si bastaba lo que V. M. decía o si era necesario que por Cortes se aprobase; han tenido grandes consejos y consultado con el duque de Vergança, que está en Villaviciosa. En fin se resumieron en lo que diré, sobre haber hecho todas las diligências que me han parecido necesarias para que antes y mijor me respondiesen. Que los procuradores debían aprobar lo que se asentase, pero que por satisfacer a V. M. que lo viesen diez del Consejo de V. M. y que si les pareciese de derecho, que bastaba lo que V. M. decía, que era contento el Rey de pasar por ello...» (Carta cit. en n. 144).

(152) V. el relato de Fernández de Oviedo en su *Historia,* lib. XX, caps. XV ss., y el de Fernández de Navarrete: *Colección* cit. n. 7, t. III (pp. 34 y sigs.).

# AS ILHAS MOLUCAS
# NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO
## DOCUMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA (1589-1615)

POR

ALBERTO IRIA

Em 1942, o já falecido historiógrafo espanhol D. Manuel Hidalgo Nieto deu conta dos seus estudos acerca «del conflicto en torno a las Islas Molucas, que durante un largo período de nuestra Historia ocupa el primer plano de la actualidad hispano-lusitana» (1).

Não vou, porém, ocupar-me aqui da chamada *Questão das Molucas*, litígio entre D. João III de Portugal e o imperador Carlos V de Espanha sobre os direitos à posse dessas ilhas, para cujo estudo, aliás, já D. Manuel Hidalgo Nieto aludiu à riqueza documental por ele encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa:

> «El Archivo Nacional de la Torre do Tombo contiene el más precioso fondo de documentos relativos a este asunto. Los de mayor interés fueron transcritos en su totalidad y obtenida fotocopia de un gran número, así como de otros que no me era posible estudiar allí con el detenimiento que requerían.
>
> Una pequeña parte de éstos es conocida; muy pocos en su totalidad, algunos otros sólo fragmentariamente. En su mayoría permanecen inéditos, y aun los publicados lo han sido de un modo imperfecto o en colecciones difíciles de encontrar.
>
> La casi totalidad de la documentación portuguesa que utilizo procede del Archivo Nacional de la Torre do Tombo. En la Biblioteca Nacional de Lisboa se encuentran también interesantísimas colecciones, que he utilizado sólo en parte, ya que el Archivo Nacional contiene todos los documentos necesarios para el desarollo de la tesis, y, por otra parte, muchos de los conservados en la Biblioteca son sólo copias o repeticiones de los que se custodian en el Archivo» (2).

---

(1) Nieto (Manuel Hidalgo), *La Cuestion Hispano-Portuguesa en Torno a las Islas Molucas*. Separata do n.º 9 da «*Revista de Indias*». Madrid, 1942, p. 1.

(2) Idem, *idem*, *ibidem*.

Todavia, ignoro se alguma vez o referido autor chegou a publicar a documentação por ele consultada em Portugal e também em Sevilha, no Archivo General de Indias:

> «En el Archivo General de Indias — diz D. Manuel Hidalgo Nieto — se encuentran gran cantidad de documentos directamente referentes a la historia y circunstancias de las Islas Molucas y otros muchos que sin una relación inmediata con ellas contienen sin embargo datos de interés» (3).

E quando, mais tarde, aquele malogrado investigador, depois de ter sido nomeado (em 7 de Setembro de 1960) vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, assistiu à sua primeira reunião (em 20 de Março de 1961), D. Manuel Hidalgo Nieto expôs circunstanciadamente o seu plano de colaboração a prestar a este Centro de Estudos e relacionou-o com a documentação existente no Archivo General de Indias, embora nunca o tivesse podido concretizar (4).

Mas deixemos, talvez para outra oportunidade, «el incidente terminal de las Molucas (...) final de una rivalidad de muchas décadas», como lhe chamou Perez Embid, ao estudar a rivalidade castelhano-portuguesa (5), para informar que, talqualmente como no seu *simile* de Sevilha, o Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, também conserva grande quantidade de documentos directamente relacionados com a história das ilhas Molucas, dos quais revelamos agora, em primeira mão, alguns dos mais antigos.

Antes, porém, de chamar para eles a especial atenção deste II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, seja-me lícito lembrar que, mais afortunado do que o citado historiógrafo espanhol, foi o também já falecido historiógrafo português, P.e Artur Basílio de Sá, em relação aos documentos com interesse para a história das ilhas Molucas, por ele compulsados não só no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas também em outras instituições, tais como na Biblioteca da Ajuda e na Academia das Ciências de Lisboa, mas principalmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sem esquecer o Arquivo Histórico do Estado da Índia Portuguesa, em Goa, através de microfilmes existentes na Filmoteca Ultramarina Portuguesa, em Lisboa.

O P.e Artur Basílio de Sá, que também foi vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, pôde assim publicar toda essa documentação — cerca de três

(3) Idem, *idem*, pp. 4-5.

(4) D. Manuel Hidalgo Nieto foi nomeado vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos pela Portaria de 7 de Setembro de 1960, publicada no *Diário do Governo*, II Série, n.º 212, de 10 do referido mês e ano, e tomou posse do lugar em 12 seguinte. Assistiu a uma única reunião do plenário do referido Centro, em 20 de Março de 1961, na qual expôs o seu plano de colaboração a prestar a este organismo, relacionado com a documentação existente no Archivo General de Indias, de Sevilha. Falecido há anos, quando já tinha prestado serviços na Embaixada de Espanha em Portugal, não chegou D. Manuel Hidalgo Nieto a concretizar o seu vasto plano de investigação histórica. E foi pena.

(5) PEREZ EMBID (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlântico y la rivalidad Castellano-Portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilla, 1948, p. 113.



centenas de espécies — graças à louvável iniciativa da Agência-Geral do Ultramar e do ministro desta pasta, que, então, autorizou a publicação da obra, intitulada: *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. (...) Insulíndia*, em cinco volumes.

No 1.º volume (Lisboa, 1954) os documentos publicados abrangem os anos de 1506-1549. No 2.º volume (Lisboa, 1955) os documentos compreendem os anos de 1550-1562. No volume 3.º (Lisboa, 1955) as espécies abarcam os anos de 1563-1567. No volume 4.º (Lisboa, 1956) a documentação engloba os anos de 1568-1579. E, finalmente, o volume 5.º (Lisboa, 1958) envolve os anos de 1580-1595.

Já depois de se ter iniciado a publicação de tão prestantíssima obra, outra se lhe seguiu, a que não quero também deixar de fazer referência, igualmente editada pela referida Agência-Geral do Ultramar, da autoria do actual presidente do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos — que é, simultaneamente, presidente da Academia Portuguesa de História — o professor catedrático Doutor António da Silva Rego, aqui presente também neste II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina.

Em 1957 o Doutor António da Silva Rego publicou o 1.º volume da sua *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. E, em 1958, publicou o 12.º volume da referida obra. As espécies documentais nela contidas abrangem os anos de 1499 a 1582.

As duas colectâneas acima referidas completam-se e ambas são do mais vivo interesse para o estudo da acção portuguesa nas ilhas Molucas, especialmente a do P.e Artur Basílio de Sá na parte tocante a essa cristandade e a outras dessa vasta zona de arquipélagos do oceano Índico, também conhecida por Malásia, mares do Sul e Indonésia, à qual, e com justificada razão, o P.e Artur Basílio de Sá preferiu chamar Insulíndia, «por esta significar, pelo menos etimologicamente, o prolongamento insular do continente indiano, uma vez que também as sobreditas cristandades constituem a extensão filial da sede cristã de Goa» (6).

Goa, a Roma do Oriente, não o devemos esquecer, era já, nos finais do século XVI, uma prodigiosa metrópole «de evangelização, com suas cristandades dispersas por regiões, as mais diversas e afastadas: Malaca, Ceilão, Java, Sumatra, Solor e Timor, Molucas e outras» (7).

E também Malaca se transformou, por sua vez, «em sede de apoio às cristandades mais distantes da China, Japão e Molucas. Ali chegavam, pois, quase sempre, as primeiras notícias, por correspondência, ou levadas pelos governadores» (8).

(6) SÁ (Artur Basílio de), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (...) Insulíndia*, vol. I (Lisboa, 1954), p. X.

(7) Idem, *idem*, *ibidem*, p. IX.

(8) Idem, *idem*, vol. II (Lisboa, 1955), p. 3.

E com razão disse o Prof. Manuel Ramos:

«Com a conquista de Malaca por Albuquerque atinge-se umas das culminações da expansão. Malaca torna-se, de términus, em ponto de partida donde seguiram em 1511, para o Pegu, Rui da Cunha; para Sião, Duarte Fernandes; para as Molucas, o Maluco dos nossos cronistas, Simão Afonso, António de Abreu e Francisco Serrão, chegando êste a Ternate, e o penúltimo a Amboino» (9).

A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino que se traz agora a público, e aquela que posteriormente ainda se espera publicar acerca das ilhas Molucas, é como que a continuação da já editada, referente ao século XVI, pelos P.es Artur Basílio de Sá e Prof. Doutor António da Silva Rego. Ela constituiria agora autêntica surpresa para o primeiro daqueles dois historiadores, especialmente empenhado em trazer a lume tudo quanto pudesse documentar a evangelização da Insulíndia. Adivinham-se as suas canseiras e o seu árduo labor de pesquisa, nem sempre coroada de êxito, por estas suas palavras:

«Efectivamente, já porque os nossos autores tenham evitado sempre o estudo da acção portuguesa nas Molucas, já porque os elementos para a sua história andem insertos em colectâneas gerais de manuscritos perdidos pelos nossos ainda tão desordenados arquivos, ou dispersos por bibliotecas estrangeiras, o certo é que se tornou difícil coligi-los, e muita da documentação relativa à presença dos portugueses nas Molucas, e a sua subsequente evangelização, vai-nos surgindo como que de surpresa, à margem dos nossos planos metódicos e orientados» (10).

Exactamente por isso nos propusemos inventariar também toda a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino com interesse para a história das ilhas Molucas, consciente de que, pondo-a desde já ao serviço dos historiadores e especialistas da matéria, mercê da sua publicação, prestamos à cultura luso-espanhola melhor serviço do que, em vez disso, apresentássemos já qualquer trabalho histórico propriamente dito, tal como o fizeram, para a *História das Missões do Padroado Português do Oriente*, os dois eminentes autores acima referidos.

«O método — já o disse o Prof. Doutor António da Silva Rego, em relação à sua obra, e agora também aqui seguido — poderá parecer heterodoxo ou revolucionário, mas revestir-se-á, sem dúvida, de extrema honestidade

(9) *História de Portugal*, dirigida pelo Prof. Doutor Damião Peres, vol. III (Barcelos, 1931), p. 606.

(10) SÁ (Artur Basílio de), *ob. cit.*, vol. IV (Lisboa, 1956), p. IX.



histórica, sobretudo quando se trata de uma obra elaborada quase exclusivamente sobre documentos quer inéditos, quer pouco estudados. O nosso trabalho poderá ser assim mais facilmente criticado» (11).

Mas agora a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, cerca de uma trintena de espécies, abrange, apenas, os anos de 1589 a 1615, portanto, todo o reinado de Filipe II de Espanha e I de Portugal e somente os primeiros anos do governo do seu sucessor. São ainda poucos, mas de muito interesse histórico. E o seu número, além do valor do seu conteúdo, permite já formular aqui o voto de que urge carrear ainda maior quantidade de materiais, com fundamentadas esperanças de sucesso, para se poder finalmente fazer, com base séria, uma História Geral das Molucas, até onde for possível estudar, nos seus múltiplos e variados aspectos, a acção luso-espanhola naquele arquipélago dos mares do Sul. E, quando tal obra aparecer, ver-se-á então que, também ali, nas Molucas, Portugal praticou, como em toda a parte onde fez sentir a sua acção e influência, a sua tradicional política anti-racista. Ver-se-á então que, já na primeira metade do século XVI, e a pedido dos próprios naturais das ilhas Molucas, esta cristandade se integrou na grande comunidade lusíada. Verificar-se-á então que nessas ilhas, onde S. Francisco Xavier — um grande espanhol de nascimento e um grande português de coração e inteligência — foi o primeiro evangelizador, se viu aclamado D. João III de Portugal pelos próprios nativos, como seu rei e senhor, nessas longínquas terras a que Camões também não se esqueceu de aludir, quando nos fala da sua maior e típica riqueza produtiva, o «negro cravo que faz clara a nova ilha Maluco» (12), cujo nome — e bem assim o de Malaca — também el-rei D. Sebastião de Portugal e seu tio Filipe II de Espanha honrosamente acrescentaram aos seus gloriosos e conhecidos títulos.

Não deixam de vir agora a propósito mais estas judiciosas palavras do benemérito e saudoso P.e Artur Basílio de Sá, escritas em 1955:

«Portugal já esteve nos postos de comando da história humana. Hoje, outras nações ocupam o seu lugar. São agora diferentes as rotas, desvairadas as descobertas, incertos os destinos. E não sendo já a vontade dos homens a dirigir o curso dos acontecimentos, preocupam-nos, acima de tudo, as surpresas do Provir.

Numa conjuntura assim, dominada pelo signo de abruptas novidades, chega a compreender-se o desdém por tudo o que pertenceu a outras eras, exagerando-lhe as faltas e os erros, citando com azedume nações com responsabilidades no Passado.

Nesta conta entrou Portugal, atingido por detracções suspeitas nos fundamentos da sua grandeza ultramarina, quando viu apoucarem-lhe o valor

(11) REGO (António da Silva), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (...) Índia*, vol. 1.º (Lisboa, 1957), p. VIII.

(12) *Os Lusíadas*, IX, 14.

da sua missão evangelizadora. Ao esforço missionário português como que se instaurou uma espécie de sindicância, falha, porém, de testemunhos e de provas. Nada, portanto, mais legítimo, honesto e oportuno, do que trazer a público todo o material de acusação e defesa, útil a todos os interessados neste pleito, depreciadores ou não, das Missões do Padroado Português» ([13]).

«Los dos caminos de la ruta de los Descubrimientos son los dos caminos clásicos: el del Oriente y el del Occidente, el de Portugal y el de Castilla. Ambos tienen de común el punto de partida y el corto trayecto inicial: desde Sagres y Lagos, y desde el Tinto-Odiel, el Guadalquivir y la bahía de Cádiz hasta cerca de las Canarias. Luego se bifurcan, sigue cada uno por mares y tierras propios, y vuelven a encontrarse en las Molucas» ([14]).

Pois bem. Séculos decorridos após a chamada conferência de Badajoz, de 1524, e do Tratado de Saragoça, de 1529, não mais a *Questão das Molucas* pode servir a portugueses e a espanhóis senão como motivo de fraternal aproximação no interesse das nossas duas pátrias, e ainda como fonte de inspiração para a realização da proposta História Geral das Molucas, largamente documentada e ilustrada, para a qual o Arquivo Histórico Ultramarino inicia desde já a sua modesta colaboração.

## *Documentos*

### DOC. N.º 1

1589 FEVEREIRO 6

Viso rey amiguo Eu ElRey uos emuyo muito Saudar Antre outras Cartas Vossas que Receby pelas Vyas que Vierão pelas Naos do ano passado a que vos mando responder per outras que vão nestas Vyas:

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

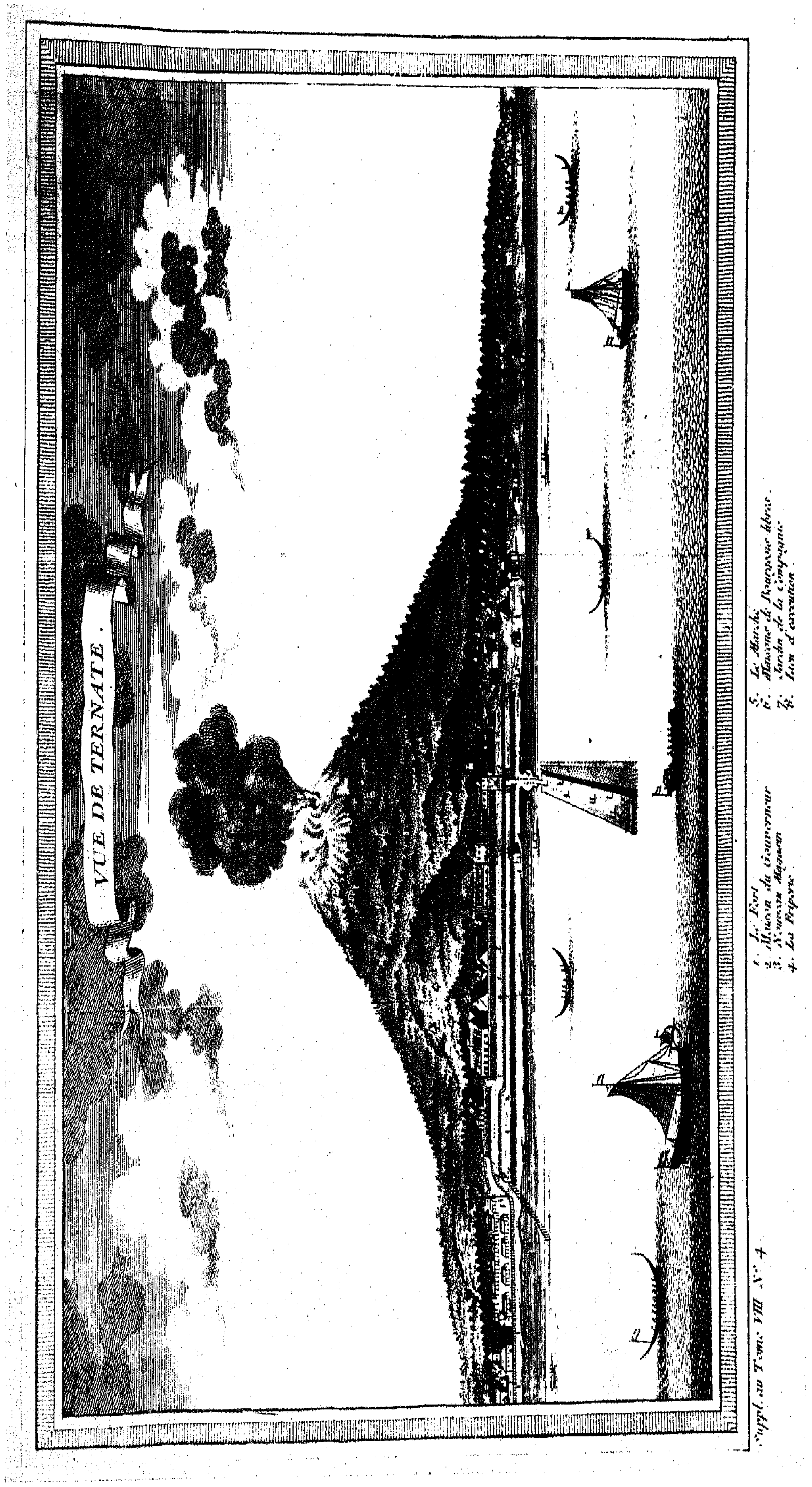
4 E quanto ao que dizeis que Sera Seruyço meu E proveyto de minha fazenda comtratarem-se os terços E choqueis do crauo que Vem de maluqo: com os capitaes das Viagéns pela muita despessa que se faz no aperçebimento das gualeotas em que se Vão fazer Sem Resultar a minha fazenda proueito algum como ya mo escreuestes pelas Nãos, do ano de 87. Sobre o que vos mandey que me emuiases algũas emformaçoes que esperão que venhão Nas primeiras Nãos tãoto que as tiuer Vos auiSarey do que ouue por meu Seruiço que Se nesta materya faça.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita em lixboa A seys de feuereiro de 589

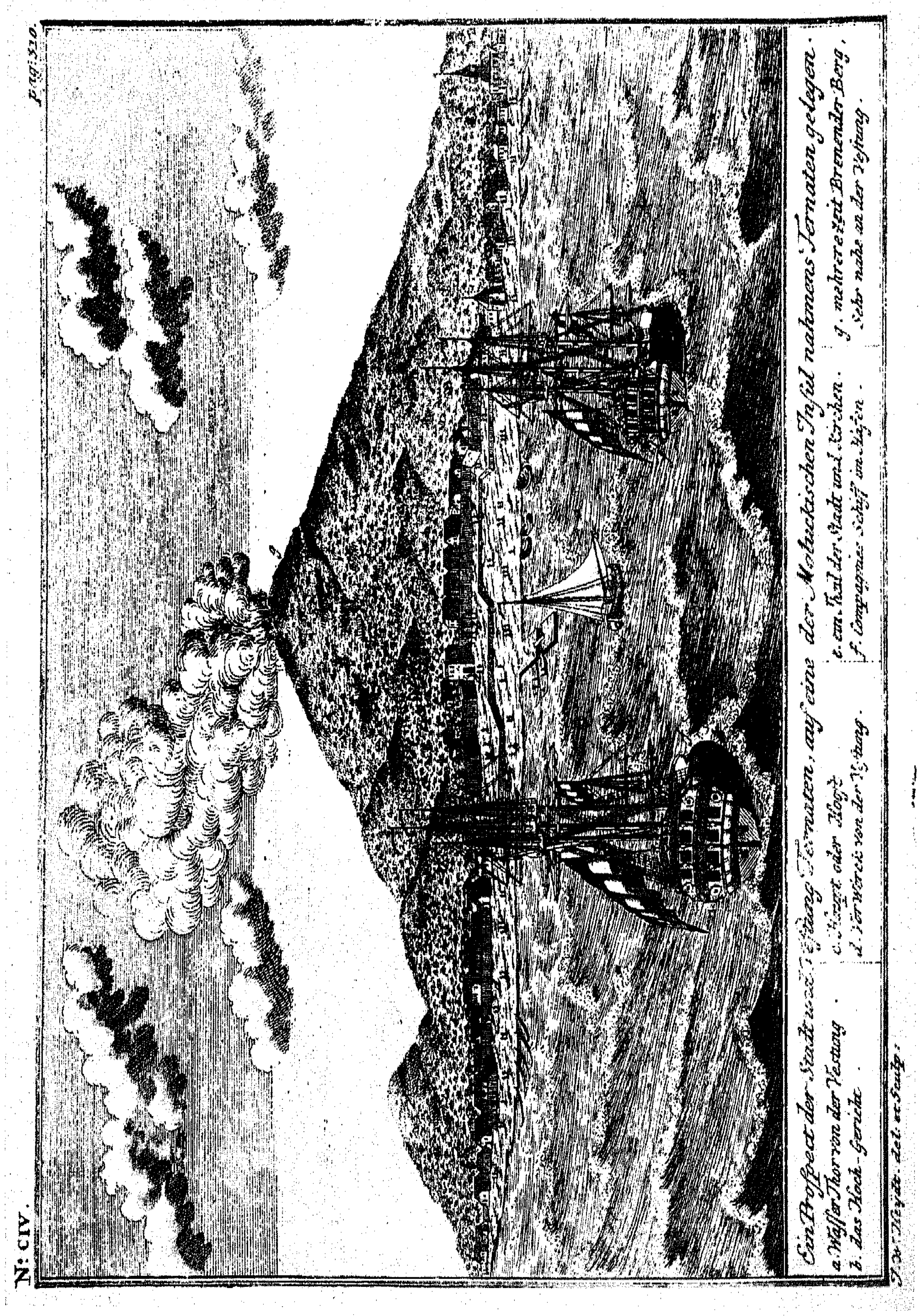
(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 1-26, mas apenas do princípio e do capítulo 4, a fl. 1 e 20).

([13]) SÁ (Artur Basílio de), *ob. cit.*, vol. 2.º (Lisboa, 1955), p. x.
([14]) PEREZ EMBID (Florentino), *ob. cit.*, p. 34.



Ternate, Ilha das Molucas

(Do Arquivo Histórico Ultramarino)



Ternate, Ilha das Molucas

(Do Arquivo Histórico Ultramarino)



## DOC. N.º 2

1590 Março 2

Para o Bispo de Malaca

Reuerendo bispo amigo Eu ElRey vos enuio muito saudar recebi nosa carta de Malaca do derradeiro de Dezembro de 88 e por ella uy as lenbranças que me fazeis de todas aquellas cousas que se uos offerecerão de meu seruico e folguei de uer o voso bom zello nellas que he comforme a confiança que de uos tenho e vos encomendo que sempre mas facaes de todas as cousas que entenderdes que conuem a meu Seruiço E ao bem e consruação dese estado.

E quanto a licença que me pedis para poder mandar uir de Maluco 30 bares de Crauo de cabeça todos os annos para com elles suprirdes as necesidades desa Igreia que apontaes manda las eis apresentar a Matias dalbuquerque para com sua enformacão vos eu mandar responder neste particullar e asi lhe encomendo que de ordem como se destrua o Imigo que dizeis que auia (?) como Salteador na Ilha de solor para que bastaria mandar o capitão desa fortalleza hũa pesoa de confiança com 50 soldados e confio que elle dara a jsto todo a ordem necesaria para que os relligiosos que nella andão posão proceder em suas obriguação com muta *(sic)* quietação.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escritta Em lisboa a dous de Marco de 590

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.*[de] *emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 83 v.º-84.

## DOC. N.º 3

1590 MARÇO 6

Para francisco paes

francisco paez Eu elRey vos enuio muto *(sic)* Saudar vy uosa carta de goa de dez de Nouembro de 88 e as lembranças que nella fazeis que me parecerão conformes a boa enformação que de uos tenho e vos encomendo que as facaes a Matias dalbuquerque que hora Jnuio por Viso Rey desas partes a qem mando que uos ouca nellas e particularmente lhas fareis do dereito que dizeis que sera meu Seruico que se paguem das droguas que vierem a Mallaca a rezão dez por cento para com Jsto as poderem uender liuremente os mercadores que as trouxerem e asi sobre as arrendarem as uiages de Malluco e Banda e das maes cousas que entenderdes que conuem a meu Seruiço e boa arrecadação de minha fazenda, e elles vos dira o que por hora Ey por bem que facaes nesse cargo que Seruis em que vos encomendo procedaes como de vos confio Escritta em lisbda a seis de Marco de 90

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.*[de] *emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fl. 86)

## DOC. N.º 4

1591 JANEIRO 12

Viso Rey amigo Eu ElRey Vos emuio muito saudar. Posto que per outra carta (1) que he a primeira E Mais Comprida das que Vão Nestas Vyas vos escreuo larguo Sobre as Materias que por ela Vereys ficarão para esta carta outras de meu Seruiço de que o gouernador Manoel de Soussa me da Conta Per suas Cartas que tanbem Vierão na armada do ano passado.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

8 E asy me escreue que teue Cartas: do capitão de Maluqo E que a Jlha de maquiem, que he do Senhorio dEl Rej de ternate que he grande E de muito Rendimento. de Crauo ficaua aleuantada. E que equele Rey Por ese Respeito. lhe comessaua a fazer guerra. E que desejaua muito estar esse estado en tempo para mandar hũa arrmada aquelas partes Para com esta oCasião. se poder cobrar a fortaleza de ternate. E posto que na primeira Jnstrução que Leuastes Vos tenho mandado o que neste particular Hey Por meu Seruiço que façaes vo lo torno de novo a emcomendar.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita em lisboa a 12 de Janeiro de 591

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 123 v.º-131, mas apenas o extracto do capítulo 8, fls. 125-125 v.º).

## DOC. N.º 5

1591 JANEIRO 12

Registo das Vias E cartas que S. M.de mandou esCreuer ao Viso Rey que Leuarão as náos que partirão em (2) de Março de 591

Viso Rey amigo Eu El-Rey vos emuio muito saudar: Posto que o ano passado Vos mandey por minhas Instruções que farão tantas E tão largas como por elas Vistes: antes de Vossa partida que para Jsso vo lo mandey logo então mostrar ./. o que me pareceo que ComVinha a meu Seruiço. E espero que nas naos que este ano presente hão de Vir dessas partes me escreuaes o que tendes feito: nas materias que nelas Vos emComendo com tão boas nouas de tudo. Como sei que procurareys. E folgareis de mas mandar; Vos tornarey a tratar. de alguas delas. E Responder a outras (...)

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

32 E asy me escreue que o ano atras passado me escreuera largguamente que lhe não pereçia Meu Seruiço deixarem se de fazer as Viagens de maluco Pelos prouidos. E que Jmda agora estaua No messmo pareçer E Sem embargo disto, que me escreue Hey Por meu Seruiço que se comtratem a estas viagens na forma que vo lo tenho mamdado na quinta. Jnstrução que Leuastes.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita en Iesboa a 12 de Janeiro de 591

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 104-123, mas apenas o extracto do capítulo 32, fl. 114).

---

(1) Esta palavra está entrelinhada.
(2) Segue um espaço em branco.



## DOC. N.º 6

1593

Copia das Cartas E Vias. que SM.de manda escreuer esste ano pressemte de 593. ao Viso rey da ymdia. E as Camaras. fidalgos. Capitães das fortalezas daquelas partes.

Carta geral pera o Viso rej

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

16 E porque Pellas armadas pasadas Vos tenho mandado Escreuer que per algũas rezões que me a Jsso mouerão avia por bem que as Viages *(sic)* de Maluco se contratasem com os prouidos dellas por se aver Este meio per mais conujniente alem de uo lo ter asy Mandado na quinta Jnstrução que Leuastes Vos torno de nouo a EncoMendar que nesta forma proçedaes com todos os prouidos destas Vyagens, e me avizeis dos que as forão Ja fazer per Este Modo. E do que Resultou dellas a minha fazenda.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

27 Tambem vos avizej como me tynha escritto o gouernador manoel de sousa que tyuera cartas do Capitão de maluqo que a ilha de maquiem que he do senhorio delRej de ternate Era grande, E de muitto rendjmento ficaua aleuantada, E que por esse respeitto lhe Comesaua a fazer guerra ElRej de tidore desijamdo Mandar hũa armada aquellas partes pera com esta oCazião se poder cobrar a fortaleza de ternate. E posto que pella primejra Jnstrução que leuastes Pellas Vias dos anos pasados Vos tenho mandado-o que neste partiCullar hej per Meu seruiço que facaes, Vas encomendo tambem agora que Nesta materia tenhais a vigilançia E Cuidado que ella pede E em que Confio que tereis feito todo o bom oficio.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita (3)

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 218-227 v.º, mas apenas do extracto dos capítulos 16, fl. 223 e 27, fl. 226 v.º).

## DOC. N.º 7

1594 MARÇO 1

Copia das Vias E Cartas particulares que Sua M.de manda. Escreuer. esste ano presente .de 594. ao Visso rey da imdia E outras pessoas daqelas *(sic)* partes

Visso rey amigo EV ElRey Vos emuio muito saudar pela náo São João que o ano passado chegou a este Reyno. Dessas partes Recebi a terceira Vya de Vossas cartas que nela me emVIastes. E chegou tambem a Nao são pantalião E as tres Capitaina. Santo Alberto. E Nazarê, não são uindas Nem há nouas delas. Premitira Nosso Senhor que emvernarião. em moçaobique E que as trará a Seu tempo. a salvamento.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

---

(3) Termina assim esta carta, sem indicação do local e sem data. Mas foi, de certeza, escrita em Lisboa no ano de 1593.

17 Tiue contentamento. do cuidado com que procuraste. mandar. armada. ao Mar de malaca. de que foi por capitão Mor: dom bernardo Coutinho por a dita çidade, E pero lopes de Soussa. Capitão dela Vos mandarem. pedir. Socorro E de Jr: em sua companhia o gualeão de Maluco tanbem prouido de Mercadorias. como me escreueys de que espero. que Resulte Mays proueito. a Minha fazenda. do que teue destas Viagens.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escritia em lizboa ao primeiro de Março de 594

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 242-254, mas apenas do princípio e do capítulo 17, fl. 242 e 246-246 v.º).

## DOC. N.º 8

1594 Março 9

Prouissão que Vai nestas Vias

EV ElRey Faco saber aos que este meu aluara Virem que por muitos E Jusstos Respeitos. de Seruiço de Deos. E Meu. E bem de Meus Vassalos. de ambas. as coroas de portugual. E castela, Mandey prohibir a Naueguação E comercio. da Jmdia oriental. E partes dela pertençentes: a coroa de portugual pera as Jmdias: ocçidentaes. da coroa de castela e Maes partes a elas Pertençentes E delas pera as orientais. Como tudo Maes larguaMente. he declarado. Nas prouissões da dita defessa passadas Por ambas as ditas coroas/ E vendo ora quanto importâ a Meu Seruiço. guardarem se as ditas prouissões. Hey por bem de as comfirmar E corroBorar de nouo. E Mamdo que inteiraMente. se cumprão E que de todo cesse esste Comerçio. E que o não aJá. de nhũa das partes. que esstão sob o gouerno E adeMinistração. dos castelhanos pera as dos portuguesses. Nem de hũas a outras: Sem espeçial licença Minha. dada per prouisão per Mim assinada E Não por Meus Visso reys ou gouernadores porque elas hey por bem que Não possão dar. as taes licemças. E pela mesma Maneira hey por bem E Me praz que quamdo algum Capitão. Messtre piloto. de qualquer embarcação que Seia NaVegar com a dita licença Minha pera as Jlhas felipinas que são das ditas imdias ocçidentaes. Não possão trazer delas religiosso algum castelhano pera as çidades. de Macao; E Malaca, nem pera a Jmdia, Senão tendo o tal Religiosso/ ou Religiosos. expressa Licença Minha pas sada pelos Menistros: da dita Coroa de portugual pera poderem Jr. as ditas partes. Sob pena de quem o Contrairo fizer. emcorrer. em perdimento das ditas embarcações. E das Mercadorias. E fazemdas. que Nelas trouxerem: duas partes pera Minha fazemda E a outra pera a pessoa que os acussar. E Mamdo ao Visso Rey E gouernador das ditas partes. da Jmdia E a todas as minhas Justiças. delas que cumprão E guardem. esste Meu aluara E o facão comprir E guardar JnteiraMente. Como se nele Contem o qual se publicara. nos lugares publicos de goa. cochim E Malaca. E Machao. E se fixara, o treslado, dele Nas portas. das ditas çidades; pera a todos Ser notorio o que nisto. mando, E não se poder. em tempo. algũ. alegar Jnorançia. E Se registara nas camaras. das ditas çidades, E Hey por bem. que Valha. tenha força E Vigor, como Se fosse carta feita em meu Nome por Mim. assinada E passada per Minha chançelaria Possto que por ela Não passe E que o efeito aja de durar Maes de Hum ano Sem Embargo. da ordenação. do 2.º Liuro titolo ax que o comtrairo dispoem. thome de Andrade o fez em Madrid a noue de Março de 594.

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 272-272 v.º).



## DOC. N.º 9

1595 Fevereiro 18

Copia das suas. E cartas particullares E provisoens que Sua mg.ª mandou escpreuer ao Viso rey E a outras pesoas pela armada deste anno de. 95:

Vyso rey amiguo Eu ElRey Vos emuio muito saudar, pella nao sam filipe. que o ano pasado chegou a este Reyno dessas partes. Receby a primeira Via de Vosas cartas que nella me Escreuestes

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

24 E Asy Me dizeis que por a ymformação que Vos deu thome de sousa de aromches que foy de secoro (*sic*) a maluquo e por cartas do capitão de tydore soubestes como aquella fortaleza E a de amboino estauão Em aperto pello que lhe mandareis hũ galleão com o prouimento nesesario de que me ouue por bem Seruido. E Vos encomendo uos que procureys de mandardes todos os annos prouer E socorer aquellas fortalezas como a nesisidade dellas o pede :/:

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

26 E Porque por as naos do Anno pasado Vos tenho mandado Escreuer, sobre a defeza que mandey que ouuese pera não auer comercio das filipinas E Noua espanha pera a china por ser materia tam perjudiçial pera os remdimentos desse estado como me seneficays (*sic*) tiue descontentamento de saber como fora ter hũa nao castilhana a pouoacam de macau em que hia por capitão hũ dom Rodrigo de cordoua com muita copia de dinheiro de mercadores pera Empregar Em fazemdas daquellas partes pello que Vos Emcomendo muito Emcarecidamente deys a Execucão esta Minha defessa procuramdo com todos os Remedios que forem posiueis pera que de todo se acabe este comerçio E que somente Vzem delle meus Vasallos portugueses que me seruem nesse estado./.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita em lixboa a 18 de feuereiro de 595./.

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 295-300 v.º, mas apenas do princípio e dos capítulos 24, fls. 295 e 299 v.º) e 26, fl. 300).

## DOC. N.º 10

1595 Fevereiro 24

Carta pera o Viso Rey mathias dalbuquerque

1 Viso Rey Amiguo Eu elRey Vos Emuio muito saudar, per Vosas cartas Vy o que nellas me dizeis sobre as materias de minha fazenda desas partes E dos menistros E offiçiaes que nellas se ocupão E mudanca que fizestes das casas dos contos E matriçolla, pera a fortaleza onde residem os Viso reys pera com mais diligencia se corer no despacho dellas. o que tiue por acertado E me Ey por seruido da mudança que fizestes destes trybunais por se emtender, que serra (*sic*) ysto de muita Vtilidade asy pera a boa arecadação de minha fazenda como pera o despacho das partes./.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

8 E tambem me dizeis que Vindo dous gualiões de maluqo pera goa por hũ delles fazer muita agoa se baldeara na fortaleza de malaqua a cargua que trazia no outro em hũa nao de pero lopez de sousa capitão da mesma fortaleza./. E que Vsando se de muito rygor dos direitos da fazenda que trazião se aVião de pagar não ymportarão mais pera ella que çincoenta mil pardaos de tamgas pello que Vos pareçe que não he posivell. comtratarem se estas Viagens com os capitães dellas. como vo lo tenho mandado pellos mais delles não terem cabedal pera as poderem contratar, todauia me pareçe que deueis de procurar por se contratarem estas Viagens com os capitães por Ser Jmformado que ficara sendo (4) ysto de mais Vtilidade pera minha fazenda como vo lo tambem mandey escreuer pellas Vias do anno pasado./.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita Em lisboa a 24 de feuereiro de 1595./.

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 303 v.º-308, mas apenas o extracto dos capítulos n.os 1 e 8, fls. 303 v.º e 304 v.º-305).

## DOC. N.º 11

1956 Janeiro 2

Copia das Vias. E cartas particulares E prouisões a Que Sua M.de manda. Escreuer a Jmdia pela Armada desste Ano de M.D.Lxxxxvj

EV elRej faço saber a uos conde da vidigueira almirante da jmdia do meu conselho que ora emuio aquellas partes por meu Viso rej dellas que por esta jnstrução (que he hũa das que Leuais) vos mandarej deClarar o que Ei por meu seruiço Nas materias de que o Viso Rej matias dalbuquerque me deu conta por suas cartas que vierão nas vias do ano pasado de 595

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

35 E assy me dis que chegara a çidade de goa hũ galleão de malluco E per cartas que nelle uierão soubera que ficaua a fortaleza de tidore quieta E pello contrario a de Amboino de guerra com os Vizinhos E que reçeaua que creçesem os trabalhos della, E que tinha dado ordem a francisco da silua que hia Entrar na fortaleza de Malaca, a socorreçe com gente E mantymentos E posto que creo que com este Socorro estarão estas cousas en diferente estado E que as fortalezas que mais longe estiuerem de uos tereis mais presentes pera lhes acodirdes uos encomendo estas do sul E juntamente com ellas todas as mais como se de cada hũa dellas vos tratase Em partiCullar.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Em lixboa a dous de janeiro De 596. E eu o secretario Diogo Velho o fiz esCreuer

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 343-349, mas apenas o extracto do começa, a fl. 343 e do capítulo 35, fl. 349).

(4) Esta palavra está entrelinhada.



## DOC. N.º 12

1596 Janeiro 5

1 Regimento que Leua Dom francisco da gama Conde Da uidigueira que ora sua mg.e Emuia VisSo rej as partes da jndía EV ElRej faço saber a uos dom francisco Da gama Conde da uidigueira, almyrante da jndia do meu conselho que pella grande comfiança que tenho de uos, E esperar que em todas as cousas de que uos EmCaregar me dareis a conta, E recado que a meu seruiço Cumpre prinçipalmente nesta de meu Viso rei das partes da jndia a que uos ora Emuio pellas muitas callidades de uosa pesoa, Espero me siruais de maneira que resulte disso muito seruiço de noso senhor aCreçentamento daqelle estado E Da coroa de meus Reinos, E porque allem dos regimentos que na jndia ha dados pellos Reis meus anteçesores que santa gloria ajão me pareçeo vos deuia Emcomendar, E mandar por este as cousas que hei por meu seruiço que façais asy no que toca a relligião, justica E guerra; como as de minha fazenda E outras que são deClaradas neste Regimento qe uos mandei dar que vos encomendo muito, e mando que Vejais muitas Vezes E o Cumprais intejramente.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

57 A Conseruação das fortalezas que tenho nas partes do sul prinçipalmente a çidade de Mallaqa he tão importante, e neçesaria ao estado da jndia que sem ella como sabeis se podera mal sustentar. e Como este negocio seia tão prinçipal Maiormente, a destruição do dachem Emigo (*sic*) tão uezinho daquella çidade Vos encomendo muito procureis qanto (*sic*) uos for posiuel poderdes fazer E destruir de todo este Emigo por todas as uias, e modos que uirdes que com maior Breuidade, E façilidade se posa fazer aproueitando uos das ocaziões presentes de qão (*sic*) disposta aquella comquista pello menos poder do Dachem. E pella uitorea de jor, E tomando sobre esta materia Conselho E pareçer de pesoas que tenhão callidades E experiencia pera nella uos poderem Bem aconselhar pera com iso uos poderdes (5), milhor resoluer Vendo a honra E mereçimento que ante mim tereis dos prosperos Suçesos E bons efeitos que em uoso tempo espero em noso senhor se Consigão desta empreza E confio de uos que trabalhareis que se faça como uirdes que comuem, E que não somete se destrua o dachem, E se aquiete, E se segure a çidade de mallaca Mas que se fação outras muitas Cousas Jmportantes ao seruiço de noso senhor E exaltação, E aCreçentamente da fe E promulgação da lei evangellica, que he o intento prinçipal e mais obrigatoreo que me moue a semelhantes Jmprezas.

58 Apos a guerra destruição do dachem, E segurança de Mallaca cumpre muito a meu seruiço que pellas causas, e rezões qe pera iso ha terdes muita Conta com as cousas de Malluco. E do que toca as fortalezas de amboino, E tidore tratareis aduertindo uos da Cristandade que alli Se fez E a importançia de que he, E conçideradas as rezões desta materia fareis nella o que Virdes que mais cumpre a meu seruiço.

59 Sou informado que as mercadorias que se trazem de Malluco, E das mais partes do sul por conta da minha fazenda, E ordem de meus ofiçiaes se se premitise (*sic*) que as trouxesem as partes com pagarem dellas na jndía os direitos que la pareçese asi como se pagão neste Reino, das mercadorias que da jndia trazem seria muito meu seruiço, E proueito, E aCreçentamento de minhas rendas, E causa de se trazerem a jndia muito mais mercadorias de que alem dos Direitos que dellas se la pagasem poderia uir muito maior cantidade dellas a estes Reinos, E se não Leuarião pera outras partes, E como este negocio seia nouo E que se deue fazer com muita conçideração Me pareçeo deuer uo lo Comtar, e não me resoluer por ora niso pello que uos encomendo muito e mando que o pratiqueis com pesoas que o bem entendão E examinado bem as rezões que La por hũa E outra parte E os proueitos, E jncomuinientes que

(5) A última sílaba desta palavra foi entrelinhada.

se podem seguir, E conforme ao que achardes, E uos pareçer fareis o que uirdes que he mais meu seruiço E escreuer me eis o que fizerdes E porque o viso rei aires de saldanha (6) Leuou este negoçio em seu regimento Sabereis o que nisto esta feito, e Me avizareis

74 E isto qanto aos capitaẽs das fortalezas da jndia E das outras partes tirando os capitaes das fortalezas de Malaca, E de malluco por estarem muito longe que nos feitos Ciueis de antre partes teue jurdição, E alçada de Cem mil reis pello modo atras deClarado E nos feitos crimes E penas de dinheiro não tem mais alçada que cada hũ dos ditos capitaes Da jndia no modo atras deClarado, podem sendo caso que algũas seião prouidos De capitães de fortalezas não leuem, nas cartas de suas capitanias deClarado, o poder E alçada de que hão de vsar, dar lhe eis o treslado deste poder, E alçada aqui deClarado asinado por uos pera delle VSarem Como dito he.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

João de tores o fez em Lixboa a sinqo de janeiro de 596

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 350-370, mas apenas dos capítulos n.os 1, 57, 58, 59 e 74, respectivamente, a fls. 350, 366-366 v.º-367 e 369).

## DOC. N.º 13

1596 Março 7

Outra ynstrucão Pera o Conde Viso rey

1 Conde almirante Viso rey amiguo a empresa do dachem he hũa das mais ympor-tantes cousas do estado da India E que mor cuidado tem dado nelle depois que aquelle imiguo comecou a vencer, Em poder, na parte do sul. e sempre se tratou de como esta comqysta, se poderia fazer, E com este yntento ordenou o senhor Rey dom Sebastião meu Sobrinho que deos tem de separar, o gouerno da ymdia com dous gouernadores hũ Em goa E outro em Mallaca cousa que se primçipiou e não ouue Efeito nem (7) uo lo diguo senão pera Emcare-cimento do caso presente. cuyo Efeito pareçe que depende mais de boas ocasioens. que não faltão. quando se não deixão pasar. que de apercebimento grandes. que se acabão de fazer tarde E não são nunça com tanto segredo que se não aperçeua primeiro o ymiguo que delles se pode temer. (...)

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

11 EV tenho asentado por algũs respeitos de muito meu seruiço ymportantes E nece-sarios a conseruação do trato E comerçio da ymdia em beneficio dos meus Vasallos naturaes desta croa (*sic*) que se Evitem E estingua de todo o trato que comecou aver, das filipinas com o dito estado da yndia como ya o mandey os annos passados por minhas prouisões feitas pella croa de castella E agora de nouo mando pasar outras pella mesma via pera se comprir com o Rigor que Em tal caso comuem as quais yrão por vias Em todas as cinco naos E hũa dellas Vos sera emtregue com esta ynstrução Emcomendo uos muito Encarecidamente que facaes ter vigilançia, pera que da parte dos portugueses se cumpra a dita defesa ymteiramente E me aviseis do que nisto fazem os castilhanos pera Em tudo se proceder, como cumpre a meu seruiço E esta Jnstrução Vay escrita Em cinco meas folhas com esta asinadas ao pe dellas

(6) O nome deste *viso rei* foi entrelinhado, depois de riscado o de *matias dalbu-querque*.

(7) Segue, riscada, a palavra: *modo*.



Cada hũa por miguel de moura meu escriuão da puridade hũ dos meus gouernadores destes Reinos Escrita Em lisboa a sete de marco de 596

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*», fls. 405 v.º-410, mas apenas do extracto dos capítulos n.os 1 e 11, a fls. 405 v.º e 490 v.º-410).

## DOC. N.º 14

1596 Março 30

TERCEYra carta

Comde almirante Viso rey amigo Algũs anos Há que tenho defesso o Comerçio E trato das Felipinas da coroa de castela com as partes do Sul: do Estado da Jmdia, por asy o aver por muito Meu Seruiço de que Mandey pasar as prouisoes Necesarias por Vya de Anbas as coroas de portugual. E castela. E agora leuaes outros despachos para as ditas Feli-pinas. (que vão por vias. en todas as cimqo náos desta armada em que His.) em que se con-tem o que Vereis pelas copias dos ditos despachos, de que cobrareys os propios (*sic*) com as Mais Vyas que Vão Nas ditas Naos. tanto que embora chegardes. a jndia. E emviareis os ditos despachos. aos meus menistros das ditas Felipinas. a que Vão deregidos. E ordenereys. No que a Vos toca. como a (8) dita defesa Se goarde E cumpra JmteiraMente; como a Jmpor-tançia dela Requere: E Me auisareys do que Se nisto Fizer, com tudo. o Mais. que Se vos ofereçer Nesta materia. EScrita em Lixboa a 30 de Março de 596. E eu o Secretario Dioguo Velho a fiz EScreuer/.

(Arquivo Histórico Ultramarino, «*Liuro omde se Registão As Vyas que/ S. M.de emVia a yndia pelas Naos que este anno de 89 Vão pera as ditas partes*». fl. 420).

## DOC. N.º 15

1601 Janeiro 18

Outra Carta para o Viso Rej

31 E porque me Escreue que Erão Chegados dous (9) Galioes de Maluco, E que não tiuera tempo antes da partida das Náos para saber se os Capitais tynhão satisfeito Jntej-ramente com suas obrigaçois E se queixa de virem muitas fazendas nelles dos moradores de Cochim Em nome de Casados querendo antes pagar os dereitos dellas a ElRej de Cochim que a minha fazenda Encomendo uos que trabalheis per atalhar estas desordens, E Conluios tanto contra Meu Seruiço, E bem do Rendimento desse Estado, EsCrita Em Lixboa a 18 de janeiro De 601

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-*[*e 1604*]. Códice n.º 282, fls. 23 v.º-28, mas apenas o extracto do capitulo 31, a fls. 28).

(8) O *a* está entrelinhado«

(9) A letra *u* desta palavra está entrelinhada.

## DOC. N.º 16

1602 Janeiro 31

Carta para o Arcebispo de goa

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Tiue contentamento da lembramça que fazeis Sobre a costinnação E comercio que os olamdesses tem nas partes do Sul que he materia da jnportançia que se emtemde, Sobre que tenho mamdado, esCreuer ao Viso Rej particularmente pelas naos do ano passado alem de lhe emCaregar Mujto. Emcarecidamemte, Remedio dísto quando daqui partio, E o mesmo faço. Nas Vias deste anno Emcomendo uos que lhe facaes todas as lenbranças necesarias E que acuda as fazendas de anbojno E maluco. E Sobre se fazer o gouerno daquelas partes do Sul Estinto (*sic*) do da Jndia prareçemdo que com esta separação Se podería melhor acudir as coussas delas, ya se isto yntentou Em tempo do Senhor Rej Dom Sebastião meu primo Mas por algũs Jnconvenientes não ouue Efeito nem Ha para que tratar disto.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita em lixboa a 31 de janeiro 602

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-*[*e 1604*]. Códice n.º 282, fls. 62-64 v.º, mas apenas o extracto do capítulo a fl. 63 v.º).

## DOC. N.º 17

1602 Janeiro 31

Carta pera o Visso rey.

26 Tanbem. me foi dito que as fortalezas de Anbojno E Maluco estauão Em muito aperto por se comfederarem os ymigos delas com os olamdesses. que amdauão naqueles mares. Emcommendo uos mujto Emcarecidamente procureis de mandar acodir a estas fortalezas. E de pordes nesta materia dos olamdesses na forma que vo lo escreuj nas Vias da armada do ano passado. E porque arribarão alguas Naos dela em que Hião duas Vias. Me pareçeo Meu Seruiço deyervo las tornar. a mandar com as deste ano /.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

esCrita em valhadolid, ao derradeiro de Janeiro 602

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-*[*e 1604*]. Códice n.º 282, fls. 66-74, mas apenas o extrato do capítulo 26, a fl. 72 v.º).



## DOC. N.º 18

1603 Fevereiro 15

Jndia — 1603 — Anos/

Copia das cartas que Sua md.ᵉ Mandou Escreuer/ a Jmdia Este ano de 603. a aires de saldanha Visso/ Rey; Em Reposta das que lhe Emviou o ano d'602. E asy/ e das mais que pera la la (*sic*) se Escreuém este ano —

PRimeira carta

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

21 Folguei de Saber que fauoreçeis E ajudais Em tudo aos Religiosos da companhia asj por vo lo ter mandado. como por eles se vanteyarem na adMinistração da Cristamdade. E que aos que Residem Em maluco. china E japão Costa de trauancor E Çeilão Mamdareis pagar, o que se lhes deuia E que nem a jgreja de Coulão e Religiossos dela Mamdareis pagar tão Bem mil Cruzados que se lhes deuião de seus ordenados atrazados E porque sempre averej por meu seruiço que seião bem pagos. os Religiossos que Residem nessas partes E se oCupão na comverssão Dellas. Vos emcomendo E mamdo que tenhaes Muy particular Cuidado de seus pagamentos porque me averej nisso por bem Seruido de Vos

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Escrita Em Goa a 15 de feuereiro 1603

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-*[*e 1604*]. Códice n.º 282, fls. 104-116, mas apenas o extracto do capítulo 21, a fl. 109-109 v.º).

## DOC. N.º 19

1603 Fevereiro 15

Carta pera o Visso Rey

Visso Rey Amigo

eu elRey vos emuio muito saudar nas vias do Anno pasado me daes conta que chegando a esse estado e vendo cão (*sic*) harriscadas estauão as partes do Sul com ho graade comerçio de naos olandezas que herão la pasadas, ordenareis pondo a parte todas as deficuldades que se vos offereçião hũa armada poderossa de seis galliões hũa galle e 18 gallyotas com 1200 portugueses os maes delles experimentados afora dous mil de seruiço de que hia por general Andre furtado de mendonço pela muita experiençia que tinha da guera e bons subçesos que lhe Deos tinha dado nas emprezas de que fora emcaregado e que esta armada partira de goa em Abri de 601 Jndo provida de mantimentos por oito meses e que dereis Regimento ha Andre furtado do modo em que se avia daver naquellas partes Cuya copia me emuiastes com os nomes dos capitaes desta armada a que tanbem dereis Regimento pera em casso que harribasem fosem a ceillão e ficasem a obbediençia de dom Jeronimo dazeuedo capitão gneral (*sic*) daquella comquista e que Jndo a armada na altura do cabo de comorim lhe dera hum temporal com que arribarão todos os nauios de Remo a çeillão Manar e a cochim e que hum se perdera nos baixos de chillão e que hos galliões sofrerão milhor a vella e o tempo e hum dos nauios de Remo que hos acompanhaua e que tinheis mandado que duas gallyotas que forão ter A manar partisem pera Malaca no primejro de setembro daquelle Anno como fezerão e que de

çeillão partirão outras duas que ally forão ter e que de goa despedireis dous nauios de Remo com Recado ha Andre furtado de como sinquo náos olandezas pasarão pellas Ilhas de maldiua em 20 de Julho do mesmo Anno e forão tomar a ponta de galle em 10 dagosto delle e que dally se fezerão á vella na volta do mar e que não podião escapar ha Andre furtado e que tambem escreuereis a garçia de mello capitão de cochim despedisse pera Malaca os dous nauios que ally forão ter que pellos não mandar e terdes entendido que fazia maes officio de mercador que de capitão ho despuzereis do cargo e prouereis nelle cosme de La feita de que me ouue por muyto bem seruido de vos e vo lo agradeço e emcomendo muyto que de todos os subçesos que Andre furtado tiuer nesta Jornada (que permitira noso senhor) que seJão todos os que deseJão me auiseis muyto particullarmente e das culpas que se acharão a garçia de mello de quem tinheis mandado deuassar e da caussa que tiuestes pera não fazerdes em pessoa esta Jornada contra os olandeses como vo lo tinha mandado.

2 Tanbem me daes conta de algũas olandezas que Jnvernarão nas Ilhas de maldiua e chegarão a sunda em quatro de tenbro de 600 e se aJuntarão com sete que aJnda la estauão e que a banda forão ter quatro e a ternate duas que partirão todas em dezembro daquelle Anno caregadas e que tres destas se comfederarão com os Jaos e Amboinos e chegarão a fortaleza de Amboino com muitas naos Juncos e gente e que de malaca fora de socorro per ordem de guterre de momRoy hum gallyão e duas gallyotas tendo se asentado em comselho que fosse elle em pessoa com Martim Afonso de mello mas que ouuera que satisfazia com sua obrigação com mandar estas embarcações e se viera pera ha Jndia pello que o mandareis prender e que se liurase da culpa que tiuera em não Jr em pessoa socorrer a fortaleza de Amboino como se tinha asentado e que como a Justica pemdia de testemunhas que se dauão elle as dera de maneira que na Rellação de goa ho derão por solto e liure, e que os olandeses por todas haquellas partes deixauão feitores com dinheiro sedas e velludos com que Resgatauão com os naturaes e com alguns cristãos de malaca que vemderão as Drogas e mais fazendas que tinhão feitas pera trazerem aquella fortaleza sobre o que mandareis passar hua prouissão pera que nenhũa pasasse aquellas partes e dereis ordem como ho ouuydor geral que hia com Andre furtado deuasasse dos culpados, e vos emcomendo me ovisseis se se tirou esta deuasa e se se proçedeo contra os culpados nella e não estando nisso feito a demostração que conuem ha mandeis loguo fazer de manejra que fiquem castigados os culpados e se de exemplo a outros pera não caJrem nesta culpa tanto contra meu seruiço e de sua obrigação nelle.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

4 Tambem me dizeis que dereis poder ha Andre furtado pera do Rendimento da alfandega de Malaca poder prouer aquella Armada Reseruando as ordinarias da fortaleza e que em neçesydade vrgente se pudese valer do crouo de maluqo e que sobretudo ho avieis de Jr prouendo comforme as necesydades do estado desem lugar e que mandareis fazer orçamento do que podía gastar cada Anno com *7* galliões e *10* nauios de Remo e achara que herão neçessarios 80 mil pardaos pagando se soomente dous coarteis aos soldados de que tambem me ey por bem seruido de vos e vos emcomendo muyto emcareçidamente o prouimento desta armada pois della consjste a segurança E quyetação de malaca e das mays partes do Sul.

5 E asy me dizeis que as coussas do Sul ficauão prouydas bastantemente e que desejaueis poder mandar naquellas náos nouas dos bons subçessos que tiuesse Andre furtado e que não podendo vir nellas mas mandarieis por terra e que lhe dereis ordem pera poruer Mallaca de poluora e Munições e asy a fortaleza de Amboino e tidore e que tinheis mandado fazer execussão nos capitaẽs que tirarão A artilheria da fortaleza de Mallaca e que deuia de mandar agradecer por mynhas cartas dos capitães da armada de Andre furtado o seruiço que me fazião e a çidade de Malaca que ha aJudasse em suas neçesydades a que mando escreuer as cartas que vão nestas vias emcomendo uos que lhe deis ordem como se lhe entreguem e trabalheis



por tirar ha artilherya que se tiuer tirado das fortalezas dese estado dando ha verdadeira execussão a prouissão que mandey pasar no Ano de 89 sobre ha artilherya que se tiraua das fortalezas e me aviseis particularmente do que en tudo isto estiuer feito e se fizer.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

escrita em Lixboa a 15 de feuereiro de 1603

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-[e 1604]*. Códice n.° 282, fls. 118-124, mas apenas o extracto dos capítulos 1, 2, 4 e 5, a fls. 118, 118 v.°, 119-119 v.°).

## DOC. N.° 20

### 1603 FEVEREIRO 15

Carta pera esteuão teixeira

Esteuão teixeira Eu ElRej uos emvio muito Saudar per Cartas do V. Rej aires de Saldanha que vierão nas naos do ano passado Soube quão bem uos despuzereis E do Socorro que os olandezes E amboinos puzerão a fortaleza de amboino Semdo vos capitão della E quoão bem prosedestes na defemcão da dita fortaleza que he comforme a vossa obriguacão a Meu Seruiço Em que me Ej por bem Seruido de uos E de uossos Seruicos terej a lembranca que he Rezão Cremdo de uos que procurareis de os aCresemtar E asi uos Emcomendo que asi o facaes E ao dito VRej uos dira tambem Em comformidade desta Carta o que delle Sabereis EsCrita em lixboa a 15 de feuereiro 603

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-[e 1604]*. Códice n.° 282, fl. 172 v.°).

## DOC. N.° 21

### 1603 FEVEREIRO 15

Carta do visso Rej

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

21 Tanbem me dais conta que em Mallaca estaua por capitão fernao dalbuquerque e vos pedia armada pera andar naquellas partes e que com ([10]) a que leuaua Andre furtado se facaua acudindo aquella neçesydade e que em Amboyno estaua por capitão esteuao Teixeira que na ocassião do çerco que lhe puserão os olandeses e naturaes da terra mostrara homrra e valor e que mereçia que lhe mandasse eu fazer merçe e agradecer lhe Per carta minha seu bom proçedimento no dito serquo como o faço nestas vias e tanto que elle saJr da dita fortaleza e tiuer dado sua Ressidençia tratareis de seu despacho comforme a voso Regimento e me avissareis da merçe que lhe fizerdes pera lha comfirmar e com Isso poder escussar vir a este Reino pois sua asystençia nessas partes he vtil a meu seruiço.

([10]) Esta palavra está entrelinhada.

22 e asy me escreueis que as Ilhas de Malluquo forão ter duas naos olandezas e fezerão seu resgate de crauo leuando tanto que não ouue pera a carga do gallyão da carreyra e deixarão nellas muitos homens afora outros que deixarão em banda e que elRey de ternate mandara naqellas naos hum çesto de terra oferecido a Rainha de Jngallaterra ou ao conde Mauriçio e que qualquer delles que ho açeitase mandase seis nãos pera lancarem os Portugueses fora daquellas Ilhas e que se obrigaua mandar lhas carregadas de crauo e por esta materya ser da Jnportançia que tereis entendido e de que pode Resultar muito dano a fortaleza de tidore, vos emcomendo muj emcarecidamente escrevieis aquellas partes armada tão bastante que possa Jnpedir aos olandeses que la pasarem fazerem se senhores daquellas Ilhas e do que nisto fezerdes me avissareis.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

scripta em Lixboa a 15 de fevereiro de 603

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-[e 1604]*. Códice n.º 282, fls. 136-141 v.º, mas apenas o extracto dos capítulos 21 e 22, a fls. 140 v.º-141).

## DOC. N.º 22

### 1603 FEVEREIRO 18

Reuerendo Em christo padre Arçebispo primas da Jndia amiguo Eu ElRey vos Emvio muito saudar como aquele de Cuio Vertuosso aCresemtamento muito me prazaria Recebi vossas Carttas de goa de 22 de dezembro de 601 que vierão nas naos do ano passado e por ellas emtemdi o Comtemtamento que me senefficaes *(sic)* que tiuestes com as boas nouas de minha saude E gracas que por isso destes a nosso Senhor que vos agradeco muito que he Comforme ao que de vos Espero

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

2 E asi me dizeis que por falta de menistros não hia por diante a christandade das Jlhas de Solor E timor que os Religiosos de São domingos tinhão a Sua Comta de que tuve desComtentamento ao seu prouemcial mandei emComendar que emviasse a essas partes Relegiossos de sogeitto que pudessem Comtinuar na comverssão daquellas ilhas E assi o tiue tãobem de saber que a Christandade de amboino E maluco se hia perdemdo asi pellos Cristaos serem Molestados de outros pouos infieis como pelo comercio que os olandezes tinhão naquelas partes. E que se emtemdia que com se lancarem fora delas poderia ter isto Remedio

E asi espero que o tenha por Meio da armada com que foi aquelas partes andre furtado de mendonca.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

EsCrita em lixboa a 18 de feuereiro de 1603.

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-[e 1604]*. Códice n.º 282, fls. 160-162 v.º, mas apenas o extracto do começo e do capítulo n.º 2, a fl. 160).



## DOC. N.º 23

### 1603 MARÇO 15

Cartta pera o padre Nuno Rodriguez

Padre Nuno Rodriguez Eu elRej uos Emvio muito saudar Vi uossa Carta de goa de 20 de dezembro de 601 E o que por ella me dais Comta

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Ao VRej Aires de Saldanha Mando EsCreuer prouera os Relegiosos da Companhia que Residem nas fortalezas de Maluco E amboino E folguei de saber que mandaueis dous ao preste para acodirem as neçessidades Esperituaes daqueles Cristãos E ao Viso Rej EmComendo particularMente fauoreca aquela Christandade E aos Relegiossos que se nella ocupão E lhe de toda aJuda E fauor que ouuer Luguar como Comfio que fara EsCritta Em Lixboa a 15 de Marco de 1603

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-[e 1604]*. Códice n.º 282, fls. 181 v.º-182).

## DOC. N.º 24

### 1604 MARÇO 23

Carta

Andre furtado de mendoça EV ElRey Vos amuio mujto saudar. Pelas mãos que chegarão a este Rejno, o ano passado, Não Receby carta Vosa do que deuia ser causa Vossa ocupacão na armada, Com que fostes as partes do Sul E da boa vontade com que vos despusestes a me jr seruir nela E do que ategora tiue Noticia que com ela tinheis feito, assy em Maluco. como Em outras partes me sei por bem seruido de vos E confio pela Experiençia que tenho de vosa pessoa Nas Materias de meu Seruiço que estas Vos seião sempre tão presentes. Como a Mim mo Hé. a neçessidade. que elas tem de vosso Valor; E pesoa Nessas partes E que assy asemte poreis a todas as que se ofereçerem particulares de jmteresse de vosa pessoa ficando çerto que continuando nas de meu Seruiço como fazeis vos farej Eu as Homrras E merces conforme a boa vontade que por vosos Seruiços E merecimento Vos tenho

E porque pela esperiençia que temdes das materias dese estado alj tocantes ao bom gouerno E administração da justiça como da conseruação dele E especialmente do que conuem para ele se asegurar Dos Cossairos que o jmqietão estes anos, aver me hey por bem Seruido de Vos Em me escreuerdes sempre sobre todas estas materias. Escrita em Valhadolid a 23 de Março de 1604 —

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-[e 1604]*. Códice n.º 282, fls. 223v.º 224).

## DOC. N.º 25

1604 MARÇO 23

16 Carta para o Viso Rej

Viso rej amigo etc. Vi o que me dizeis sobre a perda do gallião de Maluco de que uinha por Capitão fernão pereira de sande E posto que he muito para sentir a perda da fazenda pella falta que faz a esse estado folguej de me dizerdes que o dito Capitão e mais gente se saluou no Batel E do efeito que fizerão em desssercar os Relegiosos de são Domingos E mais christãos que os Maçassas tynhão Cercado na jlha de oende onde forão ter e agradesereis ao dito fernão pereira de minha parte o que nisso fez Em que me ouue por bem seruido delle

E uendo o que me EsCreueis que fizestes sobre a ordinanca que destes E asentastes na alfandega de Malaca para sustentação dos Mininos Naturais de Solor que se Crião, e ensinão no seminario que se aly tem feito me ouue por bem seruido de uos, E asy de mandardes aquellas partes Como me avizaes hũ galiota com 30. portugueses para garda *(sic)* dos Religiosos que nellas andão oCupados na Conuerção das almas EsCrita Em Valhadolid a 23 de marco de 1604

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-*[*e 1604*]. Códice n.º 282, fl. 213 v.º).

## DOC. N.º 26

1604 MARÇO 23

20 Carta para o Viso Rej

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

Os moradores de Columbo, E os mais da ilha de Seillão, sou informado que me seruem bem naquella conquista, e desejando lhes fazer merce para que se animem a contynuar, hei por bem que nos despachos que fizerdes dos moradores desse Estado entrem os da dita jlha conforme a seus Seruiços, e nesta oCazião tereis tambem Licenca dos modadores de Maluco, e porque os de Columbo pretendem para a dita Çidade os preuileios da de Euora avizar me eis sobre Jso de uoso pareçer para lhes deferir como ouuer por meu seruiço EsCrita em Lixboa a 23 de Março de 1604 /

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Vias Da Jmdia, dos anos de 1600-1601-1602-1603-*[*e 1604*]. Códice n.º 282, fl. 215).

## DOC. N.º 27

1615 MAIO 13

Consulta sobre Goncallo de Freitas da Silua

«Goncalo de freitas da silua fidalgo da casa de Vmd.ᵉ fez petição que o Viso Rey remetteo a Este Conselho e em papeis della acostados em que diz que pedio a Vmd.ᵉ o anno de 607 ouuesse por seu seruiço manda lo restituir a posse das ilhas de Amboyno e Moluquo



de que seu pay Jurdão de freitas esteue de posse atté se falecimento por titullo de doação de ElRey Dom Manoel ultimo Rey de Muluquo que os senhores Reis passados de boa memoria comfirmarão nelle Visto como ElRey Dom Sebastião E SMg.ᵈᵉ que santa gloria ajão tambem comfirmarão a ditta merce e doação nelle supplicante como filho E sussessor legitimo do primeiro Donatario. E Vmd.ᵉ lhe mandou responder per carta de quatro de feuereiro de 607. que se não tratasse de composição com elle supplicante uisto como a fortaleza E terras que pretendia estauão em poder dos Jmigos Rebeldes de olanda E o Supplicante não tinha posse, nem Cabedal para as conquistar de nouo, nem para as defender, nem seu pay esteuera de posse dellas de mais de 45 annos a Esta parte E a fortaleza que nellas Estaua ser feita por Vmd.ᵉ E que estando cobradas a ditta fortaleza E terras se lhe fizesse lembrança desta pertenção do supplicante para então se uer o que conuem do qual despacho se sente agrauado E não pode deixar de pedir umildemente a Vmd.ᵉ aja por seu seruiço mandar uer a justica de seu requerimento por Menistros de inteyreza e letras, porque a jnformação per onde Vmd.ᵉ lhe mandou dar a ditta reposta foj errada em dizer que hauia mais de 45 annos que seu pay não continuaua a possel sendo assy que no ditto tempo hauia menos de 13 annos que se interronpera a dita posse e se lhe passarão os ultimos padroens de comfirmação das ditas jlhas como delles se uia E a fortaleza que nas ditas Ilhas se fez foj a custa da fazenda de seu pay Jurdão de freitas de que offerecia certidão de justificação. Que Ante Vmd.ᵉ tem obrigação de lhe mandar dar satisfação não somente das ditas jlhas, e Rendimento dellas, mas tambem da grande e notauel força que os Viso Reis E gouernadores da jndia lhe fizerão em o esbulharem, E priuarem da posse das ditas Ilhas em que estaua confirmado com posse perpetuada por seu pay Jurdão de freitas que atte seu falecimento a teue Real e actual com capitaens E soldados pagos a sua custa como parece dos estromentos, que presentaua pela qual força por ser feita pelos menistros de Vmd.ᵉ E em seu nome tem Vmd.ᵉ obrigação de mandar compor, E restituir tudo ao supplicante por sua fazenda porque não so em foro interior, mas tambem no exterior se dá aução de esbulho contra Vmd.ᵉ comforme a direito.

Da qual força se não podia seguir nenhum direito a Coroa Por ser Violenta, e injusta à prencipio, nem prescreuer se em nenhum tempo contra elle supplicante por ficar de menor Jdade per morte de seu pay contra o qual não corre prescripção comforme a direito E tambem porque logo nesse tempo Sua may e Tutora dona Maria da Silua mandou protestar em juizo contra a dita força em nome delle supplicante como se uia do termo do protesto que presentaua justificado pelo juiz da jndia e mina o qual lhe ficou sempre conseruando seu direito.

Os quais protestos juntos com a nuteridade de suas patentes induzirão na fee nos ditos VisoRejs e gouernadores com a qual nem se acquerio direito a coroa nem pode em nenhum tempo prescreuer contra o supplicante E muito menos estando absente occupado no seruiço de Vmd.ᵉ E constrangido a seruir de capitão de hũa companhia na Ilha da madeira sem nenhum premio em tempo de guerras e de muitos rebates de Imigos como se uia das certidoens que offereceo por onde tinha restituição contra qualquer tempo que se passasse comforme a regras do direito.

Quanto mais que depois disso conhecendo os Senhores Reis Dom Sebastião e Sussessores que santa gloria ajão a muita rezão E justiça do supplicante interromperão essa injusta posse comfirmarão nelle supplicante a merce feita e comfirmada em seu pay pelos Senhores Reis passados mandando lhe passar suas cartas de confirmação que presentaua autenticas e justificadas pello dito juiz da jndia e mina que no tempo da dita reposta de Vmd.ᵉ auia menos (11) de 13 annos E esses interrompidos com muitos requerimentos E embargos na Chancelaria como delles constaua, E assy estão todos os tittulos de doaçoens da Coroa em seu vigor por não hauer nouas confirmaçoens E tambem a do supplicante em sua posse por ser doação perpetua e fora da ley mental emcabeçada em morgado em que ficou sussedendo ao dito seu pay.

(11) Tem riscada, por baixo a palavra *mais*.

Da qual força E esbulho que os Viso Reis e gouernadores da jndia lhe fizerão procede a jnpossibilidade em que o supplicante está para as poder recobrar e qonquistar (*sic*) de nouo por hauer tantos annos que Vmd.e as possue, e dà em satisfação de seruiços cem mil cruzados de ordenado, E outros grandes precalços que en tres annos se tira pelo capitão de Amboyno mais de 30V. cruzados alem dos dinheiros e rendimento das ditas Ilhas que en todos os ditos annos Vmd.e mandou sempre receber por seus menistros E a perda que Vmd.e lhe deu occupando lhe injustamente as ditas Ilhas he de muj grande consideração: porque o Crauo que nellas se colhe se Estima em a monção grande em mais de mil Bares e nas ditas Ilhas se faz o prouimento de Maluquo, e Banda em cujo trato se interessa muito, E se estiuerão em poder delle Supplicante lhe importara este trato mais de dez mil cruzados cada anno pellos quais rendimentos proes e precalços está a fazenda de Vmd.e obrigada ao Supplicante des (*sic*) do tempo que as dítas Ilhas lhe forão tomadas atté a real entrega.

E posto que os olandeses ocupem as ditas Ilhas não perjudica isso ao direito que o Supplicante tem com Vmd.e pois per seus capitaens e menistros erão ocupadas no tempo que os olandeses nella entrarão ainda que fossem tomadas sem culpa do capitão a cujo cargo Estauão comforme a direito E os textos com que o supplicante alega.

Nem Bastará dizer se que tambem os olandeses as poderão tomar da mão desse supplicante porque de mais que as defendera como suas, E melhor que o Capitão de Vmd.e que sem nenhũa resistencia as entregou aos ditos oLandeses não fica por isso obrigada a fazenda de Vmd.e da satisfação comforme a resulucão (*sic*) commua dos doctores.

E sendo as ditas doaçoons acqueridas e confirmadas por tam justos tittulos Seruiços e merecimentos de tanta qualidade como forão os de seu pay, Jurdão de freitas, que neste Reyno E em africa seruio muitos annos assy de Capitão mor e gouernador da Cidade de Cafim como de Capitão de Armadas do Reyno e na jndia em muitas occasioens como se uio da Certidão que offerecia e reduzir seu pay ao mesmo Dom Manoel ultimo Rey de Maluquo a fee de Christo E ser seu padrinho E seu jrmão Antonio de freitas aconselha lo a que deixasse o mesmo Reyno em seu testamento a Esta Coroa e seu paj, Jurdão de freitas tomar posse do dito Reyno em nome dos Senhores Reis passados que he o titulo por que Vmd.e o possue e lhe pertencem todas as mais terras E jlhas daquelle Archipelago como tudo constaua das ditas doaçoens e sentença per onde pertence o dito Reyno de Maluquo a Esta Coroa E do testamento per que o Rey delle o deixou a ella que offerecia.

Pede a Vmd.e que aVendo Respeito ao sobredito E aos bons seruiços E cousas per que as ditas doaçoens se fizerão E comfirmarão E ao pouco tempo que ha que se interrompeo a elle supplicante a posse das ditas Ilhas E sua fortaleza feita a custa da fazenda de seu paj E aos injustos mejos com que della foj priuado sem ser Requerido, nem ouuido E as grandes perdas que nisso tem recebido E ter toda a sua fazenda gastada neste Requerimento E ser a dita fortaleza e terras tomadas da mão dos capitaens que nella estauão postos per Vmd.e E não delle Suplicante E hauer Vmd.e dado a dita Capitania em satisfação de seruiços e comforme a direito lhe estar Vmd.e obrigado a lhe dar as ditas Ilhas E rendimento dellas de todos os ditos annos que importarão mais de 300V cruzados lhe faca merce de hum cento de reis de juro pago em hũa das Alfandegas deste Reyno atté Vagarem bens da Coroa que rendão a dita quantia para que fiquem em morgado com as mesmas clausulas E suscessão com que elle supplicante e seus descendentes ouuerão de susceder nas ditas Ilhas E da Comenda da jlha de Santa Maria em tres vidas ou de outra equiualente E de dous Lugares para Duas neptas (*sic*) suas serem freiras em hum mosteiro dapresentação de Vmd.e

Da dita petição e papeis Referidos e carta de 21. de janeiro do anno de 607 perque Vmd.e ouue per seu seruiço que com Goncallo de freitas da silua se não tratasse de composição algũa uisto como as terras e fortaleza de Amboyno que pertende estão em poder dos rebeldes de oLanda e elle não ter posse nem cabedal pera as conquistar nem defender, nem seu paj esteue em posse dellas de mais de 41 annos a esta parte como atras fica relatado: se deu Vista ao procurador da fazenda de Vmd.e que em sua Reposta diz que são tam solidos os fundamentos do Capitolo da carta de Vmd.e de que se trata que não parece que conuem dar outra reposta mais que offerece los E con se uerem parece que satisfaz no que por parte da fazenda de Vmd.e se pode alegar mandando Vmd.e deferir ao despacho que o supplicante pede pera o tempo que se refere no dito capitolo da carta



Vendo se neste Conselho da fazenda a petição do dito Goncallo de freitas E o que nella alega E os papeis de que se faz menção E o capitolo da carta de Vmd.e E a reposta que a tudo deu o procurador da fazenda de Vmd.e

Pareceo que Vmd.e tinha mandado deferir ao dito Goncallo de freitas como conuinha a seu seruiço E que por hora não hauia cáá (*sic*) que obrigasse a se lhe responder E elle pode vsar se lhe prarecer da lembrança que Vmd.e manda que se lhe faça da sua pertencão quando a dita fortaleza e terras esteião Recuperadas pera Vmd.e que mandara o que for seruido em Lixboa a 13 de majo de 615

Dom esteuão de faro, Luis da Silua, Dom Belchior de Teues, Luis Pereira Cosme Rangel.

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Registo de Consultas* [*do Conselho da Fazenda*] *de 1615*. Códice n.º 1192, fls. 75-78).

## DOC. N.º 28

1615 Maio 22

Consulta sobre Jacome de morais Sarmento

Vio se neste Conselho a Carta de Vmd.e do primeiro de Abril deste anno per que manda se ueya nelle a petição, E papeis que uinhão a ella acostados de jacome de morais Sarmento, E se Consulte o que pareçer/ na qual petição diz que estando na Jndia em seruiço De. Vmd.e o mandou o Arcebispo primâs que gouernaua aquelle estado per capitão môr do soco (*sic*) do socorro que enuiou (12) a Malaca quando estaua de Cerco, E dos Seiscentos mil reis que se lhe asinalarão de ordenado em cada hum anno se lhe ficarão Deuendo Seiscentos sessenta, E Cinco mil reis, E do tempo que seruio de Capitão môr do mar De maluco cento, E sessenta mil reis, E de seu vençimento E moradia Cincoenta, E hum mil reis, E nouenta reis de tres Caixas de liberdade que uençeo Como se uia per duas Certidoens de Antonio De magalhaes esCriuão Da matricola geral da jndia Justificadas em uinte E trez de dezembro de 611 por diogo lobo Pereira ouuidor geral do Ciuel. E de Antonio gomez feo escriuão da feitoria de maluco tambem justificada por jullyo de campos que foi tambem ouuidor geral em goa. E que seruio naquellas partes nas occasioens de inportançia tão notauelmente que em hũa tomou Catorze nauios de Alto bordo, E Dezoito mais peqenos de mouros Em que hyão mais De mil, E tantos, E em outra hũa nao ingreza em maluco Cuyo capitão elle supplicante matou as punhaladas Como constou per o treslado das Certidoens de Ruy gonçaluez de siqueira, E de Andre furtado de mendonça conçertadas per francisco pereira betancor escriuão da Camara que offereçia, E aCompanhou a manoel mascarenhas general do sul per capitão de hum nauio, E que ora Vmge manda per carta sua que se lhe uenda a fazenda que trazia pera Remedio seu E de sua molher da jndia que se Descaminhou da nao Sancta Helena de que uinha per capitão ./. Pede a Vmg.e lhe faca merce que as ditas Diuidas se lhe paguem no dinheiro que se fizer per uenda da dita sua fazenda E que elle possa lançar nella os oitoçentos setenta, E seis mil reis que pelo dito medo (*sic*) lhe são deuidos tendo Vmd.e Respeito ao que tem padeçido Em oito meses de prisão, E ter ydo a Corte depois de sua uinda da jndia duas uezes, E derramado tanto sangue Em seruiço de VMd.e ficando aleiyado de peîs E mãos ./.

(12) Esta palavra foi escrita sobre a que foi riscada: *mandou*.

Que uendo se a dita carta de VMd.e petição, E mais papeis Referidos neste Conselho, E Como VMg.e tem mandado per prouizão passada o anno de seisçentos E dous que os Soldos, E liberdades E ordenados, E mais diuidas da jndia a que a fazenda de VMd.e este (*sic*) obrigada se paguem naquelle estado, E não neste Reino exepto as das pessoas que lâ faleçerão, E tenhão quâ seus erdeiros

Pareçeo que VMg.e Deuia ser seruido mandar escuzar este Requerimento de Jacome de morais por se não abrir portta a outras pessoas pera que ao diante não fação Exemplo delle, E ser contra a prouizão que se aponta em lixboa a 22 de mayo De 615

Dom esteuão de faro Luis da silua Dom Belchior de teues luis pereira Cosme Rangel.

[À margem lê-se:]

Per carta de Sua mag.de de 18 de Nouembro de 1615

Vy Hũa Consulta do Conselho de minha fazenda sobre Jacome de morais sarmento que pede pagamento dos oitocentos settenta E seis mil reis de que tratta no dinheiro que se fizer per uenda da fazenda que trouxe da jndia, E porque eu tenho mandado per hũa minha prouisão passada no anno de 602. que os soldos E liberdades, ordenados e mais diuidas da jndia a que minha fazenda estiuer obrigada se paguem naquelle Estado E não nesse Reino hey por bem que se escuse o requerimento do ditto Jacome de morais por não se abrir porta a outras pessoas pera que ao diante não fação exemplo delle, E ser contra a mesma prouisão como parecer ao ditto Conselho christouão soarez.

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Registo de Consultas* [*do Conselho da Fezenda*] *de 1615*. Códice n.º 1192, fl. 90-90 v.º).

## DOC. N.º 29

1615 Dezembro 29

Consulta Sobre Cartas do Viso Rej da India

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

9 Na ditta carta mandou Vmg.de ao ditto Viso Rey fizesse deligencia pera saber se se fez receita sobre algum feitor de hum j[un]co (?) E fazenda que trazia que se tomou em malaca por perdido pera a fazenda de Vmg.de que era da Rainha de Pattane. E se do galião de que foy Capittão francisco toscano pereira que ueio de maluco a fortaleza de malaca se pagarão do crauo que trouxe direitos de terços, e Choquins e se tambem se fez delle Receita sobre algum feitor, E se hum galião que Andre furtado de mendo[nça] mandou a Negapattão buscro prouimentos foy por ordem, e beneficio da fazenda real, e quantas peças de artelharia leuaua E de que pa[rte] () E se erão da fortaleza, ou da Armada.

Ao que Responde o ditto Viso Rey que deste capitolo se deu a coppia ao prouedor mor dos Contos pera naquelle tribunal se fazer a deligencia que Vmg.de manda.

Pareceo que Vmg.de deuia ser seruido mandar que com effeito se lhe deu conta da diligencia que se fez sobre esta matteria E a cãa que ouue pera nas naos deste anno não uir a este Reyno pois tem obrigação de diligencias semelhantes Darem a Vmg.de rezão dellas.

... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...

em Lixboa a 29 de Dezembro de 1615. Luis da Silua, Luis pereira, Cosme Rangel; Simão Soarez

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Registo de Consultas* [*do Conselho da Fazenda*] *de 1615*. Códice n.º 1192, fls. 211-224 v.º, mas apenas o extracto do capítulo 9.º, de fls. 215-215 v.º).

# ÍNDICE ONOMÁSTICO E ANALÍTICO

(BILINGUE)

Principais uo mais frequentes nomes, títulos, designações, assuntos, referidos nas comunicações apresentadas, com anotações de diversas variantes.

Três séries de registos:

1. em caracteres versais: nomes de pessoas (em geral) ou altos cargos;
2. em caracteres redondos: designações geográficas;
3. em caracteres itálicos: obras impressas ou documentos históricos, entidades, assuntos ou temas, povos, navios, astros, etc.

*Nota* — Os números de página, quando em itálico, indicam que são referidos às notas, e não ao texto. Com vista a uma certa uniformidade, a palavra portuguesa precede a palavra castelhana se ambas forem registadas a par.

# ÍNDICE ANALÍTICO


**A**

ABENDANON, E. C. — 63, *63*, 64, *64*.
Abissinia — 474.
ABOHAD (Sultão) — 530.
ABREU, ANTÓNIO DE — XVI, XXII, 11, 16, 36, 55, *55*, 56, 58, 71, 79, *79*, 82, 86, 87, *89*, 201, 461, 470, 537, *537*, 694.
Abrolhos — 364, 373, 377.
*abstro, austro* — 8, 647, 648, *649*, 656.
Abuyo — 622.
Acacán — 389.
Acapulco — XXII, 617.
Acaxutla — 617.
Achém — 38, 77.
Achidona — 369.
Açores/Azores — 4, *5*, 86, 138, 184, 185, 321, 329, 331, 336, 337, 338, 339.
ACOSTA, MARTÍN DE — *596*.
ACOSTA, C. — 402.
*açúcar, assucar* — 98, 570, 655.
ACUÑA, RODRIGO DE — 604, 606, *667*.
ACURIO, JUAN DE — 279, 302, 310.
Adem — 35, 46.
*adolatrias* — 248.
ADRIANO (Cardeal) — 222, *653*.
ADRIANO VI (Papa) — 480, 481, 535, 536.
AFONSO (Cardeal) — *562*.
AFONSO, LUÍS — 572.
AFONSO, SIMÃO — 79, 694.
Africa — *3*, 4, 25, 93, *95*, 97, 103, 154, 157, 173, 185, *185*, *187*, 192, 224, 225, 322, 348, 524, 558, 581, 633, 655, 714.
Africa ocidental — 173.
Africa oriental — 9, 524.
*africanos* — 281.
Agacim — 55, 70.
AGANDURU MORIZ, FR. RODRIGO — 427, 430.
Agracim — 34, 36, 42, 43, *43*, *44*.
AGRAMONTE, JUAN DE — *634*.
Aguada de las Buenas Señales — 383.
AGUADO — 209.
AGUIAR, PERO (PEDRO) AFONSO DE — 541, 559, *560*, *563*.
AGUILAR, GARCIA DE — 607.
AGUILAR, LUÍS DE — 607.
Aguilar de Campo — 280.
AGUIRRE, JUAN DE — 279, 297, 298, 299, 311.
AGUIRRE, MARTÍN DE — 279, *312*.
Agulhas (baía) — 322.
Agulhas (cabo) — 322, 337.
AILLY (Cardenal) — 667.
ALBA (Duque de) — *19*, *215*.
ALBA (Duquesa de) — *9*.
Alberche — 208.
ALBERGARIA, LOPO SOARES DE — 85.
ALBITEZ, DIEGO DE — 233.
ALBO, FRANCISCO — XVIII, XXI, *19*, *21*, 156, *160*, 167, 168, 169, *169*, 170, 171, 172, 173, *193*, *238*, 239, 308, 345, 347, 348, *363*, 364, *364*, 365, 383, 384, 385, 386, 406, 414, 415, *449*, 479, 523, 524, 656, *656*.
ALBORNOZ (Contador) — *677*.
*albricoques* — 67.
ALBUQUERQUE, AFONSO DE — XVI, *12*, 16, *16*, 35, 36, *36*, 40, *40*, *42*, *46*, 52, 54, 55, *55*, *56*, 59, 77, *77*, 78, 79, *79*, 82, 85, 86, 88, 189, 201, 267, 268, 402, *455*, 470, *529*, 535, 536, 537, *537*, 694.
ALBUQUERQUE, FERNÃO DE — 709.
ALBUQUERQUE, JORGE DE — 81, 426, *530*.
ALBUQUERQUE, LUÍS (MENDONÇA) DE — *XIII*, XXIII, *18*, 22, *22*, 25, *25*, *146*, *323*, *326*, *327*, 328, *328*, 329, *329*, 330, *330*, 335, *338*, *339*, *340*, 527, 529, *534*.
ALBUQUERQUE, MATIAS DE — 697, 701, 702.
Alburquerque — 570.

ALCÁCER, PÊRO DE — *542*, *564*.
ALCACIÓN, ANTONIO DE — 311.
ALCÁÇOVA, PERO DE — 543, *550*, *551*.
ALCÁÇOVA, SIMÃO / ALCAZABA, SIMÓN — 439, *439*, 525, 561, 562, 563, *563*, 572, 573, 574, *581*, 582, 588, 590, 595, *658*, *659*, *667*, *673*.
Alcalá de Henares — 201, *201*, 280.
ALCARAZ (Maestro), ANTONIO — 24, 563, *563*.
ALCARÁZ, PEDRO (DE) — *562*, 563, *564*.
ALCIATO — *490*.
Aldea — 369, 375.
ALDRETE, BERNARDO — 401.
ALEJANDRO VI (Papa) — *3*, 5, 26, 138, 184, 196, 432, 626, 633.
*alemães/alemanes* — XXIII, 281, 587, *589*, 593, 604, 608, 609, *659*.
ALEMÁN, JORGE — 310.
Alemanha/Alemania — 286, 476, 481, 482, 487, 491, 585.
Alexandria — 38, 46, 73, 137.
ALEXANDRINO (Cardeal) — *103*.
ALFINGER, AMBROSIO — 594, 608.
ALFONSO, BOCACIO — 278, 311.
ALFONSO, EVA — 293.
ALFONSO, RODRIGO — 302, 304, 307, 311.
*algodão* — *34*, 35, 44, 48.
ALIACO, PEDRO DE — *667*.
Aliquira — 355.
*alisios (ventos)* — 445, *445*, 446, 447, 448.
*aljôfar* — 97.
Almadén — 591.
*Almagesto* — 137.
ALMAGIÀ, ROBERTO — *495*.
ALMANÇOR (Raja) — 70, 72.
Alme — 369.
ALMEIDA, ANTÓNIO DE — 614, *622*.
ALMEIDA, FRANCISCO DE — 36, *36*, 54, 77, 267, 322.
Almeirim — *40*, *550*, 554, *554*, *555*, 556, *556*, *557*, *559*, 568, 570, 571, *662*, *663*.
Almeria — 369.
*Almirante — Vd. COLOMBO / COLON (Almirante).*
*Almirante Saldanha (nav. bras.)* — 469.
Almonaster — 278.
*Almoxarifado da Ribeira* — 103.
Almunia — 281.
Aló — 38.
ALONSO, MARTÍN — 387.
ALONSO, PEDRO — 278.
ALONSO, RODRIGO — 300, 305.
ALONSO DE GOES, LUÍS — 313.
Alonso mj (r.º) — 368.
Alta (serra) — 370, 373, 374.
ALTOLAGUIRRE Y DUVALE, ANGEL DE — *15*, *262*.
*altura do polo* — 164, 333.
Aluarado — 369.
Aluarado (rio de) — 369.
ALUAREZ, HERMAND — *684*.
ALVARADO, FR. ALONSO DE — 620.
ALVARADO, FRANCISCO DE — 621.
ALVARADO, MATIAS DE — 620.
ALVARADO, PEDRO DE — XXIV, *581*, 596, *596*, 597, 616, 617, *617*, 618.
ALVARES, ALONSO — *635*, *636*.
ALVARES, SEBASTIÃO/ÁLVAREZ, SEBASTIÁN — *20*, 61, 113, 114, 117, 123, *155*, *197*, *205*, *227*, *236*, 323, *453*, 459, 523, *648*, *649*, *651*, *654*.
ALVAREZ, LUIS — *675*.
ÁLVAREZ PINEDA, ALONSO — 147.
ALVIM, FRANCISCO LOPES — 42.
ALVIM, JOÃO LOPES — 80.
ALVIM, LOPO — *43*.
ALVITO, BARÃO DE — 554.
Amatique (baía) — 367.
*amazonas* — 404.
Amazonas — 60, 146, 533.
Amberes — *188*, 207, 228, 230, 581, 583, 586, *591*, 594.
Amboino (Ambon, Amboina) — *29*, 30, 32, 36, 37, 38, 39, 42, 55, *55*, 56, 58, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 78, *78*, 80, 83, 84, 694, 701, 702, 706, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714.
*amboinos* — 708, 709.
Ambón (puerto) — 624, 625.
AMERBACH — *490*.
América — XXIV, *5*, *6*, *9*, *11*, 13, *20*, *22*, 138, *139*, 141, 146, 151, 152, 156, 166, 167, 168, *187*, *189*, 221, *221*, 224, 226, *262*, *263*, 333, *438*, 441, *441*, 445, 447, 448, 449, 465, 477, 501, 581, *582*, *583*.
America (continente ou litoral americano) — XV, 7, 10, 14, 18, 191, *191*, 192, *198*, 224, 268, 345, 438, 445, *445*, 533.
América Central — 7, 12, *332*, 336, 339.
América meridional — XIX, 151, 158.
América do Norte — *603*.
América do Sul/America del Sur — XXV, *7*, 12, 151, 152, 153, 166, 224, *231*, 438, 594, 626, *631*.
AMORETTI, CARLO(S) — 171, 172, 319, *319*, 320, *384*, 417, *441*, 507, 513, 515.
AMPIÉS (DAMPIÉS), MARTÍN MARTÍNEZ — XVIII, 143, 144, 145.
Amsterdam (isla) — 356, 505, *597*.
Ancõ — 369.
ANDAGOYA, PASCUAL DE — 232, 525.
Andalucia (Nueva) — *442*.
Andaluzia/Andalucia — 277, 479, 593, 594.
ANDERO, FRANCISCO — *283*, 295, 297, 298, 300, 302.
ANDRADA, FERNANDO DE — 281.
ANDRADA, FRANCISCO DE — *551*, *552*, *553*, 554, *554*, *555*.
ANDRADE, ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE — XXII, 451, *495*.
ANDRADE, FERNÃO PERES DE — 85, *88*, 536.
ANDRADE(A), HERNANDO — 598, 603, 604, 605, 610, 681.
ANDRADE, JERÓNIMO DE — 615.
ANDRADE, THOME — 700.
Andragide (reino) — 77.
ANDRÉS, MAESTRE — 298, 300, 303, 304, 306, 307, 308.
Angola — *599*, *599*.
ANGULO, FRANCISCO DE — 279, 313.
ANRIQUES, JOÃO / ENRIQUEZ, JOÃO — 189, 190, *636*.
ANSELMO, ANTÓNIO JOAQUIM — *475*, *476*.
Antártida — 224.
Antequera — 279.
Antilhas/Antillas — *17*, *30*, 126, 189, 196, *196*, *238*, 248, 331, 332, 338, 339, *445*, 460, 583, *584*, 681.
*antimeridiano* — XIV, XV, XVIII, XIX, XXIII, XXIV, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 12, *13*, 14, 17, 18, *20*, *21*, 22, *22*, 23, 25, *25*, 143, 151, 169, 183, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 197, 198, *198*, 200, 201, 225, 231, 532, *534*, 632, *633*, 636, 664.
*antípodas* — 6, 26, 633.
ANTOLINEZ DE BURGOS, JUAN — *214*.
Antonia (isla) — 614, 621.
ANTONIO — 300, 302, 304, 308.
APIANO, PEDRO — 157, *157*, 162.
*arabes* — 138, 144.
Arabia — 8, *9*, 10, 23, *23*, 24, 31, 632, 668, *668*.
Arabia Feliz — 8, *8*.
Aracena — 278.
Aragão/Aragón — 270, 281, 479.
ARAGÃO, J. J. MONIZ DE — 469.
ARANDA, JUAN DE — *202*, 203, *203*, 206, *206*, 207, 208, 209, *209*, 210, *210*, 211, 212, 213, *213*, 214, 216, 217, 219, 220, 222, 227, 228, 230, 268, *268*, 269, 273, *285*, *648*, 651, *651*.
Aranda de Duero — 270, *282*, 291, 292.
ARANGO, SANCHO DE — 221.
ARAÚJO, RUI DE — *36*, 40, *40*.
Arbelas — 137, 138, *138*.
Arboledas — 368.
*Archivo General de Indias (Sevilla)* — *31*, *139*, 149, 155, *169*, 178, *184*, *191*, *197*, *199*, *202*, *203*, *206*, *210*, *211*, *212*, *213*, *222*, *227*, *231*, *234*, 267, *267*, *268*, *269*, *270*, *271*, *272*, *273*, *275*, *276*, *282*, *284*, *285*, *291*, *292*, *294*, *296*, *317*, 319, *324*, 337, *587*, *603*, 614, *617*, *618*, 692, *692*.
*Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)* — 689, 692, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 704, 705, 706, 707, 709, 710, 711, 712, 715, 716.
ARCOS, DUQUE DE — *215*.
ARCOS, DUQUESA DE — 214, 215.
*areca* — 393, 394, 399, 400, 401, 405.
Arecife (pº) — 368.
Arefeno (rio) — 375.
ARELLANO, ALONSO (ALFONSO) DE — 447, 448, *448*.
Arenal — 368.
Arenas — 369.
ARENAS, JUAN DE — 297.
Aresife — 368.
Arévalo — 208.
AREVALO, ONOFRE DE — 620, 624.
Arezifes (c: de) — 369.
Argentina — 437.
Armenia — *138*.
*Argos (nav. ant.)* — 240.
ARGOTE, ROLDÁN DE — 310.
*Armazém da Guiné* — 101.
*Armazém de Guiné* — 101, 102.
*Armazém(ns) da Guiné e India(s)* — XVII, 52, 100, 104, 105.
*Armazém(ns) de Guiné e Indias* — 101, 102, 103, 104.
*Armazém das Armas* — 103.

*Armazéns da Guiné, Mina e Indias* — 91, 93, 94, 101.
*Armazéns da India* — 99, 101.
ARNAOT, PEDRO — 312.
Aroche — 278.
AROCHE, JUAN DE — *278*, 314.
*arqueologia naval* — XVII, 109, 110, *110*, 114, 117, 118.
Arquipélago Malaio — 88.
Arquipélago Oriental — 58, 60, 61, 63.
*Arquivo Geral de Simancas/Archivo General de Simancas* — 94, *181*, *226*, *324*, 549, *551*, *552*, *554*, *559*, *560*, 568, 569, 571, 575, *603*, *675*.
*Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)* — *6*, *7*, *18*, *22*, *36*, *40*, *41*, *42*, *43*, *45*, *46*, *47*, *52*, 98, *100*, *102*, *104*, *111*, *453*, *459*, *460*, 501, *539*, 549, *551*, *552*, *554*, *559*, *560*, 567, 573, 574, 576, 614, *622*, *624*, *625*, 691, 692.
ARRATIA, JUAN DE — 279, 310.
Arriogorriaga — 279.
*arroz(es)* — XXI, 30, 38, 44, 67, 68, 72, 347, 387, 389, 403, 404, 405, *405*, 406, 408, 413, 422, 464.
*Arte de Navegar (de Medina)* — 326, *327*, 330, 332, 335, *336*, *341*.
ARTIETA, NICOLÁS DE — 270, 273.
ARTIÑANO, GERVASIO (DE) — *110*, 111, *113*, *114*, *116*, *125*, *127*.
Aru — 38.
Aruba (ilha) — 141, 142.
Arucheta (isla) — *404*.
Aruoleda (rio) — 369.
Aruoredo — 371.
Arzila — 571.
Asia — XV, 4, 7, 8, *9*, 11, *11*, 169, 171, 186, *187*, 225, 445, 446, *446*, 501, 581, 582, 596, *596*, 597, 629, 632, 633, *633*, 635, 636, *636*, 652, 664, 677, 679.
*Asia* (de JOÃO DE BARROS) — *31*, *36*, *37*, *43*, *99*, *172*, *318*, 427, 453, 454, *454*, *455*, *456*.
Asia (sudeste) — XIX, 77, 78, *649*.
Asia (sudeste asiático) — 77, 78, *649*.
Asia meridional — 31.
Asia oriental — 10, 140, 193, 200, 632.
*asiáticos* — 281, 406.
Asturias — 280.
ATAÍDE, TRISTÃO DE — 41, *42*.
Atalaya — 369.
ATAYDE, ANTONYO DE — 571.
Ative — 38.
ATKINSON, GEOFFROY — *510*.
Atlântico/Atlántico — XV, 3, 6, 7, 9, 10, 16, 21, 22, *22*, 25, 126, 127, 224, *225*, 268, 337, *337*, *340*, 445, *445*, 448, 521, 532, *533*, 581, 582, 583, 585, 629, *655*.
Atlântico Norte — 339.
Atlântico Sul — XX, 138, 320, 322, 337, 364, 582.
*Atlas* (de GASPAR VIEGAS) — 61.
*Atlas* (de VALLARD) — 62.
ATOUGUIA, PEDRO CORREA DE — *674*, *675*.
AUBANO, JOÃO BOEMO — 500.
Aurea — *18*, 148, 176.
Auru (reino) — 77.
Australásia — *54*, *55*.
Austrália — 25, 30, 64, *64*.
Austria — 479, 591.
AVELAR, JOÃO DE — 95.
Avila — 208.
*Avis (dinastia de)* — 646.
AXIO, SIMÓN DE — 309.
Ayamonte — 278.
AYAMONTE, FRANCISCO DE — 308.
AYAMONTE, MARTIN DE — 277, *312*, 376, 426.
AZAMBUJA, DIOGO DE — 95.
Azamor — *86*, 268, 453.
AZCAY, GASPAR DE — 297.
AZCAYN, PEDRO DE — 297.
AZEVEDO, ANTÓNIO D' — 574, 676.
AZEVEDO, ANTÓNIO DE MIRANDA — 37, 80, 81.
AZEVEDO, JERONIMO D' — 707.
*azougue (azogue)* — 42, 95, 272, 591.
Azuis (ilhas) — 58.

**B**

Baçaim — 45.
Bacalaos (tierra de los) — 345.
Bacham, ou Bachan, ou Bachão (ilha) — *29*, 37, 41, 56, *78*, *657*.
Bachian, ou Batchian (isla) — *78*, 83, 84, 223.
BACO — 218.
BADAJOZ (Bispo de) — 181, *181*.
BADAJOZ, GONZALO DE — 221.
Baeza — 279.
Baganga — 621.
Bahia nueva — 350.
BAIÃO, ANTONIO — *99*, 458, *458*.



*balachos* — 71.
Balambuão (reino) — 32.
BALBOA, VASCO NÚÑEZ DE — *Vd.* NÚÑEZ DE BALBOA, VASCO.
Bali — 32, 55.
BALLESTEROS Y BERETTA, ANTONIO — *17*, 239, 428.
Baltico — 591.
Bamberg — 482.
Bamda, ou Banda (ilhas) — 16, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 42, 43, *45*, 52, 55, 58, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 78, *78*, 79, *79*, 80, 81, 82, 83, *84*, 85, 86, *89*, 161, 171, 223, 456, 459, 461, 530, 537, 538, 697, 710, 711.
*bandaneses* — 34.
Banderas (rio) — 369.
BANNASAR, GUILLERMO — *395*.
Baquio — 279.
bar(es)(med. peso) — *35*, 40, *40*, 41, 42, 43, *44*, 45, 46, 47, 67, 68, 70, 72, 73, 84, *84*, 697.
Baracaldo — 280.
BARATA, JOÃO DA GAMA PIMENTEL — XVII, 107, *110*.
BARATA, MARTINS — *110*.
BARBERO, JUAN — *636*.
BARBOSA, ANTONIO — *149*.
BARBOSA, BEATRIZ — 282, 291, 390.
BARBOSA, DIEGO — 202, *203*, 204, *204*, 391, 421, *654*, *672*.
BARBOSA, DUARTE — 87, *87*, 353, 389, 390, 391, 400, 402, 404, 462.
BARBUDA, LUIS JORGE DE — *65*.
Barcelona — *155*, 181, 182, 235, 237, 271, 275, *275*, 276, 282, 291, 292, 294, 296.
BARCELOS, C. — *127*.
BARCIA, PEDRO — 278.
Bareras — 375.
Bareras Vermeya — 374.
Bareras Xmegas — 374.
BARLÓN, JORGE — 524.
BARLOW, ROGER — 326, *326*, *340*, 608.
BARNI, GIAN LUIGI — *490*.
Barosas — 370, 375.
Barosas (cº das) — 370.
Barossa — 375.
BARRADAS, DIOGO — 543.
BARRAY, ABRAHAM — 571.
Barreiro — 554.
BARREIRO, ROBERTO — 381.
BARREIRO-MEIRO, ROBERTO — XXII, 519.
BARRENA, MARTIN — 280, 314.
BARR(I)ENTOS, HERNANDO DE — *561*, *563*, *575*, *667*.
Barrios (porto) — 146.
BARROS, CRISTÓBAL DE — 114, 116, 117, 119, 123.
BARROS, E, ESTANILAU DE — *110*.
BARROS, JOÃO DE — XXII, *31*, *36*, *37*, *43*, *55*, *55*, 56, 79, *79*, 81, 86, *86*, 99, 154, 156, *156*, 157, 158, *158*, 160, *160*, 161, 162, 163, 164, 165, 168, *168*, 172, *172*, 196, *197*, 318, *318*, *340*, 426, 427, 453, 454, *454*, 455, *455*, 456, *456*, 458, 459, 460, 461, *461*, 462, 463, 474-475, 614, *648*, *649*, *652*, *653*.
Barrosas — 370, 375.
Barrosas (= Abrolhos) — 365.
BARROSO, CRISTÓBAL — 535, 551, 552, *552*, 554, 555, *555*, 556, 557, 559, *559*, 561, 569, 570, 573, 574, *662*, 663.
BARROWS, DAVID P. — 387, *387*, 388, *388*.
BASANTE, RUI — 610.
BASAS, MANUEL — *236*.
BASAZABAL, ANTONIO DE — 279, 310.
Basile(i)a — 183, 481, 498.
BASOZABAL, PEDRO — 277, 309.
Bassilan (isla) — 354.
BASTIDAS, RODRIGO DE — *630*.
Batochina — *29*, 61, 70, 74.
Bato Ymbo — 68.
Batutara (Batu Tara) — 58, 67, 355.
BAUTISTA, JUAN — 202, *202*, 275, *276*, 308.
BAUTISTA DE CERNANES, JUAN — 607.
BAUTISTA DE LAS PERLAS, JUAN — 607.
BAUTISTA (DE) PUNZ(Ç)OZOL, JUAN — 276, 308, 469.
Baviera — 482.
Baxo (rio) — 369.
Bay (luguna) — 382.
BAYLE, CONSTANTINO — *17*.
Bayona — 281.
*bazarucos* — *34*, 44.
BAZO, COLIN — 309.
BECERRA, DIEGO — *596*.
BELLO, PEDRO — 278, 311.
BELLO CABRERA, SEBASTIÁN — *681*.
BELTRÁN, DIEGO — 598, 603, 604, 605, 607, 609, 610, *650*, *658*, *681*.
BELTRÁN DE GUZMÁN, NUNO — 678.

BEM ACORALA (Sultão) — 70.
Bemgaya — 74.
Bemuaor — 69.
BENAVENTE (Conde de) — *215*.
BENAVIDES, JUAN DE — 604, 606.
Bengala — *14*, 34, 35, 44, 45, 46, 47, 48, 68, 71.
*bengalas* — 69.
*benjoim* — 53, 77.
BENSAÚDE, JOAQUIM — *154*, 319, *319*, 320, 326, *326*, *330*, *340*, *341*.
BERARDI — *231*.
Berbéria — 99, 194.
BERCHET, GUGLIELMO — *508*.
BERGAÑO, DIEGO — *398*.
BERGONDO, LUISA DE — *561*.
Bermeo — 279.
Bermuda (isla) — 681.
BERTHOMAN, LUIS — 223.
BETANCOUR, FRANCISCO PEREIRA — 715.
Betanzos — 605.
*betel (bét(e)le)* — 73, 393, 394, 398, 399, 400, 401, 402, *402*, 405.
*betre* — 393, 400, 401, *402*.
*Biblioteca da Ajuda (Lisboa)* — *127*, *476*, 501, *553*, *558*, 692.
*Bibliotheca Indiana* — 386, *400*, 417, 418, 517, *517*.
*Biblioteca Geral da Universidade (Coimbra)* — *38*, *476*, 495, *495*, 496.
*Biblioteca Municipal do Porto* — 499.
*Biblioteca Nacional de Lisboa* — *127*, *146*, *474*, *475*, *476*, 498, 499, 500, *553*, 577, 691.
*Biblioteca Nacional de Madrid* — *145*, 390, *474*, *475*.
*Biblioteca Nacional de Paris* — 60, 331, 364, 372, *474*, *475*, *482*, 484, 490, 492, 495, 500, 509, 510. 511, 516.
*Biblioteca Pública de Nova Iorque* — *474*, *475*, *476*, *477*, 484, 490, *490*, 492, 495, 496, 510.
BIDUCHE, ZANOBI — 607.
Bilbao — 279, 441.
BILBAO, PEDRO DE — 279, 309.
Bima — 34, 66, 67, 68, 73.
Binglas (isla) — 385.
Birmânia — 31.
BISAGUDO, SIMÃO AFONSO — 36, 537.
BLAIR, EMMA HELEN — 384, *384*, *385*, 386, *386*, 387, *388*, *395*, *400*, 504, 515.
Blambangan (reino) — 32.
BLANCO, MARIA MANUELA — *39*.
BLANCO, MANUEL — *395*, *398*, 399, *399*.
BLÁZQUEZ, ANTONIO — 390, *392*, *400*, *403*, *404*, *408*.
BLAS, HERNANDO — 325.
BLOCH, OSCAR — *401*.
Boas — 370.
Boa Vista (isla) — *25*, *139*, 150, 158, 164.
BOCARRO, ANTONIO — *39*.
Bohol — 347, 353, 384.
BOLEYN, THOMAS — *555*.
Bollullos — 278.
*bonga* — 393, 394, 395, 396, 397, 398, *398*, 399, 401, 402, 405.
Bongo (bahia) — 354.
Bonna Quelim (Bonnaquelim) — *34*, 68, 71.
BORGES, ADRIÃO — *554*.
BORGES, DIOGO — 79, 94.
BORGONHA, FELIPE DE — *555*.
*borgoñones* — *659*.
Borneo, ou Bornéu — 30, 31, 42, *78*, 84, 89, 170, 171, 347, 353, 354, 382, 400, 443, 444, *656*.
BOTELHO, JORGE — 79, *80*, 85, *88*, 536, 537, *537*, 538.
BOTELHO, MANUEL — *47*.
BOTI, JÁCOME — 607.
BOTIM, LUIS — 79, 470.
Bouró, ou Bouru — *78*, 355.
BOUTELOUP, J. — *446*.
Brabante — 591.
BRAGANÇA (Duque de) — 539, *549*, 551, 554, 556, 557, 559, 562, 570, 571, 614, *662*, *663*, *684*, *687*.
BRAGANÇA, JAIME DE — XXIII, 65, 557, 558, *558*, 559, *559*, 560, *560*.
BRAGANÇA, TEODÓSIO DE — 557.
BRANDÃO, DIOGO — *40*, *79*, 81, *81*, 85, *85*, *88*, 536, 537, 538, 539.
Brasil — *5*, 10, 14, 15, *20*, 82, 97, 98, 103, 151, 177, 192, 194, 199, 202, *223*, 361, *363*, 364, *365*, 376, 377, 438, *449*, 462, 509, 512, 523, 582, 584, *584*, 626, 633, *633*, *636*, 640, 645, *650*, 664, 684, *684*.
Brasil (descubrimiento) — 10, 14.
Brasil (rio do) — 374.
BRÁSIO, ANTÓNIO — *567*.
Braxil (r° de) — 370, 375.
Brazir (riuo de) — 374.
BREIDENBACH, BERNARDO DE — 144.
BRENI, OCTAVIANO DE — 608, 609.
BRENI, SILVESTRE DE — 607.
*Bretoa (nav. port.)* — 376.
BRETÓN, JUAN — 299, 300, 301, 302, 311.
*Breve compendio la la Sphera y de la arte de navegar* (de MARTIN CORTÉS) — 336.
*breu* — 73.
*British Museum (Londres)* — *19*, *59*, 60, *474*, *475*, *476*, *477*, *479*, *482*, 483, 484, 490, 492, 495, 500, 509, *513*, *555*.
BRITO, ANTONIO DE — XVI, *18*, 37, *41*, 42, 44, *44*, *46*, 82, 86, *86*, 87, 88, *89*, 202, *202*, *205*, 421, 422, 461, *529*, 530, 532, *532*, *648*, *650*.
BRITO, CRISTÓVÃO DE — *46*.
BRITO, JORGE DE — XVI, 81, 82, 87, 88, *89*, 538.
BRITO, RUI DE — *42*.
BRIVIESCA, FRANCISCO DE — 607.
Brizuela — 280.
BROWN, RAWDON — *555*.
Brujas — 207, 581, 586, 591, 594, *660*.
Brunei — 42.
Brunet — 382.
Bruxelas/Bruselas — *188*, 207, 215, 483, 591.
BUCETA — 625.
Boa Esperança/Buena Esperanza (cabo) — XV, 7, 8, 9, *9*, 10, 13, 14, *19*, 24, 25, 82, 87, 143, 149, 151, 152, 153, 154, 176, 177, 185, *187*, 190, 191, *191*, 194, *195*, 198, 199, *223*, 224, *225*, 226, 229, 337, 348, 356, *438*, 449, 522, 635, 636, 647, *652*, *668*, *674*.
Buena-Señal (isla) — 383.
BUGARÍN, JUAN — *395*.
*bulas alejandrinas* — XIX, 3, *3*, 5, *6*, 7, 24, 184, *186*, 191, 229, 626.
*burgaleses* — XIX, 188, *188*, *236*.
Burgos — 24, 129, 130, 131, 228, 230, *236*, 240, 269, 280, 296, *561*, *562*, 571, 573, 583, 584, *588*, *589*, 599, 635, *637*, *649*, *650*, *652*, 654, *658*, *667*, *669*, 674, 682.
BURGOS, ANTOLÍNEZ DE — *237*.
BURGOS, SIMÓN DE — 314.
Burney — 73, 74, 223, 383, *656*.
Buro, ou Buru — *29*, 32, 55, 58, 170, *657*.
BUSTAMANTE, FERNANDO DE — *237*, *238*, 239, 281, 314, 414, 479, 604, 606.
BUSTOS, ANTONIO DE — 621.
Butuan (isola) — 388.
Butum (ilhas) — 73.
Buycha — 363.
*buyo* — 393, 394, 395, *395*, 396, 397, 398, 399, 401, 402, 405.

C

CABALLERO, ALONSO — 606.
CABALLERO, DIEGO — *582*, *594*.
CABEZA PEREIRO, A. — *399*.
Cabeza de Pájaro (península) — 22.
*cabilas* — 67.
Cabo Verde (ilhas/islas) (meridiano) — 4, 5, 18, *20*, 22, *25*, 51, 138, 139, *139*, 148, 149, 150, 157, 158, 173, 177, 184, 185, *187*, *237*, 348, 357, 385, 444, *444*, 449, 460, 461, 464, 530, 533, *535*, 543, 551, *551*, 567, 632, 655, *660*, 664.
CABOTO, SEBASTIÃO/SEBASTIÁN — *23*, 188, *191*, 220, 325, 331, 332, 460, 524, *581*, 583, 588, 593, 594, 595, 598, 599, 608, 609, 640, *640*, 645, *645*, 670, *670*, *673*, *677*, 681, *681*, 682, *682*, *683*.
CABRAL, PEDRO ÁLVARES — 10, 96, 337.
CABRERO (CABREIRA), DR. — 552, *552*, 553, *554*, 555, *555*, *556*, 557, 559, *559*, 568, 570, *661*, 662, *662*, 663, *663*.
CABRILLO, ALONSO — 619.
CABRILHO, JOÃO RODRIGUES / CABRILLO, JUAN (RODRÍGUEZ) — XXIV, 525, 618.
CACHIC AEIRO (sultão) — 37.
Cadiz — 140, 141, 273, 275, 279, *285*, 349, *683*, *684*, 696.
CAETANO, MARCELLO — 94.
Cafarnau — 371, 375.
Cafarnau (angla) — 373.
*cafres* — 58, *58*, 387.
Cagayan (isla) — 353, 354.
Cagnafistola (rio) — 370.
Caia (rio) — 543, 545.
Cairo — 51.
CAIX, HONORAT DE — 556.
*caixas*, ou *caxas (moedas)* — 34, 35, 42, 44, 68.
*calaim (moeda)* — *34*, 77.
Calambu — 407.
Calamon — 67.
CALDERÓN, HERMANDO — 524, 607, 609.
Caleghan (isola) — 388.
Caleirciram (ilha) — XVI, 53.
Calecute, ou Calicut(d) — 8, *9*, 10, 24, 53, 87, 204, *207*, 228, 585, 588.
*Calendário* (de MALDONADO) — 557.
California — XXIV, 140, 448, 488, 616, 618.

Calis (ilha) — 140.
CALMETA, BERNALDO — 313.
CALMON, PEDRO — *5*.
CALVINO — 511.
CALVO, FRANCISCO MINÍZIO — 481, 490, *490*, 491, 493, 503.
CAMAÑO, JACINTO — *525*.
CÂMARA, JOÃO DE SOUSA DA — *550*, *551*, *553*.
CAMARGO, FRANCISCO — 439, *525*, *581*, 593, 595.
Camatar (ilha) — 54.
Camatoro (ilha) — 53.
Cambaia — 34, 35, 42, 44, 45, 46, 48, 67, 68, 71.
Cambar (reino) — 77.
CAMELO, HERNANDO — 681.
*camino de los Portugueses*, ou *ruta portuguesa* — 200, 522, 657, 668.
CAMÕES, LUÍS DE — *458*, 459, 695.
Campania — *138*.
Campar (estreito) — 74.
Campeche (golfo) — 366, 367.
CAMPOS, JUAN DE — 280, 310.
Canan — 375.
Canane(i)a — 365, 371, 373, 375.
Cananea (r: da) — 371, 375.
*Canarese* — 401.
Canarias — XXV, *5*, *13*, 51, 144, 145, 157, 162, 168, 174, 185, 339, 534, 591, 696.
*canela* — 53.
Candicar (isla) — 354.
*cânfora* — 30, 42, 77.
Cannafistula — 370, 374.
CANO, JUAN SEBASTIAN DEL — XIX, 16, *19*, *20*, *21*, 22, 24, 60, 63, 109, 127, 174, 181, 182, *182*, 192, *192*, 193, *193*, 198, *199*, 204, 205, 228, 236, *236*, 237, *237*, 238, *238*, 239, 240, *240*, 241, *275*, 276, 280, 299, 300, 302, 304, 305, 307, 310, 354, 414, 415, 416, 419, 422, 438, 449, *461*, 473, 479, 504, 524, *581*, 604, 605, 655, 656, 666, *667*, 671.
CANO, JUAN SEBASTIAN DEL (*viageno*) — XXI, 343, 345, 347, 348, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 413, 524, 646, 656, *656*, 657, *657*, 660, *670*.
CANO, TOMÉ — 111, 112, *112*, 116, *117*, *118*, 119, 120, *127*.
Cantábrico (mar) — 215.
Cantão — 31.
CANTO, EUGÉNIO DE — 191.
CAPPELLI, A. — *160*.
*Capricórnio (Trópico)* — *53*, *54*.
CAPUA, NICOLAO DE — 310.
CARACI, GIUSEPPE — *495*.
Carauallo (angla) — 373, 376, 377.
*caravelas* — XVII, 81, 95, 103, *110*, 116, 118, *188*, 192, 224, 233, 246, *535*, 538, 570, *651*.
CÁRDENAS, F. DE — *263*.
CARDOSO, FRANCISCO — 541, 544, *561*.
Caribe — 220.
Caribes (rio de) — 369.
CARLOS, o Temerário — *555*.
CARLOS I (Rei) (de Espanha) — XIX, XX, 317, 473, 479, *648*, 652, 653, 661.
CARLOS III (de Espanha) — 626, *653*.
CARLOS V (de Espanha) — XV, XIX, XXIII, 13, 17, *18*, 22, 23, 24, 57, 139, 168, 171, 172, 181, *181*, 182, 187, *188*, 195, 196, *203*, 206, 207, *207*, 208, *208*, *212*, 214, *214*, 215, *215*, 217, *217*, 218, *218*, 219, *222*, 226, *226*, 228, 229, 230, *236*, 237, 238, 239, 240, 252, 253, 324, *324*, *341*, 431, 432, 441, 453, 456, 459, 460, *460*, 473, 479, 481, 487, 503, 506, 529, 530, 531, 535, 536, 540, *542*, 543, 544, 549, 550, *550*, 551, *551*, 552, *552*, 553, *553*, 554, *554*, 555, *555*, 556, *556*, 557, *557*, 558, *559*, 560, *560*, 561, *561*, 562, *562*, 563, *563*, 564, 567, 568, 569, 570, 571, 573, *574*, *575*, 584, 586, 589, 592, 594, 599, *599*, 614, 615, 616, 619, 623, *625*, *626*, 629, 630, *649*, 650, *650*, *654*, *655*, 657, *658*, 659, *659*, 660, *660*, 661, *661*, 662, *662*, 663, *663*, *664*, 665, *665*, 666, 667, 671, 672, *672*, 673, *673*, 674, 675, 676, 677, 678, 679, *679*, 681, *682*, *683*, *684*, 685, *685*, 686, 687, 691.
CARNEIRO, ANTÓNIO — *562*, *575*, *575*, 576.
CARNEIRO, LISUARTE — 41.
*Carnestolendas (dia)* — 213, *213*.
CARO, GREGÓRIO — 607, 609.
CARO, JUAN — 65.
CARONDELET, JOÃO DE — *482*.
CARRAGUEIRO, MANUEL ALVAREZ — 615.
*Carta* (de ANGHIERA) — 480.
*Carta* (de TRANSILVANO) — XXII, *474*, 478, 479, 480, 481, 482, *482*, 483, 484, 485, *485*, 486, *486*, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, *495*, 496, 497,





498, 499, 501, 502, 503, 504, 505, 507, 512, 513, 516, 518.
*Cartas* (de AFONSO DE ALBUQUERQUE) — *16*, *40*, *46*, *56*, *77*, *79*, *82*, *83*, *455*, *529*.
*Carta das novas q̃ vieram a El Rey nosso Senhor do descobrimento do Preste Johã* — 474, *474*.
Cartagena — *182*.
CARTAGENA (BISPO DE) — 479.
CARTAGENA, JUAN DE — 155, *155*, 157, 204, 205, *279*, 280, 281, 282, *283*, 295, 364, 419, 651, *651*.
Cartago — 137, 138.
*Cartas de marear, globos, pomos e demais instrumentos* — XVII, 104, 105, 226, 253, *317*, 325, 331, 332, *332*, 333, 334, 337, 421, 523, 524, *525*, *534*, 539, 540, 542, 559, 560, *560*, 563, 564, 565, *647*, *648*, *669*, 671, *671*.
CARTAYO, CEBRIAN DE — 608.
*Cartografia espanhola* — XVI, 63, 331, 332, *332*, 333, 334, 364, 521, 523, 524, 525, 532, 540, 564, 565.
*Cartografia não-ibérica* — 63, 64, 364, 373.
*Cartografia portuguesa* — XVI, *51*, 52, 63, 64, *329*, *331*, 332, *332*, *340*, 364, *364*, 373, 521, 525, *533*, *534*, 540, 564, 565.
*Cartografia ptolomaica* — 51, 52, 64, 224, 229, 534, 535.
*Cartógrafos espanhóis* — 540.
*Cartógrafos portugueses* — 19, 20, 51, *51*, 52, 59, 65, *227*, *331*, 365, 523, *534*, 540.
CARVAJAL, FRANCISCO DE — 280, 314.
CARVALHO, JOÃO LOPES DE/LÓPEZ CARABALLO, JUAN — XXI, 202, 275, 283, 295, 353, 365, 376, 377, 462.
*Cartas, mapas, planisférios:*
*Anónimo — Diogo Ribeiro (1525) (Mântua)* — XVI, XXIII, 61.
*Anónimo — Diogo Ribeiro (1527) (Weimar)* — XVI, XXIII, 61.
*Anónimo — Diogo Ribeiro (1532) (Wolfenbüttel* — XVI, XXIII, 61.
*Anónimo — Gaspar Viegas (1537)* — XVI, 61.
*Anónimo — Jorge Reinel (1510)* — XVI.
*Anónimo — Jorge Reinel (1519)* — 59, 521, 523.
*Anónimo — Pedro Reinel (1517)* — 59, 60.
*Anónimo — Pedro Reinel (1522)* — 60.
*Anónimo — Português (1502)* — 52, 53.
*Anónimo — Português (1535)* — 61.
*Anónimo — Português (1545)* — 62.
*Anónimo — Português (1547)* — 62.
*Anónimo — Português (1550)* — 62.
*de Andrea Blanco* — 149.
*de António Pereira (1545)* — XVI, 62.
*da Biblioteca Vaticana* — 20, 21, 61, 372.
*de Boulengier* — 11.
*de Cantino* — XVI, *11*, 52, 138, 139, *139*, 225, 226, 322, 532, 534.
*de Castiglione* — 20, *21*.
*do Delfim* — 64.
*de Diogo Ribeiro (1525) (1532)* — 61.
*de Diogo Ribeiro (1529) (Vaticano)* — 61.
*de Diogo Ribeiro (1529) (Weimar)* — 61.
*de Egerton, 2803* — 373.
*da Escola de Dieppe* — XVI, 64, *64*.
*de Fra Mauro* — 51.
*de Francisco Rodrigues* — XVI, 372.
*de Garcia de Toreño* — 386.
*de Giovanni Vespucci* — 367.
*de Girolamo da Verrazano* — XXI, 373, 376, 377.
*de Glareamus* — 11.
*de Guilherme Wendel* — *337*.
*de Jean Roze* — 64.
*de Jorge Reinel* — 19, 20, *20*, *21*, 53.
*de Juan Sebastian Elcano* — 524.
*de Kunstmann II* — 373.
*de Kunstmann IV* — 19, *19*.
*de Leyden* — *151*.
*de Lopo Homem (1554)* — XVI, 62, 63, 225, 226, *227*, 229.
*de Lopo Homem-Reinéis (1519)* — XIX, 60, 364, 372.
*de Mantua* — 20, *21*, 61.
*de Martin de Bohemia (Behaim)* — 223, 522.
*de Miller* — 227, *227*.
*do Museu de Greenwich* — *372*.
*de Nicolas Caverio* — 226, 373.
*de Nicolas Desliens* — 64.
*de Pedro Reinel* — XVI, 19, *19*, 20, *20*, 227, 322, 421, 523.
*de Penrose* — 61.
*de Pesaro* — 373.
*de Piri Réis* — XXI, 11, 363, 372, 373.
*de Reisch* — 11.
*de Robert Thorpe (1527)* — 63.
*de Salviatti* — 21, *21*.
*de Stobniczd* — 11.
*de Turin* — XXIII, *20*, *21*, 366, 524.
*de Vesconte di Maggiolo* — 364, 372, 373.
*de Waldseemüller* — 373, 534.
*de Weimar* — 20, 21, *21*, 61.

Casa (rio) — 374.
*Casa da Guiné* — XVII, 94, 95, 96, 97, 98, 100.
*Casa da Guiné e Mina* — XVII, 95, 98.
*Casa da Guiné e India* — 93, 95.
*Casa da Guiné, Mina e Indias* — 93, 94, 95, 101.
*Casa da India* — XVII, 91, 93, 95, 96, *96*, 97, 98, *98*, 99, 100, *100*, 101, 102, 103, 105, *532*.
*Casa das Indias* — 98, 100.
*Casa da India e Mina* — 97, 98.
*Casa da Mina* — XVII, 95, 97, 98.
*Casa da Mina e Guiné* — 98.
*Casa da Mina e Indias* — 94, 95.
*Casa da Moeda de Lisboa* — 100.
*Casa de Austria* — 109.
*Casa de Ceuta* — XVII, 94.
*Casa de Contratación (Maluco)* — 606.
*Casa de Contratación (Sevilla)* — XVI, XXI, 12, 14, *14*, 15, 19, *20*, 61, 186, *186*, *191*, 203, 204, *204*, *205*, 207, 211, 212, *212*, 220, 221, 240, 248, 249, 260, 268, 269, 270, 271, 272, *272*, 274, 275, *282*, 286, 287, *287*, 291, 292, 294, 296, 318, *324*, 325, *325*, 331, 332, 336, *341*, 391, 463, 524, 583, *599*, 634, *634*, *635*, *636*, 637, 638, *638*, *639*, *645*, *648*, 651, *651*, *654*, *658*.
*Casa de Contratación de la Especiaria (La Coruña)* — XXIII, XXIV, *236*, 239, 240, *584*, 585, *586*, 587, *587*, 590, 603, 605, 610, 634, 650, 651, 658, 660, *673*.
*Casa de la Coruña* — 228, 583, *584*, 586, 587, 605, 651.
*Casa dos Contos* — 100.
*Casa dos Escravos* — XVII, 97, 98.
*Casas dos Contos (Goa)* — 701.
CASAS, BARTOLOMÉ DE LAS — 200, *200*, 201, *201*, 202, *202*, 204, *204*, *208*, 216, *216*, *217*, 220, *220*, 221, *221*, 222, 223, *223*, 224, 228, *233*, *644*, *649*, *650*, 654, 655, *683*.
*Casados (de Malucos)* — 42, 705.
Cassia (rio) — 374.
*castelhanos/castellanos* — XV, XXIII, 29, 35, 37, 38, 39, 43, 44, 48, 57, 65, 184, 229, 426, 429, 430, 431, 461, 521, 530, 532, *532*, *534*, *535*, 539, 542, 544, 563, 564, 574, *575*, 598, 615, 622, *622*, 624, 625, *626*, 629, 632, 633, *651*, 655, 664, *665*, 669, 670, 671, *671*, 672, *675*, 700, 704.
CASTAÑEDA, ALONSO DE — 607.
CASTANHEDA, BARTOLOMEU ROIZ DE — 545.
CASTANHEDA, FERNÃO LOPES DE — XXII, *35*, *37*, *41*, *55*, 77, *113*, *127*, 155, *155*, 160, 161, *161*, 162, 163, 164, 165, 168, 318, *318*, *340*, 421, 456, *456*, 475, *475*, 537, *537*.
CASTEL(L)A/CASTILLA (Rei de/Rey de) — 18, 36, 65, 151, 177, 185, *187*, 196, *232*, 253, 268, 269, 414, 417, 432, 525, 533, 536, 598, 606, *636*, *672*.
CASTELA e PORTUGAL (Coroas de) — 700, 703, 705.
Castela — XIV, XV, XIX, XX, XXIV, 35, 37, 56, 86, *89*, 189, 190, 317, 456, 458, 465, 479, 529, *530*, 532, 535, 539, 540, 544, 550, *554*, *636*, *663*, 700.
CASTELLÓN, LUIS — 608.
CASTILLA (Corona de) — *3*, *5*, *9*, 17, *17*, 24, *184*, *185*, 190, 191, 198, 230, 232, 233, 234, 235, 246, 247, 250, 262, 271, 272, 285, 286, 417, 588, 592, 595, 598, 599, 603, 604, 605, 608, 609, 610, 631, 632, 636, 642, *644*, 646, *649*, *650*, 652, *655*, 667, 676, 681, 682, 705.
Castilla — 3, *5*, *6*, 9, 12, *12*, 14, *19*, 25, 144, 165, 175, 181, 189, 191, 199, 200, 201, 204, 215, 218, 222, 227, 228, 238, 268, 355, 389, 430, 432, 440, 521, *562*, 564, 581, 584, 585, 588, *590*, 591, 600, 616, 617, 626, 627, 630, 632, 634, 635, *635*, 637, *639*, 640, *644*, 654, 660, 664, *670*, 681, 686, 696.
Castilla (Nueva) — 280.
Castilla (Vieja) — 240, 280, 583, *594*.
Castila de(l) Oro — 15, 195, 345, 522, *582*, 641, 642, 643, 649, 679.
CASTILHO, ANTÓNIO DE — *660*, *662*, *674*, *675*.
CASTRO, EUGÉNIO DE — 151.
CASTRO, JOÃO DE — 46, 65, *329*, 338, *341*, *534*, *535*.
CASTRO, JORGE DE — 614, 615, 622, *622*, 623.
CATALINA (Infanta de Espanha) — 229.
CATANEO, LEONARDO — 607, 608.
CATANEO, NICULOSO — 607.
CATANHO, RAFAEL — 85, *88*, 536.
CATARINA (Rainha de Portugal) — *38*, *552*, *557*, 660, 674, *674*.



Catay, ou Cathay, ou Catayo — 186, 583, 632, 633, 665.
Catocy — 370.
*católicos* — 37.
Caxinas (cabo) — 147.
CAZAÑA, GASPAR — 608.
Cebu — XXI, 61, 82, 171, 173, 346, 347, 383, 384, 385, 389, 390, 391, 400, 405, 407, 408, 409, 413, 414, 416, 417, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 430, 432, 443, *444*, 448, 463.
Cebreros (sierra) — 208.
Ceilam(n), ou Ceilão — XVIII, 13, *13*, 14, 43, 69, 77, 143, 144, 190, *195*, 225, *637*, 693, 707, 708, 712.
Ceiram, ou Ceirão — XVI, 30, 32, 39, 53.
Celán — 636, *637*.
CELAYA — *562*.
Celebes, ou Çelebes — *29*, 32, 58, 60, 74, 78, *78*, 347, 382.
Cerada (baya) — 370.
Cerado (rio) — 371.
Ceram (ilha) — 16, *20*, *29*, 53, *55*, 58, 69, 73, 74, *78*.
CERNANES, ROBERTO DE — 606.
CERVICORNUS, EUCHARIUS — 480, 487, *487*.
CÉSAR, LUÍS — 104.
CÉSAR, VASCO FERNANDES — 104, 105, *105*.
Cesarea Karoli (isla) — 621.
Ceuta — 94.
Chaer — 391.
Chagre (rio) — 679.
Chantam — 223.
CHAPMANY — 132.
Chatigão — 45.
CHATU, NINA — 36, *36*.
Chaul — 43, 44, 45, *46*.
CHAUNU, HUGUETTE — *115*, *127*, 129, 130, 131, 132, 133, *448*.
CHAUNU, PIERRE — *115*, *127*, 129, 130, 131, 132, 133, *448*, *655*.
CHAVES, ALONSO DE — 325, 332, *332*, 376, *377*.
CHAVES, JERÓNIMO DE — 157, 325, *327*, 332, *340*.
Chiaoa (ilha) — 74.
CHIERICATI (CHIEREGATO), FRANCESCO — 463, 481, 491, 506.
CHIGI, SCIPION — 608.
Chile — *318*, *395*, *405*, 420, 422, 504, 524, *595*.
China — XV, 12, *14*, 22, 30, 31, 35, 36, 46, 47, 48, 66, 74, 87, 190, *207*, 223, 406, 535, 693, 702.
CHINA, TRISTÁN DE LA — 599.
*Chinarum insule* — 60.
*Chineses* — 30, 31, 77, 86, 89.
*Chinos*, ou *sinas* — 14, *14*, *19*, 144, 382, *402*, 406, 416, 636.
Chincha — 594.
CHINCHILLA, IVAN DE — 313.
CHINDARZA, JUAN DE — 279.
CHINDARZA, PEDRO DE — 311.
CHIRINOS, PERALMÍNDEZ — *677*.
*Chis*, ou *Chins* — *12*, 19, 31, 53, 82, 189, 405, 535.
CHOCHO (COCHO), ÁLVARO DO — 81, 538.
*Chóquel* — 41, 42, 46.
*Chukai (pal. mal.)* — *41*.
*chumbo* — 97.
Ciampagu — *18*, 148, 176, 185.
Cifuentes — 280.
CILAPULAPA — 417.
Cimbava — 68, 73.
Cipango — 5, 190, 583, 633.
CIPOLLA, CARLO A. — *109*, *127*.
*circum-navegação/circunnavegación (primeira viagem)* — XXII, XXIV, *6*, *17*, *18*, *19*, *21*, 85, 109, 127, 135, 154, 171, 181, 182, *197*, *232*, *317*, 337, *341*, 343, *386*, 437, 444, 445, 449, 453, *453*, *458*, 465, 473, 479, 480, 508, *532*, 655, 657, *657*, 660.
CISNEROS (Cardenal) — *206*, 207, *207*, *208*, *215*, 218, 262.
CITEREA — 218.
Ciudad Real — 280.
CLARETE, JOHAN — 606.
CLARETE, PEDRO — 607.
CLEMENTE VII (Papa) — 172, *182*, 481, 489, 491, 506.
COBOS, FRANCISCO DE LOS — 239, 616, 677, *677*, 678, *684*, 685.
*cobre* — 42, 97, 98, 591.
COCA, ANTONIO DE — 274, 280, 283, 295, *651*.
Cochim(n) — 35, 40, 45, *47*, 65, 82, 625, 700, 705, 707, 708.
*coco(s)* — 389, 390, 391, 392, 399.
COEDÈS, G. — *30*.
COELHO, ANDRÉ — *39*, 225.
COELHO, GONZALO — 192.
COLAÇO, GASPAR — 558.
Colchides — 240.

*Colección Muñoz* — *445*.

COLÍN, FRANCISCO — 383, *383*, 384, 386.

COLÍN, JUAN — 277, 313.

COLMENARES, RODRIGO — 233, 445.

Colocuti — 8, *8*.

COLOMBO, CRISTÓVÃO/COLÓN, CRISTÓBAL *(vida; personalidade; paralelismo com MAGALHÃES)* — XIX, 3, 4, 5, 7, 7, 8, *8*, *9*, 10, 11, *11*, 12, 25, 57, 109, 110, 111, 116, 117, 126, *126*, *127*, 139, 140, 141, 143, 147, 148, 181, 182, 183, *183*, 184, *184*, *189*, 200, 201, *201*, 202, 204, 205, *205*, 206, 221, 230, *231*, 237, 238, 241, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 258, 259, 260, 261, *263*, 321, 345, 417, 460, 465, 477, 521, 523, 564, 581, 582, 631, *631*, 632, 634, 641, *641*, *644*, 646, *668*, *682*.

COLOMBO, CRISTÓVÃO/COLÓN, CRISTÓBAL *(Almirante)* — 7, 8, *8*, 9, 139, 140, 141, 147, 233, 234, 246, 247, 250, 251, 254, 258, 259, 261, *631*, 632, *634*, 654, 667, 668.

COLOMBO, CRISTÓVÃO/COLÓN, CRISTÓBAL *(suas viagens)* — XVIII, XXIV, 3, 4, 5, 7, *7*, 8, 12, 141, 181, 183, *183*, 200, *205*, 206, *231*, 246, 247, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 258, 259, 260, 261, 321, 345, 460, 465, 477, 521, 582, *631*.

COLOMBO, CRISTÓVÃO/COLÓN, CRISTÓBAL *(suas ideias)* — XV, 3, 5, 8, *8*, 9, 10, 12, 184, 185, *186*, *187*, *191*, 200, 201, 224, 230, 521, 523, 564, 581, 630, *631*, 632, 633, 641, 682.

COLOMBO, CRISTÓVÃO/COLÓN, CRISTÓBAL *(instruções a)* — 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 258, 259, 260, 261, *263*.

Colombo — 144, 712.

COLÓN, BARTOLOMÉ — 201, *201*, 521.

COLÓN, DIEGO — 221, 246, 247, *263*.

COLON, FERNANDO, ou HERNANDO — XV, XXIV, *9*, 10, 12, *21*, 23, *23*, 24, *143*, 147, *147*, *189*, 221, 325, 331, 533, 633, 667, *667*, 668, *668*, 669, *669*, *670*, 671, *671*.

Colónia — *182*, 183, 476, 480, 481, 486, 487, 488, 491, 493.

*Colóquios Luso-Espanhóis de História Ultramarina* — XXV.

Comber — 67.

Comori(m) (cabo) — 188, 707.

*Compañia General de Tabacos de Filipinas* — 149, *203*, 267, *267*, 270, *441*.

*Companhia de Jesus* — 707, 711, 712.

*comuneros* — *644*, 645, 654, 655.

*Concepción (nav. esp.)* — XXII, 202, 273, 277, 278, *278*, 279, *279*, 280, 281, 283, 295, 299, 300, 302, 304, 305, 307, 310, 314, 346, 353, 437, 442, 443.

CONCHA, JOHAN DE — 607, 609.

CONCHILLOS, LOPE (DE) — *634*, 637, *637*, 644.

*Conselho da Fazenda* — 715, 716.

*Conselho Real* — 459.

*Conselho de Indias/Consejo de Indias* — *207*, 319, 324, *324*, 327, *341*, 573, *584*, *596*, 651, 653, 658, *658*, 676, 677, *677*, 678, 679, 680, 682, *682*.

Constantinopla — *20*, 508.

CONTARINI, GASPAR DE — 555, *682*.

COOK, JAMES — 153, *153*, *328*.

*Coordenadas geográficas (medições, divergências, problemas)* — XVIII, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 198, 251, *317*, 318, 319, 320, *320*, 321, 322, 323, *323*, 328, 329, 330, *331*, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 346, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 533, *533*, 534, *534*, *535*, 539, 559, *560*, *633*, 637, *641*, 656, *656*, *657*, 665, *665*, 666, 667, 669, *669*, 670, *672*, 685.

Cõqualquo (rio) — 369.

Coquibacoa (cabo) — 142, 143.

Coral (arch.) — 621.

Corcheles — 368.

Coromandel — 34, *34*, 35, 44, 45, 46, 48.

CÓRBULO — *138*.

CORDOB(V)A, ANTONIO DE — *439*, 515.

CORDOBA, JUAN DE — 279, 314.

CORDOVA, RODRIGO DE — 701.

*Coroa portuguesa (interesses comerciais)* — XVI, 40, 41, 42, *43*, 46.

CORONA, FRANCISCO DE LA — 607.

CORRE(I)A, GASPAR — *36*, *192*, *197*, 453, *453*, 454, 456, *457*, 458, 505, 517.

CORREA, NUNO ALVAREZ — 95.

CORREIA, GONÇALO — 81, 538.

CORRE(I)A, PEDRO (PÊRO) — 539, 540, 561, *561*, 562, *562*, 572, 573, *683*, *684*.





CORRUT, LORENZO — 311.

*corsários* — 558, 570, 684, *684*, 711.

CORTE-REAL, GASPAR — 10, 322, 337.

CORTES, HERNÁN — XIX, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, *262*, *263*, 367, 415, 427, 524, *596*, 615, 616, *616*, *617*, 618, *642*, 645, 654, *655*, *659*, *677*, 678, *678*, 680.

CORTÉS, MARTÍN — 327, *327*.

*Cortes de Burgos* — *234*.

*Cortes de Burgos (1430)* — *234*.

*Cortes de Toledo (1525)* — *644*, *661*.

*Cortes de Valladolid* — 234.

*Cortes de Valladolid (1442)* — *234*.

*Cortes de Valladolid (1523)* — 659.

*Cortes de Zamora* — 234.

*Cortes de Zamora (1432)* — *234*.

CORTESÃO, ARMANDO — *XIII*, XVI *11*, *13*, *18*, 19, *19*, 20, *20*, *21*, *25*, *31*, *32*, 49, 83, 87, *87*, *146*, *225*, 226, *226*, *329*, *330*, *340*, *364*, *474*, *517*, 533, 534, *563*.

CARTESÃO, JAIME — 4, 5, *5*, 10, *10*, *45*, *109*, *584*, *633*, *636*, *640*, *650*, *668*, *684*.

Coruche — 568.

COSA, JUAN (DE LA) — *186*, 635.

COSTA, ÁLVARO DA (DE) — *155*, *205*, 456, 459, *650*, *651*, *652*, *653*.

COSTA, A. FONTOURA DA — *105*, 323, *323*, 329, *329*, 330, *330*, 334, *335*, *340*.

Costa de Acoa — 371.

Costa Braua — 370.

Costa Baxa — 368, 371.

Costa resa — 368.

*càtabalachos* — 67, 71.

COTÃO, JERÓNIMO PEREZ — 615.

COTO, ALONSO — 314.

COUTINHO, ANTÓNIO DE AZEVEDO — 541, 544, *561*, *562*, 575, 576.

COUTINHO, BERNARDO — 700.

COUTINHO, LUÍS DA FONSECA — 319.

COUTO, DIOGO DO — *30*, *38*, *41*, 614, *622*.

COVARRUBIAS, DIEGO DE — *188*, *582*, 604, 606.

COVARRUBIAS MORALES — 203.

COVARRUBIAS, SEBASTIÁN DE — 401.

COVILHÃ, PÊRO DA — XVI.

Cozebizion — 368.

Cozumel (isla) — 251, 253, 370.

Cozumella — 370.

COWBURN, PH. — *110*, *127*.

Cravo/Clavo (ilhas/islas) — XVI, XXIII, *20*, 52, 54, 55, 70, 82, 89, 538, 622, 655, 666.

*Cravo (cravinho; cravo-da-índia; cravo-de--cabeça; cravo-de-cabecinha)* — XV, XXIV, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, *44*, 45, *45*, 46, *46*, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, *78*, 79, 80, 83, 84, 87, 88, 530, *530*, 531, 536, 537, *537*, 567, 673, 680, 695, 696, 697, 698, 708, 710, 714, 716.

CRESPO, JUAN — 297, 298.

Çri Vijaya (império) — 30, 31.

*Cristianismo* — 38, 407, 707.

*cristãos/cristianos* — 38, 71, 255, 256, 258, 347, 414, 425, 426, 643, *653*, *675*, 680, 708, 710.

*Crónica de D. Manuel* (de DAMIÃO DE GÓIS) — *57*, *98*, 454, *454*, 456, *456*, *458*, 463, 476, *476*, *555*.

CROY, GUILLERMO DE — 199.

CRUZ, ANDRÉS DE LA — 308.

*cruzado(s) (moeda)* — 35, 40, *40*, 43, 45, 714.

Cuaii — 69.

Çuba — 385.

Cuba — 16, *17*, *189*, 221, 248, 367, 523.

CUBILETA, JUAN DE — 310.

CUEVA, BEATRIZ DE LA — 618.

CUNHA, ROSALINA DA SILVA — *567*.

CUNHA, RUI DA — 694.

ÇUNHEGA, JOÃO DE (*Vd.* ZÚÑIGA, JUAN DE).

CURIA DEVA — 70.

COVILHÃ, PÊRO DE — *13*, 51, 52, 53, 54.

Cyco (isla) — *446*.


## D


Dabrilogio (basi) — 375.

Dachem — 703, 704.

DACOSTA, CRISTÓBAL — 277, 279, *312*.

D'ALBERTIS, ENRICO A. — 115, *127*, 133.

DALGADO, RODOLFO — *84*.

Damão — 45.

Dandjarmasin — 382.

Daracife (p.º) — 371.

Darien — 195, 233, *236*, 256, 345, 521, *590*, 640, *642*, 654.

DARIEN (Bispo de) — 256, 654.
DAVALOS, GONZALO — 618, 620.
DE BROSSES, CHARLES — 172, *172*.
*Década (Terceira)* (de JOÃO DE BARROS) — XXII, 475, *476*.
*Décadas* (de ANTONIO DE HERRERA) — *201*, *233*, *237*, 239, *239*, *240*, 318, 428, *635*, *636*, *640*, *660*, *666*, *673*, *676*, *677*, *678*, *679*, *680*, *681*, *686*.
*Décadas* (de DIOGO DO COUTO) — *30*, *38*, *41*.
*Décadas do Novo Orbe* (de MARTIR DE ANGLERIA) — XXII, 474, *474*, 497, 501.
*Década Terceira* (de JOÃO DE BARROS) — *55*, *56*, *79*, *81*, *86*, *154*, *156*, *158*, *160*, *162*, *168*, *197*, *461*, 475, *476*, *648*, *649*, *652*.
DEDO, GIROLAMO — 367.
DELGADO, JUAN — 620.
Delgado (rio) — 365.
Del Oro (R:) — 368.
Demá (reino) — 38.
Denganõ (c.) — 368.
DENUCÉ, JEAN — *5*, *6*, *7*, 14, *15*, *16*, *18*, *19*, *197*, *227*, 453, *453*, 459, *459*, *482*, 507, *507*, 516, *532*, *584*.
*De Nuper sub Castiliae ac Portugaliae Regibus (...)* (de SCHÖNER) — 476, 482.
*De Orbis Situ* (de FRANCISCO MONACO) — *482*.
Desantespũ (r:) — 368.
(D)ESCALANTE ALVARADO, GARCIA — 613, 620, 621, 623, 625.
*descobrimentos geográficos (algumas notas sobre)* — 3, *3*, *4*, *10*, 14, 64.
*Descripción de los Reinos, Costas, Puertos e Islas que hay en el Mar de la India (...)* — 390, *392*.
Deseada (ilha) — 334, 339.
Deseado (cabo) — 168, 169.
Deseado (puerto) — 350.
DESTOMBES, MARCEL — 367, *367*, 372, 373, *373*.
Desventuradas (islas) — 352, 523.
D'ETAPLES, JACQUES LEFÈVRE — 511.
Deva — 279.
DIAGUY(I)TO — 298, 299, 300, 303.
*Diario (Relación) del primer viaje de circunnavegación* (de PIGAFETTA) — XIX, XXII, 155, 156, *157*, 169, 170, *171*, 172, 173, *173*, *182*, *183*, *184*, *206*, 319, *319*, *340*, *384*, 390, 399, *400*, 401, 402, *402*, *403*, *404*, 417, 418, 425, *438*, 441, 478, 493, 494, 495, 501, 502, 503, 504, 506, 507, *507*, *508*, 511, 512, 513, 516, 517, 518, *657*.
*Diario/Derrotero* (de FRANCISCO ALBO) — *160*, 167, 169, *169*, 170, 171, 173, *193*, 345, 346, 347, *363*, 364, *364*, 365, 384, 386, 414, *449*, 656, *656*, *657*.
DIAS, ANTÓNIO — 573.
DIAS, BARTOLOMEU — XVII, 102, 337, *560*.
DIAS, PÁRIS — *564*.
DIAZ DEL CASTILLO, BERNAL — 367, *367*.
DIAZ DE LEGUIZAMO, SANTIAGO — *238*.
DIAZ DE MORÓN, GONZALO — 421.
DIAZ, DIEGO — *238*, 279, 314, *654*.
DIAZ, FRANCISCO — 280, 314.
DIAZ, GONZALO — 284.
DIAZ, MANUEL — 143.
DIAZ, PEDRO — 277, 311.
DIAZ TRECHUELO, MARIA LOURDES — XX, 265, *444*, *447*, 595.
Dinagat — 347, 352, 383, 386, 388, 523.
Dinamarca — 585.
*Discorso* (de RAMUSIO) — 480, 498, 510.
Diu — 42, 45, 46, 625.
DORNELAS, AFONSO DE — 458, *458*, *462*.
Dos Bocas (rio) — 369.
*Dos breves tratados* (de MALDONADO DE HONTIVEROS) — 549, *549*, 550, *550*, 551, *551*, 557, 558, *558*, 563, 564, 565, *565*.
Douro (rio) — *119*.
Dragos (rio dos) — 371.
DRAQUE — 525.
*Drogas de India* (de ACOSTA) — 402.
*drogas, drogarias (Vd. especiarias)*.
DUBOIS, JEAN — *401*.
*Dudum siquidem (bula)* — XV, 4, 5, *5*, 6, *6*, 9, 11, *12*, 17, 23, 184, 185, 188, 196, 198, 200, 633.
Dunda — 370, 374.
Dunda (rio) — 369.
DUPRET, ROGEL — 309.
DURAND-DASTES, FRANÇOIS — *445*, *446*.
DURÁN, TOMÁS — *23*, 24, 188, 562, *562*, 575, *667*, 670, *670*.
Duvida (rio da) — 370.



E

EANES, GOMES — 575.
*Ea quae pro bono pacis (bula)* — 6, 12, 187.
*Ecumene* — 137.
*Efemérides* (de REGIOMONTANO) — 142.
EHREMBERG, RICHARD — 597, *599*.
EHRHARDT, MARION — *477*, *505*.
El Canaueral — 368.
EL CANO, JUAN SEBASTIÁN (*Vd.* CANO, JUAN SEBASTIÁN DEL).
El Madano — 368.
ELORRIAGA, JUAN DE — 278, 297, 298, 300, 302, 304, 305, 307, 309.
El Rano — 369.
(EL)-REI DE PORTUGAL — 40, *40*, *43*, 43, *44*, 46, *46*, 56, *57*, 68, 71, 78, 80, *80*, 81, 82, 83, 85, *85*, *89*, 175, 176, 177, 185, *187*, *188*, 190, 191, *191*, 192, 196, 202, *202*, 210, 216, *223*, 226, *227*, 231, *236*, 248, 391, 444, 454, 522, 523, 530, *530*, 532, *532*, 535, 537, 538, 539, 541, 542, *542*, 543, 544, *551*, 552, *554*, 555, 558, 568, 569, 571, 572, 589, 591, 595, 598, *600*, 614, 615, 616, 622, *622*, 623, *626*, *636*, *650*, 652, *660*, *664*, *666*, 667, *668*, *675*, 676, *683*, 686, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 707, 709, 710.
EMPOLI, GIOVANNI DA — *14*.
ENCINA, FRANCISCO — *396*.
ENCINAS, DIEGO DE — *651*.
ENRIQUEZ, FRADIQUE — 661.
*enxofre* — 70.
*equador/ecuador* — 7, *19*, *20*, *29*, 51, 53, 54, 59, 60, 88, 366, 445, 523, 596.
*equinocial (linha/línea)* — 144, 162, 168, 175, 178, *184*, 223, 224, 349, 352, 357, 363, 366, *367*, *647*, *649*, *656*, *669*.
ERASMO — *482*, 483, *490*.
Ermoso (r.) — 368.
ESCANDELL — 386.
ESCOBAR, ANTONIO DE — 280, 313, 419.
Escocia — 585.
Escondido (r.) — 368.
*escorbuto* — 443.
*escravos/esclavos* — 94, 95, 96, 97, 254, 255, 599, *599*, 616, 655.
*Esmeraldo de situ orbis* — 150.
Espanha/España — XV, XX, XXI, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 39, 58, 61, 63, 138, 139, 140, 143, 145, 170, 178, 186, 187, 188, *188*, 189, 193, 197, 198, 200, *205*, 206, *215*, 221, 229, 233, *236*, 262, 267, 287, 315, 317, 321, 323, 324, 328, 334, 337, 363, *363*, 400, 413, 414, 415, 416, 417, 425, 432, 459, 463, 465, 473, 474, 476, 479, 480, 481, 506, 522, 524, *529*, 530, 549, *551*, 552, *552*, 554, *554*, 557, 561, 562, 564, 584, *590*, 592, 598, 618, 622, 657.
ESPANHA *(Reyes Católicos)* — *5*, 7, 8, *8*, 9, 10, 13, *21*, 24, 25, 100, 138, 139, *187*, 200, 206, 207, 218, 222, *234*, *341*, 532, *532*, 631, *632*, 633, *641*, 661, *668*.
*espanhóis/españoles* — XVI, *4*, *5*, 22, 23, 57, 58, 63, 65, 110, *113*, 117, 127, 146, 148, 181, *191*, 192, 193, 215, 241, 248, 253, 256, *263*, *267*, 276, 281, 339, 345, 385, 406, 408, 409, 415, 473, 477, 480, 489, 506, 521, 593, 604, 608, 619, 621, 622, 623, 625.
Especeria, Especia(e)ria(s) (ilhas/islas) — XVI, 4, 11, 12, 13, *13*, 18, *18*, *20*, 21, *21*, 22, 23, 25, *25*, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 143, 144, 170, 173, 178, 183, 186, 189, 190, 193, 200, 204, 209, 212, *223*, 224, 225, 229, 233, *233*, 267, 276, 345, *401*, 402, 421, 445, 470, *582*, 583, *587*, 588, 589, 590, 591, *593*, 594, *595*, 598, 599, 616, 617, 629, 631, 632, 633, 635, 636, 637, 642, 645, 646, 647, *647*, 650, *651*, 652, *652*, 653, 657, 658, 659, 667, *670*, 672, *676*, 677, 679, 681, 682, 683, 686.
*especia(e)ria(s)* — XVII, XXIII, XXIV, 17, 25, 42, 46, 51, 52, 57, 77, 81, *84*, 88, 95, 97, 100, *183*, 187, 193, 222, 228, *232*, 233, *235*, 239, 251, 258, 260, 271, 441, 473, 503, 531, 537, 538, 581, 582, *584*, 585, 586, 587, 589, 591, 598, 626, 627, 631, 633, *637*, 643, *648*, *649*, *650*, *653*, 657, *658*, 659, 679, 683, 697, 708.
*especias* — 11, 16, 193, 223, 252, 416, *560*, 582, 599.
Especias (islas, tierras) — 11, *13*, 14, 15, 16, 18, 21, 25, 196, *225*, 252.
ESPINOSA, ALONSO DE — 604.
ESPINOSA, FRANCISCO DE — 280, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 419, 421.
ESPINOSA, RODRIGO DE — *448*.
Espírito Santo (baía) — 365.
Esprito Santo (rio) — 368.

*estados muçulmanos* — 38.
*esteiras* — 73.
ESTELLA, DIEGO DE — 604, 606.
*Estocolmo* — 116.
ESTRADA, RAFAEL — *325*, *341*.
*estreito/estrecho (na América: Norte ou Sul; de Magalhães)* — 7, 10, 11, 13, 15, 16, *160*, 165, 167, 168, 169, 192, 193, 194, 195, *195*, 198, 199, 200, *203*, 209, 223, *223*, 224, 229, 232, *232*, 233, 267, *267*, 345, 346, 351, *408*, 427, 431, 437, 438, *438*, 439, *439*, 440, 441, 442, *444*, 462, 515, 519, 521, 522, 523, 524, 525, 582, 584, 594, 596, 631, 633, 635, 636, 640, 641, 647, *647*, 656, *656*, 677, *677*, *679*.
*estrellas erráticas* — *657*, *669*.
*estrellas fixas* — *671*.
Estremo (g°) — 371.
Estremoz — 569.
ESTURIANO, GUTIERRE — 280, 308.
ESTURIANO, TORIV(B)IO — 301, 302.
EUGÉNIO IV (Papa) — 486.
Europa — 33, 35, 48, 100, 109, 110, 127, 138, 163, *181*, 192, 196, 402, 535, 536, 581, 582, 583, *591*, 597, 600, 639.
*europeos* — 281, 406.
*Evangelho* — 88.
*evangelização/evangelización* — XXI, 247, 248, 249, 255, 406, 408, 417, 425, 463, 619, 694, 695, 696, 703, 707, 710.
Evora — *556*, *559*, *560*, *561*, 574, 575, 712.
*expansión portuguesa* — XIX, 4, 10, 12, 77, 633, *636*, 640, 652.
Extremo Oriente — XVIII, 6, *9*, 11, 14, 16, *18*, 23, 31, 35, 36, 48, 52, 54, 77, 143, 148, 153, 167, 183, *189*, 320, 406, 461, 532.
EZQUERRA ABADIA, RAMÓN — XIV, 1, *12*, *191*, *231*, *635*.

F

FABRE, J. — 172.
FABRI(O), IACOMO (IACOPO) — 510, 511.
FALCÃO, MANUEL — 81, 538.
FALEIRO, FRANCISCO — XX, XXI, 155, 197, 211, *211*, 213, *213*, 214, 215, 216, 217, 219, 274, 282, 287, 292, 293, 294, 315, 317, 323, 324, *324*, 325, 326, *326*, 327, *327*, 328, 329, 330, 332, *332*, 333, 334, 335, *335*, 336, 337, 338, 339, *340*, *341*.
FALEI(Y)RO (FALERO), RUY — XVIII, XX, 17, *17*, 18, 57, 154, *154*, 155, *155*, 160, 161, 164, 165, 181, 196, 197, *198*, 201, *201*, 202, *202*, 203, *203*, 204, *204*, *206*, 207, *207*, 208, *208*, 209, 210, *210*, 211, *211*, 212, 213, *213*, 214, 215, 216, 217, *217*, 219, *219*, 220, 221, 222, 223, 224, 227, *227*, 228, 230, 231, 234, *234*, 235, 268, 269, 270, 272, *272*, 273, 274, *276*, 282, 287, 292, 293, 315, 317, *317*, 318, 319, 321, 323, 324, 327, 329, 330, 332, 335, 338, 339, 458, 460, *460*, 462, 532, 584, *588*, 592, 598, *647*, 648, *648*, *649*, *651*, *652*, 653, *653*.
FALEIRO, RUY *(Regimento de)* — 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 329, 335, *341*.
FANTONI, JACOME — 608.
FARIA, FRANCISCO DE — *40*.
FARIA, FRANCISCO LEITE DE — XXII, 471, *490*.
FARIA, JOÃO (DE) — 539, 540, 561, *561*, 562, *562*, 572, 573, 574, *674*, *675*.
FARIA, PÊRO DE — *42*, 46.
FARIA E SOUSA, MANUEL DE — *39*.
FARO, ESTÊVÃO DE — 715, 716.
Fayal (isla) — 358.
FEBVRE, LUCIEN — *205*.
Fegues (cabo de las) — 370.
FEIJÓ, RUI GRAÇA — XXIII, 527.
FELIPE (DOM), o Fermoso — 635, *639*.
FELIPE I — *634*, *635*, 695.
FELIPE II — 58, *104*, 621, 695.
FELNER, RODRIGO JOSÉ DE LIMA — *35*, *39*, *42*, *44*.
Fe(o)rmoso (cabo) — 168, 169, 365, 370, *656*.
Fermoso (golfo) — 370, 375.
Fermoso (r.) — 368.
FERNANDES, AFONSO — 543.
FERNANDES, DUARTE — 77, 694.
FERNANDES, MANUEL — 118, *127*.
FERNANDES(Z), PÊRO — 56, 79, 81, 537, 538.
FERNANDES, SIMÃO — 541.
FERNÁNDEZ, ALONSO — 620.
FERNÁNDEZ, DIEGO — 278, 309.
FERNÁNDEZ, JUAN — 525, 558.
FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, MANUEL — *181*, 215, *215*, 270.



FERNÁNDEZ COSGAYA, LORENZO — *398*.
FERNÁNDEZ DE ENCISO, MARTÍN — XVIII, *18*, 145, *145*, 146, 147, 148, 175, 176, *190*, 323, 326, *326*, 327, *327*, 328, 330, *340*, 364, *364*, 533, 534.
FERNÁNDEZ DURO, CESÁREO — *110*, *111*, *114*, *115*, 116, *116*, *117*, *123*, *127*, 319, *319*, *331*, 346, *590*.
FERNÁNDEZ NAVARRETE, DOMINGO — 401.
FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, EUSTAQUIO — *24*, 319, *320*, *341*.
FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, MARTÍN — *4*, *7*, *16*, *17*, *18*, *19*, *23*, *139*, *143*, *144*, *147*, 148, *148*, *155*, *157*, *160*, *162*, 166, *166*, 167, *167*, *168*, *169*, 170, *182*, *184*, *188*, *189*, *190*, *193*, 196, *196*, *197*, *198*, *199*, *202*, *204*, *205*, *223*, *227*, *231*, *236*, *237*, *238*, *263*, 267, 268, *268*, *269*, 285, 319, *324*, *326*, *341*, 345, *363*, *365*, *384*, *389*, 390, 413, 414, 423, 437, 441, *441*, *442*, *444*, *446*, *447*, *449*, *454*, *458*, *461*, 503, 504, 505, *553*, *561*, *563*, *582*, *584*, *585*, *588*, *590*, *591*, *592*, *593*, *596*, 613, 614, 616, *618*, *621*, *625*, *632*, *636*, *637*, *647*, *648*, *649*, *650*, *651*, *652*, *653*, *654*, *656*, *658*, *659*, *661* *664*, *665*, *667*, *668*, *669*, *670*, *671*, *672*, *673*, *677*, *678*, *679*, *685*, *687*.
FERNÁNDEZ DE QUIRÓS, PEDRO — *642*.
FERNÁNDEZ DE OVIEDO, GONZALO XXII, *146*, 147, *147*, 157, *182*, *207*, *236*, 237, *237*, 238, *238*, 239, 240, *240*, 241, *241*, 393, 401, *402*, 414, 419, 427, 475, *475*, 646, *647*, *649*, *655*, *681*, *687*.
Fernandina (isla) — 256, 270.
FERNANDO (DOM), o Católico — XXIV, 4, 5, *9*, 11, 13, *13*, 14, 15, 16, 17, 143, 144, 145, 184, 190, 191, *191*, 194, 198, 199, 206, 234, 246, 449, 522, 632, 633, 634, *634*, 636, 637, *637*, 638, *638*, 639, *639*, 641, *641*, 642, 643, 644, 646, 655.
FERNANDO (DOM) (Infante) — 215.
FERNANDO (Rei de Subo) — 463.
FERREIRA, GASPAR — *105*.
FERRER, JAIME (JAUME) — 7, 9, 12, 139, *185*, 632, *632*, *641*.
*ferro* — 71, 98.
Fez — 558, *639*.
*Fibonnaci (progressão de)* — 121.
Fidore — 353.
FIGUEIREDO, MANUEL DE — 103, 104, 105.
Figueras (Higueras) (golfo, puerto) — 146, *146*, 147, 148, 175, *190*.
FILGUEIRAS, O. LIXA — *115*, *119*, *127*.
FILIPINAS (FELIPINAS) — XXI, XXII, XXIII, *6*, *12*, *19*, 22, 39, 60, 61, *64*, 82, *139*, 168, 171, 172, 173, *187*, *263*, 267, *267*, 287, *317*, 325, *340*, 347, 348, 382, *382*, 385, *385*, 386, *387*, 388, *388*, *395*, *402*, 405, *405*, 408, 423, 425, 430, 432, 433, *441*, *443*, *444*, 447, *447*, 448, *448*, 449, 463, 504, 523, 524, 582, *587*, 597, 615, 621, *621*, 622, 623, 624, *625*, 700, 701, 705.
*filipinos* — 389.
Finor — 356.
FLAMENCO, ANTÓN(IO) — 302, 311.
FLAMENCO, JUAN — 312.
*flamencos* — 215, 217, 218, 220, 281, 587, 593, 605, 654.
*Flora de Filipinas* (de M. BLANCO) — *395*, *398*, 399.
Fland(r)es — 98, 100, 188, *188*, 206, *208*, 215, 270, 482, *555*, 581, 585, 591, *659*.
Florença — 61, 62, 141.
Flores (cabo) — 58.
Flores (ilha) — 32, 358, 521.
Florida — 221, 231, 232, 345, 368, 441, 680, *680*.
Floryda (trã) — 368.
Fogo/Fuego (ilha/isla) — 67, 148, 150, 175, 533.
FOIX, GERMANA DE — *215*.
*fólio indo* — 73.
FONSECA (Bispo/Obispo) — XXIV, 14, 15, 181, 199, *199*, 200, 216, 222, 223, 227, 232, 233, 234, 246, 260, 261, 269, 634, *634*, 636, 637, 638, 640, *641*, 643, 644, 645, 646, 649, *649*, 650, *650*, 651, 652, 653, 654, 678, 682, *682*.
FONSECA, QUIRINO DA — *110*.
FORCADEL, PEDRO — 606.
FORD, J. D. M. — *558*.
FORTE, NICULOSO — 607.
Fortunadas (islas) — 173.
Frade (pico) — 365.
França/Francia — 172, 230, 476, 491, 506, *554*, 556, 558, 569, 570, 585, 655.
FRANCÉS, JUAN — 300, 304, 305.
FRANCÉS, MALO — 297, 307.
*franceses* — XX, 276, 277, 281, 569, *684*.
FRANCIA, JUAN DE — 302, 309.

FRANCISCO I — 60, *182*, 463, 480, 487, 506, 661, 674, 683.
FRANZÉN, A. — *116*, *127*.
FREDERICO (Príncipe) — 479.
FREIRE, A. BRAAMCAMP — *47*, 95, *100*, 101.
FREIRE, JOÃO — 79.
FREITAS, ANTÓNIO DE — 714.
FREITAS, GONÇALLO DE — 715.
FREITAS, JORDÃO (JORDAN) DE — XVII, 38, 89, 623, 624, *624*, 713, 714.
FREITAS, VASCO DE — 38.
Frigido (cavo) — 364, 375.
Frio (c.) — XXI, 364, 365, 371, 373, 376, 377, 523, *648*.
Frjo (c.ª) — 371.
FROES, LUIS — 299, 300, 302, 304, 305.
FROIS, ESTÊVÃO — *584*.
Frolles (cabo) — 58.
FUCAZ, ANTONIO — *582*, *586*, 589, *589*, 594, 595, *595*, 598, 683, *683*.
FUCAR, JÁCOME — 604.
FÜG(G)ER — *192*, 194, *584*, 589, 591, *591*, 594, 599.
FUNCHAL, JUAN DE — 300, 301.
FURLONG, GUILLERMO — 192, *192*, 193, *193*, *199*.
Furna — 368, 369.

G

Gada (isla) — 347, 352, 383.
Gadálcano — 279.
Gado (rio del) — 371.
GAGO, RUI — *40*, *44*, 45, 531.
*galeão* — XVIII, 110, *111*, 117, *117*, 118, 120, 133, 701, 702, 705, 707, 708, 710, 712, 716.
*galeón(es)* — XVIII, 110, 113, 117, *117*, 448, *448*, 596, 617.
Galiza/Galicia — *561*, 603, 605, 610, *658*, *684*.
Galle (ponta da) — 708.
*galle(s)* — 707.
GALLEGO, ANTONIO — 419.
GALLEGO, DIEGO — 281, 310, 420.
GALLEGO, JUAN — 277, 281, 283, 297, 300, 308, 309.
GALLEGO, PEDRO — 299, 300, 304, 305.
GALLEGO, RODRIGO — 281, 310.
GALLEGO, VASCO — 283, *283*, 295.
GALLEZ, PABLO P. — *225*.
GALLOIS, L. — *482*.
*gallyotas* — 707, 708, 712.
GALVÃO/GALVÁN, ANTONIO — XVII, XXII, *31*, 476, *476*, *603*, 614, *622*, *625*.
GALVIN, JOHN — 469.
GAMA, FRANCISCO DA — 703.
GAMA, VASCO DA — *6*, 7, 10, 51, 53, 56, *57*, 86, 109, *128*, 461, 675, *675*.
GAMA, VASCO DA (*arribada, viagem*) — XV, XVII, 7, 10, 95, 109, 110, 116, 117, 126, 127, 187, 322, 323, 337, 461, 648.
GAMARRA, PABLO DE — 605.
GANDIA, ENRIQUE DE — *191*, 195.
Ganges — XVIII, 7, 18, *18*, 23, *23*, 63, 146, 175, 176, 533, 534.
Gante — 207, 635.
Gaos (ilhas) — 19.
GÁRATE, MARTÍN DE — 279, 310.
Garay (r.) — 368.
GARAY, FRANCISCO DE — *680*.
GARCÍA, BARTOLOMÉ — 278, 311.
GARCÍA, CRISTÓBAL — 278, 309.
GARCÍA, DIEGO — 681.
GARCÍA, JERÓNIMO — 279, 312.
GARCÍA, JUAN — 278, 311.
GARCÍA, MARTIN — 297.
GARCÍA, PEDRO — 280, 314.
GARCÍA, SEBASTIÁN — *278*, 311.
GARCÍA, VASCO — 604, 605.
GARCÍA DE DIEGO, VICENTE — *401*.
GARCÍA DE LERMA — *681*.
GARCÍA DE LOYASA, JOFRE — 438, *438*, 441, 524, *581*, 588, 593, 594, 595, 598, 599, *599*, 604, *604*, 605, 616, 622, *650*, *658*, 661, 673, *673*, 676, 677, 681, 682, *683*.
GARCÍA DE MOGUER, DIEGO — *581*, 593, 595, 598, 610.
GARCÍA DE PADILLA — 218.
GARCÍA DE TRIGUEROS, DIEGO — *278*, 311.
GARCÍA DE TRIGUEROS, PEDRO — 312.
GARCÍA FRANCO, SALVADOR — *331*, *340*.
GARCÍA GALLO, ALFONSO — *3*, *4*, *5*, *5*, *6*, 9, *10*, *187*.
GARCÍA GERMEÑO, ANTONIO — 607.
GARCÍA TOR(R)EÑO, NUNO — XXIII, *20*, 63, 522, 524.
GARCÍA-VALLADOLID, CASIMIRO — *214*, *237*.
GARLINDEZ DE CARVAJAL, LORENZO — 676.



GARRO, MIGUEL DE — 297, 298.
GASPAR — 298.
GASTÓN, PEDRO — 311.
Gatigaran — *18*, 148, 175, 176.
GAT(T)INARA, MERCURINO DE — 221, 659, *674*, 676.
*gatos-de-algália* — 94.
Gauaa (ilha) — 53, *53*.
*Gavetas da Torre do Tombo, As* — *40*, *41*, *42*, *44*, *45*, *46*, *79*, *80*, *81*, *88*, *455*, *460*, *529*, *530*, *531*, *532*, *533*, *535*, *536*, *537*, *539*, *540*, *541*, *542*, *543*, *544*, *550*, *552*, *553*, *554*, *555*, *558*, *560*, *561*, *563*, *564*, *565*, *575*, 614, *622*.
GAVIRA MARTÍN, JOSÉ — *327*, *340*.
Geilolo — *29*, 30, 37, 39, *78*.
Gelolo — 63.
Gelves — 279.
*gengibre* — 53.
Genova — 581, 594.
GENOVÉS, BALTASAR — 275.
GENOVÉS, BAUTISTA — 308.
GENOVÉS, JUAN — 308.
*genoveses* — 276, 281, 587, 593, 607, 609.
Gentiloma — 369.
*gentios* — 32, 34, 36, 66, 69, 70, 72, 73, 74, 83, 84, 88, 262, 387, 406.
*Geografia* (de PTOLOMEU) — 137, 144, 145, 534, *535*, 671.
Geram — *78*.
GERMANICUS, HENRICUS MARTELLUS — *225*.
GERNEZ, D. — *331*, *340*.
GESIO, JOÃO BAPTISTA — 65.
GIBERTI, JOÃO MATEUS — 481, 491.
Gibraltar — 194.
*gigantes* — 512.
Gilolo — XVI, *20*, *21*, 61, 63, *78*, 524, 614, 615, 622, 623, 624, *624*, *626*.
GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, MANUEL — *3*, 4, *4*, 5, *5*, 199, *208*, *217*, 220, *220*, *221*, 222, *228*, 644, *644*, *683*.
GINOVÉS, BALTASAR — 311.
GINOVÉS, BENITO — 310.
GINOVÉS, DOMINGO — 306, 307.
GINOVÉS, JUAN — 277, 308, *312*.
GINOVÉS, MARTÍN — 308.
Giordam (rio) — 371.
*girofle* — 680.
GISBERT, MATEO — *395*.
GIUNTI, LUCAS ANTONIO — 501, 502.
*globos*:
*Ingolstadt* — 11;
*Lenox* — 11;
*Schöner* — 11;
*Verde* — 11;
*Waldseemüller* — 11, 64, 523.
Goa — 39, *42*, *44*, 45, 46, *46*, 78, 625, 692, 693, 697, 700, 702, 704, 707, 708, 711, 715.
GOA (Arcebispo de) — 706, 710.
GOALORO, ANTÓN DE — 308.
Gocia — 176.
GODINHO, VITORINO DE MAGALHÃES — *590*, *630*.
GOES, LUIS ALONSO DE — 278.
GOIS, DAMIÃO DE — XXII, *57*, *98*, 454, *454*, 456, *456*, 457, 458, *458*, 476, *476*, 500, *555*.
Golfo Pérsico — 35.
*golfo ptolomaico* — 63.
GÓMARA, FRANCISCO LÓPEZ DE — (*Vd.* LÓPEZ DE GÓMARA, FRANCISCO).
GOMES, ESTÊVÃO/GÓMEZ, ESTEBAN — XXII, 199, 202, 220, 277, 283, 295, 297, 298, 301, 345, 346, *365*, 440, 441, *441*, 442, *442*, 449, 540, 561, 562, 572, 573, 574, *581*, 593, 595, 598, 603, *603*, 677, *677*.
GOMES, FERNÃO — 94.
GOMEZ, ANTONIO — 715.
GÓMEZ, JUAN — 277, 283, 297, 298, 300, 312.
GOMEZ, PEDRO (PÊRO) — 313, 419.
GOMEZ (GOMES) DE ESPINOSA, GONZALO (GONÇALO) — 151, 275, *275*, 276, 280, 313, 461.
GOMEZ DE ESPINOSA, JUAN — 280, 313, 413.
GOMEZ GALLEGO, VASCO — 281, 308.
GONÇALVES, BARTOLOMEU — *80*, *81*, 85, *88*, 536.
GONÇALVES, DOMINGOS — 81, 537.
GONÇALVES, JÚLIO — 335, *335*, *340*.
GONZAGA, FREDERICO — 506.
GONZÁLEZ, ALONSO — 305, 310.
GONZÁLEZ, ESMERALDA — *212*.
GONZÁLEZ (DE) (D')AVILA, GIL — 221, *222*, 233, *233*, 235, *236*, 271, *581*, 593, 595, 596, 598, 603, 645, 649, *649*.
GONZÁLEZ GONZÁLEZ, ALFONSO — XXI, 435.
GONZÁLEZ DE SANTIAGO, DIEGO — 269.
Goram — 69.

Gordo (c.) — 369.
*Gores* — 82.
GORFO, MATEO DE — 310.
Gotosi (c. de) — 370.
GOTTMAN, JEAN — *438*.
GOYTISOLO, MARTIN DE — 279, 309.
GRAJEDA, ANTÓN DE — 607.
Granada — 181, *678*.
GRANOLLACHS — 163.
*Grão-Mogol* — 45.
*Grão-Turco* — *38*.
Grecia — 240.
Greenwich (meridiano) — 153, 162, 168, 169, 170, 171.
GREGÓRIO XIII (Papa) — 486.
GRIEGO, FELIPE — 300, 302, 304, 305, 307.
GRIEGO, JUAN — 310.
*griegos* — 276, 281.
GRIJALVA, HERNANDO DE — *596*.
GRIJALVA, JUAN DE — 147, 367.
GRIJOL, JUAN DE — 308.
GRI(Y)NAEUS, SIMÃO — 501, 512.
grisalua (rio) — 369.
Grisse — 55.
grjgalua (r.) — 369.
Groenlandia — 10.
GROUSSAC — 151, 162, 163, *163*, 164, 166, *166*, 167, *167*.
Guadalajara — 280.
Guadalquivir — 250, 277, 280, *312*, 473, 586, 696.
Guadiana — 65.
Guajan (isla) — 352.
GUALTEROTI, ALBERTO — 608.
Guanabara — 363, 364, 377.
Guardafune (cabo) — 188.
Guatemala — XXIV, 140, *596*, 616, 617, 618.
GUEDES, MAX JUSTO — XIV, XXI, XXII, 361, *363*, *377*, 467.
GUERRA, CRISTOBAL — *186*.
Guetaria — 280.
Gui(y)ana(s) — 142, *445*.
*Guia Náutico (de Évora)* — *326*, 327, 328, *328*, *339*.
*Guia Náutico (de Munique)* — 326, *326*, 327, 328, *328*, 339.
GUILLÉN, FELIPE — 165, 336.
GUILLÉN, JULIO F. — *19*, *21*, *144*, *331*, *332*, *340*.
GUILLÉN Y TATO — 110.
Guiné — XXV, 95, 97, 99, 321.
Guinea — 7, 10, 177, *188*, *584*, *599*.
Guipuzcoa — 280.
Gule Gule (Gullegulle) — 58, 69.
Guli-Guli — 55.
GUTIÉRREZ, ALONSO (ALFONSO) — 272, 304.
GUTIÉRREZ, DIEGO — 325, *331*, 332, *332*, 333, 334, 336, *682*.
GUTIÉRREZ, SANCHO — 325, 331, 332.
Guzerate/Guzerate — 35, 68.
*guzerates* — 35, 45.
GUZMÁN, GONZALO DE — 221.

H

HABSBURGOS — 479, 498.
HAEBLER — 194.
HALL, D. G. E. — *30*.
HALLEY — 339.
Halmahera — *29*, 30, 61.
HARING — *651*.
HARO, ANDRÉS DE — *196*.
HARO, CRISTÓBAL DE — XIX, XX, XXIII, XXIV, 14, *151*, 188, *188*, 192, 193, 194, 195, *195*, *196*, 197, 203, 207, 209, 228, 229, 230, 236, *236*, 239, 240, 268, 271, 272, 285, 286, 479, 480, 584, *584*, *586*, 587, *588*, 589, *589*, 592, 593, 594, 598, 599, *599*, *600*, 603, 604, *604*, 610, 650, *650*, 651, *654*, 658, *658*, *659*, *673*, *674*, 681, *683*.
HARO, DIEGO DE — *188*, 203, 479, *584*, *591*, 605.
HARO, NICOLAS DE — *188*.
HARRISSE, HENRY — *139*, *182*, 366, *366*, 373, *474*, 486, *486*, *488*, 489, *489*, *490*, *492*, 493, *493*, *496*, 500, *500*, *510*, 511, *511*.
*hemisfério espanhol* — XV, XVIII, XXIII, 12, *12*, 13, 17, 18, *18*, 19, *19*, *21*, 25, 35, 57, 59, 63, 151, 154, 167, 170, 176, 178, 189, 190, 195, 196, 198, 200, 228, 230, 317, 318, 432, 456, 473, 521, 522, 532, 533, 534, 535, *535*, 536, *540*, 563, 582, 615, 632, 636, *636*, 646, 667, 668.
*hemisferio meridional* — 6, 7, 193.
*hemisfério oriental* — 52, *198*.
*hemisfério português* — XVI, XIX, 13, *13*, 17, 18, 22, 51, 57, 59, 61, 62, 64, 151, 161, 167, 169, 170, 173, 177, 190, 193, 196, 197, 229, 231, 269, 318, 460, 531, *532*, 533, 534, *535*, *561*, 564, 582, 614, 615, 641, 652, 666, 667, *670*, 685.
*hemisferios coloniales* — 3, 6, *12*, 138.
HENRIQUE (DOM) (Infante) — 94, *329*, *341*.
HENRIQUE VIII — *555*.
HENRIQUES, GARCIA — 461.
*herejes* — 248.
HERNÁNDEZ, ALONSO — 278, 311.
HERNÁNDEZ, ALVARO — 277, 310.
HERNÁNDEZ, ANTONIO — 278, 279, 313, 314, *590*.
HERNÁNDEZ, GÓMEZ — *278*, 311.
HERNÁNDEZ, GONZALO — 278, 279, 314.
HERNÁNDEZ, PEDRO — 280, 297, 298, 300, 309.
HERNÁNDEZ COLMENERO, ANTONIO (ANTÓN) — 276, *278*, 308.
HERNÁNDEZ DE CÓRDOBA, FRANCISCO — 147.
HERÓDOTO — 489.
Herradón de Pinares (puerto) — 208, 214, 268.
HERRERA, ANTONIO DE — *20*, 157, 159, *159*, *160*, 164, *164*, 165, *165*, 166, 199, 200, *200*, 201, *201*, *233*, 237, *237*, *238*, 239, *239*, *240*, 318, *318*, *340*, 363, *363*, 376, *376*, 427, 428, 430, *437*, *438*, 440, *440*, *441*, 442, *442*, *443*, *587*, 614, *617*, *618*, *621*, *635*, 640, *640*, *660*, *666*, *673*, *676*, *677*, *678*, *679*, *680*, *681*, 686, *686*.
HERVÁGIO (HERVAGIUS), JOÃO — 481, 498, 501.
Hibuson (isla) — 383.
HIDALGO NIETO, MANUEL — *184*, *205*, 691, *691*, 692, *692*.
Hierro — 141, 144.
HIPARCO — 137.
Hispanoamérica — *235*, *596*.
*História das Molucas* — *31*, *32*, 33, *33*, *45*.
*Historia de (las) Indias* (de GÓMARA) — XXII, 427, 428, 474, *475*.
*Historia do Descobrimento e Conquista da India (...)* (de FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA) — *35*, *36*, *37*, *78*, *113*, *127*, *155*, *161*, *318*, *456*, 475, *475*, *537*.
*Historia General de las Islas Occidentales (...)* (de AGANDURU MORIZ) — 430.
*Historia general de los hechos de los castellanos (...)* (de ANTONIO DE HERRERA) — *159*, *160*, 164, *165*, *200*, *318*, *363*, 376, *376*, 428, *437*, *438*, 440, *440*, *441*, *442*, *443*, *587*.
*Historia General y Natural de las Indias* (de GONZALO FERNÁNDEZ DE OVIEDO) — *146*, *147*, *157*, *182*, *207*, *236*, *237*, 238, *238*, 240, *240*, 241, *241*, 401, *402*, 414, 415, 419, 475, *475*, 646, *647*, *649*, *655*, *681*, *687*.
Hito — 38.
HOGES, FRANCISCO DE — 604, 606.
HOJEDA, DIOGO DE — 645.
*holandeses* — 30, 39, *39*, 706, 707, 708, 709, 710, 713, 714.
HOMEM, LOPO — 20, 60, 226, *226*, *227*, *560*.
HOMEM, PEDRO — 226, *226*.
Homonhon (isla) — 383.
Honduras — 146, *146*, 147, 345.
Hornos (cabo) — *438*.
HORTIZ DE GOPEGUY, JUAN — 279.
Huelva — 277, 279.
Huesca — 281.
HUMBOLDT, ALEJANDRO DE — 165, 166, *192*, 194, 338.
Humunu (isla) — 347, 383.
Hungria — *181*, 479, 591.
HURTADO, LOPE — 558-559, *559*, 683, *683*, 684, *684*.
HURTADO DE MENDONZA, DIEGO — *596*.
HURUS, PAULO — 144.
*Hyphegesis* — 137.

I

Iaceo (rio de) — 375.
IBÁÑEZ CERDÁ, JOSÉ — XXI, *18*, *190*, *326*, *340*, 411.
IBAÑEZ DEL CARMEN, ANICETO — 399, *399*.
Iberoamerica — 600.
Iberoasia — 582, 600.
IBRAIM PAXÁ — 508.
ICAZA, DOMINGO DE — 279.
*Idade Média* — 29, 30, 31, *331*, *340*, *591*.
*Iglesia* — 6.
Igueras (punta) — 370.
*ilayas* — 383, 387.
Iluna (bahia) — 354.
*incenso* — 53.
INDIA (*e rota da India*) — XIX, 4, 5, 6, 7, 8, 9, *9*, 10, 11, 12, 23, *23*, 24, 25, 34,

35, *35*, *36*, *38*, *39*, 43, 44, 46, *46*, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 56, 65, 66, *66*, 77, 79, 85, 86, 87, 93, 95, 97, 99, 127, 143, 172, 184, 185, 186, 187, 189, 191, *195*, 223, 226, 229, 238, 321, 339, 392, 422, 456, 461, 521, 522, *560*, *561*, 565, 569, 574, *584*, 623, 624, 625, *668*, 693, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 705, 706, 707, 708, 709, 712, 714, 715, 716.
India gangética — 521.
*indianos* — 221, *221*, 235, 414.
India Oriental — XV, 700.
India Portuguesa:
território(s) — *35*, *39*, *46*, 422, 704, 705, 712, 713, 714;
Viso(s) Rey(s) — 696, 698, 699, 701, 703, 704, 705, 706, 707, 709, 711, 712, 713, 714, 716;
Governadores — 713, 714.
Indias — *3*, 4, 5, 7, 11, *11*, *13*, 14, 97, 103, 140, 175, *187*, 195, 220, 221, 223, 234, *234*, 247, 248, 250, *263*, 270, 326, 332, 333, 390, 400, 464, 583, 585, 594, 596, 598, 599, 616, 630, 631, 632, 633, 634, *634*, 635, *635*, *636*, 637, 640, 642, 644, 646, 647, *650*, 654, *668*, 672, 677, 680, 681, *683*.
*Indias (controversia de)* — 643, 644, 654, 655.
Indias de Castilla — 640.
Indias de Poniente — *3*, *185*.
Indias Occidentales — 11, 140, 175, 333, 597, 629, 676, 700.
Indias Orientales — 3-4, 5, 6, 7, 11, 13, 615, 629, 665, 700.
Indico — XV, XX, 31, 52, 53, 127, *187*, 224, *225*, 337, 581, *591*, 635, 639, 640, 693.
*indigenas* — XX, 248, 249, 255, 262, 382, 388, 389, 390, 406, 407, 408, 443, 524, 619, 621, 622, 642, 643, *647*.
*indios* — *231*, 238, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 261, 346, 385, 389, 399, *401*, *402*, 406, 415, 431, 617, 619, 624, 643, *643*, 644, 680.
Indonesia — 22, 77, 88, 399, 668, 693.
Indonésio (Arquipélago) — 53.
*indonesios* — XXI, 382, 386, 388.
*Ineffabilis (bula)* — *6*.
INFANTADO (Duque del) — *217*.
*Informação das Coisas da India* — *46*, 48.
Inglaterra — 481, 554, *555*, 569, 585, 640, *640*, *645*, 710.
INGLÉS, JORGE — 300, 302.
*ingleses* — 39, 109, *113*, 281, 348, 593, 608, 609.
INGOLD — 594.
INSAURRAGA, MARTIN — 279.
Insulae Satyrorum — XVI, *13*, 51, 52.
Insulindia — XV, XVI, 11, 29, 30, 31, 32, 35, 36, *36*, 38, 39, 47, 48, 59, 62, 64, 66, 321, 641, 693, 694.
*Inter caetera II (bula)* — 3, 4, 5, 9, 100, 184, 185, 196, *632*.
Ior (rio) — 375.
Iordam (rio) — 375.
IRIA, ALBERTO — XXIV, 689.
IRÚN IRANZO(A), JUANES DE — 280, 309.
IRUÑA, LORENZO DE — 280.
ISABEL (Dona) (a Católica) — 187, 206, 234, 246, 633.
ISABEL (Dona) (de Este) — 481.
ISABEL (Dona) (Infanta) — 551, *552*, 554, 660, 661, *661*, *663*, 674, 675, *675*.
Isabela (isla) — 523.
Isla de las Perlas — *581*, *636*.
*islamização* — XV, 31, 32, 33, 83, 84, 88, 443.
Islanda — 176.
ISLARES, MARTIN DE — 617, 618, 620, 623.
*Islario General de todas las islas del Mundo* — 164, 173, *173*.
Islas del mar Oceano — *668*.
Islas del Poniente — *448*, 592, 613, 617, 619.
Islas Orientales — 631.
Islão (Islam) — XV, 31, 32, 33, 262, 407.
ISLE-ADAM, FELIPE VILLIERS — 172, 182, *182*, 506, 511.
Istambul — 60.
Italia — 172, 377, 476, 506, 510, 581, *582*, 594, 666.
*italianos* — XX, 228, 277, 281, 594.
Itaqoai — 69.
Iucatan — 366.
IVAN — 298.
Ivcatana — 366.

J

JACOBS, HUBERT TH. M. — *31*.
JACQUES, Me. — 303, 304, 306, 307, 309.
Jajima (isla) — 354.
Jamaica — 140.
Jannairo — 370, 375.



Japará (reino) — 38.
Japão (Japan)/Japón — 22, 25, *31*, 46, 74, 447, 639, 648, 693, 707.
*japoneses* — 382, 406.
JASÓN — 240.
*jaus* — 31, 34, 38, 52, 67, 69, 70, 82, 708.
Java(s), ou Jauaa — XV, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 42, 46, 52, 53, *53*, 55, *55*, 64, 66, 68, 69, 73, *78*, *79*, 82, 84, 89, 148, 176, 223, 226, 320, 383, 402, *404*, 625, 693.
*javaneses* — 86, 89.
JAVIER HERNÁEZ, FRANCISCO — *6*, *187*.
JAVIER MONTALBÁN, FRANCISCO — 12, *12*, *187*.
Jelolo (Jeilolo) — 70, 74.
JEREZ, ESTEBAN DE — 277, 310.
Jerez de la Frontera — 277, 279, 284.
JERÓNIMO — 298, 300.
JOÃO II (DOM)/JUAN II (Rei) (de Portugal) — XVI, 9, *13*, 24, *25*, 51, 100, 222, 532, 564, 632, 633, *633*, *668*.
JOÃO III (DOM)/JUAN III (Rei) (de Portugal) — XXIII, 22, 25, *43*, *47*, 65, 172, 422, *454*, 460, 463, 464, 506, 527, 529, 530, 531, 532, *534*, 535, *535*, 536, 539, 540, 541, 542, *542*, 543, 544, 550, *550*, *551*, 552, *552*, 553, *553*, 554, *554*, 555, *555*, 556, *556*, 557, *558*, *559*, 560, *561*, *562*, 563, *563*, *564*, 565, 567, 568, 569, 571, 572, 574, 575, 576, 615, 660, *660*, 661, 662, *662*, 663, *663*, 664, *664*, 666, 674, *674*, 675, 676, 683, 684, *684*, 685, *685*, 686, 687, *687*, 691, 695.
Jocar — *18*.
Jocat — 175.
Joló — 382.
Jomonjol (isla) — 352.
JONG, M. DE — 425, 470.
Jordam (r.º) — 371, 375.
Jordan (R.º) — 376, 377.
JORGE, JUAN — 309.
JOSA PORQUERAS, MARIA JOSÉ — *235*.
JUAN, PETI — 313.
JUAN (DON) (Príncipe) — 8, *8*, 553.
JUANA (Dona) (Rainha) — 215, 217, 229, *460*, 633, *634*.
JUANMARTI, JACINTO — *387*, *394*, *395*, *407*.
JUANOT(E) — 297, 298, 301, 302, 304, 305, 307.
Jubagana, ou Juvagana — 383, 389, 415.
*judias* — 248, 407.
JUDICIBUS, MARTIN DE — 314, 415, 430.
*Juizo da India e Mina* — 99.
JULIO II (Papa) — 6, 12, 187.
Juncos, ou Jungos — 14, *14*, 31, 32, 38, 40, 41, 67, 68, 72, 79, 81, 144, 537, *537*, 538, 636, 708, 716.
JUNCO, JOHAN (DE) — 607, 609.
JUNOT, LUCAS RODRIGUES — *337*, *340*.
*Juntas das Fabricas da Ribeira de Lisboa* — 116, *116*.
*Juntas (Conferencias) de Badajoz-Elvas* — XV, XVI, XXIII, XXIV, 10, 18, 22, 23, *25*, 527, 529, 530, 531, 533, 534, *535*, 536, 539, 540, *540*, 541, 542, 543, 544, 545, *556*, 559, *560*, 561, *561*, 562, *563*, 564, *564*, 565, 568, 569, 572, 573, 575, *656*, 661, 663, 667, *668*, 671, 672, *673*, 696.
*Juntas de Toro* — 633.
*Júpiter (planeta)* — 158, 159, 160.
JUSARTE, ESTEVÃO — *584*.

K

Kalinga (reino) — *34*.
Kaióa — *78*.
Kav Friyo — 363.
Kediri (reino) — 30.
*Keling (palav. mal.)* — *34*.
Kissar (ilha) — *29*.
KLEIN, ERNEST — *401*.
Komba — 58.
KRETSCHMER, KONRAD — *11*.
KRONEMBERG, M. E. — *482*.

L

La Aguada (isla) — 347, 383, 386, 389, 390, 405.
La Cangleras — 368.
La Coruña — 281, 345, *581*, 583, 584, 585, 586, *587*, 591, 593, 594, *604*, 610, 658, *658*, 659, *673*, *677*, 681, *683*, *684*, 686.
La Española (isla) — 196, 221, *231*, 256, *631*, *636*, 642, *643*, *644*, *649*, 654.
LA FEITA, COSME DE — 708.
La Fuma — 368.

*La Mejorada (monasterio)* — 7, *8*.
La Palma (rio) — 368, 369.
La Rabida — *184*.
La Ranbla — 369.
La Uictoria — 369.
La Victoria — 369.
LABEZARIS, GUIDO DE — 618, 620.
Labrador — 337.
LACHAULX, ou LAXAO — 553, *554*, 675, *675*.
Laco (riuo de) — 374.
LADRILLERO — 525.
Ladrones (islas) — 171, 352, 386, 399, 400, 415, 447, 523, 524, *649*.
Lagartos (rio) — 369, *679*.
LAGÔA, VISCONDE DE — *16*, *18*, *32*, *109*, *111*, *127*, 149, *149*, *171*, *173*, *324*, *341*, *376*, 459, *459*, *473*, 486, *486*.
Lagos — XVII, 94, 95, 696.
LAGOS, ÁLVARO DE — 302.
LAGUARDA TRÍAS, ROLANDO A. — XIV, XVIII, *13*, 14, *15*, *18*, *22*, *25*, 135, *188*, *192*, 194, *194*, 323, *323*, 330, *341*, *584*.
Laguo (rio) — 370.
LAMB, URSULA — 320, *320*, 335, *336*, *340*, *341*.
Lanacaque (ilha) — 67.
Lanadrio — *663*.
Lanao — 382.
LANG, MATEUS — 414, 479, 480, 482, *482*, 487, 504.
Laotom — 368.
LAPA, MANUEL RODRIGUES — *551*.
Laranba — 369.
LAREDO, PEDRO DE — 279, 309.
LASO (Com.) — 620.
Latalata — 355, *656*.
LATAMBA, JUAN DE — 605.
Latta — 355.
LAVANHA, JOÃO BAPTISTA — 103, 104, *105*, *117*.
Lazaro — 369.
LÁZARO — 301.
LEARDO, FRANCISCO — 607.
*levante/lebante* — 8, 320, 446, 464, 585, 665.
Lebrija — *635*.
LECLERC, CHARLES — *484*, *486*, 489, *489*, 490, *490*, 493, *493*, 500, *500*.
LEGAZPI (*Vd.* LOPEZ DE LEGAZPI, MIGUEL).
*légua(s)* — 328, 336, 348, 533, 534, 535, 559, *560*, 621, 641, *641*, 670, *670*, 685.
LEGUIZAMO, RUIZ DE — 413, 419.
LEHMANN, K. — 597.
LEJEUNE, J. — *591*.
LELEWEL — 534.
LEMOS, DUARTE — 82.
LEMOS, PEDRO DE — 104.
LENÇÓIS, JORGE DE — 81.
Leo insula (s.) — 374.
León — 280, *590*, 618, *644*.
LEÃO X/LEÓN X (Papa) — 11, 188, 481.
LEÓN, JUAN DE — 280, 313.
LEONARDO — 300.
LEONOR (Dona) (Princesa e Rainha) — 215, 216, 550, *550*, 551, 552, 553, *553*, 554, *554*, 555, 556, *556*, 557, 568, 569, 574, 575, 652, *652*, 661, 662, *662*, *663*.
Lepe — 278, 533.
Lequeitio — 280.
Léquias — 46.
Lerida — *634*.
LERMA, PEDRO — *594*.
*Lettera* (de AMERICO VESPUCIO) — 141, *141*, 142.
LETURIA, PEDRO — *3*.
Leucepinho — 537.
LEVILLIER, ROBERTO — *3*, 6, *6*, *18*, *19*, 20, *20*, 21, *21*, *22*, *25*, 141, *141*, 149, *191*.
LEWIS, M. B. — *400*.
Leyte (isla) — 352, 394.
LEZAMA, PEDRO DE — 297.
*Libro de las longitudes* (de ALONSO DE SANTA CRUZ) — 338.
*Libro de las Profecias* — 139, 140, 141.
Lieja — 591, *591*.
LIMA, LEONEL DE — *41*, 43, *43*.
Limasgua — 353, 383, 386, 389, 390, 393, 406, 407.
Limassaua — 171.
Liran (isla) — *29*.
Lisboa, ou Lixboa, ou Lizboa *(cidade e meridiano)* — XVII, XIX, XXIV, 15, *18*, 77, 86, *86*, 87, 88, 95, 98, 181, 188, *188*, 192, 193, 194, 225, 227, 268, 322, 330, 339, 461, 463, 464, 473, 506, 530, *532*, 549, 551, *551*, 552, *552*, *553*, *554*, *555*, *556*, 567, 568, 569, 570, 577, 584, 586, 597, *599*, *600*, *656*, 659, 683, 684, *684*, 696, 697, 698, *699*, 700, 701, 702, 704, 705, 706, 709, 710, 711, 712, 715, 716.
LISBOA, JOÃO DE/JUAN DE — XX, 15, 192, 194, *195*, 224, 268, 322, 329, 338, 376, 522.



LISBOA, MARCOS DE — *398*.
Litsamatula — 355.
*Livro* (de DUARTE BARBOSA) — 87, *87*, 390, 391, 393, 400, 402, 404.
*Livro* (de FRANCISCO RODRIGUES) — XVI, 58, 63, 66, 87, *87*, 372, 373.
*Livro de Marinharia* (de ANDRÉ PIRES) — 146, *323*, *338*, *340*, 533, *533*.
*Livro de Traças* (de MANUEL FERNANDES) — 118.
LIZAUR, FRANCISCO DE — 607, *682*, *683*.
Llana (p.ª) — 369.
Llana (trã) — 368.
Llanes — *215*.
Llassension (bassi) — 370.
LOARCA, MIGUEL DE — 385, *385*.
LOBO, JAIME — *622*.
LOBO, JAMES — 615.
Logoa (r:) — 370.
Logronho/Logroño — 14, *36*, 143, 189, *190*, *191*, 532, *636*, *639*.
LOMBARDO, ANTONIO — 313.
LOMBARDO, PEDRO — 310.
*lombardos* — 593, 608, 609.
Lope — 370.
LOPE DE CONCHILLOS — *208*.
LOPE DE MEDINA — 607.
LÓPE(Z) DE VILLALOBOS, RUI (RUY) — XXIV, 423, 525, *581*, *596*, 597, 611, 613, 614, 615, 617, 618, 619, 620, 621, 622, *622*, 623, *623*, 624, *624*, 625, *625*.
LOPE GALLO — 604.
LOPES, RUY — *203*.
LOPES, TOMÉ — 98.
LOPEZ, BASTIÃO — 104.
LOPEZ, PEDRO — 606.
LÓPEZ DE CASTRO, DIEGO — 219, 220, *220*, 228.
LÓPEZ DE GÓMARA, FRANCISCO — XXII, 65, *66*, 157, *157*, 192, *192*, *201*, *207*, *217*, 223, *223*, 224, 229, *229*, 236, *236*, 240, *240*, 427, 475, *475*.
LOPEZ GOMEZ, ANTONIO — *446*.
LOPEZ DE HARO, JUAN — 604.
LOPEZ DE LEGAZPI, MIGUEL — 325, 384, 385, 406, 433, 445, 447, *447*, *448*, 525, *581*, 597.
LOPEZ DE RE(S)CALDE, JUAN — 199, *199*, 202, *202*, 205, *205*, *272*, 276, *287*, 365, *442*, *652*.
LÓPEZ DE TORO, JOSÉ — *218*.
LOPEZ DE VELASCO, JUAN — 174, *174*, 386.
LOPEZ RUIZ, JESUS MARIA — *442*.
LORENTE RODRIGAÑEZ, LUIS M. — *448*.
LORENZO, HERNANDO (HERNÁN) — *278*, 314.
LOTURE, ROBERT DE — *153*.
LOURENÇO, FERNÃO — 95, 96.
LOYASA, JOFRE GARCIA DE (*Vd.* GARCIA DE LOYASA, JOFRE).
LOYOLA, ARIAS DE — 319, 320, 322.
LOZA, DIEGO — 278.
LOZA, MARTIN — 278.
*lua (eclipses, posições, conjunções)* — XVIII, 137, 139, 140, 141, 142, 155, 158, 159, 160, 161, 165, 168, 174, 318, 320, 321, 542, 576, *657*, *665*, *669*.
Luçião/Luzón — 30, 382, *388*.
Lucipara — *20*.
Lugo — *658*.
Lumutola — 355.
LUNA, JAIME DE — 607.
*lusitanos* — 145, 184, 187, 192, 193, 276, 582, 629, 632, *633*, 637, 665, 670, 671, 673, 685.
*luso-castelhanos* — 39.
Lusopino — 55, 56.
LUTERO — 652.
LUZ, FRANCISCO MENDES DA — XIV, XVII, *38*, *39*, 91.
LUZÓN, LUIS DE — 604, 606.
Ly Santy (baía) — 374.

M

M. Pasquoalle — 375.
*maça(s)* — 32, 35, 37, 43, 46, 52, 55, 58, 66, 67, 68, 77, 79, 82, 88.
Macaçar, ou Macasar — 32, 78, 383.
Macanare — 368.
Macao — 700, 701.
MACHADO, AUGUSTO REIS — 391.
MACHADO, BARBOSA — 458, *458*, *550*.
MACIAS, JUAN — 311.
MACIAS, RODRIGO — *279*.
MACIAS, RODRIGO — 311.
Mactán — XXI, 173, 353, 383, 389, 409, 413, 414, 415, 417, 419, 421, 424, 425, 426, 427, 432, 463.
Madagascar — 53.
Madalena — 368, 370.

Madeira — *192*, 194, 713.

MADERO, EDUARDO — *145*.

MADOZ, PASCUAL DE — 280.

Madrid — 280, 296, 507, 700.

MAFOMA — XVI, 32, *32*, 35.

MAFRA, GINÉS DE — *160*, 279, 297, 298, 299, 300, 302, 304, 305, 307, 308, 376, 407, *408*, 409, 418, 419, 423, 424, 425, 524, 620.

MAGALHÃES, ANTONIO DE — 715.

MAGALHÃES, FERNÃO DE / MAGALLANES, FERNANDO (HERNANDO) DE *(vida; personalidade; paralelismo com COLOMBO)* — XVI, XVII, XIX, XXI, XXII, 7, 11, 16, *16*, 17, *17*, 18, *18*, 19, *19*, 20, 23, *32*, 33, 37, 43, 56, 57, *57*, 59, 61, 63, 78, 82, 85, 86, *86*, *89*, 93, 109, *111*, 127, *127*, 135, 148, 149, 151, *151*, 152, 153, 154, 155, *155*, 160, 163, 172, 173, 178, 181, *184*, 187, *193*, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 235, 236, 237, *237*, 241, 262, 267, 268, 270, 282, 287, 291, 321, 323, *324*, 332, 337, 339, *341*, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 365, 381, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 399, 404, *405*, 406, 407, 408, 409, 411, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 437, 441, 443, *443*, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 463, 464, 465, 470, *473*, 522, 564, 584, 645, 655.

MAGALHÃES/MAGALLANES *(viagem e seu plano)* — XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XXI, XXII, 7, 16, 18, *19*, 21, 57, 59, 61, 123, 146, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 166, 167, 168, 174, 183, *183*, 192, 195, *195*, 196, 197, *197*, 199, 200, 201, 202, *204*, 205, *205*, 206, *207*, 208, *217*, 220, 223, *223*, 224, 227, 229, 231, 232, 233, 235, 236, *236*, 261, 265, 267, *268*, *269*, 270, 271, 272, 273, 274, 317, 318, 321, 323, 324, 329, 338, 343, 346, 347, 348, *363*, 364, 376, 377, 379, 399, 402, 406, 408, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 435, 437, 438, 439, 440, 441, 442, *442*, 443, *443*, 444, 449, 451, *456*, 458, *460*, *461*, 464, 465, 467, 471, 473, 474, 475, 476, 477, 481, 482, 488, *495*, 502, 503, 505, 513, 514, 515, 517, 518, 521, 522, 523, 524, 525, 529, 530, 531, 532, 533, 539, 564, 567, 573, *581*, 583, 584, 592, 595, 598, 616, 629, *645*, 646, 647, 648, *649*, 650, 651, 652, *654*, 655, *655*, 657, 660, 672, *672*.

MAGALHÃES / MAGALLANES *(armada)* — XVIII, XX, XXI, XXIV, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 133, *155*, 156, 158, 160, 168, *223*, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 345, 346, 361, 435, 437, 440, 441, 442, *442*, 443, 444, 449, 458, 529, 531, 533, *551*, 561, 564, 567, 588, 595, 652, 654.

MAGALHÃES/MAGALLANES *(tripulantes da armada)* — 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 323, 449, 458, 481, *551*, 561, *650*, 654, *654*.

MAGALHÃES / MAGALLANES *(memorial)* — XVIII, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 173, 177, 178, *184*, *197*, 198, 230, 231, 234, *234*, 235, *235*, *648*.

MAGALHÃES / MAGALLANES *(instrucciones a)* — XIX, XX, 243, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, *263*.

MAGALHÃES/MAGALLANES *(capitulación)* — 183, 196, 197, 198, *198*, 202, *203*, 204, 217, 227, 230, 231, 235, 269, 317, 458, *647*, *652*.

MAGALHÃES, NUNO DE — 459.

MAGALLANES, MARTÍN DE — 314.

Magbulacao (ilha) — 388.

MAGNAGHI, ALBERTO — *21*, *64*, 141, *141*.

*Magnus Sinus* — 60, 64, 225, *225*.

Mãgues (golfo) — 364.

*mahometanos* — 382, 407.

MAHURI, CRISTÓBAL — 277, *312*.

Majapa Hit (reino) — 30, 31, 32, 36, 38.

Makian, ou Makyan — *78*, 83, 84.

Mala Costa — 370.

Malabar (Malavar) — 35, 391, 400.

Malabrigo — 368.

Malaca — XV, XVI, XVII, XIX, *9*, 11, 12, *12*, *13*, *14*, 15, 16, 17, 18, 19, *19*, 21, 23, 24, *25*, 27, 30, *31*, 32, 33, 34, 35, 36, *36*, 37, 39, 40, *40*, 41, 42, 43, *43*, *44*, 45, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 66, *66*, 67, 71, 72, 77, 78, 79, 80, *80*, 82, 83, *83*, 84, *84*, 85, *85*, 86, *86*, 87, 88, 89, *89*, 147, 149, 151, 152,





153, 154, 172, 177, *184*, 187, 188, 189, 190, 194, 196, *197*, 201, 202, 204, *207*, *217*, 223, 224, 226, 228, 267, 337, 405, *405*, 426, 461, 462, 480, 530, *530*, 532, 533, 534, 537, *537*, 538, 625, 636, *636*, 639, *672*, 693, 694, 695, 697, 700, 701, 702, 703, 704, 707, 708, 709, 712, 715, 716.

MALACA (Bispo de) — 697.

Malaca (estreito) — 31.

MALACO(A), ENRIQUE DE — *217*, 224, 313.

MALACO, JERÓNIMO DE — 297.

Málaga — 275, 621, *625*.

*malagueta* — 94.

*malaio (lingua)* — 32, 33.

*malaios, ou malayos* — 30, 34, 66, 68, 69, 70, 77, 86, 238, 385, 405.

Malasia — 12, 626, 693.

Malayalon — 401.

*malayos* — XXI, 382, 383.

Maldiva (ilhas) — 172, 708.

MALDONADO, FRANCISCO — 550, *677*.

MALDONADO, PEDRO — 277, 310.

MALDONADO DE HONTIVEROS, ANTONIO — XXIII, 547, 549, *549*, *550*, 551, 552, *552*, 553, *553*, 556, 557, *558*, 560, 561, 562, 563, *563*, 564, 565, 569, 570, 571, 573, 574.

MALO — 298, 301, 303, 304, 306, 307.

Malos (R: los) — 368.

MALOWIST, M. — *591*.

Malucas (islas) — 143, 151, 192, 223, 224.

Maluco (ilhas/islas) — 17, 18, *20*, *21*, 27, 29, 30, *30*, 31, 32, *32*, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, *40*, 41, 42, 43, 44, *45*, 46, 47, 48, 55, *55*, 57, 58, *59*, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 78, *79*, *80*, 81, 82, 83, 88, *89*, 151, 156, 161, 171, 172, 177, 178, *184*, *195*, 196, 197, *198*, 202, 222, 224, *227*, 268, *282*, 347, 348, 355, *404*, *405*, 449, 461, 470, 522, 523, 524, 530, 531, 532, *532*, 537, *537*, 538, 540, 541, 544, *551*, 560, *560*, *561*, *562*, 564, 567, 573, 575, *588*, 589, *589*, 594, 595, 599, 614, 615, 616, 621, 622, 643, 646, 648, *648*, 657, *658*, 660, *660*, 661, 663, *664*, 666, *672*, 674, 684, *684*, 694, 695, 697, 698, 699, 700, 702, 703, 704, 706, 707, *707*, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716.

Maluco (Malvco, Maluquo, Malluquo) — XVI, 58, 62, 696, 698, 701.

Maluco (Maluqua, Maluque) — 13, 59, 144, 190, 636, 642, 708.

Malucos — 188, 189, 200, 223, *223*, 440, 446, 564, *668*, *673*, 679.

*maluku (pal. mal.)* — *29*.

Mamaylan (isla) — 385.

Mambay — 355.

Manado — 58.

Manar — 707.

Mandayas — 388.

*mandayas* — 386.

MANDEVILLE, JUAN DE — *398*, *403*, 404, *404*.

MA(O)NFRONI, CAMILO — *171*, 463, *463*, *464*, 516, 517.

Manguianes — 383.

Manila — 39, 382, 448, *448*, 597.

Maniole — 369.

Manobos — 388.

MANRIQUE, ALONSO — 620.

MANRIQUE, GARCIA — 327.

MANRIQUE DE NÁJERA, JORGE — 604, 606.

Mansilla — 15, 194.

Mantán — 427.

MANTRAN, ROBERTO — *591*, 597, *597*.

MANTUA, BERNARDINO DE — 608, 609.

MANUEL (DOM) (Rei) — XVI, XVII, XXII, *6*, 7, 8, 9, 10, 14, 15, *20*, 35, *36*, 44, *47*, 52, 53, 54, *57*, 60, 61, 77, 81, 82, 83, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, *102*, 145, 187, 191, *197*, *205*, 216, 226, 268, 326, 453, 455, 456, 457, 458, 459, *460*, 461, 462, 531, 538, 550, 551, 553, *554*, *584*, 635, *635*, 639, *639*, 640, 646, *648*, *650*, *651*, *653*, 660, *660*, 661, 713.

MANUEL, NUNO — 14, 192, 193, 194, *195*, 522, 584.

MANUEL, PEDRO — *561*, *563*, *667*.

MANZANO, JUAN — *3*, 5, *5*, 6, *6*, 7, *7*, 17, *17*, 184, *184*, 185, *185*, *187*, 197, 198, *198*, *201*, *205*, *231*, *234*, *631*.

MAOMÉ — 88.

Maqueda (bahia) — 386.

Maquian — 355.

Maquiem (ilhas) — *29*, 37, 41, 70, 72, *78*, 698, 699.

Mar Peqña — 368.

Maracaibo (golfo) — 142, 594.

MARCEL, GABRIEL — 227.

MARAEG, ANASTASIO A. — *398*.

MARGARITA (Arq.ª) — *660*.

Maranhão/Marañon — 146, 175, 533.
Marcapuna (cabo) — 594.
MARCAR, CHIRINA — 35.
MARCAR, MAMALE — 35.
MARCHENA — 203.
Mare — 355.
Marea (r.) — 368.
*mares:*
da China — 60, 85;
de Cortés — 616;
das Damas — 521;
Doce/Dulce — 146, 175, 345, 522, 533;
Elado — 176;
da Índia — 224, 337;
de Malaca — 700;
do Norte — 521, 659, *677;*
Occidental — 521;
do Oeste — 521;
da Pérsia — 82;
do Ponto — 240;
Roxo/Rojo — 35, 82, 226;
das Sinas — 196;
do Sul/del Sur — XV, 11, 15, 16, 78, *189*, 192, 194, 195, *196*, 224, 231, 232, *232*, 233, *233*, 521, 596, *596*, 603, 615, 616, 629, 640, 641, *641*, 642, 643, 645, *647*, *648*, 649, *649*, 650.
*marfim/marfil* — 53, 68, 71, 582.
MARGALHO, PEDRO — XVIII, *18*, 146, *146*, 533, 534, *535*, 563, *563*.
MARIA (Dona) (Infanta) — *552*, 553, *553*, 554, *555*, 568, 662, *662*.
MARIA I (Dona) (Rainha) — 626.
Marianas (ilhas) — 30, 171, 352, 399.
MARÍN, TOMÁS — *24*, *189*.
MARQUEZ, DIEGO — 101.
MARRAMAQUE, GONÇALO PEREIRA — 38.
Marrocos/Marruecos — XVII, 571, 591.
MARTABAN — *14*.
*Marte (planeta)* — 141, 142.
MARTIN, DIEGO — *278*, 308.
MARTIN CORTÉS — 336, 338, *340*.
MARTIN, FRANCISCO — 278, *278*, 308.
MARTIN, JUAN — 280, 314.
MARTIN, LOPE — *448*.
MARTIN, LUIS — *278*, 311.
MARTIN GONZÁLEZ, JUAN JOSÉ — *220*.
MARTINEZ, DIEGO — 276.
MARTINEZ, JUAN — 279, 313.
MARTINEZ DE MARQUINA, JUAN — 283, 297.
MÁRTIR, PEDRO — 147, *147*, 157, *157*, *681*.
MARTIR DE ANGLERIA (ANGHIERA), PEDRO — XXII, 218, *218*, 219, *219*, 415, 416, 417, 427, 430, 474, *474*, *475*, 479, 480, 501, 608, 609, *650*.
MARTONNE, EMMANUEL — *438*, *445*, *446*.
MASCARENHAS, MANOEL — 715.
Mascarenhas (ilhas) — 53.
Massaua — 171.
MATA CARRIAZO, JUAN DE — *325*, *341*.
Matabello — *78*.
Matalotes (islas) — 621.
Matán(m) — 347, 416, 420, 423, 428, 429, 430, 463.
Matarão (sultanato) — 38.
MATEOS, FRANCISCO — *3*, *5*, 5, 9, *9*.
Mathá — 423.
MATIENZO, SANCHO DE — *272*, 276, *287*, *654*.
MATOS, LUÍS DE — XXIII, *483*, *484*, 547, *550*, *558*, *560*.
MAURICIO (Conde) — 710.
MAURO, FRÉDÉRIC — *594*.
MAXIMILIANO I (Rei) — 479, *639*.
*mayas* — *596*.
MAYAVEA, JUAN DE — 300.
Mazagua (isla) — 353.
Mazava (isla) — 347, 353.
Mean (isla) — 355.
MECA, LA — 8, *8*.
MECINA, LUCAS DE — 309.
MEDICI, LORENZO DI PIER FRANCESCO DE — 141.
MEDINA, HERNANDO DE — 607.
MEDINA, PEDRO DE — 321, 325, *325*, 326, 327, *327*, 330, *330*, 331, 332, 335, *335*, 336, *336*, *340*, *341*.
Medina del Campo — XIX, 206, 208, 209, *213*, 214, 228, 230, 240, 269, 294, *638*.
*Mediodia* — 4, 5, 159.
Mediterrâneo — 35, 51, 583.
MEILINK-ROELOFSZ, MARIE ANTOINETTE — *30*.
Melaca — *18*, 175.
MELCHOR — 256.
MELENDEZ, BERNALDINO — 587, *587*.
MELO, FRANCISCO DE — 65, 81, 537, 541, 542, *562*, *563*.





MELO, GARCIA DE — 708.
MELO, MARTIM AFONSO DE — 40, 41, 708.
MELON, AMANDO — *17*, *146*, 390, 417, *634*, *649*.
*memorial/membranza* (de MARTÍN FERNÁNDEZ DE ENCISO) — XVIII, 175, 176.
*Memorial* (de COLMENARES) — 445.
*Memorial de La Mejorada* — XV, 7, 8, *8*, 9, 10, 24, *187*, *668*.
*Memorial por el Almirante* — *9*.
Menancabo — 36, 77.
MENCHACA, JUAN DE — 279, 313.
MENDES, LOPO — 95.
MÉNDEZ, MARTIN — *238*, 239, 607, 609.
Mendocino (cabo) — 525.
MENDONÇA, ANDRÉ FURTADO DE — 707, 708, 709, 710, 711, 715, 716.
MENDONÇA, H. LOPES DE — *110*.
MENDONZA, PEDRO DE — *191*.
MENDO(N)ZA, ANTONIO DE — 597, 613, 616, 617, *617*, 618, 625.
MENDO(N)ZA, ESCALANTE DE — 111, *112*, 115, 116, *117*, 120, 124, *127*, 132, 133, 134.
MENDOZA, LUIS DE — 280, 283, 295.
MENÉNDEZ-HIDALGO, J. M. — 110.
MENÉNDEZ PELAYO, MARCELINO — XIV.
MENESES, ALEIXO DE — 85, 536, 538.
MENESES, RODRIGO DE — 614.
MENESES, TRISTÃO DE — *80*, 81, 538.
MENEZES, FERNANDO DE VASCONCELOS DE — *57*.
MENORCA, JUAN DE — 300.
MENTRIDA, ALONSO DE — *396*.
MERCADAL, GARCIA DE — *215*.
*mercadores estrangeiros* — XXIII, *193*, 194, 207, 583, 586, *586*, 587, 593, 594, 595, 598, 604, 605, *659*.
*meridianos:*
*de Cabo Verde* (*Vd.* Cabo Verde);
*de Greenwich* (*Vd.* Greenwich);
*de Lisboa* (*Vd.* Lisboa);
*oriental* — 65;
*de partición* — 3, 138;
*de prolongación* — 3, 4, 5;
«*vero*» (*Vd. meridiano vero*).
*meridiano vero* — 321, 322, 329, 336, 338.
MERINO, ALBERTO — *201*.
MERINO, FRANCISCO — 620.
MESINA, JÁCOME DE — 309.
MESQUITA, ÁLVARO DE — 313, 462.
MESQUITA, DIOGO LOPES DE — 37.
Mestre Álvares (morro) — 365.
MEXIA, AFONSO — 41, *47*.
MEXIA, PEDRO — 325, *332*, *475*.
México — 147, 338, 366, 367, 525, 616, 618, 623, 652, 677.
Mezo (R.º do) — 370, 374, 375.
Milão/Milán — 320, 478, 507, 513, 591.
MILLARES CARLO, AGUSTÍN — *200*.
Mina — XVII, XXV, *25*, 95, 97, 99, *684*.
Mindanao — 353, 354, 382, 386, 388, *388*, 407, 447, 615, 621.
Mindoro — 382.
*Ming (dinastia)* — 30.
MIRANDA, ANTÓNIO DE — 71, 537.
*missing links* — 63, 64.
*missionários* — 37, 38, 84, 88, 696, 707.
MITTERRAN, HENRI — *401*.
Moa (ilha) — *29*.
Mocador (insvle) — 60.
Moçambique — 43, 459, 464, 699.
MOFFAT, L. G. — *558*.
*mogoes* — 405.
Moguer — 278, 284.
Mojados — 215, 232.
MOLINA, ANTONIO M. — *382*.
MOLINARI, DIEGO LUIS — *139*, 149, *193*, *599*.
MOLINO, FRANCISCO DEL — 279, 313.
MOLINO, LUIS DEL — 279, 314.
MOLLAT, MICHEL — *591*.
Molucas (ilhas/islas) — XV, XVI, XVII, XIX, XXI, XXIII, 11, 14, 15, 16, *16*, 17, *17*, 18, *18*, 19, *19*, 20, *20*, 21, *21*, 22, 23, *23*, 24, 25, *29*, *31*, *32*, *40*, 49, 51, 54, 56, *56*, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, *64*, 65, *70*, 75, 77, 78, *78*, 79, 81, 82, 83, *83*, 84, *84*, *86*, 87, 88, 89, 139, 143, 145, 151, *151*, 152, 153, 154, 167, 170, 171, 172, 173, 177, *184*, 187, 191, 194, 195, 197, *197*, 198, 199, 201, 202, *207*, 223, 228, 229, *233*, 236, 238, *238*, 287, 317, 318, 355, *389*, 401, *401*, 405, 406, 443, *444*, 445, 449, 456, 460, 462, 473, 480, 503, 504, 506, 508, 521, 522, 524, 529, 530, 531, *534*, 535, 536, 537, *537*, 538, 539, *540*, 541, 542, 544, 551, *551*, 552, *552*, 557, 558, 559, 560, *561*, 563, 564, 582, *584*, 597, 608, 616, 623, 624, *625*, 626, *626*, 630, 643, 647, *648*, *649*, *650*, *653*, 656, *656*, 657, 659, 660, 661, *661*,

664, 665, 667, 669, 670, *670*, 671, 672, 673, 674, *674*, *675*, *675*, 677, 678, 679, 682, 683, *683*, 684, 689, 691, 692, 693, 694, 695, 696.
Molucas (Moluco) — 82, 325, 712, 713.
Molucas (Molucche, Molucques, Moluques) — *6*, 62, 64.
*Molucas (descobrimento e expedições)* — XX, 15, 16, 86, *89*, 145, *207*, 229, 405, 461, 539, 648, *648*, 655, 663, 664, *664*, *672*.
*Molucas* (direito de prioridade/derecho de prioridad) — XXIII, 5, 6, 11, 23, 24, 25, 65, 145, 185, 198, 539, 633, *653*, 663, 664.
*Molucas* (direitos de soberania) — XXIII, 539, 633, 636, *653*, 656, 660, *660*, 664.
*Molucas* (direitos espanhóis/derechos españoles) — 7, *9*, 184, 189, 195, 196, 197, *197*, 198, *198*, 230, 231, 248, 250, 262, 473, 529, 532, *532*, 534, *534*, *535*, 536, 563, 615, 622, 624, 626, 636, *653*, 656, 660, *660*, 666, *672*.
*Molucas* (direitos portugueses/derechos portugueses) — XV, 6, 9, 161, 184, 196, 231, 250, 529, 530, 531, *532*, 534, *534*, *535*, 564, 615, 622, 624, 626, 641, *653*, *671*.
*Molucas (política de segredo)* — 64, 672.
*Molucas (questão ou processo das)* — XIV, XXIII, XXIV, *6*, *16*, 23, *23*, 24, *40*, 51, *54*, *55*, 56, 57, 58, 79, *80*, 81, 85, *85*, 88, *89*, 449, *453*, *532*, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 541, 542, 544, 545, 547, 549, 551, *551*, 552, *552*, 557, 558, 559, 560, *560*, *561*, 563, *563*, 564, 565, 572, 582, 589, 592, 630, 633, *653*, 655, 661, 663, *664*, 672, 675, 676, 683, *683*, 684, 685, *685*, 686, 687, 691, *691*, 696.
*Molucas (soberania portuguesa)* — XV, 85, 537, 538, 539, 542, 544, *551*, 559.
*Molucas (prioridade portuguesa)* — 85, 229, 531, 536, 537, 538, 539, 543, *551*, 663, 664, *664*.
*Molucas (espionagem)* — 563, 564, *564*, *635*, *636*.
MÓNACO, FRANCISCO — 482, *482*.
*monção, monções/monzón* — 31, 55, 67, 68, 73, 79, 446, *446*, 447, 448, 538.
MONDANO, J. — 388.
MONDEJAR (Marqués de) — 218.
MONFRONI — *461*, *463*.
MONLEÓN — 110.
Mont pàssqual — 375.
Monte fagoso — 374.
Monte fragoso — 370.
Monte fregoso — 374.
Monte Pascual — 370.
Monte Pasqual — 370, 375.
Monti Paschali — 375.
Mõtañal Altas (rio) — 368.
Motas — 368, 369.
Montanas (r.°) — 368.
Motil (ilhas) — *19*, 170, 355, *657*.
Motei, ou Moutel (ilhas) — 72, *78*, 84.
Motir, ou Moutir (ilhas) — *29*, 41, 70, 72, 83, 84.
Monte Vidi — 160.
Montevideo — 160, 350.
Mor (ilhas) — 74.
MONTEIRO, MANUEL — *105*.
MONTEJO, FRANCISCO DE — 147, 415.
MONTESINOS, REGINALDO — 220, 221.
MORA, ALONSO DE — 314.
MORAIS E SOUSA — 115.
MORAIS, JACOME DE — 716.
MORAI(E)S, RUBEN BORBA DE — 486, *486*, *488*.
MORALES, FRANCISCO DE — *278*, 309, 607, 609.
MORALES, GASPAR DE — 232, 233, 521.
MORALES (HERNÁNDEZ), JOSÉ LUIS — XXI, *18*, 343, 381, 505.
MORALES, JUAN DE — 278, 313.
MORALES, PEDRO — 610.
MORALES PADRÓN, FRANCISCO — XIX, 243, *583*.
MORATO, ARAGÃO — *105*.
MORCUENDE, FEDERICO RUIZ — 171, *171*.
*morenos* — 384.
MORGA, ANTONIO DE — 386, 402.
MORISCO, JORGE — 313.
MORISON, SAMUEL ELIOT — 140, *140*, *141*, *153*, 469, 470.
MORLA VICUÑA, CARLOS — *595*.
Moro (costa del) — 622, *622*.
Moro (ilhas) — 78.
Morón — 279.
Morotay (isla) — 446.
MOSTO, ANDREA DE(DA) — *386*, *388*, 507, *508*, 515.
MOTA (Bispo) — 215, 218.
MOTA, AVELINO TEIXEIRA DA — *XIII*, XXV, *10*, *11*, *19*, 20, *21*, 62, 93, *104*, 155, *155*, *225*, 315, *341*, *364*, *535*, *560*.



MOTAR, ALONSO DE — *582*.
Mottiere (isla) — 355.
MOUCHEZ, ERNEST — *365*.
MOURA, MIGUEL DE — 705.
*mouros/moros* — 32, *32*, 41, 42, 44, 45, 67, 68, 69, 70, 72, 187, 248, 262, 386, 406, 512, 538, 615, *653*.
Muelas (puerto) — *199*, *442*.
Muge(m)/Muja — 554, *555*, 557, 570.
MUGUERTEGUI, PEDRO DE — 279, 311.
Mujer (isla) — *404*.
Munguía — 279.
Munich, ou Munique — *19*, 59, 60.
MURO OREJÓN, A. — *634*.
*MUROS, JUAN DE* — 277, 309.
*muçulmanos, ou mussulmanos* — 31, 32, 36, 37, 40, 83, 84, 407, *647*.

N

NACODA ISMAEL — 36, 37, *537*.
NADAL, JOHAN — 606.
*Nagarakertagama (crónica javanesa)* — 30.
NAHODA, ISMAEL — 78, *79*, 88.
Nápoles — 594.
NÁPOLES, NICOLÁS DE — 420.
NAPOLITANO, LUYS — 298, 300, 302, 304, 305, 307.
NARVAEZ, PÁNFILO — 221.
NATIN, TOMÁS DE — 308.
*nativos* — 383, 399, 402, 406, 695.
Naujda — 368.
Navarra — 14, 639.
NAVARRO, JUAN — 311.
NAVARRO, LOPE — 281, 297, 298, 300, 310.
*navegação (algumas instruções para)* — 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 262.
*Navegación y viaje que hizo Fernando de Magallanes (...)* — 421.
*navegadores espanhóis (alguns apontamentos sobre)* — XVI, 4, 5, 147, 251, 252, 635.
*navegadores portugueses (alguns apontamentos sobre)* — XV, XVI, XIX, 4, 6, 23, 153, 178, *184*.
*naves e armadas espanholas (construção, aparelhamento, tripulações, derrotas)* — 7, 8, 9, 14, 85, *86*, 111, 112, 113, *113*, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 129, 143, 186, 228, 232, 233, 252, 253, 254, 269, 346, 347, 405, 413, 416, 424, 437, 438, 439, 440, 441, 465, 524, 525, 531, 532, 535, 567, 582, *582*, 583, 585, 586, 587, 589, 590, 591, 592, 594, 595, 596, 597, 598, 614, 615, 617, 618, 620, 621, 623, 624, 633, *634*, *635*, 636, *641*, 642, 649, *649*, *651*, *656*, 659, 660, 661, *661*, *673*, *677*, 679, 681, 682, *683*, *684*, 701, 704, 705, 706, 707, 708, 710, 711, 714.
*naves e armadas portuguesas (construção, aparelhamento, tripulações, derrotas)* — 8, 9, 10, 14, 79, 82, 88, 89, 99, 111, 112, 113, *113*, 114, 116, *116*, 118, *118*, 119, 121, 123, 125, 133, 185, 188, 191, 201, 204, 381, 391, 535, 537, 538, 570, 581, 623, *636*, *640*, *672*, *684*, 696, 698, 699, 700, 705, 706, 707, 708, 710, 711, 714.
NAVES, JOSÉ — *396*.
Navidad (puerto) — *581*, 618, 619, 621.
*navios (medidas, esquemas, dados técnicos para construção; mantimentos; pessoal diverso; tripulações)* — XVII, XXIII, 102, 103, 105, 111-126; 129, 130, 132, 133, 134; 245-261; 591.
*navios de remo* — 707, 708.
*navios holandeses* — 707, 708, 710.
*navios italianos* — 116, 118, *118*, 119.
*navios nórdicos* — 112, 113, *113*, 118.
Nayon (isla) — 385.
*Nazaré (nav. port.)* — 699.
NEBRADA, ALONSO DE — 607.
Negapattão — 716.
*negritos* — XXI, 382, 383, 384.
NEGRO, GASPAR DE — 608.
*negros* — XXI, 383, 384, 385, 599, *599*, 616.
Negros (isla) — 384, 385, 406.
Negros (rio dos) — 371.
Neira — 67.
Njeues (R:) — 368.
NEUGEBAUER, PAUL V. — 141, *141*, 160.
NICOLÁS V (Papa) — 5.
NIETO, JORGE — 620.
NIETO GALLEGO, RODRIGO — 281, 313, 419.
NIJHOFF, WOUTER — *482*.
NINA SURIA DEVA — 34, 40.
NIÑO, ANDRÉS — XXIV, 233, *236*, *581*, 593, 595, 603, 649, *649*, 650, *654*.
NIÑO, PER ALONSO — *186*, 645.
NIZA, MARCOS DE — 616.
NOCEDA, JUAN DE — *387*, *394*, *395*.
NOE, ANTONIO DE — 303, 306, 307.
NORONHA, AFONSO DE — 42.
NORONHA, ANTONIO DE — *675*.

NORONHA, GARCIA DE — 38, 41.
*Norte* — 4, 7, 161, 162, 178, *184*, 185, 321, 336, 347, 441, 445, 446, *446*, 447, 449, 617, 635, *649*, *656*.
Noruega — 585.
Nova Guiné — *29*, 58.
Novo Mundo/Nuevo Mundo — *139*, 147, *193*, 225, 246, 247, 461, 465, 480, 629, 631, *633*, 636, 646, 652, 654, 680, 681.
Noya — *561*, 562, 573, 574.
NOYA, ANTÓN DE — 281, 308.
*noz-moscada* — 29, 32, 34, 35, 37, 41, 43, 46, 52, 55, 67, 68, 77, 79, 82, 88.
Nublada (isla) — 621.
Nucalao — 69.
Nova Espanha / Nueva España — XXIII, XXIV, 447, *447*, *448*, 524, *525*, 582, *582*, 596, *596*, 597, 613, 615, 616, 617, 619, 620, 621, 623, *623*, 624, *624*, 655, 677, 679, 680, 702.
Nueva Galicia — 617.
Nueva Guinea — 22, *22*, 25, 623.
Nueva Zelandia — 153, *153*, 648.
NUNES, ANTÓNIO — *35*.
NUNES, PEDRO — 104, 328, 330, *330*, 335, 336, *336*, 338, *340*, *341*.
NUNES, SILVESTRE — 98.
NUÑEZ, FRANCISCO — 624.
NUÑEZ, HERNÁN — 607.
NUÑEZ DE BALBOA, GONZALO — 607, 609.
NÚÑEZ DE BALBOA, VASCO — 11, 13, 15, *15*, *189*, 192, 193, 194, 195, 224, 232, 233, *233*, 236, *262*, 345, 521, 522, 640, 641, 642, *642*, 649, *649*.
NUREMBERG, LORENZO — 608.
Nuremberga — 142, 480, 481, 487, 500.

O

*Ocidente/Occidente* — XXII, 4, 5, 7, 9, 35, 46, 47, 48, 62, 145, 173, 175, 184, 186, *187*, *191*, 204, 228, 317, 425, 534, *534*, *632*, 633, 635, *641*, 653, *670*, 674, 696.
Oceania — *189*, *262*, *438*.
Oceano — 3, 4, 5, 9, 17, 185, 197, 230, 345, 631, 633, *647*, 649.
*Océano (anchura)* — 5.
*Océano (unicidad)* — 4, 175.
*Oceanus orientalis* — 226.
OCHANDIANO, DOMINGO DE — 607, 609.
OCHOA — 297.
Ocoloro (isla) — *404*.
Odio (rio de) — 374.
Ofir (isla) — 148, 176, *681*, 682, 683.
OLABERRIETA, PEDRO DE — 279, 313.
OLARTE, SEBASTIÁN DE — 279, 305, 307, 309.
OLIVAR, JUAN — 277, *312*.
OLIVEIRA, CRISTÓVÃO RODRIGUES DE — 103.
OLIVEIRA, FERNANDO DE — *117*, 120, *127*.
OLIVEIRA, GONÇALO DE — XXII, 79, 470.
OLIVEIRA, J. BRÁS DE — *110*, *128*.
OLIVER, JUAN DE — 281.
Olmedo — 7.
Olu — 69.
Olutatam — 67.
Ombay — 355.
Once mill virgenes (cabo) — 438.
OPPOLZER, TEODORO VON — 162, *162*, 166.
ORANG DANPUAN — 382.
*Ordem de Cristo* — 19, 562.
*Orden de Calatrava* — 676.
*Orden de Malta* — 172, 182, *182*, 419, 508.
*Orden de S. Francisco* — 553.
*Orden de Santiago* — 272.
*Ordenanzas:*
*de 1526* — 680;
*de 1543* — 115;
*de 1553* — 114, *125*, 132, 133, 134;
*de 1590* — 130, 133, 134;
*de 1613* — 111, 114, 116, 120, 121, 123, 125, 126, 133, 134;
*de 1618* — 111, 116, 121;
*de 1633* — 131, 132.
Orense — 281.
*Oriente* — XIV, XV, XVII, 4, 5, 6, *6*, 7, 8, 11, 12, *13*, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 47, 48, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 77, *84*, 96, 145, 173, 175, 177, 178, 184, 185, *185*, *187*, *191*, 193, 196, *197*, 198, 224, 229, *232*, 320, 322, 345, 382, 409, 413, 425, 460, 461, 532, *533*, 560, *591*, *632*, 635, *648*, 664, *668*, *671*, 696.
Ormuz — 46, 77.
*ouro (oiro)/oro* — 42, 52, 58, 64, 68, 71, 74, 82, 95, 109, 176, *183*, 195, 221, 247, 251, 253, 254, 255, 258, 260, 261, 347, 631, 643, *649*, 683.
ORTA, TOMÁS DE — 104.





ORTEGA, JUAN — 280, 311.
ORTEGA Y RUBIO, ORTEGA — *214*.
ORTIZ, SEBASTIÁN — 279, 310.
ORTIZ DE GOPEGUY, JUAN — 309.
ORTIZ DE PEREA, IÑIGO — 604, 606.
ORTIZ DE RETES, IÑIGO — 621, 623.
ORTIZ DE RUEDA, PERO — 620.
ORTIZ DE URÚE, DIEGO — 604, 606.
ORUE, JUAN DE — 277, 279, *312*.
OSMA (Bispo de) — 676, *682*.
OSÓRIO, JERÓNIMO — 454, *454*, 457, *457*.
OVIEDO, GONZALO FERNANDEZ DE (*Vd.* FERNANDEZ DE OVIEDO, GONZALO).
OVIEDO, JUAN DE — 278, 309.

P

Pã de las Ygueras — 370.
Pacém (reino) — 31, 36, 38, 42, 77.
Pacham, ou Pachão (ilha) — 70, 71, 72, 73, 74, 80, *80*.
PACHECO, DUARTE (*Vd.* PEREIRA, DUARTE PACHECO).
PACHECO, GONÇALO — 94.
PACHECO, J. F. — *263*.
PACHECO, JUAN — *582*.
Pacífico — XXII, XXIII, 22, 30, 140, 168, *225*, *236*, *376*, 402, 437, 445, *448*, 449, 519, 521, 522, 523, 525, 581, 582, 594, 596, 611, 616, 618, 626, 627, 629, 642, *642*, 649, *649*, 657, 666, 673, 677, 679, 685.
*Paço(s) da Ribeira* — 98, 103.
PADILHA, GARCIA DE — 676.
*padrão/padrón (carta de marear)* — XVII, 52, 55, 82, 101, 105, 376, 523.
*padrón (marco de posse)* — 248, 253.
*Padrón Real (mapa)* — *21*, 325, 331, 332, 333, 336, 524.
*Padroado Português do Oriente* — *36*, 693, 696.
*Padres Jerónimos* — 246, 248, 249, 255, 256.
Pádua — 506.
PAES(Z), FRANCISCO — 697.
PAEZ, GREGORIO — 221.
PAEZ, JUAN — *618*.
Paginsara (isla) — 355.
Pagus S. Pauli — 375.
PAIGE, PAULA SPURVIN — *182*.
PALACIO, GARCIA DE — 116, 120, 123, *128*.
Palaoan — 171.
Palaos (islas) — 621.
PALAU (Y) DULCET, ANTONIO — *143*, *485*, *491*, *493*, *496*, *500*, *503*, *510*.
Palauan — 171, 382.
PALENCIA (Bispo de) — *634*, *637*.
PALHA, FRANCISCO — *44*, 46, 47.
PALLA, BALTASAR — 276.
PALLA, BARTOLOMÉ — 275, *275*.
Palma (rio da) — 369.
Palmar — 370, 371.
Palmas (r.) — 368.
Palos — 277, 278, 279, 296.
Pampangos — 383.
Pamplona — 281.
Panamá — 224, 235, 236, *236*, 445, 446, 521, 679.
Panamá (ciudad) — 679.
Panamá (canal; istmo) — 679, *679*.
Panaruca — 34, 42, 43.
Panay (isla) — 385.
PANCALDO, LEÓN — 308, 420, 469.
*panchavelizes* — 67, 71.
Paneiro (rio de) — 371.
Panglao (isla) — 384.
Panilomghon ou, Panilongo(n) — 384, 385.
*panos (tecidos)* — 44, 45, 48, 67, 68, 71, 73, 284, 591.
Pantar — 355.
Panuco — 368.
*pão/pan* — 69, 392, 443, 619.
*papagaios* — 58, 69, 71, 73, 87.
Papoia (ilha) — 58.
*papuá (voc. mal.)* — *58*.
Papua(s) — 68, 74, 78, *78*, 382.
Paragua (isla) — 353, 354.
Paraguay — 193, 524.
Paraná — 193, 524.
*paraus* — 71, 72, 73, 74, 79, 621, 623.
*pardau (moeda)* — *40*, 41, 42, 44, 702, 708.
PAREJA, CRISTÓBAL — 620.
Paria — *636*.
Paris — 58, 60, *66*, 481, 487, 488, 506, 507, 508, 510.
PARR, CHARLES MC-KEW — *405*.
PARRA, ROSARIO — *185*.
Pasq̃ra — 368.
*pássaros de Deus (do paraíso)* — 69, 238, *238*.
Passig (isla) — 353.
PASTELLS, PABLO — *17*, 149, *149*, *203*, *228*, 267, *267*, *383*, *387*, *388*, *438*, *439*, *446*.

*patachos* — 118.
Patagonia — XXII, *193*, 199, 438, *438*, 462, 509, 512, *595*.
PATALIM, RUI BRITO DE — 80, 82, 83, 85, *88*, 536, 537.
PATE CUÇUF — 34, 70.
PATE ONUZ — 38.
PATE QUETIR — 38.
PATO, R. A. BULHÃO — *40*, *529*.
Patos (g.° dos) — 371.
Patos (porto; rio) — 320, *323*, *341*.
Pattane — 716.
*pau* — 69.
*pau-brasil/palo-brasil* — 376, *584*, *631*.
Pavia — 674.
PAYO, PEDRO — *395*.
PAZ, ÁLVARO DE — *596*.
PECAN, JUAN DE — *667*.
PECKHAM, HOWARD H. — *182*.
Pedir (reino) — 38, 77.
*pedraria(s)* — 97, *183*, 251, 253, 258, 260, 261, *649*, 683.
PEDRARIAS DAVILA (PEDRO) — XIX, 15, 16, 195, 232, 233, *233*, 245, 246, 248, 249, 250, 254, 257, 259, *262*, *263*, 521, *590*, 641, 643, *643*, 645, *649*, 650.
PEDELABORDE — *446*.
PEETERS-FONTAINAS, JEAN — *475*.
Pegú — 14, *14*, 35, 36, 46, 47, 77, 144, 636, 694.
PEGUY, P. — *445*, *446*.
PELEA, ROQUE — 280, 313.
PEÑA, DIEGO DE LA — 607.
PEÑA, FRANCISCO DE LA — 604, 606.
Península Ibérica — XXIII, *6*, 127, 581, 583, 596, 597, 639, *679*.
Península Malaia — 31, 61, *78*.
PENNESI, GIUSEPPE — *475*.
Peñón de Vélez — *639*.
PERALTA, DIEGO DE — 281, 300, 303, 304, 305, 307, 314.
Percival (cabo) — *162*.
PEREA, NICOLÁS DE — 620.
PEREIRA, DIOGO LOBO — 715.
PEREIRA, DUARTE PACHECO — 94, *126*, *128*.
PEREIRA, FRANCISCO — 81.
PEREIRA, FRANCISCO TOSCANO — 716.
PEREIRA, LUÍS — 716.
PEREIRA, NUNO VAZ — 81.
Pereira (rio) — 370.
Perera (rio) — 374.
PERES, DAMIÃO — 93, *694*.
PÉREZ, BERNALDO — 560-561, *561*, 562, 563, *563*, 573, 574.
PÉREZ, PEDRO — 278, 310.
PÉREZ-BUSTAMANTE, CIRÍACO — XIII, XIV, XXIV, XXV, 611.
PÉREZ DARDÓN, JUAN — *596*.
PEREZ EMBID — 692, *692*, *696*.
PÉREZ DE TUDELA, JUAN — XXIV, 4, *200*, *206*, 348, 627, *631*, *633*.
*pérolas/perlas* — 251, 253, 258, 261, 382, *649*.
PER(R)ÓN — 298, 300.
*persas* — 69.
Persia — 8, *9*, 10, 23, *23*, 24, *668*.
Peru — 521, 617, *677*, 682.
*pêssegos* — 67.
PESSOA, FRANCISCO — *659*.
PESSOA, PÊRO — *47*.
*Phisices compendium* (de PEDRO MARGALHO — XVIII, 146, 533, 563.
PICATOSTE Y RODRIGUEZ, FELIPE — *146*, *326*, *341*.
PICCOLONINI, JOHAN ANTONIO — 608.
Picell (r.° do) — 370, 375.
PIERRES, JUAN — 607.
PIEZA, SANCHO DE LA — 277, 280, 309.
PIGAFETTA, ANTONIO — XIX, XX, XXI, *32*, 33, 155, *155*, 156, 157, *157*, 165, 169, 170, 171, *171*, 172, 173, *173*, 174, 182, *182*, *183*, *184*, *193*, *206*, *236*, 237, *238*, *239*, *317*, 319, *319*, 320, *340*, *341*, 347, 376, 383, 384, *384*, 385, *385*, 386, *386*, 387, *387*, 388, *388*, 389, *389*, 390, 391, *392*, 393, *393*, *395*, 399, 400, *400*, 401, 402, *402*, *403*, 404, *404*, 406, *406*, 407, 408, 417, 418, 419, 420, 424, 425, 427, 428, 431, *438*, 441, *441*, 443, *443*, *444*, 449, *449*, 456, *456*, *461*, 462, 463, *463*, 464, *473*, 478, 479, 481, 493, 498, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, *507*, 508, *508*, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, *517*, 518, 522, 523, 524, *649*, 655, 657, *657*.
*pigneos* — 404.
Pilar (cabo) — 169.
*pimenta* — 38, *45*, 46, *46*, 47, 53, 99, 238, *395*, 399, 680.
PINA, ANTONIO DE — 81, 538.
Pinachullo detentio — 375.
Pinacolo de...ncio — 375.



Pinaculo da tentaçã — 371.
PIÑERO, ALONSO — 297, 298, 299, 300, 302.
PINTO, HEITOR — 558.
PINZÓN, VICENTE YAÑEZ — 12, *12*, 147, *186*, *191*, *231*, 345, 634, 635, *635*, 636.
PIORA, FRANCISCO — 308.
Pipli — 45.
*piratas* ou, *pirataria* — 56, 74, 441, 697.
PIRES, ANDRÉ — *18*, *44*, 146, *146*, *323*, *340*, 533, 534.
PIRES, BERNARDO — 541.
PIRES, TOMÉ — XVI, *31*, *32*, 34, 35, 37, 42, 45, *45*, 52, *55*, 61, 66, *66*, *70*, 83, 84, *84*, 87.
PISA (Lic.°) — 575.
Piuincia Amichel — 368.
PIZARRO, FRANCISCO — 521.
Plaia (R.° da) — 370, 371, 373, 375.
Plano (c.) — 368.
PLASENCIA (Bispo de) — *593*.
Plimero (Rio) — 374.
PLINIO — *138*, 489.
POHL, FREDERIK — 142, *142*.
POLO, MARCO — 148, *189*, 320, 404, *404*.
*polo antár(c)tico* — 4, 168, 185, 225.
*polo ártico* — 4, 185, 366.
Polonia — 591.
POLCEVERA, BATTISTA DA/PONCEVERA, JUAN BAUTISTA — *64*, 401-402.
PONCE DE LEÓN, JUAN — 221, 232.
PONCE DE LEÓN, LUIS — 678, *680*.
PONCERO (*Vd.* PUNZOZOL) — 469.
*Poniente* — 4, 8, 10, 139, 224, 320, 464, 533, 585, *596*, 621, 641, *649*.
POPET, CHARLES — *554*.
Popolatione — 371, 375.
*porcelana(s)* — 44, 48, 53, 77, 582.
PORRAS, DIEGO DE — 147.
PORRAS, FRANCISCO DE — 260.
PORTO, JOÃO DO — 95.
Porto (cidade) — 109, 470.
Porto Neira — 67.
Porto Real — 374.
Porto Regal — 374.
Porto Securo — 374.
Porto Seguro/Puerto Seguro — 365, 373, 374.
Portugal — XIV, XV, XIX, XX, 3, 5, *5*, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 39, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 73, 79, 82, 86, 89, 127, 138, 139, 143, 144, 145, 172, 177, 181, 184, 186, 187, 188, 190, 192, *193*, 194, 196, 198, 199, 200, *205*, *206*, *215*, 222, 224, 229, 248, 250, 262, 268, 275, 317, 321, 328, 337, 377, 409, 430, 432, 458, 459, 465, 470, 481, 529, 532, 543, 544, 550, 551, 552, *552*, 553, *555*, 556, *556*, 557, 558, *560*, 561, *562*, 563, 564, 570, 572, 574, 581, 582, 585, 586, 588, 600, *600*, 623, 624, 626, 632, 635, 636, *637*, *639*, 646, 650, 652, *653*, 655, 656, 660, 661, 662, 663, 668, *670*, 672, 673, 674, 683, 695, 696, 700.
PORTUGAL, JORGE DE — *203*.
PORTUGAL, MARTINHO DE — *555*.
PORTUGAL e CASTELA (Coroas de) — 700, 703, 705.
Portugalete — 279.
*Portugaliae Monumenta Cartographica* — *11*, *19*, 20, *20*, 52, 53, *53*, *55*, 58, 59, 60, 61, 62, *225*, *227*, *364*.
PORTUGUÉS. ANTONIO — 310.
*portugueses* — XV, XVI, XX, XXIII, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, *14*, 15, 23, 25, 29, 30, 31, 32, 35, *35*, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 48, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 68, 74, 77, 78, *80*, *83*, 84, 88, *89*, 94, 110, *113*, 117, 127, 153, 181, 184, *187*, 188, 190, 195, 198, 204, 229, 233, 235, 241, 245, 276, 281, 321, *331*, 339, 391, 402, 405, *405*, 406, 407, 409, 421, 426, 444, *444*, 449, 454, 455, 460, 461, 462, 473, 521, *530*, 531, 532, 534, *534*, *535*, 536, 538, 539, 544, 574, 575, *599*, 613, 614, 615, 616, 621, 623, *623*, 624, 625, 629, 633, 640, 653, 655, *660*, 664, 665, *665*, 666, 668, 670, 671, *671*, 672, *672*, *673*, 681, *681*, 683, 700, 702, 704, 707, 710.
Posesión — *581*.
POTIMER, ENRIQUE — 608.
Prata/Plata (rio) — 12, *13*, 14, 16, 152, 160, 169, *186*, *188*, 192, 193, *193*, 194, 195, 199, 200, 223, *223*, 224, 320, 345, 350, 364, 438, *438*, *439*, 522, 584, *584*, *599*, *635*, *636*, 681, 682, *683*.
*prata/plata* — 109, 176, *183*, 251, 260, 681.
Pravia — 280.
PRECHTER — 594.
*Preclarae devotionis (bula)* — 11, 188.
Primeiro (rio) — 370.
PRIOR, BARTOLOMÉ — 311.
Próximo Oriente — 25, 37.
PTOLOMEO, ou PTOLOMEU, ou TOLOMEU — XVI, *13*, *25*, 51, 137, 138, 144,

145, 173, 225, *225*, 226, 320, 534, *535*, 560, 576.
PUENTE, ALONSO DE LA — 233.
Puente Duero — XIX, 209, *209*, 210, 211, 212, *212*, 213, *213*, 214.
PUENTE Y OLEA, MANUEL DE LA — *14*, *15*, *16*, 191, *191*, *325*, *341*, *634*, *640*.
PUERTO, ALONSO DEL — 277, *312*.
PUERTO, JUAN DEL — 297, 298, 300, 302, 304, 305, 307, 309.
PUERTOCARRERO — 415.
Puerto de Navidad — 447, 448.
Puerto Real — 365.
Puerto de la Santa Gloria — 140, 141.
Puerto Rico — 15, *196*.
Puerto de Santa Maria — 279.
PULIDO RUBIO, JOSÉ — *186*, *324*, *325*, 331, *332*, 335, 337, *341*.
Pulo Ace — 67.
Pulo Bandam — 67.
Pulo Bomcagy — 67.
Pulo Rud — 67.
Punta Arena(s) — 151, *656*.
Punta Llana — 252.
Punta del Este — 139, 151.
Punta Gallinas — 142.
Punta del Sol — 370.

Q

*Quatri Partitu* (de ALONSO DE CHAVES) — 376-377, *377*.
*quelim (quelins)* — 34, *34*.
Quersoneso (Aurea) — 186, 225, 226, 320, 646.
QUESADA, GASPAR DE — 283, 296, *443*, *651*.
QUEVEDO, JUAN DE (Bispo) — 232, 256, 654.
Quipit — 170, 171, 353, 354, *656*.
QUIRINO, CARLOS — *19*.
QUIRINO VINCENZO — 35.

R

RABELLO, CRISTÓVÃO/RABELO, CRISTÓBAL — 419, 420, 427, 429, 431.
Radaostias — 375.
RAJA ALMANÇOR — 70, 72.
RAMÓN RAMONEDA, PEDRO — 607.
RAMOS, MANUEL — 694.
RAMOS, PEDRO — 622.
RAMOS PÉREZ, DEMETRIO — XIII, XIV, XIX, 179, *184*, *201*, *568*, *582*, *588*, *592*, *594*, *596*.
RAMUSIO, JOÃO BAPTISTA (GIAMBATTISTA) — 172, *182*, 390, 391, 480, 498, *498*, 501, 502, 503, 505, 507, 510, *510*, 511, 512, 513.
RANGEL, LUÍS PEREIRA COSME — 715, 716.
RAU, VIRGÍNIA — *324*, *341*.
Re (angla de) — 371, 375, 376.
Real (insule del) — 369.
Real (p:) — 370, 374.
Real (rio) — 373.
*Real Fazenda (de Portugal)* — 40.
*Real Hacienda (de Espanha)* — 230, 641, 646, 678.
*Real Hacienda (de Méjico)* — *677*, 678, *678*.
Reale (p:) — 370.
Reale (rio) — 374.
REBELO, GASPAR — 325.
Refens (rio de) — 375.
*Regimento* (de RUY FALEIRO) — XX, 155, *155*, 160, 161, 164, 335, 337, 338.
*Regimento de Evora* — 150, 367.
*Regimento de Munique* — 367.
*Regimento de Navegacion* (de PEDRO DE MEDINA) — 330, *330*.
*Regimento do Estrolabio* — 149, 150.
REGIOMONTANO — 142, 156, *156*.
*regiones orientales* — 5.
REGO, ANTÓNIO DA SILVA — XVI, *16*, 75, 693, 694, 695.
REINEL, JORGE — 59, 60, *227*, 321, 522, 523, *648*.
REINEL, PEDRO — 59, 60, *227*, 321, 421, 522, 523, *648*.
Reis (angra dos) — 372.
Reis (Baie de) — 375.
*Relação ou Roteiro do piloto genovês* — XXII, 469.
*Relación* (de ANDAGOYA) — 232.
*Relación* (de ESTEBAN RODRIGUEZ) — 385.
*Religiosos de São Domingos* — 643, 710, 712.
*Rellação de goa* — 708.
RENTERIA, ANTONIO DE LA — 306.
Reparo — 371.
*Reportorio de tiepo* (de SANCHO DE SALAYA) — 327.
República de Filipinas — 409.
RESENDE, DUARTE DE — 156, 421, 426, 461.



RESENDE, PEDRO BARRETO DE — *59*.
RETANA — 386, *401*, 402.
Retrete (puerto) — 521.
Revenga — 280.
Reyes (rio dos) — 371.
REYNA, SEBASTIAN DE — 620.
RIBADAVIA (Condes) — 239, *239*.
Ribadesella — 280.
RIBEIRA, BERNALDINO DA — 544.
*Ribeira das Naus* — 101.
RIBEIRO, DIOGO (DIEGO) — XXIII, 20, 21, *21*, 61, 63, 138, 139, 540, *540*, *648*.
RIBEIRO, GASPAR — *38*.
RIBEIRO, J. FREITAS — *17*.
RIBEIRO, JOÃO — *38*.
RIBEIRO, LUCIANO — 96.
RIBEROL, JOHAN — 607.
Rica (isla) — 521.
RICO, GASPAR — 620.
RIFUS, MIGUEL — 606, 609.
RIO, ALONSO DEL — 280, 313.
RIO, ANTONIO DE — 599.
Rio de Iaceo — 364, 377.
Rio de Janeiro (Rio de Jenero) — XXI, 158, *158*, 159, 349, 363, 364, 372, 376, 377.
Rio Grande (puerto) — 357.
RIOS, PEDRO DE LOS — 679.
RIVAS, FELIPE DE — 607.
RIVERO, DIOGO — 523.
ROBERTSON, JAMES ALEXANDER — 384, *384*, *385*, 386, *386*, 387, *388*, *395*, *400*, *493*, *496*, 504, *510*, 515.
Roca Partida (isla) — 369, 621.
Roca Partita — 369.
ROCHA, BERNARDO DE LA — 553.
ROCHELA, SIMÓN DE LA — 310.
RODAS, FELIPE DE — 310.
RODAS, MIGUEL DE — *238*, 239, *239*, 310.
Rodes/Rodas — 182, *182*, 506, 511.
RODRIGUES, ALONSO — 607.
RODRIGUES, FRANCISCO — *31*, 52, 54, *55*, *55*, 58, *58*, 59, 60, 63, 64, 66, *66*, *70*, 79, 82, *84*, 87, *87*, 470.
RODRIGUES, JOÃO — 532, *533*.
RODRIGUES, JOSÉ CARLOS — 495, 496, *496*.
RODRIGUES, MANUEL — 539, *539*.
RODRIGUEZ, ALVARO — 300, 302, 304, 305, 307.
RODRIGUEZ, ANTÓN — *278*, 308.
RODRIGUEZ, ANTONIO — 221.
RODRIGUEZ, CRISTÓBAL — 278, 301, 302, 304, 305, 307, 308.
RODRÍGUEZ, ESTEBAN — 385, 406.
RODRIGUEZ, FRANCISCO — *278*, 299, 300, 302, 304, 305, 307, 309, 310.
RODRIGUEZ, GONZALO — 313.
RODRIGUEZ, JUAN — 277, *278*, 308, 311, *596*.
RODRIGUEZ (SORDO), JUAN — 311.
RODRIGUEZ, LOPE — 302, 304, 305, 307.
RODRIGUEZ, LUIS — 421.
RODRIGUEZ, NUNO — 711.
RODRIGUEZ CALDERERO, ANTONIO — *278*, 309.
RODRIGUEZ DE MAFRA, JUAN — 276, 283, 296, 304, 306.
RODRIGUEZ SERRANO — 165, 166.
RODRIGUEZ VILLA — *660*.
ROERSCH, ALPHONSE — *182*, *482*, *483*.
Roja (montaña) — 349.
ROJAS (cap.) — 607, 609.
ROJAS, FRANCISCO DE — *682*.
ROJEL, ROBERT — 299.
ROLDÁN, FRANCISCO — 277, 309.
ROLDÁN, GINÉS — 277.
Roma — 10, 62, 137, 183, 187, 480, 481, 487, 491, 493, 503, 506, 555, *555*, 591.
Roma (R.° de) — 370, 373, 374.
*romanos* — 659.
*Romanus Pontifex* — 5.
*Roteiro* (de FRANCISCO ALBO) — XVIII, XXI, *656*.
*Roteiro da circumnavegação de Fernão de Magalhães* — 425.
*Roteiro do Brasil* — 365, *365*.
*Roteiro do Mar Roxo* (de JOÃO DE CASTRO) — *535*.
Rouen — 591.
*roupas* — 42, 45, 68, 71.
Rozanive — 625.
RUBIO, JUAN MARIA — *635*.
Ruçotelo — 56.
*ruibarbo* — 53.
RUIZ, FRANCISCO — *278*, 305, 307, 310, 620.
RUIZ ASENCIO, JOSE MANUEL — *213*.
RUIZ MARCUENDE, FEDERICO — *184*.
RUMEU DE ARMAS, ANTONIO — 7, *8*, *9*, 10, *10*, *24*, *187*, *668*.
*ruta occidental* — 4, 12, 15, 17, 445, 579, 597.

## S


S. Agustin (rio) — 370.
S. Agostino (c.) — 370, 374.
S. Agostino (riuo de) — 374.
S. Alexo (isla) — 370.
S. Antonio (s.) — 374.
S. Augustini (rio) — 374.
S. Augustino (c. de) — 374.
S. Croxe (cauo) — 374.
S. Elena (rio) — 370.
S. Frãcisco (rio) — 370.
S. Francisco (rio) — 371.
S. FRANCISCO XAVIER/S. FRANCISCO JAVIER — 37, *86*, 625, 695.
S. Francisto (rio) — 374.
S. Geronimo (rio) — 370.
S. Hieronimi (rio) — 374.
S. Hieronymo (rio) — 374.
S. Iacobi (rio) — 374.
S. Ioan (c. de) — 375.
S. Ioannebaptista (insula) — 375.
S. Iohan (rio) — 374.
S. Jaco — 370.
S. Jeronimo (rio) — 374.
S. Joanna — 369.
*S. Jorge da Mina (castelo)* — 95, 96, 97, 99.
S. Juan (c.°) — 369.
S. Lazaro (islas) — XXI, 60.
S. Leo (insula) — 374.
S. Lucia (baía) — 375.
S. Lucia (Rio) — 374, 375.
S. Luzia — 369.
S: M.ª de bó deseo (c.°: de) — 371.
S. M.ª da Peña (g.°: de) — 371.
S. Maria (serra) — 370.
S. Maria da Colon — 374.
S. Miche — 374.
S. Pallo (arcipelago) — 370.
S. Romann (c.° de) — 369.
S. Roque (cabo) — 364, 377.
S. Sabastiã (p.° de) — 371.
S. Tiago (rio de) — 370.
S. Tomé (ilha) — 147, 148, 175.
S. Tune — 375.
S. Xpónal (rio de) — 370.
SÁ, ARTUR BASILIO DE — *36*, *40*, *42*, *44*, *45*, 692, 693, *693*, 694, 695, *696*.
SÁ, GARCIA DE — 81, 85, *88*, 536, 538.
SÁ, JOÃO FERNANDES DE — 95.
SÁ, VALENTIM DE — 103, 104.
Sã Lazaro (arçipelago) — 61.
Sã Mã (c: de) — 371.
Sã Pola — 370.
SAAVEDRA CERON, ALVARO DE — 447, 524, *581*, *596*, 616, *659*, *677*, 678, 679.
*Sabaia (nav. port.)* — 36, 79.
SABIN, JOSEPH — *484*, *486*, 494, *494*.
Sabu — 463.
Sacrificia (islas de) — 369.
Sacrificio (insule) — 369.
Sacrifizio (insule) — 369.
SACROBOSCO — *326*, 327.
SAGREDO, JUAN DE — 280, 313.
Sagres — 696.
*saga(s)* — 67, 68.
Sagues — 369.
SAINT MARTIN, VIVIEN DE — *138*.
Sal (isla) — *25*.
SALAMANCA, ALONSO DE — 610.
Salamanca (cidade; meridiano) — 159, 280, 549, 550, 563, 575.
SALA(O)MÓN, ANTONIO — 276, 298, 300, 302, 304, 305, 307, 310.
SALAYA, SANCHO DE — 24, 327.
SALAZAR, GONZALO DE — *677*.
SALAZAR, TORIBIO DE — 604, 606.
SALCEDO, FELIPE — 448.
SALDAÑA, BARTOLOMÉ DE — 277, 278, *314*.
SALDANHA, AIRES DE — 707, 709, 711.
SALMERÓN, GONZALO — 604, 606.
SALOMÓN (Rei) — 176, 240.
SALPURGENSE (Cardeal) — *182*.
SALVAGO, PEDRO JOHAN — 607, *682*.
SALZBURGO (Cardeal de) (ver: LANG, MATEUS).
Sama (isla) — 386.
SÁMANO, JUAN DE — 598, 603, 604, 605, 607, 609, 610, *658*, *681*.
Samar (ilha) — 169, 386, *386*, 394, 523.
Samatra — 14, 30, 31, 35, 36, 38, 53, 55, 58, 78, *78*, 144, 383, 636.
Sampedro — 368.
SAMPSON, RICHARD — *555*.
SAN AGUSTÍN, GASPAR — *621*, 625.
San Agustín (cabo) — 15, 152, 154, 169, 177, 198, 233, 346, 348, *363*, *449*.
San Alberto — 621.
SAN ANDRÉS, JUAN DE — 308.
San Antón (isla) — *20*, 22, *22*, *25*, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 164, 173.





*San Antonio* ou, *Santo Antonio (nav. esp.)* — XXII, 199, *199*, 202, 273, 277, 278, *278*, 279, *279*, 280, 281, 295, 300, 302, 304, 305, 307, 309, 313, 346, 430, 437, 440, 441, *441*, 444, *444*, *461*, 462, *651*-*652*.
San Bastiano — 369.
San Blás — 525.
*San Cristóbal (nav. esp.)* — 620, 621.
San Cristóbal (rio) — 169.
San Esteban (isla) — 621.
San Eugenio (cabo) — 140.
San Frac.° — 370, 374.
San Iacomo (riuo de) — 374.
San Ieronimo (riuo de) — 374.
San Je...an — 369.
San Joanni (R.° de) — 370, 373, 374.
*San Jorge (nav. esp.)* — 620.
San Jorje (r. de) — 370.
San Ju.ª de Lua — 369.
San Juan (ilha) — 221, 270.
*San Juan de Letrán (nav. esp.)* — 620, 621, 623.
San Julián — 160, *160*, 161, 162, 163, *163*, 164, 166, 167, 168, 169, *193*, 199, 205, *205*, 206, 318, 321, 346, 350, 419, 441, 442, *443*, 524, 651, *652*.
San Lázaro (archipélago) — *19*, 168, 171, 173, 347, 379, 381, 382, 383, 386, 387, 399, 402, 405, 408, 409, 414, 523, *656*.
San Lorenzo (isla) — 199.
Sanlucar — 370.
SAN LUCAR, PEDRO DE — *387*, *394*, *395*.
San Lucar de Barrameda — 58, 109, 169, 236, *236*, 237, 267, 273, 277, 279, 284, 348, 349, 359, 364, 415, 437, *444*, 449, 473, 506, 523, 530, *581*, 586, 655.
San Lucas — 370.
*San Lucas (nav. esp.)* — 447, *448*.
San Marino (Califórnia) — 62.
SAN MARTÍN, ANDRÉS DE — XVIII, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, *162*, 163, *163*, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 174, *239*, 283, 295, 318, 321, 338, 363, 421, 427, 428, 430, 431, 461, *461*, *645*, *656*, *657*.
SAN MARTÍN, JUAN DE — 228, 335.
*San Martín (nav. esp.)* — 620.
San Mateo (isla) — 438.
San Matías (baía; golfo) — 14, 160, 350.
San Michel — 374.
San Miguel (golfo) — 15, 224, 233.
San Miguel (isla) — 232.
San Mjgel — 370.
San P.° (R.° de) — 370, 374.
San Pablo (isla) — 352.
San P.° (R.° de) — 373.
*San Pedro (nav. esp.)* — 448.
San Roque (cabo) — *445*.
San Salvador — 141.
San Vicente (loc. esp.) — *215*.
San Vicente (cabo) — 139, 140, 141, 169, 359, 586.
San Vicẽte (rio) — 371.
Sanbenjto — 368.
SANCHEZ, BARTOLOMÉ — *278*, 308.
SANCHEZ, CARLOS — 277, 313.
SANCHEZ, MIGUEL — 310.
SANCHEZ, PEDRO — 278.
SANCHEZ BARRASA, DIEGO — 279, 313.
SANCHEZ COLCHERO, DIEGO — 325.
SANCHEZ DE LA ROSA, ANTONIO — *394*.
*Sancta Helena (nav. port.)* — 715.
Sancte Crucis (caput) — 374.
Sancti Michaelis — 374.
SANCTISTEBAN, JERÓNIMO — 613, 620, 621, 625, *625*.
Sândalos (ilhas) — 66.
*sândalo(s)* — 29, 33, 53, 58, 66, 67, 77, *238*.
*sândalos brancos* — 66.
SANDE, DUARTE — *103*.
SANDE, FERNÃO PEREIRA DE — 712.
SANDOVAL, GUTIERRE DE — 604.
SANDOVAL, PRUDENCIO DE — *214*, *215*.
Sanfransisco (rio) — 374.
SANGRADOR VITORES, MATIAS — *214*.
Sanguin (isla) — 354.
Sanguir (isla) — 354.
Sanjorgio (R.° de) — 370, 375.
Sanmiguell — 370, 374.
Sano Saneyro — 363.
Sanpablo — 369.
Sanpaulo — 369.
Sansaluador — 368.
Sant Frãcisco (rio) — 365.
Santa Ana (baía) — 140.
*Santa Catalina (nav. esp.)* — *590*.
*Santa Catarina (nav. port.)* — 36, 79.
Santa Cruz (isla) — 251, 252, 253.

Santa Cruz (rio) — 165, 166, *167*, 351, 437.
SANTA CRUZ, ALONSO DE — 63, *137*, *146*, 164, 165, 167, 173, *173*, *217*, 325, *325*, *331*, 336, *336*, 338, 339, *341*, 607, 609.
SANTA CRUZ, FRANCISCO DE — 606.
*Santa Fe (capitulaciones)* — 23, 24, 181, 183, 206, 221, 230, *235*, 246.
Santa Helena (ilha) — 455.
Santa Lucia (baía) — 363, 377.
Santa Luzia (baía) — XXI.
Santa Luzia (ponta) — 365.
Santa Luzia (porto) — 376.
Santa Maria (Açores) — 322, 329, 338, 714.
Santa Maria (cabo) — 139, 149, 151, 152, 153, 154, 176, 177, 193, 194, 198, 200, 350, 364, 373, 523.
*Santa Maria (nav. esp.)* — 111, *126*, 241.
Santa Maria del Antigua — *642*.
*Santa Maria de la Cabeza (nav. esp.)* — 439, *439*.
Santa Maria de las Nieves — *252*.
Santa Maria de los Remedios (isla) — 252.
Santa Marta (prov.) — 594, *681*.
Santa Rosa (isla) — 621.
Santagostin (c: de) — 370.
Santamt.° (R.°) — 370, 375.
Santander — 622.
Santanto — 369.
Santarém(n) — *556*, 569, 570.
Santelmo — 369.
Santiago (ilha) — 150, 157, 357, 464, *660*.
*Santiago (nav. esp.)* — XXII, 273, *275*, 277, 278, *278*, 279, 299, 301, *301*, 303, 304, 306, 307, 311, 314, 346, 437, 443, 620.
*Santiago Bretona (nav. esp.)* — 284.
Santiago de Colima — 618.
Santo Agostinho (cabo) — XXI, 364, 365, 373.
*Santo Alberto (nav. port.)* — 699.
Santo An (ct.) — 369.
Santo Antonio (c.) — 369.
Santo Antonio (isla) — 177.
Santo Domingo — 13, *13*, 15, 221, 246.
Santo Stefano — 369.
Santo Tomás (isla) — 621.
Santo Tomé (islas) — 685.
Santoña — 280.
SANTOS FIGUEROA — *596*.
SANUTO, MARINO — *555*.
SANZ, CARLOS — *11*, *19*, *405*, *488*, 522, 657, *657*.
São Francisco (rio) — 373.
*São João (fortaleza)* — 37, 87.
SÃO LUÍS (Rei) — *118*.
*São Pantalião (nav. port.)* — 699.
São Paulo (cidade) — 366.
São Tomé (cabo) — 365.
Saocao — 353.
Saona — 139, 140, 141, 143.
*sapecas (moedas)* — 34.
Saragoça/Zaragoza — 216, 270, 281, *282*, 291, 292.
SARAIVA (Cardeal) — *461*.
Sarangani (isla) — 354.
SARDINA, ALFONSO — 283, 297.
SARDINHA, ANTÓNIO — 464, *465*, *465*.
SARMENTO, JACOME DE MORAIS — 715, 716.
SARMIENTO, DIEGO DE — *587*.
SARMIENTO DE GAMBOA, PEDRO — 439, *439*, 525.
Sarragán (isla) — 621, 622.
Sãtiago — 370.
Satigão — 45.
SAUTUA, PEDRO DE — 279, 309.
SAUVAGE, JUAN DE — 181, 199, 200, 203, 208, 209, 214, 220, 221, 222, 223, 227, 268, 269.
SAV(B)OIA, MARIA LUISA DE — 172, *182*, 463, 506, 510.
SAVOYA (Duque de) — 571.
SCHMOLLER — 597.
SCHÖNER, JOÃO — 476, *477*, 482, 487.
SCHOPEL, SEBASTIAN — *594*.
SCHURHAMMER, GIORGIO — *86*, *508*.
Scitia — 10.
SEBASTIÃO (DOM) (Rei) — 103, *103*, 557, 565, 576, 577, 695, 704, 706, 713.
Seco — 371.
SECO, CARLOS — *214*.
Secundo (rio) — 374.
*sedas* — 48, 53, 582, 708.
SEGORBE (Duque de) — *215*.
Segovia — 676.
*Segundas Jornadas Americanistas da Universidade de Valhadolide* — XIII, *XIII*.
Segura — 280.
SEGURA, JUANES DE — 280, 309.
Seguro (P.°) — 370, 374.
Seguro (R:) — 371.
Seilani (isla) — 347, 352, 353.
SEILER, JERÓNIMO — 594.



Sel (Rio de) — 369.
*Septentrión* ou, *setentrión* — 4, 10.
SEQUEIRA, DIOGO LOPES DE / SEQUEIRA, DIEGO LOPEZ DE — XVI, 16, 54, 56, 65, 77, 85, 86, 87, *88*, 267, 536, 541, 560, 563, *563*, *564*, *575*.
SEQUEIRA, GONÇALO DE — 82.
Sera de S. Maria de Gratia — 374.
Serang — 53.
Serarias — 371.
SERPA, HERNANDEZ DE — *442*.
Serra Leoa — 364, 377.
Serra de S. Maria de Gracia — 374.
Serra S. Thome — 375.
SERRANO RODRIGUEZ — 165, 166.
SERRÃO, FRANCISCO / SERRANO, FRANCISCO — XVI, 15, 16, 17, 36, 37, 55, 56, 59, *70*, 71, 78, 79, 80, *80*, 81, 83, *83*, 85, 86, 89, 151, 196, *197*, 201, 223, 267, 400, 406, 461, 462, 470, 521, 522, 524, 537, 538, 539, 648, *648*, 652-653, *672*, 694.
SERRÃO, JOÃO / SERRANO, JUAN — 277, 295, *312*, 463.
SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO — *324*, *660*, *674*.
Setiba (ponta) — 365.
Seuilla — 369.
Sevilha / Sevilla (cidade) (meridiano) — XIX, XX, XXIV, 19, 20, *20*, 59, 61, 63, 127, 157, 158, 159, 161, 162, *162*, 163, 164, 168, 169, 175, 181, 182, *184*, *195*, 202, *202*, *203*, 205, 206, *206*, 207, *207*, 208, *208*, 209, 210, 212, 213, 214, *214*, 215, 216, *216*, *219*, 220, 221, 222, *227*, 228, 230, *236*, 237, *238*, 240, 250, 267, 268, *268*, 269, 270, 271, *272*, 273, 275, *275*, 276, *276*, 277, 278, 279, 280, 284, 317, 320, 321, 322, 324, 326, 328, 329, 330, 331, 336, 337, 339, 345, 348, 367, 420, 437, 456, 459, 462, 480, 522, 523, 530, 567, 583, 585, *585*, 586, 587, 591, 594, 597, 598, 599, *599*, *635*, 638, *648*, 651, 654, *654*, 655, *655*, *658*, *663*, *673*, 676, 680, 692.
SEVILLA, DIEGO DE — 309.
*Shri-Visaya (império)* — 382.
*Shri-Visayas* — 382.
Siam (isla) — *14*, 355.
Sião — 35, 36, 47, 82, 355, 407, 694.
Siberia — 25.
Sibuco (isla) — 354.
*sicilianos* — 276.
SIGEU, DIOGO — *558*.
*Significavit nobis (breve pontifício)* — 188.
Siguro (p.) — 370, 374.
SILVA, A. A. BALDAQUE DA — *110*, *128*.
SILVA, FRANCISCO DA — 702.
SILVA, GENTIL DA — *44*.
SILVA, GONÇALO DE FREITAS DE — 712.
SILVA, LUCIANO PEREIRA DA — 319, *319*, 320, 323, *323*, 327, *327*, 329, *329*, 330, *330*, 335, *336*, *341*.
SILVA, LUÍS DA — 715, 716.
SILVA, MARIA DA — 713.
SILVEI(Y)RA, LUÍS DA — 22, 530, *530*, 531, *531*, 532, 535, *551*, 552, *552*, *554*, *561*, 567, 571, *660*.
Silves — 95.
Simancas — XIX, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219.
*sinabafos* — 67, 68.
Sinas (pueblos) — *19*.
Sindangan (bahia) — 353.
Singapura — 73, 74, *78*.
*sinhava*, ou *synhauas* — 67, 71.
Sintra — 459.
Sinu Arábico — 7, *632*.
SIQUEIRA, RUY GONÇALVEZ DE — 715.
Sirangan (isla) — 354.
SKELTON, R. A. — *183*, 386, *386*, *473*, *485*, 507, *508*, 517.
So (R.° do) — 371, 375.
SOARES, FERNÃO — 558.
SOARES, CHRISTOVÃO — 716.
SOAREZ, SIMÃO — 716.
SOCANETES, GABRIEL — 607.
Socavilla — 280.
Socorro (isla) — 621.
Sofala — 97.
*Sol (eclipes; posições; conjunções)* — XVIII, *138*, 142, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 174, 318, 321, 328, 329, 330, 334, 336, 346, 348, 363, 576, *665*.
Sol (punta del) — 370.
SOLANO, FRANCISCO (DE) — XXIII, 579, *582*, *596*.
SOLINO — 489.
Solis (rio) — 371, 523, 681.
SOLIS, ALONSO DE — 604, 606.
SOLIS, JOÃO DIAS DE — XV, XVIII, XIX, XXIV, 12, *12*, 13, *13*, 14, *14*, 15,

16, 17, *21*, *57*, 143, 144, *144*, 145, *145*, 147, *186*, 189, 190, *190*, 191, *191*, 192, 194, 195, *195*, 196, 197, 198, 224, *231*, 245, 246, 248, *263*, 320, 345, 363, 522, 523, 532, *532*, 533, *533*, 535, 584, 635, *635*, 636, *636*, 637, *637*, 638, *638*, 639, *639*, 640, 641, *641*, *642*, 645, *645*, 646, 650, 652.
Soló (isla) — 354.
Solor, ou Sollor (ilha) — 58, 66, *67*, 74, 693, 710, 712.
Somorrostro — 280.
Sonda (islas) — 16, 19.
SORIA, JUAN DE — 260, 261.
SOUSA, ALFREDO BOTELHO DE — *39*.
SOUSA, BERNARDINO DE — 614.
SOUSA, DIOGO DE — 42, 282.
SOUSA, FRANCISCO DE — *78*.
SOUSA, L. DE MORAIS E — *128*.
SOUSA, (FR.) LUÍS DE — 454, *454*, 455, *455*, 457, *458*, *460*, *551*, 553, *554*, 555.
SOUSA, MANOEL DE — 697, 699.
SOUSA, MANUEL DE FARIA E — 458, *458*, 614.
SOUSA, PERO LOPES DE — *323*, *341*, 700, 702.
SOUSA TAVORA, FERNÃO DE — 623, *623*, 624, 625, *625*, *626*.
SOUSA, THOMÉ DE — 701.
*Sovereing of the Seas (nav. ingl.)* — *113*, 116.
*Sphaera* (de SACROBOSCO) — 327.
SPÍNOLA, GIROLAMO — 607.
STEIN, J. W. — 141, 142, 143.
STONEHILL, C. A. — 469.
Suar (isla) — 355.
SUÁREZ FERNANDEZ, LUIS — XIII, XIV, *185*.
Subanón — 388.
Subo, ou Suba — 347, 384, 463.
*Sucesos de las Islas Filipinas* — 386.
*Sul/Sur* — 4, *5*, 7, 161, 162, 164, 175, 178, *184*, 185, 347, 441, 445, 446, 449, 522, 524, 625, *649*.
Sula (ilha) — 29.
Suluán (ilha) — 168, 169, 170, 172, 173, 347, 352, 393.
*Suma de Cosmografia* (de PEDRO DE MEDINA) — *341*.
*Suma de Geografia* (de MARTIN FERNANDEZ DE ENCISO) — XVIII, XXI, 145, *145*, 176, *190*, 323, 326, *326*, 327, 328, 330, *340*, 364, *364*, 365, 533.
*Suma Oriental* (de TOMÉ PIRES) — XVI, *31*, *32*, *33*, *34*, *35*, *45*, 52, *53*, *55*, 58, 66, *66*, 83, 84, *84*, 87.
Sumatra — 14, 21, 63, 77, *217*, 226, *388*, 389, 625, 693.
Sumbava, ou Sumbawa — 30, 35, 42.
Sunda (estreito) — 31, 708.
Sunda (reino) — 32, 77.
Sunuam (isla) — *656*.
SURIAN, ANTONIO — 555.
Surigao — 388.
Surinam — 142.
SYLVA, JUAN DE — 314.
SZABÓ, LADISLAO — *195*.

T

Taal (lago) — 382.
Tagalo — 394.
Tagalos — 383.
Tahiti — 153, *153*.
Talavera — 280.
Tamanho (p^uincia) — 368.
*tamil* — 401.
Tana Muar — 69.
TANEGUI, GUILLERMO — 308.
Tanimbar (ilha) — *29*.
TAPIA, CRISTÓBAL DE — 221, 229.
Taprobana (isla) — *13*, 144.
Tarazones — 207.
TARRAGONA, SIMÓN DE — 604, 606.
Tarsis (isla) — 148, 175, *681*, 682.
TAVIRA, DIO(E)GO DE — 277, 311.
*Távoas (Almanaque)* (de MONTE REGIO) — 156, 158, 159, 163, 166.
TÁVORA, HERNANDO SOUSA DE — 623, *623*, 624, 625, *626*.
TAYLOR, E. G. R. — 326, 328, *328*, 335, *335*, 336, *341*.
Tedori (ilha) — 672.
Tehuantepec — *677*.
TEIADA, ALONSO DE — 604, 606.
Teide (pico) — 157, 168.
TEIXEIRA, ESTEVÃO — 709.
TEIXEIRA, LUIS — 104.
Tenasserim — *14*.
Tenerife (ilha) (meridiano) — 156, 157, 158, *162*, 168, 321, 338, 349.
Tera de Stã Luzia — 375.
Términus (laguna) — 367.
Ternate(o) (ilha/isla) — 16, *21*, *29*, 30, 33, 37, 38, 39, *39*, 40, 41, *41*, 56, 59, *59*, 61, 70, 71, 72, 73, 74, *78*, 79, 80, *80*, 81,



83, *83*, 84, 85, *85*, *86*, 87, 89, *89*, 154, 196, 197, 201, 461, 462, 522, 529, 530, *530*, 531, 537, 538, 539, 694, 698, 699, 708, 710.
Terra Firme/Tierra Firme — 221, 583, 596, 603, 617, *636*, *639*, 643.
Terra Nova, ou Terranova — XX, *331*, *332*, 337, *340*, 345, 441.
Terras das areas — 370.
Terra do Prazel — 370.
*terremoto de 1755* — 100.
Terrenate — 614, 615, *656*.
Terenate — 622, *622*, 623, 624, 660, 673.
TEVES, BELCHIOR DE — 715, 716.
Thamaro — 368.
THOMAS, HENRY — *474*.
THOMAZ, LUIS FILIPE F. R. — XV, 27, *405*.
THORNE, RICHARD — 608.
THURZO — 594.
Tiburones (isla) — 352.
Tidoli — 614.
Tidor(e) (ilha/isla) — *21*, *29*, 33, 37, 38, 39, 44, 61, 70, 71, *78*, 81, 83, 84, *85*, *86*, 202, 223, 400, *444*, 445, 446, 447, 449, 509, 512, 530, 531, 536, 615, 622, 623, *623*, 624, 699, 701, 708.
*Tierra (esfericidad)* — 4, 25, 175, *187*, 564.
Tierra del Fuego — *595*.
*tierras orientales* — *5*.
Timor — 29, *29*, 32, 33, 58, 66, 67, *78*, 82, 170, 171, 355, 426, 444, *444*, 449, 464, *657*, 693, 710.
Tingues — 383.
Tinto-Odiel — 695.
Todos os Santos (angla) — 373, 374.
Todos os Santos (baya) — 365, 370.
Todos os Santos (estreito) — 168, 372, 373, 523, *656*.
Toledo — 208, *208*, 268, 296.
TOLEDO, BLAS DE — 281, 308.
Tolo (ilha) — 74.
TOLOSA, PEDRO DE — 277, 279, *312*.
Tomar — *40*, *226*, *556*, *560*, 571, *659*.
*Tombo da India* — 44.
*topetins* — 68.
*Tordesilhas/Tordesillas (divisão/demarcación) (Atlântico)* — XIV, XIX, 4, 6, 51, 145, 146, 148, 174, 175, 185, *187*, 532, *533*, 626.
*Tordesilhas/Tordesillas (divisão/demarcación) (Oriente)* — XIV, XV, XVI, XXIII, XXIV, 5, 12, *13*, 16, 18, *18*, 19, 21, 22, 23, *23*, 24, 25, 51, 57, 62, 65, 86, 144, 146, 148, 170, 173, 177, 178, 184, 189, 190, 197, 198, *198*, 228, 230, 529, 532, *533*, 534, *534*, 565, 572, 616, 622, 624, *626*, *633*, 636, 641, 646, 653, *661*, 663, 665, *666*, 667, 673, 674, 685.
*Tordesilhas/Tordesillas (divisão do globo/repartición mar y tierra)* — XV, 3, 5, *8*, 12, 18, 24, 25, 138, 145, 175, 177, 181, 184, 196, 325, 532, 632, 633, 637, 656, 668.
*Tordesilhas/Tordesillas (linha de demarcação; linha de partição; linea de demarcación; linea demarcatoria)* — 3, 6, 9, 13, *13*, 16, 18, 19, *19*, 20, 21, *21*, 22, *22*, 23, 24, 25, 57, 61, 62, 63, 65, 138, 139, 151, 167, 168, 173, 174, 175, 177, 184, 196, 532, 533, *534*, 535, 539, 541, 542, 559, 632, *632*, 633, *633*, *637*, 641, *656*, 666.
*Tordesilhas/Tordesillas (meridiano/linea)* — 5, *5*, *6*, 8, *22*, 23, 24, 26, 138, *139*, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 167, 170, 173, *187*, 191, 193, 194, 196, 198, 532, 533, *533*, 534, *535*, 632, *632*, 633, *633*, 656, 663, 668, 671, 685.
Tordesilhas/Tordesillas (povoação) — XIII, 24, 185, 191, 215, 217, 229, 326, 531, *535*.
*Tordesilhas/Tordesilhas (Tratado de)* — XIII, XV, XVIII, XXIV, 3, *3*, 4, 5, 6, *6*, 7, 8, 10, *12*, *13*, *21*, 22, *22*, 23, 24, *24*, *25*, 48, 51, 52, 65, 138, 139, 148, 181, 184, 185, *185*, 186, *186*, *187*, 191, 215, 229, 230, 248, 250, 269, 317, 325, 326, *447*, 460, 461, 473, 529, 531, 532, 533, 535, *535*, 536, 540, 559, 564, 582, *582*, 626, 632, *632*, 633, 636, 637, *641*, 661, 663, 664, 666, 668, *668*, 671, 686.
TORES, JOÃO DE — 704.
TORIBIO (DE) MEDINA, JOSÉ — *144*, *145*, 148, *148*, *151*, *190*, *318*, *340*, *376*, 420, 421, 422, *485*, *490*, 503, *503*, 504, 511, *511*, 515, *586*, *604*, 605, 608, *635*, *637*, *639*, *640*, *642*, *645*, *649*, *650*, *651*, *674*, *681*, *682*, *683*.
Torino — 63.
Tormentas (cabo das) — *438*.
TORMO SANZ, LEANDRO — XXI, 379, 413, 505, *517*.
TORODASH, MARTIN — *201*.
TORRE, BERNARDO DE LA — 620, 624.
TORRE, JUAN DE LA — 278, 314.
TORRES, ANTÓNIO DE — *8*.

TORRES, COSME DE — 620.
TORRES, JUAN DE — 419.
TORRES, JUANA DE — 8, *8*.
TORRES, LÁZARO DE — 278, 313.
TORRES, TOMÁS DE — 541.
TORRES ASENSIO, JOAQUIN — 416.
TORRES DE MENDONZA, LUIS — *263*.
Torres Novas — *675*.
Tortugas (islas) — *20*.
*toscanos* — 587, 593, 608, 609.
Trã Fria — 368.
TRANSILVANO, MAXIMILIANO — XIX, *19*, 157, *160*, 162, 167, 168, *168*, 182, *182*, *193*, 195, *195*, 196, 197, *197*, 204, *204*, 205, *205*, 228, 229, *229*, *237*, 240, *240*, 241, 383, 389, *389*, 406, 414, 415, 416, 426, 462, *474*, 476, 478, 479, 480, 481, 482, *482*, 483, *483*, 484, 485, *485*, 486, 487, *487*, 488, 489, 491, 493, 494, *495*, 498, 499, 501, 502, 503, 504, 505, 507, 510, 512, 513, 516, 517, 518, 524, 592, *592*, 672.
Transmiera — 622.
*Tratado da Agulha de Marear* (de JOÃO DE LISBOA) — XX, 322, 338, *338*.
*Tratado da (E)Sphera* (de PEDRO NUNES) — 328, 330.
*Tratado de la navigacion de Magallanes* — 426.
*Tratado de navegação* (de SIDIALI) — 508.
*Tratado de navegação* (de PIRI RÉIS) — 508.
*Tratado de Saragoça/Zaragoza* — XXIV, 22, 37, *39*, 139, 287, 559, 582, 676, 683, 684, 685, 686, 687, 696.
*Tratado del Esphera y del arte del marear* (de FRANCISCO FALEIRO) — XXI, 326, *326*, 327, 328, 330, 331, 334, 335, 336, 337, *340*.
*Tratado de San Ildefonso* — 626.
*Tratado dos Descobrimentos* (de ANTONIO GALVÃO) — 476, *476*, *603*.
Trauancor (costa de) — 707.
Triana — 416, 420.
TRIGOSO, SEBASTIÁN DE MENDO — 391.
Trigueros — 278.
*Trinidad (nav. esp.)* — XXII, 58, *64*, *151*, 205, *205*, 271, 273, *276*, 278, *278*, 279, *279*, 280, 281, 300, 302, 304, 305, 307, 308, 313, 345, 346, 348, 355, 390, 413, 421, 423, 426, 437, 444, *444*, 445, 446, 449, 460, 463, 525, 529, 532, 657.
TRISTÁN, PEDRO — 606.
Tristão da Cunha (arquipélago) — 322, 337.
Trubia (rio) — 281.
TUCHER — 594.
Tudela — 281.
Tudela de Duero — *635*.
TUDELA Y BUESO, JUAN PÉREZ DE — 627, *631*, *677*.
TUDOR, MARIA — *660*, 661.
Tune — 371, 373.
TUÑÓN, GARCIA DE — 280, 313.
*tupi* — 512.
*turcos* — 69, *181*, 506, 659, 675.
Turquia — 508.
Tuti li sancti (colpho) — 374.


U


Uagabaras — 370.
Uagabares — 370.
Uazabares — 374.
UCEM (Raja) — 72.
Uerde (r.) — 368.
UHDEN, RICHARD — 366, *366*, 367, *367*, 372, 373, *373*.
ULISSES — 240.
ULLOA, FRANCISCO DE — *596*.
Ulma — 166.
*união peninsular (1580)* — 38, 58.
URDANETA, ANDRÉS DE — *401*, *402*, *438*, 447, *447*, 448, *448*, 525, *581*, 597, 617.
URREA, PEDRO DE — 313.
URRUTIA, DOMINGO DE — 280, 308.
Uruay (rio) — 524.
Urubá — 345.
Uruguay — 193.
*usque ad Indos (expressão)* — 5, 184.
UTRECHT, ADRIANO DE — 215, 269.


V


Vaazabaris — 370.
VAEZ DE TORRES, MENDAÑA QUIRÓS — 525.
VAGLIENTI, PIER — 141.
VALDERRAMA, PEDRO DE — 279, 313, 425.
VALDÉS, MIGUEL — 607, 609.
Valencia — 285, 591.
VALENCIA, MARTIN DE — 604, 606.
Valhadolide/Valladolid — XIX, 17, 179, 181, *181*, 182, *182*, *183*, *192*, *195*, 199, 202, 203, *203*, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211,





*211*, 212, *212*, 213, 214, *214*, 215, 216, 217, 218, 219, *220*, 221, *221*, 227, 229, 230, *231*, 233, 235, 236, 237, *237*, 238, 239, *239*, 240, 241, 269, 296, 348, 422, 473, 479, 480, 487, 503, 506, 524, 552, *553*, *555*, *559*, 573, 583, 586, *587*, *643*, *660*, 706, 711, 712.
VALLADOLID, JUAN DE — 606.
*Valladolid (capitulación)* — 179, 181.
VALLE, CRISTÓBAL DEL — 270.
VALLE (Marqués del) — *618*.
VALLICROSA, MILLÁS — *139*.
VALPUESTA, PEDRO DE — 280, 313.
VAN DER CHIJS — 597.
VANZELLER, JUAN — 605, 606.
Varam — 69.
VARGAS, BERNARDINO DE — 621.
VARGAS DE CARVAJAL, GUTIERRE — *593*.
VARGUE, HANSE — 310.
VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE — *477*.
Varón (isla) — *404*.
*Vasa (nau sueca)* — 116.
VASCONCELLOS, JOÃO MENDES DE — *12*, *13*, 14, *36*, *57*, 143, 189, *189*, 190, *190*, 532, *532*, *533*, 535, *636*, *637*, 639, *639*.
VASCONCELOS, FRAZÃO DE — *116*, *128*.
VASCONCELOS, JORGE DE — 102.
VASIÑANA, PEDRO BENEDETTO — 607.
VASQUES, GIL — 94.
VASQUES, MIGUEL — 607.
VÁSQUEZ DE ACUÑA, CRISTÓBAL — *561*, *563*.
VÁSQUEZ DE AYLLÓN, LUCAS — 680, *680*.
VAYAS, MARCOS DE — 313.
VAZ, ESTÊVÃO — 100.
VAZ, GASPAR — 541, 544, *561*.
VAZ, SIMÃO — 81, 538.
Vazia Baril — 374.
Vdama (jlhas) — 58.
VEAS — 119.
VEAS, LUIS DE — 281, 308.
VEGA, HERNANDO DE — 561, 562, *674*.
VEIGA, FERNÃO DA — *572*, *573*, *574*.
VEITIA, JOSÉ — 128, 130, 131, 132.
Vela (cabo da) — 142, 594.
Velas Latinas (islas) — 352, 523, 685.
VELACHE, PANDOLFO — 608.
VELASCO, IÑIGO DE — 661.
VELASCO PAJARES, RAMÓN — *232*.
VE(A)LÁZQUEZ, DIEGO — 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 261, *262*, *263*, 645.
VELEZ (Marqués de) — 218.
VELHO, DIOGO — 702, 705.
Velho Mundo — 138, 163, 164.
VELOSO, QUEIRÓS — *204*, 390, *391*, 421, 422, 426, 456, *456*, 459, *459*.
VELUTI, ANDREA — 608.
VENECIANO, MIGUEL — 310.
*Venecianos* — 276.
Veneza — 35, 38, *38*, 46, 73, 183, 367, 478, 493, 494, 497, 500, 501, 506, 507, 512, 513, 514, *555*, *682*.
Venezuela — 141, *582*, 594, 599, 683, *683*.
*Vénus (planeta) (posições; conjunções)* — 158, 160.
VERA, PEDRO DE — 604, 605.
Veragua — *636*.
*versus Indiam (expressão)* — 4, 184.
VESPUCCI, GIOVANNI (=VESPUCIO, JUAN).
VESPUCHE, AMÉRICO (=VESPUCIO, AMÉRICO).
VESPUCIO, AMÉRICO — XVIII, 7, 12, *13*, 16, *21*, 141, *141*, 142, 143, 148, *186*, *191*, 192, 225, 332, 376, 524, 634, 635.
VESPUCIO, JUAN — *21*, *23*, *64*, 188, 367, 372, 524, 670, *670*.
*Viagẽ de fernão de magalhães (...)* (relato) — 470.
VICENTE, GIL — *559*.
Vicenza — 506, 507.
VIDIGUEIRA (Conde da) — 702, 703.
Vidoa (rio de) — 374.
VIEGAS, GASPAR — 62.
Viena — 62.
VIGNERAS, L. A. — *441*, *603*.
VIGO, GONZ(Ç)ALO DE — 281, 311.
Vila Viçosa — XXIII, 549, *550*, *551*, 557, 558, *558*, *559*, 560.
Villa Rica — 369.
Villafranca (Esp.) — 280.
VILLAFRANCA, PEDRO DE — 301.
VILLALBA — *103*.
VILLALÓN, JUAN DE — 279, 314.
VILLAREAL, JUAN DE — 618.
Villasevil — 280.
Villaviciosa — 207, *687*.
VILLEGAS, PEDRO RUIZ — 24, *667*, *674*.
VILLENA (Marqués de) — *639*.
VILLÓN, ESTEBAN — 310.

VIMIOSO (Conde de) — 571.
VIPSANIO — *138*.
Virano Batolaque — 354.
Virgenes (cabo) — *162*, 167, 168, 169.
Virgine (rio de) — 374.
Visayas (islas) — 382.
VISY, ANTON DEL — 607.
VITAL, LAURENT — *215*.
VITERBO, SOUSA — *104*, *327*, *341*, 549, *550*, *551* 557, *558*, *561*.
Vitoria — *664*.
VITORIA, ALONSO DE — 604, 606.
*Vi(c)toria (nav. esp.)* — XXI, XXII, 58, 61, 127, 181, *205*, *237*, *238*, 239, 240, *240*, 273, 277, 278, 279, 280, 281, *295*, 300, 302, 304, 305, 307, 310, 314, 345, 346, 347, 348, 354, 355, *363*, 413, 414, 419, 429, 437, *444*, 445, 449, *449*, 460, 463, 530, 531, 536, 551, 586, 655, *656*, 657, *660*, *672*, *674*.
*Visayas (povo)* — XXI, 383, 384, 388, 389, 407, 409.
VIVALDI, LORENZO — 607.
VIZCAINO, JUAN — 599.
VIZCAINO, JUANITO — 280, 310.
Vizcaya — 270, 273, 585, 591, *632*, *634*, *635*.
Voltas (baya) — 371.
Voltas (rio das) — 371.
VON WARTBURG, WALTER. — *401*.
Vull — 69.
Vulmiçalao — 69.

W

WALLACE, ALFRED RUSSEL — *78*.
WALS Y MERINO, MANUEL — 384, *384*, *386*, 417, *515*.
WELSER, BARTOLOMÉ — 594, *594*, 598, 599, 604, 683, *683*.
Wetar (ilha) — *29*.
WIESER, FRANZ — *477*, *482*.
WINSTEDT, RICARD — *400*.
WINTER, HEINRICH — 373.
WOLTERS, O. W. — *33*.

X

Xagueis — 369.
Xeher — 390, 391.
XEREZ, BARTOLOMÉ — 607.
XIEVRES (Señor de) — 215, 223.
XIMÉNEZ, ANTONIO — 277, 314.
XIMÉNEZ, DIEGO — 279.
XIMÉNEZ, GONZALO — 300, 302, 304, 305, 307.
Xpoual (s.) — 370.

Y

YÁÑEZ, ANTÓN — 297, 298, 300.
YÁÑEZ, FERNÁN — 604.
YARZA — 307.
YCAZA, DOMINGO DE — 310.
Ygueras (põ de las) — 367.
Yndia — 8.
Yordan (rio de) — 371.
YRVNA, LORENZO DE — 311.
Yta — 69.
Yucatán — 12, *12*, *146*, *189*, *191*, *231*, 345, 415, *635*.
Yunagán — 346, 347, 348, 352, 386, *656*.
YVAN — 301, 303, 304.

Z

Zacatula — *581*.
ZACUTO, ABRAÃO — *156*, 159, 163.
Zamal — 347, 386, 387, 400.
Zambales — 383.
Zamotra — *217*, 223, 224.
ZAVALA, SÍLVIO — *263*.
Zebu — 353, 416.
Zenpual — 369.
Zirtona — *18*, 148, 176.
*Zona (área) portuguesa* — 9, 19, 20.
*Zonas desconocidas* — 4.
*Zonas de influencia* — 5, 6, *6*.
ZUAZO, ALONSO DE — 13, *13*, 196, *196*.
ZUBILETA, JUAN DE — 280.
Zubó — 422.
Zubu — 171, 173.
Zuluar — 387.
ZUMALACÁRREGUI, LEOPOLDO — *212*.
ZUMEL — 218.
ZÚÑIGA, FRANCISCO DE — *217*.
ZÚÑIGA, JUAN DE (também: ÇUNHEGA, JOÃO DE) — 23, 226, *226*, *550*, *554*, *555*, 556, *556*, 557, *557*, *560*, *562*, 568, 570, 571, 574, *653*, *659*, *660*, *663*, *664*, *665*, *672*, 675, *675*.
ZURITA — *639*.
ZWEIG, STEFAN — *405*.

## ERRATA

| Página | Linha | Onde se lê | Leia-se |
|---|---|---|---|
| 3 | antepenúltima | 1498 | 1948 |
| 41 | 9 | 1527 | 1536 |
| 41 | nota 41 | 1527 | 1536 |
| 43 | 2 | 1526 | 1536 |
| 43 | nota 50 | 1526 | 1536 |
| 66 | nota 27 | Gomara | Gómara |
| 70 | 27 | encorar | ancorar |
| 73 | 30 | acaberem | acabarem |
| 73 | 37 | cá | lá |
| 115 | nota 24 | C. Filgeiras | O. Filgueiras |
| 119 | nota 33 | C. Filgeiras | O. Filgueiras |
| 121 | 9 | $l_2 = \frac{M}{1,453} \times \frac{1}{1,176}$ | $l_2 = \frac{M}{1,453} \times 1,176$ |
| 127 | 32, 33 | Filgueiras, C. Lixa | Filgueiras, O. Lixa |
| 127 | 41 | Menéndez-Hidalgo | Martínez-Hidalgo |
| 177 | penúltima | conunçiar | conuncial |
| 187 | 3 | *E aquae* | *Ea quae* |
| 212 | nota 84 | banlieur | banlieue |
| 383 | 28 | albo | Albo |
| 387 | 24 | aguardente | aguardiente |
| 390 | 10 | uor | por |
| 390 | 38 | prefacio en | prefacio; en |
| 401 | nota 68 | Nascente | Nascentes |
| 401 | nota 69 | Danzat | Dauzat |
| 461 | nota 36 | Monfroni | Manfroni |
| 463 | nota 46 | Monfroni | Manfroni |
| 517 | penúltima | Costesão | Cortesão |
| 532 | 21, 28 | José | João |
| 584 | nota 8, linha 9 | explorar el comercio de los ríos de la Guinea y que enfrentados con la armada de Estévão | precio a su cabeza y a su condena y ajusticiamiento en Oporto (Rolando A. Laguarda Trías, |
| 597 | nota 50 | Mandran | Mantran |
| 623 | 8 | Gibolo | Gilolo |
| 651 | 11-12 | Costóbal | Cristóbal |
| 659 | nota 78 | Cartés | Cortés |

Composto e Impresso
na Tip. Silvas - C. T. G. scarl
118, Rua D. Pedro V, 126
Telefone 32 31 21 — LISBOA